ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

Ano CL Nº 39

Brasília - DF, quarta-feira, 27 de fevereiro de 2013

SEÇÃO 1

Sumário

PÁGINA

Presidência da República 1
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 2
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação 3
Ministério da Cultura 5
Ministério da Defesa 14
Ministério da Educação 18
Ministério da Fazenda 20
Ministério da Integração Nacional 98
Ministério da Justiça 98
Ministério da Pesca e Aquicultura 107
Ministério da Previdência Social 107
Ministério da Saúde 108
Ministério das Cidades 121
Ministério das Comunicações 123
Ministério das Relações Exteriores 127
Ministério de Minas e Energia 128
Ministério do Desenvolvimento Agrário 135
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome 135
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior . 137
Ministério do Meio Ambiente 139
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 140
Ministério do Trabalho e Emprego 140
Ministério dos Transportes 141
Ministério Público da União 143
Tribunal de Contas da União 154
Poder Judiciário 168
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais . 171

Presidência da República

CASA CIVIL
INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIADA INFORMAÇÃO

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE
Em 26 de fevereiro de 2013

Entidade: AR AQUARIUS, vinculada à AC VALID BRASIL
Processo nº: 00100.000014/2013-28

Nos termos do Parecer CCAF/DAFN/ITI - 18/2013 e consoante Parecer n° 003/2013 - APG/PFE/ITI, DEFIRO o pedido de credenciamento da AR AQUARIUS, vinculada à AC VALID BRASIL, com instalação técnica situada na Avenida 25 de Agosto, 5676 A, Planalto, Rolim de Moura-RO, para as Políticas de Certificados já credenciadas.

RENATO DA SILVEIRA MARTINI

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS				
Páginas	Distrito Federal		Demais Estados	
de 02 a 28	R$	0,30	R$	1,80
de 32 a 76	R$	0,50	R$	2,00
de 80 a 156	R$	1,10	R$	2,60
de 160 a 250	R$	1,50	R$	3,00
de 254 a 500	R$	3,00	R$	4,50
- Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R$ 0,0107				

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
SUBPROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PORTARIA Nº 93, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2013

Dispõe sobre a colaboração da Procuradoria Federal no Estado de Roraima à Procuradoria Federal junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN.

O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Federal no Estado de Roraima prestará colaboração à Procuradoria Federal junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN nas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, observada sua competência territorial.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando-se os atos anteriormente praticados.

ANTONIO ROBERTO BASSO

PORTARIA Nº 94, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2013

Dispõe sobre a colaboração da Procuradoria Federal junto ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia à Procuradoria Federal junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN.

O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Federal junto ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia prestará colaboração à Procuradoria Federal junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN nas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, observada sua competência territorial, pelo prazo de 12 (doze) meses.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando-se os atos anteriormente praticados.

ANTONIO ROBERTO BASSO

CONSELHO DE DEFESA NACIONAL
SECRETARIA EXECUTIVA

ATOS DE 25 DE FEVEREIRO DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DO GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, na condição de **SECRETÁRIO EXECUTIVO DO CONSELHO DE DEFESA NACIONAL (CDN)**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelos membros desse Colegiado, por meio da Resolução CDN nº 1, de 12 de maio de 1999, publicada no DOU nº 90, Seção 1, p. 8, de 13 de maio de 1999; e com base no disposto no art. 37, *caput*, da Constituição de 1988; no Decreto nº 4.520, de 2002; no parágrafo único do art. 16, da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003; nos artigos 2º, § 3º, e 4º, da Lei nº 8.183, de 11 de abril de 1991, alterada pela MP nº 2.216-37, de 2001; na Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979, e respectivos regulamentos, resolve:

Nº 16 - Dar Assentimento Prévio à NARA DE JESUS TAVARES MESQUITA, CPF nº 199.558.552-15, para pesquisar água mineral em uma área de 43,98ha, situada no Km 8 da vicinal BVA - 347, no município de Boa Vista, na faixa de fronteira do estado do Roraima, condicionado ao acompanhamento do órgão ambiental competente; de acordo com a instrução do Processo DNPM nº 48424.884115/2012-39, a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral, por meio do Ofício nº 269/DIRE/DGTM-2012, de 28 de dezembro de 2012, recebido em 09 de janeiro de 2013, e a Nota SAEI-AP nº 017/2013-RF.

Nº 17 - Dar Assentimento Prévio a PAULO CEZAR TEIXEIRA, CPF nº 757.515.858-87, para pesquisar cobre em uma área de 1682,27ha, no município de Realeza, na faixa de fronteira do estado do Paraná; de acordo com a instrução do Processo DNPM nº 48413.826007/2011-90, a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral, por meio do Ofício nº 263/DIRE/DGTM-2012, de 28 de dezembro de 2012, recebido em 03 de janeiro de 2013, e a Nota SAEI-AP nº 018/2013-RF, expedida com ressalvas.

Nº 18 - Dar Assentimento Prévio à empresa MINERAÇÃO SUL AMERICANA LTDA., CNPJ nº 12.465.275/0001-80, com sede à Avenida Presidente Wilson, nº 210, 4º andar, sala 409, bairro Centro, município e estado do Rio de Janeiro, para estabelecer-se na faixa de fronteira dos estados de Roraima e do Acre, bem como para pesquisar minérios de cobre e de alumínio, em 10 (dez) áreas distintas de 5.060,69ha, 9.840,45ha, 9.263,54ha, 7.519,32ha, 6.347,52ha, 9.745,04ha, 9.879,73ha, 7.117,12ha, 9.547,71ha e 9.780,87ha, totalizando em uma área de 84.101,99ha, nos municípios de Boa Vista e Bonfim, na faixa de fronteira do estado de Roraima e nos municípios de Marechal Thaumaturgo e Porto Walter, na faixa de fronteira do estado do Acre, condicionado ao acompanhamento do órgão ambiental competente e observância ao Parecer AGU JD nº 1/2004; de acordo com a instrução dos Processos DNPM nºs 48408.980234/2010-58 e 48424.884090/2010-10, que fazem referências aos Processos DNPM nºs 48424.884091/2010-56, 48424.884093/2010-45, 48424.884095/2010-34, 48424.884096/2010-89, 48419.886486/2010-62, 48419.886487/2010-15, 48419.886489/2010-04, 48424.884102/2011-89, 48424.884103/2011-13, a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral, por meio do Ofício nº 200/DIRE/DGTM-2012, de 16 de agosto de 2012, recebido em 18 de outubro de 2012, e a Nota SAEI-AP nº 019/2013-RF, expedida com ressalvas.

Nº 19 - Dar Assentimento Prévio à AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC para autorizar a construção de campo de pouso denominado HELIPONTO PRIVADO MINERAÇÃO SERRA DA BORDA, localizado na cidade de Pontes e Lacerda, na faixa de fronteira do estado de Mato Grosso, de interesse da empresa Serra da Borda Mineração e Metalurgia S/A., CNPJ 05.640.971/0002-09, com a ressalva de não se tratar de ato que regulariza as atividades do heliponto, condicionado à observância das exigências da autoridade do Comando da Aeronáutica e da legislação específica; de acordo com a instrução do Processo ANAC nº 00065.118608/2012-87, o Parecer de Análise nº 68/2013/GTCA/GENG/SIA, de 16 de janeiro de 2013, a conclusão do Ofício nº 46/2013/GTCA/GENG/SIA-ANAC, de 18 de janeiro de 2013, e a Nota SAEI - AP nº 020/2013-RF.

Nº 20 - Dar Assentimento Prévio à empresa VETORIAL MINERAÇÃO S/A., CNPJ nº 61.247.870/0001-54, para: (i) alterar sua composição societária no sentido de fazer constar, como única sócia, a empresa denominada Santa Rita S/A Terminais Portuários (VETRIA), CNPJ nº 10.228.340/0001-28; (ii) eleger os seguintes membros da Diretoria: Alexandre de Jesus Santoro, CPF nº 586.362.395-49, como Diretor Presidente; e Ana Cristina Solheid da Costa de Carvalho, CPF nº 031.028.839-82, como Diretora Financeira; (iii) reformar seu Estatuto Social; condicionado à observância do art. 3º, da Lei nº 6.634, de 1979 e do PARECER/AGU/JD 1-2004, adotado pelo PARECER AC-14/2004 e aprovado pelo Sr. Presidente da República em 1º de junho de 2004; de acordo com a instrução do Processo DNPM nº 48413.005200/1964-17, a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral, por meio do Ofício nº 234/DIRE/DGTM-2012, de 19 de novembro de 2012, recebido em 30 de novembro de 2012, e a Nota SAEI-AP nº 021/2013-RF, expedida com ressalvas.

Nº 21 - Dar Assentimento Prévio à AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC para autorizar a construção do aeródromo privado denominado FAZENDA SÃO JOSÉ, localizado na cidade de Cáceres, na faixa de fronteira do estado de Mato Grosso, de interesse de Cacilda Batista Corrêa, CPF nº 429.804.531-53, com a ressalva de não se tratar de ato que regulariza as atividades do aeródromo, condicionado à observância das exigências da autoridade do Comando da Aeronáutica e da legislação específica; de acordo com a instrução do Processo ANAC nº 00065.091890/2012-48; o Parecer de Análise nº 2/2013/GTCA/GENG/SIA, de 03 de janeiro de 2013, a conclusão do Ofício nº 03/2013/GTCA/GENG/SIA-ANAC, de 03 de janeiro de 2013, e a Nota SAEI - AP nº 022/2013-RF.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Nº 22 - Dar Anuência Prévia ao MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA para autorizar o acesso ao patrimônio genético para fins de desenvolvimento tecnológico, no município Porto Velho, na faixa de fronteira do estado de Rondônia, referente ao Expediente (NUP) nº 02000.000008/2009-48, condicionada: (i) ao atendimento das exigências do CGEN para aprovação do projeto; e (ii) a eventual cassação em virtude de manifestação fundamentada em contrário de membro do Conselho de Defesa Nacional ou de alteração do projeto ora analisado; de acordo com a conclusão do Aviso nº 216/SBF/GM-MMA, de 18 de dezembro de 2012, e a Nota SAEI-AP nº 023/2013-RF, expedida com ressalvas.

Nº 23 - Dar Assentimento Prévio à AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC para autorizar a construção do aeródromo privado denominado FAZENDA PIRIZAL, localizado na cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade, na faixa de fronteira do estado de Mato Grosso, de interesse de CACILDA BATISTA CORRÊA, CPF nº 429.804.531-53, com a ressalva de não se tratar de ato que regulariza as atividades do aeródromo, condicionado à observância das exigências da autoridade do Comando da Aeronáutica e da legislação específica; de acordo com a instrução do Processo ANAC nº 00065.091887/2012-24, o Parecer de Análise nº 1/2013/GTCA/GENG/SIA, de 03 de janeiro de 2013, a conclusão do Ofício nº 02/2013/GTCA/GENG/SIA-ANAC, de 03 de janeiro de 2013, e a Nota SAEI - AP nº 024/2013-RF.

Nº 24 - Dar Assentimento Prévio à empresa MTRANSMINAS MINERAÇÕES LTDA., CNPJ nº 21.488.333/0001-81, para estabelecer-se na faixa de fronteira do estado do Mato Grosso do Sul, bem como para pesquisar minério de ferro em 10 (dez) áreas distintas de: 157,25ha, 1161,20ha, 20,49ha, 4,10ha, 1805,90ha, 340,42ha, 842,18ha, 914,50ha, 44,55ha e 15,99ha, totalizando em uma área de 5.306,58ha, nos municípios de Corumbá e Ladário, localizados na faixa de fronteira do estado do Mato Grosso do Sul, condicionado à manifestação prévia da Prefeitura Municipal de Corumbá/MS, no que se refere à pesquisa em área urbana indicada no Processo nº 48423.868095/2011-88 e ao acompanhamento do órgão ambiental competente; de acordo com a instrução dos Processos DNPM nºs 48400.001907/1999-23 e 48423.868090/2011-55, que fazem referência aos Processos DNPM nºs 48423.868091/2011-08, 48423.868092/2011-44, 48423.868093/2011-99, 48423.868094/2011-33, 48423.868095/2011-88, 48423.868116/2011-68, 48423.868117/2011-18, 48423.868385/2011-32 e 48423.868386/2011-76, a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral, por meio do Ofício nº 257/DIRE/DGTM-2012, de 19 de dezembro de 2012, recebido em 02 de janeiro de 2013, e a Nota SAEI-AP nº 025/2013-RF, expedida com ressalvas.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

DILMA VANA ROUSSEFF
Presidenta da República

GLEISI HELENA HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil

FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos

SEÇÃO 2
Publicação de atos
relativos a pessoal da
Administração Pública Federal

SEÇÃO 3
Publicação de contratos,
editais, avisos e ineditoriais

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Editoração e
Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

FRANCISCO DAS CHAGAS PINTO
Coordenador de Produção

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: 0800 725 6787

Nº 25 - Dar Anuência Prévia ao MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA para autorizar o acesso ao patrimônio genético para fins de desenvolvimento tecnológico, no município Laranjal do Jari, na faixa de fronteira do estado do Amapá, referente ao Expediente (NUP) nº 02000.001123/2006-97, condicionada a eventual cassação em virtude de manifestação fundamentada em contrário de membro do Conselho de Defesa Nacional ou de alteração do projeto ora analisado; de acordo com a conclusão do Aviso nº 003/SBF/GM-MMA, de 02 de janeiro de 2013, e a Nota SAEI-AP nº 026/2013-RF, expedida com ressalvas.

Nº 26 - Dar Anuência Prévia ao MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA para acesso ao patrimônio genético para fins de desenvolvimento tecnológico, no município Laranjal do Jari, na faixa de fronteira do estado do Amapá, referente ao Expediente (NUP) nº 02000.001122/2006-42, condicionada a eventual cassação em virtude de manifestação fundamentada em contrário de membro do Conselho de Defesa Nacional ou de alteração do projeto ora analisado; de acordo com a conclusão do Aviso nº 002/SBF/GM-MMA, de 02 de janeiro de 2013, e a Nota SAEI-AP nº 027/2013-RF, expedida com ressalvas.

Nº 27 - Dar Assentimento Prévio à empresa MINERAÇÃO FAZENDA TERRA SANTA LTDA., CNPJ nº 03.272.132/0001-60, com sede à rua Tristão Pinto, nº 351, sala 106, no município de São Gabriel/RS, para: (i) aprovar a Alteração do Contrato Social da empresa, datada de 6 de agosto de 2012; e (ii) pesquisar ouro, em 3 (três) áreas distintas de: 1.476,43ha, 1.520,61ha e 1.505,94ha, totalizando em 4.502,98ha, no município de Lavras do Sul, na faixa de fronteira estado do Rio Grande do Sul; de acordo com a instrução dos Processos DNPM nºs 48400.001436/1999-53, 48401-810730/2005-48, 48401.810732/2005-37 e 48401.810733/2005-81, a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral, por meio do Ofício nº 259/DIRE/DGTM-2012, de 19 de dezembro de 2012, recebido em 02 de janeiro de 2013, e a Nota SAEI-AP nº 028/2013 - RF, expedida com ressalvas.

Nº 28 - Dar Assentimento Prévio a DINO MACHADO MARTINS NETO, CPF nº 707.101.989-49, para pesquisar água mineral em uma área de 48,83ha, no local denominado de Sanga Funda, no município de Foz do Iguaçu, na faixa de fronteira do estado do Paraná; de acordo com a instrução do Processo DNPM nº 48413.826463/2011-30, a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral, por meio do Ofício nº 264/DIRE/DGTM-2012, de 28 de dezembro de 2012, e a Nota SAEI-AP nº 029/2013-RF, expedida com ressalvas.

Nº 29 - Dar Assentimento Prévio a LUIZ FERNANDO CABRAL, CPF nº 042.329.139-47, para pesquisar água mineral em uma área de 48,90ha, situada no local denominado São João, no município de Foz do Iguaçu, na faixa de fronteira do estado do Paraná, condicionado ao acompanhamento do órgão ambiental competente; de acordo com a instrução do Processo DNPM nº 48413.826432/2010-06, a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral, por meio do Ofício nº 265/DIRE/DGTM-2012, de 28 de dezembro de 2012, e a Nota SAEI-AP nº 030/2013-RF, expedida com ressalvas.

Nº 30 - Dar Anuência Prévia ao MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA para acesso ao patrimônio genético para fins de bioprospecção e desenvolvimento tecnológico, no município Laranjal do Jari, na faixa de fronteira do estado do Amapá, referente ao Expediente (NUP) nº 02000.001121/2006-06, condicionada a eventual cassação em virtude de manifestação fundamentada em contrário de membro do Conselho de Defesa Nacional ou de alteração do projeto ora analisado; de acordo com a conclusão do Aviso nº 001/SBF/GM-MMA, de 02 de janeiro de 2013, e a Nota SAEI-AP nº 031/2013-RF, expedida com ressalvas.

Nº 31 - Dar Assentimento Prévio a ANTÔNIO VIEIRA CORDEIRO, CPF nº 136.076.695-20, para, sob o Regime de Permissão de Lavra Garimpeira (PLG), extrair ouro em uma área de 41,29ha**,** num certo e determinado trecho do leito do Rio Madeira, no distrito de Jaci-Paraná, município de Porto Velho, na faixa de fronteira do estado de Rondônia, condicionado ao acompanhamento do órgão mineral e ambiental competentes; de acordo com a instrução do Processo DNPM nº 48419.886602/2011-24, a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral, por meio do Ofício nº 266/DIRE/DGTM-2012, de 28 de dezembro de 2012, e a Nota SAEI-AP nº 032/2013-RF, expedida com ressalvas.

Nº 32 - Dar Assentimento Prévio à empresa VETORIAL SIDERURGIA LTDA., CNPJ nº 03.543.379/0001-74, para realizar o arquivamento na Junta Comercial do estado do Mato Grosso do Sul da 23ª Alteração Contratual e Consolidação dos Atos Constitutivos, de 20 de junho de 2012, que versa sobre: (i) incorporação da empresa Rotri Empreendimentos e Participações Ltda., CNPJ nº 07.198.116/0001-26; e (ii) aumento de Capital Social de R$ 148.584.600,00 (cento e quarenta e oito milhões, quinhentos e oitenta e quatro mil e seiscentos reais) para R$ 202.085.640,00 (duzentos e dois milhões, oitenta e cinco mil e seiscentos e quarenta reais); de acordo com a instrução do Processo DNPM nº 48400.000344/2005-55, a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral, por meio do Ofício nº 235/DIRE/DGTM-2012, de 19 de novembro de 2012, recebido em 30 de novembro de 2012, e a Nota SAEI-AP nº 033/2013-RF, expedida com ressalvas.

Nº 33 - Dar Assentimento Prévio à COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DO RIO MADEIRA - COOGARIMA, CNPJ nº 05.972.820/0001-69, para arquivar, na Junta Comercial do Estado de Rondônia, a Ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 4 de julho de 2012, que deliberou sobre: (i) mudança do endereço da sede da Cooperativa para Avenida Nações Unidas, nº 1000, Bairro Mato Grosso, município de Porto Velho, na faixa de fronteira do estado de Rondônia; e (ii) consolidação do Estatuto Social, datado de 4 de julho de 2012; de acordo com a instrução do Processo DNPM nº 48400.000875/2004-67, a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral, por meio do Ofício nº 01/DIRE/DGTM-2013, de 23 de janeiro de 2013, recebido em 25 de janeiro de 2013, e a Nota SAEI-AP nº 034/2013-RF, expedida com ressalvas.

Nº 34 - Dar Assentimento Prévio à empresa MINERADORA SANTO EXPEDITO LTDA., CNPJ nº 01.133.510/0001-08, para estabelecer-se na faixa de fronteira do estado de Mato Grosso do Sul, bem como pesquisar fosfato, em 6 (seis) áreas distintas de: 1.596,26ha, 1.853,57ha, 2.000,00ha, 1.999,90ha, 1.999,87ha e 1.991,34ha, totalizando uma área de 11.440,94ha, próximas aos Rios Betuomo e Mimoso, bem como no Córrego Pitangueiras, nos municípios de Bodoquena e Bonito, na faixa de fronteira do estado de Mato Grosso do Sul, condicionado ao acompanhamento do órgão ambiental competente; de acordo com a instrução dos Processos DNPM nºs 48406.960042/1996-90 e 48423.868328/2009-28, que fazem referência aos Processos DNPM nºs 48423.868329/2009-72, 48423.868330/2009-05, 48423.868331/2009-41, 48423.868332/2009-96 e 48423.868333/2009-31, a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral, por meio do Ofício nº 248/DIRE/DGTM-2012, de 21 de novembro de 2012, recebido em 30 de novembro de 2012, e a Nota SAEI-AP nº 035/2013-RF, expedida com ressalvas.

Nº 35 - Dar Assentimento Prévio à empresa ITAOESTE SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES LTDA., CNPJ nº 05.332.684/0001-42, para arquivar, na Junta Comercial do estado de Mato Grosso, a Décima Alteração e Consolidação do Contrato Social, datada de 21 de junho de 2012, que versa sobre: (i) a transferência, a título oneroso, pela sócia IFCC Serviços e Participações Ltda., CNPJ nº 10.965.376/0001-94, com a expressa anuência dos demais sócios, de 188.230 (cento e oitenta e oito mil, duzentas e trinta) quotas no valor de R$ 188.230,00 (cento e oitenta e oito mil, duzentos e trinta reais) ao sócio Olacyr Francisco de Moraes, CPF nº 045.535.198-87; e (ii) aumento do capital social de R$ 2.509.728,00 (dois milhões, quinhentos e nove mil e setecentos e vinte e oito reais) para R$ 12.509.728,00 (doze milhões, quinhentos e nove mil e setecentos e vinte e oito reais); de acordo com a instrução do Processo DNPM nº 48400.001484/2005-41, a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral, por meio do Ofício nº 268/DIRE/DGTM-2012, de 28 de dezembro de 2012, recebido em 14 de janeiro de 2013, e Nota SAEI-AP nº 036/2013-RF, expedida com ressalva.

JOSÉ ELITO CARVALHO SIQUEIRA

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E COOPERATIVISMO
SERVIÇO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE CULTIVARES

DECISÃO Nº 11, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

O Serviço Nacional de Proteção de Cultivares, em cumprimento ao disposto no inciso II do Art. 42 da Lei n.º 9.456/97, CANCELA o Certificado de Proteção da cultivar de rosa (Rosa L.), da empresa LUX RIVIERA S.R.L., da Itália, relacionado:

Nº Protocolo	Denominação	Nº do Certificado de Proteção
21806.000329/2006-79	Kriblanges	20100092

Fica aberto o prazo de 60 (sessenta) dias para recurso, contados da publicação destas Decisões.

FABRÍCIO SANTANA SANTOS
Coordenador do Serviço

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DO MARANHÃO

PORTARIA Nº 25, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO MARANHÃO, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 44, inciso XXII, do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, aprovado pela Portaria Ministerial nº 428, de 09.06.2010, publicada no D.O.U. de 14.06.2010, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa SDA nº 66, de 27.11.2006, na lei nº 7.802, de 11.07.1989, no Decreto nº 4.074, de 04.01.2002, e ainda, o que consta do Processo nº 21022.000526/2011-72, resolve:

Art. 1º - RENOVAR sob o nº BR MA 0435 o CREDENCIAMENTO da empresa GMS SERVIÇOS MARITIMOS GERAIS LTDA, CNPJ nº 12.514.972/0001-83, localizada na Avenida dos Portugueses, nº 31, bairro Vila Embratel, CEP 65081-401, São Luís-MA,

IMPRENSA NACIONAL 1808 COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

para, na qualidade de empresa prestadora de serviços de tratamentos fitossanitários com fins quarentenários, no trânsito internacional de vegetais e suas partes, seus produtos, subprodutos e embalagens de madeira, executar os seguintes tratamentos: a) Fumigação em Porões de Navio com fosfina e b) Fumigação em Contêineres (FEC) com fosfina.

Art. 2º - A renovação de credenciamento de que trata esta Portaria terá validade de 05 (cinco) anos.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO JOSÉ DOS SANTOS

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 183, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, nos arts. 33 e 36 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta do Processo MCTI nº 01200.003367/2012-33, de 28 de agosto de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder reabilitação à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, à empresa Plugtech do Brasil Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 02.425.358/0001-91, cuja habilitação foi suspensa pela Portaria MCTI nº 716, de 5 de outubro de 2012, publicada no DOU de 8 de outubro de 2012, em face do adimplemento das obrigações legais, no prazo concedido.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria MCTI nº 716, de 5 de outubro de 2012, publicada no DOU de 8 de outubro de 2012.

MARCO ANTONIO RAUPP

PORTARIA Nº 186, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, nos arts. 33 e 36 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta do Processo MCTI nº 01200.003361/2012-66, de 28 de agosto de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder reabilitação à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, à empresa então denominada Emerson Sistemas de Energia Ltda., cuja atual denominação é Emerson Network Power do Brasil Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 03.698.870/0001-74, cuja habilitação foi suspensa pela Portaria MCTI nº 968, de 27 de dezembro de 2012, publicada no DOU de 31 de dezembro de 2012, em face do adimplemento das obrigações legais, no prazo concedido.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria MCTI nº 968, de 27 de dezembro de 2012, publicada no DOU de 31 de dezembro de 2012.

MARCO ANTONIO RAUPP

PORTARIA Nº 187, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, nos arts. 33 e 36 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta do Processo MCTI nº 01200.003355/2012-17, de 28 de agosto de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder reabilitação à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, à empresa RCG Tecnologia Eletromecânica Ltda., para a matriz e filial 02, inscritas no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob os nºs 01.281.020/0001-40 e 01.281.020/0002-21, respectivamente, cujas habilitações foram suspensas pela Portaria MCTI nº 974, de 27 de dezembro de 2012, publicada no DOU de 31 de dezembro de 2012, em face do adimplemento das obrigações legais, no prazo concedido.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria MCTI nº 974, de 27 de dezembro de 2012, publicada no DOU de 31 de dezembro de 2012.

MARCO ANTONIO RAUPP

PORTARIA Nº 188, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto nos arts. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e 7º do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, resolve:

Art. 1º Reconhecer, conforme consta do processo MCTI nº 01200.001276/2012-63, de 24 de abril de 2012, que o produto, e respectivos modelos descritos abaixo, desenvolvido pela empresa Furukawa Industrial SA Produtos Elétricos, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 51.775.690/0001-91, atende à condição de bem de informática e automação desenvolvido no País, nos termos e para os fins estabelecidos na Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006:

Produto: Cabo de fibra óptica com revestimento externo de material dielétrico.

Modelos: CFOA DER-G - 2 A 288 FIBRAS (TIPOS DE FIBRAS: SM,MM,DS,NZD); CFOA DER-S- 2 A 288 FIBRAS (TIPOS DE FIBRAS: SM,MM,DS,NZD); CFOA-SM-DD-S ZF TS - Z(DE 2 A 576 FIBRAS); CFOA-MM-DD-S ZF TS - Z(DE 2 A 576 FIBRAS); CFOA-BLI-DD-S ZF TS - Z(DE 2 A 576 FIBRAS); CFOA-NZD-DD-S ZF TS - Z(DE 2 A 576 FIBRAS); CFOA-SM-DDR-S ZF TS - Z(DE 2 A 576 FIBRAS); CFOA-MM-DDR-S ZF TS - Z(DE 2 A 576 FIBRAS); CFOA-BLI-DDR-S ZF TS - Z(DE 2 A 576 FIBRAS); CFOA-NZD-DDR-S ZF TS - Z(DE 2 A 576 FIBRAS); CFOA-SM-ARD-S ZF TS - Z(DE 2 A 576 FIBRAS); CFOA-MM-ARD-S ZF TS - Z(DE 2 A 576 FIBRAS); CFOA-BLI-ARD-S ZF TS - Z(DE 2 A 576 FIBRAS); CFOA-NZD-ARD-S ZF TS - Z(DE 2 A 576 FIBRAS); CFOA-SM-ASY-S ZF TS - Y(DE 30 A 200 METROS)- Z(DE 2 A 576 FIBRAS); CFOA-MM-ASY-S ZF TS - Y(DE 30 A 200 METROS)- Z(DE 2 A 576 FIBRAS); CFOA-BLI-ASY-S ZF TS - Y(DE 30 A 200 METROS)- Z(DE 2 A 576 FIBRAS); CFOA-NZD-ASY-S ZF TS - Y(DE 30 A 200 METROS)- Z(DE 2 A 576 FIBRAS); CFOA-SM-ASY-RA ZF TS - Y(DE 30 A 200 METROS) - Z(DE 2 A 36 FIBRAS); CFOA-MM-ASY-RA ZF TS - Y(DE 30 A 200 METROS) - Z(DE 2 A 36 FIBRAS); CFOA-BLI-ASY-RA ZF TS - Y(DE 30 A 200 METROS) - Z(DE 2 A 36 FIBRAS); CFOA-NZD-ASY-RA ZF TS - Y(DE 30 A 200 METROS) - Z(DE 2 A 36 FIBRAS); FIS-OPTIC-ASY SM ZF TS - Y(DE 30 A 200 METROS) - Z(DE 2 A 36 FIBRAS); FIS-OPTIC-ASY MM ZF TS - Y(DE 30 A 200 METROS) - Z(DE 2 A 36 FIBRAS); FIS-OPTIC-ASY BLI ZF TS - Y(DE 30 A 200 METROS) - Z(DE 2 A 36 FIBRAS); FIS-OPTIC-ASY NZD ZF TS - Y(DE 30 A 200 METROS) -Z(DE 2 A 36 FIBRAS); CFOA-SM-AS-LV-CMOYKN-S ZF TS - Y(DE 3 A 25) - Z(DE 2 A 288 FIBRAS); CFOA-MM-AS-LV-CMOYKN-S ZF TS - Y(DE 3 A 25) - Z(DE 2 A 288 FIBRAS); CFOA-BLI-AS-LV-CMOYKN-S ZF TS - Y(DE 3 A 25) - Z(DE 2 A 288 FIBRAS); CFOA-NZD-AS-LV-CMOYKN-S ZF TS - Y(DE 3 A 25) - Z(DE 2 A 288 FIBRAS); CFOA-SM-FIG8-S ZF TS -Z (DE 2 A 576 FIBRAS); CFOA-MM-FIG8-S ZF TS -Z (DE 2 A 576 FIBRAS); CFOA-BLI-FIG8-S ZF TS -Z (DE 2 A 576 FIBRAS); CFOA-NZD-FIG8-S ZF TS -Z (DE 2 A 576 FIBRAS); CFOA-SM-FIG8-S AR ZF TS -Z(DE 2 A 576 FIBRAS); CFOA-MM- FIG8-S-AR ZF TS -Z(DE 2 A 576 FIBRAS); CFOA-BLI- FIG8-S-AR ZF TS -Z(DE 2 A 576 FIBRAS); CFOA-NZD- FIG8 S-AR ZF TS -Z(DE 2 A 576 FIBRAS); CFOA-SM-DE-S ZF TS -Z(DE 2 A 576 FIBRAS); CFOA-MM-DE-S ZF TS -Z(DE 2 A 576 FIBRAS); CFOA-BLI-DE-S ZF TS -Z(DE 2 A 576 FIBRAS); CFOA-NZD-DE-S ZF TS -Z(DE 2 A 576 FIBRAS); CFOA-SM-DPE-S ZF TS - Z(DE 2 A 576 FIBRAS); CFOA-MM-DPE-S ZF TS - Z(DE 2 A 576 FIBRAS); CFOA-BLI-DPE-S ZF TS - Z(DE 2 A 576 FIBRAS); CFOA-NZD-DPE-S ZF TS - Z(DE 2 A 576 FIBRAS); CFOA-SM-DER-S ZF TS - Z(DE 2 A 576 FIBRAS); CFOA-MM-DER-S ZF TS - Z(DE 2 A 576 FIBRAS); CFOA-BLI-DER-S ZF TS - Z(DE 2 A 576 FIBRAS); CFOA-NZD-DER-S ZF TS - Z(DE 2 A 576 FIBRAS); CFOA-SM-ARE-S ZF TS - Z(DE 2 A 576 FIBRAS); CFOA-MM-ARE-S ZF TS - Z(DE 2 A 576 FIBRAS); CFOA-BLI ARE-S ZF TS - Z(DE 2 A 576 FIBRAS); CFOA-NZD-ARE-S ZF TS - Z(DE 2 A 576 FIBRAS); OPTIC-LAN AR SM ZF TS - Z(DE 1 A 36 FIBRAS); OPTIC-LAN AR MM ZF TS - Z(DE 1 A 36 FIBRAS); OPTIC-LAN AR BLI ZF TS - Z(DE 1 A 36 FIBRAS); OPTIC-LAN AR NZD ZF TS - Z(DE 1 A 36 FIBRAS); CFOI-SM UB ZF TS - Z(DE 2 A 576 FIBRAS); CFOI-MM-UB ZF TS - Z(DE 2 A 576 FIBRAS); CFOI-BLI-UB ZF TS - Z(DE 2 A 576 FIBRAS); CFOI-NZD-UB ZF TS - Z(DE 2 A 576 FIBRAS); CFOT-SM-UB ZF TS - Z(DE 2 A 576 FIBRAS); CFOT-MM-UB ZF TS - Z(DE 2 A 576 FIBRAS); CFOT-BLI-UB ZF TS - Z(DE 2 A 576 FIBRAS); CFOT-NZD-UB ZF TS - Z(DE 2 A 576 FIBRAS); OPTIC-LAN SM ZF TS Z(DE 1 A 36FIBRAS); OPTIC-LAN MM ZF TS - Z(DE 1 A 36 FIBRAS); OPTIC-LAN BLI ZF TS - Z(DE 1 A 36 FIBRAS); OPTIC-LAN NZD ZF TS - Z(DE 1 A 36FIBRAS); FIS-OPTIC-DG SM ZF TS - Z(DE 1 A 36 FIBRAS); FIS-OPTIC-DG MM ZF TS - Z(DE 1 A 36 FIBRAS); FIS-OPTIC-DG BLI ZF TS - Z(DE 1 A 36 FIBRAS); FIS-OPTIC-DG NZD ZF TS - Z(DE 1 A 36 FIBRAS); OPTIC-LAN-AR (PFV) SM ZF TS - Z(DE 1 A 36 FIBRAS); OPTIC-LAN-AR (PFV) MM ZF TS - Z(DE 1 A 36 FIBRAS); OPTIC-LAN-AR (PFV) BLI ZF TS - Z(DE 1 A 36 FIBRAS); OPTIC-LAN-AR (PFV) NZD ZF TS - Z(DE 1 A 36 FIBRAS); DROP FIG.8 FTTH SM ZF TS - Z(DE 1 A 36 FIBRAS); DROP FIG.8 FTTH MM ZF TS - Z(DE 1 A 36 FIBRAS); DROP FIG.8 FTTH BLI ZF TS - Z(DE 1 A 36 FIBRAS); DROP FIG.8 FTTH NZD ZF TS - Z(DE 1 A 36 FIBRAS); FIS-OPTIC FTTH SM ZF TS - Z(DE 1 A 36 FIBRAS); FIS-OPTIC FTTH MM ZF TS - Z(DE 1 A 36 FIBRAS); FIS-OPTIC FTTH BLI ZF TS - Z(DE 1 A 36 FIBRAS); FIS-OPTIC FTTH NZD ZF TS - Z(DE 1 A 36 FIBRAS); DROP FIG8-M-S SM ZF TS - Z(DE 1 A 36 FIBRAS); DROP FIG8-M-S MM ZF TS - Z(DE 1 A 36 FIBRAS); DROP FIG8-M-S BLI ZF TS - Z(DE 1 A 36 FIBRAS); DROP FIG8-M-S NZD ZF TS - Z(DE 1 A 36 FIBRAS); CFOA-SM-ASUY ZF MINI-RA TS - Y(DE 30 A 120 METROS) - Z(DE 1 A 36 FIBRAS); CFOA-MM-ASUY ZF MINI-RA TS - Y(DE 30 A 120 METROS) - Z(DE 1 A 36 FIBRAS); CFOA-BLI-ASUY ZF MINI-RA TS - Y(DE 30 A 120 METROS) Z(DE 1 A 36 FIBRAS); CFOA-NZD-ASUY ZF MINI-RA TS - Y(DE 30 A 120 METROS) - Z(DE 1 A 36 FIBRAS).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTONIO RAUPP

PORTARIA Nº 190, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

Reconduz procedimento de averiguação complementar em empresa pública sob supervisão deste Ministério e dá outros dispositivos.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, os arts. 19 e 20 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, e os arts. 3º, § 4º, e 7º, inciso II, do Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000,resolve:

Art. 1º Reconduzir, em conjunto com a empresa pública Ceitec S.A., o procedimento instaurado por meio da Portaria MCTI nº 230, de 28 de março de 2012, retificada pela Portaria MCTI nº 307, de 7 de maio de 2012 e prorrogada pela Portaria MCTI nº 478, de 28 de junho de 2012, destinado a colher informações adicionais, para melhor subsidiar as conclusões tomadas com base nos apontamentos registrados nos itens 6.1.2.1 e 7.1.2.1 do Relatório de Auditoria sobre a prestação anual de contas da Ceitec S.A. relativo ao exercício de 2010, expedido pela Controladoria-Geral da União no Rio Grande do Sul (Processo nº 01213.000461/2011-19).

Art. 2º Os trabalhos da Comissão têm o seguinte escopo:

Quanto ao item 6.1.2.1, verificar, no âmbito do contrato 00050/2010, a compatibilidade dos preços contratados com os de mercado, bem como se os produtos contratados foram entregues e atendem às especificações pactuadas.

Quanto ao item 7.1.2.1, apurar detalhadamente, no âmbito do contrato 00040/2010, a adequação dos valores e quantitativos dos equipamentos, peças de reposição, insumos e Hh alocados para a consecução dos serviços contratados bem como a adequação dos valores cobrados a título de BDI.

As verificações e apurações acima referidas devem considerar todos os apontamentos efetuados pela CGU relativos a cada aspecto sob avaliação da Comissão, buscando confirmar ou refutar as hipóteses de irregularidade levantadas.

Parágrafo único. Conforme a complexidade técnica do objeto de averiguação, a Comissão poderá solicitar, se assim entender necessário, a emissão de análise ou parecer técnico de órgãos ou entidades públicas, de peritos ou de empresas privadas especializadas e independentes, com ônus para a Ceitec S.A.

Art. 3º Determinar a conclusão dos trabalhos no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogáveis por igual período, desde que devidamente justificado.

Art. 4º Ficam válidos os atos praticados regularmente pela Comissão entre o fim do prazo fixado na Portaria MCTI nº 478, de 2012, e a publicação da presente Portaria.

Art 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTONIO RAUPP

RETIFICAÇÃO

Na Portaria MCTI nº 139, de 20 de fevereiro de 2013, publicada no Diário Oficial da União nº 35, de 21 de fevereiro de 2013, Seção 1, página 13,
onde se lê:
Edital: nº 2/2012
Cargo: Pesquisador; Classe: Associado; Padrão: I
Área: Linguística Indígena

Classificação	Nome	Nota Final
2º	Gelsemara Mara Ferreira dos Santos	7,70

leia-se:
Edital: nº 2/2012
Cargo: Pesquisador; Classe: Associado; Padrão: I
Área: Linguística Indígena

Classificação	Nome	Nota Final
2º	Gelsama Mara Ferreira dos Santos	7,70

COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 3.570/2013

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 159ª Reunião Ordinária, ocorrida em 21 de fevereiro de 2013, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.005036/2012-38
Requerente: Futuragene do Brasil Tecnologia Ltda.
CNPJ: 12.777.984/0001-09
Endereço: Av. Dr. Jose Lembo, 1010, Sala A, Jardim Bela Vista, Itapetininga - SP
Assunto: Liberação planejada de eucalipto geneticamente modificado.
Extrato Prévio: 3.460/2013
Decisão: Deferido

A CTNBio, após apreciação do liberação planejada no meio ambiente de eucalipto geneticamente modificado concluiu pelo seu DEFERIMENTO, nos termos deste parecer técnico. A FuturaGene do Brasil Tecnologia Ltda., detentora do Certificado de Qualidade em Biossegurança - CQB 325/2011, solicita autorização para liberação

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

planejada no meio ambiente de eucalipto geneticamente modificado para aumento do volume da madeira. Os experimentos serão realizados Fazenda Fortaleza, Araraquara-SP e ocuparão uma área total de 6,4 ha e a área com OGM será de 5,14 hectares.

No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança propostas atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio informa que, de acordo com a Portaria 373/11 foi deferido a manutenção do sigilo para o Anexo 1.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

FLÁVIO FINARDI FILHO

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 3.571/2013

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 159ª Reunião Ordinária, ocorrida em 21 de fevereiro de 2013, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.002387/2012-97

Requerente: Du Pont do Brasil S.A. - Divisão Pioneer Sementes.

CNPJ: 61.064.929/0043-28

Endereço: SGAS 902, Lt. 74, Cj B, Bl. A, S221 a 224, Ed. Athenas, 70390-020, Brasília/DF

Assunto: Liberação planejada no meio ambiente (RN 06) e importação de sementes

Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após análise do pleito, concluiu pelo DEFERIMENTO. A requerente solicitou autorização para conduzir liberação planejada no meio ambiente de milho geneticamente modificado contendo genes de resistência a insetos. Esta liberação planejada no meio ambiente será instalada nos Centros de Pesquisa da requerente localizados em Coxilha/RS, Itumbiara/GO e Sorriso/MT. Fica autorizada a importação de 8,96 kg de sementes de milho, sendo destas 8,12 kg de sementes geneticamente modificadas, oriundas dos Estados Unidos da América, com local de quarentena previsto para o CENARGEN.

No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança propostas atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal. Como observado, o OGM será plantado em condições experimentais controladas, evitando eventuais danos ao meio ambiente. Assim, atendidas as condições descritas no processo e neste parecer técnico, essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou saúde humana.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

FLÁVIO FINARDI FILHO

DESPACHO DO PRESIDENTE

Em 26 de fevereiro de 2013

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público, após decisão ocorrida na 159ª Reunião Ordinária da CTNBio, em 21/02/2013, que ficam APROVADOS, os seguintes relatórios de liberação planejada após sua conclusão. Processos: 01200.002711/2009-71; 01200.002676/2009-91; 01200.000279/2011-07; 01200.007328/2006-67 e 01200.003361/2009-61.

FLÁVIO FINARDI FILHO



Ministério da Cultura

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 136, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2013

A SECRETÁRIA EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DA CULTURA, no uso da atribuição previstas no art. 7º da Portaria MinC n.º 05, de 16 de fevereiro de 2009 e considerando o disposto no art. 4º da Instrução Normativa nº 4, de 12 de novembro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, bem como as razões de urgência indicadas nos autos do processo nº 01400.017559/2012-71, resolve:

Art. 1º Aprovar ad referendum o Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI 2012-2014 - do Ministério da Cultura - MinC.

Art. 2º Determinar que o PDTI ora aprovado seja publicado no endereço eletrônico do Ministério da Cultura e obrigatoriamente inscrito na pauta da próxima reunião do Comitê de Gestão de Sistemas de Tecnologia da Informação e Informática do Sistema MinC, nos termos do art. 7º da Portaria MinC n.º 05, de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JEANINE PIRES

PORTARIA Nº 140, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2013

Subdelega competências à Secretaria de Fomento e Incentivo a Cultura - SEFIC.

A SECRETÁRIA EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DA CULTURA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos arts. 12 a 14 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, com as competências regimentais definidas no Decreto nº 7.743, de 31 de maio de 2012, e com a delegação de competências constante da Portaria nº 334, de 12 de junho de 2002, do Ministro de Estado da Cultura, resolve:

Art. 1º Subdelegar competências à Secretaria de Fomento e Incentivo a Cultura - SEFIC para proceder à reanálise das prestações de contas, aprová-las ou reprová-las, total ou parcialmente, adotar todos os procedimentos junto ao Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, inclusive a instauração de Tomada de Contas Especial, quando for o caso, com relação aos Convênios a seguir indicados:

I-Convênio nº 012/1999/Siafi nº 372139/Pronac nº 99-6036;

II-Convênio nº 344/1999/Siafi nº 382938/Pronac nº 99-9385;

III-Convênio nº 075/2001/Siafi nº 414191/Pronac nº 00-6968;

IV-Convênio nº 366/2001/Siafi nº 423054/Pronac nº 01-6118;

V-Convênio nº 178/2002/Siafi nº 449030/Pronac nº02-7605;

VI-Convênio nº 505/2002/Siafi nº 465635/Pronac nº 02-8097;

VII-Convênio nº 540/2002/Siafi nº 473255/Pronac nº 02-8563;

VIII-Convênio nº 177/2003/Siafi nº 494038/Pronac nº 03-6025;

IX-Convênio nº 211/2004/Siafi nº 510993/Pronac nº 04-1540;

X-Convênio nº 520/2004/Siafi nº 522219/Pronac nº 04-6642;

XI-Convênio nº 888/2005/Siafi nº 553498/Pronac nº 05-3207;

XII-Convênio nº 351/2005/Siafi nº 551369/Pronac nº 06-6927;

XIII-Convênio nº 399/2006/Siafi nº 573890/Pronac nº 06-7151; e

XIV-Convênio nº 557/2007/Siafi nº 622360/Pronac nº 07-10110.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

JEANINE PIRES

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

PORTARIA Nº 69, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2013

Dispõe sobre a regulamentação de diretrizes para a preservação do Conjunto Rural de Rio da Luz e áreas de entorno, no município de Jaraguá do Sul, no estado de Santa Catarina, tombado em nível federal pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN através do Processo de Tombamento nº 1.548-T-07 e inscrito nos Livros do Tombo Histórico e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, conforme Decreto Lei 25 de 30 de novembro de 1937, com o estabelecimento de parâmetros para novas intervenções nas áreas tombadas e de entorno.

A PRESIDENTA DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, no uso de suas atribuições que lhe são legalmente conferidas, tendo em vista o disposto no art. 21, V, do Anexo I do Decreto nº 6.844, de 7 de maio de 2009, que dispõe sobre a Estrutura Regimental do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, e

considerando o disposto nos artigos 1º, II, 23, III, 24, VII, 30, IX, 215, 216 e 225 da Constituição da República Federativa do Brasil;

considerando o disposto no Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional;

considerando que o Processo de Tombamento nº 1.548-T-07, pertinente ao tombamento dos bens relacionados com a imigração em Santa Catarina, o qual inclui o Conjunto Rural de Rio da Luz, no município de Jaraguá do Sul;

considerando a necessidade de preservação do Conjunto Rural de Rio da Luz;

considerando a necessidade de estabelecimento de parâmetros e diretrizes adequadas à preservação do bem tombado e ao norteamento da análise e aprovação de intervenções nas áreas tombadas e de entorno;

considerando os estudos técnicos desenvolvidos pelo IPHAN e constantes do processo administrativo nº 01510.000558/2012-40;

considerando que a presente portaria, tem por finalidade estabelecer parâmetros e critérios de análise para atender as demandas cotidianas mais recorrentes relacionadas à sua preservação, devendo as exceções ou casos omissos serem tratados individualmente, resolve:

Art. 1° Regulamentar e estabelecer os critérios para intervenção no Conjunto Rural de Rio da Luz e áreas de entorno.

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Seção I - Das Definições

Art. 2° Para os fins e efeitos desta Portaria são adotadas as seguintes definições:

I - Intervenção: toda alteração do aspecto físico, das condições de visibilidade, ou da ambiência de bem edificado tombado ou da sua área de entorno, tais como serviços de manutenção e conservação, reforma, demolição, construção, restauração, recuperação, ampliação, instalação, montagem e desmontagem, adaptação, escavação, arruamento, parcelamento e colocação de publicidade;

II - Bens de valor cultural e interesse à preservação: bens de natureza material que se destacam no conjunto edificado por sua íntima vinculação aos valores históricos, etnográficos e paisagísticos atribuídos ao conjunto protegido quando do tombamento, conforme caracterizados no Art. 8º desta Portaria.

III - Parcelamento: divisão da terra em unidades juridicamente independentes, com vistas à edificação, podendo ser realizado na forma de loteamento, desmembramento, fracionamento ou outras modalidades previstas pela municipalidade.

IV - Unidade Mínima Autônoma: a unidade imobiliária destinada à edificação resultante de condomínio horizontal.

Seção II - Do Objeto e da Aplicação

Art. 3º A presente Portaria aplica-se ao Conjunto Rural de Rio da Luz e áreas de entorno, doravante denominadas SÍTIO TOMBADO e ENTORNO, respectivamente, conforme plantas 1/3, 2/3 e 3/3 constante no Anexo I desta Portaria.

Art. 4º As intervenções propostas para o SÍTIO TOMBADO e seu ENTORNO deverão levar em conta a preservação, a valorização e a qualificação da paisagem das áreas tombadas, visando garantir a perduração das características rurais e a permanência dos valores históricos, etnográficos e paisagísticos que justificaram seu tombamento.

Art. 5º Quaisquer intervenções a serem realizadas no SÍTIO TOMBADO e seu ENTORNO depende de autorização do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, conforme dispõem os artigos 17 e 18 do Decreto-Lei n° 25 de 30 de novembro de 1937, cujos procedimentos de avaliação e aprovação dar-se-ão no âmbito da Superintendência do IPHAN em Santa Catarina.

Parágrafo Único - São passíveis de análise e aprovação pelo IPHAN, à luz desta Portaria, todas as intervenções em logradouros públicos, como calçadas, ruas, praças e largos, lotes urbanos ou rurais e edificações no SÍTIO TOMBADO e ENTORNO e, ainda, a instalação de equipamentos publicitários.

Art. 6º Para procedimentos de análise e autorização pelo IPHAN das intervenções no SÍTIO TOMBADO e ENTORNO, deverá ser observado o que dispõe a Portaria IPHAN nº 420, de 22 de dezembro de 2010.

Art. 7º Para fins de caracterização e regulamentação, o SÍTIO TOMBADO e o ENTORNO serão divididos em Setores de Tombamento (Setores T) e Setores de Entorno (Setores E), conforme Planta 2/3 constante do Anexo I desta Portaria.

CAPÍTULO II - CARACTERIZAÇÃO E SETORIZAÇÃO

Seção I - Setorização e Caracterização do Sítio Tombado

Art. 8º O SÍTIO TOMBADO caracteriza-se pela predominância da atividade rural e residencial, complementada por pequenos comércios, igrejas e associações recreativas locais, mantendo os principais elementos que configuram o modelo de ocupação territorial estabelecido pelas colônias de imigrantes.

§ 1º Com relação à linguagem arquitetônica do conjunto, o SÍTIO TOMBADO caracteriza-se pela ocorrência de edificações rurais de valor cultural, de uso residencial, comercial, religioso e recreativo, típicas da arquitetura teuto brasileira, sendo que todos os exemplares enquadrados nesta caracterização deverão ser integralmente preservados, conservando-se seus elementos e características originais de volumetria, materiais e técnicas construtivas.

§ 2º Entremeadas às edificações de valor cultural e de interesse à preservação, é possível identificar construções recentes, de linguagem arquitetônica e características que não possuem vínculo histórico ou correspondência arquitetônica com os bens que importa preservar e, portanto, passíveis de substituição ou transformação, conforme parâmetros adiante elencados.

§ 3º Para efeitos desta Portaria, serão considerados os seguintes setores de TOMBAMENTO:

I - Setor T1 - Setor Urbano com Proteção: Setor de transição urbano/ rural, onde o perímetro de tombamento se interpola com a zona de expansão urbana do município. Possui características predominantemente rurais, onde ainda preponderam lotes rurais e áreas de cultivo, atualmente entremeadas por núcleos de ocupação mais densa (classificados como Setor T2).

II - Setor T2 - Setor Áreas Urbanizadas com Proteção: Pequenos recortes dentro dos setores T1 e T3 onde as transformações advindas do paulatino processo de urbanização derivado da expansão do perímetro urbano do município são percebidas mais fortemente na paisagem, contrapondo-se às características originais essencialmente rurais do restante do perímetro de tombamento. A atual configuração do micro parcelamento (divisão de lotes e implantação de loteamentos) nessas áreas causa impactos à preservação dos valores etnográficos e paisagísticos imputados ao SÍTIO TOMBADO e que, a médio e longo prazo, deverão ser tratados através da adoção de medidas corretoras, mitigadoras e/ou compensatórias, no âmbito das análises individualizadas em processos administrativos específicos.

III - Setor T3 - Setor de Preservação Paisagística de Fundo de Vale: Faixa que acompanha o leito do Rio da Luz, entre as estradas da sua margem direita e esquerda (Rua Erwin Rux e Rua Eurico Duwe), cujos lotes, predominantemente planos, fazem testada com uma das estradas e fundos com o rio. Este setor estende-se entre a zona urbana e rural do município.

IV - Setor T4 - Setor de Preservação Paisagística de Planície: Setor rural, onde os valores etnográficos e paisagísticos do conjunto encontram sua maior expressão, caracterizado pelos lotes coloniais, ainda cultivados até meia encosta, onde a topografia é predominantemente plana ou pouco acidentada. Os lotes caracterizam-se pela linearidade, (de pequena testada e grande profundidade), estendendo-se perpendicularmente às estradas principais (margem esquerda e direita do rio) em direção à cumeada dos morros que encerram a bacia visual de todo o Vale do Rio da Luz. O modelo de ocupação tradicional dos lotes coloniais ainda se mantém na maior parte desse setor.

V - Setor T5 - Setor de Preservação Paisagística de Encosta: Setor onde estão incluídas as áreas de encosta (zonas de aclive, que vão da planície ao topo dos morros que envolvem o Vale do Rio da Luz, com início na cota 70) e os pequenos morros que configuram a massa de mata verde que emoldura a paisagem do Vale do Rio da Luz.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Seção II - Setorização e Caracterização do Entorno

Art. 9º O ENTORNO caracteriza-se pela concorrência entre a atividade rural e a crescente ocupação urbana, sendo considerado, do ponto de vista da preservação do SÍTIO TOMBADO, como área de transição e amortecimento.

§ 1º Assim como no SÍTIO TOMBADO, o ENTORNO também abriga edificações rurais de valor cultural, típicas da arquitetura teuto brasileira, alguns dos quais tombados individualmente pelo IPHAN e outros com proteção em nível estadual e/ou municipal.

§ 2º As diretrizes estabelecidas para o ENTORNO têm como objetivo resguardar a ambiência dos bens tombados em nível federal.

Art. 10º Para efeitos desta Portaria serão considerados os seguintes setores de ENTORNO:

I - Setor E1 - Setor de Amortecimento: setor de entorno com características similares ao setor T4 (Setor de Preservação Paisagística de Planície), mas que já possui ocupação urbana marcante, em detrimento do uso rural, caracterizada pela existência de pequenas indústrias, comércios e zonas residenciais com ocupação junto às vias principais (estradas das margens direita e esquerda do Rio da Luz);

II - Setor E2 - Setor de Amortecimento e Preservação Paisagística: setor de entorno com características paisagísticas e de ocupação similares ao setor T5 (Setor de Preservação Paisagística de Encosta), iniciando na cota 70 se seguindo até as linhas de cumeada que delimitam a área de ENTORNO;

III - Setor E3 - Setor de Preservação Paisagística de Bem Tombado Individualmente: setor de entorno onde está implantada a Casa Rux, bem com proteção individual pelo Iphan, cuja ambiência deve ser preservada;

IV - Setor E4 - Setor Áreas Urbanizadas: Pequenos recortes dentro do setor E1 onde as transformações advindas do paulatino processo de urbanização derivado da expansão do perímetro urbano do município são percebidas mais fortemente na paisagem, contrapondo-se às características essencialmente rurais do perímetro de tombamento.

CAPÍTULO III - DIRETRIZES DE PRESERVAÇÃO PARA O SÍTIO TOMBADO E ENTORNO

Seção I - Diretrizes de Preservação para Intervenções Urbanísticas

Art. 11. A pavimentação das vias (ruas, travessas, alamedas, etc.) derivadas de projetos de parcelamento (loteamentos, condomínios horizontais, etc.) deverá ser feita com material que permita a permeabilidade do terreno, como paralelepípedos, blocos intertravados de qualquer tipo ou pisograma, sendo vedado o uso de composições coloridas ou de pavimentação asfáltica.

Art. 12. Em todos os casos de parcelamento deverão ser respeitados os parâmetros constantes no Anexo II desta Portaria.

Art. 13. Deverá ser evitada qualquer supressão de cobertura vegetal de porte existente nos lotes, ficando vedada a realização de terraplanagem para execução dos parcelamentos, que deverão adaptar-se às condições naturais dos terrenos, exceto para abertura e traçado de vias.

Art. 14. Terraplanagens, movimentação de terra, cortes e outros serviços que impliquem na mudança do perfil topográfico dos terrenos apenas poderão ser autorizados se acompanhados de projeto ou anteprojeto urbanístico e/ou arquitetônico do que se pretende construir no local.

Art. 15. Novos loteamentos e/ou condomínios horizontais serão permitidos apenas dentro dos Setores E1, E4 e T1 em conformidade com as seguintes orientações:

I - O desenho urbano dentro dos loteamentos e/ou condomínios horizontais deverá seguir linguagem diferenciada, evitando traçados retilíneos demasiadamente contínuos ou ocupações marcadamente regulares perceptíveis a partir de qualquer ponto das ruas Eurico Duwe e Erwin Rux.

II - Em novos loteamentos e/ou condomínios horizontais, as Áreas de Tratamento Paisagístico de Uso Comunitário deverão estar localizadas em áreas previamente indicadas pelo IPHAN, em especial na porção frontal do empreendimento, lindeiras às vias principais de acesso.

III - Do Projeto Urbanístico para o loteamento e/ou condomínio horizontal deverá fazer parte também um Projeto Paisagístico, prevendo arborização de todas as vias internas e manutenção de vegetação existente.

§ 1º Os loteamentos localizados nos Setores T2 e E1, com aprovações concedidas pela Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul entre 26/11/2007 e 31/12/2011, serão analisados caso a caso a partir de processos administrativos específicos abertos junto ao IPHAN.

Art. 16. Remembramentos serão permitidos em todos os setores, passando a respeitar os parâmetros constantes no Anexo II desta Portaria.

Art. 17. Caso venham a ser parcelados lotes que contenham bens de valor cultural e interesse à preservação, os parâmetros adotados serão os mesmos aplicados ao Setor de Tombamento T1, mesmo que o loteamento esteja localizado na área de ENTORNO.

§ 1º Após o parcelamento, a área total final do terreno onde estiverem implantadas as edificações de valor cultural e interesse à preservação não deverá ser menor que 5.000 m^2 (cinco mil metros quadrados).

§ 2º Nos casos a que se refere o Parágrafo Primeiro deste artigo, a configuração original do lote deverá ser minimamente respeitada, mantendo-se preservados os ranchos de madeira, hortas, jardins, pomares e/ou plantações, se houver.

Seção II - Diretrizes de Preservação para Intervenções Arquitetônicas

Art. 18. Recomenda-se o encaminhamento de solicitação de Informação Básica ao IPHAN, conforme previsto nos artigos 10 e 11 da Portaria IPHAN nº. 420/10, antes do envio do Anteprojeto e/ou do Projeto Executivo, especialmente para os seguintes casos:

I - Intervenções em lotes que possuem bens de valor cultural e interesse à preservação;

II - Intervenções em bens de valor cultural e interesse à preservação;

III - Projetos para instalação ou ampliação de estruturas de grande porte para qualquer finalidade;

Parágrafo Único - A Informação Básica tem como objetivo orientar o interessado quanto às diretrizes adotadas pelo IPHAN na área em que se deseja intervir, servindo de auxilio ao desenvolvimento do Anteprojeto e do Projeto Executivo, conforme disposto nos artigos 10, 11 e 12 da Portaria IPHAN nº. 420/10.

Art. 19. Em todos os Setores de TOMBAMENTO, além dos parâmetros constantes do Anexo II desta Portaria, as novas edificações deverão atender aos seguintes requisitos:

I - Paredes externas com altura máxima de seis metros;

II - Telhado em duas ou quatro águas com inclinação mínima de 50% e cobertura em telha cerâmica de cor natural similar às edificações tradicionais (marrom escuro ou avermelhado) e com tratamento não brilhoso.

III - Paredes externas com acabamentos em cores similares àquelas utilizadas pela arquitetura tradicional da região, vedado o uso de tonalidades fortes e vibrantes, de revestimentos cerâmicos ou de acabamento brilhoso;

IV - Esquadrias externas com proporções, tratamentos e cores similares àquelas utilizadas na arquitetura tradicional da região, com vidros translúcidos (se for o caso), sendo vedado o uso de vidros fumês, reflexivos e/ou coloridos.

V - Os volumes destinados ao abrigo de reservatórios ou caixas d'água deverão estar total ou parcialmente abrigados sob os planos do telhado.

VI - A linguagem arquitetônica das novas edificações deverá ter linhas neutras ou inspirar-se na arquitetura tradicional da região, ficando vedada a introdução de elementos que façam referência a tipologias e estilos arquitetônicos estranhos à paisagem local.

Parágrafo Único - Sótão e subsolo não serão computados para fins de cálculo das alturas totais das paredes externas.

Art. 20. No Setor de ENTORNO E1, além dos parâmetros constantes do Anexo II desta Portaria, as novas edificações deverão atender aos seguintes requisitos:

I - Paredes externas com altura máxima de nove metros;

II - Telhado em duas ou quatro águas com inclinação mínima de 50% e cobertura em telha cerâmica de cor natural similar às edificações tradicionais (marrom escuro ou avermelhado) e com tratamento não brilhoso.

III - Paredes externas com acabamentos em cores similares àquelas utilizadas pela arquitetura tradicional da região, vedado o uso de tonalidades fortes e vibrantes, de revestimentos cerâmicos ou de acabamento brilhoso;

IV - Os volumes destinados ao abrigo de reservatórios ou caixas d'água deverão estar total ou parcialmente abrigados sob os planos do telhado.

Parágrafo Único - Sótão e subsolo não serão computados para fins de cálculo das alturas totais das paredes externas.

Art. 21. Nos Setores de ENTORNO E2 e E3, além dos parâmetros constantes do Anexo II desta Portaria, as novas edificações deverão atender aos seguintes requisitos:

I - Paredes externas com altura máxima de seis metros;

II - Telhado em duas ou quatro águas com inclinação mínima de 50% e cobertura em telha cerâmica de cor natural similar às edificações tradicionais (marrom escuro ou avermelhado) e com tratamento não brilhoso;

III - Paredes externas com acabamentos em cores similares àquelas utilizadas pela arquitetura tradicional da região, vedado o uso de tonalidades fortes e vibrantes e de revestimentos cerâmicos ou de acabamento brilhoso;

IV - Esquadrias externas com proporções, tratamentos e cores similares àquelas utilizadas na arquitetura tradicional da região, com vidros translúcidos (se for o caso), sendo vedado o uso de vidros fumês, reflexivos e/ou coloridos.

Parágrafo Único - Sótão e subsolo não serão computados para fins de cálculo das alturas totais das paredes externas.

Art. 22. No Setor de ENTORNO E4, além dos parâmetros constantes do Anexo II desta Portaria, as novas edificações deverão atender aos seguintes requisitos:

I - Paredes externas com altura máxima de nove metros;

II - Telhado em duas ou quatro águas e cobertura em telha cerâmica de cor natural similar às edificações tradicionais (marrom escuro ou avermelhado) e com tratamento não brilhoso.

III - Paredes externas com acabamentos em cores similares àquelas utilizadas pela arquitetura tradicional da região, vedado o uso de tonalidades fortes e vibrantes, de revestimentos cerâmicos ou de acabamento brilhoso;

Parágrafo Único - Sótão e subsolo não serão computados para fins de cálculo das alturas totais das paredes externas.

Art. 23. Em todos os setores de TOMBAMENTO e ENTORNO, os cercamentos (muros, muretas e cercas) deverão seguir as seguintes características:

I - Se construídos com elementos vazados (madeira ou metal), a altura máxima será de 1,80 metros;

II - Se construídos com materiais opacos (tijolos, blocos de pedra ou outro material similar), a altura máxima será de 80 centímetros;

III - Se construídos com elementos mistos (aliando materiais opacos e elementos vazados), a altura máxima será de 1,50 metros, com embasamento de, no máximo, 50 centímetros de altura.

IV - Em todos os casos, deverão possuir desenho sóbrio, compatível com as tipologias de muros e/ou cercas que tradicionalmente acompanham a arquitetura teuto-brasileira de valor cultural da região, ficando vedada pinturas ou acabamentos com cores claras (como o branco ou tons pastéis).

V - Fica vedada a construção de portais ou qualquer tipo de cercamento estranho àquele tradicionalmente utilizado na área rural de Rio da Luz e relacionado com a arquitetura teuto-brasileira de valor cultural da região.

CAPÍTULO IV - DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA A ANÁLISE

Art. 24. O IPHAN analisará as propostas de intervenção no SÍTIO TOMBADO e suas áreas de ENTORNO sempre que receber, diretamente do interessado ou via Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, Requerimento acompanhado de documentação correspondente conforme regulamentado pelo artigo 6º e 7º da Portaria IPHAN 420/10, complementado por:

I - Memorial Descritivo informando o tipo (material e cor) de acabamento utilizado na cobertura, paredes e esquadrias externas, seguindo as orientações desta Portaria;

II - Projeto Arquitetônico e/ou Urbanístico com planta contendo desenhos e especificações de como será o tratamento das áreas externas, contendo: (1) indicação de áreas reservadas para o plantio de vegetação de portes variados (espécies arbóreas, arbustivas e outras) e (2) desenho e especificações de pisos externos, seguindo as orientações desta Portaria; e (3) desenho e especificações dos cercamentos (muros, muretas e cercas) do lote.

Parágrafo Único - Qualquer pedido de análise deverá apresentar com clareza a localização do imóvel em relação às áreas urbanas e rurais de Rio da Luz, preferencialmente através de uma planta de situação que integre o Projeto Arquitetônico e/ou Urbanístico.

CAPÍTULO V - DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 25. No cumprimento da legislação vigente, o IPHAN exercerá fiscalização no SÍTIO TOMBADO e áreas de ENTORNO, sem aviso prévio, sempre que julgar necessário e oportuno.

§ 1º Identificadas intervenções irregulares o IPHAN tomará as providências necessárias junto ao proprietário ou responsável pelo dano ou objeto de intervenção e comunicará à Prefeitura Municipal.

§ 2º O descumprimento das diretrizes e normas estabelecidas para o SÍTIO TOMBADO e o seu ENTORNO ensejará as sanções previstas nos arts. 17 e 18 do Decreto Lei 25/37, adotando-se o procedimento previsto na Portaria IPHAN nº 187, de 9 de junho de 2010.

Art. 26. É desejável a composição de Câmara Consultiva Local constituída por representação civil e órgãos da administração pública atuantes no município de Jaraguá do Sul, com o objetivo de atuar como órgão consultivo acerca das questões relacionadas com a preservação do Conjunto Rural de Rio da Luz.

Parágrafo Único - Para a constituição da Câmara Consultiva Local deverá ser celebrado Termo de Cooperação Técnica, que estabelecerá a composição da Câmara, bem como suas atribuições.

Art. 27. Após seis meses de aplicação da presente Portaria e verificando-se a necessidade de aperfeiçoamento das diretrizes para análise e autorização das intervenções no SÍTIO TOMBADO e ENTORNO, será possível sua revisão, mediante avaliação técnica da Superintendência do IPHAN em Santa Catarina e pelo Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização do IPHAN.

Parágrafo Único - É recomendada a avaliação da aplicabilidade das diretrizes desta Portaria, ou revisão dos seus dispositivos, no todo ou em parte, pelo menos a cada cinco anos.

Art. 28. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

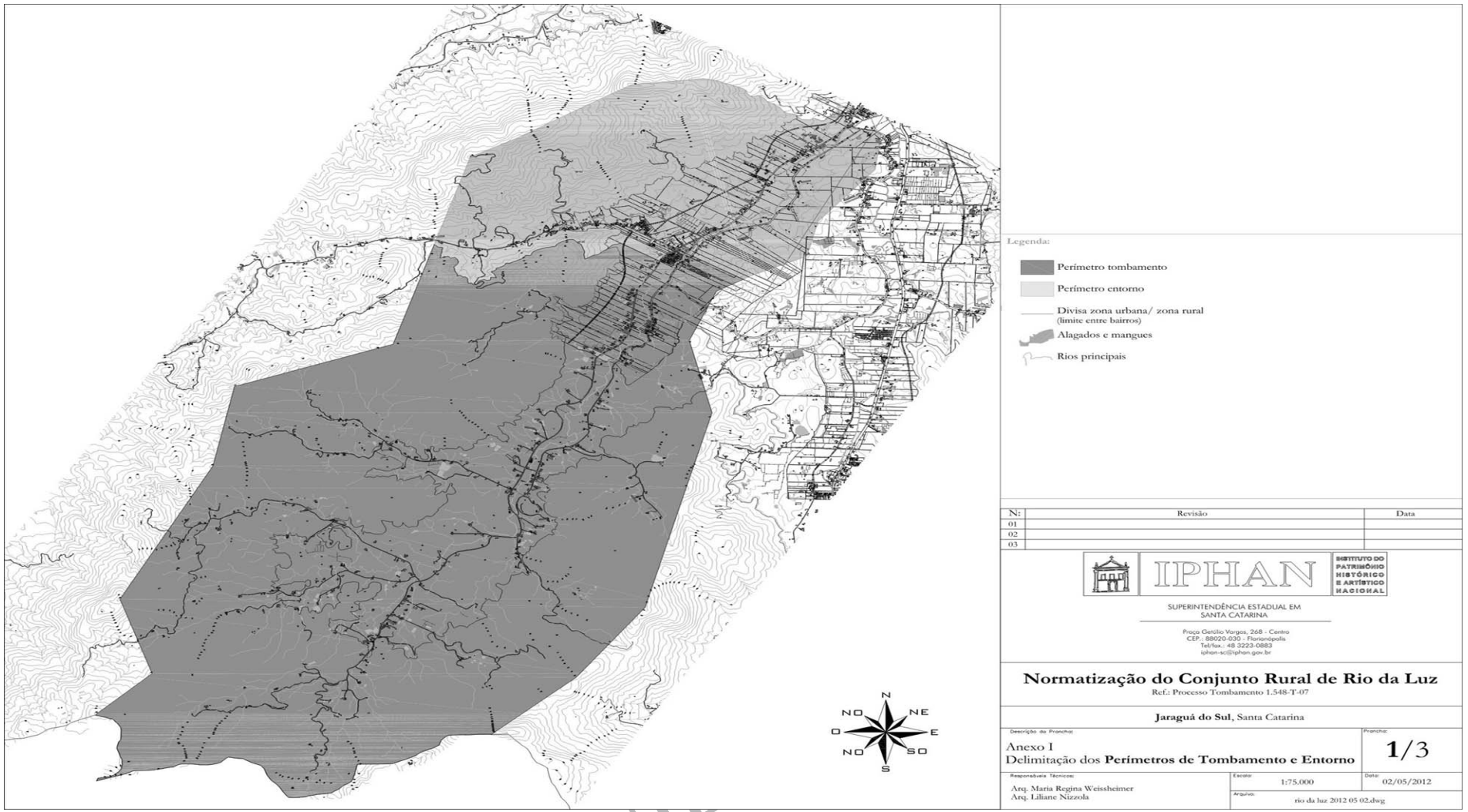
JUREMA MACHADO

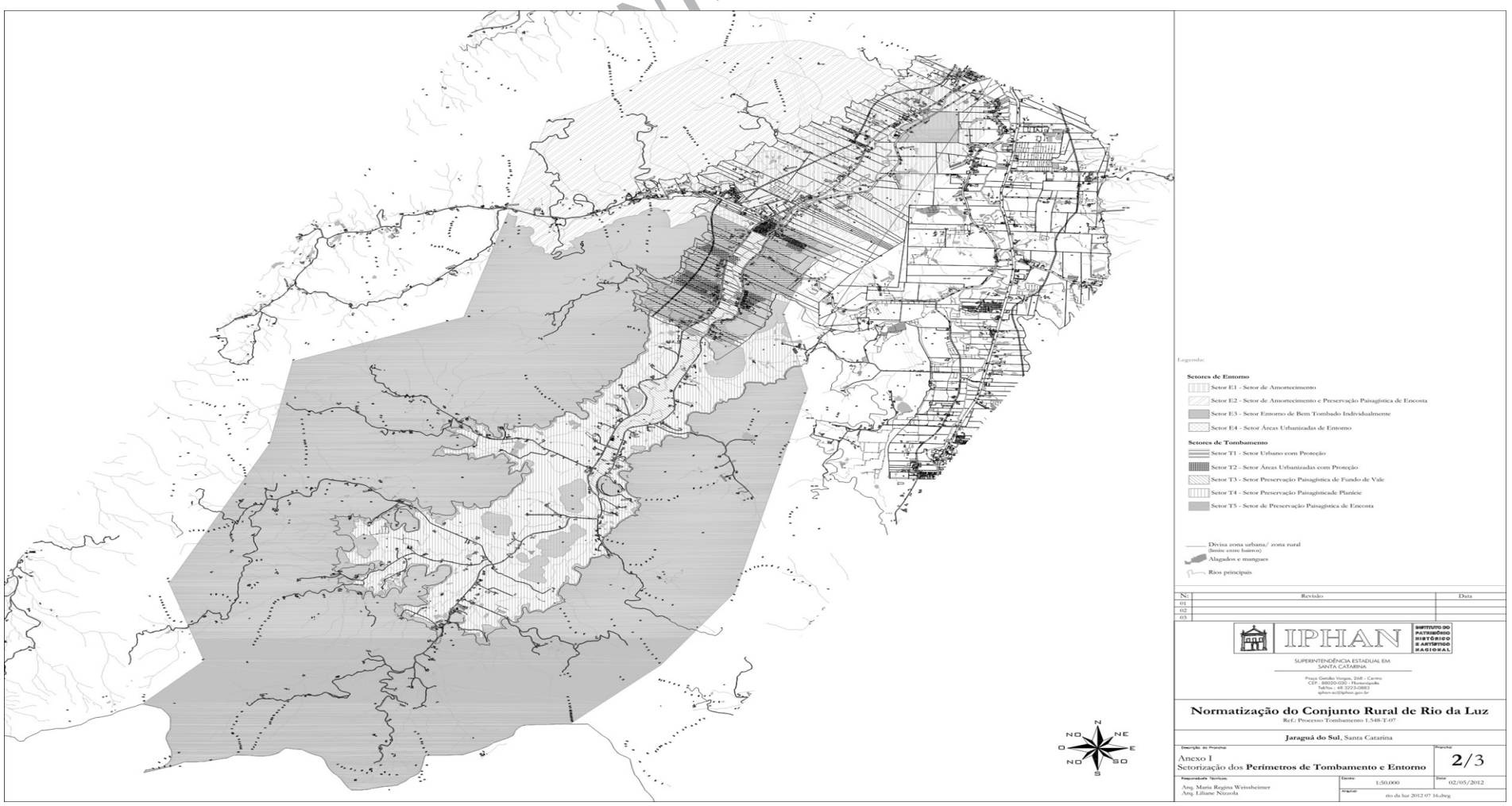
COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013022700006

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

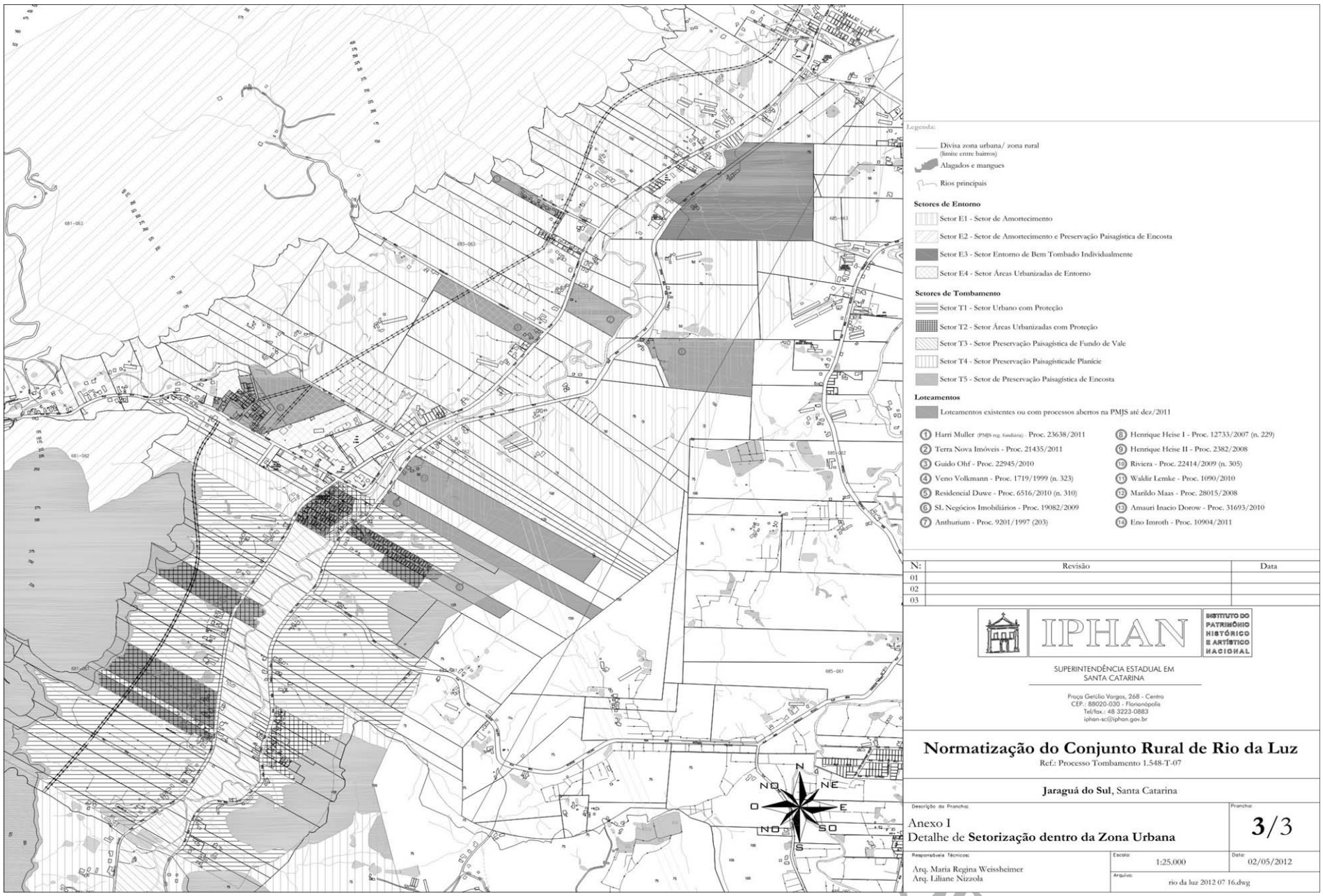
ANEXO I





Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013022700007

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



ANEXO II

Parâmetros de parcelamento e ocupação do solo

Setor	L Mín [m²]	UA Mín [m²]	Te Mín [m]	TO Máx [%]	AF Mín [m]	AL Mín [m]	TA Mín [%]	TP Mín [%]	APE Máx [m]
Setores de Tombamento									
T1	1.000	-	30	50	5	5	30	40	6
T2	*	*	*	def. pela PMJS	def. pela PMJS	def. pela PMJS	30	30	6
T3	3.000	3.000	30	50	5	5	30	40	6
T4	20.000	5.000	30	20	15	5	40	70	6
T5	20.000	20.000	30	20	15	5	40	70	6
Setores de Entorno									
E1	500	500	15	def. pela PMJS	def. pela PMJS	def. pela PMJS	10	30	9
E2	20.000	2.000	30	def. pela PMJS	def. pela PMJS	def. pela PMJS	20	40	6
E3	3.000	3.000	20	60	5	3	10	30	6
E4	*	*	*	def. pela PMJS	def. pela PMJS	def. pela PMJS	10	30	9

L Mín	Tamanho mínimo do lote
UA Mín	Tamanho mínimo da unidade autônoma
Te Mín	Testada mínima do lote
TO Máx	Taxa de ocupação máxima das edificações dentro do lote
AF Mín	Afastamento frontal mínimo das edificações dentro do lote
AL Mín	Afastamento lateral mínimo das edificações dentro do lote
TA Mín	Taxa de arborização mínima
TP Mín	Taxa de permeabilidade mínima
APE Máx	Altura máxima das paredes externas
T1	Setor Urbano com Proteção
T2	Setor Áreas Urbanizadas com Proteção
T3	Setor de Preservação Paisagística de Fundo de Vale
T4	Setor de Preservação Paisagística de Planície
T5	Setor de Preservação Paisagística de Encosta
E1	Setor de Amortecimento
E2	Setor de Amortecimento e Preservação Paisagística
E3	Setor de Preservação Paisagística de Bem Tombado Individualmente
E4	Setor Áreas Urbanizadas

VEDADO POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 70, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2013

Dispõe sobre a regulamentação de diretrizes para a preservação do Conjunto Rural de Testo Alto, no município de Pomerode, no estado de Santa Catarina, tombado em nível federal pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN através do Processo de Tombamento nº 1.548-T-07 e inscrito nos Livros do Tombo Histórico e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, conforme Decreto Lei n° 25, de 30 de novembro de 1937, com o estabelecimento de parâmetros para novas intervenções nas áreas tombadas e de entorno.

A PRESIDENTA DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, no uso de suas atribuições que lhe são legalmente conferidas, tendo em vista o disposto no art. 21, V, do Anexo I do Decreto nº 6.844, de 7 de maio de 2009, que dispõe sobre a Estrutura Regimental do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, e

considerando o disposto nos artigos 1º, II, 23, III, 24, VII, 30, IX, 215, 216 e 225 da Constituição da República Federativa do Brasil;

considerando o disposto no Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional;

considerando que o Processo de Tombamento nº 1.548-T-07, pertinente ao tombamento dos bens relacionados com a imigração em Santa Catarina, o qual inclui o Conjunto Rural de Testo Alto, no município de Pomerode;

considerando a necessidade de preservação do Conjunto Rural de Testo Alto;

considerando a necessidade de estabelecimento de parâmetros e diretrizes adequadas à preservação do bem tombado e ao norteamento da análise e aprovação de intervenções nas áreas tombadas e de entorno;

considerando os estudos técnicos desenvolvidos pelo IPHAN e constantes do processo administrativo nº 01510.000558/2012-40;

considerando que a presente portaria, tem por finalidade estabelecer parâmetros e critérios de análise para atender as demandas cotidianas mais recorrentes relacionadas à sua preservação, devendo as exceções ou casos omissos serem tratados individualmente, resolve:

Art. 1° Estabelecer os critérios para intervenção no Conjunto Rural de Testo Alto e áreas de entorno.

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Seção I - Das Definições

Art. 2° Para os fins e efeitos desta Portaria são adotadas as seguintes definições:

I - Intervenção: toda alteração do aspecto físico, das condições de visibilidade, ou da ambiência de bem edificado tombado ou da sua área de entorno, tais como serviços de manutenção e conservação, reforma, demolição, construção, restauração, recuperação, ampliação, instalação, montagem e desmontagem, adaptação, escavação, arruamento, parcelamento e colocação de publicidade;

II - Bens de valor cultural e interesse à preservação: bens de natureza material que se destacam no conjunto edificado por sua íntima vinculação aos valores históricos, etnográficos e paisagísticos atribuídos ao conjunto protegido quando do tombamento, conforme caracterizados no Art. 8º desta Portaria.

III - Parcelamento: divisão da terra em unidades juridicamente independentes, com vistas à edificação, podendo ser realizado na forma de loteamento, desmembramento, fracionamento ou outras modalidades previstas pela municipalidade.

IV - Unidade Mínima Autônoma: a unidade imobiliária destinada à edificação resultante de condomínio horizontal.

Seção II - Do Objeto e da Aplicação

Art. 3º A presente Portaria aplica-se ao Conjunto Rural de Testo Alto e áreas de entorno, doravante denominadas SÍTIO TOMBADO e ENTORNO, respectivamente, conforme plantas 1/2 e 2/2 constante no Anexo I desta Portaria.

Art. 4º As intervenções propostas para o SÍTIO TOMBADO e seu ENTORNO deverão levar em conta a preservação, a valorização e a qualificação da paisagem das áreas tombadas, visando garantir a perduração das características rurais e a permanência dos valores históricos, etnográficos e paisagísticos que justificaram seu tombamento.

Art. 5º Quaisquer intervenções a serem realizadas no SÍTIO TOMBADO e seu ENTORNO depende de autorização do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, conforme dispõem os artigos 17 e 18 do Decreto-Lei n° 25, de 30 de novembro de 1937, cujos procedimentos de avaliação e aprovação dar-se-ão no âmbito da Superintendência do IPHAN em Santa Catarina.

Parágrafo Único - São passíveis de análise e aprovação pelo IPHAN, à luz desta Portaria, todas as intervenções em logradouros públicos, como calçadas, ruas, praças e largos, lotes urbanos ou rurais e edificações no SÍTIO TOMBADO e ENTORNO e, ainda, a instalação de equipamentos publicitários.

Art. 6º Para procedimentos de análise e autorização pelo IPHAN das intervenções no SÍTIO TOMBADO e ENTORNO, deverá ser observado o disposto na Portaria IPHAN nº 420, de 22 de dezembro de 2010.

Art. 7º Para fins de setorização e regulamentação, será considerado o Macrozoneamento constante do Anexo I desta Portaria.

CAPÍTULO II - CARACTERIZAÇÃO

Seção I - Caracterização do Sítio Tombado

Art. 8º O SÍTIO TOMBADO caracteriza-se pela predominância da atividade rural e residencial, complementada por pequenos comércios, igrejas e associações recreativas locais, mantendo os principais elementos naturais, morfológicos e etnográficos que configuram o modelo de ocupação territorial estabelecido pelas colônias de imigrantes.

§ 1º Com relação à linguagem arquitetônica do conjunto, o SÍTIO TOMBADO caracteriza-se pela ocorrência de edificações rurais de valor cultural, de uso residencial, comercial, religioso e recreativo, típicas da arquitetura teuto brasileira, sendo que todos os exemplares enquadrados nesta caracterização deverão ser integralmente preservados, conservando-se seus elementos e características originais de volumetria, materiais e técnicas construtivas.

§ 2º Entremeadas às edificações de valor cultural e de interesse à preservação, é possível identificar construções recentes, de linguagem arquitetônica e características que não possuem vínculo histórico ou correspondência arquitetônica com os bens que importa preservar e, portanto, passíveis de substituição ou transformação, conforme parâmetros adiante elencados.

§ 3º Para fins desta Portaria, o SÍTIO TOMBADO é constituído pelos seguintes setores, para os quais se aplicam os parâmetros urbanísticos constantes no Anexo II desta Portaria:

I - Setor de Preservação Paisagística Rigorosa;

II - Setor de Preservação Paisagística;

III - Setor Urbano com Proteção.

Seção II - Caracterização do Entorno

Art. 9º O ENTORNO caracteriza-se pela concorrência entre a atividade rural e a crescente ocupação urbana, sendo considerado, do ponto de vista da preservação do SÍTIO TOMBADO, como área de transição e amortecimento.

Parágrafo Único - Para efeitos desta Portaria, o ENTORNO é constituído pelos seguintes setores, para os quais se aplicam os parâmetros urbanísticos constantes no Anexo II desta Portaria:

I - Setor de Preservação Paisagística de Entorno;

II - Setor Urbano de Entorno.

Art. 10. Assim como no SÍTIO TOMBADO, o ENTORNO também abriga edificações rurais de valor cultural, típicas da arquitetura teuto brasileira, alguns dos quais tombados individualmente pelo IPHAN e outros com proteção em nível estadual e/ou municipal.

Parágrafo Único - As diretrizes estabelecidas para o ENTORNO têm como objetivo resguardar a ambiência dos bens tombados em nível federal.

CAPÍTULO III - DIRETRIZES DE PRESERVAÇÃO PARA O SÍTIO TOMBADO E ENTORNO

Seção I - Diretrizes de Preservação para Intervenções Urbanísticas

Art. 11. A pavimentação das vias (ruas, travessas, alamedas, etc.) derivadas de projetos de parcelamento (loteamentos, condomínios horizontais, etc.) deverá ser feita com material que permita a permeabilidade do terreno, como paralelepípedos, blocos intertravados de qualquer tipo ou pisograma, sendo vedado o uso de composições coloridas ou de pavimentação asfáltica.

Art. 12. Em todos os casos de parcelamento deverão ser respeitados os parâmetros constantes no Anexo II desta Portaria.

Art. 13. Deverá ser evitada qualquer supressão de cobertura vegetal de porte existente nos lotes, ficando vedada a realização de terraplanagem para execução dos parcelamentos, que deverão adaptar-se às condições naturais dos terrenos, exceto para abertura e traçado de vias.

Art. 14. Terraplanagens, movimentação de terra, cortes e outros serviços que impliquem na mudança do perfil topográfico dos terrenos apenas poderão ser autorizados se acompanhados de projeto ou anteprojeto urbanístico e/ou arquitetônico do que se pretende construir no local.

Art. 15. Novos loteamentos e/ou condomínios horizontais serão permitidos apenas dentro da área urbana e em conformidade com as seguintes orientações:

I - Em todos os casos, serão passíveis de aprovação novos loteamentos e/ou condomínios horizontais cujos terrenos a serem parcelados possuírem testada mínima de 100 metros;

II - O desenho urbano dentro dos loteamentos e/ou condomínios horizontais deverá seguir linguagem diferenciada, evitando traçados retilíneos demasiadamente contínuos ou ocupações marcadamente regulares perceptíveis a partir de qualquer ponto das ruas Progresso e Testo Alto.

III - Em novos loteamentos e/ou condomínios horizontais, as Áreas de Tratamento Paisagístico de Uso Comunitário deverão estar localizadas na porção frontal do empreendimento, lindeiras às vias principais de acesso.

IV - Do Projeto Urbanístico para o loteamento e/ou condomínio horizontal deverá fazer parte também um Projeto Paisagístico, prevendo arborização de todas as vias internas e manutenção de vegetação existente.

Art. 16. Remembramentos serão permitidos em todos os setores, passando a respeitar os parâmetros constantes no Anexo II desta Portaria.

Art. 17. Caso venham a ser parcelados lotes que contenham bens de valor cultural e interesse à preservação, a área total final do terreno onde estiverem implantadas as edificações de valor cultural e interesse à preservação não deverá ser menor que 5.000 m^2 (cinco mil metros quadrados).

Parágrafo Único - Nestes casos, a configuração original do lote deverá ser minimamente respeitada, mantendo-se preservados os ranchos de madeira, hortas, jardins, pomares e/ou plantações, se houver.

Seção II - Diretrizes de Preservação para Intervenções Arquitetônicas

Art. 18. Recomenda-se o encaminhamento de solicitação de Informação Básica ao IPHAN, conforme previsto nos artigos 10 e 11 da Portaria IPHAN nº. 420/10, antes do envio do Anteprojeto e/ou do Projeto Executivo, especialmente para os seguintes casos:

I - Intervenções em lotes que possuem bens de valor cultural e interesse à preservação;

II - Intervenções em bens de valor cultural e interesse à preservação;

III - Projetos para instalação ou ampliação de estruturas de grande porte para qualquer finalidade;

Parágrafo Único - A Informação Básica tem como objetivo orientar o interessado quanto às diretrizes adotadas pelo IPHAN na área em que se deseja intervir, servindo de auxilio ao desenvolvimento do Anteprojeto e do Projeto Executivo, conforme disposto nos artigos 10, 11 e 12 da Portaria IPHAN nº. 420/10.

Art. 19. Em todos os Setores de TOMBAMENTO, além dos parâmetros constantes do Anexo II desta Portaria, as novas edificações deverão atender aos seguintes requisitos:

I - Paredes externas com altura máxima de seis metros;

II - Telhado em duas ou quatro águas com inclinação mínima de 50% e cobertura em telha cerâmica de cor natural similar às edificações tradicionais (marrom escuro ou avermelhado) e com tratamento não brilhoso.

III - Paredes externas com acabamentos em cores similares àquelas utilizadas pela arquitetura tradicional da região, vedado o uso de tonalidades fortes e vibrantes, de revestimentos cerâmicos ou de acabamento brilhoso;

IV - Esquadrias externas com proporções, tratamentos e cores similares àquelas utilizadas na arquitetura tradicional da região, com vidros translúcidos (se for o caso), sendo vedado o uso de vidros fumês, reflexivos e/ou coloridos.

V - Os volumes destinados ao abrigo de reservatórios ou caixas d'água deverão estar total ou parcialmente abrigados sob os planos do telhado.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

VI - A linguagem arquitetônica das novas edificações deverá ter linhas neutras ou inspirar-se na arquitetura tradicional da região, ficando vedada a introdução de elementos que façam referência a tipologias e estilos arquitetônicos estranhos à paisagem local.

Parágrafo Único - Sótão e subsolo não serão computados para fins de cálculo das alturas totais das paredes externas.

Art. 20. Nos Setores de ENTORNO, além dos parâmetros constantes do Anexo II desta Portaria, as novas edificações deverão atender aos seguintes requisitos:

I - Paredes externas com altura máxima de seis metros;

II - Telhado em duas ou quatro águas com inclinação mínima de 50% e cobertura em telha cerâmica de cor natural similar às edificações tradicionais (marrom escuro ou avermelhado) e com tratamento não brilhoso.

III - Paredes externas com acabamentos em cores similares àquelas utilizadas pela arquitetura tradicional da região, vedado o uso de tonalidades fortes e vibrantes, de revestimentos cerâmicos ou de acabamento brilhoso;

IV - Esquadrias externas com proporções, tratamentos e cores similares àquelas utilizadas na arquitetura tradicional da região, com vidros translúcidos (se for o caso), sendo vedado o uso de vidros fumês, reflexivos e/ou coloridos.

Parágrafo Único - Sótão e subsolo não serão computados para fins de cálculo das alturas totais das paredes externas.

Art. 21. Em todos os setores de TOMBAMENTO e ENTORNO, os cercamentos (muros, muretas e cercas) deverão seguir as seguintes características:

I - Se construídos com elementos vazados (madeira ou metal), a altura máxima será de 1,80 metros;

II - Se construídos com materiais opacos (tijolos, blocos de pedra ou outro material similar), a altura máxima será de 80 centímetros;

III - Se construídos com elementos mistos (aliando materiais opacos e elementos vazados), a altura máxima será de 1,50 metros, com embasamento de, no máximo, 50 centímetros de altura.

IV - Em todos os casos, deverão possuir desenho sóbrio, compatível com as tipologias de muros e/ou cercas que tradicionalmente acompanham a arquitetura teuto-brasileira de valor cultural da região, ficando vedada pinturas ou acabamentos com cores claras (como o branco ou tons pastéis).

V - Fica vedada a construção de portais ou qualquer tipo de cercamento estranho àquele tradicionalmente utilizado na área rural de Testo Alto e relacionado com a arquitetura teuto-brasileira de valor cultural da região.

CAPÍTULO IV - DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA A ANÁLISE

Art. 22. O IPHAN analisará as propostas de intervenção no SÍTIO TOMBADO e suas áreas de ENTORNO sempre que receber, diretamente do interessado ou via Prefeitura Municipal de Pomerode, Requerimento acompanhado de documentação correspondente conforme regulamentado pelo artigo 6º e 7º da Portaria IPHAN 420/10, complementado por:

I - Memorial Descritivo informando o tipo (material e cor) de acabamento utilizado na cobertura, paredes e esquadrias externas, seguindo as orientações desta Portaria;

II - Projeto Arquitetônico e/ou Urbanístico com planta contendo desenhos e especificações de como será o tratamento das áreas externas, contendo: (1) indicação de áreas reservadas para o plantio de vegetação de portes variados (espécies arbóreas, arbustivas e outras) e (2) desenho e especificações de pisos externos, seguindo as orientações desta Portaria; e (3) desenho e especificações dos cercamentos (muros, muretas e cercas) do lote.

Parágrafo Único - Qualquer pedido de análise deverá apresentar com clareza a localização do imóvel em relação às áreas urbanas e rurais de Testo Alto, preferencialmente através de planta de situação que integre o Projeto Arquitetônico e/ou Urbanístico.

CAPÍTULO V - DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 23. No cumprimento da legislação vigente, o IPHAN exercerá fiscalização no SÍTIO TOMBADO e áreas de ENTORNO, sem aviso prévio, sempre que julgar necessário e oportuno.

§ 1º Identificadas intervenções irregulares o IPHAN tomará as providências necessárias junto ao proprietário ou responsável pelo dano ou objeto de intervenção e comunicará à Prefeitura Municipal.

§ 2º O descumprimento das diretrizes e normas estabelecidas para o SÍTIO TOMBADO e o seu ENTORNO ensejará as sanções previstas nos art. 17 e 18 do Decreto Lei 25/37, adotando-se o procedimento previsto na Portaria IPHAN nº 187, de 11 de junho de 2010.

Art. 24. É desejável a composição de Câmara Consultiva Local constituída por representação civil e órgãos da administração pública atuantes no município de Pomerode, com o objetivo de atuar como órgão consultivo acerca das questões relacionadas com a preservação do Conjunto Rural de Testo Alto.

Parágrafo Único - Para a constituição da Câmara Consultiva Local deverá ser celebrado Termo de Cooperação Técnica, que estabelecerá a composição da Câmara, bem como suas atribuições.

Art. 25. Após seis meses de aplicação da presente Portaria e verificando-se a necessidade de aperfeiçoamento das diretrizes para análise e autorização das intervenções no SÍTIO TOMBADO e ENTORNO, será possível sua revisão, mediante avaliação técnica da Superintendência do IPHAN em Santa Catarina e pelo Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização do IPHAN.

Parágrafo Único - É recomendada a avaliação da aplicabilidade das diretrizes desta Portaria, ou revisão dos seus dispositivos, no todo ou em parte, pelo menos a cada cinco anos.

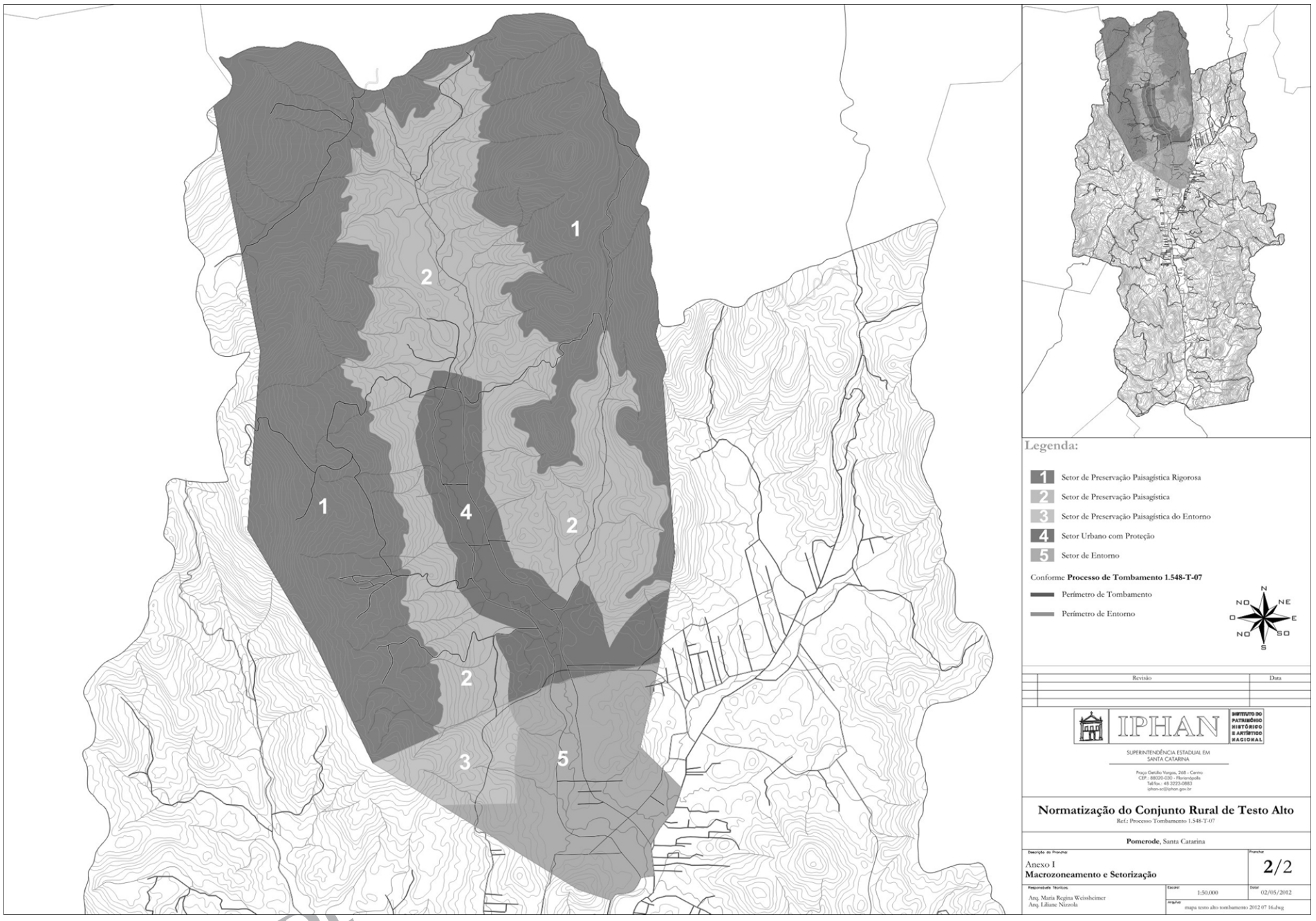
Art. 26. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JUREMA MACHADO

ANEXO I



COMERCIALIZAÇÃO



EXEMPLAR DI

ANEXO II

Parâmetros de parcelamento e ocupação do solo

Setores	L Mín [m²]	UA Mín [m²]	Te Mín [m]	TO Máx [%]	AF Mín [m]	AL Mín [m]	TA Mín [%]	TP Mín [%]	APE Máx [m]
Setores de Tombamento									
SPPR	20.000	20.000	30	10	6,0	5,0	30	80	6
SPP	20.000	5.000	30	10	6,0	5,0	30	80	6
SUP	3.000	3.000	30	10	10,0	10,0	30	80	6
Setores de Entorno									
SPPE	20.000	5.000	30	10	6,0	5,0	30	80	6
SUE	1.000	1.000	20	10	6,0	3,0	25	80	6

L Mín	Tamanho mínimo do lote
UA Mín	Tamanho mínimo da unidade autônoma
Te Mín	Testada mínima do lote
TO Máx	Taxa de ocupação máxima das edificações dentro do lote
AF Mín	Afastamento frontal mínimo das edificações dentro do lote
AL Mín	Afastamento lateral mínimo das edificações dentro do lote
TA Mín	Taxa de arborização mínima
TP Mín	Taxa de permeabilidade mínima
APE Máx	Altura máxima das paredes externas
SPPR	Setor de Preservação Paisagística Rigorosa
SPP	Setor de Preservação Paisagística
SUP	Setor Urbano com Proteção
SPPE	Setor de Preservação Paisagística do Entorno
SUE	Setor Urbano de Entorno

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013022700011

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 94, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 17 de 12 de janeiro de 2010 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1° - Aprovar projetos culturais, relacionados nos anexos I e II à esta Portaria, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista, respectivamente, no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS - (ART.18, §1º)
12 9940 - DISNEY LIVE! 2013
OPUS GESTÃO DE ENTRETENIMENTOS LTDA
CNPJ/CPF: 13.172.646/0001-06
Processo: 01400.031331/20-12
RN - Natal
Valor do Apoio R$: 3.730.170,00
Prazo de Captação: 27/02/2013 a 31/12/2013
Resumo do Projeto:
O Projeto DISNEY LIVE! 2013 propõe a realização da turnê do espetáculo Disney Live! Festival Musical do Mickey no Brasil, levando diversão, cultura e entretenimento à população de várias cidades brasileiras. Serão realizadas temporadas de 3 a 17 dias. Estima-se realizar 57 apresentações na turnê, a depender da demanda de público em cada cidade, com lotes de ingressos a preços acessíveis, proporcionado à população oportunidade de assistir à produção internacional de excelente qualidade.
12 9775 - A FOTOGRAFIA DE PAPAI
Clovis Sampaio Torres - Firma Individual
CNPJ/CPF: 03.113.359/0001-63
Processo: 01400.031137/20-12
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 533.040,00
Prazo de Captação: 27/02/2013 a 31/10/2013
Resumo do Projeto:
Montar o espetáculo A FOTOGRAFIA DE PAPAI na cidade de São Paulo. Seis meses de projeto, dois de ensaio e quatro de temporada em teatro com cerca de 300 lugares. Elias Andreatro na direção, Tânia Bondezan e Claudia Mello fazendo Zilda e Maria, duas irmas que se reencontram na ultima noite de vida do pai. O objetivo e destinar ainda 20% dos ingressos a mulheres que trabalham nas áreas de educação e saúde e fazer debate com elas sobre as questões apresentadas na peça. 47 apresentações.
12 9773 - Consumo consciente, futuro pela frente
Instituto Artefato Cultural
CNPJ/CPF: 11.043.826/0001-54
Processo: 01400.031135/20-12
SP - Santos
Valor do Apoio R$: 287.480,00
Prazo de Captação: 27/02/2013 a 31/12/2013
Resumo do Projeto:
Realizar 18 esquetes teatrais, com alunos de 18 escolas públicas, baseadas nos 12 princípios do consumo consciente do Instituto Akatu. Além das esquetes, o projeto também prevê a exibição do documentário "Criança, a alma do negócio", para os pais dos alunos, e também um tabuleiro gigante onde as crianças serão as peças do jogo.
12 10181 - Cidade de Deus, O Musical
No Coração da Selva Produções Artísticas Ltda
CNPJ/CPF: 05.508.188/0001-05
Processo: 01400.032172/20-12
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 14.719.074,80
Prazo de Captação: 27/02/2013 a 31/12/2013
Resumo do Projeto:
O projeto Cidade de Deus, O Musical prevê a criação, adaptação e montagem de um espetáculo teatral, inspirado na obra cinematográfica "Cidade de Deus". O musical tem previsão de estréia no Rio de Janeiro, com temporada de 4 meses e, em seguida, uma temporada de mais 4 meses na cidade de São Paulo. Serão apresentadas 4 sessões semanais, de quinta-feira à domingo.
12 10052 - Espetáculo Teatral Sonata dos Loucos
CEREJAS 2011 PRODUCOES ARTISTICAS E CULTURAIS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 13.727.585/0001-98
Processo: 01400.031589/20-12
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 499.780,00
Prazo de Captação: 27/02/2013 a 31/08/2013
Resumo do Projeto:
O projeto visa à montagem do espetáculo "Sonata dos Loucos" com texto e direção de Gilsérgio Botelho, que trata da loucura enquanto uma questão de discriminação social, abordando e questionando tudo aquilo que não se adéqua aos padrões predefinidos pela sociedade. A peça acontecerá no Rio de Janeiro, oferecendo ao todo 24 apresentações.
13 0148 - MARIA, MARIA
VENTURA PRODUÇÕES ARTISTICAS LTDA ME
CNPJ/CPF: 13.653.013/0001-01
Processo: 01400.000182/20-13
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 241.540,00
Prazo de Captação: 27/02/2013 a 31/12/2013
Resumo do Projeto:
Montagem de peça teatral que aborda o tema "violência domestica". É um espetáculo itinerante para ser apresentado em teatros, empresas, comunidades, praças, públicas, etc., que com o apoiado na lei "11.340 - Maria da Penha", abrirá um debate sobre o assunto com a platéia. Serão 30 dias de ensaios, preparação e produção e outras 33 semanas, aproximadamente, com cerca de 90 apresentações (300 pessoas por sessão) = 27.000 espectadores.
12 10118 - No Ponto
Petean & Da Rosa Produções Artística Ltda - ME.
CNPJ/CPF: 04.572.019/0001-63
Processo: 01400.032101/20-12
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 413.440,00
Prazo de Captação: 27/02/2013 a 30/11/2013
Resumo do Projeto:
Temporada dos espetáculos "Meio Lá, Meio Cá" (infantil) e "Farra" (adulto), pela grife LosLobosBobos, no Rio de Janeiro, no ano de 2013.
12 9346 - ANIMAEMBU 2013
INSTITUTO CULTURAL JUVENTUDE MULTI-PARTICIPAÇÃO
CNPJ/CPF: 08.179.173/0001-20
Processo: 01400.030609/20-12
SP - Embu
Valor do Apoio R$: 212.001,45
Prazo de Captação: 27/02/2013 a 31/07/2013
Resumo do Projeto:
Realizar o 6º ANIMAEMBU, com objetivo de preservar o patrimônio cultural imaterial na região. O objetivo será alcançado por meio de apresentações de danças e músicas típicas, realização de concursos artísticos (com exposição gratuita dos referidos trabalhos), exibições teatrais e musicais, workshops, palestras e outras atrações; voltadas à cultura japonesa. O evento visa promover o acesso à preços populares, enraizando a cultura na região. O evento será realizado em 2 dias, sábado e domingo.
12 9722 - BIODANÇA PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL
MARIA CRISTINA FELIX BATISTA
CNPJ/CPF: 360.618.756-49
Processo: 01400.031089/20-12
MG - Uberlândia
Valor do Apoio R$: 62.960,00
Prazo de Captação: 27/02/2013 a 31/12/2013
Resumo do Projeto:
Este Projeto visa beneficiar pessoas com visão baixa e nula, com a busca de "Um Novo Olhar" delas sobre si mesmas e seus pares como pessoas capazes que são, dignas de consideração e respeito, bem como por parte da sociedade, através de atividades em grupo de comunicação e contato estruturadas pelo Sistema Biodança, utilizando dança, canto, e ainda, através de uma cartilha para ampla circulação na sociedade, com dicas de como valorizar e auxiliar socialmente a pessoa com visãao baixa ou nula.
12 9969 - Programação Cultural aberta do XXIV CIME; Congresso Iberoamericano de Mulheres Empresárias
Fundação Uberlândia Turismo e Eventos
CNPJ/CPF: 03.908.683/0001-78
Processo: 01400.031425/20-12
MG - Uberlândia
Valor do Apoio R$: 606.188,00
Prazo de Captação: 27/02/2013 a 31/12/2013
Resumo do Projeto:
Este projeto realizará a programação cultural composta por artes cênicas e musica instrumental do XXIV CIME - Congresso Iberoamericano de Mulheres Empresárias, a ser realizado em Uberlândia, MG. Esta programação será realizada em espaço central aberto e gratuito com acessibilidade total para a população, e será pautada em artes cênicas (13 apresentações entre teatro e dança) e música instrumental (10 apresentações).
12 9765 - Play It Again, Sam (Sonhos de um sedutor)
EPA! MARKETING UNIVERSITARIO LTDA
CNPJ/CPF: 11.513.592/0001-61
Processo: 01400.031127/20-12
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 1.084.790,00
Prazo de Captação: 27/02/2013 a 31/12/2013
Resumo do Projeto:
A peça "Play it Again, Sam" (ou Sonhos de um sedutor) é um espetáculo adulto, realizado a partir do premiado texto do dramaturgo e cineasta norte-americano Woody Allen, a ser encenado em 73 apresentações nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília, Curitiba e Belo Horizonte A peça gira em torno de Allan Felix, típico protagonista das comédias de Woody Allen: um nova-iorquino neurótico e inseguro, cuja vida amorosa é atrapalhada e confusa. "Play it again, Sam" estreou na Broadway em 1969.
12 8555 - DR. CORUJIS: QUEM DISSE QUE O QUE NÃO SE VÊ NÃO É?
Cooperativa Paulista de Teatro
CNPJ/CPF: 51.561.819/0001-69
Processo: 01400.029493/20-12
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 129.718,00
Prazo de Captação: 27/02/2013 a 30/09/2013
Resumo do Projeto:
Realização de temporada do espetáculo infantil "Dr. Corujis: quem disse que o que não se vê não é?, de André Auke e Leandro Destácio, pelo Grupo 3 de Copas - da Cooperativa Paulista de Teatro -, em teatro da cidade de São Paulo. Ao todo, serão 24 apresentações, aos sábados e domingos. Teatro e horário pretendidos: Teatro Ruth Escobar, sala Dina Sfat (390 lugares) - às 16 horas. Público-alvo: crianças de 5 a 12 anos de idade. Duração do espetáculo: aproximadamente 1 hora.
12 9835 - A Fórmula do Amor - Temporada Paulista
Morenteforte Comunicações Ltda. ME
CNPJ/CPF: 55.236.483/0001-10
Processo: 01400.031195/20-12
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 2.929.397,80
Prazo de Captação: 27/02/2013 a 31/12/2013
Resumo do Projeto:
Produzir e manter temporada de quatro meses do espetáculo musical "A FÓRMULA DO AMOR" de Célia Regina Forte, baseada na obra do ator, cantor e compositor Léo Jaime, com o próprio Léo Jaime encabeçando o elenco, a direção ficará a cargo de José Possi Neto.
12 8527 - Mario Quintana - O Poeta das Coisas Simples
CIRCULAÇÂO 1
SERGIO MIGUEL L BRAGA PRODUÇÕES ARTISTICAS -ME
CNPJ/CPF: 16.734.171/0001-84
Processo: 01400.029464/20-12
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 387.203,24
Prazo de Captação: 27/02/2013 a 31/12/2013
Resumo do Projeto:
Circulação do espetáculo: nas cidades de: Curitiba, Maringá, Belo Horizonte, Brasília, Feira de Santana, Recife, Sorocaba, Ribeirão Preto, Guarulhos e Teresina em 35 apresentações
12 9826 - UNIART: O encontro das artes e da tradição em Araxá
Fundação Cultural de Araxá
CNPJ/CPF: 17.806.696/0001-40
Processo: 01400.031186/20-12
MG - Araxá
Valor do Apoio R$: 520.649,00
Prazo de Captação: 27/02/2013 a 31/12/2013
Resumo do Projeto:
O projeto consiste na revitalização da cultura por meio do canto, da dança, do teatro, oficinas de circo e na difusão das tradições japonesas por meio do Taiko. Os eventos acontecerão em escolas públicas estaduais da cidade de Araxá e no campus do Uniaraxá, culminando com um espetáculo.O intuito é o de oportunizar a cultura para toda a população araxaense bem como para a população das cidades circunvizinhas de forma democrática e gratuita.
13 0018 - O MAIS QUERIDO- Espetáculo Teatral
Rocha Produções Artísticas Ltda.
CNPJ/CPF: 04.378.007/0001-00
Processo: 01400.000035/20-13
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 812.922,10
Prazo de Captação: 27/02/2013 a 30/11/2013
Resumo do Projeto:
Produzir a montagem e realizar 24 apresentações do espetáculo teatral "O Mais Querido", texto e direção Edvard Passos, na cidade do Rio de Janeiro. O espetáculo contará de forma lúdica a história do time de futebol do Flamengo. Ao dar vida aos principais vultos, sob a forma de personagens, rememora as mais extraordinárias façanhas do Clube de Regatas do Flamengo, as grandes personalidades, as principais conquistas e a invenção do jeito brasileiro de se jogar futebol.
12 10252 - A Vaca Lelé
THIAGO CATELANI DIAS - ME
CNPJ/CPF: 10.864.230/0001-52

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Processo: 01400.032290/20-12
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 233.108,27
Prazo de Captação: 27/02/2013 a 30/11/2013
Resumo do Projeto:
Um espetáculo teatral infantil do premiado autor Ronaldo Ciambroni e tem por objetivo a remontagem e a circulação do espetáculo que conta a estória de Matilde uma vaquinha que vivia fugindo do curral e tinha muitos sonhos e curiosidades.
12 10176 - Teatro nas Quartas Humor nos Bairros
VIRGINIA EUGENIA NEVES MONTEIRO VIANNA
CNPJ/CPF: 013.137.026-09
Processo: 01400.032168/20-12
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 404.698,00
Prazo de Captação: 27/02/2013 a 31/12/2013
Resumo do Projeto:
Através do Projeto "Teatro nas Quartas Humor nos Bairros", pretendemos realizar gratuitamente 15 apresentações teatrais, levando aos bairros da cidade de São Paulo cultura e humor às quartas-feiras, onde a personagem, a mais nova moradora do bairro divide com o público acontecimentos do cotidiano do bairro, fofocas da vida dos vizinhos e desabafa as amarguras de uma vida a dois.
ÁREA: 3 MÚSICA INSTRUMENTAL/ERUDITA -
(ART.18, §1º)
12 9403 - GAMES CLASSIC SHOW
Carlos Roberto Guimarães Domingues
CNPJ/CPF: 495.251.749-72
Processo: 01400.030672/20-12
PR - Curitiba
Valor do Apoio R$: 445.450,00
Prazo de Captação: 27/02/2013 a 31/12/2013
Resumo do Projeto:
Produzir e Executar com a Eruditu Philharmonic Orchestra e Grupo Multiplayers 08 concertos intitulados de GAMES CLASSIC SHOW, onde serão executados temas sinfônicos compostos para os videogames mais famosos dos últimos 30 anos.
12 10127 - Escola de Música
Associação do Coral Chapecó
CNPJ/CPF: 83.220.749/0001-71
Processo: 01400.032112/20-12
SC - Chapecó
Valor do Apoio R$: 623.808,00
Prazo de Captação: 27/02/2013 a 31/12/2013
Resumo do Projeto:
Formação de cantores e instrumentistas com atendimento priorizado para crianças carentes e Apoio à Terceira Idade, bem como fomentar e qualificar a Associação Coral de Chapecó, difundindo a Cultural Local e Regional, valorizando os talentos e formar cidadãos através do canto e das artes, bem como criar oportunidades.
12 10074 - MÚSICA PARA TODOS
DIOGO K. SEVERO PRODUÇÕES
CNPJ/CPF: 09.291.614/0001-44
Processo: 01400.031606/20-12
RS - Porto Alegre
Valor do Apoio R$: 1.350.075,00
Prazo de Captação: 27/02/2013 a 31/12/2013
Resumo do Projeto:
O Projeto Cultural Música para todos pretende realizar um circuito com sete apresentações musicais pelos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Tendo como enfoque a música instrumental brasileira. Estarão envolvidas a Orquestra de Câmara da Ulbra e, a Orquestra Sinfônica de Porto Alegre, e os músicos Renato Borghetti, Yamandú Costa. As apresentações serão nas cidades de Santa Cruz do Sul(RS), Rio Pardo(RS), Porto Alegre (RS), Papanduva(SC), Dom Feliciano(RS) e, em Pien(PR).
13 0115 - Orquestra Musicampo Vale do Rio Pardo
Elisabeth Marques Krieger
CNPJ/CPF: 449.157.800-15
Processo: 01400.000149/20-13
RS - Porto Alegre
Valor do Apoio R$: 185.545,00
Prazo de Captação: 27/02/2013 a 31/12/2013
Resumo do Projeto:
Curso de Capacitação Musical para jovens e adultos radicados em áreas rurais do Estado do Rio Grande do Sul para Capacitação Musical e formação de uma Orquestra Rural (piano, sopro e cordas), 200 vagas. A dita orquestra se apresentará nas cidades de Santa Cruz do Sul, Vera Cruz, Passo do Sobrado e Venâncio Aires.
12 9271 - DUO SOARES CASTRO AO VIVO - CD E
TURNE DANÇA DE OUTONO
RAFAEL DE PAULA CASTRO
CNPJ/CPF: 059.964.986-00
Processo: 01400.030501/20-12
MG - Juiz de Fora
Valor do Apoio R$: 164.990,00
Prazo de Captação: 27/02/2013 a 31/12/2013
Resumo do Projeto:
O Projeto consiste na gravação, produção e lançamento do CD -DUO SOARES CASTRO AO VIVO - DANÇA DE OUTONO dos instrumentistas, compositores e arranjadores mineiros Lucas Soares e Rafa Castro que compõe o DUO SOARES CASTRO, e realização de quatro shows nas cidades de: Juiz de Fora, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo
12 9782 - Orquestra Sinfônica de Cultura Artística de São
José do Rio Preto
Jonas Schneck Ferreira - ME
CNPJ/CPF: 04.579.070/0001-05
Processo: 01400.031144/20-12
SP - São José do Rio Preto
Valor do Apoio R$: 787.398,48
Prazo de Captação: 27/02/2013 a 31/12/2013
Resumo do Projeto:
Será criada a Orquestra Sinfônica de Cultura Artística de São José do Rio Preto, com apresentações periódicas, democratizando o acesso a música erudita, permitindo a população conhecer o trabalho dos maiores compositores nacionais e internacionais, que se apresentará com entrada franca ou a preços populares, sendo composta por um regente, e com até 30 músicos que utilizarão instrumentos diversos.
12 10171 - UM LONGO TEMPO - A MÚSICA DE JOÃO CUSTODIO DA VEIGA REZENDE JUNIOR - REZA
DOIS NA REDE PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA ME
CNPJ/CPF: 11.276.867/0001-90
Processo: 01400.032163/20-12
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 254.740,00
Prazo de Captação: 27/02/2013 a 30/11/2013
Resumo do Projeto:
Gravação do cd autoral "UM LONGO TEMPO", com registro em DVD do making off e da gravação em estúdio, do compositor JOÃO CUSTODIO DA VEIGA REZENDE JUNIOR - REZA, que aos 62 anos, realiza o grande sonho de se dedicar exclusivamente a sua música, apresentando, neste disco, 17 composições inéditas. O maestro, pianista, compositor e arranjador Gilson Peranzzetta, será o responsável pelos arranjos, direção musical e direção artística.
12 9690 - 10 Apresentações da Orquestra de Cordas e Coral do Instituto SHC
INSTITUTO SHC
CNPJ/CPF: 09.623.225/0001-79
Processo: 01400.031061/20-12
BA - Porto Seguro
Valor do Apoio R$: 812.820,00
Prazo de Captação: 27/02/2013 a 31/12/2013
Resumo do Projeto:
10 apresentações da Orquestra de Cordas , e do Coral do Instituto SHC , em cidades da Bahia - Porto Seguro , Trancoso e Salvador , de Minas Gerais - Belo Horizonte e São Paulo - São Paulo. mais de 200 jovens moradores de áreas de vulnerabilidade social do distrito de Trancoso de Porto Seguro participam destas apresentações
12 8420 - GRAVAÇÃO DE DVD DE MÚSICA
INSTRUMENTAL
PRODUTORA MUSICAL HUNGRIA EIRELI ME
CNPJ/CPF: 16.891.124/0001-44
Processo: 01400.029306/20-12
GO - Catalão
Valor do Apoio R$: 174.500,00
Prazo de Captação: 27/02/2013 a 31/12/2013
Resumo do Projeto:
DIVULGAR A MÚSICA INSTRUMENTAL, ESPECIALMENTE COM VIOLINO ACOMPANHADO DE ORQUESTRA, COM A GRAVAÇÃO DE DVD APRESENTANDO TALENTOS LOCAIS, ESTADUAIS E NACIONAIS.
12 10191 - Orquestra de Cordas Villa-Lobos
Sueldo Nascimento Francisco
CNPJ/CPF: 056.747.778-96
Processo: 01400.032182/20-12
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 250.000,00
Prazo de Captação: 27/02/2013 a 31/12/2013
Resumo do Projeto:
O projeto visa viabilizar a continuidade da Orquestra de Cordas Villa-Lobos, proporcionando monitoria técnica e incentivo financeiro aos integrantes, para que possam investir em sua profissionalização e evolução artística, atendendo também a um público da Região Oeste da Grande São Paulo, que possui acesso limitado à música clássica e às salas de concerto
ÁREA: 4 ARTES VISUAIS - (ART. 18)
12 9086 - PANORAMA PINDORAMA - SEIS DÉCADAS
QUE MUDARAM A FOTOGRAFIA NO BRASIL
(TÍTULO PROVISÓRIO)
Editora DMR Ltda
CNPJ/CPF: 00.012.076/0001-37
Processo: 01400.030271/20-12
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 546.600,00
Prazo de Captação: 27/02/2013 a 31/12/2013
Resumo do Projeto:
Objetivos: Exposição, Catálogo e palestra com curador Bob Wolfenson, que reunirá pela primeira vez o trabalho de profissionais brasileiros que, a partir dos anos 1950, revolucionaram a produção de imagens no Brasil e colaboraram para a construção da fotografia contemporânea nacional. A Exposição está prevista para acontecer no Instituto Tomie Ohtake, em São Paulo.
ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL - (ART. 18)
12 9081 - Centro Cultural de Araxá - Elaboração de projetos e plantas arquitetônicas e execução das obras básic
Fundação Cultural de Araxá
CNPJ/CPF: 17.806.696/0001-40
Processo: 01400.030259/20-12
MG - Araxá
Valor do Apoio R$: 284.050,00
Prazo de Captação: 27/02/2013 a 31/12/2013
Resumo do Projeto:
O presente projeto tem como escopo a elaboração de projetos e plantas arquitetônicas e execução das obras básicas de construção e de acabamento (complementares) do Centro Cultural de Araxá em terreno localizado á Avenida Ministro Olavo Drummond nº 05, Araxá.
ÁREA : 6 HUMANIDADES : LIVROS DE VALOR
ARTÍSTICO, LITERÁRIO OU HUMANÍSTICO
(ART. 18)
13 0132 - A TABUADA NA PONTA DOS DEDOS
DENISE WEINREB
CNPJ/CPF: 222.822.380-87
Processo: 01400.000166/20-13
RS - Porto Alegre
Valor do Apoio R$: 53.850,00
Prazo de Captação: 27/02/2013 a 31/12/2013
Resumo do Projeto:
A re-impressão do livro a ATABUADA NA PONTA DOS DEDOS para formação de leitores infantis, com a distribuição de livros na rede de ensino público municipal, estadual, associações e entidades sem fins lucrativos da área cultura e de educação, no Rio Grande do Sul e em locais culturais da União, bem como a venda livro a preços de mercado e promocionais.
12 10325 - Livro A Diversidade de Culturas da Gastronomia Sergipana
EQUILIBRIO FEIRAS E EVENTOS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 13.302.114/0001-38
Processo: 01400.036930/20-12
RS - Porto Alegre
Valor do Apoio R$: 228.090,00
Prazo de Captação: 27/02/2013 a 31/12/2013
Resumo do Projeto:
O projeto visa produzir obra de valor artístico e cultural que se propõe a retratar a gastronomia sergipana e suas particularidades. E a partir dela, contar desvelar a cultura deste Estado que encanta cada vez mais seus moradores e turistas.A obra proposta terá tiragem de 3000 exemplares de 100 páginas, situando o leitor acerca sabores, aromas, paisagens culturais e modos de vida local, desvelados a partir da cultura gastronômica.
12 10131 - IMPRESSÕES
Marcia Regina Cordeiro
CNPJ/CPF: 026.755.909-75
Processo: 01400.032117/20-12
PR - Curitiba
Valor do Apoio R$: 311.256,00
Prazo de Captação: 27/02/2013 a 30/11/2013
Resumo do Projeto:
Nem tudo é o que aparenta ser: IMPRESSÕES é uma pesquisa profunda "dentro" de 60 mulheres produzidas com tecido e material de ferro velho e retratadas fotograficamente. Posteriormente estas fotos serão interferidas em tinta a óleo, o objetivo final deste trabalho é a edição do livro em Fine Art "IMPRESSÕES" retratando todos os pesos e responsabilidades desta mulher contemporânea.

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA EM GERAL - (ART. 26)
12 9748 - UM DIA PELA VIDA.
RONY LINS PRODUÇÕES E PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA
CNPJ/CPF: 05.699.059/0001-33
Processo: 01400.031112/20-12
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 947.922,74
Prazo de Captação: 27/02/2013 a 30/06/2013
Resumo do Projeto:
Realizar, no dia 1° de Maio em VILA VELHA ES, a 8ª edição do UM DIA PELA VIDA, megaevento cultural em prol da valorização da Vida. Na abertura das atividades ocorrerá um ENCONTRO de pedestrianismo, depois iniciará as oficinas culturais e para finalizar um grande SHOW MUSICAL que irá se tornar em um DVD, com artistas de renome nacional e artistas locais.
12 10335 - D'Tal, Fulanos e Ciclanos
MKM Produtora Ltda
CNPJ/CPF: 13.975.540/0001-32
Processo: 01400.036951/20-12
SP - São José do Rio Preto
Valor do Apoio R$: 394.089,10
Prazo de Captação: 27/02/2013 a 31/12/2013
Resumo do Projeto:
Será realizada uma turnê com 27 apresentações musicais, com entrada franca ou a preços populares, democratizando o acesso a música popular de qualidade, e será gravado um CD inédito, permitindo a população conhecer o trabalho de André D'Tal que traz uma nova sonoridade a música brasileira, com fortes influências de MPB, Rock, Folk, Rap e Bossa Nova, sempre com muita poesia, proporcionando ao público uma dupla experiência sensorial e artística, estimulando a sensibilidade e a qualidade sonora.
12 9647 - Circuito Musical MPB
Antonio Bento Neto
CNPJ/CPF: 287.737.458-04
Processo: 01400.031016/20-12

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SP - Indaiatuba
Valor do Apoio R$: 477.373,60
Prazo de Captação: 27/02/2013 a 31/12/2013
Resumo do Projeto:
Circular com o Projeto "Circuito Musical MPB" levando 02 (dois) diferentes shows musicais, selecionados por seus idealizadores juntamente com sua equipe de produção, por 02 (duas) cidades do interior do Estado de São Paulo, em sistema de rodízio, onde cada cidade receberá 02 (dois) shows, democratizando e difundindo a cultura a uma maior parcela da população, totalizando ao final do projeto 04 (quatro) apresentações.
12 9968 - 34ª Noite da Beleza Negra
Associação Cultural Bloco Carnavalesco Ilê Aiyê
CNPJ/CPF: 14.997.860/0001-56
Processo: 01400.031419/20-12
BA - Salvador
Valor do Apoio R$: 334.920,00
Prazo de Captação: 27/02/2013 a 30/06/2013
Resumo do Projeto:
Preservação do Patrimônio Cultural Imaterial (Artigo 18) através do projeto 34ª Noite da Beleza Negra que é um momento único de valorização da identidade e estética negra e elevação da autoestima desta grande parcela da população baiana e brasileira. Nesta ocasião é escolhida a Deusa do Ébano, a musa negra do carnaval, na qual, além da estética, estão representadas a dança afro, as indumentárias, dentre outros elementos da cultura negra brasileira.
13 0068 - I FESTIVAL DE MÚSICA NO CIPÓ
Claudia Renata Aorim Carvalho
CNPJ/CPF: 025.020.247-65
Processo: 01400.000095/20-13
MG - Belo Horizonte
Valor do Apoio R$: 212.870,00
Prazo de Captação: 27/02/2013 a 31/07/2013
Resumo do Projeto:
Propomos realizar o 1ºFestival de Música Popular em uma região pouco conhecida apesar da beleza natural,servindo como uma instância de socialização e reafirmação dos valores culturais, aumentando o potencial turístico local e regional.Conscientizar a população e os visitantes assim como resguardar nas crianças e jovens a prática da educação ambiental,fomentando também na comunidade local a necessidade urgente de cuidar da Serra do Cipó e do meio ambiente. Aumentar a oportunidade de emprego.
12 9808 - Canta Pra Sarar 2013
SARACURA SERVICOS MUSICAIS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 13.125.379/0001-08
Processo: 01400.031165/20-12
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 993.807,88
Prazo de Captação: 27/02/2013 a 31/12/2013
Resumo do Projeto:
Permitir que pacientes de hospitais que ficam internados por longos períodos tenham acesso à cultura, música e artes cênicas. Dessa maneira, pede-se a continuidade do Projeto Canta Pra Sarar (PRONAC 102097) com a ampliação de hospitais a serem atendidos, bem como a capacitação de novos músicos pelo grupo Saracura, através de aulas teóricas, práticas e estágio em hospitais. Serão feitas 754 apresentações ao longo de 12 meses de trabalhos, com estimativa de atender 37.700 pessoas.
12 9861 - Show Plínio Marcos em Prosa e Samba Releitura
PLANO A SERVIÇOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 12.558.369/0001-01
Processo: 01400.031225/20-12
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 388.542,00
Prazo de Captação: 27/02/2013 a 30/09/2013
Resumo do Projeto:
4 apresentações em SP, 2 no RJ, 1 em Brasília e 1 em BH do show Plínio Marcos em Prosa e Samba releitura. Esse show, traz as músicas do cd lançado me 74, por Plínio Marcos e os sambistas Zeca da Casa Verde, Geraldo Filme e Toniquinho Batuqueiro. Para essa releitura, com direção de Kiko Dinucci e concepção de Ana Barros, filha de Plínio Marcos, contamos com projeções de imagens raras e depoimentos da época.
13 0163 - Circuladô Brasilis
ITINERANTE PRODUCOES CULTURAIS E ARTISTICAS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 09.219.813/0001-41
Processo: 01400.002562/20-13
RS - Porto Alegre
Valor do Apoio R$: 345.170,00
Prazo de Captação: 27/02/2013 a 31/12/2013
Resumo do Projeto:
A ideia do "Circuladô Brasilis" é mostrar a riqueza e a variedade da música brasileira a partir da participação especial de músicos das regiões sul, sudeste e nordeste do país, realizando um total de 27 apresentações no decorrer de dois anos e a gravação de um cd com material inédito, com um convidado em cada faixa.
12 10070 - APOTEOSE MUSIC
NSDN Consultoria e Gestão Empresarial Ltda.
CNPJ/CPF: 14.248.425/0001-29
Processo: 01400.031602/20-12
RJ - Petrópolis
Valor do Apoio R$: 1.961.645,00
Prazo de Captação: 27/02/2013 a 30/06/2013
Resumo do Projeto:
Grande evento musical de música popular brasileira, com artistas e shows de bandas nacionais de reconhecimento público, voltado para o público jovem e adulto. Serão 2 dias de apresentações, na Praça da Apoteose, no Rio de Janeiro, para aproximadamente, 30.000 pessoas.
13 0097 - HUMBERTO GESSINGER - DVD SOLO
Estreia Produções Culturais e Eventos LTDA EPP
CNPJ/CPF: 11.760.794/0001-08
Processo: 01400.000130/20-13
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 1.004.849,00
Prazo de Captação: 27/02/2013 a 31/12/2013
Resumo do Projeto:
O presente projeto prevê a produção do 1º DVD solo de Humberto Gessinger, cantautor e multi-instrumentista, reconhecido nacionalmente como fundador de umas das maiores bandas do rock brasileiro, o Engenheiros do Hawaii. O DVD será gravado em Porto Alegre/RS e fará parte da comemoração de seu 50º aniversário. No repertório, sucessos de sua carreira e novas composições. Propõe-se ainda uma pequena turnê de lançamento, com apresentações em Belo Horizonte/MG, Rio de Janeiro/RJ e São Paulo/SP.
12 10185 - Sopro Forte
Origem Comunicação Ltda
CNPJ/CPF: 00.830.735/0001-42
Processo: 01400.032177/20-12
BA - Salvador
Valor do Apoio R$: 397.749,20
Prazo de Captação: 27/02/2013 a 31/12/2013
Resumo do Projeto:
Realização do show Sopro Forte das artistas Priscila Magalhães e Jana Vasconcellos em Salvador, Recife, Aracaju, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo e gravação de CD, contando com 27 apresentações.
12 9793 - Festival SENSACIONAL! de música independente 2013
Tamás Gontijo Bodolay
CNPJ/CPF: 055.655.906-12
Processo: 01400.031151/20-12
MG - Belo Horizonte
Valor do Apoio R$: 530.757,12
Prazo de Captação: 27/02/2013 a 31/08/2013
Resumo do Projeto:
Este projeto propõe a realização da 4ª edição do festival de música independente S.E.N.S.A.C.I.O.N.A.L! (Simpósio de Empreendedorismo Nada Sensato Articulado no Cenário Internacional e Organizado por Nossos Amigos Legais), em Belo Horizonte, com duração de um dia, totalizando 8 horas de programação, com a presença de 2 bandas internacionais e 5 bandas brasileiras, e 3 DJs. O projeto prevê a realização de uma apresentação (com 8 horas de programação).
12 9798 - Augusta - Um Passeio Zabombástico pela Noite Paulistana
Waleska Ávila da Silva 95076166087
CNPJ/CPF: 16.673.939/0001-57
Processo: 01400.031155/20-12
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 798.800,00
Prazo de Captação: 27/02/2013 a 31/12/2013
Resumo do Projeto:
Realizar em dois anos 12 shows em que serão captados músicas/áudio para gravação de um CD ao vivo do grupo Zabomba e, após lançamento do CD, será realizada uma turnê em território nacional de 18 shows, com o espetáculo "Augusta - Um passeio zabombástico pela noite paulistana".
ÁREA : 6 HUMANIDADES - (ART26)
12 8944 - 14º Prêmio Imprensa Embratel 2012
Instituto Embratel 21
CNPJ/CPF: 04.521.945/0001-00
Processo: 01400.030023/20-12
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 756.380,72
Prazo de Captação: 27/02/2013 a 30/09/2013
Resumo do Projeto:
A 14ª edição do Prêmio Imprensa Embratel, selecionará e premiará trabalhos de destaque publicadas em todos os meios de comunicação, nas áreas de investigação, pesquisa, divulgação e discussão de temas nacionais, publicadas em 1ª edição, a fim de fomentar trabalhos jornalísticos ligados ao campo cultural. As reportagens finalistas serão publicadas em um livro, em formato digital e papel, com comentários da Comissão Julgadora.
12 10077 - REVISTA DE HISTÓRIA VI
SABIN - Sociedade de Amigos da Biblioteca Nacional
CNPJ/CPF: 29.415.676/0001-28
Processo: 01400.032023/20-12
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 2.290.220,00
Prazo de Captação: 27/02/2013 a 31/12/2013
Resumo do Projeto:
O presente projeto visa a continuidade da publicação da Revista de História da Biblioteca Nacional, com tiragem de 40 mil exemplares, 98 páginas em formato 27,5cm x 20,5cm (fechado), com alta qualidade técnica e de impressão, a Revista tem como principal objetivo divulgar e popularizar o conhecimento histórico produzido nas universidades do Brasil e do exterior para o grande público.

PORTARIA Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 17 de 12 de janeiro de 2010 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art.1º- Prorrogar o prazo de captação de recursos dos projetos culturais, relacionado no anexo à esta Portaria, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista, respectivamente, no § 1º do artigo 18 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

ANEXO

ÁREA: 3 MÚSICA INSTRUMENTAL/ERUDITA - (ART.18, §1º)
11 1182 - PROJETO APRENDENDO COM ARTE - A MUSICA BRASILEIRA NO SEC. XVIII
Fundação Social Raimundo Fagner
CNPJ/CPF: 03.855.021/0001-87
CE - Fortaleza
Período de captação: 01/01/2013 a 31/05/2013
ÁREA: 4 ARTES VISUAIS - (ART. 18)
09 8505 - Exposição Viva Villa! pelo Brasil
Clan Design e Programação Visual e Desenho Industrial Ltda.
CNPJ/CPF: 01.230.779/0001-02
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/01/2013 a 30/06/2013
ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL - (ART. 18)
07 6114 - Restauro da Sede da Fazenda Ermida em Jundiaí
Fundação Antônio-Antonieta Cintra Gordinho
CNPJ/CPF: 60.875.218/0001-11
SP - São Paulo
Período de captação: 01/01/2013 a 31/12/2013

Ministério da Defesa

COMANDO DA AERONÁUTICA
GABINETE DO COMANDANTE
ASSESSORIA DE ORGANIZAÇÃO, DOUTRINA, ENSINO E OPERAÇÕES

PORTARIA Nº 282/GC3, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

(*) Aprova o Regulamento do Grupamento de Apoio Logístico.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, em conformidade com o previsto no inciso XI do art. 23 da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, e considerando o que consta do Processo nº 67100.006251/2012-92, resolve:

Art. 1º Aprovar a edição do ROCA 21-93 "Regulamento do Grupamento de Apoio Logístico", que com esta baixa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ten Brig Ar JUNITI SAITO

(*) Este regulamento de que trata a presente Portaria será publicado no Boletim do Comando da Aeronáutica (BCA).

PORTARIA Nº 283/GC3, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

Dispõe sobre o Sistema de Controle Interno do Comando da Aeronáutica.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, de conformidade com o previsto no inciso XIV, do art. 23, da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, tendo em vista a necessidade de disciplinar, no âmbito da Aeronáutica, o previsto nos art. 1º e 22, da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, no inciso III do art. 8º do Decreto 3.591, de 6 de setembro de 2000, e nos art. 3º e 6º do Decreto nº 7.809, de 20 de setembro de 2012, que dá nova redação ao Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, e considerando o que consta no item 9.2 do Acórdão nº 1074/2009-TCU-Plenário e do Processo nº 67022.000043/2012-50, resolve:

Art. 1º O Sistema de Controle Interno do Comando da Aeronáutica (SISCONI) tem por finalidade:

I - avaliar a realização dos Objetivos e consecução das Metas previstos no Plano Plurianual e a execução dos Programas de governo e do orçamento da União sob a gerência do Comando da Aeronáutica;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficiência, à eficácia e à efetividade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nas Unidades Gestoras (UG) do Comando da Aeronáutica;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União sob responsabilidade do Comando da Aeronáutica; e

IV - no exercício de sua missão Institucional, apoiar o controle externo.

Art. 2º O SISCONI utiliza como técnicas de trabalho a auditoria e a fiscalização.

§ 1º A auditoria objetiva avaliar a gestão pública, pelos processos e resultados gerenciais, e a aplicação de recursos públicos pelas UG do COMAER.

§ 2º A fiscalização visa a comprovar se o objeto dos Programas de governo corresponde às especificações estabelecidas, atende às necessidades para as quais foi definido, guarda coerência com as condições e características pretendidas e se os mecanismos de controle são eficientes.

Art. 3º O Órgão Central do SISCONI é o Centro de Controle Interno da Aeronáutica (CENCIAR), que tem sua constituição e atribuições gerais definidas em Regulamento e Regimento Interno próprios, diretamente vinculado ao Comandante da Aeronáutica, como forma de garantir a independência requerida ao desenvolvimento de suas atividades.

Art. 4º O CENCIAR integra o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, como Unidade Setorial da Secretaria de Controle Interno do Ministério da Defesa.

Art. 5º Ao CENCIAR, como Órgão Central do SISCONI, compete, no âmbito do COMAER:

I - orientar, normatizar, supervisionar, coordenar e controlar as atividades do Sistema;

II - elaborar e propor programas de capacitação dos Recursos Humanos, prever recursos financeiros e orçamentários e apoiar tecnicamente os Elos do SISCONI, visando ao eficiente funcionamento do Sistema;

III - exercer a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, junto às Unidades Gestoras do Comando da Aeronáutica e entidades vinculadas;

IV - avaliar resultados alcançados, com base em informações fornecidas pelos Responsáveis por Objetivos, Metas e Iniciativas do COMAER, constantes do Plano Plurianual, bem como pelos Coordenadores de Ação Orçamentária da Lei Orçamentária Anual (LOA), com o propósito de comprovar a conformidade da sua execução;

V - avaliar a execução dos Programas de governo a cargo do COMAER, visando a comprovar o nível de execução das metas, o alcance dos objetivos e a adequação do gerenciamento;

VI - avaliar a execução dos orçamentos da União, relativos aos recursos consignados em favor do COMAER, com vista a comprovar a conformidade da execução vis-à-vis os limites e as destinações estabelecidas na legislação pertinente;

VII - avaliar a gestão, objetivando comprovar a legalidade e a legitimidade dos atos e examinar os resultados quanto à economicidade, eficiência e eficácia da execução orçamentária, financeira, patrimonial, de pessoal e demais Sistemas administrativos e operacionais;

VIII - exercer o controle das operações de crédito, avais, garantias, direitos e haveres da União, visando a aferir sua consistência e adequação;

IX - avaliar a aplicação de recursos públicos por entidades de Direito Privado, visando ao cumprimento do objeto avençado;

X - avaliar as aplicações das subvenções, visando à mensuração do resultado da aplicação das transferências de recursos concedidas pela União às entidades vinculadas, destinadas a cobrir despesas com manutenção;

XI - emitir parecer sobre a gestão dos administradores públicos das UG do Comando da Aeronáutica e das entidades vinculadas;

XII - fiscalizar o desempenho dos Elos do SISCONI; e

XIII - realizar a ligação com os Órgãos congêneres e com o Controle Externo nos assuntos relativos ao Sistema de Controle Interno do Executivo.

Art. 6º Na execução de suas atribuições de Órgão Central do SISCONI, o CENCIAR poderá solicitar apoio de outras Organizações do Comando da Aeronáutica, com o objetivo de complementar suas atividades em assuntos ligados à área técnica ou administrativa que requeiram conhecimento especializado.

Parágrafo único. O CENCIAR poderá empregar, em função da complexidade do levantamento a ser realizado, pessoal de entidades públicas ou privadas, para os assessoramentos afins.

Art. 7º Os Elos do SISCONI estão localizados na Estrutura do Comando da Aeronáutica, sendo responsáveis pela realização das atividades atribuídas pelo Órgão Central, e têm suas constituições e atribuições gerais estabelecidas nos Regulamentos e Regimentos Internos próprios ou nos dos Órgãos aos quais pertençam.

Art. 8º Os Serviços Regionais de Economia e Finanças (SEREF) integram o SISCONI como Elos regionais de Controle Interno.

§ 1º Os Órgãos de Direção Geral, Setorial e de Assistência Direta e Imediata ao Comandante da Aeronáutica (ODGSA) fornecerão informações necessárias para subsidiar o trabalho do Órgão Central do SISCONI.

§ 2º Os Agentes de Controle Interno (ACI) integram o SISCONI como elos executivos do Sistema.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revoga-se a Portaria nº 553/GC3, de 14 de agosto de 2007, publicada no Diário Oficial da União n° 158, de 16 de agosto de 2007, Seção 1, página 11.

TEN BRIG AR JUNITI SAITO

PORTARIA Nº 284/GC3, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

Dá nova redação ao art. 3º da Portaria nº 387/GC3, de 4 de junho de 2008, que dispõe sobre o Sistema de Fardamento Reembolsável do Comando da Aeronáutica.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XIV e § 1º do art. 23 da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, e tendo em vista o que consta do Processo nº 67400.003485/2012-01, resolve:

Art. 1º O artigo 3º da Portaria nº 387/GC3, de 4 de junho de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º Ao Órgão Central do Sistema compete:

.....

V - .....;

VI - .....; e

VII - ativar e desativar Postos Regionais de Venda de Fardamento nas Organizações Militares. (NR)"

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se a Portarias nº 81/GM6, de 25 de janeiro de 1988, publicada no Diário Oficial da União nº 18, de 27 de janeiro de 1988, Seção 1.

Ten Brig Ar JUNITI SAITO

COMANDO DA MARINHA
DIRETORIA-GERAL DE NAVEGAÇÃO
DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

PORTARIA Nº 27, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2013

Altera as Normas da Autoridade Marítima para o Serviço de Praticagem - NORMAM-12/DPC (1ª Revisão).

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156, do Comandante da Marinha, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no artigo 4º, da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997 (Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário - LESTA), resolve:

Art. 1º Alterar as "Normas da Autoridade Marítima para o Serviço de Praticagem" (NORMAM-12/DPC), aprovadas pela Portaria nº 78/DPC, de 15 de abril de 2011, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 18 de abril de 2011; alterada pela Portaria nº 100/DPC, de 19 de maio de 2011, publicada no DOU de 20 de maio de 2011 (Mod 1); alterada pela Portaria nº 206/DPC, de 30 de setembro de 2011, publicada no DOU de 11 de outubro de 2011 (Mod 2); alterada pela Portaria nº 95, de 23 de maio de 2012, publicada no DOU de 30 de maio de 2012 (Mod 3); e alterada pela Portaria n° 202/DPC, de 5 de outubro de 2012, publicada no DOU de 8 de outubro de 2012 (Mod 4), conforme abaixo especificado. Esta modificação é denominada Mod 5.

I -No Capítulo 2 - "DOS PRÁTICOS":

a) Na Seção II - "DA CERTIFICAÇÃO, DA QUALIFICAÇÃO DO PRATICANTE DE PRÁTICO E DO EXAME DE HABILITAÇÃO PARA PRÁTICO":

1.No item 0224 - "EXAME DE HABILITAÇÃO PARA PRÁTICO":

1.1 Na alínea m:

1.1.1 Substituir o texto pelo seguinte:

"Em caso de nova reprovação, o Praticante de Prático será afastado definitivamente e terá seu Certificado de Habilitação de Praticante de Prático cancelado."; e

b) Na Seção V - "AFASTAMENTO DO PRÁTICO E DO PRATICANTE DE PRÁTICO":

1. No item 0237 - "DO PRATICANTE DE PRÁTICO":

1.1 Na alínea a:

1.1.1 Na subalínea 4:

1.1.1.1 Substituir o texto pelo seguinte:

"Decurso de prazo de quinze meses da emissão de Certificado de Habilitação de Praticante de Prático, sem que tenha requerido a realização do Exame de Habilitação para Prático; ou";

II - No Capítulo 4 - "DAS ZONAS DE PRATICAGEM":

a) No item 0404 - "PRATICAGEM DE CARÁTER OBRIGATÓRIO OU FACULTATIVO":

1. Na alínea c:

1.1 Na subalínea 5:

1.1.1 Substituir o texto pelo seguinte:

"As empregadas em navegação de apoio marítimo, conforme definido no art. 3º Inciso I, alínea c da RLESTA, com AB maior que 3000 e menor ou igual a 5000, desde que atendam aos requisitos listados no inciso 4 e que constem nominalmente em Portaria do Diretor de Portos e Costas, inclusive especificando os portos e Terminais de Uso Privativo (TUP) válidos para essa concessão.";

III - No Anexo 4-A - "RELAÇÃO DAS ZONAS DE PRATICAGEM":

a) No item 14 - "ZP-VITÓRIA, TUBARÃO, PRAIA MOLE, BARRA DO RIACHO E UBU (ES)":

1. Na alínea a "Vitória, Tubarão e Praia Mole":

1.1 Substituir o texto pelo seguinte:

"Área compreendida entre o meridiano 040º 14' 00"W e paralelo 20º 20' 00"S para o interior até os locais de atracação."; e

IV - No Anexo 4-B - "PONTOS DE ESPERA DE PRÁTICO":

a)Na coluna da ZP-15:

1. Na coluna Porto/Terminal: "Rio de Janeiro, Niterói e seguintes terminais: Exxon, Esso, Shell, Manguinhos, Ilha d`Água e Redonda, Ponte do Thun e Texaco":

1.1 Na coluna Latitude/Longitude: "22º 59' 48" S/043º 08'42" W":

1.1.1 Na coluna Informações Complementares:

1.1.1.1 Substituir o texto pelo seguinte:

"Navios que demandam o canal de Cotunduba."

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

Vice-Almirante ILQUES BARBOSA JUNIOR

PORTARIA Nº 29, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2013

Altera as Normas da Autoridade Marítima para Amadores, Embarcações de Esporte e/ou Recreio e para Cadastramento e Funcionamento das Marinas, Clubes e Entidades Desportivas Náuticas - NORMAM-03/DPC.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156, do Comandante da Marinha, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no artigo 4º, da Lei nº 9537, de 11 de dezembro de 1997 (Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário - LESTA), resolve:

Art. 1º Alterar as "Normas da Autoridade Marítima para Amadores, Embarcações de Esporte e/ou Recreio e para Cadastramento e Funcionamento das Marinas, Clubes e Entidades Desportivas Náuticas" (NORMAM-03/DPC), aprovadas pela Portaria nº 101/DPC, de 16 de dezembro de 2003, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 29 de fevereiro de 2004; alterada pela Portaria nº 41/DPC, de 26 de maio de 2004, publicada no DOU de 1º de junho de 2004 (Mod 1); pela Portaria nº 74/DPC, de 15 de setembro de 2004, publicada no DOU de 27 de setembro de 2004 (Mod 2); pela Portaria nº 37/DPC, de 27 de abril de 2005, publicada no DOU de 3 de maio de 2005 (Mod 3); pela Portaria nº 60/DPC, de 18 de agosto de 2005, publicada no DOU de 30 de agosto de 2005 (Mod 4); pela Portaria nº 13/DPC, de 1º de fevereiro de 2006, publicada no DOU de 10 de fevereiro de 2006 (Mod 5); pela Portaria nº 76/DPC, de 3 de agosto de 2006, publicada no DOU de 9 de agosto de 2006 (Mod 6); pela Portaria no 115/DPC, de 30 de novembro de 2006, publicada no DOU de 13 de dezembro de 2006, (Mod 7); alterada pela Portaria nº 126/DPC, de 22 de dezembro de 2006, publicada no DOU de 28 de dezembro de 2006 (Mod 8); alterada pela Portaria nº 17/DPC, de 28 de fevereiro de 2007, publicada no DOU de 2 de março de 2007 (Mod 9); alterada pela Portaria nº 71/DPC, de 11 de julho de 2007, publicada no DOU de 18 de julho de 2007 (Mod 10); alterada pela Portaria no 50/DPC, de 30 de abril de 2008, publicada no DOU de 7 de maio de 2008 (Mod 11); alterada pela Portaria no 114/DPC, de 15 de setembro de 2009, publicada no DOU de 16 de setembro de 2009 (Mod 12); alterada pela Portaria nº 115/DPC, de 20 de junho de 2011, publicada no DOU de 21 de junho de 2011 (Mod 13); alterada pela Portaria nº 244, de 6 de dezembro de 2011, publicada no DOU de 9 de dezembro de 2011 (Mod 14); alterada pela Portaria nº 263, de 30 de dezembro de 2011, publicada no DOU de 6 de janeiro de 2012 (Mod 15); alterada pela Portaria nº 100, de 4 de junho de 2012, publicada no DOU de 5 de junho de 2012 (Mod 16); alterada pela Portaria nº 162, de 14 de agosto de 2012, publicada no DOU de 16 de agosto de 2012 (Mod 17); e alterada pela Portaria nº 201, de 5 de outubro de 2012, publicada no DOU de 8 de outubro de 2012 (Mod 18), conforme abaixo especificado. Esta modificação é denominada Mod 19.

I - No Anexo 5-A "INSTRUÇÕES GERAIS PARA O EXAME PARA AS CATEGORIAS DE AMADORES

a) No item 4 "PROCEDIMENTOS PARA O EXAME DE MOTONAUTA ":

1. No subitem 4.1:

1.1 Na alínea 4:

1.2.1.Substituir o texto pelo seguinte:

"Conhecimento básico da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário - LESTA e das infrações preconizadas na RLESTA - Regulamento da Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário (Decreto nº 2596/98)."; e

1.2 Incluir alínea 5:

1.2.1.Incluir com o seguinte texto:

"Noções de sobrevivência no mar."; e

2. No subitem 4.2:

2.1.Incluir alínea d:

2.1.1.Incluir com o seguinte texto:

"d) Sobrevivência no Mar de CELSO A. J. DE REZENDE."; e

2.2.Incluir alínea e:

2.2.1 Incluir com o seguinte texto:

"e) NORMAM-03/DPC.".

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

Vice-Almirante ILQUES BARBOSA JUNIOR

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 30, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2013

Altera as Normas da Autoridade Marítima para Reconhecimento de Sociedades Classificadoras para atuarem em nome do Governo Brasileiro - NORMAM-06/DPC.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria n.º 156, do Comandante da Marinha, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no artigo 4º da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997 (LESTA), resolve:

Art. 1º Alterar as Normas da Autoridade Marítima para Reconhecimento de Sociedades Classificadoras para Atuarem em Nome do Governo Brasileiro - NORMAM-06/DPC, aprovada pela Portaria nº 104/DPC, de 16 de dezembro de 2003 publicada na Seção I do Diário Oficial da União de 4 de fevereiro de 2004, alterada pela Portaria nº 125/DPC de 21 de dezembro de 2006, publicada na Seção I do Diário Oficial da União de 22 de dezembro de 2006 (Mod 1) e pela Portaria nº 61/DPC, de 24 de junho de 2009 publicada na Seção 1 do Diário Oficial da União de 30 de junho de 2009 (Mod 2). Esta modificação é denominada Mod 3.

Art. 2º Acrescentar no item 0402 "CERTIFICADOS DE ISENÇÃO", após o primeiro parágrafo, o seguinte texto:

"As solicitações de isenção de atendimento de quaisquer itens previstos nas normas e regulamentos aplicáveis às embarcações de bandeira brasileira devem ser feitas pelo proprietário, pelo armador da embarcação ou pelo seu preposto formalmente designado, neste caso tendo anexa cópia do documento que o designou como representante."

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

Vice-Almirante ILQUES BARBOSA JUNIOR

PORTARIA Nº 31, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2013

Altera as Normas da Autoridade Marítima para Embarcações Empregadas na Navegação em Mar Aberto - NORMAM-01/DPC.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156, do Comandante da Marinha, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no artigo 4º da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997 (Lesta), resolve:

Art. 1º Alterar as "Normas da Autoridade Marítima para Embarcações Empregadas na Navegação de Mar Aberto" (NORMAM-01/DPC), aprovada pela Portaria nº 45/DPC, de 11 de maio de 2005, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 27 de junho de 2005; alterada pela Portaria nº 88/DPC, de 25 de outubro de 2005, publicada no DOU de 7 de novembro de 2005 (Mod 1); pela Portaria nº 29/DPC, de 17 de março de 2006, publicada no DOU de 27 de março de 2006 (Mod 2); pela Portaria nº 33/DPC, de 28 de março de 2006, publicada no DOU de 30 de março de 2006 (Mod 3); pela Portaria nº 54/DPC, de 22 de maio de 2006, publicada no DOU de 24 de maio de 2006 (Mod 4); pela Portaria nº 113/DPC, de 30 de novembro de 2006, publicada no DOU de 13 de dezembro de 2006 (Mod 5); pela Portaria nº 8/DPC, de 6 de fevereiro de 2007, publicada no DOU de 9 de fevereiro de 2007 (Mod 6); pela Portaria nº 43/DPC, de 27 de março de 2007, publicada no DOU de 29 de março de 2007 (Mod 7); pela Portaria nº 28/DPC, de 17 de março de 2008, publicada no DOU de 19 de março de 2008 (Mod 8); pela Portaria nº 39/DPC, de 16 de abril de 2008, publicada no DOU de 17 de abril de 2008 (Mod 9); pela Portaria nº 65/DPC, de 2 de junho de 2008, publicada no DOU de 3 de junho de 2008 (Mod 10); pela Portaria nº 111/DPC, de 20 de outubro de 2008, publicada no DOU de 22 de outubro de 2008 (Mod 11); pela Portaria nº 134/DPC, de 8 de dezembro de 2008, publicada no DOU de 10 de dezembro de 2008 (Mod 12); pela Portaria nº 72/DPC, de 9 de julho de 2009, publicada no DOU de 14 de julho de 2009 (Mod 13); pela Portaria nº 84/DPC de 22 de julho de 2009, publicada no DOU de 24 de julho de 2009 (Mod 14); pela Portaria nº 105 de 31 de agosto de 2009, publicada no DOU de 9 de setembro de 2009 (Mod 15); pela Portaria nº 119/DPC, de 18 de setembro de 2009, publicada no DOU de 21 de setembro de 2009 (Mod 16); pela Portaria nº 214/DPC, de 8 de outubro de 2010, publicada no DOU de 20 de outubro de 2010 (Mod 17), pela Portaria nº 279/DPC, de 22 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 23 de dezembro de 2010 (Mod 18), pela Portaria nº 67/DPC, de 6 de abril de 2011, publicada no DOU de 8 de abril de 2011 (Mod 19), pela Portaria nº 117/DPC, de 21 de junho de 2011, publicada no DOU de 24 de junho de 2011 (Mod 20), pela Portaria nº 156/DPC, de 27 de julho de 2011, publicada no DOU de 27 de julho de 2011 (Mod 21) e pela Portaria nº 172/DPC, de 8 de agosto de 2011, publicada no DOU de 12 de agosto de 2011 (Mod 22), pela Portaria nº 184/DPC, de 26 de agosto de 2011, publicada no DOU de 02 de setembro de 2011 (Mod 23), pela Portaria nº 259/DPC, de 21 de dezembro de 2011, publicada no DOU de 6 de janeiro de 2012 (Mod 24) e pela Portaria nº 44/DPC, de 27 de março de 2012, publicada no DOU de 29 de março de 2012 (Mod 25), as alterações que a esta acompanham. Esta modificação é denominada Mod 26.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

Vice-Almirante ILQUES BARBOSA JUNIOR

(*) Obs: O anexo a esta Portaria encontra-se disponível na página da Diretoria de Portos e Costas na Internet

TRIBUNAL MARÍTIMO
SECRETARIA-GERAL

ATA DA 6.780ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 21 DE FEVEREIRO DE 2013

(quinta-feira).

Presidência do Exmo. Sr. Juiz Vice-Almirante (RM1) LUIZ AUGUSTO CORREIA, Secretário do Tribunal, o Bacharel MANOEL MACHADO DOS ANJOS.

Às 13h30min, presentes os Exmos. Srs. Juízes, FERNANDO ALVES LADEIRAS, MARIA CRISTINA DE OLIVEIRA PADILHA, MARCELO DAVID GONÇALVES, SERGIO BEZERRA DE MATOS, NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO e GERALDO DE ALMEIDA PADILHA, foi aberta a Sessão. Sem impugnação, foi aprovada a Ata da Sessão anterior, distribuída nos termos do art. 31 do Regimento Interno.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS

26.397/2011, 26.524/2011, 26.836/2012 da Exma. Sra. Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha; 25.175/2010 do Exmo. Sr. Juiz Nelson Cavalcante e Silva Filho; 23.901/2009, 24.672/2010, 24.934/2010, 26.002/2011, 26.015/2011, 26.500/2011, 26.506/2011, 26.899/2012 27.022/2012, 27.150/2012, 27.178/2012, 27.194/2012, 27.204/2012, 27.219/2012, 27.228/2012, 27.244/2012, 27.249/2012 do Exmo. Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha

REPRESENTAÇÕES RECEBIDAS

Nº 26.921/2012 - Acidente da navegação envolvendo o Rb "TORDA" e a plataforma "BLACKFORD DOLPHIN", de bandeira cingapuriana, ocorrido na bacia de Santos, Rio de Janeiro, em 01 de setembro de 2011.

Relatora: Exmª Srª Juíza Maria Cristina Padilha. Revisor: Exmº Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representada: Wilson, Sons Offshore S/A (Armadora).

Nº 27.110/2012 - Acidente e fato da navegação envolvendo a moto aquática "MEL" e seu tripulante, ocorridos no lago de Itaipu, município de Santa Terezinha de Itaipu, Paraná, em 08 de janeiro de 2012.

Relator: Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Revisor: Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representado: Amaurildo Borges Rodrigues (Condutor)

Nº 27.320/2012 - Acidente e fato da navegação envolvendo uma lancha sem nome, não inscrita, e uma criança, ocorridos na lagoa Várzea das Flores, Contagem, Minas Gerais, em 05 de fevereiro de 2012.

Relator: Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Revisor: Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representado: Delson Correa Soares (Proprietário/Condutor)

Nº 27.124/2012 - Acidente da navegação envolvendo a balsa "SANTIAGO", ocorrido no porto do Demetril, rio Negro, Manaus, Amazonas, em 30 de dezembro de 2010.

Relator: Exmº Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha. Revisora: Exmª Srª Juíza Maria Cristina Padilha. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representado: Ilderlei Souza Rodrigues Cordeiro (Locatário)

JULGAMENTO

Nº 25.101/2010 - Acidente da navegação envolvendo o NT "WINDERMERE", de bandeira bahamense, e a balsa "SERRA DOURADA X", que formava comboio com o Rb "ALTE. MATHEUS", ocorrido no terminal de Miramar, Belém, Pará, em 09 de fevereiro de 2008.

Relator: Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Revisor: Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representados: Odilon Cale Calulo (Comandante), Adv. Dr. Eduardo Cesar Paredes de Carvalho (DPU/RJ), João Carlos Dias Grimouth (Prático), Adv. Dr. Ferdinando Gabriel Domingues (OAB/PA 1.421). Decisão unânime: julgar o acidente da navegação capitulado no art. 14, alínea "a", da Lei nº 2.180/54, como decorrente da imperícia do prático JOÃO CARLOS DIAS GRIMOUTH, condenando-o à pena de multa no valor de R$ 1.000,00 (mil reais), na forma do art. 121, inciso VII, da Lei nº 2.180/54 e custas na forma da lei. Exculpar o 1º representado Odilon Cale Calulo.

Com preferência deferida.

Nº 26.032/2011 - Acidente e fato da navegação envolvendo o NM "ALPHA", de bandeira das Ilhas Marshall, e um tripulante, ocorridos no porto do Rio de Janeiro, em 01 de dezembro de 2010.

Relator: Exmº Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha. Revisor: Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representados: Alexander B. Apao (Comandante), Load Line Marine S.A. (Armadora) e Geminiano Batin Suratos (Imediato), Adv. Dr. Rodrigo Baptista Dalhe (OAB/RJ 18.879). Decisão: por maioria quanto ao mérito em relação ao 1º e 2º Representados, com o voto de desempate do Exmo. Sr. Juiz Presidente, e quanto à apuração da pena do 3º Representado e por unanimidade quanto ao mérito do 3º Representado, nos termos do voto do Exmo. Sr. Juiz Revisor, mas com a aplicação da pena, do voto do Exmo. Sr. Juiz Relator, para o 3º Representado. Julgar o fato da navegação, previsto no art. 15, letra "e", da Lei nº 2.180/54, como decorrente da imprudência e imperícia do Imediato, GEMINIANO BATIN SURATOS, condenando-o à pena de multa de R$ 500,00, com fulcro no art. 121, inciso VII, c/c o art. 124, inciso V e custas na forma da lei. Exculpar o Comandante Alexander Baguio Apao e Load Line Marine S/A. (Armadora). O Exmo. Sr. Juiz-Relator, em seu voto, condenava os três representados e aplicava ao 3º Representado à pena de multa de R$ 500,00 (quinhentos reais), no que foi acompanhado pelos Exmos. Srs. Juízes Nelson Cavalcante e Silva Filho e Fernando Alves Ladeiras. O Exmo. Sr. Juiz-Revisor, em seu voto, exculpava o 1º e 2º Representados e condenava o 3º Representado à pena de multa de R$ 1.000,00 (mil reais), no que foi acompanhando pelo Exmo. Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos e a Exma. Sra. Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha. Havendo empate, quanto ao mérito do 1º e 2º Representados, com fulcro no art. 70, da Lei nº 2.180/54, o Exmo. Sr. Juiz-Presidente desempatou, acompanhando o voto do Exmo. Sr. Juiz-Revisor, exculpando-os. Havendo empate, quanto à pena de multa ao 3º Representado, para apuração da pena, foi aplicado o previsto no art. 164, inciso III, § 1º, letra "a", do RIPTM, aplicando-se a menor pena, de multa de R$ 500,00 (quinhentos reais). Autos conclusos ao o Exmo. Sr. Juiz-Revisor, para prolatar o Acórdão.

Às 15h30min os trabalhos foram suspensos, tendo sido reiniciados às 15h35min.

Nº 26.437/2011 - Acidente da navegação envolvendo a escuna "APOLÔNIO AVÔ" e a LM "FLORÍPEDES", ocorrido nas proximidades da entrada do canal de acesso ao Terminal Marítimo Almirante Alves Câmara, Salvador, Bahia, em 18 de dezembro de 2010.

Relator: Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Revisor: Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representado: Collens Nasse Ferrel Oliveira (Comandante), Adv. Dr. Aloísio Barbosa de Oliveira Filho (OAB/BA 28.677). Decisão unânime: julgar o acidente da navegação, tipificado no art. 14, letra "a" (abalroamento), da Lei n° 2.180/54, como decorrente de imprudência do representado, COLLENS NASSE FERREL OLIVEIRA, MOC, Comandante da escuna "APOLÔNIO AVÔ", acolhendo os termos da representação da D. Procuradoria Especial da Marinha e, considerando as circunstâncias e consequências do acidente, com fulcro no art. 121, incisos I e VII, c/c o art. 127, ambos da Lei n° 2.180/54, aplicar-lhe a pena de Repreensão, cumulativamente com à pena de multa de R$ 300,00 (trezentos reais), dispensando-o do pagamento das custa processuais, deferindo-lhe a gratuidade de justiça, ressalvando o previsto no art. 12, da Lei n° 1.060/50.

Nº 24.584/2010 - Acidente e fato da navegação envolvendo a canoa "IARA", não inscrita, e um passageiro, ocorridos no rio Sergipe, nas proximidades da praia de Atalaia Nova, Barra dos Coqueiros, Sergipe, em 06 de setembro de 2009.

Relator: Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Revisora: Exmª Srª Juíza Maria Cristina Padilha. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representados: Jemisson da Cruz Muniz (Condutor inabilitado) - Revel, Claudeilson de Jesus Santos (Proprietário), Advª Drª Suzana de Queiroz Alves (DPU/RJ). Decisão unânime: julgar o acidente e o fato da navegação, capitulados nos art. 14, alínea "a" e art. 15, alínea "e", ambos da Lei n° 2.180/54, como decorrentes de imperícia e negligência do l° Representado e imprudência e negligência do 2° Representado, responsabilizando Jemisson da Cruz Muniz, na qualidade de condutor e Claudeílson de Jesus Santos, na qualidade de proprietário, à pena de multa de R$ 500,00 (quinhentos reais), com fundamento no art. 121, inciso VII e § 5º e deixar de aplicar as penas previstas no art. 121 ao l° Representado, com fundamento no art. 143, todos da mesma lei. Sem custas em razão da hipossuficiência econômica do 2° Representado. Oficiar à Capitania dos Portos de Sergipe, agente local da Autoridade Marítima, as infrações aos art. 16, inciso I (deixar de inscrever ou registrar a embarcação), do RLESTA e ao art. 15 (deixar de contratar o seguro obrigatório DPEM), da Lei n° 8.374/91, cometidas por Claudeílson de Jesus Santos.

Nº 24.757/2010 - Acidente e fato da navegação envolvendo o NM "DECATHLON", de bandeira liberiana, e a embarcação "REBELO XV", ocorridos no canal de São Sebastião, São Paulo, em 15 de janeiro de 2009.

Relator: Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Revisor: Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representado: Paulo Roberto dos Santos Nascimento (Condutor), Advª Drª Maria das Neves Santos da Rocha (OAB/RJ 61.673). Decisão unânime: julgar o acidente da navegação capitulado no art. 14, alínea "a", da Lei nº 2.180/54, como decorrente de imprudência do Representado, responsabilizando PAULO ROBERTO DOS SANTOS NASCIMENTO, condenando-o à pena de multa de R$ 500,00 (quinhentos reais), com fundamento no art. 121, inciso VII e § 5º, da mesma lei. Custas na forma da lei.

Nº 25.426/2010 - Acidente da navegação envolvendo o NM "NÉLIO CORRÊA", ocorrido nas proximidades do Furo do Jararaca, município de Breves, Pará, em 24 de dezembro de 2008.

Relator: Exmº Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha. Revisora: Exmª Srª Juíza Maria Cristina Padilha. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representado: Emiliano Cornélio José Lod (Tripulante) - Revel. Decisão unânime: julgar o acidente da navegação previsto no art. 14, alínea "a", da Lei nº 2.180/54, como decorrente de negligência, condenando EMILIANO CORNÉLIO JOSÉ LOD, à pena de multa de R$ 200,00 (duzentos reais), de acordo com o art. 121, inciso VII, da Lei nº 2.180/54, com a redação dada pela Lei nº 8.969/94 e ao pagamento de custas processuais.

Esteve presente, pela Procuradoria, a Advogada da União, Drª Aline Gonzalez Rocha.

Esgotada a matéria da pauta, colocada a palavra à disposição, e nada mais havendo a tratar, às 16h35min foi encerrada a Sessão. Do que, para constar, mandei digitar a presente Ata, que vai assinada pelo Exmo. Sr. Presidente e por mim, Diretor-Geral da Secretaria.

Vice-Almirante (RM1) LUIZ AUGUSTO CORREIA
Juiz-Presidente

MANOEL MACHADO DOS ANJOS
Secretário

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DIVISÃO DE SERVIÇOS CARTORIAIS

EXPEDIENTE DOS EXMOS. SRS. JUÍZES RELATORES

Proc. nº 27.257/12 - "ILHA BORA BORA"
Relator : Nelson Cavalcante e Silva Filho
PEM : Dra. Mônica de Jesus Assumpção
Representado : Charles Cristhian Alves Bicca (Proprietário)
Advogados : Dr. Cristiano Renato Rech OAB/DF 26.904
: Dr. Rolmer de Oliveira Batista OAB/DF 25.462
Despacho : "Intimem os patronos do representado para efetuarem a juntada do instrumento de procuração dentro do prazo do art. 37 do CPC, sob pena de ser considerada inexistente a defesa apresentada, com a conseqüente decretação de revelia de seu patrocinado. Aberta a instrução. À PEM para falar se pretende produzir provas."
Prazo : "10 (dez) dias."

Em 25 de fevereiro de 2013.

EXPEDIENTE DOS EXMOS. SRS. JUÍZES RELATORES

Proc. nº 26.434/11 - plataforma "ENCHOVA 1"
Relator : Juiz Nelson Cavalcante e Silva Filho
PEM : Dra. Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representados : Valmir Gil Santos (Eletricista)
: Luiz Roberto de Souza Cruz (Técnico de Segurança Sênior)
Advogada : Dra. Clarissa Telles Moura OAB/RJ 156.130
: Rodolfo Luis de França de Faria (Mestre de Cabotagem)
Advogado : Dr. Joel Pereira Rodrigues OAB/RJ 39.772
Despacho : "Designo a audiência para ouvir a testemunha arrolada pelos representados Valmir Gil dos Santos e Luiz Roberto de Souza Cruz para o dia 13 de março de 2013, quarta feira, às 10h, na sede deste Tribunal, devendo a mesma comparecer independentemente de intimação, conforme pedido pelos próprios representados que a arrolaram. Intimem a PEM e os advogados dos representados."

Em 26 de fevereiro de 2013.

NOTAS PARA ARQUIVAMENTO (PEM)

Acha(m)-se em Secretaria, aguardando representação de possíveis interessados, com o prazo de dois (2) meses, de conformidade com o art. 67, do Regimento Interno Processual, o(s) processo(s) abaixo, recebido(s) da Procuradoria da Marinha, com pedido de Arquivamento:

N° do Processo: 26999/2012
Acidente / Fato:
NAUFRÁGIO
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: ACREDITAR II/ EMBARCAÇÃO DE INTERIOR E TRAVESSIA
Tipo: LANCHA
Bandeira: NACIONAL
Local do Acidente: RIO MADEIRA-MONTANTE DA UHE DE SANTO ANTÔNIO / MUNICÍPIO DE PORTO VELHO-RO
Data do Acidente: 10/12/2010
Hora: 18H35
Data Distribuição: 03/04/2012
Juiz(a) Relator(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Juiz(a) Revisor(a): GERALDO DE ALMEIDA PADILHA
PEM: Dra. MÔNICA DE JESUS ASSUMPÇÃO

N° do Processo: 27273/2012
Acidente / Fato:
DESAPARECIMENTO DE PESSOA
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: TAHHITI/ EMBARCAÇÃO DE ALTO MAR
Tipo: LANCHA
Bandeira: NACIONAL
Local do Acidente: BARRA DO PORTO / VITÓRIA-ES
Data do Acidente: 05/04/2012
Hora: 11H
Data Distribuição: 25/07/2012
Juiz(a) Relator(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Juiz(a) Revisor(a): GERALDO DE ALMEIDA PADILHA
PEM: Dra. MÔNICA DE JESUS ASSUMPÇÃO

N° do Processo: 27422/2012
Acidente / Fato:
ACIDENTES COM PESSOAS EM GERAL A BORDO
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: NÃO INSCRITA / EMBARCAÇÃO DE INTERIOR E TRAVESSIA
Tipo:BARCO
Bandeira: NACIONAL
Local do Acidente: RIO JAPIM / LIMOEIRO DO AJURÚ-PA
Data do Acidente: 05/04/2012
Hora: 11H
Data Distribuição: 25/07/2012
Juiz(a) Relator(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Juiz(a) Revisor(a): GERALDO DE ALMEIDA PADILHA
PEM: Dra. GILMA GOULART DE BARROS DE MEDEIROS

N° do Processo: 27422/2012
Acidente / Fato:
ACIDENTES COM PESSOAS EM GERAL A BORDO
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: NÃO INSCRITA / EMBARCAÇÃO DE INTERIOR E TRAVESSIA
Tipo:BARCO
Bandeira: NACIONAL
Local do Acidente: RIO JAPIM / LIMOEIRO DO AJURÚ-PA
Data do Acidente: 05/04/2012
Hora: 11H
Data Distribuição: 04/09/2012
Juiz(a) Relator(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
PEM: Dra. GILMA GOULART DE BARROS DE MEDEIROS

N° do Processo: 27445/2012
Acidente / Fato:
QUEDA DE PESSOA NA ÁGUA
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: CIDADE DE SANTARÉM I / EMBARCAÇÃO DE INTERIOR E PORTO
Tipo:BARCO
Bandeira: NACIONAL
Local do Acidente: RIO AMAZONAS / AUGUSTO MONTENEGRO-AM
Data do Acidente: 01/08/2011
Hora: 01H
Data Distribuição: 04/09/2012
Juiz(a) Relator(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
PEM: Dra. LUÍS GUSTAVO NASCENTES DA SILVA

N° do Processo: 27450/2012
Acidente / Fato:
NAUFRÁGIO
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: SEA PROJECTS IV/ EMBARCAÇÃO DE INTERIOR E TRAVESSIA
Tipo:ESCUNA
Bandeira: NACIONAL
Local do Acidente: MARINA DA GLÓRIA / RIO DE JANEIRO-RJ
Data do Acidente: 06/05/2012
Hora: 23H30
Data Distribuição: 25/09/2012
Juiz(a) Relator(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Juiz(a) Revisor(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
PEM: Dra. MÔNICA DE JESUS ASSUMPÇÃO

N° do Processo: 27312/2012
Acidente / Fato:
INCÊNDIO
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: BUENO/ EMBARCAÇÃO DE ALTO MAR
Tipo: LANCHA
Bandeira: NACIONAL
Local do Acidente: BAIA DA ILHA GRANDE / ANGRA DOS REIS-RJ
Data do Acidente: 02/06/2012
Hora: 19H30
Data Distribuição: 16/08/2012
Juiz(a) Relator(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Juiz(a) Revisor(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
PEM: Dra. GILMA GOULART DE BARROS DE MEDEIROS

Em 26 de fevereiro de 2013.

DIVISÃO DE REGISTROS

BOLETIM DO MÊS DE DEZEMBRO DE 2012

Foram registrados no registro especial brasileiro os atos abaixo:

1) Termo de Registro: 00090
Data do Registro: 28/07/1997
Prazo de Validade: 08/01/2016
Nome da Embarcação: MAGÉ
Armador/ Afretador: Oceanpact Serviços Marítimos Ltda
CIC/CGC: 09114805000130
Motivo: averbação no REB de dados da embarcação
2) Termo de Pré-Registro: 30814
Data do Registro: 02/12/2010
Identificação do Casco: SS01-016/ LOCAR LH XVII
Proprietário/ Armador: Locar Guindastes e Transportes Intermodais S/A - CIC/CGC: 43368422000127
Motivo: cancelamento de Pré-registro no REB
Data do Cancelamento: 09/01/2013
3) Termo de Pré-Registro: 30779
Data do Registro: 09/09/2010
Identificação do Casco: BATUÍRA
Proprietário/ Armador: WILSON, SONS OFFSHORE S/A
CIC/CGC: 08376900000140
Motivo: cancelamento de Pré-registro no REB
Data do Cancelamento: 14/01/2013
4) Termo de Registro: 01760
Data do Registro: 14/01/2013
Prazo de Validade: 14/01/2016
Nome da Embarcação: BATUÍRA
Proprietário/ Armador: WILSON, SONS OFFSHORE S/A
CIC/CGC: 08376900000140
Motivo: inclusão da embarcação no REB
5) Termo de Pré-Registro: 31170
Data do Registro: 15/01/2013
Prazo de Validade: 01/06/2013
Identificação do Casco: C-383
Proprietário/ Armador: Starnav Serviços Marítimos Ltda
CIC/CGC: 09078935000165
Motivo: inclusão de Pré-registro no REB
6) Termo de Pré-Registro: 31171
Data do Registro: 15/01/2013
Prazo de Validade: 01/06/2013
Identificação do Casco: C-384
Proprietário/ Armador: Starnav Serviços Marítimos Ltda
CIC/CGC: 09078935000165
Motivo: inclusão de Pré-registro no REB
7) Termo de Pré-Registro: 31172
Data do Registro: 15/01/2013
Prazo de Validade: 30/04/2013
Identificação do Casco: TOPA TUDO XXVI
Proprietário/ Armador: Zemar Serviços e Locação de Embarcações Ltda - CIC/CGC: 03274369000180
Motivo: inclusão de Pré-registro no REB
8) Termo de Pré-Registro: 31173
Data do Registro: 15/01/2013
Prazo de Validade: 17/06/2013
Identificação do Casco: 630/ CIDADE OURO PRETO
Proprietário/ Armador: Geonavegação S/A
CIC/CGC: 12184506000187
Motivo: inclusão de Pré-registro no REB
9) Termo de Pré-Registro: 31084
Data do Registro: 01/08/2012
Prazo de Validade: 18/06/2013
Identificação do Casco: CI-137
Proprietário/ Armador: Navegação Guarita S/A
CIC/CGC: 92786680000139
Motivo: averbação de Pré-registro no REB
10) Termo de Pré-Registro: 31085
Data do Registro: 01/08/2012
Prazo de Validade: 18/06/2013
Identificação do Casco: CI-137
Proprietário/ Armador: Navegação Guarita S/A
CIC/CGC: 92786680000139
Motivo: averbação de Pré-registro no REB
11) Termo de Pré-Registro: 30973
Data do Registro: 27/02/2012
Prazo de Validade: 16/06/2013
Identificação do Casco: 1956/ MARCOS SILVA
Proprietário/ Armador: Hermasa Navegação da Amazônia S/A
CIC/CGC: 84590892000118
Motivo: averbação de Pré-registro no REB
12) Termo de Pré-Registro: 30974
Data do Registro: 27/02/2012
Prazo de Validade: 16/06/2013
Identificação do Casco: 1955/ ANGELO BONGIOLO
Proprietário/ Armador: Hermasa Navegação da Amazônia S/A
CIC/CGC: 84590892000118
Motivo: averbação de Pré-registro no REB
13) Termo de Pré-Registro: 31174
Data do Registro: 16/01/2013
Prazo de Validade: 11/05/2013
Identificação do Casco: EA 012/ HT 27
Proprietário/ Armador: Hermasa Navegação da Amazônia S/A
CIC/CGC: 84590892000118
Motivo: inclusão de Pré-registro no REB
14) Termo de Pré-Registro: 31175
Data do Registro: 16/01/2013
Prazo de Validade: 11/05/2013
Identificação do Casco: EA 011/ HT 26
Proprietário/ Armador: Hermasa Navegação da Amazônia S/A
CIC/CGC: 84590892000118
Motivo: inclusão de Pré-registro no REB
15) Termo de Pré-Registro: 31176
Data do Registro: 16/01/2013
Prazo de Validade: 11/05/2013
Identificação do Casco: EA 014/ HT 29
Proprietário/ Armador: Hermasa Navegação da Amazônia S/A
CIC/CGC: 84590892000118
Motivo: inclusão de Pré-registro no REB
16) Termo de Pré-Registro: 31177
Data do Registro: 16/01/2013
Prazo de Validade: 11/05/2013
Identificação do Casco: EA 019/ HT 34
Proprietário/ Armador: Hermasa Navegação da Amazônia S/A
CIC/CGC: 84590892000118
Motivo: inclusão de Pré-registro no REB
17) Termo de Pré-Registro: 31178
Data do Registro: 16/01/2013
Prazo de Validade: 11/05/2013
Identificação do Casco: 1987/ HT 36
Proprietário/ Armador: Hermasa Navegação da Amazônia S/A
CIC/CGC: 84590892000118
Motivo: inclusão de Pré-registro no REB
18) Termo de Pré-Registro: 31179
Data do Registro: 16/01/2013
Prazo de Validade: 11/05/2013
Identificação do Casco: 1989/ HT 38
Proprietário/ Armador: Hermasa Navegação da Amazônia S/A
CIC/CGC: 84590892000118
Motivo: inclusão de Pré-registro no REB

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

19) Termo de Pré-Registro: 31180
Data do Registro: 16/01/2013
Prazo de Validade: 11/05/2013
Identificação do Casco: 1988/ HT 37
Proprietário/ Armador: Hermasa Navegação da Amazônia S/A
CIC/CGC: 84590892000118
Motivo: inclusão de Pré-registro no REB
20) Termo de Pré-Registro: 31181
Data do Registro: 16/01/2013
Prazo de Validade: 11/05/2013
Identificação do Casco: EA 013/ HT 28
Proprietário/ Armador: Hermasa Navegação da Amazônia S/A
CIC/CGC: 84590892000118
Motivo: inclusão de Pré-registro no REB
21) Termo de Pré-Registro: 31182
Data do Registro: 16/01/2013
Prazo de Validade: 11/05/2013
Identificação do Casco: EA 015/ HT 30
Proprietário/ Armador: Hermasa Navegação da Amazônia S/A
CIC/CGC: 84590892000118
Motivo: inclusão de Pré-registro no REB
22) Termo de Pré-Registro: 31183
Data do Registro: 16/01/2013
Prazo de Validade: 11/05/2013
Identificação do Casco: EA 016/ HT 31
Proprietário/ Armador: Hermasa Navegação da Amazônia S/A
CIC/CGC: 84590892000118
Motivo: inclusão de Pré-registro no REB
23) Termo de Pré-Registro: 31184
Data do Registro: 16/01/2013
Prazo de Validade: 11/05/2013
Identificação do Casco: EA 017/ HT 32
Proprietário/ Armador: Hermasa Navegação da Amazônia S/A
CIC/CGC: 84590892000118
Motivo: inclusão de Pré-registro no REB
24) Termo de Pré-Registro: 31185
Data do Registro: 16/01/2013
Prazo de Validade: 11/05/2013
Identificação do Casco: EA 018/ HT 33
Proprietário/ Armador: Hermasa Navegação da Amazônia S/A
CIC/CGC: 84590892000118
Motivo: inclusão de Pré-registro no REB
25) Termo de Pré-Registro: 31186
Data do Registro: 16/01/2013
Prazo de Validade: 11/05/2013
Identificação do Casco: EA 020/ HT 35
Proprietário/ Armador: Hermasa Navegação da Amazônia S/A
CIC/CGC: 84590892000118
Motivo: inclusão de Pré-registro no REB
26) Termo de Pré-Registro: 30869
Data do Registro: 13/04/2011
Identificação do Casco: 1938/ MICINHA XV
Proprietário/ Armador: W. PEREIRA NAVEGAÇÃO LTDA
CIC/CGC: 14172647000105
Motivo: cancelamento de Pré-registro no REB
Data do Cancelamento: 16/01/2013
27) Termo de Pré-Registro: 30872
Data do Registro: 20/04/2011
Identificação do Casco: 1939/ MICINHA XVI
Proprietário/ Armador: W. PEREIRA NAVEGAÇÃO LTDA
CIC/CGC: 14172647000105
Motivo: cancelamento de Pré-registro no REB
Data do Cancelamento: 16/01/2013
28) Termo de Pré-Registro: 30874
Data do Registro: 20/04/2011
Identificação do Casco: 1941/ MICINHA XVIII
Proprietário/ Armador: W. PEREIRA NAVEGAÇÃO LTDA
CIC/CGC: 14172647000105
Motivo: cancelamento de Pré-registro no REB
Data do Cancelamento: 17/01/2013
29) Termo de Pré-Registro: 30827
Data do Registro: 18/12/2010
Identificação do Casco: 1887/ MICINHA IX
Proprietário/ Armador: W. PEREIRA NAVEGAÇÃO LTDA
CIC/CGC: 14172647000105
Motivo: cancelamento de Pré-registro no REB
Data do Cancelamento: 17/01/2013
30) Termo de Pré-Registro: 30829
Data do Registro: 20/12/2010
Identificação do Casco: 1886/ MICINHA VIII
Proprietário/ Armador: W. PEREIRA NAVEGAÇÃO LTDA
CIC/CGC: 14172647000105
Motivo: cancelamento de Pré-registro no REB
Data do Cancelamento: 17/01/2013
31) Termo de Registro: 00698
Data do Registro: 15/09/2004
Prazo de Validade: 30/04/2015
Nome da Embarcação: MARCOS DIAS
Armador/ Afretador: Companhia de Navegação Norsul
CIC/CGC: 33127002000103
Motivo: averbação no REB de dados da embarcação
32) Termo de Pré-Registro: 30828
Data do Registro: 18/12/2010
Identificação do Casco: 1888/ MICINHA X
Proprietário/ Armador: W. PEREIRA NAVEGAÇÃO LTDA
CIC/CGC: 14172647000105
Motivo: cancelamento de Pré-registro no REB
Data do Cancelamento: 18/01/2013
33) Termo de Registro: 01059
Data do Registro: 21/01/2009
Prazo de Validade: 15/12/2014
Nome da Embarcação: ALIANÇA SANTOS
Armador/ Afretador: Aliança Navegação e Logística Ltda
CIC/CGC: 03357428000184
Motivo: averbação no REB de dados da embarcação
34) Termo de Pré-Registro: 30841
Data do Registro: 18/01/2011
Identificação do Casco: 90/ BERTOLINI CCXLIX
Proprietário/ Armador: Transportes bertolini Ltda
CIC/CGC: 04503660000146
Motivo: cancelamento de Pré-registro no REB
Data do Cancelamento: 29/01/2013
35) Termo de Pré-Registro: 30842
Data do Registro: 18/01/2011
Identificação do Casco: 91/ BERTOLINI CCLI
Proprietário/ Armador: Transportes bertolini Ltda
CIC/CGC: 04503660000146
Motivo: cancelamento de Pré-registro no REB
Data do Cancelamento: 29/01/2013
36) Termo de Pré-Registro: 30843
Data do Registro: 18/01/2011
Identificação do Casco: 92/ BERTOLINI CCLIII
Proprietário/ Armador: Transportes bertolini Ltda
CIC/CGC: 04503660000146
Motivo: cancelamento de Pré-registro no REB
Data do Cancelamento: 29/01/2013
37) Termo de Pré-Registro: 31169
Data do Registro: 30/01/2013
Prazo de Validade: 07/04/2013
Identificação do Casco: WS-138
Proprietário/ Armador: Saveiros, Camuyrano - Serviços Marítimos S/A - CIC/CGC: 33112152000135
Motivo: inclusão de Pré-registro no REB
38) Termo de Registro: 01043
Data do Registro: 14/11/2008
Prazo de Validade: 31/01/2016
Nome da Embarcação: C-RELÂMPAGO
Proprietário/ Armador: Camorim Serviços Marítimos Ltda
CIC/CGC: 00649990000193
Motivo: averbação no REB de dados da embarcação

Em 31 de janeiro de 2013.
JORGE JOSÉ DE ARAUJO
Encarregado da Seção do Registro Especial Brasileiro

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 119, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 4º da Portaria Interministerial nº 18 de 27 de janeiro de 2012, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Ministério da Educação, publicada no Diário Oficial da União do dia 30 de janeiro de 2012 e da Nota Técnica nº 36/2013/DEPEF/SEGEP/MP, resolve:

Art. 1º Fica autorizada por quatro meses, a prorrogação do prazo dos contratos temporários, com fundamento na Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, nos quantitativos definidos no anexo a esta Portaria.

Art. 2º Os contratos de que tratam o art. 1º são os autorizados pela Portaria Interministerial nº 18, de 27 de janeiro de 2012, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Ministério da Educação e distribuídos pelas Portarias nº 03, de 2 de fevereiro de 2012 e nº 166, de 9 de março de 2012 do Ministério da Educação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA

ANEXO I

CODORG	IFES	20 h	40 h	Total
26230	UNIVASF	13	14	**27**
26231	UFAL	1	19	**20**
26232	UFBA	42	43	**85**
26233	UFC	6	6	**12**
26234	UFES	8	19	**27**
26235	UFG	36	36	**72**
26236	UFF	16	6	**22**
26237	UFJF	1	40	**41**
26239	UFPA	0	5	**5**
26240	UFPB	20	61	**81**
26241	UFPR	0	3	**3**
26242	UFPE	10	21	**31**
26244	UFRGS	23	25	**48**
26245	UFRJ	40	60	**100**
26247	UFSM	8	31	**39**
26248	UFRPE	18	25	**43**
26249	UFRRJ	0	17	**17**
26250	UFRR	0	13	**13**
26251	UFT	28	26	**54**
26252	UFCG	17	4	**21**
26253	UFRA	0	21	**21**
26254	UFTM	23	20	**43**
26255	UFVJM	16	18	**34**
26258	UTFPR	0	27	**27**
26260	UNIFAL	0	28	**28**
26262	UNIFESP	50	10	**60**
26263	UFLA	12	29	**41**
26264	UFERSA	0	25	**25**
26266	UNIPAMPA	30	27	**57**
26268	UNIR	0	7	**7**
26269	UNIRIO	4	30	**34**
26270	UFAM	4	18	**22**
26272	UFMA	10	67	**77**
26273	FURG	11	11	**22**
26274	UFU	44	45	**89**
26275	UFAC	10	10	**20**
26276	UFMT	46	46	**92**
26277	UFOP	14	13	**27**
26278	UFPEL	38	60	**98**
26279	UFPI	18	5	**23**
26280	UFSCAR	34	35	**69**
26281	UFS	54	24	**78**
26282	UFV	36	6	**42**
26283	UFMS	47	47	**94**
26285	UFSJ	29	30	**59**
26286	UNIFAP	15	11	**26**
26350	UFGD	16	16	**32**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
SECRETARIA
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

RESOLUÇÕES DE 14 DE FEVEREIRO DE 2013

Nº 5.092 - O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Ouro Preto, em reunião extraordinária, realizada em 14 de fevereiro de 2013, no uso de suas atribuições legais, considerando: que este Concurso foi aprovado pelo Conselho Departamental do Instituto de Ciências Exatas e Aplicadas, em 24 de janeiro de 2013; o disposto na documentação constante do processo UFOP n.º 5.690/2012-22, resolve:

Art. 1º Homologar, desde que não haja recurso interposto em tempo hábil, o resultado final do Concurso Público de Provas e Títulos de que trata o Edital PROAD nº 70, de 05.10.2012, publicado no DOU de 08.10.2012, realizado para o cargo de Professor Assistente, nível I, área Engenharia Elétrica/Circuitos Magnéticos, Magnetismo e Eletromagnetismo/Materiais Elétricos/Conversão e Retificação de Energia Elétrica, em que não houve candidato aprovado. Art. 2º O prazo de validade do Concurso Público de Provas e Títulos de que trata a presente Resolução será de um ano, prorrogável por igual período, contado a partir da publicação da homologação do concurso no DOU, conforme o disposto no Decreto nº 4.175, de 27 de março de 2002, e na Portaria MP nº 450, de 06 de novembro de 2002.

Nº 5.093 - O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Ouro Preto, em reunião extraordinária, realizada em 14 de fevereiro de 2013, no uso de suas atribuições legais, considerando: que este Concurso foi aprovado pelo Conselho Departamental do Instituto de Ciências Exatas e Aplicadas em 24 de janeiro de 2013; o disposto na documentação constante do processo UFOP n.º 5.688/2012-53, resolve:

Art. 1º Homologar, desde que não haja recurso interposto em tempo hábil, o resultado final do Concurso Público de Provas e Títulos de que trata o Edital PROAD nº 70, de 05.10.2012, publicado no DOU de 08.10.2012, realizado para o cargo de Professor Assistente, nível I, área Ciência da Computação/Metodologia e Técnicas da Computação/Processamento Gráfico, em que não houve candidato aprovado. Art. 2º O prazo de validade do Concurso Público de Provas e Títulos de que trata a presente Resolução será de um ano, prorrogável por igual período, contado a partir da publicação da homologação do concurso no DOU, conforme o disposto no Decreto nº 4.175, de 27 de março de 2002, e na Portaria MP nº 450, de 06 de novembro de 2002.

Nº 5.094 - O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Ouro Preto, em reunião extraordinária, realizada em 14 de fevereiro de 2013, no uso de suas atribuições legais, considerando: que este Concurso foi aprovado pelo Conselho Departamental do Instituto de Ciências Exatas e Aplicadas, em 24 de janeiro de 2013; o disposto na documentação constante do processo UFOP n.º 5.693/2012-66, resolve:

Art. 1º Homologar, desde que não haja recurso interposto em tempo hábil, o resultado final do Concurso Público de Provas e Títulos de que trata o Edital PROAD nº 70, de 05.10.2012, publicado no DOU de 08.10.2012, realizado para o cargo de Professor Assistente, nível I, área Ciência da Computação/Sistemas de Computação, em que não houve candidato aprovado. Art. 2º O prazo de validade do Concurso Público de Provas e Títulos de que trata a presente Resolução será de um ano, prorrogável por igual período, contado a partir da publicação da homologação do concurso no DOU, conforme o disposto no Decreto nº 4.175, de 27 de março de 2002, e na Portaria MP nº 450, de 06 de novembro de 2002.

JOÃO LUIZ MARTINS
Presidente do Conselho

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS AMILCAR FERREIRA SOBRAL

PORTARIA Nº 6, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

O DIRETOR DO CAMPUS AMILCAR FERREIRA SOBRAL, DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais e considerando o Edital Nº . 02/2013 - CAFS de 31 de janeiro de 2013, publicado no DOU de 04 de fevereiro de 2013, Processos Nº . 23111.021271/2012-63 e as Leis Nº . 8.745/93; 9.849/99 e 10.667/03, publicadas em 10/12/93, 27/10/93 e 15/05/03, respectivamente, resolve:

Nº 29 - Homologar o resultado final do Processo Seletivo, para a contratação de Professor Substituto, Regime de Tempo Parcial TP-20 (20 horas semanais) do Campus Amílcar Ferreira Sobral, na cidade de Floriano-PI, na área de Biologia, habilitando os seguintes candidatos: GEORGETTE CARNIB DE SOUSA (1º lugar), ELIS REGINA GRIGOLETTO (2º lugar) e classificando para contratação a primeira colocada.

MAURO SÉRGIO CRUZ SOUZA LIMA
Diretor

PORTARIA Nº 16, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

O DIRETOR DO CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO "PROF. MARIANO DA SILVA NETO"-CCE, no uso de suas atribuições legais e, considerando o Edital nº 03/2013/CCE, de 25/01/2013, publicado no DOU Nº 19, de 28/01/2013; o Processo Nº 23111.000542/2013-53; e as Leis nº.s 8.745/93; 9.849/99 e 10.667/2003, publicadas em 10/12/93; 27/10/99 e 15/05/2003, respectivamente, resolve:

Homologar o resultado final do Processo Seletivo para contratação de Professor Substituto, correspondente à Classe Auxiliar, Nível I, em Regime de Tempo Parcial - TP - 20 (vinte) horas semanais, com lotação no Departamento de Música e Artes Visuais do Centro de Ciências da Educação "Prof. Mariano da Silva Neto", da forma como segue:

1. Artes Visuais - Habilitando as candidatas CARLA TERESA DA COSTA PEDROSA (1ª colocada) e IVONEIDE MARIA SILVA AMORIM (2ª colocada), e classificando para contratação a 1ª colocada.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AUGUSTO DE C. MENDES SOBRINHO

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO
CAMPUS RIO VERDE

PORTARIA Nº 79, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

O DIRETOR-GERAL DO CAMPUS RIO VERDE DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO, no uso das atribuições legais, tendo em vista a legislação vigente e considerando o que consta do Processo nº 23218.000005/2013-15, resolve:

Homologar, o resultado do Processo Seletivo Simplificado, realizado conforme Edital n° 2, de 05.02.2013, publicado no DOU de 06.02.2013, seção 3, para contratação de Professor Substituto, de acordo com a classificação abaixo:

Professor Substituto

Área	Nome	Pontos	Classificação
Matemática	Danilo Pereira Barbosa	121,67	1º
	Edilton Furquim Goulart Sobrinho	103,35	2º
	Paulo Fernando da Silva	75,00	3º

ANISIO CORREA DA ROCHA

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA
DIRETORIA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 66, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013.

A DIRETORA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR , no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no § 6º do Art. 17-D da Portaria Normativa nº 40/07, consolidada em 29 de dezembro de 2010, bem como considerando as recentes deliberações da Comissão Técnica de Acompanhamento da Avaliação, resolve:

Art. 1º Divulgar, na forma do Anexo I a esta Portaria, a relação nominal dos avaliadores de cursos de graduação e de instituições de educação superior, selecionados pelo INEP e homologados pela Comissão Técnica de Acompanhamento da Avaliação - CTAA - em sua 69ª Reunião Ordinária, que passam a integrar o Banco de Avaliadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - BASIs.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

CLAUDIA MAFFINI GRIBOSKI

ANEXO I

AVALIADOR	IES
Alan Luiz Sana	Universidade Luterana do Brasil
Allan Kardec Carlos Dias	Universidade Vale do Rio Verde
André Gomes Genesini	Centro Universitário SENAC
Flávia Amaral Rezende	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Marina Morato Stival	Universidade de Brasília
Susane Martins Lopes Garrido	Universidade Estácio de Sá

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

PORTARIA Nº 119, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2013

O Reitor da Universidade Federal de Juiz de Fora no uso de suas competências, resolve retificar a Portaria de Homologação nº 067 de 30/01/2013, publicada no DOU de 31/01/2013, seção 1, páginas 22 e 23, nos seguintes termos:

No item B.1.4 - Concurso 54 - Processo nº 23071.012975/2012-94, onde se lê: "AIMBERÊ QUINTILIANO"; leia-se: "AIMBERÊ GUILHERME QUINTILIANO ROCHA DO AMARAL".

No item D.3.1 - Concurso 75 - Processo nº. 23071.013040/2012-25, onde se lê: "MONOEL CLEBER DE SAMPAIO ALVES"; leia-se: "MANOEL CLEBER DE SAMPAIO ALVES".

No item F.1.3 - Concurso 85 - Processo nº 23071.012863/2012-33, onde se lê: "LETICIA RAQUEL BARAKY"; leia-se: "LETICIA RAQUEL BARAKY VASCONCELOS".

No item G.2.1 - Concurso 100 - Processo nº 23071.012932/2012-17, onde se lê: "Classe: Professor "Adjunto""; leia-se: "Classe: Professor "Assistente"".

No item H.3.1 - Concurso 105 - Processo nº 23071.013010/2012-19, onde se lê: "MARCIA MERCÊS APARECIDA BIANCHI SANTOS"; leia-se: "MÁRCIA MERCÊS APARECIDA BIANCHI DOS SANTOS".

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE DUQUE DE MIRANDA CHAVES FILHO

PORTARIA Nº 173, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

Homologa o concurso público para provimento de cargos efetivos de professor da carreira do magistério superior Campus Juiz de Fora

O Reitor da Universidade Federal de Juiz de Fora, no uso de suas competências e de acordo com o Edital nº 51/2012-PRORH, DOU de 09/11/2012, resolve:

I - Homologar o(s) Concurso(s) Público(s) para provimento de cargos efetivos da Carreira do Magistério Superior e divulgar a relação de candidatos aprovados, conforme abaixo discriminado:

A - FACULDADE DE ENGENHARIA
A.1 - DEPTO. ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL
A.1.1 - Concurso 71 - Processo nº. 23071.012939/2012-21
Classe: Professor "Assistente, Nível 1" - Regime de Trabalho: DE

Classificação	Candidato	Nota Final
1º	SUE ELLEN COSTA BOTTREL	8,87
2º	CAMILA VIDAL ALVES SANTOLIN	8,48

B - FACULDADE DE MEDICINA
B.1 - DEPTO. CLÍNICA MÉDICA
B.1.1 - Concurso 92 - Processo nº. 23071.012963/2012-60
Classe: Professor "Assistente, Nível 1" - Regime de Trabalho: DE

Classificação	Candidato	Nota Final
1º	DANIELLE GUEDES ANDRADE EZEQUIEL	9,04
2º	WANDER BARROS DO CARMO	7,92
3º	MARCIA REGINA GIANOTTI FRANCO	7,23
4º	LIDICE CAROLINA LENZ E SILVA	7,21

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE DUQUE DE MIRANDA CHAVES FILHO

PORTARIA Nº 174, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

Homologa o concurso público para provimento de cargos efetivos de professor da carreira do magistério superior campus juiz de fora

O Reitor da Universidade Federal de Juiz de Fora, no uso de suas competências e de acordo com o Edital nº 57/2012-PRORH, DOU de 21/12/2012, resolve:

I - Homologar o(s) Concurso(s) Público(s) para provimento de cargos efetivos da Carreira do Magistério Superior e divulgar a relação de candidatos aprovados, conforme abaixo discriminado:

A- FACULDADE DE MEDICINA
A.1 - DEPTO. DE CLÍNICA MÉDICA
A .1.1 - Concurso 126 - Processo nº. 23071.012960/2012-26
Classe: Professor "Adjunto, Nível 1" - Regime de Trabalho: DE

Classificação	Candidato	Nota Final
1º	GIANCARLO LUCCHETTI	8,56

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE DUQUE DE MIRANDA CHAVES FILHO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 23, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

O PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por delegação de competência do Magnífico Reitor;

1)Considerando o que consta no processo nº. 23075.050587/2012-71, que aponta irregularidades pela inexecução total ou parcial do contrato, decorrente do Pregão nº 31/2012, decorrente do processo acima citado, bem como o disposto no Artigo 86 a 88 da Lei 8.666/93.

2)Considerando que a contratada foi notificada na forma da Lei e não havendo manifestação por parte da empresa, resolve,

Aplicar à empresa AZLAB EQUIPAMENTO E SUPRIMENTOS PARA LABORATÓRIOS HOSPITAIS LTDA, CNPJ Nº 13.440.815/0001-33, com sede Rua Zeferino da Costa, 110, Xaxim - Curitiba/PR com fulcro no artigo 7 da Lei nº 10.520, o que segue:

a)Aplicar a pena de suspensão do direito de licitar e contratar com a União, estados, Distritos Federal e Municípios, pelo período de 05 (cinco) anos, a empresa AZLAB EQUIPAMENTO E SUPRIMENTOS PARA LABORATÓRIOS HOSPITAIS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 13.440.815/0001-33.

b)Multa no valor de R$ 921,70 (Novecentos e vinte e um reais e setenta centavos), correspondente a 20% do valor correspondente aos itens não entregues.

c) Revogar Portaria nº 10 de 23 de janeiro de 2013.

PAULO ROBERTO ROCHA KRÜGER

PORTARIA Nº 24, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

O Pró-Reitor de Administração da Universidade Federal do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por delegação de competência do Magnífico Reitor;

1)Considerando o que consta no processo nº. 23075.0036170/2012-04, que aponta irregularidades pela inexecução total ou parcial do contrato, decorrente do Pregão nº 205/2011, decorrente do processo acima citado, bem como o disposto no Artigo 86 a 88 da Lei 8.666/93.

2)Considerando que a contratada foi notificada na forma da Lei e não havendo manifestação por parte da empresa, resolve,

Aplicar à empresa ARENA COMÉRCIO DE FERRAGENS E EQUIP. PROTEÇÃO INDIVIDUAL, CNPJ Nº 13.474.019/0001-11, com sede Rua Alberto S. Bertoni, 2328 - Vila Maceno - São José do Rio Preto/SP, CEP 15060-020 com fulcro no artigo 7 da Lei nº 10.520, o que segue:

a)Aplicar a pena de suspensão do direito de licitar e contratar com a União, estados, Distritos Federal e Municípios, pelo período de 05 (cinco) anos, a empresa ARENA COMÉRCIO DE FERRAGENS E EQUIP. PROTEÇÃO INDIVIDUAL, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 13.474.019/0001-11.

b)Multa no valor de R$ 195,99 (Cento e noventa e cinco eais e noventa e nove centavos), correspondente a 20% do valor correspondente aos itens não entregues.

PAULO ROBERTO ROCHA KRÜGER

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE PESSOAL

PORTARIA Nº 2.024, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

O Pró-Reitor de Pessoal, no uso da competência delegada pelo Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, através da Portaria nº 4766 de 15 de julho de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2011, resolve:

Tornar público o nome da candidata aprovada CLÁUDIA FRANCO CORREA, homologando o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos, na Faculdade de Direito, na categoria Adjunto, no Setor Direito Civil. O número do edital do concurso é 34, de 23 de março de 2012, publicado no DOU nº 60, de 27 de março de 2012.

ROBERTO ANTONIO GAMBINE MOREIRA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
FACULDADE DE DIREITO

PORTARIA Nº 7.531 DE 27 DE SETEMBRO DE 2012

O Diretor da Faculdade Nacional de Direito (FND), Professor Flávio Alves Martins, no uso de suas atribuições legais, nos termos do Edital 191 de 5/9/2012, torna público o resultado do processo seletivo para contratação de professor substituto, de acordo com decisão do Departamento de Direito Civil, de 26/9/12, divulgando em ordem de classificação o(s) nome(s) do(s) candidato(s) aprovado(s):

DEPARTAMENTO DE DIREITO CIVIL
SETOR: DIREITO CIVIL/DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO
CARGO: PROFESSOR SUBSTITUTO 20H, Contratação até 31/12/2012
Não houve candidatos aprovados.

FLÁVIO ALVES MARTINS

CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
FACULDADE DE ODONTOLOGIA

PORTARIA Nº 2.011, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2013

O Diretor da Faculdade de Odontologia do Centro de Ciências da Saúde da UFRJ Professor Ednilson Porangaba Costa, nomeado pela Portaria n° 2474, de 23 de junho de 2010, publicada no DOU n ° 119, Seção 2, de 24 de junho de 2010, resolve tornar público o resultado do processo seletivo aberto para contratação de professores substitutos referente ao Edital n° 294, de 03 de dezembro de 2012, publicado no D.O.U. n° 233 seção 3 em 04 de dezembro de 2012 se, divulgando, em ordem de classificação, os nomes dos candidatos aprovados:

Departamento de Patologia e Diagnóstico Oral
Setorização: Disciplina de graduação - Cuidados Odontológicos para Pacientes com a Saúde Comprometida
1 - Marisa Francisco Ferreira
2 - Juliana Werneck

EDNILSON PORANGABA COSTA

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COLÉGIO DE APLICAÇÃO

PORTARIA Nº 2.029, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

A Diretora do Colégio de Aplicação do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio de Janeiro, nomeada pela Portaria nº 229, de 26 de janeiro de 2010, publicada no DOU nº 18 - Seção II, de 27 de janeiro de 2010,

RESOLVE tornar público o resultado do processo seletivo aberto para contratação de professores substitutos referente ao Edital nº 23, de 29/1/2013, publicado no DOU nº 22, de 31/1/2013, Seção III, pp. 76-7, retificado pelo Edital nº 25, de 31/1/2013, publicado no DOU nº 23, de 1/2/2013, Seção III, p. 68, divulgando, em ordem de classificação, os nomes dos candidatos aprovados:

Setor Curricular de Ciências Biológicas
1. Letícia Loss de Oliveira
2. Patrícia de Souza Nascimento
3. Beatriz Sette e Camara Andrade
4. Ana Carolina da Silva Cunha
5. Monique Duarte Pacheco
6. Amanda Santos Franco da Silva Abe
7. Valquíria Nogueira Camargos

CELINA MARIA DE SOUZA COSTA

Ministério da Fazenda

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHOS DO MINISTRO
Em 20 de fevereiro de 2013

Assunto: Falência. Encerramento. Extinção da execução fiscal em curso contra a massa falida.
Jurisprudência pacífica do Egrégio Superior Tribunal de Justiça.
Aplicação da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, e do Decreto nº 2.346, de 10 de outubro de 1997. Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional autorizada a não contestar, a não interpor recursos e a desistir dos já interpostos.

Aprovo o PARECER PGFN/CRJ/Nº 089/2013, de 21 de janeiro de 2013, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, que concluiu pela dispensa de apresentação de contestação, de interposição de recursos e pela desistência dos já interpostos, desde que inexista outro fundamento relevante, das decisões judiciais que fixam o entendimento de que após o encerramento do feito falimentar e diante da inexistência de motivos que ensejam o redirecionamento da execução, deve ser extinta a execução fiscal contra a massa falida, sem julgamento do mérito, nos termos do art. 267, IV, do CPC.

Assunto: Parcelamento. Contribuições previdenciárias descontadas dos segurados advindas do REFIS e transferidas para o PAES.
Jurisprudência pacífica do Egrégio Superior Tribunal de Justiça.
Aplicação da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, e do Decreto nº 2.346, de 10 de outubro de 1997. Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional autorizada a não contestar, a não interpor recursos e a desistir dos já interpostos.

Aprovo o PARECER PGFN/CRJ/Nº 092/2013, de 21 de janeiro de 2013, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, que concluiu pela dispensa de apresentação de contestação, de interposição de recursos e pela desistência dos já interpostos, desde que inexista outro fundamento relevante, nas ações judiciais que visam à declaração de que é admissível a migração para o PAES de dívidas relativas à contribuição previdenciária descontada dos empregados e que tenham sido inscritas no REFIS anteriormente ao advento da vedação prevista no art. 7º da Lei nº 10.666/2003, independentemente da existência de eventual exclusão do débito do REFIS.

Assunto: Imunidade. Art. 150, VI, "c", da Constituição Federal. Entidades fechadas de previdência privada.
Jurisprudência pacífica do Egrégio Supremo Tribunal Federal.
Aplicação da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, e do Decreto nº 2.346, de 10 de outubro de 1997. Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional autorizada a não contestar, a não interpor recursos e a desistir dos já interpostos.

Aprovo o PARECER PGFN/CRJ/Nº 90/2013, de 21 de janeiro de 2013, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, que concluiu pela dispensa de apresentação de contestação, de interposição de recursos e pela desistência dos já interpostos, desde que inexista outro fundamento relevante, nas ações judiciais que visam à declaração de que a imunidade tributária prevista no art. 150, VI, "c", da Constituição Federal alcança as entidades fechadas de previdência privada quando apenas a patrocinadora é responsável pelas contribuições, não havendo contribuições dos beneficiários.

Assunto: PASEP. EC 08/77. Ampliação dos sujeitos passivos pelo Decreto-lei nº 2.052, de 1983. Inconstitucionalidade.
Jurisprudência pacífica do Egrégio Supremo Tribunal Federal.
Aplicação da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, e do Decreto nº 2.346, de 10 de outubro de 1997. Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional autorizada a não contestar, a não interpor recursos e a desistir dos já interpostos.

Aprovo o PARECER PGFN/CRJ/Nº 087/2013, de 21 de janeiro de 2013, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, que concluiu pela dispensa de apresentação de contestação, de interposição de recursos e pela desistência dos já interpostos, desde que inexista outro fundamento relevante, nas ações judiciais que visam à declaração de que há inconstitucionalidade na ampliação dos sujeitos passivos do PASEP por intermédio do Decreto-lei nº 2.052, de 1983, uma vez que, com o advento da EC 08/77, a contribuição em apreço perdera a natureza tributária e, por conseguinte, não poderia ser veiculada por Decreto-lei, ante a reserva qualificada das matérias que autorizavam a utilização desse instrumento normativo, nos termos do art. 55 da CF/1967 (EC 01/1969).

Assunto: Pena de perdimento. Contêiner.
Jurisprudência pacífica do Egrégio Superior Tribunal de Justiça.
Aplicação da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, e do Decreto nº 2.346, de 10 de outubro de 1997. Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional autorizada a não contestar, a não interpor recursos e a desistir dos já interpostos.

Aprovo o PARECER PGFN/CRJ/Nº 093/2013, de 21 de janeiro de 2013, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, que concluiu pela dispensa de apresentação de contestação, de interposição de recursos e pela desistência dos já interpostos, desde que inexista outro fundamento relevante, nas ações judiciais que visam à declaração de que o contêiner não se confunde com a mercadoria nele transportada, razão pela qual é considerada ilícita sua apreensão em face da decretação da pena de perdimento da carga.

Assunto: Imunidade tributária. Álbum de figurinhas.
Jurisprudência pacífica do Egrégio Supremo Tribunal Federal.
Aplicação da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, e do Decreto nº 2.346, de 10 de outubro de 1997. Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional autorizada a não contestar, a não interpor recursos e a desistir dos já interpostos.

Aprovo o PARECER PGFN/CRJ/Nº 091/2013, de 21 de janeiro de 2013, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, que concluiu pela dispensa de apresentação de contestação, de interposição de recursos e pela desistência dos já interpostos, desde que inexista outro fundamento relevante, nas ações judiciais que visam à declaração de que a imunidade tributária prevista no art. 150, VI, "d", da Constituição Federal alcança os álbuns de figurinhas e respectivos cromos adesivos.

GUIDO MANTEGA

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL NA 1ª REGIÃO

ATO DECLARATÓRIO Nº 3, DE 25 DE FEVEREIRO 2013

A PROCURADORA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL NA 1ª REGIÃO - DISTRITO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 15, da Lei nº 12.688, de 18 de julho de 2012, e o art. 14 da Portaria Conjunta da PGFN/RFB nº 6, de 17 de agosto de 2012, e considerando o atendimento integral dos requisitos previstos em lei, declara:

Art. 1° CONCEDIDOS, na forma do art. 15, da Lei nº 12.688, de 18 de julho de 2012, e art. 14 da Portaria Conjunta da PGFN/RFB nº 6, de 17 de agosto de 2012, o pedido de MORATÓRIA E PARCELAMENTO a instituição de ensino constante do Anexo Único a este Ato Declaratório.

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

CRISTINA LUISA HEDLER

ANEXO ÚNICO

Instituição de Ensino	Categoria	CNPJ	Data de Deferimento	Data de início dos efeitos
Associação Cultural e Educação do Pará	Mantenedora	15.245.949/0001-95	21/02/2013	21/02/2013

PROCURADORIA SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL

ATO DECLARATÓRIO Nº 2, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

A PROCURADORA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL DA 3ª REGIÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 15 da Lei nº 12.688, de 18 de julho de 2012, e o art. 14 da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 6, de 17 de agosto de 2012, e considerando o atendimento integral dos requisitos previstos em lei, declara:

Art. 1º CONCEDIDO, na forma do art. 15 da Lei nº 12.688, de 18 de julho de 2012, e art. 14 da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 6, de 17 de agosto de 2012, MORATÓRIA E PARCELAMENTO à instituição de ensino constante do Anexo Único a este Ato Declaratório.

Instituição de Ensino	Categoria	CNPJ	Data de deferimento	Data de início dos efeitos
INSTITUTO EDUCACIONAL PIRACICABANO DA IGREJA METODISTA - IEP	Mantenedora da Universidade Metodista de Piracicaba - UNIMEP	54.409.461/0001-41	20.02.2013	21.12.2012

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

SIMONE APARECIDA VENCIGUERI AZEREDO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2012
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

A Caixa Econômica Federal – CAIXA apresenta seu Relatório de Administração e Demonstrações Financeiras Consolidadas relativas ao ano de 2012. Estas publicações atendem as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e prestam contas à sociedade brasileira, das atividades, resultados e horizontes desta empresa 100% pública.

INTRODUÇÃO

O ano de 2012 foi ímpar para a Caixa Econômica Federal. A conquista de novos clientes, a expansão do crédito e a melhoria de processos resultaram no aumento dos ativos da Instituição e no lucro recorde de R$ 6,1 bilhões, o que refletiu num retorno sobre o patrimônio líquido médio de 27,2 %.

Em um ano marcado pela mudança de patamar dos juros básicos da economia, que chegou a 7,25% a.a, a CAIXA saiu na frente e lançou, em 09 de abril de 2012, o Programa CAIXA Melhor Crédito, assumindo a liderança do processo de redução das taxas adotadas pelos bancos brasileiros, a qual, associada ao aumento dos prazos, melhorou as condições de concessão de crédito.

Nesse contexto, a CAIXA baixou juros, reduziu tarifas, ampliou a base de clientes e o número de produtos disponíveis e encontrou no ganho de escala a compensação pelas taxas e tarifas menores. Por outro lado, trabalhou a eficiência corporativa como um valor e buscou ajuda de consultorias externas na revisão de processos, diminuição de gastos e identificação de oportunidades de receitas.

Além de ser um banco comercial ágil e eficiente, a CAIXA atua como agente de políticas públicas do Governo Federal, participando como agente financeiro dos principais programas do Governo, como o Programa Minha Casa Minha Vida, o Programa de Aceleração do Crescimento e o Programa Bolsa Família.

No ano, a Empresa foi responsável por injetar cerca de R$ 525 bilhões na economia, por meio da contratações de crédito, distribuição de benefícios sociais, investimentos em infraestrutura própria, remuneração de pessoal, dentre outros. Além disso, foram repassados à União, estados e municípios, a título de tributos R$ 5,1 bilhões. Outros R$ 4,7 bilhões arrecadados pelas loterias foram repassados à sociedade para aplicação em saúde, esportes e segurança.

Ao final de 2012, a CAIXA administrava R$1,3 trilhão de ativos, dos quais R$ 702,9 bilhões em ativos próprios, aumento de 37,8% em 12 meses. No período, as operações de crédito cresceram 41,8% e encerraram o ano com R$ 353,7 bilhões. Ainda assim foram mantidos os índices de inadimplência nos mesmos níveis de 2011, com valores abaixo dos praticados pelo mercado, reforçando que foi mantido o rigor na concessão de crédito.

Estes foram apenas alguns destaques do ano de 2012. A seguir, são apresentados os resultados da CAIXA no período, o desempenho da Empresa e os benefícios que ela trouxe para a sociedade.

ESTRATÉGIA EMPRESARIAL

Em junho, a CAIXA encerrou o processo de revisão do seu Plano Estratégico referente ao período 2012-2022. A visão de futuro foi redefinida, evidenciando o lugar que a Instituição pretende ocupar no mercado, mantendo a liderança como agente de políticas públicas.

A missão da Empresa, de "atuar na promoção da cidadania e do desenvolvimento sustentável do País, como instituição financeira, agente de políticas públicas e parceira estratégica do Estado brasileiro" foi mantida.

Para alcançar a visão de futuro e cumprir a missão da empresa, foi reelaborado o mapa estratégico, abrangendo objetivos empresariais, seus indicadores e metas, bem como iniciativas estratégicas, com a finalidade de orientar a organização na busca de resultados sustentáveis do ponto de vista econômico, social e ambiental.

Os valores empresariais, importantes componentes da cultura organizacional, foram também revisados por meio de um processo que envolveu os empregados da CAIXA e ficaram assim definidos:

1 - Nosso trabalho é importante para a sociedade - Nosso trabalho na implementação de políticas públicas, promoção da cidadania e desenvolvimento sustentável do país, oferecendo produtos e serviços a preço justo, é importante para a melhoria da condição e da qualidade de vida da sociedade brasileira;

2 - Temos orgulho de trabalhar na CAIXA - Ser mais que um banco: esse é o nosso compromisso. Fazer parte do desenvolvimento sustentável do país é a nossa razão de ser.

3 - Juntos podemos mais - Somos capazes de superar grandes desafios. Nessa superação é essencial persistir, trabalhar em equipe e buscar sinergia entre as diversas pessoas e áreas da empresa para que possamos realizar sempre mais, com união de propósito e significado.

4 - Nossas atividades são pautadas pela ética - Nossos negócios, ações e relacionamento com os interlocutores internos e externos são pautados pelo respeito, honestidade, compromisso, transparência e responsabilidade.

5 - Respeitamos as ideias, as opções e as diferenças de toda a sociedade - Valorizar as pessoas com as quais nos relacionamos e respeitar as diferenças, ideias e opções de nossos colaboradores e de toda a sociedade faz parte do dia a dia da empresa.

6 - A liderança se faz pelo exemplo - Atitudes falam mais que palavras. A integridade e a ética pautam a formação de bons líderes e contribuem para o cumprimento de nossa missão.

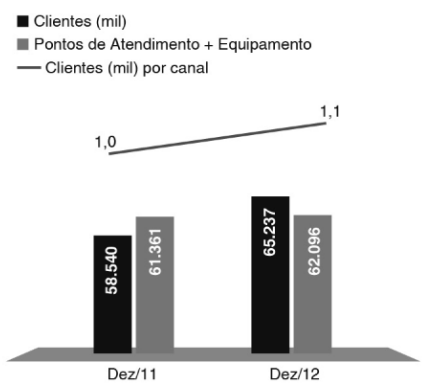
7 - Somos inovadores no que fazemos - Atuar com foco em soluções criativas e inovadoras é o caminho para a adaptação às constantes mudanças do ambiente de negócios.

CLIENTES E CANAIS DE ATENDIMENTO

Em 2012, a CAIXA conquistou mais 6,7 milhões de clientes, encerrando o ano com uma carteira de 65,2 milhões de pessoas físicas e jurídicas. A carteira de pessoas físicas totalizou 63,6 milhões de clientes, aumento de 6,3 milhões em 12 meses, enquanto que a base de clientes pessoa jurídica era de 1,7 milhão, cerca de 400 mil empresas novas no ano.

A Instituição coloca à disposição de seus correntistas, empresas ou cidadãos, que utilizam os seus serviços, uma rede com 62 mil pontos de atendimento. São 3,5 mil agências e postos de atendimento bancário - PAB, 33,6 mil correspondentes CAIXA AQUI e lotéricos, além de 24,9 mil máquinas espalhadas nos postos e salas de autoatendimento.

Clientes e Canais de Atendimento



A CAIXA inovou seus processos e metodologias de abertura de unidades, estabelecendo um novo patamar com a abertura de 559 agências, 24,2% a mais do que as unidades abertas em 2011, e 94 PAB, aumento de 16,6%. Essa quantidade supera o total de agências abertas nos últimos sete anos e correspondem a 2,6 unidades próprias, por dia, em 2012.

Para inaugurar as 653 novas unidades, a CAIXA aplicou cerca de R$ 1 bilhão, que fizeram frente, principalmente, a aquisição de bens móveis e equipamentos de TI, contratação de pessoas, aluguel, vigilância, manutenção e conservação de bens.

No período, foram abertos também mais de 1,4 mil pontos de atendimento eletrônico e salas de autoatendimento, para os quais foram adquiridas cerca de 2,7 mil novas máquinas.

A Empresa investiu também R$ 417 milhões na melhoria do processo de infraestrutura tecnológica, beneficiando diretamente a área de negócios, e na modernização das instalações e dos equipamentos de processamento de dados.

Destes, R$ 111 milhões foram para rede de atendimento, aquisição de novos ATM's, terminais financeiros lotéricos, impressoras para folhas de cheques, entre outros equipamentos e softwares.

O ritmo de expansão integra o planejamento da CAIXA de ampliar sua rede de atendimento. A Empresa pretende, com isto, aumentar sua capilaridade e alcançar novos mercados e clientes, além de promover a inclusão bancária.

As novas unidades seguem os princípios de economicidade de recursos, racionalidade na gestão e sustentabilidade, obedecendo a premissas como: melhoria do atendimento; satisfação de clientes e empregados; acessibilidade; integração de projetos, programas e iniciativas corporativas; redução de custos e de tempo de execução.

Ao levar serviços bancários às populações ribeirinhas da região amazônica, a agência barco Chico Mendes, percorre o Rio Solimões, ao longo de sete municípios, entre Manaus/AM e Coari/AM, por 350 Km, território equivalente a 2 países do tamanho de Portugal. A unidade funciona no mesmo horário de uma unidade bancária convencional, cumprindo as regras estabelecidas pelo Banco Central do Brasil. Na Agência foram realizados 23 mil atendimentos bancários, com a abertura de 5,1 mil contas bancárias, num total de 250 mil pessoas atendidas na região.

Devido à relevância dos serviços prestados, está em curso a alocação de 02 novas Agências Barco, sendo 01 na ilha de Marajó/PA, com previsão de entrega em abril de 2013, e outra, em

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013022700021

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2012
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

fase final de licitação, destinada ao atendimento da população ribeirinha do Rio São Francisco, compreendendo cinco municípios às margens do Lago de Sobradinho/BA.

A Empresa conta também com uma frota de 18 Caminhões-Agências, uma solução inovadora cujo objetivo é auxiliar na melhoria do atendimento aos clientes e à população em geral. Em 2012, estiveram em 77 municípios em diferentes situações, inclusive no atendimento emergencial ao saque do FGTS em caso de desastres naturais.

Além da rede de atendimento física, a CAIXA trabalha para que o cliente tenha à disposição atendimento 24h nos meios digitais. O Internet Banking passou por uma completa remodelação em 2012. Entre as novidades está a navegação, mais fácil e intuitiva, além de ferramentas como a linha do tempo, que reúne todas as transações realizadas nos últimos doze meses, calculadora, calendário integrados.

Em 2012, foi desenvolvido o Banking Móvel CAIXA, que disponibilizou aplicativos para smartphones Android e iPhone, contemplando acesso à conta para consultas e transações, além de simulador de habitação e outras funcionalidades. Neste ano, 122 mil clientes cadastraram estes aplicativos para acesso à conta.

Durante o ano, nos canais próprios, na rede compartilhada e correspondentes foram realizadas 5,6 bilhões de transações bancárias. Somente o Internet Banking CAIXA teve 937,5 milhões de transações, entre consulta a saldos, extratos, pagamento de contas e transferências.

Os clientes também dispõem do Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC, que no decorrer do ano, realizou cerca de 334 mil atendimentos.

Em outubro foi lançado o Atendimento CAIXA ao Cidadão por meio do 0800 726 0207, novo canal com foco em serviços de cidadania. As demandas sobre PIS, Seguro Desemprego, FGTS, Cartão Social e Serviço de Informação ao Cidadão migraram do SAC para o novo número, visando mais especialização das informações prestadas ao cidadão. Até dezembro foram recepcionadas mais de 14 milhões de ligações no novo canal.

O serviço prestado pelo SAC CAIXA está de acordo com a legislação específica (Decreto 6.523/2008), que regulamenta, entre outros aspectos, o tempo máximo de espera e o retorno em até 5 dias úteis para os casos de reclamações, bem como o acesso das pessoas com deficiência auditiva ou de fala por meio do 0800 726 2492.

A Ouvidoria da CAIXA comemorou seu 10º aniversário em 2012, sendo a pioneira dentre as ouvidorias das instituições financeiras do país. Foi, ainda, o primeiro banco brasileiro a disponibilizar na internet, um canal para os seus clientes registrarem reclamações e denúncias. Foram cerca de 1,4 milhão de registros em uma década de atuação, proporcionando debates que ajudaram a aprimorar desde os sistemas tecnológicos, os produtos e serviços prestados pela Instituição, até sua cultura organizacional.

Em 16 de maio de 2012, a CAIXA implantou a Lei 12.527/2011, que dispõe sobre os procedimentos a serem observados com o objetivo de garantir o acesso a informações públicas.

Desde sua implantação, até o final de 2012, a Empresa respondeu quase 2 mil solicitações de acesso e está entre os órgãos do governo que mais receberam pedidos de informações.

Para atender a essas solicitações, a Instituição disponibilizou uma página exclusiva em seu sítio na internet e forneceu canais de comunicação com o cidadão: formulário eletrônico (e-SIC), por meio da página específica de acesso à informação e recepção de formulário no Serviço de Informações ao Cidadão, localizado no Edifício Matriz, em Brasília/DF.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Em 12 meses, os ativos da CAIXA expandiram 37,8%, passando de R$ 510,2 bilhões ao final de 2011 para R$ 702,9 bilhões em dezembro de 2012. Com R$ 353,7 bilhões, as operações de crédito representavam 50,3% deste total e os Títulos e Valores Mobiliários, com R$ 138,9 bilhões, correspondiam a 19,8% dos ativos.

Do total dos passivos, 45,4% eram depósitos e 20,3% correspondiam às captações no mercado aberto e letras. O patrimônio líquido, que abrange 3,6% do passivo, expandiu em 28,1% em 12 meses e encerrou o ano com R$ 25,1 bilhões.

Em setembro, a CAIXA constituiu empréstimo na qualidade de Instrumento Híbrido de Capital e Dívida no valor de R$ 13,0 bilhões junto ao Tesouro Nacional. Além disso, R$ 3,0 bilhões em obrigações de empréstimos junto ao FGTS foram convertidos em dívida subordinada.

A CAIXA encerrou o ano com lucro líquido de R$ 6,1 bilhões, superando em 17,0% o resultado apurado em 2011 e obtendo retorno sobre o patrimônio líquido médio de 27,2%.

Indicadores em %	2011	2012
Retorno sobre Ativo Médio	1,1	1,0
Índice de Solvabilidade – Basileia	13,3	13,0
Endividamento Setor Público	31,0	29,0
Cobertura de Desp. Administrativas	66,8	64,6
Cobertura de Desp. de Pessoal	108,6	105,6
Retorno sobre o PL Médio	29,6	27,2
Índice de Eficiência Operacional	58,9	60,0

O desempenho da CAIXA em 2012 é reflexo da forte atuação da Empresa na oferta de crédito, na prestação de serviços bancários e na revisão dos processos internos.

Com o Programa CAIXA Melhor Crédito, mesmo com a acentuada redução dos juros, o avanço das operações da Empresa renderam, em 2012, R$ 34,4 bilhões em receitas de crédito e R$ 14,3 bilhões em receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias, crescimentos de 23,0% e de 12,9%, respectivamente, em relação ao ano anterior. O resultado operacional acumulado em dezembro foi de R$ 5,0 bilhões, alta de 9,3% frente ao registrado em 2011.

OPERAÇÕES COM TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A carteira de Títulos e Valores Mobiliários - TVM possuía, ao final do período, saldo de R$ 138,9 bilhões, dos quais 87,6% eram títulos públicos federais e 12,4% correspondiam a títulos de emissão privada. O resultado das operações com TVM e Derivativos foi de R$ 17,9 bilhões.

Em atendimento ao disposto na Circular BACEN 3.068/2001, em seu artigo 8°, a CAIXA declara ter a intenção de manter os títulos classificados na categoria III, os quais totalizaram R$ 46,3 bilhões ao final do ano, até os seus respectivos vencimentos, bem como possuir capacidade financeira para tanto.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO

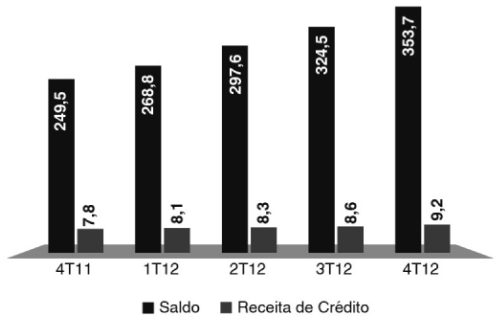
Em 2012, a CAIXA atuou fortemente na concessão de crédito, com a criação de produtos novos, facilidades na abertura de crédito e redução das taxas.

No dia 09 de abril, foi lançado o Programa CAIXA Melhor Crédito, tendo como premissas a redução acentuada da taxa de juros, o aumento do volume de recursos disponíveis no mercado, a valorização do cliente e a orientação para o crédito consciente. O Programa visa à democratização do acesso ao crédito para as famílias brasileiras e melhores condições de financiamento para micro e pequenas empresas.

A CAIXA promoveu uma queda significativa de juros que beneficia, sem necessidade de adesão ao Programa, todos os clientes, independente de sua condição atual de relacionamento, reafirmando o posicionamento de instituição financeira que oferece as melhores condições de crédito e de maior respeito ao cliente.

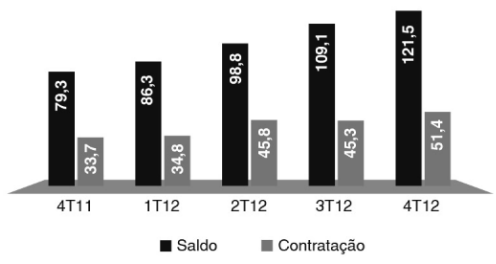
Como consequência do lançamento do programa, o saldo da carteira de crédito total da CAIXA evoluiu 41,8% nos últimos 12 meses e encerrou o ano com R$ 353,7 bilhões, o que representa 15,0% do mercado, aumento de 2,7 p.p. em relação a dezembro de 2011.

Crédito Total
(Em R$ bilhões)



O crédito comercial apresentou saldo de R$ 121,5 bilhões, crescimento de 53,2% em relação ao ano de 2011. As operações com pessoas físicas registraram saldo de R$ 55,5 bilhões, evolução de 51,6%, enquanto as com pessoas jurídicas encerraram o período com saldo de R$ 65,9 bilhões, avanço de 54,6% em 12 meses.

Crédito Comercial
(Em R$ bilhões)



continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013022700022

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2012
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

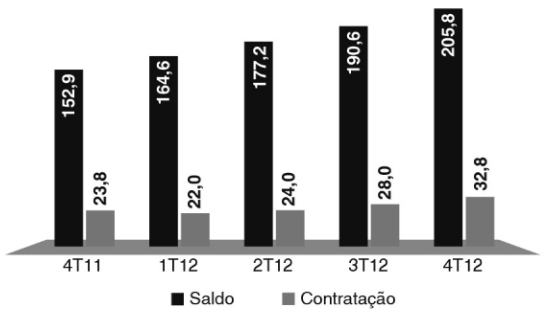
Ainda como reflexo do programa, a CAIXA quase triplicou o volume líquido de créditos recebidos por meio da portabilidade de crédito, que passou de uma média mensal de R$ 35,1 milhões para R$ 99,4 milhões após a implantação do programa.

Adicionalmente, em setembro de 2012, a Empresa ingressou nas operações voltadas ao agronegócio. O Crédito Rural CAIXA foi inicialmente ofertado em 62 municípios de oito estados, tendo contratado R$ 157,5 milhões, nos quatro últimos meses do ano.

Com isso, as contratações comerciais, incluindo carteiras adquiridas, somaram R$ 177,2 bilhões, aumento de 35,9% em relação ao total contratado em 2011. As operações com pessoas físicas somaram R$ 94,7 bilhões e com pessoas jurídicas atingiram R$ 82,5 bilhões no ano.

As operações imobiliárias, incluídos os subsídios, contrataram R$ 106,7 bilhões, expansão de 33,3% se comparado ao total contratado em 2011. Destacaram-se as operações com recursos da poupança - SBPE, no total de R$ 46,7 bilhões e as linhas que utilizam recursos do FGTS, incluindo os subsídios, com R$ 38,7 bilhões contratados.

Crédito Habitacional
(Em R$ bilhões)



Foram destinados às famílias com renda de até 10 salários mínimos, 64,7% das 1,2 milhão de unidades habitacionais financiadas este ano, o que revela a importância da atuação da CAIXA na redução do déficit habitacional brasileiro.

No âmbito do PMCMV, desde seu lançamento em 2009 até o final de 2012, a CAIXA contratou 2,3 milhões de novas moradias, totalizando R$ 135,2 bilhões. Destas contratações já foram entregues aos beneficiários mais de 1,0 milhão de residências beneficiando cerca de 4,1 milhões de pessoas.

A carteira de crédito habitacional evoluiu 34,6% em 12 meses e fechou o ano com saldo de R$ 205,8 bilhões, o que representa 71,3% do mercado imobiliário. Já as operações de saneamento e infraestrutura encerraram 2012 com saldo de R$ 23,9 bilhões, crescimento de 37,4%.

Como executora de programas com recursos do Orçamento Geral da União, a Empresa entregou à sociedade brasileira, em 2012, 6,4 mil operações de repasses, beneficiando mais de 3 mil municípios nos setores de habitação, saneamento, infraestrutura urbana, turística e saúde, com investimento total de R$ 2,2 bilhões.

Em linha com a premissa do PCMC de orientar o crédito consciente, foi lançado, em setembro, o Crédito com Pausa, com o objetivo de permitir o equilíbrio do orçamento familiar nos meses com excesso de compromissos ou em uma situação de emergência, podendo solicitar o adiamento de uma parcela ou sua incorporação no financiamento.

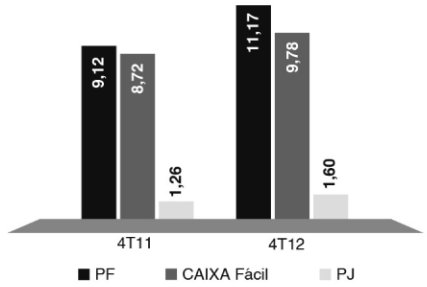
Esta, entre outras ações, permitiram a estabilidade dos níveis de risco da carteira e dos índices de inadimplência. Ao final do ano, 92% das operações de crédito concentrava-se nos ratings de AA a C.

A inadimplência do crédito total na CAIXA manteve-se estabilizada com índice de 2,08%. O atraso das operações comerciais encerrou período em 3,16%, com 4,85% na carteira PF e 1,69% em PJ. Para o crédito imobiliário esse indicador foi de 1,56%.

DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES DE RECURSOS

Com a conquista de novos clientes a Instituição atingiu 22,6 milhões de contas correntes em 2012, um aumento líquido de 3,5 milhões de contas no período. As contas destinadas a pessoa jurídica totalizaram 1,6 milhão e as voltadas para pessoas físicas somaram 21,0 milhões, incluindo a modalidade Conta CAIXA Fácil.

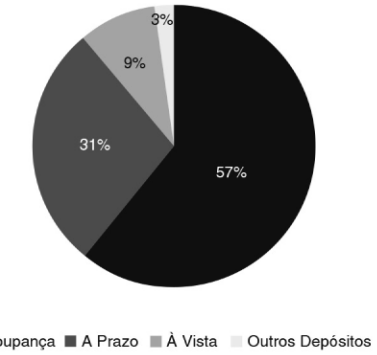
Quantidade de Contas
(Em R$ milhões)



Até o final do ano, a CAIXA foi responsável pela inclusão de 1,8 milhão de brasileiros no sistema bancário por meio da Conta CAIXA Fácil, modalidade que possui uma base de 9,8 milhões de contas ativas.

A evolução na quantidade de contas influenciou no crescimento da captação de recursos. Ao final de 2012, os depósitos totalizaram R$ 319,0 bilhões, crescimento de 22,8% em 12 meses. Destes, R$ 27,4 bilhões eram depósitos à vista, exceto os de moedas estrangeiras, com evolução de 19,3% em relação ao registrado em 2011.

Composição dos Depósitos em 2012



Em julho foi iniciado o processo de abertura de conta poupança nos lotéricos e correspondentes CAIXA AQUI. Em menos de seis meses foram abertas 1,1 milhão de Contas Poupança nesses canais, as quais registraram movimentação de R$ 630 milhões em depósitos e saldo médio de R$ 110 por conta.

Essa iniciativa contribuiu para o recorde de 5,7 milhões contas poupança abertas em 2012, uma média de 470 mil novas contas por mês, alcançando a marca de 46,6 milhões cadernetas, crescimento de 7,7 % em relação ao ano anterior.

Com 35,4% do mercado, a Poupança da CAIXA encerrou o ano com saldo de R$ 175,6 bilhões, um crescimento de 16,8% em um ano. A captação líquida acumulada em 12 meses foi de R$ 15,6 bilhões, alta de 37,9% frente ao exercício de 2011.

Os depósitos a prazo cresceram 41,6% em comparação ao saldo registrado em dezembro de 2011, alcançando R$ 96,5 bilhões. Os demais depósitos encerraram o período com R$ 19,6 bilhões.

Em novembro, foi lançada a Letra de Crédito do Agronegócio (LCA), direcionada para grandes investidores, com aplicação inicial a partir R$ 10 milhões, fechando o ano com saldo de R$ 1 bilhão.

As Letras Imobiliárias e Financeiras, participavam com 42,7% e 10,3% dos respectivos mercados, em 2012, encerrando o ano com captação líquida de R$ 21,3 bilhões e saldo de R$ 49,0 bilhões.

Ao final de 2012, o patrimônio administrado dos fundos de rede, exclusivos, carteiras e fundos estruturados era de R$ 398,2 bilhões. Em dezembro, a Instituição era responsável pela administração de 358 fundos de investimento, correspondente a 2,83% do mercado, e um crescimento de 29,7% frente ao total administrado em 2011.

Os fundos de investimento de rede, exclusivos e fundos de privatização totalizaram R$ 198,1 bilhões e apresentaram crescimento de 29,9% sobre o saldo de 2011.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013022700023

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2012
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

Ainda em 2012, a CAIXA realizou sua primeira captação de recursos no exterior através da emissão de US$ 1,5 bilhão em títulos da dívida. A operação foi realizada em duas tranches, sendo uma de US$ 1,0 bilhão com vencimento em 5 anos e de US$ 500 milhões em 10 anos. Em termos absolutos, o custo das duas tranches representou o menor cupom pago por um banco brasileiro na história.

SERVIÇOS BANCÁRIOS

Durante o ano, foram realizadas 5,6 bilhões de transações bancárias, entre saques, depósitos, consultas e pagamentos, as quais geraram receitas de prestação de serviço da ordem de R$ 6,8 bilhões, 18,7% a mais do que no ano anterior.

A CAIXA apresenta constantes inovações nos serviços prestados, com o objetivo de facilitar o acesso às transações bancárias e às informações, bem como trazer maior comodidade ao cliente.

No período foram entregues também o Ações On-line, serviço de Home Broker que permite a compra e venda online de ações na Bolsa de Valores pelo Internet Banking; o Pagamento Eletrônico CAIXA, que permite o pagamento de contas de concessionárias (água, luz, telefone, gás) sem a fatura; o Folha de Pagamento Web – contratação de folha de pagamento pela Internet.

Além dos serviços bancários, a Empresa também oferece produtos de seguro de vida, residenciais e automobilísticos, capitalização, previdência privada e consórcios a seus clientes, por meio da parceria com o Grupo Caixa Seguros, que movimentaram recursos de R$ 3,2 bilhões no ano, 37,5% superior ao volume transacionado em 2011. Estes produtos renderam R$ 162,5 milhões em tarifas de balcão, em 2012, aumento de 13,6% se comparado ao ano anterior.

Cartões de Crédito e Débito

Os clientes dos cartões CAIXA realizaram 800,7 milhões de transações no período, o que representou um volume financeiro de R$ 57,1 bilhões, crescimento de 30,3% nas transações e 36,0% no valor movimentado em relação ao ano de 2011.

A Empresa fechou o ano com mais de 8,7 milhões de cartões de crédito nas bandeiras MasterCard e VISA, um aumento de 33,3 % nos últimos 12 meses, com R$ 22,6 bilhões movimentados.

No período, foram lançados o novo Cartão Universitário, o Cartão de Crédito Turismo CAIXA Platinum e o Cartão Epidemia Corinthiana e, em linha com as premissas do Programa CAIXA Melhor Crédito, fez reduções nas taxas de juros dos cartões de crédito, nas linhas rotativo, saque emergencial em dinheiro, parcelamento e acordo em fatura.

A Instituição lançou também o Cartão Azul CAIXA, com programa de pontos para descontos na anuidade do cartão e taxa do rotativo de 2,85% ao mês para clientes que recebem salário no banco, e o Móveiscard, linha exclusiva para o financiamento de móveis, eletroeletrônicos e eletrodomésticos, destinada aos clientes Pessoa Física, em especial aos participantes do PMCMV.

As bandeiras MasterCard Débito, VISA Electron e Elo Débito encerraram o período com uma base de 74,9 milhões de cartões, aumento de 17,0% em 12 meses. Foram realizadas mais de 595 milhões de transações no ano, totalizando R$ 34,5 bilhões, crescimentos respectivos de 30% e 37%, em relação a 2011.

No ano, a Empresa emitiu mais de 6,2 milhões de cartões de débito Elo, contribuindo para a consolidação da bandeira. A instituição somou mais de 22 milhões de transações na nova bandeira, que é aceita por milhares de estabelecimentos em todo território brasileiro.

Com o Programa CAIXA Melhor Crédito, todos os cartões de crédito tiveram reduções nas taxas de juros, bem como ampliação do prazo para linha parcelado com juros e parcelamento de fatura.

A Instituição iniciou em 2012 o projeto de pagamento de compras pelo celular, com o objetivo de verificar a percepção e o comportamento das famílias de baixa renda para viabilizar a implantação de um modelo de pagamento de compras pelo celular como instrumento de inclusão financeira e social.

SERVIÇOS DE GOVERNO

Os programas de transferência de renda destinados à emancipação financeira e à erradicação da pobreza da população em situação de vulnerabilidade social distribuíram cerca de R$ 21,6 bilhões em 2012, no total de 167,3 milhões de benefícios pagos. Somente o Bolsa Família pagou cerca de 156,7 milhões de benefícios em 2012, totalizando R$ 20,3 bilhões, aumento de 21,7% em relação a 2011.

Distribuição dos Programas de Transferência de Renda por Região



Em 2012, das famílias cadastradas no Programa, cerca de 3,0 milhões receberam o benefício por meio de crédito em conta na CAIXA, proporcionando a inclusão bancária e financeira dessas famílias.

Dentro do Programa destaca-se também a criação, em junho, do Benefício para Superação da Pobreza, inserido na estratégia da ação Brasil Carinhoso do Governo Federal, que até o fim do ano disponibilizou 16 milhões de benefícios, totalizando R$ 1,4 bilhão. No período, também foram lançados novos programas de transferência de renda, sendo a maioria de âmbito estadual. Ao todo esses programas pagaram cerca de R$ 483 milhões em 2012.

O CadÚnico, que possibilita a inclusão das famílias nos diversos programas de transferência de renda operados pela CAIXA e a implementação de outras políticas sociais do Governo Federal, em 2012, atingiu 30 milhões de famílias cadastradas, um aumento de cerca de 11% em relação ao ano de 2011.

A implantação da atual versão do aplicativo está consolidada, com a migração de 5.517 municípios que utilizam exclusivamente o CadÚnico para gerir as famílias que estão em sua jurisdição.

Com o objetivo de viabilizar o pagamento de novos programas do Governo Federal, foram criados novos tipos de cartões para o pagamento dos Programas Auxílio Emergencial Financeiro, Programa Bolsa Verde e Programa Fomento, além do cartão específico do Programa Chapéu de Palha Estiagem do Governo do Estado do Pernambuco, que se destina ao atendimento das famílias atendidas pela seca em municípios incluídos em situação de emergência.

Em relação aos programas voltados ao trabalhador, no exercício de 2012, a Instituição foi responsável pelo pagamento de 65,7 milhões de benefícios, correspondente a R$ 39,0 bilhões, a título de Seguro-Desemprego, Abono Salarial e PIS (quotas e rendimentos).

No período, cerca de 15,0 milhões de trabalhadores, 58% da quantidade paga, receberam seus benefícios com mais comodidade e segurança por meio de crédito em conta ou poupança, ou convênio com as Empresas, no montante de R$ 7,1 bilhões.

A CAIXA efetuou ainda 59,3 milhões de pagamentos de parcelas a mais de 5 milhões de beneficiários do INSS, movimentando R$ 52,4 bilhões, aproximadamente.

Como administradora do Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS, a CAIXA efetuou a novação de aproximadamente 3,0 mil contratos, totalizando R$ 600 milhões. O Fundo assume parte do saldo devedor que remanescer ao término do prazo do financiamento habitacional ou na liquidação antecipada da dívida, na forma da legislação, cuja responsabilidade estimada é da ordem de R$ 80 bilhões para 1,3 milhão de contratos.

O FCVS Garantia beneficiou 6,8 mil brasileiros por meio da quitação de seus financiamentos em decorrência de morte ou invalidez permanente e/ou pelas reparações físicas nos imóveis financiados, no valor de R$ 49,1 milhões.

Também no exercício, 957 mil brasileiros tiveram seus contratos de financiamento habitacional do PMCMV, no valor aproximado de R$ 61,0 bilhões, cobertos pelo Fundo Garantidor de Habitação Popular – FGHab. Em 2012, o FGHab beneficiou 1,3 mil famílias com a concessão da garantia para os riscos de morte, invalidez permanente e danos físicos no imóvel, no total de R$ 39 milhões.

FGTS

No papel de agente operador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, a CAIXA mantém sua atuação na busca pela excelência na gestão do patrimônio do trabalhador e na aplicação dos recursos, comprometida com o desenvolvimento social e a melhoria da qualidade de vida da população brasileira.

A CAIXA recebeu R$ 43,1 bilhões do FGTS para destinar a operações de infraestrutura, de saneamento ambiental e habitacional do FGTS. Foram R$ 38,5 bilhões para programas de

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013022700024

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2012
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

habitação popular e R$ 4,7 milhões para os setores de saneamento e infraestrutura urbana.

Ao final de dezembro, o Fundo possuía 112,6 milhões de contas ativas, que apresentavam saldo de R$ 241,8 bilhões. No ano, a arrecadação do FGTS foi de R$ 83,0 bilhões e os saques totalizaram R$ 63,5 bilhões.

Por meio do Decreto 7.664/2012, foi regulamentada a elevação do valor-limite de saque do FGTS por trabalhador residente em áreas atingidas por desastre natural, de R$ 5,4 mil para R$ 6,2 mil. Já foram liberados R$ 267,7 milhões de recursos do FGTS para mais de 191 mil saques na modalidade de desastres naturais.

O serviço de solicitação de saque do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço foi estendido aos brasileiros residentes na Bélgica, França, Holanda e Reino Unido. Em 2013 o serviço será ampliado para os demais países da Europa.

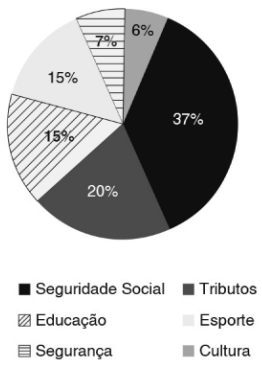
Em 2012, a CAIXA disponibilizou os serviços do FGTS no internet banking para todos os correntistas. Nesse novo canal, estão disponíveis os serviços extrato do FGTS, inclusive de créditos complementares, e atualização de endereço, proporcionando satisfação e comodidade aos clientes com conta no FGTS.

Ainda no período, ocorreu o desenvolvimento do Planejamento Estratégico do FGTS para o período 2012-2022. A elaboração do planejamento, entregue ao Conselho Curador do FGTS em dezembro, teve como objetivo viabilizar soluções para melhor qualificar os processos, atividades internas e sinergia entre as instituições que compõem o Fundo de Garantia.

Loterias

Com 50 anos de existência, as Loterias da CAIXA, alcançaram a marca recorde de arrecadação de R$ 10,4 bilhões, no ano, 6,6% a mais do que em 2011. Com isso foi possível pagar prêmios na ordem de R$ 3,8 bilhões, além de destinar ao Governo Federal e demais beneficiários legais R$ 4,7 bilhões, incluindo tributos, que serão aplicados em programas nas áreas de seguridade social, educação, cultura, esporte, saúde e segurança pública.

Destinação Social das Loterias – 2012



A Empresa ainda promoveu melhorias em diversos produtos do seu portfólio. Dentre os quais, destacou-se a criação do Bolão CAIXA, que viabilizou a realização de apostas em grupo atendendo a antiga solicitação de apostadores e empresários lotéricos. Esta nova forma de apostar arrecadou no ano R$ 256,9 milhões.

Além disso, as Loterias CAIXA distribuíram, com a Mega da Virada, R$ 244,7 milhões, o maior prêmio já pago pelas loterias no Brasil, ultrapassando o recorde de vendas mensal e por concurso, com arrecadações de, respectivamente, R$ 984,2 milhões e R$ 640,5 milhões. Destacaram-se também os concursos especiais Lotofácil da Independência e a Quina de São João que pagaram os maiores prêmios em suas modalidades.

Outro avanço foi o inicio do processo para recebimento das certificações ISO 27001 (para sorteio e apuração de ganhadores, pagamento de prêmios e gerenciamento das loterias instantâneas) e WLA:SCS (World Lottery Association Security Control Standard - Norma de Controle de Segurança da Associação Mundial de Loterias) visando manter a transparência e segurança de suas Loterias.

Após empregar ações necessárias à sua obtenção, a CAIXA recebeu recomendação de certificação pelas empresas auditoras das normas, atestando que os processos operados pela CAIXA se enquadram nas melhores práticas mundiais de loterias voltadas para segurança da informação, gerenciamento de risco e continuidade de negócios.

ATUAÇÃO INTERNACIONAL

A atuação internacional da CAIXA, que se iniciou no ano de 2004, está alinhada à expectativa do Governo Federal de apoiar tanto os brasileiros residentes no exterior quanto as instituições dos diversos países, por meio da oferta de serviços, produtos e o envio de remessas para o Brasil.

Atualmente a Empresa tem escritórios de representação localizados na cidade de Tóquio - Japão, no Estado de Nova Jersey - Estados Unidos e na Venezuela.

Durante o ano de 2012 a CAIXA recebeu missões de países como Suriname, África do Sul, Etiópia, Venezuela, Arábia Saudita, Itália, Zâmbia, Colômbia, Uruguai, Tanzânia e Turquia, com o intuito de compartilhar a experiência da empresa em urbanização e habitação, correspondentes bancários; implantação de projetos sociais; microcrédito e inclusão produtiva; bem como desenvolver trabalhos de Cooperação Técnica.

No âmbito do comércio exterior, a CAIXA realizou, no exercício de 2012, R$ 1,5 bilhão em operações de câmbio e capital de giro para financiamento a exportação, além de lançar a linha de financiamento ACC/ACE, adiantamento sobre contrato de câmbio e adiantamento sobre cambiais entregues.

Ainda neste contexto, ocorreu o inicio dos serviços de cobrança documentária de exportação e carta de crédito de exportação, o que reflete o empenho da CAIXA no aumento da participação das empresas brasileiras no comércio internacional.

Já para os clientes residentes no exterior, a Empresa disponibiliza o Programa de Remessas Internacionais por meio do qual eles podem enviar fundos ao Brasil. Ao longo do ano de 2012, o Programa captou R$ 369,2 milhões por meio dos bancos correspondentes (SWIFT) e dos bancos parceiros (conveniados), evolução de 42,2% se comparado ao mesmo período de 2011.

Mercado internacional de capitais

Alinhada à estratégia de expansão da sua base de clientes e negócios, consolidando a percepção dos investidores internacionais sobre os fundamentos econômicos e estratégicos da Empresa, e ampliando ainda mais suas fontes de funding, a CAIXA inaugurou sua participação no mercado internacional de capitais.

Esta operação colocou a Empresa em um seleto grupo de instituições financeiras brasileiras com ofertas superiores a US$ 1 bilhão, sendo a primeira vez que uma instituição brasileira fez uma emissão inaugural de duas tranches - motivada, principalmente, pelo forte interesse de investidores-chaves, que apresentaram demanda superior a US$ 9 bilhões - valor seis vezes acima da montante captado, o que demonstra a confiança dos investidores internacionais na CAIXA.

PARTICIPAÇÕES ESTRATÉGICAS

A CAIXA Participações S/A – CAIXAPAR, subsidiária integral da CAIXA, é o braço estratégico da Instituição nos negócios relativos a participações em outras sociedades, atuando em setores da economia e em atividades complementares e similares aos negócios da Instituição. As principais atividades dizem respeito à prospecção de novos negócios, à gestão e governança das participações societárias investidas.

A CAIXAPAR, no ano de 2012, fez investimentos em segmentos nos quais a CAIXA não atuava ou tinha pouca representatividade e na expansão em mercados já explorados, aumentando sua presença e competitividade.

No período a CAIXAPAR adquiriu ações nas empresas; Crescer Serviços de Orientação a Empreendedores S/A - visando a conceder crédito aos empreendedores de pequeno porte – e Elo Serviços para a criação de uma bandeira de cartões de crédito e débito 100% nacional.

Além disso, formalizou participação na empresa Habitar Negócios e Serviços, que atua no mercado imobiliário, objetivando a melhoria dos processos e produtos na área habitacional.

Já com foco no aprimoramento das áreas tecnológicas da CAIXA, comprou ações da CPM-Braxis Capgemini S/A, para desenvolvimento de soluções corporativas em tecnologia da informação, e da BRANES Negócios e Serviços S/A, que atua no mercado de serviços de processamento de crédito e outros serviços complementares ao setor financeiro, além do centro de suporte a clientes.

Composição da Carteira de Participações (em R$ milhões)	**2011**	**2012**
CAIXA Seguros Holding S.A.	1.404	1.191
Banco Panamericano	510	802
CPM BRAXIS	-	299
Elo Serviços	18	11
CIBRASEC - Cia Brasileira de Securitização	7	8
CIP - Câmara Interbancária de Pagamento	3	3
BIAPE	1	1
Outros Investimentos	189	236
Total	2.133	3.279

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013022700025

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2012
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A CAIXA tem compromisso histórico e uma gestão corporativa contemporânea, convergente com o disposto no Decreto nº 6.021/07, que se traduzem em honestidade, respeito, responsabilidade e transparência – na condução dos negócios, nos relacionamentos com as partes interessadas e na prestação de contas de suas atividades.

Conforme o estatuto da Instituição, são órgãos de administração da CAIXA, o Conselho de Administração e a Diretoria, esta constituída pela Presidência, Conselho Diretor, Vice-Presidência responsável pela gestão de ativos de terceiros e Vice-Presidência responsável pela administração ou operacionalização das loterias federais e dos fundos instituídos pelo Governo Federal, nestes incluído o FGTS, que compartilham a representação orgânica e a gestão da Empresa.

A CAIXA conta também com os Diretores Executivos, cargo privativo aos empregados ativos da Empresa, responsáveis pela gestão da Diretoria (administração, supervisão e coordenação das atividades da Diretoria e unidades sob sua responsabilidade), e definição das diretrizes para formulação de estratégias, visando o alcance dos objetivos organizacionais e resultados sustentáveis.

Como parte de seu sistema de governança corporativa, a Empresa dispõe de instrumentos que inibem os conflitos de interesses entre suas instâncias de gestão. A Instituição dispõe ainda de colegiados e unidade específica que executam as atribuições relativas à supervisão e fiscalização da gestão dos administradores da Empresa, além dos órgãos de fiscalização e controle externos, quais sejam: Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Auditoria Interna.

No período, a CAIXA incrementou seus instrumentos de gestão, como o Código de Ética e as Políticas de Atuação da Empresa. Nesse sentido, foi lançado o Portal da Governança, uma nova área do portal da CAIXA na Internet, que tem o objetivo de agregar as ações existentes no campo de governança, disseminar informações importantes sobre o assunto e, principalmente, integrar clientes, empregados, governo, acionistas, parceiros, órgãos controladores e fiscalizadores.

Em 2012, a CAIXA contratou duas consultorias técnicas para discutir e aprimorar seu modelo de gestão e melhorar a sua eficiência com revisão de processos, além de implantar as adequações necessárias na arquitetura organizacional.

CONTROLES INTERNOS

O Sistema de Controles Internos da CAIXA - SCI CAIXA é o conjunto de elementos composto de políticas, normas, padrões de conduta e cultura adotados pela Empresa para que alcance seus objetivos; mantenha e forneça informações gerenciais e financeiras; tenha todas as suas atividades realizadas de acordo com as leis, normas internas e externas a elas aplicáveis e reduza o risco de danos à sua imagem.

No período foi viabilizado o Projeto Estratégico Certificação de Controles, que consiste no desenvolvimento e implantação de modelo de certificação, passando pelo diagnóstico, conhecimento do fluxo do processo, desenvolvimento de ações de mitigação, verificação do compliance, identificação de riscos e indicadores chave de controle, definição de testes, monitoramento de resultados e validação de seu fluxo de informação e comunicação.

A Empresa monitora os seus modelos de avaliação dos riscos de mercado, de crédito e operacional, observando as diretrizes, princípios e procedimentos aprovados pelo Comitê de Risco, bem como as normas externas publicadas pelo Banco Central do Brasil e Banco de Compensações Internacionais - BIS.

GESTÃO DE RISCOS

Gestão de Riscos Corporativos

O gerenciamento de riscos da CAIXA é pautado nas melhores práticas de mercado e no cumprimento das normas expedidas pelo BACEN.

O lançamento do Programa Caixa Melhor Crédito exigiu um monitoramento sistemático do crescimento das operações de crédito da Empresa, em especial do segmento comercial. Para tanto, foram desenvolvidos novos modelos de perda esperada para os principais produtos da carteira comercial pessoa física, bem como novo modelo para cenários de estresse macroeconômico.

Como resultado, o perfil dos clientes novos, a partir de abril de 2012, continuou apresentando bom desempenho de adimplência em comparação com as safras de 2011.

Os indicadores de inadimplência e provisão para devedores duvidosos se mantiveram estáveis, bem como a perda esperada da carteira, apesar de leve tendência de crescimento.

Indicador	Período		Variação
	2011	2012	
Inadimplência - CAIXA	2,00%	2,08%	0,06 pp
Perda realizada	1,25%	1,29%	0,04 pp
Prejuízo	4,39%	4,11%	-0,28 pp
Carteira de Crédito (em R$ bilhões)	249,5	353,7	41,8%

Foi um ano de avanços para o risco de mercado, diante de uma gestão mais ativa da carteira, que buscou diversificação e maior sofisticação das operações. Destaque para a primeira emissão externa de títulos da dívida pela CAIXA e para a construção do hedge contábil desta operação.

No período, foram realizadas ações de gestão de capital, por meio de contratação de instrumentos de capital e capitalização pelo controlador, que permitiram o fortalecimento do Patrimônio de Referência sustentando o nível de crescimento da carteira e os riscos assumidos pela Instituição.

Estas, entre outras ações, permitiram que o Índice de Basiléia ficasse em 12,99%, acima do mínimo exigido de 11%, respaldando a alavancagem das operações de crédito.

Ainda no período, foi iniciada a implantação do Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP) que permitirá melhor gestão do capital para cenários prospectivos de normalidade e estresse.

A CAIXA apresentou ao BACEN nova versão do Caderno de Risco de Mercado para assegurar a autorização do uso do modelo interno de desse tipo de risco. Quando aprovado, o novo modelo irá adequar o cálculo das parcelas de risco de mercado do Patrimônio de Referência Exigido.

Além disso, foi implementada a estrutura de gerenciamento de risco de liquidez, atendendo aos requisitos da Resolução BACEN 4.090/2012.

Gerenciamento de Risco de Crédito de Tomador e Operação

A CAIXA, por meio da sua política de risco de crédito do tomador e operação, estabelece as responsabilidades norteadoras da avaliação do risco de crédito, em conformidade com as estratégias, legislação vigente e as boas práticas de governança corporativa, observando-se as políticas de gerenciamento de riscos e de crédito em vigor.

A estratégia de expansão da base de clientes, aderente ao Programa CAIXA Melhor Crédito, é continuamente fortalecida por ações que buscam garantir a adequada mitigação do risco, seja nas propostas de crédito ou na prospecção de clientes.

Nesse sentido, o gerenciamento de risco de crédito do tomador e operação adota modelos de avaliação e reavaliação do risco, aplicados às propostas de pessoas físicas e jurídicas. Desta forma, é atribuído "rating" para o tomador e para operação, além de prazos de validade e limites máximos de crédito, individualizando o tomador, o projeto apresentado ou o grupo econômico/conglomerado.

Visando a melhoria deste processo, em 2012, a CAIXA efetuou a recalibragem dos modelos do risco de crédito dos entes públicos, tornando-os mais aderentes a estratégia da Empresa, sem maior exposição ao risco de crédito.

Focando a expansão do varejo sem maior exposição ao risco de crédito, também foram adotadas ações para liberação de limites específicos para operações rotativas, permitindo a gestão da capacidade de pagamento da empresa em operações parceladas.

Neste contexto, foram efetuadas adequações na metodologia de avaliação de operações dos fornecedores Petrobras e da Cadeia Produtiva de Petróleo e Gás, proporcionando contrações mais aderentes ao perfil dos tomadores e vigência do contrato.

Ademais, com a entrada da CAIXA no segmento do agronegócio no terceiro trimestre, foi desenvolvida metodologia específica para avaliação do risco de crédito abrangendo o produtor rural, as agroindústrias e cooperativas rurais e de crédito, buscando assim, a mitigação do risco destes tomadores.

Também foi desenvolvida e implantada nova metodologia para avaliação do risco de operações de crédito imobiliário com pessoas jurídicas, readequando à realidade das empresas e do mercado.

O compromisso da área de Riscos Corporativos em entregar mais qualidade e mitigação de fatores de exposição e perda, assegura a conformidade e continuidade das operações da instituição.

GESTÃO DE PESSOAS

A Empresa finalizou o ano de 2012, contando com 92,9 mil empregados concursados e 14,4 mil estagiários e aprendizes. Foram contratados 11 mil empregados e desligados 3,7 mil dos quais 2,2 em Programa de Apoio a Aposentadoria.

A remuneração fixa do pessoal, somada aos encargos e benefícios, totalizou R$ 13,3 bi-

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013022700026

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2012
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

lhões, destacando-se os benefícios sociais proporcionados aos colaboradores e seus dependentes no valor de R$ 1,5 bilhão. Adicionalmente, foram investidos R$ 116,7 milhões em programas de formação, treinamento e desenvolvimento.

A CAIXA ainda patrocina planos fechados de previdência complementar, administrados pela Fundação dos Economiários Federais – FUNCEF, alcançando 96% do quadro de empregados.

Além dos diversos programas voltados para saúde e segurança dos empregados, a Empresa também busca integrar a educação corporativa, a gestão do desempenho e das competências e a gestão do conhecimento, por meio de incentivos à capacitação, da criação e manutenção de sistemas e processos de disseminação do conhecimento e do desenvolvimento de habilidades.

Em 2012, cerca de 1,6 mil empregados ingressaram no programa de incentivo ao curso superior, que atualmente contempla 3,9 mil empregados, com investimento de R$ 12,4 milhões.

Já o programa de incentivo à Pós-Graduação Lato Sensu contemplou, no mesmo período, mais 895 empregados, totalizando 1,8 mil, com o investimento de R$ 4,2 milhões. Por sua vez, 1,2 mil empregados receberam o reembolso decorrente do incentivo ao estudo de idioma estrangeiro, cujo investimento foi de R$ 1,5 milhão.

No período, foram realizadas 127 Ações Educacionais, totalizando 11,5 milhões de horas de capacitação na Universidade CAIXA e em eventos externos. Mais de 88 mil empregados, 94,7% do quadro funcional, participaram de pelo menos uma destas ações.

Dos empregados treinados, 60% têm até 9 anos de CAIXA, demonstrando o investimento que a Empresa faz em seu corpo funcional, buscando atender a população de forma cada vez mais qualificada.

RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL

Reconhecidamente envolvida com a gestão sustentável, a CAIXA está sempre buscando incentivar a conscientização quanto à boa aplicação dos recursos renováveis, repensando seu processo produtivo e adotando políticas sustentáveis.

Nesse sentido, com o objetivo de tornar as unidades da CAIXA acessíveis fisicamente, a Empresa executou plano de ação voltado à acessibilidade de suas agências, atingindo um percentual superior a 98% de unidades adaptadas.

Consolidando-se como o banco do setor Público, a CAIXA lançou, em 2012, a estratégia Recepção aos Gestores Municipais Eleitos e Reeleitos, com o objetivo de estabelecer e estreitar relacionamento, com os novos gestores municipais e com os reeleitos em 2012, reforçando o posicionamento no segmento, em especial junto às Prefeituras e Câmaras Municipais.

Durante a Conferência Rio+20, a CAIXA firmou Acordos de Cooperação Internacional com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e com a agência alemã Gesellschaft Für Internationale Zusammenarbeit, que preveem trabalhos nas áreas de habitação, gestão pública, inclusão financeira, infraestrutura, meio-ambiente e desenvolvimento social, além das ações voltadas à eficiência energética, energias renováveis e mudanças climáticas.

Na mesma conferência, a Empresa assinou a Declaração do Capital Natural - um compromisso público de tornar a proteção e preservação dos ecossistemas uma prioridade do setor, e lançou o Relatório de Sustentabilidade CAIXA, ratificando o papel da Empresa como banco de toda a sociedade brasileira que se relaciona com diferentes públicos e é transparente ao apresentar os resultados de sua gestão econômica, social e ambiental.

Apoio ao Esporte

Principal agente financeiro das políticas públicas de desenvolvimento e inclusão social, a Instituição faz investimentos contínuos no esporte brasileiro. Mais do que propiciar aos atletas condições essenciais de treinamento para participar de competições e torneios nacionais e internacionais, o patrocínio da CAIXA valoriza a inclusão social, a educação e a descoberta de novos talentos.

Como patrocinadora oficial das Confederações Brasileiras de Atletismo - CBAT, de Ginástica - CBG e de Lutas Associadas – CBLA, em 2012, a Empresa destinou R$ 22 milhões para o desenvolvimento destes esportes e de seus atletas. Foram investidos, também, cerca de R$ 35 milhões em corridas de rua e projetos sociais com foco em atletismo, além de R$ 11,4 milhões para o Comitê Paraolímpico Brasileiro – CPB.

Nos Jogos Olímpicos de Londres 2012, o atleta Arthur Zanetti conquistou a medalha de ouro na Ginástica Artística. O ginasta foi eleito ainda o melhor atleta do ano no Prêmio Brasil Olímpico, organizado pelo Comitê Olímpico Brasileiro.

Nas Paraolimpíadas de Londres, o Brasil competiu com a maior delegação paraolímpica já enviada, 319 atletas (25 patrocinados pela CAIXA) e alcançou a sétima posição no quadro geral (21 medalhas de ouro, 14 de prata e 8 de bronze) - a melhor colocação de sua história.

A partir do segundo semestre de 2012 foi incluída a modalidade futebol nos esportes patrocinados pela CAIXA. Foram assinados contratos com o Avaí Futebol Clube e o Figueirense Futebol Clube de Santa Catarina e o Clube Atlético Paranaense, com contrapartidas de imagem, promocionais, ambientais e sociais, dentre outras.

A CAIXA ainda assinou em novembro de 2012, contrato de patrocínio com o Sport Club Corinthians. Os resultados positivos obtidos pelo Atlético Paranaense - passando à primeira divisão do Campeonato Brasileiro, e pelo Corinthians - campeão do Mundial de Clubes no Japão em 2012, potencializaram o retorno, intensificando o reconhecimento da marca CAIXA, inclusive internacionalmente.

Apoio à Cultura

Nos últimos 10 anos, a Empresa investiu mais de R$ 330 milhões no segmento cultural, e disponibiliza à comunidade sete espaços para promover e divulgar as mais diversas manifestações culturais – a CAIXA Cultural.

Presente nas cidades de Brasília, Curitiba, Fortaleza, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo, a CAIXA Cultural conta com uma programação elaborada a partir de projetos culturais patrocinados por meio de seleção pública, denominado Programa de Ocupação dos Espaços da Caixa Cultural.

A CAIXA ainda desenvolve o Programa de Apoio ao Patrimônio Cultural Brasileiro, que patrocina projetos que assegurem a democratização do acesso e a preservação do patrimônio; o Programa de Apoio ao Artesanato Brasileiro, que patrocina projetos que objetivem o desenvolvimento de comunidades artesãs e à valorização do artesanato tradicional brasileiro e o Programa de Apoio a Festivais de Teatro e Dança, que seleciona projetos de festivais que acontecem em todo o território nacional.

No ano de 2012, foram investidos R$ 48,0 milhões em 686 eventos culturais. As atrações atingiram um público de aproximadamente 24 milhões de pessoas, sendo 700 mil, nos espaços da CAIXA Cultural.

PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS

Durante o ano de 2012, a CAIXA foi indicada a inúmeras premiações e ações de reconhecimento que refletem o compromisso com a melhoria constante de seus processos e serviços.

A Empresa foi homenageada com o Prêmio e-finance 2012 - da revista Executiva Financeiros, que tem como objetivo reconhecer as mais inovadoras implementações, soluções e aplicativos da área de Tecnologia da Informação. A CAIXA venceu em 13 dos 31 projetos inscritos, os quais concorreram em nove categorias.

O Fundo CAIXA FI Qualificado RF Crédito Privado LP conquistou cinco estrelas, em sua categoria, no Star Ranking 2012, elaborado pela agência de classificação de risco Standard & Poor's, e publicado anualmente na Revista ValorInveste, do Jornal Valor Econômico, na ocasião foram analisados 1.015 fundos.

Outro reconhecimento importante foi o Prêmio Alide 2012, da Associação Latino Americana de Instituições Financeiras para o Desenvolvimento - Alide, o qual foi conquistado pelo Programa CAIXA Melhores Práticas em Gestão Local, na categoria Informação, Assistência Técnica e Responsabilidade Social.

A Poupança da CAIXA foi eleita, pelo décimo primeiro ano consecutivo, Top of Mind pelo Instituto DataFolha, com 48% de lembrança - o melhor desempenho da marca desde que a categoria foi criada em 2002.

A Empresa ainda obteve o maior número de cases premiados entre todas as que participaram da 25ª edição do Prêmio Marketing Best, promovido pela Editora Referência e pela agência Madia/Mundo Marketing. Os cases Quina de São João 2012 e Programa Caixa Melhor Crédito receberam os dois troféus conquistados.

Agraciada com o Prêmio Colunistas 2012, da Associação Brasileira dos Colunistas de Marketing e Propaganda – Abracomp, a CAIXA venceu em três categorias, recebendo mais de oito prêmios. O Prêmio é um reconhecimento às empresas que inovaram e hoje estão em destaque não só pelo que implantaram, mas pelos resultados obtidos por essas e outras ações, ou pelo conjunto de atividades, contribuindo com o desenvolvimento do mercado econômico brasileiro em vários setores.

A CAIXA recebeu, pelo segundo ano consecutivo, o Prêmio Época Empresa verde, criado pela Revista Época, sendo reconhecida como uma das "20 Empresas mais Verdes do Brasil", na categoria "Serviços" e o Prêmio Marketing Best Sustentabilidade 2012, pela iniciativa da Agência Barco Chico Mendes, em um evento que premia e dissemina as melhores práticas de sustentabilidade de empresas, fundações, institutos e associações.

A Ouvidoria CAIXA, por estar entre as 10 melhores ouvidorias do país, recebeu o Prêmio de Ouvidorias Brasil 2012, durante o Congresso Nacional das Relações Empresa-Cliente (Conarec). O prêmio é uma iniciativa da revista Consumidor Moderno a fim de conhecer as estruturas das ouvidorias nacionais, valorizar as ouvidorias, os ouvidores e instituições que se destacaram por sua atuação e estruturação.

Outro reconhecimento foi concedido às Loterias CAIXA, que em junho de 2012, receberam a certificação em Responsabilidade Social Corporativa e Jogo Responsável da Corporación Iberoamericana de Loterías y Apuestas de Estado - CIBELAE, o que atesta o compromisso desta empresa com a gestão responsável deste serviço.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013022700027

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2012
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

BALANÇO PATRIMONIAL
(Em milhares de Reais)

ATIVO	CAIXA - Individual		CAIXA - Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
CIRCULANTE	**350.905.556**	**232.502.431**	**351.547.176**	**232.959.838**
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	**8.035.967**	**4.942.335**	**8.035.967**	**4.942.335**
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)	**75.183.272**	**29.746.967**	**75.183.272**	**29.746.967**
Aplicações no mercado aberto	72.104.596	27.683.377	72.104.596	27.683.377
Aplicações em depósitos interfinanceiros	3.078.757	2.063.665	3.078.757	2.063.665
Provisões para perdas	(81)	(75)	(81)	(75)
TÍTULOS E VAL. MOBIL. e INSTRUM. FINANC. DERIVATIVOS (Nota 6)	**91.877.035**	**77.899.243**	**92.375.479**	**78.232.348**
Carteira própria - livre	57.146.000	51.160.691	57.644.444	51.493.796
Vinculados a compromissos de recompra	34.647.909	25.433.206	34.647.909	25.433.206
Vinculados a prestação de garantias		1.053.551		1.053.551
Títulos objeto de oper comprom com livre movimentação		250.611		250.611
Vinculados ao Banco Central	998	1.184	998	1.184
Instrumentos financeiros derivativos	82.128		82.128	
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	**72.880.330**	**62.665.106**	**72.880.330**	**62.665.106**
Pagamentos e recebimentos a liquidar	247.478	157.486	247.478	157.486
Créditos vinculados - depósitos no BACEN (Nota 7 (a))	72.199.506	62.172.025	72.199.506	62.172.025
Correspondentes	433.346	335.595	433.346	335.595
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	**713.650**	**126.699**	**713.650**	**126.699**
Recursos em trânsito de terceiros	146	177	146	177
Transferências internas de recursos	713.504	126.522	713.504	126.522
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)	**72.168.700**	**36.252.452**	**72.168.700**	**36.252.452**
Setor público	3.032.766	1.382.137	3.032.766	1.382.137
Setor privado	77.669.528	40.549.328	77.669.528	40.549.328
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	366.301		366.301	
Provisão para operações de créditos	(8.899.895)	(5.679.013)	(8.899.895)	(5.679.013)
OUTROS CRÉDITOS (Nota 9)	**29.091.187**	**19.882.210**	**29.234.363**	**20.006.512**
Créditos por avais e fianças honrados	31.799	32.142	31.799	32.142
Carteira de câmbio	114.195	16.809	114.195	16.809
Rendas a receber	1.623.801	1.630.259	1.764.138	1.754.233
Negociação e intermediação de valores	4.714	128	4.714	128
Créditos específicos	692.906	136.123	692.906	136.123
Diversos	26.779.048	18.186.804	26.781.887	18.187.132
Provisão para outros créditos	(155.276)	(120.055)	(155.276)	(120.055)
OUTROS VALORES E BENS (Nota 10)	**955.415**	**987.419**	**955.415**	**987.419**
Outros valores e bens	798.227	742.994	798.227	742.994
Provisões para perdas	(103.028)	(122.953)	(103.028)	(122.953)
Despesas antecipadas	260.216	367.378	260.216	367.378
NÃO CIRCULANTE	**352.034.110**	**278.528.617**	**351.347.795**	**277.253.755**
TÍTULOS E VAL. MOBIL. e INST. FINANC. DERIVATIVOS (Nota 6)	**46.588.282**	**41.505.632**	**46.588.282**	**41.505.632**
Carteira própria - livre	32.586.271	30.603.550	32.586.271	30.603.550
Vinculados a compromissos de recompra	12.318.617	10.896.590	12.318.617	10.896.590
Vinculados a prestação de garantias	1.683.394	5.492	1.683.394	5.492
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	**18.776.893**	**18.333.916**	**18.776.893**	**18.333.916**
Créditos vinculados - SFH (Nota 7 (b))	18.776.893	18.333.916	18.776.893	18.333.916
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)	**261.853.600**	**197.595.203**	**261.853.600**	**197.595.203**
Setor público	24.871.263	20.804.015	24.871.263	20.804.015
Setor privado	245.740.679	186.813.296	245.740.679	186.813.296
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	2.058.966		2.058.966	
Provisão para operações de créditos	(10.817.308)	(10.022.108)	(10.817.308)	(10.022.108)
OUTROS CRÉDITOS (Nota 9)	**16.560.759**	**13.615.699**	**16.560.759**	**13.615.699**
Diversos	16.609.378	13.631.616	16.609.378	13.631.616
Provisão para outros créditos	(48.619)	(15.917)	(48.619)	(15.917)
PERMANENTE	**8.254.576**	**7.478.167**	**7.568.261**	**6.203.305**
INVESTIMENTOS (Nota 11)	**3.964.971**	**3.407.634**	**3.278.656**	**2.132.771**
Participações em coligadas e controladas	3.727.613	3.215.248	3.041.298	1.940.385
- No país	3.726.366	3.214.258	3.040.051	1.939.395
- No exterior	1.247	990	1.247	990
Outros investimentos	256.039	211.108	256.039	211.108
Provisão para perdas	(18.681)	(18.722)	(18.681)	(18.722)
IMOBILIZADO DE USO (Nota 12)	**2.164.942**	**1.975.401**	**2.164.942**	**1.975.402**
Imóveis de uso	310.261	268.091	310.261	268.091
Reavaliações de imóveis de uso	744.011	810.437	744.011	810.437
Outras imobilizações de uso	4.697.398	4.028.123	4.697.398	4.028.125
Depreciações acumuladas	(3.586.728)	(3.131.250)	(3.586.728)	(3.131.251)
INTANGÍVEL (Nota 13)	**2.122.238**	**2.072.059**	**2.122.238**	**2.072.059**
Ativos intangíveis	2.990.846	2.583.979	2.990.846	2.583.979
Amortizações acumuladas	(868.608)	(511.920)	(868.608)	(511.920)
DIFERIDO	**2.425**	**23.073**	**2.425**	**23.073**
Gastos de organização e expansão	38.466	170.023	38.466	170.023
Amortizações acumuladas	(36.041)	(146.950)	(36.041)	(146.950)
T O T A L	**702.939.666**	**511.031.048**	**702.894.971**	**510.213.593**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	CAIXA - Individual		CAIXA - Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
CIRCULANTE	**442.342.112**	**355.877.180**	**442.297.417**	**355.059.725**
DEPÓSITOS (Nota 14)	**279.990.109**	**248.023.653**	**279.989.979**	**248.005.716**
Depósitos à vista	27.381.103	22.943.005	27.381.099	22.943.003
Depósitos de poupança	175.566.036	150.362.663	175.566.036	150.362.663
Depósitos interfinanceiros	10.260.691	5.097.544	10.260.691	5.097.544
Depósitos a prazo	57.516.733	56.365.520	57.516.607	56.347.585
Depósitos especiais e de fundos e programas	9.265.546	13.254.921	9.265.546	13.254.921
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO (Nota 15)	**90.984.561**	**54.066.190**	**90.785.152**	**53.182.857**
Carteira própria	44.478.327	34.600.772	44.278.918	33.717.439
Carteira de terceiros	46.506.234	19.215.316	46.506.234	19.215.316
Carteira livre movimentação		250.102		250.102
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÕES DE TÍTULOS (Nota 16)	**16.835.519**	**12.966.352**	**16.835.519**	**12.966.352**
Recursos de letras imob., hipotec., de crédito e similares	13.708.836	12.966.352	13.708.836	12.966.352
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	3.126.683		3.126.683	
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	**372.381**	**203.344**	**372.381**	**203.344**
Recebimentos e pagamentos a liquidar	358.957	193.143	358.957	193.143
Correspondentes	13.424	10.201	13.424	10.201
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	**1.385.371**	**1.221.057**	**1.385.371**	**1.221.057**
Recursos em trânsito de terceiros	1.262.980	1.193.795	1.262.980	1.193.795
Transferências internas de recursos	122.391	27.262	122.391	27.262
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS (Nota 17)	**43.300**		**43.300**	
Empréstimos no exterior	43.300		43.300	
OBRIGAÇÕES POR REPAS. DO PAÍS - INSTIT. OFICIAIS (Nota 17)	**2.356.114**	**810.500**	**2.356.114**	**810.500**
TESOURO NACIONAL - PIS	348.806	483.010	348.806	483.010
BNDES	1.633.823	240.001	1.633.823	240.001
FGTS	371.285	87.489	371.285	87.489
Outras	2.200		2.200	
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6 (g))	**539**	**827**	**539**	**827**
Instrumentos financeiros derivativos	539	827	539	827
OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 18)	**50.374.218**	**38.585.257**	**50.529.062**	**38.669.072**
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados	258.984	207.391	258.984	207.391
Carteira de câmbio	93.105	17.002	93.105	17.002
Sociais e estatutárias	5.660.303	3.142.448	5.660.303	3.142.448
Fiscais e previdenciárias	1.656.481	1.262.434	1.811.050	1.346.225
Negociação e intermediação de valores	5.075	6.956	5.075	6.956
Dívidas subordinadas - elegíveis a capital	989.075		989.075	
Recursos para destinação específica:	7.629.604	6.389.023	7.629.604	6.389.023
- Obrigações de operações com loterias	1.237.388	725.499	1.237.388	725.499
- Obrigações por fundos e programas sociais	5.893.513	4.718.055	5.893.513	4.718.055
- Obrigações por fundos financ. e de desenvolvimento	498.703	945.469	498.703	945.469
Diversas	34.081.591	27.560.003	34.081.866	27.560.027
NÃO CIRCULANTE	**235.540.610**	**135.592.488**	**235.540.610**	**135.592.488**
DEPÓSITOS (Nota 14)	**39.050.915**	**11.823.322**	**39.050.915**	**11.823.322**
Depósitos interfinanceiros	32.742	6.064	32.742	6.064
Depósitos a prazo	39.018.173	11.817.258	39.018.173	11.817.258
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO (Nota 15)	**3.123.417**	**2.225.101**	**3.123.417**	**2.225.101**
Carteira própria	3.123.417	2.225.101	3.123.417	2.225.101
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÕES DE TÍTULOS (Nota 16)	**32.167.675**	**8.111.192**	**32.167.675**	**8.111.192**
Recursos de letras imob., hipotec., de crédito e similares	32.167.675	8.111.192	32.167.675	8.111.192
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS (Nota 17)		**4.601**		**4.601**
Empréstimos no exterior		4.601		4.601
OBRIGAÇÕES POR REPAS. DO PAÍS-INSTIT. OFICIAIS (Nota 17)	**121.381.325**	**90.805.224**	**121.381.325**	**90.805.224**
TESOURO NACIONAL - PIS	406.796	84.612	406.796	84.612
BNDES	15.922.207	10.032.736	15.922.207	10.032.736
FGTS	104.424.931	80.511.694	104.424.931	80.511.694
Outras	627.391	176.182	627.391	176.182
OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 18)	**39.817.278**	**22.623.048**	**39.817.278**	**22.623.048**
Fiscais e previdenciárias	162.625	187.787	162.625	187.787
Dívidas subordinadas - elegíveis a capital	11.201.660	8.550.802	11.201.660	8.550.802
Instrum. híbridos de capital e dívida - elegíveis a capital	28.452.993	13.884.459	28.452.993	13.884.459
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 19)	**25.056.944**	**19.561.380**	**25.056.944**	**19.561.380**
Capital social	22.054.802	15.154.802	22.054.802	15.154.802
- Capital de domiciliados no país	19.425.236	13.562.433	19.425.236	19.027.254
- Aumento de capital	6.900.000	5.464.821	6.900.000	
- Capital a realizar	(4.270.434)	(3.872.452)	(4.270.434)	(3.872.452)
Reserva de reavaliação	423.165	464.595	423.165	464.595
Reservas de lucros	2.693.064	4.079.781	2.693.064	4.079.781
Ajuste de avaliação patrimonial	(114.087)	(137.798)	(114.087)	(137.798)
T O T A L	**702.939.666**	**511.031.048**	**702.894.971**	**510.213.593**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013022700028

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2012
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
(Em milhares de reais)

	CAIXA - Individual			CAIXA - Consolidado		
	2012		2011	2012		2011
	2º semestre	Exercício	Exercício	2º semestre	Exercício	Exercício
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA (Nota 21)	**29.594.089**	**58.147.194**	**52.913.064**	**29.594.089**	**58.147.194**	**52.913.064**
Operações de crédito (Nota 8 (f))	17.852.971	34.390.584	27.967.053	17.852.971	34.390.584	27.967.053
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários (Notas 5 (a) e 6 (d))	9.446.739	19.281.704	18.896.375	9.446.739	19.281.704	18.896.375
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (Nota 6 (h))	(527.229)	(1.431.250)	(669.979)	(527.229)	(1.431.250)	(669.979)
Resultado de câmbio (Nota 9 (c.1))	16.805	26.327	6.701	16.805	26.327	6.701
Resultado das aplicações compulsórias (Nota 7 (c))	2.663.965	5.686.297	6.711.847	2.663.965	5.686.297	6.711.847
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	140.838	193.532	1.067	140.838	193.532	1.067
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA (Nota 22)	**(20.901.435)**	**(41.271.019)**	**(38.788.985)**	**(20.893.738)**	**(41.241.799)**	**(38.685.846)**
Operações de captação no mercado (Notas 14 (c); 15 (b) e 16 (b))	(13.595.838)	(26.971.197)	(26.026.856)	(13.588.141)	(26.941.977)	(25.923.717)
Operações de empréstimos, cessões e repasses (Nota 17 (c))	(3.196.811)	(6.556.040)	(5.946.394)	(3.196.811)	(6.556.040)	(5.946.394)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	(63.861)	(63.861)		(63.861)	(63.861)	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 8 (i))	(4.044.925)	(7.679.921)	(6.815.735)	(4.044.925)	(7.679.921)	(6.815.735)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**8.692.654**	**16.876.175**	**14.124.079**	**8.700.351**	**16.905.395**	**14.227.218**
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	**(6.558.471)**	**(11.868.099)**	**(9.586.005)**	**(6.548.340)**	**(11.875.752)**	**(9.624.452)**
Receitas de prestação de serviços (Nota 23)	6.238.985	12.008.016	11.122.424	6.238.985	12.008.016	11.122.424
Rendas de tarifas bancárias (Nota 23)	1.192.350	2.272.587	1.523.643	1.192.350	2.272.587	1.523.643
Despesas de pessoal (Nota 24)	(7.300.019)	(13.518.015)	(11.641.388)	(7.301.103)	(13.519.853)	(11.642.233)
Outras despesas administrativas (Nota 25)	(4.592.214)	(8.569.418)	(7.278.391)	(4.594.547)	(8.575.612)	(7.282.797)
Despesas tributárias (Nota 29)	(1.017.830)	(2.038.878)	(1.796.818)	(1.022.984)	(2.044.414)	(1.808.495)
Resultado de participações em coligadas e controladas (Nota 11)	44.067	197.042	280.071	942	139.088	138.660
Outras receitas operacionais (Nota 26)	4.552.283	8.174.720	7.444.467	4.614.114	8.238.596	7.564.374
Outras despesas operacionais (Nota 27)	(5.676.093)	(10.394.153)	(9.240.013)	(5.676.097)	(10.394.160)	(9.240.028)
RESULTADO OPERACIONAL	**2.134.183**	**5.008.076**	**4.538.074**	**2.152.011**	**5.029.643**	**4.602.766**
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 28)	**(18.139)**	**(110.286)**	**(234.596)**	**(18.139)**	**(110.286)**	**(234.596)**
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	**2.116.044**	**4.897.790**	**4.303.478**	**2.133.872**	**4.919.357**	**4.368.170**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 20 (d))	**1.760.236**	**2.118.264**	**1.670.013**	**1.742.408**	**2.096.697**	**1.605.321**
Tributos correntes	(40.743)	(437.180)	(400.550)	(58.586)	(458.767)	(465.237)
Ativo fiscal diferido	1.722.132	2.749.600	2.303.224	1.722.147	2.749.619	2.303.219
Passivo fiscal diferido	78.847	(194.156)	(232.661)	78.847	(194.155)	(232.661)
PARTICIPAÇÕES DOS EMPREGADOS NO LUCRO	**(656.574)**	**(950.000)**	**(790.966)**	**(656.574)**	**(950.000)**	**(790.966)**
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	**3.219.706**	**6.066.054**	**5.182.525**	**3.219.706**	**6.066.054**	**5.182.525**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013022700029

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2012
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de reais)

EVENTOS	CAPITAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVA DE LUCROS		AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
			LEGAL	ESTATUTÁRIAS			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	**12.473.724**	**478.318**	**1.106.898**	**1.545.308**	**(167.298)**		**15.436.950**
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL					29.500		29.500
AUMENTO DE CAPITAL - AÇÕES PETROBRÁS ON (Nota 19 (a))	768.334						768.334
AUMENTO DE CAPITAL - AÇÕES PETROBRÁS PN (Nota 19 (a))	1.702.155						1.702.155
AUMENTO DE CAPITAL - AÇÕES ELETROBRÁS ON (Nota 19 (a))	210.589						210.589
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/REAVALIAÇÃO		12.378					12.378
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/RESERVA DE REAVALIAÇÃO						(10.081)	(10.081)
REALIZAÇÃO DE RESERVA		(26.101)				26.101	
DIVIDENDOS COMPLEMENTARES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES				(1.002.482)			(1.002.482)
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO						5.182.525	5.182.525
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:							
Reserva Legal (Reserva de Lucros)			259.126			(259.126)	
Reserva de loterias (Reserva de Lucros)				407.195		(407.195)	
Reserva de margem operacional (Reserva de Lucros)				1.763.736		(1.763.736)	
Juros sobre o capital próprio propostos						(852.865)	(852.865)
Dividendos declarados						(1.915.623)	(1.915.623)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	**15.154.802**	**464.595**	**1.366.024**	**2.713.757**	**(137.798)**		**19.561.380**

EVENTOS	CAPITAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVA DE LUCROS		AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
			LEGAL	ESTATUTÁRIAS			
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012	**15.154.802**	**458.274**	**1.508.341**	**2.951.113**	**(282.493)**	**1.607.909**	**21.397.946**
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL					168.406		168.406
AUMENTO DE CAPITAL (Nota 19 (a))	6.900.000						6.900.000
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/REAVALIAÇÃO		19.605					19.605
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/RESERVA DE REAVALIAÇÃO						(19.317)	(19.317)
REALIZAÇÃO DE RESERVA		(54.714)				54.714	
DIVIDENDOS COMPLEMENTARES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES				(2.306.561)			(2.306.561)
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO						3.219.706	3.219.706
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:							
Reserva Legal (Reserva de Lucros)			160.986			(160.986)	
Reserva de loterias (Reserva de Lucros)				283.748		(283.748)	
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros)				95.437		(95.437)	
Juros sobre o capital próprio propostos						(554.385)	(554.385)
Dividendos declarados						(3.768.456)	(3.768.456)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	**22.054.802**	**423.165**	**1.669.327**	**1.023.737**	**(114.087)**		**25.056.944**

EVENTOS	CAPITAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVA DE LUCROS		AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
			LEGAL	ESTATUTÁRIAS			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	**15.154.802**	**464.595**	**1.366.024**	**2.713.757**	**(137.798)**		**19.561.380**
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL					23.711		23.711
AUMENTO DE CAPITAL (Nota 19 (a))	6.900.000						6.900.000
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/REAVALIAÇÃO		25.162					25.162
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/RESERVA DE REAVALIAÇÃO						(24.129)	(24.129)
REALIZAÇÃO DE RESERVA		(66.592)				66.592	
DIVIDENDOS COMPLEMENTARES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES				(2.306.561)			(2.306.561)
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO						6.066.054	6.066.054
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:							
Reserva Legal (Reserva de Lucros)			303.303			(303.303)	
Reserva de loterias (Reserva de Lucros)				521.104		(521.104)	
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros)				95.437		(95.437)	
Juros sobre o capital próprio propostos						(1.106.451)	(1.106.451)
Dividendos declarados						(4.082.222)	(4.082.222)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	**22.054.802**	**423.165**	**1.669.327**	**1.023.737**	**(114.087)**		**25.056.944**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013022700030

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2012
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de reais)

	CAIXA - Individual			CAIXA - Consolidado		
	2012		2011	2012		2011
	2º semestre	Exercício	Exercício	2º semestre	Exercício	Exercício
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	**7.985.554**	**13.797.482**	**11.545.216**	**8.028.679**	**13.855.436**	**11.686.632**
Lucro Líquido	3.219.706	6.066.054	5.182.525	3.219.706	6.066.054	5.182.525
Ajustes ao Lucro Líquido:	4.765.848	7.731.428	6.362.691	4.808.973	7.789.382	6.504.107
Ajustes ao Valor de Mercado de TVM e Inst. Financ. Derivativos (Ativos/ Passivos)	206.734	(1.153.045)	(555.226)	206.734	(1.153.045)	(555.226)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	4.044.925	7.679.921	6.815.735	4.044.925	7.679.921	6.815.735
Ativo/Passivo Atuarial (Benefícios a empregados)	306.504	441.980	488.316	306.504	441.980	488.316
Depreciações e Amortizações	534.509	954.439	752.559	534.509	954.439	752.559
Impostos Diferidos	(1.800.979)	(2.828.447)	(2.303.224)	(1.800.979)	(2.828.447)	(2.303.219)
Despesas com provisões para causas judiciais	41.390	423.703	185.363	41.390	423.703	185.363
Resultado de Participação em Coligadas	(44.067)	(197.042)	(280.071)	(942)	(139.088)	(138.660)
Despesas com Dívidas Subordinadas e Instrumentos Híbridos	1.476.832	2.409.919	1.259.239	1.476.832	2.409.919	1.259.239
VARIAÇÃO PATRIMONIAL	**17.301.581**	**34.076.630**	**8.192.377**	**17.258.456**	**34.998.444**	**8.069.239**
(Aumento) Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(1.859.350)	(1.957.887)	(1.861.903)	(1.859.350)	(1.957.887)	(1.861.903)
(Aumento) Redução em Títulos e Valores Mobiliários - Categoria I	(9.968.225)	(20.400.375)	(17.612.544)	(9.968.225)	(20.400.375)	(17.612.544)
(Aumento) Redução em Títulos e Valores Mobiliários - Categoria II	(3.621.127)	(4.073.518)	(4.011.685)	(3.718.481)	(4.238.858)	(4.344.790)
(Aumento) Redução em Títulos e Valores Mobiliários - Categoria III	1.979.463	4.553.612	10.794.626	1.979.463	4.553.612	10.794.626
(Aumento) Redução em Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	(4.114.009)	(10.027.481)	(8.244.634)	(4.114.009)	(10.027.481)	(8.244.634)
(Aumento) Redução em Relações Interfinanceiras (Ativos/Passivos)	(240.359)	(461.683)	2.982.144	(240.359)	(461.683)	2.982.144
(Aumento) Relações Interdependências (Ativos/Passivos)	520.079	(422.637)	135.363	520.079	(422.637)	135.363
(Aumento) Redução em Operações de Crédito	(53.713.403)	(101.765.460)	(73.765.101)	(53.713.403)	(101.765.460)	(73.765.101)
(Aumento) Redução em Outros Créditos	(6.133.401)	(6.927.968)	(1.773.578)	(6.216.176)	(6.682.592)	(1.962.458)
(Aumento) Redução em Outros Valores e Bens	66.308	32.004	295.521	66.308	32.004	295.521
(Redução) Aumento em Depósitos	33.774.309	59.194.049	44.657.973	33.779.218	59.211.856	44.646.742
(Redução) Aumento em Captações no Mercado Aberto	6.737.346	37.816.687	10.278.633	6.767.343	38.500.611	10.197.073
(Redução) Aumento em Recursos por Emissão de Títulos	18.657.960	27.925.650	9.762.024	18.657.960	27.925.650	9.762.024
(Redução) Instrumentos Financeiros Derivativos	(21)	(288)	(817)	(21)	(288)	(817)
(Redução) Aumento em Obrigações por Empréstimos e Repasses	19.738.381	35.160.414	33.519.972	19.738.381	35.160.414	33.519.972
(Redução) Aumento em Outras Obrigações	15.477.630	15.431.511	3.036.383	15.579.728	15.571.558	3.528.021
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/(APLICADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**25.287.135**	**47.874.112**	**19.737.593**	**25.287.135**	**48.853.880**	**19.755.871**
Alienação de Imobilizado de Uso	161.009	164.245	99.578	161.009	164.245	99.578
Aquisição de Investimentos	-	-	-	-	(979.768)	(18.278)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(494.808)	(809.737)	(504.822)	(494.808)	(809.737)	(504.822)
Aquisição de Intangível	(372.671)	(656.570)	(1.090.472)	(372.671)	(656.570)	(1.090.472)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	**(706.470)**	**(1.302.062)**	**(1.495.716)**	**(706.470)**	**(2.281.830)**	**(1.513.994)**
Adiantamento para antecipação de dividendos	-	-	(110.231)	-	-	(110.231)
Dividendos/remuneração	-	-	(1.002.482)	-	-	(1.002.482)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	**-**	**-**	**(1.112.713)**	**-**	**-**	**(1.112.713)**
AUMENTO/(DIMINUIÇÃO) LÍQUIDO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**24.580.665**	**46.572.050**	**17.129.164**	**24.580.665**	**46.572.050**	**17.129.164**
MODIFICAÇÕES EM CAIXA E EQUIVALENTES, LÍQUIDA						
Caixa e Equivalentes no início do Período	54.617.097	32.625.712	15.496.548	54.617.097	32.625.712	15.496.548
Caixa e Equivalentes no fim do período	79.197.762	79.197.762	32.625.712	79.197.762	79.197.762	32.625.712
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes	24.580.665	46.572.050	17.129.164	24.580.665	46.572.050	17.129.164
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES						
Juros pagos	17.936.165	36.694.640	34.523.078	17.936.165	36.694.640	34.523.078
Juros recebidos	28.544.925	55.939.608	48.356.986	28.544.925	55.939.608	48.356.986
Dividendos recebidos	81	296	328	81	296	142.249

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013022700031

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2012
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
(Em milhares de reais)

	CAIXA - Individual						CAIXA - Consolidado					
	2º semestre - 2012		Exercício - 2012		Exercício - 2011		2º semestre - 2012		Exercício - 2012		Exercício - 2011	
DESCRIÇÃO	R$	%	R$	%	R$	%	R$	%	R$	%	R$	%
1. RECEITAS	**37.514.643**	**343,68**	**72.812.309**	**340,60**	**65.953.268**	**357,75**	**37.576.474**	**343,49**	**72.876.184**	**340,43**	**66.073.176**	**356,90**
Intermediação financeira	29.594.089	271,12	58.147.194	271,99	52.913.064	287,02	29.594.089	270,53	58.147.194	271,62	52.913.064	285,82
Prestação de serviços com tarifas	7.431.335	68,08	14.280.603	66,81	12.646.068	68,60	7.431.335	67,93	14.280.602	66,71	12.646.067	68,31
Provisão p/deved duvidosos - reversão/(constituição)	(4.044.925)	(37,06)	(7.679.921)	(35,92)	(6.815.735)	(36,97)	(4.044.925)	(36,97)	(7.679.921)	(35,87)	(6.815.735)	(36,82)
Outras	4.534.144	41,54	8.064.433	37,72	7.209.871	39,10	4.595.975	42,01	8.128.309	37,97	7.329.780	39,59
2. DESPESAS DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**16.856.510**	**154,43**	**33.591.098**	**157,13**	**31.973.250**	**173,43**	**16.848.813**	**154,02**	**33.561.879**	**156,78**	**31.870.110**	**172,15**
3. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	**9.252.132**	**84,76**	**17.085.274**	**79,92**	**15.071.924**	**81,75**	**9.254.468**	**84,60**	**17.091.471**	**79,84**	**15.076.345**	**81,44**
Materiais, energia e outros	1.173.760	10,75	2.136.458	9,99	1.878.749	10,19	1.173.975	10,73	2.136.889	9,98	1.879.285	10,15
Processamento de dados e comunicações	812.803	7,45	1.605.022	7,51	1.517.130	8,23	812.803	7,43	1.605.023	7,50	1.517.130	8,20
Propaganda, publicidade e promoções	327.185	3,00	590.133	2,76	562.807	3,05	327.185	2,99	590.133	2,76	562.807	3,04
Serviços de terceiros e especializados	920.799	8,44	1.672.788	7,82	1.319.280	7,16	922.916	8,44	1.678.546	7,84	1.323.150	7,15
Serviços de vigilância e segurança	341.492	3,13	686.719	3,21	553.944	3,00	341.492	3,12	686.720	3,21	553.944	2,99
Outras	5.676.093	52,00	10.394.153	48,62	9.240.014	50,12	5.676.097	51,89	10.394.159	48,55	9.240.029	49,91
- Serviços delegados pelo Governo Federal	708.613	6,49	1.396.717	6,53	1.352.148	7,33	708.613	6,48	1.396.717	6,52	1.352.148	7,30
- Correspondente não bancário	805.472	7,38	1.496.403	7,00	1.182.814	6,42	805.472	7,36	1.496.403	6,99	1.182.814	6,39
- Descontos de operações de crédito	204.484	1,87	407.362	1,91	840.766	4,56	204.484	1,87	407.362	1,90	840.766	4,54
- Despesas com cartão de crédito/débito	442.075	4,05	838.635	3,92	690.767	3,75	442.075	4,04	838.635	3,92	690.767	3,73
- Benefício pós-emprego	296.188	2,71	593.285	2,78	562.857	3,05	296.188	2,71	593.285	2,77	562.857	3,04
- Provisões operacionais diversas	2.134.973	19,56	3.945.458	18,46	3.264.733	17,71	2.134.975	19,52	3.945.460	18,43	3.264.733	17,63
- Demais	1.084.288	9,93	1.716.294	8,03	1.345.929	7,30	1.084.290	9,91	1.716.298	8,02	1.345.944	7,27
4. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	**11.406.001**	**104,49**	**22.135.937**	**103,55**	**18.908.094**	**102,56**	**11.473.193**	**104,88**	**22.222.834**	**103,81**	**19.126.721**	**103,32**
5. RETENÇÕES	**534.509**	**4,90**	**954.439**	**4,46**	**752.559**	**4,08**	**534.509**	**4,89**	**954.439**	**4,46**	**752.559**	**4,07**
Depreciação, amortização e exaustão	534.509	4,90	954.439	4,46	752.559	4,08	534.509	4,89	954.439	4,46	752.559	4,07
6. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (4-5)	**10.871.492**	**99,60**	**21.181.498**	**99,09**	**18.155.535**	**98,48**	**10.938.684**	**99,99**	**21.268.395**	**99,35**	**18.374.162**	**99,25**
7. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	**44.067**	**0,40**	**197.042**	**0,91**	**280.071**	**1,52**	**942**	**0,01**	**139.089**	**0,65**	**138.660**	**0,75**
Resultado da equivalência patrimonial	44.067	0,40	197.042	0,91	280.071	1,52	942	0,01	139.088	0,65	138.660	0,75
8. VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)	**10.915.559**	**100,00**	**21.378.540**	**100,00**	**18.435.606**	**100,00**	**10.939.626**	**100,00**	**21.407.484**	**100,00**	**18.512.822**	**100,00**
9. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	**10.915.559**	**100,00**	**21.378.540**	**100,00**	**18.435.606**	**100,00**	**10.939.626**	**100,00**	**21.407.484**	**100,00**	**18.512.822**	**100,00**
Pessoal	6.991.047	64,05	12.624.463	59,05	10.831.943	58,76	6.992.132	63,92	12.626.304	58,98	10.832.789	58,52
- Remuneração direta	5.289.780	48,46	9.612.681	44,96	8.189.167	44,42	5.290.865	48,36	9.614.522	44,91	8.190.013	44,24
- Benefícios	1.387.318	12,71	2.411.037	11,28	2.125.488	11,53	1.387.318	12,67	2.411.037	11,26	2.125.488	11,48
- FGTS	313.949	2,88	600.745	2,81	517.288	2,81	313.949	2,87	600.745	2,81	517.288	2,79
Impostos, taxas e contribuições	223.140	2,04	1.764.165	8,25	1.727.217	9,36	246.122	2,25	1.791.268	8,37	1.803.587	9,74
- Federais	10.985	0,09	1.326.010	6,20	1.350.014	7,32	33.967	0,31	1.352.740	6,32	1.426.384	7,70
- Estaduais	151	0,00	511	0,00	433	0,00	151	0,00	511	0,00	433	0,00
- Municipais	212.004	1,94	437.644	2,05	376.770	2,04	212.004	1,94	438.017	2,05	376.770	2,04
Remuneração de capitais de terceiros	481.666	4,41	923.858	4,32	693.921	3,76	481.666	4,40	923.858	4,32	693.921	3,75
- Aluguéis	481.666	4,41	923.858	4,33	693.921	3,76	481.666	4,40	923.858	4,32	693.921	3,75
Remuneração de capitais próprios	2.714.932	24,87	5.188.673	24,27	2.768.488	15,02	2.714.932	24,82	5.188.673	24,24	2.768.488	14,95
- Juros sobre o capital próprio e dividendos	2.714.932	24,87	5.188.673	24,27	2.768.488	15,02	2.714.932	24,82	5.188.673	24,24	2.768.488	14,95
Lucros retidos	504.774	4,62	877.381	4,10	2.414.037	13,10	504.774	4,61	877.381	4,10	2.414.037	13,04

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013022700032

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2012
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota 1 – Contexto operacional

A Caixa Econômica Federal – CAIXA ("CAIXA" ou "Instituição") é uma instituição financeira constituída pelo Decreto-Lei nº 759, de 12 de agosto de 1969, sob a forma de empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Fazenda e sujeita às normas gerais, às decisões e à disciplina normativa emanadas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN).

Com sede e foro no Brasil, está domiciliada em Brasília, no Distrito Federal e atua em todo o território nacional e no exterior, com escritórios de representação no Japão, Estados Unidos e Venezuela.

O capital da CAIXA pertence integralmente à União e, no contexto macroeconômico, a gestão econômico-financeira da CAIXA se insere no conjunto das decisões do Governo Federal.

Áreas de atuação

A CAIXA atua em atividades relativas a crédito imobiliário, crédito rural, saneamento básico, infraestrutura urbana, bancos comerciais, cartão de crédito, além da prestação de serviços de natureza social, delegada pelo Governo Federal.

No exercício dessas atividades, a CAIXA executa a captação de recursos em cadernetas de poupança, letras hipotecárias, letras de crédito imobiliário, letras financeiras, depósitos judiciais, depósitos à vista e a prazo, além de executar a aplicação em empréstimos vinculados, substancialmente, à habitação, saneamento e infraestrutura, incluindo operações de repasses do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

A CAIXA exerce a administração de loterias, de fundos de investimentos, de fundos e de programas sociais, entre os quais se destacam o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), o Programa de Integração Social (PIS), o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), o Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), o Fundo Garantidor de Habitação Popular (FGHAB) e o Fundo de Garantia para a Construção Naval (FGCN). Os fundos e os programas administrados são entidades jurídicas independentes geridas por regulamentação específica, que possuem contabilidade própria (Nota 34 (a)).

A CAIXA está autorizada a constituir empresas subsidiárias, integrais ou controladas, para cumprir o seu objeto social, e a adquirir participações acionárias em outras instituições, públicas ou privadas, do setor financeiro ou do ramo de atividades a ele vinculados, conforme artigo 1º da Lei n° 11.908, de 3 de março de 2009.

Em 31 de março de 2009, a CAIXA constituiu a CAIXA PARTICIPAÇÕES S.A. (CAIXAPAR), sociedade comercial sob a forma de sociedade anônima (Nota 11).

Nota 2 – Apresentação das demonstrações contábeis

(a) Contexto geral

As demonstrações contábeis da CAIXA são de responsabilidade da Administração. As demonstrações contábeis consolidadas abrangem as demonstrações contábeis da CAIXA e de sua subsidiária integral CAIXAPAR.

As notas explicativas trazem informações complementares às seguintes demonstrações contábeis individuais e consolidadas: balanços patrimoniais; demonstrações do resultado; demonstrações das mutações do patrimônio líquido, demonstrações dos fluxos de caixa e demonstrações do valor adicionado.

As notas explicativas fornecem, de forma clara, relevante, confiável e comparável, descrições narrativas e detalhes da composição dessas demonstrações contábeis.

Para clareza nas informações evidenciadas quando apresentamos a nomenclatura CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO denota que as informações são coincidentes tanto na demonstração individual quanto na demonstração consolidada.

Visando a convergência das Práticas Contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) para as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), o Conselho Monetário Nacional já aprovou os seguintes pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC):

- CPC 00 – Pronunciamento Conceitual Básico, aprovado pela Resolução CMN n° 4.144/2012;
- CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela Resolução CMN n° 3.566/2008;
- CPC 03 – Demonstração do Fluxo de Caixa, aprovado pela Resolução CMN n° 3.604/2008;
- CPC 05 – Divulgação sobre Partes relacionadas, aprovado pela Resolução CMN n° 3.750/2009;
- CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3989/2011;
- CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, aprovado pela Resolução CMN nº 4007/2011;
- CPC 24 – Evento Subsequente, aprovado pela Resolução CMN n° 3.973/2011; e
- CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN n° 3.823/2009.

Os pronunciamentos CPC 00, CPC 01, CPC 03, CPC 05, CPC 23, CPC 24 e CPC 25 já foram adotados na elaboração das demonstrações contábeis da CAIXA, bem como os demais pronunciamentos aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários que não divergem das normas emitidas pelo órgão regulador. O pronunciamento CPC 10 não produz efeitos na elaboração das demonstrações contábeis da CAIXA.

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foram aprovadas pela deliberação do Conselho de Administração em 18 de fevereiro de 2013.

Nota 3 – Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

(a) Base de preparação e declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações contábeis contêm registros que refletem os custos históricos das transações, com exceção da carteira de títulos e valores mobiliários classificados como mantidos para negociação e disponíveis para venda e os instrumentos financeiros derivativos, que são avaliados pelo valor justo.

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As práticas contábeis adotadas no Brasil envolvem julgamento pela administração quanto a estimativas relativas à mensuração de provisão para créditos de liquidação duvidosa; ao valor justo de determinados instrumentos financeiros; à provisão para causas judiciais; a outras provisões; aos planos de previdência complementar; e à determinação da vida útil de determinados ativos. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente serão conhecidos por ocasião da sua liquidação.

(b) Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem a CAIXA e sua subsidiária, CAIXAPAR, com a respectiva eliminação de todos os saldos e transações entre estas empresas quando da consolidação.

As demonstrações contábeis da CAIXAPAR e da CAIXA são preparadas utilizando-se práticas contábeis consistentes.

O resultado da subsidiária adquirida ou alienada durante o período é incluído nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da aquisição ou até a data da alienação.

O custo de aquisição de uma controlada é mensurado pelo valor justo dos ativos ofertados, dos instrumentos patrimoniais emitidos e dos passivos incorridos ou assumidos na data da troca.

Os ativos identificáveis adquiridos, as contingências e os passivos assumidos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo seu valor justo na data de aquisição, independente da proporção de qualquer participação minoritária.

O valor excedente do custo de aquisição dos ativos líquidos identificáveis em relação ao valor justo de participação é registrado como ágio.

Quando o custo de aquisição for menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a CAIXA reconhece a diferença diretamente no resultado.

Nas demonstrações contábeis, as participações em entidades sob controle conjunto e os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial. No caso de operações com uma coligada, os resultados não realizados são eliminados de acordo com o investimento da CAIXA na coligada.

(c) Apuração do resultado

As receitas e as despesas são registradas de acordo com o regime de competência, que estabelece que sejam incluídas na apuração de resultado dos períodos em que ocorrerem, simultaneamente, quando se correlacionarem e independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013022700033

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2012
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

resgate, retificados por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondente ao período futuro. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

(d) Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais, por ser o real a moeda funcional e de apresentação da CAIXA.

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada entidade do grupo são mensurados usando a mesma moeda funcional definida.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos por taxa de câmbio da moeda funcional no final do período.

Os itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio histórica na data de cada transação e o resultado é convertido pela média da taxa de câmbio do período.

(e) Caixa e equivalentes de caixa

Os valores reconhecidos como caixa e equivalentes de caixa incluem valores em espécie, saldos disponíveis em contas correntes e aplicações financeiras de alta liquidez.

Os valores em espécie em moeda corrente nacional são apresentados pelo seu valor de face e os em moedas estrangeiras são convertidos pela taxa cambial divulgada pelo BACEN na data de fechamento das demonstrações contábeis.

Para elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa, estão incluídas as disponibilidades de caixa, de numerário, de moeda estrangeira e as aplicações em operações interfinanceiras e compromissadas de alta liquidez, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que apresentam risco reduzido de mudança de valor justo, consideradas na gestão dos compromissos de curto prazo.

(f) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e deduzido de eventuais provisões para desvalorização, quando aplicável.

(g) Títulos e valores mobiliários

São inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, na data em que a CAIXA se torna parte interessada na relação contratual do instrumento, incluindo compras ou vendas de ativos financeiros que requerem sua entrega em tempo determinado, estabelecido por regulamento ou padrão do mercado.

A Administração classifica inicialmente os instrumentos financeiros de acordo com o propósito e finalidade da sua aquisição e conforme suas características.

Todos os instrumentos financeiros são mensurados inicialmente ao valor justo acrescido do custo da transação, exceto nos casos em que os ativos e passivos financeiros são registrados ao valor justo por meio do resultado.

O registro e a avaliação da carteira de títulos e valores mobiliários estão em conformidade com a Circular BACEN nº 3.068/2001 e são classificados de acordo com a intenção da Administração em três categorias específicas:

– Títulos para negociação: são adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo ajustados a valor justo em contrapartida ao resultado do período.
– Títulos disponíveis para venda: são instrumentos mantidos por um prazo indefinido e que podem ser vendidos em reposta à necessidade de liquidez ou mudanças de condição do mercado e que não se enquadram como títulos para negociação nem como mantidos até o vencimento. Esses títulos são ajustados a valor justo, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, denominada "Ajuste de avaliação patrimonial". As valorizações/desvalorizações serão levadas ao resultado, pelo valor líquido dos efeitos tributários, quando das realizações dos respectivos títulos.
– Títulos mantidos até o vencimento: adquiridos com a intenção e a capacidade financeira de manter até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos.

Os rendimentos dos títulos, independente de como são classificados, são apropriados "pro-rata" dia, observando o regime de competência, com base nas suas cláusulas de remuneração e registrados em conta de resultado.

As perdas com títulos, independentemente de sua classificação, são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

(h) Instrumentos financeiros derivativos

São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data do início da operação, sendo sua finalidade destinada à proteção contra riscos (hedge) ou não, conforme a Circular BACEN n° 3.082/2002. Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de hedge estabelecidos pelo BACEN, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizados pelo valor justo, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período.

Quando o instrumento financeiro derivativo é contratado em negociação, associado à operação de captação ou aplicação de recursos, nos termos da Circular BACEN nº 3.150/2002, a avaliação é efetuada com base nas condições definidas em contrato, sem nenhum ajuste decorrente do valor justo do derivativo.

Os instrumentos financeiros derivativos classificados como hedge contábil são utilizados na forma de hedge de fluxo de caixa. O instrumento de hedge utilizado é o Swap no mesmo valor da obrigação assumida. O Swap contratado permite que a CAIXA fique ativa em variação cambial mais taxa de juros e passiva em CDI, anulando o risco da variação cambial da dívida assumida.

Pelo fato de haver o casamento dos fluxos futuros do objeto do hedge e da ponta ativa do swap, a efetividade da operação se mantém próxima de 100%, dentro do intervalo estabelecido na Circular BACEN n° 3.082/2002.

(i) Determinação do valor justo

O valor justo é estabelecido com observância a critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço médio de negociação na data de apuração ou na falta desse, cotações de preços de mercado para ativos ou passivos semelhantes ou na falta desses, métodos próprios de precificação.

O valor justo de instrumentos financeiros negociados em mercados ativos na data-base do balanço é baseado no preço de mercado sem nenhuma dedução de custo de transação. O método de valorização consiste na construção dos fluxos de caixa, a partir de dados observáveis como preços e taxas de outros instrumentos financeiros disponíveis no mercado, tais como contratos futuros, títulos públicos e operações de swap.

Uma análise do valor justo de instrumentos financeiros e mais detalhes sobre como eles foram mensurados estão disponíveis na nota de Gerenciamento do Risco Corporativo (Nota 33).

(j) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas observando a avaliação da Administração, realizada periodicamente, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. A avaliação classifica os devedores em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo). Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 para atribuição dos níveis de classificação dos clientes, da seguinte forma:

Período de atraso	Prazo especial (1)	Classificação do cliente
• de 15 a 30 dias	• de 30 a 60 dias	B
• de 31 a 60 dias	• de 61 a 120 dias	C
• de 61 a 90 dias	• de 121 a 180 dias	D
• de 91 a 120 dias	• de 181 a 240 dias	E
• de 121 a 150 dias	• de 241 a 300 dias	F
• de 151 a 180 dias	• de 301 a 360 dias	G
• superior a 180 dias	• superior a 360 dias	H

(1) Operações com prazo remanescente de vencimento superior a 36 meses, conforme Resolução CMN nº 2.682/1999.

As atualizações das operações de crédito vencidas até o 59º dia são contabilizadas em receitas de operações de crédito e, a partir do 60° dia somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível de risco "H" há mais de 6 meses e com atraso superior a 180 dias, são baixadas contra a provisão, e controladas por no mínimo cinco anos em contas de compensação.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas conforme as normas e instruções do BACEN, associadas às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

A partir de janeiro de 2012, conforme Resolução CMN nº 3.533/2008 e Resolução nº 3.895/2010, todas as cessões de crédito com retenção de riscos e benefícios passam a ter seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações. Os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

As cessões de créditos realizadas até 31 de dezembro de 2011 foram contabilizadas de acordo com a regulamentação vigente com o reconhecimento do resultado no momento da realização da cessão, independentemente da retenção ou não do risco.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013022700034

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2012
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

(k) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável e adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro antes do imposto de renda é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas financeiras e do ramo segurador e de 9% para as demais empresas.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, apurados sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias, são registrados como créditos tributários, de acordo com a expectativa de geração de resultados futuros, em consonância os critérios para constituição, manutenção e baixa estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002 alterada pela Resolução CMN n° 3.355/2006.

A constituição dos créditos tributários é baseada na estimativa de sua realização, conforme estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

Os créditos tributários são objeto de realização de acordo com a sua origem. Os originados de diferenças temporárias se realizam pela utilização ou reversão das provisões que serviram de base para sua constituição. Por sua vez, os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social realizam-se quando da geração de lucros tributáveis, por meio de compensação na base de cálculo dos referidos tributos, respeitando o limite de 30% da referida base.

A CAIXA reconhece os créditos tributários de IRPJ, CSLL, PASEP e COFINS sobre os ajustes negativos originados da marcação a mercado de títulos e valores mobiliários e de instrumentos financeiros derivativos apropriados no resultado e em conta destacada do Patrimônio Líquido.

(l) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas representam os pagamentos antecipados cujo benefício ou prestação de serviço ocorrerá em períodos futuros. São registradas no ativo, observado o princípio da competência para o devido reconhecimento em resultado, ocorrendo simultaneamente, quando se correlacionarem às receitas.

(m) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas, nas demonstrações contábeis individuais, em coligadas e em equiparadas às sociedades coligadas, cuja influência seja significativa ou presumidamente significativa, nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial e submetidos a testes de redução ao valor recuperável de ativos em conformidade com as instruções e normas do BACEN.

Os demais investimentos permanentes são avaliados pelo custo de aquisição para fins de mensuração futura e de determinação do seu valor recuperável, e submetidos a testes de redução ao valor recuperável.

(n) Imobilizado

Este grupo inclui os valores dos prédios, terrenos, móveis, equipamentos, hardware de computador e outros utensílios de propriedade da CAIXA destinados à manutenção de suas atividades operacionais.

O ativo é registrado ao custo de aquisição ou formação, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995 e depreciado pelo método linear sem valor residual.

Os terrenos nos quais se encontram os prédios e outras estruturas possuem vida útil indefinida e, portanto, não são depreciados.

A despesa de depreciação do ativo imobilizado é reconhecida na demonstração do resultado e calculada basicamente utilizando-se as seguintes vidas úteis econômicas:

Grupo de bens do imobilizado	Prazo
Edificações	50 anos
Sistema de comunicação	10 anos
Móveis e equipamentos	10 anos
Sistema de processamento de dados	05 anos
Sistema de segurança	05 anos

A CAIXA não tem financiamento de ativos imobilizados nem custos de empréstimos relacionados com estes ativos.

A CAIXA avalia, na data-base das informações financeiras, se há qualquer indicativo de perda no valor recuperável de um ativo imobilizado (ou seja, seu valor contábil excede seu valor recuperável).

Se esse for o caso, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável e as despesas de depreciação futuras são ajustadas proporcionalmente ao valor contábil revisado e à nova vida útil econômica remanescente (se esta for estimada novamente).

Similarmente, se houver indicação de recuperação do valor de um ativo imobilizado, a CAIXA efetua a reversão de perdas no valor recuperável registradas em períodos anteriores e ajusta, respectivamente, as despesas de depreciação futuras.

Em nenhuma circunstância a reversão de uma perda no valor recuperável de um ativo poderá aumentar seu valor contábil acima do valor que teria se nenhuma perda tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

As vidas úteis estimadas de bens do imobilizado de uso próprio são revisadas, no mínimo, ao final do período apresentado, com vistas a detectar variações significativas.

Se forem detectadas variações, as vidas úteis dos ativos são ajustadas corrigindo-se a despesa de depreciação a ser reconhecida na demonstração consolidada do resultado em exercícios futuros com base nas novas vidas úteis.

Custos subsequentes são reconhecidos no imobilizado, desde que atendam aos critérios para reconhecimento como ativo imobilizado.

Os custos de serviços diários de manutenção em itens do imobilizado, tais como mão de obra, material de consumo e reposição de peças de pequeno valor, são reconhecidos como despesas do período em que foram incorridas.

(o) Intangível

Registrado ao custo de aquisição e formação dos bens incorpóreos, destinados à manutenção da CAIXA ou exercidos com essa finalidade, deduzido da amortização, quando aplicável, calculada pelo método linear, observados os prazos contratuais e sujeitos a testes de redução ao valor recuperável, conforme estabelece a Resoluções CMN nº 3.642/2008 e nº 3.566/2008.

São ativos não monetários identificáveis (separáveis de outros ativos), sem substância física, que resultam de uma operação legal ou que sejam desenvolvidos internamente pelas entidades consolidadas.

Somente são reconhecidos ativos cujo custo possa ser estimado de forma confiável e a partir dos quais a CAIXA considere provável que benefícios econômicos futuros sejam gerados.

São reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou produção e, subsequentemente, mensurados ao custo de aquisição menos a amortização acumulada e quaisquer perdas não recuperáveis acumuladas.

Podem ter uma vida útil indefinida quando o período ao longo do qual se espera que o ativo tenha capacidade de gerar entradas de caixa para as entidades consolidadas for imprevisível, com base em uma análise de todos os fatores relevantes.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém, as vidas úteis remanescentes desses ativos são revisadas ao final de cada período contábil, a fim de determinar se continuam indefinidas e, se esse não for o caso, tomar as medidas adequadas.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo dessa vida útil utilizando-se o método linear.

A despesa de amortização do ativo intangível é reconhecida nas demonstrações contábeis e calculada basicamente utilizando-se as seguintes taxas de amortização:

Grupo de intangível	Prazo
Projetos logiciais – *software*	5 anos
Aquisição de Folha de Pagamento [1]	Até 5 anos

(1) Referem-se a valores pagos para assegurar serviços bancários de processamento de crédito de folha de pagamento e crédito consignado, manutenção de carteira de cobrança, serviços de pagamento a fornecedores e outros serviços bancários mediante contratos de parceria comercial com setores públicos e privados.

A despesa de amortização de ativos intangíveis é reconhecida na demonstração do resultado sob a rubrica 'depreciação e amortização', em outras despesas administrativas.

Softwares desenvolvidos internamente são reconhecidos como um ativo intangível somente se a CAIXA puder identificar a capacidade de usá-los ou vendê-los e se a geração de benefícios econômicos futuros puder ser demonstrada com confiança.

(p) Diferido

Registrado ao custo de aquisição e formação, deduzido da amortização, a qual é calculada pelo método linear no prazo de até cinco anos, e sujeito a teste de redução ao valor recuperável.

Conforme determinado na Resolução CMN nº 3.617/2008, os saldos existentes, constituídos até setembro de 2008, serão mantidos até a sua efetiva baixa.

(q) Depósitos e captações no mercado aberto

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço.

(r) Provisões, ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/2009, que adota as premissas contidas no CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013022700035

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2012
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

(1) Ativos contingentes – não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, uma vez que pode se tratar de resultado que nunca venha a ser realizado. Porém, quando a administração possui evidências de que há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis e a realização do ganho é praticamente certa, então o ativo relacionado não é um ativo contingente e o seu reconhecimento é adequado.

(2) Provisões – são constituídas nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos internos, for caracterizado como provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, considerando a natureza da atividade da CAIXA.

(3) Passivos contingentes – classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas notas explicativas quando individualmente relevante, e os classificados como perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

(s) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos (em base "pro-rata" dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos (em base "pro-rata" dia).

(t) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A CAIXA avalia, na data do balanço, se há alguma evidência de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está acima do valor recuperável.

Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado acima do valor recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de redução ao valor recuperável como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ('um evento de perda' incorrido), exceto na avaliação das operações de crédito da Instituição onde conforme legislação vigente é utilizado o critério de perda esperada.

(u) Benefícios a empregados

A CAIXA opera plano de aposentadoria do tipo Benefício Definido (BD), no qual são feitas contribuições a um fundo administrado de forma independente.

O valor presente das obrigações deste benefício bem como o custo do serviço corrente e, quando aplicável, o custo do serviço passado é determinado utilizando-se o Método de Crédito Unitário Projetado, atribuindo-se benefício aos períodos em que surge a obrigação de proporcionar benefícios pós-emprego.

Caso o serviço do empregado em anos posteriores conduza a um nível materialmente mais elevado de benefício do que o verificado anteriormente, atribui-se o benefício de maneira linear até a data em que o serviço adicional do empregado conduza a uma quantia imaterial de benefícios adicionais.

No reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais contabilizados nas demonstrações contábeis, para os planos previdenciários e benefícios pós-emprego estruturados na modalidade BD, a CAIXA adota a seguinte política:

a) A parcela dos ganhos ou perdas a ser reconhecida como receita ou despesa, corresponde ao valor dos ganhos e perdas acumulados não reconhecidos, que exceda, em cada exercício, ao maior dos seguintes limites:

i) 10% do valor presente da obrigação atuarial total do benefício definido; e

ii) 10% do valor justo dos ativos do plano.

b) Desta forma, a parcela dos ganhos ou perdas atuariais a ser reconhecida em cada exercício, será o valor resultante da divisão do montante dos ganhos e perdas atuariais acumulados, conforme item (a), pelo tempo médio remanescente de serviço estimado para os empregados participantes do plano.

A CAIXA também opera planos previdenciários que possuem benefícios estruturados na modalidade de Contribuição Definida e não geram ganhos ou perdas atuariais.

Outros benefícios concedidos são o auxílio pecúlio, estruturado na modalidade BD e o programa de assistência à saúde – Saúde CAIXA, destinado aos titulares (empregados CAIXA e aposentados) e respectivos dependentes.

Na apuração dos passivos e custos deste plano de saúde, foram adotadas hipóteses e premissas atuariais homologadas pela CAIXA, bem como o método atuarial Crédito Unitário Projetado, estabelecido pelo CPC 33 – Benefícios a Empregados.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), que trata de benefícios a empregados, em conformidade com as alterações nas Normas Internacionais de Contabilidade IAS 19.

O CPC 33 altera a contabilização e divulgação dos benefícios a empregados como a remoção do mecanismo do corredor no registro das obrigações dos planos, bem como o critério de reconhecimento dos ativos dos planos (valorizações e desvalorizações). A sua adoção se aplica aos exercícios iniciados a partir de 1 de janeiro de 2013. A adoção desta nova prática contábil implicará, fundamentalmente, no reconhecimento integral em conta de passivo das perdas atuariais (déficit atuarial) não reconhecidas até o momento, em contrapartida de conta do patrimônio líquido.

A participação dos empregados no resultado (PLR) é apropriada mensalmente com o cálculo de 11,25% sobre o resultado anual orçado. Após o fechamento do Acordo Coletivo de Trabalho, esse valor é ajustado considerando as regras aprovadas no Acordo Coletivo de Trabalho.

A CAIXA fornece aos empregados e dirigentes o auxílio-alimentação e cesta-alimentação, na forma da legislação vigente e do Acordo Coletivo de Trabalho, com caráter indenizatório, não sendo considerados como verba salarial e nem incidindo encargos para a CAIXA ou seus empregados e dirigentes.

Nota 4 – Caixa e equivalentes de caixa

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	**31/12/2012**	**31/12/2011**
Total de Disponibilidades (caixa)	8.035.967	4.942.335
Disponibilidade em moeda nacional	6.534.096	4.885.929
Disponibilidade em moeda estrangeira	1.501.871	56.406
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	71.161.795	27.683.377
Total	**79.197.762**	**32.625.712**

(1) Operações com vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aquisição.

(a) Elaboração da demonstração dos fluxos de caixa

Ajustes de transações relevantes em ativos e passivos que não impactaram o caixa			
Item da DFC	**Evento**	**Ajuste no saldo**	
		Ativo	**Passivo**
Títulos e Valores Mobiliários – Cat. II	Aumento de capital com ações	(6.900.000)	-
Títulos e Valores Mobiliários – Cat. III	Pagamento de dividendos complementares de exercícios anteriores com TVM	2.571.165	-
Títulos e Valores Mobiliários – Cat. III	Antecipação de dividendos do exercício 2012 com TVM	5.188.673	-
Outros Créditos	Antecipação de dividendos do exercício 2012	(5.188.673)	-
Outras Obrigações	Atualizações diversas de outras obrigações	-	(3.275.602)
Outras Obrigações	Dividendos propostos do exercício de 2012	-	(5.188.673)

Nota 5 – Aplicações interfinanceiras de liquidez

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	**1 a 90 dias**	**91 a 180 dias**	**31/12/2012**	**31/12/2011**
Aplicações no mercado aberto - posição bancada	22.483.339	3.128.782	25.612.121	8.469.148
Letras Financeiras do Tesouro	5.448.911	-	5.448.911	7.551.669
Letras do Tesouro Nacional	15.864.438	3.128.782	18.993.220	805.109
Notas do Tesouro Nacional	1.169.990	-	1.169.990	112.370
Aplicações no mercado aberto - posição financiada	46.492.475	-	46.492.475	19.214.229
Letras Financeiras do Tesouro	14.485.765	-	14.485.765	19.214.229
Letras do Tesouro Nacional	11.295.496	-	11.295.496	-
Notas do Tesouro Nacional	20.711.214	-	20.711.214	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	2.185.901	892.775	3.078.676	2.063.590
Aplicações em depósitos interfinanceiros	2.185.982	892.775	3.078.757	2.063.665
Provisão para Perdas em Aplicação em DI	(81)	-	(81)	(75)
Total - ativo circulante	**71.161.715**	**4.021.557**	**75.183.272**	**29.746.967**

(a) Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	**2012**		**2011**
	2°semestre	**Exercício**	**Exercício**
Rendas de aplicações no mercado aberto	**3.242.610**	**6.107.695**	**5.604.211**
Posição bancada	1.226.271	1.845.291	1.809.721
Posição financiada	2.016.339	4.262.404	3.794.490
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	**85.035**	**174.339**	**70.324**
Total	**3.327.645**	**6.282.034**	**5.674.535**

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013022700036

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2012
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

Nota 6 – Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

(a) Composição

CAIXA INDIVIDUAL

Descrição	Carteira Própria – Livre	Vinculados				Instrumentos Financeiros Derivativos	Total
		Compromisso de recompra	Prestação de Garantias	Livre movimentação	Banco Central		
Títulos Públicos – Brasil	73.020.460	46.913.706	1.683.394	-	998	-	121.618.558
Letras Financeiras do Tesouro	623.679	5.725.318	4.656	-	-	-	6.353.653
Letras do Tesouro Nacional	40.713.911	31.239.862	1.676.136	-	-	-	73.629.909
Notas do Tesouro Nacional	31.671.026	9.948.526	2.602	-	998	-	41.623.152
Tesouro Nacional/ Securitização	11.844	-	-	-	-	-	11.844
Títulos - Empresas	16.711.811	52.820	-	-	-	-	16.764.631
Debêntures	6.542.621	52.820	-	-	-	-	6.595.441
Letras de Crédito Imobiliário	324.831	-	-	-	-	-	324.831
Letras Financeiras	82.403	-	-	-	-	-	82.403
Cotas de Fundos	47.246	-	-	-	-	-	47.246
Certificado de Recebíveis Imobiliários	995.683	-	-	-	-	-	995.683
Ações	8.719.027	-	-	-	-	-	8.719.027
Outros	-	-	-	-	-	82.128	82.128
31/12/2012	**89.732.271**	**46.966.526**	**1.683.394**	**-**	**998**	**82.128**	**138.465.317**
31/12/2011	**81.764.241**	**36.329.796**	**1.059.043**	**250.611**	**1.184**	**-**	**119.404.875**

CAIXA CONSOLIDADO

Descrição	Carteira Própria - Livre	Vinculados				Instrumentos Financeiros Derivativos	Total
		Compromisso de recompra	Prestação de Garantias	Livre movimentação	Banco Central		
Títulos Públicos – Brasil	73.020.460	46.913.706	1.683.394	-	998	-	121.618.558
Letras Financeiras do Tesouro	623.679	5.725.318	4.656	-	-	-	6.353.653
Letras do Tesouro Nacional	40.713.911	31.239.862	1.676.136	-	-	-	73.629.909
Notas do Tesouro Nacional	31.671.026	9.948.526	2.602	-	998	-	41.623.152
Tesouro Nacional/ Securitização	11.844	-	-	-	-	-	11.844
Títulos - Empresas	17.210.255	52.820	-	-	-	-	17.263.075
Debêntures	6.542.621	52.820	-	-	-	-	6.595.441
Letras de Crédito Imobiliário	324.831	-	-	-	-	-	324.831
Letras Financeiras	82.403	-	-	-	-	-	82.403
Cotas de Fundos	86.817	-	-	-	-	-	86.817
Certificado de Recebíveis Imobiliários	995.683	-	-	-	-	-	995.683
Ações	9.177.900	-	-	-	-	-	9.177.900
Outros	-	-	-	-	-	82.128	82.128
31/12/2012	**90.230.715**	**46.966.526**	**1.683.394**	**-**	**998**	**82.128**	**138.963.761**
31/12/2011	**82.097.346**	**36.329.796**	**1.059.043**	**250.611**	**1.184**	**-**	**119.737.980**

(b) Classificação consolidada por prazos

CAIXA INDIVIDUAL

Posição em 31/12/2012 Descrição	Custo	*Ajuste Resultado	**Ajuste Patr.líq.	Valor Contábil	Valor de Mercado	Sem vencimento	01 – 90 dias	91 – 180 dias	181 – 360 dias	Acima de 360 dias
Títulos Públicos - Brasil	120.466.072	1.152.089	397	121.618.558	129.785.684	-	13.113.707	14.087.860	13.264.413	81.152.578
Letras Financeiras do Tesouro	6.353.941	(258)	(30)	6.353.653	6.353.626	-	1.495.648	22.480	96.553	4.738.972
Letras do Tesouro Nacional	72.493.633	1.136.276	-	73.629.909	74.252.224	-	3.959.770	7.978.020	13.167.860	48.524.259
Notas do Tesouro Nacional	41.603.184	16.071	3.897	41.623.152	49.167.990	-	7.658.289	6.087.360	-	27.877.503
Tesouro Nacional/Securitização	15.314	-	(3.470)	11.844	11.844	-	-	-	-	11.844
Títulos - Empresas	17.482.083	956	(718.408)	16.764.631	16.812.834	8.766.273	26.770	20.368	47.745	7.903.475
Debêntures	6.610.340	767	(15.666)	6.595.441	6.595.441	-	26.770	20.368	47.745	6.500.558
Letras de Crédito Imobiliário	324.929	-	(98)	324.831	324.831	-	-	-	-	324.831
Letras Financeiras	82.361	-	42	82.403	82.403	-	-	-	-	82.403
Cotas de Fundos	47.246	-	-	47.246	47.246	47.246	-	-	-	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários	899.284	189	96.210	995.683	1.043.886	-	-	-	-	995.683
Ações	9.517.923	-	(798.896)	8.719.027	8.719.027	8.719.027	-	-	-	-
Total – TVM	**137.948.155**	**1.153.045**	**(718.011)**	**138.383.189**	**146.598.518**	**8.766.273**	**13.140.477**	**14.108.228**	**13.312.158**	**89.056.053**
Para negociação	74.391.465	1.153.045	-	75.544.510	75.544.510	34.466	11.875.327	7.978.020	13.188.926	42.467.771
Disponíveis para Venda	17.286.071	-	(718.011)	16.568.060	16.568.060	8.731.807	-	20.368	123.232	7.692.653
Mantidos até o Vencimento	46.270.619	-	-	46.270.619	54.485.948	-	1.265.150	6.109.840	-	38.895.629
Instrumentos Financeiros Derivativos	**82.128**	**-**	**-**	**82.128**	**82.128**	**82.128**	**-**	**-**	**-**	**-**
Total – TVM e Derivativos	**138.030.283**	**1.153.045**	**(718.011)**	**138.465.317**	**146.680.646**	**8.848.401**	**13.140.477**	**14.108.228**	**13.312.158**	**89.056.053**

*Provisão p/ Ajuste a Valor de Mercado (Resultado);
**Provisão p/ Ajuste a Valor de Mercado (Patrimônio líquido);

Os títulos da categoria III – Títulos mantidos até o vencimento foram marcados a mercado exclusivamente para fins de divulgação e análise, entretanto a referida marcação não tem efeito no resultado ou no patrimônio líquido.

Os títulos da categoria I – Títulos para negociação são classificados no ativo circulante, conforme Circular BACEN nº 3068/2001.

CAIXA CONSOLIDADO

Posição em 31/12/2012 Descrição	Custo	*Ajuste Resultado	**Ajuste Patr.líq.	Valor Contábil	Valor de Mercado	Sem vencimento	01 – 90 dias	91 – 180 dias	181 – 360 dias	Acima de 360 dias
Títulos Públicos - Brasil	120.466.072	1.152.089	397	121.618.558	129.785.684	-	13.113.707	14.087.860	13.264.413	81.152.578
Letras Financeiras do Tesouro	6.353.941	(258)	(30)	6.353.653	6.353.626	-	1.495.648	22.480	96.553	4.738.972
Letras do Tesouro Nacional	72.493.633	1.136.276	-	73.629.909	74.252.224	-	3.959.770	7.978.020	13.167.860	48.524.259
Notas do Tesouro Nacional	41.603.184	16.071	3.897	41.623.152	49.167.990	-	7.658.289	6.087.360	-	27.877.503
Tesouro Nacional/Securitização	15.314	-	(3.470)	11.844	11.844	-	-	-	-	11.844
Títulos - Empresas	17.619.297	956	(357.178)	17.263.075	17.311.278	9.264.717	26.770	20.368	47.745	7.903.475
Debêntures	6.610.340	767	(15.666)	6.595.441	6.595.441	-	26.770	20.368	47.745	6.500.558
Letras de Crédito Imobiliário	324.929	-	(98)	324.831	324.831	-	-	-	-	324.831
Letras Financeiras	82.361	-	42	82.403	82.403	-	-	-	-	82.403
Cotas de Fundos	86.817	-	-	86.817	86.817	86.817	-	-	-	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários	899.284	189	96.210	995.683	1.043.886	-	-	-	-	995.683
Ações	9.615.566	-	(437.666)	9.177.900	9.177.900	9.177.900	-	-	-	-
Total – TVM	**138.085.369**	**1.153.045**	**(356.781)**	**138.881.633**	**147.096.962**	**9.264.717**	**13.140.477**	**14.108.228**	**13.312.158**	**89.056.053**
Para negociação	74.391.465	1.153.045	-	75.544.510	75.544.510	34.466	11.875.327	7.978.020	13.188.926	42.467.771
Disponíveis para Venda	17.423.285	-	(356.781)	17.066.504	17.066.504	9.230.251	-	20.368	123.232	7.692.653
Mantidos até o Vencimento	46.270.619	-	-	46.270.619	54.485.948	-	1.265.150	6.109.840	-	38.895.629
Instrumentos Financeiros Derivativos	**82.128**	**-**	**-**	**82.128**	**82.128**	**82.128**	**-**	**-**	**-**	**-**
Total – TVM e Derivativos	**138.167.497**	**1.153.045**	**(356.781)**	**138.963.761**	**147.179.090**	**9.346.845**	**13.140.477**	**14.108.228**	**13.312.158**	**89.056.053**

*Provisão p/ Ajuste a Valor de Mercado (Resultado);
**Provisão p/ Ajuste a Valor de Mercado (Patrimônio líquido);

Os títulos da categoria III – Títulos mantidos até o vencimento foram marcados a mercado exclusivamente para divulgação e análise, entretanto a referida marcação não tem efeito no resultado ou no patrimônio líquido.

Os títulos da categoria I – Títulos para negociação são classificados no ativo circulante, conforme Circular BACEN nº 3068/2001.

(c) Resumo da classificação dos títulos e valores mobiliários por prazo

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários baseia-se em cotação de preços na data do balanço. Se não houver cotação de preço de mercado, os valores são estimados a partir de modelo de marcação a mercado baseado na construção dos fluxos de caixa dos ativos e das curvas de juros de mercado.

Os fluxos de caixa são construídos a partir das características dos títulos e valores mobiliários e as curvas a partir das informações/dados dos preços/taxas de mercado dos instrumentos financeiros disponíveis, tais como: contratos futuros, títulos públicos ou operações de *swap*.

(c.1) Categoria I – Títulos para negociação

CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO

Descrição	31/12/2012								31/12/2011		
	Sem vencimento	01 a 90	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Ajuste Resultado (1)	Valor de Mercado	Custo	Ajuste Resultado (1)	Valor de Mercado
Títulos Públicos – Brasil	-	11.848.557	7.978.020	13.188.926	42.449.246	74.312.660	1.152.089	75.464.749	54.416.592	642.451	55.059.043
LFT	-	1.489.689	-	21.066	1.462.220	2.973.233	(258)	2.972.975	4.549.108	(531)	4.548.577
LTN	-	3.959.770	7.978.020	13.167.860	39.486.363	63.455.737	1.136.276	64.592.013	39.031.724	617.583	39.649.307
NTN	-	6.399.098	-	-	1.500.663	7.883.690	16.071	7.899.761	10.835.760	25.399	10.861.159
Títulos Empresas	34.466	26.770	-	-	18.525	78.805	956	79.761	83.554	1.538	85.092
Debêntures	-	26.770	-	-	14.405	40.408	767	41.175	53.840	1.427	55.267
Cotas de Fundos	34.466	-	-	-	-	34.466	-	34.466	22.877	-	22.877
Certif. Recebíveis Imobiliários	-	-	-	-	4.120	3.931	189	4.120	6.837	111	6.948
Total	**34.466**	**11.875.327**	**7.978.020**	**13.188.926**	**42.467.771**	**74.391.465**	**1.153.045**	**75.544.510**	**54.500.146**	**643.989**	**55.144.135**

(1) Ajuste a valor de mercado (Resultado)

(c.2) Categoria II – Títulos disponíveis para venda

CAIXA INDIVIDUAL

Descrição	31/12/2012								31/12/2011		
	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Ajuste Patrimônio (1)	Valor de Mercado	Custo	Ajuste Patrimônio (1)	Valor de Mercado
Títulos Públicos – Brasil	-	-	-	75.487	20.237	95.327	397	95.724	1.024.891	(139.832)	885.059
LFT	-	-	-	75.487	-	75.517	(30)	75.487	152.665	183	152.848
NTN	-	-	-	-	8.393	4.496	3.897	8.393	4.187	2.329	6.516
Títulos da Dívida Agrária	-	-	-	-	-	-	-	-	274	5	279
Tes. Nacional/CVS	-	-	-	-	11.844	15.314	(3.470)	11.844	867.765	(142.349)	725.416
Títulos – Empresas	8.731.807	-	20.368	47.745	7.672.416	17.190.744	(718.408)	16.472.336	5.123.071	(413.589)	4.709.482
Debêntures	-	-	20.368	47.745	6.486.153	6.569.932	(15.666)	6.554.266	2.035.109	(4.998)	2.030.111
Letras de Crédito Imobiliário	-	-	-	-	324.831	324.929	(98)	324.831	-	-	-
Letras Financeiras	-	-	-	-	82.403	82.361	42	82.403	-	-	-
Cotas de Fundos	12.780	-	-	-	-	12.780	-	12.780	7.864	-	7.864
Certif. Recebíveis Imobiliários	-	-	-	-	779.029	682.819	96.210	779.029	452.165	(32.894)	419.271
Ações	8.719.027	-	-	-	-	9.517.923	(798.896)	8.719.027	2.627.933	(375.697)	2.252.236
Total	**8.731.807**	**-**	**20.368**	**123.232**	**7.692.653**	**17.286.071**	**(718.011)**	**16.568.060**	**6.147.962**	**(553.421)**	**5.594.541**

(1) Ajuste a valor de mercado (Patrimônio Líquido), não inclui ajuste a valor de mercado de TVM da controlada.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013022700037

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2012
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

CAIXA CONSOLIDADO											
Descrição	31/12/2012								31/12/2011		
	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Ajuste Patrimônio (1)	Valor de Mercado	Custo	Ajuste Patrimônio (1)	Valor de Mercado
Títulos Públicos – Brasil	-	-	-	75.487	20.237	95.327	397	95.724	1.024.891	(139.832)	885.059
LFT	-	-	-	75.487	-	75.517	(30)	75.487	152.665	183	152.848
NTN	-	-	-	-	8.393	4.496	3.897	8.393	4.187	2.329	6.516
Títulos da Dívida Agrária	-	-	-	-	-	-	-	-	274	5	279
Tes. Nacional/CVS	-	-	-	-	11.844	15.314	(3.470)	11.844	867.765	(142.349)	725.416
Títulos – Empresas	9.230.251	-	20.368	47.745	7.672.416	17.327.958	(357.178)	16.970.780	5.220.714	(178.127)	5.042.587
Debêntures	-	-	20.368	47.745	6.486.153	6.569.932	(15.666)	6.554.266	2.035.109	(4.998)	2.030.111
Letras de Crédito Imobiliário	-	-	-	-	324.831	324.929	(98)	324.831	-	-	-
Letras Financeiras	-	-	-	-	82.403	82.361	42	82.403	-	-	-
Cotas de Fundos	52.351	-	-	-	-	52.351	-	52.351	7.864	-	7.864
Certif. Recebíveis Imobiliários	-	-	-	-	779.029	682.819	96.210	779.029	452.165	(32.894)	419.271
Ações	9.177.900	-	-	-	-	9.615.566	(437.666)	9.177.900	2.725.576	(140.235)	2.585.341
Total	**9.230.251**	-	**20.368**	**123.232**	**7.692.653**	**17.423.285**	**(356.781)**	**17.066.504**	**6.245.605**	**(317.959)**	**5.927.646**

(1) Ajuste a valor de mercado (Patrimônio Líquido), inclui o ajuste a valor de mercado de TVM da controlada.

(c.3) Categoria III – Títulos mantidos até o vencimento

CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO								
Descrição	31/12/2012						31/12/2011	
	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Valor de Mercado	Custo	Valor de Mercado
Títulos Públicos - Brasil	1.265.150	6.109.840	-	38.683.095	46.058.085	54.225.211	58.468.961	61.037.797
LFT	5.959	22.480	-	3.276.752	3.305.191	3.305.164	4.552.399	4.552.233
LTN	-	-	-	9.037.896	9.037.896	9.660.211	4.765.860	4.844.966
NTN	1.259.191	6.087.360	-	26.368.447	33.714.998	41.259.836	49.149.472	51.639.564
Tesouro Nacional/ Securitização	-	-	-	-	-	-	1.230	1.034
Títulos - Empresas	-	-	-	212.534	212.534	260.737	197.238	207.784
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	-	-	212.534	212.534	260.737	197.238	207.784
Total	**1.265.150**	**6.109.840**	-	**38.895.629**	**46.270.619**	**54.485.948**	**58.666.199**	**61.245.581**

(d) Resultado com títulos e valores mobiliários

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	2012		2011
	2°semestre	Exercício	Exercício
Ativos financeiros mantidos para negociação	2.993.551	6.563.973	5.513.414
Ativos financeiros disponíveis para venda	301.780	527.669	146.208
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	2.822.805	5.906.248	7.560.348
Outros	958	1.780	1.870
Total	**6.119.094**	**12.999.670**	**13.221.840**

(e) Instrumentos financeiros derivativos

A CAIXA se utiliza de Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD) registrados em contas patrimoniais e contas de compensação que se destinam a atender necessidades próprias para administrar a sua exposição. Essas operações envolvem contratos futuros DI, dólar, cupom cambial e contratos de *swaps*.

Os instrumentos financeiros derivativos, quando utilizados como instrumentos de hedge, destinam-se à proteção contra variações cambiais e variações nas taxas de juros de ativos e passivos. Os derivativos geralmente representam compromissos futuros para trocar moedas ou indexadores ou comprar ou vender outros instrumentos financeiros nos termos e datas especificadas nos contratos.

Os contratos de swap são registrados na BM&FBovespa ou na Cetip de duas formas: com ou sem garantia.

No caso do registro com garantia, há uma clearing que fica responsável pelo cálculo dos ajustes diários e da margem de garantia a ser depositada para o pagamento em caso de default de alguma das partes. Assim, é a clearing que se torna contraparte dos contratos. Neste tipo de registro, portanto, não há risco de crédito.

No caso de registro sem garantia, não há uma clearing que calcula os ajustes diários e garante os pagamentos. Esses valores são calculados entre as partes. Neste tipo de registro, porém, há a possibilidade de assinatura de contratos (Contrato Global de Derivativos – CGD e Cessão Fiduciária) onde são estabelecidas cláusulas que garantem o pagamento entre as partes. Inclusive, nesta modalidade, há um limite de crédito definido, onde, ultrapassado este limite, há a necessidade de depósito de ativos em conta de garantia, que é administrado pelas partes. Neste caso há risco de crédito, até o limite estabelecido em contrato.

As posições dos contratos futuros têm os seus valores referenciais registrados em contas de compensação e os ajustes em contas patrimoniais.

(e.1) Hedge Contábil

No dia 05/11/2012, a CAIXA realizou a emissão externa de duas séries de títulos com vencimento em 2017 (1ª série – US$ 1.000.000.000) e 2022 (2ª série – US$ 500.000.000), em dólares americanos e com pagamento de juros prefixados semestrais de 2,375% a.a. e 3,5% a.a., respectivamente.

Adicionalmente, os pagamentos semestrais exigem o pagamento de 15% sobre cada parcela de juros a título de tributo a ser pago no país da emissão.

Mantido no país da emissão, a operação expõe a CAIXA ao risco de variação da taxa de cupom de dólar, no entanto, a internalização dos recursos captados adiciona ao risco da variação do dólar, o que resultou na realização de operações de swap para a proteção destes riscos.

Até 31/12/2012 foram internalizados um total de US$ 700 milhões com a realização da respectiva operação de swap classificada como hedge de fluxo de caixa com o objetivo de proteger os fluxos de pagamentos resultantes da emissão externa da variação da taxa de câmbio.

Características:

- Objeto do hedge:
  - o Variação cambial do cupom da emissão, 2,375% a.a. sobre US$ 700 milhões ou US$ 9,553 milhões semestrais, com vencimentos entre 2013 e 2017;
  - o Variação cambial do principal, US$ 700 milhões, com vencimento em 2017;
  - o Variação cambial do imposto devido, 15% sobre o cupom a pagar ou US$ 1,686 milhões semestrais.
- Instrumentos de hedge:
  - o Ponta Ativa Swap: variação do Dólar + cupom;
  - o Ponta Passiva Swap: % da variação do CDI.

A parcela da emissão externa internalizada, objeto do hedge, apresentou em 31/12/2012 marcação a mercado de R$ 1.671.098 (R$ 1.631.440 na data do hedge).

A marcação a mercado da ponta ativa do swap no dia 31/12/2012 foi de R$ 1.670.972 (R$ 1.622.286 na data do hedge) e da ponta passiva do swap R$ 1.658.570 (R$ 1.625.011 na data do hedge), gerando ajuste a valor de mercado livre dos efeitos tributários de R$ 15.127.

Pelo fato de haver o casamento dos fluxos futuros do objeto do hedge e da ponta ativa do swap, a efetividade da operação se manteve próximo de 100%, dentro do intervalo estabelecido na Circular BACEN 3.082/2002.

(f) Valor dos instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO								
Descrição	31/12/2012				31/12/2011			
	*Valor referencial	**Valor patrimonial	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado	*Valor referencial	**Valor patrimonial	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado
Compromissos de venda	**67.244.632**	-	-	**67.244.632**	**46.132.605**	-	-	**46.132.605**
Moeda estrangeira	19.510	-	-	19.510	16.920	-	-	16.920
Índices	67.225.122	-	-	67.225.122	46.115.685	-	-	46.115.685
Contratos *swaps* - Posição Ativa	-	**82.128**	-	**82.128**	-	-	-	
Contratos *swaps*- Posição Passiva	-	**539**	-	**539**	-	**827**	-	**827**

* Conta de compensação valor referencial

** Valor patrimonial a receber/pagar

(g) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por tipo de instrumento, local de negociação, contraparte e prazo de vencimento, demonstrada pelo seu valor de mercado:

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO						
Descrição	31/12/2012					31/12/2011
	01 – 90 dias	91 - 180 dias	181 - 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de Mercado	Valor de Mercado
BM&FBovespa						
ATIVO – DI - Futuros - posição vendida	9.562.400	7.877.272	13.163.555	35.805.100	66.408.327	46.115.685
ATIVO DOLAR - Futuros - posição vendida	19.510	-	-	-	19.510	16.920
ATIVO - Swap - posição comprada	-	-	-	82.128	82.128	-
ATIVO - Swap - posição vendida	-	-	-	539	539	827

(h) Resultado realizado e não realizado na carteira de instrumentos financeiros derivativos

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	2012		2011
	2°semestre	Exercício	Exercício
Swap	(67)	(107)	(19)
Futuro	(527.162)	(1.431.143)	(669.960)
Total realizado	**(527.229)**	**(1.431.250)**	**(669.979)**
Swap – não realizado (1)	**5.163**	**5.163**	**-**

(1) Ajuste no Patrimônio Líquido

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013022700038

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2012
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

(i) Títulos e valores mobiliários vinculados à prestação de garantias

A margem de garantia é o depósito requerido de todos que detenham posições de risco, visando assegurar o cumprimento de todos os contratos em aberto. A margem de garantia de operações com instrumentos financeiros é a seguinte:

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	**31/12/2012**	**31/12/2011**
Títulos públicos	**1.684.392**	**1.059.043**
Notas do Tesouro Nacional	3.601	1.013.889
Letras do Tesouro Nacional	1.676.135	40.864
Letras Financeiras do Tesouro	4.656	4.290

Nota 7 – Relações interfinanceiras

(a) Os depósitos no BACEN são compostos, substancialmente, de recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária com base em índices oficiais e juros, exceto aqueles decorrentes de depósitos à vista, e não estão disponíveis para financiar as operações de rotina da CAIXA, portanto não são considerados equivalentes de caixa.

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	**Remuneração**	**31/12/2012**	**31/12/2011**
Compulsório sobre depósito à vista	Não remunerado	6.564.440	4.714.065
Compulsório sobre depósito de poupança (1)	TR + 6,17% a.a.	34.991.876	29.894.553
Compulsório sobre depósitos a prazo	Taxa SELIC	6.900.303	4.947.623
Compulsório adicional	Taxa SELIC	23.742.887	22.615.784
Total		**72.199.506**	**62.172.025**

(1) Para os depósitos realizados a partir de 04/05/2012, quando a taxa SELIC for menor ou igual a 8,5% a.a., a remuneração do compulsório sobre depósito de poupança será a TR + 70% da taxa SELIC anual.

(b) A rubrica "SFH – Sistema Financeiro da Habitação" inclui valores a ressarcir junto ao FGTS e os valores residuais de contratos encerrados a serem ressarcidos pelo FCVS que estão em processo de novação com aquele Fundo.

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO						
Descrição	**31/12/2012**			**31/12/2011**		
	Total Crédito	**Provisão**	**Líquido**	**Total Crédito**	**Provisão**	**Líquido**
FGTS a ressarcir	64.996	-	64.996	110.717	-	110.717
FCVS a receber	21.727.118	(3.015.221)	18.711.897	21.179.699	(2.956.500)	18.223.199
Não habilitados (1)	1.702.295	(327.318)	1.374.977	2.115.215	(406.454)	1.708.761
Habilitados e não homologados (2)	6.534.937	(2.501.429)	4.033.508	6.047.503	(2.256.113)	3.791.390
Habilitados e homologados (3)	13.489.886	(186.474)	13.303.412	13.016.981	(293.933)	12.723.048
Total	**21.792.114**	**(3.015.221)**	**18.776.893**	**21.290.416**	**(2.956.500)**	**18.333.916**

(1) Representam contratos ainda não submetidos à homologação do FCVS porque estão em processo de habilitação na CAIXA.
(2) Representam contratos já habilitados pela CAIXA em fase de análise por parte do FCVS para homologação final.
(3) Os créditos habilitados e homologados representam contratos já avaliados e aceitos pelo FCVS e dependem de processo de securitização, conforme previsto na Lei nº 10.150/2000, para a sua realização.

Os contratos a serem ressarcidos pelo FCVS rendem juros de até 6,17% ao ano e são atualizados monetariamente de acordo com a variação da Taxa Referencial de Juros (TR). A efetiva realização desses créditos depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS.

A Administração da CAIXA implementou processo de análise e conferência das condições e dos dados desses contratos para enquadramento a tais normas e procedimentos, o que fundamentou o estabelecimento de critérios para estimar as provisões para prováveis perdas decorrentes de contratos que não venham a atender às normas e aos procedimentos definidos pelo FCVS. A provisão para créditos do FCVS é efetuada com base em estudos estatísticos semestrais, levando-se em conta o histórico de perda por negativa de cobertura atribuída pelo referido Fundo.

A CAIXA possui um estoque de 7.975 contratos de financiamentos assinados até 05/12/90 com cláusula de cobertura do FCVS que se encontra com negativa de cobertura pelo Fundo, em razão da multiplicidade de financiamento apresentada no CADMUT – Cadastro Nacional de Mutuários, que totalizam R$ 920.005.

Para estes casos, o posicionamento estabelecido pelo CCFCVS – Conselho Curador do FCVS é no sentido de que os mutuários descumpriram a legislação do SFH/FCVS, em especial na disposição contida inicialmente no § 1º do artigo 9º da Lei 4.380/64, vigente no momento da celebração dos financiamentos pelos Agentes Financeiros. Entretanto, o Superior Tribunal de Justiça – STJ, por meio do julgamento de Recurso Repetitivo (RESP 1.133.769/RN), cuja matéria apreciada envolve multiplicidade de financiamentos firmados no SFH, reconheceu a regularidade dos contratos habitacionais assinados até 05/12/90 para efeitos de cobertura do FCVS definindo, em sentença, a responsabilidade do Fundo sobre o saldo devedor remanescente.

Considerando que ficou assegurada judicialmente a quitação da dívida pelo FCVS, a CAIXA aguarda as providências necessárias pelo Fundo de forma a reconhecer a aplicação automática da jurisprudência para os contratos que se encontram com negativa de cobertura por multiplicidade de financiamentos assinados até 05/12/90.

(c) Resultado das aplicações compulsórias

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
	2012		**2011**
Descrição	**2°semestre**	**Exercício**	**Exercício**
Créditos vinculados ao BACEN	2.072.862	4.389.516	4.844.898
Créditos vinculados ao SFH	591.103	1.296.781	1.866.949
Total	**2.663.965**	**5.686.297**	**6.711.847**

Nota 8 – Carteira de crédito

(a) Composição das carteiras de crédito por modalidade

(a.1) Resumo das carteiras de crédito por modalidade

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	**31/12/2012**	**31/12/2011**
Operações de Crédito	**353.739.503**	**249.548.776**
Empréstimos e títulos descontados	102.241.779	62.593.560
Financiamentos	19.589.276	17.156.734
Financiamentos rurais e agroindustriais	157.520	-
Financiamentos imobiliários	205.788.891	152.870.586
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	23.536.770	16.927.896
Operações de crédito vinculadas à cessão	2.425.267	-
Outros Créditos c/ características de concessão de crédito (Nota 9 d)	**7.499.866**	**3.341.523**
Cartão de crédito (1)	4.610.807	3.287.162
Créditos por avais e fianças honrados	31.799	32.142
Devedores por compra de valores e bens	18.332	17.142
Direitos a receber de operações de venda ou transferências de ativos	2.838.928	5.077
Total	**361.239.369**	**252.890.299**
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(19.921.098)	(15.837.093)
Provisão para operações de crédito	(19.717.203)	(15.701.121)
Provisão para outros créditos (Nota 9 (d))	(203.895)	(135.972)
Total – Líquido de Provisões	**341.318.271**	**237.053.206**

(1) Inclui créditos com característica de concessão de crédito

(a.2) Curso normal

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO								
Descrição	**Até 30 dias**	**31 a 60 dias**	**61 a 90 dias**	**91 a 180 dias**	**181 a 360 dias**	**Acima de 360 dias**	**31/12/2012**	**31/12/2011**
Empréstimos e títulos descontados	5.383.135	3.679.569	3.398.462	9.483.397	14.579.252	53.268.565	89.792.380	55.918.909
Financiamentos	1.203.242	357.813	346.173	994.861	1.770.592	12.241.992	16.914.673	15.333.851
Financiamentos rurais e agroindustriais	16.366	16.366	16.366	47.203	60.738	-	157.039	-
Financiamentos imobiliários	2.634.364	1.840.733	1.833.784	5.580.185	10.918.908	141.494.234	164.302.208	114.740.533
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	148.008	147.583	143.147	417.745	832.280	21.437.623	23.126.386	16.696.155
Operações de crédito vinculadas à cessão	36.579	26.847	26.847	80.532	161.042	1.869.081	2.200.928	-
Outros Créditos	2.302.116	951.792	624.640	909.236	699.096	1.981.594	7.468.474	3.305.285
31/12/2012	**11.723.810**	**7.020.703**	**6.389.419**	**17.513.159**	**29.021.908**	**232.293.089**	**303.962.088**	-
31/12/2011	**6.424.195**	**3.359.301**	**2.876.243**	**7.864.819**	**13.665.225**	**171.804.950**	-	**205.994.733**

continua...

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2012
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

(a.3) Curso anormal – parcelas vincendas

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO

Descrição	Até 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2012	31/12/2011
Empréstimos e títulos descontados	371.572	336.977	330.292	949.401	1.661.035	6.580.427	10.229.704	829.669
Financiamentos	78.352	73.471	69.668	195.253	330.812	1.022.058	1.769.614	98.805
Financiamentos rurais e agroindustriais	47	47	47	141	199	-	481	-
Financiamentos imobiliários	844.514	420.064	419.906	1.330.126	2.513.593	34.231.594	39.759.797	36.407.570
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	4.874	4.823	4.823	14.470	28.940	335.449	393.379	229.725
Operações de crédito vinculadas à cessão	4.231	2.656	2.656	7.969	15.935	189.886	223.333	-
Outros Créditos	3.222	157	154	459	901	4.849	9.742	14.003
31/12/2012	**1.306.812**	**838.195**	**827.546**	**2.497.819**	**4.551.415**	**42.364.263**	**52.386.050**	-
31/12/2011	**693.208**	**422.414**	**421.944**	**1.269.058**	**2.523.137**	**32.250.011**	-	**37.579.772**

(a.4) Curso anormal – parcelas vencidas

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO

Descrição	Até 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2012	31/12/2011
Empréstimos e títulos descontados	709.029	299.722	268.834	489.643	448.490	3.977	2.219.695	5.844.982
Financiamentos	123.828	56.676	123.473	274.979	323.062	2.971	904.989	1.724.078
Financiamentos rurais e agroindustriais	-	-	-	-	-	-	-	-
Financiamentos imobiliários	494.991	124.485	186.411	399.362	515.697	5.940	1.726.886	1.722.483
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	1.509	249	-	15.247	-	-	17.005	2.016
Operações de crédito vinculadas à cessão	514	315	136	41	-	-	1.006	-
Outros Créditos	6.475	5.456	2.266	2.729	2.733	1.991	21.650	22.235
31/12/2012	**1.336.346**	**486.903**	**581.120**	**1.182.001**	**1.289.982**	**14.879**	**4.891.231**	-
31/12/2011	**4.075.360**	**1.096.659**	**777.052**	**1.567.658**	**1.650.194**	**148.871**	-	**9.315.794**

(b) Modalidades e níveis de risco

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO

Operações de Crédito	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2012	31/12/2011
Empréstimos e títulos descontados	16.418.180	35.774.597	23.195.008	14.650.527	5.999.438	1.264.511	754.066	530.020	3.655.432	102.241.779	62.593.560
Financiamentos	6.054.481	6.557.540	2.794.965	1.366.343	956.648	273.858	199.208	151.724	1.234.509	19.589.276	17.156.734
Financiamentos rurais e agroindustriais	1.989	2.452	98.748	54.030	301	-	-	-	-	157.520	-
Financiamentos imobiliários	1.702.427	123.442.631	24.735.895	43.166.694	2.660.313	947.010	740.739	569.123	7.824.059	205.788.891	152.870.586
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	8.974.233	7.966.410	2.841.022	2.906.337	816.182	32.586	-	-	-	23.536.770	16.927.896
Operações de crédito vinculadas à cessão	-	2.319.869	30.072	9.902	7.275	5.311	3.746	3.471	45.621	2.425.267	-
Outros Créditos	30.163	3.658.086	2.645.191	677.165	359.204	26.766	12.848	8.651	81.792	7.499.866	3.341.523
31/12/2012	**33.181.473**	**179.721.585**	**56.340.901**	**62.830.998**	**10.799.361**	**2.550.042**	**1.710.607**	**1.262.989**	**12.841.413**	**361.239.369**	-
31/12/2011	**28.368.953**	**125.075.674**	**40.869.853**	**37.660.518**	**5.439.823**	**2.025.849**	**1.411.542**	**1.007.996**	**11.030.091**	-	**252.890.299**

(c) Faixas de vencimento e níveis de risco

(c.1) Operações de crédito em Curso normal

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO

Descrição	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2012	31/12/2011
01 a 30 dias	1.358.367	5.906.288	1.700.738	1.558.898	777.927	97.849	46.859	25.597	251.287	11.723.810	6.424.195
31 a 60 dias	600.015	3.607.114	1.234.594	996.839	341.984	54.236	24.661	12.635	148.625	7.020.703	3.359.301
61 a 90 dias	489.350	3.314.583	1.126.338	930.724	314.267	45.519	20.617	11.148	136.873	6.389.419	2.876.243
91 a 180 dias	1.331.048	8.899.768	3.250.076	2.624.222	837.561	111.699	55.642	30.044	373.099	17.513.159	7.864.819
181 a 360 dias	2.448.182	14.297.627	5.656.628	4.540.005	1.278.776	174.686	75.616	38.763	511.625	29.021.908	13.665.225
Acima de 360 dias	26.711.350	125.868.564	31.591.214	39.291.944	4.189.530	567.711	323.955	236.193	3.512.628	232.293.089	171.804.950
Total	**32.938.312**	**161.893.944**	**44.559.588**	**49.942.632**	**7.740.045**	**1.051.700**	**547.350**	**354.380**	**4.934.137**	**303.962.088**	**205.994.733**

(c.2) Operações de crédito em Curso Anormal

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO

Descrição	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2012	31/12/ 2011
Parcelas Vencidas	**18.820**	**131.908**	**552.390**	**484.060**	**514.380**	**356.036**	**334.158**	**303.671**	**2.195.808**	**4.891.231**	**9.315.794**
01 a 30 dias	18.612	131.908	491.643	229.287	166.911	47.119	33.503	24.902	192.461	1.336.346	4.075.360
31 a 60 dias	-	-	59.458	199.997	47.608	26.209	21.388	16.813	115.430	486.903	1.096.659
61 a 90 dias	-	-	1.289	28.251	270.103	58.164	34.572	24.580	164.161	581.120	777.052
91 a 180 dias	-	-	-	26.525	29.510	213.532	232.680	225.472	454.282	1.182.001	1.567.658
181 a 360 dias	-	-	-	-	248	11.012	12.015	11.820	1.254.887	1.289.982	1.650.194
Acima de 360 dias	208	-	-	-	-	-	-	84	14.587	14.879	148.871
Parcelas Vincendas	**224.341**	**17.695.733**	**11.228.923**	**12.404.306**	**2.544.936**	**1.142.306**	**829.099**	**604.938**	**5.711.468**	**52.386.050**	**37.579.772**
01 a 30 dias	5.939	325.554	345.988	304.654	82.973	34.738	26.578	19.715	160.673	1.306.812	693.208
31 a 60 dias	4.126	230.094	168.967	167.728	70.724	29.851	22.755	16.772	127.178	838.195	422.414
61 a 90 dias	4.118	228.919	167.245	166.446	69.166	29.145	22.137	16.286	124.084	827.546	421.944
91 a 180 dias	12.126	680.085	543.107	504.540	209.840	83.642	63.092	46.435	354.952	2.497.819	1.269.058
181 a 360 dias	24.220	1.329.943	944.014	945.304	356.211	148.901	111.109	81.193	610.520	4.551.415	2.523.137
Acima de 360 dias	173.812	14.901.138	9.059.602	10.315.634	1.756.022	816.029	583.428	424.537	4.334.061	42.364.263	32.250.011
Total	**243.161**	**17.827.641**	**11.781.313**	**12.888.366**	**3.059.316**	**1.498.342**	**1.163.257**	**908.609**	**7.907.276**	**57.277.281**	**46.895.566**

(d) Composição da carteira de crédito por setor de atividade

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
SETOR PÚBLICO	**27.904.029**	**21.914.181**
Administração Direta	15.529.379	10.646.069
Administração Indireta – Petroquímico	8.152.428	8.184.534
Administração Indireta – Saneamento e Infraestrutura	3.128.485	2.678.654
Administração Indireta - Outros	1.093.737	404.924
SETOR PRIVADO	**333.335.340**	**230.976.118**
PESSOA JURÍDICA	73.585.184	44.232.421
Agronegócio e Extrativismo	4.518.545	2.937.364
Petroquímico	1.832.630	2.161.412
Têxtil	1.403.222	933.297
Siderurgia e Metalurgia	8.758.384	8.178.782
Alimentação	1.234.634	678.001
Outras indústrias	4.512.659	1.399.868
Comércio varejista	14.969.525	7.734.217
Comércio atacadista	2.820.862	1.562.609
Construção civil	9.120.387	5.222.021
Serviços financeiros	5.040.876	1.297.962
Energia elétrica	4.486.336	3.731.418
Saneamento e infraestrutura	1.957.710	741.378
Serviços pessoais	193.357	90.409
Comunicação	1.398.838	1.119.935
Transporte	2.888.413	1.841.655
Saúde	2.505.327	1.749.459
Outros serviços	5.943.479	2.852.634
PESSOA FÍSICA	259.750.156	186.743.697
Comercial	59.556.688	48.006.291
Habitacional	199.087.606	138.690.216
Outros	1.105.862	47.190
Total	**361.239.369**	**252.890.299**

(e) Composição das operações de crédito e outros créditos com característica de concessão de crédito por faixa de vencimento

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO

Descrição	31/12/2012			31/12/2011
	Setor público	Setor privado	Total	Total
Curto prazo	3.028.543	78.662.243	81.690.786	39.519.544
De 0 a 90 dias	899.481	27.207.004	28.106.485	14.197.305
De 91 a 360 dias	2.129.062	51.455.239	53.584.301	25.322.239
Longo prazo	24.871.263	249.786.089	274.657.352	204.054.961
De 1 ano até 3 anos	4.713.644	102.714.638	107.428.282	62.840.906
De 3 anos até 5 anos	5.460.472	61.940.738	67.401.210	57.029.416
De 5 anos até 15 anos	10.874.987	78.967.482	89.842.469	78.666.337
Mais de 15 anos	3.822.160	6.163.231	9.985.391	5.518.302
Total normal	27.899.806	328.448.332	356.348.138	243.574.505
Total vencido	4.223	4.887.008	4.891.231	9.315.794
Total geral	**27.904.029**	**333.335.340**	**361.239.369**	**252.890.299**

(f) Receitas de operação de crédito

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO

Descrição	2012		2011
	2°semestre	Exercício	Exercício
Empréstimos, títulos descontados e financiamentos	9.422.097	18.098.569	14.606.076
Financiamentos rurais e agroindustriais	434	434	-
Financiamentos imobiliários	7.752.941	14.852.661	12.306.471
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	672.331	1.428.464	1.044.434
Outros créditos	5.168	10.456	10.072
Total	**17.852.971**	**34.390.584**	**27.967.053**

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013022700040

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2012
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

(g) Concentração dos principais devedores

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	31/12/2012	%	31/12/2011	%
Principal devedor	8.152.429	2,26	8.184.534	3,24
10 maiores devedores	34.069.804	8,46	26.257.097	10,38
20 maiores devedores	42.701.135	10,78	31.826.882	12,59
50 maiores devedores	54.452.947	13,81	39.309.802	15,54
100 maiores devedores	61.171.521	15,67	43.894.444	17,36

(h) Movimentação da carteira de renegociação

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	2012		2011
	2°semestre	Exercício	Exercício
Operações Renegociadas	**2.095.497**	**3.796.415**	**2.813.134**
Operações Comerciais	1.584.785	2.850.959	2.125.937
Operações Habitacionais	510.712	945.456	687.197
Operações Recuperadas	**510.110**	**951.941**	**832.492**
Operações Comerciais	152.976	300.594	317.768
Operações Habitacionais	357.134	651.347	514.724

(i) Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	2012		2011
	2°semestre	Exercício	Exercício
Saldo inicial	**17.706.331**	**15.837.093**	**11.299.930**
Constituição	5.551.791	11.063.211	8.043.465
Baixas	(1.506.866)	(3.383.290)	(1.227.730)
Transferência para prejuízo	(1.830.158)	(3.595.916)	(2.278.572)
Saldo final	**19.921.098**	**19.921.098**	**15.837.093**

(j) Composição da provisão para créditos de liquidação duvidosa

Os itens de balanço que compõem o montante de R$ 203.895 (31/12/2011 – R$ 135.972) referente à "provisão para outros créditos com características de concessão de crédito" estão descritos na Nota 9 (d).

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO								
Descrição	Empréstimos e títulos descontados	Financiamentos	Financiamentos rurais e agroindustriais	Financiamentos Imobiliários	Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	Cessão de créditos	Outros créditos	Total
A	178.904	32.788	12	617.213	39.832	11.599	18.290	898.638
B	232.113	27.950	987	247.359	28.410	301	26.452	563.572
C	441.672	41.688	1.622	1.295.001	87.190	297	20.315	1.887.785
D	624.183	97.915	30	266.031	81.618	727	35.920	1.106.424
E	392.744	83.765	-	284.103	9.776	1.593	8.030	780.011
F	384.427	100.598	-	370.370	-	1.873	6.424	863.692
G	373.773	107.506	-	398.386	-	2.430	6.056	888.151
H	3.734.384	1.246.352	-	7.824.060	-	45.621	82.408	12.932.825
31/12/2012	**6.362.200**	**1.738.562**	**2.651**	**11.302.523**	**246.826**	**64.441**	**203.895**	**19.921.098**
31/12/2011	**3.531.676**	**1.546.939**	-	**10.257.225**	**365.281**	-	**135.972**	**15.837.093**

Nota 9 – Outros créditos

(a) Composição

CAIXA INDIVIDUAL		
Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Créditos por Avais e Finanças Honrados	31.799	32.142
Carteira de Câmbio – Nota 9 (c)	114.195	16.809
Rendas a Receber	1.623.801	1.630.259
Convênios Setor Privado	96.011	69.861
Convênios Setor Público	347.920	189.234
Administração de Fundos de Investimento	75.480	70.193
Administração de Fundos e Programas Sociais	978.156	1.163.067
Repasses Orçamento Geral da União	126.234	137.904
Negociação e Intermediação de valores	4.714	128
Créditos Específicos	692.906	136.123
Diversos – Nota 9 (b)	43.388.426	31.818.420
Provisão para Outros Créditos	(203.895)	(135.972)
Total	**45.651.946**	**33.497.909**
Ativo circulante	29.091.187	19.882.210
Ativo não circulante	16.560.759	13.615.699

CAIXA CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Créditos por Avais e Finanças Honrados	31.799	32.142
Carteira de Câmbio – Nota 9 (c)	114.195	16.809
Rendas a Receber	1.764.138	1.754.233
Dividendos e JCP a receber	140.337	123.973
Convênios Setor Privado	96.011	69.861
Convênios Setor Público	347.920	189.234
Administração de Fundos de Investimento	75.480	70.193
Administração de Fundos e Programas Sociais	978.156	1.163.067
Repasses OGU	126.234	137.905
Negociação e Intermediação de valores	4.714	128
Créditos Específicos	692.906	136.123
Diversos – Nota 9 (b)	43.391.265	31.818.748
Provisão para Outros Créditos	(203.895)	(135.972)
Total	**45.795.122**	**33.622.211**
Ativo circulante	29.234.363	20.006.512
Ativo não circulante	16.560.759	13.615.699

(b) Outros créditos – diversos

	CAIXA INDIVIDUAL		CAIXA CONSOLIDADO	
Descrição	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Créditos tributários - Nota 20	16.438.805	13.611.297	16.438.827	13.611.299
Devedores por depósitos em garantia - Nota 30 a (iii)	10.342.797	9.508.716	10.342.797	9.508.716
Adiantamentos e antecipações salariais	142.038	128.439	142.038	128.439
Pagamentos a ressarcir	833.519	176.031	832.298	175.447
Participações pagas antecipadamente (1)	5.188.673	2.768.488	5.188.673	2.768.488
Impostos e contribuições a compensar	146.398	47.146	150.437	47.893
Cartão de crédito (2)	4.666.011	3.330.794	4.666.011	3.330.794
Prêmio em aquisição de carteiras	618.295	245.256	618.295	245.256
Seguros a receber	65.924	119.947	65.924	119.947
Créditos a receber - cessão de créditos	100.330	94.549	100.330	94.549
Valores a receber - créditos imobiliários securitizados	-	1.485	-	1.485
Valores a receber - adm. fundos e programas sociais	448.473	956.363	448.473	956.363
Créditos adquiridos	2.838.928	5.077	2.838.928	5.077
Valores a apropriar (3)	1.407.453	898.740	1.407.453	898.903
Outros devedores (4)	203.371	149.949	203.370	149.949
Provisão para perdas - Diversos (5)	(52.589)	(223.857)	(52.589)	(223.857)
Total	**43.388.426**	**31.818.420**	**43.391.265**	**31.818.748**
Ativo circulante	26.779.048	18.186.804	26.781.887	18.187.132
Ativo não circulante	16.609.378	13.631.616	16.609.378	13.631.616

(1) Antecipação de dividendos e juros s/ capital próprio, ref. exercício de 2012, repassados à União (Nota 19 (d))
(2) Inclui créditos com e sem característica de concessão de crédito
(3) Valores correlacionados com registros credores de mesma natureza indicados na Nota 18 (f2).
(4) Montante composto por valores que não possuem relevância, quando avaliados individualmente.
(5) Provisão para perdas líquidas definitivas e indenizações de sinistros de financiamentos habitacionais.

(c) Carteira de câmbio

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Ativo - Outros créditos		
Câmbio comprado a liquidar – Moeda Estrangeira	20.119	4.624
Direitos sobre vendas de câmbio – Moeda Nacional	117.007	12.380
(-) Adiantamentos recebidos – Moeda Nacional	(22.931)	(195)
Ativo circulante	**114.195**	**16.809**
Passivo - Outras obrigações		
Câmbio vendido a liquidar – Moeda Estrangeira	48.336	6.738
Obrigações por compras de câmbio – Moeda Nacional	44.769	10.264
Passivo circulante	**93.105**	**17.002**

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013022700041

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2012
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

(c.1) Resultado de operações de câmbio

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	2012		2011
	2°semestre	Exercício	Exercício
Receitas	**776.054**	**1.038.570**	**415.984**
Disponibilidade em moeda estrangeira	776.054	1.038.570	415.984
Despesas	**(759.249)**	**(1.012.243)**	**(409.283)**
Despesas de variações e diferenças de taxas	(759.249)	(1.012.243)	(409.283)
Resultado de câmbio	**16.805**	**26.327**	**6.701**

(d) Outros créditos com característica de concessão de crédito

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Créditos	**7.499.866**	**3.341.523**
Cartão de crédito	4.610.807	3.287.162
Créditos por avais e fianças honrados	31.799	32.142
Devedores por compra de valores e bens	18.332	17.142
Créditos adquiridos (1)	2.838.928	5.077
Provisão (2)	**(203.895)**	**(135.972)**
Cartão de crédito	(142.463)	(120.747)
Créditos por avais e fianças honrados	(1.178)	(10.026)
Devedores por compra de valores e bens	(3.966)	(5.148)
Direitos a receber de operações de venda ou transferência de ativos	(56.288)	(51)
Créditos - líquidos de provisão	**7.295.971**	**3.205.551**

(1) Créditos adquiridos com coobrigação dos Bancos Cruzeiro do Sul, BMG, Bonsucesso e BMB.
(2) De acordo com a Carta-Circular do BACEN 3.048/2002, a provisão para os títulos e créditos a receber está classificada como "com característica de concessão de crédito".

Nota 10 – Outros valores e bens

Compostos por bens não de uso próprio (imóveis adjudicados, imóveis recebidos em dação de pagamento de empréstimos e imóveis que não são mais usados nas operações da CAIXA), submetidos a teste de redução ao valor recuperável.

Também é composto por despesas antecipadas relativas, essencialmente, à antecipação das contribuições ordinárias ao FGC e pelo estoque de material de consumo.

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Bens não de uso próprio	773.895	703.310
Imóveis patrimoniais não de uso	124.634	108.327
Imóveis adjudicados/arrematados	649.261	594.983
Despesas antecipadas	260.216	367.378
Material de consumo	24.332	39.684
Provisões p/ perdas com desvalorização de imóveis (Nota 10 (a))	(103.028)	(122.953)
Total	**955.415**	**987.419**

(a) Provisão para perdas com desvalorização de imóveis

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	2012		2011
	2°semestre	Exercício	Exercício
Saldo inicial	**(113.128)**	**(122.953)**	**(149.482)**
Constituição	(8.281)	(18.662)	(18.795)
Baixas	18.381	38.587	45.324
Saldo final	**(103.028)**	**(103.028)**	**(122.953)**

Nota 11 – Participações em controladas e coligadas

(a) Investimentos – CAIXA Individual

A carteira de participações societárias da CAIXA é composta essencialmente pela Caixa Participações S.A (CAIXAPAR), subsidiária integral com constituição autorizada por meio da Lei nº 11.908, de 3 de março de 2009.

CAIXA INDIVIDUAL					
Descrição	Investimento		Resultado de Equivalência Patrimonial		
	31/12/2012	31/12/2011	2012 (1)		2011 (2)
			2°semestre	Exercício	Exercício
CAIXAPAR	3.726.366	3.214.258	43.976	196.879	280.046
Câmara Interbancária de Pagamento – CIP (3)	2.967	2.967	-	-	-
BIAPE	1.248	990	91	163	25
Outros Investimentos (3)	234.390	189.419	-	-	-
Total	**3.964.971**	**3.407.634**	**44.067**	**197.042**	**280.071**

(1) Equivalência patrimonial calculada com base nas demonstrações contábeis de 30/11/2012 das investidas da CAIXAPAR, exceto a da CAIXA Seguros Holding, que teve a equivalência patrimonial calculada com base nas demonstrações de 31/12/2012.
(2) Equivalência patrimonial calculada com base nas demonstrações contábeis de 31/12/2011 das investidas da CAIXAPAR, exceto a da CIBRASEC e do BIAPE, que tiveram a equivalência patrimonial calculada com base nas demonstrações de 30/11/2011.
(3) Investimentos avaliados pelo custo de aquisição.

(b) Investimentos – CAIXA Consolidado

A carteira de participações societárias do grupo CAIXA é composta por empresas coligadas e com controle conjunto, sobre as quais a CAIXAPAR exerce influência significativa ou possui controle compartilhado, sendo avaliadas pelo método da equivalência patrimonial.

Os investimentos da CAIXAPAR apresentam indicadores financeiros e econômicos satisfatórios e não apresentam indicativos de perda no seu valor recuperável.

Carteira de participações societárias do grupo CAIXA				
Descrição	Quantidade de ações		Participação	
	O.N.	P.N.	No capital votante %	No capital social %
CAIXA Seguros Holding S.A. (1)	8.161.452	-	48,21	48,21
Banco Panamericano	143.307.056	54.802.722	49,00	37,00
Capgemini	61.423.000	-	24,40	22,00
Elo Serviços	62.754	836.698.278	0,005	33,32
CIBRASEC – Cia Brasileira de Securitização	6.000	-	9,09	9,09
CIP – Câmara Interbancária de Pagamento (2)	-	-	-	8,32
BIAPE	820.933	8.209	15,44	15,44
Outros investimentos (2)	5.335	-	56,00	56,00

(1) Em dezembro de 2011, foi implementada a reorganização societária do Grupo Caixa Seguros que apresenta a Caixa Seguros Holding S.A. (Holding de Controle) como controladora integral da Caixa Consórcios S.A., da Caixa Saúde S.A., da Caixa Seguradora Assessoria e Consultoria Ltda. e da Caixa Seguros Participações Securitárias Ltda. (Holding SUSEP). A Caixa Seguros Participações Securitárias Ltda. (Holding SUSEP) controla integralmente a Caixa Vida & Previdência S.A. e a Caixa Seguradora S.A. Também controla a Caixa Capitalização S.A com 51% do capital social total
(2) Investimentos avaliados pelo custo de aquisição.

Composição da carteira de participações societárias do grupo CAIXA					
Descrição	Investimento		Resultado de Equivalência Patrimonial		
	31/12/2012	31/12/2011	2012 (1)		2011 (2)
			2°semestre	Exercício	Exercício
CAIXA Seguros Holding S.A.	1.918.861	1.403.825	296.912	534.343	364.477
Banco Panamericano	802.337	510.435	(271.803)	(365.991)	(226.035)
Capgemini	298.898	-	(22.772)	(22.772)	-
Elo Serviços	10.788	18.277	(1.633)	(7.489)	-
CIBRASEC – Cia Brasileira de Securitização	7.692	6.858	147	834	193
Câmara Interbancária de Pagamento – CIP (3)	2.967	2.967	-	-	-
BIAPE	1.248	990	91	163	25
Outros investimentos (3)	235.865	189.419	-	-	-
Total	**3.278.656**	**2.132.771**	**942**	**139.088**	**138.660**

(1) Equivalência patrimonial calculada com base nas demonstrações contábeis de 30/11/2012 das investidas da CAIXAPAR, exceto a da CAIXA Seguros Holding, que teve a equivalência patrimonial calculada com base nas demonstrações de 31/12/2012.
(2) Equivalência patrimonial calculada com base nas demonstrações contábeis de 31/12/2011 das investidas da CAIXAPAR, exceto a da CIBRASEC e do BIAPE, que tiveram a equivalência patrimonial calculada com base nas demonstrações de 30/11/2011.
(3) Investimentos avaliados pelo custo de aquisição.

(c) Participações no Banco Panamericano

Em 1° de dezembro de 2009, a CAIXAPAR adquiriu 36,56% do total do capital social do Banco Panamericano S.A., no valor de R$ 739.272 – 49% do capital social votante e 21,97% das ações preferenciais do referido banco. Em 9 de novembro de 2010, a Diretoria de Normas

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013022700042

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2012
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

e Organização do Sistema Financeiro do BACEN aprovou a alteração do grupo de controle societário do Banco Panamericano, com a entrada da CAIXAPAR conforme publicação no Diário Oficial da União.

Em 31 de janeiro de 2011, a Silvio Santos Participações S.A. ("SSP") e BF Utilidades Domésticas Ltda. ("BF") celebraram com o Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual") contrato de compra e venda de ações e outras avenças. Em 30 de março de 2011, a Diretoria Colegiada do BACEN manifestou-se favoravelmente à alteração no grupo de controle do Banco Panamericano, com a entrada do BTG Pactual. Em 27 de maio de 2011, o BTG Pactual, após a verificação de determinadas condições precedentes, concluiu a aquisição das ações do Banco Panamericano não pertencentes à CAIXAPAR.

(c.1) Alocação do preço de compra pela CAIXAPAR

A alocação do preço de compra, com base em laudos de consultores independentes datado de 15/06/2011, considerou o balanço de abertura do Banco Panamericano de 30/11/2010 que inclui os ajustes nas bases contábeis, conforme fato relevante amplamente divulgado no mercado.

O laudo identificou um valor de R$ 3.002, relativo ao ajuste a valor de mercado de ativos e passivos registrados nas demonstrações contábeis do Banco Panamericano em 30/11/2010, líquido dos correspondentes efeitos tributários, baseado em laudo elaborado por consultores independentes.

Também foi adicionado o valor justo de ativos intangíveis identificados na aquisição e não registrados no Banco Panamericano, líquido dos efeitos tributários no montante de R$ 162.276, discriminados a seguir:

Ativos intangíveis identificados na aquisição

Descrição	Banco Panamericano	Participação CAIXA (1)	Prazo de amortização
Marcas	148.996	32.684	Indefinido
Relacionamentos comerciais	518.882	113.822	3 anos
Contratos	59.433	13.037	5 anos
Tecnologia	12.459	2.733	5,63 anos
Valor total	**739.770**	**162.276**	

(1) líquida dos efeitos tributários

O ágio fundamentado em rentabilidade futura e outras razões econômicas (sinergia, força de trabalho, etc.) apurado na aquisição do Banco Panamericano pela CAIXAPAR foi de R$ 42.864 e está sendo amortizado pelo prazo de 5 anos.

Movimentação do ágio – Panamericano

Realização	Valor alocado	Amortização 2011	Amortização 2012	Valor líquido
Ajustes a mercado de ativos e passivos registrados (1)	3.002	(3.002)	-	-
Ativos intangíveis identificados na aquisição (1)	162.276	(44.450)	(41.030)	76.796
Ágio remanescente fundamentado em rentabilidade futura	42.864	(9.287)	(8.573)	25.004
Saldo	**208.142**	**(56.739)**	**(49.603)**	**101.800**

(1) líquido dos efeitos tributários

(c.2) Capitalização e aquisição de participações – Banco Panamericano

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º de junho de 2012, o Banco Panamericano aprovou o aumento do seu capital social, com a CAIXAPAR subscrevendo R$ 658.094. Após esta subscrição e com a opção dos minoritários de não realizar seu direito de aporte, a participação da CAIXAPAR no Banco Panamericano passou de 36,56% para 37,00% em junho de 2012. O aumento de capital social realizado teve como objetivo: (i) viabilizar o crescimento das atividades do banco; (ii) otimizar o aproveitamento do estoque de créditos fiscais atualmente detidos pela Instituição; e (iii) possibilitar a realização de novos investimentos e aquisições estratégicas. O Banco Central do Brasil aprovou em junho de 2012 o aumento de capital, a reforma estatutária do Banco Panamericano deliberada em 1º de junho de 2012.

Em 31 de janeiro de 2012, o Banco Panamericano celebrou com a TPG-Axon BFRE Holding, LLC, Coyote Trail LLC e os acionistas da Ourinvest os documentos definitivos para a aquisição indireta de 100% do capital social da Brazilian Finance & Real Estate S.A. ("BFRE").

O valor da aquisição da BFRE e suas controladas BM Sua Casa, Brazilian Mortgages e Brazilian Securities, é de R$ 940.361. Este valor representa um ágio de R$ 140.361 sobre o patrimônio líquido da BFRE estimado em R$ 800.000 ao final do exercício social de 2011. O Banco Central do Brasil aprovou em junho de 2012 a transferência indireta do controle da Brazilian Mortgages para o Banco Panamericano.

(c.3) Saldo do Investimento

Investimento Banco Panamericano

Descrição	31/12/2012	31.12.2011
Patrimônio líquido contábil consolidado do Panamericano (1)	2.511.638	1.227.289
Participação indireta da CAIXA, através da CAIXAPAR (2)	929.306	448.697
Resultados não realizados nas transações entre CAIXA e Panamericano (3)	(228.769)	(89.665)
Investimento	**700.537**	**359.032**
Ágio líquido na alocação do preço de compra	101.800	151.403
Saldo	**802.337**	**510.435**

(1) Em 2012, Patrimônio Líquido de 30/11/2012; em 2011, Patrimônio Líquido de 31/12/2011.
(2) Em 2012, 37%; em 2011, 36,56%
(3) Créditos comerciais do Banco Panamericano adquiridos pela CAIXA em um montante acumulado de R$ 618.295 até 31/12/2012 (31/12/2011 – R$ 245.255), que geraram uma receita de R$ 373.040 em 2012. Para o cálculo da participação indireta da CAIXA, os resultados não realizados intercompanhias são desconsiderados.

(d) Participações na Capgemini

Em 27 de junho de 2012, visando os investimentos previstos para o ano de 2012, foi aprovada a integralização de capital social da CAIXAPAR no montante de R$ 300.000, dentro do limite de capital social autorizado para a Companhia.

O aporte possibilitou a CAIXAPAR adquirir 22% de participação no capital social da Capgemini. A aquisição se deu por meio de compra de ações e aporte de capital na investida nos valores de R$ 200.267 e R$ 121.403, respectivamente, totalizando R$ 321.670. O principal objetivo desta aquisição está pautado na busca de parceria com a investida para atender a grande demanda por desenvolvimento de novas soluções de TI, a atualização das soluções já em ambiente produtivo e à necessidade de integração e internalização de soluções de mercado adquiridas nos últimos anos pela CAIXA.

(d.1) Alocação do preço de compra pela CAIXAPAR

A alocação do preço de compra, com base em laudos de consultores independentes datado de 08/01/2013, considerou na avaliação a análise de Ativos Intangíveis adquiridos na data-base (30.06.2012).

O valor justo de ativos intangíveis identificados na aquisição da Capgemini são os seguintes:

Ativos intangíveis identificados na aquisição

Descrição	Capgemini	Participação CAIXA	Participação CAIXA (1)	Prazo de amortização
Marcas	1.126.007	247.721	163.496	10 anos
Contratos	185.466	40.803	26.930	10 anos
Valor total	**1.311.473**	**288.524**	**190.426**	

(1) Líquida dos efeitos tributários.

A carteira de contratos da Capgemini é composta por mais de 200 empresas de diversas regiões do País, além de ser diversificada em segmentos da economia e tipo de atendimento, produtos e serviços.

Os saldos recompostos na aquisição de 22% de participação na Capgemini estão assim apresentados:

Investimento Capgemini

Descrição	30.06.2012
Investimento em 30.06.2012 (Valor Contábil)	51.963
Ativos intangíveis identificados na aquisição	190.426
Ágio remanescente fundamentado em rentabilidade futura	79.281
Valor do investimento em 30.06.2012	**321.670**

O ágio fundamentado em rentabilidade futura e outras razões econômicas (sinergia, força de trabalho, etc.) apurado na aquisição da Capgemini pela CAIXAPAR foi de R$ 79.281 e está sendo amortizado pelo prazo de 5 anos.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013022700043

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2012
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

Movimentação dos Ativos/ ágio identificados na aquisição			
Realização	**Valor alocado**	**Amortização 2012**	**Valor líquido**
Ativos intangíveis identificados na aquisição (1)	190.426	(9.521)	180.905
Ágio remanescente fundamentado em rentabilidade futura	79.281	(7.928)	71.353
Saldo	**269.707**	**(17.449)**	**252.258**

(1) líquida dos efeitos tributários

(d.2) Saldo do Investimento

Os saldos registrados na rubrica "Investimentos em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto" ao investimento na Capgemini estão assim apresentados:

Investimento Capgemini		
Descrição	**31/12/2012**	**31/12/2011**
Participação indireta da CAIXA, através da CAIXAPAR (22%)	46.640	-
Ativos intangíveis identificados na aquisição	180.905	
Ágio remanescente fundamentado em rentabilidade futura	71.353	-
Saldo	**298.898**	**-**

Nota 12 – Imobilizado de uso

Demonstrado ao custo de aquisição sendo que as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil econômica dos bens.

Em dezembro de 2008, com base na Lei nº 11.638/2007, a CAIXA adotou como saldo dos bens do ativo o valor reavaliado (valor da reavaliação R$ 566.924 – Edificações; R$ 229.998 – Terrenos) e alterou a vida útil econômica de imóveis de uso de 25 anos para 50 anos e do sistema de segurança de 10 anos para 5 anos.

Com o índice de imobilização apurado de 12,58% (31/12/2011 – 16,63%), a CAIXA está enquadrada na forma definida pela Resolução do CMN nº 2.669/1999, a qual estabelece o limite de 50% do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) a partir de 31/12/2002.

Os itens do imobilizado de uso não apresentam indicativos de perda no valor recuperável considerando-se os saldos posicionados em 31.12.2012.

Informações do imobilizado de uso						
Descrição	**31/12/2012**			**31/12/2011**		
	Custo	**Depreciação Acumulada**	**Líquido**	**Custo**	**Depreciação Acumulada**	**Líquido**
Imóveis de uso	310.261	(105.760)	204.501	268.091	(59.275)	208.816
Edificações	257.059	(105.760)	151.299	215.121	(59.275)	155.846
Terrenos	53.202	-	53.202	52.970	-	52.970
Reavaliações de imóveis de uso	744.011	(137.648)	606.363	810.437	(123.418)	687.019
Edificações	543.592	(137.648)	405.944	592.885	(123.418)	469.467
Terrenos	200.419	-	200.419	217.552	-	217.552
Outras imobilizações de uso	4.697.398	(3.343.320)	1.354.078	4.028.123	(2.948.557)	1.079.566
Imobilizações em curso	30.959	-	30.959	10.111	-	10.111
Inst., móveis e equip. de uso	1.065.680	(572.416)	493.264	856.752	(499.011)	357.741
Sistema de comunicação	84.315	(66.209)	18.106	81.660	(62.481)	19.179
Sistema de proc.de dados	3.254.641	(2.489.587)	765.054	2.862.568	(2.206.725)	655.843
Sistema de transporte e segurança	261.803	(215.108)	46.695	217.032	(180.340)	36.692
Total	**5.751.670**	**(3.586.728)**	**2.164.942**	**5.106.651**	**(3.131.250)**	**1.975.401**

Informações do imobilizado de uso					
Descrição	**31/12/2011**	**Adições**	**Baixas**	**Depreciação**	**31/12/2012**
Imóveis de uso	208.816	125.865	(83.220)	(46.960)	204.501
Edificações	155.846	104.584	(62.171)	(46.960)	151.299
Terrenos	52.970	21.281	(21.049)	-	53.202
Reaval. de imóveis de uso	687.019	-	(66.426)	(14.230)	606.363
Edificações	469.467	-	(49.293)	(14.230)	405.944
Terrenos	217.552	-	(17.133)	-	200.419
Outras imobilizações de uso	1.079.566	683.872	(14.599)	(394.761)	1.354.078
Imobilizações em curso	10.111	35.394	(14.546)	-	30.959
Inst., móveis e equip. de uso	357.741	208.939	(11)	(73.405)	493.264
Sistema de comunicação	19.179	2.655	-	(3.728)	18.106
Sistema de proc.de dados	655.843	392.115	(42)	(282.862)	765.054
Sist. de transp./segurança	36.692	44.769	-	(34.766)	46.695
Total	**1.975.401**	**809.737**	**(164.245)**	**(455.951)**	**2.164.942**

Nota 13 – Intangível e diferido

(a) Intangível

Os itens do intangível não apresentam indicativos de perda no valor recuperável considerando-se os saldos posicionados em 31.12.2012.

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO						
Descrição	**31/12/2012**			**31/12/2011**		
	Custo	**Amortização Acumulada**	**Líquido**	**Custo**	**Amortização Acumulada**	**Líquido**
Aquisição de folha de pagamento	2.318.971	(777.678)	1.541.293	2.108.129	(478.614)	1.629.515
Outros ativos intangíveis	324.200	(15.402)	308.798	325.289	(1.089)	324.200
Projetos logiciais - Software	347.675	(75.528)	272.147	150.561	(32.217)	118.344
Total	**2.990.846**	**(868.608)**	**2.122.238**	**2.583.979**	**(511.920)**	**2.072.059**

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO					
Descrição	**31/12/2011**	**31/12/2012**			
	Líquido	**Movimentação**			**Líquido**
		Adições	**Baixas**	**Amortizações**	
Aquisição de folha de pagamento	1.629.515	459.455	(139.808)	(407.869)	1.541.293
Outros ativos intangíveis	324.200	-	-	(15.402)	308.798
Projetos logiciais - Software	118.344	197.115	-	(43.312)	272.147
Total	**2.072.059**	**656.570**	**(139.808)**	**(466.583)**	**2.122.238**

(b) Diferido

De acordo com a Resolução CMN nº 3.617/2008, os saldos de ativos diferidos anteriores a edição dessa resolução, posicionados em setembro de 2008, serão mantidos até a sua efetiva realização por amortização. O valor apresentado na Nota 25, item "depreciação e amortização" está acrescido de R$ 31.905 (R$ 54.967 – 31/12/2011) relativo à amortização de ativos diferidos no período.

Nota 14 – Depósitos

(a) Composição

Descrição	**CAIXA INDIVIDUAL**		**CAIXA CONSOLIDADO**	
	31/12/2012	**31/12/2011**	**31/12/2012**	**31/12/2011**
Depósitos à vista – sem remuneração	27.381.103	22.943.005	27.381.099	22.943.003
Pessoas físicas	10.606.762	9.054.422	10.606.762	9.054.422
Pessoas jurídicas	12.418.164	11.197.725	12.418.160	11.197.723
Vinculados	1.567.155	978.871	1.567.155	978.871
Governo	2.128.596	1.344.704	2.128.596	1.344.704
Moedas estrangeiras	817	1.642	817	1.642
Instituições do sistema financeiro	34.459	28.038	34.459	28.038
Entidades públicas	553.771	287.650	553.771	287.650
Outros	71.379	49.953	71.379	49.953
Depósitos de poupança – remuneração pós fixada	175.566.036	150.362.663	175.566.036	150.362.663
Pessoas físicas	172.507.033	148.003.373	172.507.033	148.003.373
Pessoas jurídicas	3.056.103	2.356.350	3.056.103	2.356.350
Vinculados	2.900	2.940	2.900	2.940
Depósitos interfinanceiros	10.293.433	5.103.608	10.293.433	5.103.608
Depósitos a prazo	96.534.906	68.182.778	96.534.780	68.164.843
Remuneração prefixada	38.931.575	13.551.644	38.931.448	13.533.709
Depósitos a prazo em moeda nacional	38.931.575	13.551.644	38.931.448	13.533.709
Remuneração pós-fixada	57.603.331	54.631.134	57.603.332	54.631.134
Depósitos a prazo em moeda nacional	20.078.207	25.663.864	20.078.208	25.663.864
Depósitos judiciais com remuneração	37.525.124	28.967.270	37.525.124	28.967.270
Depósitos especiais e de fundos e programas	9.265.546	13.254.921	9.265.546	13.254.921
Sem remuneração	215.002	179.280	215.002	179.280
Remuneração prefixada	406.556	358.379	406.556	358.379
Remuneração pós-fixada	8.643.988	12.717.262	8.643.988	12.717.262
Total	**319.041.024**	**259.846.975**	**319.040.894**	**259.829.038**
Passivo circulante	279.990.109	248.023.653	279.989.979	248.005.716
Passivo não circulante	39.050.915	11.823.322	39.050.915	11.823.322

(b) Depósitos por prazo de exigibilidade

Depósitos	**CAIXA INDIVIDUAL**						**CAIXA CONSOLIDADO**	
	31/12/2012					**31/12/2011**	**31/12/2012**	**31/12/2011**
	Sem vencimento	**01 a 90 dias**	**91 a 360 dias**	**Acima de 360 dias**	**Total**			
Depósitos à Vista	27.381.103	-	-	-	27.381.103	22.943.005	27.381.099	22.943.003
Depósitos de Poupança	175.566.036	-	-	-	175.566.036	150.362.663	175.566.036	150.362.663
Depósitos Interfinanceiros	-	10.248.073	12.618	32.742	10.293.433	5.103.608	10.293.433	5.103.608
Depósitos a prazo	49.295.388	3.415.774	4.805.571	39.018.173	96.534.906	68.182.778	96.534.780	68.164.843
CDB	11.744.569	3.415.774	4.805.571	39.018.173	58.984.087	39.188.260	58.983.961	39.170.325
Depósitos Judiciais	37.525.124	-	-	-	37.525.124	28.967.270	37.525.124	28.967.270
Outros	25.695	-	-	-	25.695	27.248	25.695	27.248
Depósitos especiais e de fundos e programas	9.265.546	-	-	-	9.265.546	13.254.921	9.265.546	13.254.921
Total	**261.508.073**	**13.663.847**	**4.818.189**	**39.050.915**	**319.041.024**	**259.846.975**	**319.040.894**	**259.829.038**

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013022700044

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2012
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

(c) Despesas de captações com depósitos

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL			CAIXA CONSOLIDADO		
	2012		2011	2012		2011
	2ºsemestre	Exercício	Exercício	2ºsemestre	Exercício	Exercício
Depósitos de Poupança	(4.742.891)	(9.589.684)	(9.612.867)	(4.742.891)	(9.589.685)	(9.612.867)
Depósitos Interfinanceiros	(356.663)	(639.968)	(617.967)	(356.663)	(639.969)	(617.967)
Depósitos a prazo CDB/RDB	(1.923.907)	(3.868.121)	(4.062.347)	(1.923.806)	(3.867.083)	(4.060.735)
Depósitos judiciais	(824.410)	(1.598.557)	(1.509.398)	(824.410)	(1.598.557)	(1.509.398)
Depósitos especiais e de fundos e programas (d.1)	(369.341)	(812.381)	(958.267)	(369.341)	(812.381)	(958.267)
Outras captações	(201.209)	(378.311)	(310.193)	(201.209)	(378.309)	(310.193)
Total	**(8.418.421)**	**(16.887.022)**	**(17.071.039)**	**(8.418.320)**	**(16.885.984)**	**(17.069.427)**

(d) Obrigações por depósitos especiais e de fundos e programas

Os depósitos especiais e de fundos e programas são compostos pelos depósitos do FGTS e de outros fundos e programas.

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	**31/12/2012**	**31/12/2011**
Depósitos – FGTS	2.956.080	6.994.769
Depósitos - Especiais com remuneração	1.553.913	1.357.053
Depósitos - FAT (d.2)	2.450.151	2.663.815
Depósitos – FISANE	7.935	7.465
Depósitos – PRODEC	46.862	44.429
Depósitos – PIS	25.706	195.571
Depósitos – FGS	8.877	71.158
Depósitos – FAR	294.523	324.035
Depósitos – FDS	448.869	516.474
Depósitos - Pró-frota pesqueira	8.445	56.167
Depósitos – FAS	4.646	4.857
Depósitos – PREVHAB	486.031	451.336
Saúde CAIXA	215.002	179.279
Outros	758.506	388.513
Total	**9.265.546**	**13.254.921**
Passivo circulante	9.265.546	13.254.921
Passivo não circulante		-

(d.1) Despesas com depósitos especiais e de fundos e programas

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	**Taxa de Remuneração**	**2012**		**2011**
		2ºsemestre	**Exercício**	**Exercício**
Depósitos - FGTS	Selic	(156.641)	(375.666)	(461.812)
Depósitos - FAT	Selic e TJLP	(91.320)	(167.698)	(173.002)
Depósitos - FISANE	TR	(230)	(471)	(507)
Depósitos - PRODEC	TR + Juros 0,4868% a.m.	(1.454)	(2.984)	(3.273)
Depósitos - PIS	Extra mercado	(16.087)	(40.941)	(60.039)
Depósitos - FIEL	TR PRE + Juros 0,50% a.m.	-	-	(205)
Depósitos - FGS	Selic fator dia/ Extra mercado	(3.448)	(7.108)	(3.385)
Depósitos - FAR	Selic	(12.534)	(30.671)	(24.867)
Depósitos - FDS	Selic fator dia	(16.869)	(41.042)	(60.915)
Depósitos - Tesouro Nacional	Selic	(8.913)	(19.467)	(21.171)
Depósitos - FAS	TR	(1)	(8)	(41)
Depósitos - PREVHAB	Selic	(18.798)	(41.603)	(52.047)
Depósitos - Caução	TR	(934)	(2.616)	(5.635)
Depósitos - FCA	Extra - mercado	(13.154)	(23.722)	(20.617)
Outros		(28.958)	(58.384)	(70.751)
Total		**(369.341)**	**(812.381)**	**(958.267)**

(d.2) Obrigações por depósitos especiais e de fundos e programas – FAT

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO										
Descrição	**Res/ TADE**	**Devolução de Recursos do FAT (1)**			**31/12/2012**			**31/12/2011**		
		Forma	**Data**	**Data Final**	**Disponível**	**Aplicado**	**Total**	**Disponível**	**Aplicado**	**Total**
Programas					640.277	1.730.744	2.371.021	161.040	2.347.754	2.508.794
Proger urbano					568.656	1.176.271	1.744.927	88.295	1.667.197	1.755.492
Investimento	ago/05	RA	10/10/2005	-	568.630	1.170.618	1.739.248	80.198	1.660.858	1.741.056
Capital de giro isolado	16/2005	RA	09/12/2005	-	-	-	-	7.558	18	7.576
Proger exportação	17/2005	RA	09/12/2005	-	-	32	32	-	38	38
FAT empreendedor popular	23/2005	RA	09/12/2005	-	26	5.621	5.647	539	6.283	6.822
FAT – habitação	mai/07	SD	09/11/2007	-	1.154	18.503	19.657	2.077	34.531	36.608
FAT infraestrutura				-	68.364	528.992	597.356	69.499	632.653	702.152
Infraestrutura econômica	13/2006	RA	08/08/2008	-	68.364	528.992	597.356	69.499	632.653	702.152
FAT – PNMPO				-	2.103	6.978	9.081	1.169	13.373	14.542
FAT – microcrédito	15/2006	RA	10/05/2007	-	2.103	6.978	9.081	1.169	13.373	14.542
Linhas de crédito especiais					3.758	75.372	79.130	8.819	146.202	155.021
FAT - inclusão digital	dez/05	RA	10/10/2005	07/01/2010	-	-	-	-	-	-
FAT - vila panamericana	jan/05	SD	09/12/2005	-	327	74.188	74.515	1	121.791	121.792
FAT - giro setorial				-	3.431	1.184	4.615	8.818	24.411	33.229
Micro e pequenas empresas	22/2006	RA	10/03/2008	-	2.102	711	2.813	5.707	15.323	21.030
Médias e grandes empresas	23/2006	RA	10/03/2008	-	1.329	473	1.802	3.111	9.088	12.199
Total					644.035	1.806.116	2.450.151	169.859	2.493.956	2.663.815

O FAT é um fundo especial de natureza contábil e financeira, instituído pela Lei n.º 7.998/1990, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego e gerido pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT.

As principais ações financiadas com recursos do FAT para a promoção do emprego estão estruturadas em torno dos programas de geração de emprego e renda, cujos recursos são alocados por meio dos depósitos especiais, criados pela Lei n.º 8.352/1991, nas instituições financeiras oficiais federais conforme programas e linhas de créditos identificados no quadro anterior.

Os depósitos especiais do FAT enquanto disponíveis são remunerados, "pro-rata" dia, pela Taxa Média Selic (TMS) e à medida que são aplicados nos financiamentos passam a ser remunerados pela Taxa de Juros a Longo Prazo durante o período de vigência do financiamento.

As remunerações sobre os depósitos são recolhidas ao FAT mensalmente, conforme estipulado pelas Resoluções CODEFAT n° 439/2005 e n° 489/2006.

Nota 15 – Captações no mercado aberto

(a) Composição

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL		CAIXA CONSOLIDADO	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Carteira Própria (1)	47.601.744	36.825.873	47.402.335	35.942.540
Letras Financeiras do Tesouro	5.726.127	5.708.783	5.726.127	5.708.783
Letras do Tesouro Nacional	31.323.880	15.770.764	31.323.880	15.770.764
Notas do Tesouro Nacional	10.498.921	15.346.326	10.299.512	14.462.993
Debêntures	52.816	-	52.816	-
Carteira de Terceiros	46.506.234	19.215.316	46.506.234	19.215.316
Letras Financeiras do Tesouro	14.485.341	19.215.316	14.485.341	19.215.316
Letras do Tesouro Nacional	11.309.679	-	11.309.679	-
Notas do Tesouro Nacional	20.711.214	-	20.711.214	-
Carteira de Livre Movimentação	-	250.102	-	250.102
Letras do Tesouro Nacional	-	250.102	-	250.102
Total	**94.107.978**	**56.291.291**	**93.908.569**	**55.407.958**
Passivo circulante	90.984.561	54.066.190	90.785.152	53.182.857
Passivo não circulante	3.123.417	2.225.101	3.123.417	2.225.101

(1) Valores calculados considerando o "PU de Garantia" do papel vinculado

(b) Despesas de captações no mercado aberto

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL			CAIXA CONSOLIDADO		
	2012		2011	2012		2011
	2ºsemestre	Exercício	Exercício	2ºsemestre	Exercício	Exercício
Carteira própria	(1.901.866)	(3.617.312)	(3.337.516)	(1.894.270)	(3.589.130)	(3.235.989)
Carteira de terceiros	(1.938.564)	(4.099.346)	(4.010.609)	(1.938.564)	(4.099.346)	(4.010.609)
Carteira de livre movimentação	-	(103)	-	-	(103)	-
Total	**(3.840.430)**	**(7.716.761)**	**(7.348.125)**	**(3.832.834)**	**(7.688.579)**	**(7.246.598)**

Nota 16 – Recursos de aceites e emissões de títulos

a) Recursos de letras

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO							
Depósitos	**Indexador**	**Vencimento**				**31/12/2012**	**31/12/2011**
		01 a 90 dias	**91 a 180 dias**	**181 a 360 dias**	**Acima de 360 dias**		
Letra Hipotecária	IGP-M	-	-	-	568.713	568.713	527.589
Letra Hipotecária	INPC	-	-	-	12.052	12.052	11.361
Letra Hipotecária	TR	-	-	-	17.958	17.958	26.386
Letra Imobiliária	IGP-M	-	-	-	8.236	8.236	16.177
Letra Imobiliária	INPC	-	-	-	-	-	37.264
Letra Imobiliária	CDI	3.091.300	2.829.782	4.166.469	16.499.426	26.586.977	15.257.819
Letra Financeira	CDI	11.909	579.986	2.935.776	14.099.076	17.626.747	5.200.948
Letra de Crédito do Agronegócio			27.551	66.063	962.214	1.055.828	-
Total		**3.103.209**	**3.437.319**	**7.168.308**	**32.167.675**	**45.876.511**	**21.077.544**
Passivo circulante						13.708.836	12.966.352
Passivo não circulante						32.167.675	8.111.192

(b) Despesas com recursos de letras

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	**2012**	**2011**
	2ºsemestre	**Exercício**	**Exercício**
Letras Imobiliárias	(720.658)	(1.396.903)	(1.201.420)
Letras Hipotecárias	(53.820)	(98.448)	(82.635)
Letras Financeiras	(562.509)	(872.063)	(323.637)
Total	**(1.336.987)**	**(2.367.414)**	**(1.607.692)**

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013022700045

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2012
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

c) Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior

Em novembro de 2012, a CAIXA efetuou sua primeira emissão de títulos denominados em dólar, visando abrir um canal de financiamento de longo prazo para as suas operações.

CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO						
Título	Moeda	Valor emitido	Remuneração a.a.	Data Captação	Vencimento	31.12.2012 (1)
Notas Seniores	US$	1.000.000.000	2,3750%	11/2012	11/2017	2.109.985
Notas Seniores	US$	500.000.000	3,5000%	11/2012	11/2022	1.016.698
TOTAL						3.126.683

(1) Valores em milhares de R$

Nota 17 – Obrigações por empréstimos e repasses do País – instituições oficiais

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Repasses no país	**123.737.439**	**91.615.724**
FGTS	104.796.216	80.599.183
BNDES	17.556.030	10.272.737
Tesouro Nacional – PIS	755.602	567.622
Outras instituições	629.591	176.182
Empréstimos no exterior	**43.300**	**4.601**
Tomados junto a instituições financeiras no exterior	40.803	-
Demais linhas de crédito	2.497	4.601
Total de obrigações por empréstimos e repasses	**123.780.739**	**91.620.325**
Passivo circulante	2.399.414	810.500
Passivo não circulante	121.381.325	90.809.825

(a) Repasses no país

Compostos, principalmente, por recursos repassados pelo FGTS para aplicação em operações de infraestrutura, desenvolvimento urbano e crédito imobiliário, estão sujeitos à atualização monetária, de acordo com a variação da Taxa Referencial (TR), e à incidência de juros médios de 6,17% ao ano. O prazo médio para o vencimento das operações é de 8 anos.

(b) Empréstimos no exterior

O saldo dos empréstimos no exterior, é composto, substancialmente, por captação de linhas de crédito adquiridas com instituições financeiras estrangeiras. Os demais empréstimos tomados no exterior estão sujeitos a juros de até 2,00% ao ano e à variação cambial da moeda a que estão vinculados, substancialmente atreladas ao dólar estadunidense, com vencimentos até 2014.

(c) Despesas com obrigações p/ empréstimos/repasses do País – Instituições oficiais

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	2012		2011
	2°semestre	Exercício	Exercício
FGTS	(2.819.676)	(5.793.739)	(5.398.832)
BNDES	(341.506)	(686.868)	(426.784)
Tesouro Nacional – PIS	(17.845)	(37.159)	(43.363)
Empréstimos no exterior	(962)	(1.591)	(31.263)
Outras instituições	(16.822)	(36.683)	(46.152)
Total	**(3.196.811)**	**(6.556.040)**	**(5.946.394)**

Nota 18 – Outras obrigações

(a) Composição

CAIXA INDIVIDUAL		
Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados	258.984	207.391
Carteira de Câmbio (Nota 9 (c))	93.105	17.002
Sociais e estatutárias	5.660.303	3.142.448
Fiscais e previdenciárias (Nota 18 (b))	1.819.106	1.450.221
Negociação e intermediação de valores	5.075	6.956
Recursos para destinação específica (Nota 18 (c))	7.629.604	6.389.023
Dívidas subordinadas (Nota 18 (d))	12.190.735	8.550.802
Instrumentos híbridos de capital e dívida (Nota 18 (e))	28.452.993	13.884.459
Diversas (Nota 18 (f))	34.081.591	27.560.003
Total	**90.191.496**	**61.208.305**
Passivo circulante	49.385.143	38.585.257
Passivo não circulante	40.806.353	22.623.048

CAIXA CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados	258.984	207.391
Carteira de Câmbio (Nota 9 (c))	93.105	17.002
Sociais e estatutárias	5.660.303	3.142.448
Fiscais e previdenciárias (Nota 18 (b))	1.973.675	1.534.012
Negociação e intermediação de valores	5.075	6.956
Recursos para destinação específica (Nota 18 (c))	7.629.604	6.389.023
Dívidas subordinadas (Nota 18 (d))	12.190.735	8.550.802
Instrumentos híbridos de capital e dívida (Nota 18 (e))	28.452.993	13.884.459
Diversas (Nota 18 (f))	34.081.866	27.560.027
Total	**90.346.340**	**61.292.120**
Passivo circulante	49.539.987	38.669.072
Passivo não circulante	40.806.353	22.623.048

(b) Fiscais e previdenciárias

CAIXA INDIVIDUAL		
Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Tributos sobre salários a recolher	516.487	274.903
Tributos sobre serviços a recolher	168.785	149.783
Tributos sobre lucros a recolher	162.283	246.040
Imposto de renda	-	74.309
Contribuição social	-	34.981
COFINS	139.903	117.767
PASEP	22.380	18.983
Tributos diferidos	710.680	511.253
Reavaliação – edificações	162.625	187.787
Ajustes ao valor mercado - títulos p/ negociação	493.389	275.562
Ajustes ao valor mercado - hedge de fluxo de caixa	3.861	-
Outros	50.805	47.904
Prov. riscos fiscais (Nota 30)	260.871	268.242
Total	**1.819.106**	**1.450.221**
Passivo circulante	1.656.481	1.262.434
Passivo não circulante	162.625	187.787

CAIXA CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Tributos sobre salários a recolher	516.487	274.903
Tributos sobre serviços a recolher	168.785	149.840
Tributos sobre lucros a recolher	171.980	258.733
Imposto de renda	3	74.762
Contribuição social	4.541	40.677
COFINS	144.137	123.144
PASEP	23.299	20.150
Tributos diferidos	855.552	582.294
Reavaliação – edificações	162.625	187.787
Ajustes ao valor mercado - títulos p/ negociação	493.389	291.947
Ajustes ao valor mercado - títulos disponíveis p/ venda	144.872	54.656
Ajustes ao valor mercado - hedge de fluxo de caixa	3.861	
Outros	50.805	47.904
Prov. riscos fiscais (Nota 30)	260.871	268.242
Total	**1.973.675**	**1.534.012**
Passivo circulante	1.811.050	1.346.225
Passivo não circulante	162.625	187.787

(c) Recursos para destinação específica

Referem-se às obrigações decorrentes de recursos de operações relacionadas com loterias, obrigações decorrentes de recursos de fundos e programas sociais geridos pela CAIXA e recursos de fundos ou programas especiais alimentados com recursos do Governo ou entidades públicas, administradas pela CAIXA.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013022700046

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2012
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	**31/12/2012**	**31/12/2011**
Fundos e programas sociais	5.893.513	4.718.055
FGTS	2.749.577	2.622.868
Minha Casa Minha Vida	2.209.705	1.457.089
Programa de Subsídio à Habitação (PSH)	266.760	335.825
Programas de transferência de renda	204.836	203.440
Outros fundos e programas	462.635	98.833
Fundos financeiros e de desenvolvimento	498.703	945.469
PIS	497.299	546.533
FAT	-	397.537
FINSOCIAL	1.404	1.399
Operações com loterias	1.237.388	725.499
Total	**7.629.604**	**6.389.023**

(d) Dívidas subordinadas elegíveis a capital

Parte da dívida existente referente às obrigações de empréstimos da CAIXA junto ao FGTS foi convertida em dívida subordinada, conforme Resolução CMN nº 2.837/01.

Em 11 de outubro de 2005, o BACEN aprovou a contratação de R$ 3.439.717. O início de retorno dessa dívida será a partir de 20 de março de 2013. Sobre o valor total da dívida, durante o período de carência ou de desenquadramento da CAIXA em relação ao mínimo de capitalização exigido pela legislação vigente, incidirão atualização monetária, mediante a aplicação de coeficiente de atualização idêntico ao utilizado para a remuneração das contas vinculadas do FGTS e juros capitalizados mensalmente, calculados à taxa nominal de 6,125% a.a., correspondente à taxa efetiva de 6,3% a.a.

Em agosto de 2011, o BACEN aprovou operação de R$ 3.000.000. O início do retorno dessa contratação será a partir de 20 de junho de 2019. Sobre o valor total da dívida, durante o período de carência ou de desenquadramento da CAIXA em relação ao mínimo de capitalização exigido pela legislação vigente, incidirão atualização monetária, mediante a aplicação de coeficiente de atualização idêntico ao utilizado para a remuneração das contas vinculadas do FGTS e juros capitalizados mensalmente, calculados à taxa nominal de 5,837% a.a., correspondente à taxa efetiva de 5,996% a.a.

Em junho de 2012, o BACEN aprovou nova operação de R$ 3.000.000. O início do retorno dessa dívida será a partir de 20 de julho de 2020. Sobre o valor total da dívida atualizada incidirão juros capitalizados mensalmente, calculados à taxa anual nominal de 4,967%, a.a. correspondente à taxa efetiva de 5,082% a.a.

Estas contratações apresentam um saldo devedor de R$ 12.190.735 (31/12/2011 – R$ 8.550.802).

(e) Instrumentos híbridos de capital e dívida elegíveis a capital

A União foi autorizada, por meio da Medida Provisória nº 347, de 22 de janeiro de 2007, convertida em Lei sob o nº 11.485/2007, a conceder crédito à CAIXA no valor de R$ 5.200.000 em condições financeiras e contratuais que permitam o enquadramento da operação como instrumento híbrido de capital e dívida, conforme definido pela Resolução CMN nº 3.444/2007, objetivando a ampliação de seus limites operacionais. A concessão foi formalizada em 24 de maio de 2007, por meio de contrato particular celebrado entre a União e a CAIXA, e o crédito financeiro foi integralizado em 13 de junho de 2007. O BACEN, por meio do Ofício Deorf/Cofin II 2007/5808, de 2 de julho de 2007, autorizou a CAIXA a considerar os recursos ora contratados elegíveis ao Nível II de capital.

A dívida não possui data de vencimento e, mensalmente, são incorporados ao saldo devedor, com pagamentos anuais de acordo com as premissas do contrato, juros à taxa efetiva média anual da primeira etapa *(cash)* dos leilões de Notas do Tesouro Nacional, série B, com vencimento em 15 de maio de 2045, ponderadas pelas quantidades desses títulos negociadas pelo Tesouro Nacional nos leilões imediatamente anteriores à data de liberação de cada uma das parcelas, incidente sobre o valor nominal atualizado da dívida, e atualização monetária calculada com base na variação do IPCA.

Em 13 de outubro de 2009, por meio da Medida Provisória n° 470, uma nova contratação de crédito entre a CAIXA e a União foi autorizada no montante de até R$ 6.000.000. Dessa forma, no 4° trimestre de 2009, houve a liberação de R$ 2.000.400 e no 1° trimestre de 2010 houve a liberação de R$ 3.999.599. O BACEN, por meio do Ofício Deorf/Cofin I 2009/10136, de 13 de novembro de 2009, autorizou a CAIXA a considerar a referida captação elegível ao Nível I, até o limite regulamentar, e o restante no capital Nível II, na categoria de instrumento híbrido de capital e dívida ora contratados.

Em 20 de setembro de 2012, por meio da Medida Provisória nº 581, uma nova contratação de crédito entre a Caixa e a União foi autorizada no montante de até R$ 13.000.000, em condições financeiras e contratuais que permitam o enquadramento da operação como instrumento híbrido de capital e dívida. Os recursos visam à ampliação das margens operacionais da CAIXA. O BACEN, por meio dos Ofícios Deorf/Cofin II 09053/2012 e 09054/2012, autorizou a CAIXA a considerar R$ 3.850.472 captação elegível aos Níveis I e II do Patrimônio de Referência, a partir de setembro 2012; R$ 4.413.201 a partir de outubro 2012 e o restante a partir da monetização dos títulos recebidos da União.

Discriminação de principal, atualização monetária e juros dos créditos:

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	**31/12/2012**	**31/12/2011**
Medida provisória nº 347/07	5.200.000	5.200.000
Atualização monetária e juros – MP n° 347/07	1.849.933	1.484.328
Medida provisória nº 470/09	5.999.999	5.999.999
Atualização monetária e juros – MP n° 470/09	2.125.600	1.200.132
Medida provisória nº 581/12	12.999.998	-
Atualização monetária e juros – MP n° 581/12	277.463	-
Total	**28.452.993**	**13.884.459**

(f) Diversas

CAIXA INDIVIDUAL		
Descrição	**31/12/2012**	**31/12/2011**
Provisões para pagamentos a efetuar (Nota f.1)	10.194.941	9.203.504
Credores diversos - País (Nota f.2)	9.504.385	7.433.144
Provisões para causas judiciais - demandas trabalhistas (Nota 30)	2.629.178	2.812.886
Provisões para causas judiciais - demandas cíveis (Nota 30)	3.511.622	3.582.717
Provisões para causas judiciais - outras (Nota 30)	43.308	41.671
Financiamentos imobiliários a liberar	4.742.900	3.619.426
Recursos vinculados a operações de crédito (1)	352.091	237.189
Recursos vinculados a cessão de crédito	2.485.104	-
Obrigações por convênios	258.503	415.460
Obrigações por contribuições ao SFH	28.611	26.664
Recursos do FGTS para amortizações	205.722	123.859
Valores a pagar a sociedades ligadas	125.067	59.760
Credores diversos Exterior	159	3.723
Total	**34.081.591**	**27.560.003**
Passivo circulante	34.081.591	27.560.003

1) Recursos vinculados a operações de crédito: referem-se aos recursos apropriados nas contas vinculadas a operações de crédito em nome de clientes, não movimentadas por estes e remunerados com os mesmos encargos incidentes nas respectivas operações.

CAIXA CONSOLIDADO		
Descrição	**31/12/2012**	**31/12/2011**
Provisões para pagamentos a efetuar (Nota f.1)	10.195.216	9.203.528
Credores diversos - País (Nota f.2)	9.504.385	7.433.144
Provisões para causas judiciais - demandas trabalhistas (Nota 30)	2.629.178	2.812.886
Provisões para causas judiciais - demandas cíveis (Nota 30)	3.511.623	3.582.717
Provisões para causas judiciais - outras (Nota 30)	43.308	41.671
Financiamentos imobiliários a liberar	4.742.900	3.619.426
Recursos vinculados a operações de crédito (1)	352.091	237.189
Recursos vinculados a cessão de crédito	2.485.104	-
Obrigações por convênios	258.503	415.460
Obrigações por contribuições ao SFH	28.611	26.664
Recursos do FGTS para amortizações	205.722	123.859
Valores a pagar a sociedades ligadas	125.067	59.760
Credores diversos Exterior	158	3.723
Total	**34.081.866**	**27.560.027**
Passivo circulante	34.081.866	27.560.027

1) Recursos vinculados a operações de crédito: referem-se aos recursos apropriados nas contas vinculadas a operações de crédito em nome de clientes, não movimentadas por estes e remunerados com os mesmos encargos incidentes nas respectivas operações.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013022700047

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2012
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

(f.1) Provisão para pagamentos a efetuar

CAIXA INDIVIDUAL		
Descrição	**31/12/2012**	**31/12/2011**
Despesas de pessoal	1.832.211	1.599.948
Benefícios pós-emprego - NPC 26 (Nota 32 (a))	6.770.511	6.328.531
Saúde CAIXA	6.087.506	5.677.807
Auxílio e cesta alimentação	627.977	607.075
PREVHAB	42.468	43.649
Planos de benefícios – previdência privada	12.560	-
Pré- pagamento crédito imobiliário	1.101.666	835.880
Outros pagamentos	490.553	439.145
Total	**10.194.941**	**9.203.504**

CAIXA CONSOLIDADO		
Descrição	**31/12/2012**	**31/12/2011**
Despesas de pessoal	1.832.486	1.599.972
Benefícios pós-emprego - NPC 26 (Nota 32 (a))	6.770.511	6.328.531
Saúde CAIXA	6.087.506	5.677.807
Auxílio e cesta alimentação	627.977	607.075
PREVHAB	42.468	43.649
Planos de benefícios – previdência privada	12.560	-
Pré- pagamento crédito imobiliário	1.101.666	835.880
Outros pagamentos	490.553	439.145
Total	**10.195.216**	**9.203.528**

(f.2) Credores diversos – País

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	**31/12/2012**	**31/12/2011**
Cartões de crédito	4.604.588	3.253.801
Empresa Gestora de Ativos (EMGEA) (1)	253.687	256.408
Fornecedores	755.547	631.395
Aquisição de folhas de pagamento - valores a liberar	495.448	744.989
Crédito comercial – repasses	395.629	249.648
Crédito imobiliário –repasses	607.165	606.034
Obrigações com a União – repasses	35.247	32.509
Outros credores – poupança simplificada	499.944	499.983
Contas a pagar	87.317	56.842
Fundo Garantidor de Créditos – FGC	34.669	28.135
Valores a restituir – penhor	147.547	127.283
Valores a apropriar (2)	1.412.988	787.866
Outros credores diversos	174.609	158.251
Total	**9.504.385**	**7.433.144**

(1) Empresa Gestora de Ativos (EMGEA): referem-se aos valores financeiros de prestação de contas das arrecadações e contratos recebidos.

(2) Valores correlacionados com registros devedores de mesma natureza indicados na Nota 9 (b).

Nota 19 – Patrimônio líquido

(a) Capital social

O Decreto nº 6.473 da Presidência da República, de 5 de junho de 2008, que aprovou o Estatuto da CAIXA, em seu artigo 7º instituiu o Capital Social no montante de R$ 9.292.000, exclusivamente integralizado pela União Federal.

Por meio dos Decretos 7.439 de 16 de fevereiro de 2011 e 7.653 de 23 de dezembro de 2011 foi autorizado o aumento de Capital Social da Caixa cujo montante foi elevado para R$ 15.154.802.

Em 30 de agosto de 2012, o Tesouro Nacional transferiu 68.274.920 ações PETROBÁS ON para a posição da Caixa, totalizando o montante de R$ 1.500.000.

O Decreto nº 7.880 da Presidência da República, de 28 de dezembro de 2012, autorizou o aumento de capital da CAIXA no montante de até R$ 5.400.000, conforme discriminado a seguir:

Aumento do Capital Social	
Descrição	**Capital Social**
Saldo em 31/12/2011	**15.154.802**
Mediante transferência de ações – agosto 2012	1.500.000
Mediante transferência de ações – dezembro 2012	5.400.000
Saldo em 31/12/2012	**22.054.802**

(b) Enquadramento nos níveis exigidos pela Resolução CMN nº 2.099/1994 (Acordo de Basileia)

Conforme determinações da Resolução CMN nº 2.099/1994 e regulamentações posteriores, que estabelecem os níveis mínimos de patrimônio de referência para as instituições financeiras, com base nos volumes de suas operações, a CAIXA apresenta índice de 12,99% (Nota 33 (b)), sendo o mínimo exigido no Brasil de 11%.

(c) Reservas de reavaliação e de lucros

As reservas de lucros são constituídas por reserva legal, calculada à base de 5% sobre o lucro líquido, reserva de loterias e reserva de margem operacional.

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	**31/12/2012**	**31/12/2011**
Reservas de Reavaliação	423.165	464.595
Reservas de Lucros	2.693.064	4.079.781
Reserva legal	1.669.327	1.366.024
Reserva estatutária - loterias	928.299	407.196
Reservas margem operacional	95.438	2.306.561

(d) Dividendos

São assegurados dividendos sobre o lucro líquido ajustado de no mínimo 25%, após apuração de resultado semestral.

Para efeito do cálculo da obrigação com dividendos são computados os juros sobre o capital próprio, calculado pela remuneração da TJLP do período sobre o patrimônio líquido ajustado, limitado a 50% do lucro líquido do período.

Foi repassado à União, em 2012, o montante de R$ 5.188.673, a título de antecipação de dividendos, relativos ao exercício de 2012 e R$ 2.306.561, a título de dividendos complementares relativos aos exercícios de 2010 e de 2011.

Base de cálculo dos dividendos obrigatórios de 2012:

CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO		
Descrição	**2012**	**2011**
Lucro líquido	**6.066.054**	**5.182.525**
Reserva legal	(303.303)	(259.125)
Realização de reserva	42.463	16.020
Reserva de loterias	(521.104)	(407.196)
Base para cálculo dos dividendos	**5.284.110**	**4.532.224**
Dividendos declarados	**5.188.673**	**2.768.488**
Juros sobre o capital próprio	1.106.451	852.865
Dividendos	4.082.222	1.915.623

Nota 20 – Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e contrib. social s/ o lucro líquido (CSLL)

(a) Créditos tributários

A rubrica "créditos tributários" possui como valores relevantes:

- Créditos de CSLL, referentes aos períodos de apuração encerrados até dezembro de 1998, constituídos à alíquota de 18%, tendo como base o art. 8º da Medida Provisória nº 2.158-35/2001;
- Créditos de IRPJ, decorrentes de prejuízos fiscais imprescritíveis acumulados e diferenças temporárias, à alíquota de 25%;
- Créditos de CSLL originários de base de cálculo negativa e diferenças temporárias apuradas a partir de 1999, à alíquota de 15%; e
- Créditos de PASEP e COFINS de diferenças temporárias decorrentes de ajuste a valor de mercado de operações com títulos e valores mobiliários.

Os créditos tributários possuem informações coincidentes na demonstração individual e consolidada, com exceção do item "Outros" que apresenta o montante de R$ 1.485.753 (31/12/2011 – R$ 1.338.799) na demonstração consolidada.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013022700048

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2012
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

Créditos Tributários

Descrição	31/12/2012			31/12/2011		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa	5.769.665	3.326.970	9.096.635	4.521.981	2.578.219	7.100.200
Provisão SFH	753.805	452.283	1.206.088	739.125	443.475	1.182.600
Provisão p/ causas judiciais	1.609.686	965.811	2.575.497	1.674.887	1.004.932	2.679.819
Outros	972.020	513.711	1.485.731	898.907	439.891	1.338.798
Provisão SAÚDE CAIXA - NPC 26	1.521.876	913.126	2.435.002	1.419.452	851.671	2.271.123
Ajuste valor. de mercado – resultado	186.784	112.071	298.855	168.367	101.020	269.387
Ajuste valor. de mercado - PL (disponível p/ venda)	171.156	102.694	273.850	131.921	79.153	211.074
Subtotal das diferenças temporárias	**10.984.992**	**6.386.666**	**17.371.658**	**9.554.640**	**5.498.361**	**15.053.001**
Prejuízo fiscal	2.973.570	-	2.973.570	2.973.570	-	2.973.570
Baixas até o período	(1.010.391)	-	(1.010.391)	(862.070)	-	(862.070)
Base negativa até 2000	-	701.139	701.139	-	701.139	701.139
Baixas até o período	-	(467.635)	(467.635)	-	(378.821)	(378.821)
Crédito a 18% - 1998	-	624.515	624.515	-	624.515	624.515
Baixas até o período	-	(327.344)	(327.344)	-	(265.175)	(265.175)
Total	**12.948.171**	**6.917.341**	**19.865.512**	**11.666.140**	**6.180.019**	**17.846.159**

Créditos Tributários

Descrição	31/12/2012			31/12/2011		
	PASEP	COFINS	Total	PASEP	COFINS	Total
Ajuste valor. mercado – resultado	3.390	20.862	24.252	2.345	14.426	16.771
Ajuste valor mercado - PL (disponível p/ venda)	4.667	28.720	33.387	3.597	22.137	25.734
Total	**8.057**	**49.582**	**57.639**	**5.942**	**36.563**	**42.505**

A CAIXA realizou estudo técnico quanto à expectativa de realização de créditos tributários em 10 anos. A realização de créditos tributários no exercício de 2012 representou um montante de 141% em relação ao projetado em 2011.

VALOR CONTÁBIL

Ano de Realização	Prejuízo Fiscal	Base Negativa - 15%	Crédito a 18% - 1998	Diferença Temporal	TOTAL
2013	101.398	60.839	42.587	6.532.006	6.736.830
2014	108.451	65.070	45.549	5.405.562	5.624.632
2015	140.151	107.595	58.863	259.117	565.726
2016	155.008	-	65.103	265.771	485.882
2017	173.317	-	72.793	268.345	514.455
2018 a 2022	1.190.858	-	12.275	1.308.147	2.511.280
TOTAL	**1.869.183**	**233.504**	**297.170**	**14.038.948**	**16.438.805**

VALOR PRESENTE

Ano de Realização	Prejuízo Fiscal	Base Negativa - 15%	Crédito a 18% - 1998	Diferença Temporal	TOTAL
2013	100.332	60.199	42.139	6.463.301	6.665.971
2014	100.855	60.513	42.359	5.026.979	5.230.706
2015	122.266	93.864	51.352	226.050	493.532
2016	126.617	-	53.179	217.092	396.888
2017	132.559	-	55.675	205.239	393.473
2018 a 2022	741.273	-	8.782	825.632	1.575.687
TOTAL	**1.323.902**	**214.576**	**253.486**	**12.964.293**	**14.756.257**

(b) Movimentação do crédito tributário

A demonstração da movimentação do crédito tributário possui informações coincidentes na demonstração individual e consolidada, com exceção do item "Constituição de diferenças temporárias no período" que apresenta o montante de R$ 2.458.384 na demonstração consolidada.

Movimentação do Crédito Tributário

Descrição	Valor Bruto	Provisão	Total
Saldo em 31/12/2011	**17.888.664**	**(4.277.367)**	**13.611.297**
Constituição de Diferenças Temporárias no Período	2.458.363	-	2.458.363
Reversão de Provisão	(793.021)	793.021	-
Constituição PASEP/COFINS	7.481	-	7.481
Constituição sobre Títulos Disponíveis para Venda	70.429	-	70.429
Realização do Crédito Tributário IRPJ	(148.321)	-	(148.321)
Realização do Crédito Tributário CSLL	(88.813)	-	(88.813)
Baixa de Crédito Tributário - Ano 2002 MP 2.158-35/01	(62.169)	-	(62.169)
Constituição de Crédito de Prejuízo Fiscal	590.538	-	590.538
Saldo em 31/12/2012	**19.923.151**	**(3.484.346)**	**16.438.805**

(c) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

CAIXA INDIVIDUAL

Descrição	2012				2011	
	2ºsemestre		Exercício		Exercício	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Valores Correntes	(27.269)	(13.474)	(303.084)	(134.096)	(277.306)	(123.244)
Valores Diferidos	1.311.274	489.705	1.838.553	716.891	1.411.044	659.519
Passivo Fiscal Diferido	49.279	29.568	(121.347)	(72.809)	(145.413)	(87.248)
- Decorrentes de Marcação a Mercado	49.279	29.568	(121.347)	(72.809)	(145.413)	(87.248)
Ativo Fiscal Diferido	1.261.995	460.137	1.959.900	789.700	1.556.457	746.767
- Diferenças Temporárias	915.771	483.695	1.517.683	940.682	1.463.992	879.211
- Prejuízo Fiscal / Base Negativa de CSLL	346.224	(13.858)	442.217	(88.813)	92.465	(77.908)
- CSLL a 18%	-	(9.700)	-	(62.169)	-	(54.536)
Total do Imposto de Renda e Contribuição Social	**1.284.005**	**476.231**	**1.535.469**	**582.795**	**1.133.738**	**536.275**

CAIXA INDIVIDUAL

Descrição	2012				2011	
	2ºsemestre		Exercício		Exercício	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos tributos e participações	2.116.044	2.116.044	4.897.790	4.897.790	4.303.478	4.303.478
Encargo IRPJ (25%) E CSLL (15%)	(528.866)	(317.327)	(1.224.424)	(734.669)	(1.075.846)	(645.522)
Efeitos tributários adições e exclusões	148.928	89.569	215.932	130.156	231.305	139.253
Juros sobre o capital próprio	138.596	83.158	276.613	165.968	213.216	127.930
Participação dos empregados nos lucros	164.011	98.406	237.500	142.500	197.742	118.645
Ativo fiscal diferido - IRPJ e CSLL	23.203	23.559	148.321	150.983	130.082	132.444
Incentivo fiscal	11.591	-	24.697	-	19.519	-
Reserva de reavaliação	15.268	9.161	18.277	10.966	6.676	4.005
Despesa corrente	(27.269)	(13.474)	(303.084)	(134.096)	(277.306)	(123.245)
Despesa diferida/marcação a mercado	49.279	29.568	(121.347)	(72.809)	(145.412)	(87.247)
Ativo fiscal diferido – IRPJ e CSLL	1.261.995	460.137	1.959.90	789.700	1.556.456	746.767
Imp. de Renda e Contribuição Social do Período	**1.284.005**	**476.231**	**1.535.469**	**582.795**	**1.133.738**	**536.275**

CAIXA CONSOLIDADO

Descrição	2012				2011	
	2ºsemestre		Exercício		Exercício	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Valores Correntes	(40.387)	(18.199)	(318.951)	(139.816)	(324.864)	(140.374)
Valores Diferidos	1.311.286	489.708	1.838.568	716.896	1.411.040	659.519
Passivo Fiscal Diferido	49.279	29.568	(121.347)	(72.808)	(145.412)	(87.248)
- Decorrentes de Marcação a Mercado	49.279	29.568	(121.347)	(72.808)	(145.412)	(87.248)
Ativo Fiscal Diferido	1.262.007	460.140	1.959.915	789.704	1.556.452	746.767
- Diferenças Temporárias	805.228	483.698	1.517.698	940.686	1.463.987	879.211
- Prejuízo Fiscal / Base Negativa de CSLL	456.779	(13.858)	442.217	(88.813)	92.465	(77.908)
- CSLL a 18%	-	(9.700)	-	(62.169)	-	(54.536)
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	**1.270.899**	**471.509**	**1.519.617**	**577.080**	**1.086.176**	**519.145**

CAIXA CONSOLIDADO

Descrição	2012				2011	
	2ºsemestre		Exercício		Exercício	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos tributos e participações	2.133.872	2.133.872	4.919.357	4.919.357	**4.368.170**	**4.368.170**
Encargo IRPJ (25%) E CSLL (15%)	(533.456)	(320.081)	(1.229.815)	(737.904)	(1.092.019)	(655.226)
Efeitos tributários adições e exclusões	148.928	89.569	215.933	130.157	231.305	139.252
Juros sobre o capital próprio	138.597	83.158	276.613	165.968	213.216	127.930
Participação dos empregados nos lucros	164.143	98.486	237.500	142.500	197.742	118.645
Ativo fiscal diferido - IRPJ e CSLL	23.203	23.559	148.321	150.983	130.082	132.445
Incentivo fiscal	11.592	-	24.697	-	19.519	-
Reserva de reavaliação	15.268	9.161	18.277	10.966	6.676	4.005
Part. em coligadas e controladas	43.854	26.313	101.968	61.181	59.727	35.836
Outros	(52.516)	(28.364)	(112.445)	(63.667)	(91.112)	(43.261)
Despesa corrente	(40.387)	(18.199)	(318.951)	(139.816)	(324.864)	(140.374)
Despesa diferida/marcação a mercado	49.279	29.568	(121.347)	(72.808)	(145.412)	(87.248)
Ativo fiscal diferido – IRPJ e CSLL	1.262.007	460.140	1.959.915	789.704	1.556.452	746.767
Imposto de Renda e Contribuição Social do Período	**1.270.899**	**471.509**	**1.519.617**	**577.080**	**1.086.176**	**519.145**

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013022700049

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2012
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

Nota 21 – Receitas da intermediação financeira

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	2012		2011
	2°semestre	Exercício	Exercício
Resultado de operação de crédito	17.852.971	34.390.584	27.967.053
Operações compromissadas	3.242.610	6.107.695	5.604.211
Ativos financeiros mantidos para negociação	2.993.551	6.563.973	5.513.414
Ativos financeiros disponíveis para venda	301.780	527.669	146.208
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	2.822.805	5.906.248	7.560.348
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	(527.229)	(1.431.250)	(669.979)
Depósitos compulsórios junto ao Banco Central	2.072.862	4.389.516	4.844.898
Créditos vinculados ao SFH	591.103	1.296.781	1.866.949
Resultado com câmbio	16.805	26.327	6.701
Outras	226.831	369.651	73.261
Total	**29.594.089**	**58.147.194**	**52.913.064**

Nota 22 – Despesas da intermediação financeira

CAIXA INDIVIDUAL			
Descrição	2012		2011
	2°semestre	Exercício	Exercício
Operações com clientes	(9.029.404)	(17.802.086)	(17.102.497)
Operações com instituições financeiras	(356.663)	(639.968)	(617.967)
Operações compromissadas	(3.840.430)	(7.716.761)	(7.348.125)
Empréstimos, cessões e repasses	(3.196.811)	(6.556.040)	(5.946.394)
Depósitos especiais e fundos e programas	(369.341)	(812.381)	(958.267)
Provisões p/ créditos de liquidação duvidosa	(5.551.791)	(11.063.211)	(8.043.465)
Reversões de prov. p/ créditos de liquidação duvidosa	1.506.866	3.383.290	1.227.730
Outras	(63.861)	(63.862)	-
Total	**(20.901.435)**	**(41.271.019)**	**(38.788.985)**

CAIXA CONSOLIDADO			
Descrição	2012		2011
	2°semestre	Exercício	Exercício
Operações com clientes	(9.029.302)	(17.801.047)	(17.100.885)
Operações com instituições financeiras	(356.663)	(639.969)	(617.967)
Operações compromissadas	(3.832.835)	(7.688.579)	(7.246.598)
Empréstimos, cessões e repasses	(3.196.811)	(6.556.040)	(5.946.394)
Outros dep. especiais e fundos e programas	(369.341)	(812.381)	(958.267)
Provisões p/ créditos de liquidação duvidosa	(5.551.791)	(11.063.211)	(8.043.465)
Reversões de prov. p/ créditos de liquidação duvidosa	1.506.866	3.383.290	1.227.730
Outras	(63.861)	(63.862)	
Total	**(20.893.738)**	**(41.241.799)**	**(38.685.846)**

Nota 23 – Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	2012		2011
	2°semestre	Exercício	Exercício
Administração do FGTS	1.622.616	3.166.292	3.129.791
Administração do FCVS	47.252	93.292	79.935
Administração do PIS	37.438	54.652	51.192
Administração das loterias	580.392	1.085.021	903.511
Administração do FIES	83.940	158.042	137.238
Administração do FAR	60.621	62.500	60.260
Seguro-Desemprego	29.991	59.766	57.054
Orçamento Geral da União (OGU)	45.616	80.336	59.263
Bolsa Família	147.299	286.442	272.676
INSS – Tarifas de arrecadação e pagamento	30.535	58.929	59.654
Administração de fundos de investimento	559.614	1.045.099	906.675
Tarifas de convênios (1)	1.062.723	2.063.756	1.850.505
Tarifas sobre manutenção de conta corrente	61.592	134.688	119.878
TAC	196.627	354.545	341.941
Cartão de crédito	450.847	880.510	716.651
Cobrança de títulos	268.350	527.975	485.871
EMGEA – Administração de Contratos	106.161	208.056	223.005
Taxa de risco – Agente financeiro	174.851	382.574	300.899
CCFGTS	97.025	193.572	214.341
CCFGTS - Programa Minha Casa Minha Vida	9.440	16.745	137.284
CONSTRUCARD CAIXA	29.759	46.326	75.848
Rendas de serviços s/ operações de crédito imobiliário	196.212	368.051	278.089
Rendas de serviços prestados a ligadas	249.448	525.888	465.273
Outros serviços (1)	90.636	154.959	195.590
SubTotal – receita de prestação de serviços	**6.238.985**	**12.008.016**	**11.122.424**
SubTotal – rendas de tarifas bancárias	**1.192.350**	**2.272.587**	**1.523.643**
Pessoa Física	1.054.849	2.048.731	1.347.534
Pessoa Jurídica	137.501	223.856	176.109
Total de prestação de serviços e tarifas bancárias	**7.431.335**	**14.280.603**	**12.646.067**

(1) Houve reclassificação de contas na composição dos itens desta nota explicativa, visando sua melhor apresentação, em relação ao que foi divulgado no ano de 2011, o que determinou ajuste de valores, substancialmente nos itens "Tarifas de convênios" e "Outros serviços".

Nota 24 – Despesas com pessoal

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL			CAIXA CONSOLIDADO		
	2012		2011	2012		2011
	2°semestre	Exercício	Exercício	2°semestre	Exercício	Exercício
Proventos	(4.633.207)	(8.662.681)	(7.398.200)	(4.633.870)	(8.663.895)	(7.398.200)
Salários e proventos	(4.209.758)	(7.968.396)	(6.866.142)	(4.210.421)	(7.969.610)	(6.866.142)
Indenizações trabalhistas	(423.449)	(694.285)	(532.058)	(423.449)	(694.285)	(532.058)
Benefícios	(874.700)	(1.467.081)	(1.340.383)	(874.700)	(1.467.081)	(1.340.383)
Encargos sociais:	(1.668.844)	(3.186.186)	(2.724.894)	(1.669.037)	(3.186.545)	(2.724.894)
FGTS	(313.949)	(600.745)	(517.288)	(313.988)	(600.814)	(517.288)
Previdência social	(965.545)	(1.843.550)	(1.600.412)	(965.667)	(1.843.768)	(1.600.412)
Prev. complementar	(282.470)	(550.020)	(443.037)	(282.487)	(550.065)	(443.037)
Outros encargos	(106.880)	(191.871)	(164.157)	(106.895)	(191.898)	(164.157)
Outros	(123.268)	(202.067)	(177.911)	(123.496)	(202.332)	(178.756)
Total	**(7.300.019)**	**(13.518.015)**	**(11.641.388)**	**(7.301.103)**	**(13.519.853)**	**(11.642.233)**

Nota 25 – Outras despesas administrativas

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL			CAIXA CONSOLIDADO		
	2012		2011	2012		2011
	2°semestre	Exercício	Exercício	2°semestre	Exercício	Exercício
Comunicações	(317.248)	(638.815)	(568.915)	(317.248)	(638.815)	(568.915)
Manutenção e conservação de bens	(557.902)	(970.976)	(815.295)	(557.902)	(970.976)	(815.295)
Água e energia	(143.674)	(287.516)	(247.471)	(143.674)	(287.517)	(247.471)
Aluguéis e arrendamento de bens	(481.666)	(923.859)	(693.922)	(481.666)	(923.859)	(693.922)
Despesas de material	(115.820)	(232.823)	(257.213)	(115.820)	(232.823)	(257.222)
Processamento de dados	(495.555)	(966.207)	(948.216)	(495.555)	(966.208)	(948.216)
Promoções e relações públicas	(105.737)	(176.273)	(179.159)	(105.737)	(176.273)	(179.159)
Propaganda e publicidade	(221.448)	(413.860)	(383.648)	(221.448)	(413.860)	(383.648)
Serviços do sistema financeiro	(167.041)	(319.709)	(273.331)	(167.041)	(319.710)	(273.331)
Serviços de terceiros	(641.796)	(1.171.672)	(881.744)	(641.796)	(1.171.672)	(881.743)
Serviços especializados	(279.003)	(501.116)	(437.537)	(281.120)	(506.877)	(441.407)
Serviços de vigilância e segurança	(341.492)	(686.719)	(553.944)	(341.492)	(686.719)	(553.944)
Depreciação e amortização	(534.509)	(954.439)	(752.559)	(534.509)	(954.439)	(752.559)
Outras administrativas	(189.323)	(325.434)	(285.437)	(189.539)	(325.864)	(285.965)
Total	**(4.592.214)**	**(8.569.418)**	**(7.278.391)**	**(4.594.547)**	**(8.575.612)**	**(7.282.797)**

Nota 26 – Outras receitas operacionais

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL		
	2012		2011
	2°semestre	Exercício	Exercício
Comissões e taxas s/ operações	2.174.390	3.814.058	4.036.076
Recuperação de despesas	506.901	948.270	855.580
Reversão de outras provisões operacionais	901.317	1.640.063	1.195.340
Receitas de cartões de crédito	80.315	156.425	148.490
Receitas de dividendos	81	1.379	365
Atualização de depósitos em garantia	229.270	520.359	646.520
Atualização monet. s/ valores a receber da União	2.930	8.720	144.906
Rendas de créditos específicos	21.438	100.280	41.341
Receitas de loterias	28.134	115.190	78.223
Outras receitas operacionais	607.507	869.976	297.626
Total	**4.552.283**	**8.174.720**	**7.444.467**

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013022700050

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2012
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

Descrição	CAIXA CONSOLIDADO		
	2012		2011
	2°semestre	Exercício	Exercício
Comissões e taxas s/ operações	2.174.390	3.814.059	4.036.076
Recuperação de despesas	504.518	943.366	850.740
Reversão de outras provisões operacionais	901.317	1.640.088	1.195.340
Receitas de cartões de crédito	80.315	156.424	148.490
Receitas de dividendos	64.291	73.207	142.287
Atualização de depósitos em garantia	229.270	520.359	646.520
Atualização monet. s/ valores a receber da União	2.930	8.720	144.905
Rendas de créditos específicos	21.438	100.280	41.341
Receitas de loterias	28.134	115.190	78.223
Outras receitas operacionais	607.511	866.903	280.452
Total	**4.614.114**	**8.238.596**	**7.564.374**

Nota 27 – Outras despesas operacionais

O grupo outras despesas operacionais possui informações coincidentes na demonstração individual e consolidada, com exceção do item "Outras" que apresenta o montante de R$ 862.615 na demonstração consolidada no período acumulado de dezembro de 2012.

Outras despesas operacionais			
Descrição	2012		2011
	2°semestre	Exercício	Exercício
Contribuição ao SFH	(487)	(997)	(382.635)
FCVS a receber - provisão/perdas	(297.100)	(402.637)	(452.835)
Obrigações com fundos e programas	(124.157)	(227.858)	(259.806)
Provisão para causas judiciais	(36.512)	(390.024)	(280.327)
EMGEA/UNIÃO	(2.746)	(5.215)	(20.063)
Despesas com loterias	(81.951)	(165.681)	(193.430)
Despesas com cartão	(442.075)	(838.635)	(690.767)
Serviços automatizados	(85.387)	(159.508)	(151.060)
Descontos de operações de crédito	(204.484)	(407.362)	(840.766)
Correspondente não bancário	(805.472)	(1.512.304)	(1.182.814)
Inst. híbrido de capital e dívida – AM	(1.123.703)	(1.968.671)	(1.651.422)
FGTS - Arrecadação/pagamento	(221.819)	(449.963)	(449.689)
Benefícios sociais	(32.974)	(69.189)	(81.666)
Fundo de investimento do FGTS	(13.669)	(26.834)	(6.852)
Alavancagem de negócios	(180.328)	(279.453)	(165.325)
Condenações judiciais	(84.385)	(143.890)	(241.921)
Créditos administrados por terceiros	(19.891)	(40.029)	(37.286)
Gestão financ c/ fundo de previdência	(149.962)	(292.461)	(260.354)
Benefício pós-emprego	(296.188)	(593.285)	(562.857)
Operações de Financiamentos Imobiliários	(293.351)	(470.973)	(270.982)
Desp. revendedor lotérico	(84.081)	(164.732)	(129.056)
Desp. provisões operacionais	(299.924)	(569.264)	(279.925)
Ágio na aquisição de carteiras comerciais	(51.275)	(87.891)	(17.279)
Atualiz. monetária s/ restituição e recolhimentos	(264.663)	(264.686)	(17.704)
Outras	(479.509)	(862.611)	(613.192)
Total	**(5.676.093)**	**(10.394.153)**	**(9.240.013)**

Nota 28 – Resultado não operacional

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	2012		2011
	2°semestre	Exercício	Exercício
Receitas não operacionais	**277.015**	**379.841**	**213.454**
Lucro na alienação de valores e bens	141.263	199.820	119.775
Alienação de bens imóveis	13.109	27.179	33.628
Sobras de caixa não reclamadas	15.862	30.557	24.324
Ganhos de capital com ajuste de valores pendentes	42.660	43.041	3.163
Multas e penalidades	9.280	18.882	19.280
Reversão perdas investimentos permanentes avaliados pelo custo	45.129	45.129	-
Outras rendas não operacionais	9.712	15.233	13.284
Despesas não operacionais	**(295.154)**	**(490.127)**	**(448.050)**
Desvalorização de outros valores e bens	(416)	(2.470)	(4.015)
Indenizações por perdas e danos	(79.051)	(132.905)	(82.408)
Perdas em Imóveis	(17.455)	(37.491)	(36.039)
Prejuízo com saque eletrônico fraudulento	(63.753)	(153.215)	(234.486)
Prejuízos na alienação de valores e bens	(6.399)	(12.107)	(19.413)
Perdas em cartões de crédito	(18.592)	(36.747)	(56.600)
Perdas em investimentos permanentes avaliados pelo custo	(59.186)	(59.186)	-
Perdas de capital	(45.085)	(45.090)	(11)
Outras despesas não operacionais	(5.217)	(10.916)	(15.078)
Total	**(18.139)**	**(110.286)**	**(234.596)**

Nota 29 – Despesas tributárias

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL			CAIXA CONSOLIDADO		
	2012		2011	2012		2011
	2°semestre	Exercício	Exercício	2°semestre	Exercício	Exercício
Contribuição COFINS	(689.579)	(1.354.654)	(1.190.889)	(693.814)	(1.358.896)	(1.200.481)
PIS/PASEP	(112.057)	(220.131)	(193.519)	(112.976)	(221.052)	(195.603)
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	(205.830)	(386.473)	(330.419)	(205.830)	(386.473)	(330.419)
Despesas com IPTU	(3.591)	(44.400)	(41.203)	(3.591)	(44.400)	(41.203)
Outras	(6.773)	(33.220)	(40.788)	(6.773)	(33.593)	(40.789)
Total	**(1.017.830)**	**(2.038.878)**	**(1.796.818)**	**(1.022.984)**	**(2.044.414)**	**(1.808.495)**

Nota 30 – Provisões para causas judiciais

A CAIXA é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de seus negócios. Com base em pareceres dos assessores jurídicos e levando em consideração que os procedimentos adotados pela CAIXA guardam conformidade com as previsões legais e regulamentares, a Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para contingenciar os riscos de eventuais decisões desfavoráveis nesses processos, bem como que nenhum processo pendente de julgamento causaria, individualmente, efeito material adverso relevante.

Considerando o elevado número de processos administrativos e judiciais, a metodologia adotada pela CAIXA, para cálculo do valor em risco decorrente de ações rotineiras, é baseada no valor médio histórico de condenação pago em processos similares, nos últimos 36 meses (atualizado pelo IPCA). Causas decorrentes de processos relevantes, por outro lado, são calculadas de forma individualizada. Além disso, ações rotineiras têm seu risco sempre classificado como provável. A probabilidade de perda em ações relevantes, diferentemente, é classificada como provável, possível ou remota.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013022700051

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2012
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

(a) Classificação:

(i) Risco Provável:

CAIXA INDIVIDUAL / CAIXA CONSOLIDADO				
Descrição	31/12/2011	Acumulado dezembro 2012		31/12/2012
		Adições	Reversões/ Baixas	
Demandas Fiscais (Nota 18 (b))	268.242	209.559	(216.930)	260.871
INSS	47.506	95.859	(95.683)	47.682
ISS	186.617	74.387	(105.633)	155.371
Outros	34.119	39.313	(15.614)	57.818
Demandas Cíveis (Nota 18 (f))	3.582.717	3.136.192	(3.207.287)	3.511.622
Perdas e danos	1.441.561	1.673.326	(1.803.414)	1.311.473
Poupança	1.342.666	270.663	(394.113)	1.219.216
Loterias	8.917	16.603	(13.934)	11.586
Crédito imobiliário	214.790	242.889	(353.585)	104.094
Contingenciamento do FGTS	574.783	932.711	(642.241)	865.253
Demandas Trabalhistas (Nota 18 (f))	2.812.886	2.275.551	(2.459.259)	2.629.178
Outras (Nota 18 (f))	41.671	1.637	-	43.308
Total	**6.705.516**	**5.622.939**	**(5.883.476)**	**6.444.979**

(ii) Risco Possível

Com base na Resolução CMN n.º 3.823/2009, as contingências classificadas como de perdas possíveis são dispensadas de constituição de provisão:

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Demandas Fiscais	4.761.175	4.641.123
Demandas Cíveis	2.172.118	1.114.021
Demandas Trabalhistas	49.449	46.749
Total	**6.982.742**	**5.801.893**

(iii) Composição dos depósitos judiciais:

Os saldos dos depósitos em garantia constituídos para as causas judiciais passivas prováveis, possíveis e/ou remotas:

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Demandas Fiscais	7.869.183	7.401.564
Demandas Cíveis	592.193	632.466
Demandas Trabalhistas	1.881.421	1.474.686
Total	**10.342.797**	**9.508.716**

(b) Ações trabalhistas e cíveis

A CAIXA é parte passiva em ações ajuizadas por empregados, ex-empregados próprios ou de prestadoras de serviços e sindicatos, relacionadas com a atividade laboral, planos de cargos, acordos coletivos, indenizações, benefícios, aposentadorias, subsidiariedade.

Em 31 de dezembro de 2012, a CAIXA era parte em aproximadamente 53.761 processos trabalhistas provisionados, ajuizados por empregados e ex-empregados, bem como empregados de terceiros prestadores de serviços e por sindicatos, com relação a jornadas de trabalho, acordos coletivos, indenizações, benefícios, planos de previdência e subordinação.

O Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Município do Rio de Janeiro moveu um processo trabalhista (processo nº 00809002820085010004) contra a CAIXA alegando o pagamento de hora-extra devida a empregados que desempenham serviços técnicos. O valor envolvido em tal processo é de R$ 102.000, em 31 de dezembro de 2012 e uma provisão no mesmo valor foi constituída com base em uma recente análise técnica e jurídica sobre a perspectiva provável de perda neste caso.

As ações cíveis passíveis de aprovisionamento, em 31 de dezembro de 2012, representam cerca de 300 mil processos, relacionadas a seus produtos, operações e serviços, principalmente serviços bancários, cadastros restritivos, financiamento do crédito imobiliário, loterias, dentre outros.

De um modo geral, as ações têm natureza indenizatória, patrimonial ou moral, ou questionam cláusulas contratuais, mormente no tocante à taxa de juros e saldos devedores ou remanescentes das operações de crédito contratadas.

Quantitativamente, sobressaem demandas que contestam os indexadores de planos econômicos em operações ativas e passivas, principalmente depósitos em cadernetas de poupança, que se encontram provisionadas aos critérios descritos na norma vigente. O resultado de tais processos depende de recursos que continuam aguardando julgamento no STJ e no STF, sendo que referida decisão deverá ser vinculativa a todos os casos relacionados que discutam a mesma matéria. O valor envolvido nesses processos totaliza, em 31 de dezembro de 2012, aproximadamente R$ 3,2 bilhões e foi estabelecida provisão, quando tais processos envolvem probabilidade de perda considerada provável, no montante total de R$ 1,2 bilhão.

No que tange a valores, sob a ótica de grupo de ações, são financeiramente significativos os processos que questionam pretensa reparação de danos decorrente do contingenciamento da liberação de recursos do FGTS para atividades de financiamento imobiliário, ocorrido de acordo com as normas vigentes à época. O valor relacionado a tais processos totaliza, em 31 de dezembro de 2012, o equivalente a R$ 12 bilhões e a provisão correspondente, quando tais processos envolvem probabilidade de perda considerada provável, totaliza R$ 860 milhões, na mesma data.

A CAIXA é parte em uma ação revocatória (processo nº 00526287420068090051), movida por Encol S.A., buscando o cancelamento de uma venda de imóvel para a FUNCEF e de um contrato de empréstimo. Em tal processo é requerida a devolução dos valores desembolsados no âmbito do referido contrato de empréstimo. A CAIXA obteve decisão judicial desfavorável e também não logrou êxito em sua apelação, sendo que atualmente aguarda julgamento de recurso especial pelo STJ. O valor envolvido em tal processo é de R$ 112 milhões, em 31 de dezembro de 2012, com uma provisão no mesmo valor foi constituída, baseada em recente análise técnica e jurídica sobre a perspectiva provável de perda neste caso.

(c) Ações fiscais

As ações fiscais dizem respeito a tributos federais, estaduais e municipais, tais quais, Imposto de Renda, CPMF, CSLL, PASEP, Contribuição de Melhoria, Contribuições Previdenciárias, IOF, ICMS, ITBI, IPTU, ISSQN, Taxas e Multas.

A CAIXA foi autuada pela fiscalização do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para o recolhimento de contribuições previdenciárias sobre pagamentos efetuados a seus empregados no período de janeiro de 1982 a agosto de 1999, cujos valores reposicionados para 31 de dezembro de 2012, montam R$ 1.390.798 (31/12/2011 – R$ 1.390.718), para as quais a provisão constituída com base no histórico de êxito e do cenário jurisprudencial, sopesados em recente análise técnica e jurídica acerca da matéria, é de R$ 47.682 (31/12/2011 – R$ 47.506).

As fiscalizações municipais autuaram a CAIXA em diversos Municípios da Federação sob a alegação de falta de recolhimento ou recolhimento a menor de ISS, cujo valor total, em 31 de dezembro de 2012, corresponde ao montante de R$ 336.734 (31/12/2011 – R$ 235.989). Em face do histórico de êxito e do cenário jurisprudencial, sopesados em análise técnica e jurídica acerca da matéria, ultimou-se na provisão ora constituída de R$ 155.371 (31/12/2011 – R$ 184.343).

A CAIXA vem discutindo perante o Conselho de Contribuintes a materialidade do débito de CSLL decorrente de 2 processos de PERD/COMP não homologadas no valor de R$ 6.236 (31/12/2011- R$ 5.968), e com base nos pronunciamentos jurisdicionais sobre a matéria, a análise dos consultores foi pela constituição da provisão integral do valor.

A CAIXA, em 6 de dezembro de 1996, foi autuada pela Receita Federal sob o argumento de insuficiência no recolhimento do PIS/PASEP relativo ao período de janeiro de 1991 a dezembro de 1995, época em que vigiam os Decretos-Leis nº. 2.445 e 2.449/1988, e compensação, supostamente indevida, de recolhimentos efetuados a maior no período de janeiro de 1992 a maio de 1993. A CAIXA recorreu em âmbito administrativo, junto ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF, contestando referida autuação, tendo o respectivo processo administrativo fiscal tramitado até Nov/10, e, nesse interregno, a CAIXA teve parte de seus argumentos providos, em sede de Recurso Voluntário (Acórdão 202-17402), tendo sido negado o pleito discutido em sede de Recurso Especial. A CAIXA foi cientificada quanto à decisão de última instância, da qual não cabia mais nenhum recurso administrativo, sendo intimada a recolher o montante recalculado para o auto de infração composto por R$ 667.691 de principal, R$ 500.768 de multa e R$ 3.097.400 de juros, os quais totalizam R$ 4.265.859 a valores de 31 de dezembro de 2012 (31/12/2011 – R$ 4.179.478, valor total).

Dado o esgotamento das possibilidades de discussão da autuação na esfera administrativa, a CAIXA decidiu por ajuizar ação, visando à reversão da autuação, pelo que foi promovido o depósito do montante integral, conforme previsão da legislação tributária para que haja suspensão da exigibilidade do respectivo crédito tributário. A administração da CAIXA, com base na opinião de seus consultores jurídicos, classificou essa autuação como probabilidade de perda possível.

A CAIXA possui 29 processos relativos a Imposto de Renda, CPMF, CSLL, Contribuições Previdenciárias e ISSQN e ICMS, os quais, de acordo com a análise dos consultores jurídicos, foram considerados como probabilidade de perda possível e somam R$ 495.316, em 31 de dezembro de 2012 (31/12/2011 – R$ 461.645).

Nota 31 – Partes relacionadas

(a) Transações com partes relacionadas

A CAIXA realiza transações bancárias com as partes relacionadas, como depósitos em

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013022700052

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2012
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

conta corrente, depósitos remunerados, prestação de serviços e aluguéis de imóveis. Essas transações são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações. As partes relacionadas não consolidadas são as seguintes:

– Banco Panamericano S.A.;
– Caixa Seguros Holding S.A.;
– STN – Secretaria do Tesouro Nacional; e
– FUNCEF.

A CAIXA possui um acordo operacional com o Banco Panamericano que estabelece um limite reutilizável para aquisição de carteiras de crédito e para aplicação em depósitos interfinanceiros.

ATIVOS		
Descrição	**31/12/2012**	**31/12/2011**
Aplicações em depósitos interfinanceiros	**2.789.541**	**2.063.590**
Banco Panamericano	2.789.541	2.063.590
Aplicações em operações compromissadas	**499.992**	**300.037**
Banco Panamericano	499.992	300.037
Rendas a receber	**1.952.475**	**1.469.305**
Caixa Seguros Holding S.A.	334	450
STN – Secretaria do Tesouro Nacional	1.952.141	1.468.855
Créditos adquiridos	**3.662.652**	**2.404.793**
Banco Panamericano	3.662.652	2.404.793
Total	**8.904.660**	**6.237.725**

PASSIVOS		
Descrição	**31/12/2012**	**31/12/2011**
Depósitos	**584.727**	**296.191**
Caixa Seguros Holding S.A.	19.015	7.100
FUNCEF	879	1.250
STN - Secretaria do Tesouro Nacional	564.833	287.841
Repasses do país - instituições oficiais	**16.528**	**25.222**
STN - Secretaria do Tesouro Nacional	16.528	25.222
Obrigações diversas	**34.213**	**31.462**
STN - Secretaria do Tesouro Nacional	34.213	31.462
Total	**635.468**	**352.875**

RECEITAS			
Descrição	**2012**		**2011**
	2°semestre	**Exercício**	**Exercício**
Rendas de depósitos interfinanceiros	**84.464**	**173.135**	**-**
Banco Panamericano	84.464	173.135	-
Rendas de prestação de serviços	**296.005**	**608.224**	**526.960**
Caixa Seguros Holding S.A.	249.448	525.888	465.273
STN – Secretaria do Tesouro Nacional	46.557	82.336	61.687
Outras receitas operacionais	**67.667**	**159.885**	**137.616**
STN – Secretaria do Tesouro Nacional	67.667	159.885	137.616
Total	**448.136**	**941.244**	**664.576**

DESPESAS			
Descrição	**2012**		**2011**
	2°semestre	**Exercício**	**Exercício**
Despesas administrativas - aluguéis	**(30.304)**	**(52.807)**	**(44.097)**
FUNCEF	(30.304)	(52.807)	(44.097)
Outras despesas operacionais	**(1.532)**	**(3.191)**	**(3.419)**
STN - Secretaria do Tesouro Nacional	(1.532)	(3.191)	(3.419)
Total	**(31.836)**	**(55.998)**	**(47.516)**

As receitas e despesas representam os valores acumulados nos períodos informados.

As operações com partes relacionadas são realizadas no contexto das atividades operacionais da CAIXA e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

(b) Remuneração de empregados e dirigentes

Os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da administração (Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Conselho Diretor e Comitê de Auditoria) são apresentados como segue:

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	**2012**		**2011**
	2°semestre	**Exercício**	**Exercício**
Benefícios de curto prazo	**6.087**	**11.361**	**10.253**
Proventos	4.468	8.508	8.213
Encargos Sociais	1.619	2.853	2.040

A CAIXA não possui remuneração variável baseada em ações e outros benefícios de longo prazo e não oferece benefícios pós-emprego aos seus administradores. Os benefícios pós-emprego estão restritos aos funcionários do quadro da CAIXA.

Conforme normas vigentes, a CAIXA não concede empréstimos ou adiantamentos ao pessoal chave da administração.

Nota 32 – Benefícios a empregados

(a) Composição da provisão para benefícios a empregados

A provisão para benefícios a empregados possui informações coincidentes na demonstração individual e consolidada, com exceção do item "Benefícios de curto prazo – natureza salarial" que apresenta o montante de R$ 1.832.486 (31/12/2011 – R$ 1.599.972) na demonstração consolidada.

Provisão para benefícios a empregados		
Descrição	**31/12/2012**	**31/12/2011**
Benefícios de curto prazo	2.217.933	2.390.914
Natureza salarial	1.832.211	1.599.948
Participação dos empregados no lucro	385.722	790.966
Benefícios pós-emprego (Nota 18 (f.1))	6.770.511	6.328.531
Saúde CAIXA (cálculo atuarial)	6.087.506	5.677.807
Auxílio e cesta alimentação (cálculo atuarial)	627.977	607.075
PREVHAB (cálculo atuarial)	42.468	43.649
Planos de benefícios – Previdência Privada	12.560	-
Total	**8.988.444**	**8.719.445**

(a.1) Benefícios de curto prazo:

As provisões relacionadas com benefícios de curto prazo são compostas predominantemente por salários a pagar, 13º salário, férias, licença prêmio, abono assiduidade e participação dos empregados nos lucros.

(a.2) Benefícios pós-emprego:

(i) A CAIXA é patrocinadora de planos de previdência denominados planos de benefícios que são administrados e executados pela Fundação dos Economiários Federais – FUNCEF.

(ii) A CAIXA administra os compromissos com os assistidos EX-PREVHAB, relativos a benefícios pós-emprego.

(iii)O Saúde CAIXA é um programa instituído pela CAIXA sob a modalidade de autogestão e tem por finalidade o atendimento médico, hospitalar, laboratorial, radiológico, odontológico, psicológico, fisioterápico, fonoaudiológico, terapêutico ocupacional, nutricional e de serviços sociais, aos titulares (empregados e aposentados vinculados à FUNCEF, ao PREVHAB, ao Fundo PMPP e ao INSS) e seus respectivos dependentes.

(iv) O PAMS – Programa de Assistência Médica Supletiva é um benefício concedido pela CAIXA aos titulares e respectivos dependentes que se encontram sob liminar judicial. O PAMS foi instituído pela CAIXA e é por ela administrada, sob a modalidade de autogestão, oferecendo cobertura médica, hospitalar, odontológica e psicológica, com atendimento por uma rede de credenciados, em âmbito nacional, obedecidas às normas e a tabela do PAMS.

(v) A CAIXA administra os benefícios pós-emprego Auxílio Alimentação/Cesta-Alimentação.

(b) Plano de benefícios – Previdência privada

(b.1) REG/REPLAN

O plano, estruturado na modalidade de Benefício Definido, agrega os regulamentos instituídos em 1977 (REG) e 1979 (REPLAN), considerados como um só plano, cuja última alteração regulamentar ocorreu em 14 de junho de 2006.

O referido plano teve o saldamento de benefícios definido por meio de alteração em seu regulamento. Tal procedimento implica que o valor do Benefício saldado, calculado e reajustado com base no índice do plano (INPC/IBGE), com a desvinculação do salário de participação e da concessão e manutenção do benefício por órgão oficial de previdência, resulta no cancelamento da contribuição normal para este Plano e na adesão no caso do Participante, a outro Plano de Benefícios oferecido pelo patrocinador.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013022700053

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2012
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

(b.2) REB

O Plano de benefícios REB é patrocinado pela CAIXA e FUNCEF e administrado pela FUNCEF. Este plano está estruturado na modalidade de Contribuição Variável. A contribuição normal do participante, inclusive do participante autopatrocinado, é calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o Salário de participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 2% (dois por cento).

Com a criação deste Plano, foram interrompidas novas adesões ao REG/REPLAN e, em 4 de fevereiro de 2002, seu regulamento foi alterado para permitir a migração de participantes do REG/REPLAN para o REB. Essa experiência influenciou o processo de elaboração da proposta do REG/REPLAN Saldado e da criação do Plano de Benefícios Novo Plano.

Para os eventos programáveis, cujo modelo adotado pelo Plano é na modalidade de Contribuição Definida – CD é registrada a parte correspondente à CD, do Total das contribuições efetuadas pelo Patrocinador.

(b.3) Novo Plano

O Plano de benefícios Novo Plano foi aprovado por órgão competente em 16 de junho de 2006, tendo seu início operacional em 1° de setembro de 2006. Este plano está estruturado na modalidade de Contribuição Variável, com contribuição definida na fase de formação de reservas e benefício definido na etapa de recebimento de benefícios e nos casos de risco – como invalidez e pensão por morte.

O Novo Plano adota também nova base de contribuição, aumentando a parcela destinada pela CAIXA ao saldo de conta do associado. A contribuição normal do participante, inclusive do participante autopatrocinado, será calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o salário de participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 5% (cinco por cento). O valor de contribuição da patrocinadora é paritário com as contribuições normais dos participantes, limitado a 12% do Total da folha de salários de participação e ao somatório das contribuições normais feitas pelos participantes, inclusive pelos assistidos.

O custeio das despesas administrativas será de responsabilidade paritária entre patrocinador e participantes, inclusive assistidos, devendo ser aprovado pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo da FUNCEF, observados os limites e critérios estabelecidos pelo órgão regulador.

(b.4) Taxa de desconto aplicada

A taxa de desconto empregada no cálculo atuarial corresponde à taxa dos Títulos Públicos Federais NTN-B de primeira linha por serem aderentes às normas IFRS. A taxa de juros do Plano foi apurada considerando a posição em 30/09/2012, com vencimento em 15/05/2035. Os investimentos do Plano estão alocados de forma diversificada, sendo a maior parte aplicada em Fundos de Investimentos. A taxa de retorno anual dos ativos é de 9,91% e de 5,5% a.a. para a inflação.

(b.5) Reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais

A administração da CAIXA adotou como procedimento não registrar ganhos atuariais face (1) aos compromissos previdenciários remanescentes desses planos; (2) às oscilações que poderiam afetar o valor justo dos ativos dos planos; e (3) à capacidade de realização de ganhos atuariais à luz da legislação vigente.

De acordo com a legislação vigente, o resultado superavitário do plano de benefícios será destinado à constituição de reserva de contingência, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor das reservas matemáticas, para garantia dos benefícios contratados, em face de eventos futuros e incertos e após a constituição da reserva de contingência, no montante integral de 25% (vinte e cinco por cento) do valor das reservas matemáticas, os recursos excedentes serão empregados na constituição da reserva especial para a revisão do plano de benefícios.

(i) Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial dos planos de aposentadoria

Premissas Financeiras - %

Descrição	REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Taxa de juros de desconto atuarial anual	9,91	11,60	9,91	11,60	9,91	11,60
Projeção de aumentos salariais - média anual	2,41	2,41	2,89	2,89	2,89	2,89
Projeção de aumentos dos benefícios média anual	1,00	1,00	-	-	-	-
Taxa de inflação média anual	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50
Retorno real anual dos ativos do plano	9,91	11,30	9,91	11,30	9,91	11,30

Premissas Demográficas

Descrição	REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Taxa de rotatividade	Experiência FUNCEF		Experiência FUNCEF		Experiência FUNCEF	
Tábua de mortalidade	AT 2000 M e AT 2000 F	AT 2000 M e AT 2000 F	AT 2000 M e AT 2000 F	AT 2000 M e AT 2000 F	AT 2000 M e AT 2000 F	AT 83 M e AT 83 F

(ii) Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial

Montante Líquido Reconhecido no BP

Descrição	REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	(44.902.581)	(35.033.289)	(596.455)	(412.518)	(487.760)	(254.250)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	45.650.669	41.498.618	426.035	343.455	285.803	277.166
Valor presente da obrigação atuarial: (sem cobertura) / em excesso	748.088	6.465.329	(170.420)	(69.063)	(201.957)	22.916
Montante não reconhecido c/ ativo / (passivo) (1)	374.044	3.232.664	85.210	34.531	100.979	(11.458)
Ganhos/(Perdas) atuariais não reconhecidos	(2.889.894)	647.073	(202.861)	(167.759)	(88.419)	19.435
(Passivo) / ativo atuarial líquido no final do exercício	-	-	-	-	(12.560)	(7.977)

(1) Calculado em conformidade com as disposições da Lei Complementar Nº 109/2001 e Resolução CGPC 26/08, observando-se as contribuições atuais e futuras, de patrocinadoras e participantes, inclusive assistidos, de acordo com as regras estabelecidas no Plano de Custeio vigente.

(iii) Evolução dos passivos atuariais

Evolução dos passivos atuariais

Descrição	REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Valor Presente da obrigação atuarial: Início do exercício	(35.033.289)	(31.330.322)	(412.518)	(358.031)	(254.250)	(283.896)
Custo do serviço corrente	(28.123)	(58.484)	(2.850)	(3.482)	(25.060)	(18.602)
Custo de juros	(3.871.909)	(3.622.039)	(47.312)	(32.082)	(27.967)	(30.593)
Ganhos / (Perdas) atuariais	(7.621.453)	(1.493.888)	(151.848)	(35.357)	(189.014)	66.711
Benefícios pagos pelo plano	1.652.193	1.471.444	18.072	16.434	8.532	12.130
Valor presente da obrigação atuarial: Final do exercício	(44.902.581)	(35.033.289)	(596.455)	(412.518)	(487.760)	(254.250)

iv) Evolução dos ativos líquidos

Evolução dos ativos líquidos

Descrição	REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Valor Justo dos ativos do plano no início do exercício	41.498.618	37.230.243	343.455	447.248	277.166	230.424
Retorno esperado dos ativos do plano	5.222.680	4.692.039	43.938	56.538	36.981	29.666
Ganhos / (Perdas) atuariais	547.518	1.018.447	56.117	(144.478)	(25.679)	23.206
Contribuições/Pagamentos do empregador	17.023	14.666	597	580	5.867	6.000
Contribuições de participantes do plano	17.023	14.666	-	-	-	-
Benefícios pagos pelo plano	(1.652.1923)	(1.471.444)	(18.072)	(16.434)	(8.532)	(12.130)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	45.650.669	41.498.618	426.035	343.455	285.803	277.166

(v) Despesa Total reconhecida na demonstração do resultado

Despesa Total reconhecida no resultado

Descrição	REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Custo do serviço corrente	(28.123)	(58.484)	(2.850)	(3.482)	(25.060)	(18.602)
Responsabilidade dos participantes	(661.324)	(505.758)	3.111	(10.486)	8.024	9.764
Custo de juros	(3.871.909)	(3.622.039)	(47.312)	(32.082)	(27.967)	(30.593)
Retorno esperado dos ativos do plano	5.222.680	4.692.039	43.938	56.538	36.981	29.666
Amortização de ganhos / (perdas) atuariais	-	-	(12.763)	(4.895)	506	(1.212)
Efeito do não reconhecimento do ativo	(678.347)	(520.424)	-	-	-	-
Total da despesa reconhecida	(17.023)	(14.666)	(298)	(290)	(7.517)	(10.976)

(vi) Despesa / receita e pagamentos esperados para o exercício seguinte

Despesa / Receita e Pagamentos esperados – exercício 2013

Descrição	REG/ REPLAN	REB	NOVO PLANO
Custo do serviço corrente	(15.289)	(2.186)	(44.032)
Responsabilidades dos participantes	-	-	29.807
Custo de juros	(2.181.716)	(29.308)	(47.872)
Retorno esperado dos ativos do plano	2.541.979	27.465	32.290
Amortização dos ganhos / (perdas) atuariais	(597.713)	16.436	(5.417)
Efeito do não reconhecimento do ativo	234.780	20.137	-
Total da despesa a reconhecer	(17.959)	(328)	(35.225)

(c) Plano de benefícios – Assistidos PREVHAB

A CAIXA administra o saldo remanescente dos recursos garantidores das reservas técnicas dos assistidos oriundos da PREVHAB, Fundo de Pensão responsável por complementar os benefícios previdenciários dos empregados do extinto BNH. Portanto, os valores dos benefícios

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013022700054

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2012
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

pagos aos assistidos são debitados dos Recursos Garantidores das Reservas dos Assistidos oriundos da PREVHAB.

(c.1) Reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais

(i) Principais premissas utilizadas

Premissas utilizadas PREVHAB - %		
Descrição	**2012**	**2011***
Taxa de juros de desconto atuarial anual	9,91	11,60
Projeção de aumentos salariais - média anual	-	-
Projeção de aumentos dos benefícios média anual	-	-
Taxa de inflação média anual	5,50	5,50
Retorno real anual dos ativos do plano	9,91	11,30

(ii) Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial

Montante Líquido Reconhecido no BP - PREVHAB		
Descrição	**2012**	**2011**
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	(47.121)	(37.535)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	42.019	43.649
Valor presente da obrigação atuarial em excesso/ (sem cobertura)	(5.102)	6.114
Ganhos/ (perdas) atuariais não reconhecidos	(5.102)	2.430
Ativo atuarial líquido no final do exercício (1)	-	3.684

(1) A CAIXA optou por não registrar o Ativo resultante, face da não existência de certeza de haver reembolso ou redução efetiva de contribuições futuras.

(iii) Evolução dos passivos atuariais

Evolução dos passivos atuariais - PREVHAB		
Descrição	**2012**	**2011**
Valor Presente da obrigação atuarial no Início do exercício	(37.535)	(36.607)
Custo do serviço corrente	-	-
Custo de juros	(4.041)	(4.034)
Ganhos / (Perdas) atuariais	(9.442)	(80)
Benefícios pagos pelo plano	3.897	3.187
Passivos (adquiridos) / transferidos de outros planos por transação	-	-
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	(47.121)	(37.535)

(iv) Evolução dos ativos líquidos

Evolução dos ativos líquidos - PREVHAB		
Descrição	**2012**	**2011**
Valor Justo dos ativos do plano no início do exercício	43.649	43.635
Retorno esperado dos ativos do plano	6.125	6.149
Perdas atuariais	(3.858)	(2.948)
Contribuições/Pagamentos (PREVHAB) do empregador	-	-
Contribuições de participantes do plano	-	-
Benefícios pagos pelo plano	(3.897)	(3.187)
Despesas administrativas	-	-
Ativos (adquiridos) / transferidos de outros planos por transação	-	-
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	42.019	43.649

(v) Despesa Total reconhecida na demonstração do resultado

Despesa Total reconhecida no resultado - PREVHAB		
Descrição	**2012**	**2011**
Custo do serviço corrente	-	-
Responsabilidade dos participantes	-	-
Custo de juros	(4.041)	(4.034)
Retorno esperado dos ativos do plano	6.125	6.149
Amortização de ganhos / (perdas) atuariais	-	68
Efeito do limite	(5.767)	-
Total da (despesa) / receita reconhecida no exercício	(3.684)	2.183

(vi) Despesa / receita e pagamentos esperados para o exercício seguinte

Despesa / receita e pagamentos esperados - PREVHAB	
Descrição	**2013**
Custo do serviço corrente	-
Responsabilidades dos participantes	-
Custo de juros	(4.224)
Retorno esperado dos ativos do plano	5.251
Amortização dos ganhos / (perdas) atuariais	(26)
Efeito do limite	-
Total da (despesa) / receita a reconhecer	1.001

(d) Plano de Saúde – Saúde CAIXA e PAMS

Desde 1977, a CAIXA oferece assistência à saúde aos seus empregados e familiares, por meio do Saúde CAIXA – um programa instituído e administrado pela CAIXA, sob a modalidade de autogestão, oferecendo assistência médica, hospitalar, odontológica, psicológica, fisioterápica, fonoaudiológica, terapêutica ocupacional, nutricional e de serviços sociais, com atendimento realizado por rede de credenciados e sistema de reembolsos de abrangência nacional. É um benefício concedido pela CAIXA aos titulares optantes e respectivos dependentes inscritos, entendendo-se por titulares, os empregados e aposentados vinculados à FUNCEF, a PREVHAB, ao Fundo PMPP e ao INSS.

O custeio do Plano de Saúde CAIXA, de responsabilidade da CAIXA, é realizado através de contribuições equivalentes a 70% das despesas assistenciais, com o mínimo de participação de 3,5% sobre a despesa com pessoal, incluindo encargos sociais. O beneficiário titular contribui com 30% das despesas assistenciais, mediante mensalidade de 2% sobre a remuneração base, pelo grupo familiar, mais co-participação de 20% sobre a utilização da assistência, limitada ao teto de co-participação, e mensalidade por dependente indireto inscrito.

O plano Saúde CAIXA não possui ativos financeiros, portanto a provisão calculada corresponde ao valor da obrigação atuarial. A obrigação atuarial, que representa o valor presente atuarial dos benefícios pós-emprego, relativa aos atuais aposentados e pensionistas, foi calculada considerando que esses grupos já cumpriram integralmente o tempo de serviço.

Quanto aos empregados ainda em atividade a provisão atuarial foi calculada considerando-se a proporção entre o tempo de serviço na data da avaliação e o tempo de serviço na data da aposentadoria.

O montante da provisão atuarial obtido pelo cálculo a valor presente de todos os fluxos de despesas assistenciais relativos aos atuais e futuros aposentados e pensionistas é de R$ 6.087.506 (31/12/2011 – R$ 5.677.807) e a despesa para o período acumulado até 31 de dezembro de 2012 foi de R$ 262.871 (31/12/2011 – R$ 682.261).

O PAMS é custeado com Recursos da CAIXA, anualmente correspondente a 3,5% do valor da folha de pagamento dos empregados, incluindo-se no cálculo os encargos sociais, e com recursos da participação de seus titulares nas despesas efetuadas. É um formato financeiro em extinção e sua vigência se vincula às liminares judiciais pendentes de julgamento e ações judiciais.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013022700055

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2012
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

(d.1) Reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais

(i) Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial do plano

Premissas utilizadas SAÚDE CAIXA - %		
Descrição	**2012**	**2011***
Taxa de juros de desconto atuarial anual	9,91	11,60
Projeção de aumentos salariais - média anual	2,89	2,89
Projeção de aumentos real dos custos de saúde (HCTR) média anual	1,50	1,50
Taxa de inflação média anual	5,50	5,50
Retorno real anual dos ativos do plano	-	-
Taxa de rotatividade	3,06	1,93
Tábua de mortalidade	AT2000M e AT20000F	AT2000M e AT2000F

(ii) Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial

Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial SAÚDE CAIXA		
Descrição	**2012**	**2011**
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	(6.317.036)	(4.637.896)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	-	-
Valor presente da obrigação atuarial sem cobertura	6.317.036	4.637.896
Ganhos/ (perdas) atuariais não reconhecidos	(188.660)	994.472
Passivo atuarial líquido reconhecido no final do exercício	6.128.377	5.632.367

(iii) Evolução dos passivos atuariais

Evolução dos passivos atuariais SAÚDE CAIXA		
Descrição	**2012**	**2011**
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	(4.637.896)	(4.387.210)
Custo do serviço corrente	(288.161)	(191.397)
Custo de juros	(525.743)	(490.865)
Ganhos / (Perdas) atuariais	(1.134.176)	246.517
Benefícios pagos pelo plano	268.938	185.059
Reduções	-	-
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	(6.317.036)	(4.637.896)

(iv) Evolução dos ativos líquidos

Evolução ativos líquidos SAÚDE CAIXA		
Descrição	**2012**	**2011**
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	-	-
Retorno esperado dos ativos do plano	-	-
Ganhos / (Perdas) atuariais	-	-
Pagamentos / Contribuições do empregador	268.938	185.059
Contribuições de participantes do plano	-	-
Benefícios pagos pelo plano	(268.938)	(185.059)
Ativos (adquiridos) / transf. de outros planos por transação	-	-
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	-	-

(v) Despesa Total reconhecida na demonstração do resultado

Despesa Total reconhecida no resultado SAÚDE CAIXA		
Descrição	**2012**	**2011**
Custo do serviço corrente	(288.161)	(191.397)
Contribuição dos participantes	-	-
Custo de juros	(525.743)	(490.865)
Retorno esperado dos ativos do plano	-	-
Retorno esperado de direitos de ativos	-	-
Amortização de ganhos / (perdas) atuariais	48.956	30.902
Efeito de qualquer redução ou liquidação	-	-
Total da despesa no exercício	(764.947)	(651.359)

(vi) Despesa/receita e pagamentos esperados para o exercício seguinte

Despesa/receita e pagamentos esperados SAÚDE CAIXA	
Descrição	**2013**
Montante de:	
Custo do serviço corrente	(352.180)
Contribuições dos participantes	-
Custo de juros	(611.146)
Retorno esperado dos ativos do plano	-
Amortização do (ganhos) / perdas atuariais	-
Total da despesa a reconhecer	(963.326)

(vii) Efeito decorrente de aumento ou redução de um ponto percentual dos custos médicos

Efeito decorrente dos custos médicos - SAÚDE CAIXA		
Descrição	**Decréscimo 1%**	**Aumento 1%**
Valor Total do custo de juros	(609.595)	(615.762)
Valor Total do custo do serviço corrente	(314.132)	(317.242)
Valor presente da obrigação atuarial do plano	(6.285.841)	(6.348.079)
Percentual do valor Total do custo de juros	(0,25)%	0,76%
Percentual do valor Total do custo do serviço corrente	(0,49)%	0,49%
Percentual do valor presente da obrigação atuarial do plano	(0,49)%	0,49%

(e) Auxílio Alimentação e Cesta Alimentação

Os benefícios do Auxílio-Alimentação e Cesta-alimentação fornecidos pela CAIXA aos empregados e dirigentes possuem valor mensal definido em setembro de cada ano. Para o período de setembro de 2012 a agosto de 2013 o valor do auxílio-alimentação/refeição é de R$ 472,12 para aquisição de refeições prontas em restaurantes e similares. O auxílio cesta-alimentação referente a setembro de 2012 a agosto de 2013 é de R$ 367,92 para a aquisição de gêneros alimentícios em supermercados ou em estabelecimento comercial do mesmo gênero.

O montante da provisão atuarial obtido pelo cálculo a valor presente de todos os fluxos de despesas relativos aos atuais e futuros aposentados e pensionistas com auxílio e cesta alimentação é de R$ 627.977 (31/12/2011 – R$ 607.075) e a despesa para o período acumulado foi de R$ 33.316 (31/12/2011 – R$ 35.996).

(i) Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial dos planos

Principais premissas – Auxílio e Cesta Alimentação - %		
Descrição	**Auxílio e Cesta Alimentação**	
	2012*	**2011***
Taxa de juros de desconto atuarial anual	9,91	11,60
Projeção de aumentos salariais - média anual	-	-
Projeção de aumentos dos benefícios média anual	-	-
Taxa de inflação média anual	5,50	5,50
Retorno real anual dos ativos do plano	-	-
Taxa de rotatividade	-	-
Tábua de mortalidade	AT 2000 M e AT 2000 F	AT 2000 M e AT 2000 F

(ii) Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial

Principais premissas – Auxílio e Cesta Alimentação		
Descrição	**Auxílio e Cesta alimentação**	
	2012	**2011**
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	(844.804)	(624.440)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	-	-
Valor presente da obrigação atuarial (sem cobertura)/ em excesso	(844.804)	(624.440)
Ganhos/(Perdas) atuariais não reconhecidos	(216.827)	13.916
Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido no final do exercício	627.977	638.356

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013022700056

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2012
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

(iii) Evolução dos passivos atuariais´

Evolução dos passivos atuariais – Auxílio e Cesta Alimentação		
Descrição	**Auxílio e Cesta Alimentação**	
	2012	**2011**
Valor Presente da obrigação atuarial no início do exercício	(624.440)	(651.502)
Custo do serviço corrente	-	-
Custo de juros	(68.856)	(71.992)
Ganhos / (Perdas) atuariais	(230.743)	4.432
Benefícios pagos pelo plano	79.235	94.623
Reduções	-	-
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	(844.804)	(624.440)

(iv) Despesa Total reconhecida na demonstração do resultado

Despesa Total reconhecida no resultado – Auxílio e Cesta Alimentação		
Descrição	**Auxílio e Cesta Alimentação**	
	2012	**2011**
Custo do serviço corrente	-	-
Contribuição dos participantes	-	-
Custo de juros	(68.856)	(71.992)
Retorno esperado dos ativos do plano	-	-
Retorno esperado de direitos de ativos	-	-
Amortização de (ganhos) / perdas atuariais	-	-
Efeito de qualquer redução ou liquidação	-	-
Total da (despesa) / receita no exercício	(68.856)	(71.992)

(v) Despesa/receita e pagamentos esperados para o exercício seguinte

Despesa/receita e pagamentos esperados – exercício 2013	
Descrição	**Auxílio e Cesta Alimentação**
Montantes de:	
Custo do serviço corrente	-
Contribuições dos participantes	-
Custo de juros	(75.413)
Retorno esperado dos ativos do plano	-
Amortização dos ganhos / (perdas) atuariais	(8.549)
Total da despesa a reconhecer	(83.963)

Nota 33 – Gerenciamento do risco corporativo

A CAIXA adota as melhores práticas nacionais e internacionais no gerenciamento dos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional, incluindo uma gestão ativa de capital, em consonância aos princípios, valores, diretrizes e limites estabelecidos pelo Conselho de Administração.

A gestão de riscos é percebida pela Alta Administração como fator de diferencial competitivo no mercado financeiro e principal meio para preservação da solvência, liquidez e rentabilidade da CAIXA.

As estruturas de gerenciamento de riscos estão em conformidade com a regulação vigente, adequadas à natureza e à complexidade dos instrumentos financeiros, produtos, serviços e operações da CAIXA e às boas práticas de governança corporativa, permitindo à Alta Administração identificar o comprometimento do capital para fazer frente aos riscos, avaliar os impactos sobre os resultados e decidir prontamente sobre limites de exposição aceitos.

A Política de Gerenciamento de Riscos e os limites de exposição são revisados, no mínimo, anualmente de acordo com a estratégia, fatores macroeconômicos, ambiente de negócios e capacidade de assumir risco, e suas revisões são claramente comunicadas a todos os empregados no sistema interno de divulgação normativa.

A descrição detalhada das estruturas de gerenciamento de riscos, incluindo responsabilidades, práticas, processos, procedimentos e modelos, está disponível na rede mundial de computadores (internet), no sítio: http://www.caixa.gov.br, menu Sobre a CAIXA.

(a) Basileia II

As ações necessárias à implantação do Novo Acordo de Capitais de Basileia II são coordenadas e supervisionadas pela unidade de risco corporativo da Vice-Presidência de Controladoria e Riscos.

O objetivo é assegurar o aprimoramento, desenvolvimento, implantação e certificação dos modelos básicos/padronizados e internos/avançados de risco de mercado, risco de crédito e risco operacional, além de diversas ações de capacitação de recursos humanos e disseminação da cultura de gerenciamento de riscos na CAIXA.

A CAIXA atendeu integralmente às exigências do Banco Central do Brasil – BACEN relacionadas às etapas de implantação do Novo Acordo no Brasil, o que lhe permitiu apresentar sua candidatura para uso de modelo interno de risco de mercado, e continua a evoluir suas práticas, processos, modelos e sistemas com o objetivo de habilitar a CAIXA a adotar os modelos internos nas demais categorias de riscos, em conformidade com o cronograma de implantação definido pelo BACEN.

A CAIXA reconhece que os ganhos oriundos da implantação completa do Novo Acordo vão além dos eventuais benefícios de redução da exigência de capital e reforçam a prioridade estratégica dada ao gerenciamento de riscos como pilar essencial da sustentabilidade, da responsabilidade empresarial e do cumprimento de sua missão estratégica.

(b) Exigência de Capital Regulatório

O quadro a seguir apresenta o detalhamento do cálculo da exigência de capital regulamentar, conforme as Resoluções CMN nº 3.444/2007 e 3.490/2007, que definem a metodologia de apuração do Patrimônio de Referência e do Patrimônio de Referência Exigido:

Cálculo da exigência de capital Regulatório		
Descrição	**31/12/2012**	**31/12/2011**
PR - PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (NÍVEL I + NÍVEL II - DEDUÇÕES)	**56.328.755**	**39.540.314**
NÍVEL I	**28.689.489**	**21.466.776**
Patrimônio Líquido	25.056.944	19.561.381
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida Habilitados a Integrar o Nível I do PR	4.303.423	2.800.014
Reservas de Reavaliação	(423.165)	(464.595)
Créditos Tributários Excluídos do Nível I do PR	(154.673)	(168.926)
Ativo Permanente Diferido	(2.425)	(22.825)
Ajuste ao Valor de Mercado	(90.615)	(187.247)
Excesso de Crédito Tributário em Relação ao PR de Nível I	-	(51.026)
NÍVEL II	**28.689.490**	**18.683.916**
Reservas de Reavaliação	423.165	464.595
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	15.984.975	9.481.272
Instrumentos de Dívida Subordinada	12.190.735	8.550.802
Ajuste ao Valor de Mercado	90.615	187.247
DEDUÇÕES DO PR	**(1.050.224)**	**(610.378)**
Ações emitidas por Instituições Financeiras	(1.048.976)	(609.388)
Participação em instituição financeira no exterior	(1.248)	(990)
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA EXIGIDO (PRE)	**47.706.037**	**32.605.806**
Risco de Crédito (PEPR)	45.140.008	30.714.623
Risco de Mercado – Carteira de Negociação (P_{JUR}, P_{COM} e P_{ACS})	563.901	61.126
Taxa de Juros – PJUR	563.901	61.126
Commodities – PCOM	-	-
Ações – PACS	-	-
Câmbio – PCAM	-	-
Risco Operacional (P_{OPR})	2.002.128	1.830.057
Risco de Mercado – Carteira de não negociação (R_{BAN})	**2.473.008**	**2.385.646**
MARGEM DE CAPITAL (PR - PRE)	**6.149.710**	**4.548.862**
ÍNDICE DE BASILÉIA (PR x 100) / (PRE / 0,11)	**12,99%**	**13,34%**

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013022700057

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2012
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

Risco de Crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados no instrumento contratual, à desvalorização de contratos de crédito originada da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

O controle e o acompanhamento do risco de crédito são realizados pela identificação, mensuração, avaliação e monitoramento de indicadores de atraso e exposição, limites por tomador, operação, segmento, região geográfica e setor de atividade econômica, perdas realizada, esperada e inesperada, provisão, rating das operações, exigência de capital regulatório e econômico, proposição de alternativas à mitigação do risco de crédito e reportes aos gestores de produtos e serviços e às instâncias deliberativas da Instituição.

Todas as exposições de crédito da CAIXA são submetidas à avaliação de risco em modelos baseados em critérios consistentes e verificáveis, capazes de mensurar e classificar os riscos envolvidos em cada operação.

Ademais, as novas operações são avaliadas a partir de modelos de *Credit Scoring* ou de análise especialista, a depender das características do tomador e da operação; as operações em carteira são reavaliadas periodicamente; as operações de varejo utilizam modelos de *Behaviour Scoring* e para as demais exposições aplica-se a reavaliação de *rating*.

A CAIXA possui rotina anual de revisão dos modelos, políticas, estratégias, limites de exposição ou extrapolação para reporte e aprovação pelo Conselho Diretor e Conselho de Administração como parte do aprimoramento contínuo do processo de controle e acompanhamento do risco de crédito.

As revisões periódicas das políticas, estratégias, práticas, processos, modelos e sistemas visam manter a CAIXA aderente às melhores práticas do mercado e ao atendimento aos requerimentos do Novo Acordo de Capitais e dos órgãos supervisores. Todos os processos e modelos utilizados são avaliados e homologados previamente por unidade interna e autônoma de monitoração e validação de modelos, tendo sua capacidade preditiva permanentemente monitorada.

Risco de Mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Instituição, incluídas as operações sujeitas à variação cambial, de taxas de juros, de preços de ações e de mercadorias (commodities).

A área de risco da CAIXA mantém estrutura de gerenciamento de risco de mercado compatível à natureza e complexidade dos instrumentos financeiros, produtos e operações e à dimensão de sua exposição a este risco. As atividades de administração do risco de mercado são segregadas das atividades negociais e de auditoria, sendo mantidas estruturas independentes de desenvolvimento e monitoração de modelos, de forma a evitar conflitos de interesses e resguardar a imparcialidade dos trabalhos executados.

A Política de Gerenciamento de Risco de Mercado, aprovada pelo Conselho de Administração, estabelece o conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a mensuração, controle, monitoramento e mitigação das exposições ao risco de mercado, visando minimizar os impactos de eventos inesperados e indesejados na capacidade de geração de resultados e cumprimento dos objetivos estratégicos da CAIXA

Os riscos inerentes a novos instrumentos financeiros, produtos e operações são identificados previamente, com análise de sua adequabilidade aos procedimentos e controles adotados pela CAIXA e os limites de exposição e concentração a riscos de mercado, abrangendo todas as fontes relevantes deste risco. São monitorados, com reporte tempestivo às instâncias deliberativas, assegurando menor volatilidade dos resultados da Instituição, alinhamento às melhores práticas de mercado e atendimento à exigência legal.

Mensuração do Risco de Mercado

A mensuração do risco de mercado inicia-se com a marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários, ou seja, com o cálculo dos preços de negociação destes instrumentos no mercado secundário, a partir da identificação de todas as posições mantidas pela CAIXA e do cálculo dos seus fluxos de caixa, descontados pelas taxas de juros de mercado de cada instrumento.

Essas taxas de juros são demonstradas por meio da estrutura a termo de taxas de juros, que é a representação gráfica do relacionamento entre as taxas de juros de instrumentos de mesma qualidade de crédito, mas de diferentes prazos, tendo como principal finalidade servir de base para a precificação de instrumentos de renda fixa. Na CAIXA estas estruturas são estimadas a partir de informações das taxas ou preços negociados no mercado secundário de títulos e nos mercados de derivativos ou, no caso de ativos sem negociação, por metodologia apropriada.

***Value at Risk* – VaR**

A CAIXA utiliza a abordagem Delta-Normal para o cálculo do VaR modelo interno, metodologia paramétrica baseada no modelo analítico de matriz de covariância, que supõe que os retornos da carteira são normalmente distribuídos.

As volatilidades e as correlações são calculadas diariamente para um período histórico de dados de 252 dias úteis a partir da série dos retornos das curvas de mercado dos diversos fatores de risco.

Para o cálculo do VaR, o sistema de mensuração de risco de mercado utiliza técnica de ponderação dos dados EWMA – *Exponentially Weighted Moving Average*, método de suavização exponencial que pondera as observações conforme o parâmetro de decaimento escolhido, desde que o resultado do VaR seja mais conservador que o resultado calculado pela variância amostral.

A acurácia desse modelo é monitorada diariamente por meio da execução do programa de testes de aderência, utilizando-se duas metodologias que contam o número de violações, um procedimento padrão estabelecido no Acordo de Basileia e o teste de proporção de falhas proposto por Kupiec. Esses testes verificam se os ganhos ou perdas não realizados são menores que o VaR calculado para os níveis de confiança de 95%, 97,5% e 99%.

A contagem de violações para aplicação dessas metodologias é realizada por meio da mensuração das perdas não realizadas e resultados efetivos. Na primeira, é considerado violação o resultado negativo decorrente de perdas não realizadas maior que o VaR projetado para o dia. Na segunda, é considerado violação o resultado negativo decorrente da variação do valor da carteira, considerando as negociações realizadas no dia, maior que o VaR projetado para o dia. Nos dois casos, essa contagem de violações em determinado período deve estar de acordo com o intervalo de confiança estabelecido para o modelo.

Testes de Estresse

O Programa de Testes de Estresse, que complementa a visão fornecida pelo cálculo do VaR, adota cenários históricos, datas históricas, cenários prospectivos e análise de sensibilidade, de forma a reproduzir períodos históricos, datas relevantes, simular adversidades baseadas em características da carteira e do ambiente macroeconômico que representem condições severas e as variações graduais nas curvas de mercado, respectivamente.

A análise de cenários históricos utiliza os piores cenários de curvas de juros já ocorridos para mensurar seus impactos sobre o valor do portfólio da CAIXA. São utilizados dois cenários para avaliação dos impactos: o primeiro consiste em encontrar a pior data existente na base de dados para definir o valor em risco de estresse, e o segundo, em encontrar a pior data para cada fator de risco existente na carteira e somar esses resultados, considerando dessa maneira uma possível quebra de premissa.

A análise de datas históricas apura o VaR a partir de datas relevantes e conhecidas de estresse ocorridas entre 2000 e 2003. São determinados os piores choques ocorridos no período e aplicados às curvas de taxas de juros de forma a mensurar a perda no valor da carteira caso estes choques venham a se repetir.

A análise de cenários prospectivos consiste em verificar os impactos no valor do portfólio da CAIXA, caso o cenário projetado ocorra. Na CAIXA, os cenários prospectivos são propostos pela Vice-Presidência de Finanças com a explicação das premissas e hipóteses adotadas para cada variável explicativa dos modelos e aprovados pelo Comitê de Risco, para que possam ser utilizados como insumos para os modelos de risco.

Atualmente são utilizados três tipos de cenários prospectivos para o gerenciamento do risco de mercado:

- Básico, considerando a trajetória mais provável das variáveis e indicadores macroeconômicos;
- Estresse de alta, ponderando possíveis adversidades internas e externas que impactem em elevação da taxa de juros acima do considerado no cenário Básico; e
- Estresse de baixa, considerando hipóteses alternativas que impactem em redução da taxa de juros para patamares abaixo do considerado no cenário Básico.

A análise da sensibilidade da carteira a possíveis alterações nas taxas dos fatores de risco é realizada com a aplicação de pontos percentuais à estrutura a termo de cada um dos fatores de risco, de maneira a simular a elevação nas taxas e a consequente redução dos preços dos ativos.

Os resultados dos testes de estresse são considerados em todo o processo de gerenciamento do risco de mercado, inclusive para estabelecer ou rever as políticas e limites de exposição a risco.

Carteira de negociação

A carteira de negociação da CAIXA é composta por todas as operações com títulos e

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013022700058

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2012
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

valores mobiliários, instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a hedge de outros elementos desta carteira e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade.

A evolução do valor em risco da carteira, segmentado por fator de risco é apresentado a seguir:

Valor em Risco em Cenário de Normalidade*		
Fatores de Risco	**31/12/2012**	**31/12/2011**
PRE	9,5	10,4
Cupom IGP	-	-
Cupom IPCA	8,0	0,1
Cupom SELIC	0,1	-
VaR sem ED(1)	17,6	10,6
VaR com ED(1)	18,7	10,7

* Valores em R$ milhões

(1) Efeito Diversificação

Operações não classificadas na carteira de negociação

As operações não classificadas na carteira de negociação abrangem os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias II – disponíveis para venda e III – mantidos até o vencimento, as operações ativas das carteiras comercial, habitacional e de saneamento e infraestrutura, e as operações passivas de captações e depósitos.

Visando assegurar que o Patrimônio de Referência – PR seja suficiente para fazer frente aos riscos de mercado assumidos pela CAIXA, a área de risco mensura e avalia o risco de taxas de juros destas operações considerando a sua natureza, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição a este risco.

A metodologia de mensuração do risco das operações não classificadas na carteira de negociação e sujeitas à variação de taxas de juros fundamenta-se nos conceitos apresentados no documento *International Convergence of Capital Measurement and Capital Standards – A Revised Framework – Comprehensive Version* e nas premissas contidas no documento *Principles for the Management and Supervision of Interest Rate Risk*. Em complemento a esta mensuração é realizado, mensalmente, teste de estresse em conformidade ao estabelecido na Circular BACEN nº 3.365/2007.

O monitoramento dos níveis de exposição destas operações ao risco de taxas de juros e o cumprimento do limites estabelecidos são reportados à Alta Administração mensalmente.

Atualmente, a CAIXA mantém as exposições em moeda estrangeira e em ativos sujeitos à variação cambial (PCAM) protegidas por meio de operações de hedge com contratos futuros e operações de swap, o que resulta em uma exposição inferior a 2% do Patrimônio de Referência. Como consequência, a PCAM é igual a zero, nos termos da Circular BACEN nº 3.608/2012.

Instrumentos Financeiros – Valor marcado a mercado

Comparativo entre os instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais e seu valor marcado a mercado:

Descrição	Valor Contábil		Valor Marcado a Mercado		Valores a Pagar ou a Receber	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais - ATIVO						
Aplicações em depósitos Interfinanceiros	3.078.676	2.063.590	3.078.687	2.063.746	11	156
Aplicações em Operações Compromissadas	72.104.596	27.683.377	72.104.596	27.685.856	-	2.479
Títulos e Valores Mobiliários e Instr. Financ.	138.383.189	119.404.875	146.598.518	121.984.257	8.215.329	2.579.382
Títulos para negociação	75.544.510	55.144.135	75.544.510	55.144.135	-	-
Títulos disponíveis para venda	16.568.060	5.594.541	16.568.060	5.594.541	-	-
Títulos mantidos até o vencimento	46.270.619	58.666.199	54.485.948	61.245.581	8.215.329	2.579.382
Operações de Crédito, Arrendam. Mercantil e Outros Créditos	361.239.369	252.890.299	371.360.456	253.887.001	10.121.087	996.702
Comercial	124.413.843	79.750.293	139.088.074	87.684.038	14.674.231	7.933.745
Habitação	205.788.891	152.870.586	203.587.803	148.897.621	(2.201.088)	(3.972.965)
Infraestrutura/Desenvolvimento	23.536.769	16.927.897	21.184.713	13.963.819	(2.352.056)	(2.964.078)
Outros Créditos	7.499.866	3.341.523	7.499.866	3.341.523	-	-
Instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais - PASSIVO						
Captações de Recursos	104.886.293	60.293.053	108.506.447	61.745.016	3.620.154	1.451.963
CDB/RDB	59.009.782	39.215.509	59.025.575	39.524.657	15.793	309.148
LCI LH	45.876.511	21.077.544	49.480.872	22.220.359	3.604.361	1.142.815
Captação em Operações Compromissadas	94.107.978	56.291.291	92.167.879	57.915.402	(1.940.099)	1.624.111
Obrigações por empréstimos e repasses e Outras	109.156.752	84.169.782	100.466.752	71.395.765	(8.690.000)	(12.774.017)
Exterior	40.803	4.601	43.560	4.597	2.757	(4)
Tesouro	34.231	32.509	35.471	32.735	1.240	226
FGTS	104.796.216	80.599.183	95.104.544	67.091.999	(9.691.672)	(13.507.184)
BNDES	2.526.878	1.730.226	3.636.129	2.698.519	1.109.251	968.293
Depósitos não remunerados	1.758.624	1.803.263	1.647.048	1.567.915	(111.576)	(235.348)
Instrumento Híbrido de Capital e Dívida	28.452.993	13.884.459	26.953.028	15.829.703	(1.499.965)	1.945.244

Determinação de valor marcado a mercado dos instrumentos financeiros

Os preços dos instrumentos financeiros da carteira de títulos e valores mobiliários são determinados a partir das taxas ou dos preços praticados nas transações diárias, desde que obedecida a condição de ocorrência de uma quantidade mínima de negócios na data da apuração.

O preço de mercado das ações listadas em bolsa de valores corresponde ao preço de fechamento do dia, e o dos derivativos padronizados ao preço de ajuste do dia.

Os preços de negociação dos instrumentos de renda fixa são calculados mediante a construção dos seus fluxos de caixa descontados pelas taxas de juros de mercado de cada instrumento.

As taxas de juros são demonstradas por meio de estrutura a termo de taxas de juros estimadas a partir de informações disponíveis de taxas e preços de negociação no mercado secundário ou, no caso de ativos sem negociação, por metodologia apropriada, utilizando-se as seguintes premissas nesta ordem:

a) Utilização de preços e taxas indicativas apuradas e divulgadas pela ANBIMA.
b) Construção da estrutura a termo pela agregação à taxa ou sobretaxa do papel do *spread* entre uma curva de taxa de juros de títulos públicos e uma da BM&F com características semelhantes ou uma curva de um ativo com mesma característica e que possua liquidez no mercado secundário.

O processo de marcação a mercado das demais operações não classificadas na carteira de negociação, sujeitas ao risco de taxas de juros, é baseado na construção dos fluxos de caixa dos ativos e passivos e das estruturas a termo de taxas de juros de mercado.

Os fluxos de caixa são construídos a partir das características das operações, com utilização de modelos estatísticos para aquelas que não possuem vencimento definido. Estes fluxos são descontados pelas estruturas a termo estimadas a partir de informações disponíveis de taxas e preços de negociação de mercado dos instrumentos financeiros disponíveis, tais como: contratos futuros, títulos públicos ou operações de *swap*.

Análise de Sensibilidade das Posições Relevantes – Instrução CVM nº 475

A análise de sensibilidade permite verificar o impacto das variações das taxas de juros sobre os preços dos ativos e passivos, por fator de risco. Estes estudos hipotéticos tornam-se ferramenta de gestão do risco de mercado, possibilitando a definição de medidas de mitigação em caso de concretização de tais cenários, uma vez que as exposições são monitoradas diariamente e movimentos adversos do mercado produzem a imediata atuação das unidades envolvidas no processo visando minimizar eventuais perdas que venham a ocorrer.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, de 17/12/2008, as análises de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Alta Administração, ao qual a CAIXA estava exposta em 31/12/2011, incluíram todas as operações relevantes com instrumentos financeiros e consideraram as maiores perdas em cada um dos cenários a seguir:

Cenário I: Cenário provável considerando a trajetória mais provável das variáveis e indicadores macroeconômicos;

Cenário II: Cenário eventual que considera um choque paralelo no cenário I, de mais ou menos 25% nas variáveis de risco na data de fechamento do balanço;

Cenário III: Segundo cenário eventual que considera um choque paralelo de mais ou menos 50% no cenário I, nas variáveis de risco na data de fechamento do balanço, sendo consideradas as piores perdas resultantes.

Os resultados apurados estão sintetizados no quadro a seguir:

Análise de Sensibilidade das Posições Relevantes - Instrução CVM nº 475 Instrumentos Financeiros – 31/12/ 2012				
Descrição	**Risco**	**Cenário Provável**	**Variação de 25%**	**Variação de 50%**
Prefixado	Aumento de taxa de juros	(60.178)	(1.668.885)	(3.522.335)
Índice de preços	Aumento de cupons de índice de preços	(15.910)	(378.376)	(721.479)
TR/TBF/TJLP	Aumento de cupom de TR	(377.600)	(8.665.583)	(15.976.656)
Variação cambial	Queda nas taxas de câmbio	(3.119)	(80.924)	(168.337)

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é definido como:

I – A possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013022700059

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e

II – A possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

As regras para administração do risco de liquidez, envolvendo práticas, processos, procedimentos, modelos e reportes foram estabelecidas pelo Comitê de Risco visando manter a exposição a este risco em níveis aceitáveis e evitar que ocorram desequilíbrios entre os ativos negociáveis e os passivos exigíveis que possam afetar a capacidade de pagamento da CAIXA.

O gerenciamento deste risco é realizado por meio de modelos internos de projeção dos fluxos financeiros dos produtos, serviços e operações da CAIXA, em situação de normalidade e de estresse.

Para enfrentar situações de estresse, foi estabelecido Plano de Contingência de Liquidez com o objetivo de identificar antecipadamente e aumentar a capacidade da CAIXA para enfrentar crises de liquidez internas ou externas, minimizando seus potenciais efeitos na continuidade dos negócios da CAIXA, na sua capacidade de geração de resultado e na sua imagem. O Plano sistematiza os indicadores utilizados para a identificação de situações de crise, as responsabilidades das unidades e instâncias envolvidas na sua execução e os procedimentos a serem seguidos para conduzir a CAIXA a uma situação aceitável ou restabelecer o seu nível de liquidez anterior ao início da crise.

A mensuração e o monitoramento dos níveis de exposição ao risco de liquidez são reportados diariamente às Vice-Presidências de Controle e Risco e de Finanças, mensalmente, ao Comitê de Risco e, semestralmente, ao Conselho de Administração.

Risco Operacional

O risco operacional é representado pela perda resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos e de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal, mas exclui o estratégico e o reputacional.

Identificar, avaliar, mensurar, mitigar e controlar são as fases para o perfeito ciclo de Gestão do Risco Operacional e para a Gestão da Informação sobre Riscos Operacionais.

A gestão do Risco Operacional na CAIXA está embasada em uma estrutura composta por três premissas básicas:

- Ambiente adequado de gerenciamento;
- Processo de gerenciamento; e
- Divulgação

O Ambiente adequado de gerenciamento de Risco Operacional é formado pelo patrocínio da Alta Administração, por um conjunto de políticas e normas e por um processo de auditoria. O Processo de gerenciamento de Risco Operacional na CAIXA é composto pelas seguintes etapas: Identificar, Avaliar, Controlar/mitigar, Monitorar, e Reportar. Todas essas etapas estão interligadas de forma que o fluxo de análise tem começo, meio e fim bem definidos. A divulgação de informações de Risco Operacional na CAIXA é definida segundo o objetivo e o público alvo.

A avaliação do Risco Operacional na CAIXA é realizada por meio de duas análises: a análise preventiva e a análise reativa. A análise preventiva busca encontrar variáveis e indicadores que possam sinalizar prováveis ocorrências de perdas para agir antes que essas ocorram. A análise reativa busca estudar o comportamento das perdas para então encontrar possíveis causas. Em ambos os casos, a avaliação tenta fornecer instrumentos e informações suficientes para que o risco seja controlado/mitigado, monitorado e reportado.

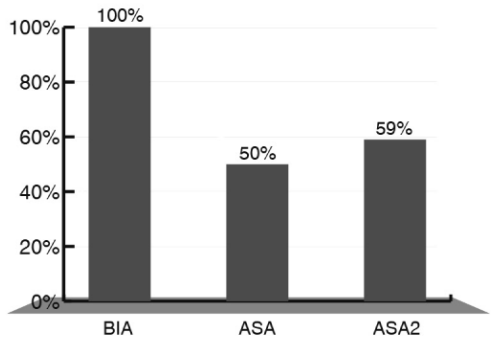
As diversas Unidades Gestoras da CAIXA são as maiores fontes de informação para a Identificação e Avaliação do Risco Operacional.

Metodologia de Cálculo Adotada na CAIXA

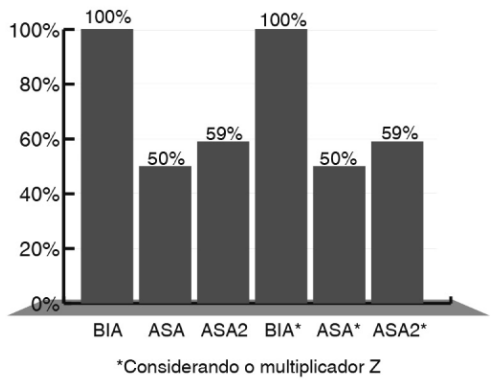
A Abordagem Padronizada Alternativa – ASA é a atual metodologia de cálculo adotada na CAIXA, sendo que foi desenvolvida uma ferramenta para realização integrada dos cálculos nos três métodos, previstos na Circular 3.383/2008.

Os resultados dos cálculos realizados pelos três métodos estão comparados nos quadros a seguir:

Alocação de Capital para Risco Operacional
Proporção por Abordagem BIA



Alocação de Capital para Risco Operacional
Comparativo entre as Abordagens



*Considerando o multiplicador Z

Modelos Internos

O modelo interno de avaliação e alocação de capital para Risco Operacional ainda está sendo normatizado pelo BACEN, que tem o Comunicado 19.217/09 como direcionador.

A CAIXA está desenvolvendo o seu modelo interno com base nas premissas previstas no Comunicado citado e em outros artigos e documentos de conhecimento comum com o mercado.

O modelo interno busca explicar a alocação de capital como uma parte de um grande e poderoso processo de gestão baseado em melhores práticas.

Os requisitos mínimos para a candidatura ao uso do modelo interno são:

- Base de dados internos – A base de dados internos dos eventos associados aos riscos e perdas operacionais deve ser composta com informações das áreas gerenciais em consonância com as da contabilidade.
- Base de dados externos – Essa base auxilia na quantificação dos eventos de risco operacional ocorridos em outras instituições e contribui para a quantificação de eventos nunca ocorridos internamente, aqueles de baixíssima frequência.
- Fatores de controle interno e de ambiente de negócios – refletem o controle interno e o ambiente operacional e de negócios a que a CAIXA está exposta e que servirão como mitigadores da exposição.
- Análise de cenários – Permite representar as mudanças no ambiente de negócio interno e externo incorporando situações que não estão nos dados internos, pois possibilita considerar o impacto de eventos extremos nas suas operações.

Monitoramento, Controle Operacional e Mitigação

A interligação entre as atividades de identificação e análise e as de mitigação, monitoramento e controle reposicionam de forma proativa e preventiva a área de Gestão de Risco Operacional, permitindo que as entregas de soluções estejam prontas e sejam tempestivas para a Instituição.

As ações de monitoramento são objeto de atenção especial, tendo em vista que estas dão continuidade ao ciclo de gerenciamento e demonstram a efetividade desse gerenciamento, por meio dos índices de solidez e sustentabilidade da CAIXA.

Os registros de perdas decorrentes de eventos de risco operacional são monitorados e apresentados com o objetivo de refinar a tomada de decisão das ações de mitigação. Também

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013022700060

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2012
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

são monitoradas sistematicamente as informações provenientes dos indicadores da exposição da CAIXA às ocorrências dos eventos de risco operacional.

O efetivo ciclo de gerenciamento do risco operacional completa-se com a mitigação e o controle dos eventos dessa categoria de risco, buscando conferir solidez e sustentabilidade à Instituição.

O controle operacional de produtos e serviços é realizado por meio de ferramenta específica, onde se encontram consolidados os pareceres de diversas áreas, cuja contribuição perpassa desde a apresentação de projetos até a avaliação do comportamento dos produtos e serviços em relação aos níveis de risco projetados.

As ações de mitigação do risco operacional são registradas em sistema corporativo visando um melhor monitoramento de medidas preventivas, corretivas e o aprimoramento da gestão de risco para que as falhas, caso ocorram, não se repitam, ou tenham as consequências financeiras reduzidas.

Gestão da Continuidade dos Negócios

A gestão da continuidade dos negócios é parte essencial do gerenciamento de risco operacional e tem sido foco de atuação da CAIXA, por meio de seu Programa de Continuidade dos Negócios – PCN CAIXA, pronto para atuar frente às possíveis interrupções nos serviços e atividades, como fator fundamental para o sucesso de qualquer iniciativa de preservação ou recomposição da capacidade de realizar negócios da CAIXA.

Outro elemento-chave no processo de gerenciamento do risco operacional é a gestão da Segurança da Informação, cujo envolvimento de todas as áreas da CAIXA na construção e consolidação de modelos, procedimentos, estrutura, ferramentas e cultura corporativa, resulta numa gestão focada fundamentalmente na proteção dos ativos de informações da CAIXA.

Gestão de Crises

A Gestão de Crise é o processo no qual são gerenciadas situações de crise, onde são necessárias tomadas de decisões urgentes e coordenadas, promovendo a alocação de recursos humanos e materiais para minimizar os possíveis impactos financeiros, operacionais e de imagem.

Ressalta-se a importância da adoção dessas ações principalmente com o objetivo de definir estratégias de atuação visando preservar a integridade física dos empregados e clientes da CAIXA, bem como do patrimônio da Instituição.

Numa situação de crise os procedimentos a serem seguidos são precedidos de orientação do Grupo de Gestão em entendimento com as áreas envolvidas, objetivando escolher a melhor alternativa de mitigação possível, para que os impactos negativos sejam minimizados.

Transparência e Divulgação

A transparência e a divulgação de informações sobre o gerenciamento de risco operacional da CAIXA são fatores imprescindíveis para que os participantes do mercado possam avaliar a qualidade desse gerenciamento.

Existe um processo estruturado de comunicação interna e de divulgação ao mercado, com o objetivo de integrar a transparência à rotina da CAIXA e demonstrar o seu compromisso com a consistência dos dados, com o ambiente bancário seguro e com a sociedade brasileira.

Estão disponíveis dois cursos sobre risco operacional, módulos Básico e Avançado, na Universidade CAIXA, de fácil acesso para os empregados da Instituição, com o objetivo de disseminar internamente a cultura de gerenciamento dessa categoria de risco. Nesta mesma linha, estão disponíveis manuais normativos referentes à Política de Risco Operacional, bem como a procedimentos associados ao ciclo de gestão deste risco.

O relatório referente à estrutura de gerenciamento de risco operacional da CAIXA está disponível no endereço http://www.caixa.gov.br, menu Sobre a CAIXA.

Nota 34 – Outras informações

(a) Patrimônios líquidos de Fundos/Programas Sociais administrados pela CAIXA:

PL de Fundos/Programas Sociais administrados		
Descrição	**31/12/2012 (2)**	**31/12/2011**
PIS	28.581.836	27.241.566
FGTS (1)	46.787.221	41.013.173
FAR (1)	8.058.235	5.381.563
FDS (1)	1.147.428	1.076.326
FAS	27.953	29.318
FGS	65.540	105.641
FGHAB (1)	1.207.139	425.564
CCA	33.333	20.616
CCAM	17	12
FGCN	3.505.323	1.400.154
FCE	15	15
Total	**89.414.040**	**76.693.948**
FCVS (1) (3)	(87.053.639)	(79.836.930)

(1) Posição de novembro de 2012.
(2) Posições preliminares em avaliação pela auditoria externa
(3) A obrigação pela cobertura do patrimônio líquido negativo do FCVS é exclusiva da União.

(b) Garantias prestadas a terceiros

Registra-se o valor de R$ 69.554 (31/12/2011 – R$ 69.554), referente aos imóveis patrimoniais e títulos penhorados em garantias prestadas a terceiros, relativo a ações judiciais contra a CAIXA.

(c) FGTS

O risco de crédito das operações contratadas a partir de 1º de junho de 2001 é da CAIXA na qualidade de Agente Operador, ficando a União com o risco nas aplicações efetuadas até aquela data, conforme estabelecido no art. 9º da Lei nº 8.036/1990, alterado pelo art. 12 da Medida Provisória nº 2.196-3/2001. O resultado da avaliação desse risco de crédito é reconhecido como provisão na CAIXA na conta de "Obrigações diversas" no montante de R$ 22.303 (31/12/2011 – R$ 30.626).

A Lei nº 8.036/1990 institui em seu art. 7° item IX, incluído pela Lei n° 11.491/2007, que cabe à CAIXA na qualidade de Agente Operador garantir aos recursos alocados ao FI – FGTS, em cotas de titularidade do FGTS, a remuneração aplicável às contas vinculadas de TR + 3% a.a. Para tanto, é constituída provisão no montante de R$ 129.301 (31/12/2011 – R$ 102.467).

(d) FIES

O risco de crédito das operações contratadas a partir de 12 de junho de 2001 é da CAIXA na qualidade de Agente Financeiro e devedor solidário no limite percentual de 25%, conforme estabelecido no art. 5º da Lei nº 10.260/2001, atualizado pela Lei 11.552/2007.

O resultado da avaliação desse risco de crédito é reconhecido como provisão na CAIXA na conta de "Obrigações diversas" no montante de R$ 160.608 (31/12/2011 – R$ 166.460).

Jorge Fontes Hereda – Presidente; Fábio Lenza – Vice-presidente; Geddel Quadros Vieira Lima – Vice-presidente; Joaquim Lima de Oliveira – Vice-presidente; José Henrique Marques da Cruz – Vice-presidente; José Urbano Duarte – Vice-presidente; Márcio Percival Alves Pinto – Vice-presidente; Paulo Roberto dos Santos – Vice-presidente; Raphael Rezende Neto – Vice-presidente; Sérgio Pinheiro Rodrigues – Vice-presidente; Marcos Brasiliano Rosa – Superintendente Nacional – Contador CRC 022351/O-1-DF

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013022700061

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2012
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA SEGUNDO SEMESTRE DE 2012

Nos termos do parágrafo 2º do artigo 17 da Resolução CMN nº 3.198, de 27 de maio de 2004, incumbe ao Comitê de Auditoria da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL elaborar, para publicação em conjunto com as respectivas demonstrações contábeis semestrais, resumo do seu Relatório, evidenciando as informações mais relevantes contidas no referido documento.

É da essência das atividades do Comitê: avaliar a efetividade das auditorias interna e independente e dos sistemas de controles internos; verificar o cumprimento, pela administração, de recomendações oriundas das várias instâncias de controle e fiscalização; e revisar, previamente à publicação, as demonstrações contábeis, inclusive notas explicativas.

No desempenho de suas atribuições, manteve-se atento aos impactos decorrentes do forte crescimento da carteira de crédito da CAIXA e a iniciativas de alinhamento das atividades de controle, interno e de risco, a essa nova realidade, tendo presente a reconhecida necessidade de preservar crescimento que tenha a marca da sustentabilidade e da higidez.

Constituíram fatores essenciais para formação da opinião do Comitê, além de suas próprias observações e análises, as informações colhidas nas reuniões realizadas com áreas estratégicas da Organização e com os Conselhos de Administração e Diretor, ocasiões em que teve oportunidade de expor opiniões sobre diversos aspectos decorrentes do exercício de suas funções. Igualmente relevante para tal finalidade, o exame dos diversos relatórios produzidos pela contabilidade, controladoria, gerenciamento de risco, auditorias interna e independente.

Em face do exposto, o Comitê, limitado às suas responsabilidades, conclui que:

i) os sistemas de controle interno e de gerenciamento de riscos da CAIXA revelam satisfatório nível de efetividade, o que não elide a necessidade de aperfeiçoamentos e de novas ferramentas de monitoramento, com vistas a adequá-los ao porte e complexidade operacional da Organização;

ii) a atuação das Auditorias Interna e Independente exige permanentes ações de compatibilização de suas atividades com o porte e características da Instituição, não tendo sido evidenciado fato relevante que pudesse comprometer a sua efetividade e independência; e

iii) as demonstrações contábeis, individual e consolidada, inclusive notas explicativas, relatório da administração e parecer da Auditoria Independente, foram elaborados em consonância com a regulamentação de regência e as melhores práticas adotadas no País, refletindo, em seus aspectos nucleares, a situação econômico-financeira da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2013.

Adilson Rodrigues Ferreira
Presidente

Adilson da Conceição Rocha
Membro

Jose Carlos Monteiro Medeiros
Membro

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas
Caixa Econômica Federal - CAIXA

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Caixa Econômica Federal - CAIXA ("CAIXA" ou "Instituição") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e o semestre findos nessa data, bem como as demonstrações contábeis consolidadas da Caixa Econômica Federal - CAIXA e sua controlada ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2012, e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e o semestre findos nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da CAIXA é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Caixa Econômica Federal - CAIXA e da Caixa Econômica Federal - CAIXA e sua controlada em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício e o semestre findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Ênfase – créditos com FCVS

Chamamos a atenção para a Nota 1 às demonstrações contábeis, que descreve que a condução da gestão econômico-financeira da CAIXA é considerada no conjunto das decisões do Governo Federal. Nesse contexto, conforme mencionado na Nota 7(b), em 31 de dezembro de 2012 a CAIXA possui créditos junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS no montante líquido de R$ 18.712 milhões. Os financiamentos habitacionais encerrados com cobertura do FCVS, ainda não homologados, montam R$ 8.237 milhões e a sua efetiva realização depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS. A CAIXA estabeleceu critérios para estimar as perdas decorrentes de operações que não venham a atender a essas normas, para as quais constituiu provisão no montante de R$ 2.829 milhões. A realização dos créditos relacionados a financiamentos habi-

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013022700062

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2012
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

tacionais já homologados pelo FCVS, no montante líquido de R$ 13.303 milhões, em 31 de dezembro de 2012, segue um processo de securitização, conforme previsto na Lei 10.150 de 2000. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Ênfase – créditos tributários

Chamamos a atenção para a Nota 20(a) às demonstrações contábeis, que descreve que, em 31 de dezembro de 2012, a CAIXA possui R$ 19.923 milhões de créditos tributários de imposto de renda, contribuição social, PASEP e COFINS apurados sobre prejuízos fiscais, diferenças intertemporais e contribuição social a compensar, e provisão para realização desses créditos de R$ 3.484 milhões. O valor líquido de R$ 16.439 milhões, registrado no ativo, refere-se à estimativa da administração considerando a realização prevista para os próximos dez exercícios sociais. O montante a ser utilizado no futuro para fins de compensações fiscais está diretamente relacionado à geração de lucros tributáveis e pode variar da atual estimativa da administração. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado (DVA) para o exercício e o semestre findos em 31 de dezembro de 2012, preparadas sob a responsabilidade da administração da Instituição, cuja apresentação está sendo efetuada de forma voluntária pela CAIXA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Brasília, 18 de fevereiro de 2013

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" DF

Geovani da Silveira Fagunde
Contador CRC 1MG051926/O-0 "S" DF

PARECER DO CONSELHO FISCAL

PARECER Nº 01/2013 - ATA Nº 623, DE 18/02/2013

Assunto: **Demonstrações Contábeis da CAIXA referentes ao exercício de 2012/ Destinação de Resultados do exercício.**

O Conselho Fiscal da Caixa Econômica Federal, consoante o artigo 42 do Estatuto Social da Empresa, combinado com o artigo 163, incisos VI e VII da Lei nº 6.404/76, no exercício de suas atribuições legais, examinou o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa que o acompanham, as notas explicativas e o Relatório da Administração, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

Os membros do Conselho, tendo em vista os documentos apresentados pela Empresa, da análise procedida em reuniões ocorridas mensalmente, e com base no Relatório da Auditoria Interna e demais informações prestadas pela área, nos Pareceres dos Auditores Independentes, e do Conselho de Administração, e levadas em consideração as observações apresentadas pelos Auditores Independentes, sobretudo em relação às ênfases contidas em seu relatório, opinam no sentido de que os atos administrativos e o Relatório da Administração refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa, estando de acordo com as práticas contábeis previstas na legislação societária.

O Colegiado examinou também, e manifestou-se favoravelmente, a proposta de destinação do resultado do exercício, constante da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

Brasília, 18 de fevereiro de 2013.

FRANCISCO WAYNE MOREIRA
Conselheiro

LUPERCIO CAMARGO SEVERO DE MACEDO
Conselheiro

PAULO HENRIQUE FEIJÓ DA SILVA
Conselheiro

WELLINGTON VITURINO DE OLIVEIRA
Conselheiro

MANOEL CARLOS DE CASTRO PIRES
Presidente

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Caixa Econômica Federal, em cumprimento ao disposto no Artigo 18, Inciso XI, alínea "e", do Estatuto da CAIXA, aprovado pelo Decreto nº 6.473, de 05 de junho de 2008, e alterado pelos Decretos nº 6.796, de 17 de março de 2009, e nº 7.086, de 29 de janeiro de 2010, tomando por base o Relatório do Comitê de Auditoria da CAIXA e o Parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, aprovou as Demonstrações Contábeis da Caixa Econômica Federal, relativas ao exercício findo em 31.12.2012.

Brasília, 18 de fevereiro de 2013.

LIANA DO RÊGO MOTTA VELOSO
Conselheira

MARIA FERNANDES CALDAS
Conselheira

MARDEN DE MELO BARBOZA
Conselheiro

RICARDO SORIANO DE ALENCAR
Conselheiro

JORGE FONTES HEREDA
Vice-Presidente

ANTONIO HENRIQUE PINHEIRO SILVEIRA
Presidente

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013022700063

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
2ª SEÇÃO
2ª CÂMARA
1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no SETOR COMERCIAL SUL, QUADRA 01, BLOCO J, EDIFÍCIO ALVORADA, 3º ANDAR, SALA 302, EM BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL.

Observação: Serão julgados na primeira Sessão Ordinária subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

DIA 12 DE MARÇO DE 2013, ÀS 09:00 HORAS

Relator: PEDRO PAULO PEREIRA BARBOSA

1 - Processo nº: 10680.725109/2011-66 - Recorrente: MINERACOES BRASILEIRAS REUNIDAS S A MBR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

2 - Processo nº: 10680.725110/2011-91 - Recorrente: MINERACOES BRASILEIRAS REUNIDAS S A MBR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

3 - Processo nº: 10830.720004/2010-79 - Recorrente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

4 - Processo nº: 11030.001241/2010-15 - Recorrente: IVAN JOSE DAMETTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: RAYANA ALVES DE OLIVEIRA FRANCA

5 - Processo nº: 10183.005831/2005-43 - Recorrente: RIVOLI DO BRASIL SPA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

6 - Processo nº: 10530.002083/2007-11 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: ODEJANE LIMA FRANCO - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

7 - Processo nº: 10945.013330/2004-91 - Recorrente: JOSE CLAUDIO RORATO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

8 - Processo nº: 10580.003280/2007-62 - Recorrente: ROGELIO GONZALEZ FRAIZ e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

9 - Processo nº: 10580.720940/2009-35 - Recorrente: JOSE EDIVALDO ROCHA ROTONDANO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: EDUARDO TADEU FARAH

10 - Processo nº: 11080.013169/2007-88 - Recorrente: CECILIA SILVEIRA DE FARIAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

11 - Processo nº: 10840.003683/2005-31 - Recorrente: CICERO DADALTE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

12 - Processo nº: 10320.001480/2009-11 - Recorrente: KLEBER KLEPER FERRO LEITE FILHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 12 DE MARÇO DE 2013, ÀS 14:00 HORAS

Relator: PEDRO PAULO PEREIRA BARBOSA

13 - Processo nº: 10140.720035/2007-01 - Recorrente: ANTENOR DUARTE DO VALLE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

14 - Processo nº: 10803.000062/2009-76 - Recorrente: HELIO BENETTI PEDREIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

15 - Processo nº: 10803.000082/2009-47 - Recorrente: MOACYR ALVARO SAMPAIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: RAYANA ALVES DE OLIVEIRA FRANCA

16 - Processo nº: 10580.722440/2008-57 - Recorrente: ADALBERTO DA COSTA DOREA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

17 - Processo nº: 10580.720842/2009-06 - Recorrente: CELIA ADELAIDE CUNHA DE SENA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

18 - Processo nº: 10580.721038/2009-36 - Recorrente: PAVLOVA MARIA GOUVEIA CABRAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

19 - Processo nº: 12897.000012/2008-31 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: PETROLEO BRASILEIRO S/A PETROBRAS - RECURSO DE OFÍCIO

Relator: EDUARDO TADEU FARAH

20 - Processo nº: 10768.005139/2006-25 - Recorrente: MARIA JOSE AZEVEDO CARVALHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

21 - Processo nº: 10980.015735/2007-80 - Recorrente: MARISA DE FATIMA COBBE BONKOSKI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

22 - Processo nº: 19647.009075/2006-82 - Recorrente: OTACILIO ALENCAR AGRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: RODRIGO SANTOS MASSET LACOMBE

23 - Processo nº: 11080.010245/2006-12 - Recorrente: JULIO D AGOSTINI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

24 - Processo nº: 11543.000913/2007-90 - Recorrente: VERA PANDOLPHO CHAIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

25 - Processo nº: 13736.001009/2008-41 - Recorrente: JOSE FERREIRA DOS SANTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 13 DE MARÇO DE 2013, ÀS 09:00 HORAS

Relator: PEDRO PAULO PEREIRA BARBOSA

26 - Processo nº: 11845.000162/2007-15 - Recorrente: FRANCISCO DAS CHAGAS ALI BUCAR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

27 - Processo nº: 13161.720199/2007-70 - Recorrente: RENATO EUGENIO DE REZENDE BARBOSA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

28 - Processo nº: 13227.720730/2011-89 - Recorrente: LUIZ MOACIR DE MEDEIROS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: RAYANA ALVES DE OLIVEIRA FRANCA

29 - Processo nº: 10183.720437/2007-09 - Recorrente: LUIZ CLAUDIO FONTES DE SALLES GRACA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

30 - Processo nº: 10183.720479/2007-31 - Recorrente: LUIZ CLAUDIO FONTES DE SALLES GRACA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

31 - Processo nº: 10183.720542/2007-30 - Recorrente: SAENGE ENGENHARIA DE SANEAMENTO E EDIFICACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: EDUARDO TADEU FARAH

32 - Processo nº: 19515.001101/2010-14 - Recorrente: DINA KRYSS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

33 - Processo nº: 19515.000477/2003-74 - Recorrente: TEREZA HIDEKO SATO HAYASHI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

34 - Processo nº: 10070.000349/00-17 - Embargante: DRJ/RJ II e Interessado: KINROSS PARTICIPACOES LTDA - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Relator: RODRIGO SANTOS MASSET LACOMBE

35 - Processo nº: 13312.000662/2007-92 - Recorrente: ZULEIDE COUTINHO DE LOIOLA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

36 - Processo nº: 15983.000366/2006-33 - Recorrente: CARLOS ALBERTO ZANAN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

37 - Processo nº: 10280.001174/2007-29 - Recorrente: NORMA DO SOCORRO RODRIGUES DOS SANTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 13 DE MARÇO DE 2013, ÀS 14:00 HORAS

Relator: RAYANA ALVES DE OLIVEIRA FRANCA

38 - Processo nº: 10280.720385/2008-45 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: SUMAL SURUBIJU MADEIRAS LTDA - RECURSO DE OFÍCIO

39 - Processo nº: 10280.720393/2008-91 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: SUMAL SURUBIJU MADEIRAS LTDA - RECURSO DE OFÍCIO

40 - Processo nº: 10218.000497/2004-14 - Recorrente: FECULA DA AMAZONIA IND E COMERCIO SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

41 - Processo nº: 10680.002263/2006-07 - Recorrente: SYDNEY WENCESLAU DE FREITAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

42 - Processo nº: 19515.002621/2003-15 - Recorrente: LUIZ ANTONIO RODRIGUES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: EDUARDO TADEU FARAH

43 - Processo nº: 13708.000334/2004-08 - Recorrente: EDILSON DO NASCIMENTO VIANNA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

44 - Processo nº: 13987.000251/2007-64 - Recorrente: NERI MENDES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

45 - Processo nº: 13878.000242/2007-19 - Recorrente: TARCISO ALBERTO BARBIERI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: RODRIGO SANTOS MASSET LACOMBE

46 - Processo nº: 10384.002399/2007-34 - Recorrente: FAUSTO DE SOUSA BRANDAO NETO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

47 - Processo nº: 10510.001332/2007-90 - Recorrente: JOSE ELITO DE VASCONCELOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

48 - Processo nº: 10640.001988/2006-46 - Recorrente: JULIO CESAR DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 14 DE MARÇO DE 2013, ÀS 09:00 HORAS

Relator: MARCIO DE LACERDA MARTINS

49 - Processo nº: 10166.727557/2011-13 - Recorrentes: EDUARDO ANTONIO NINA OLIVEIRA e FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO E RECURSO DE OFÍCIO

50 - Processo nº: 13794.720143/2012-36 - Recorrente: ARMANDO SOTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

51 - Processo nº: 13787.720076/2012-49 - Recorrente: ROBERTO CARLOS BARBOSA DE CARVALHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

52 - Processo nº: 13851.720290/2011-01 - Recorrente: MARCHESAN IMPLEMENTOS E MAQUINAS AGRICOLAS TATU S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

53 - Processo nº: 10384.721923/2011-56 - Recorrente: ANGELA MARIA DE CARVALHO MELO CAVALCANTI SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

54 - Processo nº: 19515.002124/2010-38 - Recorrentes: RICARDO ABECASSIS ESPIRITO SANTO SILVA e FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO e RECURSO DE OFÍCIO

DIA 14 DE MARÇO DE 2013, ÀS 14:00 HORAS

Relator: RODRIGO SANTOS MASSET LACOMBE

55 - Processo nº: 10640.002148/2006-09 - Recorrente: CARLOS ALBERTO TAVARES CORREA BARBOSA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

MARIA HELENA COTTA CARDOZO
Presidente da Turma

EVELINE COÊLHO DE MELO HOMAR
Chefe de Secretaria

2ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no SETOR COMERCIAL SUL, QUADRA 01, BLOCO J, EDIFÍCIO ALVORADA, 3º ANDAR, SALA 304, BRASÍLIA/DF.

Observação: Serão julgados na primeira Sessão Ordinária subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

DIA 12 DE MARÇO DE 2013, ÀS 09:00 HORAS

Relator: ANTONIO LOPO MARTINEZ

1 - Processo nº: 10830.725209/2011-21 - Recorrente: MIRIAM TRIVELLATO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

2 - Processo nº: 19515.003477/2010-55 - Recorrente: SCOPUS TECNOLOGIA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

3 - Processo nº: 11516.006290/2009-58 - Recorrente: ODILON CASAGRANDE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

4 - Processo nº: 10166.010268/2002-91 - Recorrente: CAIXA ECONOMICA FEDERAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

5 - Processo nº: 10530.726486/2011-36 - Recorrentes: CARLOS AUGUSTO PIMENTA DA SILVA e FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO e RECURSO DE OFÍCIO

6 - Processo nº: 11080.009206/2002-49 - Recorrentes: COMPANHIA RIOGRANDENSE DE TELECOMUNICACO e FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO e RECURSO DE OFÍCIO

Relator: ODMIR FERNANDES

7 - Processo nº: 12448.735988/2011-12 - Recorrente: ALESSANDRO MONTEIRO MORGADO HORTA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

8 - Processo nº: 12448.736150/2011-46 - Recorrente: ANDRE FERNANDES LOPES DIAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

9 - Processo nº: 12448.736590/2011-01 - Recorrente: ANDRE SCHWARTZ e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

10 - Processo nº: 12448.735361/2011-61 - Recorrente: PAULO FERNANDO CARVALHO DE OLIVEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: MARIA LUCIA MONIZ DE ARAGAO CALOMINO ASTORGA

11 - Processo nº: 16832.000108/2010-20 - Recorrente: TELE NORTE LESTE PARTICIPACOES S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

12 - Processo nº: 13003.000262/2005-17 - Recorrente: MUNDIAL S.A. - PRODUTOS DE CONSUMO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: RAFAEL PANDOLFO

13 - Processo nº: 10580.721051/2007-23 - Recorrente: MARIA CRISTINA CAVALCANTI LUCAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

14 - Processo nº: 10580.720988/2007-81 - Recorrente: JONIVAL LUCAS DA SILVA JUNIOR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

15 - Processo nº: 10820.002318/2006-29 - Recorrente: JOSE MOLINA NETO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

16 - Processo nº: 10865.000223/2008-16 - Recorrente: GUILHERME RAMOS NOGUEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 12 DE MARÇO DE 2013, ÀS 14:00 HORAS

Relator: ANTONIO LOPO MARTINEZ

17 - Processo nº: 16004.001387/2010-00 - Recorrente: NILSON RIGA VITALE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

18 - Processo nº: 19515.002544/2007-19 - Recorrentes: RENE GOMES DE SOUSA e FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO e RECURSO DE OFÍCIO

19 - Processo nº: 19740.000206/2003-55 - Recorrente: BANCO NACIONAL S A EM LIQUIDACAO EXTRAJUDICIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

20 - Processo nº: 13687.000071/2005-03 - Recorrente: JOSE MANUEL PINHEIRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

21 - Processo nº: 10725.000294/2010-38 - Recorrente: GUILHERME FERREIRA PINTO FILHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

22 - Processo nº: 11543.005137/2002-18 - Recorrente: SINDICATO DOS DESPACHANTES ADUANEIROS DO ESPIRITO SANTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

23 - Processo nº: 10183.720496/2007-79 - Recorrente: SERGIO CASALI PRANDINI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: ODMIR FERNANDES

24 - Processo nº: 10882.720449/2011-24 - Recorrente: WESER LOCACAO DE MAQUINAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

25 - Processo nº: 18186.002522/2007-65 - Recorrente: CLAUDE SUZANNE VANIER DEFFOREY e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

26 - Processo nº: 10835.000218/2006-07 - Recorrente: NAVEGACAO FLUVIAL SAO PAULO MATO GROSSO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: MARIA LUCIA MONIZ DE ARAGAO CALOMINO ASTORGA

27 - Processo nº: 19515.003875/2007-76 - Recorrente: ARTHUR LUNDGREN TEC S.A C PERNAMBUCANAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

28 - Processo nº: 14041.000440/2007-70 - Recorrente: UNIMED BRASILIA COOPE. DE TRAB. MEDICO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: RAFAEL PANDOLFO

29 - Processo nº: 12448.736151/2011-91 - Recorrente: BRUNO CONSTANTINO ALEXANDRE DOS SANTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

30 - Processo nº: 19515.003605/2007-65 - Recorrente: MANUEL GONCALVES PACHECO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

31 - Processo nº: 19647.011786/2006-17 - Recorrente: JOSE ADALBERTO BARBOSA DE ARRUDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

32 - Processo nº: 15504.017563/2010-13 - Recorrente: MARCOS JULIANO LUCAS DE CARVALHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: PEDRO ANAN JUNIOR

33 - Processo nº: 19515.004392/2007-99 - Recorrentes: JOAO PAULO ELLIS KARMANN e FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO e RECURSO DE OFÍCIO

34 - Processo nº: 10140.720026/2007-10 - Recorrente: AGROPECUARIA GLIMDAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

35 - Processo nº: 10630.720385/2008-28 - Recorrente: GENUINO DA ROCHA NETTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

36 - Processo nº: 10640.000490/2010-42 - Recorrente: LUIZ AUGUSTO DO VALLE DE LIMA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 13 DE MARÇO DE 2013, ÀS 09:00 HORAS

Relator: ANTONIO LOPO MARTINEZ

37 - Processo nº: 10183.720553/2007-10 - Recorrente: TAQUARI EMPREENDIMENTOS AGROPECURIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

38 - Processo nº: 10183.005186/2005-69 - Recorrentes: COLNIZA COLONIZACAO COM EIND LTDA e FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO e RECURSO DE OFÍCIO

39 - Processo nº: 10166.722899/2010-66 - Recorrente: WALMIR DUMONT DE RESENDE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

40 - Processo nº: 10580.733233/2010-42 - Recorrente: ANIA BILLIAN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

41 - Processo nº: 10183.006089/2005-93 - Recorrente: AGROPECUARIA SANTA MARIA DO PANTANAL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

42 - Processo nº: 19515.003390/2005-11 - Recorrente: VANDERLEI D ANGELO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

43 - Processo nº: 16327.001906/2008-64 - Recorrente: BANCO SANTANDER S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: ODMIR FERNANDES

44 - Processo nº: 12448.736152/2011-35 - Recorrente: RICARDO TAKAO KOBAYASHI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

45 - Processo nº: 12448.736589/2011-79 - Recorrente: RONALDO DUCHOVNY BORUCHOVITCH e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

46 - Processo nº: 10384.007357/2008-71 - Recorrente: JOAQUIM SATIRO DE MENDONCA FILHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: MARIA LUCIA MONIZ DE ARAGAO CALOMINO ASTORGA

47 - Processo nº: 10865.722857/2011-29 - Recorrente: SOMAR - COOPERATIVA DE ENERGIA ELETRICA E DESENVOLVIMENTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

48 - Processo nº: 10580.008503/2003-54 - Recorrente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: RAFAEL PANDOLFO

49 - Processo nº: 10945.000986/2009-58 - Recorrente: LAERCIO APARECIDO TIROLTI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

50 - Processo nº: 19515.000879/2004-50 - Recorrente: FRANCISCO RAYMUNDO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

51 - Processo nº: 15540.720211/2011-93 - Recorrente: UNIAO DE LOJAS LEADER S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: PEDRO ANAN JUNIOR

52 - Processo nº: 10935.006267/2009-60 - Recorrente: SAULI JOSE SPANHOLI JUNIOR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

53 - Processo nº: 10950.004800/2008-80 - Recorrente: OSMAR MARGARIDO DOS SANTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

54 - Processo nº: 13502.000765/2006-34 - Recorrente: LUIZ EDSON DA SILVA BASTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

55 - Processo nº: 16327.003022/2003-30 - Recorrente: CITIBANK DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOB SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 13 DE MARÇO DE 2013, ÀS 14:00 HORAS

Relator: ANTONIO LOPO MARTINEZ

56 - Processo nº: 13161.720304/2008-51 - Embargante: CAETANO AGRARIO BELTRAN CERVANTES e Embargada: FAZENDA NACIONAL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

57 - Processo nº: 13161.720208/2007-22 - Embargante: CAETANO AGRARIO BELTRAN CERVANTES e Embargada: FAZENDA NACIONAL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

58 - Processo nº: 10283.721374/2009-33 - Embargante: WOW AMAZONIAN RESORTS LTDA e Embargada: FAZENDA NACIONAL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

59 - Processo nº: 13063.000340/99-05 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: HELMUTH OTTO MOLKE - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

60 - Processo nº: 10920.000934/2005-36 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: JAIME MATOS FERREIRA - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

61 - Processo nº: 10640.720122/2008-08 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: ROSANI BAUER RAMOS - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

62 - Processo nº: 10830.008819/2003-57 - Embargante: REINALDO APARECIDO QUAGLIO e Embargada: FAZENDA NACIONAL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Relator: ODMIR FERNANDES

63 - Processo nº: 10245.720122/2011-68 - Recorrente: JOSE LOPES PRIMO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

64 - Processo nº: 10680.010924/2003-17 - Recorrente: LABORATORIO BELCOLOR LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

65 - Processo nº: 10166.720239/2010-41 - Recorrente: LUIZ CARLOS DOS REIS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: RAFAEL PANDOLFO

66 - Processo nº: 18471.000119/2007-86 - Recorrente: DISTRIBUIDORA KARDU DE ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

67 - Processo nº: 18471.001300/2007-18 - Recorrente: MANUEL DA EIRA DINIS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

68 - Processo nº: 19515.001810/2007-96 - Recorrente: MARCO ANTONIO SUDANO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

69 - Processo nº: 19515.008128/2008-13 - Recorrente: MARINGA PASSAGENS E TURISMO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: PEDRO ANAN JUNIOR

70 - Processo nº: 18471.001642/2007-20 - Recorrente: ANTONIO BERNARDO HERRMANN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

71 - Processo nº: 19515.004394/2007-88 - Recorrentes: VICENTE PAULO GRAGNANO e FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO e RECURSO DE OFÍCIO

72 - Processo nº: 19515.004894/2008-09 - Recorrente: RICARDO ONO HAYAMA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: NELSON MALLMANN

73 - Processo nº: 11060.724059/2011-60 - Recorrente: HERMINDO FRACAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

74 - Processo nº: 11516.004850/2009-30 - Recorrente: FUNDACAO EDUCACIONAL DE CRICIUMA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

75 - Processo nº: 19515.002516/2006-11 - Recorrente: BOMBRIL SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 14 DE MARÇO DE 2013, ÀS 09:00 HORAS

Relator: NELSON MALLMANN

76 - Processo nº: 10680.004497/2003-38 - Recorrente: JOSE ALBERTO MAGNO DE CARVALHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 14 DE MARÇO DE 2013, ÀS 14:00 HORAS

Relator: NELSON MALLMANN

77 - Processo nº: 13706.001405/2007-44 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: RUTH AMORA RAMOS - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

NELSON MALLMANN
Presidente da Turma

EVELINE COÊLHO DE MELO HOMAR
Chefe de Secretaria

2ª TURMA ESPECIAL

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no SETOR COMERCIAL SUL, QUADRA 01, BLOCO J, EDIFÍCIO ALVORADA, 5º ANDAR, SALA 504, EM BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL.

Observação: Serão julgados na primeira Sessão Ordinária subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

DIA 12 DE MARÇO DE 2013, ÀS 09:00 HORAS

Relator: JACI DE ASSIS JUNIOR

1 - Processo nº: 11080.014292/2007-16 - Recorrente: CLEUZA DURILDA PILLA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

2 - Processo nº: 13951.000997/2008-66 - Recorrente: DIRCE AKEMI SASAHARA AZUMA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

3 - Processo nº: 16707.000256/2007-84 - Recorrente: ELDRO SUCUPIRA FEITOSA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: DAYSE FERNANDES LEITE

4 - Processo nº: 12196.000143/2009-05 - Recorrente: CRISTIANE BARRETO NOGUEIRA RIZKALLAH e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

5 - Processo nº: 13154.000142/2008-21 - Recorrente: DORISVAL ALVES TENORIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

6 - Processo nº: 10183.001371/2005-84 - Recorrente: GERALDO FERRONATO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: CARLOS ANDRE RIBAS DE MELLO

7 - Processo nº: 10840.002713/2004-10 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: MAURO TODESCHINI - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

8 - Processo nº: 11610.004405/2010-35 - Recorrente: RUBENS PELEGRINO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

9 - Processo nº: 11610.004792/2010-18 - Recorrente: PEDRO PAULO DE MELO SARAIVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: GERMAN ALEJANDRO SAN MARTIN FERNANDEZ

10 - Processo nº: 17883.000072/2005-84 - Recorrente: ANTONIO CANDIDO CARDAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

11 - Processo nº: 13964.000739/2008-31 - Recorrente: ANTONIO CARLOS ALVES DE SOUZA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

12 - Processo nº: 16641.000080/2007-72 - Recorrente: CARLEANS MADRUGA DE BRITO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 12 DE MARÇO DE 2013, ÀS 14:00 HORAS

Relator: JACI DE ASSIS JUNIOR

13 - Processo nº: 11060.000446/2001-35 - Recorrente: SOCIEDADE VICENTE PALLOTTI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: DAYSE FERNANDES LEITE

14 - Processo nº: 10935.004810/2008-11 - Recorrente: IRONDI DO PRADO GONCALVES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

15 - Processo nº: 10280.003500/2007-32 - Recorrente: JEAN CARLO RODRIGUES PEREIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

16 - Processo nº: 10660.003565/2008-94 - Recorrente: JOSE LEIR PARAIZO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: CARLOS ANDRE RIBAS DE MELLO

17 - Processo nº: 11618.001953/2011-14 - Recorrente: GILDO MACHADO KLAFKE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

18 - Processo nº: 11831.002650/2001-12 - Recorrente: HENRIQUE KRACOCHANSKY e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

19 - Processo nº: 10980.720053/2011-79 - Recorrente: SERGIO LUIZ TORTATO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: GERMAN ALEJANDRO SAN MARTIN FERNANDEZ

20 - Processo nº: 13884.000488/2009-65 - Recorrente: CARLOS ALBERTO BARRETO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

21 - Processo nº: 13864.000253/2006-69 - Recorrente: CHARLES MACHADO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

22 - Processo nº: 13893.000411/2009-86 - Recorrente: CHRISTIANE NAGIB BOUCAULT e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: JORGE CLAUDIO DUARTE CARDOSO

23 - Processo nº: 10980.012533/2005-14 - Recorrente: IVAN MONTEIRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

24 - Processo nº: 13706.001929/2007-35 - Recorrente: MYRA SABOYA BEZERRA DE MENEZES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

25 - Processo nº: 13706.002501/2007-18 - Recorrente: MYRA SABOYA BEZERRA DE MENEZES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 13 DE MARÇO DE 2013, ÀS 09:00 HORAS

Relator: JACI DE ASSIS JUNIOR

26 - Processo nº: 13804.006288/2010-01 - Recorrente: ROSA MARIA BURATTI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

27 - Processo nº: 13804.006295/2010-02 - Recorrente: ROSA MARIA BURATTI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

28 - Processo nº: 13804.006305/2010-00 - Recorrente: ROSA MARIA BURATTI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: DAYSE FERNANDES LEITE

29 - Processo nº: 13837.000189/2009-96 - Recorrente: JOVAIR DIAS DE MORAES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

30 - Processo nº: 10680.011980/2006-11 - Recorrente: LEONOR FERRON CAMPOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

31 - Processo nº: 13738.000439/2008-25 - Recorrente: MARCUS ANDRE CANTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: CARLOS ANDRE RIBAS DE MELLO

32 - Processo nº: 11831.002883/2007-19 - Recorrente: LUIZ AZIZ e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

33 - Processo nº: 12326.000108/2010-99 - Recorrente: MARIA LUCIA JAEGGER SOARES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

34 - Processo nº: 12326.004439/2010-06 - Recorrente: VALDEIR DE CARVALHO BARCELLOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

35 - Processo nº: 12448.724800/2011-19 - Recorrente: MERCIA FURTADO VARELLA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: GERMAN ALEJANDRO SAN MARTIN FERNANDEZ

36 - Processo nº: 15504.017501/2010-10 - Recorrente: CID AFONSO BULDRINI FILOGONIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

37 - Processo nº: 15504.017502/2010-56 - Recorrente: CID AFONSO BULDRINI FILOGONIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: JORGE CLAUDIO DUARTE CARDOSO

38 - Processo nº: 13862.000192/2010-36 - Recorrente: HELIO TEIXEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

39 - Processo nº: 13910.000753/2008-60 - Recorrente: HELIO FORTE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

40 - Processo nº: 10880.027887/91-06 - Recorrente: REMOLO CIOLA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

41 - Processo nº: 10930.000061/2010-18 - Recorrente: JOAO ALBERTO FELIPE PONTES DA SILVA COELHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

42 - Processo nº: 10930.001995/2007-63 - Recorrente: JOAO ALBERTO FELIPE PONTES DA SILVA COELHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 13 DE MARÇO DE 2013, ÀS 14:00 HORAS

Relator: JACI DE ASSIS JUNIOR

43 - Processo nº: 13748.000397/2009-94 - Recorrente: ELIANE VALLE DE MELLO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

44 - Processo nº: 13770.002651/2008-21 - Recorrente: ELIAS GONCALVES DIAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

45 - Processo nº: 13821.000062/2008-65 - Recorrente: ELIAS MEDEIROS PACHECO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

46 - Processo nº: 13821.000135/2008-19 - Recorrente: ELIAS MEDEIROS PACHECO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: DAYSE FERNANDES LEITE

47 - Processo nº: 10840.001657/2006-50 - Recorrente: MARCOS ISAIAS FLAUSINO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

48 - Processo nº: 11543.001056/2007-45 - Recorrente: MARILUCIA DA SILVA DALLA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

49 - Processo nº: 10940.002623/2008-16 - Recorrente: OSMAR RICKLI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: CARLOS ANDRE RIBAS DE MELLO

50 - Processo nº: 13002.720517/2011-10 - Recorrente: NORBERTO KLEY DE CARLI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

51 - Processo nº: 13002.720640/2011-22 - Recorrente: JUSSARA TERESINHA PAQUEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

52 - Processo nº: 10660.003098/2008-01 - Recorrente: ALBERTO MORETTI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

53 - Processo nº: 13629.002627/2008-25 - Recorrente: LOURIVAL LIMA DUARTE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: JORGE CLAUDIO DUARTE CARDOSO

54 - Processo nº: 11060.002539/2009-51 - Recorrente: HELIO LEAES HEY e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

55 - Processo nº: 11080.000515/2009-20 - Recorrente: GRAZIELA TEREZINHA BRUNI PINHEIRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

56 - Processo nº: 11070.000423/2007-05 - Recorrente: JOAO ALBERTO TERRA DO AMARAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 14 DE MARÇO DE 2013, ÀS 09:00 HORAS

Relator: DAYSE FERNANDES LEITE

57 - Processo nº: 13643.000560/2008-14 - Recorrente: ROMULO MENDES DAVILA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

58 - Processo nº: 11080.002842/2007-54 - Recorrente: TEREZINHA DOS SANTOS BITTENCOURT e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 14 DE MARÇO DE 2013, ÀS 14:00 HORAS

Relator: JORGE CLAUDIO DUARTE CARDOSO

59 - Processo nº: 18186.003821/2010-12 - Recorrente: FRANCISCO JULIANO BERALDI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

60 - Processo nº: 18186.003890/2010-26 - Recorrente: FRANCISCO JULIANO BERALDI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

JORGE CLAUDIO DUARTE CARDOSO
Presidente da Turma

EVELINE COÊLHO DE MELO HOMAR
Chefe de Secretaria

3ª CÂMARA
1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco 'J', Ed. Alvorada. CEP: 70.396-900. Brasília - DF - Telefone: (61)3412-7665

Observação: Serão julgados na primeira Sessão Ordinária subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

DIA 12 DE MARÇO DE 2013, ÀS 09:00 HORAS

Relator: BERNADETE DE OLIVEIRA BARROS

1 - Processo nº: 11522.001798/2010-14 - Recorrente: SANTISTA DISTRIBUICOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-11-29 00:00:00

2 - Processo nº: 11522.001957/2010-81 - Recorrente: SANTISTA DISTRIBUICOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-12-29 00:00:00

3 - Processo nº: 11522.001956/2010-36 - Recorrente: SANTISTA DISTRIBUICOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-12-29 00:00:00

4 - Processo nº: 11522.001955/2010-91 - Recorrente: SANTISTA DISTRIBUICOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-12-29 00:00:00

5 - Processo nº: 11522.001954/2010-47 - Recorrente: SANTISTA DISTRIBUICOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-12-29 00:00:00

6 - Processo nº: 11522.001953/2010-01 - Recorrente: SANTISTA DISTRIBUICOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-12-29 00:00:00

7 - Processo nº: 11522.001952/2010-58 - Recorrente: SANTISTA DISTRIBUICOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-12-29 00:00:00

8 - Processo nº: 11522.001951/2010-11 - Recorrente: SANTISTA DISTRIBUICOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-12-29 00:00:00

9 - Processo nº: 11522.001950/2010-69 - Recorrente: SANTISTA DISTRIBUICOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-12-29 00:00:00

10 - Processo nº: 11522.001949/2010-34 - Recorrente: SANTISTA DISTRIBUICOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-12-29 00:00:00

11 - Processo nº: 11522.001948/2010-90 - Recorrente: SANTISTA DISTRIBUICOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-12-29 00:00:00

12 - Processo nº: 11522.001947/2010-45 - Recorrente: SANTISTA DISTRIBUICOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-12-29 00:00:00

Relator: LEONARDO HENRIQUE PIRES LOPES

13 - Processo nº: 15375.000787/2009-75 - Recorrente: HOSPITAL E MATERNIDADE SANTA RITA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2009-01-19 00:00:00

14 - Processo nº: 36958.000897/2007-94 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: MARTINS COMERCIO E SERVICOS DE DISTRIBUICAO S/A - 2007-09-18 00:00:00

Relator: MAURO JOSE SILVA

15 - Processo nº: 19515.000580/2010-43 - Nome do Contribuinte: FUNDACAO CASPER LIBERO - 2010-03-15 00:00:00

16 - Processo nº: 11080.724975/2010-81 - Recorrente: NORTE GAS COMERCIO E DISTRIBUICAO DE GAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-11-04 00:00:00

17 - Processo nº: 11080.724977/2010-70 - Recorrente: NORTE GAS COMERCIO E DISTRIBUICAO DE GAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-11-04 00:00:00

18 - Processo nº: 11080.724978/2010-14 - Recorrente: NORTE GAS COMERCIO E DISTRIBUICAO DE GAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-11-04 00:00:00

Relator: WILSON ANTONIO DE SOUZA CORREA

19 - Processo nº: 10805.722955/2011-71 - Recorrente: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2011-12-19 00:00:00

20 - Processo nº: 10935.720869/2012-29 - Recorrente: SANTA IZABEL DO OESTE PREFEITURA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2012-04-03 00:00:00

21 - Processo nº: 10935.720870/2012-53 - Recorrente: SANTA IZABEL DO OESTE PREFEITURA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2012-04-03 00:00:00

Relator: DAMIAO CORDEIRO DE MORAES

22 - Processo nº: 10580.726847/2009-34 - Recorrente: CARDIO PULMONAR SERVICOS MEDICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2009-11-03 00:00:00

23 - Processo nº: 10580.726848/2009-89 - Recorrente: CARDIO PULMONAR SERVICOS MEDICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2009-11-03 00:00:00

24 - Processo nº: 10580.726850/2009-58 - Recorrente: CARDIO PULMONAR SERVICOS MEDICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2009-11-03 00:00:00

25 - Processo nº: 10580.726851/2009-01 - Recorrente: CARDIO PULMONAR SERVICOS MEDICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2009-11-03 00:00:00

26 - Processo nº: 10580.726853/2009-91 - Recorrente: CARDIO PULMONAR SERVICOS MEDICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2009-11-03 00:00:00

DIA 12 DE MARÇO DE 2013, ÀS 14:00 HORAS

Relator: BERNADETE DE OLIVEIRA BARROS

27 - Processo nº: 10680.723049/2011-47 - Recorrente: CASA DE SAUDE E MATERNIDADE SANTA FE S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2011-05-10 00:00:00

28 - Processo nº: 10830.721815/2011-78 - Recorrente: REAL ENCOMENDAS E CARGAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2011-06-09 00:00:00

Relator: MAURO JOSE SILVA

29 - Processo nº: 10166.720037/2010-07 - Recorrente: EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-01-08 00:00:00

30 - Processo nº: 10166.720039/2010-98 - Recorrente: EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-01-08 00:00:00

31 - Processo nº: 11080.724976/2010-25 - Recorrente: NORTE GAS COMERCIO E DISTRIBUICAO DE GAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-11-04 00:00:00

32 - Processo nº: 11516.721269/2011-09 - Recorrente: ABIRUSH AUTOMACAO E SISTEMAS S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2011-07-15 00:00:00

33 - Processo nº: 12268.000626/2008-20 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ASSOCIACAO PARANAENSE DE CULTURA - APC - 2008-11-25 00:00:00

Relator: WILSON ANTONIO DE SOUZA CORREA

34 - Processo nº: 11020.721797/2012-11 - Recorrente: TRANSPORTES TRANSLOVATO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2012-05-10 00:00:00

35 - Processo nº: 11020.721801/2012-32 - Recorrente: TRANSPORTES TRANSLOVATO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2012-05-10 00:00:00

36 - Processo nº: 13603.723497/2011-51 - Recorrente: FIAT AUTOMOVEIS SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2011-09-13 00:00:00

37 - Processo nº: 11080.723860/2010-79 - Recorrente: SPORT CLUB INTERNACIONAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-09-17 00:00:00

Relator: DAMIAO CORDEIRO DE MORAES

38 - Processo nº: 10480.721443/2010-16 - Recorrente: PROVIDER SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-07-06 00:00:00

39 - Processo nº: 10783.720380/2012-38 - Recorrente: AGUAS MINERAIS BRASILEIRAS LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2012-02-17 00:00:00

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

40 - Processo nº: 10783.725549/2011-65 - Recorrente: INSTALADORA CORREA DE ALMEIDA LTDA ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2011-12-19 00:00:00

Relator: BERNADETE DE OLIVEIRA BARROS

41 - Processo nº: 10120.011370/2009-14 - Recorrente: SERCA CONSTRUTORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2009-10-28 00:00:00

Relator: MAURO JOSE SILVA

42 - Processo nº: 15504.016045/2008-68 - Recorrentes: CAIXA DE ASSISTENCIA DOS ADVOGADOS DE MINAS GERAIS e FAZENDA NACIONAL - 2008-09-10 00:00:00

43 - Processo nº: 15504.016047/2008-57 - Recorrentes: CAIXA DE ASSISTENCIA DOS ADVOGADOS DE MINAS GERAIS e FAZENDA NACIONAL - 2008-09-10 00:00:00

DIA 13 DE MARÇO DE 2013, ÀS 09:00 HORAS

Relator: BERNADETE DE OLIVEIRA BARROS

44 - Processo nº: 13609.720205/2012-50 - Recorrente: VOTORANTIM METAIS ZINCO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2012-02-16 00:00:00

45 - Processo nº: 35464.004723/2006-17 - Nome do Contribuinte: PEPSICO DO BRASIL LTDA - 2007-06-06 00:00:00

46 - Processo nº: 13864.000498/2010-72 - Recorrente: TOWER AUTOMOTIVE DO BRASIL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-12-13 00:00:00

47 - Processo nº: 13864.000497/2010-28 - Recorrente: TOWER AUTOMOTIVE DO BRASIL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-12-13 00:00:00

48 - Processo nº: 13864.000494/2010-94 - Recorrente: TOWER AUTOMOTIVE DO BRASIL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-12-13 00:00:00

49 - Processo nº: 13864.000493/2010-40 - Recorrente: TOWER AUTOMOTIVE DO BRASIL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-12-13 00:00:00

50 - Processo nº: 13864.000492/2010-03 - Recorrente: TOWER AUTOMOTIVE DO BRASIL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-12-13 00:00:00

51 - Processo nº: 13864.000491/2010-51 - Recorrente: TOWER AUTOMOTIVE DO BRASIL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-12-13 00:00:00

Relator: LEONARDO HENRIQUE PIRES LOPES

52 - Processo nº: 13864.000508/2010-70 - Recorrente: TIVIT TERCEIRIZACAO DE PROCESSOS, SERVICOS E TECNOLOGIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-12-17 00:00:00

53 - Processo nº: 13864.000509/2010-14 - Recorrente: TIVIT TERCEIRIZACAO DE PROCESSOS, SERVICOS E TECNOLOGIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-12-17 00:00:00

54 - Processo nº: 13864.000510/2010-49 - Recorrente: TIVIT TERCEIRIZACAO DE PROCESSOS, SERVICOS E TECNOLOGIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-12-17 00:00:00

Relator: MAURO JOSE SILVA

55 - Processo nº: 10283.000259/2008-41 - Recorrente: PLANAVE NAVEGACAO DA AMAZONIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2008-01-16 00:00:00

56 - Processo nº: 10410.007263/2008-37 - Recorrente: PENEDO AGRO INDUSTRIAL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2008-09-25 00:00:00

57 - Processo nº: 13016.000368/2007-25 - Recorrente: FRINAL S.A - FRIG E INTEGRACAO AVICOLA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-08-22 00:00:00

58 - Processo nº: 16045.000536/2007-23 - Nome do Contribuinte: INDUSTRIAS QUIMICAS TAUBATE S/A - IQT - 2007-09-26 00:00:00

Relator: WILSON ANTONIO DE SOUZA CORREA

59 - Processo nº: 11080.728104/2011-17 - Nome do Contribuinte: GREMIO FOOTBALL PORTO ALEGRENSE - 2011-09-03 00:00:00

60 - Processo nº: 13433.720713/2011-14 - Nome do Contribuinte: LUCRECIA PREFEITURA - 2011-06-24 00:00:00

61 - Processo nº: 10580.723763/2009-49 - Recorrente: SARTRE EMPREENDIMENTOS EDUCACIONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2009-07-27 00:00:00

62 - Processo nº: 10680.723455/2010-29 - Recorrente: HOSPITAL SOCOR S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-09-23 00:00:00

63 - Processo nº: 11634.001317/2010-11 - Nome do Contribuinte: USINA CENTRAL DE PARANA SA AGRIC IND E COM - 2010-08-31 00:00:00

64 - Processo nº: 11080.728105/2011-61 - Nome do Contribuinte: GREMIO FOOTBALL PORTO ALEGRENSE - 2011-09-03 00:00:00

65 - Processo nº: 15504.018415/2008-00 - Nome do Contribuinte: MANGABEIRAS ENSINO FUNDAMENTAL LTDA. - 2008-10-20 00:00:00

66 - Processo nº: 15504.018417/2008-91 - Nome do Contribuinte: MANGABEIRAS ENSINO FUNDAMENTAL LTDA. - 2008-10-20 00:00:00

67 - Processo nº: 15504.018418/2008-35 - Nome do Contribuinte: MANGABEIRAS ENSINO FUNDAMENTAL LTDA. - 2008-10-20 00:00:00

68 - Processo nº: 16327.001654/2010-98 - Recorrente: BANCO SAFRA S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-12-14 00:00:00

69 - Processo nº: 16327.001655/2010-32 - Recorrente: BANCO SAFRA S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-12-14 00:00:00

70 - Processo nº: 16327.001656/2010-87 - Recorrente: BANCO SAFRA S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-12-14 00:00:00

DIA 13 DE MARÇO DE 2013, ÀS 14:00 HORAS

Relator: BERNADETE DE OLIVEIRA BARROS

71 - Processo nº: 10909.006800/2008-20 - Recorrente: SEARA ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2008-11-27 00:00:00

72 - Processo nº: 11557.002130/2009-53 - Recorrente: HORTIGIL HORTIFRUTI S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2009-06-10 00:00:00

73 - Processo nº: 13864.000490/2010-14 - Recorrente: TOWER AUTOMOTIVE DO BRASIL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-12-13 00:00:00

Relator: LEONARDO HENRIQUE PIRES LOPES

74 - Processo nº: 13864.000511/2010-93 - Recorrente: TIVIT TERCEIRIZACAO DE PROCESSOS, SERVICOS E TECNOLOGIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-12-17 00:00:00

75 - Processo nº: 13864.000512/2010-38 - Recorrente: TIVIT TERCEIRIZACAO DE PROCESSOS, SERVICOS E TECNOLOGIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-12-17 00:00:00

76 - Processo nº: 13864.000525/2010-15 - Recorrente: TIVIT TERCEIRIZACAO DE PROCESSOS, SERVICOS E TECNOLOGIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-12-17 00:00:00

77 - Processo nº: 13864.000534/2010-06 - Recorrente: TIVIT TERCEIRIZACAO DE PROCESSOS, SERVICOS E TECNOLOGIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-12-20 00:00:00

Relator: MAURO JOSE SILVA

78 - Processo nº: 13896.001980/2010-52 - Nome do Contribuinte: GP TECCALL - SERVICOS DE TELEMARKETING LTDA. - 2010-08-24 00:00:00

79 - Processo nº: 13896.001981/2010-05 - Nome do Contribuinte: GP TECCALL - SERVICOS DE TELEMARKETING LTDA. - 2010-08-24 00:00:00

Relator: ADRIANO GONZALES SILVERIO

80 - Processo nº: 16327.721048/2011-73 - Recorrente: CREDIT SUISSE HEDGING-GRIFFO ASSET MANAGEMENT S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2011-08-26 00:00:00

81 - Processo nº: 16327.721051/2011-97 - Recorrente: CREDIT SUISSE HEDGING-GRIFFO ASSET MANAGEMENT S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2011-08-29 00:00:00

Relator: DAMIAO CORDEIRO DE MORAES

82 - Processo nº: 12045.000223/2007-14 - Embargante: M.I.MONTREAL INFORMATICA LTDA e Embargada: FAZENDA NACIONAL - 2007-08-24 00:00:00

83 - Processo nº: 13962.000186/2007-55 - Recorrente: BUETTNER S A INDUSTRIA E COMERCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-06-24 00:00:00

84 - Processo nº: 14041.000092/2008-11 - Recorrente: CAIXA CAPITALIZACAO S/A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2008-01-21 00:00:00

85 - Processo nº: 14041.000673/2007-72 - Recorrentes: PALLISSANDER ENGENHARIA LTDA e FAZENDA NACIONAL - 2007-09-05 00:00:00

86 - Processo nº: 14485.001551/2007-84 - Recorrente: METROPOLITAN LIFE SEG E PREV PRIVADA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-10-30 00:00:00

87 - Processo nº: 23034.023061/2002-23 - Recorrente: UNILEVER BRASIL INDUSTRIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-09-20 00:00:00

88 - Processo nº: 23034.023074/2002-01 - Recorrente: UNILEVER BRASIL INDUSTRIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2011-08-01 00:00:00

89 - Processo nº: 23034.023102/2002-81 - Recorrente: UNILEVER BRASIL INDUSTRIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-10-20 00:00:00

90 - Processo nº: 23034.031562/2002-83 - Recorrente: UNILEVER BRASIL INDUSTRIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2011-07-19 00:00:00

Relator: BERNADETE DE OLIVEIRA BARROS

91 - Processo nº: 10680.009735/2007-25 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: ROBERTO REZENDE - 2007-07-23 00:00:00

92 - Processo nº: 14120.000064/2009-03 - Recorrente: FRIGORIFICO PERI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2009-04-28 00:00:00

93 - Processo nº: 14120.000065/2009-40 - Recorrente: FRIGORIFICO PERI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2009-04-28 00:00:00

94 - Processo nº: 14120.000068/2009-83 - Recorrente: FRIGORIFICO PERI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2009-04-28 00:00:00

Relator: ADRIANO GONZALES SILVERIO

95 - Processo nº: 15540.000187/2009-58 - Recorrente: NOGUEIRA OFFSHORE SERVICOS MARITIMOS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2009-04-29 00:00:00

96 - Processo nº: 15540.000188/2009-01 - Recorrente: NOGUEIRA OFFSHORE SERVICOS MARITIMOS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2009-04-29 00:00:00

DIA 14 DE MARÇO DE 2013, ÀS 09:00 HORAS

Relator: MARCELO OLIVEIRA

97 - Processo nº: 11853.001780/2007-75 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: CTIS TECNOLOGIA S.A - 2007-10-09 00:00:00

Relator: BERNADETE DE OLIVEIRA BARROS

98 - Processo nº: 14479.000048/2007-91 - Recorrente: LOGICTEL S/A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-09-10 00:00:00

99 - Processo nº: 14479.000049/2007-35 - Recorrente: LOGICTEL S/A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-09-10 00:00:00

100 - Processo nº: 15504.002742/2008-31 - Recorrentes: FUNDACAO HOSPITALAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS e FAZENDA NACIONAL - 2008-03-03 00:00:00

Relator: LEONARDO HENRIQUE PIRES LOPES

101 - Processo nº: 15586.000274/2008-06 - Recorrente: MAPLAN AEROLEVANTAMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2008-02-28 00:00:00

Relator: ADRIANO GONZALES SILVERIO

102 - Processo nº: 11330.001254/2007-12 - Recorrente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-11-14 00:00:00

103 - Processo nº: 15504.000187/2008-11 - Nome do Contribuinte: MINERACOES BRASILEIRAS REUNIDAS S A MBR - 2008-01-10 00:00:00

104 - Processo nº: 15889.000257/2010-71 - Recorrente: COSAN S/A INDUSTRIA E COMERCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-10-21 00:00:00

105 - Processo nº: 16095.000840/2008-66 - Recorrente: RIO NEGRO COM. E IND. DE ACO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2008-12-12 00:00:00

106 - Processo nº: 18186.000138/2007-28 - Recorrente: NESTLE BRASIL LTDA E OUTRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-06-20 00:00:00

Relator: DAMIAO CORDEIRO DE MORAES

107 - Processo nº: 14474.000268/2007-64 - Recorrente: NORMANDIE INCORP E CONSTRUCAO CIVIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-11-08 00:00:00

108 - Processo nº: 14474.000269/2007-17 - Recorrente: NORMANDIE INCORP E CONSTRUCAO CIVIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-11-08 00:00:00

109 - Processo nº: 14474.000270/2007-33 - Recorrente: NORMANDIE INCORP E CONSTRUCAO CIVIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-11-08 00:00:00

110 - Processo nº: 14474.000271/2007-88 - Recorrente: NORMANDIE INCORP E CONSTRUCAO CIVIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-11-08 00:00:00

111 - Processo nº: 14485.000390/2007-10 - Recorrentes: NESTLE BRASIL LTDA e FAZENDA NACIONAL - 2007-09-17 00:00:00

112 - Processo nº: 10580.723760/2009-13 - Recorrente: SARTRE EMPREENDIMENTOS EDUCACIONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2009-07-27 00:00:00

113 - Processo nº: 10580.726849/2009-23 - Recorrente: CARDIO PULMONAR SERVICOS MEDICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2009-11-03 00:00:00

114 - Processo nº: 10580.726852/2009-47 - Recorrente: CARDIO PULMONAR SERVICOS MEDICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2009-11-03 00:00:00

115 - Processo nº: 10830.720323/2011-65 - Recorrente: HUNTER DOUGLAS DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2011-03-21 00:00:00

116 - Processo nº: 10380.006735/2010-53 - Recorrente: MUNICIPIO DE MARACANAU - PREFEITURA MUNICIPAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-05-13 00:00:00

DIA 14 DE MARÇO DE 2013, ÀS 14:00 HORAS

Relator: BERNADETE DE OLIVEIRA BARROS

117 - Processo nº: 15892.000317/2007-09 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: FUNCRAF FUND EST TRAT DEF CRANIO FACIAIS - 2007-08-14 00:00:00

118 - Processo nº: 15892.000319/2007-90 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: FUNCRAF FUND EST TRAT DEF CRANIO FACIAIS - 2007-08-14 00:00:00

119 - Processo nº: 16542.000438/2007-85 - Recorrente: MATRIZ INTERNET S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-06-19 00:00:00

120 - Processo nº: 16542.000442/2007-43 - Recorrente: MATRIX INTERNET S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-06-20 00:00:00

121 - Processo nº: 16542.000443/2007-98 - Recorrente: MATRIX INTERNET S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-06-20 00:00:00

Relator: ADRIANO GONZALES SILVERIO

122 - Processo nº: 13888.002450/2008-14 - Recorrente: DEDINI S/A INDUSTRIAS DE BASE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2008-06-18 00:00:00

123 - Processo nº: 13888.002464/2008-20 - Recorrente: DEDINI S/A INDUSTRIAS DE BASE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2008-06-18 00:00:00

124 - Processo nº: 17546.001025/2007-41 - Recorrente: DELPHI AUTOMOTIVE SYSTEMS DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-07-13 00:00:00

Relator: DAMIAO CORDEIRO DE MORAES

125 - Processo nº: 10530.000222/2009-34 - Recorrente: PIRELLI PNEUS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2009-01-28 00:00:00

126 - Processo nº: 10530.000221/2009-90 - Recorrente: PIRELLI PNEUS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2009-01-28 00:00:00

127 - Processo nº: 10530.000218/2009-76 - Recorrente: PIRELLI PNEUS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2009-01-28 00:00:00

128 - Processo nº: 12898.000595/2009-71 - Recorrente: CONCREMAT ENGENHARIA E TECNOLOGIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2009-05-11 00:00:00

129 - Processo nº: 12898.000596/2009-16 - Recorrente: CONCREMAT ENGENHARIA E TECNOLOGIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2009-05-11 00:00:00

EXEMPLAR DE ASSINANTE VEDADA A IMPRENSA NACIONAL

130 - Processo nº: 12898.000597/2009-61 - Recorrente: CONCREMAT ENGENHARIA E TECNOLOGIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2009-05-11 00:00:00

131 - Processo nº: 15586.002463/2008-13 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ARCELORMITTAL TUBARAO COMERCIAL S.A. - 2008-12-22 00:00:00

MARCELO OLIVEIRA
Presidente da Turma

LUIZ TREZZI NETO
Secretário

2ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco 'J', Ed. Alvorada. CEP: 70.396-900. Brasília - DF - Telefone: (61)3412-7665

Observação: Serão julgados na primeira Sessão Ordinária subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

DIA 12 DE MARÇO DE 2013, ÀS 09:00 HORAS

Relator: LIEGE LACROIX THOMASI

1 - Processo nº: 14751.720224/2011-14 - Recorrente: JOAO PESSOA SECRETARIA DE FINANCAS SEFIN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2011-10-07 00:00:00

2 - Processo nº: 10920.004486/2008-92 - Nome do Contribuinte: KAVO DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - 2008-08-22 00:00:00

3 - Processo nº: 13931.000390/2007-33 - Nome do Contribuinte: JOSEFINA BRUNONI DE BAIRROS - 2007-09-04 00:00:00

Relator: ARLINDO DA COSTA E SILVA

4 - Processo nº: 10580.725554/2009-30 - Recorrente: SUPERINT DE CONTROL E ORDEN DO USO DO SOLO DO MUNICIPIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2009-09-29 00:00:00

5 - Processo nº: 10380.012985/2008-16 - Recorrente: REGINA AGROINDUSTRIAL S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2008-09-02 00:00:00

6 - Processo nº: 10670.001043/2008-39 - Recorrente: FABRICA MINEIRA DE ELETRODOS E SOLDAS DENVER SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2008-03-25 00:00:00

7 - Processo nº: 15940.000492/2010-71 - Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE IRAPURU e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-05-26 00:00:00

Relator: MANOEL COELHO ARRUDA JUNIOR

8 - Processo nº: 37170.001522/99-81 - Recorrente: PARAGAS DISTRIBUIDORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-07-12 00:00:00

DIA 12 DE MARÇO DE 2013, ÀS 14:00 HORAS

Relator: LIEGE LACROIX THOMASI

9 - Processo nº: 16832.001173/2009-39 - Nome do Contribuinte: PARS PRODUTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA - 2009-12-21 00:00:00

10 - Processo nº: 16832.001174/2009-83 - Nome do Contribuinte: PARS PRODUTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA - 2009-12-21 00:00:00

11 - Processo nº: 16832.001175/2009-28 - Nome do Contribuinte: PARS PRODUTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA - 2009-12-21 00:00:00

12 - Processo nº: 16832.001176/2009-72 - Nome do Contribuinte: PARS PRODUTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA - 2009-12-21 00:00:00

13 - Processo nº: 16832.001177/2009-17 - Nome do Contribuinte: PARS PRODUTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA - 2009-12-21 00:00:00

14 - Processo nº: 16832.001178/2009-61 - Nome do Contribuinte: PARS PRODUTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA - 2009-12-21 00:00:00

Relator: ARLINDO DA COSTA E SILVA

15 - Processo nº: 13873.000100/2011-70 - Recorrente: FUNDACAO PARA O DESENVOLVIMENTO MEDICO E HOSPITALAR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2011-02-21 00:00:00

16 - Processo nº: 13873.000608/2010-97 - Recorrente: FUNDACAO PARA O DESENVOLVIMENTO MEDICO E HOSPITALAR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-10-15 00:00:00

17 - Processo nº: 13873.000609/2010-31 - Recorrente: FUNDACAO PARA O DESENVOLVIMENTO MEDICO E HOSPITALAR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-10-15 00:00:00

Relator: ADRIANA SATO

18 - Processo nº: 10380.011156/2009-99 - Nome do Contribuinte: FUNDACAO ANA LIMA - 2009-09-01 00:00:00

19 - Processo nº: 10380.011160/2009-57 - Nome do Contribuinte: FUNDACAO ANA LIMA - 2009-09-01 00:00:00

20 - Processo nº: 10380.011161/2009-00 - Recorrente: FUNDACAO ANA LIMA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2009-09-01 00:00:00

21 - Processo nº: 10380.011346/2009-14 - Nome do Contribuinte: FUNDACAO ANA LIMA - 2009-09-03 00:00:00 - 1.20.920 - IRPJ - OUTROS

22 - Processo nº: 36968.001606/2006-85 - Recorrente: SAO JOAO EVANGELISTA PREFEITURA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-07-16 00:00:00

Relator: ARLINDO DA COSTA E SILVA

23 - Processo nº: 15504.002739/2008-18 - Recorrente: FUNDACAO HOSPITAL ESTADO DE M.G-FHEMIG e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2008-03-03 00:00:00

Relator: JULIANA CAMPOS DE CARVALHO CRUZ

24 - Processo nº: 16045.000398/2010-88 - Recorrente: CARLOS DANIEL MAGNONI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-10-14 00:00:00

Relator: MANOEL COELHO ARRUDA JUNIOR

25 - Processo nº: 37091.000335/2005-89 - Recorrente: COOPERATIVA REGIONAL TRITICOLA SANTIAGUENSE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-07-23 00:00:00

DIA 13 DE MARÇO DE 2013, ÀS 09:00 HORAS

Relator: LIEGE LACROIX THOMASI

26 - Processo nº: 11080.722787/2010-18 - Nome do Contribuinte: BANCO DO BRASIL SA - 2010-08-05 00:00:00

27 - Processo nº: 15586.001347/2009-50 - Nome do Contribuinte: META METAL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA ME - 2009-11-11 00:00:00

28 - Processo nº: 15586.720447/2012-84 - Nome do Contribuinte: BIO - KIT"S COMERCIAL LTDA -ME - 2012-05-09 00:00:00

Relator: ARLINDO DA COSTA E SILVA

29 - Processo nº: 13063.000483/2007-34 - Recorrente: ARTE.COM - EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-06-13 00:00:00

30 - Processo nº: 13063.000862/2007-24 - Recorrente: ARTE.COM - EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-10-10 00:00:00

31 - Processo nº: 13063.001025/2007-12 - Recorrente: ARTE.COM - EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-11-21 00:00:00

32 - Processo nº: 16004.001665/2008-04 - Recorrente: FRIGO VALE INDUSTRIA E COMERCIO DE CARNES LTDA ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2008-11-26 00:00:00

33 - Processo nº: 16004.001666/2008-41 - Recorrente: FRIGO VALE INDUSTRIA E COMERCIO DE CARNES LTDA ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2008-11-26 00:00:00

34 - Processo nº: 16004.001667/2008-95 - Recorrente: FRIGO VALE INDUSTRIA E COMERCIO DE CARNES LTDA ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2008-11-26 00:00:00

Relator: ADRIANA SATO

35 - Processo nº: 10920.003871/2007-31 - Recorrente: MILTON BRAGA & CIA LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-08-01 00:00:00

Relator: JULIANA CAMPOS DE CARVALHO CRUZ

36 - Processo nº: 35464.004863/2006-87 - Recorrente: HOTELARIA ACCOR BRASIL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-05-28 00:00:00

DIA 13 DE MARÇO DE 2013, ÀS 14:00 HORAS

Relator: LIEGE LACROIX THOMASI

37 - Processo nº: 17240.000042/2007-03 - Nome do Contribuinte: JOSE IVANILDO BARROS GOUVEIA - 2007-09-17 00:00:00

38 - Processo nº: 17460.000205/2007-55 - Nome do Contribuinte: IVEP IND VANGUARDA EMB PERSONALIZADAS LT - 2007-06-06 00:00:00

39 - Processo nº: 17546.000208/2007-49 - Nome do Contribuinte: COMERCIAL AUTOMOTIVA S.A. - 2007-06-05 00:00:00

Relator: ARLINDO DA COSTA E SILVA

40 - Processo nº: 10660.725476/2010-17 - Recorrente: FUNDACAO COMUNITARIA TRICORDIANA DE EDUCACAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-12-14 00:00:00

41 - Processo nº: 10660.725477/2010-61 - Recorrente: FUNDACAO COMUNITARIA TRICORDIANA DE EDUCACAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-12-14 00:00:00

42 - Processo nº: 10660.725478/2010-14 - Recorrente: FUNDACAO COMUNITARIA TRICORDIANA DE EDUCACAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-12-14 00:00:00

43 - Processo nº: 10675.001104/2008-18 - Recorrente: RIBEIRO BARROSO CONST. ELETRICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2008-03-12 00:00:00

Relator: ADRIANA SATO

44 - Processo nº: 17546.001298/2007-95 - Recorrente: WLADIMIR SATOMI OHY e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-08-16 00:00:00

DIA 14 DE MARÇO DE 2013, ÀS 09:00 HORAS

Relator: LIEGE LACROIX THOMASI

45 - Processo nº: 23034.000228/2005-21 - Nome do Contribuinte: FUNDACAO DOS EMPREGADOS DA FIAT - 2010-07-28 00:00:00

46 - Processo nº: 23034.024021/2003-80 - Nome do Contribuinte: G. BARBOSA & CIA. LTDA. - 2010-08-12 00:00:00

Relator: ARLINDO DA COSTA E SILVA

47 - Processo nº: 10680.008735/2007-16 - Recorrente: MM ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-07-02 00:00:00

48 - Processo nº: 10680.722975/2010-14 - Recorrente: SINDICATO INTERMUNICIPAL DOS TRABALHADORES NA INDUSTRIA ENERGETICA DE MINAS GERAIS E DOS TRABALHADORES NA INDUSTRIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-08-30 00:00:00

49 - Processo nº: 10821.000700/2007-79 - Recorrente: ROBERTO RODRIGUES DE CARVALHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-09-20 00:00:00

50 - Processo nº: 35335.000123/2006-47 - Recorrente: ESTADO DE RO - SECRET. DE EST. DE SAUDE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-10-30 00:00:00

51 - Processo nº: 44023.000003/2006-54 - Recorrente: BRASTUBO CONSTRUCOES METALICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-05-28 00:00:00

Relator: ADRIANA SATO

52 - Processo nº: 36778.003119/2004-22 - Recorrente: RR MANUTENCAO INDUSTRIAL LTDA ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-07-25 00:00:00

Relator: JULIANA CAMPOS DE CARVALHO CRUZ

53 - Processo nº: 10680.011830/2007-99 - Recorrente: CONTRIA CONSTRUCAO E CONSULTORIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-08-24 00:00:00

DIA 14 DE MARÇO DE 2013, ÀS 14:00 HORAS

Relator: LIEGE LACROIX THOMASI

54 - Processo nº: 13984.000676/2007-01 - Nome do Contribuinte: JPB EMPRESA JORNALISTICA LTDA - 2007-06-05 00:00:00

55 - Processo nº: 37169.004163/2007-33 - Nome do Contribuinte: STAR ZINK GALVANIZACAO LTDA ME - 2007-09-05 00:00:00

56 - Processo nº: 37284.000035/2007-02 - Nome do Contribuinte: FUNDACAO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO DO DF - 2007-07-27 00:00:00

Relator: ARLINDO DA COSTA E SILVA

57 - Processo nº: 10660.724077/2011-10 - Recorrente: GUAPE PREFEITURA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2011-09-15 00:00:00

58 - Processo nº: 36936.002437/2006-78 - Recorrente: ASTEMI ASSESSORIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-12-12 00:00:00

Relator: ADRIANA SATO

59 - Processo nº: 10680.010478/2007-74 - Recorrente: FIAT AUTOMOVEIS SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-08-03 00:00:00

Relator: JULIANA CAMPOS DE CARVALHO CRUZ

60 - Processo nº: 10783.724353/2011-53 - Recorrente: ANDRE PAIVA NOGUEIRA ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2011-09-26 00:00:00

LIEGE LACROIX THOMASI
Presidente da Turma

LUIZ TREZZI NETO
Secretário

3ª TURMA ESPECIAL

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco 'J', Ed. Alvorada. CEP: 70.396-900. Brasília - DF - Telefone: (61)3412-7665.

Observação: Serão julgados na primeira Sessão Ordinária subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

DIA 12 DE MARÇO DE 2013, ÀS 09:00 HORAS

Relator: HELTON CARLOS PRAIA DE LIMA

1 - Processo nº: 17546.000508/2007-28 - Recorrente: BOTTO IND E COM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-06-20 00:00:00

2 - Processo nº: 18050.001684/2009-83 - Recorrente: BAHIA EVENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2009-02-19 00:00:00

3 - Processo nº: 18108.002482/2007-84 - Recorrente: LUFERSA IND E COM DE BOMBAS SUBM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-12-27 00:00:00

Relator: EDUARDO DE OLIVEIRA

4 - Processo nº: 10680.010377/2007-01 - Nome do Contribuinte: PRUDENTE REFEICOES LTDA - 2007-08-03 00:00:00

5 - Processo nº: 10680.010378/2007-48 - Nome do Contribuinte: PRUDENTE REFEICOES LTDA - 2007-08-03 00:00:00

Relator: NATANAEL VIEIRA DOS SANTOS

6 - Processo nº: 15586.001531/2008-19 - Recorrente: UNICAFE COMPANHIA DE COMERCIO EXTERIOR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2008-09-18 00:00:00

7 - Processo nº: 15586.001532/2008-63 - Recorrente: UNICAFE COMPANHIA DE COMERCIO EXTERIOR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2008-09-18 00:00:00

8 - Processo nº: 15586.001536/2008-41 - Recorrente: UNICAFE COMPANHIA DE COMERCIO EXTERIOR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2008-09-18 00:00:00

Relator: OSEAS COIMBRA JUNIOR

9 - Processo nº: 11065.001006/2009-11 - Embargante: CALCADOS VALE LTDA e Embargada: FAZENDA NACIONAL - 2009-05-07 00:00:00

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

10 - Processo nº: 11065.001008/2009-00 - Embargante: CALCADOS VALE LTDA e Embargada: FAZENDA NACIONAL - 2009-05-07 00:00:00

Relator: AMILCAR BARCA TEIXEIRA JUNIOR

11 - Processo nº: 15586.001041/2010-37 - Recorrente: MD SISTEMAS DE COMPUTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-09-15 00:00:00

12 - Processo nº: 15586.001042/2010-81 - Recorrente: MD SISTEMAS DE COMPUTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-09-15 00:00:00

13 - Processo nº: 15586.001043/2010-26 - Recorrente: MD SISTEMAS DE COMPUTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-09-15 00:00:00

14 - Processo nº: 15586.001075/2010-21 - Recorrente: MD SISTEMAS DE COMPUTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-09-17 00:00:00

Relator: GUSTAVO VETTORATO

15 - Processo nº: 10660.720506/2012-61 - Recorrente: FAGOR EDERLAN BRASILEIRA AUTO-PECAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2012-02-24 00:00:00

DIA 12 DE MARÇO DE 2013, ÀS 14:00 HORAS

Relator: HELTON CARLOS PRAIA DE LIMA

16 - Processo nº: 23034.030861/2004-62 - Recorrente: C&A MODAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-08-18 00:00:00

17 - Processo nº: 23034.033968/2004-62 - Recorrente: C&A MODAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-07-28 00:00:00

Relator: EDUARDO DE OLIVEIRA

18 - Processo nº: 15983.000703/2007-73 - Nome do Contribuinte: LOMBARDI LOMBARDI S/C LTDA - 2007-10-16 00:00:00

19 - Processo nº: 16020.000059/2007-84 - Nome do Contribuinte: LONGA INDUSTRIAL LTDA - 2007-08-20 00:00:00

Relator: NATANAEL VIEIRA DOS SANTOS

20 - Processo nº: 19515.005004/2009-59 - Recorrente: RYLKO SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2009-11-17 00:00:00

21 - Processo nº: 19515.005005/2009-01 - Nome do Contribuinte: RYLKO SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA. - 2009-11-17 00:00:00

22 - Processo nº: 19515.005006/2009-48 - Nome do Contribuinte: RYLKO SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA. - 2009-11-17 00:00:00

23 - Processo nº: 19515.005007/2009-92 - Recorrente: RYLKO SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2009-11-17 00:00:00

24 - Processo nº: 19515.005008/2009-37 - Recorrente: RYLKO SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2009-11-17 00:00:00

25 - Processo nº: 19515.005009/2009-81 - Recorrente: RYLKO SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2009-11-17 00:00:00

26 - Processo nº: 19515.005010/2009-14 - Recorrente: RYLKO SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2009-11-17 00:00:00

27 - Processo nº: 19515.005011/2009-51 - Recorrente: RYLKO SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2009-11-17 00:00:00

Relator: OSEAS COIMBRA JUNIOR

28 - Processo nº: 10660.722209/2010-98 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: EDIGAR CORDEIRO BARROS - 2010-08-12 00:00:00

29 - Processo nº: 10660.722210/2010-12 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: EDIGAR CORDEIRO BARROS - 2010-08-12 00:00:00

30 - Processo nº: 10660.722211/2010-67 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: EDIGAR CORDEIRO BARROS - 2010-08-12 00:00:00

31 - Processo nº: 10680.008189/2007-13 - Recorrente: BANCO DESENVOLVIMENTO DE MG SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-06-22 00:00:00

Relator: AMILCAR BARCA TEIXEIRA JUNIOR

32 - Processo nº: 15504.010394/2008-76 - Recorrente: CONSTRUTORA EPURA LTDA E OUTRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2008-06-23 00:00:00

Relator: GUSTAVO VETTORATO

33 - Processo nº: 13884.000696/2007-01 - Recorrente: PLANDE PLANEJ. E DESENV. DE PROD. LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-06-06 00:00:00

34 - Processo nº: 15504.002909/2008-64 - Recorrente: JAM ENGENHARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2008-03-04 00:00:00

35 - Processo nº: 15889.000165/2007-95 - Recorrente: BARRA TUR TRANSPORTES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-07-02 00:00:00

36 - Processo nº: 11831.001684/2007-85 - Nome do Contribuinte: PERFUMES DANA DO BRASIL LTDA - 2007-06-22 00:00:00

37 - Processo nº: 37306.004323/2004-80 - Recorrente: A CARNEVALLI CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2012-01-31 00:00:00

DIA 13 DE MARÇO DE 2013, ÀS 09:00 HORAS

Relator: HELTON CARLOS PRAIA DE LIMA

38 - Processo nº: 23034.040664/2005-32 - Recorrente: BUNGE ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-04-20 00:00:00

Relator: EDUARDO DE OLIVEIRA

39 - Processo nº: 16095.000611/2007-61 - Nome do Contribuinte: UMICORE BRASIL LTDA - 2007-12-10 00:00:00

Relator: NATANAEL VIEIRA DOS SANTOS

40 - Processo nº: 15540.000024/2011-90 - Recorrente: SAND SERVICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2011-01-20 00:00:00

Relator: OSEAS COIMBRA JUNIOR

41 - Processo nº: 10980.007691/2007-14 - Embargante: NETSITE CONSTRUCOES LTDA e Embargada: FAZENDA NACIONAL - 2007-07-04 00:00:00

42 - Processo nº: 11020.000114/2008-01 - Embargante: UNIMED NORDESTE RS SOCIEDADE COOP DE SERV MEDICOS LTDA e Embargada: FAZENDA NACIONAL - 2008-01-15 00:00:00

43 - Processo nº: 11065.001064/2010-70 - Recorrente: J M MARTINS E CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-05-03 00:00:00

44 - Processo nº: 11065.001070/2010-27 - Recorrente: J M MARTINS & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-05-03 00:00:00

45 - Processo nº: 11634.001658/2010-89 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: HOSPITAL DE CARIDADE SAO VICENTE DE PAULA - 2010-12-07 00:00:00

46 - Processo nº: 11634.001659/2010-23 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: HOSPITAL DE CARIDADE SAO VICENTE DE PAULA - 2010-12-07 00:00:00

Relator: AMILCAR BARCA TEIXEIRA JUNIOR

47 - Processo nº: 15586.000971/2010-73 - Recorrente: LIMPSERVICE SERVICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-09-01 00:00:00

48 - Processo nº: 15586.001017/2010-06 - Recorrente: LIMPSERVICE SERVICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-09-14 00:00:00

49 - Processo nº: 15586.001018/2010-42 - Recorrente: LIMPSERVICE SERVICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-09-14 00:00:00

Relator: GUSTAVO VETTORATO

50 - Processo nº: 15889.000302/2010-97 - Recorrente: REFORBUS BOTUCATU REFORMA DE ONIBUS LTDA ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-11-25 00:00:00

DIA 13 DE MARÇO DE 2013, ÀS 14:00 HORAS

Relator: HELTON CARLOS PRAIA DE LIMA

51 - Processo nº: 23034.042642/2006-98 - Recorrente: CLEMAR ENGENHARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-07-16 00:00:00

Relator: EDUARDO DE OLIVEIRA

52 - Processo nº: 16624.001125/2007-34 - Nome do Contribuinte: MULTIPORTAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - 2007-07-02 00:00:00

Relator: NATANAEL VIEIRA DOS SANTOS

53 - Processo nº: 16832.000098/2010-22 - Recorrente: UNIODONTO DO RIO DE JANEIRO COOPERATIVA ODONTOLOGICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-01-27 00:00:00

Relator: OSEAS COIMBRA JUNIOR

54 - Processo nº: 13888.000583/2008-48 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: BENEVIDES TEXTIL IMP E EXP LTDA - 2008-02-07 00:00:00

55 - Processo nº: 13888.000587/2008-26 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: BENEVIDES TEXTIL IMP E EXP LTDA - 2008-02-07 00:00:00

Relator: AMILCAR BARCA TEIXEIRA JUNIOR

56 - Processo nº: 15586.001578/2010-05 - Recorrente: ICAPEL - IND STRIA CAPIXABA DE PAPEL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-11-22 00:00:00

57 - Processo nº: 15586.001579/2010-41 - Recorrente: ICAPEL - IND STRIA CAPIXABA DE PAPEL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-11-22 00:00:00

58 - Processo nº: 15586.001580/2010-76 - Recorrente: ICAPEL - IND STRIA CAPIXABA DE PAPEL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-11-22 00:00:00

59 - Processo nº: 15586.001581/2010-11 - Recorrente: ICAPEL - IND STRIA CAPIXABA DE PAPEL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-11-22 00:00:00

60 - Processo nº: 15586.001582/2010-65 - Recorrente: ICAPEL - IND STRIA CAPIXABA DE PAPEL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-11-22 00:00:00

Relator: GUSTAVO VETTORATO

61 - Processo nº: 15922.000014/2007-83 - Recorrente: ENGERMO MOLDES DE PRECISAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-06-26 00:00:00

DIA 14 DE MARÇO DE 2013, ÀS 09:00 HORAS

Relator: HELTON CARLOS PRAIA DE LIMA

62 - Processo nº: 19515.003653/2009-15 - Recorrente: CLINICA MEDICA AUXILIAR S/C LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2009-09-09 00:00:00

Relator: EDUARDO DE OLIVEIRA

63 - Processo nº: 14041.000457/2007-27 - Nome do Contribuinte: PALLISSANDER ENGENHARIA LTDA. - 2007-07-18 00:00:00

64 - Processo nº: 19515.003370/2008-92 - Nome do Contribuinte: PARQUE COLINAS DE SAO FRAN E GINAST LTDA - 2008-07-21 00:00:00

65 - Processo nº: 36994.000261/2007-14 - Nome do Contribuinte: PAULAPETRO DIST DE PETROLEO LTDA - 2007-06-26 00:00:00

Relator: NATANAEL VIEIRA DOS SANTOS

66 - Processo nº: 23034.030373/2004-55 - Recorrente: BRASIL TELECOM S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-05-11 00:00:00

Relator: OSEAS COIMBRA JUNIOR

67 - Processo nº: 35301.000499/2007-20 - Recorrente: J BADIM S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-11-28 00:00:00

Relator: GUSTAVO VETTORATO

68 - Processo nº: 10315.000723/2010-07 - Recorrente: MUNICIPIO DE ACOPIARA - PREFEITURA MUNICIPAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-08-26 00:00:00

69 - Processo nº: 10552.000313/2007-50 - Recorrente: RIBAS CONSTRUTORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-08-22 00:00:00

70 - Processo nº: 10660.720505/2012-16 - Recorrente: FAGOR EDERLAN BRASILEIRA AUTO-PECAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2012-02-24 00:00:00

71 - Processo nº: 16095.000653/2009-63 - Recorrente: M.W.E PAVIMENTACAO E CONSTRUCAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2009-12-09 00:00:00

72 - Processo nº: 36204.000960/2007-13 - Recorrente: VIGSERV SERVICOS DE VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-06-20 00:00:00

73 - Processo nº: 36252.000377/2006-48 - Recorrente: CALCADOS KOLLI"S INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-07-13 00:00:00

DIA 14 DE MARÇO DE 2013, ÀS 14:00 HORAS

Relator: HELTON CARLOS PRAIA DE LIMA

74 - Processo nº: 23034.042706/2006-51 - Recorrente: BARRY CALLEBAUT BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-07-14 00:00:00

75 - Processo nº: 35464.003655/2006-61 - Recorrente: CLUNE PECAS AGRO INDUSTRIAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-05-28 00:00:00

Relator: EDUARDO DE OLIVEIRA

76 - Processo nº: 36032.002556/2006-12 - Nome do Contribuinte: SOMEL ENGENHARIA LTDA - 2007-07-16 00:00:00

Relator: OSEAS COIMBRA JUNIOR

77 - Processo nº: 15983.000636/2008-78 - Recorrente: VIGBENS REC HUM E LOG PESSOAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2008-06-26 00:00:00

78 - Processo nº: 23034.005512/2004-11 - Recorrente: MANGELS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-05-11 00:00:00

Relator: AMILCAR BARCA TEIXEIRA JUNIOR

79 - Processo nº: 18184.000150/2007-52 - Recorrente: RADIO E TELEVISAO BANDEIRANTES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-09-13 00:00:00

Relator: GUSTAVO VETTORATO

80 - Processo nº: 13605.000570/2008-06 - Recorrente: RCM LOCACAO DE MAQUINAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2008-07-30 00:00:00

81 - Processo nº: 16045.000336/2007-71 - Recorrente: CONFAB MONTAGENS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-07-10 00:00:00

82 - Processo nº: 16095.000390/2007-21 - Recorrente: A CARNEVALLI CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-10-01 00:00:00

HELTON CARLOS PRAIA DE LIMA
Presidente da Turma

LUIZ TREZZI NETO
Secretário

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA

RETIFICAÇÃO

No Ato COTEPE/ICMS 17/12, de 24 de abril de 2012, publicado no DOU de 25 de abril de 2012, Seção 1, páginas 22 a 75, no Anexo Único, em relação ao Estado do Rio de Janeiro (página 42),

Onde se lê: " ...

SÃO CONRADO TÁXI AÉREO LTDA ... ÄV. MARECHAL CÂMARA, 160 - SALA 716 e 717 ...	... P.A.194/CFA 2004"

... ",

Leia-se: "...

SÃO CONRADO TÁXI AÉREO LTDA ... ÄV. MARECHAL CÂMARA, 160 - SALA 116 e 117 ...	... P.A. 194."

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

IRB-BRASIL RESSEGUROS S/A

BALANÇO PATRIMONIAL IRB-BRASIL RE

CNPJ 33.376.989/0001-91

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO 2012

Senhores Acionistas,

O IRB-Brasil Re apresenta o Relatório da Administração, relativo ao exercício de 2012, destacando as principais atividades desenvolvidas.

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, associadas às normas e instruções dos órgãos reguladores e supervisores aplicáveis às operações de resseguros.

I. DESTAQUES DO PERÍODO

I.1. *Rating*

A boa solvência do IRB-Brasil Re foi ratificada pela manutenção do *rating* concedido pela agência classificadora *A. M. BEST* (A-, excelente), chancelando o alto nível de credibilidade, profissionalismo e solidez patrimonial da Companhia.

A perspectiva de expansão da Companhia no mercado internacional contou positivamente na avaliação, assim como os investimentos contínuos em tecnologia da informação e nas áreas comercial e de subscrição.

A manutenção do *rating* tem papel fundamental nos projetos estratégicos e na visão de futuro do IRB-Brasil Re. Neste sentido, a Empresa tem buscado ampliar as suas ações comerciais, consolidar seu posicionamento nos mercados onde atua e se inserir em novos mercados.

I.2. Ranking

O relatório *Best's Special Report on Global Reinsurance* da *A. M. Best*, publicado em setembro de 2012, que apresenta o *ranking* dos 50 maiores grupos resseguradores do mundo, destaca o IRB-Brasil Re na **29ª** colocação, no ano de 2011, sendo que a posição anterior era o 40º lugar.

No relatório *Global Reinsurance Highlights (Standard & Poor's)* de 2012 (dados de 2011), publicado em outubro de 2012, o IRB-Brasil Re, que não aparecia na listagem do ano anterior, alcançou o **31º** lugar no *ranking* das 40 maiores resseguradoras do mundo.

Destaca-se, ainda, que a Empresa aparece em **3º** lugar no *ranking* dos 10 melhores índices combinados, em **4º** lugar no *ranking* de ROR (retorno sobre receita) e em **9º** lugar no *ranking* de resultado operacional antes dos impostos.

I.3. Tecnologia da Informação

No que se refere ao fortalecimento do capital tecnológico, o IRB-Brasil Re adquiriu o módulo financeiro FS-CD (*Financial Services - Collections and Disbursements*), adequado para o mercado de resseguros, que será integrado às soluções ERP e FS-RI (*Financial Services - Reinsurance*) da SAP.

Ao longo de 2012, a Companhia mapeou os processos da atividade fim, bem como definiu os novos processos que serão utilizados após a implantação do *software* FS-RI, que proporcionará uma administração flexível e segura de todas as etapas da operação de resseguro (subscrição, conta técnica e sinistros). A implementação do referido *software* está prevista para o segundo semestre de 2013.

Adicionalmente, a Companhia adquiriu infraestrutura de *Private Cloud*, que permite acesso aos sistemas do IRB-Brasil Re de qualquer lugar e em qualquer plataforma, bem como dois softwares da RMS, para riscos catastróficos - *RiskLink* e *RiskManager*. As estações de trabalho foram modernizadas e houve a implementação da estrutura tecnológica que permite a interligação do Escritório de Buenos Aires com a sede do IRB-Brasil Re.

I.4. Expansão Internacional

Em junho de 2012, o IRB-Brasil Re adquiriu 4,8% do capital da *African Reinsurance Corporation* – Africa Re, uma empresa com status de organismo internacional cujo capital pertence a países africanos, aos bancos de desenvolvimento da África, da Alemanha, da França e da Holanda, ao IFC/Banco Mundial e a mais de cem empresas africanas de seguros e resseguros, passando a ser a primeira resseguradora não africana a ter participação acionária na empresa, que é líder de mercado naquele continente.

Além de possibilitar uma visão global de todo o mercado africano de resseguros e o retorno sobre a aplicação por meio do recebimento de dividendos, a participação no capital da Africa Re está em total sintonia com a estratégia de internacionalização das operações do IRB-Brasil Re, iniciada em setembro de 2011 com a abertura de sucursal na Argentina. Tal expansão abre caminho para empresas brasileiras que desejem atuar na África e na América Latina, que poderão contar com o maior ressegurador brasileiro e latino-americano para o desenvolvimento de soluções integradas em seguros e resseguros, em ambos os continentes.

No que se refere a América Latina, o IRB-Brasil Re consolidou sua atuação na Argentina, adquirindo ou ampliando a participação em diversos contratos, bem como ampliou sua capacidade de atuação na região, cadastrando-se como ressegurador nos mercados do Peru, México, Colômbia, Paraguai, Uruguai e Equador, estando em vias de obter registro na Venezuela.

Em 2013, o IRB-Brasil Re continuará investindo em sua expansão internacional, focada na América Latina e África, bem como atuará no sentido de manter sua liderança no mercado brasileiro de resseguros.

I.5. Marketing

Dentre as ações de marketing adotadas pela Empresa em 2012, destacam-se: a criação de uma nova página na Internet, com foco no cliente e nas linhas de negócios; o patrocínio e a realização de eventos no Brasil e no exterior para posicionamento da marca IRB-Brasil Re, destacando-se o Fórum Brasil-África, na África do Sul, o 18º *African Reinsurance Fórum*, nas Ilhas Maurício, o 1º Seminário IRB-Brasil Re de Seguros para o Agronegócio, em Angola; e a realização do 1º Workshop de Engenharia de Risco no Mercado Segurador e Ressegurador Brasileiro.

I.6. Recursos Humanos

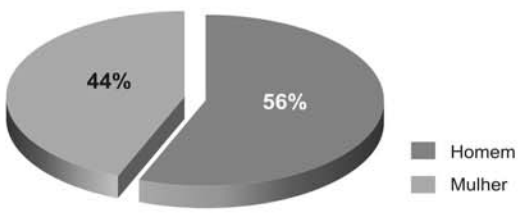
A Empresa reconhece que o seu Capital Humano e Intelectual é um dos seus ativos mais importantes, e, por essa razão, algumas ações estão sendo desenvolvidas com vistas a manter seus empregados qualificados e motivados para atingir os objetivos estratégicos. Dentre elas, destacamos o lançamento do Programa de Intercâmbio Internacional, que se insere no Programa de Desenvolvimento Profissional.

Este Programa acompanha a tendência mundial de "mobilidade internacional" e objetiva a aquisição de novos conhecimentos e tecnologias, visando melhorar os processos do IRB-Brasil Re, em especial os de subscrição e de sinistro.

Dentro deste contexto, quatorze analistas da subscrição foram enviados para Buenos Aires, nos meses de maio e junho de 2012, para atuar no período de renovação de contratos da Argentina. Em setembro, quatro analistas participaram de um programa de treinamento no continente africano, permanecendo por quatro semanas em visita aos escritórios da Africa Re na Nigéria, Quênia, Marrocos e África do Sul.

O IRB-Brasil Re encerrou o ano de 2012 com 352 empregados, ante 399 no ano anterior, com o seguinte perfil:

Distribuição % de empregados por sexo
(Posição dezembro de 2012)



Distribuição % de empregados por idade
(Posição dezembro de 2012)



Fonte: IRB-Brasil Re

I.7. Alteração da Estrutura Organizacional

Em decorrência das constantes alterações no ambiente de negócios do IRB-Brasil Re, foram feitos ajustes na estrutura organizacional ao longo de 2012. Em março, o Conselho de Administração transformou a Diretoria de Patrimônio e Investimentos na Diretoria Financeira, demonstrando a relevância que uma sólida gestão dos ativos representa para o resultado global da Empresa.

Com o objetivo de buscar uma nova forma de atendimento dos clientes no processo de sinistros, foi aprovada a criação da Gerência de Contas Operacionais, responsável pela análise e gestão das contas técnicas e pela análise de performance dos contratos de resseguro.

Adicionalmente, foram ainda criadas a Gerência de Projetos, desenhada como uma nova forma de atuação do PMO (Escritório de Projetos), a Gerência de Marketing Institucional e Comunicação, para atender às funções e atividades de comunicação e marketing na Empresa, a Gerência de Negócios do Exterior, dedicada à subscrição dos contratos internacionais, especialmente aqueles oriundos dos mercados africano e latino-americano, e a Gerência de Cadastros, para a implantação da nova plataforma tecnológica.

As mudanças realizadas na estrutura organizacional tiveram como objetivo otimizar os processos de trabalho, de forma a maximizar o valor aos acionistas do IRB-Brasil Re.

I.8. Processo de Desestatização

No que se refere ao processo de desestatização/reestruturação societária, iniciado com a publicação da Resolução do Conselho Nacional de Desestatização n° 03, de 07.04.2011, a etapa de avaliação do IRB-Brasil Re pela PriceWaterhouseCoopers, consultoria especializada contratada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, encontra-se finalizada. As avaliações realizadas foram encaminhadas aos acionistas e a expectativa é que o processo esteja concluído no primeiro semestre de 2013.

I.9. Prêmios de Reconhecimento

Principais Prêmios e Homenagens recebidos pelo IRB-Brasil Re, no ano de 2012:

- Troféu Gaivota de Ouro, na categoria "Excelência e Liderança em Vendas no Mercado Ressegurador";
- Prêmio Segurador Brasil 2012, na categoria "Líder Global em Vendas-Resseguros";
- Prêmio Melhores do Seguro, na categoria "Melhor Ressegurador Local em 2011"; e
- Prêmio de "Melhor Ressegurador do Brasil" pela revista *Reactions*, do grupo *Euromoney* .

II. CONJUNTURA ECONÔMICA

Em 2012, a economia brasileira apresentou crescimento compatível com o cenário adverso internacional. No entanto, no último trimestre do ano já eram percebidos sinais de reação às medidas de estímulo do Governo Federal, o que gera uma expectativa promissora para os próximos anos. Taxas de juros baixas, custos financeiros reduzidos, taxa cambial mais competitiva e bons resultados fiscais integram uma nova perspectiva para a atividade econômica nacional em 2013.

Este cenário é favorável para o investimento, a produção e o emprego. De fato, o PIB já começa a reagir e segundo estimativas do Banco Central do Brasil, o crescimento da economia brasileira deverá ficar em torno de 3,4% em 2013 e 3,8% em 2014, diante de um cenário mais pessimista para as economias dos países da Zona do Euro e EUA.

III. MERCADO DE SEGUROS E RESSEGUROS NO BRASIL

O mercado de seguros brasileiro continua apresentando perspectivas promissoras de crescimento, motivado pelo bom momento da economia, pela expansão do consumo per capita e pela previsão de grandes investimentos em virtude dos eventos esportivos previstos (Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016).

Em 2012, o segmento de seguros gerais (excluindo VGBL e DPVAT) alcançou um volume de prêmios de R$ 66,2 bilhões, confirmando as projeções de crescimento de 14% feitas pela Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização – CNSeg. Para 2013, a CNSeg estima um crescimento de 16%, o que elevará o volume de prêmios para aproximadamente R$ 76,8 bilhões.

As perspectivas para o mercado ressegurador são também positivas, considerando o crescimento esperado para o mercado primário e os investimentos previstos em projetos de infraestrutura, na exploração de petróleo em águas profundas e nos citados eventos esportivos.

Apesar do crescimento esperado para o mercado segurador e as boas perspectivas para o setor, o mercado de resseguros faturou aproximadamente R$ 5,6 bilhões, repetindo praticamente o patamar alcançado em 2011.

A participação dos resseguradores locais no total de prêmios do mercado tem permanecido estável ao longo dos últimos anos. Em 2013, estima-se que os resseguradores locais mantenham sua participação ao redor de 2/3 do mercado, com destaque para o IRB-Brasil Re. Até novembro de 2012, o IRB-Brasil Re atingiu a participação de 63% entre os resseguradores locais.

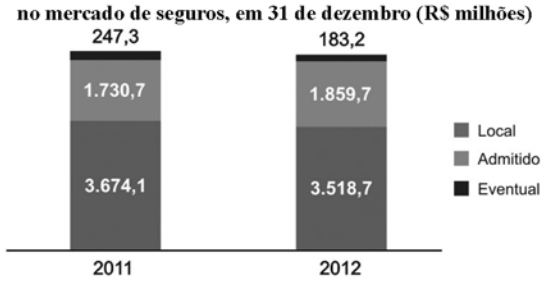
continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013022700070

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

Distribuição do prêmio de resseguros por tipo de resseguradores, no mercado de seguros, em 31 de dezembro (R$ milhões)



Fonte: SUSEP (Base Seguro)

Em 2012, cinco novas resseguradoras locais se instalaram no país motivadas, principalmente, pelo potencial de crescimento do mercado ressegurador, pela estabilidade do sistema regulatório e pelas boas perspectivas da economia. O mercado total já ultrapassa uma centena de resseguradoras, sendo 13 locais, 29 admitidas e 61 eventuais.

IV. DADOS GERENCIAIS CONSOLIDADOS

Apesar dos desafios enfrentados em 2012, as medidas implementadas pelo IRB-Brasil Re permitiram o alcance dos principais objetivos estratégicos e a manutenção de um bom resultado frente a um cenário econômico desafiador.

Resultado (R$ Milhões)	2012	2011	%
Prêmio Emitido	2.795,3	2.349,9	19,0%
Prêmio Ganho	1.200,3	1.149,5	4,4%
Sinistros Retidos	(799,9)	(728,2)	9,8%
Despesas de Comercialização	(196,7)	(172,8)	13,8%
Resultado com Resseguro e Retrocessão	293,4	230,0	27,6%
Resultado antes de Impostos	527,1	716,7	-26,4%
Lucro líquido	397,1	465,8	-14,7%
Lucro líquido por ação	397,1	465,8	-14,7%
Índices	**2012**	**2011**	**p.p.**
Índice de Sinistralidade	66,6%	63,4%	3,3
Índice de Despesas de Comercialização	16,4%	15,0%	1,3
Índice de Despesa Administrativa	30,0%	14,9%	15,1
Índice de Margem Bruta	24,4%	20,0%	4,4
Índice Combinado	109,5%	98,3%	11,1
ROE(*)	18,7%	23,7%	-5,1

Fonte: IRB-Brasil Re

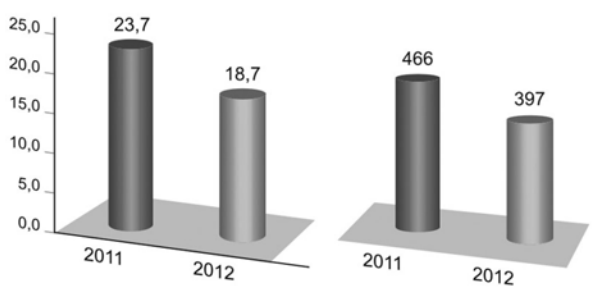
(*) ROE = Calculado sobre o PL Ajustado do exercício corrente (deduzida a proposta de dividendos adicionais).

IV.1. Desempenho da Empresa

Em 2012, o IRB-Brasil Re novamente foi bem sucedido em conciliar crescimento de prêmios, rentabilidade e solvência. A Empresa apresentou um crescimento de 19,0% nos prêmios, resultando em um *market share* de aproximadamente 47,0% em 2012. Adicionalmente, a rentabilidade sobre o patrimônio (ROE) atingiu 18,7% e a solvência foi atestada pela manutenção do *rating* A- (excelente) concedido pela agência de classificação *A.M. BEST*.

A Empresa encerrou o ano de 2012 registrando um lucro líquido de R$ 397,1 milhões, impactado principalmente pelas provisões referentes aos benefícios pós-emprego e pela queda nas taxas de juros.

ROE (%) **Lucro líquido (R$ Milhões)**



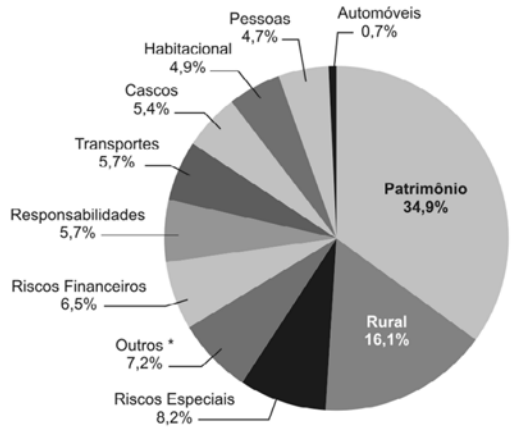
Fonte: IRB-Brasil Re

As políticas de reinvestimento dos lucros e de distribuição de dividendos estão definidas no Estatuto da Companhia e são deliberadas em Assembleia Geral, sendo distribuído aos acionistas dividendo mínimo obrigatório não inferior a 25% do lucro líquido do exercício.

IV.2. Operacional

A Empresa registrou no ano de 2012 um volume de prêmios emitidos de R$ 2.795,3 milhões, o que representa um incremento de 19,0% em relação ao ano anterior, em termos nominais. O crescimento da participação das receitas de prêmios de aceitações do exterior e de prêmios originados nas sucursais no exterior, que passou de 2,7% em 2011 para 7,2% em 2012, evidencia o alinhamento com o planejamento estratégico do IRB-Brasil Re, com foco na internacionalização dos negócios. As ações coordenadas pelas Diretorias Comercial e de Subscrição resultaram em um aumento de 27,6% no resultado com as operações de resseguro e retrocessão, que alcançou R$ 293,4 milhões.

Prêmio emitido por grupo de ramos SUSEP - 2012



(*) Outros: refere-se a aceitações do exterior e sucursais no exterior.
Fonte: IRB-Brasil Re

O índice combinado alcançou 109,5%, apresentando um aumento de 11 p.p. em relação a 2011. As causas mais relevantes para essa variação foram o aumento das despesas administrativas, notadamente os benefícios pós-emprego, e da sinistralidade no período.

IV.3. Administrativo

No ano de 2012, as despesas administrativas alcançaram R$ 360,4 milhões, valor significativamente superior ao de 2011. A maior parcela deste aumento está relacionada a despesas não recorrentes, que alc que alcançaram R$ 158,4 milhões, referentes aos efeitos de provisões para a cobertura de benefícios pós-emprego (aposentadoria, plano médico, seguro de vida e auxílio funeral). Expurgado este valor, as despesas administrativas totais foram de R$ 202,0 milhões em 2012, contra R$ 171,4 milhões em 2011.

IV.4. Investimentos

Ao fim de 2012, a carteira de investimentos totalizou R$ 5.066,1 milhões. Desse total, R$ 637,5 milhões referem-se a operações denominadas em moeda estrangeira e R$ 4.428,6 milhões, denominadas em moeda nacional. A rentabilidade nominal da carteira alcançou 10,68% ao ano, superando a meta estabelecida de IPCA + 4%.

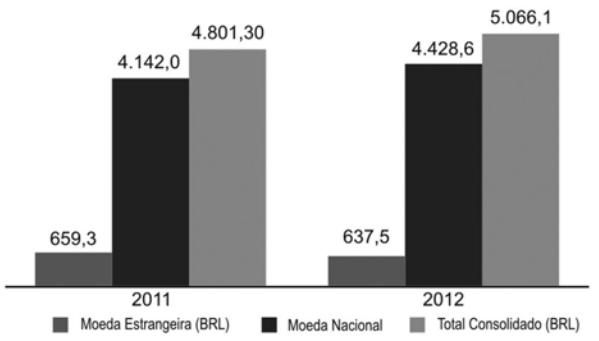
Durante o ano, foram realizadas algumas mudanças na carteira de ativos. Dado o cenário de queda nas taxas de juros, foi ampliada a posição em ativos atrelados a inflação e em ativos pré-fixados. Ao mesmo tempo, foi realizada uma equalização entre os fundos de renda variável, dividindo-se o total de recursos entre os fundos BB Ações 22, Bradesco Safe e Itaú Harbor.

Outro ponto a ressaltar é o montante obtido com a alienação das participações nos *Shoppings* West Plaza, Iguatemi Maceió e Amazonas, que totalizou R$ 158,0 milhões. Esta quantia foi distribuída entre os fundos de Renda Fixa.

Em atendimento ao disposto no inciso VI do Art. 37 do Anexo I da Circular SUSEP nº 430, de 5 de março de 2012, o IRB-Brasil Re declara possuir capacidade financeira compatível com as suas operações e a intenção de manter, até o vencimento, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "Títulos mantidos até o vencimento".

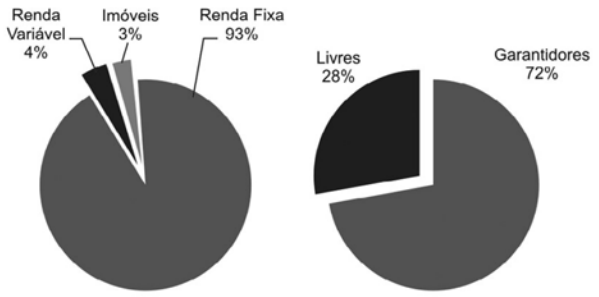
O resultado financeiro do exercício de 2012 foi de R$ 519,3 milhões, 4,1% inferior ao observado em 2011. Esta redução se deve, principalmente, a um aumento das despesas financeiras em decorrência das variações cambial e monetária (+33,17%).

Evolução da Carteira de Investimentos (R$ milhões)



Fonte: IRB-Brasil Re

Alocação de Investimento 2012 **Alocação dos ativos de 2012**



Fonte: IRB-Brasil Re

Agradecimentos

A Administração agradece a confiança depositada pelos acionistas, a preferência das sociedades seguradoras, nossos clientes, na busca de resseguro, bem como dos demais agentes do mercado, e o apoio decisivo dos segurados na indicação do IRB-Brasil Re como ressegurador prioritário na sua proteção.

Agradecemos ainda aos empregados pela dedicação no exercício de suas atividades, fundamentais para o bom desempenho da Empresa.

DIRETORIA EXECUTIVA

Leonardo André Paixão
Presidente

Mario Di Croce
Vice-Presidente Executivo

Carlos Alberto de Paula
Diretor de Pessoas e Marketing

Daniel da Silva Veiga
Diretor Comercial

Francisco Aldenor Alencar Andrade
Diretor de Sinistros

José Farias de Sousa
Diretor de Subscrição

Manoel Morais de Araujo
Diretor Financeiro

Sergio Rosa
Diretor de Tecnologia

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Carlos Augusto Moreira Araújo
Presidente

Leonardo André Paixão
Vice-Presidente

Antonio Eduardo Marquez de Figueiredo Trindade

Guilherme Estrada Rodrigues

João Pinto Rabelo Júnior

Luiz Tavares Pereira Filho

CONSELHO FISCAL

Luiz Alberto de Almeida Palmeira
Presidente

Glauben Teixeira de Carvalho

Haydewaldo Roberto Chamberlain da Costa

Ronaldo Affonso Nunes Lopes Baptista

Sidney Maury Sentoma

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013022700071

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais

ATIVO	Nota Explicativa	2012	2011
ATIVO CIRCULANTE		8.228.531	6.708.560
DISPONÍVEL		26.438	71.616
Caixa e Bancos	5	26.438	71.616
Aplicações	6	2.790.341	2.164.566
Títulos de Renda Fixa		473.403	–
Quotas de Fundos de Investimentos - Renda Fixa		1.671.273	1.494.588
Quotas de Fundos de Investimentos - Renda Variável		189.989	158.284
Aplicações no Exterior		485.747	503.247
Outras Aplicações		1.361	70.065
(–) Provisão para Desvalorização		(31.432)	(61.618)
CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM RESSEGUROS E RETROCESSÕES		2.391.233	1.920.855
Operações com Seguradoras	7.1	1.745.806	1.380.448
Operações com Resseguradoras	7.2	608.700	547.171
Outros Créditos Operacionais		116.962	116.410
(–) Provisão para Riscos de Créditos	7.4	(80.235)	(123.174)
ATIVOS DE RETROCESSÃO - PROVISÕES TÉCNICAS		2.985.954	2.464.038
Prêmios - Retrocessão	8.2	720.436	503.721
Sinistros - Retrocessão	8.1	2.256.689	1.948.768
Outras Provisões	8.3	8.829	11.549
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER		33.345	87.319
Títulos e Créditos a Receber	9	25.777	37.232
Créditos Tributários e Previdenciários	10.1	6.043	48.863
Outros Créditos		1.525	1.224
DESPESAS ANTECIPADAS		1.220	166
ATIVO NÃO CIRCULANTE		3.117.569	3.234.364
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		2.820.424	2.954.178
APLICAÇÕES	6	2.130.516	2.434.930
Títulos de Renda Fixa		1.948.674	2.287.409
Aplicações no Exterior		352.938	318.910
(–) Provisão para Desvalorização		(171.096)	(171.389)
CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM RESSEGUROS E RETROCESSÕES		–	5.856
Operações com Seguradoras	7.1	30.222	30.057
(–) Provisão para Riscos de Crédito	7.4	(30.222)	(24.201)
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER		689.908	513.392
Títulos e Créditos a Receber	9	34.335	38.179
Créditos Tributários e Previdenciários	10.1	384.005	295.649
Depósitos Judiciais e Fiscais	22	262.820	179.278
Outros Créditos a Receber		45.690	30.269
(–) Provisão para Riscos de Crédito		(36.942)	(29.983)
INVESTIMENTOS		233.456	231.192
Investimentos Avaliados pelo Custo	11.1	57.338	–
Participações Societárias	11.2	14.286	12.306
Imóveis Destinados à Renda	12	161.782	218.271
Outros Investimentos		50	615
IMOBILIZADO	13	30.896	26.868
Imóveis		21.591	21.474
Bens Móveis		43.285	35.223
Outras Imobilizações		–	508
(–) Depreciação		(33.980)	(30.337)
INTANGÍVEL	14	32.793	22.126
TOTAL DO ATIVO		11.346.100	9.942.924

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota Explicativa	2012	2011
PASSIVO CIRCULANTE		8.059.855	6.954.194
CONTAS A PAGAR		169.131	168.175
Obrigações a Pagar	15	42.100	34.571
Impostos e Encargos Sociais a Recolher		3.571	964
Provisões Trabalhistas	23	13.070	11.474
Provisões para Benefícios Pós-Emprego	15 e 25.1	42.483	36.525
Provisões para Impostos e Contribuições	16	67.907	84.641
DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM RESSEGUROS E RETROCESSÕES	17	1.469.803	1.275.022
Operações com Seguradoras		364.507	233.268
Operações com Resseguradoras		1.036.185	974.414
Corretores de Resseguros e Retrocessões		34.032	36.882
Outros Débitos Operacionais		35.079	30.458
Depósitos de Terceiros		64.441	95.875
Cobrança Antecipada de Prêmios	18	64.441	60.317
Outros Depósitos		–	35.558
PROVISÕES TÉCNICAS - RESSEGUROS E RETROCESSÕES		6.356.480	5.415.122
RAMOS ELEMENTARES E VIDA EM GRUPO		6.356.480	5.415.122
Provisão de Prêmios Não Ganhos		1.603.292	1.054.931
Riscos Vigentes Emitidos	19.1	892.272	759.430
Riscos Vigentes Não Emitidos	19.1	711.020	295.501
Sinistros a Liquidar	19.2	3.732.199	3.399.654
Provisão de Sinistros Ocorridos Mas Não Avisados	19.2	617.558	580.792
Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados	19.2	368.091	344.813
Outras Provisões	19.3	35.340	34.932
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**762.946**	**560.439**
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		**762.946**	**560.439**
CONTAS A PAGAR		599.315	405.799
Provisões para Impostos e Contribuições	22	174.586	133.481
Provisões para Benefícios Pós-Emprego	15 e 26.1	424.729	272.318
DÉBITOS DAS OPERAÇÕES COM RESSEGUROS E RETROCESSÕES		737	709
Outros Débitos Operacionais		737	709
OUTROS PASSIVOS CONTINGENTES	22	162.894	153.931
Contingências Fiscais		70.457	83.171
Contingências Trabalhistas		54.417	35.578
Contingências Previdenciárias		35.289	32.904
Outras Provisões		2.731	2.278
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.523.299	2.428.291
Capital Social	24.1.1	1.350.000	1.350.000
Reservas de Lucros	24.1.2	983.320	877.001
Ajustes de Avaliação Patrimonial	24.2.1	(868)	(6.644)
Ajustes Acumulados de Conversão	24.2.2	2.207	1.029
Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais		188.640	206.905
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		11.346.100	9.942.924

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais, exceto o lucro líquido do exercício por ação

	Nota Explicativa	2012	2011
Prêmios emitidos líquidos		**2.408.626**	**2.064.700**
Prêmios de resseguros		1.737.832	2.069.014
Operações com o exterior - aceitações		148.887	45.147
Riscos vigentes não emitidos		521.907	(49.461)
Variações das provisões técnicas		**(557.896)**	**(396.243)**
Prêmios ganhos	25.1	**1.850.730**	**1.668.457**
Sinistros ocorridos	25.2	**(1.664.491)**	**(1.188.715)**
Sinistros diretos		(1.658.198)	(1.281.500)
Salvados e ressarcimentos		64.062	54.552
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados		(38.904)	25.444
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados		(31.451)	12.789
Custos de aquisição	25.3	**(58.702)**	**(49.299)**
Comissões		(58.702)	(49.299)
Outras receitas e despesas operacionais	25.5	**89.014**	**(22.607)**
Resultado com retrocessão	25.4	**76.820**	**(177.852)**
Receita com retrocessão		874.342	597.636
Despesa com retrocessão		(787.753)	(750.960)
Salvados e ressarcimentos		(9.769)	(24.528)
Despesas administrativas	25.6	**(360.394)**	**(171.431)**
Despesas com tributos	25.7	**(46.428)**	**(39.260)**
Resultado financeiro	25.8	**519.292**	**541.724**
Receitas financeiras		786.743	783.388
Despesas financeiras		(267.451)	(241.664)
Resultado patrimonial	25.9	**64.795**	**68.042**
Receitas com imóveis de renda, líquidas		63.201	61.822
Ajustes de investimentos em controladas e coligadas		800	3.522
Outras receitas patrimoniais, líquidas		794	2.698
Ganhos ou perdas com ativos não correntes	25.10	**56.489**	**87.593**
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES PROVENIENTES DE OPERAÇÕES CONTINUADAS		527.125	716.652
Imposto de renda	25.11	(118.506)	(139.400)
Contribuição social	25.11	(71.432)	(84.032)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		76.715	(10.859)
Participações sobre o lucro		(16.766)	(16.529)
Lucro líquido do exercício		397.136	465.832
Quantidade de ações ordinárias		500.000	500.000
Lucro líquido do exercício por ação básico e diluído - R$		378,23	443,65

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013022700072

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais

	Nota Explicativa	2012	2011
Lucro Líquido do exercício		397.136	465.832
Outros resultados abrangentes			
Diferença de câmbio na conversão de operações no exterior			
Diferenças de câmbio originadas no exercício	24.2.2	1.178	926
		398.314	466.758
Ativos financeiros disponíveis para venda			
Ganho (perda) líquido originado de reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda no exercício	24.2.1	(9.233)	(976)
		389.081	467.734
Imposto de renda e contribuição social relacionados a componentes de outros resultados abrangentes	24.2.1	3.457	(154)
Total do resultado abrangente do exercício		**392.538**	**467.580**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em milhares de reais, exceto juros sobre o capital próprio e dividendos por ação ordinária

	Capital social	Aumento de capital em aprovação	Reserva de lucros - Legal	Reserva de lucros - Reinvestimento	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva de conversão de moeda estrangeira	Lucros (prejuízos) acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Patrimônio líquido dos sócios da controladora
Saldos em 1º de janeiro de 2011	**1.030.000**	**320.000**	**193.009**	**550.065**	**(5.822)**	**103**	**–**	**166.524**	**2.253.879**
Dividendo adicional pago	–	–	–	–	–	–	–	(166.524)	(166.524)
Ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários	–	–	–	–	(822)	–	–	–	(822)
Ajustes acumulados de conversão	–	–	–	–	–	926	–	–	926
Aumento de capital conforme Assembleia Geral Extraordinária em 29 de dezembro de 2010	320.000	(320.000)	–	–	–	–	–	–	–
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	465.832	–	465.832
Proposta de distribuição do lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Reserva Legal	–	–	23.292	–	–	–	(23.292)	–	–
Reserva para Reinvestimento	–	–	–	110.635	–	–	(110.635)	–	–
Juros sobre o capital próprio e dividendos propostos (R$ 347,71 por ação preferencial e R$ 316,10 por ação ordinária)	–	–	–	–	–	–	(331.905)	206.905	(125.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	**1.350.000**	**–**	**216.301**	**660.700**	**(6.644)**	**1.029**	**–**	**206.905**	**2.428.291**
Dividendo adicional pago	–	–	–	–	–	–	–	(206.905)	(206.905)
Ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários	–	–	–	–	5.776	–	–	–	5.776
Ajustes acumulados de conversão	–	–	–	–	–	1.178	–	–	1.178
Reversão de Reserva	–	–	–	(100.000)	–	–	100.000	–	–
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	397.136	–	397.136
Proposta de distribuição do lucro líquido do exercício									
Reserva Legal	–	–	19.857	–	–	–	(19.857)	–	–
Reserva para Reinvestimento	–	–	–	186.462	–	–	(186.462)	–	–
Juros sobre o capital próprio (R$ 104,76 por ação preferencial e R$ 95,24 por ação ordinária)	–	–	–	–	–	–	(100.000)	–	(100.000)
Complemento de dividendos mínimos obrigatórios (R$ 2,28 por ação preferencial e R$ 2,07 por ação ordinária)	–	–	–	–	–	–	(2.177)	–	(2.177)
Dividendos adicionais (R$ 197,62 por ação preferencial e R$ 179,66 por ação ordinária)	–	–	–	–	–	–	(188.640)	188.640	–
Saldos em 31 de dezembro de 2012	**1.350.000**	**–**	**236.158**	**747.162**	**(868)**	**2.207**	**–**	**188.640**	**2.523.299**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais

	2012	2011
Atividades operacionais		
Recebimentos de prêmios de seguro, contribuições de previdencia e taxas de gestão e outras	1.686.782	1.550.891
Recuperações de sinistros e comissões	140.202	485.130
Outros recebimentos operacionais (Salvados, Ressarcimentos e outros)	137.956	234.674
Pagamentos de sinistros, beneficios, resgates e comissões	(1.031.724)	(1.166.548)
Repasses de prêmios por cessão de riscos	(375.183)	(708.037)
Pagamentos de despesas com operações de seguros e resseguros	(14.046)	(30.322)
Pagamentos de despesas e obrigações	(155.328)	(147.745)
Pagamento de indenizações e despesas em processos judiciais	–	(8.394)
Outros pagamentos operacionais	(134.171)	–
Recebimento de aluguéis	20.841	26.863
Recebimentos de juros e dividendos	3.833	–
Constituição de depósitos judiciais	(27.724)	(28.896)
Caixa gerado pelas operações	251.438	207.616
Impostos e contribuições pagos	(272.651)	(293.428)
Investimentos financeiros		
Aplicações	(3.527.055)	(3.629.453)
Vendas e resgates	3.734.712	3.747.880
	207.657	118.427
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	186.444	32.615
Atividades de investimento		
Pagamento pela compra de ativo permanente		
Investimentos	(56.939)	–
Imobilizado	(4.739)	(6.229)
Intangível	(14.782)	(12.744)
Recebimento pela venda		
Investimentos	158.002	143.962
Imobilizado	21	2.312
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento	81.563	127.301
Atividades de Financiamento		
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio	(305.269)	(285.251)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(305.269)	(285.251)
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(37.262)	(125.335)
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	(7.916)	10.570
Redução de caixa e equivalentes de caixa após a variaçao cambial	(45.178)	(114.765)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	71.616	186.381
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	26.438	71.616
Aumento (diminuição) nas aplicações financeiras - recursos livres	(104.549)	102.999

Conciliação entre o lucro líquido do exercício e o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	2012	2011
Ajustes ao lucro líquido		
Lucro líquido do exercício	397.136	465.832
Depreciações e amortizações	10.410	10.338
Reversão de perdas por redução do valor recuperável dos ativos	(20.098)	(72.461)
Ganho na alienação de imobilizado e intangível	(56.489)	(90.291)
Resultado de equivalência patrimonial	(802)	(3.522)
Outros ajustes	7.916	7.588
Variação nas contas patrimoniais		
Aplicações financeiras	(315.585)	(317.649)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(464.522)	(1.031.394)
Ativos de retrocessão	(521.916)	(250.716)
Créditos fiscais e previdenciários	(45.536)	(14.887)
Despesas antecipadas	(1.054)	255
Outros ativos	26.954	(72.360)
Depósitos judiciais e fiscais	(83.542)	(45.046)
Fornecedores	112.898	5.176
Impostos e contribuições	26.979	79.039
Débitos de operações com seguros e resseguros	194.809	738.833
Depósitos de terceiros	(31.434)	45.633
Provisões técnicas - seguros e resseguros	941.358	576.581
Outros passivos	–	104
Provisões judiciais	8.962	1.562
Caixa líquido gerado pelas operações	186.444	32.615

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013022700073

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 - Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. INFORMAÇÕES GERAIS

O IRB-Brasil Resseguros S.A. ("IRB - Brasil Re", "Resseguradora" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de economia mista, de capital fechado, criada em 1939 pelo então Presidente Getúlio Vargas, está localizada na Avenida Marechal Câmara, número 171, na cidade do Rio de Janeiro, sendo vinculado ao Ministério da Fazenda.

Suas atividades estão concentradas nas operações de resseguros no País e no exterior. Adicionalmente, atua na administração de consórcios e fundos destinados à garantia de determinadas atividades, em particular nas áreas de exploração e agricultura.

O IRB-Brasil Resseguros S.A, na forma do art. 22 da Lei Complementar 126/2007, que facultou o ingresso de novas resseguradoras no mercado nacional, esta qualificado como ressegurador local e autorizado a continuar exercendo suas atividades de resseguro e retrocessão, sem qualquer solução de continuidade, independente de requerimentos e autorização governamental. Importante observar que, desde 31 de março de 2011 com a entrada em vigor da alteração promovida na redação do art. 15 da Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) nº 168, de 17 de dezembro de 2007 e pela publicação da Resolução CNSP nº 225, em 6 de dezembro de 2010, todos os contratos de resseguro passaram a ter, pelo menos 40% (quarenta por cento) de cada cessão, obrigatoriamente contratados com resseguradores locais.

No âmbito do processo de desestatização do IRB-Brasil Re, retomado com a publicação da Resolução do Conselho Nacional de Desestatização (CND) nº 03, de 07 de abril de 2011, com a gestão do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), houve avanço nas etapas que foram encadeadas com vistas a promover uma transição sólida e transparente para que as partes interessadas possam apoiar todo o processo de transição de um ambiente predominantemente público para um ambiente estritamente privado. De forma a ilustrar as fases do processo já vencidas e concretizadas com sucesso, é possível mencionar: (i) o amplo debate entre os acionistas da Companhia quanto à Nova Governança a ser implementada no novo cenário; (ii) o alinhamento dos acionistas quanto ao conteúdo do Acordo de Acionistas que será celebrado; (iii) as apresentações aos órgãos de controle; e (iv) a construção da minuta de diversos instrumentos jurídicos que servirão de base para a apreciação formal dos órgãos de controle, inclusive precedida de extenso debate quanto ao teor de tais documentos. O processo de desestatização demandará, ainda, uma sucessão de modificações societárias, que viabilizarão as transformações desejadas, em conformidade com o levantamento apresentado pelo BNDES, designado como gestor do Processo de Desestatização do IRB-Brasil Re.

Em 30 de novembro de 2012, com base em informações da SUSEP, o IRB-Brasil Resseguros S.A encontrava-se na posição de líder e detentor de 47% de "*Market share*" do mercado brasileiro de resseguros e manteve seu foco de atuação na geração de valor para os clientes por meio de soluções eficazes de resseguros, na busca de resultados sólidos e perspectivas de crescimento sustentável.

As demonstrações contábeis foram aprovadas para emissão pelo conselho de administração em 22 de fevereiro de 2013.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, sendo os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado e disponíveis para venda mensurados ao valor justo.

As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, as normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP, conforme Circular SUSEP nº 430/12. As operações realizadas a partir de 23 de maio de 2008 foram registradas em consonância com as normas e instruções do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), conforme determinado na Resolução CNSP nº 168/07.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), cuja divulgação tornou-se obrigatória pela Lei nº 11.638/07, foi elaborada pelo método direto, com a apresentação da conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais, conforme previsto na Circular SUSEP nº 430/12.

Por determinação da Circular SUSEP nº 430/12, que revogou a Circular SUSEP nº 424/11, foram destacadas as contas de "Riscos Vigentes Não Emitidos de Resseguros" no grupo 'Prêmios Emitidos". Dessa forma, na demonstração do resultado, os prêmios de resseguro passam a incluir a abertura de "Riscos Vigentes Não Emitidos" deduzido do valor de "Prêmios de Resseguros".

O IRB-Brasil Resseguros S.A. mantém sucursal em Londres, cujas operações encontram-se em processo de descontinuidade "*run-off*", e outra sucursal na Argentina que teve início de operação em 1º de setembro de 2011. Os correspondentes saldos contábeis destas sucursais estão registrados e apresentados nos saldos contábeis individuais da Companhia, sendo os mesmos também auditados pela PricewaterhouseCoopers.

2.2 Conversão em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Resseguradora são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis individuais estão apresentadas em R$, que é a moeda funcional da Companhia.

(b) Transações e saldos

Na elaboração das demonstrações contábeis da Companhia, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada exercício, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente da data da transação.

Para fins de apresentação das demonstrações contábeis, os ativos e passivos das operações da Companhia no exterior são convertidos para reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes no fim do exercício. Os resultados são convertidos pelas taxas de câmbio médias do exercício, a menos que as taxas de câmbio tenham flutuado significativamente durante o exercício; neste caso, são utilizadas as taxas de câmbio da data da transação. As variações cambiais resultantes dessas conversões, se houver, são classificadas em resultados abrangentes e acumulados no patrimônio líquido.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa e os depósitos bancários com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa, quando aplicável. As contas garantidas, quando aplicável, são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante.

2.4 Ativos financeiros

2.4.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

Os derivativos, quando utilizados, também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge*.

(b) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis (inclusive créditos e débitos das operações com resseguros e retrocessões, títulos e créditos a receber, depósitos judiciais e fiscais e outros) são mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

Os prêmios fracionados são contabilizados como prêmios a receber, no ativo circulante, e baixados de acordo com os recebimentos das parcelas.

(c) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Eles são apresentados como ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço.

(d) Investimentos mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Companhia tem a intenção e a capacidade de manter até o vencimento.

2.4.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas e despesas financeiras" no exercício em que ocorrem.

As variações no valor justo de títulos monetários, denominados em moeda estrangeira e classificados como disponíveis para venda, são divididas entre as diferenças de conversão resultantes das variações no custo amortizado do título e outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais de títulos monetários são reconhecidas no resultado. As variações cambiais de títulos não monetários são reconhecidas no patrimônio. As variações no valor justo de títulos monetários e não monetários, classificados como disponíveis para venda, são reconhecidas no patrimônio.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como "Receitas e despesas financeiras".

Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas.

Os dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e de instrumentos de patrimônio líquido disponíveis para venda, como exemplo as ações, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito da Companhia de receber dividendos.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam com o mínimo possível de informações geradas pela administração da própria Companhia.

2.4.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.4.4 *Impairment* de ativos financeiros

(a) Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

(i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;

(ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;

(iii) a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;

(iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;

(v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou

(vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:

• mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; e

• condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num exercício subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013022700074

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

(b) Ativos classificados como disponíveis para venda

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Para os títulos de dívida, a Companhia usa os critérios mencionados no item (a) anterior. No caso de investimentos em títulos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que o ativo está deteriorado. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado. Perdas por *impairment* de instrumentos patrimoniais reconhecidas na demonstração do resultado não são revertidas por meio da demonstração do resultado. No caso de instrumentos de dívida, se, em um período subsequente, o valor justo desse instrumento classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a perda por *impairment* ter sido reconhecido no resultado, a perda por *impairment* é revertida por meio de demonstração do resultado.

2.5 Classificação de contratos de resseguro

Os contratos da Resseguradora são classificados no início da cobertura de risco para fins de contabilização como contratos de resseguro. Um contrato é classificado como contrato de resseguro e se mantém classificado como tal até que todos os direitos e obrigações se extinguem ou expiram. Contrato de resseguro é um contrato segundo o qual a resseguradora aceita um risco de seguro significativo de outra parte (resseguradora ou seguradora), aceitando indenizar a outra parte no caso de um evento específico, futuro e incerto (evento segurado) afetar adversamente a outra parte.

Desta forma, o contrato de resseguro é classificado como contrato de seguro porque ele é definido como uma operação em que um emitente aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensá-lo no caso de ocorrência de um acontecimento futuro, incerto e específico que possa afetá-lo significativamente.

2.6 Instrumentos financeiros derivativos

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que o contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente remensurados ao seu valor justo. A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para administrar a sua exposição a riscos de taxa de juros e câmbio, incluindo contratos de câmbio a termo, contratos futuros de taxa de juros e de índices.

2.7 Ativos intangíveis

(a) Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas e não são amortizados.

(b) Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

2.8 Imobilizado

Ativo imobilizado de uso próprio

O ativo imobilizado de uso próprio compreende imóveis de uso próprio, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios, veículos utilizados na condução dos negócios da Resseguradora. O imobilizado de uso, em geral, é demonstrado ao custo histórico. Os imóveis de uso próprio (terreno e edifício) são demonstrados ao custo histórico reavaliado até 31 de dezembro de 2004 com base em laudos de peritos independentes e a última registrada em 2004. Com a edição da Lei nº 11.638/07 não serão efetuadas novas reavaliações.

O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso.

Gastos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo imobilizado ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados ao item do ativo irão fluir para a Resseguradora e o custo do ativo possa ser avaliado com confiabilidade.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Taxa de depreciação (a.a.) - %	Anos
Imóveis	4	25
Móveis e utensílios	10	10
Equipamentos de informática	20	5
Veículos	20	5

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, a cada data de balanço. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é baixado imediatamente se o valor recuperável do ativo for inferior ao valor contábil do ativo.

2.9 Propriedades imobiliárias de investimento

A Resseguradora detém certos imóveis comerciais, que são alugados a terceiros, em contratos que são classificados como contratos de *leasing* operacional segundo o CPC 06. A Resseguradora utiliza o modelo de custo depreciado (método do custo segundo o CPC 28) para avaliação destes ativos.

Os ativos imobiliários de investimento são depreciados pelo método linear, utilizando como base a vida útil estimada do bem. A maioria dos contratos de aluguel possui opção de renovação por 3 anos e os aluguéis são reajustados pelo IGP-M/FGV.

2.10 *Impairment* de ativos não financeiros

Ativos não financeiros (incluindo ativos intangíveis) são avaliados para *impairment* quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não seja recuperável. Uma perda para *impairment* é reconhecida no resultado do exercício pela diferença entre o valor contábil e seu valor recuperável. O valor recuperável é definido pelo CPC como o maior valor entre o valor em uso e o valor justo do ativo (reduzido dos custos de venda dos ativos). Para fins de testes de *impairment* de ativos não financeiros os ativos são agrupados no menor nível para o qual a Resseguradora consegue identificar fluxos de caixa individuais gerados dos ativos, definidos como unidades geradoras de caixa (CGUs).

2.11 Provisões

(a) Provisões técnicas

Conforme a Circular SUSEP nº 430, de 05 de março de 2012, que alterou a Resolução CNSP nº 86, de 03 de setembro de 2002, as provisões técnicas sobre as operações de resseguro estão demonstradas brutas no passivo em "Provisões Técnicas - Resseguros" e parcela das provisões técnicas cujo risco foi repassado em operações de retrocessão, estão demonstradas brutas no ativo em "Ativos de retrocessões - provisões técnicas", bem como a criação de novos grupamentos de "Ativos de Retrocessões - Provisões Técnicas" e "Resultado com Retrocessão", na demonstração do resultado, os prêmios de resseguro e de retrocessão que passam a ser apresentados líquidos de suas respectivas comissões. O mesmo tratamento foi dispensado para a Provisão de Prêmios Não Ganhos de resseguro e retrocessão, que passa a ser apresentada líquida de seus respectivos custos de aquisições diferidos.

• A provisão para prêmios não ganhos para os riscos vigentes e emitidos dos contratos facultativos é constituída pela parcela dos prêmios emitidos, correspondentes aos períodos de risco não decorridos dos contratos. Tem por objetivo estimar a ocorrência futura de sinistros que serão pagos pelo IRB-Brasil Re e é apurada operacionalmente conforme a exposição esperada para cada risco. Em complemento a essa provisão, é constituída a provisão de prêmios não ganhos para riscos vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE), calculada com base em uma estimativa atuarial para os riscos vigentes cujos contratos ainda não foram emitidos, sendo que este montante é apurado a partir da combinação de metodologia atuarial, descrita em nota técnica atuarial, e apuração operacional.

• A provisão de sinistros a liquidar é constituída pela estimativa do valor a indenizar indicada nos avisos de sinistros recebidos dos resseguradores e das sociedades seguradoras e é ajustada, periodicamente, com base nas análises efetuadas pelas áreas operacionais.

• A provisão para sinistros ocorridos mas não avisados, relativos às operações no país e no exterior, é constituída com base em premissas atuariais definidas em nota técnica e/ou relatórios de atuários independentes.

• A provisão para sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados, relativos às operações no país e no exterior, é constituída com base em premissas atuariais definidas em nota técnica e/ou relatórios de atuários independentes, para a cobertura do desenvolvimento dos sinistros avisados e ainda não pagos, na data-base de cálculo, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até sua liquidação final, na data base de cálculo.

• A provisão para excedentes técnicos é constituída para garantir os valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnico na operacionalização de contratos.

(b) Teste de adequação de passivos (*Liability adequacy test* - LAT)

O teste de adequação de passivos é um teste econômico sobre o valor contabilizado para o passivo da empresa e tem por objetivo capturar possíveis deficiências nos valores das obrigações decorrentes dos contratos de resseguro. Este teste é estabelecido pela Circular SUSEP nº 457/2012, de 14 de dezembro de 2012, devendo ainda ser observado o pronunciamento contábil CPC 11.

Para aferição do teste, são comparadas as estimativas correntes dos fluxos de caixa brutos de retrocessão com a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data base de cálculo, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas. Se apurada insuficiência, esta deve ser reconhecida na Provisão de Riscos em Curso (PRC).

Os fluxos de caixa foram agregados por grupos de ramos de acordo com suas similaridades, adicionando a discriminação dos contratos em moeda nacional e estrangeira, gerando análise mais granular do que a mínima indicado pela circular, observadas as divisões entre prêmios registrados e futuros e sinistros passados e futuros.

Foram considerados os contratos de resseguro vigentes em 31 de dezembro de 2012 até o seu fim de vigência, não sendo consideradas renovações automáticas ou quaisquer novos contratos. Para apurar o valor presente dos fluxos de caixa estimados, utilizou-se o desconto financeiro obtido através do modelo de *Svensson* para as curvas de cupom de IPCA e cupom cambial.

Não foi utilizada a prerrogativa de dedução da diferença entre o valor de mercado e o valor do registro contábil dos títulos classificados como mantidos até o vencimento, vinculados em garantia das provisões técnicas.

O teste realizado para a data base de 31 de dezembro de 2012 não apresentou insuficiências.

O IRB Brasil-Re acompanha periodicamente sua sinistralidade, índice combinado e teste de adequação de passivos visando manter o equilíbrio técnico-atuarial de seus contratos.

(c) Provisões judiciais

As provisões judiciais de natureza cível, trabalhista, previdenciária e fiscal, objeto de contestação judicial são reavaliadas periodicamente, e são contabilizadas com base nas opiniões do departamento jurídico interno da Companhia, dos consultores legais independentes e da administração sobre o provável desfecho dos processos judiciais nas datas dos balanços. As provisões judiciais de natureza cível operacional, objeto de contestação judicial, são calculadas e contabilizadas, também, com base em percentuais específicos, os quais são calculados a partir da análise do histórico de encerramento dos correspondentes processos judiciais, que considera a relação dos valores desembolsados com os processos encerrados, por êxito, acordo judicial ou condenação judicial e as suas correspondentes estimativas de exposição ao risco. Essa análise contemplou todos os processos encerrados cuja abertura aconteceu no período de janeiro de 2000 a dezembro de 2012. Tais percentuais, calculados por probabilidade de perda, foram aplicados às contingências cíveis operacionais existentes nas datas de encerramento das demonstrações contábeis.

As provisões judiciais de natureza trabalhista, previdenciária e fiscal estão contabilizadas no grupo "Outros Passivos Contingentes", no passivo não circulante. As contingências de natureza cível estão contabilizadas na rubrica "Sinistros a Liquidar", no passivo circulante. Os valores estimados de perda das contingências cíveis e trabalhistas são corrigidos conforme critérios de atualização e juros que historicamente são imputados às causas, considerando-se sua natureza e tribunal nos quais a causa está sendo avaliada.

Os valores estimados de perda das contingências fiscais e previdenciárias são corrigidos e atualizados pela taxa Selic. Os correspondentes depósitos judiciais, quando exigidos, estão contabilizados na rubrica Depósitos Judiciais e Fiscais, no ativo não circulante.

2.12 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ("tributo diferido") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

Os tributos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de ágio ou de reconhecimento inicial (exceto para combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil.

A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada, atualmente 25% para imposto de renda e 15% para contribuição social. A mensuração dos tributos diferidos ativos e passivos refletem as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

2.13 Benefícios a empregados

(a) Obrigações de aposentadoria

No caso dos planos de aposentadoria de benefício definido, o custo da concessão dos benefícios é determinado pelo Método da Unidade de Crédito Projetada com base em avaliação atuarial realizada anualmente ao final de cada exercício. O custo de serviços passados é reconhecido imediatamente, na medida em que os benefícios já foram concedidos, ou então, amortizado pelo método linear pelo período médio até que os benefícios tenham sido adquiridos.

A obrigação com benefícios de aposentadoria quando reconhecida no balanço patrimonial representa o valor presente da obrigação com os benefícios definidos, ajustada por ganhos e perdas atuariais não reconhecidos e pelo custo dos serviços passados não reconhecido, reduzido pelo valor justo dos ativos do plano.

Em caso de superávit (excedente do valor justo dos ativos do plano sobre o valor presente de uma obrigação de benefício definido) o respectivo ativo não é reconhecido porque não há previsão no estatuto do plano patrocinado pela Companhia de utilização do excedente para gerar benefícios futuros na forma de redução em contribuições futuras ou de restituição de dinheiro.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013022700075

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

(b) Outras obrigações pós-emprego

O IRB-Brasil Re oferece benefício de assistência médica pós-emprego a seus empregados. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado na Companhia até a idade de aposentadoria e a conclusão de um tempo mínimo de serviço. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período do emprego, usando a mesma metodologia contábil que usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e as perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e na mudança das premissas atuariais, são reconhecidos imediatamente no resultado do exercício contábil. Essas obrigações são avaliadas, por atuários independentes qualificados.

2.14 Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Quando alguma empresa detentora de ações da Companhia compra ações do capital da Companhia (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são subsequentemente reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

2.15 Dividendos

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica "Dividendos a pagar" por ser considerada como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social da Companhia; entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela administração após o período contábil a que se referem às demonstrações contábeis, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações contábeis, é registrada na rubrica "Proposta de distribuição de dividendos adicionais", no Patrimônio Líquido.

2.16 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal da atividade. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Resseguradora reconhece a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades, conforme descrição a seguir. O IRB-Brasil RE baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada operação.

(a) Prêmios de resseguro

Os prêmios de resseguro são contabilizados como prêmios emitidos a partir da sua aceitação. Os prêmios de resseguros relativos a riscos vigentes, mas cujos contratos de resseguros ainda não foram emitidos, são calculados atuarialmente.

No caso de contratos de resseguro facultativos, considera-se prêmio emitido o valor pactuado entre as partes para garantir a cobertura de resseguro, na parcela aceita pelo ressegurador, pelo prazo da vigência do risco.

No caso de contratos de resseguro automáticos o prêmio emitido será considerado da seguinte forma:

• Contratos não proporcionais - considera-se prêmio emitido o valor pactuado entre as partes para garantir a cobertura de resseguro, na parcela aceita pelo ressegurador, pelo prazo de vigência do contrato de resseguro.

• Contratos proporcionais - considera-se prêmio emitido o valor de prêmio estimado pela cedente para todas as apólices que serão cobertas pelo contrato de resseguro durante sua vigência. Esta estimativa é proporcional ao percentual de participação do ressegurador e ponderada por um percentual de performance estabelecido pela experiência do ressegurador. Estes prêmios são ajustados a cada prestação de contas encaminhada pela cedente normalmente com periodicidade trimestral.

(b) Receita de dividendos e juros

A receita de dividendos é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido (desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Resseguradora e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade).

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Resseguradora e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

2.17 Despesa com comissões

As comissões são diferidas e amortizadas, exceto para as operações de riscos decorridos cujas comissões são contabilizadas diretamente no resultado do exercício, com base no prazo de vigência dos contratos de resseguro. As comissões relativas a riscos vigentes, mas cujos contratos de resseguro ainda não foram emitidos, são calculados atuarialmente.

2.18 Demonstração dos resultados abrangentes

As demonstrações dos resultados abrangentes estão sendo apresentadas em quadro demonstrativo próprio e compreendem itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação) que não são reconhecidos na demonstração do resultado como requerido pelo CPC.

2.19 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2012. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC) ou pela SUSEP.

• IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Financeiras". A principal alteração é a separação dos outros componentes do resultado abrangente em dois grupos: os que serão realizados contra o resultado e os que permanecerão no patrimônio líquido. A alteração da norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. O impacto previsto na sua adoção é somente de divulgação.

• IAS 19 - "Benefícios a Empregados", alterada em junho de 2011. Essa alteração foi incluída no texto do CPC 33 (R1) - "Benefícios a Empregados". A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. Os principais impactos previstos para a sua adoção nas demonstrações financeiras da Companhia são os seguintes: (i) reconhecimento imediato dos custos dos serviços passados; (ii) a reposição dos juros do passivo e do retorno esperado dos ativos por uma única taxa de juros líquida deverá gerar um pequeno aumento do custo do plano na demonstração de resultado.

• IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.

• IFRS 11 - "Acordos em Conjunto", emitida em maio de 2011, e incluída como alteração ao texto do CPC 19 (R2) - "Negócios em Conjunto". A norma provê uma abordagem mais realista para acordos em conjunto ao focar nos direitos e obrigações do acordo em vez de sua forma jurídica. Há dois tipos de acordos em conjunto: (i) operações em conjunto - que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos e obrigações contratuais e como consequência contabilizará sua parcela nos ativos, passivos, receitas e despesas; e (ii) controle compartilhado - ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos do contrato e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial. O método de consolidação proporcional não será mais permitido com controle em conjunto. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. Sua adoção não trará impacto para a Companhia.

• IFRS 12 - "Divulgação sobre Participações em Outras Entidades", considerada em um novo pronunciamento CPC 45 - "Divulgação de Participações em Outras Entidades". Trata das exigências de divulgação para todas as formas de participação em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. O impacto dessa norma será basicamente um incremento na divulgação.

• IFRS 13 - "Mensuração de Valor Justo", emitida em maio de 2011, e divulgada em um novo pronunciamento CPC 46 - "Mensuração do Valor Justo". O objetivo da norma IFRS 13 é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. As exigências, que estão bastante alinhadas entre IFRS e US GAAP, não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS ou US GAAP. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. O impacto dessa norma será basicamente um incremento na divulgação.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

3. ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS CRÍTICAS

Políticas contábeis são aquelas importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados. Algumas dessas políticas requerem julgamentos mais subjetivos e/ou complexos por parte da administração, frequentemente, como resultado da necessidade de fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas.

À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos.

Na preparação das demonstrações contábeis, a resseguradora adotou variáveis e premissas com base na sua experiência histórica e vários outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Itens significativos cujos valores são determinados com base em estimativa incluem: os títulos mobiliários avaliados pelo valor de mercado, as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação; as receitas de prêmios e correspondentes despesas de comercialização, relativos aos riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices e as provisões que envolvem valores em discussão judicial. Destacamos, especialmente, a utilização de estimativas na avaliação de passivos de resseguros, descrito no item (a) abaixo, as estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas, descrito no item (b) abaixo, as estimativas utilizadas para cálculo de recuperabilidade (*impairment*) de ativos financeiros descritos no item (c) abaixo, as estimativas de valor justo de instrumentos financeiros, descrito no item (d) abaixo e as estimativas e julgamentos na determinação dos benefícios de aposentadoria, descritas no item (e) abaixo.

Alterações em tais premissas ou diferenças destas em face da realidade poderão causar impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. Tais estimativas e premissas são revisadas periodicamente. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas estão sendo revisadas, bem como nos exercícios futuros afetados.

(a) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de resseguros

As estimativas utilizadas na constituição dos passivos de resseguros da Resseguradora representam a área onde a Resseguradora aplica estimativas contábeis mais críticas na preparação das demonstrações contábeis em conformidade com o CPC. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Resseguradora irá liquidar em última instância.

A Resseguradora utiliza todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da administração e atuários da Resseguradora para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento ressegurado já tenha ocorrido. Consequentemente, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações.

(b) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas

A Resseguradora é parte em processos judiciais trabalhistas, fiscais e cíveis em aberto, na data de preparação das demonstrações contábeis. Na determinação e no registro de estimativas contábeis, a Resseguradora tem por base pareceres de seus consultores jurídicos especialistas em cada área, evolução dos processos e status de julgamento de cada caso específico. Além disso, a Resseguradora utiliza seu melhor julgamento sobre estes casos.

(c) Estimativas utilizadas para cálculo de recuperabilidade (*impairment*) de ativos financeiros

A Resseguradora aplica as regras de análise de recuperabilidade para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. Nesta área, a Resseguradora aplica alto grau de julgamento para determinar o grau de incerteza associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros, principalmente os prêmios a receber.

A Resseguradora segue as orientações do CPC 38 para determinar quando um ativo financeiro disponível para venda está *impaired*. Essa determinação requer um julgamento significativo. Para esse julgamento, a Resseguradora avalia, entre outros fatores, a duração e a proporção na qual o valor justo de um investimento é menor que seu custo, a saúde financeira e perspectivas do negócio de curto prazo para a investida, incluindo fatores como: desempenho do setor e do segmento e fluxo de caixa operacional e financeiro.

(d) Estimativa de valor justo de instrumentos financeiros

Conforme descrito na nota 6, os valores justos dos instrumentos financeiros com cotação pública são baseados nos preços atuais de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, o valor justo é estabelecido através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria Companhia. A nota 6 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

(e) Estimativas e julgamentos na determinação dos benefícios de aposentadoria

O custo de planos de aposentadoria com benefícios definidos pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas no final de cada exercício. Ao determinar a taxa de desconto adequada, a administração considera as taxas de juros livres de risco. A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país. Para mais detalhes sobre as premissas utilizadas, vide nota 26.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A gestão de riscos no IRB-Brasil Re é considerada instrumento essencial para a otimização do uso do capital e a seleção das melhores oportunidades de negócios, visando obter a melhor relação risco/retorno para seus acionistas. Em linhas gerais, uma gestão de riscos eficiente protege os ativos da Companhia.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013022700076

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

Os principais objetivos do gerenciamento de riscos são:
• A identificação dos riscos e oportunidades.
• A medição e avaliação desses riscos, a partir da perspectiva de exposição.
• O alinhamento das exposições ao apetite de risco da Companhia.
• O estabelecimento e a execução de planos para alcançar os níveis de exposição aceitáveis.

O apetite a risco, bem como os decorrentes limites de exposição, são definidos pela Alta Administração, sendo formalizado por meio de políticas, *guidelines*.

A atividade de supervisão do Gerenciamento de Riscos do IRB-Brasil Re é feita pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, com o apoio de diversos comitês consultivos ou deliberativos.

Após revisão, ocorrida em dezembro de 2012, foi confirmada a classificação A- (excelente) pela agência de *rating* A.M. Best, sediada nos Estados Unidos, a qual reflete, na opinião dessa agência, uma capitalização fortemente adequada aos riscos da Companhia.

4.1 Principais tipos de risco

O gerenciamento de riscos corporativos abrange as seguintes categorias de risco: Conjuntura, Operacional, Imagem, Subscrição, Mercado, Crédito e Liquidez, que por sua vez são compostas por diversas subcategorias. A Companhia entende que estas categorias representam as suas principais exposições, mas que não são exaustivas e que outras formas de risco podem afetar a Companhia.

4.2 Risco de conjuntura

Risco de perdas decorrente de mudanças verificadas nas condições políticas, culturais, sociais, econômicas ou financeiras do Brasil ou de outros países. Envolve ainda os riscos advindos de decisões de negócio ou de processos que impactam o crescimento ou a obtenção de vantagem competitiva da Companhia.

A Companhia utiliza o *Balanced Scorecard* (BSC) como metodologia de gestão estratégica, de forma a assegurar o alcance dos objetivos estratégicos. O BSC consiste em um modelo de gestão estratégica que auxilia a mensuração do progresso das organizações rumo às suas metas ao longo prazo, a partir da tradução da visão em objetivos, indicadores, metas e projetos estratégicos. Além disso, ressalta o papel da comunicação da estratégia de uma organização, garantindo a sua disseminação para todo o corpo funcional. No modelo de gestão estratégica adotado, o plano estratégico é acompanhado periodicamente pela Alta Administração.

4.3 Riscos operacionais e de imagem

Estão associados à possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou eventos externos, incluindo riscos legais. Os riscos operacionais geralmente acarretam em redução, degradação ou interrupção, total ou parcial, das atividades, com impacto negativo na reputação da Companhia. Esta perda é classificada como um risco de imagem, ou seja, decorrente da instituição ter seu nome desgastado junto ao mercado ou às autoridades, em razão de publicidade negativa, verdadeira ou não.

A metodologia aplicada para a gestão do Risco Operacional é composta pelas etapas qualitativa e quantitativa. A primeira etapa contempla a análise dos processos, a identificação dos riscos, a avaliação dos controles e as respostas aos riscos (plano de ação).

Já a etapa quantitativa, atualmente, consiste no planejamento da formação da base de perdas, processo que está em fase final de sistematização, tendo como objetivo registrar as informações relativas aos eventos decorrentes da exposição ao Risco Operacional no IRB-Brasil Re.

A Gestão da Continuidade dos Negócios (GCN) está inserida no âmbito da área de gestão de risco operacional e consiste no conjunto de medidas a serem adotadas na eventualidade de uma interrupção dos negócios, permitindo à Companhia continuar operando a, pelo menos, um nível mínimo de serviço pré-determinado.

Além disso, a área também trata incidentes operacionais valendo-se da metodologia de análise de riscos. Este processo detecta, classifica, avalia e trata incidentes pontualmente, sendo ligado diretamente às outras áreas integrantes do sistema de controles internos da Companhia.

Para tratamento específico dos riscos legais e de *Compliance*, a Companhia instituiu uma estrutura de *Compliance*, gerenciada pela Gerência de Controles Internos, e a figura dos Agentes Setoriais de *Compliance*.

4.4 Riscos de subscrição

O risco de subscrição advém de oscilações que podem surgir tanto de fatores internos como externos à Companhia, que contrariem as expectativas da Resseguradora em relação às premissas atuarias e financeiras adotadas na precificação dos contratos de resseguro e na constituição das provisões técnicas.

O principal fator relativo ao risco de subscrição é o de os custos com pagamentos de sinistros superarem as estimativas das provisões técnicas, o que pode ocorrer pelo aumento da sinistralidade ou da frequência de sinistros.

Como forma de reduzir a exposição ao risco, o IRB-Brasil Re trabalha com um portfólio diversificado de carteiras de resseguros. Além disso, a evolução dos riscos é monitorada, assim como é realizada a revisão constante das premissas atuarias e das políticas de subscrição e de aceitação de riscos.

4.4.1 Monitoramento dos passivos de resseguro por linhas de negócio

A Companhia calcula suas provisões técnicas seguindo as normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). O quadro abaixo demonstra os passivos e ativos (PSL, IBNR, IBNER, PET, PPNG) brutos por linhas de negócios.

	Passivos de resseguro		Ativos de retrocessão	
Grupo	**2012**	**2011**	**2012**	**2011**
Patrimonial	2.165.225	1.821.620	(1.302.958)	(962.007)
Riscos especiais	243.574	275.388	(187.207)	(246.420)
Responsabilidades	767.850	713.071	(297.806)	(243.968)
Cascos	418.311	573.467	(310.549)	(405.604)
Automóvel	260.834	260.555	(4.907)	(2.245)
Transportes	328.242	185.434	(164.038)	(77.986)
Riscos financeiros	598.317	512.757	(320.168)	(283.028)
Crédito	68.355	65.944	(25.593)	(27.167)
Pessoas	219.902	198.374	(71.877)	(55.629)
Habitacional	74.709	38.909	(230)	–
Rural	334.597	252.460	(157.406)	(128.073)
Marítimos	86.822	15.713	(27.029)	(4.705)
Aeronáuticos	180.564	67.662	(103.160)	(27.972)
Run-off (Londres)	198.258	190.110	–	–
Outros	410.920	243.658	(13.026)	766
Total	6.356.480	5.415.122	(2.985.954)	(2.464.038)

As tabelas a seguir apresentam o desenvolvimento dos sinistros da Companhia, por ano de subscrição.

Sinistros Brutos de Retrocessão

• Bruto de retrocessão

Ano de subscrição	**2006**	**2007**	**2008**	**2009**	**2010**	**2011**	**2012**	**Total**
Estimativa de sinistros acumulados								
No final do ano de subscrição	586.014	720.059	777.939	738.882	340.142	200.595	342.520	
Um ano depois	2.039.724	2.654.451	1.782.336	1.241.026	845.278	516.906		
Dois anos depois	2.162.859	2.634.264	1.833.735	1.374.800	750.949			
Três anos depois	1.935.371	2.616.710	1.858.580	1.433.714				
Quatro anos depois	1.877.525	2.842.356	2.180.920					
Cinco anos depois	1.933.092	3.310.992						
Seis anos depois	2.045.442							
Estimativa corrente dos sinistros acumulados	2.045.442	3.310.992	2.180.920	1.433.714	750.949	516.906	342.520	10.581.443
Pagamentos acumulados até a data base	(1.798.544)	(2.848.463)	(1.711.830)	(1.207.803)	(493.352)	(118.705)	(65.493)	(8.244.190)
Passivo reconhecido no balanço	246.898	462.529	469.090	225.910	257.597	398.201	277.027	2.337.253
Passivo em relação a riscos não distribuidos								1.394.946
Total do passivo incluso no balanço								3.732.199

• Líquido de retrocessão

Ano de subscrição	**2006**	**2007**	**2008**	**2009**	**2010**	**2011**	**2012**	**Total**
Estimativa de sinistros acumulados								
No final do ano de subscrição	395.132	391.819	500.531	458.107	257.280	146.828	212.493	
Um ano depois	932.904	1.689.640	1.088.423	835.580	648.986	283.846		
Dois anos depois	1.296.897	1.912.946	1.209.256	1.051.953	550.314			
Três anos depois	1.353.357	1.992.197	1.237.117	1.052.361				
Quatro anos depois	1.385.260	2.075.394	1.380.918					
Cinco anos depois	1.416.582	2.339.360						
Seis anos depois	1.521.486							
Estimativa corrente dos sinistros acumulados	1.521.486	2.339.360	1.380.918	1.052.361	550.314	283.846	212.493	7.340.778
Pagamentos acumulados até a data base	(1.427.323)	(2.189.983)	(1.246.611)	(924.939)	(356.252)	(44.468)	(29.067)	(6.218.643)
Passivo reconhecido no balanço	94.162	149.377	134.307	127.422	194.062	239.378	183.426	1.122.135
Passivo em relação a riscos não distribuídos								765.422
Total do passivo líquido incluso no balanço								1.887.557

4.4.2 Análise de sensibilidade

As simulações constantes neste item possuem alterações razoáveis nas premissas atuariais, cujo objetivo é avaliar impactos que podem determinar a saúde financeira da Companhia.

A tabela abaixo apresenta possíveis impactos no resultado e patrimônio líquido, considerando um aumento de 10% (dez por cento) na sinistralidade.

Efeitos	**Impacto**
Resultado e patrimônio líquido	(124.397)
Resultado (%)	(31,32)
Patrimônio líquido (%)	(4,93)

4.5 Risco de mercado

Pode ser definido como o risco de que alterações nos preços e taxas do mercado financeiro reduzam o valor de um título ou carteira.

As principais variáveis atreladas ao risco de mercado são: a taxa de juros, a taxa de câmbio e a liquidez. A gestão dessas variáveis envolve diferentes unidades organizacionais e contempla uma série de diretrizes e estratégias consideradas adequadas pela sua administração, e tem por objetivo:

• Gestão da taxa de juros - Mensurar e monitorar o risco de flutuação nas taxas de juros e nos prazos em condições normais e adversas de mercado.
• Gestão da taxa de câmbio - Mensurar a diferença entre os ativos em moeda estrangeira e o correspondente passivo, bem como ajustá-los por meio de operações de compra e venda no mercado internacional.
• Gestão da liquidez - Monitorar os prazos de liquidação dos direitos e obrigações, assim como a liquidez dos seus instrumentos financeiros.

As seguintes técnicas são utilizadas para controlar e mitigar o risco de mercado:

• Limites máximos de VaR (*Value at Risk*) e análises de cenários alternativos conhecidos como "*stress testing*".
• Monitoramento de mercado.
• Gestão preventiva de perdas.

4.5.1 Análise de *Value at Risk*

A mensuração do risco de mercado, feita através do VaR, estima a perda potencial no lucro antes dos impostos para um determinado horizonte de tempo dada uma probabilidade específica de ocorrência, considerando as volatilidades do mercado e a diversificação dos riscos através do reconhecimento de posições compensatórias e correlações entre os produtos e o mercado. Dentre as metodologias do VaR utilizadas para calcular os números diários de risco, o IRB-Brasil Re optou por utilizar o VaR histórico, desde janeiro de 2011. O VaR da carteira de ativos da Resseguradora, registrado em 31 de dezembro de 2012, foi de R$ 37.000, o que representa 0,75% do total da carteira de ativos.

Enquanto o VaR obtém a exposição diária da Resseguradora aos riscos de taxa de câmbio e taxa de juros, a análise de sensibilidade avalia o impacto de uma possível mudança nas taxas de juros ou de câmbio no exercício. O período mais longo da análise de sensibilidade complementa o VaR e auxilia a Resseguradora a avaliar sua exposição aos riscos de mercado. Mais detalhes sobre a análise de sensibilidade para os riscos de taxa de câmbio e de juros estão demonstrados abaixo.

4.5.2 Análise de sensibilidade de moeda estrangeira

A Resseguradora está exposta principalmente à moeda dos Estados Unidos da América, havendo, contudo, exposição em menor grau ao Euro.

A tabela a seguir detalha a sensibilidade da Resseguradora à variação do câmbio, para as duas moedas, considerando a projeção do dólar dos Estados Unidos para 31 de dezembro de 2013, apresentada pelo Relatório Focus divulgado pelo Banco Central em 28 de dezembro de 2012 (R$ 2,09/US$ 1,00) e, para o Euro, optou-se por aplicar o mesmo percentual de variação do dólar, o que representa os cenários mais prováveis:

	Cenário provável - 31 de dezembro de 2013
Variação no excedente em dólar	(13.795)
Variação no excedente em euros	379

continua

continuação

Consoante o cenário acima destacado, conclui-se que a desvalorização da moeda Dólar convergiria em um excedente negativo para a Companhia. Em contrapartida, considerando o mesmo movimento para a moeda Euro, haveria um excedente positivo. A Consolidação dos excedentes, neste cenário, resultaria em uma perda financeira para a Resseguradora não material.

4.5.3 Análise de sensibilidade à taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros, uma vez que possui, principalmente, títulos e valores mobiliários vinculados a variação da taxa de juros.

A tabela a seguir detalha a sensibilidade da Resseguradora à variação de 1% (100bp) na taxa básica Selic:

	2012	
	Impactos +1%	Impactos -1%
Variação nos títulos pré-fixados	(12.703)	11.634
Variação nos títulos pós-fixados	11.217	(10.086)
Resultado	(1.486)	1.548
	2011	
	Impactos +1%	Impactos -1%
Variação nos títulos pré-fixados	(12.703)	11.634
Variação nos títulos pós-fixados	10.206	(9.075)
Resultado	(2.497)	2.559

Após análise, conclui-se que a sensibilização à taxa de juros implica numa variação de cerca de 0,04% no valor dos títulos expostos.

4.5.4 Gestão dos riscos correlacionados

A Companhia considera que as variáveis econômicas não têm movimento independente, havendo correlação entre os principais fatores de risco associados aos investimentos. Considerando tais variáveis, bem como suas correlações, concluiu-se que os riscos associados são parcialmente mitigados, já que as variáveis analisadas atuam em movimento compensatório, podendo gerar uma perda máxima de 5,3% no período analisado. Quanto aos cenários de *stress* analisados, considerando grandes crises mundiais ocorridas nos últimos quinze anos, concluiu-se que a perda máxima de sua carteira seria de 6,6%.

4.6 Risco de crédito

Risco de uma contraparte (principalmente referente a resseguro, retrocessão e investimentos) não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras.

O IRB-Brasil Re entende que a principal origem do seu risco de crédito são as operações de retrocessão. A fim de mitigar este risco, a Companhia adotou a política de ter operações de retrocessão com sociedades que tenham, pelo menos, metade dos *ratings* em registro, comprovadamente, igual ou superior a A- (S&P, Fitch e AMBest) ou A3 (Moody's). Adicionalmente, o IRB-Brasil Re avalia seus retrocessionários através de uma classificação própria que representa a visão que a Resseguradora tem sobre a capacidade das contrapartes em honrar pagamentos futuros. A exposição da Resseguradora e as avaliações de crédito de suas contrapartes são continuamente monitoradas. A exposição do crédito é controlada pelos limites das contrapartes, que são revisados e aprovados, com uma periodicidade mínima anual, pelo Comitê de *Security*. A qualidade dos atuais parceiros de retrocessão dos contratos de proteção do IRB-Brasil Re pode ser verificada no quadro abaixo:

Faixa de *rating*	% de resseguradores participantes dos contratos de proteção em vigor
AAA ou equivalente	4,5
AA ou equivalente	41,0
A ou equivalente	45,5
BBB+ ou equivalente	4,5
Ressegurador Local sem *rating*	4,5
	100,0

O risco de crédito em fundos e instrumentos financeiros derivativos é limitado porque as contrapartes são representadas por bancos com alto *rating* de crédito avaliado por agências internacionais de *rating*.

As seguintes técnicas são utilizadas para controlar e mitigar o risco de crédito:

- Estabelecimento de limites de retrocessão por entidade.
- Monitoramento de exposição de risco de crédito.
- Acompanhamento das mudanças e tendências do mercado de seguros e resseguros e do mercado financeiro.
- Gestão preventiva de perdas.

4.7 Risco de liquidez

O risco de liquidez está associado ao risco de que a Companhia, embora solvente, não tenha recursos disponíveis para cumprir suas obrigações de forma tempestiva, ou de que possa cumpri-las somente por meio de venda de ativos em condições desfavoráveis, implicando em perdas para a Companhia.

Para gerir este risco, a Companhia utiliza um modelo apropriado, que combina as necessidades de captação e com gestão de liquidez no curto, médio e longos prazos. Este risco é monitorado continuamente pelo acompanhamento dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

4.7.1 Gerenciamento de ativos e passivos

Em 2011 foi implementado o ALM (*Asset Liability Management*), ferramenta de grande valor que abrange o planejamento estratégico de negócios do IRB-Brasil Re. Este instrumento de controle é utilizado para verificar o casamento entre os ativos e passivos da Companhia, mitigando, portanto, o risco de liquidez da Resseguradora.

4.8 Contratos futuros de moedas

Como parte da política de investimentos da Companhia, existe a previsão de contratação de proteção cambial para as ocorrências de excedente de ativo em moeda estrangeira. Na data base 31 de dezembro de 2012, a Companhia não possuía contrato a termo de moeda ou outro instrumento de proteção cambial.

4.9 Contratos futuros de taxa de juros

Renda fixa

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possuía a totalidade das cotas do Fundo de Investimento BB Extramercado Exclusivo 22 e participação nas cotas do fundo FAE - Renda Fixa e ambos os fundos não possuiam operações com contratos futuros de taxa de juros na referida data.

Os gestores dos fundos podem adotar como política de *hedge* a utilização de instrumentos financeiros derivativos, com a finalidade de proteger o valor patrimonial em relação a movimentos inesperados nas taxas de juros. Em 31 de dezembro de 2012 o gestor não mantinha posição nem vendida nem comprada em taxas de juros no mercado futuro de DI.

Em 31 de dezembro de 2011, o Fundo BB Extramercado Exclusivo 22 possuía contratos futuros - posição vendida de taxa de juros - no valor de R$ 210.312. Essas posições foram integralmente liquidadas no início do ano de 2012.

4.10 Técnicas de avaliação e premissas aplicadas para fins de apuração do valor justo

A determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros é apresentada a seguir:

(a) O valor justo dos ativos e passivos financeiros que apresentam termos e condições padrão e são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados.

(b) O valor justo dos instrumentos derivativos é calculado utilizando preços cotados. Os contratos futuros de câmbio são mensurados com base nas taxas de câmbio e nas curvas de rendimento obtidas com base em cotação e para os mesmos prazos de vencimentos dos contratos.

(c) O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros (com exceção daqueles descritos acima) é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

4.11 Mensurações ao valor justo reconhecidas no balanço patrimonial

A tabela a seguir fornece uma análise dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, agrupados nos Níveis 1 e 2 com base no grau observável do valor justo:

(a) Mensurações de valor justo de Nível 1 são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

(b) Mensurações de valor justo de Nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).

(c) Mensurações de valor justo de Nível 3 são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

		2012	2011
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado			
Ações de empresas nacionais	Nível 1	189.989	105.252
Letras Financeiras do Tesouro	Nível 2	–	1.002.499
Letras do Tesouro Nacional	Nível 2	528.112	230.942
Notas do Tesouro Nacional	Nível 2	553.304	33.597
Operações compromissadas	Nível 2	139.760	227.550
Cotas de Fundos de Investimentos não exclusivos	Nível 2	450.057	13.321
Cotas de Fundos de Investimentos no exterior	Nível 2	27.339	12.338
Outros	Nível 2	40	39.711
		1.888.601	1.665.210
Ativos financeiros disponíveis para venda			
American Deposits Receipt - ADR	Nível 1	5.171	6.058
Títulos da dívida soberana	Nível 2	108.840	76.744
Papéis de renda fixa (Securities)	Nível 2	29.460	22.807
Letras Financeiras do Tesouro	Nível 2	2.422.077	2.287.408
		2.565.548	2.393.017
		4.454.149	4.058.227

4.12 Capital mínimo e adicional

As Resoluções CNSP nº 158/2006 e 188/2008 e Circulares SUSEP nº 411/2010 e 414/2010 tratam especificamente do capital adicional para risco de subscrição. A Resolução CNSP nº 228/2010 refere-se ao capital adicional para risco de crédito, enquanto a Resolução CNSP nº 227/2010 dispõe sobre o capital mínimo requerido para autorização e funcionamento dos resseguradores locais.

Consideram-se, para efeitos das citadas resoluções, os conceitos a seguir:

I Capital mínimo requerido: montante de capital que um ressegurador local deverá manter, a qualquer momento, para poder operar e é equivalente à soma do capital base com o capital adicional.

II Capital base: montante fixo de capital, no valor de R$ 60.000, que um ressegurador local deverá manter, a qualquer momento.

III Capital adicional: montante variável de capital que um ressegurador local deverá manter, a qualquer momento, para poder garantir os riscos inerentes a sua operação, conforme disposto em regulação específica.

Até que o CNSP regule as regras de requerimento de capital adicional pertinente aos demais riscos, para todos os efeitos, o capital mínimo requerido para os resseguradores locais deverá ser o maior valor entre a soma do capital base com o capital adicional, definido nos termos do anexo V da Resolução CNSP nº 227/2010, e a Margem de Solvência, nos termos da Resolução CNSP nº 188/2008.

A regulação do capital baseado em risco busca aumentar o nível de solvência das resseguradoras que atuam no mercado nacional, possibilitando-as honrar o compromisso de pagar as recuperações de indenizações aos seus ressegurados, o que, por sua vez, é fundamental para a credibilidade do mercado nacional em um ambiente globalizado.

4.12.1 Capital adicional para risco de subscrição

As Resoluções CNSP nº 158/2006 e 188/2008 e Circulares SUSEP 411/2010 e 414/2010 tratam do capital adicional para riscos de subscrição, para todas as entidades supervisionadas.

As referidas regulamentações visam manter a solvência dos resseguradores, a fim de suportar oscilações em caso de provisões inadequadas, mensurando o capital requerido pelos negócios subscritos em cada ramo SUSEP, considerando ainda o plano de resseguro adotado, estando a forma de cálculo definida nos normativos mencionados.

4.12.2 Capital adicional para risco de crédito

A Resolução CNSP nº 228/2010 dispõe acerca dos critérios de estabelecimento do capital adicional baseado no risco de crédito das sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradores locais.

Define-se como risco de crédito o risco de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, e/ou a desvalorização de recebíveis decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador ou contraparte.

Na referida resolução a mensuração do risco de crédito foi dividida em duas parcelas: (1) risco de crédito associado aos recebíveis de resseguradores, seguradoras, entidades abertas de previdência complementar e sociedades de capitalização e (2) risco de crédito dos demais recebíveis, estando a forma de cálculo definida na mesma resolução.

4.12.3 Cálculo do capital adicional

O cálculo efetuado pelo IRB-Brasil Re, conforme disposto nas citadas resoluções, não identificou a necessidade de aporte adicional de capital. Com data base em 31 de dezembro de 2012, observou-se que o valor do patrimônio líquido ajustado é superior ao valor do capital mínimo requerido.

	2012	2011
Capital adicional para risco de subscrição	203.105	255.421
Capital adicional para risco de crédito	260.332	323.365
Capital adicional total (*)	402.367	502.393
Capital base	60.000	60.000
Capital base + adicional	462.367	562.393
20% do total de prêmios retidos nos últimos 12 meses	292.286	224.726
33% da média anual do total dos sinistros retidos nos últimos 36 meses	206.901	409.557
Margem de solvência	292.286	409.557
Capital mínimo requerido	462.367	562.393
Patrimônio líquido ajustado (**)	2.404.354	2.380.533
Suficiência de patrimônio líquido ajustado	1.941.987	1.818.140

(*) Valor obtido por ponderação.

(**) Cálculo do patrimônio líquido ajustado:

	2012	2011
Patrimônio líquido	2.523.299	2.428.291
Deduções:		
Despesas antecipadas	(1.220)	(166)
Participações societárias	(71.624)	(12.306)
Intangíveis	(32.793)	(22.126)
Direitos/obrigações de sucursais no exterior	(13.259)	(13.110)
Outras deduções	(49)	(50)
Patrimônio líquido ajustado	2.404.354	2.380.533

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O saldo dessa conta pode ser assim demonstrado:

Descrição	2012	2011
Caixa	–	5
Conta corrente bancária país	3.110	19.128
Conta corrente bancária exterior	23.328	52.483
	26.438	71.616

continua

continuação

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

(a) Composição das aplicações

	2012							
	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Mantido até o vencimento			
	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor Contábil	Valor mobiliário avaliado pela curvaa	Valor Contábil	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor Contábil	Taxa média de juros	Total
Títulos de Renda Fixa – Públicos	–	–	2.425.734	2.422.077	–	–	8,50%	2.422.077
Letras Financeiras do Tesouro (i)	–	–	2.425.734	2.422.077	–	–		2.422.077
Títulos de Renda Variável	–	–	**12.490**	–	–	–		–
Ações de Empresas Nacionais	–	–	12.490	–	–	–		–
Quotas de Fundos de Investimento	**1.806.800**	**1.861.262**	–	–	–	–	**14,56%**	**1.861.262**
Quotas de Fundos de Investimento Exclusivos	1.173.153	1.221.216	–	–	–	–		1.221.216
Letras do Tesouro Nacional	517.215	528.112	–	–	–	–		528.112
Notas do Tesouro Nacional	516.139	553.304	–	–	–	–		553.304
Operações Compromissadas	139.760	139.760	–	–	–	–		139.760
Outros	40	40		–	–	–		40
Quotas de Fundos de Investimento Não Exclusivos	449.713	450.057	–	–	–	–	9,17%	450.057
Quotas de Fundos de Investimento em Ações Exclusivos	183.934	189.989	–	–	–	–	8,80%	189.989
Aplicações no Exterior	**27.339**	**27.339**	**167.342**	**143.471**	**685.559**	**465.347**		**636.157**
Quotas de Fundos de Investimento Não Exclusivos	27.339	27.339	–	–	–	–		27.339
American Deposits Receipt (ii)	–	–	12.273	5.171	–	–	-14,64%	5.171
Títulos da Dívida Soberana (ii)	–	–	94.200	108.840	–	–	24,17%	108.840
Brazilian Corporate Bonds (iii)	–	–	31.432	–	45.501	45.501	13,71%	45.501
Corporate Bonds – Nova Iorque (iv)	–	–	–	–	1.659	1.251	19,24%	1.251
Papéis de renda fixa (HSBC)	–	–	29.437	29.460	–	–		29.460
Depósito à Prazo Fixo no Exterior (vi)	–	–	–	–	638.399	418.595	10,43%	418.595
Outras Aplicações (vii)	–	–	–	–	1.361	1.361		1.361
TOTAL	**1.834.139**	**1.888.601**	**2.605.566**	**2.565.548**	**686.920**	**466.708**		**4.920.857**
%		38%		52%		9%		100%
Circulante	–	1.888.601	–	481.784	–	419.956		2.790.341
Não Circulante	–	–	–	2.083.764	–	46.752		2.130.516

	2011							
	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Mantido até o vencimento			
	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor Contábil	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor Contábil	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor Contábil	Taxa média de juros	Total
Títulos de Renda Fixa – Públicos	–	–	**2.287.211**	**2.287.408**	–	–	–	**2.287.408**
Letras Financeiras do Tesouro (i)	–	–	2.287.211	2.287.408	–	–	11,69%	2.287.408
Títulos de Renda Variável	–	–	**5.352**	–	–	–		–
Ações de Empresas Nacionais	–	–	5.352	–	–	–	-15,38%	–
Quotas de Fundos de Investimentos	**1.653.028**	**1.652.872**	–	–	–	–	14,56%	**1.652.872**
Quotas de Fundos de Investimentos Exclusivos	1.487.549	1.494.588	–	–	–	–		1.494.588
Letras Financeiras do Tesouro	1.002.582	1.002.499	–	–	–	–		1.002.499
Letras do Tesouro Nacional	224.440	230.942	–	–	–	–		230.942
Notas do Tesouro Nacional	32.963	33.597	–	–	–	–		33.597
Operações Compromissadas	227.616	227.617	–	–	–	–		227.617
Outros	(52)	(67)	–	–	–	–		(67)
Quotas de Fundos de Investimentos Não Exclusivos	14.704	13.321	–	–	–	–		13.321
Quotas de Fundos de Investimentos em Ações Exclusivos	150.775	144.963	–	–	–	–		144.963
Ações de Empresas Nacionais	111.064	105.252	–	–	–	–		105.252
Outros	39.711	39.711	–	–	–	–		39.711
Aplicações no Exterior	**12.338**	**12.338**	**166.735**	**105.609**	**673.656**	**471.204**		**589.151**
Quotas de Fundos de Investimentos Não Exclusivos	12.338	12.338	–	–	–	–		12.338
American Deposits Receipt (ii)	–	–	11.265	6.058	–	–	-4,82%	6.058
Títulos da Dívida Soberana (ii)	–	–	71.272	76.744	–	–		76.744
Brazilian Corporate Bonds (iii)	–	–	61.618	–	50.008	50.008	4,32%	50.008
Corporate Bonds – Nova Iorque (iv)	–	–	–	–	1.751	1.049		1.049
Títulos do Tesouro Americano (v)	–	–	22.580	22.807	–	–		22.807
Depósito à Prazo Fixo no Exterior (vi)	–	–	–	–	621.897	420.147	0,58%	420.147
Outras Aplicações	–	–	–	–	70.065	70.065		70.065
TOTAL	**1.665.366**	**1.665.210**	**2.459.298**	**2.393.017**	**743.721**	**541.269**		**4.599.496**
%		36%		52%		12%		100%
Circulante	–	1.665.210	–	9.286	–	490.070		2.164.566
Não Circulante	–	–	–	2.383.731	–	51.199		2.434.930

(i) Letras Financeiras do Tesouro

Referem-se a títulos públicos do Tesouro Nacional que fazem parte da carteira própria do IRB Brasil RE. Seus rendimentos são atualizados pela taxa Selic e os títulos estão custodiados no Banco do Brasil. Adicionalmente, estes títulos são ajustados aos seus valores de mercado, obtido através de informações divulgadas pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.

(ii) Títulos da dívida mobiliária soberana e de empresas estatais brasileiras (ADR's)

Representam títulos de renda fixa emitidos no exterior, em dólares dos Estados Unidos, pela União.

(iii) *Brazilian Corporate Bonds*

Representam títulos de renda fixa emitidos por subsidiárias, sediadas no exterior, de empresas brasileiras. Estes títulos, denominados em dólares dos Estados Unidos, foram colocados no mercado internacional. Estão sob administração da BB Securities, em Londres. Em junho de 2011, a provisão foi contabilizada à razão de 100% dos títulos vencidos e não pagos, exceto para os títulos renegociados, em função da condição de adimplência dos titulares da dívida.

(iv) *Corporate Bonds*

Os *Corporate Bonds* são letras hipotecárias emitidas por empresas privadas dos Estados Unidos, com base em operações de financiamentos imobiliários. A Companhia constituiu provisão para desvalorização por considerar que as perdas em seu valor são permanentes.

(v) Títulos do Tesouro Americano

Os títulos do tesouro americano são aplicações cujo objetivo é a remuneração com liquidez do principal, tendo em vista as garantias necessárias às operações da subsidiária de Nova Iorque. A Companhia liquidou a totalidade desses títulos no decorrer do exercício de 2012.

(vi) Depósitos a prazo fixo no exterior

Representam aplicações em *time deposits* de responsabilidade do Banco do Brasil S.A. e Bradesco, em Nova Iorque, cujos prazos de vencimento oscilam entre 12 a 120 dias. Tais aplicações possuem como moedas de origem a Libra Esterlina, o Dólar e o Euro.

(vii) Outras aplicações

Em 31 de dezembro de 2012, esse saldo refere-se, basicamente a cartas de crédito custodiadas no exterior, a títulos de empresas privadas e títulos públicos federais (Tesouro Nacional e empresas governamentais) dos Estados Unidos.

(b) Abertura das aplicações por tipo e prazo de vencimento

	2012			
	Vencimentos			
	De 1 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Valor justo por meio do resultado				
Quotas de Fundos de Investimento				
Quotas de Fundos de Investimento Exclusivos				
Letras do Tesouro Nacional	528.112	–	–	528.112
Notas do Tesouro Nacional	553.304	–	–	553.304
Operações Compromissadas	139.760	–	–	139.760
Outros	40	–	–	40
Quotas de Fundos de Investimento Não Exclusivos	450.057	–	–	450.057
Quotas de Fundos de Investimento em Ações Exclusivos	189.989	–	–	189.989
	1.888.601	**–**	**–**	**1.888.601**
Aplicações no Exterior				
Quotas de Fundos de Investimento Não Exclusivos	27.339	–	–	27.339
	1.888.601	**–**	**–**	**1.888.601**
Disponível para venda				
Títulos de renda fixa – públicos				
Letras Financeiras do Tesouro (i)	473.403	–	1.948.674	2.422.077
Aplicações no Exterior				
American Deposits Receipt (ii)	5.171	–	–	5.171
Títulos da Dívida Soberana (ii)	–	–	108.840	108.840
Papéis de renda fixa (HSBC)	1.775	1.435	26.250	29.460
	480.349	**1.435**	**2.083.764**	**2.565.548**
Mantidos até o vencimento				
Aplicações no exterior				
Brazilian Corporate Bonds (iii)	–	–	45.501	45.501
Corporate Bonds – Nova Iorque (iv)	–	–	1.251	1.251
Depósito à Prazo Fixo no Exterior (vi)	418.595	–	–	418.595
Outras Aplicações	1.361	–	–	1.361
	419.956	**–**	**46.752**	**466.708**

continua

continuação

	2011 Vencimentos			
	De 1 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Valor justo por meio do resultado				
Quotas de Fundos de Investimentos				
Quotas de Fundos de Investimentos Exclusivos				
Letras Financeiras do Tesouro	1.002.499	–	–	1.002.499
Letras do Tesouro Nacional	230.942	–	–	230.942
Notas do Tesouro Nacional	33.597	–	–	33.597
Operações Compromissadas	227.617	–	–	227.617
Outros	(67)	–	–	(67)
Quotas de Fundos de Investimentos Não Exclusivos	13.321	–	–	13.321
Quotas de Fundos de Investimentos em Ações Exclusivos	144.963	–	–	144.963
Ações de Empresas Nacionais	105.252	–	–	105.252
Outros	39.711	–	–	39.711
	1.652.872	–	–	1.652.872
Aplicações no Exterior	**12.338**	**–**	**–**	**12.338**
Quotas de Fundos de Investimentos Não Exclusivos	12.338	–	–	12.338
	1.665.210	**–**	**–**	**1.665.210**
	De 1 a 180 dias	**De 181 a 365 dias**	**Acima de 365 dias**	**Total**
Disponível para venda				
Títulos de Renda Fixa – Públicos				
Letras Financeiras do Tesouro (i)	–	–	2.287.408	2.287.408
Aplicações no Exterior				
American Deposits Receipt (ii)	6.058	–	–	6.058
Títulos da Dívida Soberana (ii)	–	–	76.744	76.744
Títulos do Tesoura Americano (v)	1.416	1.813	19.578	22.807
	7.474	1.813	96.322	105.609
	7.474	1.813	2.383.730	2.393.017
Mantidos até o vencimento				
Aplicações no Exterior				
Brazilian Corporate Bonds (iii)	–	–	50.008	50.008
Corporate Bonds – Nova Iorque (iv)	–	–	1.049	1.049
Depósito à Prazo Fixo no Exterior (vi)	420.004	–	143	420.147
Outras Aplicações (vii)	70.065	–	–	70.065
	490.069	**–**	**51.200**	**541.269**

6.1 Movimentação das aplicações financeiras

Movimentação das aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Mantidos até o vencimento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	1.665.210	2.393.017	541.269	4.599.496
Aplicações	1.610.798	35.508	1.880.749	3.527.055
Rendimento resgate	(16.527)	(19.258)	(87.629)	(123.414)
Principal resgate	(1.568.383)	(98.997)	(1.943.918)	(3.611.298)
Resultado financeiro	196.796	237.471	49.454	483.721
Ajuste a valor de mercado	–	9.233	–	9.233
Oscilação Cambial	707	8.851	26.783	36.341
Outros pagamentos	–	(277)	–	(277)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	1.888.601	2.565.548	466.708	4.920.857

Movimentação das aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Mantidos até o vencimento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	1.869.534	1.873.868	482.095	4.225.497
Aplicações	1.345.626	256.277	2.027.550	3.629.453
Rendimento resgate	(140.552)	–	(285)	(140.837)
Principal resgate	(1.538.613)	(34.909)	(2.033.521)	(3.607.043)
Resultado financeiro	129.302	298.757	13.734	441.793
Ajuste a valor de mercado	–	(976)	–	(976)
Oscilação Cambial	–	–	51.696	51.696
Outros pagamentos	(87)	–	–	(87)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	1.665.210	2.393.017	541.269	4.599.496

7. CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM RESSEGUROS E RETROCESSÕES

As contas de créditos das operações com resseguros e retrocessões representam, principalmente, os saldos a receber resultantes dos movimentos operacionais das sociedades seguradoras do País e de sociedades resseguradoras do exterior, acrescidos dos prêmios emitidos a receber, das respectivas comissões, das indenizações de sinistros a receber e dos créditos decorrentes dos negócios provenientes de operações realizadas no passado pela sucursal de Londres, conforme demonstrado a seguir:

(a) Composição

	2012	2011
Operações com seguradoras (7.1)	1.776.028	1.410.504
Operações com resseguradoras (7.2)	608.700	547.172
Outros créditos operacionais	116.962	116.410
Provisão de créditos com liquidação duvidosa (7.4)	(110.457)	(147.375)
	2.391.233	1.926.711
Circulante	2.391.233	1.920.855
Não circulante	–	5.856
	2.391.233	1.926.711

(b) Movimentação

7.1 Operações com seguradoras

Operações com seguradoras	Prêmio RVE	Prêmio RVNE	Sinistro	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	876.997	433.424	100.083	1.410.504
Prêmios a receber	640.309	528.632	–	1.168.941
Recebimentos	(712.847)	–	–	(712.847)
Salvados, ressarcimentos e adiantamentos para liquidação de sinistros	–	–	(69.647)	(69.647)
Variação cambial	(16.069)	(1.225)	(3.629)	(20.923)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	788.390	960.831	26.807	1.776.028
RVE - Risco Vigente Emitido				
RVNE - Risco Vigente Não Emitido				
Circulante				1.745.806
Não circulante				30.222 (i)
				1.776.028

(i) Saldo integralmente provisionado (7.3).

7.2 Operações com resseguradoras

	Prêmio RVE	Sinistros	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	359.964	183.488	3.719	547.171
Prêmios a receber	496.498	–	–	496.498
Recebimentos	(327.357)	–	–	(327.357)
Recuperação de sinistros	–	(89.197)	–	(89.197)
Variação cambial	(21.252)	6.556	(52)	(14.748)
Outros créditos	–	–	(3.667)	(3.667)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	507.853	100.847	–	608.700
Circulante	–	–	–	608.700

7.3 *Aging* de créditos das operações com resseguros e retrocessões

A análise de vencimento de créditos das operações com resseguro e retrocessão está apresentada abaixo:

Aging	Total
A vencer	568.225
Vencidos até 30 dias	74.046
Vencidos entre 31 e 60 dias	93.872
Vencidos entre 61 e 120 dias	54.095
Vencidos entre 121 e 180 dias	70.735
Vencidos entre 181 e 365 dias	267.144
Vencidos acima de 365 dias	261.172
Sem vencimentos (*)	1.112.401
	2.501.690

(*) Composto, basicamente, pelos Prêmios de Resseguros RVNE, no montante de R$ 960.831.

Parte das contas a receber vencidos e a vencer, no valor de R$ 515.197, são referentes a operações com seguradoras e resseguradoras que não possuem histórico de inadimplência e cujo pagamento está em fase de negociação. Para o saldo remanescente vencido, no valor de R$ 305.967, foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa no valor de R$ 110.457, considerando a utilização de metologia própria pela Companhia, baseada na segregação de parceiros de negócio por origem e atuação país e exterior, classificação de *rating* por histórico de adimplência e tratamento especial para clientes em negociação.

7.4 Provisão de créditos de liquidação duvidosa

	2012	2011
Saldo no início do exercício	(147.375)	(136.481)
Reversão (constituição) de provisão ao valor recuperável reconhecidas sobre os recebíveis	36.918	(10.894)
Saldo no final do exercício	(110.457)	(147.375)
Circulante	(80.235)	(123.174)
Não Circulante	(30.222)	(24.201)
Total	(110.457)	(147.375)

8. ATIVOS DE RETROCESSÃO - PROVISÕES TÉCNICAS

A Circular SUSEP nº 424, de 29 de abril de 2011, modificou a forma de contabilização de resseguros, logo os valores referentes a provisões técnicas desta natureza sofreram reclassificações e alterações em sua forma de apresentação. Os montantes apropriados como Ativos de retrocessão são direitos estimados a recuperar de contrapartes decorrentes de operações de transferências de riscos por retrocessões realizadas. Tais ativos são avaliados segundo bases consistentes de contratos de retrocessão de riscos.

8.1 Composição

Sinistros pendentes de pagamento, de sinistros ocorridos mas não avisados e de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados, conforme demonstrado abaixo:

	2012			
Grupo de Ramos	Sinistros pendentes de pagamento	Sinistros ocorridos mas não avisados	Sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados	Total
Patrimonial	847.559	81.195	75.681	1.004.435
Riscos especiais	64.649	3.292	4.960	72.901
Responsabilidades	169.922	32.782	33.527	236.231
Cascos	268.038	15.934	23.567	307.539
Automóveis	435	1.730	951	3.116
Transportes	112.280	17.124	7.172	136.576
Riscos financeiros	215.501	48.504	22.817	286.822
Crédito	14.407	6.119	2.847	23.373
Pessoas	34.707	23.744	2.567	61.018
Habitacional	194	25	6	225
Rural	24.084	4.429	809	29.322
Marítimos	15.894	760	1.143	17.797
Aeronáuticos	71.927	146	216	72.289
Outros	5.045	–	–	5.045
	1.844.642	235.784	176.263	2.256.689

	2011			
Grupo de Ramos	Sinistros pendentes de pagamento	Sinistros ocorridos mas não avisados	Sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados	Total
Patrimonial	605.376	60.920	52.408	718.704
Riscos especiais	189.931	2.407	4.239	196.577
Responsabilidades	169.418	26.546	27.619	223.583
Cascos	332.934	20.484	33.681	387.099
Automóveis	1.039	251	145	1.435
Transportes	60.004	12.038	3.361	75.403
Riscos financeiros	159.233	53.372	24.153	236.758
Crédito	27.167	–	–	27.167
Pessoas	29.942	7.030	1.248	38.220
Rural	21.651	3.308	542	25.501
Aeronáuticos	17.054	449	818	18.321
	1.613.749	186.805	148.214	1.948.768

8.1.1 Movimentação

	2012		
	Sinistros pendentes de pagamento	Sinistros ocorridos mas não avisados	Sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados
Saldos em 31 de dezembro de 2011	1.613.749	186.805	148.214
Redução decorrente de remensuração ou liquidação sem custo	(727.910)	(10.821)	(14.628)
Aumento decorrente de remensuração ou liquidação sem custo	958.803	59.800	42.677
Saldos em 31 de dezembro de 2012	1.844.642	235.784	176.263

	2011		
	Sinistros pendentes de pagamento	Sinistros ocorridos mas não avisados	Sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados
Saldos em 1º de janeiro de 2011	1.520.122	207.748	185.206
Redução decorrente de remensuração ou liquidação	(300.967)	(36.954)	(53.114)
Aumento decorrente de remensuração ou liquidação	394.594	16.011	16.122
Saldos em 31 de dezembro de 2011	1.613.749	186.805	148.214

8.2 Prêmio de retrocessão diferido

	2012				
	Provisão de prêmios não ganhos		Custos de aquisição diferido		
Grupo de Ramos	RVE	RVNE	RVE	RVNE	Total
Patrimonial	231.205	95.074	(12.381)	(16.127)	297.771
Riscos especiais	103.722	20.470	(8.240)	(1.646)	114.306
Responsabilidades	44.845	29.291	(7.161)	(5.400)	61.575
Cascos	115	2.970	(105)	14	2.994
Automóveis	1.572	556	(316)	(23)	1.789
Transportes	24.742	7.614	(3.873)	(1.037)	27.446
Riscos financeiros	26.614	20.237	(9.460)	(7.182)	30.209
Crédito	–	2.708	(38)	(475)	2.195
Pessoas	1.597	4.849	–	(468)	5.978
Habitacional	–	6	–	(1)	5
Rural	68.711	102.283	(18.439)	(24.469)	128.086
Marítimo	7.158	3.979	(965)	(941)	9.231
Aeronáutico	28.565	4.657	(1.994)	(356)	30.872
Outros	9.887	–	(1.175)	(733)	7.979
	548.733	294.694	(64.147)	(58.844)	720.436

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013022700080

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

Grupo de Ramos	Provisão de prêmios não ganhos RVE	Provisão de prêmios não ganhos RVNE	Custos de aquisição diferido RVE	Custos de aquisição diferido RVNE	2011 Total
Patrimonial	235.965	31.655	(20.586)	(4.349)	242.685
Cascos	1.123	17.771	(37)	(352)	18.505
Responsabilidades	16.421	5.005	(652)	(388)	20.386
Riscos financeiros	42.088	12.835	(11.139)	(2.676)	41.108
Rural	136.148	6.703	(38.763)	(1.516)	102.572
Automóveis	572	273	(24)	(12)	809
Transportes	322	2.282	(16)	(5)	2.583
Pessoas	5.448	6.772	–	(567)	11.653
Riscos especiais	27.532	25.239	(1.335)	(1.605)	49.831
Aeronáuticos	8.650	1.196	(166)	(30)	9.650
Marítimos	3.431	1.274	–	–	4.705
Outros	–	–	(766)	–	(766)
	477.700	111.005	(73.484)	(11.500)	503.721

8.2.1 Movimentação

Grupo de Ramos	Provisão de prêmios não ganhos RVE Retrocessão	Provisão de prêmios não ganhos RVNE Retrocessão	Custos de aquisição diferido RVE Retrocessão	Custos de aquisição diferido RVNE Retrocessão	2012
Saldos em 31 de dezembro de 2011	477.700	111.005	(73.484)	(11.500)	
Redução decorrente de remensuração ou liquidação sem custo	(288.070)	(398.722)	75.083	105.959	
Aumento decorrente de remensuração ou liquidação sem custo	359.103	582.411	(65.746)	(153.303)	
Saldos em 31 de dezembro de 2012	548.733	294.694	(64.147)	(58.844)	

Grupo de Ramos	Provisão de prêmios não ganhos RVE Retrocessão	Provisão de prêmios não ganhos RVNE Retrocessão	Custos de aquisição diferido RVE Retrocessão	Custos de aquisição diferido RVNE Retrocessão	2011
Saldos em 31 de dezembro de 2010	181.867	137.789	(17.389)	(12.230)	
Redução decorrente de remensuração ou liquidação sem custo	(78.079)	(45.054)	22.952	21.419	
Aumento decorrente de remensuração ou liquidação sem custo	373.912	18.270	(79.047)	(20.689)	
Saldos em 31 de dezembro de 2011	477.700	111.005	(73.484)	(11.500)	

8.3 Provisão para excedente técnico

A provisão para excedentes técnicos garante os valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de *superávit* técnico na operacionalização de contratos.

	2012	2011
Patrimonial	752	618
Cascos	16	–
Riscos financeiros	3.136	5.162
Automóvel	2	–
Transportes	16	–
Crédito	26	–
Pessoas	4.881	5.757
Riscos especiais	–	12
	8.829	11.549

9. TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

	2012	2011
Circulante		
Valores a receber de shopping centers	11.138	12.171
Tributos a recuperar sobre comissões de corretagem	6.142	4.864
Valores a receber de acordos judiciais(**)	3.792	13.954
Dividendos a receber	1.058	2.115
Valores a receber - despesas médicas/INSS/ aposentados	1.918	2.474
Adiantamento a funcionários	27	356
Outros	1.702	1.298
Saldo no fim do exercício	25.777	37.232
Não circulante		
Valores a receber da Caixa Econômica Federal (*)	14.350	14.354
Valores a receber de acordos judiciais (**)	19.985	23.825
	34.335	38.179

(*) Valor proveniente de recuperação de valores pagos indevidamente por conta da ação decorrente de demanda relacionada ao Seguro Habitacional do Sistema Financeiro de Habitação - SFH, com utilização dos recursos do FESA

(**) Valor proveniente de acordos judiciais firmados com devedores.

10. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

10.1 Créditos tributários e previdenciários

Circulante	2012	2011
Antecipações IRPJ e CSLL	320	–
Contribuições e impostos pagos a maior a recuperar (*)	4.498	3.249
Imposto de renda retido na fonte	1.225	205
Impostos a compensar/recuperar (**)	–	45.409
	6.043	48.863
Não circulante		
Créditos tributários diferenças temporárias	384.005	295.649
Total	390.048	344.512

(*) O saldo era composto, basicamente, por pagamentos indevidos ou à maior, de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) no valor de R$ 2.787 , de Contribuição Social Sobre o Lucro (CSLL) no valor de R$ 978 e de PIS e COFINS no valor de R$ 487. A realização ocorrerá no 1º semestre de 2013. Em relação aos impostos a recuperar da sucursal Argentina, são compostos de imposto de renda retido no valor de R$ 1.221 e de uma antecipação de Imposto de renda no valor de R$ 321 que serão compensados em 2013.

(**) Os saldos de impostos a compensar relativos ao exercício de 2011, compostos basicamente de saldos negativos de IRPJ/CSLL, foram compensados na sua totalidade no decorrer do exercício de 2012.

10.1.1 Demais créditos tributários

As bases do imposto de renda e da contribuição social diferidos são compostas da seguinte forma:

	2012 IRPJ	2012 CSLL	2011 IRPJ	2011 CSLL
Não circulante				
Créditos Tributários Diferenças Temporárias				
Provisões trabalhistas (a)	463.630	463.630	306.822	306.822
Provisão para desvalorização do investimento (b)	161.804	161.804	213.540	213.540
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (c)	128.504	128.504	166.235	166.235
Provisão para contingências fiscais e previdenciárias (d)	143.289	143.289	141.086	141.086
Provisão para contingências trabalhistas (d)	59.744	59.744	39.594	39.594
Outras provisões	3.039	3.039	2.278	2.278
Base de cálculo	960.014	960.014	869.555	869.555
Alíquota	25%	15%	25%	9%
Crédito tributário diferenças temporárias	240.003	144.002	217.389	78.260

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos oriundos de diferenças temporárias estão sendo constituídos com base nas alíquotas de 25% e 15%, respectivamente.

(a) A consumação do crédito tributário está baseado no cálculo atuarial da realização das provisões trabalhistas, prevista para 58 anos.

(b) A realização do crédito tributário sobre a provisão para desvalorização de Investimento, esta vinculada a baixa da alienação das aplicações financeiras Brazilian Bonds e BB Securities no valor de R$ 31.842, sendo que respectivamente a primeira está em *default* e a segunda ultrapassa 20 anos para sua realização, e a aplicação financeira no Banco Econômico depende de decisão definitiva e da data de encerramento deste litígio.

(c) A realização do crédito tributário sobre a provisão para crédito de liquidação duvidosa esta relacionada com a recuperação administrativa ou judicial do crédito ou deliberação da administração da baixa para perda.

(d) A realização do crédito tributário sobre a provisão para contingências fiscais, previdenciárias e trabalhistas dependem de decisão definitiva e da data de encerramento desses litígios.

10.1.2 Projeção estimada de realização dos créditos tributários

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sobre as quais são calculadas, sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal, cujo cronograma de realização se apresenta a seguir, com expectativa de geração de resultados positivos futuros. O valor presente do crédito tributário utilizando a Selic de 7,5% é de R$ 261.336.

Ano	Realização %
2013	13%
2014	13%
2015	12%
2016	11%
2017 a 2018	20%
2019 a 2022	31%
	100%

11. INVESTIMENTOS

11.1 Investimentos avaliados a custo

A Companhia, em maio de 2012, adquiriu 4,8% na participação do capital da African Reinsurance Corporation - Africa Re, com sede em Lagos, na Nigéria, no montante de R$ 56.939.

11.2 Participação societária

É composta pela participação no IRB Internacional Corporation & Subsidiaries, localizada nos Estados Unidos da América, que se encontra em processo de "*run-off*". As informações sobre a controlada e a movimentação do investimento podem ser assim demonstradas:

	IRB Internacional Corporation & Subsidiaries
Percentual de participação no Capital Social	100%
Quantidade de ações possuídas	5.000.000
Ativo	48.829
Passivo circulante e não circulante	34.543
Patrimônio líquido no fim do exercício	14.286
Lucro líquido do exercício	800
Saldo em 31 de dezembro de 2011	12.306
Equivalência patrimonial	800
Variação cambial	1.180
	1.980
Valor contábil do investimento em 31 de dezembro de 2012	14.286

12. IMÓVEIS DESTINADOS À RENDA

	Terrenos	Edificações	Shopping Centers	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010				
Custo	1.486	672	258.062	260.220
Impairment acumulados	–	–	(33.674)	(33.674)
Depreciação Acumulada	–	(672)	–	(672)
Em 31 de dezembro de 2011				
Saldo inicial	1.486	–	224.388	225.874
Aquisições (a)	–	–	26.180	26.180
Alienações	–	–	(57.938)	(57.938)
Ajustes *Impairment*	–	–	12.803	12.803
Depreciações	–	–	(3.651)	(3.651)
Valores transferidos	15.003	–	–	15.003
Saldo contábil, líquido	16.489	–	201.782	218.271
Saldos em 31 de dezembro de 2011				
Custo	16.489	672	226.692	243.853
Impairment acumulados	–	–	(21.258)	(21.258)
Depreciação Acumulada	–	(672)	(3.652)	(4.324)
Saldo contábil, líquido	16.489	–	201.782	218.271
Em 31 de dezembro de 2012				
Saldo inicial	16.489	–	201.782	218.271
Aquisições (a)	–	–	26.939	26.939
Alienações	–	–	(101.515)	(101.515)
Ajustes *Impairment*	–	–	21.258	21.258
Depreciações	–	–	(3.171)	(3.171)
Saldo contábil, líquido	16.489	–	145.293	161.782
Em 31 de dezembro de 2012				
Custo	16.489	672	152.116	169.277
Impairment acumulados	–	–	–	–
Depreciação Acumulada	–	(672)	(6.823)	(7.495)
Saldo contábil líquido	16.489	–	145.293	161.782

No decorrer do exercício de 2011, a Companhia alienou as participações dos empreendimentos Iguatemi Campinas e Iguatemi São Paulo, correspondendo a 5% e 7% do total dos investimentos em shoppings, respectivamente. O processo de venda respeitou os princípios da Lei nº 8.666/93, e por motivos de transparência e visibilidade, a BMF Bovespa foi contratada para conduzir o processo de Leilão. Como resultado a Companhia auferiu um lucro na venda de R$ 87.593, registrado no grupo ganho ou perdas com ativos não correntes.

No exercício de 2012, a Companhia alienou as participações dos empreendimentos Amazonas Shopping, Iguatemi Alagoas e West Plaza , correspondendo a 38% dos investimentos em shoppings. O processo de venda respeitou os princípios da Lei nº 8.666/93, e por motivos de transparência e visibilidade, a BMF Bovespa foi contratada para conduzir o processo de Leilão. O resultado do leilão foi de R$ 47.001 para o Amazonas Shopping , R$ 46.001 para o Iguatemi Alagoas e R$ 65.000 para o West Plaza, totalizando o montante de R$ 158.002, gerando um lucro na venda de R$ 56.489, registrado no grupo ganho ou perdas com ativos não correntes.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Companhia avaliou a vida útil dos shoppings em linha com o IAS 40 - Propriedade para Investimento. Essa revisão resultou no cálculo de depreciação prospectiva baseada na vida útil destes ativos analisados em média para 42 anos, resultando numa despesa de depreciação no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 no montante de R$ 3.171 (R$ 3.652 em 31 de dezembro de 2011).

(a) Abaixo a composição dos investimentos nos shopping centers, com os percentuais de participação da Companhia e respectivas benfeitorias realizadas pelo IRB no exercício findo em 31 de dezembro de 2012:

Em 31 de dezembro de 2012	Investimento Percentual	Benfeitorias realizadas
Casa Shopping - Rio de Janeiro	20,00%	–
Park Shopping - Brasília	20,00%	8.113
Esplanada - Sorocaba	15,00%	1.094
Praia de Belas - Porto Alegre	20,00%	1.366
Minas Shopping - Belo Horizonte	19,13%	2.959
Shopping Barra - Salvador	20,00%	8.480
Saldo contábil das benfeitorias em shopping centers ativos		22.012
Benfeitorias em shopping centers vendidos		4.927
Saldo contábil, líquido		26.939

Os investimentos em shopping Center são registrados a custo e a Companhia apura anualmente o valor do fluxo de caixa esperado para esses investimentos e constitui provisão para perdas, quando aplicável. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, o montante de R$ 21.258 de provisão para perdas - *Impairment* - foi revertido como resultado da avaliação a valor de mercado superior ao valor contábil.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013022700081

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

13. IMOBILIZADO

	Terrenos e edificações	Veículos e Máquinas	Móveis, utensílios e equipamentos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010				
Custo	36.819	2.446	27.814	67.079
Depreciação Acumulada	(8.424)	(1.656)	(17.548)	(27.628)
Saldo contábil, líquido	28.395	790	10.266	39.451
Em 31 de dezembro de 2011				
Saldos iniciais	28.395	790	10.266	39.451
Aquisições	20	454	7.354	7.828
Alienações	(15)	(14)	(175)	(204)
Depreciação	(582)	(169)	(4.090)	(4.841)
Valores transferidos	(15.003)	2	(365)	(15.366)
Saldos contábeis, líquidos	12.815	1.063	12.990	26.868
Saldos em 31 de dezembro de 2011				
Custo	21.474	2.899	32.832	57.205
Depreciação Acumulada	(8.659)	(1.836)	(19.842)	(30.337)
Saldos contábeis, líquidos	12.815	1.063	12.990	26.868
Em 31 de dezembro de 2012				
Saldos iniciais	12.815	1.063	12.990	26.868
Aquisições	117	23	9.061	9.201
Alienações	–	(172)	(1.050)	(1.222)
Ajustes *Impairment*	–	(254)	(54)	(308)
Depreciação	(584)	(37)	(3.022)	(3.643)
Valores transferidos	–	508	(508)	–
Saldos contábeis, líquidos	12.348	1.131	17.417	30.896
Em 31 de dezembro de 2012				
Custo	21.591	3.258	40.335	65.184
Impairment acumulados	–	(254)	(54)	(308)
Depreciação Acumulada	(9.243)	(1.873)	(22.864)	(33.980)
Saldos contábeis, líquidos	12.348	1.131	17.417	30.896

14. INTANGÍVEL

	Custo de Desenvolvimento de *Softwares*
Saldos em 31 de dezembro de 2010	
Custo	20.157
Amortização Acumulada	(9.362)
Saldo contábil, líquido	10.795
Em 31 de dezembro de 2011	
Saldo inicial	10.795
Aquisições	13.176
Amortizações	(1.845)
Saldo contábil, líquido	22.126
Em 31 de dezembro de 2011	
Custo	33.332
Amortização Acumulada	(11.206)
Saldo contábil, líquido	22.126
Em 31 de dezembro de 2012	
Saldo inicial	22.126
Aquisições	14.263
Amortizações	(3.596)
Saldo contábil, líquido	32.793
Em 31 de dezembro de 2012	
Custo	47.596
Amortização Acumulada	(14.803)
Saldo contábil, líquido	32.793

15. OBRIGAÇÕES A PAGAR E PROVISÕES PARA BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

a) Obrigações a pagar

	2012	2011
Fonecedores	11.399	8.617
Dividendos	6.072	3.590
Juros sobre capital próprio	1.659	1.506
Participações no lucro	16.791	16.551
Outros	6.179	4.307
	42.100	34.571

b) Provisão para benefício pós-emprego

	2012	2011
Benefício - pós-emprego - Aposentadoria (i)	158.710	150.470
Benefício - pós-emprego - Plano Médico (ii)	305.526	155.576
Benefício - pós-emprego - Seguro de vida (iii)	1.683	1.548
Benefício - pós-emprego - Auxílio funeral (iv)	1.293	1.249
	467.212	308.843
Total	509.312	343.414
Circulante	42.100	34.571
Não Circulante	467.212	308.843

(i) Benefício pós-emprego - Aposentadoria

A Companhia custeia integralmente os benefícios de complementação de aposentadoria e de pecúlio por morte dos empregados admitidos até 31 de dezembro de 1968, de melhoria de complementação de aposentadoria para servidores aposentados até 28 de fevereiro de 1975 e de melhoria de pensão relativa aos beneficiários dos servidores falecidos até 28 de fevereiro de 1975.

(ii) Benefício pós-emprego - Assistência médica e odontológica

Planos de autogestão para funcionários ativos e aposentados: para os funcionários admitidos até 2004, os dependentes podem ser cônjuges, filhos e pais, com renda inferior a um salário mínimo. Para funcionários admitidos a partir daquele ano, só podem ser considerados dependentes cônjuges e os filhos. Para este grupo, O IRB-Brasil Re arca com 50% do custeio do plano e os funcionários, com a outra parcela equivalente aos outros 50%. A contribuição do funcionário é descontada mensalmente de seu salário e varia conforme a data de admissão e faixa etária.

(iii) Benefício pós-emprego - Seguro de vida

Para os funcionários admitidos até 1998, o IRB-Brasil Re arca com 100% do prêmio e para os funcionários admitidos após aquele ano, com 50% do prêmio. A participação do funcionário é opcional.

(iv) Benefício pós-emprego - Auxílio funeral

Este benefício é disponibilizado apenas para os funcionários admitidos até 31 de outubro de 1996. O auxílio é limitado ao valor de R$ 1.344,87 para funeral simples, R$ 1.554,63 para cremação e R$ 2.640,80 para funeral com cremação.

16. PROVISÕES PARA IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	2012	2011
IRPJ a pagar	36.935	60.297
CSLL a pagar	13.315	21.874
Tributos Diferidos	16.969	1.870
Outros	688	600
	67.907	84.641

17. DÉBITO DE OPERAÇÕES DE RESSEGURO E RETROCESSÃO

As contas de débitos das operações com resseguros e retrocessões representam, principalmente, os saldos a pagar resultantes dos movimentos operacionais das sociedades seguradoras do País e de sociedades resseguradoras do exterior, acrescidos dos prêmios a pagar, das respectivas comissões, das indenizações de sinistros a pagar e dos débitos decorrentes dos negócios provenientes de operações realizadas no passado pela sucursal de Londres, conforme demonstrado a seguir:

(a) Composição

	2012	2011
Operações com seguradoras	364.507	233.268
Operações com resseguradoras	1.036.185	974.414
Corretores de resseguros, retrocessão e outros	34.032	36.882
Outros débitos operacionais (*)	35.079	30.458
	1.469.803	1.275.022

(*) Referem-se a débitos da Companhia decorrentes de operações realizadas junto a Fundos e Consórcios.

(b) Movimentação

(i) Operação com seguradoras

	Prêmios	Sinistros	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	25.634	185.128	22.506	233.268
Prêmios e juros de retrocessão a pagar	34.392	–	–	34.392
Prêmios e juros de retrocessão pagos	(15.116)	–	–	(15.116)
Sinistro de resseguro a pagar	–	315.681	–	315.681
Sinistro de resseguro pagos	–	(181.754)	–	(181.754)
Outros a pagar	–	–	–	-
Outros pagos	–	–	(19.905)	(19.905)
Variação cambial	143	(941)	(1.261)	(2.059)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	45.053	318.114	1.340	364.507

(ii) Operação com resseguradoras

	Prêmios	Sinistros	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	973.961	–	452	974.413
Prêmios e juros de retrocessão a pagar	1.021.653	–	–	1.021.653
Prêmios e juros de retrocessão pagos	(927.372)	–	–	(927.372)
Sinistros a pagar	–	9.284	–	9.284
Outros a pagar	–	–	479	479
Variação cambial	(42.323)	51	–	(42.272)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	1.025.919	9.335	931	1.036.185

18. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

Abaixo a composição do saldo da conta por idade:

Cobrança antecipada de prêmios

	2012	2011
Até 30 dias	22.785	42.370
31 a 60 dias	13.312	12.613
61 a 90 dias	8.312	5.333
91 a 120 dias	14.063	–
Acima de 120 dias	5.969	–
	64.441	60.316

19. PROVISÕES TÉCNICAS

19.1. Provisão de prêmios não ganhos e custos de aquisição

2012

	Provisão de prêmios não ganhos		Custos de aquisição diferidos		
Grupo de Ramos	RVE Resseguro	RVNE Resseguro	RVE Resseguro	RVNE Resseguro	Total
Patrimonial	428.085	236.899	(29.127)	(46.453)	589.404
Riscos especiais	130.387	32.105	(6.913)	(2.657)	152.922
Responsabilidades	57.685	54.990	(6.650)	(15.605)	90.420
Cascos	1.421	10.973	(53)	(115)	12.226
Automóveis	3.348	24.047	(346)	(8.999)	18.050
Transportes	42.397	70.566	(4.840)	(25.305)	82.818
Riscos financeiros	63.598	86.135	(16.846)	(30.816)	102.071
Crédito	63	4.132	(19)	(704)	3.472
Pessoas	5.403	18.960	–	(172)	24.191
Habitacional	3.671	57.456	–	(14.728)	46.399
Rural	128.013	203.526	(31.522)	(50.222)	249.795
Marítimos	18.501	17.528	(887)	(3.645)	31.497
Aeronáuticos	44.382	15.856	(1.398)	(1.286)	57.554
Outros	73.025	84.941	(9.106)	(6.387)	142.473
	999.979	918.114	(107.707)	(207.094)	1.603.292

2011

	Provisão de prêmios não ganhos		Custos de aquisição diferidos		
Grupo de Ramos	RVE Resseguro	RVNE Resseguro	RVE Resseguro	RVNE Resseguro	Total
Patrimonial	373.494	85.331	(35.683)	(10.615)	412.527
Cascos	4.190	37.501	(76)	(1.390)	40.225
Responsabilidades	31.485	14.998	(2.228)	(1.376)	42.879
Riscos financeiros	128.044	35.089	(42.537)	(9.485)	111.111
Rural	230.428	17.063	(60.716)	(3.748)	183.027
Automóveis	7.034	25.528	(660)	1.361	33.263
Transportes	37.378	8.980	(14.925)	(1.704)	29.729
Pessoas	10.711	25.646	–	(210)	36.147
Riscos especiais	33.875	35.568	(1.058)	(2.985)	65.400
Habitacional	1.891	5.533	(144)	(915)	6.365
Marítimos	14.446	2.049	(912)	(146)	15.437
Aeronáuticos	27.434	6.868	(75)	(500)	33.727
Outros	20.840	30.896	(2.806)	(3.836)	45.094
	921.250	331.050	(161.820)	(35.549)	1.054.931

2012

	Provisão de prêmios não ganhos		Custos de aquisição diferidos	
	RVE Resseguro	RVNE Resseguro	RVE Resseguro	RVNE Resseguro
Saldos em 31 de dezembro de 2011	921.250	331.050	(161.820)	(35.549)
Redução decorrente de remensuração ou liquidação sem custo	(611.763)	(913.352)	142.003	218.027
Aumento decorrente de remensuração ou liquidação sem custo	690.492	1.500.416	(87.890)	(389.572)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	999.979	918.114	(107.707)	(207.094)

2011

	Provisão de prêmios não ganhos		Custos de aquisição diferidos	
	RVE Resseguro	RVNE Resseguro	RVE Resseguro	RVNE Resseguro
Saldos em 31 de dezembro de 2010	401.932	366.725	(54.145)	(49.694)
Redução decorrente de remensuração ou liquidação sem custo	(99.906)	(95.611)	33.531	42.667
Aumento decorrente de remensuração ou liquidação sem custo	619.224	59.936	(141.206)	(28.522)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	921.250	331.050	(161.820)	(35.549)

19.2. Provisões de sinistros a liquidar, de sinistros ocorridos mas não avisados e de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados.

2012

	Resseguros		
Grupo de Ramos	Sinistros a liquidar Resseguro	Sinistros ocorridos mas não avisados Resseguro	Sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados Resseguro
Patrimonial	1.336.127	128.835	109.460
Cascos	341.529	28.168	36.336
Responsabilidades	531.906	76.678	68.846
Riscos financeiros	381.159	67.750	31.867
Rural	74.821	8.440	1.542
Crédito	43.091	14.818	6.934
Automóveis	163.263	51.458	28.057
Transportes	191.844	37.518	15.978
Pessoas	138.884	35.752	3.865
Riscos especiais	79.446	4.488	6.718
Habitacional	21.477	4.634	1.118
Marítimos	49.871	2.438	3.016
Aeronáuticos	112.002	4.580	6.429
Outros	266.779	152.001	47.925
	3.732.199	617.558	368.091

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013022700082

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

	2011		
		Resseguros	
Grupo de Ramos	Sinistros a liquidar Resseguro	Sinistros ocorridos mas não avisados Resseguro	Sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados Resseguro
Patrimonial	1.172.295	131.105	103.546
Cascos	452.663	33.518	47.062
Responsabilidades	505.494	88.004	76.695
Riscos financeiros	257.796	89.734	41.691
Rural	62.634	5.841	958
Crédito	65.944	–	–
Automóveis	162.460	40.864	23.966
Transportes	121.470	26.179	8.056
Pessoas	115.615	22.592	4.010
Riscos especiais	201.302	3.200	5.465
Habitacional	25.284	5.856	1.074
Marítimos	275	–	–
Aeronáuticos	31.939	759	1.237
Run-off (Londres) (*)	79.449	110.661	–
Outros	145.034	22.479	31.053
	3.399.654	580.792	344.813

(*) Inclui reserva para risco de poluição ambiental, doenças e outros danos ocasionadas por vazamento de amianto. Essas estimativas compreendem um maior nível de incerteza em relação àquelas relacionadas aos demais riscos, em virtude de maior imprevisibilidade de ocorrência e desenvolvimento desse tipo de sinistro. Dessa forma, os valores finais podem variar significativamente , para mais ou para menos, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes.

	2012		
	Sinistros a liquidar	Sinistros ocorridos mas não avisados	Sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados
Saldos em 31 de dezembro de 2011	3.399.654	580.792	344.813
Redução decorrente de remensuração ou liquidação sem custo	(1.042.791)	(50.291)	(21.753)
Aumento decorrente de remensuração ou liquidação sem custo	1.375.336	87.057	45.031
Saldos em 31 de dezembro de 2012	3.732.199	617.558	368.091

	2011		
	Sinistros a liquidar	Sinistros ocorridos mas não avisados	Sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados
Saldos em 31 de dezembro de 2010	3.186.061	598.796	358.688
Redução decorrente de remensuração ou liquidação sem custo	(768.382)	(253.126)	(49.835)
Aumento decorrente de remensuração ou liquidação sem custo	981.975	235.122	35.960
Saldos em 31 de dezembro de 2011	3.399.654	580.792	344.813

19.2.1. Sinistros em disputa judicial

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a rubrica Sinistros a Liquidar contempla saldos a pagar referentes aos sinistros em disputa judicial relacionados, principalmente, a questionamentos sobre o enquadramento de coberturas nas condições contratuais ou as divergências entre valores pleiteados por segurados e a avaliação de consultores legais, dos advogados internos e/ou área técnica da Resseguradora.

Apresentamos, abaixo, os percentuais, atuarialmente calculados, por probabilidade de perda, e a correspondente provisão constituída:

	2012			
Probabilidade	Quantidade	Valor de exposição total (*)	%	Sinistro a liquidar
Provável	1.365	748.277	44	505.352
Possível	1.128	417.066	34	141.803
Remota	423	221.589	10	22.159
	2.916	1.386.932		669.314

	2011			
Probabilidade	Quantidade	Valor de exposição total (*)	%	Sinistro a liquidar
Provável	1.339	286.094	64	183.100
Possível	1.103	102.229	51	52.137
Remota	391	29.874	20	5.975
	2.833	418.197		241.212

(*) Valor líquido de retrocessão.

Tais sinistros judiciais estão contabilizados no passivo na rubrica Sinistros a Liquidar brutos de retrocessão, assim como, os valores a recuperar referentes à retrocessão estão classificados no grupamento "Ativos de Retrocessão - Provisões Técnicas", na rubrica de Sinistros pendentes de pagamento.

19.2.2. *Aging* de sinistros judiciais

Aging	Bruto de retrocessão	Retrocessão	Líquido de retrocessão
De 0 a 30 dias	9.319	(18)	9.301
De 31 a 60 dias	1.850	(169)	1.681
De 61 a 90 dias	2.037	(906)	1.131
De 91 a 120 dias	315.867	(305.918)	9.949
De 121 a 180 dias	9.792	(3.908)	5.884
De 181 a 365 dias	66.086	(43.424)	22.662
Acima de 365 dias	264.363	(82.571)	181.792
	669.314	(436.914)	232.400

19.3. Outras provisões

A provisão para excedentes técnicos passou a ser constituída em 2009 para garantir os valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnico na operacionalização de contratos.

Provisão para excedentes técnicos - Resseguro

Grupo de Ramos	2012	2011
Patrimonial	1.399	2.146
Riscos especiais	–	20
Cascos	52	–
Automóveis	7	–
Riscos financeiros	15.469	12.426
Crédito	40	–
Pessoas	17.209	20.010
Habitacional	1.081	330
Transportes	83	–
	35.340	34.932

20. GARANTIA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

De acordo com a Resolução CMN nº 3.543, de 28 de fevereiro de 2008, as provisões técnicas da Resseguradora possuíam a seguinte cobertura, em 31 de dezembro de 2012 e de 2011:

	2012	2011
Provisões Técnicas de Seguros	6.356.480	5.415.122
(–) Ativos de Resseguros - Provisões Técnicas	2.985.954	2.464.038
Montante a ser garantido	3.370.526	2.951.084
Ativos dados em garantia:		
Quotas de Fundos de Investimentos Exclusivos	1.146.360	853.745
Letras Financeiras do Tesouro	2.404.550	2.271.255
Total de Ativos	3.550.910	3.125.000

Para fins de identificação do saldo de provisões técnicas a serem cobertas por tais ativos, deve-se considerar o saldo passivo do grupo "Provisões Técnicas - Resseguros e Retrocessões" líquido do saldo ativo do grupo "Ativos de Retrocessão - Provisões Técnicas", referentes à parcela de retrocessão de risco.

21. PARTES RELACIONADAS

As principais transações realizadas pela Resseguradora com partes relacionadas estão apresentadas a seguir.

	2012		
Com participação acionária na Resseguradora	A receber	A pagar	Resultado
Prêmios	152.724	37.940	944.654
Juros de parcelamento	171	–	1.646
Indenizações e despesas com sinistros	4.435	27.128	(558.401)
Comissões	–	5.502	(132.854)
Outros	5.424	1.405	2.781
	162.754	71.975	257.826
Controlada UA Holding Corporation	485	133	

	2011		
Com participação acionária na Resseguradora	A receber	A pagar	Resultado
Prêmios	427.660	6.567	801.344
Juros de parcelamento	407	–	6.934
Indenizações e despesas com sinistros	3.343	122.318	(750.617)
Comissões	12.541	32.028	(79.139)
Outros	16	875	–
	443.967	161.788	(21.478)
Controlada UA Holding Corporation	291	122	

Referem-se a operações de resseguros e retrocessões realizadas com empresas seguradoras que são acionistas desta Resseguradora, cujos montantes estão incluídos nos grupos "Créditos das operações com resseguros e retrocessões" e "Débitos das operações com resseguros e retrocessões" no balanço patrimonial e nas respectivas contas registradas nas demonstrações do resultado.

21.1. Remuneração do pessoal-chave da administração

A remuneração total dos diretores e dos demais conselhos e comitê da Companhia, em 31 de dezembro, é a seguinte:

	Contas a Pagar	Resultado
Remuneração a curto prazo a administradores	246	3.419
Benefícios pós-emprego	22	279
Saldos em 31 de dezembro de 2012	268	3.698
Saldos em 31 de dezembro de 2011	149	3.386

Os valores máximos, médios e mínimos, da remuneração mensal paga pela Companhia aos seus empregados e administradores, em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, são os seguintes:

	Valores em reais			
	Empregados		Administradores (*)	
	2012	2011	2012	2011
Máxima	19.112	18.056	34.443	32.462
Mínima	4.769	4.505	26.765	25.433
Média	9.057	6.825	29.349	27.527

(*) O Presidente e o Vice-Presidente Executivo do IRB-Brasil Re, servidores públicos federais cedidos por outros órgãos públicos, e o Diretor de Pessoas e Marketing, empregado cedido por empresa constituída na forma de economia mista, recebem a remuneração de seu cargo de origem, acrescida do percentual correspondente a 60% (sessenta por cento) da remuneração dos dirigentes do IRB-Brasil Re, na forma do disposto no artigo 2º, III, da Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007, observando o limite máximo estabelecido pelo DEST – Departamento de Estatais.

22. DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS, OUTRAS AÇÕES JUDICIAIS E OBRIGAÇÕES FISCAIS

	2012		
	Depósitos Judiciais e fiscais	Outras ações judiciais	Obrigações fiscais
Fiscais			
COFINS	–	12.771	–
PIS	–	2.744	–
Contribuição social	173.010	3.241	167.656
Imposto de renda	–	48.895	–
ISS	840	–	6.930
IPTU	–	2.806	–
Previdenciárias			
INSS	35.289	35.289	–
Trabalhistas e cíveis			
Ações trabalhistas	36.856	54.417	–
Ações cíveis	16.825	–	–
Honorários	–	2.731	–
Não circulante	262.820	162.894	174.586

	2011		
	Ativo		Passivo
	Depósitos judiciais e fiscais	Outras ações judiciais	Obrigações fiscais
Fiscais			
COFINS	–	12.359	–
PIS	–	2.656	–
Contribuição social	126.016	3.136	128.063
Imposto de renda	–	47.274	–
ISS	753	15.362	5.418
Outros	–	2.384	–
Previdenciárias			
INSS	32.904	32.904	–
Trabalhistas e cíveis			
Ações trabalhistas	17.997	35.578	–
Ações cíveis	1.608	–	–
Honorários	–	2.278	–
Não circulante	179.278	153.931	133.481

Os depósitos judiciais e fiscais são atualizados monetariamente.

22.1. Ações judiciais de natureza cível, trabalhista, fiscal e previdenciárias

A Companhia possui as seguintes ações judiciais, segregadas segundo a sua natureza, probabilidade de perda, valores em risco e provisionados:

	2012		
	Quantidade	Valor em risco	Outras ações judiciais e obrigações fiscais
Fiscal			
Provável	3	58.631	58.631
Possível	10	331.837	186.412
	13	390.468	245.043
Previdenciário			
Possível	13	55.996	35.289
Remota	3	22.737	–
	16	78.733	35.289
Trabalhista			
Provável	123	54.417	54.417
Possível	79	39.557	–
Remota	46	10.759	–
	248	104.733	54.417

	2011		
	Quantidade	Valor em risco	Outras ações judiciais e obrigações fiscais
Fiscal			
Provável	3	55.077	55.077
Possível	8	288.199	161.575
	11	343.276	216.652
Previdenciário			
Possível	13	54.180	32.904
Remota	3	22.226	–
	16	76.406	32.904
Trabalhista			
Provável	141	35.578	35.578
Possível	58	20.439	–
Remota	51	18.882	–
	250	74.899	35.578

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013022700083

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

22.2. Movimentação das provisões para ações judiciais

	Saldo em 31 de dezembro de 2011	Adições	Atualizações monetárias	Baixas	Saldo em 31 de dezembro de 2012
Fiscais					
COFINS (Nota 22.3.2)	12.359	–	412	–	12.771
PIS (Nota 22.3.2)	2.656	–	88	–	2.744
Contribuição Social (Nota 22.3.5)	128.064	28.573	11.019	–	167.656
Contribuição Social (Nota 22.3.5)	3.136	–	105	–	3.241
Imposto de Renda (Nota 22.3.2)	47.274	–	1.621	–	48.895
ISS (22.3.1)	20.780	–	2.304	(16.154)	6.930
IPTU	2.384	–	422	–	2.806
Previdenciárias					
INSS (22.3.1)	32.904	–	2.385	–	35.289
Trabalhistas e cíveis					
Ações trabalhistas (22.3.3)	35.578	19.571	1.760	(2.492)	54.417
Cíveis					
Honorários	2.277	454	–	–	2.731
	287.412	48.598	20.116	(18.646)	337.480

	Saldo em 31 de dezembro de 2010	Adições	Atualizações monetárias	Baixas	Saldo em 31 de dezembro de 2011
Fiscais					
COFINS (nota 22.3.2)	11.824	–	535	–	12.359
PIS (nota 22.3.2)	2.541	–	115	–	2.656
Contribuição Social (nota 22.3.5)	75.095	33.376	19.593	–	128.064
Contribuição Social (nota 22.3.5)	3.001	–	135	–	3.136
Imposto de Renda (nota 22.3.2)	45.173	–	2.101	–	47.274
ISS (nota 22.3.1)	18.548	–	2.275	(43)	20.780
Outros	–	2.275	109	–	2.384
Previdenciárias					
INSS (nota 22.3.1)	29.812	–	3.092	–	32.904
Trabalhistas e cíveis					
Ações trabalhistas (nota 22.3.3)	45.528	2.302	2.156	(14.408)	35.578
Honorários	–	7.976	–	(5.698)	2.277
	231.522	45.929	30.111	(20.149)	287.412

22.3. Ações fiscais

22.3.1. INSS e ISS

Em virtude de fiscalizações efetuadas pelo Instituto Nacional de Seguro Social - INSS e pela Procuradoria Geral do Município do Rio de Janeiro (ISS - Imposto Sobre Serviço), foram lavrados Autos de Infração e movidas Execuções Fiscais nos anos de 1999 e 1989, respectivamente, baseados em supostas divergências de enquadramentos tributários e previdenciários adotados pela Companhia.

A Companhia impetrou recursos administrativos com vistas ao cancelamento das referidas penalidades, mantendo provisionados os montantes de R$ 35.289 (R$ 32.904 em 31 de dezembro de 2011) relativos aos Autos Lavrados pelo INSS referente ao adicional de 2,5% devidos pelas empresas equiparadas às instituições financeiras.

Com relação à discussão judicial referente ao adicional de 2,5% do INSS, a Companhia, em 30 de abril de 2010, foi instada a efetuar depósito judicial dos valores em discussão à época (R$ 23.291), tendo posteriormente, em 28 de maio de 2010, complementado tal depósito para inclusão de encargos legais (R$ 4.666), compondo o valor total depositado à época de R$ 27.957. Os valores questionados referente ao INSS, encontram-se depositados judicialmente no montante atualizado de R$ 35.289 e provisionados no mesmo montante de acordo com a expectativa de desembolso/perda da administração.

Já com relação a execução fiscal de ISS, e diante das importantes conclusões constantes no referido laudo pericial acerca da matéria, que se apresentam extremamente favoráveis aos interesses da Companhia, os advogados que patrocinam a causa classificam como possível a probabilidade de perda da demanda, com isso, a Companhia efetuou uma reversão do passivo contingente no valor de R$ 16.154. Os consultores jurídicos da Companhia classificam como possível a probabilidade de perda de ambas as demandas judiciais (INSS e ISS).

22.3.2. Compensação de Créditos de Imposto sobre o Lucro Líquido (ILL) e Fundo de Investimento Social - Finsocial

Em outubro de 2001, a Companhia protocolou Pedidos de Restituição/Compensação dos valores pagos a título de ILL, no período de 31 de dezembro de 1988 a 31 de dezembro de 1992, e de FINSOCIAL, no período de outubro de 1989 a dezembro de 1991, cuja declaração de inconstitucionalidade já havia sido reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal.

Nos exercícios de 2001 e 2002, a Companhia efetuou a compensação desses créditos tributários com débitos vincendos de tributos federais. Em novembro de 2001, a Receita Federal indeferiu os citados pedidos de restituição, alegando extinção do direito do crédito tributário. Posteriormente, a Companhia recorreu da decisão junto ao Conselho de Contribuintes, obtendo, em ambos os casos, decisões favoráveis em julgamento de recursos pelo citado Conselho.

Com relação especificamente ao processo administrativo de ILL, a Companhia obteve êxito na discussão de mérito envolvida, estando pendente apenas a discussão em relação à forma de atualização dos valores dos créditos tributários propriamente ditos, obtendo ganho parcial do direito creditório para os valores de ILL (o valor histórico da compensação aceita pela Receita Federal do Brasil totaliza R$ 20.291 em março de 2002), sendo homologada parte das compensações efetuadas. O valor do débito ainda não homologado pela Receita Federal do Brasil é de R$ 18.756 estando totalmente provisionado.

Já com relação ao processo administrativo de FINSOCIAL, a Companhia recebeu, em fevereiro de 2007, notificação para pagamento do valor aproximado de R$ 33.000, tendo impetrado Mandado de Segurança, obtendo a suspensão da exigibilidade dos referidos créditos fiscais até que se tenha decisão definitiva na esfera administrativa. Atualmente a Companhia aguarda julgamento final por parte da Câmara Superior de Recursos Fiscais. O valor provisionado atualmente de Imposto de Renda é de R$ 48.895 (R$ 47.274 em 31 de dezembro de 2011).

Os consultores jurídicos externos da Companhia classificam como provável a expectativa de perda da demanda referente ao FINSOCIAL, e como possível a expectativa de perda da demanda relacionada ao ILL.

22.3.3. Ações trabalhistas

A Companhia encontra-se envolvida em demandas de natureza trabalhistas ajuizadas por empregados ativos, aposentados e desligados, as quais objetivam, dentre outros pedidos da mesma relevância, a uniformização dos planos de cargos e salários, com o consequente pagamento das diferenças salariais. A administração da Companhia, após análise individualizada desses processos, constituiu provisão para perda provável, sendo considerados para efeitos de provisão trabalhista aqueles que estejam em fase de liquidação e execução sentença, ou seja, aqueles que tiverem com o trânsito em julgado das decisões.

Os consultores jurídicos externos da Companhia estimam o valor atualizado dos processos em R$ 54.417 (R$ 35.578 em 31 de dezembro de 2011) e classificam as chances de perda nesses processos como provável. As causas trabalhistas classificadas como possíveis montam em R$ 39.557 (R$ 20.439 em 31 de dezembro de 2011).

22.3.4. PIS/PASEP e COFINS

Trata-se de ação em que a Companhia pretende o reconhecimento da inconstitucionalidade do § 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98, relativo à questão do alargamento da base de cálculo de PIS e COFINS, envolvendo um valor de crédito fiscal a ser compensado pelo IRB-Brasil Re, da ordem de R$ 153.027, valor original, relativo ao período de maio de 2001 a maio de 2006 (data de ajuizamento da ação). A presente ação foi distribuída em 1º de junho de 2006 originalmente para a 6ª Vara Federal/RJ.

Em 23 de agosto de 2007 foi proferida sentença que acolheu parcialmente o pedido formulado na inicial, sendo interpostos Recursos de Apelação pela União e pela Companhia. Em 3 de novembro de 2009, por unanimidade, a 4ª Turma do TRF 2 deu provimento a todas as postulações de mérito da Companhia e negou provimento à Apelação da União. Aos embargos de declaração opostos, foi negado provimento, sendo então interposto Recurso Especial pela Companhia e Recurso Extraordinário pela União. Em 27 de dezembro de 2011 foi proferida decisão que admitiu o Recurso Especial da Companhia e determinou o retorno dos autos ao relator para que este faça nova avaliação de sua decisão.

Em 5 de junho de 2012, a 4ª Turma do TRF 2 acolheu, por unanimidade, a determinação do Vice-Presidente, no sentido da retificação do acórdão do julgamento dos Recursos de Apelação, apenas para adequar o prazo prescricional à jurisprudência pacificada pelo STF. Assim sendo, prevaleceu o prazo prescricional de 5 anos previsto pela Lei Complementar nº 118/2005, uma vez que a ação ordinária foi ajuizada em 2006, ou seja, após a entrada em vigor da referida Lei. O referido Acórdão foi publicado em 28 de agosto de 2012.

Apesar do provimento da questão de mérito em favor da Companhia, a presente ação ainda não transitou em julgado, pois aguarda-se a apreciação pelo STJ com relação ao Recurso Especial acerca dos honorários sucumbenciais, motivo pelo qual o processo administrativo de compensação dos créditos fiscais ainda não é permitido perante os órgãos competentes e, por este motivo, os referidos créditos ainda não puderam ser reconhecidos contabilmente pela Companhia.

Com o reconhecimento da inconstitucionalidade do parágrafo 1º do art. 3º da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, o PIS e a COFINS devem incidir apenas sobre as receitas operacionais. Considerando que a Companhia vinha calculando e recolhendo, mensalmente, aos cofres públicos, até maio de 2009, tais contribuições com base em sua receita bruta, incluindo, consequentemente, as receitas não operacionais, tais como receitas financeiras e de aluguel, o IRB-Brasil Re, com o trânsito em julgado da ação judicial, terá direito a um crédito fiscal correspondente aos valores de R$ 495.926, correspondente aos valores de PIS e COFINS pagos a maior no período integral de maio de 2001 a maio de 2009, quando ocorreu a revogação do §1º do art. 3º da Lei nº 9.718/98, por meio do inciso XII, do art. 79, da Lei nº 11.941, de 28 de maio de 2009.

Diante do fato da ação ter sido remetida aos Tribunais Superiores (STJ e STF), os quais já possuem entendimento pacífico a respeito da matéria, pendente apenas da edição de Súmula Vinculante pelo STF, os consultores legais da Companhia classificam como remota a probabilidade de perda da demanda.

22.3.5. Contribuição Social sobre o Lucro

Com a publicação da MP 413/08, convertida na Lei de nº 11.727 de 23 de junho de 2008, houve aumento da alíquota da CSLL de 9% para 15%, para as pessoas jurídicas de seguros privados, instituições financeiras e sociedades equiparadas, a partir da competência maio de 2008.

Em junho de 2008, a Companhia impetrou Mandado de Segurança, questionando a constitucionalidade dessa majoração de alíquota, provisionando e depositando judicialmente os valores questionados. Em 31 de dezembro de 2012, o valor depositado judicialmente atualizado totaliza R$ 173.010 e o valor provisionado para pagamento da CSLL totaliza R$ 167.656 (R$ 128.064 em 31 de dezembro de 2011).

Os advogados que patrocinam a causa classificam como possível a probabilidade de perda da demanda.

23. PROVISÕES TRABALHISTAS

	2012	2011
Provisão para férias	7.743	7.458
Provisão para licença-prêmio	5.327	4.016
	13.070	11.474

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

24.1.1. Capital

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o capital social está representado por 1.000.000 (um milhão) de ações escriturais, sem valor nominal, totalmente integralizadas. A propriedade das ações está igualmente distribuída entre a União (500.000 ações ordinárias nominativas) e determinadas sociedades seguradoras autorizadas a operar no País (500.000 ações preferenciais nominativas, não conversíveis em ordinárias).

Em 13 de janeiro de 2011, em virtude de deliberações tratadas em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de dezembro de 2010, a Companhia protocolou junto a SUSEP solicitação de autorização para aumento de seu capital social, no valor de R$ 320.000, utilizando para tal capitalização de parte do valor disponível em sua reserva para reinvestimento. Tal pleito foi aprovado pelo órgão regulador através da Portaria SUSEP/CGRAT Nº 1.204, de 28 de abril de 2011.

24.1.2. Reservas de lucros

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, tendo como limite 20% do capital social, nos termos da Lei nº 6.404 de 16 de dezembro de 1976. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

A reserva para reinvestimento é constituída com base em previsão orçamentária, com fundamento no art. 54, parágrafo 4º, do Estatuto da Companhia. O saldo desta reserva limita-se ao capital social da Companhia e destina-se a realização de projetos de investimentos.

24.2. Outros resultados abrangentes

24.2.1. Ajustes de avaliação patrimonial

Registra, conforme legislação vigente, os efeitos decorrentes dos critérios de registro e avaliação dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponíveis para venda, líquidos dos seus correspondentes efeitos tributários, calculados às alíquotas de 25% e 15% para o imposto de renda e a contribuição social, respectivamente, conforme mencionado na Nota 2.12.

	2012	2011
Saldo no início do exercício	6.644	5.822
Ganho (perda) decorrente de avaliação dos ativos financeiros disponíveis para venda a valor justo	(9.233)	976
Imposto de renda e contribuição social sobre a variação da avaliação dos ativos financeiros disponíveis para venda a valor justo	3.457	(154)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	868	6.644

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013022700084

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

24.2.2. Ajustes acumulados de conversão

Registra os efeitos das variações da taxa de câmbio de operações no exterior, conforme demonstrado abaixo.

	2012	2011
Saldo no início do exercício	1.029	103
Diferenças cambiais decorrentes da conversão dos ativos de operações no exterior	1.178	926
Saldo em 31 de dezembro de 2012	2.207	1.029

As diferenças cambiais relacionadas à conversão dos ativos líquidos das operações no exterior da Companhia das suas moedas funcionais para a moeda de apresentação da Companhia (ou seja, Reais) são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido e acumuladas nos ajustes acumulados de conversão.

24.2.3. Lucro por ação - básico e diluído

Conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 41, as tabelas a seguir reconciliam o prejuízo do exercício aos montantes usados para calcular o resultado por ação básico e diluído.

O lucro por ação básico é computado pela divisão do lucro do exercício pela média ponderada das ações em circulação no exercício. O cálculo do lucro por ação básico encontra-se divulgado a seguir:

	2012	2011
Numerador		
Lucro Líquido do exercício	397.136	465.832
Denominador (quantidade de ações em unidades)		
Média ponderada de número de ações ordinárias em circulação	500.000	50.000
	378,23	443,65

A Resseguradora não emitiu e/ou outorgou instrumentos patrimoniais que devem ser considerados para fins de cálculo do lucro por ação diluído, conforme determina o Pronunciamento Técnico CPC 41. Desta forma, o lucro por ação diluído não apresenta diferença em relação ao cálculo do lucro por ação básico demonstrado acima.

Com base na Lei nº 11.638/07, artigo 17, parágrafo 1º, inciso II e o Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais tem direito ao recebimento de dividendos pelo menos 10% maior que o atribuído a cada ação ordinária. Com isso, o cálculo da média do número das ações em circulação para divulgação leva em consideração as particularidades da distribuição de lucros, conforme as disposições estatutárias e legais.

24.2.4. Dividendos e juros sobre capital próprio

	2012	2011
Lucro líquido do exercício	397.136	465.832
Constituição de reserva legal (5%)	(19.857)	(23.292)
Base de cálculo dos dividendos	377.279	442.540
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	(94.320)	(110.635)
Dividendo adicional proposto a pagar	(188.640)	(221.270)
	(282.959)	(331.905)
Porcentagem sobre o lucro líquido do exercício	75%	75%
Juros sobre capital próprio (R$ 119,04 para ações ON e R$ 130,95 para ações PN)	–	125.000
Juros sobre capital próprio (R$ 95,24 para ações ON e R$ 104,76 para ações PN)	92.143	–
Dividendo final sobre o resultado		
2011 (R$ 197,05 para ações ON e R$ 216,76 para ações PN)	–	206.905
Dividendo mínimo obrigatório a pagar		
2012 (R$ 2,08 para ações ON e R$ 2,28 para ações PN)	2.177	–
Dividendo adicional proposto 2012		
(R$ 179,66 para ações ON e R$ 197,62 para ações PN)	188.640	–
Constituição da Reserva para Reinvestimento	186.462	110.635

25. DETALHAMENTO DAS CONTAS DE RESULTADO

Em 31 de dezembro, os prêmios ganhos, a sinistralidade e o comissionamento para os principais ramos estão demonstrados a seguir:

25.1. Prêmios ganhos - Principais grupos de atuação

	2012			2011		
	Prêmios ganhos	Índice de sinistralidade - %	Índice de comissionamento - %	Prêmios ganhos	Índice de sinistralidade - %	Índice de comissionamento - %
Patrimonial	706.768	96,5	(8,2)	607.970	57,8	6,2
Riscos especiais	138.939	(52,2)	3,2	125.290	118,6	0,2
Responsabilidades	82.080	(1,1)	(11,6)	48.502	234,7	6,2
Cascos	12.985	(47,4)	1,2	94.337	162,7	2,1
Automóvel	21.350	283,1	(15,1)	66.221	126,3	13,6
Transportes	71.229	167,1	(21,2)	57.937	30,2	9,8
Riscos financeiros	126.219	122,7	(28,3)	140.352	38,3	30,6
Crédito	7.491	314,8	(25,0)	52.924	(70,7)	13,7
Pessoas	146.833	68,7	–	153.203	48,5	–
Habitacional	64.281	10,6	(22,1)	37.595	31,6	16,9
Rural	271.647	93,3	(26,0)	176.011	47,2	19,8
Marítimo	37.819	194,7	(9,1)	14.672	1,9	0,9
Aeronáutico	80.191	155,7	(4,7)	50.749	70,3	5,0
Outros	82.898	174,3	0,2	42.694	230,9	10,9
Total	1.850.730	89,9	(12,6)	1.668.457	71,2	10,3

25.2. Sinistros ocorridos - Principais grupos de atuação

	2012				
	Sinistros diretos	Salvados e ressarcimentos	Variação de IBNR	Variação de IBNER	Sinistros ocorridos
Patrimonial	(717.677)	42.066	1.333	(7.754)	(682.032)
Riscos especiais	75.677	–	(1.499)	(1.616)	72.562
Responsabilidades	(16.166)	60	10.503	6.522	919
Cascos	(6.974)	516	4.073	8.538	6.153
Automóveis	(50.748)	5.039	(10.639)	(4.100)	(60.448)
Transportes	(105.977)	7.823	(12.603)	(8.265)	(119.022)
Riscos financeiros	(189.245)	2.702	21.926	9.796	(154.821)
Créditos	(7.466)	5.651	(14.824)	(6.940)	(23.579)
Pessoas	(87.890)	–	(13.161)	145	(100.906)
Habitacional	(7.984)	–	1.222	(44)	(6.806)
Rural	(250.520)	192	(2.599)	(584)	(253.511)
Marítimos	(68.105)	–	(2.459)	(3.053)	(73.617)
Aeronáuticos	(115.482)	–	(3.960)	(5.433)	(124.875)
Outros	(109.641)	13	(16.217)	(18.663)	(144.508)
	(1.658.198)	64.062	(38.904)	(31.451)	(1.664.491)

	2011				
	Sinistros diretos	Salvados e ressarcimentos	Variação de IBNR	Variação de IBNER	Sinistros ocorridos
Patrimonial	(398.357)	6.888	20.359	19.686	(351.424)
Riscos especiais	(148.453)	–	(255)	(98)	(148.806)
Responsabilidades	(88.249)	60	(15.640)	(9.995)	(113.824)
Cascos	(185.827)	7.349	7.447	17.549	(153.482)
Automóveis	(90.419)	2.136	3.320	1.344	(83.619)
Transportes	(40.263)	18.349	3.291	1.145	(17.478)
Riscos financeiros	(28.220)	12.338	(30.112)	(7.721)	(53.715)
Créditos	(8.260)	6.630	32.280	6.753	37.403
Pessoas	(80.595)	–	5.670	684	(74.241)
Habitacional	(12.093)	–	42	169	(11.882)
Rural	(86.275)	802	2.134	208	(83.131)
Marítimos	(275)	–	–	–	(275)
Aeronáuticos	(33.721)	–	(737)	(1.199)	(35.657)
Outros	(80.493)	–	(2.355)	(15.736)	(98.584)
	(1.281.500)	54.552	25.444	12.789	(1.188.715)

25.3. Custo de aquisição

	2012	2011
Patrimonial	(16.228)	(24.927)
Riscos Especiais	(17.224)	(11.958)
Responsabilidades	(1.685)	(2.906)
Cascos	(304)	(1.290)
Automóvel	(195)	(103)
Transportes	(2.594)	(2.858)
Risco Financeiro	(381)	(417)
Pessoas	(927)	(267)
Habitacional	(61)	(45)
Rural	(558)	(298)
Outros	(12.568)	(171)
Marítimo	(1.504)	(1.080)
Aeronáutico	(4.473)	(2.979)
	(58.702)	(49.299)

25.4. Resultado com retrocessão

	2012	2011
Prêmio de retrocessões cedidos	(1.173.870)	(982.338)
Variação das provisões técnicas - retrocessão cedida	217.213	103.621
Recuperação de indenização de retrocessão	789.938	653.665
Variação da Provisão de IBNR - retrocessão	52.073	(20.429)
Variação da Provisão de IBNER - retrocessão	32.331	(35.600)
Salvados e ressarcimentos - retrocessões	(9.769)	(24.527)
Recuperação de comissões	168.282	123.582
Outras receitas e despesas com retrocessões	622	4.174
	76.820	(177.852)

25.5. Outras receitas e despesas operacionais

	2012	2011
Participação em resultados operacionais - resseguro e retrocessão	(15.060)	(11.673)
Recuperação dos depósitos de terceiros	25.718	–
Recuperação do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural	19.854	–
Reversão (Constituição) de provisão para riscos de crédito	38.262	(12.283)
Recuperação de outras receitas de resseguro	14.765	–
Outras receitas e despesas operacionais	5.475	1.349
	89.014	(22.607)

25.6. Despesas administrativas

	2012	2011
Pessoal próprio (a)	(285.087)	(107.355)
Serviços de terceiros	(52.384)	(42.782)
Localização e funcionamento	(19.473)	(15.763)
Despesas judiciais	(450)	(1.493)
Multas	(2.756)	(114)
Outras despesas	(244)	(3.924)
Total	(360.394)	(171.431)

(a) No exercício de 2012, contempla, basicamente, os efeitos da provisão de benefícios pós-emprego: aposentadoria, plano médico, seguro de vida e auxílio funeral, no montante de R$ 158.369.

25.7. Despesas com tributos

	2012	2011
COFINS	(30.087)	(29.070)
PIS/PASEP	(7.101)	(5.137)
Constituição(reversão) de provisões tributárias - Líquidas	(2.226)	(2.887)
Taxas de fiscalização da SUSEP	(1.836)	(1.566)
Outros	(5.178)	(600)
	(46.428)	(39.260)

25.8. Resultado financeiro

	2012	2011
Receita Financeira		
Rendimentos de aplicações financeiras	517.475	497.976
Juros ativos sobre parcelamento de prêmios	5.989	15.390
Variações ativas cambiais de aplicações	36.341	52.346
Variações ativas cambiais e monetária	192.238	170.371
Atualização monetária de depósitos judiciais	24.830	27.735
Outras	9.870	19.570
	786.743	783.388
Despesa Financeira		
Despesas de aplicações financeiras	(35.994)	(56.183)
Juros passivos sobre parcelamento no repasse de prêmios	(1.658)	(4.593)
Variações passivas cambiais de aplicações	–	(650)
Variações cambial e monetária (*)	(208.025)	(155.557)
Atualização monetária de passivos contingentes (**)	(11.019)	(19.593)
Outras	(10.755)	(5.088)
	(267.451)	(241.664)
	519.292	541.724

(*) Refere-se, principalmente, a atualização da PSL Judicial com base nos índices da legislação em vigor bem como variações cambiais dos valores mantidos em moeda estrangeira.

(**) Refere-se, basicamente, atualização monetária do passivo contingente fiscal, trabalhista e previdenciário.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013022700085

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

25.9. Resultado patrimonial

	2012	2011
Receitas operacionais diretas resultantes de propriedade para investimento	48.429	56.407
Despesas operacionais diretas resultantes de propriedades para investimento	(3.202)	(4.985)
Reversão da redução ao valor recuperável dos ativos	20.418	13.499
Equivalência patrimonial	800	3.522
Outras despesas operacionais	(1.650)	(401)
	64.795	68.042

25.10. Ganhos ou perdas com ativos não correntes

	2012	2011
Ganhos na venda de propriedades para investimentos (Nota 12)	56.489	87.593

25.11. Imposto de renda e contribuição social

Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

	2012		2011	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro antes da provisão para IRPJ/CSLL e participações	527.125	527.125	716.652	716.652
Juros sobre capital próprio	(100.000)	(100.000)	(125.000)	(125.000)
Participação nos lucros	(16.766)	(16.766)	(16.529)	(16.529)
Lucro após juros sobre capital próprio e participações	410.359	410.359	575.123	575.123
Adições ao lucro				
Provisão para contingências trabalhistas	24.524	24.524	5.645	5.645
Provisão para contingências fiscais e previdenciarias	7.338	7.338	10.594	10.594
Provisão para desvalorização de investimentos	6.130	6.130	7.848	7.848
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	123.003	123.003	41.694	41.694
Provisões trabalhistas	158.123	158.123	25.364	25.364
Outras provisões	761	761	2.278	2.278
Ajustes negativos ao valor justo - resgates	19.924	19.924	55.050	55.050
Prejuízo no exterior (*)	–	–	6.195	6.195
Outras adições	19.871	19.871	29.955	29.955
	359.674	359.674	184.623	184.622
Exclusões ao lucro				
Reversão da provisão para contingências trabalhistas	(5.686)	(5.686)	(15.595)	(15.595)
Reversão da provisão para contingências fiscais e previdenciárias	(16.154)	(16.154)	–	–
Reversão da provisão para desvalorização do investimento	(35.756)	(35.756)	(69.881)	(69.881)
Reversão da provisão para créditos de liquidação duvidosa	(160.735)	(160.735)	(29.410)	(29.410)
Reversão da provisão trabalhista	(526)	(526)	(38.404)	(38.404)
Dividendos recebidos das ações em carteira	(119)	(119)	(80)	(80)
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado	(35.580)	(35.580)	(14.087)	(14.087)
Outras exclusões	(39.267)	(39.267)	(32.079)	(32.079)
	(293.823)	(293.823)	(199.536)	(199.536)
Lucro base para IRPJ e CSLL	476.210	476.210	560.211	560.211
Alíquotas de IRPJ e CSLL vigentes	25%	15%	25%	15%
IRPJ e CSLL devidos à alíquota vigente	(119.029)	(71.432)	(140.029)	(84.032)
Incentivo fiscal (PAT - Lei Roanet)	438	–	428	–
Incentivo Fiscal (Licença maternidade)	86	–	11	–
Imposto de Renda Retido na Fonte	–	–	191	–
Despesa IRPJ e CSLL Corrente	(118.506)	(71.432)	(139.400)	(84.032)
Efeito de IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias	19.718	62.377	(1.878)	1.791
Efeito de IRPJ e CSLL atualizações monetárias	(3.363)	(2.017)	(6.732)	(4.040)
IRPJ e CSLL no resultado do exercício	(102.151)	(11.072)	(148.010)	(86.281)

26. PLANOS DE APOSENTADORIA E PENSÕES E OUTROS BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia é patrocinadora da Fundação de Previdência dos Servidores do Instituto de Resseguros do Brasil - PREVIRB, que assegura aos seus participantes e dependentes benefícios complementares aos da previdência oficial básica. Os planos oferecidos são os de benefício definido (fechado) e o de contribuição variável (em aberto), sendo adotado o regime de capitalização nas avaliações atuariais, para as rendas de aposentadoria. As contribuições feitas pela Companhia à PREVIRB, no exercício de 2012, totalizaram R$ 19.201 (R$ 18.479 em 31 de dezembro de 2011).

A mais recente avaliação atuarial dos ativos do plano e do valor presente da obrigação dos benefícios definidos foi realizada em 31 de dezembro de 2012 pelo Atuário Sérgio Aureliano Machado da Silva, MIBA 547. O valor presente da obrigação dos benefícios definidos e o respectivo custo dos seus serviços correntes e passados foram mensurados por meio do Método do Crédito Unitário Projetado.

Seguem as descrições dos planos patrocinados:

Planos de contribuição variável

A Companhia é patrocinadora do plano Previdencial B (Plano de contribuição variável), a partir de 2004. Os ativos do plano são mantidos separadamente daqueles da Companhia em fundos controlados por agentes fiduciários.

A despesa total incorrida pela Companhia de R$ 3.025 (R$ 2.846 em 31 de dezembro de 2011), reconhecida na demonstração do resultado, refere-se a contribuições pagas pela Companhia a alíquotas especificadas pelas regras desse plano.

Nessa avaliação atuarial efetuada por atuários independentes foi apurado um superávit técnico de R$ 825 (R$ 2.738 em 31 de dezembro de 2011) na PREVIRB que, em linha com as práticas contábeis adotadas no Brasil aprovadas pela SUSEP, não foi contabilizado na patrocinadora.

Planos de benefício definido

A Companhia concede planos de aposentadoria de benefício definido (Plano de Benefícios A e plano pré-68) para os empregados que se qualificam. De acordo com esse plano, os empregados têm direito à complementação calculada com base no estipêndio mensal, apurado na data de sua aposentadoria.

A despesa total incorrida pela Companhia para plano A de R$ 1.008 (R$ 1.403 em 31 de dezembro de 2011), reconhecida na demonstração do resultado, refere-se a contribuições pagas pela Companhia a alíquotas especificadas pelas regras desse plano.

A despesa total incorrida pela Companhia para o plano pré-68 de R$ 15.168 (R$ 14.230 em 31 de dezembro de 2011), reconhecida na demonstração do resultado, refere-se a contribuições pagas pela Companhia a alíquotas especificadas pelas regras desse plano.

Nessa avaliação atuarial para o plano pré-68, efetuada por atuários independentes, foi contabilizada na patrocinadora uma provisão de R$ 158.711 (R$ 150.471 em 31 de dezembro de 2011), em linha com as práticas contábeis adotadas no Brasil aprovadas pela SUSEP.

Nessa avaliação atuarial efetuada por atuários independentes foi apurado um superávit técnico, para o plano A, de R$ 25.999 (R$ 118.767 em 31 de dezembro de 2011) na PREVIRB que, em linha com as práticas contábeis adotadas no Brasil aprovadas pela SUSEP, não foi contabilizado na patrocinadora.

As principais premissas atuariais usadas foram as seguintes:

	Plano de benefícios pós-emprego administrados pela PREVIRB		Plano de benefícios pós-emprego administrados pela IRB	
Hipóteses econômicas	**2012**	**2011**	**2012**	**2011**
Taxa nominal de desconto	4,00%	5,00%	4,00%	5,00%
Taxa nominal de retorno esperado dos ativos	INPC + 4,00% a.a.	INPC + 5,00% a.a.	Não se aplica	Não se aplica
Projeção de crescimento real de salário	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS	Zero	Zero	Não se aplica	Não se aplica
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano	Zero	Zero	Não se aplica	Não se aplica
Hipótese sobre gerações futuras de novos entrados	Não adotada	Não adotada	Não se aplica	Não se aplica
Hipótese sobre rotatividade	Não adotada	Não adotada	Não se aplica	Não se aplica
Fatores de determinação do valor real ao longo do tempo, benefícios INSS e do plano	Não adotados	Não adotados	Não se aplica	Não se aplica
Hipóteses demográficas				
Tábua de sobrevivência	AT-2000 MALE e FEMALE MI-85 ÁLVARO VINDAS	AT-2000 MALE e FEMALE MI-85 ÁLVARO VINDAS	AT-2000 MALE e FEMALE MI-85 ÁLVARO VINDAS	AT-2000 MALE e FEMALE MI-85 ÁLVARO VINDAS
Tábua de mortalidade de inválidos				
Tábua de entrada de invalidez				

Os valores apurados no resultado em 2012 e os valores projetados para dezembro de 2013, relativos ao plano A, que é o plano de benefício definido patrocinado pelo IRB-Brasil Re junto à PREVIRB, são apresentados a seguir:

	2013	2012
Custo dos serviços correntes	(279)	(1.094)
Juros sobre a obrigação	117.312	114.174
Retorno esperado sobre os ativos do plano	(119.624)	(125.846)
Receita no final do exercício	(2.591)	(12.766)

(*) Em linha com as práticas contábeis adotadas no Brasil aprovadas pela SUSEP, as receitas não são contabilizadas na patrocinadora.

A despesa total de R$ 1.008 (R$ 1.403 em 31 de dezembro de 2011), reconhecida na demonstração do resultado, refere-se a contribuições pagas pela Companhia a alíquotas especificadas pelas regras desse plano.

O valor reconhecido no balanço patrimonial decorrente das obrigações da empresa relacionadas a esse plano de benefício definido (Plano A) é apresentado a seguir.

	2012	2011
Valor presente da obrigação de benefícios definidos custeados	1.386.365	1.208.930
Valor justo dos ativos do plano	(1.412.364)	(1.327.697)
Ativo líquido decorrente da obrigação de benefícios definidos	(25.999)	(118.767)

(*) Em linha com as práticas contábeis adotadas no Brasil aprovadas pela SUSEP, estes valores de ativos líquidos não foram contabilizados na patrocinadora.

A movimentação no valor justo da obrigação do plano A no exercício atual é apresentada a seguir:

	2012	2011
Valor presente das obrigações atuariais no início do ano	1.208.930	1.109.373
Custo dos serviços correntes	2.949	10.518
Custo dos juros	114.174	105.598
Perda Atuarial	133.969	56.192
Benefícios pagos	(73.657)	(72.751)
Valor Presente das Obrigações Atuariais	1.386.365	1.208.930

A seguir encontram-se discriminados os Recursos Garantidores das Reservas da PREVIRB:

	2012	2011
Disponível	340	380
Realizável de Investimentos		
Títulos Públicos	687.841	730.136
Créditos Privados e Depósitos	551.111	463.145
Ações	97.147	89.890
Fundos de Investimentos	98.714	58.900
Investimentos Imobiliários	63.684	64.782
Empréstimos e Financiamentos	4.702	4.676
	1.503.199	1.411.529
Exigível Operacional de Investimentos		
Empréstimos e Financiamentos	(138)	(194)
Outras Exigibilidades (IOF)	(3)	(8)
	(141)	(202)
Exigível Contingencial de Investimentos	(2.716)	(2.716)
Recursos Garantidores	1.500.682	1.408.991

A movimentação no valor justo dos ativos do plano A no exercício atual é apresentada a seguir:

	2012	2011
Valor justo inicial dos ativos do plano	1.327.697	1.231.259
Retorno ocorrido nos investimentos	152.877	163.743
Contribuições do empregador	1.008	1.403
Contribuições dos participantes do plano	4.241	4.043
Benefícios pagos	(73.657)	(72.751)
Ganho/Perda Atuarial	197	–
Valor justo final dos ativos do plano	1.412.363	1.327.697

O retorno esperado dos ativos do plano A em 31 de dezembro de 2012 foi de R$ 119.625 (R$ 125.846 em 31 de dezembro de 2011).

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013022700086

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

O histórico dos ajustes pela experiência está apresentado a seguir:

	2012	2011	2010	2009	2008	2007
Valor presente da obrigação de benefícios definidos	(1.386.365)	(1.208.930)	(1.109.373)	(1.101.324)	(869.357)	(798.415)
Valor justo dos ativos do plano	1.412.364	1.327.697	1.231.259	1.148.740	1.097.560	1.043.120
Superávit	25.999	118.767	121.886	47.416	228.203	244.705

A Companhia espera contribuir com R$ 1.008 com o plano A de benefício definido durante o próximo período.

26.1. Outros benefícios a empregados

	2012	2011
Circulante		
Complementação de aposentadoria e pensões	19.935	18.867
Assistência médica e odontológica	18.731	15.394
Assistência médica e odontológica - provisão para eventos ocorridos e não avisados	3.579	2.022
Seguro de vida em grupo	171	190
Auxílio funeral	67	52
	42.483	36.525
Não circulante		
Complementação de aposentadoria e pensões	138.776	131.605
Assistência médica e odontológica	283.216	138.160
Seguro de vida em grupo	1.512	1.359
Auxílio funeral	1.225	1.194
	424.729	272.318

A Companhia custeia, integralmente, os benefícios de complementação de aposentadoria e de pecúlio por morte dos empregados admitidos até 31 de dezembro de 1968, de melhoria de complementação de aposentadoria para os servidores aposentados até 28 de fevereiro de 1975 e de melhoria de pensão relativa aos beneficiários dos servidores falecidos até 28 de fevereiro de 1975.

A Companhia possui provisão técnica para fazer face às obrigações relativas aos benefícios supramencionados, que abrangem 347 integrantes, em 31 de dezembro de 2012 (370 em 31 de dezembro de 2011), sendo 1 em atividade, 330 aposentados e 16 pensionistas, com média de idade de 80,1 anos (79,5 em 31 de dezembro de 2011).

A Companhia oferece, ainda, os seguintes benefícios assistenciais:

Assistência médica e odontológica

Plano de autogestão para funcionários ativos e aposentados. Para os funcionários admitidos até 2004, os dependentes podem ser cônjuges, filhos e pais, com renda inferior a um salário mínimo. Para funcionários admitidos a partir daquele ano, só podem ser considerados dependentes os cônjuges e os filhos. Para este grupo, o IRB-Brasil Re arca com 50% do custeio do plano e os funcionários com a outra parcela equivalente aos outros 50%. A contribuição do funcionário é descontada mensalmente de seu salário e varia conforme a data de admissão e a faixa etária.

Auxílio funeral

Este benefício é disponibilizado apenas para os funcionários admitidos até 31 de outubro de 1996. O auxílio é limitado ao valor de R$ 1.344,87 para funeral simples, R$ 1.554,63 para cremação e R$ 2.640,80 para funeral com cremação.

Seguro de vida em grupo

Para os funcionários admitidos até 1998, o IRB-Brasil Re arca com 100% do prêmio e para os funcionários admitidos após aquele ano, com 50% do prêmio. A participação do funcionário é opcional.

27. FUNDOS, CONSÓRCIOS E CONTAS SOB ADMINISTRAÇÃO DO IRB-BRASIL RESSEGUROS S.A.

O IRB-Brasil Resseguros S.A. efetua a administração dos seguintes fundos e consórcio, cujos principais saldos contábeis podem ser assim representados:

	2012 (não auditado)	2011 (não auditado)
Fundo de Estabilidade do Seguro Rural - FESR	1.036.109	897.565
Seguro de Crédito a Exportação - SCEX	–	26.247
Consórcio Brasileiro de Riscos Nucleares - CBRN	42.009	35.213

FESR

Criado pelo Decreto-lei nº 73, de 21 de novembro de 1966. A sua finalidade é garantir a estabilidade do seguro rural e atender à cobertura suplementar dos riscos de catástrofe nessas operações. Os recursos captados pelo Fundo são provenientes do recolhimento anual do excesso de lucro do seguro rural, apurado pelas sociedades seguradoras e pela Resseguradora, e crédito especial da União, quando necessário, para cobertura de deficiência operacional.

SCEX

A Entidade tem por finalidade ressarcir os exportadores nacionais de eventuais prejuízos decorrentes da insolvência do importador (riscos comerciais) e de acontecimentos excepcionais tais como: guerra, revolução, catástrofe da natureza ou medidas adotadas pelo Governo, ocorridas no país de origem do importador (riscos políticos e extraordinários).

Desde 20 de agosto de 1991, o Seguro de Crédito à Exportação teve suas operações suspensas não aceitando novas operações.

A administração dos recursos do SCE e a operacionalização das suas atividades são realizadas através da utilização da estrutura do IRB Brasil Resseguros S.A., sem o pagamento de remuneração ou rateio dos gastos efetuados.

Em 26 de novembro de 2011, por solicitação do Ministério da Fazenda através da Portaria nº 536, a administração do SCEX (ativos e passivos) passou a ser realizada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Esta portaria estabeleceu a transferência dos recursos até então administrados pelo IRB-Brasil Re a Conta Única de Tesouro Nacional, sendo deste montante R$ 510.000 até 30 de novembro de 2011 e o saldo remanescente até 31 de maio de 2012.

Em 29 de maio de 2012 o Ministério da Fazenda modificou, através da Portaria nº 217, a data limite para a transferência do saldo remanescente do SCE para a Secretaria do tesouro Nacional. Tal modificação estabeleceu o dia 31 de julho de 2012 como data de recolhimento dos saldos remanescentes a Conta Única do Tesouro Nacional.

Em virtude de Recurso de Agravo Retido por parte dos autores BB Leasing Company Ltd. e Banco do Brasil S.A., o IRB-Brasil Re tornou-se impossibilitado de realizar a transferência no prazo estipulado pela Portaria nº 217, de 29 de maio de 2012, tendo em vista que para tal feita necessitaria aguardar o julgamento do referido recurso e uma decisão transitada em julgado em relação a matéria.

Em 27 de setembro de 2012, após esgotada a questão judicial acima relatada, o IRB-Brasil Re realizou a transferência dos saldos remanescentes a Conta Única do Tesouro Nacional, sendo este no valor de R$ 187.660.

CBRN

Criado pela Resseguradora por meio da Resolução nº 056, de 22 de julho de 1977, e regulamentado pelas Circulares PRESI nº 022, de 8 de março de 1978, e PRESI nº 013 de 14 de dezembro de 1990. A finalidade do CBRN é assumir todos os riscos segurados no País previstos nas condições das apólices de riscos nucleares aprovadas pelos órgãos competentes, bem como os riscos nucleares aceitos do exterior pela Resseguradora.

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 21 de fevereiro de 2013, foi autorizado, pela Presidência da República, o aumento de capital social da Companhia no valor de até R$ 202.500, mediante a subscrição particular de ações ordinárias, com a renúncia total pela União do direito de preferência na subscrição de tais ações.

Mario Di Croce
Vice-Presidente Executivo

João Carlos Barreto Pego
Contador - CRC RJ - 075280/O-2

Debora Pereira Tavares
Atuária - MIBA 2011

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas
IRB - Brasil Resseguros S.A.

Examinamos as demonstrações contábeis individuais do IRB - Brasil Resseguros S.A. ("Resseguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Resseguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Resseguradora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Resseguradora. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do IRB - Brasil Resseguros S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Ênfase

Chamamos a atenção para as Notas 2.1 e 19.2 às demonstrações contábeis, que menciona que a Resseguradora possui sucursal em Londres que se encontra, atualmente, em processo de descontinuidade (*"run-off"*) de suas atividades. A referida sucursal mantém provisões técnicas constituídas em razão de obrigações assumidas até 1982, cujos valores finais podem variar significativamente quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentado para fins de comparação, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 9 de março de 2012, com parágrafo de ênfase em relação ao mesmo assunto descrito no parágrafo anterior.

Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2013

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ

Claudia Eliza Medeiros de Miranda
Contadora
CRC 1RJ087128/O-0

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013022700087

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31.12.2012

O Comitê de Auditoria do IRB-Brasil Resseguros S.A., constituído em consonância com a Resolução CNSP 118/2004, é órgão consultivo estatutário que se reporta diretamente ao Conselho de Administração (CONAD). Sua composição observa as disposições contidas na mencionada Resolução, detendo os seus membros as condições básicas para o exercício de suas funções.

O presente relatório, emitido em observância ao artigo 19 da citada Resolução, refere-se às atividades desenvolvidas nos períodos março/2012 a fevereiro/2013, relativas ao acompanhamento das demonstrações contábeis encerradas em 30.06.2012 e 31.12.2012.

Foram realizadas 25 (vinte e cinco) reuniões ordinárias no período com diversos gestores, incluindo as reuniões conjuntas com a Presidência do IRB, a Auditoria Externa, a Auditoria Interna, a Gerência de Contabilidade e a Gerência de Controles Internos, conforme planejamento submetido ao Conselho de Administração da empresa. Como resultados dos trabalhos desenvolvidos pelo Comitê, foram gerados relatórios, elaboradas análises, feitas solicitações e expedidas recomendações.

O Sistema de Controles Internos vêm sendo motivo de constante avaliação e acompanhamento por parte do Comitê, continuando a administração do IRB-Brasil Re a atuar no seu melhoramento, visando torná-lo efetivo e adequado ao atual porte e complexidade dos negócios, enfatizando-se a implantação do novo Sistema Integrado de Gestão (ERP) e do novo sistema operacional de resseguros, em implantação. No que concerne à gestão de riscos a Administração tem envidado todos os esforços para a adoção das melhores práticas de gerenciamento de riscos, ajustadas à realidade da empresa, considerados os recursos disponíveis.

As ações visando a desestatização do IRB-Brasil Re continuaram a ser desenvolvidas, com a realização das Assembleias Especiais, realizadas em 30.01.2013 e a publicação, no Diário Oficial da União, de 23.01.2012, do Edital PND/2013 que trata dos procedimentos de desestatização e do Manual de Oferta aos Empregados. Sua concretização permitirá que a Companhia torne mais ágeis seus processos e atividades, propiciando melhores condições de competitividade no mercado de resseguros, considerado o novo ambiente regulatório;

No período, o Comitê encaminhou à Administração do IRB-Brasil Re recomendações e análises, consubstanciadas em memorandos e relatórios, que mereceram a devida atenção. Tais demandas são acompanhadas mensalmente através da Matriz de Conformidade.

Em consonância com o disposto na Resolução CNSP 118/04, o Comitê manteve com a Administração, os auditores externos, internos, a Contabilidade e a Gerência de Controles Internos um canal regular de comunicação para discussão dos resultados de seus trabalhos, o que permitiu aos seus membros fundamentar opinião acerca da integridade dos relatórios emitidos e das demonstrações contábeis levantadas e avaliar como plenamente satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas.

Com relação à auditoria independente realizada pela ***PricewaterhouseCoopers***, este Comitê constatou que foram observados as normas e procedimentos de auditoria determinados pela CVM, pelo CFC, e pelo IBRACON, subsidiariamente às disposições legais e normas do CNSP e da SUSEP, sendo que seus trabalhos foram desenvolvidos com efetividade, não sendo identificadas ocorrências que comprometessem sua independência.

Nas atividades executadas pela auditoria interna não foram observados descumprimentos a dispositivos legais, normativos aplicáveis, regulamentos e normas internas, sendo os trabalhos realizados segundo os padrões usuais de auditoria interna, observadas as normas técnicas aplicáveis, incluídas aquelas concernentes ao Serviço Público Federal.

O Comitê analisou os balancetes mensais e acompanhou a execução do orçamento, sendo informado: (i) da inexistência de qualquer registro de denúncia de descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração da Empresa que indicasse a existência ou evidência de fraudes, falhas ou erros que colocassem em risco a continuidade do IRB-Brasil Re ou a fidedignidade de suas demonstrações contábeis e; (ii) de que não foram identificadas operações que se enquadrassem nos critérios estabelecidos na Circular SUSEP 380/2008, que trata da prevenção e combate a crimes de lavagem de dinheiro.

O Comitê de Auditoria revisou as Demonstrações Contábeis do IRB-Brasil Re, encerradas em 31.12.2012, considerando: (i) os esclarecimentos realizados pelas áreas, em atendimento aos questionamentos, demandas e solicitações formulados, registrados nas respectivas atas; (ii) os estudos de "Teste de Adequação do Passivo" e o "Parecer Atuarial", que atestam como adequadas as Provisões Técnicas, relativamente à data base 31.12.2012; e (iii) o Relatório de Auditoria da ***PricewaterhouseCoopers*** Auditores Independentes, datado de 22.02.2013, emitido sem ressalvas e com parágrafo de ênfase no que se refere ao processo de *"run off"* do Escritório de Londres. Assim sendo, o Comitê, enfatizadas as limitações decorrentes do seu escopo de atuação, entendeu que as referidas Demonstrações foram elaboradas de acordo com as normas legais, regulamentares e as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Em 22 de fevereiro de 2013.

José Luiz Pereira Alves
Presidente

Lucia Maria da Silva Valle
Membro

Luiz Augusto Momesso
Membro

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração do IRB-Brasil Resseguros S.A., em cumprimento ao disposto nos artigos 142 - inciso V e 192 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, bem como nos artigos 25 - inciso V e 54 do Estatuto Social, considerando os Pareceres da Auditoria Interna e da ***PricewaterhouseCoopers*** Auditores Independentes, do Conselho Fiscal e o Relatório do Comitê de Auditoria, aprovou, por unanimidade, as Demonstrações Contábeis Individuais do IRB-Brasil Re, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, o Relatório da Administração e a Proposta de Orçamento de Capital para o exercício de 2013, observados os dispositivos da Lei Complementar nº 126, de 15 de janeiro de 2007 e da Circular SUSEP nº 430, de 05 de março de 2012. No tocante à Destinação do Lucro Líquido do Exercício de 2012, o Conselho aprovou, também por unanimidade, a proposta de dividendos, no montante de R$ 282.959.636,19 (R$ 296,433905 por ação preferencial e R$ 269,485368 por ação ordinária), correspondendo a 75% do lucro líquido ajustado para a distribuição de dividendos. Os dividendos propostos incluem a parcela de juros sobre o capital próprio, líquidos de impostos, aprovada por este Conselho em 23 de novembro de 2012, no montante de R$ 91.142.857,15 (noventa e um milhões, cento e quarenta e dois mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e quinze centavos) e a parcela remanescente, no montante de R$ 190.816.779,04 (cento e noventa milhões, oitocentos e dezesseis mil, setecentos e setenta e nove reais e quatro centavos). Finalmente, em relação à proposta de pagamento de dividendos, o Conselho, embora entendendo inaplicável o parágrafo único, artigo 47, do Decreto 2.594, de 15 de maio de 1998, à modalidade de desestatização do IRB-Brasil Re, na qual não existe a figura do "preço mínimo", recomenda que o assunto seja objeto de avaliação pela Assembleia de Acionistas. O Colegiado registrou, por fim, que toda a documentação apresentada está em ordem, permitindo seja convocada a Assembleia Geral de Acionistas.

Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2013.

Carlos Augusto Moreira Araujo
Presidente

Leonardo André Paixão
Vice-Presidente

Antonio E. M. F. Trindade
Conselheiro

Guilherme Estrada Rodrigues
Conselheiro

João Pinto Rabelo Júnior
Conselheiro

Luiz Tavares Pereira Filho
Conselheiro

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O CONSELHO FISCAL DO IRB-BRASIL RESSEGUROS S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, tendo procedido ao exame do Relatório da Administração, do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis acompanhadas das respectivas Notas Explicativas do IRB-Brasil Re, relativos ao exercício de 2012, aprovados pelo Conselho de Administração na 103ª Reunião Extraordinária, de 22 de fevereiro de 2013, com base nesse exame e à luz do Relatório do Comitê de Auditoria e dos pareceres não ressalvados da ***PricewaterhouseCoopers*** Auditores Independentes e da Auditoria Interna do IRB-Brasil Re, todos de 22 de fevereiro de 2013, é de opinião que os referidos documentos refletem adequadamente a situação financeira e patrimonial do IRB-Brasil Re, observados os dispositivos da Lei Complementar nº 126, de 15 de janeiro de 2007 e da Circular SUSEP nº 430, de 05 de março de 2012.

Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2013.

Luiz Alberto de Almeida Palmeira
Presidente

Glauben Teixeira de Carvalho
Conselheira

Haydewaldo Roberto Chamberlain da Costa
Conselheiro

Ronaldo Affonso Nunes Lopes Baptista
Conselheiro

Sidney Maury Sentoma
Conselheiro

PARECER ATUARIAL - IRB-BRASIL RESSEGUROS S.A. - ANO BASE 2012

Realizamos a Avaliação Atuarial do IRB-Brasil Resseguros S.A., referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, com o objetivo de verificar a adequação das Provisões Técnicas frente às obrigações originadas pelos contratos em vigor, em atendimento à Circular SUSEP nº 272, de 22 de outubro de 2004. A análise foi conduzida de acordo com técnicas e metodologias atuariais e estatísticas conhecidas e aplicáveis no Brasil, as quais compreenderam a análise e o recálculo das Provisões Técnicas. As correspondentes Notas Técnicas Atuariais foram encaminhadas à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

A partir dos resultados obtidos nesta Avaliação Atuarial e nos resultados do Teste de Adequação de Passivos, conforme disposto na Circular SUSEP nº 457 de 14.12.12, atestamos que os valores declarados para as Provisões Técnicas estão adequados para os níveis de custos e riscos assumidos. Não se faz necessário ajustar as provisões constituídas nem constituir a Provisão de Riscos em Curso para o período analisado. Deste modo, concluímos que os valores das Provisões Técnicas contabilizadas nas Demonstrações Contábeis do IRB-Brasil Resseguros S.A., de 31 de dezembro de 2012 são suficientes para honrar os compromissos passados e futuros com seus clientes.

Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2013

Mario Di Croce
Vice-Presidente Executivo

Jose Farias de Sousa
Diretor Responsável Técnico - MIBA 2011

Débora Pereira Tavares
Atuária - MIBA 2011

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013022700088

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.335, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

Estabelece procedimentos para habilitação ao gozo dos benefícios fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Lei nº 12.780, de 9 de janeiro de 2013.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos III e XVI do art. 280 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.780, de 9 de janeiro de 2013, resolve:

Art. 1º Os procedimentos necessários à habilitação de que trata o art. 19 da Lei nº 12.780, de 9 de janeiro de 2013, para fins de gozo dos benefícios fiscais nela previstos, relativos à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, são os estabelecidos nesta Instrução Normativa.

Parágrafo único. A habilitação de que trata o caput:

I - não dispensa a habilitação de importadores, exportadores e internadores da Zona Franca de Manaus para operação no Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex) nem o credenciamento de seus representantes para a prática de atividades relacionadas ao despacho aduaneiro, disciplinada na Instrução Normativa RFB nº 1.288, de 31 de agosto de 2012; e

II - não gera direito automático ao usufruto dos benefícios fiscais pendentes de regulamentação, nos termos da Lei nº 12.780, de 2013.

CAPÍTULO I

DAS CONDIÇÕES PARA HABILITAÇÃO

Art. 2º Poderão usufruir dos benefícios fiscais de que trata a Lei nº 12.780, de 2013, somente as pessoas físicas e jurídicas habilitadas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), na forma desta Instrução Normativa.

Parágrafo único. Não poderão habilitar-se à fruição dos benefícios fiscais, as pessoas jurídicas:

I - optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), de que trata a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

II - de que trata o inciso I do art. 8º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002; e

III - com situação fiscal irregular perante a RFB.

Art. 3º A habilitação do Comité International Olympique (CIO) e das empresas a ele vinculadas, do Court of Arbitration for Sport (CAS), da World Anti-Doping Agency (WADA), dos Comitês Olímpicos Nacionais, das federações desportivas internacionais, das empresas de mídia e transmissores credenciados, dos patrocinadores dos Jogos, dos prestadores de serviços do CIO e dos prestadores de serviços do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos (RIO 2016) está condicionada ao respectivo estabelecimento no Brasil, nos termos da legislação, caso efetuem, ainda que somente para organização ou realização dos Jogos, uma das seguintes atividades:

I - comercialização, realizada no Brasil, de produtos e serviços; ou

II - contratação de pessoas físicas, com ou sem vínculo empregatício.

Art. 4º A habilitação de pessoas jurídicas domiciliadas no exterior para gozo dos benefícios fiscais previstos na Lei nº 12.780, de 2013, nos casos em que não seja prevista a obrigatoriedade de estabelecimento no País nos termos do art. 3º, será condicionada:

I - à indicação de representante, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), para resolver quaisquer questões e receber comunicações oficiais; e

II - à inscrição, da pessoa jurídica a ser habilitada, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

§ 1º O representante a que se refere o inciso I do caput deverá ser domiciliado no Brasil e ter sua indicação efetuada por meio de procuração, cuja cópia autenticada deverá ser anexada ao requerimento de habilitação, observado ainda que:

I - a procuração particular outorgada no Brasil deverá ter reconhecimento de firma do signatário;

II - a procuração outorgada em outro país deverá ser autenticada por repartição consular brasileira e estar acompanhada de sua tradução juramentada, caso não esteja em língua portuguesa.

§ 2º Em relação aos Comitês Olímpicos Nacionais e Federações Desportivas Internacionais, a indicação do representante, a que se refere o inciso I do caput, poderá recair sobre o dirigente da entidade, informado pelo COI ou RIO 2016, hipótese em que a inscrição dele, de ofício no CPF, caso já não esteja inscrito, será efetuada pela Delegacia da Receita Federal do Brasil (DRF) do domicílio tributário do COI ou do RIO 2016 no Brasil.

§ 3º A inscrição do CNPJ a que se refere o inciso II do caput será realizada de ofício pela DRF do domicílio tributário da requerente, observando-se o seguinte:

I - o nome empresarial deverá corresponder ao nome da entidade no seu país de origem acrescido da expressão "Lei nº 12.780/2013";

II - a natureza jurídica deverá ser 221-6 (Empresa Domiciliada no Exterior);

III - o endereço deverá corresponder àquele constante do requerimento de habilitação;

IV - o representante da entidade no CNPJ deverá ser aquele de que trata o inciso I do caput, observado o disposto nos §§ 1º e 2º.

Art. 5º Todos os contratos firmados pelos habilitados que tenham relação com a organização e a realização dos Eventos deverão ser apresentados à DRF do domicílio tributário da requerente até o último dia útil do mês de março do ano seguinte ao da sua assinatura.

Parágrafo único. A obrigação disposta no caput aplica-se à apresentação pelos habilitados dos demais documentos comprobatórios que os vincule às atividades intrínsecas à realização e à organização dos Eventos.

CAPÍTULO II

DA HABILITAÇÃO

Art. 6º O CIO ou o RIO 2016 deverá requerer à RFB a habilitação das pessoas físicas ou jurídicas para gozo dos benefícios previstas na Lei nº 12.780, de 2013.

§ 1º A habilitação prevista no caput será requerida, conforme o caso, por meio dos formulários constantes dos Anexos I ou II a esta Instrução Normativa.

§ 2º A solicitação de habilitação de mais de uma pessoa física poderá ser efetuada por meio de um único formulário.

§ 3º Na impossibilidade de o CIO ou o RIO 2016 requerer a habilitação das pessoas de que trata o caput, a Autoridade Pública Olímpica (APO) poderá requerer.

CAPÍTULO III

DA APRESENTAÇÃO E DA ANÁLISE DO REQUERIMENTO

Art. 7º O requerimento de habilitação deverá ser encaminhado à DRF do domicílio tributário da requerente.

Art. 8º Para a concessão da habilitação, a DRF deverá verificar o cumprimento das condições estabelecidas no parágrafo único do art. 2º.

§ 1º A regularidade fiscal será verificada em procedimento interno da RFB, ficando dispensada a juntada de documentos comprobatórios.

§ 2º Na hipótese de ser constatada insuficiência na instrução do pedido, a requerente deverá ser intimada a regularizar as pendências no prazo de 20 (vinte) dias, contado da ciência da intimação.

Art. 9º A decisão sobre o requerimento de habilitação será formalizada por meio de Ato Declatório Executivo (ADE) do titular da unidade da RFB, de que trata o art. 7º, no prazo de até 30 (trinta) dias, contado da data de apresentação do requerimento ou do atendimento à intimação prevista no § 2º do art. 8º.

§ 1º Na hipótese de ser constatada insuficiência na instrução do pedido, o prazo de 30 (trinta) dias será contado a partir do atendimento à intimação prevista no § 2º do art. 8º.

§ 2º O ADE referente à habilitação de que trata o caput:

I - será emitido para o número de inscrição no CNPJ constante do requerimento;

II - será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos;

III - poderá abranger mais de um habilitado; e

IV - deverá conter os seguintes elementos informativos:

a) número do processo de habilitação;

b) nome da pessoa, física ou jurídica, habilitada;

c) número de inscrição no CPF ou no CNPJ da pessoa habilitada;

d) data de expiração da habilitação, caso a habilitação tenha sido requerida a termo; e

e) enquadramento do habilitado nos incisos do caput do art. 2º da Lei nº 12.780, de 2013.

§ 3º O chefe da unidade da RFB de que trata o caput encaminhará, via caixa corporativa eletrônica, os dados do ADE referente à habilitação ao setor responsável pela sua publicação no sítio da RFB na Internet, no endereço <http://receita.fazenda.gov.br>.

Art. 10. Na hipótese de indeferimento do pedido de habilitação, caberá, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data da ciência ao interessado, a apresentação de recurso, em instância única, ao Superintendente da Receita Federal do Brasil da região fiscal do domicílio do requerente.

§ 1º O recurso de que trata o caput deverá ser protocolizado na unidade da RFB à qual foi apresentado o requerimento para habilitação.

§ 2º Proferida a decisão sobre o recurso, a unidade de que trata o § 1º adotará as providências cabíveis e dará ciência ao interessado.

Art. 11. A RFB divulgará, em seu sítio na Internet, no endereço mencionado no § 3º do art. 9º, a relação das pessoas físicas e jurídicas habilitadas na forma desta Instrução Normativa.

CAPÍTULO IV

DO CANCELAMENTO DA HABILITAÇÃO

Art. 12. O cancelamento da habilitação ocorrerá:

I - a pedido; ou

II - de ofício, sempre que se apure que o beneficiário não satisfazia ou deixou de satisfazer, ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para habilitação ao Regime.

§ 1º O pedido de cancelamento da habilitação deverá ser protocolizado na unidade da RFB à qual foi apresentado o requerimento para habilitação.

§ 2º O cancelamento da habilitação será formalizado por meio de ADE emitido pelo Delegado da Receita Federal do Brasil do domicílio tributário do requerente.

§ 3º O cancelamento de ofício, previsto no inciso II do caput, ocorrerá também nos casos de descumprimento do previsto no art. 5º.

§ 4º No caso de cancelamento de ofício, caberá, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data da ciência ao interessado, a apresentação de recurso, em instância única, ao Superintendente da Receita Federal do Brasil da região fiscal do domicílio tributário do requerente.

§ 5º O recurso de que trata o § 3º deverá ser protocolizado na unidade da RFB à qual foi apresentado o requerimento para habilitação.

§ 6º O chefe da unidade da RFB de que trata o § 2º encaminhará, via caixa corporativa eletrônica, os dados do ADE referente ao cancelamento da habilitação ao setor responsável pela sua publicação no sítio da RFB, na Internet, no endereço mencionado no § 3º do art. 9º.

Art. 13. A Coordenação-Geral de Gestão de Cadastros (Cocad) poderá editar ato complementar relativo aos procedimentos para inscrição no CPF e no CNPJ de que tratam os §§ 2º e 3º do art. 4º.

Art. 14. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALBERTO FREITAS BARRETO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXOS

Anexo I - REQUERIMENTO DE HABILITAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA.
Anexo II - REQUERIMENTO DE HABILITAÇÃO DE PESSOA FÍSICA.

ANEXO I

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil

REQUERIMENTO DE HABILITAÇÃO - Pessoas Jurídicas (Lei nº 12.780, de 2013)

ILMO. SR. DELEGADO,

01 - IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE (CIO OU RIO 2016)

NOME DA PESSOA JURÍDICA				CNPJ Nº
Nº DO ADE DE HABILITAÇÃO				
RUA, AVENIDA, PRAÇA, ETC	NUMERO	COMPLEMENTO	E-MAIL	
BAIRRO/DISTRITO	MUNICIPIO	UF	CEP	TELEFONE

02 – REPRESENTANTE DO REQUERENTE

NOME			CPF
RUA, AVENIDA, PRAÇA, ETC	NUMERO	COMPLEMENTO	E-MAIL
BAIRRO/DISTRITO	MUNICIPIO	UF CEP	TELEFONE

03 - IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA HABILITADA

NOME DA PESSOA JURÍDICA				CNPJ Nº
RUA, AVENIDA, PRAÇA, ETC	NUMERO	COMPLEMENTO	E-MAIL	
BAIRRO/DISTRITO	MUNICIPIO	UF	CEP	TELEFONE
ENQUADRAMENTO NOS INCISOS DO ART. 2º DA LEI Nº 12.780, DE 2013				INDICAÇÃO DE NACIONAL OU ESTRANGEIRA

04 - REPRESENTANTE DA PESSOA JURÍDICA

NOME			CPF
RUA, AVENIDA, PRAÇA, ETC	NUMERO	COMPLEMENTO	E-MAIL
BAIRRO/DISTRITO	MUNICIPIO	UF CEP	TELEFONE

A pessoa jurídica acima identificada, representada neste ato pelo seu representante legal:

SOLICITA HABILITAÇÃO À FRUIÇÃO DOS BENEFÍCIOS FISCAIS DE QUE TRATA A LEI Nº 12.780, DE 9 DE JANEIRO DE 2013.

DECLARA que está ciente de que a falsificação ou adulteração das informações constantes deste requerimento sujeitará as pessoas, que para ela concorrerem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Decreto nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

INFORMA estar ciente de que, em caso de descumprimento do regime, ficará obrigada a recolher as contribuições e os impostos não pagos com os devidos acréscimos legais, nos termos do art. 22 da Lei nº 12.780, de 2013.

ASSINATURA DO REPRESENTANTE DO REQUERENTE

Em _____/_____/_____.	Espaço para carimbo de recepção
Nome e Matrícula do Funcionário Responsável pela Recepção	

(Modelo aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1335, de 26 de fevereiro de 2013.)

ANEXO II

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil

REQUERIMENTO DE HABILITAÇÃO - Pessoas Físicas (Lei nº12.780, de 2013).

ILMO. SR. DELEGADO,

01 - IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE (CIO OU RIO 2016)

NOME DA PESSOA JURÍDICA				CNPJ Nº
Nº DO ADE DE HABILITAÇÃO				
RUA, AVENIDA, PRAÇA, ETC	NUMERO	COMPLEMENTO	E-MAIL	
BAIRRO/DISTRITO	MUNICIPIO	UF	CEP	TELEFONE

02 – REPRESENTANTE DO REQUERENTE

NOME			CPF
RUA, AVENIDA, PRAÇA, ETC	NUMERO	COMPLEMENTO	E-MAIL
BAIRRO/DISTRITO	MUNICIPIO	UF CEP	TELEFONE

A pessoa jurídica acima identificada, representada neste ato pelo seu representante legal:

SOLICITA HABILITAÇÃO À FRUIÇÃO DOS BENEFÍCIOS FISCAIS DE QUE TRATA A LEI Nº 12.780, DE 9 DE JANEIRO DE 2013.

DECLARA que está ciente de que a falsificação ou adulteração das informações constantes deste requerimento sujeitará as pessoas, que para ela concorrerem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Decreto nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

INFORMA estar ciente de que, em caso de descumprimento do regime, ficará obrigada a recolher as contribuições e os impostos não pagos com os devidos acréscimos legais, , nos termos do art. 22 da Lei nº 12.780, de 2013.

ASSINATURA DO /REPRESENTANTE DO REQUERENTE

Em _____/_____/_____.	Espaço para carimbo de recepção
Nome e Matrícula do Funcionário Responsável pela Recepção	

LISTA DAS PESSOAS FÍSICAS

NOME	PAÍS DE RESIDÊNCIA	TIPO DO DOCUMENTO	Nº DO DOCUMENTO	PAÍS DE EMISSÃO DO DOCUMENTO

(Modelo aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1335, de 26 de fevereiro de 2013.)

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.336, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

Altera a Instrução Normativa RFB no 1.277, de 28 de junho de 2012, que institui a obrigação de prestar informações relativas às transações entre residentes ou domiciliados no Brasil e residentes ou domiciliados no exterior que compreendam serviços, intangíveis e outras operações que produzam variações no patrimônio das pessoas físicas, das pessoas jurídicas ou dos entes despersonalizados.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III do art. 280 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 2º do Decreto-Lei nº 1.718, de 27 de novembro de 1979; no art. 9º do Decreto-Lei nº 2.303, de 21 de novembro de 1986; no art. 3º da Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991; no art. 30 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995; no art. 16 da Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999; no art. 57 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e no Decreto nº 7.708, de 2 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Os arts. 3º e 4º da Instrução Normativa RFB no 1.277, de 28 de junho de 2012, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º .....

I - último dia útil do mês subsequente à data de início da prestação de serviço, da comercialização de intangível ou da realização da operação que produza variação no patrimônio das pessoas físicas, das pessoas jurídicas ou dos entes despersonalizados;

.....

§ 1º Até 31 de dezembro de 2013, o prazo estabelecido no inciso I do caput será, excepcionalmente, o último dia útil do 6º (sexto) mês subsequente à data de início da prestação de serviço, da comercialização de intangível ou da realização da operação que produza variação no patrimônio das pessoas físicas, das pessoas jurídicas ou dos entes despersonalizados.

.....

§ 3º A informação relativa ao faturamento de venda de serviço, de intangível ou de operação que produza variação no patrimônio por pessoas físicas, pessoas jurídicas e entes despersonalizados residentes ou domiciliados no País deverá ser registrada até o último dia útil do mês subsequente:

I - ao da emissão da nota fiscal ou documento equivalente, se esta ocorrer depois do início da prestação de serviço, da comercialização de intangível ou da realização da operação que produza variação no patrimônio, ou até o último dia útil do mês subsequente à data do registro na situação prevista no § 1º; ou

II - ao do registro da informação de que trata o inciso I do caput, observado o disposto no § 1º, se a emissão da nota fiscal ou documento equivalente ocorrer antes da data de início da prestação de serviço, da comercialização de intangível ou da realização da operação que produza variação no patrimônio.

§ 4º A informação relativa ao pagamento por aquisição de serviço, de intangível ou de operação que produza variação no patrimônio por pessoas físicas, pessoas jurídicas e entes despersonalizados residentes ou domiciliados no País deverá ser registrada até o último dia útil do mês subsequente:

I - ao do pagamento, se este ocorrer depois do início da prestação de serviço, da comercialização de intangível ou da realização da operação que produza variação no patrimônio, ou até o último dia útil do mês subsequente à data do registro na situação prevista no § 1º; ou

II - ao do registro de que trata o inciso I do caput, observado o disposto no § 1º se o pagamento ocorrer antes da data de início da prestação de serviço, da comercialização de intangível ou da realização da operação que produza variação no patrimônio.

....." (NR)

"Art. 4º O sujeito passivo que deixar de prestar as informações de que trata o art. 1º ou que apresentá-las com incorreções ou omissões será intimado para apresentá-las ou para prestar esclarecimentos no prazo estipulado pela RFB e sujeitar-se-á às seguintes multas:

I - por apresentação extemporânea:

a) R$ 500,00 (quinhentos reais) por mês-calendário ou fração, relativamente às pessoas jurídicas que, na última declaração apresentada, tenham apurado lucro presumido;

b) R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) por mês-calendário ou fração, relativamente às pessoas jurídicas que, na última declaração apresentada, tenham apurado lucro real ou tenham optado pelo auto-arbitramento;

II - por não atendimento à intimação da RFB, para prestar as informações de que trata o art. 1º ou para prestar esclarecimentos, nos prazos estipulados pela autoridade fiscal, que nunca serão inferiores a 45 (quarenta e cinco) dias: R$ 1.000,00 (um mil reais) por mês-calendário; e

III - por omitir informações ou prestar informações inexatas ou incompletas: 0,2% (dois décimos por cento), não inferior a R$ 100,00 (cem reais), sobre o faturamento do mês anterior ao da prestação da informação equivocada, assim entendido como a receita decorrente das vendas de mercadorias e serviços.

§ 1º Na hipótese de pessoa jurídica optante pelo Simples Nacional, os valores e o percentual referidos nos incisos II e III do caput serão reduzidos em 70% (setenta por cento).

§ 2º Para fins do disposto no inciso I do caput, em relação às pessoas jurídicas que, na última declaração, tenham utilizado mais de uma forma de apuração do lucro, ou tenham realizado algum evento de reorganização societária, deverá ser aplicada a multa de que trata a alínea "b" do inciso I do caput.

§ 3º A multa prevista no inciso I do caput será reduzida à metade, quando a informação de que trata o art. 1º for apresentada depois do prazo, mas antes de qualquer procedimento de ofício." (NR)

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALBERTO FREITAS BARRETO

PORTARIA CONJUNTA Nº 232, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

Altera a Portaria Conjunta RFB/SCS no 1.908, de 19 de julho de 2012, que institui o Sistema Integrado de Comércio Exterior de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio (Siscoserv) e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO MINISTÉRIO DA FAZENDA E O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO E SERVIÇOS DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, no uso das atribuições que lhes conferem os incisos III e XXVI do art. 280 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e o inciso XIV do art. 1º do Anexo VII à Portaria GM/MDIC nº 6, de 11 de janeiro de 2008, e tendo em vista o disposto nos arts. 25 a 27 da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, no Decreto nº 7.708, de 2 de abril de 2012, na Instrução Normativa RFB nº 1.277, de 28 de junho de 2012, e no art. 5º da Portaria MDIC nº 113, de 17 de maio de 2012, resolvem:

Art. 1º Os arts. 6º e 8º da Portaria Conjunta RFB/SCS nº 1.908, de 19 de julho de 2012, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º .....

I - último dia útil do mês subsequente à data de início da prestação de serviço, da comercialização de intangível, ou da realização da operação que produza variação no patrimônio das pessoas físicas, das pessoas jurídicas ou dos entes despersonalizados;

.....

PROIBIDA A VENDA

§ 1º Até 31 de dezembro de 2013, o prazo estabelecido no inciso I do caput será, excepcionalmente, o último dia útil do 6º (sexto) mês subsequente à data de início da prestação de serviço, da comercialização de intangível ou da realização da operação que produza variação no patrimônio das pessoas físicas, das pessoas jurídicas ou dos entes despersonalizados.

.....

§ 3º A informação relativa ao faturamento de venda de serviço, de intangível ou de operação que produza variação no patrimônio por pessoas físicas, pessoas jurídicas e entes despersonalizados residentes ou domiciliados no País deverá ser registrada até o último dia útil do mês subsequente:

I - ao da emissão da nota fiscal ou documento equivalente, se esta ocorrer depois do início da prestação de serviço, da comercialização de intangível ou da realização da operação que produza variação no patrimônio, ou até o último dia útil do mês subsequente à data do registro na situação prevista no § 1º; ou

II - ao do registro da informação de que trata o inciso I do caput, observado o disposto no § 1º, se a emissão da nota fiscal ou documento equivalente ocorrer antes da data de início da prestação de serviço, da comercialização de intangível ou da realização da operação que produza variação no patrimônio.

§ 4º A informação relativa ao pagamento por aquisição de serviço, de intangível ou de operação que produza variação no patrimônio por pessoas físicas, pessoas jurídicas e entes despersonalizados residentes ou domiciliados no país deverá ser registrada até o último dia útil do mês subsequente:

I - ao do pagamento, se este ocorrer depois do início da prestação de serviço, da comercialização de intangível ou da realização da operação que produza variação no patrimônio, ou até o último dia útil do mês subsequente à data do registro na situação prevista no § 1º; ou

II - ao do registro de que trata o inciso I do caput, observado o disposto no § 1º se o pagamento ocorrer antes da data de início da prestação de serviço, da comercialização de intangível ou da realização da operação que produza variação no patrimônio.

....." (NR)

"Art. 8º O sujeito passivo que deixar de prestar as informações de que trata o art. 1º, ou que apresentá-las com incorreções ou omissões será intimado para apresentá-las ou para prestar esclarecimentos no prazo estipulado pela RFB e sujeitar-se-á às seguintes multas:

I - por apresentação extemporânea:

a) R$ 500,00 (quinhentos reais) por mês-calendário ou fração, relativamente às pessoas jurídicas que, na última declaração apresentada, tenham apurado lucro presumido;

b) R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) por mês-calendário ou fração, relativamente às pessoas jurídicas que, na última declaração apresentada, tenham apurado lucro real ou tenham optado pelo autoarbitramento;

II - por não atendimento à intimação da RFB, para prestar as informações de que trata o art. 1º ou para prestar esclarecimentos, nos prazos estipulados pela autoridade fiscal, que nunca serão inferiores a 45 (quarenta e cinco) dias: R$ l.000,00 (um mil reais) por mês-calendário; e

III - por omitir informações ou prestar informações inexatas ou incompletas: 0,2% (dois décimos por cento), não inferior a R$ 100,00 (cem reais), sobre o faturamento do mês anterior ao da prestação da informação equivocada, assim entendido como a receita decorrente das vendas de mercadorias e serviços.

§ 1º Na hipótese de pessoa jurídica optante pelo Simples Nacional, os valores e o percentual referidos nos incisos II e III do caput serão reduzidos em 70% (setenta por cento).

§ 2º Para fins do disposto no inciso I do caput, em relação às pessoas jurídicas que, na última declaração, tenham utilizado mais de uma forma de apuração do lucro, ou tenham realizado algum evento de reorganização societária, deverá ser aplicada a multa de que trata a alínea "b" do inciso I do caput

§ 3º A multa prevista no inciso I do caput será reduzida à metade, quando a informação de que trata o art. 1º for apresentada depois do prazo, mas antes de qualquer procedimento de ofício." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALBERTO FREITAS BARRETO
Secretário da Receita Federal do Brasil

HUMBERTO LUIZ RIBEIRO DA SILVA
Secretário de Comércio e Serviços

PORTARIA Nº 228, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

Altera o Anexo VII do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso I do art. 316 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, resolve:

Art.1º O Anexo VII do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 17 de maio de 2012, seção 1, páginas 16 a 38, passa a vigorar com a seguinte alteração, relativa à IRF Almeirim (PA):

Anexo VII - Inspetorias da Receita Federal do Brasil de Classes "A" e "B"

Região Fiscal	Unidade Jurisdicionante	Localidade	UF	Classe
2a.	DRF - Macapá (AP)	Almeirim	PA	B

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALBERTO FREITAS BARRETO

PORTARIA Nº 229, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

Institui o Comitê de Tecnologia e Segurança da Informação no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 280 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, resolve:

Art. 1º Instituir o Comitê de Tecnologia e Segurança da Informação no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)

Art. 2º Compete ao Comitê de Tecnologia e Segurança da Informação da RFB:

I - estabelecer as políticas e diretrizes gerais de tecnologia e segurança da informação, alinhadas aos objetivos estratégicos institucionais;

II - aprovar as políticas e diretrizes para o Plano Diretor de Tecnologia da Informação;

III - definir prioridades na execução dos planos e projetos relacionados à tecnologia e segurança da informação, observado o portfólio de projetos estratégicos da RFB;

IV - aprovar as políticas e diretrizes gerais do plano de ações e investimentos para a área de tecnologia e segurança da informação.

Art. 3º O Comitê de Tecnologia e Segurança da Informação da RFB será composto pelos seguintes membros:

I - Secretário da Receita Federal do Brasil;

II - Subsecretário de Gestão Corporativa;

III - Subsecretário de Arrecadação e Atendimento;

IV - Subsecretário de Aduana e Relações Internacionais;

V - Subsecretário de Fiscalização;

VI - Subsecretário de Tributação e Contencioso;

VII - Coordenador-Geral de Tecnologia da Informação; e

VIII - Coordenador-Geral de Planejamento, Organização e Avaliação Institucional.

§1º O Comitê de Tecnologia e Segurança da Informação da RFB será presidido pelo Secretário da Receita Federal do Brasil e em seus afastamentos ou impedimentos legais, pelo seu substituto, ou, na ausência deste, pelo Subsecretário de Gestão Corporativa.

§2º Os demais membros do Comitê de Tecnologia e Segurança da Informação da RFB, em seus afastamentos ou impedimentos legais, serão representados pelos seus respectivos substitutos.

Art. 4º Fica revogada a Portaria RFB nº 2.744, de 13 de maio de 2011.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALBERTO FREITAS BARRETO

PORTARIA Nº 230, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

Aprova o Regimento Interno do Comitê de Tecnologia e Segurança da Informação no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil de que trata o art. 1º da Portaria RFB nº 229 , de 26 de fevereiro de 2013.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 280 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, resolve:

Art. 1º Aprovar o Regimento Interno do Comitê de Tecnologia e Segurança da Informação da Secretaria da Receita Federal do Brasil, na forma do Anexo Único a esta Resolução.

Art. 2º Fica revogada a Portaria RFB nº 3.231, de 10 de agosto de 2011.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALBERTO FREITAS BARRETO

ANEXO ÚNICO

Regimento Interno do Comitê de Tecnologia e Segurança da Informação da Secretaria da Receita Federal do Brasil

CAPÍTULO I

Da Natureza e Finalidade

Art. 1º O Comitê de Tecnologia e Segurança da Informação da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) tem por finalidade deliberar sobre diretrizes e investimentos em tecnologia e segurança da informação, alinhando-os aos objetivos estratégicos institucionais.

CAPÍTULO II

Da Composição

Art. 2º O Comitê de Tecnologia e Segurança da Informação da RFB será composto pelos seguintes membros:

I - Secretário da Receita Federal do Brasil;

II - Subsecretário de Gestão Corporativa;

III - Subsecretário de Arrecadação e Atendimento;

IV - Subsecretário de Aduana e Relações Internacionais;

V - Subsecretário de Fiscalização;

VI - Subsecretário de Tributação e Contencioso;

VII - Coordenador-Geral de Tecnologia da Informação; e

VIII - Coordenador-Geral de Planejamento, Organização e Avaliação Institucional.

§1º A presidência do Comitê será exercida pelo Secretário da Receita Federal do Brasil e, em seus afastamentos ou impedimentos legais, pelo seu substituto, ou, na ausência deste, pelo Subsecretário de Gestão Corporativa.

§2º A Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (Cotec) da RFB ou, subsidiariamente, a Subsecretaria de Gestão Corporativa, proverá o apoio técnico necessário ao funcionamento do Comitê, exercendo o papel de Secretaria Executiva.

§3º Os demais membros do Comitê, em seus afastamentos ou impedimentos legais, serão representados pelos seus respectivos substitutos.

CAPÍTULO III

Da Competência e Atribuições

Art. 3º Compete ao Comitê de Tecnologia e Segurança da Informação da RFB, nos termos da Portaria RFB nº 229 , de 26 de fevereiro de 2013:

I - estabelecer as políticas e diretrizes gerais de tecnologia e segurança da informação, alinhadas aos objetivos estratégicos institucionais;

II - aprovar as políticas e diretrizes para o Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI;

III - definir prioridades na execução dos planos e projetos relacionados à tecnologia e segurança da informação, observado o portfólio de projetos estratégicos da RFB;

IV - aprovar as políticas e diretrizes gerais do plano de ações e investimentos para a área de tecnologia e segurança da informação.

Art. 4º São atribuições:

I - Do Presidente do Comitê:

a) convocar e presidir as reuniões;

b) coordenar e acompanhar a implantação dos atos do Comitê; e

c) representar o Comitê, podendo delegar esta representação a um dos membros titulares.

II - Dos membros do Comitê:

a) examinar as matérias em pauta, com direito ao voto ordinário;

b) relatar as matérias em pauta sob sua responsabilidade e propor soluções;

c) propor a inclusão de matérias de interesse na pauta com no mínimo sete dias de antecedência em relação à reunião subsequente; e

d) propor o adiamento da discussão de assunto constante da pauta ou sua retirada de pauta, bem assim a realização de reuniões extraordinárias.

III - Da Secretaria Executiva:

a) assessorar os componentes do Comitê;

b) preparar as minutas dos atos do Comitê;

c) promover o apoio e os meios necessários à execução das atividades do Comitê;

d) prestar assistência direta ao Presidente do Comitê;

e) preparar as reuniões do Comitê;

f) acompanhar a implementação das deliberações;

g) exercer outras atividades que lhe sejam atribuídas pelo Comitê.

CAPÍTULO V

Do Funcionamento

Art. 5º O Comitê reúne-se ordinariamente conforme calendário previamente definido e, extraordinariamente, mediante convocação do Presidente.

§1º O quorum mínimo para a realização das reuniões do Comitê será de cinco dos membros, sendo um deles necessariamente o Presidente.

§ 2º As reuniões serão realizadas na Sede da RFB, em Brasília, ou, eventualmente, em outra localidade.

Art. 6º O Presidente ou qualquer membro do Comitê poderá se fazer acompanhar por um assessor.

Art. 7º As reuniões do Comitê obedecerão à seguinte ordem:

I - abertura e verificação de quorum;

II - aprovação da pauta da reunião e da ordem em que as matérias serão apreciadas;

III - análise das matérias sujeitas à votação;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

IV - votação; e

V - encerramento.

Art. 8º O Presidente poderá prorrogar ou suspender a reunião, que prosseguirá em data e hora a ser por ele estabelecidas, na hipótese de as matérias não terem sido apreciadas no prazo determinado na pauta ou em caso de força maior.

Parágrafo único. A inclusão de novas matérias em pauta somente será admitida após deliberação e votação das matérias objeto da reunião.

Art. 9º O Presidente do Comitê poderá deliberar ad referendum, em vista de circunstâncias excepcionais.

CAPÍTULO VI

Das Deliberações

Art. 10. Atendido o quorum mínimo, as deliberações do Comitê serão tomadas por maioria simples de votos, dentre eles o do Presidente, cabendo a este, além do voto comum, o voto de qualidade.

Art. 11. As deliberações do Comitê serão qualificadas e numeradas sequencialmente, como:

I - Resoluções: de caráter normativo e orientativo;

II - Decisões: determinam procedimentos a serem adotados pelos membros do Comitê e pela Secretaria Executiva; e

III - Comunicados: informam as atividades e eventos relacionados ao Comitê.

CAPÍTULO VII

Das Disposições Finais

Art. 12. Os casos omissos serão dirimidos no âmbito das deliberações do Comitê de Tecnologia e Segurança da Informação da RFB.

SUBSECRETARIA DE ADUANA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA

SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIA Nº 7, DE 31 DE AGOSTO DE 2012

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Reforma a Solução de Consulta Diana/SRRF/8ª RF nº 7, de 13 de fevereiro de 2002. Mercadoria: "Servidor de acesso remoto modular para redes de telecomunicações incorporando as funções de servidor de acesso, roteador multiprotocolo e modem digital, com velocidade serial de pelo menos 4Mbits/s, modelo Cisco AS5300", classifica-se no código 8517.62.48 da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM).

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1ª (texto da posição 85.17 e Nota 3 da Seção XVI) e 6ª (textos das subposições 8517.6 e 8517.62) e RGC 1ª (textos do item 8517.62.4 e do subitem 8517.62.48) da Tarifa Externa Comum (TEC), aprovada pela Resolução Camex nº 94, 8 de dezembro de 2011.

DARIO DA SILVA BRAYNER FILHO
Coordenador-Geral

SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS
1ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM DOURADOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 6, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2013

O DELEGADO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM DOURADOS/MS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo Art. 224, c/c o 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União nº 95, de 17 de maio de 2012, e considerando o disposto no Art. 32, c/c Artigos 33 e 34 da Instrução Normativa/RFB nº 1.042 de Junho de 2010, resolve:

Art. 1º Declarar NULO os CPF's abaixo relacionados por ter sido constatada fraude na inscrição:

CPF	NOME	PROC. ADMINISTRATIVO
448.453.831-87	SILVESTRE RAMAO GONÇALVES	13161.720932/2012-13
052.343.881-82	RRITA ESPINDULA	13161.720893/2012-54
035.288.171-27	HELENA RIBEIROS	13161.720923/2011-41

ELVIS CAIÇARA DA SILVA

2ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE MANAUS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N° 9, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

Habilita a empresa que menciona ao regime de suspensão da contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins/Importação.

O INSPETOR-CHEFE DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE MANAUS, tendo em vista sua competência estabelecida no artigo 295, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21/12/2010, publicada no DOU de23/12/2010, declara:

I - Habilitada ao regime de suspensão da contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação a Empresa KORETECH EMBALAGENS DA AMAZÔNIA LTDA, CNPJ nº 13.524.220/0001-66, Processo 12266.720421/2013-41, nos termos do artigo 8o da Instrução Normativa SRF n° 424, republicada no DOU de 08/06/2004.

II - A habilitação terá validade por prazo indeterminado, observado o disposto no parágrafo único do artigo 4o da supracitada Instrução Normativa.

III - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

OSMAR FELIX DE CARVALHO

4ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CARUARU

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

Exclui pessoas físicas e jurídicas do Parcelamento Especial (Paes), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003

O AUDITOR-FISCAL DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, abaixo identificado, em exercício na Delegacia da Receita Federal do Brasil em Caruaru-PE, no uso da competência delegada pela Portaria SRRF-4ª nº 258, publicada no DOU de 08 de junho de 2011, e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei nº 10.684, de 2003; no art. 12 da Lei nº 11.033, de 2004; nos arts. 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 2004; e na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 2004, declara:

Art. 1º Ficam excluídas do Parcelamento Especial (Paes) de que tratam os art. 1º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, as pessoas físicas e jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório (ADE), tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados sem recolhimento das parcelas do Paes ou que este tenha sido efetuado em valor inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paes.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Caruaru-PE, de acordo com o § 1º do art. 14 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 2004, à Rua Frei Caneca, 152, B. Maurício de Nassau - Estação Shopping - CEP 55012-330 - Caruaru-PE.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paes será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

MANUEL BERNARDINO DE MORAIS

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Especial (Paes).
Três parcelas consecutivas ou seis alternadas sem recolhimento ou com recolhimento inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.
Relação dos CPF das pessoas físicas excluídas no Lote 55:

019.214.604-15	JOANILSON GASPAR DE CARVALHO
124.411.124-49	LUCIA MARIA AZEVEDO DONATO

Relação dos CNPJ das pessoas jurídicas excluídas no Lote 55:

00.149.041/0001-44	JOSE BENEILDO SILVA - ME
00.150.666/0001-26	AGROELETRICA COMERCIAL AGRÍCOLA E ELÉTRICA LTDA-ME
00.465.065/0001-02	J. C. NUNES DE SA - EPP
00.528.436/0001-58	INDUSTRIA DE GESSO E PLACAS SAO GERALDO LTDA - ME
01.011.321/0001-54	BRAGA MERCANTIL DE BEBIDAS E GENEROS ALIMENTICIOS
02.453.359/0001-40	CONSTRUTORA E EMPREITEIRA SILMAR LTDA ME
02.893.700/0001-88	TRANSFAMA NORTE VIGILÂNCIA E NORDESTE LTDA - ME
03.681.999/0001-70	GLACIAL NORTE INDUSTRIA E COMERCIO DE MAQUINAS LTDA
09.993.882/0001-08	IRMÃOS LEMOS LARANJEIRA - ME
10.072.254/0001-79	S. ALVES & CIA LTDA
10.587.145/0001-94	ALENCAR & FIGUEIREDO LTDA - ME
11.392.040/0001-42	ERNANDES ALVINO LACERDA
11.605.169/0001-91	PEDRO HORTENCIO DE MELO - ME
11.948.726/0001-77	HELENO E PEDRO TECIDOS LTDA
11.967.171/0001-00	RABELO MOTOS E PECAS COMÉRCIO E REPRESENTACÕES LTD
12.864.377/0001-78	PANIFICADORA JOELMA LTDA - ME
24.430.928/0001-74	SEVERINO BARBOSA DUNDA - ME
35.384.593/0001-11	E. D. DE FRANCA PANIFICADORA - ME
35.600.188/0001-93	E. RODRIGUES SILVA NETO COLCHÕES - ME
40.822.793/0001-49	MARIA LOURDES NASCIMENTO BEZERRA
41.065.491/0001-36	FRANCISCA DAS CHAGAS EDIENE DE FIGUEREDO FREIRE

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOÃO PESSOA
SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 8, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

Exclui pessoas físicas e jurídicas do Parcelamento Especial (Paes), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O CHEFE DA SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOÃO PESSOA abaixo identificado, no uso das atribuições definidas no inciso II do art. 243, da Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012 e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos arts. 10 a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 03, de 25 de agosto de 2004, declara:

Art. 1º - Ficam excluídas do Parcelamento Especial (Paes) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu art. 7º, as pessoas físicas e jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório (ADE), tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados sem recolhimento das parcelas do Paes ou que este tenha sido efetuado em valor inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

Art. 2º - O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) na Internet, no endereço <www.receita.Fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paes.

Art. 3º - É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil em João Pessoa/PB.

Art. 4º - Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paes será definitiva.

Art. 5º - Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

MARCONI MARQUES FRAZÃO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Especial (Paes).
Três parcelas consecutivas ou seis alternadas sem recolhimento ou com recolhimento inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.
Relação dos CPF das pessoas físicas excluídas:

482.007.194-72

Relação dos CNPJ das pessoas jurídicas excluídas:

01.075.962/0001-72	02.326.915/0001-17	09.121.674/0001-19

5ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ARACAJU

ATOS DECLARATÓRIOS EXECUTIVOS DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ARACAJU-SE, no uso de suas atribuições previstas no art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e de acordo com o disposto no artigo 33, inciso II e §§1º e 2º, da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011, declara:

Nº 8 - Nulo, de ofício, o ato praticado perante o CNPJ referente ao registro da 1ª Alteração Contratual da empresa FC CARTUCHOS LTDA ME, inscrição nº 01.256.564/0001-52, tendo em vista a caracterização de fraude na assinatura do Sr. Jurandi de Oliveira Matos, CPF nº 574.389.865-00, indevidamente incluído no quadro societário, comprovado pelo Laudo de Perícia Criminal Federal nº 469/2012 emitido pela Superintendência Regional da Polícia Federal em Sergipe, consoante Despacho Decisório emitido no processo 10510.720042/2012-14.

O contribuinte será considerado cientificado da presente anulação na data da publicação deste Ato Declaratório no Diário Oficial da União, com efeitos a partir de 28/05/2009 (data do registro da 1ª Alteração Contratual).

Nº 9 - Nulo, de ofício, o ato praticado perante o CNPJ referente ao registro da VI Alteração Contratual da empresa ARI ARTES GRÁFICAS LTDA, inscrição nº 01.270.770/0001-17, tendo em vista a caracterização de fraude na assinatura da Sra. Lucivânia Sá Melo Santana, CPF nº 003.071.425-74, indevidamente incluído no quadro societário, comprovado pelo Laudo de Perícia Criminal Federal nº 480/2012 emitido pela Superintendência Regional da Polícia Federal em Sergipe, consoante Despacho Decisório emitido no processo 10510.722796/2012-09.

O contribuinte será considerado cientificado da presente anulação na data da publicação deste Ato Declaratório no Diário Oficial da União, com efeitos a partir de 30/03/2007 (data do registro da VI Alteração Contratual).

Nº 10 - Nulo, de ofício, o ato praticado perante o CNPJ referente ao registro da V Alteração Contratual da empresa GLAUCO CONSTRUÇÕES LTDA, inscrição nº 32.711.160/0001-35, tendo em vista a caracterização de fraude na assinatura do Sr. Glauco Pacífico dos Santos, CPF nº 696.237.245-00, indevidamente incluído no quadro societário, comprovado pelo Laudo de Perícia Criminal Federal nº 40/2013 emitido pela Superintendência Regional da Polícia Federal em Sergipe, consoante Despacho Decisório emitido no processo 10510.723054/2012-92.

O contribuinte será considerado cientificado da presente anulação na data da publicação deste Ato Declaratório no Diário Oficial da União, com efeitos a partir de 03/12/2008 (data do registro da V Alteração Contratual).

Nº 11 - Nulo, de ofício, o ato praticado perante o CNPJ referente ao registro das II e III Alterações Contratuais da empresa VIRTUAL PRODUÇÕES PUBLICIDADE E EVENTOS LTDA, inscrição nº 05.919.744/0001-28, tendo em vista a caracterização de fraude na assinatura do Sr. José Jorge Silva Santos, CPF nº 138.016.945-34, indevidamente incluído no quadro societário, comprovado pelo Parecer Técnico Grafoscópico emitido pelo Departamento de Defraudações e Combate à Pirataria da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Sergipe, consoante Despacho Decisório emitido no processo 10510.724324/2012-82.

O contribuinte será considerado cientificado da presente anulação na data da publicação deste Ato Declaratório no Diário Oficial da União, com efeitos a partir de 27/11/2006 (data do registro da II Alteração Contratual).

FÁBIO MENEZES SOUZA E SILVA

6ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CONTAGEM

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 7, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2013

Co-habilita a pessoa jurídica que menciona a operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CONTAGEM-MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 302, inciso II, do Regimento Interno aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012 e pelo art. 11 da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, e tendo em vista o que consta do processo 13603.723755/2012-81 e do Contrato nº 002/2012 de Fornecimento de bens e Prestação de Serviços para Implantação da SE Curitiba Leste firmado entre a contratada e a pessoa jurídica titular do projeto aprovado pela Portaria do Ministério das Minas e Energias nº 436, de 19 de julho de 2012, DOU de 20/07/2012, celebrado em 23 de maio de 2012 com prazo de duração da obra de 1.520 (um mil quinhentos e vinte) dias, resolve:

Art. 1º. Declarar co-habilitada no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-estrutura (Reidi) a pessoa jurídica TOSHIBA INFRAESTRUTURA AMÉRICA DO SUL LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 08.870.769/0001-72, matrícula CEI nº 51.216.65991/77 para utilização da suspensão do PIS/Pasep e da Cofins nas aquisições no mercado interno ou nas importações de que tratam o art. 2º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, destinadas a serviços de implantação da Subestação Curitiba Leste 525 Kv, localizada em Curitiba - PR, de titularidade da pessoa jurídica Marumbi Transmissora de Energia Elétrica S/A, CNPJ nº 14.820.785/0001-53, habilitada por meio do Ato Declaratório Executivo nº 255 de 16 de outubro de 2012 da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Curitiba.

Art. 2º. Nos casos de aquisição com suspensão do PIS e da Cofins, a pessoa jurídica vendedora ou prestadora de serviços deve fazer constar na nota fiscal, conforme determina o art. 11 do Decreto nº 6.144, de 2007:

1) o número da portaria ministerial que aprovou o projeto;

2) o número do ato declaratório que concedeu a co-habilitação ao REIDI à empresa adquirente; e

3) conforme o caso, a expressão:

a) "Venda de bens com suspensão do PIS/Pasep e da Cofins - Decreto nº 6.144, de 03/07/2007, art. 2º, inciso I",

b) "Venda de serviços com suspensão do PIS/Pasep e da Cofins - Decreto nº 6.144, de 03/07/2007, art. 2º, inciso I".

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

ORLANDO SOARES DOS SANTOS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 5, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

Divulga enquadramento de bebidas segundo o regime de tributação do Imposto sobre Produtos Industrializados de que trata o art. 1º da Lei nº 7.798, de 10 de julho de1989.

O CHEFE DA SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA-MG, por delegação de competência conferida através do artigo 5º da Portaria DRF/JFA/MG nº 59, de 14 de junho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 19 de junho de 2012, e com base na Portaria RFB nº 1.069, de 4 de julho de 2008, e tendo em vista o disposto nos artigos 209 e 210 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010 - Regulamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (RIPI), declara:

Art. 1º Os produtos relacionados neste Ato Declaratório Executivo (ADE), para efeito de cálculo e pagamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de que trata o art. 1º da Lei nº 7.798, de 10 de julho de 1989, passam a ser classificados ou a ter sua classificação conforme Anexo Único, com enquadramento conforme Notas Complementares da TIPI (22-2), Decreto 7.660, de 23 de dezembro de 2011 e na Instrução Normativa RFB nº 866, de 6 de agosto de 2008:

ANEXO ÚNICO

CNPJ	MARCA COMERCIAL	CAPACIDADE (mililitros)	CÓDIGO TIPI	ENQUADRAMENTO (letra)
03.209.157/0001-10	ME LEVA	DE 181 ml até 375ml	2208-40-00-03	J
03.209.157/0001-10	ME LEVA	DE 376 ml até 670ml	2208-40-00-03	M
03.209.157/0001-10	ME LEVA	DE 671 ml até 1000ml	2208-40-00-03	O
03.428.191/0001-85	DUQUE CARVALHO OURO	DE 671 ml até 1000ml	2208-40-00-03	N
03.428.191/0001-85	DUQUE AMBURANA OURO	DE 671 ml até 1000ml	2208-40-00-03	P
04.496.422/0001-50	FLOR DE AMOR (AGUARDENTE COMPOSTA)	DE 671 ml até 1000ml	2208-90-00-07	I
04.496.422/0001-50	COQUINHO DA FLORESTA (AGUARDENTE COMPOSTA)	DE 376 ml até 670ml	2208-90-00-07	F
06.540.313/0001-19	CACHAÇA MACENA	DE 181 ml até 375ml	2208-40-00-03	K
13.205.341/0001-45	CACHAÇA CASA SETTE	DE 376 ml até 670ml	2208.40-00-02	L
13.205.341/0001-45	CACHAÇA CASA SETTE OURO (JEQUITIBÁ)	DE 376 ml até 670ml	2208.40-00-02	M

Art. 2º- Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO CEZAR CIAMPI MARANGON

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VARGINHA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 8, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2013

Divulga enquadramento de bebidas, segundo o regime de tributação do Imposto sobre Produtos Industrializados de que trata o art. 1º da Lei nº 7.798, de 10 de julho de 1989.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VARGINHA (MG), no uso das atribuições conferidas pelo Artigo 5º da Instrução Normativa RFB nº 866, de 6 de agosto de 2008, e tendo em vista o disposto nos arts. 209 e 210 do Decreto n° 7.212, de 15 de junho de 2010 - Regulamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (RIPI), declara:

Art. 1º Os produtos relacionados neste Ato Declaratório Executivo (ADE), para efeito de cálculo e pagamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de que trata o art. 1º da Lei nº 7.798, de 10 de julho de 1989, passam a ser classificados ou a ter sua classificação alterada conforme Anexo Único.

Art. 2° Os produtos acondicionados em recipientes de capacidade superior a mil mililitros, relacionados neste ADE, estão sujeitos ao imposto proporcionalmente ao que for estabelecido no enquadramento para o recipiente de capacidade de mil mililitros, arredondando-se para mil mililitros a fração residual, se houver, conforme o § 9° do art. 210 do Ripi.

Art. 3° As classes de enquadramento previstas neste ADE, salvo nos casos expressamente definidos, referem-se a produtos comercializados em qualquer tipo de vasilhame.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO DE SOUZA MARTINS

ANEXO ÚNICO

CNPJ	MARCA COMERCIAL	CAPACIDADE (mililitros)	CÓDIGO TIPI	ENQUADRAMENTO (letra)
07.918.341/0001-90	CACHAÇA MINAS OURO FINO (RECIPIENTE NAO-RETORNAVEL)	De 376ml até 670ml (670ml)	2208.40.00	M
09.173.236/0001-02	CACHAÇA SERRANIA (RECIPIENTE NAO-RETORNAVEL)	De 376ml até 670ml (670ml)	2208.40.00	M
13.452.811/0001-75	SURPRESA DE MINAS (RECIPIENTE NAO-RETORNAVEL)	De 376ml até 670ml (670ml)	2208.40.00	N
13.452.811/0001-75	SURPRESA DE MINAS PRATA (RECIPIENTE NAO-RETORNAVEL)	De 376ml até 670ml (670ml)	2208.40.00	N
13.452.811/0001-75	SURPRESA DE MINAS OURO (RECIPIENTE NAO-RETORNAVEL)	De 376ml até 670ml (670ml)	2208.40.00	N
86.501.426/0001-44	BELLA MINEIRA TRADICIONAL (RECIPIENTE NAO-RETORNAVEL)	De 671ml até 1000ml (1000ml)	2208.40.00	O
86.501.426/0001-44	SAPUCAIA MINAS (RECIPIENTE NAO-RETORNAVEL)	De 376ml até 670ml (650ml)	2208.40.00	N

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

7ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2013

Habilitação ao regime aduaneiro especial de entreposto aduaneiro para construção das plataformas destinadas à pesquisa e lavra de jazidas de petróleo e gás natural

A SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 7ª REGIÃO FISCAL, no uso de suas atribuições, considerando o disposto na Instrução Normativa SRF nº 513, de 17 de fevereiro de 2005, e tendo em vista o que consta do processo MF nº 10768.001045/2012-25, Declara:

Art.1º Habilitada, em caráter precário, pelo prazo de vigência estabelecido no contrato firmado com a FERNAVALE PTE LTD, a empresa ESTALEIRO BRASFELS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.669.753/0001-82, com sede na Rodovia Rio-Santos, Km 81 - Jacuecanga - Angra dos Reis - RJ, a operar o Regime Aduaneiro Especial de Entreposto Aduaneiro Operado em Plataformas Destinadas à Pesquisa e Lavra de Jazidas de Petróleo e Gás Natural, para a construção da unidade de perfuração denominada DSS-38E.

Art. 2º A Empresa ora habilitada fica autorizada a operar o regime no estabelecimento acima.

Art. 3º O controle da operação do regime de que se trata será efetuado pela Inspetoria da Receita Federal do Brasil no Rio de Janeiro - IRF/RJO, que poderá estabelecer as rotinas operacionais necessárias ao controle fiscal.

Art. 4º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ELIANA PÓLO PEREIRA

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE VITÓRIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 4, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2013

O INSPETOR-CHEFE DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE VITÓRIA-ES NA 7ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria nº 203 de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, com fundamento no § 3° do art. 810 do Decreto 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, com a redação que lhe foi dada pelo art. 1º do Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, nos termos do art. 12 e parágrafo único da Instrução Normativa RFB nº 1.209, de 7 de novembro de 2011, e de acordo com o art. 9º § 2º da Instrução Normativa RFB nº 1.273, de 6 de junho de 2012, resolve:

Art. 1° Cancelar no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro, em razão de incluir no Registro de Despachantes Aduaneiros as seguintes inscrições:

Nº REGISTRO	NOME	CPF	PROCESSO
7A/04.181	CLAUDIA ZANESI OZA	093.618.607-04	12466.001539/2008-53
7A/03.857	MARÍLIA XAVIER RODRIGUES	070.783.357-40	12466.000377/2007-55
7A/02.905	FLAVIO VICTOR ALENCAR VALLE	765.856.542-34	12466.002455/2004-11
7A/03.524	MARY ANE DE SOUZA ROCHA	074.091.917-24	12466.001034/2006-27
7A/03.275	RAFAEL ALVIM DE ANDRADE	096.330.807-62	12466.002630/2005-43

Art. 2° Incluir no Registro de Despachantes Aduaneiros as seguintes inscrições:

NOME	CPF	PROCESSO
CLAUDIA ZANESI OZA	093.618.607-04	12466.722691/2011-79
MARÍLIA XAVIER RODRIGUES	070.783.357-40	12466.721550/2012-10
FLAVIO VICTOR ALENCAR VALLE	765.856.542-34	12466.722432/2012-29
MARY ANE DE SOUZA ROCHA	074.091.917-24	12466.723169/2012-95
RAFAEL ALVIM DE ANDRADE	096.330.807-62	12466.723338/2012-97

Art. 3º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FLAVIO JOSE PASSOS COELHO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 5, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2013

O INSPETOR-CHEFE DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE VITÓRIA-ES NA 7ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria nº 203 de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, com fundamento no § 3° do art. 810 do Decreto 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, com a redação que lhe foi dada pelo art. 1º do Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, nos termos do art. 12 e parágrafo único da Instrução Normativa RFB nº 1.209, de 7 de novembro de 2011, e de acordo com o art. 9º § 2º da Instrução Normativa RFB nº 1.273, de 6 de junho de 2012, resolve:

Art. 1° Incluir no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro as seguintes inscrições:

NOME	CPF	PROCESSO
CLARISSE BADOCA PAIVA	057.124.547-18	12466.720336/2012-46
CLAUDINEI DA SILVA SANTOS	128.371.527-90	12466.721289/2012-58

Art. 2° Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FLAVIO JOSE PASSOS COELHO

INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 42, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2013

Declara habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro) a pessoa jurídica que menciona.

A INSPETORA-CHEFE ADJUNTA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, no uso de sua competência prevista no artigo 8º da Instrução Normativa (IN) RFB nº 844, de 9 de maio de 2008, alterada pelas IN RFB nº 1.070, de 13 de setembro de 2010, IN RFB nº 1.089 de 30 de novembro de 2010 e IN RFB nº 1.284 de 23 de julho de 2012, e tendo em vista o que consta dos processos relacionados no Anexo, declara:

Art. 1º Fica habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro), com fulcro no art. 5º da IN RFB nº 844/2008, a empresa SUBSEA7 DO BRASIL SERVIÇOS LTDA., na execução dos contratos especificados no Anexo, até o termo final fixado nos mesmos, atuando por meio de seus estabelecimentos habilitados, conforme também consignado no Anexo, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial em seus arts. 1º a 3º.

Art. 2º Sem prejuízo da aplicação de penalidade específica, a habilitação de que se trata poderá ser suspensa ou cancelada, na ocorrência de situações previstas no art. 34 da IN RFB nº 844/2008.

Art. 3º Eventuais alterações contratuais ensejarão a expedição de novo Ato Declaratório Executivo.

Art. 4º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União e revoga o Ato Declaratório Executivo IRF/RJO nº 023, de 22 de janeiro de 2013, publicado no DOU de 29 de janeiro de 2013.

INGRID FRANKLIN ARAUJO

ANEXO

Proc. 10768.012104/2002-19				
Nº DO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
			2050.0026033.06-2 2050.0026034.06-2 PLSV Kommandor 3000	11.02.2013
04.954.351/0001-92 04.954.351/0003-54	Petróleo Brasileiro S.A.	Áreas em que a PETROBRÁS seja concessionária para exploração ou produção de petróleo e gás natural, nos termos da Lei nº 9.478/97.		
			2050.0038550.07-2 ROV	11.12.2012
			2050.0041150.08-2 ROV	14.05.2013
			2050.0041152.08-2 ROV	22.07.2013
			2050.0041154.08-2 ROV	27.02.2013
			0801.0040694.08-2 Seven Navica (novo nome embarcação - Skanki Navica) Seven Oceans Sealion Amazonia Seisranger	14.06.2013
Processo nº 10768.007223/2009-26				
Nº DO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
04.954.351/0001-92	Petróleo Brasileiro S.A.	Áreas em que a PETROBRÁS seja concessionária para exploração ou produção de petróleo e gás natural, nos termos da Lei nº 9.478/97.	2050.0052000.09.2 NORMAND SEVEN Tipo PLSV	18.08.2013
Processo nº 10768.004332/2010-25				
Nº DO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
04.954.351/0001-92 04.954.351/0003-54 04.954.351/0006-05	Petróleo Brasileiro S.A.	Áreas em que a PETROBRÁS seja concessionária para exploração ou produção de petróleo e gás natural, nos termos da Lei nº 9.478/97.	2050.0058584.10.2 Contrato locação ROV 2050.0058585.10.2 Contrato de prestação de serviços Obs.: Concessão do regime condicionada ao atendimento do § 10 do art. 17 da IN RFB nº 844/2008, incluído pela IN RFB 1.089/2010	31.12.2020
Processo nº 10768.001160/2011-19				
Nº DO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
04.954.351/0001-92 04.954.351/0003-54 04.954.351/0006-05	Petróleo Brasileiro S.A.	Áreas em que a PETROBRÁS seja concessionária para exploração ou produção de petróleo e gás natural, nos termos da Lei nº 9.478/97.	2050.0023961.06-2 ROV	01.04.2012 retificação de prazo
Processo nº 10768.100321/2009-31 PROVIMENTO A RECURSO PELO SECRETÁRIO DA RFB; 10768.000430/2012-55 e 10074.721606/2012-14 (Retificação de prazo)				
Nº DO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
04.954.351/0001-92	Petróleo Brasileiro S.A.	Áreas em que a PETROBRÁS seja concessionária para exploração ou produção de petróleo e gás natural,nos termos da Lei nº 9.478/97. Utilização dos bens restrita às áreas de concessão especificadas no contrato. Vedada a utilização dos bens na atividade de transferência definida no inciso VII, do artigo 6º, da Lei nº 9.478/97, ainda que nas áreas especificadas no contrato.	0801.0054027.09.2	15.07.2013
Processo 10768000515/2012-33				
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
04.954.351/0001-92 04.954.351/0003-54 04.954.351/0006-05	Petróleo Brasileiro S.A.	Áreas em que PETROBRAS seja concessionária para exploração ou produção de petróleo e gás natural, nos termos da Lei n 9.478/97.	2050.0071744.11.2 Locação 2050.0071745.11.2 Serviços ROV	30/01/2015
Processo 10768.007621/2010-86 ((provimento de			(prov. Rec. Volunt.)	
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
04.954.351/0001-92 04.954.351/0003-54 04.954.351/0006-05	Petróleo Brasileiro S.A.	Áreas em que PETROBRAS seja concessionária para exploração ou produção de petróleo e gás natural, nos termos da Lei n 9.478/97.	2050.0062800.10.2 Afretamento Tipo PSLV 2050.0062801.10.2 Prestação de Serviços	09/11/2012

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

		Processo 10074.721918/2012-28 10074.721919/2012-72	Proc.10074.721919/2012-72	
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
04.954.351/0001-92 04.954.351/0003-54 04.954.351/0006-05	Petróleo Brasileiro S.A.	BM-S- 09 e BM-S-11.	2050.0064765.11.2 2050.0064781.11.2 Afretamento 2050.0064766.11.2 2050.0064782.11.2 Prestação de Serviços EmbarcaçãoTipo RPLV Seven Oceans	13/04/2015
		Processo 10074.721921/2012-41 10074.721919/2012-72		
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
04.954.351/0001-92 04.954.351/0003-54 04.954.351/0006-05	Petróleo Brasileiro S.A.	BM-S- 09	2050.0064762.11.2 Afretamento 2050.0064764.11.2 Prestação de Serviços EmbarcaçãoTipo OCV Seven Seas	03/01/2015

8ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPINAS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2013

Declara a inidoneidade dos RECIBOS de tratamentos médicos, odontológicos, psicológicos, fisioterapêuticos, terapêuticos ocupacionais e fonoaudiológicos emitidos em nome de Felipe Souza Santana - CPF 394.206.918-02.

A Auditora Fiscal da Receita Federal do Brasil em Campinas/SP, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e, ainda, com base no artigo 280 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012 (DOU de 17.5.2012), e art. 904 do RIR/99, aprovado pelo Decreto 3000/99, declara:

INIDÔNIOS, para todos os efeitos tributários, todos os recibos de tratamentos médicos, odontológicos, psicológicos, fisioterapêuticos, terapêuticos ocupacionais e fonoaudiológicos emitidos em nome de Felipe Souza Santana, CPF 394.206.918-02, anteriores a 12/06/2012, por serem ideologicamente falsos e, portanto, imprestáveis e ineficazes para dedução da base de cálculo do imposto de renda, por quaisquer usuários, em razão do contido na Súmula Administrativa de Documentação Tributariamente Ineficaz objeto do processo Administrativo número 10830.720954/2013-46.

MARIA BARROS DE OLIVEIRA JACOBS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUNDIAÍ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 11, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

Declara inapta a inscrição 54.417.704/0001-93 no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUNDIAÍ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III do artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 17 de maio de 2012 e tendo em vista o que consta no processo 13839.003054/2007-09, resolve:

Art 1º. Declarar, com fundamento no inciso II do artigo 37 combinado com o inciso I do artigo 39 da Instrução Normativa IN 1183/2011, publicada no Diário Oficial da União de 22/08/2011, a INAPTIDÃO da inscrição nº 54.417.704/0001-93 no cadastro CNPJ, em nome da Pessoa Jurídica CARLIZA FERRAMENTARIA E USINAGEM LTDA - ME, em razão de a entidade não ter sido localizada no endereço constante no CNPJ.

Art 2º. O presente ADE produzirá efeitos a partir da data de sua publicação.

JOSÉ ROBERTO MAZARIN

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RIBEIRÃO PRETO

RETIFICAÇÃO

No Ato Declaratório Executivo DRF/RPO nº 13, de 20/02/2013, publicado no DOU de 22/02/2013, Seção 1, página 43:

Onde se lê:

CPF Nº	CONTRIBUINTE	PROCESSO Nº
103.597.588-08	Joelhito Benigno	16189.720010/2013-77

Leia-se:

CPF Nº	CONTRIBUINTE	PROCESSO Nº
130.597.588-08	Joelhito Benigno	16189.720010/2013-77

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOROCABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 13, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

Altera Registro Especial concedido nos termos da IN SRF nº 504/2005.

O Delegado da Receita Federal do Brasil em Sorocaba/SP, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 302 e 314, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil- RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, considerando o disposto no artigo 3º da Instrução Normativa SRF nº 504, de 03 de fevereiro de 2005, e no artigo 336 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010, na forma do despacho exarado no processo 14191.720008/2013-23, declara:

1. Alterada a inscrição nº 08110/0062 no Registro Especial de Produtor de produtos que trata a IN SRF nº 504/2005 e alterações, do estabelecimento da empresa ADEGA ADIVANA INDUSTRIA E COMERCIO DE BEBIDAS E ALIMENTOS LTDA, inscrito no CNPJ sob o n° 13.414.573/0001-03, localizado na avenida Vereador José Ângelo Biagioni, 850, Ala C, bairro Pau D'Alho, Boituva - SP, não alcançando este registro qualquer outro estabelecimento da mesma empresa.

2. O estabelecimento supra identificado deverá cumprir as obrigações citadas na Instrução Normativa SRF nº 504/2005 e alterações, sob pena de cancelamento desta inscrição.

3. Este registro abrange os produtos abaixo descritos:

PRODUTO	MARCA COMERCIAL	CAPACIDADE DO RECIPIENTE
AGUARDENTE DE CANA	ADIVANA	600 ml e 1000 ml
AGUARDENTE COMPOSTA COM CAFÉ	ADIVANA	600 ml
AGUARDENTE COMPOSTA COM CHOCOLATE	ADIVANA	600 ml
AGUARDENTE COMPOSTA COM ESPECIARIAS	ADIVANA	700 ml
AGUARDENTE COMPOSTA COM LARANJA	ADIVANA	500 ml e 600 ml
LICOR FINO DE LARANJA	MARABO	500 ml

4. Fica revogado o Ato Declaratório Executivo n° 67, de 26 de setembro de 2012.

5. O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO JOSE BRANCO PESSOA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 14, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

Altera Registro Especial concedido nos termos da IN SRF nº 504/2005.

O Delegado da Receita Federal do Brasil em Sorocaba/SP, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 302 e 314, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil- RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, considerando o disposto no artigo 3º da Instrução Normativa SRF nº 504, de 03 de fevereiro de 2005, e no artigo 336 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010, na forma do despacho exarado no processo 14191.720008/2013-23, declara:

1. Alterada a inscrição nº 08110/0063 no Registro Especial de Engarrafador de produtos que trata a IN SRF nº 504/2005 e alterações, do estabelecimento da empresa ADEGA ADIVANA INDUSTRIA E COMERCIO DE BEBIDAS E ALIMENTOS LTDA, inscrito no CNPJ sob o n° 13.414.573/0001-03, localizado na avenida Vereador José Ângelo Biagioni, 850, Ala C, bairro Pau D'Alho, Boituva - SP, não alcançando este registro qualquer outro estabelecimento da mesma empresa.

2. O estabelecimento supra identificado deverá cumprir as obrigações citadas na Instrução Normativa SRF nº 504/2005 e alterações, sob pena de cancelamento desta inscrição.

3. Este registro abrange os produtos abaixo descritos:

PRODUTO	MARCA COMERCIAL	CAPACIDADE DO RECIPIENTE
AGUARDENTE DE CANA	ADIVANA	600 ml e 1000 ml
AGUARDENTE COMPOSTA COM CAFÉ	ADIVANA	600 ml
AGUARDENTE COMPOSTA COM CHOCOLATE	ADIVANA	600 ml
AGUARDENTE COMPOSTA COM ESPECIARIAS	ADIVANA	700 ml
AGUARDENTE COMPOSTA COM LARANJA	ADIVANA	500 ml e 600 ml
LICOR FINO DE LARANJA	MARABO	500 ml

4. Fica revogado o Ato Declaratório Executivo n° 68, de 26 de setembro de 2012.

5. O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO JOSE BRANCO PESSOA

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO
DIVISÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 41, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2013

Declara a inaptidão dos contribuintes perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.

O CHEFE DA DIVISÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo artigo 1° da Portaria DERAT/SPO de Delegação de Competência n° 279, publicada no DOU em 03 de agosto de 2012, resolve:

Declarar INAPTA a inscrição abaixo, no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), por localização desconhecida, nos termos do inciso II do artigo 37 e do artigo 39 da Instrução Normativa RFB nº 1.183 de 19/08/2011.

A declaração de inaptidão baseia-se na ausência de regularização cadastral e não localização da empresa no endereço informado a RFB, nos termos do artigo 39 da supracitada IN.

PROCESSO N.º: 10814.728741/2012-80

CONTRIBUINTE: TAKKO COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA

CPF/CNPJ: 05.744.641/0001-74

Data de efeito a partir da publicação deste.

PAULO DE OLIVEIRA ABRAHÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 42, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2013

Anular inscrições no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.

O CHEFE DA DIVISÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo artigo 1° da Portaria DERAT/SPO de Delegação de Competência n° 279, publicada no DOU em 03 de agosto de 2012, resolve:

Anular as inscrições no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) dos contribuintes descritos abaixo. A anulação das inscrições é motivada pelo vício na inscrição, conforme previsto no inciso II do art.. 33 da Instrução Normativa RFB nº 1.183 de 19 de agosto de 2011.

PROCESSO: 10875.721569/2011-38

CONTRIBUINTE: FLAJO COMERCIO DE COURO LTDA

CNPJ: 05.968.346/0001-00

Data de cancelamento: efeitos a partir da data de abertura da inscrição

PROCESSO: 18186.726676/2012-11

CONTRIBUINTE: FERNANDA MOQUIUTI LACERDA - ME

CNPJ: 15.503.260/0001-57

Data de cancelamento: efeitos a partir da data de abertura da inscrição

PAULO DE OLIVEIRA ABRAHÃO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA

ATOS DECLARATÓRIOS EXECUTIVOS DE 25 DE FERVEREIRO DE 2013

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 17 de maio de 2012 e o artigo 2º da Instrução Normativa RFB nº 976, de 07 de dezembro de 2009, e face ao que consta dos processos nºs: 10980.721.012/2013-61, 10980.720.120/2013-17 e 10980.720.957/2013-66, respectivamente declara:

Nº 93 - Art. 1º INSCRITO no Registro Especial DP 09101/0050 o estabelecimento abaixo indicado que realiza operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos na atividade de Distribuidor, nos termos do art. 1º, § 1º, item IV da mesma Instrução Normativa.
NOVA VISÃO EDITORA EIRELI - ME
CNPJ/MF nº 16.838.561/0001-02
Rua Des. Westphalen, nº 3247 Loja 1, Parolin - Curitiba Pr.

Nº 94 - Art. 1º INSCRITO no Registro Especial DP 09101/0051 o estabelecimento abaixo indicado que realiza operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos na atividade de Distribuidor, nos termos do art. 1º, § 1º, item IV da mesma Instrução Normativa.
G. A. J. JÚNIOR
CNPJ/MF nº 17.294.458/0001-01
Av. Pref. Mauricio Fruet, nº 3330, Cujuru - Curitiba Pr.

Nº 95 - Art. 1º INSCRITO no Registro Especial UP 09101/00113 o estabelecimento abaixo indicado que realiza operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos na atividade de Usuário, nos termos do art. 1º, § 1º, inciso II da mesma Instrução Normativa.
Interessado: EDITORA CRV LTDA.
CNPJ/MF: 04.791.454/0001-89.
Rua Fernando Amaro, nº 518, - Alto da XV - Curitiba - Pr.

Art. 2º Os estabelecimentos inscritos ficam obrigados ao cumprimento das normas previstas na IN 976/2009 e dos demais atos normativos que regem a matéria, sob pena de cancelamento dos registros na forma do art. 7º da referida Instrução.

Art. 3o Estes Atos Declaratórios Executivos produzirão efeitos a partir da data de sua publicação.

ARTHUR CEZAR ROCHA CAZELLA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N° 12, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 302, inciso IX, combinado com o Artigo 224, inciso VII e o artigo 314 inciso VI do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de dezembro de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e considerando o disposto no art. 57, da Instrução Normativa SRF nº 504, de 03 de fevereiro de 2005, publicada no DOU de 09 de fevereiro de 2005 e no artigo 336 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010 e, ainda, considerando o pedido do contribuinte DIAGEO BRASIL LTDA, CNPJ nº 62.166.848/0010-33, portador do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº. 09201/110, formulado nos autos do processo 16511.000051/2012-53, situado à Rua Vereador Germano Vieira, nº 429, Sala 01, Bairro Itaipava, CEP 88.316-701, Itajaí/SC, , declara:

Art. 1º - Autorizado o fornecimento de 23.880 (vinte três mil, oitocentos e oitenta) selos para uísque importação amarelo, código 9829-14, todos destinados à selagem no exterior dos produtos e quantidades abaixo especificados.

Unidade	Caixa	Marca comercial	Características do produto
23.880	1.990	Uísque Johnnie Walker Double Black	Em caixas de 12 garrafas de 1000 ml 40 GL idade até 12 anos.

Art. 2º - O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU).

LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONÇALVES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 13, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 302, inciso IX, combinado com o Artigo 224, inciso VII e o artigo 314 inciso VI do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de dezembro de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e considerando o disposto no art. 57, da Instrução Normativa SRF nº 504, de 03 de fevereiro de 2005, publicada no DOU de 09 de fevereiro de 2005 e no artigo 336 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010 e, ainda, considerando o pedido do contribuinte DIAGEO BRASIL LTDA, CNPJ nº 62.166.848/0010-33, portador do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº. 09201/110, formulado nos autos do processo 16511.000051/2012-53, situado à Rua Vereador Germano Vieira, nº 429, Sala 01, Bairro Itaipava, CEP 88.316-701, Itajaí/SC, , declara:

Art. 1º - Autorizado o fornecimento de 108 (cento e oito) selos para uísque importação amarelo, código 9829-14, todos destinados à selagem no exterior dos produtos e quantidades abaixo especificados.

Unidade	Caixa	Marca comercial	Características do produto
6	1	Uísque Black & White	Em caixas de 6 garrafas de 1000 ml 40 GL idade até 8 anos.
6	1	Uísque Johnnie Walker Blue Label	Em caixas de 6 garrafas de 750 ml 40 GL idade acima de12 anos.
12	1	Uísque Grand Old Parr aged 12 years	Em caixas de 12 garrafas de 1000 ml 40 GL idade entre 8 e 12 anos.
12	1	Uísque Johnnie Walker Red Label	Em caixas de 12 garrafas de 1000 ml 40 GL idade até 8 anos.
12	1	Uísque Johnnie Walker Double Black	Em caixas de 12 garrafas de 1000 ml 40 GL idade acima de 12 anos.
12	1	Uísque Johnnie Walker Black Label	Em caixas de 12 garrafas de 1000 ml 40 GL idade acima de 12 anos.
12	1	Uísque White Horse Fine Old Scotch Whisky	Em caixas de 12 garrafas de 1000 ml 40 GL idade até 8 anos.
6	1	Uísque Buchanan´s aged 12 years	Em caixas de 6 garrafas de 1000 ml 40 GL idade entre 8 e 12 anos.
6	1	Uísque Haig Supreme	Em caixas de 6 garrafas de 1 litro 40 GL idade até 8 anos.
12	1	Uísque Logan de Luxe Scotch Whisky aged 12 years	Em caixas de 12 garrafas de 1000 ml 40 GL idade entre 8 e 12 anos.
6	1	Uísque Dimple	Em caixas de 6 garrafas de 1000 ml 40 GL idade acima de 12 anos.
6	1	Uísque Johnnie Walker Platinum	Em caixas de 6 garrafas de 750 ml 40 GL idade acima de 12 anos.

Art. 2º - O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU).

LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONÇALVES

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FOZ DO IGUAÇU

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 28, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2013

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FOZ DO IGUAÇU-PR, no uso da competência conferida pelo § 3º do art. 810 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, alterado pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, declara:

Art. 1º. Com fundamento no artigo 810 do Decreto nº 6.759, de 2009, alterado pelo Decreto nº 7.213, de 2010, ficam inscritas no Registro de Despachante Aduaneiro, com sua automática exclusão do Registro de Ajudante as seguintes pessoas físicas:

NOME	CPF	PROCESSO
MARJORIE DE SOUZA ALVES CORDEIRO	005.613.099-65	12457.737.060/2012-44
ONOFRE SOUZA DA SILVA	008.397.759-70	12457.737.063/2012-88

Art. 2º. Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RAFAEL RODRIGUES DOLZAN

10ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N° 50, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2013

Concede Registro Especial de Importador.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL (RS), no uso da atribuição que lhe confere o art. 302 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 17 de maio de 2012, considerando o disposto no inciso IV, § 1.º, artigo 2º da Instrução Normativa SRF n° 504, de 03 de fevereiro de 2005 e o despacho exarado no processo n° 11020.720637/2013-27, declara:

Art. 1.º Está inscrito no Registro Especial de Bebidas sob o nº 10106/417, como importador, o estabelecimento da empresa Layoanny Importadora Ltda, inscrito no CNPJ sob nº 15.803.937/0001-39, situado na Av. José Luiz Correa Pinto, nº 800, sala 03, Parque das Hortênsias, no município de Canela - RS.

LUIZ WESCHENFELDER

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N° 51, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2013

Atualiza relação de produtos constantes do Registro Especial de engarrafador nº 10106/363.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL (RS), no uso da atribuição que lhe confere o art. 302 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 17 de maio de 2012, considerando o disposto no artigo 9º da Instrução Normativa SRF n° 504, de 03 de fevereiro de 2005, declara:

Art. 1º. Está inscrito no Registro Especial de Bebidas sob o nº 10106/363, como engarrafador, no processo 13016.000436/2010-51 o estabelecimento da empresa Vinhos Finos Casa Garcia Ltda, inscrito no CNPJ sob o n° 07.145.200/0001-81, situado na Linha 7 de Castro, s/n, Terceiro Distrito, no município de Carlos Barbosa - RS,

Art. 2º. O estabelecimento supracitado está autorizado a engarrafar os produtos abaixo discriminados:

Produto	Marca Comercial	Classificação Fiscal	Tipo do Recipiente	Capacidade do Recipiente
Vinho Branco Seco Niágara	Estime	2204.29.11	não retornável	4.600 ml
Vinho Branco Seco Niágara	Estime	2204.2100	não retornável	1.480 ml
Vinho Branco Seco Niágara	Estime	2204.2100	não retornável	750 ml
Vinho Branco Suave	Estime	2204.2100	não retornável	750 ml
Vinho Tinto Seco	Estime	2204.29.11	não retornável	4.600 ml
Vinho Tinto Seco	Estime	2204.2100	não retornável	1.480 ml
Vinho Tinto Seco	Estime	2204.2100	não retornável	750 ml
Vinho Tinto Suave	Estime	2204.2100	não retornável	750 ml
Vinho Branco Seco Fino Malvasia de Cândia	Cave D'Castro	2204.2100	não retornável	750 ml
Vinho Rose Seco Fino Cabernet Franc	Cave D'Castro	2204.2100	não retornável	750 ml
Vinho Tinto Seco Fino	Cave D'Castro	2204.29.11	não retornável	3.000 ml
Vinho Tinto Seco Fino	Cave D'Castro	2204.2100	não retornável	750 ml
Vinho Tinto Seco Fino Cabernet Franc	Cave D'Castro	2204.29.11	não retornável	3.000 ml
Vinho Tinto Seco Fino Cabernet Franc	Cave D'Castro	2204.2100	não retornável	750 ml
Vinho Tinto Seco Fino Cabernet Sauvignon	Cave D'Castro	2204.29.11	não retornável	3.000 ml
Vinho Tinto Seco Fino Cabernet Sauvignon	Cave D'Castro	2204.2100	não retornável	750 ml
Vinho Tinto Seco Fino Merlot	Cave D'Castro	2204.2100	não retornável	750 ml
Vinho Tinto Seco Fino Tannat	Cave D'Castro	2204.2100	não retornável	750 ml
*Vinho Branco Espumante Natural Brut	Cave D'Castro	2204.10.10	não retornável	750 ml
*Vinho Moscatel Espumante	Cave D'Castro	2204.10.90	não retornável	750 ml

*Produtos finalizados e engarrafados por Estabelecimento Vinícola Armando Peterlongo S/A, CNPJ 90.049.164/0001-04.

Art. 3º. Fica revogado o artigo 2º do Ato Declaratório Executivo DRF/CXL nº 259, de 18 de dezembro de 2012, publicado no DOU nº 245, de 20 de dezembro de 2012.

LUIZ WESCHENFELDER

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N° 52, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2013

Atualiza relação de produtos constantes do Registro Especial de engarrafador nº 10106/189.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL (RS), no uso da atribuição que lhe confere o art. 295 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria MF n° 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 23 de dezembro de 2010, considerando o disposto no artigo 9º da Instrução Normativa SRF n° 504, de 03 de fevereiro de 2005, declara:

Art. 1º. Está inscrito no Registro Especial de Bebidas nº 10106/189, como engarrafador, no processo 13016.000550/2010-81, o estabelecimento da empresa Vinícola Torcello Ltda, CNPJ n° 06.533.380/0001-06, situado na Rod RS 444 km 16, s/n, no Vale dos Vinhedos, no município de Bento Gonçalves - RS.

Art. 2º. O estabelecimento supracitado está autorizado a engarrafar os produtos abaixo discriminados:

Produto	Marca Comercial	Classificação Fiscal	Tipo do Recipiente	Capacidade do Recipiente
Vinho Tinto Seco Fino	Torcello	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto Seco Fino Cabernet Sauvignon	Torcello	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto Seco Fino Merlot	Torcello	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto Seco Fino Tannat	Torcello	2204.21.00	não retornável	750 ml
* Vinho Branco Espumante Natural Brut	Torcello	2204.10.10	não retornável	750 ml
* Vinho Moscatel Espumante	Torcello	2204.10.90	não retornável	750 ml

* Produtos engarrafados sob encomenda nas dependências da empresa Domno do Brasil Indústria e Comérco Ltda, CNPJ nº 09.276.690/0001-80, sob responsabilidade da Vinícola Torcello Ltda.

Art. 3º. Fica revogado o artigo 2º do Ato Declaratório Executivo DRF/CXL nº 12, de 17 de janeiro de 2013, publicado no DOU nº 13, de 18 de janeiro de 2013.

LUIZ WESCHENFELDER

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PASSO FUNDO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 4, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2013

Declara cancelada a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).

A DELEGADA SUBSTITUTA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PASSO FUNDO (RS), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, com fundamento nos artigos 30 e 31 da Instrução Normativa RFB nº 1.042, de 10 de junho de 2010, e, tendo em vista o que consta no processo administrativo nº 11030.000165/2012-92, declara:

Artigo 1º. CANCELADA a inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF) sob o número 702.043.810-53, em nome de LEONARDO MACHADO, por motivo de multiplicidade de inscrições.

Artigo 2º. Permanece ativa a inscrição no CPF de nº 006.443.399-42, em nome de LEONARDO MACHADO, a qual a inscrição acima será vinculada.

Artigo 3º. O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

LUCIANE SCORTEGAGNA PEDRA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
SUBSECRETARIA DA DÍVIDA PÚBLICA

PORTARIA Nº 92, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA, DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso da competência que lhe confere a Portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, tendo em vista o disposto na Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003, e em conformidade com a Lei nº 10.184, de 12 de fevereiro de 2001, e com o Decreto nº 3.859, de 4 de julho de 2001, resolve:

Art. 1º Autorizar a emissão de Notas do Tesouro Nacional - Série "I", NTN-I, no valor de R$ 7.268.446,75 (sete milhões, duzentos e sessenta e oito mil, quatrocentos e quarenta e seis reais e setenta e cinco centavos), referenciadas a 15 de fevereiro de 2013, a serem utilizadas no pagamento de equalização das taxas de juros dos financiamentos à exportação de bens e serviços brasileiros amparados pelo Programa de Financiamento às Exportações - PROEX.

Parágrafo único. Na emissão dos títulos mencionados no caput deste artigo serão observadas as seguintes condições:

I - data-base: 1º de julho de 2000;

II - valor nominal na data-base: R$ 1,00;

III - preço unitário em 15 de fevereiro de 2013: R$ 2,643983;

IV - data de vencimento: a partir de 15 de abril de 2013 e todos os dias 15 dos meses subsequentes em que vencerem as operações de crédito, até a última em 15 de junho de 2022;

V - quantidade: 2.749.052 (dois milhões, setecentos e quarenta e nove mil e cinquenta e dois) títulos;

VI - modalidade: nominativa e negociável;

VII - taxa de juros: 12% a.a. (doze por cento ao ano), calculada sobre o valor nominal atualizado;

VIII - atualização do valor nominal: pela variação da cotação de venda do dólar dos Estados Unidos no mercado de câmbio de taxas livres, divulgada pelo Banco Central do Brasil, sendo consideradas as taxas médias dos dias úteis imediatamente anteriores às datas de emissão e de resgate do título;

IX - pagamento de juros: na data de resgate do principal;

X - resgate do principal: até a data de vencimento da correspondente parcela de juros de financiamento à exportação;

XI - forma de colocação: direta, em favor do interessado, não podendo ser colocada por valor inferior ao par, em quantidade equivalente ao necessário para atender ao Programa de Financiamento às Exportações - PROEX.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO FONTOURA VALLE

PORTARIA Nº 93, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA, DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso da competência que lhe confere a Portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, tendo em vista o disposto na Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003, e em conformidade com a Lei nº 10.184, de 12 de fevereiro de 2001, e com o Decreto nº 3.859, de 4 de julho de 2001, resolve:

Art. 1º Autorizar a emissão de Notas do Tesouro Nacional - Série "I", NTN-I, no valor de R$ 43.100.547,80 (quarenta e três milhões, cem mil, quinhentos e quarenta e sete reais e oitenta centavos), referenciadas a 15 de fevereiro de 2013, a serem utilizadas no pagamento de equalização das taxas de juros dos financiamentos à exportação de bens e serviços brasileiros amparados pelo Programa de Financiamento às Exportações - PROEX.

Parágrafo único. Na emissão dos títulos mencionados no caput deste artigo serão observadas as seguintes condições:

I - data-base: 1º de julho de 2000;

II - valor nominal na data-base: R$ 1,00;

III - preço unitário em 15 de fevereiro de 2013: R$ 2,643983;

IV - data de vencimento: a partir de 15 de abril de 2013 e todos os dias 15 dos meses subsequentes em que vencerem as operações de crédito, até a última em 15 de julho de 2037;

V - quantidade: 16.301.371 (dezesseis milhões, trezentos e um mil, trezentos e setenta e um) títulos;

VI - modalidade: nominativa e negociável;

VII - taxa de juros: 12% a.a. (doze por cento ao ano), calculada sobre o valor nominal atualizado;

VIII - atualização do valor nominal: pela variação da cotação de venda do dólar dos Estados Unidos no mercado de câmbio de taxas livres, divulgada pelo Banco Central do Brasil, sendo consideradas as taxas médias dos dias úteis imediatamente anteriores às datas de emissão e de resgate do título;

IX - pagamento de juros: na data de resgate do principal;

X - resgate do principal: até a data de vencimento da correspondente parcela de juros de financiamento à exportação;

XI - forma de colocação: direta, em favor do interessado, não podendo ser colocada por valor inferior ao par, em quantidade equivalente ao necessário para atender ao Programa de Financiamento às Exportações - PROEX.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO FONTOURA VALLE

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

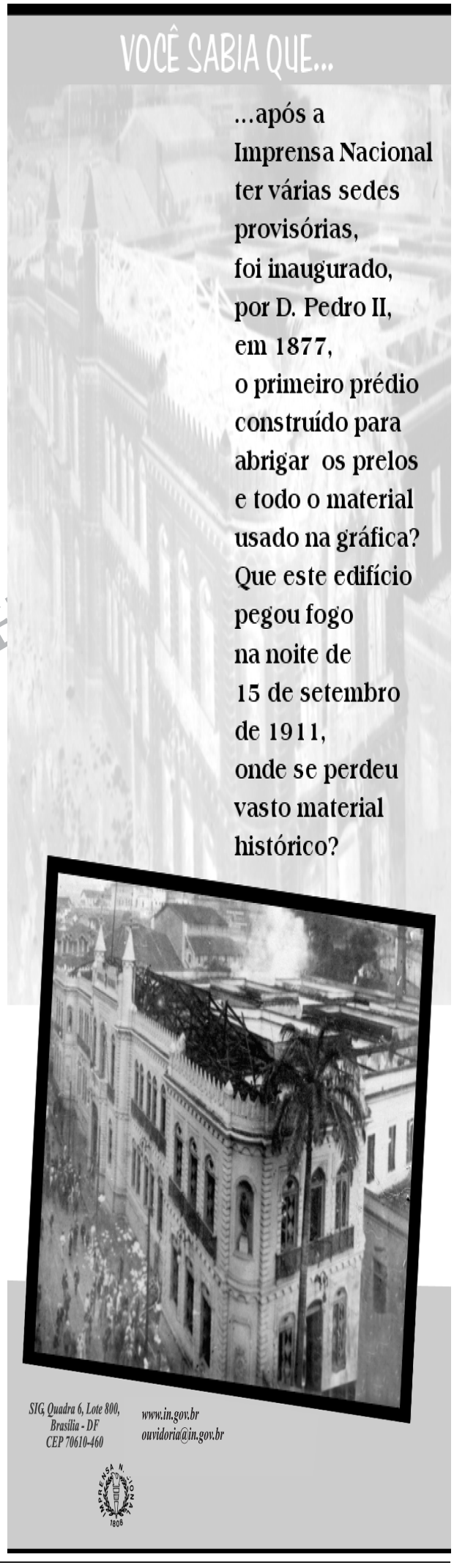
PORTARIA Nº 5.176, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Ministro de Estado da Fazenda, por meio da Portaria nº 151, de 23 de junho de 2004, tendo em vista o disposto no artigo 74 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do Processo Susep nº 15414.000050/2013-25, resolve:

Art. 1º Autorizar a constituição de uma seguradora na República de Cuba por parte de CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S.A., CNPJ nº 08.602.745/0001-32, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCIANO PORTAL SANTANNA



EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério da Integração Nacional

SECRETARIA NACIONAL DE DEFESA CIVIL

PORTARIA N° 29, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

O SECRETÁRIO NACIONAL DE DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial no 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, resolve:

Art. 1º Reconhecer a Situação de Emergência nas áreas discriminadas no Formulário de Informação de Desastres constante dos respectivos processos dos municípios abaixo arrolados.

Estado	Município	Desastre	Decreto	Data	Processo
BA	Teolândia	Enxurradas - 1.2.2.0.0	049	26/01/13	59050.000159/2013-12
MT	Guarantã do Norte	Chuvas intensas - 1.3.2.1.4	016/2013	18/02/13	59050.000164/2013-17
MG	Divisópolis	Estiagem - 1.4.1.1.0	003/2013	16/01/13	59050.000123/2013-21
MG	Nepomuceno	Enxurradas - 1.2.2.0.0	571	28/01/13	59050.000160/2013-39
MG	Piranguçu	Inundações - 1.2.1.0.0	089	07/02/13	59050.000167/2013-51
MG	Turmalina	Estiagem - 1.4.1.1.0	1.700	03/01/13	59050.000163/2013-72
PR	Itaguajé	Enxurradas - 1.2.2.0.0	75/2012	24/12/12	59050.000124/2013-75
PR	Paranavaí	Doenças infecciosas virais - 1.5.1.1.0	13.938	25/01/13	59050.000162/2013-28
RS	Arroio do Padre	Granizos - 1.3.2.1.3	1.815	07/02/13	59050.000161/2013-83
RS	Cristal	Enxurradas - 1.2.2.0.0	2.219	14/02/13	59050.000165/2013-61
RS	Três Arroios	Estiagem - 1.4.1.1.0	2083/2013	14/02/13	59050.000158/2013-60
SC	Anchieta	Enxurradas - 1.2.2.0.0	012/2013	08/01/13	59050.000157/2013-15
SP	Taquaritinga	Chuvas intensas - 1.3.2.1.4	4.000	06/02/13	59050.000166/2013-14
SP	Tupi Paulista	Chuvas intensas - 1.3.2.1.4	5.697	15/02/13	59050.000168/2013-03

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HUMBERTO VIANA

PORTARIA N° 30, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

O SECRETÁRIO NACIONAL DE DEFESA CIVIL, com base no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, Art. 7º, § 3º, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, e resolve:

Art. 1º Reconhecer a Situação de Emergência nas áreas discriminadas no Formulário de Informação de Desastres constante dos respectivos processos dos municípios abaixo arrolados.

Estado	Município	Desastre	Decreto	Data	Processo
MG	Coronel Murta	Estiagem - 1.4.1.1.0	811/2013	09/01/13	59050.000069/2013-13
MG	Goiabeira	Estiagem - 1.4.1.1.0	665	07/01/13	59050.000071/2013-92
SP	Cubatão	Alagamentos - 1.2.3.0.0	10.015	23/02/13	59050.000171/2013-19
SP	Santo André	Chuvas intensas - 1.3.2.1.4	16.369	19/02/13	59050.000170/2013-74

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HUMBERTO VIANA

PORTARIA N° 31, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

Reconhece situação de emergência em municípios do estado de Pernambuco.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE DEFESA CIVIL, com base no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, Art. 7º, § 3º, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, e

Considerando o Decreto Estadual nº 39.119, de 18 de fevereiro de 2013, do Estado de Pernambuco, abrangendo os municípios:

Nº	Município
1	Agrestina
2	Águas Belas
3	Alagoinha
4	Altinho
5	Angelim
6	Belo Jardim
7	Bezerros
8	Bom Conselho
9	Bom Jardim
10	Bonito
11	Brejão
12	Brejo da Madre de Deus
13	Buíque
14	Cachoeirinha
15	Caetés
16	Calçado
17	Canhotinho
18	Capoeiras
19	Caruaru
20	Casinhas
21	Correntes
22	Cumaru
23	Cupira
24	Frei Miguelinho
25	Garanhuns
26	Gravatá
27	Iati
28	Ibirajuba
29	Itaíba
30	Jataúba
31	João Alfredo
32	Jucati
33	Jupi
34	Jurema
35	Lagoa do Ouro
36	Lajedo
37	Limoeiro
38	Orobó
39	Palmeirina
40	Panelas
41	Paranatama
42	Passira
43	Pedra
44	Pesqueira
45	Poção
46	Riacho das Almas
47	Sairé
48	Salgadinho
49	Saloá
50	Sanharó
51	Santa Cruz do Capibaribe
52	Santa Maria do Cambucá
53	São Bento do Una
54	São Caetano
55	São João
56	São Joaquim do Monte
57	Surubim
58	Tacaimbó
59	Taquaritinga do Norte
60	Terezinha
61	Tupanatinga
62	Venturosa
63	Vertente do Lério
64	Vertentes

Considerando ainda as demais informações constantes no processo nº 59050.000169/2013-40, resolve:

Art. 1º Reconhecer, em decorrência de estiagem, COBRADE: 1.4.1.1.0, a situação de emergência nos Municípios supracitados.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HUMBERTO VIANA

Ministério da Justiça

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 685, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

Define a composição e o funcionamento da Coordenação Tripartite da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, A MINISTRA DE ESTADO CHEFE DA SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA E A MINISTRA DE ESTADO CHEFE DA SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhes conferem o art. 87, parágrafo único, incisos I, II e IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 2º do Decreto nº 7.901, de 4 de fevereiro de 2013, resolvem:

Art. 1º Esta Portaria dispõe sobre a composição e o funcionamento da Coordenação Tripartite da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

Art. 2º A Coordenação Tripartite será composta por representantes, titulares e suplentes, indicados pelos seguintes órgãos:

I - Ministério da Justiça:

a) Secretaria Nacional de Justiça;

b) Secretaria Nacional de Segurança Pública;

c) Departamento de Polícia Federal; e

d) Departamento de Polícia Rodoviária Federal;

II - Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República; e

III - Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Art. 3º Compete aos integrantes da Coordenação Tripartite, sem prejuízo do disposto no Decreto nº 7.901, de 4 de fevereiro de 2013:

I - articular, em seu órgão de origem, a execução das decisões tomadas no âmbito da Coordenação Tripartite; e

II - prestar informações sobre as ações de enfrentamento ao tráfico de pessoas implementadas por seu órgão de origem.

Parágrafo único. Nas deliberações da Coordenação, será computado um voto por Ministério e concedido direito de voz a todos os representantes.

Art. 4º Especialistas e representantes de outros órgãos ou entidades públicos ou privados poderão ser convidados para participar das reuniões da Coordenação Tripartite.

Art. 5º As reuniões da Coordenação Tripartite ocorrerão uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que necessário.

Art. 6º A Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça prestará suporte técnico e administrativo para a execução dos trabalhos e o funcionamento da Coordenação Tripartite.

Art. 7º Após indicação dos órgãos de que trata o art. 2º, ato do Ministro de Estado da Justiça designará os representantes da Coordenação Tripartite.

Art. 8º A participação na Coordenação Tripartite será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO
Ministro de Estado da Justiça

ELEONORA MENICUCCI DE OLIVEIRA
Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República

MARIA DO ROSÁRIO NUNES
Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

PORTARIA Nº 647, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 23ª Sessão de Turma, realizada no dia 18 de outubro de 2012, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.70708, resolve:

Declarar anistiado político "post mortem" FAUSTO GUIMARÃES CUPERTINO, filho de JULIETA CUPERTINO GUIMARÃES, e conceder a VILMA SANT'ANNA AREAS, portadora do CPF nº 067.928.207-68, e aos demais dependentes, se houver, reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II c/c artigo 4º, § 2º da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 648, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 24ª Sessão de Turma, realizada no dia 18 de outubro de 2012, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.68958, resolve:

Declarar anistiado político "post mortem" ANTONIO DE GOUVÊA TOBIAS, filho de AURÉLIA DE GOUVÊA TOBIAS, e conceder a LOURDES DE GOUVÊA TOBIAS, portadora do CPF nº 121.961.078-08, e aos demais dependentes, se houver, reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II c/c artigo 4º, § 2º da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 649, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 16ª Sessão de Turma da Caravana da Anistia, realizada na cidade de Curitiba/PR, no dia 26 de outubro de 2012, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.70403, resolve:

Declarar anistiada política NILCE AZEVEDO CARDOSO, portadora do CPF nº 120.347.030-49, e conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 3.874,52 (três mil, oitocentos e setenta e quatro reais e cinqüenta e dois centavos), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 26.10.2012 a 09.12.2006, perfazendo um total retroativo de R$ 296.336,20 (duzentos e noventa e seis mil, trezentos e trinta e seis reais e vinte centavos), nos termos do artigo 1º, incisos I e II, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 650, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 24ª Sessão de Turma, realizada no dia 18 de outubro de 2012, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.70954, resolve:

Declarar anistiado político "post mortem" ORLANDO DE ALMEIDA MAGALHÃES, filho de MARIA SUZANA RODRIGUES, e conceder a HILDA BORGES MAGALHÃES, portadora do CPF nº 119.976.567-87, e aos demais dependentes, se houver, reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II c/c artigo 4º, § 2º da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 651, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 23ª Sessão de Turma, realizada no dia 18 de outubro de 2012, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.70528, resolve:

Declarar anistiado político ALOÍSIO VIEIRA, portador do CPF nº 002.862.146-87, e conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II c/c artigo 4º, § 2º da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 652, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 22ª Sessão de Turma, realizada no dia 18 de outubro de 2012, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.70604, resolve:

Declarar anistiado político ESTANISLAU DE ALQUIMIM MAGALHÃES, portador do CPF nº 371.224.107-06, e conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 1.123,00 (um mil, cento e vinte e três reais), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 18.10.2012 a 12.03.2007, perfazendo um total retroativo de R$ 81.735,68 (oitenta e um mil, setecentos e trinta e cinco reais e sessenta e oito centavos), nos termos do artigo 1º, incisos I e II da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 653, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 22ª Sessão de Turma, realizada no dia 18 de outubro de 2012, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.70895, resolve:

Declarar anistiada política MARIA DE LOURDES ROMANZINI PIRES CERVEIRA, portadora do CPF nº 160.174.639-34, e conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II c/c artigo 4º, § 2º da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 654, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 24ª Sessão de Turma, realizada no dia 18 de outubro de 2012, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.70049, resolve:

Declarar anistiado político JORGE NEPOMUCENO DUARTE, portador do CPF nº 148.188.338-00, e conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor correspondente a 60 (sessenta) salários mínimos, equivalente nesta data a R$ 40.680,00 (quarenta mil, seiscentos e oitenta reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II c/c artigo 4º, § 1º da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 655, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 26ª Sessão de Turma, realizada no dia 08 de novembro de 2012, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.68609, resolve:

Declarar anistiado político "post mortem" MANOEL JOSÉ DE ANDRADE NETTO, filho de ROSA FARO DE ANDRADE, e conceder a ELIZABETH FINK DE ANDRADE, portadora do CPF nº 152.304.142-00, e aos demais dependentes, se houver, reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 08.11.2012 a 01.02.2006, perfazendo um total retroativo de R$ 175.966,67 (cento e setenta e cinco mil, novecentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos), nos termos do artigo 1º, incisos I e II da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 656, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 15ª Sessão de Turma da Caravana da Anistia, realizada na cidade de Curitiba/PR, no dia 26 de outubro de 2012, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.68532, resolve:

Declarar anistiado político CARLOS HENRIQUE FERREIRA MARTINS, portador do CPF nº 315.320.800-00, e conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II c/c artigo 4º, § 2º da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 657, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 23ª Sessão de Turma, realizada no dia 18 de outubro de 2012, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.70044, resolve:

Declarar anistiado político "post mortem" ADALBÉRIO STUMPF, filho de ELOAH STUMPF, e conceder a EROTILDES DA ROSA STUMPF, portadora do CPF nº 432.777.800-15, e aos demais dependentes, se houver, reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II c/c artigo 4º, § 2º da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 658, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 17ª Sessão de Turma, realizada no dia 06 de setembro de 2012, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.68991, resolve:

Declarar anistiado político ALBINO BARZI, portador do CPF nº 151.128.618-00, e conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 1.624,00 (um mil, seiscentos e vinte e quatro reais), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 06.09.2012 a 11.04.2006, perfazendo um total retroativo de R$ 135.252,13 (cento e trinta e cinco mil, duzentos e cinqüenta e dois reais e treze centavos), nos termos do artigo 1º, incisos I e II da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 659, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 17ª Sessão de Turma, realizada no dia 06 de setembro de 2012, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.70735, resolve:

Declarar anistiado político JOÃO ADOLFO ABREU MOURA, portador do CPF nº 030.884.483-15, e conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor correspondente a 30 (trinta) salários mínimos, equivalente nesta data a R$ 20.340,00 (vinte mil, trezentos e quarenta reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II c/c artigo 4º, § 1º da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 660, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 14ª Sessão de Turma da Caravana da Anistia, realizada na cidade de Curitiba/PR, no dia 26 de outubro de 2012, no Requerimento de Anistia nº 2007.01.57963, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por ANTONIO GABRIEL DE LIMA, portador do CPF nº 230.464.309-49.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 661, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 19ª Sessão de Turma, realizada no dia 20 de setembro de 2012, no Requerimento de Anistia nº 2006.01.53456, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por JORGE DE CASTRO LESSA, portador do CPF nº 265.617.007-91.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 662, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 19ª Sessão de Turma, realizada no dia 20 de setembro de 2012, no Requerimento de Anistia nº 2008.01.60480, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por REGINALDO ANTÔNIO DOS SANTOS, portador do CPF nº 199.506.407-68.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 663, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 10ª Sessão de Turma da Caravana da Anistia, realizada na cidade de Fortaleza/CE, no dia 03 de agosto de 2012, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.69955, resolve:

Declarar anistiado político JOSÉ PADEREWSKI DA SILVA, portador do CPF nº 000.144.003-91, e conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor correspondente a 30 (trinta) salários mínimos, equivalente nesta data a R$ 20.340,00 (vinte mil, trezentos e quarenta reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II c/c artigo 4º, § 1º da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 664, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 22ª Sessão de Turma, realizada no dia 18 de outubro de 2012, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.70363, resolve:

Declarar anistiado político "post mortem" MIGUEL ARCANJO DA COSTA, filho de MARIA OLIMPIA DA COSTA, e conceder a SANTA GONÇALVES DA COSTA, portadora do CPF nº 047.122.996-22, e aos demais dependentes, se houver, reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 1.267,00 (um mil, duzentos e sessenta e sete reais), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 18.10.2012 a 07.12.1996, perfazendo um total retroativo de R$ 261.255,40 (duzentos e sessenta e um mil, duzentos e cinqüenta e cinco reais e quarenta centavos), nos termos do artigo 1º, incisos I e II, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 665, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 23ª Sessão de Turma, realizada no dia 18 de outubro de 2012, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.70413, resolve:

Declarar anistiado político "post mortem" GILBERTO RONALDO CAMPELLO DE AZEVEDO, filho de THOMIRES CAMPELLO DE AZEVEDO, e conceder à MARIA EMILIA DE FREITAS TRAVASSOS DE AZEVEDO, portadora do CPF nº 239.999.347-00, e aos demais dependentes, se houver, reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II c/c artigo 4º, § 2º da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 666, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 17ª Sessão de Turma da Caravana da Anistia, realizada na cidade de João Pessoa/PB, no dia 21 de novembro de 2012, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.69100, resolve:

Declarar anistiado político "post mortem" LUIZ JOSÉ DA CUNHA, filho de MARIA MADALENA DA CUNHA, e conceder a MARIA DO AMPARO ALMEIDA ARAÚJO, portadora do CPF nº 192.899.604-34, e aos demais dependentes, se houver, reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II c/c artigo 4º, § 2º da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 667, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 14ª Sessão de Turma, realizada no dia 22 de agosto de 2012, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.68561, resolve:

Declarar anistiado político JOSÉ ALBERTO DA CRUZ, portador do CPF nº 346.340.378-15, e conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 1.382,00 (um mil, trezentos e oitenta e dois reais), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 22.08.2012 a 18.01.2006, perfazendo um total retroativo de R$ 118.460,43 (cento e dezoito mil, quatrocentos e sessenta reais e quarenta e três centavos), nos termos do artigo 1º, incisos I e II da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 668, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 26ª Sessão de Turma, realizada no dia 08 de novembro de 2012, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.69969, resolve:

Declarar anistiado político GERSON MARTINS DA SILVA, portador do CPF nº 038.825.861-68, e conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II c/c artigo 4º, § 2º da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 669, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 27ª Sessão de Turma, realizada no dia 08 de novembro de 2012, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.70605, resolve:

Declarar anistiado político "post mortem" SILVIO DA ROCHA LIRA, filho de GLÓRIA RODRIGUES LIRA, e conceder a HILDA MARQUES ALMEIDA LIRA, portadora do CPF nº 022.224.594-86, e aos demais dependentes, se houver, reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II c/c artigo 4º, § 2º da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 670, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 15ª Sessão de Turma, realizada no dia 22 de agosto de 2012, no Requerimento de Anistia nº 2009.01.64856, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia "post mortem" de NILSON BENICIO BRASIL, filho de JULIA BENICIO BRASIL, formulado por OTACÍLIA BALBINO BRASIL, portadora do CPF nº 107.805.802-49.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 671, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 14ª Sessão de Turma, realizada no dia 22 de agosto de 2012, no Requerimento de Anistia nº 2009.01.65839, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por MANOEL RODRIGUES DE LIRA, portador do CPF nº 581.931.544-87.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 672, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 23ª Sessão de Turma, realizada no dia 18 de outubro de 2012, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.69112, resolve:

Declarar anistiado político FRANCISCO RODARTE, portador do CPF nº 043.493.426-72, e conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II c/c artigo 4º, § 2º da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 673, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 19ª Sessão de Turma, realizada no dia 20 de setembro de 2012, no Requerimento de Anistia nº 2009.01.63435, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por SILVIO ROBERTO DA SILVA, portador do CPF nº 852.834.284-00.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 674, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 19ª Sessão de Turma, realizada no dia 20 de setembro de 2012, no Requerimento de Anistia nº 2008.01.60661, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE AQUINO, portador do CPF nº 087.475.398-87.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 675, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 19ª Sessão de Turma, realizada no dia 20 de setembro de 2012, no Requerimento de Anistia nº. 2007.01.57829, resolve:

Ratificar a condição de anistiado político "post mortem" de EDVALDO PEREIRA COSTA, filho de MARIA CORDEIRO COSTA, e indeferir os demais pedidos formulados por REGINA MARIA BRAGA, portadora do CPF nº 330.626.417-20, nos termos do artigo 1º, inciso I da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 676, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 19ª Sessão de Turma, realizada no dia 20 de setembro de 2012, no Requerimento de Anistia nº 2008.01.60693, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por WILSON EVANGELISTA GOMES, portador do CPF nº 175.382.384-68.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 677, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 17ª Sessão Plenária, realizada no dia 28 de novembro de 2012, no Requerimento de Anistia nº 2007.01.57781, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por ORLANDO PAIXÃO NUNES, portador do CPF nº 145.083.389-68.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 678, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 19ª Sessão de Turma, realizada no dia 20 de setembro de 2012, no Requerimento de Anistia nº 2007.01.58313, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por CLEBER CARDOSO DE OLIVEIRA, portador do CPF nº 114.088.471-91.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 679, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 20ª Sessão de Turma, realizada no dia 20 de setembro de 2012, no Requerimento de Anistia nº 2007.01.56723, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por ANTÔNIO SÉRGIO CORRÊA DOS SANTOS, portador do CPF nº 594.839.037-34.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 680, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 22ª Sessão de Turma, realizada no dia 18 de outubro de 2012, no Requerimento de Anistia nº 2010.01.68298, resolve:

Declarar anistiado político DOMICIO JOSÉ DA COSTA, portador do CPF nº 052.334.177-66, e conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 1.654,00 (um mil, seiscentos e cinqüenta e quatro reais), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 18.10.2012 a 13.12.2005, perfazendo um total retroativo de R$ 147.206,00 (cento e quarenta e sete mil e duzentos e seis reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 681, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 18ª Sessão de Turma, realizada no dia 06 de setembro de 2012, no Requerimento de Anistia nº 2010.01.66688, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por VIRGÍNIA THEMIS PORTO, portadora do CPF nº 012.407.300-04.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 682, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 16ª Sessão Plenária, realizada no dia 07 de novembro de 2012, no Requerimento de Anistia nº 2005.01.51427, resolve:

Declarar anistiado político PAULO FERREIRA GARCIA, portador do CPF nº 003.489.026-20, e indeferir o pedido de reparação econômica, nos termos do artigo 1º, inciso I da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 683, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 19ª Sessão de Turma, realizada no dia 20 de setembro de 2012, no Requerimento de Anistia nº 2008.01.61267, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por HERALDO ACACIO DA SILVA, portador do CPF nº 012.763.602-15.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 684, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 22ª Sessão de Turma, realizada no dia 18 de outubro de 2012, no Requerimento de Anistia nº 2008.01.62339, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por CARLOS WEBER FERREIRA, portador do CPF nº 174.685.077-91.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

RETIFICAÇÕES

No Despacho nº 167, de 22 de fevereiro de 2013, do Senhor Ministro de Estado da Justiça, publicado no Diário Oficial da União nº 37, Seção 1, página 38, de 25 de fevereiro de 2013, referente à revisão de ofício da concessão de anistia, onde se lê... "prazo de 30 (trinta) dias,", leia-se... "PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS".

No Despacho nº 168, de 22 de fevereiro de 2013, do Senhor Ministro de Estado da Justiça, publicado no Diário Oficial da União nº 37, Seção 1, página 38, de 25 de fevereiro de 2013, referente à revisão de ofício da concessão de anistia, onde se lê... "prazo de 30 (trinta) dias,", leia-se... "PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS".

No Despacho nº 169, de 22 de fevereiro de 2013, do Senhor Ministro de Estado da Justiça, publicado no Diário Oficial da União nº 37, Seção 1, página 38, de 25 de fevereiro de 2013, referente à revisão de ofício da concessão de anistia, onde se lê... "prazo de 30 (trinta) dias,", leia-se... "PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS".

No Despacho nº 170, de 22 de fevereiro de 2013, do Senhor Ministro de Estado da Justiça, publicado no Diário Oficial da União nº 37, Seção 1, página 38, de 25 de fevereiro de 2013, referente à revisão de ofício da concessão de anistia, onde se lê... "prazo de 30 (trinta) dias,", leia-se... "PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS".

No Despacho nº 171, de 22 de fevereiro de 2013, do Senhor Ministro de Estado da Justiça, publicado no Diário Oficial da União nº 37, Seção 1, página 38, de 25 de fevereiro de 2013, referente à revisão de ofício da concessão de anistia, onde se lê... "prazo de 30 (trinta) dias,", leia-se... "PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS".

No Despacho nº 172, de 22 de fevereiro de 2013, do Senhor Ministro de Estado da Justiça, publicado no Diário Oficial da União nº 37, Seção 1, página 38, de 25 de fevereiro de 2013, referente à revisão de ofício da concessão de anistia, onde se lê... "prazo de 30 (trinta) dias,", leia-se... "PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS".

No Despacho nº 173, de 22 de fevereiro de 2013, do Senhor Ministro de Estado da Justiça, publicado no Diário Oficial da União nº 37, Seção 1, página 38, de 25 de fevereiro de 2013, referente à revisão de ofício da concessão de anistia, onde se lê... "prazo de 30 (trinta) dias,", leia-se... "PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS".

No Despacho nº 174, de 22 de fevereiro de 2013, do Senhor Ministro de Estado da Justiça, publicado no Diário Oficial da União nº 37, Seção 1, página 38, de 25 de fevereiro de 2013, referente à revisão de ofício da concessão de anistia, onde se lê... "prazo de 30 (trinta) dias,", leia-se... "PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS".

No Despacho nº 175, de 22 de fevereiro de 2013, do Senhor Ministro de Estado da Justiça, publicado no Diário Oficial da União nº 37, Seção 1, página 38, de 25 de fevereiro de 2013, referente à revisão de ofício da concessão de anistia, onde se lê... "prazo de 30 (trinta) dias,", leia-se... "PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS".

No Despacho nº 176, de 22 de fevereiro de 2013, do Senhor Ministro de Estado da Justiça, publicado no Diário Oficial da União nº 37, Seção 1, página 38, de 25 de fevereiro de 2013, referente à revisão de ofício da concessão de anistia, onde se lê... "prazo de 30 (trinta) dias,", leia-se... "PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS".

No Despacho nº 177, de 22 de fevereiro de 2013, do Senhor Ministro de Estado da Justiça, publicado no Diário Oficial da União nº 37, Seção 1, página 38, de 25 de fevereiro de 2013, referente à revisão de ofício da concessão de anistia, onde se lê... "prazo de 30 (trinta) dias,", leia-se... "PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS".

No Despacho nº 178, de 22 de fevereiro de 2013, do Senhor Ministro de Estado da Justiça, publicado no Diário Oficial da União nº 37, Seção 1, página 38, de 25 de fevereiro de 2013, referente à revisão de ofício da concessão de anistia, onde se lê... "prazo de 30 (trinta) dias,", leia-se... "PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS".

No Despacho nº 179, de 22 de fevereiro de 2013, do Senhor Ministro de Estado da Justiça, publicado no Diário Oficial da União nº 37, Seção 1, página 38, de 25 de fevereiro de 2013, referente à revisão de ofício da concessão de anistia, onde se lê... "prazo de 30 (trinta) dias,", leia-se... "PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS".

No Despacho nº 180, de 22 de fevereiro de 2013, do Senhor Ministro de Estado da Justiça, publicado no Diário Oficial da União nº 37, Seção 1, página 38, de 25 de fevereiro de 2013, referente à revisão de ofício da concessão de anistia, onde se lê... "prazo de 30 (trinta) dias,", leia-se... "PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS".

No Despacho nº 181, de 22 de fevereiro de 2013, do Senhor Ministro de Estado da Justiça, publicado no Diário Oficial da União nº 37, Seção 1, página 38, de 25 de fevereiro de 2013, referente à revisão de ofício da concessão de anistia, onde se lê... "prazo de 30 (trinta) dias,", leia-se... "PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS".

No Despacho nº 182, de 22 de fevereiro de 2013, do Senhor Ministro de Estado da Justiça, publicado no Diário Oficial da União nº 37, Seção 1, página 38, de 25 de fevereiro de 2013, referente à revisão de ofício da concessão de anistia, onde se lê... "prazo de 30 (trinta) dias,", leia-se... "PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS".

No Despacho nº 183, de 22 de fevereiro de 2013, do Senhor Ministro de Estado da Justiça, publicado no Diário Oficial da União nº 37, Seção 1, página 39, de 25 de fevereiro de 2013, referente à revisão de ofício da concessão de anistia, onde se lê... "prazo de 30 (trinta) dias,", leia-se... "PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS".

No Despacho nº 184, de 22 de fevereiro de 2013, do Senhor Ministro de Estado da Justiça, publicado no Diário Oficial da União nº 37, Seção 1, página 39, de 25 de fevereiro de 2013, referente à revisão de ofício da concessão de anistia, onde se lê... "prazo de 30 (trinta) dias,", leia-se... "PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS".

No Despacho nº 185, de 22 de fevereiro de 2013, do Senhor Ministro de Estado da Justiça, publicado no Diário Oficial da União nº 37, Seção 1, página 39, de 25 de fevereiro de 2013, referente à revisão de ofício da concessão de anistia, onde se lê... "prazo de 30 (trinta) dias,", leia-se... "PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS".

No Despacho nº 186, de 22 de fevereiro de 2013, do Senhor Ministro de Estado da Justiça, publicado no Diário Oficial da União nº 37, Seção 1, página 39, de 25 de fevereiro de 2013, referente à revisão de ofício da concessão de anistia, onde se lê... "prazo de 30 (trinta) dias,", leia-se... "PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS".

No Despacho nº 187, de 22 de fevereiro de 2013, do Senhor Ministro de Estado da Justiça, publicado no Diário Oficial da União nº 37, Seção 1, página 39, de 25 de fevereiro de 2013, referente à revisão de ofício da concessão de anistia, onde se lê... "prazo de 30 (trinta) dias,", leia-se... "PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS".

No Despacho nº 188, de 22 de fevereiro de 2013, do Senhor Ministro de Estado da Justiça, publicado no Diário Oficial da União nº 37, Seção 1, página 39, de 25 de fevereiro de 2013, referente à revisão de ofício da concessão de anistia, onde se lê... "prazo de 30 (trinta) dias,", leia-se... "PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS".

No Despacho nº 189, de 22 de fevereiro de 2013, do Senhor Ministro de Estado da Justiça, publicado no Diário Oficial da União nº 37, Seção 1, página 39, de 25 de fevereiro de 2013, referente à revisão de ofício da concessão de anistia, onde se lê... "prazo de 30 (trinta) dias,", leia-se... "PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS".

No Despacho nº 190, de 22 de fevereiro de 2013, do Senhor Ministro de Estado da Justiça, publicado no Diário Oficial da União nº 37, Seção 1, página 39, de 25 de fevereiro de 2013, referente à revisão de ofício da concessão de anistia, onde se lê... "prazo de 30 (trinta) dias,", leia-se... "PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS".

No Despacho nº 191, de 22 de fevereiro de 2013, do Senhor Ministro de Estado da Justiça, publicado no Diário Oficial da União nº 37, Seção 1, página 39, de 25 de fevereiro de 2013, referente à revisão de ofício da concessão de anistia, onde se lê... "prazo de 30 (trinta) dias,", leia-se... "PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS".

No Despacho nº 223, de 22 de fevereiro de 2013, do Senhor Ministro de Estado da Justiça, publicado no Diário Oficial da União nº 37, Seção 1, página 40, de 25 de fevereiro de 2013, referente à revisão de ofício da concessão de anistia, onde se lê... "prazo de 30 (trinta) dias,", leia-se... "PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS".

No Despacho nº 224, de 22 de fevereiro de 2013, do Senhor Ministro de Estado da Justiça, publicado no Diário Oficial da União nº 37, Seção 1, página 40, de 25 de fevereiro de 2013, referente à revisão de ofício da concessão de anistia, onde se lê... "prazo de 30 (trinta) dias,", leia-se... "PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS".

No Despacho nº 226, de 22 de fevereiro de 2013, do Senhor Ministro de Estado da Justiça, publicado no Diário Oficial da União nº 37, Seção 1, página 40, de 25 de fevereiro de 2013, referente à revisão de ofício da concessão de anistia, onde se lê... "prazo de 30 (trinta) dias,", leia-se... "PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS".

No Despacho nº 227, de 22 de fevereiro de 2013, do Senhor Ministro de Estado da Justiça, publicado no Diário Oficial da União nº 37, Seção 1, página 40, de 25 de fevereiro de 2013, referente à revisão de ofício da concessão de anistia, onde se lê... "prazo de 30 (trinta) dias,", leia-se... "PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS".

No Despacho nº 228, de 22 de fevereiro de 2013, do Senhor Ministro de Estado da Justiça, publicado no Diário Oficial da União nº 37, Seção 1, página 40, de 25 de fevereiro de 2013, referente à revisão de ofício da concessão de anistia, onde se lê... "prazo de 30 (trinta) dias,", leia-se... "PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS".

No Despacho nº 229, de 22 de fevereiro de 2013, do Senhor Ministro de Estado da Justiça, publicado no Diário Oficial da União nº 37, Seção 1, página 40, de 25 de fevereiro de 2013, referente à revisão de ofício da concessão de anistia, onde se lê... "prazo de 30 (trinta) dias,", leia-se... "PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS".

No Despacho nº 232, de 22 de fevereiro de 2013, do Senhor Ministro de Estado da Justiça, publicado no Diário Oficial da União nº 37, Seção 1, página 40, de 25 de fevereiro de 2013, referente à revisão de ofício da concessão de anistia, onde se lê... "prazo de 30 (trinta) dias,", leia-se... "PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS".

No Despacho nº 233, de 22 de fevereiro de 2013, do Senhor Ministro de Estado da Justiça, publicado no Diário Oficial da União nº 37, Seção 1, página 40, de 25 de fevereiro de 2013, referente à revisão de ofício da concessão de anistia, onde se lê... "prazo de 30 (trinta) dias,", leia-se... "PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS".

No Despacho nº 234, de 22 de fevereiro de 2013, do Senhor Ministro de Estado da Justiça, publicado no Diário Oficial da União nº 37, Seção 1, página 40, de 25 de fevereiro de 2013, referente à revisão de ofício da concessão de anistia, onde se lê... "prazo de 30 (trinta) dias,", leia-se... "PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS".

No Despacho nº 235, de 22 de fevereiro de 2013, do Senhor Ministro de Estado da Justiça, publicado no Diário Oficial da União nº 37, Seção 1, página 40, de 25 de fevereiro de 2013, referente à revisão de ofício da concessão de anistia, onde se lê... "prazo de 30 (trinta) dias,", leia-se... "PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS".

No Despacho nº 236, de 22 de fevereiro de 2013, do Senhor Ministro de Estado da Justiça, publicado no Diário Oficial da União nº 37, Seção 1, página 40, de 25 de fevereiro de 2013, referente à revisão de ofício da concessão de anistia, onde se lê... "prazo de 30 (trinta) dias,", leia-se... "PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS".

No Despacho nº 239, de 22 de fevereiro de 2013, do Senhor Ministro de Estado da Justiça, publicado no Diário Oficial da União nº 37, Seção 1, página 40, de 25 de fevereiro de 2013, referente à revisão de ofício da concessão de anistia, onde se lê... "prazo de 30 (trinta) dias,", leia-se... "PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS".

No Despacho nº 240, de 22 de fevereiro de 2013, do Senhor Ministro de Estado da Justiça, publicado no Diário Oficial da União nº 37, Seção 1, página 40, de 25 de fevereiro de 2013, referente à revisão de ofício da concessão de anistia, onde se lê... "prazo de 30 (trinta) dias,", leia-se... "PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS".

No Despacho nº 202, de 22 de fevereiro de 2013, do Senhor Ministro de Estado da Justiça, publicado no Diário Oficial da União nº 37, Seção 1, página 39, de 25 de fevereiro de 2013, referente à revisão de ofício da concessão de anistia, onde se lê... "prazo de 30 (trinta) dias,", leia-se... "PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS".

No Despacho nº 204, de 22 de fevereiro de 2013, do Senhor Ministro de Estado da Justiça, publicado no Diário Oficial da União nº 37, Seção 1, página 39, de 25 de fevereiro de 2013, referente à revisão de ofício da concessão de anistia, onde se lê... "prazo de 30 (trinta) dias,", leia-se... "PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS".

No Despacho nº 206, de 22 de fevereiro de 2013, do Senhor Ministro de Estado da Justiça, publicado no Diário Oficial da União nº 37, Seção 1, página 39, de 25 de fevereiro de 2013, referente à revisão de ofício da concessão de anistia, onde se lê... "prazo de 30 (trinta) dias,", leia-se... "PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS".

No Despacho nº 207, de 22 de fevereiro de 2013, do Senhor Ministro de Estado da Justiça, publicado no Diário Oficial da União nº 37, Seção 1, página 39, de 25 de fevereiro de 2013, referente à revisão de ofício da concessão de anistia, onde se lê... "prazo de 30 (trinta) dias,", leia-se... "PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS".

No Despacho nº 208, de 22 de fevereiro de 2013, do Senhor Ministro de Estado da Justiça, publicado no Diário Oficial da União nº 37, Seção 1, página 39, de 25 de fevereiro de 2013, referente à revisão de ofício da concessão de anistia, onde se lê... "prazo de 30 (trinta) dias,", leia-se... "PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS".

No Despacho nº 209, de 22 de fevereiro de 2013, do Senhor Ministro de Estado da Justiça, publicado no Diário Oficial da União nº 37, Seção 1, página 39, de 25 de fevereiro de 2013, referente à revisão de ofício da concessão de anistia, onde se lê... "prazo de 30 (trinta) dias,", leia-se... "PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS".

No Despacho nº 210, de 22 de fevereiro de 2013, do Senhor Ministro de Estado da Justiça, publicado no Diário Oficial da União nº 37, Seção 1, página 40, de 25 de fevereiro de 2013, referente à revisão de ofício da concessão de anistia, onde se lê... "prazo de 30 (trinta) dias,", leia-se... "PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS".

No Despacho nº 211, de 22 de fevereiro de 2013, do Senhor Ministro de Estado da Justiça, publicado no Diário Oficial da União nº 37, Seção 1, página 40, de 25 de fevereiro de 2013, referente à revisão de ofício da concessão de anistia, onde se lê... "prazo de 30 (trinta) dias,", leia-se... "PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS".

No Despacho nº 212, de 22 de fevereiro de 2013, do Senhor Ministro de Estado da Justiça, publicado no Diário Oficial da União nº 37, Seção 1, página 40, de 25 de fevereiro de 2013, referente à revisão de ofício da concessão de anistia, onde se lê... "prazo de 30 (trinta) dias,", leia-se... "PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS".

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

o Despacho nº 213, de 22 de fevereiro de 2013, do Senhor Ministro de Estado da Justiça, publicado no Diário Oficial da União nº 37, Seção 1, página 40, de 25 de fevereiro de 2013, referente à revisão de ofício da concessão de anistia, onde se lê... "prazo de 30 (trinta) dias,", leia-se... "PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS".

No Despacho nº 214, de 22 de fevereiro de 2013, do Senhor Ministro de Estado da Justiça, publicado no Diário Oficial da União nº 37, Seção 1, página 40, de 25 de fevereiro de 2013, referente à revisão de ofício da concessão de anistia, onde se lê... "prazo de 30 (trinta) dias,", leia-se... "PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS".

No Despacho nº 216, de 22 de fevereiro de 2013, do Senhor Ministro de Estado da Justiça, publicado no Diário Oficial da União nº 37, Seção 1, página 40, de 25 de fevereiro de 2013, referente à revisão de ofício da concessão de anistia, onde se lê... "prazo de 30 (trinta) dias,", leia-se... "PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS".

No Despacho nº 225, de 22 de fevereiro de 2013, do Senhor Ministro de Estado da Justiça, publicado no Diário Oficial da União nº 37, Seção 1, página 40, de 25 de fevereiro de 2013, referente à revisão de ofício da concessão de anistia, onde se lê... "prazo de 30 (trinta) dias,", leia-se... "PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS".

No Despacho nº 237, de 22 de fevereiro de 2013, do Senhor Ministro de Estado da Justiça, publicado no Diário Oficial da União nº 37, Seção 1, página 40, de 25 de fevereiro de 2013, referente à revisão de ofício da concessão de anistia, onde se lê... "prazo de 30 (trinta) dias,", leia-se... "PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS".

No Despacho nº 238, de 22 de fevereiro de 2013, do Senhor Ministro de Estado da Justiça, publicado no Diário Oficial da União nº 37, Seção 1, página 40, de 25 de fevereiro de 2013, referente à revisão de ofício da concessão de anistia, onde se lê... "prazo de 30 (trinta) dias,", leia-se... "PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS".

No Despacho nº 241, de 22 de fevereiro de 2013, do Senhor Ministro de Estado da Justiça, publicado no Diário Oficial da União nº 37, Seção 1, página 40, de 25 de fevereiro de 2013, referente à revisão de ofício da concessão de anistia, onde se lê... "prazo de 30 (trinta) dias,", leia-se... "PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS".

No Despacho nº 243, de 22 de fevereiro de 2013, do Senhor Ministro de Estado da Justiça, publicado no Diário Oficial da União nº 37, Seção 1, página 41, de 25 de fevereiro de 2013, referente à revisão de ofício da concessão de anistia, onde se lê... "prazo de 30 (trinta) dias,", leia-se... "PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS".

No Despacho nº 244, de 22 de fevereiro de 2013, do Senhor Ministro de Estado da Justiça, publicado no Diário Oficial da União nº 37, Seção 1, página 41, de 25 de fevereiro de 2013, referente à revisão de ofício da concessão de anistia, onde se lê... "prazo de 30 (trinta) dias,", leia-se... "PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS".

No Despacho nº 246, de 22 de fevereiro de 2013, do Senhor Ministro de Estado da Justiça, publicado no Diário Oficial da União nº 37, Seção 1, página 41, de 25 de fevereiro de 2013, referente à revisão de ofício da concessão de anistia, onde se lê... "prazo de 30 (trinta) dias,", leia-se... "PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS".

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA
SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE-GERAL
Em 26 de fevereiro de 2013

Nº 196 - Ato de Concentração nº 08700.000804/2013-56. Requerentes: General Electric Company e Parker-Hannifin Corporation. Advogados: Barbara Rosenberg e André Previato. Decido pela aprovação sem restrições.

CARLOS EMMANUEL JOPPERT RAGAZZO

RETIFICAÇÃO

Na Ata da 16ª Sessão Ordinária de Julgamento, publicada no DOU nº 38, Seção 01, páginas 21 a 23, do dia 26 de fevereiro de 2013, na decisão do item 13, referente ao Processo Administrativo nº 08012.009834/2006-57. Representante: Secretaria de Direito Econômico - SDE. Representados: Associação Paranaense dos Produtores de Cal. Advogados: Fernando Vernalha Guimarães, Luiz Fernando Pereira, Dayana Sandri Dallabrida e outros. Relator: Conselheiro Ricardo Machado Ruiz: onde se lê "multa em valor equivalente a 125.000 (cento e vinte e cinco mil) UFIR", leia-se "multa em valor equivalente a 250.000 (duzentos e cinquenta mil) UFIR".

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

ALVARÁ Nº 464, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2013

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2013/396 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMINIO SHOPPING CENTER D, CNPJ nº 00.087.900/0001-18 para atuar em São Paulo.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 549, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2013

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2013/427 - DPF/SJE/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa I3C IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, CNPJ nº 12.013.293/0001-20, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1 (um) Revólver calibre 38

18 (dezoito) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 574, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2013

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2013/653 - DPF/CAS/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa FIEL ACADEMIA DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 02.944.527/0001-08, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

72858 (setenta e duas mil e oitocentas e cinquenta e oito) Espoletas calibre 38

8000 (oito mil) Estojos calibre 38

13630 (treze mil e seiscentos e trinta) Gramas de pólvora calibre 38

74204 (setenta e quatro mil e duzentos e quatro) Projéteis calibre 38

3244 (três mil e duzentas e quarenta e quatro) Espoletas calibre .380

3244 (três mil e duzentos e quarenta e quatro) Projéteis calibre .380

2158 (duas mil e cento e cinquenta e oito) Munições calibre 12

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 576, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2013

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2013/406 - DELESP/DREX/SR/DPF/CE, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMINIO DO SHOPPING CENTER IGUATEMI FORTALEZA, CNPJ nº 73.870.891/0001-00 para atuar no Ceará.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 587, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2013

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2013/435 - DPF/CXS/RS, resolve:

Conceder autorização à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ nº 17.428.731/0063-38, sediada no Rio Grande do Sul, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1186 (uma mil e cento e oitenta e seis) Munições calibre 38

360 (trezentas e sessenta) Munições calibre .380

654 (seiscentas e cinquenta e quatro) Munições calibre 12

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 590, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2013

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2013/188 - DELESP/DREX/SR/DPF/PR, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PALLADIUM ADMINISTRADORA DE SHOPPING CENTERS LTDA., CNPJ nº 07.026.097/0001-50 para atuar no Paraná.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 601, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2013

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/4426 - DPF/SJK/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa SEGVAP SEGURANÇA NO VALE DO PARAIBA LTDA, CNPJ nº 60.210.721/0001-58, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1340 (uma mil e trezentas e quarenta) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2013

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2013/665 - DPF/SJK/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa SEGVAP ACADEMIA DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES S/C LTDA, CNPJ nº 57.524.829/0001-00, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

17086 (desessete mil e oitenta e seis) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 620, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2013

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2013/45 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

Conceder autorização, à empresa VBR VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA , CNPJ nº 97.527.175/0001-93, para exercer a(s) atividade(s) de Escolta Armada em São Paulo.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 640, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2013

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2013/84 - DELESP/DREX/SR/DPF/AL, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa FORÇA ESCOLA PREPARATÓRIA DE VIGILÂNCIA LTDA., CNPJ nº 00.853.486/0001-00, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar em Alagoas, com Certificado de Segurança nº 280/2013, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 655, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2013

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/1363 - DELESP/DREX/SR/DPF/MA, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ACADEMIA DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 12.137.071/0002-09, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar no Maranhão com o(s) seguinte(s) Certificado(s) de Segurança, expedido(s) pelo DREX/SR/DPF: nº 318/2013 (CNPJ nº 12.137.071/0002-09) e nº 4710/2012 (CNPJ nº 12.137.071/0005-43).

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ALVARÁ Nº 657, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2013

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/4294 - DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PARABELUM SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 13.772.768/0001-25, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 4639/2012, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 658, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2013

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/4654 - DELESP/DREX/SR/DPF/DF, resolve:

Conceder autorização à empresa SERVI-SAN VIGILANCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA , CNPJ nº 12.066.015/0003-01, sediada no Distrito Federal, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

4 (quatro) Revólveres calibre 38

72 (setenta e duas) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 662, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2013

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/1694 - DPF/PCA/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SEMPREL-SEGURANÇA EMPRESARIAL LTDA ME, CNPJ nº 07.014.229/0001-24, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 3753/2012, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 663, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2013

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/75242 - DELESP/DREX/SR/DPF/DF, resolve:

Conceder autorização à empresa CITY SERVICE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 37.077.716/0001-05, sediada no Distrito Federal, para adquirir:

Da empresa cedente PATRIMONIAL SEGURANÇA INTEGRADA LTDA, CNPJ nº 04.559.666/0001-35:

16 (dezesseis) Revólveres calibre 38

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

192 (cento e noventa e duas) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 670, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2013

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2013/100 - DELESP/DREX/SR/DPF/PB, resolve:

Conceder autorização à empresa CENTRO DE FORMAÇÃO SHOT ADVANCED LTDA, CNPJ nº 03.019.433/0001-87, sediada na Paraíba, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

47125 (quarenta e sete mil e cento e vinte e cinco) Espoletas calibre 38

5500 (cinco mil e quinhentos) Gramas de pólvora

55440 (cinquenta e cinco mil e quatrocentos e quarenta) Projéteis calibre 38

8910 (oito mil e novecentas e dez) Espoletas calibre .380

8910 (oito mil e novecentos e dez) Projéteis calibre .380

5550 (cinco mil e quinhentas e cinquenta) Munições calibre 12

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 673, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2013

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2013/158 - DELESP/DREX/SR/DPF/RS, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ARSENAL - SEGURANÇA PRIVADA LTDA., CNPJ nº 10.533.299/0001-01, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio Grande do Sul, com Certificado de Segurança nº 150/2013, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 30.550, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2013

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1.983, alterada pela Lei nº 9.017 de 30 de março de 1.995 e pelo art. 45 do Decreto nº 89.056 de 24 de novembro de 1983, alterado pelo Decreto nº 1.592 de 10 de agosto de 1995, e atendendo solicitação por parte do interessado, bem como decisão prolatada no Processo nº 08105.002144/2013-67-CGCSP/DIREX, referente ao processo nº 08512.003714/2012-53 - DELESP/SR/SP, resolve RETIFICAR o Alvará nº 12.387 de 26.07.2012, publicado no DOU em 06.08.2012. Onde se lê: "especializada em segurança privada, na atividade de Vigilância Patrimonial," Leia-se: "especializada em segurança privada, nas atividades de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada."

CLYTON EUSTÁQUIO XAVIER

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE ESTRANGEIROS

DESPACHOS DO SECRETÁRIO

Considerando o que consta do processo administrativo MJ nº 08000.014551/2012-12, APROVO a transferência do nacional espanhol CARLOS JAVIER GARCIA RAMIREZ para o cumprimento, no país de nacionalidade, do restante da pena a que foi condenado pela Justiça brasileira, com fundamento no art. 5, item 3, do Tratado de Transferência de Presos celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha, assinado aos 7 de novembro de 1996 e promulgado pelo Decreto nº 2.576, de 30 de abril de 1998.

JOÃO GUILHERME LIMA GRANJA XAVIER DA SILVA
Substituto

DIVISÃO DE PERMANÊNCIA DE ESTRANGEIROS

DESPACHOS DO CHEFE

Tendo em vista o disposto na Portaria MJ 1.700/2011, DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação da residência provisória em permanente, abaixo relacionado(s), com base no art. 7º da Lei 11.961/2009:

Processo Nº 08104.002859/2011-68 - HECTOR FABIAN CUEVAS FIGUEREDO

Processo Nº 08260.003996/2011-17 - ANTONIJA BOZINA

Processo Nº 08260.008715/2011-12 - CHRISTOFFER SEBASTIAN HOFS

Processo Nº 08310.011295/2011-19 - JUSTINO MANUEL DOMINGOS

Processo Nº 08335.015419/2011-57 - PERCILIANA HERMINA CACERES BORDON

Processo Nº 08444.007664/2011-53 - MIGUEL ANGEL CATTANEO NIN

Processo Nº 08457.011846/2011-80 - JIPEI ZHANG

Processo Nº 08460.021878/2011-34 - MUSCUTA DABO

Processo Nº 08460.022601/2011-29 - MARLENE ANITA NGUEVE JANUARIO

Processo Nº 08460.030626/2011-04 - ZHANG PENGXIONG

Processo Nº 08505.092968/2011-46 - JORGE ROJAS

Processo Nº 08705.004610/2011-18 - YUELONG WU.

Determino o ARQUIVAMENTO do processo, diante da solicitação da empresa responsável pela vinda do(a/s) estrangeiro(a/s) ao país. Processo Nº 08505.000708/2012-33 - DAVID LOU DE LOS SANTOS ORTEGA.

FERNANDA R. SALDANHA DE AZEVEDO

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o processo encontra-se instruído na forma da lei e diante da informação do Ministério do Trabalho e Emprego, DEFIRO os Pedidos de Transformação de Visto item V em Permanente, abaixo relacionados:

Processo Nº 08460.004036/2012-07 - ELI BENARUSH

Processo Nº 08460.030060/2011-11 - ROBERT DAYNE BELNAP

Processo Nº 08461.003019/2012-34 - VICTOR JULIO PENA PUENTES, ALEXA CAMILA PENA ALVARADO, ANA SILVIA ALVARADO SERRATO e VICTOR CAMILO PENA ALVARADO

Processo Nº 08505.011321/2012-11 - YONGHUA SU

Processo Nº 08505.041577/2012-44 - TEAN LOUISE SMITH

Processo Nº 08505.043821/2012-11 - SOPHIE MARIE NICOLE ROBERT

Processo Nº 08505.052559/2012-98 - PATRICK MARCEL JEAN LEFFONDRE

Processo Nº 08505.056173/2012-55 - TRIINU GROON

Processo Nº 08505.065811/2012-29 - RODNEY CHERINE CHALABY

Processo Nº 08505.073344/2012-19 - DIDIER ALAIN BIGAY.

Considerando o disposto nos arts. 14 e 16 da Lei nº 6.815/80, e tendo em vista que restou demonstrada a efetiva necessidade de manutenção do estrangeiro na empresa, DEFIRO os pedidos de transformação do visto temporário item V em permanente, abaixo relacionados, na forma do art. 37 c/c 18, ambos da referida Lei, ressaltando que os estrangeiros ficarão vinculados, pelo prazo de um ano, à execução dos respectivos contratos de trabalho:

Processo Nº 08000.014674/2011-64 - BRUNO LOUIS HENRI DUBOIS, GUILLAUME LOUIS DUBOIS e MATHILDE JEANNE DUBOIS

Processo Nº 08460.000301/2012-70 - BENJAMIN MARTINEZ BAENA

Processo Nº 08000.013689/2011-13 - GREGORIO JOSE ESTRADA MORILLO e LISBETH GUILHERMINA RAMIREZ DE ESTRADA

Processo Nº 08000.000355/2012-52 - HUI XIANG.

Considerando o disposto nos arts. 14 e 16 da Lei nº 6.815/80, e tendo em vista que restou demonstrada a efetiva necessidade de manutenção do estrangeiro na empresa, DEFIRO os pedidos de transformação do visto temporário item V em permanente, abaixo relacionados, na forma do art. 37 c/c 18, ambos da referida Lei, ressaltando que os estrangeiros ficarão vinculados, pelo prazo de 18 meses, à execução dos respectivos contratos de trabalho:

Processo Nº 08505.000652/2012-17 - MASSIMILIANO CASABURI

Processo Nº 08505.111577/2011-38 - SALVATORE LO LEGGIO.

Considerando o disposto nos arts. 14 e 16 da Lei nº 6.815/80, e tendo em vista que restou demonstrada a efetiva necessidade de manutenção do estrangeiro na empresa, DEFIRO os pedidos de transformação do visto temporário item V em permanente, abaixo relacionados, na forma do art. 37 c/c 18, ambos da referida Lei, ressaltando que os estrangeiros ficarão vinculados, pelo prazo de dois anos, à execução dos respectivos contratos de trabalho:

Processo Nº 08000.013681/2012-20 - PIERANGELO PEDRABISSI

Processo Nº 08000.006889/2012-92 - ROBERT WEBBER, BHAVNA WEBBER, RORY WEBBER e JASMINE WEBBER.

Determino o ARQUIVAMENTO dos processos, abaixo relacionados, diante da solicitação da empresa responsável pela vinda do(a/s) estrangeiro(a/s) ao país:

Processo Nº 08390.003227/2012-14 - RAFAEL PITTALUGA, IVETTE COLMENARES PITTALUGA e RAFAEL ANDRES PITTALUGA COLMENARES

Processo Nº 08460.001733/2012-06 - WILLIAM EDWARD BACKHOUSE

Processo Nº 08505.097983/2011-81 - OLIVIER CHRISTIAN MARIE JOSEPH AUBOURG, FELIX BRUNO AMAURY AUBOURG, LAURENCE PAULETTE DOMINIQUE CORNEILLE BRYGO AUBOURG, LUDIVINE VERONIQUE MARIE AUBOURG, MATHILDE SYLVIE LAURENCE AUBOURG e THEODORE BERNARD DENIS GUILLAUME AUBOURG.

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o presente processo encontra-se instruído na forma da lei e, diante da informação do Ministério do Trabalho e Emprego, DEFIRO os Pedidos de Prorrogação de Estada no País, abaixo relacionados. Outrossim, informo que o estrangeiro deverá ser autuado por infringir o disposto no Art. 125, XVI da Lei 6.815/80 c/c Art. 67, § 3° do Decreto 86.715/81:

Processo Nº 08000.004326/2012-60 - ALASTAIR WOOD, até 28/03/2014

Processo Nº 08000.004670/2012-59 - PHILIP ROBERT EVANS, até 08/04/2014

Processo Nº 08000.016439/2012-16 - DIMITRIOS ANDRIOTIS, até 27/07/2014

Processo Nº 08000.000678/2012-46 - PETER RANDALL RICHARD JONES, até 22/02/2014.

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o processo encontra-se instruído na forma da lei e diante da informação do Ministério do Trabalho e Emprego, DEFIRO o(s) Pedido(s) de Prorrogação de Estada no País, temporário item V, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08000.008253/2012-85 - PEDRO LLUIS TORIBIO RODRIGUEZ, até 23/09/2013

Processo Nº 08000.008540/2012-95 - ALBERTO ALCALA CABRERA, até 26/09/2013

Processo Nº 08000.010414/2012-09 - BRADLEY JOHN MURPHY, até 29/11/2014

Processo Nº 08000.010508/2012-70 - ENERICO DAVID BOMBITA, até 29/11/2014

Processo Nº 08000.010510/2012-49 - BRIGIDO CRUZ MANARANG, até 29/11/2014

Processo Nº 08000.010511/2012-93 - ANDY GARRY COMBDON, até 29/11/2014

Processo Nº 08000.010512/2012-38 - ROBERT EDWARD COVE, até 29/11/2014

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Processo Nº 08000.010522/2012-73 - CHRISTOPHER KILFOY, até 29/11/2014
Processo Nº 08000.010523/2012-18 - JOVITO RAGADIO DAMILIG, até 29/11/2014
Processo Nº 08000.010524/2012-62 - ALASTAIR ELLIOTT TILLEY, até 29/11/2014
Processo Nº 08000.010617/2012-97 - ROLANDO HOJAS MUMAR, até 13/10/2013
Processo Nº 08000.013713/2012-97 - JAY CRUZAJ CHAVEZ, até 15/10/2014
Processo Nº 08000.013714/2012-31 - DALIBOR SKEJIC, até 15/10/2014
Processo Nº 08000.013727/2012-19 - MARKO CICERO, até 15/10/2014
Processo Nº 08000.013734/2012-11 - JURAJ IVANDIC, até 15/10/2014
Processo Nº 08000.013738/2012-91 - HRVOJE SUMIC, até 15/10/2014.

Determino a Republicação do Despacho deferitório da prorrogação do prazo de estada no País até 12/04/2014, publicado no Diário Oficial de 16/08/2012, Seção 1, pág. 75, nos termos do art. 2º da Portaria SNJ nº 03, de 05 de fevereiro de 2009. Processo Nº 08000.004717/2012-84 - EFREN DEGOMA ZALDIVAR.

Determino a Republicação do Despacho deferitório da prorrogação do prazo de estada no País até 12/04/2014, publicado no Diário Oficial de 16/08/2012, Seção 1, pág. 75, nos termos do art. 2º da Portaria SNJ nº 03, de 05 de fevereiro de 2009. Processo Nº 08000.004721/2012-42 - KEVIN C J S MANSHOVEN.

Determino a Republicação do Despacho deferitório da prorrogação do prazo de estada no País até 12/04/2014, publicado no Diário Oficial de 28/08/2012, Seção 1, pág. 29, nos termos do art. 2º da Portaria SNJ nº 03, de 05 de fevereiro de 2009. Processo Nº 08000.004883/2012-81 - ALEXANDER CHRISTIAAN DU BOIS.

Determino a Republicação do Despacho deferitório da prorrogação do prazo de estada no País até 12/04/2014, publicado no Diário Oficial de 27/07/2012, Seção 1, pág. 26, nos termos do art. 2º da Portaria SNJ nº 03, de 05 de fevereiro de 2009. Processo Nº 08000.004884/2012-25 - SVIRID JANSEN.

Determino a Republicação do Despacho deferitório da prorrogação do prazo de estada no País até 12/04/2014, publicado no Diário Oficial de 28/08/2012, Seção 1, pág. 29, nos termos do art. 2º da Portaria SNJ nº 03, de 05 de fevereiro de 2009. Processo Nº 08000.004892/2012-71 - CHRISTOPHE A J VERHAERT.

Determino a Republicação do Despacho deferitório da prorrogação do prazo de estada no País até 12/04/2014, publicado no Diário Oficial de 28/08/2012, Seção 1, pág. 29, nos termos do art. 2º da Portaria SNJ nº 03, de 05 de fevereiro de 2009. Processo Nº 08000.005019/2012-04 - CHRISTOF MAURICE DELANGHE.

Determino a Republicação do Despacho deferitório da prorrogação do prazo de estada no País até 12/04/2014, publicado no Diário Oficial de 26/07/2012, Seção 1, pág. 47, nos termos do art. 2º da Portaria SNJ nº 03, de 05 de fevereiro de 2009. Processo Nº 08000.004882/2012-36 - ALEN KALEBIC.

Determino a Republicação do Despacho deferitório da prorrogação do prazo de estada no País até 12/04/2014, publicado no Diário Oficial de 26/07/2012, Seção 1, pág. 47, nos termos do art. 2º da Portaria SNJ nº 03, de 05 de fevereiro de 2009. Processo Nº 08000.004881/2012-91 - JACOBUS VAN BELZEN.

Determino a Republicação do Despacho deferitório da prorrogação do prazo de estada no País até 12/04/2014, publicado no Diário Oficial de 29/08/2012, Seção 1, pág. 38, nos termos do art. 2º da Portaria SNJ nº 03, de 05 de fevereiro de 2009. Processo Nº 08000.004880/2012-47 - IVO LJUBAN.

Determino a Republicação do Despacho deferitório da prorrogação do prazo de estada no País até 12/04/2014, publicado no Diário Oficial de 27/07/2012, Seção 1, pág. 26, nos termos do art. 2º da Portaria SNJ nº 03, de 05 de fevereiro de 2009. Processo Nº 08000.005022/2012-10 - NENAD GOSPIC.

Determino a Republicação do Despacho deferitório da prorrogação do prazo de estada no País até 12/04/2014, publicado no Diário Oficial de 13/08/2012, Seção 1, pág. 29, nos termos do art. 2º da Portaria SNJ nº 03, de 05 de fevereiro de 2009. Processo Nº 08000.005009/2012-61 - SRDAN LAZAREVIC.

Determino o ARQUIVAMENTO dos processos, abaixo relacionados, diante da solicitação da empresa responsável pela vinda do(a/s) estrangeiro(a/s) ao país:

Processo Nº 08000.001948/2012-36 - LUCHEN LIU
Processo Nº 08000.001949/2012-81 - SHILIN TANG
Processo Nº 08000.001956/2012-82 - JINSHUI ZHU
Processo Nº 08000.001958/2012-71 - ZHENHAO XI
Processo Nº 08000.001970/2012-86 - SHICHANG LIU
Processo Nº 08000.001973/2012-10 - GENXIN PAN
Processo Nº 08000.002444/2012-33 - FENG GUOQIANG
Processo Nº 08000.002446/2012-22 - ZHENDONG OU
Processo Nº 08000.002450/2012-91 - ZHANG YINHUA
Processo Nº 08000.002451/2012-35 - ZOU ZHENGBING
Processo Nº 08000.002452/2012-80 - JIAO JIANBO
Processo Nº 08000.002454/2012-79 - SHUANGLI GU
Processo Nº 08000.002848/2012-27 - NI HENG
Processo Nº 08000.002880/2012-11 - HONGJIANG LIU
Processo Nº 08000.003821/2012-51 - JULIEN LAURENT BLUTEAU
Processo Nº 08000.004700/2012-27 - GREG ANTHONY ROHR
Processo Nº 08000.005069/2012-83 - VIBHAV SHIRDISH VELDORE e RADHA JAYANT PINGLE
Processo Nº 08000.007012/2012-19 - LUIS JAVIER BACARREZA, HELEN BACARREZA, HORACIO CAMILO BACARREZA, KATE EMMA BACARREZA, LUIS DANIEL BACARREZA e TOMAS ENRIQUE BACARREZA
Processo Nº 08000.007026/2012-32 - FILIPPO VIDAL
Processo Nº 08000.008342/2012-21 - DANIELE TROLESE
Processo Nº 08000.013043/2012-17 - JOHN EWAN ROBERTSON HILL
Processo Nº 08000.014786/2012-04 - ALEXANDER BERNAS
Processo Nº 08000.015068/2012-47 - PEDRO MIGUEL FERREIRA COELHO
Processo Nº 08000.020593/2012-84 - KOTARO KONOMI

Determino o ARQUIVAMENTO dos processos de prorrogação de prazo, abaixo relacionados, por já ter decorrido prazo(s) superior (es) ao da(s) estada(s) solicitada(s):

Processo Nº 08000.001963/2012-84 - HUA QI
Processo Nº 08000.013609/2012-01 - JIA HAIBO.

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pelo representante legal da Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial de 25/07/2012, Seção 1, pág. 46, bem assim determino o arquivamento do pedido. Processo Nº 08000.020358/2011-21 - VARUN SUDHIR SABHLOK.

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pelo representante legal da Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial de 25/10/2012, Seção 1, pág. 65, bem assim determino o arquivamento do pedido. Processo Nº 08000.015876/2011-23 - JASPER BUFFKIN.

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pelo representante legal da Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial de 13/10/2011, Seção 1, pág. 75, bem assim determino o arquivamento do pedido. Processo Nº 08000.014129/2011-78 - OLE KARSTEN DRONEN.

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pelo representante legal da Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial de 31/08/2012, Seção 1, pág. 56, bem assim determino o arquivamento do pedido. Processo Nº 08000.004763/2012-83 - KENNETH DAVID WALLER.

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pelo representante legal da Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial de 10/07/2012, Seção 1, pág. 119, bem assim determino o arquivamento do pedido. Processo Nº 08000.019628/2011-51 - CLAUDE EDWARD THOMAS JR.

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pelo representante legal da Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial de 05/05/2011, Seção 1, pág. 41, bem assim determino o arquivamento do pedido. Processo Nº 08000.001781/2011-22 - STEPHEN ALFRED FUCHS.

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pelo representante legal da Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial de 16/08/2012, Seção 1, pág. 75, bem assim determino o arquivamento do pedido. Processo Nº 08000.005835/2012-18 - BONAVENTURE AIME SONGOLO.

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pelo representante legal da Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial de 24/10/2012, Seção 1, pág. 47, bem assim determino o arquivamento do pedido. Processo Nº 08000.008870/2012-81 - MICHAEL ADRIAAN BARKHUIZEN

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pelo representante legal da Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial de 25/07/2012, Seção 1, pág. 46, bem assim determino o arquivamento do pedido. Processo Nº 08000.005508/2012-58 - ELISEO JOSE LOZANO.

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pelo representante legal da Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial de 17/10/2011, Seção 1, pág. 34, bem assim determino o arquivamento do pedido. Processo Nº 08000.013721/2011-52 - HENRY AIGBUZA OSAZUWA.

Determino o ARQUIVAMENTO do processo, diante da solicitação da empresa responsável pela vinda do(a/s) estrangeiro(a/s) ao país. Processo Nº 08000.013573/2011-76 - BRAM ALFONS PETTENS.

JOSÉ AUGUSTO TOMÉ BORGES
Substituto

DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em cônjuge, abaixo relacionado(s), ressaltando que o ato persistirá enquanto for detentor (a) da condição que lhe deu origem:

Processo Nº 08375.002224/2012-51 - ENGELS AVELINO SEMEDO CORREIA
Processo Nº 08354.002365/2012-12 - JOAO PEDRO MONTEIRO SOUSA DOS SANTOS
Processo Nº 08320.019312/2011-47 - MANUEL JOSE CODICE
Processo Nº 08706.003885/2012-13 - RUI MANUEL SAPATEIRO CRUZ, RUI MIGUEL COELHO CRUZ e TIAGO MIGUEL COELHO CRUZ
Processo Nº 08321.001011/2012-38 - DANIEL ADAO JULIO
Processo Nº 08505.088371/2012-88 - MARIYA TODOROVA GEORGIEVA
Processo Nº 08444.003786/2012-51 - BJORN ALEXANDER HEUNISCH
Processo Nº 08505.088201/2012-01 - MACALEXANDER ALEXANDER
Processo Nº 08505.107473/2011-29 - KHALIL GHANDOUR
Processo Nº 08444.001388/2012-09 - MOHAMED GALAL AHMED METWALLY
Processo Nº 08444.000017/2012-00 - MARY RAQUEL ACEVEDO FARIAS FENNER
Processo Nº 08125.002915/2012-05 - IVAN STOJAKOVIC
Processo Nº 08437.000753/2012-49 - PRUDENCIO CALVINO CALVINO
Processo Nº 08322.000172/2012-02 - ALFREDO JERONIMO DOS SANTOS CORTES
Processo Nº 08452.003834/2012-11 - ALLA DE SOUZA SBARAINE
Processo Nº 08354.003959/2012-41 - MILLAN KUMAR DAS
Processo Nº 08506.002955/2012-64 - GUILLAUME GEORGES DUPONT
Processo Nº 08070.004576/2012-76 - ANJA WEBER DO CARMO
Processo Nº 08107.002513/2012-11 - BASHKIM HOXHA
Processo Nº 08107.003454/2012-06 - EDMUNDO MANUEL RODRIGUES DE FREITAS GUIMARAES
Processo Nº 08125.001795/2012-11 - YEBOAH BERNARD
Processo Nº 08230.008738/2011-84 - JOSEPH VINCENT O`LOUGHLIN
Processo Nº 08260.003207/2012-29 - EMILIO SANTAMARIA SASTRE
Processo Nº 08286.000791/2012-72 - ISIDRO ANTONIO PARADELA TORICES DA SILVA
Processo Nº 08354.003032/2012-19 - AMELIA CABRERA SANCHEZ
Processo Nº 08354.003375/2012-75 - JOAO MANUEL RAMALHINHO ILHEU
Processo Nº 08354.003766/2012-90 - OSCAR PEDRO DEVOTTO SILVEIRA
Processo Nº 08354.004735/2012-56 - ALEXANDRE MADALENO MORGADO
Processo Nº 08354.005124/2011-44 - RAUL PITA CABALLERO
Processo Nº 08387.001162/2012-21 - LUIS CARVALLO GALEANO
Processo Nº 08390.002842/2012-11 - GAETAN PAUL SEGUI
Processo Nº 08390.003079/2012-38 - GIACOMO ANTONIO MAROTTA
Processo Nº 08390.003690/2012-66 - FUMIE UEHARA
Processo Nº 08390.003734/2012-58 - SERGIO PEDRO DOS SANTOS ALMEIDA
Processo Nº 08390.003751/2012-95 - AGUSTINA CLARA MOURE
Processo Nº 08390.003841/2012-86 - ANA CAROLINA GUIGNARD CARVAJAL
Processo Nº 08390.003884/2012-61 - PAUL PATRICK MC AVOY
Processo Nº 08391.002932/2012-94 - LUIS MANUEL PARAISO SIMOES
Processo Nº 08391.003053/2012-80 - JOAO GUILHERME MATEUS FERREIRA GOMES DE ABREU
Processo Nº 08435.002393/2012-30 - CONCETTO DE DOMENICO
Processo Nº 08435.002502/2012-19 - MARIA MABEL ANCHAU DE ABREU
Processo Nº 08460.004126/2012-90 - ADEL AMARA
Processo Nº 08460.004225/2011-91 - JESUS JULIO FREGOSO JUAREZ
Processo Nº 08460.010092/2012-72 - CLAUDE RAYMOND JACQUES FABER
Processo Nº 08460.028316/2011-11 - DAVIDE FORNARO
Processo Nº 08460.030218/2011-44 - FRANCISCO DE SEABRA CANCELA VILACA
Processo Nº 08475.020770/2012-46 - MARIA FATIMA VIRISSIMO GOUVEIA MARQUES
Processo Nº 08475.020819/2012-61 - DARINKA VANESA CARRASCO DE CHUMACERO
Processo Nº 08491.001197/2012-73 - FERNANDO DE PINHO FERREIRA
Processo Nº 08495.000230/2012-16 - BRUNO ALEXANDRE NUNES CURADO
Processo Nº 08505.066579/2012-46 - FABIO MANUEL DOS SANTOS SILVA
Processo Nº 08505.070498/2012-41 - HUANG LIN VALOIS
Processo Nº 08505.070509/2012-92 - CHRISTOPHER NOEL ODONOVAN
Processo Nº 08505.071293/2012-82 - YOSHINORI HONDA
Processo Nº 08505.078618/2012-58 - PAULO SERGIO DIOGO MANUEL
Processo Nº 08505.078854/2012-74 - ANNA MARIA KRISTINA SANDSTROM
Processo Nº 08505.078839/2012-26 - SVEN NICKLAS FREDRIKSSON
Processo Nº 08505.079285/2012-84 - RAMONA SUEMI SHIROMA YONAHA
Processo Nº 08505.079533/2012-97 - CHARLES RENE JACQUES HOFFREUMON
Processo Nº 08505.079576/2012-72 - FRANCISCO DAVID ECHEVARRIA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Processo Nº 08505.079597/2012-98 - YUKI MIYATSU
Processo Nº 08505.083624/2012-27 - SHOJI TANAKA
Processo Nº 08505.083627/2012-61 - JORG LIPPMANN
Processo Nº 08505.083635/2012-15 - ABDOU LAHAT MBAYE
Processo Nº 08505.087930/2012-32 - KAREN RUTH PARY YUCRA
Processo Nº 08505.088113/2012-00 - MICHELLE ROS DOS SANTOS
Processo Nº 08506.004862/2012-74 - ANNA KATHARINA ELSTERMANN
Processo Nº 08514.006311/2012-46 - PETJA MARIA SIROLA HARATI
Processo Nº 08514.007087/2012-18 - JEAN MARIE EUGENE RENE STRYKERS
Processo Nº 08520.009723/2012-59 - PAULO ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA
Processo Nº 08520.009773/2012-36 - ANTONIO MANUEL FERREIRA DE JESUS
Processo Nº 08520.009784/2012-16 - GREGOR KLINGER
Processo Nº 08520.012488/2012-01 - GAUTHIER VALENTIN BERTHELEMY
Processo Nº 08707.007497/2012-93 - VELIMIRA RANGELOVA RANGELOVA
Processo Nº 08707.008963/2011-77 - AGNES FAVARO
Processo Nº 08711.001055/2012-74 - STHEPANIE DROLL LIMA
Processo Nº 08705.004132/2012-27 - RICHARD LEE HALVERSON
Processo Nº 08795.001436/2012-71 - LAUREN PATRICIA OLSON FRAGA
Processo Nº 08505.109366/2011-35 - YU JIN KIM.

DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em prole, abaixo relacionado(s), ressaltando que o ato persistirá enquanto for detentor (a) da condição que lhe deu origem:

Processo Nº 08460.026029/2008-71 - JOÃO GASPAR ADÃO FRANCISCO
Processo Nº 08310.007468/2012-85 - PAOLA KARINA MEJIA JESUS
Processo Nº 08241.002392/2012-62 - INES MONTES CHOTA
Processo Nº 08280.009167/2012-91 - PAULINA WILHELMINA MARIA MOL
Processo Nº 08335.008872/2012-98 - PATRICIA ANN ALVAREZ MIYAZATO e PATRICK JOSHUA ALVAREZ
Processo Nº 08335.022847/2011-36 - YUMIKO ASAI NOGUEIRA E SILVA
Processo Nº 08410.003537/2012-53 - LIOSH LISKOVA ALZATE GONZALEZ
Processo Nº 08410.003552/2012-00 - EDUARDO ANGULO CASTRO
Processo Nº 08410.004993/2012-11 - HENRY BIAGETT
Processo Nº 08458.002286/2007-86 - ARTURO MIRANDA VIZCARRA
Processo Nº 08458.005677/2012-10 - PAOLO MARIA GIOACCHINI
Processo Nº 08460.017107/2012-23 - ERNST CASSEUS e YSENA JEAN
Processo Nº 08505.039978/2011-53 - MIGUEL MARCELO SALEK JIMENEZ, ERIKA KATHERINE SALDIAS ALVAREZ, MARIA SIMONE SALEK SALDIAS e ZARIFE SALEK SALDIAS
Processo Nº 08505.057023/2012-69 - ANTONIO MANUEL MELO DA SILVA
Processo Nº 08505.057032/2012-50 - JORGE JAIME CHIPANA RONQUILO, CONCEPCION MAMANI CALLISAYA e MIGUEL ANGEL CHIPANA MAMANI
Processo Nº 08505.068389/2012-63 - LIZ SANDRA SUNAGUA CONDORI
Processo Nº 08505.068392/2012-87 - FERNANDO LAURA CHAVEZ e VILMA TINTAYA CALLISAYA
Processo Nº 08505.079408/2012-87 - LEONARDO CORONEL
Processo Nº 08492.006278/2012-50 - EMANUELE MURONI
Processo Nº 08505.085093/2012-15 - XUEZHAO LIN e YUYING XIE
Processo Nº 08506.002809/2012-39 - PAUL DE GRUIJL
Processo Nº 08506.015779/2011-40 - ANATOLE LOPES DA SILVA, DINAMENE SALETE DA ROSA SAPANJI E SILVA, HORVANDO HARRISON SAPANJI LOPES DA SILVA e RALFE DODGE SAPANJI LOPES DA SILVA
Processo Nº 08506.017397/2011-51 - IVAN TOMAS STURMER
Processo Nº 08506.017556/2011-17 - GUSTAVO MARTIN SALAS, SILVIA MARIELA ABATECOLA e VALENTINA SALAS
Processo Nº 08506.018007/2011-60 - MAIMOUNA DIAWARA MEDINA
Processo Nº 08514.007667/2011-16 - DANIELE DI LORETI
Processo Nº 08706.003891/2012-62 - ARIEL GARCIA RODRIGUEZ
Processo Nº 08795.001728/2012-11 - CARLOS MIGUEL TEIXEIRA MARQUES
Processo Nº 08460.030291/2011-16 - JEROEN MACHIEL VAN DEN BOS e CARMEN FERNANDA PAPA.

DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação de residência temporária em permanente nos termos do Acordo Brasil e Uruguai, por troca de Notas, para implementação entre si do Acordo sobre Residência para nacionais dos Estados Partes do Mercosul, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08089.003182/2012-00 - OLGA CASCO DA SILVA
Processo Nº 08437.001133/2012-27 - JOSE MARTIN TECHERA CORREA
Processo Nº 08495.003339/2012-05 - EMIGDIO RIVERON VIGNI
Processo Nº 08495.003418/2012-16 - RICARDO JESUS RODRIGUEZ BUENO.

DEFIRO o pedido de permanência por Reunião Familiar, nos termos da Resolução Normativa nº 36/99 do Conselho Nacional de Imigração e Portaria MJ nº 606/91. Processo Nº 08476.001098/2009-84 - HERDILDO CORTEZ GUACAMA.

DEFIRO os pedidos de transformação da Residência Provisória em permanente, abaixo relacionados, nos termos do Decreto nº 6.975, de 07 de outubro de 2009, ressaltando que o ato poderá ser revisto a qualquer tempo, caso verificada realidade diversa da declarada pelo requerente:

Processo Nº 08505.088726/2012-39 - PASCUAL TICONA TICONA.

DEFIRO os pedidos de transformação de residência temporária em permanente, abaixo relacionados, nos termos do art. 3º, da Portaria nº 4.271, de 15 de dezembro de 2009:

Processo Nº 08437.000684/2012-73 - LETICIA MARGOT SENA SILVERA
Processo Nº 08389.005713/2012-14 - JOSE ANTONIO VILLALBA AGUILERA
Processo Nº 08270.009113/2012-44 - PENELOPE GIUDICI
Processo Nº 08506.007412/2012-33 - RAQUEL ESTHER SALDIVIA
Processo Nº 08436.001649/2012-81 - MANUEL ISAAC MARAMBIO LEMA
Processo Nº 08485.004037/2012-65 - CLAUDIA LUCY MINAKAWA STRECKER.

DEFIRO o pedido de transformação de residência temporária em permanente nos termos do Acordo entre Brasil e Argentina, por troca de Notas, para a Implementação entre si do Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercosul. Processo Nº 08460.015169/2012-09 - MARISEL FERRERO MAC LAUGHLIN

DEFIRO o pedido de transformação do visto de turista/temporário em permanente nos termos do Decreto nº 6.736, de 12 de janeiro de 2009. Processo Nº 08495.002522/2012-85 - MARCELO RICARDO SOLLA, SANDRA ELIZABETH GONZALEZ e TOMAS EZEQUIEL SOLLA.

DEFIRO o pedido de restabelecimento de permanência formulado pelo nacional boliviana ARMINDA MARIELA DURAN SALAZAR, na forma do art. 2º, da Resolução Normativa 05/97. Processo Nº 08505.048059/2011-71 - ARMINDA MARIELA DURAN SALAZAR.

DEFIRO o pedido de Permanência formulado pelo(s) nacionais venezuelanos JOHAN ANTONIO CUADROS RUIZ e VICTORIA MARIA VELASQUEZ LANDER, com base no art 75, II, ``b``, da Lei 6.815/80, bem assim para sua filha menor LAURA CRISTINA CUADROS VELASQUEZ, com base no art 2, I, Resolução Normativa 36/99. Processo Nº 08507.001986/2012-98 - JOHAN ANTONIO CUADROS RUIZ, VICTORIA MARIA VELASQUEZ LANDER e LAURA CRISTINA CUADROS VELASQUEZ.

DEFIRO o pedido de Permanência formulado pelo(s) nacionais Norte Americanos KEVIN LYNN WILLIAMS e VENNIFER MARIE WILLIAMS, com base no art 75, II, `b``, da Lei 6.815/80, bem assim para sua filha menor PAIGE PENELOPE WILLIAMS, com base no art 2, I, Resolução Normativa 36/99. Processo Nº 08296.004050/2009-46 - KEVIN LYNN WILLIAMS, JENNIFER MARIE WILLIAMS e PAIGE PENELOPE WILLIAMS.

DEFIRO o pedido de permanência nos termos da Resolução Normativa nº 77/08 do Conselho Nacional de Imigração. Processo Nº 08310.006590/2012-34 - MARIO JORGE HENRIQUES MOTA.

DEFIRO o pedido de permanência definitiva nos termos do art. 75, inc. II, "b" da Lei 6.815/80 para JOSE REGO CASTRO SOLLA MONIZ e PATRICIA SARAIVA SOUSA VINHAS CABRITA SOLLA MONIZ e, por economia processual, para MARIA ANA CABRITA DE CASTRO SOLLA MONIZ, ANTONIO MARIA CABRITA DE CASTRO E SOLLA MONIZ e FREDERICO CABRITA DE CASTRO E SOLLA MONIZ com base no art. 2º, inc. I, da Resolução Normativa 36/99 do Conselho Nacional de Imigração.

Processo Nº 08460.010243/2012-92 - JOSE REGO CASTRO SOLLA MONIZ, PATRICIA SARAIVA SOUSA VINHAS CABRITA SOLLA MONIZ, MARIA ANA CABRITA DE CASTRO SOLLA MONIZ, ANTONIO MARIA CABRITA DE CASTRO E SOLLA MONIZ e FREDERICO CABRITA DE CASTRO E SOLLA MONIZ.

DEFIRO o pedido de permanência definitiva nos termos do art. 75, inc. II, "b" da Lei 6.815/80 para FREDERIC PHILIPPE JOSEPH SCHIAVON e JULIA SCHIAVON e, por economia processual, para LIA SCHIAVON com base no art. 2º, inc. I, da Resolução Normativa 36/99 do Conselho Nacional de Imigração. Processo Nº 08390.003761/2012-21 - FREDERIC PHILIPPE JOSEPH SCHIAVON, JULIA SCHIAVON, LIA SCHIAVON.

REVOGO o ato INDEFERITÓRIO publicado no Diário Oficial da União de 04/06/2012, Seção 1, pág. 68, para DEFERIR o pedido de permanência, com base no art.75, II,"b", da Lei 6.815/80. Processo Nº 08505.073526/2009-86 - LIANG WU.

Revogo o ato INDEFERITÓRIO publicado no Diário Oficial da União de 22/11/2007, Seção 1, pág. 82, para conceder a permanência na forma da resolução normativa 36/99. Processo Nº 08230.007755/2006-37 - MIGUEL LOURO FOLGADO PACHECO PEREIRA e EMILIA LOURO FOLGADO PACHECO PEREIRA.

REVOGO o ato INDEFERITÓRIO publicado no Diário Oficial da União de 22 / 06 / 2011, Seção 1 pág. 70, para conceder a residência provisória, com base na Lei 11.961/2009, Portaria SNJ nº 22 de 07/07/2009. Processo Nº 08485.017625/2009-63 - GADIEL EDUARDO FLORES DIAZ.

Tendo em vista os elementos presentes no processo que comprovam tratar-se de situação especial e em face da competência delegada pelo art. 3º da Portaria SNJ nº 22 de 07/07/2009, DEFIRO o pedido de residência provisória, nos termos da Lei 11.961/09. Processo Nº 08433.015447/2009-41 - ADJEI AKWASI.

Tendo em vista os elementos presentes no processo que comprovam tratar-se de situação especial e em face da competência delegada pelo art. 3º da Portaria SNJ nº 22 de 07/07/2009, DEFIRO o pedido de residência provisória, nos termos da Lei 11.961/09. Processo Nº 08230.009928/2009-02 - DONGMING ZHENG.

Tendo em vista os elementos presentes no processo que comprovam tratar-se de situação especial e em face da competência delegada pelo art. 3º da Portaria SNJ nº 22 de 07/07/2009, DEFIRO o pedido de residência provisória, nos termos da Lei 11.961/09. Processo Nº 08505.038867/2011-20 - XINXIA ZHAO.

Tendo em vista o disposto na Portaria MJ 1.700/2011, DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação da residência provisória em permanente, abaixo relacionado(s), com base no art. 7º da Lei 11.961/2009:

Processo Nº 08270.026519/2011-19 - LORENZO RIZZUTO
Processo Nº 08505.062695/2011-13 - CIRO JUAN AGUILAR URQUIDI
Processo Nº 08505.062387/2011-80 - OTILIO CHAMBI JIMENEZ
Processo Nº 08505.027524/2011-30 - SHENGWANG CHEN
Processo Nº 08295.023902/2011-29 - RACHED RACHED FARAH
Processo Nº 08389.029796/2011-48 - NICOLAS RAOUL CHRISTODOULATOS
Processo Nº 08420.015286/2011-50 - VICTOR MANUEL CATARINO VEIGA
Processo Nº 08457.017173/2011-71 - STEVEN GUIAB MARQUEZ
Processo Nº 08457.017175/2011-61 - GERSON GUIAB MARQUEZ
Processo Nº 08492.014656/2011-98 - PEDRO JAVIER MANIAGURRIA
Processo Nº 08505.042400/2011-84 - HUSSEIN EL CHARIF KRAYANI
Processo Nº 08505.063729/2011-89 - ELIZABETH ITURRIAGA GARCIA
Processo Nº 08505.067668/2011-29 - FU MEI LEE
Processo Nº 08505.087389/2011-81 - MICHEL JEAN GUY KLEIN
Processo Nº 08505.092816/2011-43 - BERTRAND YVES LOUIS MARCEL DUPONT
Processo Nº 08505.028382/2011-28 - JOSIANE JOSEPH RAYA
Processo Nº 08505.049365/2011-24 - SONIA ZELAYA QUISPE
Processo Nº 08505.051145/2011-61 - ASHOK DHANAJI SHEDGE
Processo Nº 08505.070566/2011-91 - I JU TSENG
Processo Nº 08505.070759/2011-41 - EUN HEE LEE
Processo Nº 08505.086564/2011-13 - FRANCISCA LAURA PILCCO
Processo Nº 08505.086636/2011-22 - ESTANO PAIRUMANI PAIRUMANI
Processo Nº 08505.089699/2011-31 - ELIA ESCALANTE VARGAS
Processo Nº 08505.089789/2011-21 - NICOLE ROJAS JEREZ
Processo Nº 08505.089198/2011-54 - JIANRONG BI
Processo Nº 08505.091048/2011-19 - SALUSTIANA VERA DUARTE
Processo Nº 08505.091194/2011-36 - MYUNG SOO GOO
Processo Nº 08505.091212/2011-80 - MORRIS CHUKWUKA NDUKWE
Processo Nº 08505.092793/2011-77 - ALESSIA SEGATO
Processo Nº 08505.092813/2011-18 - MARIA DO CEU GRACA FERNANDES ANTUNES
Processo Nº 08505.093683/2011-22 - MOHAMAD HALAQUI
Processo Nº 08505.094133/2011-21 - GEORGE ROBERT BUSTOS CAVA
Processo Nº 08505.094714/2011-62 - MARIO QUISPE APAZA
Processo Nº 08505.095103/2011-31 - RAMIRO RAMOS QUISPE
Processo Nº 08505.096938/2011-17 - NICOLASA VARGAS CARBALLO
Processo Nº 08505.097497/2011-62 - BILAL SALLOUM.

Tendo em vista os elementos presentes no processo que comprovam tratar-se de situação especial e em face da competência delegada pelo art. 3º da Portaria SNJ nº 22 de 07/07/2009, DEFIRO o pedido de residência provisória, nos termos da Lei 11.961/09. Processo Nº 08505.040802/2009-20 - ANDRE OBEIB.

Tendo em vista os elementos presentes no processo que comprovam tratar-se de situação especial e em face da competência delegada pelo art. 3º da Portaria SNJ nº 22 de 07/07/2009, DEFIRO o pedido de residência provisória, nos termos da Lei 11.961/09. Processo Nº 08505.047267/2009-38 - ALI THINI.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

REVOGO o ato INDEFERITÓRIO publicado no Diário Oficial da União de 27/02/2012, Seção 1, pág. 36, para DEFERIR o pedido de permanência, com base no art. 75, II,"b", da Lei 6.815/80. Processo Nº 08476.000984/2011-13 - ROCIO CORTEZ MORAES.

Determino a REPUBLICAÇÃO do Despacho deferitório publicado no Diário oficial da União de 02/05/2012, Seção 1, pág. 01, nos termos do art. 2°, da Portaria SNJ n° 03, de 05 de fevereiro de 2009. Processo Nº 08505.064044/2011-50 - JORGE LUIS CERUTO ECHEVARRIA.

Determino a REPUBLICAÇÃO do Despacho deferitório publicado no Diário oficial da União de 22/06/2012, Seção 1, pág. 29, nos termos do art. 2°, da Portaria SNJ n° 03, de 05 de fevereiro de 2009. Processo Nº 08505.063952/2011-26 - JAVIER BENITEZ.

Determino a REPUBLICAÇÃO do Despacho deferitório publicado no Diário oficial da União de 24/07/2012, Seção 1, pág. 29, nos termos do art. 2°, da Portaria SNJ n° 03, de 05 de fevereiro de 2009. Processo Nº 08501.000380/2012-95 - ANTONIO DA COSTA DE SIMÃO PAULO.

Determino a REPUBLICAÇÃO do Despacho deferitório publicado no Diário oficial da União de 15/04/2011, Seção 1, pág 54, nos termos do art. 2°, da Portaria SNJ n° 03, de 05 de fevereiro de 2009. Processo Nº 08495.001201/2008-87 - JUAN PEDRO LUIS ERNESTO SANAVIVI.

Determino a REPUBLICAÇÃO do Despacho deferitório publicado no Diário oficial da União de 18/06/2012, Seção 1, pág 168, nos termos do art. 2°, da Portaria SNJ n° 03, de 05 de fevereiro de 2009. Processo Nº 08458.009675/2010-38 - SOTIRIOS GKOUSGKOUNIS

Determino a REPUBLICAÇÃO do Despacho deferitório publicado no Diário oficial da União de 03/08/2012, Seção 1, pág. 35, nos termos do art. 2°, da Portaria SNJ n° 03, de 05 de fevereiro de 2009. Processo Nº 08460.007499/2011-31 - PAUL WILLIAM BROOKS.

Determino a REPUBLICAÇÃO do Despacho deferitório publicado no Diário oficial da União de 26/04/2012, Seção 1, pág. 34, nos termos do art. 2°, da Portaria SNJ n° 03, de 05 de fevereiro de 2009. Processo Nº 08505.079051/2011-56 - ROBERTO CASILLO CHURA e DAMIANA MAMANI RAMOS.

Determino a REPUBLICAÇÃO do Despacho deferitório publicado no Diário oficial da União de 26/06/2012, Seção 1, pág. 46, nos termos do art. 2°, da Portaria SNJ n° 03, de 05 de fevereiro de 2009. Processo Nº 08339.005478/2011-87 - CHIN FANG TAI.

Determino o ARQUIVAMENTO do processo, diante da solicitação da parte interessada. Processo Nº 08107.003896/2012-44 - EDUARDO MIGUEL CAMPANICO REIS COSTA.

Determino o ARQUIVAMENTO do processo, por ter(em) o(s) estrangeiro(s) retornado ao País de origem. Processo Nº 08444.002457/2012-93 - KYLIE BENTON CONNELL.

REVOGO o ato DEFERITÓRIO publicado no Diário Oficial da União de 27/01/2010, Seção 1, pág. 113, para INDEFERIR o pedido de permanência, tendo em vista que a Requerente não foi localizada no endereço fornecido nos autos, restando impossível verificar a persistência dos requisitos exigidos pelo art. 75, II,"b", da Lei nº 6.815/80. Processo Nº 08505.028978/2009-11 - LIYING WEI.

REVOGO o ato DEFERITÓRIO publicado no Diário Oficial da União de 31/05/2010, Seção 1, pág.45, para INDEFERIR, tendo em vista que o Requerente não foi localizado no endereço fornecido nos autos, restando impossível verificar a persistência dos requisitos exigidos pelo art. 75, II,"b", da Lei nº 6.815/80. Processo Nº 08505.052998/2009-03 - GISLAIN DIEU NE DORT MBOUPDA TABUE.

REVOGO o ato DEFERITÓRIO publicado no Diário Oficial da União de 02/07/2012, Seção 1, pág. 57, para INDEFERIR, tendo em vista não preencher os requisitos do art. 75, II,"a", da Lei 6.815/80. Processo Nº 08458.000177/2009-96 - KESHAV JOSEPH MANUEL

REVOGO o ato DEFERITÓRIO publicado no Diário Oficial da União de 17/13/2011, Seção 1, pág. 31, para INDEFERIR o pedido de permanência, tendo em vista não mais persistirem as condições que ensejaram a pratica do ato. Processo Nº 08495.000953/2010-45 - JOSE AUGUSTO PEIXOTO FERNANDES e RAFAEL AUGUSTO DA CRUZ FERNANDES.

INDEFIRO o pedido de permanência, com base no art. 71 do Decreto 86.715/80. Processo Nº 08295.005279/2012-11 - DALILA SOUSA GOMES AQUINO.

INDEFIRO o pedido de Residência provisória, com base na Lei 11.961/2009, tendo em vista, a falta de cumprimento da(s) exigência(s) formulada(s) por esta Divisão.

Processo Nº 08280.018733/2009-50 - YE SUWEI.

Processo Nº 08221.001974/2009-64 - ROMY NATI ROJAS LIMA.

Processo Nº 08270.024208/2011-15 - CLAUDIO MARIA CORTI

Processo Nº 08389.025863/2009-31 - CLAUDE ABBOUD

INDEFIRO o pedidos de permanência, abaixo relacionados, tendo em vista, que o(s) estrangeiro(s) não preenche(m) os requisitos da Resolução Normativa nº 36/1999 do Conselho Nacional de Imigração:

Processo Nº 08107.000025/2012-79 - SAMEH IBRAHIM KHALIL SHILLO

Processo Nº 08505.043827/2012-81 - FAITH CHIEHIURA NWANKWOALA

Processo Nº 08792.001241/2012-51 - HUGUES TOUSSAINT VINCENT CASO

Processo Nº 08501.006235/2012-18 - ANTONIO FERNANDES REBOLO JUNIOR.

INDEFIRO os pedidos de permanência, abaixo relacionados, tendo em vista o não cumprimento da (s) exigência(s) formulada(s) por esta Divisão:

Processo Nº 08340.001663/2011-63 - CLAUDIA CLARA CABRERA ZELAYA

Processo Nº 08376.002931/2011-57 - JIANFANG LIN

Processo Nº 08389.030990/2011-76 - GLADYS RAMONA GOMEZ PAIVA

Processo Nº 08389.036892/2011-42 - ALI AMIN FADEL

Processo Nº 08444.003562/2011-69 - EDGARD JOSE FERRIZO PUMAR

Processo Nº 08452.004074/2011-70 - ABDOU KHADRE NDIOUCK.

Tendo em vista a inobservância do requisito temporal disposto no art. 4º da Lei 11.961/09, INDEFIRO o pedido de residência provisória. Processo Nº 08452.007004/2011-73 - ELHADJI FALLOU FALL.

Tendo em vista a inobservância do requisito temporal disposto no art. 1º da Lei 11.961/09, INDEFIRO o pedido de residência provisória formulado pelo nacional chinês Lin Chih Hui. Processo Nº 08712.010012/2009-74 - LIN CHIH-HUI.

FERNANDO LOPES DA FONSECA
p/Delegação de Competência

DEFIRO o pedido de prorrogação do prazo de estada no País, temporário item I. Processo Nº 08310.013059/2012-18 - DAMIANO CONATI, FRANCESCA FRAPPORTI e ISACCO CONATI, até 07/11/2013.

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada no País, do(s) temporário(s) item IV, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08280.035910/2012-68 - LUCELIA FERNANDA FRANQUE RIBEIRO GUIMARÃES, até 01/03/2014

Processo Nº 08280.035914/2012-46 - MUHAMMAD TAHIR, até 03/03/2014

Processo Nº 08280.035926/2012-71 - DAVID FERNANDO BERNAL ACOSTA, até 17/02/2014

Processo Nº 08280.035932/2012-28 - GABRIEL JAIME ZAPATA GUERRA, até 16/02/2014

Processo Nº 08280.035981/2012-61 - CREMILDO JOSE YOTAMO, até 05/03/2014

Processo Nº 08280.035984/2012-02 - JUAN GABRIEL BASTIDAS MARTINEZ, até 17/02/2014

Processo Nº 08391.009151/2012-21 - NOIMILTO NICOLAU AUGUSTO MINDO, até 05/03/2014

Processo Nº 08444.006723/2012-57 - LEONARDO ANDRES RAMIREZ BURITICA, até 25/01/2014

Processo Nº 08444.006822/2012-39 - SHERDIL KHAN, até 05/12/2013

Processo Nº 08444.007093/2012-38 - YIQIAO CHEN, até 15/01/2014

Processo Nº 08457.012049/2012-09 - CARLOS SWENN MEIRELES SANTIAGO, até 31/12/2013

Processo Nº 08505.093378/2012-11 - RAY DUENAS JIMENEZ, até 08/02/2014

Processo Nº 08505.093381/2012-35 - DIEGO IGNACIO GALLARDO MATELUNA, até 21/02/2014

Processo Nº 08505.093383/2012-24 - TOME FERNANDO BAMBO, até 03/03/2014

Processo Nº 08505.093396/2012-01 - ANTONIO TONGA GASPAR SIMAO, até 19/01/2014

Processo Nº 08505.093405/2012-56 - MARIA DE LOS ANGELES MENDOZA BECERRIL, até 07/02/2014

Processo Nº 08505.093407/2012-45 - CARLOS FERNANDO MONTOYA CUBAS, até 03/02/2014

Processo Nº 08505.093431/2012-84 - ZACHARY MICHAEL OBEA, até 01/07/2013.

FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA DA SILVA
p/Delegação de Competência

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada no País, do(s) temporário(s) item IV, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08354.006254/2012-85 - JEAN DANIEL REGISTRE, até 06/02/2014

Processo Nº 08354.006297/2012-61 - SERAFIM ADRIANO ALBERTO, até 15/02/2014

Processo Nº 08354.006302/2012-35 - BERTHA ANGELICA CHAVEZ GONZALEZ, até 05/02/2014

Processo Nº 08354.006314/2012-60 - NORIKO TANIGUCHI, até 30/12/2013

Processo Nº 08354.006336/2012-20 - ROMÃO JOÃO FRANCO, até 20/01/2014

Processo Nº 08354.006339/2012-63 - JENNY ALEJANDRA GARCIA ARIAS, até 26/01/2104

Processo Nº 08354.006342/2012-87 - VIRGINIA SUPRANO MACABA, até 20/01/2014

Processo Nº 08354.006343/2012-21 - RAQUEL DA COSTA LINDA, até 20/01/2014

Processo Nº 08354.006346/2012-65 - YURAN NAZIR KHAN, até 06/03/2014

Processo Nº 08354.006350/2012-23 - MARCELA EUGENIA ALVEAR PORTACIO, até 04/02/2014

Processo Nº 08354.006352/2012-12 - MOISES HUMBERTO SANDOVAL GONZALEZ, até 15/02/2014

Processo Nº 08354.006370/2012-02 - LAURINDA ALMEIDA DE DEUS, até 25/01/2014

Processo Nº 08354.006408/2012-39 - ENIA FERNANDO MATIQUINA JINOTE, até 21/01/2014

Processo Nº 08354.006409/2012-83 - GISLAYNE SOLANGE SILVESTRE MANICO, até 19/01/2014

Processo Nº 08354.006425/2012-76 - MIGUEL LEONARDO LOPEZ MORA, até 18/01/2014

Processo Nº 08354.006427/2012-65 - MAVINDA ZENDU FERNANDES ANDRE, até 30/01/2014

Processo Nº 08354.006440/2012-14 - JOANIZETE SOLANGE FORTUNATO PASCOAL, até 01/03/2014

Processo Nº 08390.009112/2012-33 - SOMIN JI, até 02/01/2014

Processo Nº 08390.009128/2012-46 - NINFA VEANEY ORTIZ VILLAVELAZQUEZ, até 14/01/2014

Processo Nº 08390.009147/2012-72 - NARCISO FERNANDO BILA, até 22/02/2014

Processo Nº 08390.009200/2012-35 - BIBI LA LUZ GONZALEZ MENESES, até 28/01/2014

Processo Nº 08390.009292/2012-53 - ELVIS MANUEL RODRIGUEZ TORREALBA, até 04/03/2014

Processo Nº 08390.009293/2012-06 - AURA ROSA BELZAREZ GUEDEZ, até 04/03/2014

Processo Nº 08390.009311/2012-41 - JUVANIA KARISA DE CARVALHO SANTOS, até 11/02/2014

Processo Nº 08390.009333/2012-10 - LUIS FERNANDO URIA GARCIA, até 16/02/2014

Processo Nº 08390.009340/2012-11 - KOSSI VINYO ROLAND DZODZOBU, até 28/01/2014

Processo Nº 08390.009351/2012-93 - MARIA GIANINA LEGUIZAMON CORONEL, até 28/02/2014

Processo Nº 08390.009358/2012-13 - DORIAN ANDRE ERICK ROBIN, até 07/02/2014

Processo Nº 08505.092387/2012-95 - JORGE ISAAC PEREN MONTERO, até 23/11/2013

Processo Nº 08505.093051/2012-40 - PIERRE VERTUS, até 09/02/2014

Processo Nº 08505.093111/2012-24 - NADIR IRACEMA GONCALVES DE LEMOS, até 19/01/2014

Processo Nº 08505.093112/2012-79 - JOAO EPALANGA JUNIOR VIDRO, até 19/01/2014

Processo Nº 08505.092833/2012-61 - ISRAEL ARIEL GONZALEZ MEDINA, até 05/03/2014

Processo Nº 08505.092849/2012-74 - EDGARDO ENRIQUE PEREZ REYES, até 07/01/2014

Processo Nº 08505.093146/2012-63 - CELISE AYLEEN TEIXEIRA BRITO, até 16/02/2014

Processo Nº 08505.093154/2012-18 - HAILTON MANUEL FAJARDO BIRI, até 28/01/2014

Processo Nº 08505.093155/2012-54 - FERNANDO DOS ANJOS KAPOCO, até 29/01/2014

Processo Nº 08505.093162/2012-56 - CATALINA MARIA RUA ALVAREZ, até 25/12/2013

Processo Nº 08505.093168/2012-23 - JORGE ESTEBAN WILLS OKADA, até 09/01/2014

Processo Nº 08505.093180/2012-38 - LUIS ANDRES ROSSO CERON, até 31/12/2013

Processo Nº 08505.093222/2012-31 - NURIA LAHUERTA PINEIRO, até 20/02/2014

Processo Nº 08505.093255/2012-81 - SUELLY GONCALVES VIEIRA LOPES, até 10/01/2014

Processo Nº 08505.093264/2012-71 - DAVID ANTONIO SANCHEZ VASQUEZ, até 22/12/2013

Processo Nº 08505.093281/2012-17 - JOSEPH ONYANGO OIYE, até 11/02/2014

Processo Nº 08505.093282/2012-53 - VICTOR MBESI WAFULA, até 05/02/2014

Processo Nº 08505.093318/2012-07 - LAURA ESTEFANIA JUNCA ALVIS, até 08/02/2014

Processo Nº 08505.093319/2012-43 - OSCAR DANIEL LOPEZ OSORIO, até 01/01/2014

Processo Nº 08505.093335/2012-36 - JULIETA ESPERANZA OCHOA AMAYA, até 08/03/2014

Processo Nº 08505.093336/2012-81 - JAVIER VALDIVIA MURIEL, até 13/01/2014

Processo Nº 08505.093358/2012-41 - ROBINSON LONGAS BEDOYA, até 09/02/2014

Processo Nº 08505.093365/2012-42 - CARLOS MARIO RIVERA RUIZ, até 20/02/2014

Processo Nº 08505.093366/2012-97 - PABLO JOSE CARRIZALEZ NAVA, até 28/02/2014

Processo Nº 08505.093439/2012-41 - HERADIUS GERMANUS MBEYELA, até 20/01/2014

Processo Nº 08505.093440/2012-75 - JEAN MUNOKO VAVA, até 01/02/2014

Processo Nº 08505.093469/2012-57 - ELVIS RICHARD TELLO ORTIZ, até 30/11/2013

Processo Nº 08505.093517/2012-15 - HIDENORI MATSUMOTO, até 01/01/2014.

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada no País, do(s) temporário(s) item VII, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08505.092870/2012-70 - MARIA DORIS VALENCIA MONTOYA, até 14/01/2014

Processo Nº 08505.093099/2012-58 - FRANCISCO ASIS JESUS LOPEZ VAZQUEZ, até 12/12/2013.

FÁBIO GONSALVES FERREIRA
p/Delegação de Competência

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

RETIFICAÇÕES

NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 24/05/2011, SEÇÃO 1, PÁG. 26, onde se lê: DEFIRO os pedidos de transformação do visto temporário I, em permanente, abaixo relacionados:

Processo Nº 08410.004652/2010-83 - Juan Carlos Cisneros Martinez.

Leia-se: DEFIRO o pedido de permanência com base no art. 37 da lei 6.815/80 c/c art. 5º da Resolução Normativa 01/97.

Processo Nº 08410.004652/2010-83 - JUAN CARLOS CISNEROS MARTINEZ.

No Diário Oficial da União de 14/01/2013, Seção 1, Pág. 40, onde se lê: Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o processo encontra-se instruído na forma da lei e diante da informação do Ministério do Trabalho e Emprego, DEFIRO os Pedidos de Transformação de Visto item V em Permanente, abaixo relacionados:

Processo Nº 08505.026814/2012-47 - ALEXANDER KORTE

Leia-se: Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o processo encontra-se instruído na forma da lei e diante da informação do Ministério do Trabalho e Emprego, DEFIRO os Pedidos de Transformação de Visto item V em Permanente, abaixo relacionados:

Processo Nº 08505.026814/2012-47 - ALEXANDER KORTE, NICOLE KORTE e ANN KRISTIN KORTE.

DEPARTAMENTO DE JUSTIÇA, CLASSIFICAÇÃO, TÍTULOS E QUALIFICAÇÃO

DESPACHO DO DIRETOR ADJUNTO
Em 25 de fevereiro de 2013

O Diretor Adjunto, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 1.220 de 11 de Julho de 2007, publicada no DOU de 13 de julho de 2007;

Processo MJ nº 08017.000096/2013-61
Programa: "CASA DE PRAIA - CLIPES (VERÃO MTV: A CASA)"
Emissora: Abril Radiodifusão S/A. - MTV.
Classificação Pretendida: "Não recomendada para menores de 10 (dez) anos"

CONSIDERANDO que a emissora iniciou a exibição do programa "Verão MTV: A Casa", em 15 de janeiro de 2013, sem apresentar processo de autoclassificação com este título, o que motivou este Ministério a questionar a emissora, em 25 de janeiro de 2013, tanto a respeito da ausência de processo quanto da apresentação de cenas incompatíveis com a classificação indicativa de "Não recomendada para menores de 10 (dez) anos", exibida pela emissora.

CONSIDERANDO que, em 7 de fevereiro de 2013, a emissora alegou, em resposta, ter protocolado pedido de autoclassificação do programa "Casa de Praia - Clipes" como "Não recomendado para menores de 10 (dez) anos", e que o programa exibido com o título "Verão MTV: A Casa" seria o mesmo programa, e que o programa musical seria exibido em diversos horários, de segunda a sextas-feiras e que o conteúdo do programa, direcionado ao público jovem, estaria adequado a autoclassificação dada pela emissora.

CONSIDERANDO que, na análise deste Ministério verificou-se a exibição frequente de conteúdos relacionados à linguagem imprópria, que, mesmo em forma de linguagem coloquial voltada ao público jovem, não seriam compatíveis com a autoclassificação de "Não recomendada para menores de 10 (dez) anos". Novamente questionada, a emissora reiterou sua discordância com a apontada inadequação de conteúdos, em 19 de fevereiro de 2013.

RESOLVO, assim, indeferir o pedido de autoclassificação para classificar o programa como "Não recomendado para menores de 12 (doze) anos" por apresentar linguagem imprópria, estabelecendo prazo de cinco dias para que a emissora proceda a compatibilização de sua grade de programação.

DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES

SECRETARIA NACIONAL DO CONSUMIDOR
DEPARTAMNETO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

DESPACHO DO DIRETOR
Em 26 de fevereiro de 2013

Nº 6 - Averiguação Preliminar nº 08012.001762/2006-08. Representante: Ministério Público de Minas Gerais. Representado: Cogumelo do Sol Agaricus do Brasil Comércio Importação e Exportação LTDA. Assunto: Publicidade.

Adoto a nota técnica nº 34/2013 CGCTPA/DPDC, como motivação. Ante os indícios de infração ao disposto nos arts. 4º, caput, inciso I e III; 6º, inciso III; art. 30 e 31; art. 39, inciso IV; arts. 36, 37 e 38, todos do Código de Defesa do Consumidor, nos termos do artigo 50 da Lei n.º 9.784/99, acolho a nota técnica elaborada pela Coordenação-Geral de Consultoria Técnica e Processos Administrativos (CGCTPA), (fls.), cujo relatório e fundamentação passam a fazer parte integrante da presente decisão e determino, assim, a instauração de processo administrativo no âmbito deste Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, notificando-se a COGUMELO DO SOL AGARICUS DO BRASIL - COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. - EPP, para apresentar defesa, na forma disposto nos arts. 42 e 44 do Decreto n.º 2.181 de 20 de março de 1997, alterado pelo Decreto n.º 7.738 de 28 de maio de 2012.

AMAURY MARTINS DE OLIVA

Ministério da Pesca e Aquicultura

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 77, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DA PESCA E AQUICULTURA, no uso das competências que lhe são atribuídas pelo art. 87 da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto na Lei n° 10.683, de 28 de maio de 2003, na Lei nº 11.958 de 26 de junho de 2009, e do que consta do Processo nº 00350.000109/2013-08, resolve:

Art. 1º Instituir processo de habilitação e seleção de propostas para a ação de aquisição de patrulha mecanizada, composta de uma escavadeira hidráulica e um trator de esteiras, para o fomento à aquicultura familiar no Brasil, a ser implementado com recursos do Orçamento Geral da União - OGU no exercício de 2013.

§ 1º Somente serão recepcionadas, nos prazos e condições estabelecidos nesta Portaria, as propostas que tenham como proponentes Municípios ou Consórcios Públicos de Municípios.

§ 2º Não serão beneficiários da ação prevista no caput os Municípios ou Consórcios Públicos de Municípios que já tenham sido beneficiados pelos editais de aquisições de máquinas, deste Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), nos anos de 2009, 2010, 2011 e 2012.

Art. 2º O processo de seleção de propostas será realizado em três etapas, nos prazos estabelecidos no Anexo I desta Portaria, descritas a seguir:

I - Recebimento das propostas por meio do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - SICONV;

II - Análise e classificação das propostas (Anexo II); e

III - Divulgação da classificação das propostas selecionadas.

Art. 3º As propostas deverão ser apresentadas, exclusivamente, por meio do SICONV, no Programa 5800020130001, "Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Aquicultura Familiar no Brasil através da Aquisição de Máquinas", no prazo estabelecido no item 1 do Anexo I desta Portaria.

§ 1º Como requisito, as propostas deverão conter: a) Plano de Trabalho; b) Projeto Básico e; c) Lei Municipal que cria o Programa Municipal de Desenvolvimento da Aquicultura Familiar (Anexo III).

§ 2º Eventuais retificações deverão ser realizadas no prazo estabelecido no item 1 do Anexo I desta Portaria.

Art. 4º A apresentação das propostas, nos prazos e condições estabelecidas nesta Portaria, será de responsabilidade exclusiva do Chefe do Poder Executivo Municipal ou do Presidente do Consórcio Público Municipal.

§ 1º Nas propostas mediante Consórcios Públicos, todos os Municípios da referida pessoa jurídica deverão apresentar as respectivas documentações, metas e beneficiários numa única proposta, inserida no SICONV, pelo proponente.

§2º Nas propostas apresentadas por Consórcios Públicos, a legislação que cria o Programa Municipal de Desenvolvimento da Aquicultura Familiar deverá ser estabelecida separadamente em cada um dos Municípios associados do Consórcio.

Art. 5º O pacto entre os entes municipais que concorrerem na forma de Consórcio Público deverá ser formalizado e inserido no SICONV por meio de instrumento que contenha, no mínimo, as seguintes disposições:

I - Estatuto e ata de fundação da entidade;

II - Identificação dos Municípios associados;

III - Compromisso do uso das máquinas em beneficio de todos os Municípios associados;

IV - Responsabilidades de cada ente associado, bem como a forma de rateio ou custeio das despesas;

V - Forma de gerenciamento da associação;

VI - Previsão da destinação das máquinas após a dissolução da associação; e

VII - Facultativamente, a aprovação do instrumento pelos respectivos legislativos municipais.

Art. 6º É vedada a participação de um mesmo Município em mais de um Consórcio Público.

Art. 7º. Os proponentes poderão acompanhar, no sítio do SICONV, a situação da respectiva proposta, devendo certificar-se de que não existe pendência para o regular processamento.

Art. 8º. Para fins de classificação das propostas, serão utilizados os critérios e respectivas pontuações definidos no Anexo II, avaliados por Comissão de Seleção do MPA.

Parágrafo único. O detalhamento técnico das patrulhas mecanizadas, objetos desta Portaria, será definido pelo edital de compra ou por ato próprio da Secretaria-Executiva do MPA.

Art. 9º. O processo de aquisição das patrulhas mecanizadas será realizado pelo MPA, observados os parâmetros estabelecidos pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e demais normativos aplicáveis à espécie, tudo em consonância com o processo seletivo previsto nesta Portaria, podendo ser realizada de forma regionalizada ou por etapas, de acordo com a conveniência administrativa ou financeira.

Art. 10. Após encerramento dos procedimentos licitatórios, o atendimento das propostas selecionadas nos termos desta Portaria dar-se-á por meio da assinatura de Termo de Doação, que estabelecerá as obrigações a que se compromete o beneficiário, a partir do recebimento do bem, assim como o cumprimento do acordo pactuado entre os Municípios, caso a opção seja de habilitação na modalidade consorciada.

Art. 11. Para fins de atendimento das propostas selecionadas e classificadas no âmbito do processo de seleção disciplinado por esta Portaria, serão consideradas as disponibilidades orçamentária e financeira do MPA.

Art. 12. Compete à Secretaria Executiva do MPA expedir as instruções complementares que se fizerem necessárias, assim como dirimir as situações omissas ou controversas.

Art. 13. Esta Portaria e respectivos Anexos encontram-se disponíveis no sítio do MPA (www.mpa.gov.br).

Art. 14. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO CRIVELLA

ANEXOS

ANEXO I

Cronograma de atividades e prazos

1	Recebimento das propostas por meio do SICONV	De 01/03 a 30/03/2013
2	Análise e classificação das propostas	De 01/04 a 05/04/2013
3	Divulgação da classificação das propostas selecionadas	08/04/2013

ANEXO II

Tabela de pontuação para a classificação das propostas

A formação da Nota de Classificação do proponente, com valor máximo de 100 (cem) pontos, dar-se-á mediante a somatória simples dos valores atribuídos aos parâmetros de pontuação, elencados na Tabela abaixo. Tratando-se de Consórcio Público Municipal, será utilizada a média de pontuação dos municípios que o compõe.

Nº	Parâmetro para pontuação	Nº de pontos
1	Número de aquicultores inscritos no RGP do MPA	De 1 a 29 = 5 pontos De 30 a 59 = 10 pontos Acima de 60 = 15 pontos
2	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município	Acima de 0,750 = 5 pontos De 0,600 a 0,750 = 10 pontos Abaixo de 0,600 = 15 pontos
3	Proposta coletiva por meio de Consórcio Público Municipal	20 pontos
4	Município incluído nos Territórios da Cidadania e/ou Programa Brasil Sem Miséria	15 pontos
5	Municípios com predominância de mais de 80% de pequenos agricultores com até 4 módulos rurais	15 pontos
6	Proposta que abrange assentamentos de reforma agrária e/ou quilombolas e/ou indígenas	10 pontos
7	Proposta com acompanhamento por instituições públicas ou privadas de assistência técnica/extensão pesqueira	10 pontos

Ministério da Previdência Social

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DIRETORIA DE ANÁLISE TÉCNICA

PORTARIAS DE 25 DE FEVEREIRO DE 2013

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPS nº 44000.003225/94-38, sob o comando nº 360067634 e juntada nº 361790498, resolve:

Nº 87 - Art. 1º Aprovar o Convênio de Adesão celebrado entre a Liquiport Vila Velha S.A, na condição de patrocinadora do Plano Odeprev de Renda Mensal, CNPB nº 1994.0040-29, e a Odeprev Odebrecht Previdência.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS nº 44000.001918/2004-00, sob o comando nº 354838125 e juntada nº 361825871, resolve:

Nº 88 - Art. 1º Aprovar as alterações propostas para o Regulamento do Plano de Benefícios TCOPREV - CNPB nº 2000.0071-47, administrado pela Visão Prev Sociedade de Previdência Complementar.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS nº 3018/7219-79, sob o comando nº 358914291 e juntada nº 361674631, resolve:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Nº 89 - Art. 1º Aprovar as alterações propostas para o Regulamento do Plano de Benefícios Previdenciários nº 01 - CD Eletrosul - CNPB nº 2009.0037-56, administrado pela Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social - ELOS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS nº 44000.001832/06-12, sob o comando nº 356796438 e juntada nº: 361673851, resolve:

Nº 90 - Art. 1º Aprovar as alterações propostas para o estatuto do Fundo de Pensão Multipatrocinado da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná e da Caixa de Assistência dos Advogados do Paraná - OABPrev - PR, nos termos do supracitado processo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33 e o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e o art. 23, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e tendo em vista a Resolução CGPC nº 14 de 1º de outubro de 2004, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS nº 44011.000184/2012-04, comando nº 352740206 e juntada nº 360001433, resolve:

Nº 94 - Art. 1º Encerrar o Plano de Benefícios JohnsonDiversey, CNPB nº 2007.0004-74 cessando-se os efeitos da Portaria nº 1.010, de 02 de abril de 2007, publicada no Diário Oficial da União nº 064, de 03 de janeiro de 2007, seção 1, página 56, exclusivamente quanto ao Plano de Benefícios JohnsonDiversey.

Art. 2º Extinguir o código do CNPB - Cadastro Nacional de Plano de Benefícios nº 2007.0004-74, do Plano de Benefícios JohnsonDiversey, administrado pelo Multiprev - Fundo Múltiplo de Pensão.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

JOSÉ ROBERTO FERREIRA

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR
DIRETORIA COLEGIADA

DECISÃO DE 25 DE FEVEREIRO DE 2013

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000 em deliberação através da 365ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 15 de fevereiro de 2013, aprovou o voto relator nos seguintes processos administrativos de ressarcimento ao SUS:

Processo ANS n.º	Nome da Operadora	Relator	Tipo de Infração
33902.375483/2011-50	ASSOCIAÇÃO POLICIAL DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DE RIBEIRÃO PRETO	DIPRO	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.053679/2005-48	ASSOCIAÇÃO POLICIAL DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE - APAS	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento da AIH: 2787311923 (07/2004).
33902.007919/2007-02	AUSTACLINICAS ASSISTÊNCIA MÉDICA E HOSPITALAR S/C LTDA	DIPRO	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS
33902.360591/2010-47	CAIXA DE ASSISTÊNCIA SISTEMA SAÚDE INTEGRAL - SSI SAÚDE	DIPRO	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS: 4307104036026 e 4307500239482 (competência 07/2007)
33902.436214/2011-77	CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DA CEDAE - CAC	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.008003/2007-61	CENTRO INTEGRADO DE ATENDIMENTO LTDA	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento da AIH 3032255589 (09/2005).
33902.120248/2006-85	CLINIPAM CLÍNICA PARANAENSE DE ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA	DIPRO	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS
33902.436300/2011-80	FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS 3108100099731 (04/2008).
33902.375642/2011-16	FUNDAÇÃO FILANTRÓPICA E BENEFICENTE DE SAÚDE ARNALDO GAVAZZA FILHO	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento da AIH 3107101972557 (03/2008).
33902.496828/2011-16	IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ARARAQUARA	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS
33902.496847/2011-34	IRMANDADE DE MISERICÓRDIA DE AMERICANA	DIPRO	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.299237/2005-46	MEDIPLAN ASSISTENCIAL LTDA	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.008411/2007-13	NORCLÍNICAS SISTEMA DE SAÚDE LTDA	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS
33902.375933/2011-12	OPERADORA DE PLANOS DE SAÚDE SANTA GENOVEVA S/S LTDA	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS
33902.054232/2005-96	PROCLIN PROTEÇÃO CLÍNICA LTDA.	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS
33902.185914/2004-69	ROYAL SAÚDE LTDA	DIPRO	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS
33902.108048/2006-54	SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PELOTAS	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS
33902.496991/2011-71	SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE JUIZ DE FORA	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS
33902.177520/2010-85	SANTAMÁLIA S/A	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso de 2ª instância, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento da AIH 3506120253614 (Competência 08/2003).
33902.108065/2006-91	SÃO DOMINGOS SAÚDE ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA	DGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS
33902.376057/2011-33	SBH SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE RIBEIRÃO PRETO	DIPRO	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS
33902.436652/2011-35	SERVMED SAÚDE LTDA	DIPRO	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS
33902.054390/2005-46	SOMED COOPERATIVA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA ODONTOLÓGICA E ADMINISTRADORA DE PLANOS DE SAÚDE	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS
33902.497067/2011-10	SOMED COOPERATIVA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA, ODONTOLÓGICA E ADMINISTRADORA DE PLANOS DE SAÚDE	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS
33902.054399/2005-57	SULMED ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS: 2911775834 (07/2004), 2913664952 (08/2004). E referente a AIH nº 2913700988 (08/2004), ratifico a redução do valor ressarcido, conforme determinado no juízo de reconsideração da DIDES
33902.312298/2010-73	UNIMED - SÃO GONÇALO - NITERÓI - SOCIEDADE COOPERATIVA DE SERVIÇO MÉDICO E HOSPITALAR LTDA	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS. Referente a AIHs nº 3306105363726 (03/2007) e 3306105363726 (02/2007), ratifico a redução do valor a ser ressarcido, conforme determinação no juízo de reconsideração proferido pela DIDES
33902.376125/2011-64	UNIMED ALTO SÃO FRANCISCO COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.186096/2004-11	UNIMED ARAXÁ COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA	DIPRO	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento da AIH 2962564440 (Competência 05/2004).
33902.047275/2008-68	UNIMED COOPERATIVA DE SERVIÇOS DE SAÚDE VALES DO TAQUARI E RIO PRADO	DIPRO	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS
33902.108228/2006-36	UNIMED COSTA OESTE - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS
33902.108237/2006-27	UNIMED DE ARARAQUARA - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS
33902.497160/2011-16	UNIMED DE BOTUCATU COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS listadas no Voto Relator SUS nº 023/2013/DIGES/ANS. Observando, contudo, a retificação do valor da AIH nº 3508119583430, determinada no juízo de retratação feito pela DIDES
33902.376188/2011-11	UNIMED DE CAMPOS COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO.	DIPRO	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIH
33902.054487/2005-59	UNIMED DE CASCAVEL - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA	DIPRO	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS listadas no Despacho nº 080/2013/DIPRO/ANS. Observando, contudo, a retificação do valor da AIH nº 2878252080 (08/2004), determinada no juízo de retratação feito pela DIDES
33902.108255/2006-17	UNIMED DE CATANDUVA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIPRO	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS listadas no Despacho nº 72/2013/DIPRO/ANS. E pela retificação da revisão *ex officio* em retornar a cobrança para o valor original da AIH 2947190631 (05/2005).
33902.376208/2011-53	UNIMED DE ITAJUBÁ COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento da AIH nº 3108104156180 (03/2008).
33902.497201/2011-74	UNIMED DE LONDRINA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS. Observando, contudo, a ratificação da revisão *ex officio* realizada pelo Diretor da DIDES para reduzir a dedução concedida anteriormente e retornar a cobrança para o valor original da AIH 4108500091157 (08/2008)
33902.376257/2011-96	UNIMED DE VOTUPORNAGA - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS
33902.312130/2010-68	UNIMED DO OESTE DA BAHIA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS
33902.095405/2004-45	UNIMED GUARAPUAVA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIPRO	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS
33902.108366/2006-15	UNIMED LITORAL COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIPRO	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS
33902.108377/2006-03	UNIMED NATAL SOCIEDADE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIPRO	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.108378/2006-40	UNIMED NORDESTE GOIANO COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS
33902.108289/2006-01	UNIMED REGIONAL MARINGÁ COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS
33902.047748/2008-27	UNIMED SERRA DO CARAÇA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS
33902.054689/2005-09	UNIMED VALE DO PIQUIRI - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

ANDRÉ LONGO ARAÚJO DE MELO
Diretor-Presidente

DECISÃO DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000 em deliberação através da 364ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 07 de fevereiro de 2013, aprovou o voto relator nos seguintes processos administrativos:

Processo ANS n.º	Nome da Operadora	Relator	Tipo de Infração	Valor da Multa (R$)
33902.1995510/2007-03	AMIL Assistência Médica Internacional S/A	DIPRO	Negativa de Cobertura - Art. 35-C, art. 12, inciso I e 9º, inciso II, todos da Lei 9656/98	168.400,00 (cento e sessenta e oito mil e quatrocentos reais)

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

ANDRÉ LONGO ARAÚJO DE MELO
Diretor-Presidente

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério da Saúde

DIRETORIA DE NORMAS E HABILITAÇÃO DOS PRODUTOS

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 42, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

Dispõe sobre o acompanhamento e avaliação da garantia de atendimento dos beneficiários pelas operadoras de planos de assistência à saúde; regulamenta o artigo 12-A da Resolução Normativa - RN nº 259, de 17 de junho de 2011; e revoga a Instrução Normativa - IN nº 38, de 24 de maio de 2012, da Diretoria de Normas e Habilitação dos Produtos - DIPRO.

O Diretor responsável pela Diretoria de Normas e Habilitação dos Produtos - DIPRO da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, em vista do que dispõe o artigo 12-A da Resolução Normativa - RN nº 259, de 17 de junho de 2011, e a alínea "a" do inciso I do art. 85 da Resolução Normativa - RN nº 197, de 16 de julho de 2009, resolve:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1ºA presente Instrução Normativa - IN dispõe sobre o acompanhamento e avaliação da garantia de atendimento dos beneficiários pelas operadoras de planos de assistência à saúde; regulamenta o artigo 12-A da Resolução Normativa - RN nº 259, de 17 de junho de 2011; e revoga a IN nº 38, de 24 de maio de 2012, da Diretoria de Normas e Habilitação dos Produtos - DIPRO.

§ 1ºO acompanhamento e avaliação da garantia de atendimento tem o objetivo de avaliar a garantia de acesso dos beneficiários às coberturas previstas na Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, nos seus regulamentos e nos contratos; bem como avaliar o cumprimento das regras dispostas na RN nº 259, de 2011, e detectar desconformidades que possam constituir risco à qualidade ou à continuidade do atendimento à saúde dos beneficiários de planos privados de assistência à saúde.

§ 2ºO acompanhamento e avaliação da garantia de atendimento será processado e analisado pela Gerência de Monitoramento da Operação dos Produtos - GMOP, da Gerência-Geral de Estrutura e Operação dos Produtos - GGEOP, da Diretoria de Normas e Habilitação dos Produtos - DIPRO, desta Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Art. 2ºPara fins desta IN, considera-se:

I - período de avaliação: cada trimestre objeto das avaliações;

II - consolidação de avaliações: a comparação feita entre um determinado período de avaliação e o período imediatamente anterior, referentes a cada operadora; e

III - garantia de atendimento: a garantia de acesso do beneficiário aos serviços e procedimentos definidos no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS para atendimento integral das coberturas previstas na Lei n° 9.656, de 3 de junho de 1998, e em seus regulamentos, bem como nos contratos, na forma da RN nº 259, de 2011.

CAPÍTULO II

DO ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DA GARANTIA DE ATENDIMENTO

Seção I

Da Metodologia

Subseção I

Da Periodicidade

Art. 3ºO acompanhamento e a avaliação da garantia de atendimento serão realizados continuamente e os resultados apurados trimestralmente.

Parágrafo único. São considerados os seguintes períodos de avaliação:

I - 19 de dezembro a 18 de março;

II - 19 de março a 18 de junho;

III - 19 de junho a 18 de setembro; e

IV - 19 de setembro a 18 de dezembro.

Subseção II

Das Variáveis

Art. 4ºSerão objeto de avaliação as demandas de reclamações de beneficiários motivadas pela não garantia de acesso e cobertura necessários e obrigatórios por força da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, e de seus regulamentos ou por força de contrato, referentes a prazos máximos de atendimento ou aos demais temas assistenciais, processadas no âmbito da Notificação de Investigação Preliminar - NIP nas seguintes situações:

I - demandas de reclamações referentes a não garantia do prazo de atendimento, desde que:

a) o consumidor não tenha obtido a garantia de acesso e cobertura; ou

b) o consumidor tenha obtido a garantia de acesso e cobertura, mas fora do prazo máximo normativo.

II - demandas de reclamações referentes a não garantia de atendimento que não digam respeito ao prazo para atendimento, desde que o consumidor não tenha obtido a garantia de acesso e cobertura.

§ 1ºA ANS utilizará como base para avaliação as demandas de reclamações originadas pelo procedimento da NIP, instituída por regulamentação específica, referentes a todos os temas assistenciais.

§ 2ºA ANS poderá definir outro meio oficial de denúncia para também ser utilizado como base para o acompanhamento e avaliação das reclamações de beneficiários, motivadas pela não garantia de atendimento.

Art. 5ºO cálculo do indicador da operadora dar-se-á na forma dos critérios e da fórmula descritos na Ficha Técnica constante do Anexo desta IN.

Art. 6ºO cálculo do indicador terá como fontes:

I - as demandas de reclamações mencionadas no artigo 4º desta IN, geradas no período de avaliação e classificadas como Reparação Voluntária e Eficaz - RVE ou encaminhadas para abertura de processo administrativo para apuração de infração; e

II - o número médio de beneficiários no período de avaliação, de acordo com as mais recentes informações disponíveis, prestadas pela operadora de plano de assistência à saúde ao Sistema de Informações de Beneficiários - SIB da ANS.

Subseção III

Da Elegibilidade

Art. 7ºEstão sujeitas ao acompanhamento e avaliação da garantia de atendimento as operadoras de planos de assistência à saúde que tenham registro de demandas de reclamações na forma mencionada no artigo 4º desta IN.

Parágrafo único. As operadoras de planos de assistência à saúde classificadas na modalidade de administradora de benefícios não serão submetidas ao acompanhamento e avaliação de que trata esta IN.

Subseção IV

Do Tipo de Atenção Prestada pela Operadora

Art. 8ºPara fins desta IN, os tipos de atenção dividem-se em:

I - médico-hospitalar: os oferecidos pelas operadoras de planos de assistência à saúde que operam planos que apresentam uma ou algumas das segmentações referência, ambulatorial e hospitalar, com ou sem obstetrícia, com ou sem cobertura odontológica, conforme previsto nos incisos I a IV do artigo 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998; ou

II - exclusivamente odontológico: os oferecidos por operadoras de planos de assistência à saúde que operam exclusivamente planos odontológicos.

Subseção V

Da Classificação das Operadoras em Intervalos

Art. 9ºAs operadoras de planos de assistência à saúde serão avaliadas em cada período de avaliação de acordo com o número médio de beneficiários utilizado no cálculo de indicador, na forma disposta no inciso II do artigo 6º desta IN, sendo classificadas da seguinte forma:

I - Operadoras com tipo de atenção prestada médico-hospitalar:

a) primeiro intervalo: operadoras com número médio de beneficiários inferior a 20.000 (vinte mil);

b) segundo intervalo: operadoras com número médio entre 20.001 (vinte mil e um) e 100.000 (cem mil) beneficiários;

c) terceiro intervalo: operadoras com número médio entre 100.001 (cem mil e um) e 500.000 (quinhentos mil) beneficiários;

d) quarto intervalo: operadoras com número médio entre 500.001 (quinhentos mil e um) e 1.000.000 (um milhão) de beneficiários; ou

e) quinto intervalo: operadoras com número médio acima de 1.000.001 (um milhão e um) beneficiários.

II - Operadoras com tipo de atenção prestada exclusivamente odontológica:

a) primeiro intervalo: operadoras com número médio de beneficiários inferior a 20.000 (vinte mil);

b) segundo intervalo: operadoras com número médio entre 20.001 (vinte mil e um) e 100.000 (cem mil) beneficiários;

c) terceiro intervalo: operadoras com número médio entre 100.001 (cem mil e um) e 500.000 (quinhentos mil) beneficiários; ou

d) quarto intervalo: operadoras com número médio acima de 500.001 (quinhentos mil e um) beneficiários.

Parágrafo único. No caso de apenas uma operadora se enquadrar num dos intervalos dispostos neste artigo, a mesma será classificada no intervalo imediatamente anterior.

Subseção VI

Do Posicionamento da Operadora

Art. 10. O indicador de cada operadora de plano de assistência à saúde (IO) será calculado considerando as variáveis previstas na Subseção II, da Seção I, do Capítulo II desta IN.

Parágrafo único. Calculados os IO's de todas as operadoras de planos de assistência à saúde, será calculada a mediana de cada intervalo de beneficiários e tipo de atenção prestada.

Art. 11. De acordo com o resultado do IO no acompanhamento e avaliação da garantia de atendimento, apurado no período de avaliação, as operadoras de plano de assistência à saúde serão posicionadas em relação à mediana, conforme segue:

I - faixa 0: resultado abaixo da mediana;

II - faixa 1: resultado maior ou igual a mediana e menor ou igual a 25% (vinte e cinco por cento) acima da mediana;

III - faixa 2: resultado maior que 25% (vinte e cinco por cento) e menor ou igual a 50% (cinquenta por cento) acima da mediana;

IV - faixa 3: resultado maior que 50% (cinquenta por cento) e menor ou igual a 75% (setenta e cinco por cento) acima da mediana; ou

V - faixa 4: resultado maior que 75% (setenta e cinco por cento) acima da mediana.

Art. 12. Não será utilizado qualquer critério de arredondamento do resultado do indicador.

Art. 13. A operadora de plano de assistência à saúde que não tenha enviado os dados cadastrais dos beneficiários ao SIB no período de avaliação e no anterior será posicionada na faixa 4, para fins de acompanhamento e avaliação em cada período de avaliação e de consolidação de avaliações.

Subseção VII

Da Pontuação da Operadora

Art. 14. A partir do posicionamento da operadora de plano de assistência à saúde nos termos dos incisos I a V do art. 11 desta IN, para cada período de avaliação será atribuída à operadora a seguinte pontuação:

I - faixa 0: 0 (zero);

II - faixa 1: 1 (um) ponto;

III - faixa 2: 2 (dois) pontos;

IV - faixa 3: 3 (três) pontos; ou

V - faixa 4: 4 (quatro) pontos.

Subseção VIII

Da Notificação Quanto aos Resultados do Período de Avaliação

Art. 15. A cada período de avaliação, a operadora de plano de assistência à saúde deverá acessar seu próprio resultado, que será disponibilizado no endereço eletrônico da ANS na Internet, no espaço da operadora, acessado através de sua senha, no qual constarão os seguintes documentos:

I - o ofício de notificação, com a informação da avaliação da operadora conforme esta IN;

II - a relação das reclamações consideradas no respectivo período de avaliação; e

III - o resultado da mediana considerando o intervalo do número médio de beneficiários no período de avaliação e o tipo de atenção prestada.

Parágrafo único. Para as operadoras de planos de assistência à saúde que não tiverem registro de demandas de reclamações de beneficiários, na forma do artigo 4º desta IN, no período de avaliação estará disponibilizado apenas um comunicado.

Seção II

Da Consolidação de Avaliações

Art. 16. A consolidação de avaliações tem por fim mensurar o risco à qualidade ou à continuidade do atendimento à saúde dos beneficiários, caracterizado pelo descumprimento reiterado das regras relacionadas à garantia de acesso e cobertura na forma disposta na RN nº 259, de 2011, para fins desta IN.

§ 1ºA partir do segundo período de avaliação, os resultados de cada período serão comparados aos resultados do período anterior para fins de consolidação de avaliações.

§ 2ºA consolidação de avaliações será realizada através da soma das pontuações de cada operadora de plano de assistência à saúde, obtidas em dois períodos de avaliação subsequentes.

§ 3ºPoderá ser considerada, para os fins desta IN, em risco à qualidade ou à continuidade do atendimento à saúde dos beneficiários a operadora de plano de assistência à saúde que obtiver 6 (seis) ou mais pontos na consolidação de avaliações, sendo a pontuação do segundo período igual ou maior que a pontuação do período anterior.

§ 4ºA operadora de plano de assistência à saúde que se mantiver na mesma faixa de classificação durante quatro períodos sucessivos de avaliação poderá sofrer qualquer das medidas administrativas previstas no artigo 12-A da RN nº 259, de 2011.

Subseção I

Das Medidas Administrativas Decorrentes da Consolidação de Avaliações

Art. 17. Constatado na consolidação de avaliações o descumprimento reiterado das regras dispostas na RN nº 259, de 2011, constituindo-se em risco à qualidade ou à continuidade do atendimento à saúde dos beneficiários, a ANS poderá se valer de critérios decorrentes da sua discricionariedade técnica para adotar quaisquer das medidas administrativas previstas no artigo 12-A da referida RN:

I - suspensão da comercialização de parte ou de todos os produtos da operadora de planos de assistência à saúde;

II - decretação do regime especial de direção técnica, respeitando o disposto na RN nº 256, de 18 de maio de 2011, com a possibilidade de determinação do afastamento dos dirigentes da operadora, na forma do disposto no § 2º do art. 24, da Lei nº 9.656, de 1998.

§ 1ºAs medidas administrativas previstas no caput deste artigo são independentes entre si e podem ocorrer de forma simultânea.

§ 2ºA adoção das medidas administrativas mencionadas no caput, ocorrerá sem prejuízo da aplicação das penalidades estabelecidas na legislação e na regulamentação aplicáveis para cada caso, conforme processo administrativo sancionador instaurado para este fim.

Subseção II

Da Suspensão da Comercialização de Produtos

Art. 18. No caso de suspensão da comercialização de parte ou da totalidade dos produtos da operadora de plano de assistência à saúde, esta será notificada da adoção da medida administrativa e da instauração de processo administrativo para o acompanhamento da avaliação da garantia de atendimento pela GGEOP/DIPRO.

§ 1ºA operadora ficará impedida de incluir qualquer novo beneficiário nos respectivos produtos, salvo novo cônjuge e filhos de beneficiários, bem como ex-empregados demitidos ou aposentados, na forma da RN nº 279, de 24 de novembro de 2011, sob pena da adoção das demais medidas administrativas previstas no artigo 12-A da RN nº 259, de 2011, sem prejuízo da aplicação da penalidade cabível.

§ 2ºPoderá ser objeto de suspensão de comercialização decorrente desta IN todo produto envolvido em qualquer das demandas de reclamações consideradas na consolidação de avaliações.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Subseção III

Da Reativação da Comercialização dos Produtos

Art. 19. A reativação da comercialização dos produtos com comercialização suspensa motivada pelo disposto nesta IN apenas acontecerá após novo período de avaliação em que a operadora de plano de assistência à saúde apresente pontuação menor em relação ao período anterior, independente dos produtos que tenham sido alvo de reclamações.

§ 1ºA reativação da comercialização dos produtos prevista no caput deste artigo se aplica somente aos produtos que tenham sido suspensos em consequência do acompanhamento e avaliação da garantia de atendimento, de que trata esta IN.

§ 2ºO disposto no caput deste artigo não isenta a operadora de plano de assistência à saúde de ter a comercialização de produtos suspensa pelos resultados obtidos em novos períodos de avaliação, na forma do disposto nesta IN.

Subseção IV

Da Divulgação dos Resultados

Art. 20. A operadora de plano de assistência à saúde deverá acessar os seus próprios resultados do acompanhamento e avaliação da garantia de atendimento no endereço eletrônico da ANS, no "espaço da operadora", onde, conforme cada caso, estarão disponibilizados:

I - o ofício com a informação da avaliação da operadora conforme esta IN;

II - a relação das reclamações consideradas no respectivo período de avaliação; e

III - a relação dos produtos com comercialização suspensa motivada pelo disposto nesta IN, se for o caso.

Parágrafo único. Para as operadoras de planos de assistência à saúde que não tiverem registro de reclamações de beneficiários pela não garantia de atendimento no período de avaliação, estará disponibilizado apenas um comunicado.

Art. 21. Os resultados obtidos pelas operadoras de planos de assistência à saúde no acompanhamento e avaliação da garantia de atendimento, incluindo aquelas que tiverem a comercialização de produtos suspensa, poderão ser divulgados ao público, mediante definição e determinação da Diretoria Colegiada da ANS.

Seção III

Da Forma das Notificações

Art. 22. As notificações previstas nesta IN serão efetivadas através de disponibilização de documentos próprios para cada fim no endereço eletrônico da ANS na Internet, no espaço da operadora, que deverá ser acessado por cada operadora de plano de assistência à saúde através de sua senha.

Parágrafo único. É facultado à ANS efetivar a notificação por outros meios de comunicação, em especial através dos Correios, com aviso de recebimento.

Art. 23. Considerar-se-á realizada a notificação no dia em que o documento tenha sido disponibilizado no endereço eletrônico da ANS na Internet, independentemente da data em que cada operadora acessar seus resultados, ou na data de assinatura do aviso de recebimento dos Correios.

Parágrafo único. Quando a ANS, concomitantemente, promover a notificação por meio eletrônico e pelos Correios, considerar-se-á notificada a operadora daquele ato na data em que ocorrer a última notificação.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 24. A ANS adotará o disposto neste Capítulo no período de transição entre a metodologia prevista na IN nº 38, de 2012, da DIPRO, e a metodologia instituída através desta IN.

Parágrafo único. Haverá a transição entre o quarto período de avaliação, cuja avaliação foi feita de acordo com a IN nº 38, de 2012, da DIPRO, e o quinto período de avaliação, cuja avaliação será feita de acordo com disposto nesta IN, considerando-se a necessidade de dois períodos de avaliação feitos sob a mesma metodologia para a reiteração de comportamentos.

Art. 25. Na avaliação dos resultados do quarto período da garantia de atendimento e da consolidação do quarto e do terceiro períodos de avaliação, a ANS adotará as seguintes medidas:

I - suspensão da comercialização de produtos e indicação para o regime especial de direção técnica, na forma da RN nº 256, de 2011, para as operadoras de planos de assistência à saúde que reiteraram comportamento de risco à qualidade ou à continuidade do atendimento à saúde dos beneficiários por terem permanecido posicionadas na faixa 4 nos quatro períodos de avaliação já encerrados;

II - suspensão da comercialização de produtos e indicação de celebração de Termo de Compromisso, na forma do artigo 29-A, da Lei nº 9.656, de 1998, junto à GGEOP/DIPRO, para as operadoras de planos de assistência à saúde não enquadradas no disposto no inciso anterior, mas que reiteraram comportamento de risco à qualidade ou à continuidade do atendimento à saúde dos beneficiários por terem permanecido posicionadas na faixa 4, pelo menos, nos últimos dois períodos de avaliação já encerrados;

III - envio de notificação para apresentar, junto à GGEOP/DIPRO, explicações quanto ao número de demandas de reclamações assistenciais e as providências que tomará para se adequar às obrigatoriedades de garantia de acesso e cobertura, bem como acompanhamento mensal quanto ao número de NIPs, para as operadoras de planos de assistência à saúde não enquadradas no disposto nos incisos anteriores, mas que foram avaliadas no último período de avaliação encerrado com 4 (quatro) pontos; e

IV - reativação da comercialização dos produtos, na forma do disposto no art. 19 desta IN, para as operadoras de planos de assistência à saúde que estavam com produtos com comercialização suspensa por força do disposto na IN nº 38, de 2012, da DIPRO, e que na avaliação do quarto período de avaliação apresentaram melhora na pontuação em relação ao período anterior.

§ 1ºO cumprimento do Termo de Compromisso de que trata o inciso II deste artigo implicará na reativação da comercialização dos produtos que tenham sido suspensos ou tenham permanecido suspensos no quarto período de avaliação.

§ 2ºO não cumprimento do Termo de Compromisso de que trata o inciso II deste artigo ou a opção da operadora por não firmar este Termo implicará na manutenção da suspensão da comercialização dos produtos que tenham sido suspensos ou tenham permanecido suspensos no quarto período avaliativo, até a próxima avaliação relacionada à consolidação dos resultados do quinto e sexto períodos, sendo considerado este novo período em que será mantida suspensa a comercialização como um período avaliativo em que não houve melhora de resultado, constituindo descumprimento reiterado das regras dispostas na RN nº 259, de 2011.

§ 3ºAs operadoras de planos de assistência à saúde que não se enquadrarem em nenhum dos incisos deste artigo continuarão sendo avaliadas na forma desta IN.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 26. As demandas de reclamações objeto do acompanhamento e avaliação da garantia de atendimento continuam sendo tratadas na forma do processo administrativo sancionador desta ANS e estão sujeitas às penalidades previstas na regulamentação em vigência, independentemente das medidas administrativas previstas nesta IN.

Art. 27. Fica revogada a Instrução Normativa - IN n° 38, de 24 de maio de 2012, da Diretoria de Normas e Habilitação dos Produtos - DIPRO.

Art. 28. O anexo desta RN estará disponível no sítio eletrônico da ANS (www.ans.gov.br).

Art. 29. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data da sua publicação.

ANDRÉ LONGO ARAÚJO DE MELO

DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO
NÚCLEO EM SÃO PAULO

DECISÕES DE 24 DE JANEIRO DE 2013

O Chefe do Núcleo da ANS São Paulo/SP, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 140, de 30/10/2012, publicada no DOU de 08/11/2012, seção 1, fl 42, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25789.054366/2010-90	SERVIÇO SOCIAL DAS ESTRADAS DE FERRO - SESEF	312304.	33.909.540/0001-41	Deixar de gar., à benef. L.D.D., cob. p/ pesq. de corpo int. (PCI) com iodo radioat., após Thyrogen. Art. 12, I, b, da Lei 9.656/98.	32.000,00 (trinta e dois mil reais)

JOSÉ ESTEVAM L. C. S. FREITAS

DECISÕES DE 22 DE FEVEREIRO DE 2013

O Chefe do Núcleo da ANS São Paulo/SP, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 140, de 30/10/2012, publicada no DOU de 08/11/2012, seção 1, fl 42, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

25789.005411/2011-63	CLUBE PADRÃO VIDA	32720	01.716.373/0001-26	Exercer ativ. de adm. de benef. s/ aut/ da ANS. Art.. 8º da Lei 9.656/1998 c/c art. 2º da RN 85/04.	900.000,00 (NOVECENTOS MIL REAIS)
25789.070754/2012-80	SUL AMÉRICA SEGURO SAÚDE S/A	000043.	86.878.469/0001-43	Encam. à ANS as infor. sobre o reaj. aplic. nas mens. dos benef. vinc. ao plano contrat. pela Qualicorp/Apfesp, cont. incor.. Art. 20 da Lei 9.656/98 c/c art. 13 e 15 da RN 171/08 c/c §2º do art. 4º da IN 13/2006.	Advertência
25789.090874/2011-12	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	1) Art. 25 da Lei 9.656/98 c/c art. 4º, XVII da Lei 9.961/2000 c/c art. 19 da RN 195/09; e 2) Art. 25 da Lei 9.656/98.	105.270,00 (CENTO E CINCO MIL, DUZENTOS E SETENTA REAIS)
25789.055564/2011-51	UNIMED FRANCA - SOCIEDADE COOP. DE SERVIÇOS MÉDICOS E HOSPITALARES	354783.	45.309.606/0001-41	Deixar de gar. cob. de atend. p/ atend. de urg. ao ñ gar. trat. cirúr. à benef. A.B.F.R.. Art. 35-C, II da Lei 9656/98 c/c art. 3º, § 2º da CONSU 13/1998.	60.000,00 (SESSENTA MIL REAIS)
25789.086016/2012-54	ITALICA SAÚDE LTDA	320889.	01.560.138/0001-08	Deixar de gar. cob. p/ o adeno-amigdalect. à benef. GGF. Art.12, inc. II, alín. a da Lei 9656/98.	48.000,00(QUARENTA E OITO MIL REAIS)
25789.059173/2011-14	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	1) Art. 35-C, inc. I da Lei 9656/98; e 2) Art. 8º da Lei 9.656/98 c/c art. 13, anexo II, item 6 da RN 85/2004 alt. pela RN 100/2005.	100.000,00 (CEM MIL REAIS) E ADVERTÊNCIA
25789.039185/2011-14	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	1) Art. 15, caput, da Lei 9656/98 c/c art. 2º da RN 63/2003; e (2) Art. 4º, inc. II, XIII e XVII da Lei 9.961/2000 c/c art. 25 da Lei 9656/98 c/c art. 20 da RN 195/09.	90.180,00 (NOVENTA MIL, CENTO E OITENTA REAIS)
25789.045066/2010-10	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	Deixar de gar. cob. p/ mamot. e coloc. de clip marc. e dos. de 25-OH vit. D, respect., p/ a benef. V.M.B.. Art. 25 da Lei 9656/98.	66.000,00 (SESSENTA E SEIS MIL REAIS)
25789.068678/2011-61	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	Deixar de gar. cob., ao benef. S.Z.G., p/ amidalect. c/ adenoidect.. Art. 12, inc. II, alín. a, da Lei 9.656/98.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
25789.034024/2011-34	PREVENT SENIOR PRIVATE OPERADORA DE SAÚDE LTDA	302147.	00.461.479/0001-63	Deixar de gar. cob. p/ consul. na especialid. dermat., ao benef. A.G.. Art. 12, I, 'b, da Lei 9.656/98.	64.000,00 (SESSENTA E QUATRO MIL REAIS)
25789.033895/2011-31	SUL AMÉRICA SEGURO SAÚDE S/A	000043.	86.878.469/0001-43	Deixar de gar. cob. p/ de ARTRODESE p/ o benef. C.A.F.. Art. 12, inc. II, alín. a, da Lei 9.656/98.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
25789.030881/2011-65	SUL AMÉRICA SEGURO SAÚDE S/A	000043.	86.878.469/0001-43	Deixar de gar., ao benef. A.V.S., cob. p/ PET-SCAN Oncol.. Art.12, inc. II, alín. e, da Lei 9.656/98.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

25789.057005/2011-86	ASSOCIAÇÃO ASSIT E EM DEFESA DOS DIREITOS DOS COM., IND. AUT. E TRAB EM GERAL	416304.	05.256.845/0001-66	Adquirir, total ou parcial., a cart. de benef. da Op. Vectra Ass. Méd. e Odon. Ltda - Em Liq. Extraj., s/ prévia aut. da ANS. Art. 4º. da Lei 9.961/00, c/c art. 3º.Da RN 112/05, alt. pela RN 145/07.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
25789.024736/2010-64	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	Aumentar a mens. do benef. ACP, sob aleg. de reaj. por faixa et., utiliz. % ñ prev. no proc. 001.003/061-92, exp. pela SUSEP. Art. 25 da Lei 9.656/98 c/c SN 3/2001.	45.000,00 (QUARENTA E CINCO MIL REAIS)
25789.043503/2010-61	ASSOCIAÇÃO DE BENEFICÊNCIA E FILANTROPIA SÃO CRISTOVÃO	314218.	60.975.174/0001-00	Deixar de gar., ao benef. LMM, cob. p/ intern. no Hosp. Inf. Sabará, p/ a realiz. de RNM de quadril e cirur. de Episiod.. Art. 12, II, a da Lei 9.656/98.	48.000,00 (QUARENTA E OITO MIL REAIS)
25789.040997/2011-11	CDE - CENTRO DE DIAGNOSTICO ESPECIALIZADO LTDA.	350095.	86.422.342/0001-15	1) Art. 4º., XXIV da Lei 9961/2000, c/c art. 4º. da RN 112/2005; 2) Art. 13, § ún., inc. II da Lei 9656/98,	112.000,00 (CENTO E DOZE MIL REAIS)
25789.062587/2010-31	INTERMÉDICA SISTEMA DE SAÚDE S/A	359017.	44.649.812/0001-38	Descumprir cláus. do contr. colet. firm. pela Conv. Admin. de Cond. Ltda.. Art. 25 da Lei 9.656/98.	60.000,00 (SESSENTA MIL REAIS)
25789.044872/2010-71	PRÓ-SAÚDE PLANOS DE SAÚDE LTDA. - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL	379697.	02.929.110/0001-68	1) Art. 4º, inc. XVI da Lei 9961/2000 c/c art. 9º da RN 195/2009; 2) Idem; 3) Idem; 4)Art. 9º, inc. II da Lei 9.656/98 c/c art. 20 da RN 85/2004 alt. pela RN 100/2005; 5) Idem; 6) Idem.	390.000,00 (TREZENTOS E NOVENTA MIL REAIS)
25789.003296/2011-92	GEAP FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL	323080.	03.658.432/0001-82	Reduzir rede hosp. s/ aut. da ANS. Art.17, § 4º, da Lei 9.656/98.	927.473,75 (NOVECENTOS E VINTE E SETE MIL, QUATROCENTOS E SETENTA E TRES REAIS E SETENTA E CINCO CENTAVOS)
25789.077920/2011-98	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	Não perm. a particip. do consum. A.E.B.K.J., em plano de assist. à saúde. Art. 12, I, b, da Lei 9.656/98.	Auto de infração 43.979 anulado por improcedência. Arquivamento.
25789.062991/2011-96	INTERMÉDICA SISTEMA DE SAÚDE S/A	359017.	44.649.812/0001-38	Proceder à recont. de carên. p/ o benef. C.E.L.S., em contr. indiv.. Art. 13, § ún., inc. I, da Lei 9.656/98.	25.000,00 (VINTE E CINCO MIL REAIS)
25789.061378/2011-51	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	Descumprir a cláus. do contr. firm. em 4/11/2009 com a benef. V.L.M.. Art. 25 da Lei 9.656/98.	60.000,00 (SESSENTA MIL REAIS)

JOSÉ ESTEVAM L. C. S. FREITAS

RETIFICAÇÃO

Na Decisão de 18/01/2013, no processo 25789.059730/2012-70, publicada no D.O.U de 01/02/2013 , Seção 1, página 64, onde se lê:
Valor da Multa (R$)
Advertência
Leia-se:
Valor da Multa (R$)
1)80.000,00 (oitenta mil reais)
2)Advertência

GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO GERÊNCIA DE OPERAÇÕES DE FISCALIZAÇÃO REGULATÓRIA

RETIFICAÇÃO

No DOU de 26 de fevereiro de 2013, Seção 1, página 32, processo: 33902.200618/2009-18da operadora ASSOCIAÇÃO UNISAUDE MARAU:

Onde consta 33902.200585/2009-06, leia-se 33902.200618/2009-18.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

PORTARIA Nº 453, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

Designa os membros e a presidência da Comissão da Farmacopeia Brasileira, nos termos da Portaria nº 452, de 25 de fevereiro de 2013.

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de recondução de 11 de outubro de 2011 da Presidenta da República, publicado no DOU de 13 de outubro de 2011, o inciso IX do art. 13 do Regulamento da ANVISA aprovado pelo Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, aliado ao que dispõe no inciso VII do art. 16 e o inciso IV, §3º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I, da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e considerando a deliberação da Diretoria Colegiada em reunião realizada em 21 de fevereiro de 2013 e o disposto no Art. 29 da Portaria nº 452, de 25 de fevereiro de 2013, resolve:

Art. 1º Manter a vigência dos mandatos dos atuais membros da Comissão da Farmacopeia Brasileira e dos Comitês Técnicos Temáticos durante o período de transição entre a estrutura definida pela Portaria nº 1.015, de 20 de julho de 2011, e a efetiva implantação da disposta na Portaria nº 452, de 25 de fevereiro de 2013.

Art. 2º Designar Gerson Antônio Pianetti para a presidência da Comissão da Farmacopeia Brasileira durante o período de transição entre a estrutura definida pela Portaria nº 1.015, de 20 de julho de 2011, e a efetiva implantação da disposta na Portaria nº 452, de 25 de fevereiro de 2013.

Art. 3º Os mandatos se encerrarão com a implantação do Conselho Deliberativo de que trata a Portaria nº 452, de 25 de fevereiro de 2013.

Art. 4º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE

CONSULTA PÚBLICA Nº 5, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2013

O Secretário de Atenção à Saúde, torna pública, nos termos do artigo 34, inciso II, c/c 59 do Decreto nº 4.176, de 28 de março de 2002, minuta de Portaria que aprova, na forma do Anexo, as Diretrizes de Atenção à Reabilitação da Pessoa com Acidente Vascular Cerebral no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

O texto em apreço encontra-se disponível, também, nos endereços: www.saude.gov.br/consultapublica e www.saude.gov.br/sas. A relevância da matéria recomenda a sua ampla divulgação a fim de que todos possam contribuir para o seu aperfeiçoamento.

Eventuais sugestões poderão ser encaminhadas ao Ministério da Saúde no prazo de até 30 (trinta) dias a contar da data de publicação desta Consulta Pública, exclusivamente para o endereço eletrônico: diretrizavc@saude.gov.br, com especificação do número desta Consulta Pública e do nome do anexo no título da mensagem.

As contribuições deverão ser fundamentadas, inclusive com material científico que dê suporte às proposições. Deve ocorrer, quando possível, o envio da documentação de referência científica e, quando não for possível, o envio do endereço eletrônico da citada referência científica para verificação na internet.

O Departamento de Ações Programáticas Estratégicas da Secretaria de Atenção à Saúde coordenará a avaliação das proposições apresentadas e a elaboração da versão final consolidada das Diretrizes de Atenção à Reabilitação da Pessoa com Acidente Vascular Cerebral para fins de posterior aprovação e publicação, com vigência em todo o território nacional.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

ANEXO

Portaria n°

Aprova as Diretrizes de Atenção à Reabilitação da Pessoa com Acidente Vascular Cerebral no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o Decreto nº 6.949 de 25 de agosto de 2009, que Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo;

Considerando o Decreto nº 7.612 de novembro de 2011, que institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite;

Considerando a Portaria GM/MS 665 de 12 de abril de 2012 que Dispõe sobre os critérios de habilitação dos estabelecimentos hospitalares como Centro de Atendimento de Urgência aos Pacientes com Acidente Vascular Cerebral (AVC), no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), institui o respectivo incentivo financeiro e aprova a Linha de Cuidados em Acidente Vascular Cerebral na Rede de Atenção às Urgência e Emergências;

Considerando a necessidade de que o SUS ofereça qualifique o atendimento em saúde para as pessoas com deficiência;

Considerando a necessidade de ampliar a integração e articulação dos serviços de reabilitação com a rede de atenção básica e outros pontos de atenção especializada;

Considerando qualificação de profissionais e equipes da Rede de SUS, para o cuidado integral das pessoas com Acidente Vascular Cerebral (AVC), garantindo assim, a inclusão da especificidade e singularidade dessa população no processo de atenção à saúde.

Considerando a necessidade de disponibilizar informações detalhadas sobre como proceder quanto ao diagnóstico, tratamento e acompanhamento dos usuários, que criam mecanismos para garantir a prescrição segura e o acompanhamento eficaz em todo o território nacional

Considerando a avaliação da Secretaria de Atenção à Saúde - Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas - DAPES/SAS, resolve:

Art. 1º Ficam aprovadas as Diretrizes de Atenção à Reabilitação da Pessoa com Acidente Vascular Cerebral no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), constante do Anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. As Diretrizes de Atenção à Reabilitação da Pessoa com Acidente Vascular Cerebral encontram-se disponíveis nos sítios: www.saude.gov.br/consultapublica e www.saude.gov.br/sas.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

PORTARIA Nº 190, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

Habilita o Hospital Geral de Guarulhos Prof. Dr. Waldemar de Carvalho como Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Terapia Nutricional Enteral e Parenteral.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº. 343/GM/MS, de 07 de março de 2005, que institui mecanismos para a organização e implantação de Unidades de Assistência e Centros de Referência de Alta Complexidade em Terapia Nutricional, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS;

Considerando a Portaria SAS/MS nº. 120, de 14 de abril de 2009, que aprova as Normas de Classificação, Credenciamento e Habilitação dos Serviços de Assistência de Alta Complexidade em Terapia Nutricional no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria nº. 2.860/GM/MS, de 26 de novembro de 2008, que estabelece recursos financeiros, a serem incorporados ao Teto Financeiro Anual de Média e Alta Complexidade, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, para o custeio da Terapia Nutricional;

Considerando a manifestação favorável da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo e aprovação no âmbito da Comissão Intergestores Bipartite do Estado, por meio da Deliberação nº 73/2012 de 26 de outubro de 2012; e

Considerando a avaliação da Secretaria de Atenção à Saúde - Departamento de Atenção Especializada - Coordenação-Geral da Média e Alta Complexidade, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o estabelecimento a seguir descrito, como Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Terapia Nutricional Enteral e Parenteral:

Nome fantasia/ Razão Social/Município	CNES	CNPJ
Hospital Geral de Guarulhos Prof. Dr. Waldemar de Carvalho/ Secretaria de Estado de Saúde de São Paulo/São Paulo	2080338	46.374.500/0089-26

Art. 2º O custeio do impacto financeiro gerado por esta habilitação correrá por conta do orçamento do Ministério da Saúde. Os recursos serão alocados ao teto de Média e Alta Complexidade do Estado de acordo com o vínculo do estabelecimento e a modalidade de gestão.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 191, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2013

Habilita a Pró- Nefron Nefrologia Clínica e Terapia Renal Substitutiva LTDA/Rondonópolis/MT, como Serviço de Nefrologia.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº. 1.168/GM/MS, de 15 de junho de 2004, que institui a Política Nacional de Atenção ao Portador de Doença Renal, a ser implantada em todas as unidades federadas;

Considerando a Portaria nº. 432/SAS/MS, de 06 de junho de 2006, que trata da organização e definição das Redes Estaduais de Assistência em Nefrologia na alta complexidade e estabelece as normas específicas de credenciamento dos serviços e dos centros de nefrologia;

Considerando a Portaria nº. 214/SAS/MS, de 15 de junho de 2004, que trata dos procedimentos dialíticos;

Considerando a Resolução - RDC nº. 154, de 15 de junho de 2004, que estabelece o Regulamento Técnico para o funcionamento dos serviços de diálise;

Considerando a manifestação da Secretaria de Saúde do Estado do Mato Grosso, bem como a aprovação no âmbito da Comissão Intergestores Bipartite do Estado do Mato Grosso, por meio de Pactuação na CIB/MT n° 223, de 02 de agosto de 2012; e

Considerando a avaliação da Secretaria de Atenção à Saúde - Departamento de Atenção Especializada - Coordenação-Geral de Média e Alta Complexidade, resolve:

Art. 1º Fica habilitado, como Serviço de Nefrologia (código 1501) o estabelecimento a seguir discriminado:

CNPJ	CNES	Nome /Razão Social/Município/UF
11.506.077/0001-54	7062508	Pró- Nefron Nefrologia Clínica e Terapia Renal Substitutiva LTDA/Rondonópolis/MT.

Art. 2º Fica estabelecido que parte do custeio da habilitação de que trata esta Portaria dar-se-á por meio de remanejamento considerando o Oficio nº002/COCCA/SUREG/SES/MT/2013, e parte do custeio do impacto financeiro gerado por esta habilitação deverá obedecerá ao disposto na Portaria GM/1.112, de 13 de junho de 2002, com ônus para o Ministério da Saúde.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

PORTARIA Nº 192, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 930/GM/MS, de 10 de maio de 2012, que define os critérios de classificação e habilitação de leitos de Unidade Neonatal; e

Considerando a avaliação técnica da Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar - DAE/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o número de leitos da Unidade de Terapia Intensiva Neonatal - UTIN Tipo II, do hospital a seguir relacionado:

RIO DE JANEIRO

CNPJ	Hospital	Nº leitos
42.498.717/0081-30 CNES: 5478898	SES/RJ - Hospital Estadual Vereador Melchiades Calazans - Nilópolis/RJ	
26.10 NEONATAL		05

PERNAMBUCO

CNPJ	Hospital	Nº leitos
09.794.975/0189-08 CNES: 2428393	SES/PE Hospital Regional de Palmares Dr. Silvio Magalhães - Palmares/PE	
26.10 NEONATAL		05

Art. 2º A referida unidade poderá ser submetida à avaliação por técnicos da Secretaria de Atenção à Saúde/MS, e, no caso de descumprimento dos requisitos estabelecidos na Portaria GM/MS nº 930 de 10 de maio de 2012, terão suspensos os efeitos de seu cadastramento.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

PORTARIA Nº 193, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 1.459/GM/MS, de 24 de junho de 2011, que institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Rede Cegonha;

Considerando a Portaria nº 930/GM/MS, de 10 de maio de 2012, que define os critérios de classificação e habilitação de leitos de Unidade Neonatal;

Considerando os Planos de Ação Regional dos respectivos Estados; e

Considerando a avaliação técnica da Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar - DAE/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica habilitado, no âmbito da Rede Cegonha, o número de leitos da Unidade de Terapia Intensiva Neonatal (UTIN) Tipo II do hospital a seguir relacionado:

PARANÁ

CNPJ	Hospital	Nº leitos
07.088.017/0001-91 CNES: 0013633	Hospital Angelina Caron - Sociedade Hospitalar Angelina Caron - Campina Grande do Sul/PR	
26.10 Neonatal		09

Art. 2º Fica alterado, no âmbito da Rede Cegonha, o número de leitos tipo II da Unidade de Terapia Intensiva Neonatal (UTIN) dos Hospitais a seguir relacionados:

TOCANTINS

CNPJ	Hospital	Nº leitos
25.053.117/0015-60 CNES: 2755157	Hospital e Maternidade Dona Regina Siqueira Campos - SES/TO - Palmas/TO	
26.10 Neonatal		20

SÃO PAULO

CNPJ	Hospital	Nº leitos
46.374.500/0133-34 CNES: 2792176	Hospital Geral de Itapecerica da Serra - SES/SP - Itapecerica da Serra/SP	
26.10 Neonatal		10

Art. 3º As referidas unidades poderão ser submetidas à avaliação por técnicos da Secretaria de Atenção à Saúde/MS e, no caso de descumprimento dos requisitos estabelecidos na Portaria nº 930/2012, terão suspensos os efeitos de seu cadastramento.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

PORTARIA Nº 194, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 343/GM/MS, de 7 de março de 2005, que institui mecanismos para a organização e implantação de Unidades de Assistência e Centros de Referência de Alta Complexidade em Terapia Nutricional, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a Portaria nº 120/SAS/MS, de 14 de abril de 2009, que aprova as Normas de Classificação, Credenciamento e Habilitação dos Serviços de Assistência de Alta Complexidade em Terapia Nutricional no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria nº 2.860/GM/MS, de 26 de novembro de 2008, que estabelece recursos financeiros a serem incorporados ao Teto Financeiro Anual de Média e Alta Complexidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, para o custeio da Terapia Nutricional;

Considerando a manifestação favorável da Secretaria de Estado da Saúde de Pernambuco e aprovação no âmbito da Comissão Intergestores Bipartite do Estado, por meio da Deliberação CIB nº 2139/2012, de 21 de novembro de 2012; e

Considerando a avaliação da Coordenação-Geral de Média e Alta Complexidade - Departamento de Atenção Especializada - Secretaria de Atenção à Saúde (CGMAC/DAE/SAS/MS), resolve:

Art. 1º Fica habilitado o estabelecimento a seguir descrito, como Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Terapia Nutricional Enteral e Parenteral:

Nome fantasia/ Razão Social/Município	CNES	CNPJ
Real Hospital Português de Beneficência /Real Hospital Português /Recife/PE	0001120	10.892.164/0001-24

Art. 2º O custeio do impacto financeiro gerado por esta habilitação correrá por conta do orçamento do Ministério da Saúde. Os recursos serão alocados ao teto de Média e Alta Complexidade do Estado, de acordo com o vínculo do estabelecimento e a modalidade de gestão.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

PORTARIA Nº 195, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

Habilita o Hospital Escola AISI/Itajubá/MG, como Serviço de Nefrologia.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº. 1.168/GM/MS, de 15 de junho de 2004, que institui a Política Nacional de Atenção ao Portador de Doença Renal, a ser implantada em todas as unidades federadas;

Considerando a Portaria nº. 432/SAS/MS, de 06 de junho de 2006, que trata da organização e definição das Redes Estaduais de Assistência em Nefrologia na alta complexidade e estabelece as normas específicas de credenciamento dos serviços e dos centros de nefrologia;

Considerando a Portaria nº. 214/SAS/MS, de 15 de junho de 2004, que trata dos procedimentos dialíticos;

Considerando a Resolução - RDC nº. 154, de 15 de junho de 2004, que estabelece o Regulamento Técnico para o funcionamento dos serviços de diálise;

Considerando a manifestação da Secretaria de Saúde do Estado de Minas Gerais bem como a aprovação no âmbito da Comissão Intergestores Bipartite do Estado de Minas Gerais por meio de Pactuação na CIB/MG n° 487, de 22 de novembro de 2012; e

Considerando a avaliação da Secretaria de Atenção à Saúde - Departamento de Atenção Especializada - Coordenação-Geral de Média e Alta Complexidade, resolve:

Art. 1º Fica habilitado, como Serviço de Nefrologia (código 1501), o estabelecimento a seguir discriminado:

CNPJ	CNES	Nome /Razão Social/Município/UF
21.040.696/0003-11	2208857	Hospital Escola AISI/Itajubá/MG.

Art. 2º O custeio do impacto financeiro gerado por esta habilitação deverá obedecer ao disposto na Portaria 1.112/GM/MS, de 13 de junho de 2002, com ônus para o Ministério da Saúde.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

PORTARIA Nº 196, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº. 1.169/GM/MS, de 15 de junho de 2004, que institui a Política Nacional de Atenção Cardiovascular de Alta Complexidade;

Considerando a Portaria SAS/MS nº 210, de 15 de junho de 2004, que define as Unidades de Assistência em Alta Complexidade Cardiovascular e os Centros de Referência em Alta Complexidade Cardiovascular e dá outras providências;

Considerando a Portaria SAS/MS nº. 433, de 15 de maio de 2012, que suspende os parâmetros populacionais para habilitação, em Média e Alta Complexidade, das áreas de Cardiologia, Oftalmologia, Nefrologia e Neurocirurgia. Sendo mantidos os critérios técnicos definidos nas portarias das respectivas áreas, bem como avaliação técnica da Coordenação-Geral de Média e Alta Complexidade e o contexto das Redes de Atenção à Saúde;

Considerando a manifestação favorável da Secretaria de Estado da Saúde Paraná e a aprovação da habilitação pela Comissão Intergestores Bipartite do Estado, conforme Deliberação CIB n° 306/2012 de 17 de outubro de 2012; e

Considerando a avaliação da Secretaria de Atenção à Saúde - Departamento de Atenção Especializada - Coordenação-Geral de Média e Alta Complexidade, resolve:

Art. 1º Fica habilitadoo estabelecimento de saúde a seguir como Unidade de Assistência em Alta Complexidade Cardiovascular, para realizar procedimentos no serviço especificado:

Hospital/Município/UF	CNES	CNPJ
Hospital São Lucas de Cascavel LTDA/Cascavel/PR	2738309	76080027000101
- Serviço de Assistência de Alta Complexidade em Cirurgia Cardiovascular; - Serviço de Assistência de Alta Complexidade em Cirurgia Vascular; - Serviço de Assistência de Alta Complexidade em Procedimentos da Cardiologia Intervencionista; - Serviço de Assistência de Alta Complexidade em Procedimentos Endovasculares Extracardíacos.		

Art. 2º O custeio do impacto financeiro gerado por esta correrá por conta do orçamento do Ministério da Saúde. Os recursos serão alocados ao teto de Média e Alta Complexidade do Estado/município de acordo com o vínculo do estabelecimento e a modalidade de gestão.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

PORTARIA Nº 197, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

Habilita o Hospital Municipal de Diadema - HMD como Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Terapia Nutricional Enteral/Parenteral.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº. 343/GM/MS, de 07 de março de 2005, que institui mecanismos para a organização e implantação de Unidades de Assistência e Centros de Referência de Alta Complexidade em Terapia Nutricional, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS;

Considerando a Portaria SAS/MS nº. 120, de 14 de abril de 2009, que aprova as Normas de Classificação, Credenciamento e Habilitação dos Serviços de Assistência de Alta Complexidade em Terapia Nutricional no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria nº. 2.860/GM/MS, de 26 de novembro de 2008, que estabelece recursos financeiros, a serem incorporados ao Teto Financeiro Anual de Média e Alta Complexidade, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, para o custeio da Terapia Nutricional.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Considerando a manifestação favorável da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo e aprovação no âmbito da Comissão Intergestores Bipartite do Estado, por meio da Deliberação CIB nº 92/2012, datado de 07 de dezembro de 2012;

Considerando a avaliação da Secretaria de Atenção à Saúde - Departamento de Atenção Especializada - Coordenação-Geral da Média e Alta Complexidade, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o estabelecimento a seguir descrito, como Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Terapia Nutricional Enteral/Parenteral:

Nome fantasia/ Razão Social/Município	CNES	CNPJ
Hospital Municipal de Diadema - HMD/Prefeitura do Município de Diadema/SP	2080028	46.523.247/0001-93

Art. 2º O custeio do impacto financeiro gerado por esta habilitação corra por conta do orçamento do Ministério da Saúde. Os recursos serão alocados ao teto de Média e Alta Complexidade do Estado de acordo com o vínculo do estabelecimento e a modalidade de gestão.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

PORTARIA Nº 198, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

Habilita a Santa Casa de Londrina/PR, como Unidade de Assistência em Alta Complexidade Cardiovascular.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 1.169/GM/MS, de 15 de junho de 2004, que institui a Política Nacional de Atenção Cardiovascular de Alta Complexidade;

Considerando a Portaria SAS/MS nº 210, de 15 de junho de 2004, que define as Unidades de Assistência em Alta Complexidade Cardiovascular e os Centros de Referência em Alta Complexidade Cardiovascular;

Considerando a Portaria SAS/MS nº. 433, de 15 de maio de 2012, que suspende os parâmetros populacionais para habilitação, em Média e Alta Complexidade, das áreas de Cardiologia, Oftalmologia, Nefrologia e Neurocirurgia. Sendo mantidos os critérios técnicos definidos nas portarias das respectivas áreas, bem como avaliação técnica da Coordenação-Geral de Média e Alta Complexidade e o contexto das Redes de Atenção à Saúde;

Considerando a manifestação favorável da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná e a aprovação da habilitação pela Comissão Intergestores Bipartite do Estado, conforme Deliberação CIB n° 351, de 20 de dezembro de 2012; e

Considerando a avaliação da Secretaria de Atenção à Saúde - Departamento de Atenção Especializada - Coordenação-Geral da Média e Alta Complexidade, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o estabelecimento de saúde a seguir como Unidade de Assistência em Alta Complexidade Cardiovascular, para realizar procedimentos no serviço especificado:

Hospital/Município/UF	CNES	CNPJ
Santa Casa de Londrina/PR	2580055	78614971/000119
- Serviço de Assistência de Alta Complexidade em Procedimentos Endovasculares Extracardíacos.		

Art. 2º O custeio do impacto financeiro gerado por esta correrá por conta do orçamento do Ministério da Saúde. Os recursos serão alocados ao teto de Média e Alta Complexidade do Estado/município de acordo com o vínculo do estabelecimento e a modalidade de gestão.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

PORTARIA Nº 199, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2013

Aprova o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas da Acromegalia.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso das atribuições,

Considerando a necessidade de se atualizarem parâmetros sobre a acromegalia no Brasil e de diretrizes nacionais para diagnóstico, tratamento e acompanhamento dos indivíduos com esta doença;

Considerando que os Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) são resultado de consenso técnico-científico e são formulados dentro de rigorosos parâmetros de qualidade e precisão de indicação;

Considerando as sugestões dadas à Consulta Pública SAS/MS nº 5, de 12 de dezembro de 2011; e

Considerando a avaliação técnica da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS - CONITEC, do Departamento de Assistência Farmacêutica - DAF/SCTIE e do Departamento de Atenção Especializada - DAE/SAS, resolve:

Art. 1º Fica aprovado, na forma do Anexo desta Portaria, o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas - Acromegalia.

Parágrafo único. O Protocolo objeto deste Artigo, que contém o conceito geral da acromegalia, critérios de diagnóstico, critérios de inclusão e de exclusão, tratamento e mecanismos de regulação, controle e avaliação, é de caráter nacional e deve ser utilizado pelas Secretarias de Saúde dos Estados e dos Municípios na regulação do acesso assistencial, autorização, registro e ressarcimento dos procedimentos correspondentes.

Art. 2º É obrigatória a cientificação do paciente, ou do seu responsável legal, dos potenciais riscos e efeitos colaterais relacionados ao uso de medicamento preconizado para o tratamento da acromegalia.

Art. 3º Os gestores estaduais e municipais do SUS, conforme a sua competência e pactuações, deverão estruturar a rede assistencial, definir os serviços referenciais e estabelecer os fluxos para o atendimento dos indivíduos com a doença em todas as etapas descritas no Anexo desta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Fica revogada a Portaria SAS/MS nº 471, de 23 de julho de 2002, publicada no Diário Oficial da União nº 141, de 24 de julho de 2002, seção 1, página 130.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

ANEXO
PROTOCOLO CLÍNICO E DIRETRIZES TERAPÊUTICAS

ACROMEGALIA

1 METODOLOGIA DE BUSCA E AVALIAÇÃO DA LITERATURA

Foram realizadas buscas nas bases de dados Medline/Pubmed, Embase e Cochrane em 04/05/2011.

Na base de dados Medline/Pubmed, utilizando-se os termos "Acromegaly" [Mesh] "Therapeutics" e restringindo-se para ensaios clínicos randomizados e meta-análises, sem restrição de data ou idioma, em humanos, identificaram-se 32 estudos. Desses, foram desconsiderados os artigos sobre tratamento cirúrgico da acromegalia e sobre reposição de GH após tratamento da acromegalia e os observacionais, sem grupo controle e sem desfechos clínicos ou laboratoriais descritos, restando 13 estudos.

Na base de dados Embase, utilizando-se os termos "Acromegaly" e "Treatment" e restringindo-se para ensaios clínicos randomizados, revisões sistemáticas e meta-análises, sem restrição de data ou idioma, resultaram 79 estudos. Cinco deles que não haviam sido encontrados no Medline foram considerados para elaboração deste Protocolo.

Na base de dados Cochrane, utilizando-se o termo "Acromegaly" para busca de revisões sistemáticas, foram encontradas 3 revisões completas, sendo que nenhuma delas se referia ao tratamento da acromegalia, e 3 protocolos de revisões a serem realizadas, uma das quais se refere ao tratamento medicamentoso da acromegalia, mas ainda não apresenta resultados.

Foram também consultados consensos de sociedades internacionais e nacional, livros-texto de Endocrinologia e base de dados UpToDate, versão 19.2. Todas as fontes utilizadas tiveram suas referências revisadas na tentativa de se obterem outros estudos relevantes.

A fim de atualização deste Protocolo, nova busca foi realizada na base de dados Medline/Pubmed em 29/10/2012, utilizando-se os mesmos termos e limites. Seis novos artigos foram encontrados, porém nenhum deles foi considerado para a elaboração do texto, por não preencherem os critérios de inclusão da busca anterior. Da mesma forma e na mesma data, uma nova busca na base de dados Cochrane foi realizada, mas não foram encontradas revisões sistemáticas para inclusão neste Protocolo.

2 INTRODUÇÃO

A acromegalia é uma doença crônica e insidiosa. Em aproximadamente 98% dos casos, é causada por adenomas hipofisários secretores do hormônio de crescimento (GH) - os somatotropinomas. Nesses casos, a doença pode ser esporádica ou familiar. Em cerca de 2%, é causada pela hipersecreção eutópica ou ectópica do hormônio liberador de GH (GHRH) e, muito raramente, pela secreção ectópica de GH. O excesso de GH estimula a secreção hepática de insulin-like growth factor-I (IGF-1), que causa a maioria das manifestações clínicas da acromegalia (1, 2).

Os tumores hipofisários produtores de GH se originam de uma proliferação clonal benigna dos somatotrofos (células produtoras de GH localizadas na hipófise anterior), envolvendo mecanismos genéticos, hormonais e de sinalização intracelular. O pico de incidência da acromegalia ocorre entre os 30 e 50 anos; pacientes mais jovens em geral exibem tumores mais agressivos. Em relação ao tamanho, classificam-se como microadenomas (com menos de 1 cm) ou macroadenomas (com 1 cm ou mais), sendo que mais de 70% dos tumores causadores de acromegalia são do segundo tipo (1, 2). Os tumores hipofisários exibem grande heterogeneidade de comportamento biológico, podendo apresentar pelo menos 5 subtipos, de acordo com sua estrutura à microscopia eletrônica (3). A resposta às diversas modalidades terapêuticas parece depender dessa heterogeneidade e da presença ou interação com receptores específicos dopaminérgicos e somatostatinérgicos e seus diversos subtipos (3-6).

Além das manifestações clínicas e complicações, existem evidências de aumento da mortalidade de pacientes com acromegalia (7). A mortalidade tem sido associada à doença não controlada, demonstrada pelos níveis de GH e IGF-1 e pela presença de hipertensão arterial (8).

Doença incomum, a incidência de acromegalia é de aproximadamente 3 casos por milhão de pessoas por ano em estudos conduzidos na Europa e nos Estados Unidos (1). Em estudos realizados na Europa, a prevalência varia de 40 a 70 casos por milhão de habitantes (9-13). Não foram encontrados levantamentos epidemiológicos no Brasil.

O tratamento pode ser cirúrgico, radioterápico ou medicamentoso. É chamado primário o primeiro tratamento utilizado (em geral com intuito de controlar a doença em longo prazo). O tratamento secundário tem por objetivo controlar a doença nos pacientes não compensados após a realização do tratamento primário.

3 CLASSIFICAÇÃO ESTATÍSTICA INTERNACIONAL DE DOENÇAS E PROBLEMAS RELACIONADOS À SAÚDE (CID-10)

- E22.0 Acromegalia e gigantismo hipofisário

4 DIAGNÓSTICO

O diagnóstico de acromegalia é feito pela suspeita clínica, por comprovação de excesso hormonal em exames laboratoriais e por exames de imagem para determinação da causa de excesso de GH (14-16).

4.1 DIAGNÓSTICO CLÍNICO

Por ser uma doença insidiosa, o atraso no diagnóstico em geral é de 7 a 10 anos. Os sintomas da acromegalia podem decorrer do próprio tumor hipofisário produtor de GH, como defeitos visuais, paralisia de nervos cranianos (por invasão de seio cavernoso) e cefaleia, ou resultar do excesso de GH e de IGF-1 (1, 2).

O excesso de GH pode se manifestar por sinais clínicos de crescimento excessivo (macrognatia, crescimento de pés e mãos, hipertrofia de tecidos moles, macroglossia), por complicações musculoesqueléticas (artralgias, síndrome do túnel do carpo, miopatia) e por complicações sistêmicas, como hipertensão arterial sistêmica (em até 30% dos pacientes) e ainda diabetes melito, cardiopatia, hipertrofia de ventrículo esquerdo e apneia do sono. Em pacientes jovens que ainda não tiveram o fechamento da cartilagem de crescimento, há registro de crescimento estatural exagerado e gigantismo (1, 2, 17). Além disso, alguns estudos retrospectivos demonstraram aumento da incidência de neoplasia, especialmente de cólon, porém tal associação permanece controversa (18, 19).

Um grupo significativo de pacientes pode apresentar sintomas e sinais decorrentes da hiperprolactinemia, tais como alterações menstruais e galactorreia no sexo feminino, e impotência, sintomas de hipogonadismo e galactorreia no sexo masculino (20), o que muitas vezes leva ao diagnóstico do distúrbio.

A identificação da doença em seu estágio inicial e o encaminhamento ágil e adequado para o atendimento especializado dão à Atenção Básica um caráter essencial para um melhor resultado terapêutico e prognóstico dos casos.

4.2 DIAGNÓSTICO LABORATORIAL

A maioria dos pacientes com acromegalia apresenta níveis elevados de GH e IGF-1. A comprovação desse excesso hormonal é imprescindível para o diagnóstico e deve ser feita pela dosagem de níveis séricos basais de IGF-1 e de GH após sobrecarga de glicose (14-16).

A dosagem dos níveis séricos de IGF-1 é o melhor teste inicial para o diagnóstico, estando os níveis elevados na maioria dos pacientes. Os valores de referência variam de acordo com a idade e com os métodos de dosagem utilizados; os resultados, portanto, devem ser avaliados levando-se em conta essas variações, com os valores normais sendo fornecidos pelo laboratório (1, 14). Por tais razões, é importante que, durante o tratamento e a monitorização da doença, sejam utilizados os mesmos métodos de dosagem dos níveis séricos de GH e IGF-1.

A avaliação laboratorial inicia com a dosagem de IGF-1 e, após, com a do nível sérico de GH. A secreção de GH em indivíduos normais é pulsátil e estimulada por diversos fatores. Além disso, a concentração sérica de GH pode ser alterada por várias doenças, como diabetes melito descompensado, doenças hepáticas e desnutrição. Assim sendo, a dosagem isolada de GH tem pouca utilidade diagnóstica, pois valores elevados são encontrados em indivíduos normais em resposta a estímulos fisiológicos ou em indivíduos com outras doenças que tenham ocasionado sua elevação (1). Entretanto, um valor muito baixo de GH (abaixo de 0,4 ng/ml) exclui o diagnóstico de acromegalia, especialmente se associado a nível sérico de IGF-1 normal (2, 14).

A dosagem de GH após sobrecarga de glicose é um teste laboratorial dinâmico que permite a demonstração da não supressão da secreção de GH. O teste é feito com dosagens de GH antes e 30, 60, 90 e 120 minutos após o paciente receber 75 g de glicose por via oral. Em pacientes normais, os níveis de GH caem para níveis abaixo de 0,4 ng/ml em pelo menos uma das dosagens, sendo esse o ponto de corte para caracterizar não supressão (20-23). Pacientes com diagnóstico de diabetes melito não devem ser submetidos à sobrecarga de glicose. Para eles, o valor basal de GH e o mesmo ponto de corte de 0,4 ng/ml devem ser adotados para caracterizar a não supressão.

A dosagem do nível sérico de IGF-1 e o teste de supressão de GH após sobrecarga de glicose são também empregados para avaliação de resposta ao tratamento.

Outro exame laboratorial importante é a glicose de jejum, pela elevada prevalência de diabetes melito nos pacientes com acromegalia. A função adeno-hipofisária deve ser avaliada por meio dos níveis séricos dos seguintes hormônios: cortisol, TSH, T4 livre, prolactina, LH, FSH e testosterona total (em homens). Nas mulheres, a determinação dos ciclos menstruais é suficiente para avaliação gonadal (14-16).

4.3 DIAGNÓSTICO POR EXAMES DE IMAGEM

Os exames de imagem permitem determinar a origem do excesso de GH. Como a principal causa de acromegalia (cerca de 98% dos casos) é um tumor hipofisário produtor de GH, todos os pacientes devem ser submetidos a ressonância magnética (RM) de sela túrcica. Os pacientes com contraindicação a esse exame devem realizar tomografia computadorizada (TC) de sela túrcica. Nos raros casos com diagnóstico clínico e laboratorial de acromegalia com RM ou TC de sela túrcica sem evidência de adenoma, tumores ectópicos produtores de GH ou de GHRH devem ser pesquisados. Para isso, o paciente deve ser submetido a TC de tórax e de abdômen (1).

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

4.4 OUTROS EXAMES

Para avaliação das complicações decorrentes da acromegalia, recomenda-se a realização, em todos os pacientes, de ecocardiografia, avaliação de distúrbios do sono e, devido a relatos de aumento da incidência de neoplasia de cólon em alguns estudos, colonoscopia (1,15). Além disso, pacientes com tumores hipofisários que à RM apresentem contato com o nervo óptico ou tenham queixas visuais devem ser submetidos a exame oftalmológico com realização de campimetria visual.

5 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO

Devem ser incluídos neste Protocolo todos os pacientes com diagnóstico de acromegalia confirmado por manifestações clínicas e comprovação laboratorial de excesso hormonal (elevação de IGF-1 e de GH). Exames de imagem (RM ou TC) também são obrigatórios para identificação da causa da doença.

Para análogos da somatostatina

Para o tratamento primário com análogos da somatostatina, o paciente deve ter contraindicação ao tratamento cirúrgico e não apresentar sintomas compressivos secundários ao tumor.

Para o tratamento secundário, são elegíveis os pacientes que, após 3-6 meses do procedimento cirúrgico, não apresentarem critérios de controle da doença e aqueles que foram submetidos à radioterapia, mas ainda sem controle da doença.

Para cabergolina

O tratamento primário com cabergolina não é preconizado neste Protocolo.

Para o tratamento secundário, são elegíveis os pacientes que, após 3-6 meses de uso regular de análogos de somatostatina, não apresentarem critérios de controle da doença, caso em que devem ser associados estes medicamentos, ou não tolerarem os análogos da somatostatina.

6 CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO

Serão excluídos todos os pacientes com intolerância, hipersensibilidade ou contraindicação ao uso dos medicamentos preconizados neste Protocolo.

7 CENTRO DE REFERÊNCIA

Pacientes com acromegalia devem ser avaliados periodicamente em relação à eficácia do tratamento e ao desenvolvimento de toxicidade aguda ou crônica. A existência de centro de referência facilita a avaliação diagnóstica, o tratamento, o ajuste de doses conforme necessário e o controle de efeitos adversos.

8 TRATAMENTO

O tratamento da acromegalia pode envolver procedimentos cirúrgicos, radioterapia e terapia medicamentosa. Para esta última, estão disponíveis no mercado brasileiro três classes de medicamentos: agonistas da dopamina, análogos da somatostatina e antagonistas do receptor de GH. Para a atuação das duas primeiras classes, é necessária a presença de receptores funcionais específicos no adenoma hipofisário secretor de GH; já a ação do antagonista do receptor de GH independe das características moleculares do adenoma, pois atua bloqueando a ação do GH em nível periférico (20).

Neste Protocolo, incluem-se as duas primeiras classes: agonistas da dopamina (cabergolina) e análogos da somatostatina (octreotida e lanreotida). O antagonista do receptor de GH (pegvisomanto) não é incluído em decorrência da limitação de dados que demonstrem a efetividade e a segurança do medicamento por períodos mais prolongados e, também, por uma relação de custo-efetividade bastante desfavorável.

A acromegalia deve ser monitorizada não só para o controle dos sintomas, mas também para a diminuição da mortalidade. Além do tratamento da doença, os pacientes também devem receber tratamento para as complicações decorrentes, como hipertensão arterial sistêmica, diabetes melito e doenças cardíacas.

Cirurgia

Na maioria dos casos, o tratamento primário da acromegalia é cirúrgico (14, 15, 20). A remoção completa do tumor secretor de GH resulta em resolução bioquímica e melhora das alterações clínicas. O tratamento cirúrgico pode levar à cura, sendo, por isso, o tratamento de escolha em pacientes com microadenomas, macroadenomas não invasivos e tumores que provocam sintomas compressivos. O resultado do tratamento cirúrgico depende de diversos fatores, tais como critérios anatômicos do tumor e experiência do cirurgião. Em pacientes com microadenomas, a taxa de sucesso (normalização do IGF-1) descrita na literatura é de 75%-95%; em pacientes com macroadenomas não invasivos, a taxa é de 40%-68% (15, 24). Três estudos retrospectivos com 31, 28 e 58 pacientes (25-27), realizados no Brasil, mostraram taxas de remissão bioquímica (dosagem de IGF-1 dentro dos níveis normais para sexo e idade e nadir de GH após sobrecarga de glicose abaixo de 1 ng/ml) de 16%, 35,5% e 70,7%, respectivamente.

Para tumores com extensão para seio cavernoso ou outras características de maior invasão, o tratamento cirúrgico não resultará em cura. Apesar da baixa probabilidade de cura, os pacientes podem se beneficiar do tratamento cirúrgico pela melhor resposta a outras terapias posteriores (28, 29).

As principais complicações relacionadas ao tratamento cirúrgico são fístula liquórica, infecções (meningite e sinusite), hipopituitarismo e diabetes insípido. A taxa de mortalidade da cirurgia transesfenoidal, quando realizada por neurocirurgiões com experiência no procedimento, é inferior a 1% (15).

O tratamento pré-operatório com análogos da somatostatina não é preconizado neste Protocolo.

Radioterapia

A radioterapia é considerada terapia de terceira ou, no máximo, de segunda linha. Em geral, é utilizada nos pacientes que não atingiram controle da doença após os tratamentos cirúrgico e medicamentoso, bem como nos portadores de tumores de comportamento mais invasivo e agressivo (20).

O controle da doença com radioterapia, definido pela normalização de GH e IGF-1, ocorre em 50%-60% dos pacientes em 5-10 anos e em 65%-87% dos pacientes em 15 anos, demonstrando a dependência do tempo para o efeito completo da radiação. Já o controle do crescimento do tumor ocorre em 90%-100% dos casos logo após o tratamento (30-33).

As principais complicações da radioterapia são hipopituitarismo, defeitos visuais, tumores secundários, eventos cerebrovasculares e possivelmente alterações neurocognitivas em longo prazo (1).

Análogos da somatostatina

Os análogos da somatostatina são os principais medicamentos usados no tratamento da acromegalia e agem pela estimulação do receptor da somatostatina. Dessa maneira, eles diminuem a secreção de GH e a proliferação dos somatotrofos (1).

As octreotida e lanreotida são os dois análogos da somatostatina, incluídos neste Protocolo, disponíveis em formulações de curta e longa duração, sendo este último o mais utilizado atualmente na prática clínica. A formulação de curta duração da octreotida é frequentemente empregada para avaliar a tolerabilidade do paciente ao medicamento, antes de iniciar o uso da formulação de longa duração.

No Brasil, atualmente, as formas de longa duração disponíveis são octreotida LAR (long acting release) e lanreotida autogel. A primeira propicia níveis plasmáticos efetivos por aproximadamente 28 dias após injeção intramuscular única. A segunda é uma preparação aquosa da lanreotida de liberação prolongada e é administrada por injeção subcutânea uma vez a cada 28-56 dias (15, 20).

Os estudos que avaliaram a eficácia desses medicamentos mostram grandes variações nos seus resultados, podendo chegar a taxas de resposta de 70%. Tal variação provavelmente decorre dos diferentes critérios utilizados na seleção dos pacientes. Um possível viés dos estudos que apresentaram taxas mais elevadas de resposta é a seleção de pacientes respondedores e sem efeitos adversos na fase run in (15, 34). Em pacientes não selecionados, a taxa de resposta cai para cerca de 40% (35). Além da resposta bioquímica, em cerca de 75% dos pacientes há diminuição de mais de 20% (em média 50%) do tumor produtor de GH (36).

Existem estudos sobre o uso desses medicamentos como tratamento primário, tratamento prévio à cirurgia e tratamento secundário (após a cirurgia).

Tratamento primário

Somente um ensaio clínico randomizado avaliou o tratamento com análogos da somatostatina em comparação com o tratamento cirúrgico (37). Cento e quatro pacientes com diagnóstico recente de acromegalia e sem tratamento prévio foram randomizados para cirurgia transesfenoidal ou para tratamento com octreotida de liberação prolongada. O estudo tinha desenho aberto, e o desfecho primário foi definido como "sucesso no tratamento", dividido em "sucesso total" (IGF-1 dentro do valor normal para idade e sexo e GH médio abaixo ou igual a 2,5 mcg/l) e "sucesso parcial" (IGF-1 dentro do valor normal ou queda de 50% em relação ao basal e GH médio entre 2,5-5,0 mcg/l; ou IGF-1 dentro do valor normal ou queda de 50% em relação ao basal e GH médio abaixo ou igual 2,5 mcg/l). Os pacientes foram acompanhados por 48 semanas, e a resposta foi avaliada nas semanas 12, 24 e 48. Os pacientes do grupo octreotida de liberação prolongada que não apresentavam resposta poderiam ser submetidos à cirurgia na semana 24, e os do grupo cirurgia também poderiam iniciar octreotida de liberação prolongada na semana 12. Os resultados demonstraram uma taxa de "sucesso no tratamento" na semana 24 maior para cirurgia (49% vs 25%, p = 0,047) e igual na semana 48 (39% vs 28%), tendo os autores concluído que o tratamento medicamentoso não difere do cirúrgico. O estudo apresenta diversas limitações que dificultam sua interpretação: não descrição das características basais dos pacientes randomizados e dos perdidos ao longo do estudo, uso de um desfecho com pouca significância clínica (incluindo pacientes controlados e não controlados como "sucesso no tratamento") e comparação na semana 48 (quando os pacientes poderiam já ter sido submetidos ao tratamento do grupo comparador). Com isso, usando-se os dados da semana 24 e considerando-se somente os pacientes com "sucesso total ao tratamento", a cirurgia mostrou-se superior ao tratamento medicamentoso (48,8% vs 25%, p = 0,04) (38).

As demais evidências para a indicação de uso dos análogos da somatostatina são derivadas de estudos observacionais potencialmente enviesados por seleção de pacientes respondedores e sem efeitos adversos na fase de run in (34, 39). Além disso, a maioria dos estudos tem desenho aberto e não dispõe de grupo comparador.

Conforme exposto anteriormente e em virtude da fragilidade das evidências disponíveis para o tratamento primário da acromegalia com análogos da somatostatina, esta conduta dever ser reservada para os pacientes com contraindicação ao tratamento cirúrgico e sem sintomas compressivos secundários ao tumor.

Tratamento prévio à cirurgia

O tratamento prévio à cirurgia com análogos da somatostatina foi avaliado por diversos estudos com resultados divergentes. Para a elaboração deste Protocolo foram utilizados somente trabalhos prospectivos e que apresentassem grupo controle (40-44).

O primeiro estudo (40), um ensaio clínico não randomizado, avaliou 24 pacientes com diagnóstico recente de acromegalia. Os pacientes com contraindicação ou que não aceitavam usar octreotida como pré-tratamento serviram de grupo controle (13 pacientes) e os demais utilizaram octreotida por 12 semanas. O desfecho primário foi remissão da doença, definida como normalização dos níveis séricos de IGF-1 e nadir de GH abaixo de 1 mcg/l após sobrecarga de glicose. Os dois grupos não mostraram diferenças quando avaliados após o tratamento cirúrgico em relação a este desfecho (55% no grupo que recebeu octreotida vs 69% no grupo controle, p > 0,05).

Um estudo semelhante, também com delineamento não randomizado, avaliou 19 pacientes com acromegalia tratados com octreotida por via subcutânea e 19 controles pareados para gravidade da doença (41). Não houve diferença em relação a taxas de remissão quando considerados os níveis de IGF-1, GH basal ou GH após teste de tolerância à glicose. Além disso, não foram observadas diferenças em relação a complicações cirúrgicas.

Em um ensaio clínico randomizado, 82 pacientes recentemente diagnosticados foram avaliados para inclusão no estudo, tendo 32 sido randomizados para tratamento com octreotida e 30 para tratamento cirúrgico direto. O desfecho primário mais uma vez foi cura da acromegalia, definida como normalização dos níveis séricos de IGF-1 e nadir de GH abaixo de 1 mcg/l após sobrecarga de glicose, avaliada 3 meses depois do tratamento cirúrgico. Quando utilizados os dois critérios (IGF-1 e nadir de GH), novamente não houve diferença entre os grupos em relação à taxa de cura (35% no grupo que recebeu octreotida vs 23% no grupo controle, p = 0,4) (42).

Outro estudo prospectivo e randomizado avaliou o tratamento com octreotida LAR em macroadenomas invasivos: 19 pacientes foram randomizados para receber o medicamento por 3 meses e 20 foram randomizados para cirurgia, todos operados pelo mesmo cirurgião. Quando avaliadas, as taxas de cura (baseadas em normalização de IGF-1 e GH) foram maiores no grupo que recebeu tratamento no terceiro e no sexto mês após a intervenção (31,6 vs 5%, p = 0,04 e 42,1% vs 10%, p = 0,03, respectivamente), mas este benefício foi perdido com o seguimento em longo prazo (31,6% vs 10%, p = 0,13) (43).

Em um terceiro ensaio clínico randomizado, o medicamento empregado para tratamento pré-operatório foi lanreotida, utilizada por 16 semanas antes da cirurgia. Quarenta e nove pacientes foram randomizados para receber tratamento e 49 submetidos a tratamento cirúrgico. A taxa de cura (mais uma vez definida como normalização de IGF-1 e GH) foi de 38,8% no grupo tratado e de 18,4% no grupo randomizado diretamente para cirurgia, após 4 meses do tratamento (p = 0,025). Apesar do resultado positivo, o estudo apresenta algumas limitações, como o pequeno número de pacientes e perdas de seguimento (44).

Com base nas evidências, o tratamento prévio à cirurgia com análogos da somatostatina não é recomendado para os pacientes com acromegalia.

Tratamento secundário

A indicação com melhor embasamento na literatura para o uso dos fármacos é para pacientes que não responderam ao tratamento cirúrgico. Nos submetidos à radioterapia, os fármacos também têm indicação no período em que o tratamento radioterápico ainda não controlou a doença.

Um dos primeiros estudos com delineamento adequado foi conduzido por Ezzat e colaboradores em 1992 (45). Esse ensaio clínico randomizado duplo-cego incluiu 115 pacientes, dos quais 70% apresentavam doença persistente após tratamento cirúrgico ou radioterápico. Os pacientes do grupo intervenção receberam octreotida subcutânea na dose de 50 mcg de 8/8 horas por uma semana, aumentada posteriormente para 100 mcg de 8/8 horas por mais 3 semanas. O grupo controle recebeu placebo com as mesmas características. Durante o estudo, todos os pacientes tinham a resposta à terapia avaliada com medidas de GH e IGF-1 em diversos momentos (0, 2 e 4 semanas de tratamento e 4 semanas após o término). Finda essa fase, 104 pacientes foram randomizados para receber duas doses diferentes de octreotida, 100 ou 250 mcg de 8/8 horas por 6 meses. Novamente os pacientes tiveram as respostas avaliadas em diversos momentos (0, 3 e 6 meses de tratamento e 1 mês após o término). O estudo demonstrou que os pacientes do grupo octreotida, quando comparados com os do grupo placebo, apresentaram redução dos níveis de GH e IGF-1. O benefício foi evidenciado 2 semanas após o início do tratamento e perdido com sua interrupção. Na segunda fase do estudo, 68% e 55% dos pacientes apresentaram níveis normais de IGF-1, nos grupos dose baixa e dose alta, respectivamente. Novamente, o benefício foi perdido com a suspensão do tratamento. Além disso, o tratamento foi relacionado com melhora de sinais e sintomas.

Uma meta-análise analisou a eficácia dos medicamentos em relação ao controle da doença (46). Foram incluídos somente estudos prospectivos, com mais de 5 pacientes, com pelo menos 3 meses de tratamento e que apresentassem dados de GH/IGF-1 ou taxas de resposta. No total foram incluídos 12 estudos com 612 pacientes nos quais foi avaliado o uso de octreotida de liberação prolongada e 19 estudos com 914 pacientes que usaram lanreotida LAR como terapia secundária. Do total de pacientes, 424 dos 612 tratados com octreotida (69,3%) e 283 dos 914 tratados com lanreotida (31%) foram incluídos em estudos que tinham como critério de seleção ter respondido ao tratamento previamente. Além disso, somente um deles era cego. A duração média dos estudos foi de 15,5 meses para ambos os fármacos (6-36 meses). No grupo como um todo (n = 612), 57% dos pacientes apresentaram resposta ao tratamento quando avaliados os níveis de GH e 67% quando avaliados os níveis de IGF-1. No grupo lanreotida como um todo (n = 914), 48% dos pacientes apresentaram resposta ao tratamento quando avaliados os níveis de GH e 47% quando avaliados os níveis de IGF-1. Nos pacientes tratados com octreotida selecionados pela resposta ao tratamento (n = 424), houve uma maior proporção dos que normalizaram o IGF-1, quando comparados com os do grupo não selecionado (68 vs 63%, p < 0,05). Nos tratados com lanreotida, os valores foram de 56% no grupo selecionado versus 42% no grupo não selecionado.

Uma segunda meta-análise analisou o efeito dos análogos da somatostatina sobre o coração dos pacientes com acromegalia (47). Foram incluídos todos os estudos que apresentassem dados de desfechos relacionados à função cardíaca, resultando em 18 trabalhos e 290 pacientes. Nenhum ensaio clínico randomizado foi incluído, e a maioria dos estudos eram séries de casos não controladas. As análises de heterogeneidade demonstraram significância para a maioria dos

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

desfechos avaliados, limitando as conclusões. Nos pacientes que utilizaram análogos da somatostatina, houve diminuição da frequência cardíaca e do índice de massa do ventrículo esquerdo e aumento do tempo de duração do exercício. Apesar disso, essa meta-análise tem muitas limitações e seus resultados não devem servir como critério para o tratamento.

Uma terceira meta-análise verificou o efeito dos medicamentos no metabolismo da glicose (48). Foram incluídos estudos que descrevessem pelo menos 3 semanas de tratamento com análogos de somatostatina, dispusessem de dados sobre metabolismo da glicose antes e depois do uso dos fármacos e não houvessem selecionados os pacientes com base na resposta prévia ao tratamento. Foram incluídos 31 estudos na análise, totalizando 619 pacientes. A maioria deles eram séries de casos. Diversos análogos foram utilizados e o tempo de tratamento variou de 3 semanas a 96 meses. Não houve diferença quando avaliadas glicose de jejum ou hemoglobina glicosilada e houve diminuição dos níveis de insulina. Os resultados demonstraram que os medicamentos podem modificar o metabolismo glicêmico, porém com significância clínica limitada.

Na literatura científica atual, inexistem trabalhos comparando diretamente os dois medicamentos disponíveis (octreotida LAR e lanreotida autogel) por meio de ensaios clínicos randomizados duplos-cegos. No entanto, ensaios clínicos do tipo crossover e abertos resultaram em eficácia clínica comparável entre os dois medicamentos, sendo que lanreotida autogel apresenta maior facilidade de administração e possibilidade de administrações com intervalo de tempo mais prolongado em alguns pacientes (49, 50).

Agonistas da dopamina

Antes do surgimento dos análogos da somatostatina, os únicos medicamentos disponíveis para tratamento da acromegalia eram os agonistas da dopamina - bromocriptina e cabergolina, inexistindo estudos adequados comparando os dois fármacos. O uso desses medicamentos em monoterapia tem eficácia muito limitada. Em um estudo prospectivo, não controlado, com 64 pacientes com acromegalia, cabergolina suprimiu a secreção de IGF-1 para menos de 300 mcg/l em 39% dos casos. Nos pacientes com IGF-1 acima de 750 mcg/l, a resposta foi ainda pior, com apenas 17% tendo alcançado esses níveis de IGF-1 (51).

O uso desses medicamentos como terapia aditiva em pacientes que não responderam aos análogos de somatostatina também permanece controverso. A maioria dos estudos disponíveis tem delineamento não controlado e apresenta viés de seleção, com inclusão de pacientes com tumores que também secretam prolactina. Em um estudo prospectivo, 19 pacientes com acromegalia e resistentes ao tratamento com análogos de somatostatina receberam cabergolina em tratamento adjuvante, e em 8 deles (42%) os níveis de IGF-1 foram normalizados (52).

Em recente meta-análise, não foram encontrados estudos randomizados ou controlados por placebo sobre o uso de cabergolina em pacientes com acromegalia. Em 9 estudos avaliados, a cabergolina foi utilizada em monoterapia e 34% dos pacientes alcançaram níveis normais de IGF-1, e em 5 estudos ela foi utilizada como terapia aditiva aos análogos de somatostatina, tendo 52% dos pacientes atingido níveis normais de IGF-1 (53). A falta de estudos com delineamento adequado limita os achados dessa meta-análise, bem como o uso dos medicamentos em monoterapia para tratamento de pacientes com acromegalia.

Com base nas evidências acima, o tratamento da acromegalia com agonistas da dopamina em monoterapia não é recomendado (15, 54). Nos pacientes sem resposta ao tratamento com análogos de somatostatina, esses medicamentos podem ser adicionados (55). Pela ausência de estudos, a bromocriptina não é indicada neste Protocolo.

8.1 FÁRMACOS

Octreotida: ampola de 0,1 e 0,5 mg/ml.

Octreotida de liberação prolongada: frasco-ampola de 10, 20 e 30 mg/ml.

Lanreotida autogel: seringa preenchida de 60, 90 e 120 mg.

Cabergolina: comprimido de 0,5 mg.

8.2 ESQUEMAS DE ADMINISTRAÇÃO

Octreotida

Deve ser utilizada somente para testar a tolerabilidade do paciente aos análogos da somatostatina. Para isso, utiliza-se uma injeção de 100 mcg por via subcutânea.

Octreotida de liberação prolongada

Deve-se iniciar com 20 mg de 28/28 dias. A dose deve ser modificada de acordo com a resposta do paciente (baseada em níveis séricos de GH e IGF-1), devendo os ajustes ser feitos em intervalos de 3-6 meses. Nos pacientes que não apresentam resposta, a dose deve ser aumentada para 30 mg de 28/28 dias. A dose máxima é de 40 mg de 28/28 dias, podendo ser atingida nos pacientes sem resposta à dose de 30 mg. Nos casos com controle da doença, pode-se tentar a redução da dose (de 30 mg para 20 mg, por exemplo) ou o aumento do intervalo de aplicação (de 4 para 6 semanas, por exemplo). A aplicação é feita por via intramuscular.

Lanreotida autogel

Deve-se iniciar com 90 mg, 1 vez por mês. Após 3 meses, avalia-se a resposta clínica e o controle da doença por meio da dosagem dos níveis séricos de GH e IGF-1. Se os sintomas se mostrarem estáveis e os níveis hormonais normais, a dose poderá ser reduzida para 60 mg, 1 vez por mês. Se os sintomas e os níveis de IGF-1 estiverem normais, mas os níveis de GH basal estiverem acima de 1-2,5 ng/ml, a dose é mantida em 90 mg, mensalmente. Se o paciente apresentar sintomas não controlados ou níveis elevados de GH ou IGF-1, a dose deverá ser aumentada para 120 mg, 1 vez por mês (dose máxima). A aplicação é feita por via subcutânea profunda.

Cabergolina

Deve-se iniciar com 1 mg por semana por via oral, podendo ser aumentada até 3,5 mg conforme a necessidade e a tolerância do paciente. A dose deve ser modificada de acordo com a resposta do paciente (baseada em níveis séricos de GH e IGF-1), e os ajustes devem ser feitos em intervalos de 3-6 meses.

8.3 TEMPO DE TRATAMENTO - CRITÉRIOS DE INTERRUPÇÃO

Os pacientes com acromegalia podem ter o tratamento medicamentoso suspenso dependendo das respostas clínica e laboratorial apresentadas. A suspensão do tratamento medicamentoso está indicada para os que foram submetidos à radioterapia ou a tratamento cirúrgico adicional. Os demais devem ter o tratamento medicamentoso mantido para controle da doença.

8.4 Benefícios esperados

Controle da secreção de GH e IGF-1.

Controle do tumor e dos sinais e sintomas relacionados.

Melhora dos sintomas de excesso de GH e IGF-1.

Diminuição das complicações da acromegalia.

Diminuição dos sintomas relacionados ao crescimento do tumor e suas complicações.

Diminuição da mortalidade.

9 MONITORIZAÇÃO

A avaliação da resposta ao tratamento depende da modalidade terapêutica adotada. Para avaliação da resposta ao tratamento dos pacientes submetidos a tratamento cirúrgico, devem ser solicitadas dosagens séricas de IGF-1 e GH após sobrecarga de glicose 3-6 meses depois do procedimento. No caso de diabéticos, devem ser realizadas dosagens de IGF-1 e GH basal sem sobrecarga de glicose.

Nos pacientes em uso de análogos da somatostatina, a dosagem de GH após sobrecarga de glicose não é útil para monitorar a resposta terapêutica. Nesses casos, dosagens de IGF-1 e de GH randômico devem ser efetuadas (20).

A acromegalia será considerada controlada quando a dosagem de IGF-1 encontrar-se dentro do nível normal para sexo e idade e o nadir de GH após sobrecarga de glicose for abaixo de 1 ng/ml (1). Recentemente, foi recomendado um novo ponto de corte para o GH após sobrecarga de glicose (0,4 ng/ml) (56). Pelo maior embasamento do ponto de corte, 1 ng/ml será o nível utilizado para corresponder à cura (8). Se houver discrepância entre as dosagens de GH e IGF-1, o julgamento clínico pode ser importante.

Nos pacientes com doença controlada, esses exames devem ser repetidos de 3/3 meses no primeiro ano e, após, anualmente. Naqueles em que a doença não estiver controlada, a periodicidade dos exames deverá ser mantida no primeiro ano e, após esse período, dependerá da adição de novos tratamentos e da resposta a eles (1).

A avaliação com RM deve ser realizada 6-12 meses depois da cirurgia para acompanhamento. Após o primeiro exame de seguimento, a periodicidade da avaliação por RM vai depender da resposta do paciente ao tratamento. Quando houver sinais clínicos ou laboratoriais de recorrência, a RM deverá ser repetida (14).

Os principais efeitos adversos dos análogos da somatostatina são desconforto e cólicas abdominais, que melhoram com a manutenção do tratamento (em torno de 8-10 semanas após o início). Outra complicação descrita é o desenvolvimento de litíase biliar em até 20% dos pacientes, raramente causando colecistite. Não há necessidade de ultrassonografia de rotina para avaliação dessa complicação. Há relato de casos de desenvolvimento de pancreatite (15). Esses análogos da somatostatina também podem piorar estados hiperglicêmicos. Em pacientes que estiverem em tratamento e engravidarem, o medicamento deve ser suspenso.

Existem evidências de que o uso de cabergolina para o tratamento da doença de Parkinson pode ser relacionado ao desenvolvimento de doença valvar cardíaca. As doses, porém, são mais elevadas e o tratamento tem duração mais prolongada do que aquelas usadas para acromegalia. Em doses empregadas para tratamento de prolactinomas, não foi encontrada essa associação (57, 58).

10 ACOMPANHAMENTO PÓS-TRATAMENTO

Os pacientes com acromegalia devem manter acompanhamento por toda a vida, pela possibilidade de recidiva da doença, com avaliações clínica e laboratorial de 3/3 meses no primeiro ano e, após, anualmente. Essa periodicidade pode ser modificada de acordo com a resposta aos tratamentos e com resultados de exames laboratoriais. As comorbidades associadas (hipertensão, diabetes melito, cardiomiopatia acromegálica) também devem ser avaliadas e acompanhadas no seguimento dos pacientes.

11 REGULAÇÃO/CONTROLE/AVALIAÇÃO PELO GESTOR

Devem ser observados os critérios de inclusão e exclusão de pacientes neste Protocolo, a duração e a monitorização do tratamento bem como a verificação periódica das doses prescritas e dispensadas e a adequação de uso dos medicamentos. Pacientes com acromegalia devem ser atendidos em serviços especializados em Neuroendocrinologia, preferentemente de centros de referência, para seu adequado diagnóstico, tratamento e acompanhamento.

12 TERMO DE ESCLARECIMENTO E RESPONSABILIDADE - TER

É obrigatória a informação ao paciente ou a seu responsável legal dos benefícios, potenciais riscos e efeitos colaterais relacionados ao uso dos medicamentos preconizados neste Protocolo. O TER é obrigatório ao se prescrever medicamento do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica.

13 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Melmed S. Medical progress: Acromegaly. N Engl J Med. 2006;355(24):2558-73.

2. Melmed S. Acromegaly pathogenesis and treatment. J Clin Invest. 2009;119(11):3189-202.

3. Kovacs K, Horvath E. Pathology of growth hormone-producing tumors of the human pituitary. Semin Diagn Pathol. 1986;3(1):18-33.

4. Bhayana S, Booth GL, Asa SL, Kovacs K, Ezzat S. The implication of somatotroph adenoma phenotype to somatostatin analog responsiveness in acromegaly. J Clin Endocrinol Metab. 2005;90(11):6290-5.

5. Horvath E, Kovacs K. Pathology of acromegaly. Neuroendocrinology. 2006;83(3-4):161-5.

6. Neto LV, Machado Ede O, Luque RM,Taboada GF, Marcondes JB, Chimelli LM, et al. Expression analysis of dopamine receptor subtypes in normal human pituitaries, nonfunctioning pituitary adenomas and somatotropinomas, and the association between dopamine and somatostatin receptors with clinical response to octreotide-LAR in acromegaly. J Clin Endocrinol Metab. 2009;94(6):1931-7.

7. Kauppinen-Makelin R, Sane T, Reunanen A, Valimaki MJ, Niskanen L, Markkanen H, et al. A nationwide survey of mortality in acromegaly. J Clin Endocrinol Metab. 2005;90(7):4081-6.

8. Holdaway IM, Rajasoorya RC, Gamble GD. Factors influencing mortality in acromegaly. J Clin Endocrinol Metab. 2004;89(2):667-74.

9. Bengtsson BA, Eden S, Ernest I, Oden A, Sjogren B. Epidemiology and long-term survival in acromegaly. A study of 166 cases diagnosed between 1955 and 1984. Acta Med Scand. 1988;223(4):327-35.

10.Holdaway IM, Rajasoorya C. Epidemiology of acromegaly. Pituitary. 1999;2(1):29-41.

11.Ritchie CM, Atkinson AB, Kennedy AL, Lyons AR, Gordon DS, Fannin T, et al. Ascertainment and natural history of treated acromegaly in Northern Ireland. Ulster Med J. 1990;59(1):55-62.

12.Etxabe J, Gaztambide S, Latorre P, Vazquez JA. Acromegaly: an epidemiological study. J Endocrinol Invest. 1993;16(3):181-7.

13.Mestron A, Webb SM, Astorga R, Benito P, Catala M, Gaztambide S, et al. Epidemiology, clinical characteristics, outcome, morbidity and mortality in acromegaly based on the Spanish Acromegaly Registry (Registro Espanol de Acromegalia, REA). Eur J Endocrinol. 2004;151(4):439-46.

14.Barkan A, Bronstein MD, Bruno OD, Cob A, Espinosa-de-los-Monteros AL, Gadelha MR, et al. Management of acromegaly in Latin America: expert panel recommendations. Pituitary. 2010;13(2):168-75.

15.Melmed S, Colao A, Barkan A, Molitch M, Grossman AB, Kleinberg D, et al. Guidelines for acromegaly management: an update. J Clin Endocrinol Metab. 2009;94(5):1509-17.

16.Vieira Neto L, Abucham J, Araujo LA, Boguszewski CL, Bronstein MD, Czepielewski M, et al. [Recommendations of Neuroendocrinology Department from Brazilian Society of Endocrinology and Metabolism for diagnosis and treatment of acromegaly in Brazil]. Arq Bras Endocrinol Metabol. 2011;55(2):91-105.

17.Molitch ME. Clinical manifestations of acromegaly. Endocrinol Metab Clin North Am. 1992;21(3):597-614.

18.Jenkins PJ. Acromegaly and cancer. Horm Res. 2004;62 Suppl 1:108-15.

19.Pollak MN, Schernhammer ES, Hankinson SE. Insulin-like growth factors and neoplasia. Nat Rev Cancer. 2004;4(7):505-18.

20.Vieira Neto L, Abucham J, Araujo LA, Boguszewski CL, Bronstein MD, Czepielewski M, et al. [Recommendations of Neuroendocrinology Department from Brazilian Society of Endocrinology and Metabolism for diagnosis and treatment of acromegaly in Brazil]. Arq Bras Endocrinol Metabol. 2011 Dec;55(9):725-6.

21.Dimaraki EV, Jaffe CA, DeMott-Friberg R, Chandler WF, Barkan AL. Acromegaly with apparently normal GH secretion: implications for diagnosis and follow-up. J Clin Endocrinol Metab. 2002;87(8):3537-42.

22.Freda PU, Reyes CM, Nuruzzaman AT, Sundeen RE, Bruce JN. Basal and glucose-suppressed GH levels less than 1 microg/L in newly diagnosed acromegaly. Pituitary. 2003;6(4):175-80.

23.Mercado M, Espinosa de los Monteros AL, Sosa E, Cheng S, Mendoza V, Hernandez I, et al. Clinical-biochemical correlations in acromegaly at diagnosis and the real prevalence of biochemically discordant disease. Horm Res. 2004;62(6):293-9.

24.Nomikos P, Buchfelder M, Fahlbusch R. The outcome of surgery in 668 patients with acromegaly using current criteria of biochemical 'cure'. Eur J Endocrinol. 2005;152(3):379-87.

25.Boeving A, Borba LA, Rodrigues AM, Orichowski EB, Paz Filho GJ, Santos CM, et al. [Outcome of surgical treatment for acromegaly performed by a single neurosurgeon and cumulative meta-analysis]. Arq Bras Endocrinol Metabol. 2006;50(5):884-92.

26.Barbosa ER, Zymberg ST, Santos Rde P, Machado HR, Abucham J. [Hormonal control of pituitary adenomas by transsphenoidal surgery: results of the first five years of experience]. Arq Bras Endocrinol Metabol. 2011;55(1):16-28.

27.Gondim JA, Schops M, de Almeida JP, de Albuquerque LA, Gomes E, Ferraz T, et al. Endoscopic endonasal transsphenoidal surgery: surgical results of 228 pituitary adenomas treated in a pituitary center. Pituitary. 2010;13(1):68-77.

28.Colao A, Attanasio R, Pivonello R, Cappabianca P, Cavallo LM, Lasio G, et al. Partial surgical removal of growth hormone-secreting pituitary tumors enhances the response to somatostatin analogs in acromegaly. J Clin Endocrinol Metab. 2006;91(1):85-92.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

29.Jallad RS, Musolino NR, Kodaira S, Cescato VA, Bronstein MD. Does partial surgical tumour removal influence the response to octreotide-LAR in acromegalic patients previously resistant to the somatostatin analogue? Clin Endocrinol (Oxf). 2007;67(2):310-5.

30.Jallad RS, Musolino NR, Salgado LR, Bronstein MD. Treatment of acromegaly: is there still a place for radiotherapy? Pituitary. 2007;10(1):53-9.

31.Erridge SC, Conkey DS, Stockton D, Strachan MW, Statham PF, Whittle IR, et al. Radiotherapy for pituitary adenomas: long-term efficacy and toxicity. Radiother Oncol. 2009;93(3):597-601.

32.Rowland NC, Aghi MK. Radiation treatment strategies for acromegaly. Neurosurg Focus. 2010;29(4):E12.

33.Loeffler JS, Shih HA. Radiation therapy in the management of pituitary adenomas. J Clin Endocrinol Metab. 2011;96(7):1992-2003.

34.Colao A, Auriemma RS, Galdiero M, Lombardi G, Pivonello R. Effects of initial therapy for five years with somatostatin analogs for acromegaly on growth hormone and insulin-like growth factor-I levels, tumor shrinkage, and cardiovascular disease: a prospective study. J Clin Endocrinol Metab. 2009;94(10):3746-56.

35.Mercado M, Borges F, Bouterfa H, Chang TC, Chervin A, Farrall AJ, et al. A prospective, multicentre study to investigate the efficacy, safety and tolerability of octreotide LAR (long-acting repeatable octreotide) in the primary therapy of patients with acromegaly. Clin Endocrinol (Oxf). 2007;66(6):859-68.

36.Melmed S, Sternberg R, Cook D, Klibanski A, Chanson P, Bonert V, et al. A critical analysis of pituitary tumor shrinkage during primary medical therapy in acromegaly. J Clin Endocrinol Metab. 2005;90(7):4405-10.

37.Colao A, Cappabianca P, Caron P, De Menis E, Farrall AJ, Gadelha MR, et al. Octreotide LAR vs. surgery in newly diagnosed patients with acromegaly: a randomized, open-label, multicentre study. Clin Endocrinol (Oxf). 2009;70(5):757-68.

38.Scheffel RS, Dora JM. Critical appraisal of a randomized trial: surgery is superior to octreotide LAR in newly diagnosed patients with acromegaly. Clin Endocrinol (Oxf). 2010;73(1):134; author reply 135-6.

39.Cozzi R, Montini M, Attanasio R, Albizzi M, Lasio G, Lodrini S, et al. Primary treatment of acromegaly with octreotide LAR: a long-term (up to nine years) prospective study of its efficacy in the control of disease activity and tumor shrinkage. J Clin Endocrinol Metab. 2006;91(4):1397-403.

40.Kristof RA, Stoffel-Wagner B, Klingmuller D, Schramm J. Does octreotide treatment improve the surgical results of macroadenomas in acromegaly? A randomized study. Acta Neurochir (Wien). 1999;141(4):399-405.

41.Biermasz NR, van Dulken H, Roelfsema F. Direct postoperative and follow-up results of transsphenoidal surgery in 19 acromegalic patients pretreated with octreotide compared to those in untreated matched controls. J Clin Endocrinol Metab. 1999;84(10):3551-5.

42.Carlsen SM, Lund-Johansen M, Schreiner T, Aanderud S, Johannesen O, Svartberg J, et al. Preoperative octreotide treatment in newly diagnosed acromegalic patients with macroadenomas increases cure short-term postoperative rates: a prospective, randomized trial. J Clin Endocrinol Metab. 2008;93(8):2984-90.

43.Shen M, Shou X, Wang Y, Zhang Z, Wu J, Mao Y, et al. Effect of presurgical long-acting octreotide treatment in acromegaly patients with invasive pituitary macroadenomas: a prospective randomized study. Endocr J. 2010;57(12):1035-44.

44.Mao ZG, Zhu YH, Tang HL, Wang DY, Zhou J, He DS, et al. Preoperative lanreotide treatment in acromegalic patients with macroadenomas increases short-term postoperative cure rates: a prospective, randomised trial. Eur J Endocrinol. 2010;162(4):661-6.

45.Ezzat S, Snyder PJ, Young WF, Boyajy LD, Newman C, Klibanski A, et al. Octreotide treatment of acromegaly. A randomized, multicenter study. Ann Intern Med. 1992;117(9):711-8.

46.Freda PU, Katznelson L, van der Lely AJ, Reyes CM, Zhao S, Rabinowitz D. Long-acting somatostatin analog therapy of acromegaly: a meta-analysis. J Clin Endocrinol Metab. 2005;90(8):4465-73.

47.Maison P, Tropeano AI, Macquin-Mavier I, Giustina A, Chanson P. Impact of somatostatin analogs on the heart in acromegaly: a metaanalysis. J Clin Endocrinol Metab. 2007;92(5):1743-7.

48.Mazziotti G, Floriani I, Bonadonna S, Torri V, Chanson P, Giustina A. Effects of somatostatin analogs on glucose homeostasis: a metaanalysis of acromegaly studies. J Clin Endocrinol Metab. 2009;94(5):1500-8.

49. Ronchi CL, Boschetti M, Degli Uberti EC, Mariotti S, Grottoli S, Loli P, et al. Efficacy of a slow-release formulation of lanreotide (Autogel) 120 mg) in patients with acromegaly previously treated with octreotide long acting release (LAR): an open, multicentre longitudinal study. Clin Endocrinol (Oxf). 2007;67(4):512-9.

50.Kelly P, Maher KT, Chew SL, Monson JP, Grossman AB, Jenkins PJ. A single-center open-label study to investigate the efficacy and safety of repeated subcutaneous injections of lanreotide Autogel in patients with acromegaly previously treated with octreotide. Endocr Pract. 2010;16(2):191-7.

51.Abs R, Verhelst J, Maiter D, Van Acker K, Nobels F, Coolens JL, et al. Cabergoline in the treatment of acromegaly: a study in 64 patients. J Clin Endocrinol Metab. 1998;83(2):374-8.

52.Cozzi R, Attanasio R, Lodrini S, Lasio G. Cabergoline addition to depot somatostatin analogues in resistant acromegalic patients: efficacy and lack of predictive value of prolactin status. Clin Endocrinol (Oxf). 2004;61(2):209-15.

53.Sandret L, Maison P, Chanson P. Place of cabergoline in acromegaly: a meta-analysis. J Clin Endocrinol Metab. 2011;96(5):1327-35.

54.Colao A, Ferone D, Marzullo P, Di Sarno A, Cerbone G, Sarnacchiaro F, et al. Effect of different dopaminergic agents in the treatment of acromegaly. J Clin Endocrinol Metab. 1997;82(2):518-23.

55.Colao A, Filippella M, Pivonello R, Di Somma C, Faggiano A, Lombardi G. Combined therapy of somatostatin analogues and dopamine agonists in the treatment of pituitary tumours. Eur J Endocrinol. 2007;156 Suppl 1:S57-63.

56.Giustina A, Chanson P, Bronstein MD, Klibanski A, Lamberts S, Casanueva FF, et al. A consensus on criteria for cure of acromegaly. J Clin Endocrinol Metab. 2010;95(7):3141-8.

57.Kars M, Delgado V, Holman ER, Feelders RA, Smit JW, Romijn JA, et al. Aortic valve calcification and mild tricuspid regurgitation but no clinical heart disease after 8 years of dopamine agonist therapy for prolactinoma. J Clin Endocrinol Metab. 2008;93(9):3348-56.

58. Vallette S, Serri K, Rivera J, Santagata P, Delorme S, Garfield N, et al. Long-term cabergoline therapy is not associated with valvular heart disease in patients with prolactinomas. Pituitary. 2009;12(3):153-7.

TERMO DE ESCLARECIMENTO E RESPONSABILIDADE

OCTREOTIDA, LANREOTIDA E CABERGOLINA.

Eu, _____ (nome do(a) paciente), declaro ter sido informado(a) claramente sobre benefícios, riscos, contraindicações e principais efeitos adversos relacionados ao uso de octreotida, lanreotida e cabergolina, indicadas para o tratamento da acromegalia.

Os termos médicos foram explicados e todas as dúvidas foram esclarecidas pelo médico _____ (nome do médico que prescreve).

Assim, declaro que fui claramente informado(a) de que o medicamento que passo a receber pode trazer os seguintes benefícios: melhora dos sintomas e redução das complicações.

Fui também claramente informado(a) a respeito das seguintes contraindicações, potenciais efeitos adversos e riscos:

- os riscos do uso de octreotida, lanreotida e cabergolina para o bebê durante a gestação são improváveis; entretanto, caso engravide, devo avisar imediatamente o médico;

- efeitos adversos mais comuns da octreotida: reações locais (dor ou sensação de picada, formigamento ou queimação no local da injeção, com vermelhidão e inchaço); náuseas, vômitos, dor abdominal, gases, diarreia, fezes gordurosas; uso prolongado do medicamento: formação de cálculos (pedras) na vesícula, problemas no fígado e pâncreas;

- efeitos adversos mais comuns da lanreotida: dores de cabeça, cansaço, tonturas, diminuição dos batimentos do coração, alteração do açúcar do sangue, falta de apetite, diarreia ou fezes moles, dor de barriga, enjoos, vômitos, problemas de digestão, gases, pedras na vesícula, aumento da bilirrubina, reações no local da injeção; outros efeitos: reação alérgica na pele, queda de cabelos, agravamento do diabetes, pancreatite aguda, presença de gordura nas fezes;

- efeitos adversos mais comuns da cabergolina: náuseas, dor abdominal, dor de cabeça, tontura, dor no estômago, azia/gastrite, fraqueza e cansaço, prisão de ventre, vômitos, dor no peito, vermelhidão, depressão e câibras; raramente pode ocasionar desmaios;

- medicamentos contraindicados em casos de hipersensibilidade (alergia) aos fármacos ou aos componentes da fórmula;

- o risco da ocorrência de efeitos adversos aumenta com a superdosagem.

Estou ciente de que este medicamento somente pode ser utilizado por mim, comprometendo-me a devolvê-lo caso não queira ou não possa utilizá-lo ou se o tratamento for interrompido. Sei também que continuarei a ser atendido(a), inclusive em caso de desistir de usar o medicamento.

Autorizo o Ministério da Saúde e as Secretarias de Saúde a fazerem uso de informações relativas ao meu tratamento, desde que assegurado o anonimato. ( ) Sim ( ) Não

Meu tratamento constará do seguinte medicamento:

( ) octreotida
( ) lanreotida
( ) cabergolina

Local: Data:		
Nome do paciente:		
Cartão Nacional de Saúde:		
Nome do responsável legal:		
Documento de identificação do responsável legal:		
_____ Assinatura do paciente ou do responsável legal		
Médico responsável:	CRM:	UF:
_____ Assinatura e carimbo do médico Data:_____		

Observação: Este Termo é obrigatório ao se solicitar o fornecimento de medicamento do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica e deverá ser preenchido em duas vias: uma será arquivada na farmácia, e a outra, entregue ao usuário ou a seu responsável legal.

PORTARIA Nº 200, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2013

Aprova o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas da Dislipidemia para a prevenção de eventos cardiovasculares e pancreatite.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso das atribuições,

Considerando a necessidade de se atualizarem parâmetros sobre a dislipidemia no Brasil e de diretrizes nacionais para diagnóstico, tratamento e acompanhamento dos indivíduos com esta condição;

Considerando que os Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) são resultado de consenso técnico-científico e são formulados dentro de rigorosos parâmetros de qualidade e precisão de indicação;

Considerando as sugestões dadas à Consulta Pública SAS/MS nº 42, de 17 de dezembro de 2010; e

Considerando a avaliação técnica da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS - CONITEC, do Departamento de Assistência Farmacêutica - DAF/SCTIE e do Departamento de Atenção Especializada - DAE/SAS, resolve:

Art. 1º Fica aprovado, na forma do Anexo desta Portaria, o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas - Dislipidemia - prevenção de eventos cardiovasculares e pancreatite.

Parágrafo único. O Protocolo objeto deste Artigo, que contém o conceito geral da dislipidemia, critérios de diagnóstico, critérios de inclusão e de exclusão, tratamento e mecanismos de regulação, controle e avaliação, é de caráter nacional e deve ser utilizado pelas Secretarias de Saúde dos Estados e dos Municípios na regulação do acesso assistencial, autorização, registro e ressarcimento dos procedimentos correspondentes.

Art. 2º É obrigatória a cientificação do paciente, ou do seu responsável legal, dos potenciais riscos e efeitos colaterais relacionados ao uso de medicamento preconizado para o tratamento da dislipidemia.

Art. 3º Os gestores estaduais e municipais do SUS, conforme a sua competência e pactuações, deverão estruturar a rede assistencial, definir os serviços referenciais e estabelecer os fluxos para o atendimento dos indivíduos com a doença em todas as etapas descritas no Anexo desta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 1.015/SAS/MS, de 20 de dezembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União nº 248, de 24, de dezembro de 2002, seção 1, página 243.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

ANEXO

PROTOCOLO CLÍNICO E DIRETRIZES TERAPÊUTICAS

DISLIPIDEMIA: PREVENÇÃO DE EVENTOS CARDIOVASCULARES E PANCREATITE

1 METODOLOGIA DE BUSCA E AVALIAÇÃO DA LITERATURA

Foram efetuadas buscas nas bases de dados Medline/Pubmed e Cochrane em 17/09/2012.

Para restringir o universo de estudos, foram selecionadas para as estatinas apenas metanálises publicadas a partir de 2002 (data da primeira edição deste Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas) nos periódicos mais importantes (Core Clinical Journals), que incluíssem mortalidade como desfecho. Para os fibratos, o ácido nicotínico e o ezetimiba foram consideradas metanálises publicadas nos periódicos mais importantes. Também foram avaliados ensaios clínicos randomizados (ECR) que, por terem sido publicados posteriormente às revisões sistemáticas, não fizeram parte delas. Como na primeira edição deste Protocolo não havia artigos sobre o ácido nicotínico, não foi utilizada restrição da data.

Os termos adotados para busca foram selecionados por meio de pesquisa dos termos MeSH relacionados, porém a pesquisa não se restringiu a campos MeSH. Os termos empregados e os limites de busca são apresentados abaixo para cada medicamento.

Para dislipidemia e estatinas, foi realizada busca na base de dados Medline/ Pubmed com os termos (Dyslipidemias OR Hyperlipidemia OR Hypercholesterolemia OR Hypertriglyceridemia OR Hyperlipoproteinemia OR Hypolipoproteinemia) AND (antilipemic agents OR anticholesteremic agents OR "hydroxymethylglutaryl-coa reductase inhibitors" OR lovastatin OR simvastatin OR pravastatin OR atorvastatin OR rosuvastatin OR Fluvastatin), resultando em 17.001 artigos, sendo 2.414 ECRs e 151 metanálises. Busca usando os mesmos termos, com restrição para artigos publicados após 2002, em Core Clinical Journals, resultou em 1.318 artigos, sendo 294 ECRs e 30 metanálises.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Para dislipidemia e fibratos, foi realizada busca na base de dados Medline/Pubmed com os termos (Dyslipidemias OR Hyperlipidemia OR Hypercholesterolemia OR Hypertriglyceridemia OR Hyperlipoproteinemia OR Hypolipoproteinemia) AND (clofibrate OR bezafibrate OR gemfibrozil OR procetofen OR fenofibrate OR clofibric acid OR etofibrate OR ciprofibrate), resultando em 3.337 artigos, sendo 510 ECRs e 17 metanálises. Busca usando os mesmos termos, com restrição para artigos publicados após 2002, em Core Clinical Journals, resultou em 144 artigos, sendo 43 ECRs e 3 metanálises.

Para dislipidemia e ácido nicotínico, foi realizada busca na base de dados Medline/ Pubmed com os termos (Dyslipidemias OR Hyperlipidemia OR Hypercholesterolemia OR Hypertriglyceridemia OR Hyperlipoproteinemia OR Hypolipoproteinemia) AND (niacin), resultando em 1.082 artigos, sendo 107 ECRs e 11 metanálises. Busca usando os mesmos termos, com restrição para artigos publicados em Core Clinical Journals, resultou em 280 artigos, sendo 48 ECRs e 4 metanálises.

Para dislipidemia e ezetimiba, foi realizada busca na base de dados Medline/ Pubmed com os termos (Dyslipidemias OR Hyperlipidemia OR Hypercholesterolemia OR Hypertriglyceridemia OR Hyperlipoproteinemia OR Hypolipoproteinemia) AND (ezetimibe), resultando em 863 artigos, sendo 146 ECRs e 14 metanálises. Busca usando os mesmos termos, com restrição para artigos publicados em Core Clinical Journals, resultou em 131 artigos, sendo 39 ECRs e 2 metanálises.

Na base de dados Cochrane, utilizando-se o termo "Dyslipidemia", foram identificadas 43 revisões sistemáticas.

Além dos estudos localizados por meio destas buscas, foi consultado o UpToDate, versão 19.2.

2 INTRODUÇÃO

A dislipidemia é um fator de risco cardiovascular relevante para o desenvolvimento da aterosclerose. Na aterogênese, o papel do colesterol total, particularmente o contido nas partículas de LDL (LDL-C), advém de uma série de estudos observacionais e experimentais das últimas décadas, passando por estudos pré-clínicos, patológicos, clínicos e genéticos, em diferentes populações. Os trabalhos iniciais relacionaram o colesterol total com doença arterial coronariana (DAC). Como o LDL-C corresponde à maior parte do colesterol total (60%-70% na população geral do Estudo de Framingham), a forte correlação entre colesterol total e DAC reflete a relação entre LDL-C e DAC, confirmada pelo Framingham Heart Study (1). Importantes trabalhos demonstraram o desenvolvimento de DAC nos pacientes sem doença prévia com níveis mais elevados de colesterol total ou LDL-C: o Framingham Heart Study (1), o Multiple Risk Factor Intervention Trial (MRFIT)[2] (2) e o Lipid Research Clinics Coronary Primary Prevention Trial (3,4).

Evidências epidemiológicas contundentes relacionam baixos níveis de colesterol nas partículas de HDL (HDL-C) com maior risco de morbimortalidade por DAC. Níveis elevados de HDL-C, por outro lado, se associam a menor risco, sem aumentar o risco de morte por outras causas. (1,5,6)

Apesar das evidências serem menos expressivas, a elevação de triglicerídeos também se associa a risco de DAC. Duas metanálises do final da década de 1990 relacionaram, de maneira independente, níveis elevados de triglicerídeos com DAC (7,8).

Os níveis de LDL-C apresentam correlação direta com o risco de ocorrência de eventos cardiovasculares (9,11). Pode-se dizer que não existe um "normal", mas níveis desejáveis acima dos quais intervenções já se demonstraram benéficas. Atualmente, níveis de LDL-C maiores de 100 mg/dl parecem estar relacionados com maior risco do desenvolvimento de eventos ateroscleróticos: níveis menores de 100 mg/dl são considerados alvo terapêutico para a maioria dos indivíduos com risco cardiovascular elevado, não significando que tais níveis os isentem deste risco. Sendo as doenças cardiovasculares ateroscleróticas de etiologia multifatorial, a presença de outros fatores de risco (por exemplo, hipertensão arterial sistêmica, tabagismo, obesidade, diabetes melito, história familiar, etc.) são considerados tão importantes quanto os níveis de colesterol total ou de LDL-C, de maneira que, de acordo com a agregação desses fatores de risco, níveis diferentes de LDL-C são desejados como meta para tratamento, não havendo firme consenso sobre qual o valor de LDL para início ou alvo de tratamento (12). Situação clínica de particular aumento de risco é a hipercolesterolemia familiar, em que um grupo de defeitos genéticos resulta em grande elevação dos níveis de colesterol e aumento de doença cardíaca isquêmica prematura (13-15).

Outra situação clínica, não cardiovascular, associada à dislipidemia, particularmente à hipertrigliceridemia, é a pancreatite aguda. Níveis de triglicerídeos maiores do que 500 mg/dl podem precipitar ataques de pancreatite aguda, embora a patogênese da inflamação não seja clara (16). Um estudo estimou que hipertrigliceridemia foi a etiologia da pancreatite aguda entre 1,3%-3,8% dos casos de pancreatite (17).

O tratamento da dislipidemia compreende duas grandes condutas: não medicamentosa e medicamentosa.

A identificação deste fator de risco e o encaminhamento ágil e adequado para o atendimento especializado dão à Atenção Básica um caráter essencial para um melhor resultado terapêutico e prognóstico dos casos.

3 CLASSIFICAÇÃO ESTATÍSTICA INTERNACIONAL DE DOENÇAS E PROBLEMAS RELACIONADOS À SAÚDE (CID-10)

E78.0 - Hipercolesterolemia pura
E78.1 - Hipertrigliceridemia pura
E78.2 - Hiperlipidemia mista
E78.3 - Hiperquilomicronemia
E78.4 - Outras hiperlipidemias
E78.5 - Hiperlipidemia não especificada
E78.6 - Deficiências de lipoproteínas
E78.8 - Outros distúrbios do metabolismo de lipoproteínas

4 DIAGNÓSTICO

O diagnóstico de dislipidemia baseia-se na dosagem dos lipídios séricos: colesterol total, HDL-C e triglicerídeos. A dosagem direta do LDL-C não é necessária, podendo o cálculo ser feito por meio da fórmula de Friedewald [LDL-C = (CT - HDL-C) - (TG/5)], quando o valor dos triglicerídeos for inferior a 400 mg/dl. Para os casos em que o nível dos triglicerídeos for superior a 400 mg/dl, utiliza-se como critério o colesterol não HDL [não HDL-C = CT - HDL-C], cujo alvo é 30 mg/dl acima do alvo de LDL-C (isto é, para pacientes cujo LDL-C alvo for 100 mg/dl, o alvo de não HDL-C será 130 mg/dl) (9,10).

Para o diagnóstico e a detecção dos pacientes sob risco de desenvolvimento de eventos cardiovasculares, o primeiro passo é a identificação dos que já apresentam manifestação prévia da doença. Estes pacientes têm elevado risco de novos eventos. Para os sem manifestação prévia da doença, o Escore de Risco de Framingham (ver o Apêndice) é uma das ferramentas mais aceitas e utilizadas pela comunidade científica médica, apesar de algumas limitações, particularmente em pacientes jovens e portadores de diabetes melito (9,10).

O diagnóstico de hipercolesterolemia familiar deve ser considerado se houver níveis muito elevados de colesterol (acima do percentil 90), presença de xantomas tendinosos, arco córneo em paciente com menos de 45 anos, xantomas tuberosos ou xantelasma em pacientes com menos de 25 anos e familiar de primeiro grau com as manifestações anteriores (18). Os critérios diagnósticos de hipercolesterolemia familiar definidos pela Organização Mundial da Saúde estão descritos no Quadro 1.

Quadro 1 - Critérios Diagnósticos de Hipercolesterolemia Familiar (OMS) (19)

Critérios	Pontos
História familiar	
Familiar de primeiro grau com doença aterosclerótica prematura (homens com menos de 55 anos e mulheres com menos de 60 anos) Familiar de primeiro grau com LDL-C acima do percentil 95	1
Familiar de primeiro grau com xantoma tendinoso quarco córneo Criança (menores de 18 anos) com LDL-C acima do percentil 95	2
História clínica	
Paciente com doença arterial coronariana prematura (homens com menos de 55 anos e mulheres com menos de 60 anos)	2
Paciente com doença arterial cerebral ou periférica prematura (homens com menos de 55 anos e mulheres com menos de 60 anos)	1
Exame físico	
Xantoma tendinoso	6
Arco córneo antes dos 45 anos	4
Exames laboratoriais	
LDL-C maiores ou iguais a 330 mg/dl	8
LDL-C entre 250 e 329 mg/dl	5
LDL-C entre 190 e 249 mg/dl	3
LDL-C entre 155 e 189 mg/dl	1
Mutação genética presente	8
Diagnóstico de hipercolesterolemia familiar é	
Definitivo com	Mais de 8 pontos
Provável com	6-8 pontos
Possível com	3-5 pontos

5 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO

Serão incluídos neste Protocolo de tratamento com estatinas pacientes que apresentarem qualquer um dos critérios abaixo:

a) diabetes melito em homens com idade superior a 45 anos e em mulheres com idade superior a 50 anos, com pelo menos um fator de risco cardiovascular maior (tabagismo, hipertensão arterial sistêmica, história familiar em parente de primeiro grau de doença arterial coronariana precoce - antes dos 55 anos para homens e dos 65 anos para mulheres);

b) moderado a alto risco cardiovascular definido pelo Escore de Risco de Framingham com risco superior a 10% em 10 anos;

c) evidência clínica de doença aterosclerótica, entendendo-se como tal qualquer um dos itens abaixo:

- infarto agudo do miocárdio ou revascularização miocárdica prévios;

- evidência de doença arterial coronariana por cineangiocoronariografia;

- angina com evidência objetiva de isquemia miocárdica demonstrada por teste provocativo (por exemplo: ergometria, cintilografia miocárdica ou ecocardiografia de estresse);

- isquemia cerebral em exames de imagem (tomografia computadorizada ou ressonância nuclear de encéfalo);

- história de acidente isquêmico transitório com evidência de aterosclerose em território carotídeo à ultrassonografia ou arteriografia ou endarterectomia prévia;

- evidência de doença arterial periférica manifestada por claudicação intermitente ou história de revascularização.

d) diagnóstico definitivo de hiperlipidemia familiar, de acordo com Quadro 1.

Considerando que genfibrozila não pode ser usada em associação com estatinas pelo risco de rabdomiólise, serão incluídos neste Protocolo de tratamento com o fibrato genfibrozila pacientes com qualquer um dos seguintes critérios:

a) com intolerância ou refratários ao tratamento com estatinas e com triglicerídeos acima de 200 mg/dl, HDL inferior a 40 mg/dl, refratários a tratamento dietético por pelo menos 3 meses e com confirmação laboratorial (pelo menos 2 determinações de cada exame com 2 semanas de intervalo);

b) com intolerância ou refratários ao tratamento com estatinas e com triglicerídeos acima de 500 mg/dl (objetivando prevenção de pancreatite).

Serão também incluídos neste Protocolo de tratamento com os fibratos fenofibrato, ciprofibrato, etofibrato e bezafibrato pacientes com ou sem indicação de uso de estatinas e triglicerídeos acima 500 mg/dl (objetivando prevenção de pancreatite).

Serão incluídos neste Protocolo de tratamento com ácido nicotínico somente pacientes com indicação de uso de estatinas, porém intolerantes ou com contraindicação a elas e que não preencham os critérios para uso de fibratos.

6 CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO

Serão excluídos deste Protocolo pacientes que apresentarem uma das seguintes condições:

a) hipotireoidismo descompensado (TSH acima de 10 mcUI/ml);

b) gestantes ou mulheres em idade fértil que não estejam utilizando pelo menos dois métodos contraceptivos seguros ou que não tenham contracepção definitiva;

c) doença hepática aguda ou crônica grave (como elevação das transaminases mais de 3 vezes os valores normais, icterícia ou prolongamento do tempo de protrombina); ou

d) hipersensibilidade ou evento adverso prévio conhecido ao medicamento ou a qualquer componente da fórmula.

7 CASOS ESPECIAIS

Mesmo na ausência de evidência de impacto sobre a mortalidade, pacientes de muito alto risco cardiovascular (Escore de Risco de Framingham com risco superior a 20% em 10 anos ou prevenção secundária com manutenção de fatores de risco maiores) podem ser considerados candidatos à terapia hipolipemiante agressiva com alta dose de estatina (até as doses máximas preconizadas neste Protocolo) (9). Sugere-se que estes casos sejam avaliados em hospitais habilitados como Unidades ou Centros de Assistência em Alta Complexidade Cardiovascular.

Mesmo na ausência de evidências clínicas contundentes de interações das estatinas que interferem no citocromo P450 com medicamentos antirretrovirais, algumas diretrizes recomendam o emprego preferencial de pravastatina ou atorvastatina por não interferirem nesta rota metabólica. Assim, a pravastatina, por ser a alternativa de menor custo, é a estatina de escolha para estes pacientes.

8 TRATAMENTO

O tratamento da dislipidemia tem por objetivo final a redução de eventos cardiovasculares (incluindo mortalidade) bem como a prevenção de pancreatite aguda (associada à hipertrigliceridemia grave).

Tradicionalmente, o tratamento buscava atingir níveis de LDL abaixo 100 mg/dl ou de triglicerídeos abaixo 150 mg/dl (9,10); mais recentemente, o tratamento objetiva mais alcançar a redução do risco cardiovascular do paciente do que com a busca de níveis específicos. Vale dizer que, para se avaliar o risco global do paciente, a busca de níveis de colesterol isoladamente já não é critério suficiente. Neste Protocolo, o risco global do paciente é critério de inclusão no tratamento.

8.1 TRATAMENTO NÃO MEDICAMENTOSO

Aspecto fundamental no tratamento da dislipidemia inclui medidas não farmacológicas direcionadas não somente à redução dos níveis de lipídios séricos mas também a outros fatores de risco cardiovascular.

A conduta não medicamentosa deve ser recomendada a todos os pacientes com dislipidemia, incluindo, no mínimo, terapia nutricional, exercícios físicos e cessação do tabagismo.

Terapia nutricional

Está bem demonstrado que o aumento do consumo de gorduras totais associa-se à elevação da concentração plasmática de colesterol e à maior incidência de aterosclerose (1,9).

A quantidade de gorduras saturadas e de colesterol presentes nos alimentos influencia diferentemente os níveis lipídicos plasmáticos, em especial a colesterolemia. Para reduzir a ingestão de colesterol, deve-se diminuir o consumo de alimentos de origem animal, em especial vísceras, leite integral e seus derivados, embutidos, frios, pele de aves e gema de ovos. Para diminuir o consumo de ácidos graxos saturados, aconselha-se a redução da ingestão de gordura animal (carnes gordurosas, leite e derivados), de polpa e leite de coco e de alguns óleos vegetais que contêm quantidades significativas de ácidos graxos saturados, como os óleos de palma, de coco e de dendê (9).

Para a hipertrigliceridemia, há duas condutas distintas, porém complementares.

Para os pacientes com hiperquilomicronemia (geralmente quando os níveis de triglicerídeos são acima 1.000 mg/dl - situação associada a aumento do risco de pancreatite), recomenda-se reduzir a ingestão de gordura total da dieta (principalmente os óleos de cozinha e gorduras visíveis), substituindo, quando necessário (para se poder manter o mínimo de calorias na dieta para manutenção das atividades diárias), a utilização dos ácidos graxos de cadeia média que não entram na composição das quilomicras.

Para os pacientes com hipertrigliceridemia secundária, com valores de triglicerídeos geralmente abaixo de 1.000 mg/dl, comumente devido a excesso de ingestão de carboidratos, obesidade ou diabetes melito, recomendam-se, respectivamente, restrição de carboidratos, dieta hipocalórica e hipoglicídica e compensação do diabetes, além da redução das gorduras da dieta, como no caso acima, e da abstenção do consumo de álcool (9).

Exercícios físicos

Exercícios físicos são eficazes principalmente como coadjuvantes da dieta no tratamento da hipertrigliceridemia associada à obesidade. Devem ser adotados, com frequência de 3-6 vezes/semana e prescrição média de 150 minutos/semana de exercícios leves a moderados. Pacientes assintomáticos dispensam avaliação médica prévia, devendo ser mantidos os medicamentos de uso corrente[9].

Tabagismo

O hábito de fumar pode estar associado à redução significativa dos níveis de HDL-C. O tabagismo deve ser combatido de forma agressiva. O tratamento inclui duas etapas: abordagem cognitivo-comportamental e, se necessário, farmacoterapia.

O tratamento do tabagismo no Sistema Único de Saúde (SUS) é previsto no Programa Nacional de Controle do Tabagismo.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

8.2 TRATAMENTO MEDICAMENTOSO

Estatinas

O grupo das estatinas foi o primeiro a apresentar evidência de benefício no tratamento da dislipidemia. O estudo conhecido por 4S (20), de 1994, foi o primeiro a demonstrar prevenção de eventos cardiovasculares e morte com o tratamento da dislipidemia, tendo avaliado pacientes em prevenção secundária com níveis de colesterol elevado e de alto risco cardiovascular. Depois dele, vários trabalhos demonstraram benefícios em populações diferentes. Em prevenção secundária, destacam-se os clássicos 4S (20), CARE (21) e LIPID (22), que demonstraram redução na recorrência de infarto, morte coronariana, revascularização cardíaca e acidente cerebrovascular; em dois, foi observada redução da mortalidade total. Em prevenção primária, destacam-se WOSCOPS (23) e AFCAPS/TexCAPS (24).

Nos últimos anos, várias publicações podem ser encontradas, entre elas algumas metanálises confirmando o benefício do uso das estatinas em várias populações diferentes (25-32).

Em relação a comparações entre as estatinas, uma publicação da Oregon Health & Science University, que realizou avaliação dos representantes disponíveis à época, concluiu que (33): a) faltam estudos comparando diretamente os representantes (head-to-head comparison) em prevenção primária e b) em prevenção secundária, altas doses de atorvastatina (80 mg/dia) foram superiores a doses usuais de pravastatina (40 mg/dia) em um estudo (34) e de atorvastatina (10 mg/dia) em outro (35).

As melhores e mais contundentes evidências no que se refere à prevenção de mortalidade no tratamento da dislipidemia são disponíveis para sinvastatina (20,36) e pravastatina (21,22). A lovastatina apresenta evidência de benefício no que diz respeito a prevenção de infarto do miocárdio, revascularização, angina e desfecho combinado de infarto, angina e mortalidade cardiovascular (24). Em estudo de prevenção primária em pacientes hipertensos, a atorvastatina (10 mg/dia) reduziu desfechos cardiovasculares maiores, mas não demonstrou benefício em termos de mortalidade (37). Quando usada em altas doses (80 mg/dia), a atorvastatina demonstrou benefício em estudos de pacientes pós-infarto agudo do miocárdio, se comparada a sinvastatina (20 mg/dia), reduzindo eventos cardiovasculares maiores, sem alterar, entretanto, a mortalidade total (38).

Há um único estudo de prevenção primária em pacientes de risco intermediário (risco de eventos cardiovasculares de 10%-20% em 10 anos, pelo Escore de Risco de Framingham) que avaliou desfechos primordiais com rosuvastatina (39). Esse estudo clínico randomizado incluiu homens acima 50 anos e mulheres acima 60 anos, sem história de eventos cardiovasculares nem diagnóstico de diabetes melito, com níveis de LDL-C acima de 130 mg/dl e de proteína-C reativa altamente sensível igual ou acima 2 mg/l. A intervenção, comparada com o placebo, reduziu significativamente desfechos cardiovasculares maiores e mortalidade total (39). Esse estudo, entretanto, tem sido motivo de grande controvérsia no meio cientifico, sendo desacreditado por alguns autores devido à finalização precoce sem uma definição a priori explícita dos critérios, incidência de eventos muito aquém do esperado e grande potencial de conflitos de interesse, entre outros (40,41). Vale ressaltar também que a rosuvastatina associou-se, na análise individual das estatinas, ao desenvolvimento de diabetes melito em metanálise, com aumento de risco de 18% (IC 95%; 4%-33%) (42).

Apesar de alguns trabalhos (9,43) sugerirem terapia hipolipemiante agressiva em pacientes de muito alto risco cardiovascular, as evidências são conflitantes. Os resultados da terapia agressiva (LDL-C alvo de 70 mg/dl) não demonstraram benefício sobre mortalidade geral ou mortalidade cardiovascular (44,45). Os estudos apontam para uma redução da incidência de infarto agudo do miocárdio, mas também para uma maior taxa de eventos adversos, com elevação de enzimas hepáticas, miopatia, aumento da incidência de diabetes e abandono de tratamento (46,49). Outras evidências da falta de benefício da busca do LDL-C muito baixo são as apresentadas em artigos nos quais o uso de ezetimiba, apesar de diminuir significativamente os níveis de colesterol, não mostra qualquer benefício clínico.

Assim sendo, os representantes da classe das estatinas com evidência inequívoca de benefício em desfechos primordiais tanto em homens quanto em mulheres (50) e que serão considerados por este Protocolo são sinvastatina, pravastatina, lovastatina, fluvastatina e atorvastatina. O tratamento será baseado no paciente sob risco e não na busca do LDL-C alvo.

Fibratos

Apesar de comumente serem considerados uma única classe de medicamentos, os representantes dos fibratos apresentam características e mecanismos de ação diferentes, não devendo ser tratados como efeito de classe, mas avaliados individualmente.

O benefício cardiovascular dos fibratos foi sugerido em estudos das décadas de 1980 e 1990. O Helsinki Heart Study (51), publicado em 1987, foi um ECR que avaliou o uso de genfibrozila (600 mg, 2 vezes/dia) em homens com colesterol não HDL acima de 200 mg/dl. Nesse estudo, apesar de não ter ocorrido redução na mortalidade total, verificou-se diminuição de 34% na incidência de eventos cardiovasculares. O VA-HIT (52), publicado em 1999, corroborou os resultados do Helsinki Heart Study, com redução da incidência de infarto do miocárdio, de eventos cerebrovasculares e do desfecho combinado de infarto, acidente cerebrovascular e mortalidade.

Apesar desses estudos iniciais, metanálises posteriores não demonstraram benefício cardiovascular desta classe de medicamentos. Studer e colaboradores (27) não observaram qualquer evidência de benefício, tendo sido obtido um risco relativo de 1,0 (IC 95%; 0,91-1,11) para mortalidade total, de 0,93 (IC 95%; 0,81-1,08) para mortalidade cardíaca e de 1,13 (IC 95%; 1,01-1,27) para mortalidade não cardíaca. No estudo de Abourbih e colaboradores (53), foi detectada prevenção de infartos não fatais, sem benefício sobre mortalidade.

Desta forma, com os trabalhos disponíveis, conclui-se que a genfibrozila associa-se a redução de eventos cardiovasculares maiores em pacientes com hipercolesterolemia e naqueles com hipertrigliceridemia associada a baixos níveis de HDL(41). Os fibratos demonstraram benefícios na redução de eventos cardiovasculares maiores e coronarianos apesar de não reduzirem a incidência de acidentes vasculares cerebrais, mortalidade total ou mortalidade cardiovascular (54).

A genfibrozila não pode ser usada em associação com estatinas pelo risco de rabdomiólise. Em pacientes com triglicerídeos maiores que 500 mg/dl com adesão a dieta e exercícios e em uso de estatinas, pode ser combinada com fenofibrato, ciprofibrato, etofibrato ou bezafibrato para redução do risco de pancreatite aguda.

Ácido nicotínico

O benefício do ácido nicotínico foi sugerido no Coronary Drug Project, ECR desenvolvido entre 1966 e 1975, tendo sido demonstrada redução do risco de infarto do miocárdio (55). Estudo de seguimento de longo prazo desse estudo, após a fase randomizada, demonstrou redução de mortalidade total e cardiovascular (NNT 17 e 21, respectivamente) (56).

O estudo de Studer e colaboradores (27), entretanto, encontrou, para o desfecho de mortalidade, uma razão de risco de 0,96 (IC 95%; 0,86-1,08), sugerindo ausência de benefício.

Desta forma, o uso de ácido nicotínico, neste Protocolo, será considerado apenas para as situações em que o paciente tenha intolerância a estatinas e não preencha os critérios para uso de fibratos.

Ezetimiba

Na busca de publicações sobre ezetimiba no tratamento da dislipidemia, foram encontradas 9 metanálises que avaliaram o uso deste medicamento em pacientes dislipidêmicos (57-65). Nenhuma delas avaliou desfechos clínicos por não terem encontrado ECR que tenham avaliado tais desfechos. Pesquisando por ECR, também não foram encontrados estudos que tenham avaliado desfechos de mortalidade total ou mortalidade cardiovascular. Desta forma, inexistindo qualquer evidência de benefício clínico, a ezetimiba não é preconizada neste Protocolo.

8.3 FÁRMACOS

Atorvastatina: comprimidos de 10, 20, 40 e 80 mg.

Fluvastatina: cápsula de 20 e 40 mg.

Lovastatina: comprimidos de 10, 20 e 40 mg.

Pravastatina: comprimidos de 10, 20 e 40 mg.

Sinvastatina: comprimidos de 10, 20 e 40 mg.

Bezafibrato: comprimidos e drágeas de 200 mg e comprimidos de desintegração lenta de 400 mg.

Ciprofibrato: comprimidos de 100 mg.

Etofibrato: cápsula de 500 mg.

Fenofibrato: cápsulas de 200 mg e cápsulas de liberação retardada de 250 mg.

Genfibrozila: comprimidos de 600 e 900 mg.

Ácido nicotínico: comprimidos de 250, 500 e 750 mg.

8.4 ESQUEMAS DE ADMINISTRAÇÃO

Estatinas

Devem ser usadas preferencialmente à noite para se obter o efeito máximo. Os representantes destes grupos com suas doses mínimas e máximas encontram-se na Tabela 1.

Fibratos

Devem ser tomados preferencialmente em horário afastado das estatinas, quando estas forem usadas concomitantemente, para diminuir o risco de toxicidade, ou seja, pela manhã. A genfibrozila nunca deve ser administrada concomitantemente ao uso de estatinas. Os representantes destes grupos com suas doses mínimas e máximas encontram-se na Tabela 1.

Ácido nicotínico

Utilizam-se 2 a 3 g/dia (início do efeito terapêutico com 1 a 2 g/dia), ajustados conforme o efeito ou a tolerância. Devido à baixa tolerância imediata a doses elevadas, inicia-se o tratamento com doses baixas (250 mg em dose única após o jantar), com aumento gradual a cada 2 a 4 semanas, até atingir a dose eficaz (ver Tabela 1).

Tabela 1 - Doses Iniciais e Máximas das Estatinas e Fibratos.

Medicamento	Dose inicial (mg)	Dose máxima (mg)
ESTATINAS		
Atorvastatina	10	80*
Fluvastatina	20	80
Lovastatina	20	80
Pravastatina	20	40
Sinvastatina	20	40 (80**)
FIBRATOS		
Bezafibrato	200	400
Ciprofibrato	100	100
Etofibrato	500	500
Fenofibrato	200	250
Genfibrozila	600	1200
OUTROS		
Ácido Nicotínico	250	3.000

* Restrita a casos especiais, sendo 10 mg a dose usual.
** Esta dose se associa a risco aumentado de toxicidade.

8.5 TEMPO DE TRATAMENTO - CRITÉRIOS DE INTERRUPÇÃO

O tratamento deve ser feito de modo contínuo. Efeitos adversos (como mialgias durante o uso dos medicamentos e elevação de creatinofosfoquinase (CPK) 10 vezes acima do valor normal, ou AST-TGO/ALT-TGP 3 vezes acima do valor normal) ou surgimento de contraindicações determinarão sua suspensão.

8.6 BENEFÍCIOS ESPERADOS

Estatinas: prevenção de eventos cardiovasculares maiores, incluindo morte, infarto agudo do miocárdio, acidente vascular cerebral e revascularização, entre outros.

Fibratos: prevenção de eventos cardiovasculares maiores quando utilizados em pacientes com hipertrigliceridemia associada a HDL baixo e prevenção de pancreatite aguda

Ácido nicotínico: prevenção de eventos cardiovasculares maiores.

9 MONITORIZAÇÃO

Após iniciado o tratamento com estatinas objetivando a prevenção de eventos cardiovasculares, não se faz necessária monitorização de perfil lipídico, uma vez que o tratamento será contínuo. Para pacientes que utilizam outros medicamentos que não estatinas, apesar de utilidade questionável na avaliação prognóstica, a aferição do perfil lipídico pode ser feita anualmente com o intuito de dirimir dúvidas e aumentar o conhecimento e a adesão dos pacientes. Para pacientes cujo objetivo terapêutico é a prevenção de pancreatite secundária a hipertrigliceridemia, a monitorização sérica de triglicerídeos pode ser realizada semestralmente.

Para usuários de estatinas e fibratos, provas de função hepática (aminotransferases/transaminases) e muscular (CPK) devem ser realizadas no início do tratamento, após 6 meses e toda vez que for alterada a dose do medicamento ou forem associados outros fármacos que aumentem o risco de toxicidade, como fibratos, por exemplo.

10 REGULAÇÃO/CONTROLE/AVALIAÇÃO PELO GESTOR

Devem ser observados os critérios de inclusão e exclusão de pacientes neste Protocolo, a duração e a monitorização do tratamento, bem como a verificação periódica das doses prescritas e dispensadas e a adequação de uso dos medicamentos.

11 TERMO DE ESCLARECIMENTO E RESPONSABILIDADE - TER

É obrigatória a informação ao paciente ou a seu responsável legal dos potenciais riscos, benefícios e efeitos adversos relacionados ao uso dos medicamentos preconizados neste Protocolo. O TER é obrigatório ao se prescrever medicamento Componente Especializado da Assistência Farmacêutica.

12 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Wilson PW, D'Agostino RB, Levy D, Belanger AM, Silbershatz H, Kannel WB. Prediction of coronary heart disease using risk factor categories. Circulation 1998 May 12;97(18):1837-47.

2. Stamler J, Wentworth D, Neaton JD. Is relationship between serum cholesterol and risk of premature death from coronary heart disease continuous and graded? Findings in 356,222 primary screenees of the Multiple Risk Factor Intervention Trial (MRFIT). JAMA 1986 Nov 28;256(20):2823-8.

3. The Lipid Research Clinics Coronary Primary Prevention Trial results. I. Reduction in incidence of coronary heart disease. JAMA 1984 Jan 20;251(3):351-64.

4. The Lipid Research Clinics Coronary Primary Prevention Trial results. II. The relationship of reduction in incidence of coronary heart disease to cholesterol lowering. JAMA 1984 Jan 20;251(3):365-74.

5. Gordon DJ, Probstfield JL, Garrison RJ, Neaton JD, Castelli WP, Knoke JD, et al. High-density lipoprotein cholesterol and cardiovascular disease. Four prospective American studies. Circulation 1989 Jan;79(1):8-15.

6. Abbott RD, Donahue RP, Kannel WB, Wilson PW. The impact of diabetes on survival following myocardial infarction in men vs women. The Framingham Study. JAMA 1988 Dec 16;260(23):3456-60.

7. Austin MA, Hokanson JE, Edwards KL. Hypertriglyceridemia as a cardiovascular risk factor. Am J Cardiol 1998 Feb 26;81(4A):7B-12B.

8. Assmann G, Schulte H, Funke H, von Eckardstein A. The emergence of triglycerides as a significant independent risk factor in coronary artery disease. Eur Heart J 1998 Oct;19 Suppl M:M8-14.

9. Sposito AC, Caramelli B, Fonseca FA, Bertolami MC, Afiune NA, Souza AD, et al. [IV Brazilian Guideline for Dyslipidemia and Atherosclerosis prevention: Department of Atherosclerosis of Brazilian Society of Cardiology]. Arq Bras Cardiol 2007 Apr;88 Suppl 1:2-19.

10. Genest J, McPherson R, Frohlich J, Anderson T, Campbell N, Carpentier A, et al. 2009 Canadian Cardiovascular Society/Canadian guidelines for the diagnosis and treatment of dyslipidemia and prevention of cardiovascular disease in the adult - 2009 recommendations. Can J Cardiol 2009 Oct;25(10):567-79.

11. Reiner Z, Catapano AL, De BG, Graham I, Taskinen MR, Wiklund O, et al. ESC/EAS Guidelines for the management of dyslipidaemias: the Task Force for the management of dyslipidaemias of the European Society of Cardiology (ESC) and the European Atherosclerosis Society (EAS)
1. Eur Heart J 2011 Jul;32(14):1769-818.

12. Lebenthal Y, Horvath A, Dziechciarz P, Szajewska H, Shamir R. Are treatment targets for hypercholesterolemia evidence based? Systematic review and meta-analysis of randomised controlled trials 1. Arch Dis Child 2010 Sep;95(9):673-80.

13. Genest JJ, Jr., Martin-Munley SS, McNamara JR, Ordovas JM, Jenner J, Myers RH, et al. Familial lipoprotein disorders in patients with premature coronary artery disease. Circulation 1992 Jun;85(6):2025-33.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

14. Goldberg AC, Hopkins PN, Toth PP, Ballantyne CM, Rader DJ, Robinson JG, et al. Familial hypercholesterolemia: screening, diagnosis and management of pediatric and adult patients: clinical guidance from the National Lipid Association Expert Panel on Familial Hypercholesterolemia 1. J Clin Lipidol 2011 May;5(3):133-40.

15. Reiner Z, Catapano AL, De BG, Graham I, Taskinen MR, Wiklund O, et al. ESC/EAS Guidelines for the management of dyslipidaemias: the Task Force for the management of dyslipidaemias of the European Society of Cardiology (ESC) and the European Atherosclerosis Society (EAS) 1. Eur Heart J 2011 Jul;32(14):1769-818.

16. Vege S, Chari S. Etiology of acute pancreatitis. In: Bonis P, editor. UpToDate. 17.2 ed. Waltham, MA: UpToDate; 2009.

17. Fortson MR, Freedman SN, Webster PD, III. Clinical assessment of hyperlipidemic pancreatitis. Am J Gastroenterol 1995 Dec;90(12):2134-9.

18. Goldberg AC, Hopkins PN, Toth PP, Ballantyne CM, Rader DJ, Robinson JG, et al. Familial hypercholesterolemia: screening, diagnosis and management of pediatric and adult patients: clinical guidance from the National Lipid Association Expert Panel on Familial Hypercholesterolemia 1. J Clin Lipidol 2011 May;5(3):133-40.

19. Familial Hypyercholesterolaemia (FH). Report of a second WHO Consultation. www who int 1999 [cited 2011 Oct 15];

20. Randomised trial of cholesterol lowering in 4444 patients with coronary heart disease: the Scandinavian Simvastatin Survival Study (4S). Lancet 1994 Nov 19;344(8934):1383-9.

21. Sacks FM, Pfeffer MA, Moye LA, Rouleau JL, Rutherford JD, Cole TG, et al. The effect of pravastatin on coronary events after myocardial infarction in patients with average cholesterol levels. Cholesterol and Recurrent Events Trial investigators. N Engl J Med 1996 Oct 3;335(14):1001-9.

22. Prevention of cardiovascular events and death with pravastatin in patients with coronary heart disease and a broad range of initial cholesterol levels. The Long-Term Intervention with Pravastatin in Ischaemic Disease (LIPID) Study Group. N Engl J Med 1998 Nov 5;339(19):1349-57.

23. Shepherd J, Cobbe SM, Ford I, Isles CG, Lorimer AR, MacFarlane PW, et al. Prevention of coronary heart disease with pravastatin in men with hypercholesterolemia. West of Scotland Coronary Prevention Study Group. N Engl J Med 1995 Nov 16;333(20):1301-7.

24. Downs JR, Clearfield M, Weis S, Whitney E, Shapiro DR, Beere PA, et al. Primary prevention of acute coronary events with lovastatin in men and women with average cholesterol levels: results of AFCAPS/TexCAPS. Air Force/Texas Coronary Atherosclerosis Prevention Study. JAMA 1998 May 27;279(20):1615-22.

25. Navaneethan SD, Nigwekar SU, Perkovic V, Johnson DW, Craig JC, Strippoli GF. HMG CoA reductase inhibitors (statins) for dialysis patients. Cochrane Database Syst Rev 2009;(2):CD004289.

26. Baigent C, Keech A, Kearney PM, Blackwell L, Buck G, Pollicino C, et al. Efficacy and safety of cholesterol-lowering treatment: prospective meta-analysis of data from 90,056 participants in 14 randomised trials of statins. Lancet 2005 Oct 8;366(9493):1267-78.

27. Studer M, Briel M, Leimenstoll B, Glass TR, Bucher HC. Effect of different antilipidemic agents and diets on mortality: a systematic review. Arch Intern Med 2005 Apr 11;165(7):725-30.

28. Walsh JM, Pignone M. Drug treatment of hyperlipidemia in women. JAMA 2004 May 12;291(18):2243-52.

29. Aronow WS. Hypercholesterolemia. The evidence supports use of statins. Geriatrics 2003 Aug;58(8):18-8, 31.

30. Navaneethan SD, Pansini F, Perkovic V, Manno C, Pellegrini F, Johnson DW, et al. HMG CoA reductase inhibitors (statins) for people with chronic kidney disease not requiring dialysis. Cochrane Database Syst Rev 2009;(2):CD007784.

31. Tonelli M, Lloyd A, Clement F, Conly J, Husereau D, Hemmelgarn B, et al. Efficacy of statins for primary prevention in people at low cardiovascular risk: a meta-analysis 1. CMAJ 2011 Nov 8;183(16):E1189-E1202.

32. Mihaylova B, Emberson J, Blackwell L, Keech A, Simes J, Barnes EH, et al. The effects of lowering LDL cholesterol with statin therapy in people at low risk of vascular disease: meta-analysis of individual data from 27 randomised trials 1. Lancet 2012 Aug 11;380(9841):581-90.

33. Helfand M, Carson S, Kelley C. Drug Class Review on HMG-CoA Reductase Inhibitors (Statins). http://www ohsu edu/ohsuedu/research/policycenter/DERP/about/final-products cfm 2006 August [cited 2009 Jul 12];Available from: URL: http://www.ohsu.edu/ohsuedu/research/policycenter/DERP/about/final-products.cfm

34. Cannon CP, Braunwald E, McCabe CH, Rader DJ, Rouleau JL, Belder R, et al. Intensive versus moderate lipid lowering with statins after acute coronary syndromes. N Engl J Med 2004 Apr 8;350(15):1495-504.

35. LaRosa JC, Grundy SM, Waters DD, Shear C, Barter P, Fruchart JC, et al. Intensive lipid lowering with atorvastatin in patients with stable coronary disease. N Engl J Med 2005 Apr 7;352(14):1425-35.

36. MRC/BHF Heart Protection Study of cholesterol lowering with simvastatin in 20,536 high-risk individuals: a randomised placebo-controlled trial. Lancet 2002 Jul 6;360(9326):7-22.

37. Sever PS, Dahlof B, Poulter NR, Wedel H, Beevers G, Caulfield M, et al. Prevention of coronary and stroke events with atorvastatin in hypertensive patients who have average or lower-than-average cholesterol concentrations, in the Anglo-Scandinavian Cardiac Outcomes Trial--Lipid Lowering Arm (ASCOT-LLA): a multicentre randomised controlled trial. Lancet 2003 Apr 5;361(9364):1149-58.

38. Pedersen TR, Faergeman O, Kastelein JJ, Olsson AG, Tikkanen MJ, Holme I, et al. High-dose atorvastatin vs usual-dose simvastatin for secondary prevention after myocardial infarction: the IDEAL study: a randomized controlled trial. JAMA 2005 Nov 16;294(19):2437-45.

39. Ridker PM, Danielson E, Fonseca FA, Genest J, Gotto AM, Jr., Kastelein JJ, et al. Rosuvastatin to prevent vascular events in men and women with elevated C-reactive protein. N Engl J Med 2008 Nov 20;359(21):2195-207.

40. de LM, Salen P, Abramson J, Dodin S, Hamazaki T, Kostucki W, et al. Cholesterol lowering, cardiovascular diseases, and the rosuvastatin-JUPITER controversy: a critical reappraisal. Arch Intern Med 2010 Jun 28;170(12):1032-6.

41. Kaul S, Morrissey RP, Diamond GA. By Jove! What is a clinician to make of JUPITER? Arch Intern Med 2010 Jun 28;170(12):1073-7.

42. Sattar N, Preiss D, Murray HM, Welsh P, Buckley BM, de Craen AJ, et al. Statins and risk of incident diabetes: a collaborative meta-analysis of randomised statin trials. Lancet 2010 Feb 27;375(9716):735-42.

43. Baigent C, Blackwell L, Emberson J, Holland LE, Reith C, Bhala N, et al. Efficacy and safety of more intensive lowering of LDL cholesterol: a meta-analysis of data from 170,000 participants in 26 randomised trials 1. Lancet 2010 Nov 13;376(9753):1670-81.

44. Baigent C, Blackwell L, Emberson J, Holland LE, Reith C, Bhala N, et al. Efficacy and safety of more intensive lowering of LDL cholesterol: a meta-analysis of data from 170,000 participants in 26 randomised trials 1. Lancet 2010 Nov 13;376(9753):1670-81.

45. Mills EJ, O'Regan C, Eyawo O, Wu P, Mills F, Berwanger O, et al. Intensive statin therapy compared with moderate dosing for prevention of cardiovascular events: a meta-analysis of >40 000 patients 1. Eur Heart J 2011 Jun;32(11):1409-15.

46. Mills EJ, O'Regan C, Eyawo O, Wu P, Mills F, Berwanger O, et al. Intensive statin therapy compared with moderate dosing for prevention of cardiovascular events: a meta-analysis of >40 000 patients 1. Eur Heart J 2011 Jun;32(11):1409-15.

47. Baigent C, Blackwell L, Emberson J, Holland LE, Reith C, Bhala N, et al. Efficacy and safety of more intensive lowering of LDL cholesterol: a meta-analysis of data from 170,000 participants in 26 randomised trials 1. Lancet 2010 Nov 13;376(9753):1670-81.

48. Armitage J, Bowman L, Wallendszus K, Bulbulia R, Rahimi K, Haynes R, et al. Intensive lowering of LDL cholesterol with 80 mg versus 20 mg simvastatin daily in 12,064 survivors of myocardial infarction: a double-blind randomised trial 1. Lancet 2010 Nov 13;376(9753):1658-69.

49. Preiss D, Seshasai SR, Welsh P, Murphy SA, Ho JE, Waters DD, et al. Risk of incident diabetes with intensive-dose compared with moderate-dose statin therapy: a meta-analysis 1. JAMA 2011 Jun 22;305(24):2556-64.

50. Kostis WJ, Cheng JQ, Dobrzynski JM, Cabrera J, Kostis JB. Meta-analysis of statin effects in women versus men 1. J Am Coll Cardiol 2012 Feb 7;59(6):572-82.

51. Frick MH, Elo O, Haapa K, Heinonen OP, Heinsalmi P, Helo P, et al. Helsinki Heart Study: primary-prevention trial with gemfibrozil in middle-aged men with dyslipidemia. Safety of treatment, changes in risk factors, and incidence of coronary heart disease. N Engl J Med 1987 Nov 12;317(20):1237-45.

52. Rubins HB, Robins SJ, Collins D, Fye CL, Anderson JW, Elam MB, et al. Gemfibrozil for the secondary prevention of coronary heart disease in men with low levels of high-density lipoprotein cholesterol. Veterans Affairs High-Density Lipoprotein Cholesterol Intervention Trial Study Group. N Engl J Med 1999 Aug 5;341(6):410-8.

53. Abourbih S, Filion KB, Joseph L, Schiffrin EL, Rinfret S, Poirier P, et al. Effect of fibrates on lipid profiles and cardiovascular outcomes: a systematic review. Am J Med 2009 Oct;122(10):962-8.

54. Jun M, Foote C, Lv J, Neal B, Patel A, Nicholls SJ, et al. Effects of fibrates on cardiovascular outcomes: a systematic review and meta-analysis. Lancet 2010 May 29;375(9729):1875-84.

55. Clofibrate and niacin in coronary heart disease. JAMA 1975 Jan 27;231(4):360-81.

56. Canner PL, Berge KG, Wenger NK, Stamler J, Friedman L, Prineas RJ, et al. Fifteen year mortality in Coronary Drug Project patients: long-term benefit with niacin. J Am Coll Cardiol 1986 Dec;8(6):1245-55.

57. Catapano A, Brady WE, King TR, Palmisano J. Lipid altering-efficacy of ezetimibe co-administered with simvastatin compared with rosuvastatin: a meta-analysis of pooled data from 14 clinical trials. Curr Med Res Opin 2005 Jul;21(7):1123-30.

58. Ose L, Shah A, Davies MJ, Rotonda J, Maccubbin D, Tribble D, et al. Consistency of lipid-altering effects of ezetimibe/simvastatin across gender, race, age, baseline low density lipoprotein cholesterol levels, and coronary heart disease status: results of a pooled retrospective analysis. Curr Med Res Opin 2006 May;22(5):823-35.

59. Feldman T, Davidson M, Shah A, Maccubbin D, Meehan A, Zakson M, et al. Comparison of the lipid-modifying efficacy and safety profiles of ezetimibe coadministered with simvastatin in older versus younger patients with primary hypercholesterolemia: a post Hoc analysis of subpopulations from three pooled clinical trials. Clin Ther 2006 Jun;28(6):849-59.

60. Pearson T, Ballantyne C, Sisk C, Shah A, Veltri E, Maccubbin D. Comparison of effects of ezetimibe/simvastatin versus simvastatin versus atorvastatin in reducing C-reactive protein and low-density lipoprotein cholesterol levels. Am J Cardiol 2007 Jun 15;99(12):1706-13.

61. Mikhailidis DP, Sibbring GC, Ballantyne CM, Davies GM, Catapano AL. Meta-analysis of the cholesterol-lowering effect of ezetimibe added to ongoing statin therapy. Curr Med Res Opin 2007 Aug;23(8):2009-26.

62. Ara R, Tumur I, Pandor A, Duenas A, Williams R, Wilkinson A, et al. Ezetimibe for the treatment of hypercholesterolaemia: a systematic review and economic evaluation. Health Technol Assess 2008 May;12(21):iii, xi-iii,212.

63. Kashani A, Sallam T, Bheemreddy S, Mann DL, Wang Y, Foody JM. Review of side-effect profile of combination ezetimibe and statin therapy in randomized clinical trials. Am J Cardiol 2008 Jun 1;101(11):1606-13.

64. Pandor A, Ara RM, Tumur I, Wilkinson AJ, Paisley S, Duenas A, et al. Ezetimibe monotherapy for cholesterol lowering in 2,722 people: systematic review and meta-analysis of randomized controlled trials. J Intern Med 2009 May;265(5):568-80.

65. Ara R, Pandor A, Tumur I, Paisley S, Duenas A, Williams R, et al. Cost effectiveness of ezetimibe in patients with cardiovascular disease and statin intolerance or contraindications: a Markov model. Am J Cardiovasc Drugs 2008;8(6):419-27.

TERMO DE ESCLARECIMENTO E RESPONSABILIDADE

Estatinas: Atorvastatina, Fluvastatina, Lovastatina e Pravastatina.

Fibratos: Bezafibrato, Ciprofibrato, Etofibrato, Fenofibrato, Genfibrozila.

Ácido Nicotínico.

Eu,_____ (nome do(a) paciente), declaro ter sido informado(a) claramente sobre os benefícios, riscos, contraindicações e principais efeitos adversos relacionados ao uso de estatinas, fibratos e ácido nicotínico, indicados para o tratamento da dislipidemia.

Os termos médicos foram explicados e todas as dúvidas foram resolvidas pelo médico _____(nome do médico que prescreve).

Assim, declaro que fui claramente informado(a) de que os medicamentos que passo a receber podem trazer as seguintes melhoras:

- estatinas: prevenção de eventos cardiovasculares maiores, incluindo morte, infarto agudo do miocárdio, acidente vascular cerebral e revascularização, entre outros;
- fibratos: prevenção de pancreatite aguda;
- ácido nicotínico: prevenção de eventos cardiovasculares maiores.

Fui também claramente informado(a) a respeito das seguintes contraindicações, potenciais efeitos adversos e riscos do uso destes medicamentos:

- as estatinas não devem ser utilizadas durante a gestação; em doses usuais são bem toleradas, com baixa incidência de efeitos adversos;
- os efeitos adversos mais frequentes das estatinas são prisão de ventre, diarreia, gases, dor de estômago, tontura, dor de cabeça, náuseas, alergias de pele; efeitos menos frequentes (necessitam, porém, de atenção médica imediata, podendo ser fatais) são dores musculares, cãibras, febre, cansaço, fraqueza, que caracterizam a mialgia ou rabdomiólise; e efeitos mais raros são impotência, insônia;
- não se sabe ao certo os riscos do uso de fibratos na gravidez; portanto, caso engravide, comunicarei o médico imediatamente;
- os fibratos podem induzir o aparecimento de cálculos biliares, estando contraindicados para pacientes com esta doença;
- os efeitos adversos dos fibratos são desordens no sangue (anemia, leucopenia, trombocitopenia), angina, arritmias cardíacas, pancreatite, cálculos biliares, problemas no fígado e nos rins, sintomas gripais, piora de úlcera, coceiras e alergia de pele;
- não há relatos de efeitos do uso de ácido nicotínico na gravidez;
- os efeitos adversos do ácido nicotínico (com doses mais altas) são arritmias cardíacas, diarreia, tonturas, secura dos olhos e de pele, aumento de glicose no sangue, náuseas, vômitos, dor de estômago, coceiras; e são efeitos de menor incidência dor de cabeça, calorões no rosto e no pescoço;
- o risco de rabdomiólise aumenta com o uso concomitante dos medicamentos.

Estou ciente de que o uso destes medicamentos não substitui outras medidas para diminuição dos níveis de colesterol e triglicerídeos, tais como dieta adequada, controle do peso corporal e prática de atividade física.

Estou também ciente de que o medicamento somente pode ser utilizado por mim, comprometendo-me a devolvê-lo caso não queira ou não possa utilizá-lo ou se o tratamento for interrompido. Sei que continuarei a ser atendido(a), inclusive em caso de desistir de usar o medicamento.

Autorizo o Ministério da Saúde e as Secretarias de Saúde a fazerem uso de informações relativas ao meu tratamento, desde que assegurado o anonimato.

( ) Sim( ) Não

Meu tratamento constará do(s) seguinte(s) medicamento(s):

( ) atorvastatina
( ) fluvastatina
( ) lovastatina
( ) pravastatina
( ) bezafibrato
( ) ciprofibrato
( ) etofibrato
( ) fenofibrato
( ) genfibrozila
( ) ácido nicotínico

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Local: Data:		
Nome do paciente:		
Cartão Nacional de Saúde:		
Nome do responsável legal:		
Documento de identificação do responsável legal:		
_____ Assinatura do paciente ou do responsável legal		
Médico responsável:	CRM:	UF:
_____ Assinatura e carimbo do médico Data: _____		

Observação: Este Termo é obrigatório ao se solicitar o fornecimento de medicamento do Componente Especializado de Assistência Farmacêutica (CEAF) e deverá ser preenchido em duas vias: uma será arquivada na farmácia, e a outra, entregue ao usuário ou a seu responsável legal.

APÊNDICE - Escore de risco de Framingham

Homens					
Idade				Pontos	
20-34				-9	
35-39				-4	
40-44				0	
45-49				3	
50-54				6	
55-59				8	
60-64				10	
65-69				11	
70-74				12	
75-79				13	
Colesterol	idade	idade	idade	idade	idade
Total, mg/dL	20-39	40-49	50-59	60-69	70-79
Até 160	0	0	0	0	0
160-199	4	3	2	1	0
200-239	7	5	3	1	0
240-279	9	6	4	2	1
280 ou mais	11	8	5	3	1
Fumo	idade	idade	idade	idade	idade
	20-39	40-49	50-59	60-69	70-79
Não	0	0	0	0	0
Sim	8	5	3	1	1
HDL colesterol (mg/dL)				Pontos	
60 ou mais				-1	
50-59				0	
40-49				1	
menos de 40				2	
PA (sist. mm Hg)	não tratada			tratada	
menor 120	0			0	
120-129	0			1	
130-139	1			2	
140-159	1			2	
160 ou maior	2			3	

Mulheres					
Idade				Pontos	
20-34				-7	
35-39				-3	
40-44				0	
45-49				3	
50-54				6	
55-59				8	
60-64				10	
65-69				12	
70-74				14	
75-79				16	
Colesterol	idade	idade	idade	idade	idade
Total, mg/dL	20-39	40-49	50-59	60-69	70-79
Até 160	0	0	0	0	0
160-199	4	3	2	1	1
200-239	8	6	4	2	1
240-279	11	8	5	3	2
280 ou mais	13	10	7	4	2
Fumo	idade	idade	idade	idade	idade
	20-39	40-49	50-59	60-69	70-79
Não	0	0	0	0	0
Sim	9	7	4	2	1
HDL colesterol (mg/dL)				Pontos	
60 ou mais				-1	
50-59				0	
40-49				1	
menos de 40				2	
PA (sist. mm Hg)	não tratada			tratada	
menor 120	0			0	
120-129	1			3	
130-139	2			4	
140-159	3			5	
160 ou maior	4			6	

Total de pontos	Risco absoluto em 10 anos (%)	Total de pontos	Risco absoluto em 10 anos (%)
menos de 0	Menos de 1	Menos de 9	Menos de 0
0	1	9	1
1	1	10	1
2	1	11	1
3	1	12	1
4	1	13	2
5	2	14	2
6	2	15	3
7	3	16	4
8	4	17	5
9	5	18	6
10	6	19	8
11	8	20	11
12	10	21	14
13	12	22	17
14	16	23	22
15	20	24	27
16	25	25 ou mais	30 ou mais
17 ou mais	30 ou mais		

Extraído de IV Diretrizes Brasileiras de Dislipidemia (9).

PORTARIA Nº 201, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 793/GM/MS, de 24 de abril de 2012, que institui a Rede de Cuidado à Pessoa com Deficiência no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria nº 835/GM/MS, de 25 de abril de 2012, que institui incentivos financeiros de investimento e de custeio para o componente de Atenção Especializada da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria nº 971/SAS/MS, de 13 de setembro de 2012, que adequa o Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES) e inclui Procedimentos de Manutenção e Adaptação de Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM) da Tabela de Procedimentos do SUS;

Considerando a necessidade de identificar no SCNES os estabelecimentos participantes da Rede de Cuidado à Pessoa com Deficiência que farão jus ao incentivo dos Centros Especializados em Reabilitação;

Considerando a Resolução CIB - BA nº 013/2012, de 31 de janeiro de 2012, que aprova o Serviço de habilitação em Saúde Auditiva, em alta complexidade, do Hospital Otorrinos de Feira de Santana/BA, no Município de Feira de Santana/BA, inscrita sob o CNPJ nº 16.076.424/0001-70, para Serviços de Atenção à Saúde Auditiva na Alta Complexidade; e

Considerando a avaliação da Secretaria de Atenção à Saúde - Departamento de Ações Programáticas Estratégicas - Área Técnica de Saúde da Pessoa com Deficiência, resolve:

Art. 1º Fica excluída a habilitação sob o código 03.02 - Diagnóstico, tratamento e reabilitação auditiva na média complexidade e fica habilitado, código 03.03 - Diagnóstico tratamento e reabilitação auditiva na alta complexidade, como Serviço de Atenção à Saúde Auditiva na Alta Complexidade, o estabelecimento a seguir:

CNPJ	CNES	UNIDADE
16.076.424/0001-70	3021823	Hospital Otorrinos de Feira de Santana/BA

Art. 2º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar Programa de Trabalho - 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência fevereiro de 2013.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

PORTARIA Nº 202, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria GM/MS nº 3432, de 12 de agosto de 1998, que estabelece critérios de classificação e cadastramento para as Unidades de Tratamento Intensivo;

Considerando a Portaria GM/MS nº 598, de 23 de março de 2006, que define o fluxo para credenciamento de leitos de Unidade de Tratamento Intensivo, e

Considerando a avaliação técnica da Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar - DAE/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica alterado o número de leitos da Unidade de Tratamento Intensivo - UTI Tipo III, do hospital a seguir relacionado:

MARANHÃO

CNPJ	Hospital	Nº leitos
06.279.103/0002-08 CNES: 2726653	Hosp. Universitário HUUFMA/Univ. Federal do Maranhão - São Luiz/MA	
26.04 ADULTO		25

Art. 2º Ficam reclassificados os leitos de UTI tipo I para tipo II da Unidade de Tratamento Intensivo do Hospital a seguir relacionado:

PARAÍBA

CNPJ	Hospital	Nº leitos
05.055.128./0002-57 CNES: 2676060	Hosp. Univ. Alcides Carneiro/Univ. Federal de Campina Grande - Campina Grande/PB	
26.01 ADULTO		10

SÃO PAULO

CNPJ	Hospital	Nº leitos
50.119.585/0001-31 CNES: 2023709	Santa Casa de Misericórdia de Itatiba - Itatiba/SP	
26.01 ADULTO		04

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 3º As referidas unidades poderão ser submetidas à avaliação por técnicos da Secretaria de Atenção à Saúde/MS, e, no caso de descumprimento dos requisitos estabelecidos na Portaria nº 3432/GM/MS, de 12 de agosto de 1998, terão suspensos os efeitos de seu cadastramento.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

PORTARIA Nº 203, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 3.432/GM/MS, de 12 de agosto de 1998, que estabelece critérios de classificação e cadastramento para as Unidades de Tratamento Intensivo;

Considerando a Portaria nº 598/GM/MS, de 23 de março de 2006, que define o fluxo para credenciamento de leitos de Unidade de Tratamento Intensivo; e

Considerando a avaliação técnica da Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar - DAE/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o número de leitos das Unidades de Tratamento Intensivo - UTI Tipo II, dos hospitais a seguir relacionados:

RIO DE JANEIRO

CNPJ	Hospital	Nº leitos
28.523.215/0003-78 CNES: 0012505	Hosp. Universitário Antônio Pedro - Niterói/RJ	
26.01 ADULTO		04

Art. 2º Ficam reclassificados os leitos de UTI tipo I para tipo II da Unidade de Tratamento Intensivo do Hospital a seguir relacionado:

RIO DE JANEIRO

CNPJ	Hospital	Nº leitos
28.523.215/0003-78 CNES: 0012505	Hosp. Universitário Antônio Pedro - Niterói/RJ	
26.01 ADULTO		12

Art. 3º A referida unidade poderá ser submetida à avaliação por técnicos da Secretaria de Atenção à Saúde/MS, e, no caso de descumprimento dos requisitos estabelecidos na Portaria GM/MS nº 3432, de 12 de agosto de 1998, terão suspensos os efeitos de seu cadastramento.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JUNIOR

SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
Em 26 de fevereiro de 2013

Processo n.º 25000. 164513/2010-59
Interessado: DROGARIA ABRAO E ABRAO LTDA-ME
Assunto: Solicitação de descredenciamento do Programa Farmácia Popular - Aqui Tem Farmácia Popular.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pelo artigo 66 da Portaria GM/MS n.º 971/2011, DEFERE o descredenciamento da empresa DROGARIA ABRAO E ABRAO LTDA-ME, CNPJ n.° 08.984.188/0001-61, localizada em GUIA LOPES DA LAGUNA - MS, do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular.

Processo n.º 25000.004946/2011-37
Interessado: CRISTIANE ULIANA LONDERO & CIA LTDA
Assunto: Solicitação de descredenciamento do Programa Farmácia Popular - Aqui Tem Farmácia Popular.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pelo artigo 66 da Portaria GM/MS n.º 971/2011, DEFERE o descredenciamento da empresa CRISTIANE ULIANA LONDERO & CIA LTDA, CNPJ n.° 10.716.160/0001-95, localizada em CONCORDIA - SC, do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular.

Processo n.º 25000.000776/2009-05
Interessado: LIDIA PIMENTA DE OLIVEIRA RODRIGUES EPP
Assunto: Solicitação de descredenciamento do Programa Farmácia Popular - Aqui Tem Farmácia Popular.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pelo artigo 66 da Portaria GM/MS n.º 971/2011, DEFERE o descredenciamento da empresa LIDIA PIMENTA DE OLIVEIRA RODRIGUES EPP, CNPJ n.° 00.905.298/0001-89, localizada em FRANCA - SP, do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular.

Processo n.º 25000.217148/2008-78
Interessado: DIABETIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
Assunto: Solicitação de descredenciamento do Programa Farmácia Popular - Aqui Tem Farmácia Popular.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pelo artigo 66 da Portaria GM/MS n.º 971/2011, DEFERE o descredenciamento da empresa DIABETIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ n.° 01.647.702/0001-24, localizada em PATO BRANCO - PR, do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular.

Processo n.º 25000. 202384/2010-12
Interessado: BARROS & MACIEL LTDA
Assunto: Solicitação de descredenciamento do Programa Farmácia Popular - Aqui Tem Farmácia Popular.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pelo artigo 66 da Portaria GM/MS n.º 971/2011, DEFERE o descredenciamento da empresa BARROS & MACIEL LTDA, CNPJ n.° 81.354.243/0001-20, localizada em SÃO MATEUS DO SUL - PR, do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular.

Processo n.º 25000. 164082/2007-25
Interessado: SAURIN & CIA LTDA ME
Assunto: Solicitação de descredenciamento do Programa Farmácia Popular - Aqui Tem Farmácia Popular.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pelo artigo 66 da Portaria GM/MS n.º 971/2011, DEFERE o descredenciamento da empresa SAURIN & CIA LTDA ME, CNPJ n.° 52.439.163/0001-79, localizada em MIRASSOL - SP, do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular.

Processo n.º 25000.078311/2006-17
Interessado: COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO
Assunto: Solicitação de descredenciamento do Programa Farmácia Popular - Aqui Tem Farmácia Popular.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pelo artigo 66 da Portaria GM/MS n.º 971/2011, DEFERE o descredenciamento da empresa COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO, CNPJs n.°47.508.411/1182-38, 47.508.411/1403-22, 47.508.411/1224-21, 47.508.411/1356-71, 47.508.411/1212-98, do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular.

CARLOS AUGUSTO GRABOIS GADELHA

Ministério das Cidades

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 107, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

Estabelece as diretrizes gerais e o calendário para habilitação de entidades privadas sem fins lucrativos, como Entidade Organizadora - EO, no âmbito dos programas de habitação de interesse social geridos pelo Ministério das Cidades, e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DAS CIDADES, no uso de suas atribuições legais, e considerando o art. 8º da Lei nº 8.677, de 13 de julho de 1993, o art. 14 da Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, o art. 4º do Decreto nº 5.796, de 6 de junho de 2006, o Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, o art. 11 do Decreto nº 7.499, de 16 de junho de 2011 e a Portaria Interministerial nº 507, de 24 de novembro de 2011, resolve:

Art.1º Estabelecer, na forma dos Anexos I e II desta Portaria, as diretrizes gerais para habilitação e requalificação de entidades privadas sem fins lucrativos, como Entidade Organizadora - EO, no âmbito dos programas de habitação de interesse social geridos pelo Ministério das Cidades direcionados ao atendimento da demanda organizada executada com os recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS e do Fundo de Desenvolvimento Social - FDS.

Art.2º As Entidades Organizadoras habilitadas nos exercícios anteriores a 2012 deverão participar deste processo para validação da respectiva habilitação.

Parágrafo único. Para revisão e alteração do Nível de Habilitação das Entidades Organizadoras será exigido o prazo mínimo de 3 (três) meses após homologação e publicação da habilitação anterior.

Art.3º Fica estabelecido o prazo de validade da habilitação de 2 (dois) anos, a partir da data de homologação e publicação do resultado do processo de habilitação.

Parágrafo único. A Secretaria Nacional de Habitação - SNH fica autorizada a promover a habilitação de novas Entidades Organizadoras, anualmente, no primeiro trimestre de cada novo exercício.

Art.4º As entidades privadas sem fins lucrativos que se habilitaram em 2012 terá direito a atualização do número de unidades habitacionais que poderá construir simultaneamente, na forma definida no item 4.8 do ANEXO I, desta Portaria.

Art.5º As Entidades Organizadoras atualmente habilitadas com projeto em análise e protocoladas no Agente Financeiro em data anterior à publicação desta Portaria, fará jus a finalização da análise desta proposta e, caso aprovado pelo Agente Financeiro/Operador, será encaminhado ao Ministério das Cidades para seleção com o objetivo de contratação.

Art. 6º O calendário para habilitação e requalificação de entidades privadas sem fins lucrativos, referente ao exercício de 2013, encontra-se estabelecido na forma do Anexo III desta Portaria.

Art. 7º Os anexos IV e V referem-se a modelos de declaração que deverão ser fornecidas pelo dirigente da entidade privada sem fins lucrativos.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Fica revogada a Portaria nº 105, de 2 de março de 2012, do Ministério das Cidades, publicada no Diário Oficial da União, em 13 de março de 2012, Seção 1, páginas 41 a 43.

AGUINALDO RIBEIRO

ANEXO I

1.Objetivo

Estabelecer diretrizes gerais e o calendário de habilitação e requalificação de entidades privadas sem fins lucrativos, no âmbito dos programas de habitação de interesse social geridos pelo Ministério das Cidades direcionados ao atendimento da demanda organizada por EO para participação nos programas habitacionais executados com recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS e do Fundo de Desenvolvimento Social - FDS, de forma a melhor garantir a sustentabilidade dos empreendimentos.

2. Habilitação

2.1 O processo de habilitação será composto de duas partes, a primeira referente à comprovação da regularidade institucional da entidade e a segunda referente à qualificação técnica e social e também da capacidade de mobilização da entidade.

2.2 Ao final do processo de habilitação, as entidades serão enquadradas em níveis e em abrangência, aos quais corresponderão, respectivamente, a quantidade limite de unidades habitacionais que a entidade poderá executar simultaneamente e a área de atuação permitida.

2.3 A qualificação técnica, social e a capacidade de mobilização da Entidade Organizadora serão pontuadas conforme Anexo II deste instrumento.

2.4 O processo de habilitação obedecerá ao calendário disposto no Anexo III desta Portaria.

3. Condições para habilitação

As entidades privadas sem fins lucrativos deverão estar legalmente constituídas por no mínimo três anos até a data da publicação desta portaria, e seus estatutos sociais deverão contemplar a questão habitacional.

3.1 É vedada a habilitação de entidade privada sem fins lucrativos que:

a) Possua pendência registrada no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - CADIN;

b) Possuam no âmbito dos programas sob a gestão do Ministério das Cidades, contratos firmados há mais de seis meses com obras não iniciadas, ou contratos com obras paralisadas por mais de seis meses, sem repactuação aprovado pela CAIXA;

c) Não comprovem ter desenvolvido, nos últimos três anos, as atividades definidas nos subitens 4.4 e 4.5;

d) Estejam inscritas no CEPIM - Cadastro de Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos Impedidas; e

e) Outros impedimentos juridicamente caracterizados.

3.2 É vedada a habilitação de entidade privada sem fins lucrativos cujos dirigentes componentes da diretoria executiva:

a) Possuam pendência registrada no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - CADIN; e

b) Sejam eles mesmos, ou seus respectivos cônjuges ou companheiros bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, agente político de Poder ou do Ministério Público, tanto quanto dirigente de órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera governamental, servidores públicos vinculados ao Conselho Gestor do FNHIS ou ao Conselho Curador do FDS ou ao Ministério das Cidades.

4. Processo de Habilitação

4.1 O processo de habilitação terá início pelo preenchimento de Formulário de Habilitação, disponível no sítio eletrônico do Ministério das Cidades, www.cidades.gov.br, dando origem ao número de protocolo.

4.2 De posse do número do protocolo, a entidade deverá formalizar a entrega na Caixa Econômica Federal, das cópias dos documentos comprobatórios da regularidade institucional e da qualificação da entidade, conforme prazos definidos no Anexo III desta Portaria.

4.3 A comprovação da regularidade institucional da entidade se dará mediante a apresentação dos seguintes documentos, autenticados ou com a apresentação dos originais para autenticação por servidor público:

a) Cópia do Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ pelo prazo mínimo de 3 (três) anos;

b) Cópia do estatuto ou contrato social registrado no cartório competente e suas alterações;

c) Cópia das atas de fundação da entidade e de eleição da atual diretoria, devidamente registradas;

d) Relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, com Cadastro de Pessoas Físicas - CPF;

e) Comprovante de regularidade com a Fazenda Federal, a Fazenda Estadual, a Fazenda Municipal, o FGTS e o INSS;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

f) Declaração do dirigente máximo da entidade acerca da inexistência de dívida com o Poder Público e de inscrição nos bancos de dados públicos ou privados de proteção ao crédito; e

g) Declaração da autoridade máxima da entidade informando que nenhuma das pessoas relacionadas na letra d é agente político de Poder ou do Ministério Público, tanto quanto dirigente de órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera governamental, de servidores públicos vinculados ao Conselho Gestor do FNHIS ou ao Conselho Curador do FDS ou ao Ministério das Cidades, ou respectivo cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau.

4.3.1 A Caixa Econômica Federal deverá consultar o CEPIM - Cadastro de Entidades Privadas Sem Fins Lucrativas Impedidas para validação da regularidade institucional da Entidade Organizadora.

4.3.2 A Caixa Econômica Federal deverá consultar o CADIN da entidade e dos dirigentes constantes no subitem 4.3. letra "d".

4.4 A comprovação da qualificação técnica se dará mediante a apresentação dos documentos comprobatórios dos seguintes critérios:

a) Experiência em processos de autogestão ou gestão habitacional, mensurada por quantidade de empreendimentos habitacionais produzidos ou em produção, comprovado por meio de:

i. declarações do titular de órgão público ou privado contratante ou parceiro; ou

ii. convênios ou contratos assinados pela entidade; ou

iii. outros documentos comprobatórios a serem avaliados.

b) Experiência em processos de articulação em parceria de projetos habitacionais, mensurada pelos empreendimentos habitacionais viabilizadas em parcerias públicas ou privadas, comprovada por meio de:

i.declarações do titular de órgão público ou privado contratante ou parceiro; ou

ii. convênios ou contratos; ou

iii. outros documentos comprobatórios a serem avaliados.

4.5 A comprovação da qualificação social e da capacidade de mobilização da entidade se darão mediante a apresentação dos documentos comprobatórios dos seguintes critérios:

a) Experiência em desenvolvimento de projetos de habitação de interesse social e regularização fundiária, comprovada por meio de:

i. declarações do titular de órgão público ou privado contratante ou parceiro; ou

ii. convênios ou contratos assinados pela entidade; ou

iii. acesso a financiamento para execução de assistência técnica/trabalho social/regularização fundiária; ou

iv. outros documentos comprobatórios a serem avaliados.

b) Existência de equipe técnica composta por técnicos e profissionais das áreas de abrangência da produção habitacional, permanente, associada ou contratada pela Entidade Organizadora, comprovada através de documento que demonstre a existência do vínculo;

c) Ações de capacitação de seus associados nas áreas da gestão participativa de empreendimentos habitacionais, programas e políticas públicas de habitação e regularização fundiária, comprovada por material de:

i. divulgação destas ações acompanhada da descrição do conteúdo; ou

ii. comprovante de conclusão emitido contendo descrição do conteúdo e carga horária; ou

iii. outros documentos comprobatórios a serem avaliados.

d) Desenvolvimento de atividades de mobilização dos seus associados, comprovada por meio de:

i. atas da regularidade de realização de reuniões, assembleias e atos públicos; ou

ii. outros documentos comprobatórios a serem avaliados.

e) Ações de difusão de informações referentes à área de atuação e de direito à moradia, comprovada por meio:

i. de publicações impressas ou eletrônicas, cartilhas, folders; ou

ii. outros materiais informativos produzidos pela entidade.

f) Representatividade direta ou indireta da entidade junto a conselhos participativos de formulação, implementação e acompanhamento de políticas públicas ou em conferências e congressos nas esferas municipal, estadual e federal. A forma de comprovação da representatividade será:

1) Para Conselhos Municipais e/ou Conferências e Congressos Municipais:

i. declaração de participação emitida pelo poder público municipal ou secretaria executiva do conselho ou da conferência; ou

ii. publicação da nomeação em diário oficial; ou

iii. ata da eleição dos conselheiros, que comprove que a entidade proponente tem ou teve-nos 03 (três) últimos anos, assento no referido conselho.

2) Para Conselhos Estaduais e/ou Conferências e Congressos Estaduais:

i. declaração de participação emitida pelo poder público estadual ou secretaria executiva do conselho ou da conferência; ou

ii. publicação da nomeação em diário oficial; ou

iii. ata da eleição dos conselheiros, que comprove que a entidade proponente tem ou teve-nos 03 (três) últimos anos, assento no referido conselho.

3) Para Conselho das Cidades e/ou Conselho Gestor do FNHIS ou Conferências ou Congressos Nacionais:

i. declaração de participação emitida pelo poder público federal ou secretaria executiva do conselho ou da conferência; ou

ii. publicação da nomeação em diário oficial; ou

iii. ata da eleição dos conselheiros, que comprove que a entidade proponente tem ou teve-nos 03 (três) últimos anos, assento no referido conselho.

4) Participação de membro(s) da entidade como delegado(s) em Conferencias Estaduais, Distritais ou Nacionais das Cidades, comprovada através de certificado de participação ou documento equivalente.

a) Para pontuação indireta referente às atividades relacionadas ao subitem 4.5, letras "b" a "f", no caso de entidade vinculada a entidade nacional, a comprovação se dará através de declaração, emitida pela entidade nacional de vinculação, atestando que a entidade proponente é filiada à entidade.

i. São consideradas entidades nacionais aquelas que comprovarem filiação de entidades com sede em pelo menos cinco unidades da federação, conforme o modelo de declaração do ANEXO V;

ii. A entidade nacional deverá fazer prova das ações referentes ao item 4.5, letras "b" a "f" para pontuação indireta da entidade filiada;

iii. Considera-se pontuação indireta aquela obtida pela Entidade vinculada, a partir da pontuação referente ao item 4.5, letras "b" a "f", da Entidade Nacional de filiação.

4.6 Para cada um dos critérios de qualificação listados no item 4.4 e 4.5 será atribuída uma pontuação, conforme Anexo II deste instrumento, cujos pontos enquadrarão a entidade em um nível de habilitação.

4.7 Para a definição do nível da abrangência efetiva ou real da Entidade Organizadora na esfera Municipal, Supramunicipal, Estadual ou Nacional, além da conformidade com o estatuto da Entidade Organizadora, dar-se-á mediante apresentação dos documentos comprobatórios complementares, descritos a seguir:

a) Abrangência Municipal: A Entidade Organizadora deverá ter promovido pelo menos 01 (uma) ação, definida nos subitens 4.4 e 4.5 possibilitando a atuação no município sede da Entidade;

b) Abrangência Supramunicipal: A Entidade Organizadora deverá ter promovido pelo menos 02 (duas) ações, definidas nos subitens 4.4 e 4.5, em pelo menos dois municípios distintos, possibilitando a atuação no município sede da Entidade e em outro município de livre escolha;

c) Abrangência Estadual: A Entidade Organizadora deverá ter promovido pelo menos 03 (três) ações, definidas nos subitens 4.4 e 4.5, em pelo menos três municípios distintos, possibilitando a atuação em qualquer município da Unidade da Federação sede da Entidade;

d) Abrangência Nacional: A Entidade Organizadora deverá ter promovido pelo menos 03 (três) ações, definidas nos subitens 4.4 e 4.5, em pelo menos três municípios de estados distintos, possibilitando a atuação em qualquer município do país.

4.8 A cada um dos níveis de habilitação corresponderá uma quantidade limite de unidades habitacionais que a entidade poderá executar simultaneamente, desde que localizadas dentro de sua área de abrangência, conforme segue:

a) Nível A - somatória de 1 a 5 pontos e permite à entidade executar, simultaneamente, até 50 (cinquenta) unidades habitacionais;

b) Nível B - somatória de 6 a 9 pontos e permite à entidade executar, simultaneamente, até 200 (duzentas) unidades habitacionais;

c) Nível C - somatória de 10 a 16 pontos e permite à entidade executar, simultaneamente, até 500 (quinhentas) unidades habitacionais; e

d) Nível D - somatória acima de 16 pontos, com pelo menos 04 (quatro) pontos obtidos atendendo ao item 4.4, letra a ou b, que permite à entidade executar simultaneamente até 1.000 (hum mil) unidades habitacionais.

4.8.1 A Secretaria Nacional de Habitação poderá excepcionalizar o número de unidades habitacionais para empreendimentos específicos, constante no item 4.8, mediante o parecer favorável do Agente Operador e Financeiro, e desde que seja necessária para melhor utilização da capacidade construtiva do empreendimento a ser contratado.

4.9 A Caixa Econômica Federal verificará a documentação conforme o item 04 desta Portaria, atestando a regularidade institucional e a documentação de qualificação, e certificará o preenchimento do Formulário de Habilitação - Anexo II, encaminhando à Secretaria Nacional de Habitação.

4.10 O Ministério das Cidades, por intermédio da Secretaria Nacional de Habitação, fará o enquadramento da entidade nos níveis de habilitação e divulgará em seu sítio eletrônico o resultado, garantindo o direito de interposição de recurso nas condições a seguir:

4.10.1 A interposição de recursos observará o prazo disposto no Anexo III desta Portaria, com o dirigente máximo da entidade solicitando por ofício dirigido à Secretaria Nacional de Habitação a apreciação do recurso, detalhando os motivos da solicitação e, se for o caso, fazendo juntar documentação que possibilite melhor análise do pleito, que deverá ser encaminhado exclusivamente por meio eletrônico, ao endereço: snh-dhab@cidades.gov.br, com confirmação eletrônica.

4.11 O Ministério das Cidades, por intermédio da Secretaria Nacional de Habitação, divulgará em seu sítio eletrônico, o resultado do recurso.

ANEXO II - Formulário de Habilitação

Entidade Organizadora: CNPJ:
_____.____/____/_____, _____
Local Data Caixa Econômica Federal

TIPO	Nº	CRITÉRIOSDA REGULARIDADE INSTITUCIONAL DA ENTIDADE ORGANIZADORA	FORMA DE COMPROVAÇÃO	CARACTERIZAÇÃO
Regularidade Institucional	11	Tempo de existência (a partir de 3 anos)	Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ com a data de registro da constituição da Entidade	SIM ( ) NÃO ( )
	22	Estatuto Social Atualizado	Cópia do Estatuto ou contrato social registrado no cartório competente e suas alterações.	SIM ( ) NÃO ( )
	33	Atas de Fundação e eleição da atual diretoria	Cópia da Ata de Fundação da entidade e de eleição da atual diretoria, devidamente registradas.	SIM ( ) NÃO ( )
	44	Relação Nominal atualizada dos dirigentes da entidade	Relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade e cópia de documento onde conste o Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF	SIM ( ) NÃO ( )
	55	Regularidade com a Fazenda Federal	Cópia da Certidão Negativa com a Fazenda Federal	SIM ( ) NÃO ( )
	66	Regularidade com a Fazenda Estadual	Cópia da Certidão Negativa com a Fazenda Estadual	SIM ( ) NÃO ( )
	77	Regularidade com a Fazenda Municipal	Cópia da Certidão Negativa com a Fazenda Municipal	SIM ( ) NÃO ( )
	88	Regularidade com o FGTS	Cópia da Certidão Negativa com o FGTS (CRF)	SIM ( ) NÃO ( )
	99	Regularidade com o INSS	Cópia da Certidão Negativa com o INSS (CND)	SIM ( ) NÃO ( )
	110	Declaração dos dirigentes da entidade acerca da inexistência de dívida	Declaração dos dirigentes que não possuam pendência registrada no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - CADIN	SIM ( ) NÃO ( )
	111	Regularidade com o CEPIM - Cadastro de Entidades Privadas Sem Fins Lucrativas Impedidas	Cadastro de Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos Impedidas de celebrar convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, exibido no Portal da Transparência do Poder Executivo Federal http://www.portaltransparencia.gov.br/cepim/	SIM ( ) NÃO ( )
	112	Declaração dos dirigentes da entidade acerca do vínculo com os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário	Declaração que nenhuma das pessoas relacionadas no Nº. 4 são agente político de Poder ou do Ministério Público, tanto quanto dirigente de órgão ou entidade da administração pública, do Tribunal de Contas da União, servidores públicos vinculados ao Conselho Gestor do FNHIS ou ao Conselho Curador do FDS ou ao Ministério das Cidades, de qualquer esfera governamental, ou respectivo cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau.	

TTIPO	Nº	CRITÉRIOS DE QUALIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO DA ENTIDADE	FORMA DE COMPROVAÇÃO	PONTUAÇÃO
Qualificação	113	Experiência em processo de autogestão ou gestão habitacional	Mensurada por quantidade de empreendimentos habitacionais produzidos ou em produção, comprovado por meio de declarações do titular de órgão público ou privado contratante ou parceiro; ou por meio de convênios ou contratos assinados pela entidade; ou outros documentos comprobatórios a serem avaliados.	4 pontos para cada empreendimento (máx. 16)
	114	Experiência de processo de articulação de empreendimentos habitacionais em parcerias públicas ou privadas	Mensurada por meio de declarações do titular de órgão público ou privado contratante ou parceiro; ou por meio de convênios ou contratos; ou por outros documentos comprobatórios a serem avaliados.	2 pontos para cada empreendimento (máx. 6)
	115	Experiência em desenvolvimento de projetos de habitação de interesse social	Declarações do titular de órgão público ou privado contratante ou parceiro, ou por meio de convênios ou contratos assinados pela entidade ou acesso a financiamento para execução de assistência técnica/trabalho social/regularização fundiário ou outros documentos comprobatórios.	2 pontos para cada atividade comprovada (máx. 6)
	116	Existência de equipe técnica composta por técnicos e profissionais das áreas de abrangência da produção habitacional	Comprovada através de documento que demonstre a existência do vínculo permanente, associada ou contratada pela Entidade Organizadora.	2 pontos para cada profissional (máx. 6)
	117	Capacitação de seus associados nas áreas da gestão participativa de empreendimentos habitacionais, programas e políticas públicas de habitação e regularização fundiária	Material produzido, na forma de publicações, textos, apresentações e banners, acompanhada da descrição do conteúdo; ou comprovante de conclusão emitido contendo descrição do conteúdo e carga horária; ou outros documentos comprobatórios a serem avaliados.	01 ponto para cada atividade comprovada (máx. 3)
	118	Desenvolvimento de atividades de mobilização dos seus associados	Por meio de atas da regularidade de realizações de reuniões, assembleias e atos públicos; ou outros documentos comprobatórios a serem avaliados.	01 ponto para cada atividade comprovada (máx. 3)
	119	Difusão de informações referentes à área de atuação e de direito à moradia	Publicações impressas ou eletrônicas, cartilhas, folders; ou outros materiais informativos produzidos pela entidade.	01 ponto para cada atividade comprovada (máx. 3)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

	220	Representação da entidade nos Conselhos Municipais e/ou Conferências e Congressos Municipais de políticas públicas de desenvolvimento urbano (cidades, habitação, transporte, saneamento ou política urbana), na gestão atual ou em gestões passadas	Declaração de representatividade, feita por conselheiro comprovadamente eleito, aonde conste que o mesmo representa a entidade demandante no referido conselho. A declaração do conselheiro deve estar acompanhada de comprovação de sua efetiva eleição, por meio de declarações do poder público municipal ou secretaria executiva do conselho ou da conferência; ou publicação da nomeação em diário oficial; ou ata da eleição dos conselheiros; ou declaração da entidade nacional de vinculação.	01 ponto para cada declaração comprovada (máx. 3)
	221	Representação da entidade nos Conselhos Estaduais e/ou Conferências e Congressos Estaduais de políticas públicas de desenvolvimento urbano (cidades, habitação, transporte, saneamento ou política urbana), na gestão atual ou em gestões passadas.	Declaração de representatividade, feita por conselheiro comprovadamente eleito, aonde conste que o mesmo representa a entidade demandante no referido conselho. A declaração do conselheiro deve estar acompanhada de comprovação de sua efetiva eleição, por meio de declarações do poder público estadual ou secretaria executiva do conselho ou da conferência; ou publicação da nomeação em diário oficial; ou ata da eleição de conselheiros; ou declaração da entidade nacional de vinculação.	01 ponto para cada declaração comprovada (máx. 3)
	222	Representação da entidade no Conselho Nacional das Cidades, na gestão atual ou em gestões passadas.	Declaração de representatividade, feita por conselheiro comprovadamente eleito, aonde conste que o mesmo representa a entidade demandante no referido conselho. A declaração do conselheiro deve estar acompanhada de comprovação de sua efetiva eleição, por meio de declarações do poder público federal ou secretaria executiva do conselho ou da conferência; ou publicação da nomeação em diário oficial; ou ata da eleição de conselheiros; ou declaração da entidade nacional de vinculação.	02 pontos para cada declaração comprovada (máx. 4)
	223	Participação de membro(s) da entidade como delegado(s) em Conferências Estaduais ou Nacionais das Cidades	Certificado de participação ou documento equivalente.	02 pontos por delegado em Conferência (máx. 6)
	224	Abrangência efetiva ou real da Entidade Organizadora	Apresentação de documentação comprobatória da realização de eventos ou ações de provisão habitacional seja por meio da atuação como prestador de serviços de assistência técnica/trabalho social ou como agente promotor de habitação de interesse social através da produção ou melhoria habitacional, na esfera municipal, estadual ou nacional, não obstante o que consta no estatuto formal da Entidade Organizadora. Para ser enquadrada na abrangência Municipal a Entidade Organizadora deverá ter promovido pelo menos 01 (uma) ação, em municípios distintos; Para ser enquadrada na abrangência Supramunicipal a Entidade Organizadora deverá ter promovido pelo menos 02 (duas) ações, em municípios distintos; Para ser enquadrada na abrangência Estadual, a Entidade Organizadora deverá ter promovido pelo menos da 03 (três) ações, em municípios distintos; e para ser enquadrada na abrangência Nacional a promoção de pelo menos 03 (três) ações, em municípios de estados distintos, definidas nos números 13 ao 19 do respectivo anexo.	Municipal ( ) Supramunicipal ( ) Estadual ( ) Nacional ( )
MINISTÉRIO DAS CIDADES				
TOTAL DE PONTOS PARA QUALIFICAÇÃO DA HABILIDAÇÃO DA ENTIDADE: _____ PONTOS				
NÃO HABILITADA ( )				
NÍVEL DE HABILITAÇÃO DA ENTIDADE				
HABILITADA "NÍVEL A" - somatória de 1 a 5 pontos permite à entidade executar, simultaneamente, até 50 (cinquenta) unidades habitacionais ( )				
HABILITADA "NÍVEL B" - somatória de 6 a 9 pontos permite à entidade executar, simultaneamente, até 200 (duzentas) unidades habitacionais ( )				
HABILITADA "NÍVEL C" - somatória acima de 9 a 16 pontos permite à entidade executar, simultaneamente, até 500 (quinhentas) unidades habitacionais ( )				
HABILITADA "NÍVEL D" - somatória acima de 16 pontos, com pelo menos 04 (três) pontos obtidos no número 13 ou 14 do respectivo anexo, que permite à entidade executar, simultaneamente, até 1.000 (hum mil) unidades habitacionais ( )				
MINISTÉRIO DAS CIDADES				
Data: ___/___/_____ Assinatura:_____				
TTIPO	APRESENTAÇÃO DE RECURSO EM RELAÇÃO AO RESULTADO DO PROCESSO DE HABILITAÇÃO		NOTA TÉCNICA	
RECURSO	Síntese do Recurso: Data: ___/___/____ Assinatura:_____		Data: ___/___/____ Assinatura:_____	

ANEXO III

CRONOGRAMA DE HABILITAÇÃO DE ENTIDADES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS ANO 2013

ETAPAS	RESPONSÁVEIS	PRAZO
1 - Entrega de documentos e preenchimento do Formulário de Habilitação.	(1) e (2)	De 28/2/2013 Até 28/3/2013
2 - Validação da documentação entregue para fins de habilitação e consolidação do resultado do processo de habilitação.	(2)	Até 8/4/2013
3 - Homologação e divulgação do resultado do processo de habilitação.	(3)	Até 15/4/2013
4 - Apresentação de recurso em relação ao resultado do processo de habilitação.	(1)	Até 22/4/2013
5 - Análise sobre os recursos apresentados ao Ministério das Cidades e divulgação.	(3)	Até 29/4/2013

Legenda:
(1) Entidades privadas sem fins lucrativos
(2) Caixa Econômica Federal
(3) Ministério das Cidades

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DO DIRIGENTE MÁXIMO DE ENTIDADE PRIVADA SEM FINS LUCRATIVOS
NOME DA ENTIDADE:_____
CNPJ:_____

Eu, (Nome do(a) dirigente, portador(a) do documento de identidade, RG: (n°) e do CPF: (N°), brasileiro(a), (estado civil), (profissão), residente domiciliado(a) (endereço), dirigente da entidade (nome da entidade), CNPJ (N°), declaro:

a) que (o (a) nome da entidade) não possui dívida com o Poder Público e nem os seus dirigentes, proprietários ou controladores, estão inscritos nos bancos de dados públicos e privados de proteção ao crédito.

b) que os dirigentes, proprietários ou controladores da entidade não ocupam cargo ou emprego público no âmbito da administração pública federal.

c)que no quadro de dirigentes, colaboradores ou controladores da entidade não constam agente político de Poder ou do Ministério Público, tanto quanto dirigente de órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera governamental, de servidores públicos vinculados ao Conselho Gestor do FNHIS ou ao Conselho Curador do FDS ou ao Ministério das Cidades, ou respectivo cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau.

(Local e Data)
(Nome, assinatura e cargo do declarante)

ANEXO V

DECLARAÇÃO DO DIRIGENTE MÁXIMO DE ENTIDADE NACIONAL SOBRE AS ENTIDADES PRIVADA SEM FINS LUCRATIVOS A ELA FILIADAS

Eu, (Nome do(a) dirigente, portador(a) do documento de identidade, RG: (n°) e do CPF: (N°), brasileiro(a), (estado civil), (profissão), residente domiciliado(a) (endereço), dirigente da entidade (nome da entidade), CNPJ (N°), declaro que as entidades abaixo elencadas são nossas filiadas.

NOME DA ENTIDADE FILIADA	CNPJ	NOME DO DIRIGENTE	CPF DO DIRIGENTE	UF	SIGLA	NOME DO MUNICÍPIO SEDE DA ENTIDADE	DATA DA FILIAÇÃO
1							
2							
3							
4							
5 ...							

Observações:

1) Poderão ser acrescentadas tantas linhas quantas forem necessárias para listar as entidades filiadas.

2) Caso haja qualquer dúvida em relação às entidades elencadas no quadro acima e a sua filiação, a Caixa Econômica Federal e o Ministério das Cidades poderão solicitar, a qualquer tempo, documentos complementares.

(Local e Data)
(Nome, assinatura e cargo do declarante)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

PORTARIA Nº 60, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 282, de 26 de junho de 2008, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e na Portaria nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, bem como o que consta do Prcesso Administrativo nº 80000.028615/2010-10, resolve:

Art. 1º Renovar o Credenciamento por 04 (quatro) anos, a partir da data de publicação dessa Portaria, nos termos do §3º do art. 2º da Portaria nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do DENATRAN, a filial da pessoa jurídica SANPERES AVALIAÇÃO E VISTORIAS EM VEÍCULOS LTDA - ME, CNPJ - 07.978.421/0023-46, situada no Município de Formosa - GO, na Rua Costa Pinto, 343 - Setor Ferroviário, CEP 73.805-010, para atuar como Empresa Credenciada em Vistoria de Veículos - ECV no Município de Formosa e renovar a extensão da área de atuação para os Municípios de Alto Paraíso, Cabeceiras, Flores de Goiás, Formosa, São João D'aliança e Vila Boa no Estado de Goiás.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO CLAUDIO PORTELLA SERRA E SILVA

Ministério das Comunicações

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
CONSELHO DIRETOR

ATO Nº 2.534, DE 3 DE MAIO DE 2012

Processo nº 53504.018842/2011. Aplica às entidades abaixo relacionadas a sanção de caducidade das autorizações para exploração do Serviço Móvel Aeronáutico (Estações de Aeronave), de interesse restrito, por descumprimento do disposto no § 2º do art. 8º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, com nova redação dada pelo art. 51 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, bem como do disposto no art. 16 do Anexo à Resolução nº 255, de 29 de março de 2001. A sanção aplicada não implica a isenção de eventuais débitos decorrentes da autorização anteriormente outorgada.

Nome	Fistel	CNPJ/CPF
001.CARLOS ROBERTO FERNANDES	50400084147	051.658.528-22
002.EWALD JANKE JÚNIOR	50013608541	566.903.638-72
003.GILMAR LUIZ DA SILVA	50400886634	823.482.948-34
004.MARCELO DIAS MEDRADO	50402397002	039.377.778-22
005.MARILZA OGATA TROVÃO	50402259114	039.964.788-01
006.RADAR SEGURANCA E VIGILANCIA PERSONALIZADA S/C LTDA	50401333671	74.335.100/0001-05
007.SILVIO CARLOS DA SILVA	50402523580	015.570.828-71
008.VIAÇAO AÉREA SAO PAULO S/A	02020138808	60.703.923/0001-31

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

ATO Nº 1.095, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2013

Processo nº 53500.022138/2007. Aprovar a posteriori a alteração do controle societário da empresa INEXA TECNOLOGIA EM INFORMÁTICA LTDA.-ME, CNPJ nº 05.294.401/0001-15, prestadora de Serviço de Comunicação Multimídia, caracterizada pela saída do sócio controlador JHONI LORENZI, CPF nº 034.526.279-42. A aprovação não exime a requerente do cumprimento das demais obrigações legais e regulamentares a que se encontra submetida perante outros órgãos.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Presidente do Conselho
Substituto

ATO Nº 1.099, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2013

Processo nº 53500.016695/2012. Expede autorização à L H MELLON MIRANDA INFORMÁTICA ME, CNPJ/MF nº 05.542.810/0001-93, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Presidente do Conselho
Substituto

ATO Nº 1.100, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2013

Processo nº 53500.019457/2012. Expede autorização à J. DA L. MORAES TELECOMUNICAÇÕES - ME, CNPJ/MF nº 07.677.911/0001-05, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Presidente do Conselho
Substituto

ATO Nº 1.101, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2013

Processo nº 53500.022392/2012. Expede autorização à WAGNER MEDEIROS FILHO INFORMÁTICA - ME, CNPJ/MF nº 13.213.695/0001-31, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Presidente do Conselho
Substituto

ATO Nº 1.102, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2013

Processo nº 53500.031274/2012. Expede autorização à JORGE PACHECO ROLIM - ME, CNPJ/MF nº 13.618.432/0001-02, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Presidente do Conselho
Substituto

ATO Nº 1.103, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2013

Processo nº 53500.025889/2012. Expede autorização à J. ELVIS FROTA - ME, CNPJ/MF nº 04.044.328/0001-60, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Presidente do Conselho
Substituto

ATO Nº 1.104, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2013

Processo nº 53500.022253/2012. Expede autorização à DKIROS NET SERVIÇOS DE INTERNET LTDA. - ME, CNPJ/MF nº 11.778.954/0001-46, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Presidente do Conselho
Substituto

ATO Nº 1.105, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2013

Processo nº 53500.028451/2012. Expede autorização à ASN SERVIÇOS AVANÇADOS DE REDE LTDA. - ME, CNPJ/MF nº 11.101.502/0001-25, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Presidente do Conselho
Substituto

ATO Nº 1.107, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2013

Processo nº 53500.024700/2012. Expede autorização à JONAS DE OLIVEIRA RIBEIRO & CIA. LTDA., CNPJ/MF nº 09.151.329/0001-28, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Presidente do Conselho
Substituto

ATO Nº 1.108, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2013

Processo nº 53500.023832/2012. Expede autorização à E P JUNIOR REDES E INFORMÁTICA, CNPJ/MF nº 11.371.931/0001-12, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Presidente do Conselho
Substituto

ATO Nº 1.110, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2013

Processo nº 53500.023655/2012. Expede autorização à MARCO AURELIO TOMAZ - ME, CNPJ/MF nº 04.849.125/0001-41, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo território nacional.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Presidente Substituto

ATO Nº 2.272, DE 19 DE ABRIL DE 2012

Processo nº 53504.018844/2011. Aplica às entidades relacionadas no Anexo I a sanção de caducidade das autorizações para exploração do Serviço Limitado Privado, de interesse restrito, por descumprimento do disposto no § 2º do art. 8º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, com nova redação dada pelo art. 51 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, bem como do estabelecido no artigo 16 do Anexo à Resolução nº 255, de 29 de março de 2001. A sanção aplicada não implica isenção de eventuais débitos, decorrentes da autorização anteriormente expedida. Aplica às entidades relacionadas no Anexo II a sanção de advertência tendo em vista o pagamento intempestivo da Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Presidente do Conselho
Substituto

ATO Nº 2.296, DE 23 DE ABRIL DE 2012

Processo nº 53520.001501/2011. Aplica às entidades relacionadas no anexo I a sanção de caducidade das autorizações para exploração do Serviço Radioamador, de interesse restrito, por descumprimento do disposto no § 2º do art. 8º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, com nova redação dada pelo art. 51 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, bem como do estabelecido no artigo 16 do Anexo à Resolução nº 255, de 29 de março de 2001. A sanção aplicada não implica isenção de eventuais débitos decorrentes da autorização anteriormente expedida. Aplica às entidades relacionadas no anexo II a sanção de advertência, tendo em vista o pagamento intempestivo da Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Presidente do Conselho
Substituto

ATO Nº 2.300, DE 23 DE ABRIL DE 2012

Processo nº 53542.002467/2011. Aplica às entidades relacionadas no anexo I a sanção de caducidade das autorizações para exploração do Serviço Radioamador, de interesse restrito, por descumprimento do disposto no § 2º do art. 8º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, com nova redação dada pelo art. 51 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, bem como do estabelecido no artigo 16 do Anexo à Resolução nº 255, de 29 de março de 2001. A sanção aplicada não implica isenção de eventuais débitos decorrentes da autorização anteriormente expedida. Aplica às entidades relacionadas no anexo II a sanção de advertência, tendo em vista o pagamento intempestivo da Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Presidente do Conselho
Substituto

ATO Nº 2.383, DE 26 DE ABRIL DE 2012

Processo nº 535600001602011. Aplica às entidades relacionadas no anexo I a sanção de caducidade das autorizações para exploração do Serviço Radioamador, de interesse restrito, por descumprimento do disposto no § 2º do art. 8º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, com nova redação dada pelo art. 51 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, bem como do estabelecido no artigo 16 do Anexo à Resolução nº 255, de 29 de março de 2001. A sanção aplicada não implica isenção de eventuais débitos decorrentes da autorização anteriormente expedida. Aplica às entidades relacionadas no anexo II a sanção de advertência, tendo em vista o pagamento intempestivo da Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

ATO Nº 2.920, DE 24 DE MAIO DE 2012

Processo nº 53532.001391/2011. Aplica às entidades relacionadas no anexo I a sanção de caducidade das autorizações para exploração do Serviço Móvel Marítimo (Estações de Navio), de interesse restrito, por descumprimento do disposto no § 2º do art. 8º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, com nova redação dada pelo art. 51 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, bem como do estabelecido no artigo 16 do Anexo à Resolução nº 255, de 29 de março de 2001. A sanção aplicada não implica isenção de eventuais débitos, decorrentes da autorização anteriormente expedida. Aplica às entidades relacionadas no anexo II a sanção de advertência tendo em vista o pagamento intempestivo da Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

ATO Nº 2.934, DE 24 DE MAIO DE 2012

Processo nº 53504.0018835/2011. Aplica às entidades relacionadas no anexo I a sanção de caducidade das autorizações para exploração do Serviço Móvel Marítimo (Estações de Navio), de interesse restrito, por descumprimento do disposto no § 2º do art. 8º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, com nova redação dada pelo art. 51 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, bem como do estabelecido no artigo 16 do Anexo à Resolução nº 255, de 29 de março de 2001. A sanção aplicada não implica isenção de eventuais débitos, decorrentes da autorização anteriormente expedida. Aplica às entidades relacionadas no anexo II a sanção de advertência tendo em vista o pagamento intempestivo da Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

ATO Nº 4.037, DE 17 DE JULHO DE 2012

Processo nº 535480027812011. Aplica às entidades relacionadas no anexo I a sanção de caducidade das autorizações para exploração do Serviço Rádio do Cidadão, de interesse restrito, por descumprimento do disposto no § 2º do art. 8º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, com nova redação dada pelo art. 51 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, bem como do estabelecido no artigo 16 do Anexo à Resolução nº 255, de 29 de março de 2001. A sanção aplicada não implica isenção de eventuais débitos, decorrentes da autorização anteriormente expedida. Aplica às entidades relacionadas no anexo II a sanção de advertência, tendo em vista o pagamento intempestivo da Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

ATO Nº 4.067, DE 18 DE JULHO DE 2012

Processo nº 53508.002143/2011. Aplica às entidades relacionadas no anexo I a sanção de caducidade das autorizações para exploração do Serviço Limitado Privado, de interesse restrito, por descumprimento do disposto no § 2º do art. 8º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, com nova redação dada pelo art. 51 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, bem como do estabelecido no artigo 16 do Anexo à Resolução nº 255, de 29 de março de 2001. A sanção aplicada não implica isenção de eventuais débitos decorrentes da autorização anteriormente expedida. Aplica às entidades relacionadas no anexo II a sanção de advertência, tendo em vista o pagamento intempestivo da Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

DESPACHOS DO PRESIDENTE
Em 26 de outubro de 2012

Nº 6.623/2012-CD - Processos n. 53557.000702/2010 e 53557.000896/2010

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Recurso Administrativo apresentado pela TELEMAR NORTE LESTE S/A, Concessionária do STFC, Setor 6 do Plano Geral de Outorgas (PGO), CNPJ/MF nº 33.000.118/0004-11, em face da decisão exarada pelo Superintendente de Serviços Públicos, por meio do Despacho nº 3.420/2012-PBQID/PBQI/SPB, de 2 de maio de 2012, que aplicou a sanção de multa no valor de R$ 57.577,83 (cinquenta e sete mil, quinhentos e setenta e sete reais e oitenta e três centavos), decidiu, em sua Reunião nº 668, realizada em 27 de setembro de 2012, conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, negar-lhe provimento, inclusive quanto ao pedido de concessão de sigilo, nos termos da Análise nº 413/2012-GCMB, de 21 de setembro de 2012.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Nº 6.624/2012-CD - Processo nº 53554.006492/2010

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Recurso Administrativo interposto pela TELEMAR NORTE LESTE S/A, Concessionária do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), Setor 5 do Plano Geral de Outorgas (PGO), CNPJ/MF nº 33.000.118/0005-00, em face da decisão do Superintendente de Serviços Públicos, exarada no Despacho nº 3.464/2012-PBQID/PBQI/SPB, de 3 de maio de 2012, que aplicou a sanção de multa no valor de R$ 103.498,27 (cento e três mil, quatrocentos e noventa e oito reais e vinte e sete centavos), em virtude das infrações aos artigos 18, §1º, do PGMQ, c/c 4º, da Resolução 459/2007, 19, Parágrafo Único, do PGMQ e sanção de advertência em virtude da infração ao artigo 27, Parágrafo Único, da resolução nº 459/2007, nos autos do processo em epígrafe, decidiu, em sua Reunião nº 670, realizada em 11 de outubro de 2012, pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 422/2012-GCMB, de 5 de outubro de 2012: a) conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo integralmente os termos da decisão recorrida; e; b) indeferir o pedido de concessão de sigilo aos documentos e informações presentes nestes autos, tendo em vista o caráter genérico da solicitação, não impedindo, todavia, que a área competente, ao conceder publicidade aos autos, analise a necessidade de concessão de sigilo a determinados documentos conforme seu juízo, mediante enquadramento às exceções normativas, nos termos do §2º do art.1º da Portaria nº 941/2011.

Em 13 de novembro de 2012

Nº 6.886/2012-CD - Processo nº 53500.007363/2010

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Recurso Administrativo interposto pela TRANSIT DO BRASIL LTDA., CNPJ/MF nº 02.868.267/0001-20, contra decisão proferida pelo Superintendente de Serviços Privados, exarada no Ato nº 5.302, de 17 de agosto de 2010, nos autos do processo em referência, que tem por objeto a apuração do descumprimento ao inciso VII, do art. 59, do Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia - SCM, aprovado na forma do anexo à Resolução nº 272, de 9 de agosto de 2001, decidiu, em sua Reunião nº 662, realizada em 16 de agosto de 2012: a) conhecer do Recurso e, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo os termos da decisão recorrida; b) determinar à Superintendência de Serviços Privados que notifique a recorrente para que promova imediatamente a devolução em dobro do valor cobrado; c) determinar à Superintendência de Serviços Privados que notifique a recorrente para que adeque os seus contratos, retirando a previsão de taxa de desinstalação, caso exista, sem prejuízo da apuração que essa Superintendência deverá fazer; e, d) determinar à Superintendência de Serviços Privados que apure se a prática perpetrada pela recorrente se estende a outros contratos que essa empresa estabelece com os seus assinantes, o que poderá caracterizar conduta sistêmica de cobrança indevida, ensejadora de instauração de PADO, bem como a devolução imediata das eventuais quantias pagas, independentemente de efetuação de reclamações por parte dos consumidores que possam ter sido lesados, pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 374/2012-GCRZ, de 10 de agosto de 2012.

Em 22 de novembro de 2012

Nº 7.005/2012-CD - Processo nº 53554.000190/2010

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Recurso Administrativo com pedido de efeito suspensivo interposto pela TELEMAR NORTE LESTE S/A, Concessionária do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), Setor 5 do Plano Geral de Outorgas, CNPJ/MF nº 33.000.118/0005-00, em face da decisão do Superintendente de Serviços Públicos, exarada no Despacho nº 1.031/2011-PBQID/PBQI/SPB, de 9 de fevereiro de 2011, que aplicou a sanção de multa no valor de R$ 75.001,68 (setenta e cinco mil um real e sessenta e oito centavos), em virtude das infrações aos artigos 18, §1º e 19, parágrafo único, do Plano Geral de Metas de Qualidade para o STFC, aprovado pela Resolução nº 341/2003, nos autos do processo em epígrafe, decidiu, em sua Reunião nº 675, realizada em 14 de novembro de 2012, pelas razões e fundamentos constantes na Análise nº 04/2012-GCMP, de 8 de novembro de 2012: a) conhecer do Recurso Administrativo, com pedido de efeito suspensivo para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo os termos da decisão recorrida; e, b) conhecer das Alegações Finais para, no mérito, indeferir os pedidos ali constantes.

JOÃO BATISTA DE REZENDE

Em 10 de janeiro de 2013

Nº 147/2013-CD - Processo nº 53584.000485/2004

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, em sua Reunião nº 677, realizada em 29 de novembro de 2012, decidiu, pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 395/2012-GCJV, de 31 de agosto de 2012: a) conhecer do Pedido de Reconsideração interposto pela empresa BRASIL TELECOM S/A - Filial Acre, concessionária do Serviço Telefônico Fixo Comutado, CNPJ/MF nº 76.535.764/0327-70 em face de decisão proferida pelo Conselho Diretor da Anatel, por meio do Despacho nº 5.164/2008-CD, de 15 de dezembro de 2008, presente nos autos do processo referenciado, e, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se integralmente a decisão recorrida; b) receber a petição de fls. 428/445, intitulada "Manifestação", e não conhecê-la, ante a incidência da preclusão consumativa; e, c) determinar à Superintendência de Serviços Públicos que notifique a prestadora para que comprove, no prazo máximo de 30 dias, a efetiva reparação aos usuários afetados e, caso não identificados os usuários, que apresente, no mesmo prazo, os comprovantes de depósito no Fundo de Defesa de Direitos Difusos - FDD, do valor devido a títulos de reparação e na hipótese de não restar comprovado o ressarcimento em dobro aos usuários afetados pelo descumprimento, apure a liquidez dos valores devidos a adote todas as medidas necessárias para efetiva reparação a esses usuários.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Substituto

Em 28 de janeiro de 2013

Nº 554/2013-CD - Processo nº 53542.002467/2011

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, analisando o Procedimento para Apuração de Descumprimento de Obrigações em epígrafe, instaurado em desfavor de entidades inadimplentes junto ao Fistel, decidiu, em sua Reunião nº 681, realizada em 17 de janeiro de 2013, pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 14/2013-GCRZ, de 7 de janeiro de 2013: a) reformar o Ato nº 2.300, de 23 de abril de 2012, para afastar a sanção de caducidade das autorizações para executar o Serviço Radioamador, de interesse restrito, detidas pelas entidades que quitaram seus débitos relativos à Taxa de Fiscalização e Funcionamento (TFF), do exercício de 2010, listadas no Anexo I, e em substituição, aplicar a sanção de advertência, de acordo com a proposta contida nos itens 5 e 6 do Memorando nº 495/2012/PVSTP/PVST/SPV, de 21 de dezembro de 2012; b) manter a sanção de caducidade das autorizações para executar o Serviço Radioamador, de interesse restrito, detidas pelas entidades que, após regularmente notificadas da referida decisão, não quitaram seus débitos relativos à Taxa de Fiscalização e Funcionamento (TFF), do exercício de 2010, ou efetuaram o pagamento fora do prazo regulamentar de dez dias após a devida notificação, conforme consignado nas alíneas "b", "c" e "d" do item 4, e proposta contida nos itens 5 e 6 do mesmo memorando ; e, c) recomendar à Superintendência de Serviços Privados que adote providências no sentido de efetuar a cobrança dos valores devidos pelas entidades relacionadas na alínea "b" desse despacho, dado que a extinção da autorização não as exime de suas obrigações para com terceiros, nem prejudica a apuração de eventuais infrações cometidas ou a cobrança de valores devidos à Anatel.

ANEXO I

Nome	CNPJ/CPF	Fistel
0001. CARLOS ANTONIO ROSA PORTO	238.811.351-20	50005843928
0002. ELMO DE LIMA (débito cancelado - falecido)	002.505.201-25	13000048430
0003. LIGA DE AMADORES BRASILEIROS DE RADIO EMISSAO-LABRE-GO	02.110.047/0001-33	13000000151

Nº 556/2013-CD- Processo nº 53504.018835/2011

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, analisando o Procedimento para Apuração de Descumprimento de Obrigações em epígrafe, instaurado em desfavor de entidades inadimplentes junto ao Fistel, decidiu, em sua Reunião nº 681, realizada em 17 de janeiro de 2013, pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 13/2013-GCRZ, de 7 de janeiro de 2013: a) reformar o Ato nº 2.934, de 24 de maio de 2012, para afastar a sanção de caducidade das autorizações para executar o Serviço Móvel Marítimo, de interesse restrito, detidas pelas entidades que quitaram seus débitos relativos à Taxa de Fiscalização e Funcionamento (TFF), do exercício de 2007, listadas no Anexo I, e aplicar, em substituição, a sanção de advertência, de acordo com a proposta contida nos itens 5 e 6 do Memorando nº 497/2012/PVSTP/PVST/SPV, de 21 de dezembro de 2012; b) manter a sanção de caducidade das autorizações para executar o Serviço Móvel Marítimo, de interesse restrito, detidas pelas entidades que, após regularmente notificadas da decisão prolatada no referido Ato, não quitaram seus débitos relativos à Taxa de Fiscalização e Funcionamento (TFF), do exercício de 2007, ou efetuaram o pagamento fora do prazo regulamentar de dez dias após a devida notificação, conforme consignado nas alíneas "b", "c" e "d" do item 4, e proposta contida nos itens 5 e 6 do mesmo memorando; c) recomendar à Superintendência de Serviços Privados que adote providências no sentido de efetuar a cobrança dos valores devidos pelas entidades relacionadas na alínea "b" desse despacho, dado que a extinção da autorização não as exime de suas obrigações para com terceiros, nem prejudica a apuração de eventuais infrações cometidas ou a cobrança de valores devidos à Anatel; e, d) ante o exaurimento da via administrativa, determinar à Superintendência de Serviços Privados que adote providências no sentido de comunicar ao Comando da Marinha do Brasil a aplicação da sanção de caducidade para prestar o Serviço Móvel Marítimo e a consequente extinção da licença relativa à estação de apoio à navegação marítima, bem como à estação de radiocomunicação marítima, tendo em vista o disposto no art. 162, §3º, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997.

ANEXO I

Nome
0001. ALBERTO WINDMULLER
0003. LUIS EDUARDO ALVES ASSIS

Nº 555/2013-CD - Processo nº 53504.018844/2011

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, analisando o Procedimento para Apuração de Descumprimento de Obrigações em epígrafe, instaurado em desfavor de entidades inadimplentes junto ao Fistel, decidiu, em sua Reunião nº 681, realizada em 17 de janeiro de 2013, pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 5/2013-GCRZ, de 7 de janeiro de 2013: a) reformar o Ato nº 2.272, de 19 de abril de 2012, para afastar a sanção de caducidade da autorização para executar o Serviço Limitado Privado, de interesse restrito, detida pela entidade NAUR CELESTINO TEDESCHI, CPF 312.843.618-53, que quitou seus débitos relativos à Taxa de Fiscalização e Funcionamento - TFF, referente ao exercício de 2007, conforme alínea "a" do item 4, do Mem nº 489/2012/PVSTP/PVST/SPV, de 20 de dezembro de 2012, e aplicar, em substituição, a sanção de advertência, de acordo com a proposta contida nos itens 5 e 6 do mesmo memorando; b) manter a sanção de caducidade das autorizações para executar o Serviço Limitado Privado de interesse restrito detidas pelas entidades que, após regularmente notificadas da referida decisão, não quitaram seus débitos relativos à Taxa de Fiscalização e Funcionamento - TFF, referente ao exercício de 2007, ou efetuaram o pagamento fora do prazo regulamentar de dez dias após a devida notificação, conforme consignado nas alíneas "b", "c" e "d" do item 4, e proposta contida nos itens 5 e 6 do mesmo memorando e, c) recomendar à Superintendência de Serviços Privados que adote providências no sentido de efetuar a cobrança dos valores devidos pelas entidades relacionadas na alínea "b" dessa conclusão, dado que a extinção da autorização não as exime de suas obrigações para com terceiros, nem prejudica a apuração de eventuais infrações cometidas ou a cobrança de valores devidos à Anatel.

Em 29 de janeiro de 2013

Nº 572/2013-CD - Processo nº 53504.018843/2011

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, analisando o Procedimento para Apuração de Descumprimento de Obrigações em epígrafe, instaurado em desfavor de entidades inadimplentes junto ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações, e depois de cumpridos os procedimentos legais, decidiu, em sua Reunião nº 681, realizada em 17 de janeiro de 2013, pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 8/2013-GCRM, de 11 de janeiro de 2013: a) reformar a decisão contida no Ato nº 2.028, de 11 de abril 2012, para afastar a aplicação da sanção de caducidade da outorga de Serviço Limitado Privado - Estações Itinerantes, de interesse restrito, detida pela entidade C.C.I. CENTRO CONTROLE E INSPEÇÃO LTDA ME, CNPJ/MF nº 02.644.868/0001-50, que quitou seus débitos relativos à Taxa de Fiscalização e Funcionamento (TFF), exercício 2007, antes do trânsito em julgado administrativo, e aplicar, em substituição, a sanção de advertência; b) manter a decisão contida no Ato nº 2.028, de 2012, referente à aplicação da sanção de caducidade das outorgas de Serviço Limitado Privado - Estações Itinerantes, de interesse restrito, detidas pelas entidades relacionadas em seu Anexo que não quitaram seus débitos relativos à TFF, exercício 2007; e, c) determinar à Superintendência de Serviços Privados que adote providências no sentido de efetuar a cobrança dos valores devidos pelas entidades relacionadas na alínea "b" deste Despacho, dado que a extinção da autorização não as exime de suas obrigações para com terceiros, nem prejudica a apuração de eventuais infrações cometidas ou a cobrança de valores devidos à Anatel.

Nº 573/2013-CD - Processo nº 53520.001501/2011

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, analisando o Procedimento para Apuração de Descumprimento de Obrigações em epígrafe, instaurado em desfavor de entidades inadimplentes junto ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações, e depois de cumpridos os procedimentos legais, decidiu, em sua Reunião nº 681, realizada em 17 de janeiro de 2013, pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 9/2013-GCRM, de 11 de janeiro de 2013: a) reformar a decisão contida no Ato nº 2.296, de 23 de abril de 2012, para afastar a aplicação da sanção de caducidade da outorga de Serviço Radioamador, de interesse restrito, detidas pelas entidades relacionadas no Anexo I do presente Despacho, que quitaram seus débitos relativos à Taxa de Fiscalização e Funcionamento (TFF), exercício 2009, antes do trânsito em julgado administrativo, e aplicar, em substituição, a sanção de advertência; b) manter a decisão contida no Ato nº 2.296, de 2012, referente à aplicação da sanção de caducidade das outorgas de Serviço Radioamador, de interesse restrito, detidas pelas entidades relacionadas em seu Anexo I que não quitaram seus débitos relativos à TFF, exercício 2009; c) manter a decisão contida no Ato nº 2.296, de 2012, referente à aplicação da sanção de advertência às entidades relacionadas em seu Anexo II; e d) determinar à Superintendência de Serviços Privados que adote providências no sentido de efetuar a cobrança dos valores devidos pelas entidades relacionadas na alínea "b" deste Despacho, dado que a extinção da autorização não as exime de suas obrigações para com terceiros, nem prejudica a apuração de eventuais infrações cometidas ou a cobrança de valores devidos à Anatel.

ANEXO I

Nome	CNPJ/CPF	Fistel
0001. CARLOS ALBERTO MORETTO	008.101.678-67	50405388551
0002. HAMILTON VIEIRA	351.372.319-91	50402258223
0003. RICARDO LUIS RODRIGUES	537.620.459-68	50405558490

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Em 4 de fevereiro de 2013

Nº 752/2013-CD - Processo nº 53504.018842/2011

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, analisando o Procedimento para Apuração de Descumprimento de Obrigações - PADO em epígrafe, instaurado em desfavor de entidades inadimplentes junto ao Fistel, e depois de cumpridos os procedimentos legais, decidiu, em sua Reunião nº 681, realizada em 17 de janeiro de 2013, pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 26/2013-GCMB, de 14 de janeiro de 2013: a) reformar a decisão contida no Ato nº 2.534, de 3 de maio de 2012, a fim de substituir a sanção de caducidade por advertência para a entidade SILVIO CARLOS DA SILVA, CPF nº 015.570.828-71 que quitou seu débito relativo à Taxa de Fiscalização e Funcionamento - TFF, antes do trânsito em julgado; b) manter a sanção de caducidade para as entidades objeto deste Procedimento que permaneceram inertes quanto à quitação de seus débitos, mesmo após regularmente notificadas; e, c) determinar à Superintendência de Serviços Privados que adote providências no sentido de efetuar a cobrança dos valores devidos pelas entidades que foram mantidas a sanção de caducidade, dado que a extinção da autorização não as exime de suas obrigações para com terceiros, nem prejudica a apuração de eventuais infrações cometidas ou a cobrança de valores devidos à Anatel.

Em 5 de fevereiro de 2013

Nº 794/2013-CDProcesso nº 53560.000160/2011

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, analisando o Procedimento para Apuração de Descumprimento de Obrigações em epígrafe, instaurado em desfavor de entidades inadimplentes junto ao Fistel, decidiu, em sua Reunião nº 682, realizada em 24 de janeiro de 2013, pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 41/2013-GCRZ, de 17 de janeiro de 2013: a) reformar o Ato nº 2.383, de 26 de abril de 2012, para afastar a sanção de caducidade das autorizações para executar o Serviço Radioamador, de interesse restrito, detidas pelas entidades que quitaram seus débitos relativos à Taxa de Fiscalização e Funcionamento - TFF, referente ao exercício de 2010, listadas no Anexo I e aplicar, em substituição, a sanção de advertência, de acordo com a proposta contida nos itens 5 e 6 do Memorando nº 20/2013/PVSTP/PVST/SPV, de 10 de janeiro de 2013; b) manter a sanção de caducidade das autorizações para executar o Serviço Radioamador, de interesse restrito, detidas pelas entidades que, após regularmente notificadas da decisão prolatada em referência, não quitaram seus débitos relativos à TFF, ou efetuaram o pagamento fora do prazo regulamentar de dez dias após a devida notificação, conforme proposta contida no mesmo memorando; c) recomendar à Superintendência de Serviços Privados que adote providências no sentido de efetuar a cobrança dos valores devidos pelas entidades relacionadas na alínea "b" desse despacho, dado que a extinção da autorização não as exime de suas obrigações para com terceiros, nem prejudica a apuração de eventuais infrações cometidas ou a cobrança de valores devidos à Anatel.

JOÃO BATISTA DE REZENDE

ANEXO I

Nome	CPF/CNPJ	Fistel
0001. HELIO HENRIQUE VIEIRA VERISSIMO	089.339.522-68	50405040636
0002. BRUNO CESAR CAMARA DE FARIAS	010.503.584-06	50404914098

Em 13 de fevereiro de 2013

Nº 893/2013-CDProcesso nº 53548.002781/2011

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, analisando o Procedimento para Apuração de Descumprimento de Obrigações - PADO nº 53548.002781/2011, instaurado em desfavor de entidades inadimplentes junto ao Fistel, e depois de cumpridos os procedimentos legais, decidiu, em sua Reunião nº 683, realizada em 31 de janeiro de 2013: a) reformar o Ato nº 4.037, de 17 de julho de 2012, para afastar a sanção de caducidade das autorizações para executar o Serviço Rádio do Cidadão, de interesse restrito, detidas pelas entidades listadas no Anexo I, que quitaram seus débitos relativos à Taxa de Fiscalização e Funcionamento - TFF, no exercício de 2009, conforme proposta contida nos itens 5 e 6 do Mem nº 36/2013/PVSTP/PVST/SPV, de 23 de janeiro de 2013 e aplicar, em substituição, a sanção de advertência; b) manter a sanção de caducidade das autorizações para executar o Serviço Rádio do Cidadão, de interesse restrito, detidas pelas entidades que, após regularmente notificadas da decisão prolatada no Ato nº 4.037, de 17 de julho de 2012, não quitaram seus débitos relativos à Taxa de Fiscalização e Funcionamento - TFF, no exercício de 2009, ou efetuaram o pagamento fora do prazo regulamentar de dez dias após a devida notificação, conforme proposta contida nos itens 5 e 6 do Mem nº 36/2013/PVSTP/PVST/SPV, de 23 de janeiro de 2013; e, c) recomendar à Superintendência de Serviços Privados que adote providências no sentido de efetuar a cobrança dos valores devidos pelas entidades relacionadas na alínea "b" dessa conclusão, dado que a extinção da autorização não as exime de suas obrigações para com terceiros, nem prejudica a apuração de eventuais infrações cometidas ou a cobrança de valores devidos à Anatel.

ANEXO I

Nome	CNPJ/CPF	Fistel
0001. ANDERSON FABRICIO SALIBA MORAES	002.472.131-01	80105875244
0002. ANTONIO CARLOS OJEDA	583.257.271-87	80101923090
0003. EMERSON HONAISER CARDOSO	809.248.161-04	80101501269
0004. FERNANDO LUIS VIAPIANA	338.250.331-04	80101382154
0005. JOSE CARLOS REZENDE	557.518.309-20	80105331309
0006. MARCIO ROBERTO PASSONE	916.707.211-91	80101318731
0007. MARCOS ROBERTO DE OLIVEIRA	373.920.261-00	80106391259
0008. PAULO CORTEZ	306.819.879-87	80105137928
0009. RAFAEL MATSUI LANGE	958.368.021-49	80103026002
0010. VALCIDE BATISTA DOS SANTOS	141.384.171-68	80106102168
0011. VANDERLEI LUIZ KOTZ	614.785.981-15	80105867063
0012. CAIO ANDRADE TEIXEIRA DE REZENDE	730.927.621-34	80105334839

Em 14 de fevereiro de 2013

Nº 943/2013-CD - Processo nº 53560.000161/2011

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, analisando o Procedimento para Apuração de Descumprimento de Obrigações - PADO nº 53560.000161/2011, instaurado em desfavor de entidades inadimplentes junto ao Fistel, e depois de cumpridos os procedimentos legais, decidiu, em sua Reunião nº 683, realizada em 31 de janeiro de 2013: a) reformar a decisão contida no Ato nº 2.161, de 17 de abril de 2012, para afastar a aplicação da sanção de caducidade da outorga de Serviço Radioamador, de interesse restrito, detidas pelas entidades relacionadas no Anexo I do presente Despacho, que quitaram seus débitos relativos à Taxa de Fiscalização e Funcionamento, exercício 2009, antes do trânsito em julgado administrativo, e aplicar, em substituição, a sanção de advertência; b) manter a decisão contida no Ato nº 2.161, de 17 de abril de 2012, referente à aplicação da sanção de caducidade da outorga de Serviço Radioamador, de interesse restrito, detida pelas entidades relacionadas em seu Anexo I que não quitaram ou quitaram após o decurso do prazo regulamentar seus débitos relativos à Taxa de Fiscalização e Funcionamento, exercício 2009; c) manter a decisão contida no Ato nº 2.161, de 17 de abril de 2012, referente à aplicação da sanção de advertência às entidades relacionados em seu Anexo II; e, d) determinar à Superintendência de Serviços Privados que adote providências no sentido de efetuar a cobrança dos valores devidos pelas entidades relacionadas na alínea "b", dado que a extinção da autorização não as exime de suas obrigações para com terceiros, nem prejudica a apuração de eventuais infrações cometidas ou a cobrança de valores devidos à Anatel.

ANEXO I

Nome	CNPJ/CPF	Fistel
0001. ADRIANO LEITE DE SOUZA	626.604.033-68	50403653908
0002. EMILSON PEREIRA GADELHA	211.880.093-20	10020334540
0003. JOAO CRISOSTOMO ESTIMA	015.514.263-15	10020278292
0004. MARCIO COELHO MACEDO	274.345.404-00	20000057053
0005. MARCOS WELLINGTON FERREIRA DA PONTE	806.327.503-91	50402429800
0006. NILTON OLIVEIRA MENDES SOBRINHO	033.718.914-53	11000042030
0007. VANDA MARIA RESENDE CORREIA LIMA	241.134.503-82	50404790186

Nº 946/2013-CD - Processo nº 53542.002465/2011

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, analisando o Procedimento para Apuração de Descumprimento de Obrigações - PADO nº 53542.002465/2011, instaurado em desfavor de entidades inadimplentes junto ao Fistel, e depois de cumpridos os procedimentos legais, decidiu, em sua Reunião nº 683, realizada em 31 de janeiro de 2013: a) reformar a decisão contida no Ato nº 2.163, de 17 de abril de 2012, para afastar a aplicação da sanção de caducidade da outorga de Serviço Móvel Marítimo, de interesse restrito, detida pela entidade ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO RIO, CNPJ nº 01.165.551/0001-78, que quitou seus débitos relativos à Taxa de Fiscalização e Funcionamento, exercício 2010, antes do trânsito em julgado administrativo, e aplicar, em substituição, a sanção de advertência; b) manter a decisão contida no Ato nº 2.163, de 17 de abril de 2012, referente à aplicação da sanção de caducidade das outorgas de Serviço Móvel Marítimo, de interesse restrito, detidas pelas entidades relacionadas em seu Anexo I que não quitaram seus débitos relativos à Taxa de Fiscalização e Funcionamento, exercício 2010; c) manter a decisão contida no Ato nº 2.163, de17 de abril de 2012, referente à aplicação da sanção de advertência às entidades relacionados em seu Anexo II; d) recomendar à Superintendência de Serviços Privados que adote providências no sentido de efetuar a cobrança dos valores devidos pelas entidades relacionadas na alínea "b" desta Conclusão, dado que a extinção da autorização não as exime de suas obrigações para com terceiros, nem prejudica a apuração de eventuais infrações cometidas ou a cobrança de valores devidos à Anatel; e, e) recomendar à Superintendência de Serviços Privados que adote providências no sentido de comunicar ao Comando da Marinha a aplicação da sanção de caducidade das autorizações para executar o Serviço Móvel Marítimo e a consequente extinção da licença relativa à estação de apoio à navegação marítima, bem como à estação de radiocomunicação marítima, tendo em vista o disposto no § 3º do artigo 162 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações - LGT).

Nº 948/2013-CD - Processo nº 53557.000963/2008

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Recurso Administrativo com Pedido de Efeito Suspensivo interposto pela TNL PCS S/A, CNPJ/MF nº 04.164.616/0001-59, interposto contra o Ato nº 5.297, de 17 de agosto de 2010, do Superintendente de Serviços Privados, decidiu, em sua Reunião nº 670, realizada em 11 de outubro de 2012, pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 393/2012-GCRZ, de 17 de agosto de 2012, e do Voto nº 94/2012-GCER, de 5 de outubro de 2012: a) conhecer do Recurso interposto para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se, desta feita, a sanção aplicada pelo descumprimento ao disposto nos arts. 6º, III, 27, §§ 1º, 6º e 7º, do Regulamento do Serviço Móvel Pessoal (RSMP), aprovado pela Resolução nº 477, de 7 de agosto de 2007, e na cláusula 8.1 do Termo de Autorização PVCP/SPV nº 1/2001-Anatel c/c os arts. 35 e 47, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor (CDC); b) notificar a Recorrente para, assim o desejando, apresentar alegações nos termos do parágrafo único do art. 64, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, sobre a possibilidade de agravamento da decisão consubstanciada no Ato nº 5.760, de 6 de setembro de 2010, em decorrência da infração ao disposto no art. 71, parágrafo único, do RSMP, e no art. 42, do CDC; c) determinar que a Superintendência de Serviços Privados adote, em caráter de urgência, as medidas necessárias para a efetiva reparação aos usuários, na forma do disposto na Análise nº 393/2012-GCRZ, com os complementos do Voto nº 94/2012-GCER; d) após a análise das alegações eventualmente apresentadas por TNL PCS S/A, sejam os autos remetidos à Procuradoria Federal Especializada da Anatel, nos termos do art. 90, § 1º-A, do Regimento Interno desta Agência, aprovado pela Resolução nº 270, de 19 de julho de 2001.

Nº 955/2013-CD - Processo nº 53504.024513/2010

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Pedido de Reconsideração apresentado pela NEXTEL TELECOMUNICAÇÕES LTDA., Autorizada do Serviço Móvel Especializado, CNPJ/MF nº 66.970.229/0001-67, em face de decisão proferida pelo Conselho Diretor, por meio do Despacho nº 4.092/2012-CD, de 5 de junho de 2012, nos autos do processo em epígrafe, que tem por objeto a averiguação de descumprimento de dispositivo da Lei Geral de Telecomunicações, decidiu, em sua Reunião nº 683, realizada em 31 de janeiro de 2013, pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 45/2013-GCRZ, de 18 de janeiro de 2013: a) conhecer do Pedido apresentado para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, mantendo a sanção de multa aplicada, fixando-se, porém, o seu valor em R$ 1.851,92 (mil oitocentos e cinquenta e um reais e noventa e dois centavos), conforme planilha anexa à referida Análise, restando, ainda, mantida a determinação constante do item 'b', do Despacho nº 4.092/2012-CD, de 5 de junho de 2012; b) atribuir sigilo às informações pessoais constantes dos presentes autos, na forma prescrita pelo Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, e pela Portaria nº 941, de 28 de outubro de 2011.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Em 26 de fevereiro de 2013

Nº 1.250/2013-CD - Processo nº 53500.023222/2012.

O Conselho Diretor da AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Pedido de Dispensa de Distribuição de Canais Obrigatórios, formulado por A. TELECOM S/A, CNPJ/MF nº 03.498.897/0001-13, Autorizada do Serviço de Acesso Condicionado, decidiu, em sua Reunião nº 685, realizada em 21 de fevereiro de 2013, pelas razões e fundamentos da Análise nº 117/2013-GCRM, de 15 de fevereiro de 2013: a) deferir o pedido para i) dispensar, pelo prazo de três anos, o carregamento dos canais do inciso I do art. 32 da Lei nº 12.485, de 19 de setembro de 2011, por meio das estações satelitais contratadas junto à empresa Media Networks Latin America; ii) dispensar, até 31 de março de 2013, o carregamento dos canais dos incisos VIII, IX, X e XI do art. 32 da Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, por meio das estações satelitais contratadas junto à empresa Media Networks Latin America; e, b) deferir os pedidos de sigilo constantes das petições apresentadas em 13 de novembro de 2012, sob protocolo nº 53508.013601/2012, referente à documentação de fls. 6-17, e em 12 de dezembro de 2012, sob protocolo nº 53508.014662/2012, referente à documentação de fls. 21-24 e à mídia óptica acostada à fl. 25.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO

ATO Nº 1.253, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2013

Autorizar GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ nº 27.865.757/0001-02 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Macaé/RJ, , no período de 23/02/2013 a 24/02/2013.

MARCUS VINICIUS PAOLUCCI
Superintendente

ATO Nº 1.254, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2013

Autorizar GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ nº 27.865.757/0001-02 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Volta Redonda/RJ, , no período de 23/02/2013 a 24/02/2013.

MARCUS VINICIUS PAOLUCCI
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA

ATO Nº 1.299, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2013

Processo nº 53000.056192/12. TVSBT CANAL 4 DE SÃO PAULO S/A - RTVD - Orlândia/SP - Canal 24. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 1.306, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2013

Processo nº 53500.009129/2010 - TELEVISÃO CULTURA DE MARINGÁ LIMITADA -TV - Maringá/PR - Canal 8- Autoriza o uso de radiofrequência e novas características técnicas.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS PRIVADOS

ATO Nº 5.302, DE 17 DE AGOSTO DE 2010

Processo n.º 53500.007363/2010. Aplica à empresa TRANSIT DO BRASIL LTDA, CNPJ/MF n.º 02.868.267/0001-20, a sanção de MULTA no valor de R$ 1.401,73 (hum mil, quatrocentos e um reais e setenta e três centavos), tendo em vista descumprimento de obrigação prevista no inciso VII, do art. 59 do Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia - SCM, aprovado pela Resolução n. 272/2001.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente
Substituto

ATO Nº 1.237, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2013

Processo n.º 53500.019883/2011 - Expede autorização ao CONDOMINIO EDIFICIO BASSANO VACCARINI RESIDENCE SERVICE, CNPJ 60.249.414/0001-80, para executar o Serviço Limitado Privado de Radiochamada - SLPR, de interesse restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em todo o território nacional. Outorga autorização do direito de uso do canal 01, radiofrequência 25,275 MHz, constante da Tabela I da Norma n.º 17/1996, sem exclusividade, compartilhada no espaço e no tempo com outras autorizadas, sem direito à proteção contra interferências prejudiciais, pelo prazo de 20 (vinte) anos, em caráter precário, prorrogável uma única vez e de forma onerosa, por igual período, no município de Ribeirão Preto/SP.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

ATO Nº 1.238, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2013

Processo n.º 53500.002651/2002 - Declara extinta, por cassação, a partir de 30/07/2012, a autorização do Serviço Limitado Privado de Radiochamada - SLPR, expedida por meio do Ato n.º 27.414, de 22/07/2002, publicado no Diário Oficial da União - D.O.U. de 29/07/2002 e transferida à RIPASA SA CELULOSE E PAPEL, CNPJ 51.468.791/0121-26, por meio do Ato n.º 46.018, de 19/08/2004, publicado no D.O.U. de 24/08/2004, tendo em vista o advento do termo final da outorga de autorização de uso da(s) radiofrequência(s) associada(s), com fulcro do art. 18, §5º, do Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências, aprovado pela Resolução n.º 259, de 19 de abril de 2001, do art. 139, parágrafo único, da Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 4 de dezembro de 2012

N° 7259/2012-PBOAC/PBOA/SPB - Processo nº 53500.001946/2012

O SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS DA ANATEL, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando as solicitações de anuência prévia para contratação de serviços de terceiros, encaminhadas pela COMPANHIA DE TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL CENTRAL - CTBC TELECOM, CNPJ/MF nº 71.208.516/0001-74, concessionária nos setores 3, 22, 25 e 33 do Plano Geral de Outorgas (PGO), nos autos do processo em referência, DECIDE, nos termos da Portaria nº 1.263/2010 de 29 de novembro de 2010, pelas razões e fundamentos constantes no Informe nº 260/2012-PBOAC/PBOA, de 27.11.2012, (i) deferir a celebração dos termos contratuais denominados "CONT/CTE/003/2011", "CONT/CTV/009/2011", "CONT/CGT/004/2011", "Primeiro Termo Aditivo ao Contrato CONT/CTI/002/2011", "Segundo Termo Aditivo ao Contrato CONT/CGT/001/2011" e "Primeiro Termo Aditivo ao Contrato CONT/CTI/003/2011"; e (ii) determinar a instauração de Procedimento Administrativo de Descumprimento de Obrigação (PADO) para averiguação dos indícios de infração decorrentes dos instrumentos contratuais denominados "CONT/CTI/002/2011", "CONT/CGT/001/2011", "CONT/CTI/003/2011" e "Primeiro Termo Aditivo ao Contrato CONT/CGT/001/2011".

ROBERTO PINTO MARTINS

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIA Nº 163, DE 21 DE SETEMBRO DE 2012

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo IV, Art. 72, § 1º, inciso I, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e considerando o que consta no processo n.º 53000.051123/2009, resolve:

Art. 1º Autorizar a FUNDAÇÃO CHICO FLORENTINO, permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Ouricuri, Estado de Pernambuco, canal 221 E (duzentos e vinte e um, educativo), classe B2, a executar o Serviço Auxiliar de Radiodifusão de Ligação para Transmissão de Programas (LINK), no referido município, e aprovar seus locais de instalação, em conformidade com a Nota Técnica nº 478/2012/GTPU/DEOC/SCE-MC, em anexo.

Art. 2º A estação somente poderá entrar em operação após a obtenção do uso da radiofrequência associado ao Serviço, e seu início efetivo, condicionada à emissão da respectiva Licença de Funcionamento pelo Ministério das Comunicações.

Art. 3º Determinar que, no prazo máximo de 12 (doze) meses, contado a partir da data de publicação desta Portaria, a entidade providencie a efetivação do que foi aprovado e requeira vistoria para fins de licenciamento ou encaminhe formulário de vistoria conforme Portaria SCE/MC nº 159, de 8 de abril de 2009, publicada no D.O.U. de 9 de abril de 2009.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA BRITO DE ÁVILA

Ministério das Relações Exteriores

SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SUBSECRETARIA-GERAL DO SERVIÇO EXTERIOR
DEPARTAMENTO DO SERVIÇO EXTERIOR
COORDENAÇÃO-GERAL DE PLANEJAMENTO DE PESSOAL
DIVISÃO DE PESSOAL

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO/PROTOCOLO DE SEGURANÇA E COORDENAÇÃO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, O GOVERNO DA REPÚBLICA DA COLÔMBIA E O COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA

O Governo da República da Colômbia, representado pelo Ministro da Defesa Nacional, o Governo da República Federativa do Brasil, representado pelo Embaixador do Brasil em Bogotá, e o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV), representado pelo Chefe de Delegação na Colômbia, por meio do presente Memorando de Entendimento, definem e põem em aplicação um protocolo de segurança e de coordenação para a liberação de:

1. Sargento do Exército Luis Arturo ARCÍA,
2. Sargento do Exército Robinson SALCEDO GUARÍN,
3. Sargento do Exército Luis Alfredo MORENO CHAGÜEZA,
4. Sargento Segundo da Polícia Cesar Augusto LASSO MONSALVE,
5. Sargento Segundo da Polícia José Libardo FORERO CARRERO,
6. Intendente da Polícia Jorge Trujillo SOLARTE,
7. Intendente da Polícia Jorge Humberto ROMERO,
8. Intendente da Polícia Carlos José DUARTE,
9. Intendente da Polícia Wilson ROJAS MEDINA,
10. Segundo Cabo do Exército Luis Alfonso BELTRÃO,

em poder das "Forças Armadas Revolucionarias de Colombia - Ejercito del Pueblo" (FARC-EP), no âmbito da implementação das estipulações, privilégios e imunidades definidos no Acordo de Sede de 1980 firmado entre o Governo da Colômbia e o CICV, aprovado pelo Congresso da República por meio da Lei 42 de 1981, e desenvolvido por meio do Memorando de Entendimento assinado entre o Governo da Colômbia e o CICV em 16 de fevereiro de 1996.

O objeto do presente Memorando de Entendimento e do protocolo de segurança e coordenação nele contido é definir as regras básicas com base nas quais o Governo da Colômbia garante que se cumpram as condições de segurança necessárias para que o CICV, com o apoio logístico e técnico do Governo do Brasil, possa realizar, com êxito, a operação humanitária mencionada no primeiro parágrafo deste documento e autorizada pelo Governo da Colômbia.

Em virtude do presente Memorando de Entendimento, o Ministério de Defesa da Colômbia, as Forças Militares e a Polícia Nacional, da mesma forma que o Governo do Brasil e o CICV, se comprometem mutuamente a cumprir - para cada operação de liberação, caso haja várias - o seguinte protocolo de segurança e coordenação:

1. O CICV comunicará ao Ministério de Defesa Nacional, ao Comando Geral das Forças Militares e à Direção Geral da Polícia Nacional, por meio do Ministério de Defesa e antes do início da operação humanitária, os deslocamentos das aeronaves que se utilizarão para ingressar no país e para chegar aos pontos de concentração, as características que identificam as aeronaves que se empregarão na operação e os nomes e demais dados de identificação dos respectivos tripulantes e passageiros. As aeronaves ingressarão e sairão do país com os emblemas do CICV e com a presença de ao menos um de seus delegados a bordo.

2. O CICV notificará ao Ministério de Defesa Nacional, ao Comando Geral das Forças Militares e à Direção Geral da Polícia Nacional, na tarde (até as 19h00 horas) da antevéspera do dia de cada operação, a área geográfica na qual se realizará a operação humanitária.

3. O Ministério de Defesa Nacional se compromete a que, uma vez recebidas e aprovadas as anteriores comunicações, suspenderá ou cancelará todo tipo de atividade militar e policial ou de operações militares e policiais na área geográfica que o CICV tiver comunicado, a partir das 18:00 horas do dia anterior à operação, durante todo o dia, ou seja, as vinte e quatro horas do dia da operação, e até as 06:00 horas do dia seguinte à operação.

4. No caso de que se realizem várias operações humanitárias, é importante que não se inicie uma até que não se tenha finalizado em sua totalidade a anterior. Uma vez que se termine uma operação, deve-se notificar ao Ministério de Defesa Nacional, ao Comando Geral das Forças Militares e à Direção Geral da Polícia Nacional antes de iniciar a seguinte (ponto 2).

5. Em particular, ficarão suspensos os sobrevoos de aeronaves militares e civis na área geográfica determinada. Somente se autorizarão os voos comerciais nacionais ou internacionais das linhas aéreas com plano de voo vigente junto às autoridades aeronáuticas da Colômbia, mantendo sua rota na direção do voo autorizado, sem realizar voos circulares. Voos comerciais que, por motivos técnicos, devam voar a menos de vinte mil pés de altitude deverão ser desviados para fora da área geográfica na qual se realiza a operação, ou ser adiados. O Ministério de Defesa Nacional fará a coordenação necessária com o Departamento Administrativo de Aeronáutica Civil para garantir o cumprimento destas regras de segurança.

6. Ademais, o Ministério de Defesa suspenderá todo tipo de

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

movimentos, operações militares e mobilização de tropas por vias terrestres ou campo aberto, por vias fluviais e desembarques de tropas aerotransportadas ou por embarcações fluviais na área geográfica, durante todo o tempo de duração da respectiva operação humanitária, sem prejuízo da necessária mobilização de unidades da Polícia Nacional em zonas urbanas que tenham como finalidade a manutenção da ordem.

7. O CICV recordará a todos os participantes da operação a importância de limitar a estada no terreno ao tempo mínimo possível. A saída (decolagem) do último lugar de entrega no dia de operações deve ser feita o mais cedo possível, e não mais tarde do que 15:30 horas, por motivos climáticos e de segurança. No caso de não lograr a entrega nesse dia, se aplicarão os parágrafos 10, 11 ou 12.

8. Ademais, as Partes recordarão aos "Colombianas y Colombianos por la Paz" a importância de verificar, antes da operação, a correspondência entre as coordenadas do lugar de resgate e a descrição da área geográfica objeto de suspensão das atividades militares e policiais. Um ponto de resgate fora da área aproximada comunicada poderia obrigar a suspensão da operação, de acordo com o parágrafo 11.

9. Caso, durante o período da suspensão de atividades militares e policiais, ocorra uma emergência médica e se apresente a necessidade de evacuar enfermos ou feridos da Força Pública presentes na área geográfica determinada, a evacuação médica será executada pelo CICV com o apoio logístico do Governo do Brasil, se por via aérea, ou por via terrestre ou fluvial. Em tal caso, o Ministério de Defesa informará por escrito ao CICV.

10. Na eventualidade de que, por força maior, dificuldades meteorológicas ou qualquer outro imprevisto, o CICV, em consulta com os demais participantes, considere que a operação deva demorar mais tempo do que o previsto, segundo o parágrafo 3, comunicará o quanto antes ao Ministério de Defesa Nacional, ao Comando Geral das Forças Militares e à Direção Nacional de Polícia, por meio do Ministério de Defesa.

11. O comandante da tripulação brasileira a cargo da operação logística poderá decidir suspender o voo em qualquer situação que considere de risco técnico ou de qualquer outra natureza. Em caso de inexatidão das coordenadas, ou de que estas se encontrem fora da área aproximada, a decisão de suspender o voo será tomada conjuntamente pelos participantes da operação. Neste caso, e se a operação for adiada para o dia seguinte, as operações militares e policiais permanecerão suspensas por 24 horas adicionais. O CICV informará ao Ministério de Defesa Nacional, ao Comando Geral das Forças Militares e à Direção Geral da Polícia Nacional, por meio do Ministério de Defesa, sobre a suspensão, as razões da suspensão e a reprogramação da operação.

12. Em caso de cancelamento da operação, o CICV informará ao Ministério de Defesa Nacional, ao Comando Geral das Forças Militares e à Direção Geral da Polícia Nacional, por meio do Ministério de Defesa, e poderão reiniciar-se as operações militares e policiais na área geográfica determinada não antes de 12 horas depois de que todos os intervenientes, incluídas as FARC-EP, tenham sido informadas do cancelamento da operação. O cômputo das 12 horas começará depois da notificação explícita e escrita do CICV ao Ministério de Defesa neste sentido.

Em fé do que, o acima acordado se firma em Bogotá, D.C. em 07 de março de 2012.

ANTONINO MENA GONÇALVES
Embaixador do Brasil na Colômbia

JORGE ENRIQUE BEDOYA VISCAYA
Vice-Ministro para Políticas e Assuntos Internacionais
Ministério de Defesa Nacional
República da Colômbia

JORDI RAICH CURCÓ
Chefe da Delegação na Colômbia
Comitê Internacional da Cruz Vermelha

ANEXO AO MEMORANDO DE ENTENDIMIENTO/PROTOCOLO DE SEGURANÇA E COORDENAÇÃO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, O GOVERNO DA REPÚBLICA DA COLÔMBIA E O COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA-DELEGAÇÃO DA COLÔMBIA

Apoio logístico para fins de ajuda humanitária

O Governo da República Federativa do Brasil, doravante denominado "Governo do Brasil", e o Comitê Internacional da Cruz Vermelha-Delegação da Colômbia, doravante denominado "CICV", com a anuência do Governo da República da Colômbia, doravante denominado "Governo da Colômbia", acordam o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO

I. O objeto do presente Memorando é a cessão temporária de helicópteros tripulados para transporte de pessoas, em território colombiano, no quadro das atividades humanitárias do CICV.

II. O CICV determinará as rotas a serem utilizadas, bem como as pessoas que poderão ser transportadas.

III. As tripulações deverão seguir as instruções do CICV, desde que não infrinjam normas legais aplicáveis e/ou regras de aeronavegação aplicáveis, qualquer ordem ou requisito de qualquer autoridade aeronáutica pertinente nas rotas dos voos ou qualquer exigência ou instrução especificada nos manuais relativos à operação dos helicópteros.

IV. Os helicópteros deverão contar com as tripulações necessárias para cada voo, deverão ser equipados e abastecidos de combustível e deverão estar em condições de voo conforme as leis e regulamentos brasileiros e colombianos.

V. O Governo do Brasil disporá de helicóptero e tripulação de reserva, que se deslocará ao ponto de concentração no território colombiano. As aeronaves deverão estar disponíveis no aeródromo brasileiro indicado pelo Governo do Brasil, no dia indicado pelo CICV, que deverá notificar o Governo do Brasil com dois dias de antecedência.

CLÁUSULA SEGUNDA: TIPO DE AERONAVE

As aeronaves cedidas pelo Governo do Brasil serão de asas rotativas, pertencentes ao Exército Brasileiro, adaptadas ao tipo de operação prevista.

CLÁUSULA TERCEIRA, "CALL SIGN"

Os helicópteros utilizarão durante a operação os "call signs" RED XXX (Red Cross XXX) e RED XXX (Red Cross XXX).

CLÁUSULA QUARTA: SEGURANÇA

I. O Governo do Brasil declara dispor dos seguintes certificados vigentes: Certificado de Aeronavegabilidade, Certificado de Matrícula, Certificado de Manutenção, Licenças para Pilotos e Certificados Médicos.

II. O CICV manterá vigilância permanente dos helicópteros durante sua estadia (dia e noite) nos aeroportos onde pernoitarão.

III. Os delegados do CICV responsáveis pela operação no terreno assegurar-se-ão de que nenhum membro da força pública ou de grupo armado embarque nos helicópteros com armas de fogo.

IV. O CICV assegurar-se-á de ter acesso, a todo momento, às coordenadas do local de entrega com o fim de poder - em caso de emergência - entregá-las à tripulação do helicóptero de resgate. As coordenadas estarão em mãos de um membro de "Colombianas y Colombianos por la Paz" no aeroporto de saída.

V. Os delegados do CICV responsáveis pela operação no terreno assegurar-se-ão de que ninguém embarque nos helicópteros com dispositivos fotográficos ou de filmagem (inclusive celulares).

VI. Por intermédio de seus próprios meios da aeronave, a tripulação brasileira manterá comunicação com seus superiores no aeroporto de saída, sem prejuízo do estabelecido na cláusula primeira, parágrafo III.

CLÁUSULA QUINTA: CUSTOS DE OPERAÇÃO

I. As despesas relacionadas com o uso dos helicópteros, tais como manutenção, reposições e comunicações, "grounding and landing" e abastecimento de combustível, em território brasileiro, serão cobertas pelo Governo do Brasil.

II. As despesas relacionadas com o uso dos helicópteros, tais como manutenção, reposições e comunicações, "grounding and landing" e abastecimento de combustível, assim como os custos relativos a alojamento, alimentação, documentação e transporte terrestre das tripulações, em território colombiano, serão cobertas pelo CICV.

CLÁUSULA SEXTA: OBRIGAÇÕES DO CICV

I. Identificar o helicóptero com emblemas "CICV" no aeródromo indicado pelo Governo do Brasil, para ressaltar o caráter humanitário dos voos.

II. Obter as garantias de segurança necessárias para a implementação do objeto do presente Memorando em território colombiano.

III. Manter informadas as autoridades colombianas competentes dos voos em território colombiano.

CLÁUSULA SÉTIMA: OBRIGAÇÕES DO GOVERNO DO BRASIL

I. Assegurar o transporte aéreo de pessoas exclusivamente pelos helicópteros identificados na Cláusula Segunda do presente Memorando, de acordo com a legislação aplicável pertinente.

II. Designar as tripulações das aeronaves, que somente poderão ser operadas por pessoas autorizadas pelo Governo do Brasil.

III. Utilizar e operar as aeronaves de acordo com as disposições legais vigentes aplicáveis e observar os regulamentos, manuais e instruções de operação elaborados pelo fabricante da aeronave.

CLÁUSULA OITAVA: RESPONSABILIDADE LEGAL

Exceto no caso de comprovada culpa ou dolo dos agentes envolvidos, uma Parte não demandará contra a outra ação de responsabilidade civil relacionada com indenizações, reclamações, perdas, despesas e demais custos relativos à operação da aeronave, bem como uma Parte não demandará contra a outra em face de reclamações de terceiros por danos pessoais, falecimento ou qualquer dano à propriedade de alguma maneira relacionado com a operação da aeronave ou o transporte de pessoas em seu interior.

CLÁUSULA NONA: ENTRADA EM VIGOR E TÉRMINO

O presente Memorando entrará em vigor na data de sua assinatura, e será considerado terminado, para todos os fins de direito, na ocorrência de qualquer dos seguintes eventos:

a) cumprimento do objeto do presente Memorando;

b) denúncia, por qualquer das Partes, a qualquer momento, por meio de comunicação escrita; ou

c) por descumprimento de qualquer das obrigações estabelecidas no presente Memorando. Neste caso, não haverá indenização nem obrigação de cumprir o acordado por nenhuma das Partes.

CLÁUSULA DÉCIMA: SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

Toda e qualquer controvérsia relativa à interpretação e implementação do presente Memorando será resolvida, em primeira instância, por meio de negociações diretas e consultas entre as autoridades competentes e, quando necessário, mediante consultas diretas entre o Governo do Brasil, o Governo da Colômbia e o CICV, por via diplomática.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: COMPROMISSO DE CONFIDENCIALIDADE

I. O Governo do Brasil, o Governo da Colômbia e o CICV comprometem-se a manter confidencialidade sobre as atividades desenvolvidas no âmbito do presente Memorando.

II. Qualquer manifestação, divulgação ou prestação de informações a terceiros sobre as atividades desenvolvidas no âmbito do presente Memorando deverá ser autorizada previamente pelo Governo do Brasil, pelo Governo da Colômbia e pelo CICV.

III. O Governo do Brasil, o Governo da Colômbia e o CICV se comprometem a fazer com que as tripulações das aeronaves e seus funcionários mantenham absoluta confidencialidade sobre as informações relacionadas, direta ou indiretamente, com as atividades desenvolvidas no âmbito do presente Memorando.

IV. A fim de garantir a segurança dos voos e das atividades a serem desenvolvidas no âmbito do presente Memorando, assim como de seus passageiros e tripulações, o Governo do Brasil, o Governo da Colômbia e o CICV manterão confidencialidade sobre a preparação e a realização dos voos das aeronaves.

Feito em Bogotá, em 7 de março de 2012, em três originais, cada qual redigido nos idiomas português e espanhol, sendo todos os textos igualmente autênticos.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ANTONINO MENA-GONÇALVES
Embaixador do Brasil

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA DA COLÔMBIA

JORGE ENRIQUE BEDOYA VISCAYA
Vice-Ministro para Políticas e Assuntos Internacionais
Ministério de Defesa Nacional
República da Colômbia

PELO COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA

JORDI RAICH CURCO
Chefe da Delegação do CICV na Colômbia

Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 3.908, DE 19 FEVEREIRO DE 2013

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.000516/2007-44. Interessada: Agroenergética Mato Grosso Ltda. - Agroenergética Mato Grosso. Objeto: Autorizar a interessada a implantar e explorar, sob o regime de produção independente de energia elétrica, a Pequena Central Hidrelétrica Nova Mutum, localizada no município de Nova Mutum, no estado de Mato Grosso. A íntegra desta Resolução consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL
Em 19 de fevereiro de 2013

Nº 400 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA-ANEEL, no uso das atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o constante do Processo nº 48500.004297/2007-52, resolve não conhecer, por intempestivo, do Recurso Administrativo interposto pela empresa Iporã Energia Ltda. em face do Despacho nº 3.720, de 2012, que não aprovou os Estudos de Inventário Hidrelétrico do rio das Antas, no trecho entre o canal de fuga da PCH Flor do Sertão e o remanso do reservatório da UHE Itapiranga, no estado de Santa Catarina.

Nº 401 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA-ANEEL, no uso das atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o constante do Processo nº 48500.002056/2011-55 e 48500.002712/2011-10, resolve conhecer dos Recursos Administrativos interpostos pela empresa Msul Energia e Participações Ltda. em face dos Despachos nº 3.016 e 3.079, ambos de 2012, emitidos pela Superintendência de Gestão e Estudos Hidroenergéticos - SGH, para, no mérito, negar-lhes provimento.

Nº 411 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA-ANEEL, no uso das atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o constante do Processo nº 48500.002116/2007-37, resolve por conhecer do Recurso Administrativo interposto empresa L&S Par Ltda. em face do Despacho nº 1.760, de 2012, emitido pela Superintendência de Gestão e Estudos Hidroenergéticos - SGH, para, no mérito, negar-lhe provimento.

PROIBIDA POR TERCEIROS

Nº 417 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA-ANEEL, no uso das atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o constante do Processo nº 48500.004471/2007-67, resolve conhecer do Recurso Administrativo interposto empresa Dreen Brasil Investimentos e Participações S.A. em face do Despacho nº 1.266, de 2012, emitido pela Superintendência de Gestão e Estudos Hidroenergéticos - SGH, para, no mérito, negar-lhe provimento.

Nº 419 - O DIRETOR GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.004456/2012-86, decide conhecer do recurso interposto pela Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL Paulista, contra o AI nº 0379/TN 2173/2011, aplicado em decorrência de inconformidades referentes aos níveis de tensão no fornecimento de energia elétrica nos anos de 2009 e 2010, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a multa fixada em R$ 16.168,32 (dezesseis mil, cento e sessenta e oito reais e trinta e dois centavos), valor que deverá ser atualizado nos termos da legislação vigente.

Em 26 de fevereiro de 2013

Nº 484 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.003900/2009-41, decide: (i) encerrar a Audiência Pública nº 042/2010, haja vista estar superada; e (ii) suspender o recebimento de novas solicitações de registro para estudo de inventário até a publicação da Resolução Normativa resultado da Audiência Pública para o aprimoramento das Resoluções nº 393/1998 e nº 398/2001, com exceção para os pedidos feitos pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE.

Nº 521 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, com fulcro no disposto no art. 61 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e no art. 47 da Norma de Organização ANEEL nº 001, revisada pela Resolução Normativa ANEEL n° 273, de 10 de julho de 2007, e no constante no Processo nº 48500.005160/2012-82, resolve não conceder o efeito suspensivo ao Pedido de Reconsideração interposto pela Companhia de Energia do Estado do Tocantins - CELTINS, Empresa Energética de Mato Grosso do Sul - ENERSUL, Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT, Companhia Força e Luz do Oeste - CFLO, Caiuá Distribuição de Energia S.A., Empresa Elétrica Bragantina S.A. - EBB, Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A. - EDEVP e Companhia Nacional de Energia - CNE em face do Despacho nº 2.413, de 18 de dezembro de 2012, que estabeleceu o regime excepcional de sanções regulatórias, a vigorar durante a intervenção administrativa decretada nas Recorrentes, contemplando apenas o caráter orientativo e/ou determinativo, sem a imposição de penalidades, das ações fiscalizadoras cujos termos de notificação sejam emitidos durante o período da intervenção.

Nº 522 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, com fulcro no disposto no art. 61 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e no art. 47 da Norma de Organização ANEEL nº 001, revisada pela Resolução Normativa ANEEL n° 273, de 10 de julho de 2007, e no constante no Processo nº 48500.000176/2010-37, resolve não conceder o efeito suspensivo ao Pedido de Reconsideração interposto pela UTE MC2 Rio Largo S.A. em face da Resolução Autorizativa nº 3.835, de 21 de dezembro de 2012, que revogou a autorização da UTE MC2 Rio Largo.

Nº 523 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, com fulcro no disposto no art. 61 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e no art. 47 da Norma de Organização ANEEL nº 001, revisada pela Resolução Normativa ANEEL n° 273, de 10 de julho de 2007, e no constante no Processo nº 48500.002017/2010-77, resolve não conceder o efeito suspensivo ao Pedido de Reconsideração interposto pela UTE MC2 Suape II B S.A. em face da Resolução Autorizativa nº 3.836, de 21 de dezembro de 2012, que revogou a autorização da UTE MC2 Suape II B.

Nº 524 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, com fulcro no disposto no art. 61 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e no art. 47 da Norma de Organização ANEEL nº 001, revisada pela Resolução Normativa ANEEL n° 273, de 10 de julho de 2007, e no constante no Processo nº 48500.006625/2012-12, resolve não conceder o efeito suspensivo ao Recurso Administrativo interposto pela CEB Distribuição S.A. - CEB DISTRIBUIÇÃO em face da Resolução Homologatória nº 1.446, de 2013, que homologou sua Revisão Tarifária Extraordinária nos termos do art. 13 da Lei nº 12.783, de 2013.

Nº 525 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, com fulcro no disposto no art. 61 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e no art. 47 da Norma de Organização ANEEL nº 001, revisada pela Resolução Normativa ANEEL n° 273, de 10 de julho de 2007, e no constante no Processo nº 48500.006625/2012-12, resolve não conceder o efeito suspensivo ao Recurso Administrativo interposto pela Concessionária Celesc Distribuição S.A. - CELESC D em face da Resolução Homologatória nº 1.416, de 2013, que homologou a Revisão Tarifária Extraordinária da Celesc Distribuição S.A. nos termos do art. 13 da Lei nº 12.783, de 2013.

Nº 526 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, com fulcro no disposto no art. 61 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e no art. 47 da Norma de Organização ANEEL nº 001, revisada pela Resolução Normativa ANEEL n° 273, de 10 de julho de 2007, e no constante no Processo nº 48500.006625/2012-12, resolve não conceder o efeito suspensivo ao Recurso Administrativo interposto pela ELEKTRO Eletricidade e Serviços S.A. em face da Resolução Homologatória nº 1.435, de 2013, que homologou sua Revisão Tarifária Extraordinária nos termos do art. 13 da Lei nº 12.783, de 2013.

NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA

RETIFICAÇÕES

Na Resolução Autorizativa nº 3.791, de 11 de dezembro de 2012, constante do Processo nº 48500.005419/2008-17, cujo extrato foi publicado no D.O. no dia 27/12/2012, seção 1, página 229, no art. 3º, incisos I e II, onde se lê "2012", leia-se "2013".

Na Resolução Autorizativa nº 3.843, de 14/01/2013, constante do Processo nº 48500. 005812/2012-89, publicado no D.O de 18/01/2013, seção 1, p.38, onde se lê: "Linha de Transmissão Várzea Grande - Nova Várzea Grande - 138 kV", leia-se: "Linha de Distribuição Várzea Grande - Nova Várzea Grande - 138 kV".

Na Resolução Autorizativa nº 3.890, de 29 de janeiro de 2013, constante do Processo nº 48500.004595/2006-81, cujo extrato foi publicado no D.O. no dia 19/02/2013, seção 1, página 78, no art. 3º, alínea b), onde se lê "2 de janeiro de 2013", leia-se "2 de dezembro de 2013".

Na Resolução Homologatória nº 1.231, de 25 de outubro de 2011, publicada no D.O nº 208 de 28 de outubro de 2011, Seção 1, página 63, constante do Processo n. 48500.001982/2011-11, no retificar o Quadro "F" do Anexo II, que foi disponibilizado no endereço eletrônico http://www.aneel.gov.br/biblioteca/.

Na Resolução Homologatória nº 1.311, de 26 de junho de 2012, publicada no D.O nº 125 de 29 de junho de 2012, Seção 1, página 73, constante do Processo nº 48500.005120/2011-50, no Quadro "A" do Anexo II, corrigir a linha do subgrupo "B4-ILUMINAÇÃO PÚBLICA:" e "B4a - Rede de Distribuição, que foi disponibilizado no endereço eletrônico http://www.aneel.gov.br/biblioteca/.

Da Resolução Homologatória n. 1.475, de 29 de janeiro de 2013, publicada no D.O. n. 23, de 1º de fevereiro de 2013, Seção 1, página 72, constante do Processo n. 48500.005876/2012-80, fazer constar nos Anexos I e II o quadro "L" - MODALIDADE TARIFÁRIA GERAÇÃO, para atender consumidor em nível de tensão A4 (2,3 a 25 kV) e disponibilizá-lo no endereço eletrônico http://www.aneel.gov.br/biblioteca/.

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 26 de fevereiro de 2013

Nº 519 - O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA, no uso de suas atribuições regimentais, nos termos do Edital do Leilão nº 02/2010, e considerando e o que consta dos Processos nº 48500.003503/2010-11, resolve: i) conhecer a Defesa Prévia apresentada pela empresa Santana do Araguaia Energia S.A., e, no mérito, negar-lhe provimento; (ii) determinar que a Swiss Re Corporate Brasil Seguros S.A.(nova denominação da UBF Seguros S/A). promova a execução da garantia, objeto da apólice de Seguro-Garantia nº 059912010005107450060766000000, referente a UTE Santana do Araguaia I.

HÉLVIO NEVES GUERRA

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS DO MERCADO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 13 de fevereiro de 2013(*)

Nº 342 - Processo nº 48500.000278/2010-52. Interessados: Vendedores dos 1º e 3º Leilões de Energia de Reserva, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, Usuários de energia de reserva. Decisão: Determinar à CCEE que, na Liquidação Financeira Relativa à Contratação de Energia de Reserva, utilize para o respectivo Leilão de Energia de Reserva - LER e ano de apuração o acrônimo QANG_INV, para as usinas cuja janela de entrega tenha se encerrado em dezembro de 2012. A íntegra deste Despacho está nos autos e no sítio www.aneel.gov.br.

FREDERICO RODRIGUES

(*) Republicado por ter saído no DOU de 14-2-2013, seção 1, p. 29, nº 30, com incorreção no original.

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 26 de fevereiro de 2013

Nº 496 - Processo nº 48500.000960/2013-98. Decisão: (i) efetivar como ativo o registro para a realização dos Estudos de Projeto Básico da PCH Foz do Prata, com potência estimada de 9,30 MW, às coordenadas 28°50'19,07" de Latitude Sul e 51°26'40,65" de Longitude Oeste, situada no rio Turvo, sub-bacia 86, bacia hidrográfica do Atlântico Sudeste, no Estado do Rio Grande do Sul, cuja solicitação foi protocolada na ANEEL no dia 5/2/2013 pela empresa GPD - Serviços Administrativos Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 79.537.486/0001-51, tendo em vista o preenchimento dos requisitos do artigo 2º da Resolução ANEEL nº 343/2008; (ii) estabelecer que os estudos deverão ser entregues ao protocolo-geral da ANEEL até 28/4/2014, conforme art. 3, § 4º, da Resolução ANEEL nº 343/2008.

Nº 497. Processo nº 48500.000964/2013-76. Decisão: (i) efetivar como ativo o registro para a realização dos Estudos de Projeto Básico da PCH Dalsasso, com potência estimada de 10,50 MW, às coordenadas 28°43'40,31" de Latitude Sul e 51°26'01,87" de Longitude Oeste, situada no rio Turvo, sub-bacia 86, bacia hidrográfica do Atlântico Sudeste, no Estado do Rio Grande do Sul, cuja solicitação foi protocolada na ANEEL no dia 5/2/2013 pela empresa GPD - Serviços Administrativos Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 79.537.486/0001-51, tendo em vista o preenchimento dos requisitos do artigo 2º da Resolução ANEEL nº 343/2008; (ii) estabelecer que os estudos deverão ser entregues ao protocolo-geral da ANEEL até 28/4/2014, conforme art. 3, § 4º, da Resolução ANEEL nº 343/2008.

Nº 498 Processo nº 48500.000961/2013-32. Decisão: (i) efetivar como ativo o registro para a realização dos Estudos de Projeto Básico da PCH Linha Tafona, com potência estimada de 11,10 MW, às coordenadas 28°40'45,67" de Latitude Sul e 51°26'55,06" de Longitude Oeste, situada no rio Turvo, sub-bacia 86, bacia hidrográfica do Atlântico Sudeste, no Estado do Rio Grande do Sul, cuja solicitação foi protocolada na ANEEL no dia 5/2/2013 pela empresa GPD - Serviços Administrativos Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 79.537.486/0001-51, tendo em vista o preenchimento dos requisitos do artigo 2º da Resolução ANEEL nº 343/2008; (ii) estabelecer que os estudos deverão ser entregues ao protocolo-geral da ANEEL até 28/4/2014, conforme art. 3, § 4º, da Resolução ANEEL nº 343/2008.

Nº 499 Processo nº 48500.000958/2013-19. Decisão: (i) efetivar como ativo o registro para a realização dos Estudos de Projeto Básico da PCH Limeira, com potência estimada de 4,40 MW, às coordenadas 28°38'05,25" de Latitude Sul e 51°24'07,27" de Longitude Oeste, situada no rio Turvo, sub-bacia 86, bacia hidrográfica do Atlântico Sudeste, no Estado do Rio Grande do Sul, cuja solicitação foi protocolada na ANEEL no dia 5/2/2013 pela empresa GPD - Serviços Administrativos Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 79.537.486/0001-51, tendo em vista o preenchimento dos requisitos do artigo 2º da Resolução ANEEL nº 343/2008; (ii) estabelecer que os estudos deverão ser entregues ao protocolo-geral da ANEEL até 28/4/2014, conforme art. 3, § 4º, da Resolução ANEEL nº 343/2008

Nº 500 Processo nº 48500.000962/2013-87. Decisão: não conceder registro ativo para a elaboração do projeto básico da PCH Lixiguana, situada no rio Ituim, no Estado do Rio Grande do Sul, solicitado pela empresa GPD - Serviços Administrativos Ltda., devido a condicionante para ter o registro na condição de ativo prevista no Despacho n° 3.901, de 7/12/2012, que aprovou a Revisão dos Estudos de Inventário dos rios Turvo e Ituim.

Nº 501 Processo nº 48500.000965/2013-11. Decisão: não conceder registro ativo para a elaboração do projeto básico da PCH Fazenda Velha, situada no rio Turvo, no Estado do Rio Grande do Sul, solicitado pela empresa GPD - Serviços Administrativos Ltda., devido a condicionante para ter o registro na condição de ativo prevista no Despacho n° 3.901, de 7/12/2012, que aprovou a Revisão dos Estudos de Inventário dos rios Turvo e Ituim.

Nº 502 Processo nº 48500.001019/2013-91. Decisão: (i) efetivar como ativo o registro para a realização do Projeto Básico da PCH Tucano M1, com potência instalada de referência de 29,26 MW, coordenadas geográficas 18°36'38" S e 51°25'03" W, localizada no rio Verde, sub-bacia 60, estado de Goiás, cuja solicitação foi protocolizada na ANEEL em 7/2/2013 pela empresa TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A., CNPJ no 03.014.553/0001-91, tendo em vista o preenchimento dos requisitos do art. 2o da Resolução no 343/2008; (ii) estabelecer que os estudos deverão ser entregues ao protocolo-geral da ANEEL até 28/4/2014, conforme art. 3, § 4º, da Resolução ANEEL nº 343/2008.

Nº 503 Processo nº: 48500.000954/2013-31. Decisão: (i) efetivar como ativo o registro para a realização dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do Lajeado dos Pinheiros Ralos e seu afluente Arroio da Invernadinha, localizados na sub-bacia 71, no Estado de Santa Catarina, cuja solicitação foi protocolada na ANEEL no dia 4/2/2013 pela Senhora Tania Regina Mattos, inscrita no CPF sob o nº 840.831.589-72, tendo em vista o preenchimento dos requisitos do artigo 9º da Resolução ANEEL nº 393/98; e (ii) estabelecer que os estudos deverão ser entregues ao protocolo da ANEEL até a data de 2/3/2015.

VEDADA A REPRODUÇÃO PARCIAL OU TOTAL DA IMPRENSA NACIONAL

Nª 504 Processo nº: 48500.001249/2013-51. Decisão: (i) efetivar como ativo o registro para a realização dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do Rio Tainhas, afluente pela margem esquerda do Rio das Antas, localizado na sub-bacia 87, no Estado do Rio Grande do Sul, cuja solicitação foi protocolada na ANEEL no dia 19/2/2013 pelo Senhor Gilseu Luiz Rossatto, inscrito no CPF sob o nº 359.439.390-91, tendo em vista o preenchimento dos requisitos do artigo 9º da Resolução ANEEL nº 393/98; e (ii) estabelecer que os estudos deverão ser entregues ao protocolo da ANEEL até a data de 28/8/2014.

Nª 505 Processo nº: 48500.001247/2013-61. Decisão: (i) efetivar como ativo o registro para a realização dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do Rio Melissa, afluente pela margem esquerda do Rio Piquiri, localizado na sub-bacia 64, no Estado do Paraná, cuja solicitação foi protocolada na ANEEL no dia 19/2/2013 pela empresa Construbrás Construtora de Obras Rodoviárias Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 95.257.945/0001-08, tendo em vista o preenchimento dos requisitos do artigo 9º da Resolução ANEEL nº 393/98; e (ii) estabelecer que os estudos deverão ser entregues ao protocolo da ANEEL até a data de 30/6/2014.

A íntegra destes Despachos consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nª 508 - Processo nº 48500.005578/2011-17, Decisão: i) Aceitar o Projeto Básico da PCH Tesouro, com potência estimada nos estudos de inventário de 19,5 MW, situada no rio das Garças, sub-bacia 26, bacia hidrográfica do rio Tocantins, no Estado do Mato Grosso, às coordenadas 16º05'58´´ de Latitude Sul e 53º33´42´´ de Longitude Oeste, apresentado pelas empresas Garças Energia e Participações S.A. e Desa Rio das Garças Desenvolvimento Energético S.A, inscritas nos CNPJ´s sob os nºs 08.706.261/0001-33 e 10.420.682/0001-45 respectivamente.

Nª 509 Processo nº 48500.005580/2011-88, Decisão: i) Aceitar o Projeto Básico da PCH Galante, com potência estimada nos estudos de inventário de 11,5 MW, situada no rio das Garças, sub-bacia 26, bacia hidrográfica do rio Tocantins, no Estado do Mato Grosso, às coordenadas 16º25'24´´ de Latitude Sul e 53º26´28´´ de Longitude Oeste, apresentado pelas empresas Garças Energia e Participações S.A. e Desa Rio das Garças Desenvolvimento Energético S.A, inscritas nos CNPJ´s sob os nºs 08.706.261/0001-33 e 10.420.682/0001-45 respectivamente.

A íntegra destes Despachos consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ODENIR JOSÉ DOS REIS

RETIFICAÇÃO

Processo nº 48500.005861/2006-39. No Despacho nº 461, de 22 de fevereiro de 2013, publicado no DO de 25/2/2013, seção 1, p. 61, onde se lê: "(ii) revogar o Despacho nº 2.850/2008-SGH/ANEEL, de 10 de dezembro de 2008, ...", leia-se: "(ii) revogar o Despacho nº 2.850, de 30 de novembro de 2006, ...".

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS
DIRETORIA IV
SUPERINTENDÊNCIA DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL

AUTORIZAÇÃO Nº 188, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

O SUPERINTENDENTE DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n. º 64, de 01 de março de 2012 com base na Portaria ANP nº 170, de 26 de novembro de 1998, e tendo em vista os documentos que constam dos Processos ANP n° 48610.020672/2001-79, 48610.004060/2005-62, 48610.002965/2005-06 e 48610.007267/2005-99, e considerando:

-a conveniência de se unificar as diversas Autorizações de operação outorgadas pela ANP para as instalações do Terminal da empresa Terminal Químico de Aratu S/A - Tequimar localizado no Complexo Industrial Portuário de Suape, Município de Ipojuca, Estado de Pernambuco, em um único Ato Administrativo, com vistas ao melhor controle das outorgas;

-a nova sistemática de acompanhamento das Licenças Ambientais das instalações de competência da Superintendência de Comercialização e Movimentação de Petróleo, seus Derivados e Gás Natural - SCM, cujas instruções constam atualmente nas Autorizações publicadas;

-a otimização do controle periódico das vistorias das instalações com vistas a sua segurança operacional, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a empresa Terminal Químico de Aratu S/A - Tequimar, CNPJ: 14.688.220/0005-98, autorizada a operar as seguintes instalações para movimentação e armazenamento de produtos inflamáveis e combustíveis das Classes I a III, Biodiesel e Mistura Óleo Diesel/Biodiesel e Etanol em seu Terminal Marítimo localizado no Complexo Industrial Portuário de Suape, Município de Ipojuca, Estado de Pernambuco:

a)33 (trinta e três) tanques verticais atmosféricos cujas características estão descritas na tabela a seguir:

Tanque	Diâmetro médio (m)	Altura útil (m)	Capacidade Tabelada (m³)
TQ-1001	27,664	16,770	10.172,692
TQ-1002	27,652	16,770	10.139,328
TQ-1003	27,658	16,780	10.144,934
TQ-1004	27,661	16,760	10.155,281
TQ-1005	27,656	16,790	10.152,856
TQ-1006	27,662	16,800	10.179,158
TQ-1007	27,655	16,780	10.149,684
TQ-1008	27,661	16,800	10.178,849
TQ-1009	13,347	15,560	2.191,349
TQ-1010	9,530	15,590	1.117,082
TQ-1013	7,622	9,580	440,252
TQ-3001	8,680	10,960	649,809
TQ-3002	8,680	10,960	650,734
TQ-3003	8,680	10,960	649,825
TQ-3004	8,678	10,890	645,461
TQ-3005	8,679	11,393	645,897
TQ-3006	8,680	10,960	648,760
TQ-3007	8,680	10,960	650,467
TQ-3008	8,680	10,960	649,306
TQ-3011	10,634	14,610	1.300,930
TQ-3012	10,631	14,580	1.303,406
TQ-3013	10,633	14,580	1.300,051
TQ-3014	10,610	14,560	1.292,941
TQ-3015	10,632	14,540	1.303,882
TQ-3016	10,625	14,580	1.298,869
TQ-3017	10,621	14,620	1.300,438
TQ-3018	10,624	14,620	1.300,627
TQ-3031	16,201	14,600	3.033,234
TQ-3032	14,530	14,630	3.014,243
TQ-3033	16,199	14,600	3.025,030
TQ-3034	16,199	14,600	3.021,819
TQ-3035	16,201	14,520	3.007,543
TQ-3036	16,192	14,420	2.985,759

b)Uma esfera cujas características estão descritas na tabela a seguir:

Esfera	Diâmetro (m)	Capacidade (m³)
EF-3601	21,25	5.000

c)6 (seis) dutos portuários descritos a seguir:

Duto	Diâmetro (pol)	Produto	TAG	Origem /Destino	Ext. Total (m)	Material	Vazão (t/h)
1	8"	Classe I a III	LP-01	PGL1 - Terminal	2.300	API 5L Gr B	300
2	8"	Classe I a III	LP-02	PGL1 - Terminal	2.300	API 5L Gr B	300
3	8"	Classe I a III	LP-03	PGL1 - Terminal	2.300	API 5L Gr B	300
4	8"	Classe I a III	LP-04	PGL1 - Terminal	2.300	ASTM-A304L	300
5	8"	Butadieno	LP-05	PGL1 - Terminal	2.300	API 5L Gr B	300
6	16"	Classe I a III	LP-09	PGL1 - Terminal	2.100	API 5L Gr B	600

d)3 (três) Plataformas Rodoviárias, descritas a seguir:

Plataforma Rodoviária	Quantidade de Baias para carga e descarga	Quantidade de Baias exclusivas para o carregamento	Quantidade de Baias Exclusivas para a descarga	Quantidade total de Baias
PR 1	22	6	-	28
PR 2	8 (4 Ilhas)	-	-	8
PR 3	-	-	2	2

Art. 2º Esta Autorização será cancelada no caso de não serem mantidas as condições técnicas previstas e comprovadas para a presente concessão.

Art. 3º A empresa Terminal Químico de Aratu S/A - Tequimar deverá encaminhar, até a data de vencimento dos licenciamentos ambientais das instalações relacionadas na presente Autorização, cópias autenticadas das solicitações de renovação destes licenciamentos protocoladas junto ao órgão ambiental competente no prazo regulamentar, bem como cópias autenticadas das renovações das respectivas licenças, em até 15 (quinze) dias, contados a partir das datas de suas renovações.

Art. 4º Ficam revogadas as Autorizações ANP N° 249, de 14/10/2002, publicada no Diário Oficial da União - DOU n° 201, seção 1, pág. 91, de 16/10/2002, N° 302, de 16/08/2005, publicada no Diário Oficial da União - DOU n° 158, seção 1, pág. 56, de 17/08/2005, N° 13, de 13/01/2006, publicada no Diário Oficial da União - DOU n° 11, seção 1, pág. 48, de 16/01/2006, N° 57, de 14/03/2006, publicada no Diário Oficial da União - DOU n° 51, seção 1, pág. 86, de 15/03/2006 e N° 58, de 14/03/2006, publicada no Diário Oficial da União - DOU n° 51, seção 1, pág. 86, de 15/03/2006.

Art. 5º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CESÁRIO CECCHI

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 26 de fevereiro de 2013

Nº 174 - O SUPERINTENDENTE DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 64, de 1º de março de 2012, tendo em vista o constante no processo ANP n.º 48610.016828/2011-99, Considerando:

- O registro da Petróleo Brasileiro S.A. como Autoimportador de gás natural com o nº 02.33.19.33000167, referente à utilização de gás natural em outras instalações industriais, conforme os Despachos nºs 1.254, 1.502, 1.517 e 102, de 29 de outubro de 2012, 26 de dezembro de 2012, 28 de dezembro de 2012, e 30 de janeiro de 2013, respectivamente;

- A solicitação de Registro de Autoimportador pela Petróleo Brasileiro S.A. para abastecimento da Unidade de Fertilizantes Nitrogenados (UFN III); e

- O atendimento a todas as exigências da Resolução ANP n.º 51, de 29 de setembro de 2011;

Resolve:

1.Fica incluído o projeto especificado no item 4 deste Despacho no registro de Autoimportador de gás natural da Petróleo Brasileiro S.A., inscrita no CNPJ com o nº 33.000.167/0001-01 e registrada como Autoimportador de gás natural na ANP sob o nº 02.33.19.33000167.

2.O Registro de Autoimportador refere-se à utilização de gás natural pela Unidade de Fertilizantes Nitrogenados (UFN III), vinculada exclusivamente ao gás natural importado pela Petróleo Brasileiro S.A. das origens mostradas no item 3 deste Despacho, a ser posteriormente movimentado até os respectivos gasodutos, onde, após o Ponto de Entrega, o gás natural passará à esfera de regulação estadual.

3.Descrição do projeto e da instalação industrial consumidora de gás natural para o qual o agente requereu o enquadramento como Autoimportador:

Origem da Importação	Gasodutos	Ponto de Entrega	Instalação Industrial Consumidora de Gás Natural
Bolívia	Gasoduto GASBOL	PE Três Lagoas - UFN III	Unidade de Fertilizantes Nitrogenados (UFN III)

4.Para fins do Registro de Autoimportador, fica a Instalação Industrial Consumidora de Gás Natural identificada sob o seguinte número:

Nº de Identificação	Identificação da Instalação Industrial Consumidora de Gás Natural	Localização (Município/UF)	Consumo Máximo Diário de Gás Natural (m^3/dia)
50.2013.2.010	Unidade de Fertilizantes Nitrogenados (UFN III)	Três Lagoas/MS	2.200.000*

Nota: *O volume total de gás natural autorizado para importação é de 30,08 MMm^3/dia.

5.Nos termos do Art. 46 da Lei nº 11.909, de 4 de março de 2009, o Registro de Autoimportador apenas é válido na ocorrência de celebração de contrato entre o Autoimportador e a distribuidora estadual que atribua a esta última, no mínimo, a operação e manutenção das instalações e dutos à jusante dos respectivos Pontos de Entrega, que pertencem à esfera de regulação estadual.

6.O registro referente à Unidade de Fertilizantes Nitrogenados (UFN III) será cancelado no caso de não ser mantida a comprovação de que a Petróleo Brasileiro S.A. explora ou detém esta instalação industrial.

7.A informação sobre o volume de gás natural utilizado por cada Instalação Industrial do agente deve ser remetida até o 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente da sua utilização, devendo o consumo total das instalações industriais detidas pelo agente respeitar o limite de volume de gás natural produzido somado ao volume de gás natural importado pelo requerente no período, aplicadas as restrições logísticas pertinentes.

JOSÉ CESÁRIO CECCHI

SUPERINTENDÊNCIA DE DADOS TÉCNICOS

RETIFICAÇÃO

Na Autorização ANP n° 364/2012, de 1° de agosto de 2012, publicada no Diário Oficial da União n° 149, de 2 de agosto de 2012, Seção 1, página 33, nos Arts. 1°, 2°, 3°, 5° e 7°, onde se lê "RXT TECNOLOGIA DE EXPLORAÇÃO DE RESERVATÓRIOS DO BRASIL LTDA," leia-se "GEORXT Tecnologia de Exploração de Reservatórios do Brasil S.A.".

SUPERINTENDÊNCIA DE REFINO E PROCESSAMENTO DE GÁS NATURAL

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 26 de fevereiro de 2013

Nº 175 - O SUPERINTENDENTE DE REFINO E PROCESSAMENTO DE GÁS NATURAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 244, de 13 de agosto de 2012, com base na Lei n° 9.478, de 06 de agosto de 1997 e na Resolução ANP n° 17, de 10 de junho de 2010, e considerando:

•as informações, os estudos e os projetos apresentados pela Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, CNPJ n° 33.000.167/0001-01, à ANP referentes à outorga de autorização para a etapa de construção de um tanque de armazenamento de C5+ no Polo de Processamento de Gás Natural de Caraguatatuba (Unidade de Tratamento de Gás de Monteiro Lobato - UTGCA), CNPJ nº 33.000.167/0121-18, constantes do Processo ANP nº 48610.006164/2012-31;

•a solicitação feita pela Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, de 11 de maio de 2012, constante do processo acima mencionado, visando obter autorização para etapa de construção acima descrita, conforme determina o inciso I do art. 5° da Resolução ANP nº 17, de 10 de junho de 2010;

•que após análise preliminar do material encaminhado à ANP, e tendo concluído que este atende aos requisitos mínimos em termos de documentação exigida;

torna público o seguinte ato:

1.fica autorizada a publicação do sumário do memorial descritivo do projeto em questão, que faz parte do Anexo do presente Despacho;

2.indica a Superintendência de Refino e Processamento de Gás Natural da ANP, com endereço à Av. Rio Branco, 65 - 17º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20090-004, para o encaminhamento, em até 30 (trinta) dias da presente publicação, dos comentários e sugestões sobre os referidos projetos;

3.informa que a documentação apresentada continua em processo de análise pela ANP e que a presente publicação não caracteriza, deste modo, qualquer autorização prévia concedida por esta Agência.

WALDYR MARTINS BARROSO

ANEXO

Ressalte-se, inicialmente, que todos os dados, incluindo valores numéricos e suas unidades, constantes do presente memorial descritivo, foram retirados do próprio material apresentado pela Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS.

1. Descrição Básica

A Empresa Petróleo Brasileiro S.A., CNPJ n.º: 33.000.167/0001-01, situada à Avenida Republica do Chile, nº 330, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20031-170, vem solicitar a autorização para o exercício da atividade de ampliação de capacidade de armazenamento das instalações industriais de processamento de gás natural, a ser ampliada em Caraguatatuba/SP, na Unidade de Tratamento de Gás Monteiro Lobato - UTGCA, CNPJ nº 33.000.167/0121-18, na Rodovia Caraguatatuba - São Sebastião, S/N - km 5, Pontal de Santa Marina, CEP: 11.660-970, visando:

•a ampliação do parque de estocagem de C_5^+ (gasolina natural), adicionando o terceiro tanque, conforme previsto no projeto original da UTGCA.

Novo Tanque e sua respectiva capacidade de projeto.

Identificação	Processo	Capacidade de Projeto
TQ-631103	Tanque de Estocagem de C_5^+	3.800 m^3

2. Meio Ambiente

Autorizado através do Ofício nº 1366/2012 - DILIC/IBAMA, emitido em 21/12/2012, a construção e montagem do 3º tanque de C_5^+ na Unidade de Tratamento de Gás Monteiro Lobato - UTGCA, em Caraguatatuba/SP. A realização da obra ficará vinculada aos termos e condições gerais e específicas dispostas no escopo da Licença de Instalação nº 853/2012, referente às obras de adequação e ampliação da unidade.

3. Prazos

Para o projeto de instalação do terceiro tanque de C_5^+, as seguintes datas estão previstas:

•Início da Construção e Montagem: Março de 2013

•Término da Construção e Montagem: Outubro de 2013

SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

AUTORIZAÇÃO Nº 189, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 322, de 05 de novembro de 2012,

Considerando a Resolução ANP nº 33/2005 e o Regulamento Técnico ANP nº 05/2005, que dispõem sobre a admissibilidade de despesas qualificadas como Pesquisa e Desenvolvimento, visando o cumprimento da Cláusula de Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento constante dos Contratos de Concessão para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural; e

Considerando o que consta dos processos de nº 48610.001223/2013-65, 48610.001868/2013-06, 48610.014811/2012-88 e 48610.013324/2012-06 torna público o seguinte ato:

Art. 1ºConceder autorização prévia para o concessionário Petróleo Brasileiro S.A, CNPJ 33.000.167/0001-01, realizar investimentos na implantação de infra-estrutura laboratorial para execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, bem como a realizar investimentos em atividades de pesquisa e desenvolvimento em energia, ambas de interesse do setor de petróleo e seus derivados e gás natural, nos projetos, instituições e respectivos valores, conforme anexo.

Art. 2º A presente autorização prévia é concedida com base em valores estimados, cabendo ao concessionário verificar a coerência dos custos apresentados na proposta, bem como daqueles custos efetivamente incorridos com os custos usualmente praticados no mercado para bens e serviços de mesma natureza.

Art. 3ºCompete ao concessionário acompanhar, no desenvolvimento dos projetos, as condições contidas nos respectivos planos de trabalho, em especial no que se refere aos objetivos, resultados esperados, prazos e valores totais estimados.

Art. 4ºO concessionário deverá apresentar, quando do encaminhamento do Relatório Demonstrativo Anual, os dados referentes aos valores contratados e a execução efetiva dos projetos até a data de referência do Relatório Demonstrativo, cotejando com aqueles apresentados nos respectivos planos de trabalho, objeto da presente autorização.

Art. 5ºNos termos do item 10 do Regulamento Técnico ANP nº 5/2005, as despesas previstas nesta autorização, para efeito de cumprimento da Cláusula de Pesquisa e Desenvolvimento, estão sujeitas à análise técnica da ANP, quando da apresentação dos Relatórios Demonstrativos Anuais e da documentação de comprovação dos resultados obtidos.

Art. 6ºO concessionário deverá usar a logomarca da ANP, acompanhada da expressão "Compromisso com Investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento", em todo material de divulgação relacionado aos projetos, objeto da presente autorização prévia.

Art. 7ºEsta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

ELIAS RAMOS DE SOUZA

ANEXO

Nº do Projeto	*Título*	Rede / Programa/ Área/ Núcleo	*Instituição*	*Valor (R$)*	*Item de Enquadramento*
2012/0201-3	Marcadores Moleculares e Biológicos Aplicados a Incidentes em Ambientes Aquáticos Continentais	Meio Ambiente	UFPR	675.937,67	8.2.3
114-B	Estruturação e implementação de cinco laboratórios de Oceanografia Biológica e Química com foco em monitoramento ambiental de águas profundas.	Monitoramento Ambiental Marinho	UFES	393.306,45	8.2.3
2012/0151-6	Massas plásticas e concretos refratários nano-ligados ou com fases transientes para unidades de UFCC	Otimização e Confiabilidade	UFSCAR	664.616,44	8.2.3
2012/0295-8	Avaliação do potencial de resíduos lignocelulósicos da casca do coco maduro e verde para a produção do etanol.	Biocombustíveis	UFRN	90.478,50	8.2.3
				331.174,20	8.2.7

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 149/2013 - MG

Fase de Autorização de Pesquisa

Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)

832.433/2001-CARLOS MAURÍCIO LOBO LEITE-ALVARÁ N°2185/02

831.197/2007-JOAO FERNANDO MARTINS HIPPERTT-ALVARÁ N°1573/09

831.889/2007-MURILO RIBEIRO CANHESTRO-ALVARÁ N°9616/09

Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)

831.838/2007-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-ALVARÁ N°11872/09

831.894/2008-DAILANCE MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°9103/09

833.273/2008-FVS MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°15208/09

833.275/2008-FVS MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°15209/09

833.279/2008-FVS MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°15211/09

833.293/2008-FVS MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°14089/09

833.294/2008-FVS MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°14085/09

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

833.297/2008-FVS MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°15217/09
833.308/2008-FVS MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°15219/09
833.319/2008-FVS MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°15223/09
833.320/2008-FVS MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°14087/09
833.330/2008-FVS MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°14095/09
833.335/2008-FVS MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°14096/09

SÉRGIO AUGUSTO DÂMASO DE SOUSA

SUPERINTENDÊNCIA NO MARANHÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 19/2013

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina o arquivamento definitivo do processo(279)
806.078/2005-MINERADORA SÃO PEDRO LTDA
806.057/2007-MINERAÇÃO OURO VERMELHO LTDA.
806.059/2007-MINERAÇÃO OURO VERMELHO LTDA.
806.060/2007-MINERAÇÃO OURO VERMELHO LTDA.
806.061/2007-MINERAÇÃO OURO VERMELHO LTDA.
806.062/2007-MINERAÇÃO OURO VERMELHO LTDA.
806.063/2007-MINERAÇÃO OURO VERMELHO LTDA.
806.146/2007-JOSIAS INOJOSA DE OLIVEIRA FILHO
806.003/2009-MINASAREIA MINERACAO DE AREIAS LTDA.
806.102/2009-MARCELO IVAN KIRSCHNICK

FERNANDO DE OLIVEIRA DUAILIBE MENDONÇA

SUPERINTENDÊNCIA EM MINAS GERAIS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 140/2013

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
833.557/1993-VARGINHA MINERAÇÃO E LOTEAMENTOS LTDA-OF. N°18/13-ERPC
833.895/1994-EXTRATIL LTDA.-OF. N°4341/12-FISC
833.911/1994-BRASROMA MINERAÇÃO, COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA-OF. N°755/13-FISC, para cessionária Mineração Santa Carolina Ltda
831.679/1998-MAGBAN - MÁRMORES E GRANITOS AQUIDABAN LTDA-OF. N°23/13-ESCGV
830.625/1999-MINERAÇÃO THOMAZINI LTDA.-OF. N°11/13-ESCGV
830.630/1999-MINERAÇÃO THOMAZINI LTDA.-OF. N°12/13-ESCGV
830.632/1999-MINERAÇÃO THOMAZINI LTDA.-OF. N°13/13-ESCGV
830.633/1999-MINERAÇÃO THOMAZINI LTDA.-OF. N°14/13-ESCGV
830.636/1999-MINERAÇÃO THOMAZINI LTDA.-OF. N°15/13-ESCGV
830.639/1999-TRES IRMAOS GRANITOS EXPORTACAO IMPORTACAO LTDA-OF. N°10/13-ESCGV
830.645/1999-JOSÉ JÚLIO DA SILVEIRA-OF. N°21/13-ERPC
830.656/1999-JOSÉ JÚLIO DA SILVEIRA-OF. N°19/13-ERPC
830.817/1999-NOVA AURORA MARMORES E GRANITOS LTDA-OF. N°009/13-ESCGV
830.818/1999-NOVA AURORA MARMORES E GRANITOS LTDA-OF. N°21/13-ESCGV
831.456/1999-EDUARDO CARVALHO FÉLIX-OF. N°20/13-ESCGV
831.615/1999-EDUARDO CARVALHO FÉLIX-OF. N°18/13-ESCGV
831.616/1999-EDUARDO CARVALHO FÉLIX-OF. N°16/13-ESCGV
831.637/1999-EDUARDO CARVALHO FÉLIX-OF. N°17/13-ESCGV
832.024/2001-DORKING BRASIL LTDA.-OF. N°24/13-ESCGV
831.045/2002-PATRÍCIA DUARTE LARA-OF. N°22/13-ESCGV
831.786/2002-BRASPEDRAS COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-OF. N°25/13-ESCGV
830.485/2003-ANTONIO MACIEL LEME JUNIOR-OF. N°17/13-ERPC
831.091/2004-JOSÉ GERALDO DA COSTA-OF. N°22/13-ERPC
831.292/2004-AREAL SANTA RITA LTDA-OF. N°23/13-ERPC
830.649/2005-BRASIL QUARRIES IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.-OF. N°26/13-ESCGV
830.735/2005-THORGRAN GRANITOS LTDA-OF. N°19/13-ESCGV
833.235/2006-STQB SÃO THOMÉ QUARTZITO BRASIL LTDA ME-OF. N°16/13-ERPC
834.186/2007-GRANASA GRANITOS NACIONAIS LTDA.-OF. N°24/13-ERPC
830.488/2008-JOSÉ EDUARDO DE ARAÚJO-OF. N°15/13-ERPC
833.280/2008-FVS MINERAÇÃO LTDA-OF. N°37/13-ERPM
831.247/2011-HUMBERTO ANTONIO SILVA MACHADO-OF. N°4306/12-FISC

RELAÇÃO Nº 146/2013

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
831.488/2012-ITINGA MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°221/13-DGTM
831.689/2012-MATEUS DOS SANTOS MARTINS-OF. N°212/13-DGTM
832.836/2012-MINERAÇÃO ANTENA DOURADA LTDA-OF. N°207/13-DGTM
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
831.049/1990-ANTONIO JOSÉ FERREIRA-OF. N°338/13-FISC, para cessionária Pedras Decorativas Luminárias Ltda
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
836.000/1995-ANTÔNIO LUIZ DE VASCONCELOS-OF. N°194/13-DGTM
832.896/2005-MARCOS CEZAR DA SILVA & CIA LTDA ME-OF. N°206/13-DGTM
832.507/2006-AREFER INDUSTRIA E COMERCIO LTDA ME-OF. N°193/13-DGTM
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
802.176/1978-MINASPEDRAS LTDA- Registro de Licença N°:803/94 - Vencimento em Indeterminado
830.885/1997-AREAL PAI E FILHO LTDA ME- Registro de Licença N°:926/98 - Vencimento em 03/12/2013
832.054/1999-GENINO PEDROSA FI- Registro de Licença N°:2451/04 - Vencimento em 06/01/2019
832.515/2000-ELIAS SIQUEIRA BAGNI- Registro de Licença N°:1556/01 - Vencimento em Indeterminado
830.903/2001-DÊNIS LUIZ DE ABREU - FI- Registro de Licença N°:1711/01 - Vencimento em 16/11/2017
831.810/2001-JB COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME- Registro de Licença N°:1760/01 - Vencimento em 20/09/2014
831.898/2001-AREIAL PRIMAVERA LTDA- Registro de Licença N°:1761/01 - Vencimento em 20/07/2014
830.713/2002-CONSTRUTORA E PEDREIRA BEIRA RIO LTDA.- Registro de Licença N°:1995/02 - Vencimento em 31/12/2016
833.112/2003-JOSÉ HENRIQUES MAIA ME- Registro de Licença N°:2843/06 - Vencimento em 19/11/2015
831.408/2005-ANA CRISTINA BOTELHO ARAÚJO - ME- Registro de Licença N°:2748/05 - Vencimento em 10/06/2013
830.413/2006-ALESSANDRO COSTA FRANÇA- Registro de Licença N°:2969/06 - Vencimento em 31/12/2013
831.837/2006-CERÂMICA BONSUCESSO LTDA - EPP- Registro de Licença N°:3065/07 - Vencimento em 30/10/2014
832.210/2006-TETILA INDUSTRIA CERAMICA LTDA ME- Registro de Licença N°:3046/07 - Vencimento em 08/05/2013
832.845/2006-DRAGA CACHOEIRA LTDA ME- Registro de Licença N°:3054/07 - Vencimento em 02/05/2013
833.991/2006-MARIA DE FÁTIMA BENTO DA SILVA- Registro de Licença N°:3011/07 - Vencimento em 31/12/2013
834.256/2006-CERÂMICA MECASA LTDA- Registro de Licença N°:3314/08 - Vencimento em 07/03/2013
830.456/2007-MINERAÇÃO FORTUNA DE MINAS LTDA- Registro de Licença N°:3161/07 - Vencimento em 31/12/2013
830.457/2007-SANTA ROSA EXTRAÇÃO DE AREIA E ARGILA LTDA- Registro de Licença N°:3415/09 - Vencimento em 31/12/2013
830.464/2007-CERÂMICA CARMELITANA LTDA- Registro de Licença N°:3602/11 - Vencimento em 30/10/2014
833.087/2007-GETÚLIO BATISTA DE OLIVEIRA - FI- Registro de Licença N°:3698/11 - Vencimento em 05/05/2015
834.661/2007-JOSE MAXIMO SOARES- Registro de Licença N°:3262/08 - Vencimento em Indeterminado
831.136/2009-DINALDO LOURENÇO ME- Registro de Licença N°:3641/11 - Vencimento em 23/08/2013
832.281/2009-COFERALL EXTRAÇÃO E COMÉRCO DE AREIA LTDA ME- Registro de Licença N°:3475/10 - Vencimento em 30/12/2013
832.628/2009-MINERAÇÃO PORTO BRASIL LTDA- Registro de Licença N°:3489/10 - Vencimento em Indeterminado
830.259/2010-ZANINI FLORESTAL LIMITADA- Registro de Licença N°:3477/10 - Vencimento em 27/09/2015
830.329/2010-JOTESANVIA LTDA- Registro de Licença N°:3663/11 - Vencimento em 26/10/2015
834.172/2010-D BRASIL TRANSPORTE LTDA ME- Registro de Licença N°:3786/12 - Vencimento em 09/11/2014
834.173/2010-D BRASIL TRANSPORTE LTDA ME- Registro de Licença N°:3800/12 - Vencimento em 09/11/2014
831.048/2011-ELIAS SIQUEIRA BAGNI- Registro de Licença N°:3762/12 - Vencimento em Indeterminado
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(749)
802.176/1978-MINASPEDRAS LTDA- Cessionário:MINERAÇÃO CALDENSE LTDA- CNPJ 19.095.249/0001-56- Registro de Licença n°803/94- Vencimento da Licença: Indeterminado
830.885/1997-AREAL PAI E FILHO LTDA ME- Cessionário:J.FRANCISCO DA SILVA - ME- CNPJ 21.600.929/0001-21- Registro de Licença n°926/98- Vencimento da Licença: 03/12/2013
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
834.484/2008-DRAGA CRIS LTDA-Registro de Licença N°3940/13 de 04/02/13-Vencimento em Indeterminado
834.504/2008-ANA MARIA DA FONSECA SANTOS-Registro de Licença N°3936/13 de 01/02/13-Vencimento em 06/11/2028
830.259/2011-DEPÓSITO SAARA MATERIAIS E TRANSPORTADORA LTDA-Registro de Licença N°3937/13 de 04/02/13-Vencimento em 22/12/2015
830.336/2011-ADEMIR SILVA-Registro de Licença N°3941/13 de 04/02/13-Vencimento em 13/02/2017
832.425/2011-EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA DO COURA LTDA.-Registro de Licença N°3939/13 de 04/02/13-Vencimento em 24/04/2013
832.743/2011-MR BRASIL EMBALAGENS LTDA EPP-Registro de Licença N°3954/13 de 14/02/13-Vencimento em 03/03/2013
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
831.740/2003-SG AREIAS-OF. N°195/13-DGTM
831.504/2009-CERAMICA CARMELO LTDA-OF. N°191/13-DGTM
834.652/2010-NEWCOR MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA-OF. N°203/13-DGTM
831.416/2012-FLÁVIO RODRIGUES DE FARIA-OF. N°198/13-DGTM
831.838/2012-AILTON SANTOS EMPRESÁRIO INDIVIDUALL-OF. N°200/13-DGTM
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(1801)
834.843/2010-ACB COMERCIAL LTDA-OF. N°196/13-DGTM

RELAÇÃO Nº 148/2013

Fase de Autorização de Pesquisa
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
832.077/2000-GRANMACHADO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA- Área de 993,03 ha para 611,55 ha-Granito
832.368/2003-CONSÓRCIO CAPIM BRANCO ENERGIA- Área de 45,65 ha para 45,36 ha-Areia
832.369/2003-CONSÓRCIO CAPIM BRANCO ENERGIA- Área de 46,96 ha para 46,18 ha-Areia
833.699/2004-GRAVITAL PEDRAS LTDA.- Área de 875,42 ha para 642,32 ha-Granito
831.901/2005-COMERCIAL EXPORTADORA RINOLDI LTDA- Área de 1.091,89 ha para 759,57 ha-Quartzito
832.339/2008-SINTERTEC MINERAIS INDUSTRIAIS LTDA.- Área de 1957,50 ha para 1707,87 ha-Calcário e Minério de Manganês
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
831.738/2001-NORTE ROCHAS EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE GRANITOS LTDA.-Granito
831.641/2009-PORTO MIRANDA LTDA-Areia
831.843/2012-TRANS LENIR LTDA-Areia
831.844/2012-TRANS LENIR LTDA-Areia
831.845/2012-TRANS LENIR LTDA-Areia

RELAÇÃO Nº 151/2013

Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
833.291/2003-PETRUS MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°35/13-ERPM

RELAÇÃO Nº 152/2013

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
830.544/2002-COOPERATIVA DOS PEQUENOS E MÉDIOS GARIMPEIROS-COOPEMG-OF. N°38/13-ERPM

RELAÇÃO Nº 153/2013

Fase de Autorização de Pesquisa
Prorroga prazo para cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(252)
830.864/2001-FERNANDO ESTEVES FERNANDES-OF. N°23/13-ERPM
832.115/2003-ALINE CARVALHO FÉLIX MORONI ME-OF. N°27/13-ESCGV
832.249/2004-GRANSENA EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.-OF. N°29/13-ESCGV
832.974/2004-MARCIUS DOUGLAS MURTHA-OF. N°28/13-ESCGV

RELAÇÃO Nº 154/2013

Fase de Autorização de Pesquisa
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
834.812/1995-JOSÉ CÉSAR RAIMUNDO
831.574/1997-CN EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA
831.384/2001-RIALINO ALVES DA SILVA
831.722/2003-GEMINI MINERAÇÃO LTDA
831.771/2004-GEMINI MINERAÇÃO LTDA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

RELAÇÃO Nº 155/2013

Fase de Autorização de Pesquisa
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
831.703/2001-LITHOS MINERAÇÃO LTDA.
831.767/2005-TK PRODUTOS CERÂMICOS LTDA
831.361/2012-GRANSENA EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.

RELAÇÃO Nº 156/2013

Fase de Requerimento de Pesquisa
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
832.938/2011-TERRATIVA MINERAIS S.A.
832.939/2011-TERRATIVA MINERAIS S.A.
833.570/2011-HEMATITE MINERAÇÃO LTDA
833.571/2011-HEMATITE MINERAÇÃO LTDA
830.045/2012-SINTERTEC MINERAIS INDUSTRIAIS LTDA.
830.048/2012-SINTERTEC MINERAIS INDUSTRIAIS LTDA.
833.789/2012-ITINGA MINERAÇÃO LTDA.
833.790/2012-ITINGA MINERAÇÃO LTDA.
833.791/2012-ITINGA MINERAÇÃO LTDA.
833.792/2012-ITINGA MINERAÇÃO LTDA.
833.800/2012-MILOUD ALAIN HASSENE DAOUADJI
Fase de Autorização de Pesquisa
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
832.272/2007-INGO GUSTAV WENDER -Alvará N°13468/09
830.443/2009-ANTÔNIO AURELIANO RIBEIRO DE OLIVEIRA -Alvará N°8921/10
830.444/2009-ANTÔNIO AURELIANO RIBEIRO DE OLIVEIRA -Alvará N°3702/10
830.445/2009-ANTÔNIO AURELIANO RIBEIRO DE OLIVEIRA -Alvará N°9642/10
830.616/2009-ANTÔNIO AURELIANO RIBEIRO DE OLIVEIRA -Alvará N°7836/10
830.617/2009-ANTÔNIO AURELIANO RIBEIRO DE OLIVEIRA -Alvará N°11647/10
830.618/2009-ANTÔNIO AURELIANO RIBEIRO DE OLIVEIRA -Alvará N°11648/10
830.619/2009-ANTÔNIO AURELIANO RIBEIRO DE OLIVEIRA -Alvará N°7837/10
830.620/2009-ANTÔNIO AURELIANO RIBEIRO DE OLIVEIRA -Alvará N°11649/10
830.621/2009-ANTÔNIO AURELIANO RIBEIRO DE OLIVEIRA -Alvará N°7838/10
830.734/2009-ANTÔNIO AURELIANO RIBEIRO DE OLIVEIRA -Alvará N°5918/10
830.735/2009-ANTÔNIO AURELIANO RIBEIRO DE OLIVEIRA -Alvará N°7152/10
830.736/2009-ANTÔNIO AURELIANO RIBEIRO DE OLIVEIRA -Alvará N°5919/10
833.431/2010-ANTÔNIO AURELIANO RIBEIRO DE OLIVEIRA -Alvará N°14205/11
833.432/2010-ANTÔNIO AURELIANO RIBEIRO DE OLIVEIRA -Alvará N°14206/11
833.433/2010-ANTÔNIO AURELIANO RIBEIRO DE OLIVEIRA -Alvará N°14207/11
833.434/2010-ANTÔNIO AURELIANO RIBEIRO DE OLIVEIRA -Alvará N°13269/11
835.051/2011-FIDENS ENGENHARIA S A -Alvará N°5616/12
Fase de Requerimento de Licenciamento
Homologa desistência do requerimento de Registro de Licença(783)
830.588/2010-CERAMICA LEAL LTDA

RELAÇÃO Nº 157/2013

Fase de Autorização de Pesquisa
Nega a anuência prévia aos atos de cessão total de direitos(193)
830.415/2005-GRANOVA GRANITOS E MARMORES DO BRASIL LTDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
830.789/2005-IMPERATRIZ MINERAÇÃO COMERCIO E EXPORTAÇÃO DE ROCHA ORNAMENTAL LTDA-OF. N°27/13-CESD e Ananias Teodoro de São José ME-Ei
831.877/2011-MINERAÇÃO OURO BIANCO LTDA - ME-OF. N°20/13-CESD eToledo Granitos do Brasil Ltda
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
830.364/1988-USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A.- Cessionário:MINERAÇÃO USIMINAS S.A- CPF ou CNPJ 12.056.613/0001-20- Alvará n°163/94
833.617/2007-AGENOR NARCIZO DRUMOND COSSO-LOSSO- Cessionário:REAL MINERAÇÃO SERVIÇOS LTDA ME-CPF ou CNPJ 16.690.831/0001-72- Alvará n°9968/11
834.879/2008-DENISE CARDOSO SANTOS DE FARIA-Cessionário:GOLD MINERAÇÃO,PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS SA- CPF ou CNPJ 08.902.180/0001-09- Alvará n°24/12
830.481/2009-ÁLVARO MIGUEL DE SOUZA- Cessionário:MARILDA MOREIRA ROSA- CPF ou CNPJ 05.195.806/0001-04- Alvará n°9212/10
830.655/2009-JOÃO BATISTA VIEIRA- Cessionário:GMB COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA- CPF ou CNPJ 12.423.241/0001-22- Alvará n°4791/11
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
830.196/1986-MINERAÇÃO TAPICURU LTDA-OF. N°24/13-CESD e Serra Geral Mineração Ltda
833.891/1993-CIPLAN CIMENTO PLANALTO S/A-OF. N°21/13-CESD e Hajar Mineração Indústria e Comércio Ltda
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)
831.182/1988-USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A.- Alvará n°8779/01 - Cessionário: MINERAÇÃO USIMINAS S.A- CNPJ 12.056.613/0001-20
834.338/1994-USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A.- Alvará n°6175/02 - Cessionário: MINERAÇÃO USIMINAS S.A- CNPJ 12.056.613/0001-20
831.861/1998-JACIR DE MORAIS CARDOSO- Alvará n°5583/99 - Cessionário: JACIR DE MORAES CARDOSO- CNPJ 07.513.640/0001-44
831.143/2003-USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A.- Alvará n°7812/06 - Cessionário: MINERAÇÃO USIMINAS S.A- CNPJ 12.056.613/0001-20
831.964/2006-MARIA JULIMAR LAMIM DE MATTOS-Alvará n°5503/07 - Cessionário: VERDE PAVÃO GRANITOS MATTOS E LAMIM LTDA ME- CNPJ 14.662.096/0001-68
830.746/2009-RAMIRO JULIO FERREIRA JUNIOR- Alvará n°8216/09 - Cessionário: MINAS EXPORT LTDA- CNPJ 01.313.864/0001-26
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
816.922/1973-MINERAÇÃO GRIZATTI LTDA-OF. N°26/13-CESD e Sintertec Minerais Industriais Ltda
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
833.274/2004-EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA DOIS IRMÃOS DP LTDA-OF. N°25/13-CESD e Geraldo Custódio Martins
833.063/2007-CERÂMICA SALINAS LTDA.-OF. N°22/13-CESD e CS Indústria e Comércio de Telhas e Tijolos Ltda
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(749)
831.603/2003-CERAMICA VISÃO LTDA EPP.- Cessionário:UNICIG EXTRAÇÃO DE ARGILA LTDA- CNPJ 10.316.713/0001-12- Registro de Licença n°2124/03- Vencimento da Licença: Indeterminado
831.298/2007-JOSÉ PEDRO DA SILVA- Cessionário:LUIZ GUILHERME ANTUNES CAMPOS- CNPJ 15.045.531/0001-78- Registro de Licença n°3805/12- Vencimento da Licença: Indeterminado
830.780/2010-OSMAR DIOLINO DA SILVA- Cessionário:AREIAS FARIA LTDA- CNPJ 00.660.573/0001-41- Registro de Licença n°3802/12- Vencimento da Licença: 13/01/2015
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
832.032/2012-GERALDO CUSTÓDIO MARTINS-OF. N°25/13-CESD e Extração e Comércio de Areia 2 Irmãos DP Ltda

RELAÇÃO Nº 158/2013

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
830.387/2008-ADILSON TOMAS DE FREITAS-OF. N°219/13-DGTM
830.025/2012-AREIAS CAJURU LTDA ME-OF. N°216/13-DGTM
832.903/2012-AREIAS 2 IRMÃOS LTDA-OF. N°222/13-DGTM
832.904/2012-AREIAS 2 IRMÃOS LTDA-OF. N°142/13-DGTM
832.996/2012-GLOBAL ADONAI MINERAÇÃO LTDA-OF. N°215/13-DGTM
833.016/2012-MORRO DO PILAR MINERAIS S.A.-OF. N°210/13-DGTM
833.017/2012-MORRO DO PILAR MINERAIS S.A.-OF. N°211/13-DGTM
833.027/2012-MORRO DO PILAR MINERAIS S.A.-OF. N°211/13-DGTM
833.031/2012-MORRO DO PILAR MINERAIS S.A.-OF. N°209/13-DGTM
833.041/2012-MINERAÇÃO NOROESTE-OF. N°214/13-DGTM
833.042/2012-MINERAÇÃO NOROESTE-OF. N°213/13-DGTM
833.053/2012-MARCOS FLÁVIO DA CUNHA MEDEIROS-OF. N°217/13-DGTM
833.065/2012-MORRO DO PILAR MINERAIS S.A.-OF. N°208/13-DGTM
Fase de Autorização de Pesquisa
Instaura processo administrativo de Declaração de Caducidade/Nulidade do Alvará - Prazo para defesa: 60 (sessenta) dias(237)
833.124/2005-VALE S A- OF. N° 127/13-DGTM
834.007/2010-JOÃO BATISTA PEREIRA FI- OF. N° 220/13-DGTM
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
830.289/1999-TEREZINHA DE LOURDES MOREIRA COTTA-OF. N°16/13-FISC
834.015/2010-NILSON OLIVEIRA ME-OF. N°07/13-FISCAM, para RGV Material para Construção e Transportes
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
830.000/1993-FREDERICO GOMES PESSOA DE MENDONÇA FI-OF. N°202/13-DGTM
830.002/1993-FREDERICO GOMES PESSOA DE MENDONÇA FI-OF. N°247/13-DGTM
834.748/1995-EMCONBRAS-EMPRESA DE CONSERVACAO BRASILEIRA LTDA-OF. N°383/13-DGTM
831.491/1996-MINERCOL MINERAÇÃO COLLODETTI LTDA-ME-OF. N°1918/12-MG, para cedente Mineração Veneza Ltda
830.998/2000-JOSÉ GARCIA DA SOLVA IGARAPAVA ME-OF. N°218/13-DGTM
832.031/2001-COSENTINO LATINA LTDA.-OF. N°1850/12-MG, para cedente Comercial Santa Idália S.A
831.831/2002-COMERCIAL EXPORTADORA RINOLDI LTDA-OF. N°238/13-DGTM
832.512/2003-MINERAÇÃO SAL NASCENTE LTDA-OF. N°201/13-DGTM
830.985/2005-SAG MINERAÇÃO LTDA-OF. N°231/13-DGTM
832.244/2005-SAG MINERAÇÃO LTDA-OF. N°232/13-DGTM
832.246/2005-SAG MINERAÇÃO LTDA-OF. N°233/13-DGTM
832.436/2005-SAG MINERAÇÃO LTDA-OF. N°234/13-DGTM
832.581/2005-SAG MINERAÇÃO LTDA-OF. N°235/13-DGTM
832.582/2005-SAG MINERAÇÃO LTDA-OF. N°236/13-DGTM
832.962/2005-AREAL RIO DOCE LTDA-OF. N°1928/12, para cedente Anderson Emerick de Oliveira
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
830.809/1987-PAULO MOISÉS DE SOUSA E CIA LTDA-OF. N°28/13-ERPM-60 dias
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
831.031/1980-K M KALIUM MINERAÇÃO S A-OF. N°277/13-DGTM
830.000/1993-FREDERICO GOMES PESSOA DE MENDONÇA FI-OF. N°248/13-DGTM
830.002/1993-FREDERICO GOMES PESSOA DE MENDONÇA FI-OF. N°248/13-DGTM
896.039/1995-STONE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°396/13-DGTM
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1737)
831.491/1996-MINERCOL MINERAÇÃO COLLODETTI LTDA-ME-OF. N°1920/12-MG, para cedente Mineração Veneza Ltda
832.031/2001-COSENTINO LATINA LTDA.-OF. N°1849/12-MG, para cedente Comercial Santa Idália S.A
832.962/2005-AREAL RIO DOCE LTDA-OF. N°1929/12, para cedente Anderson Emerick de Oliveira
Fase de Concessão de Lavra
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
830.671/1998-CPN MINERAÇÃO LTDA- AI N° 807/13-MG
Multa aplicada /Prazo para pagamento 30 dias(460)
817.223/1971-MINERAÇÃO DANIEL TOGNI LOUREIRO LTDA- AI Nº 38/12-FISC
833.022/1989-CONSTRUTORA E PEDREIRA BEIRA RIO LTDA.- AI Nº 33/12-FISC
830.083/2001-CRUZEIRO DISTRIBUIDORA DE ÁGUAS E BEBIDAS EM GERAL LTDA- AI Nº 1605 e 1606/12-FISC
Determina o arquivamento do Auto de Infração(462)
830.060/2002-Alair Muniz Dutra ME- AI N° 35/12-FISC
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
830.662/1983-PEDREIRA UM VALEMIX MINERAÇÃO JOASPE LTDA-OF. N°1895/12-MG, para Mineração Joaspe Ltda
830.203/1985-GAR MINERAÇÃO, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.-OF. N°22/13-ERPM
830.610/1989-ECOSFERA LTDA-OF. N°313/13-DGTM
831.675/1998-ARDOSIA VEREDA LTDA.-OF. N°314/13-DGTM
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
830.587/2008-AREIA LAVADA SANTO ANTÔNIO LTDA.M.E.-OF. N°204/13-DGTM

RELAÇÃO Nº 161/2013

Fica(m)o(s) abaixo relacionado(s) ciente(s)de que o recurso administrativo interpostos foram julgados improcedentes; restando-lhe(s) pagar ou parcelar o(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM(art.3º,IX, da Lei nº8.876/94,c/c as Leis nº7.990/89 e nº8.001/90,art.61 da Lei nº9.430/96,Leis nº9.993/00,nº10.195/01 e Lei 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias,sob pena de inscrição em Dívida Ativa,CADIN e ajuizamento da ação de execução.
Processo de cobrança nº 932.676/2009
Notificado: Companhia Geral de Minas
CNPJ Ou CPF:60.580.396/0001-15
NFLDP nº6531/2009 - Superintendência do DNPM/MG
Valor:R$106.871,52

CELSO LUIZ GARCIA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SUPERINTENDÊNCIA NO PARANÁ

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 8/2013

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
826.686/2012-PEDREIRA GUARANIAÇU LTDA
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
826.380/2012-LUCIO IRAJÁ FURTADO
Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
826.687/2010-COOPERATIVA AGRÍCOLA REGIONAL DE PRODUTORES DE CANA LTDA- Alvará n°86/2011 - Cessionario:826.098/2013-Daniel Lobato- CPF ou CNPJ 557.408.129-68
826.397/2011-CERAMICA NALEPA LTDA- Alvará n°5.229/2012 - Cessionario:826.018/2013-J N B R Extração de Areia Ltda- CPF ou CNPJ 15.634.952/0001-34
826.865/2011-CERÂMICA 111 LTDA- ME- Alvará n°4.268/2012 - Cessionario:826.081/2013-Demétrio Demczuk- CPF ou CNPJ 150.309.629-72
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
826.204/2010-JAIME NICOLA PELANDA- Cessionário:J L S Extração e Comércio de Areia e Argila Ltda- CPF ou CNPJ 77.183.168/0001-04- Alvará n°46/2011
826.917/2011-ANADIR ZAMINHAN- Cessionário:Edmar Stieven- CPF ou CNPJ 159.081.519-04- Alvará n°1098/2012
826.282/2012-LUIZ CARLOS GRANDI- Cessionário:São José Extração e Comércio de Areia e Argila Ltda Me- CPF ou CNPJ 11.442.614/0001-40- Alvará n°6.784/2012
Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)
826.122/2010-IARO MARQUES DIB-ALVARÁ N°6.816/2010
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
826.200/2009-LUIS CARLOS FERREIRA AMORIM-ALVARÁ N°1257/2010
826.645/2009-VALE FOSFATADOS S A-ALVARÁ N°13.921/2009
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do direito de requerer a Lavra(331)
826.037/2005-JOEL ROCHA FRANÇA- Alvará n°6067/2005 - Cessionário: MS Minérios do Brasil Ltda- CNPJ 08.309.343/0001-44
826.252/2006-ADALGISA RIBEIRO- Alvará n°6313/2006 - Cessionário: Athenas Mineradora Ltda- CNPJ 14.808.509/0001-70
826.382/2006-AIRTON BERNARDO ROVEDA- Alvará n°628/2007 - Cessionário: R. Minas Ltda- CNPJ 15.007.226/0001-91
826.092/2008-GUSTAVO ANGELO MANDALOZZO- Alvará n°10942/2008 - Cessionário: Itajara Minérios Ltda- CNPJ 78.071.149/0001-59
Autoriza transformação do regime de Autorização de Pesquisa para Licenciamento(1823)
826.644/2009-CERAMICA SUL PARANÁ LTDA
826.512/2011-CERÂMICA SILVA LTDA ME
826.191/2012-IRMÃOS IWAMOTO & CIA. LTDA.
Fase de Requerimento de Lavra
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
801.368/1978-CIMENTO RIO BRANCO S.A.-OF. N°388/2012/DNPM-PR-180 dias
820.087/1985-CALCÁRIO CALPONTA LTDA.-OF. N°884/2012/DNPM/PR-180 dias
826.073/1992-VOTORANTIM CIMENTOS BRASIL S A-OF. N°1415/2010/DNPM/PR-180 dias
826.101/1993-CIA DE CIMENTO ITAMBÉ-OF. N°623/2012/DNPM/PR-180 dias
826.837/1994-CONSTRUTORA CASTILHO S A-OF. N°1055/2011/DNPM-PR-180 dias
826.561/1995-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA-OF. N°467/2007/DNPM/PR-180 dias
826.223/1998-MARC MINERAÇÃO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-OF. N°1474/2009/DNPM-PR-180 dias
826.220/1999-MINAS BRANCAS EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA-OF. N°470/2012/DNPM/PR-180 dias
826.339/2001-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA-OF. N°438/2012/DNPM-PR-180 dias
826.550/2001-VOTORANTIM CIMENTOS S A-OF. N°451/2012/DNPM-PR-180 dias
826.479/2003-MINERAÇÃO PIANARO LTDA-OF. N°440/2012/DNPM/PR-180 dias
826.270/2005-AREIAL RESSACA LTDA-OF. N°226/2012/DNPM/PR-180 dias
826.662/2006-VOTORANTIM CIMENTOS BRASIL S A-OF. N°531/2012/DNPM/PR-180 dias
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)
826.390/2000-AGOSTINHO FRANCO- Alvará n°6255/2001 - Cessionário: Agostinho Franco- CNPJ 75.802.306/0001-60
826.966/2001-VALDEMIRO GRANDE- Alvará n°4294/2002 - Cessionário: Valdemiro Grande- CNPJ 10.306.273/0001-12
826.393/2002-MINERAÇÃO PORTO CAMARGO LTDA-Alvará n°3716/2003 - Cessionário: Mineração Mandaguari Ltda-CNPJ 11.513.763/0001-52
826.135/2003-MINERAÇÃO PORTO CAMARGO LTDA-Alvará n°7060/2002 - Cessionário: Mineração Mandaguari Ltda-CNPJ 11.513.763/0001-52
826.107/2009-CARMO COMÉRCIO E SERVIÇOS ME-Alvará n°5658/2009 - Cessionário: R.V. Lopes e Cia Ltda Me-CNPJ 11.154.504/0001-82
826.273/2011-STANSZYK E STEPANSKI LTDA- Alvará n°8577/2011 - Cessionário: Irmãos Stanski Ltda- CNPJ 03.076.427/0001-61
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
826.086/2013-CERÂMICA SILVA LTDA ME-Registro de Licença N°01/DNPM-PR/2013 de 21/02/2013-Vencimento em 01/02/2023
Homologa desistência do requerimento de Registro de Licença(783)
826.034/2010-CERÂMICA MARTELLI LTDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
826.762/2012-CERAMICA SUL PARANÁ LTDA-OF. N°08/2013/DNPM-PR
826.005/2013-DARCI FAUSTO-OF. N°010/2013/DNPM-PR
826.039/2013-IRMÃOS IWAMOTO & CIA. LTDA.-OF. N°07/2013/DNPM-PR
826.085/2013-JOSÉ LUPION NETO-OF. N°09/2013/DNPM-PR
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Indefere requerimento de Registro de Extração por interferência total(822)
826.802/2012-MUNICÍPIO DE NOVA AURORA

HUDSON CALEFE

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO NORTE

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 16/2013

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito Notificação Administrativa I-TAH(154)
848.092/2009-VULCANO EXPORT CALCÁRIOS LTDA. ME- NOT. N°127/2012
848.093/2009-VULCANO EXPORT CALCÁRIOS LTDA. ME- NOT. N°131/2012
848.094/2009-VULCANO EXPORT CALCÁRIOS LTDA. ME- NOT. N°133/2012
848.095/2009-VULCANO EXPORT CALCÁRIOS LTDA. ME- NOT. N°135/2012
848.096/2009-VULCANO EXPORT CALCÁRIOS LTDA. ME- NOT. N°137/2012
848.098/2009-VULCANO EXPORT CALCÁRIOS LTDA. ME- NOT. N°141/2012
848.099/2009-VULCANO EXPORT CALCÁRIOS LTDA. ME- NOT. N°143/2012
848.101/2009-VULCANO EXPORT CALCÁRIOS LTDA. ME- NOT. N°145/2012
Torna sem efeito Multa Aplicada-TAH(643)
848.092/2009-VULCANO EXPORT CALCÁRIOS LTDA. ME- AI N°71/2012
848.093/2009-VULCANO EXPORT CALCÁRIOS LTDA. ME- AI N°72/2012
848.094/2009-VULCANO EXPORT CALCÁRIOS LTDA. ME- AI N°73/2012
848.095/2009-VULCANO EXPORT CALCÁRIOS LTDA. ME- AI N°74/2012
848.096/2009-VULCANO EXPORT CALCÁRIOS LTDA. ME- AI N°75/2012
848.097/2009-VULCANO EXPORT CALCÁRIOS LTDA. ME- AI N°76/2012
848.098/2009-VULCANO EXPORT CALCÁRIOS LTDA. ME- AI N°77/2012
848.099/2009-VULCANO EXPORT CALCÁRIOS LTDA. ME- AI N°78/2012
848.101/2009-VULCANO EXPORT CALCÁRIOS LTDA. ME- AI N°79/2012
Torna sem efeito Notificação Administrativa I- MULTA(904)
848.230/2008-Edilva Lopes Pereira de Almeida- NOT. N°181/2011
848.092/2009-VULCANO EXPORT CALCÁRIOS LTDA ME- NOT. N°128/2012
848.093/2009-VULCANO EXPORT CALCÁRIOS LTDA ME- NOT. N°132/2012
848.094/2009-VULCANO EXPORT CALCÁRIOS LTDA ME- NOT. N°134/2012
848.095/2009-VULCANO EXPORT CALCÁRIOS LTDA ME- NOT. N°136/2012
848.096/2009-VULCANO EXPORT CALCÁRIOS LTDA ME- NOT. N°138/2012
848.097/2009-VULCANO EXPORT CALCÁRIOS LTDA ME- NOT. N°140/2012
848.098/2009-VULCANO EXPORT CALCÁRIOS LTDA ME- NOT. N°142/2012
848.099/2009-VULCANO EXPORT CALCÁRIOS LTDA ME- NOT. N°144/2012
848.101/2009-VULCANO EXPORT CALCÁRIOS LTDA ME- NOT. N°146/2012

ROGER GARIBALDI MIRANDA

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO DE JANEIRO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 220/2013

TORNA SEM EFEITO DESPACHO PUBLICADO: (657)
991.120/2008 - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PÉDRAS JUNDIÁ LTDA - Tornar sem Efeito o Despacho publicado no DOU de 05/07/2012, pagina. 81 - Seção 1.

JADIEL PIRES NOGUEIRA DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA EM RONDÔNIA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 18/2013

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) NOTIFICADO(S) para pagar(em), parcelar(em) ou apresentar(em) defesa, relativo ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.

PRIMEIRO ADQUIRENTE DE PERMISSÃO DE LAVRA GARIMPEIRA

Notificado: A.C.L Metais Eireli CNPJ: 01.858.634/0001-42 - Processo de Cobrança Nº 986.070/2013, NFLDP Nº 40/2013 - Superintendência do DNPM/RO-AC, Valor: R$ 23.183,06.

Notificado: Cleantho Antônio de Morais CPF: 304.496.776-72- Processo de Cobrança Nº 986.069/2013, NFLDP Nº 42/2013 - Superintendência do DNPM/RO-AC, Valor: R$ 82,30.

Notificado: Direct Comércio Internacional Ltda. CNPJ: 027.458.55/0001-49- Processo de Cobrança Nº 986.068/2013, NFLDP Nº 43/2013 - Superintendência do DNPM/RO-AC, Valor: R$ 111,43.

Notificado: Extrativa Metalquímica S/A CNPJ: 03.711.590/0001-59 - Processo de Cobrança Nº 986.071/2013, NFLDP Nº 41/2013 - Superintendência do DNPM/RO-AC, Valor: R$ 6.435,63.

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) cientes(s) de que não houve a apresentação da(s) defesa(s) administrativa(s); restando-lhe(s) pagar ou parcelar o(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.

Notificado: Antônio Gomes da Costa Materiais para Construção. CNPJ: 01.116.322/0001-63 - Processo de Cobrança nº 987.037/2011, Decisão CFEM nº 81/2012 - Superintendência do DNPM/RO-AC, Valor: R$ 853,17.

Notificado: C. M. Soares Diana. CNPJ: 02.755.714/0001-35 - Processo de Cobrança nº 986.968/2011, Decisão CFEM nº 83/2012 - Superintendência do DNPM/RO-AC, Valor: R$ 5.208,65.

Notificado: Companhia de Mineração de Rondônia S/A. CNPJ: 04.418.471/0001-75 - Processo de Cobrança nº 986.894/2012, Decisão CFEM nº 01/2013 - Superintendência do DNPM/RO-AC, Valor: R$ 351.018,62.

Notificado: Devair de Souza Ferreira. CPF: 087.113.548-52 - Processo de Cobrança nº 987.013/2011, Decisão CFEM nº 80/2012 - Superintendência do DNPM/RO-AC, Valor: R$ 1.920,97.

Notificado: Editec - Edificações Ltda. CPF: 14.295.190/0001-26 - Processo de Cobrança nº 986.808/2012, Decisão CFEM nº 02/2013 - Superintendência do DNPM/RO-AC, Valor: R$ 15.493,60.

Notificado: Jorge Alves Cardoso Neto. CPF: 128.400.411-20 - Processo de Cobrança nº 987.021/2011, Decisão CFEM nº 82/2012 - Superintendência do DNPM/RO-AC, Valor: R$ 589,51.
Notificado: Lorena dos Santos ME. CPF: 04.470.360/0001-08 - Processo de Cobrança nº 987.038/2011, Decisão CFEM nº 78/2012 - Superintendência do DNPM/RO-AC, Valor: R$ 160,63. Processo de Cobrança nº 987.022/2011, Decisão CFEM nº 77/2012 - Superintendência do DNPM/RO-AC, Valor: R$ 420,03.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Notificado: Marlin Blue Stone Granitos Ltda. CNPJ: 04.039.928/0001-30 - Processo de Cobrança nº 986.787/2012, Decisão CFEM nº 05/2013 - Superintendência do DNPM/RO-AC, Valor: R$ 5.951,17.

Notificado: Minasul Importação e Exportação Ltda. CNPJ: 04.313.220/0001-26 - Processo de Cobrança nº 987.033/2011, Decisão CFEM nº 39/2012 - Superintendência do DNPM/RO-AC, Valor: R$ 2.237,99.

Notificado: Religas Distribuidora de Reciclaveis Ltda. CNPJ: 00.919.535/0001-60 - Processo de Cobrança nº 986.875/2012, Decisão CFEM nº 04/2012 - Superintendência do DNPM/RO-AC, Valor: R$ 13.154,40.

Notificado: R.J.C. Santiago CNPJ: 84.446.822/0001-90 - Processo de Cobrança nº 986.793/2012, Decisão CFEM nº 06/2013 - Superintendência do DNPM/RO-AC, Valor: R$ 678,33.

Notificado: Valzomiro Bizarello - ME. CNPJ: 01.244.188/0001-28 - Processo de Cobrança nº 987.039/2011, Decisão CFEM nº 79/2012 - Superintendência do DNPM/RO-AC, Valor: R$ 631.87.

Notificado: White Solder Metalurgia e Mineração Ltda. CNPJ: 04.107.120/0001-43 - Processo de Cobrança nº 986.874/2012, Decisão CFEM nº 03/2013 - Superintendência do DNPM/RO-AC, Valor: R$ 28.552,06.

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) cientes(s) da não apresentação de recurso administrativo; restando-lhe(s) pagar ou parcelar o(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.

Notificado: M. da Silva Fabricação de Tijolos - ME. CNPJ: 03.271.642/0001-13 - Processo de Cobrança nº 986.960/2011, Decisão nº 84/2012 - Superintendência do DNPM/RO-AC, Valor: R$ 1.765,33.

Notificado: Machado Comércio Exportação e Importação Ltda.. CNPJ: 04.099.289/0001-07 - Processo de Cobrança nº 987.011/2011, Decisão nº 87/2012 - Superintendência do DNPM/RO-AC, Valor: R$ 6.344,59.

DEOLINDO DE CARVALHO NETO

Ministério do Desenvolvimento Agrário

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO PIAUÍ

RETIFICAÇÃO

Nº 5 - Na Portaria INCRA/SR-24/N° 35, de 14 maio de 2009, publicada no D.O.U. n° 102, de 01 de junho de 2009, Seção 1, página 80, que criou o Projeto de Assentamento PA FORTALEZA IV, código SIPRA PI0911000, localizado no município de Esperantina, Estado do Piauí, onde se lê: "Art. 1° Aprovar a proposta de destinação, para assentamento de agricultores, do imóvel rural denominado Fortaleza IV, com área de 230,187 ha (duzentos e trinta hectares, um are e oitenta e sete centiares), localizado no município de Esperantina no Estado do Piauí que prevê a criação de 10 (dez) unidades agrícolas familiares;", leia-se: "Art. 1° Aprovar a proposta de destinação, para assentamento de agricultores, do imóvel rural denominado Fortaleza IV, com área registrada de 230,0187 ha (duzentos e trinta hectares, um are e oitenta e sete centiares) e área medida de 221,6481 ha (duzentos e vinte e um hectares, sessenta e quatro ares e oitenta e um centiares), localizado no município de Esperantina no Estado do Piauí que prevê a criação de 10 (dez) unidades agrícolas familiares";".

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO RIO GRANDE DO NORTE

RETIFICAÇÃO

Na PORTARIA INCRA/SR-19/Nº 84, de 29 de outubro de 1999, publicada no D.O.U. n° 213 de 08/011/1999, seção 1, página 22, que criou o Projeto de Assentamento SANTA RITA, Código SIPRA RN0191000, onde se lê "... municípios de Tangará e Santa Cruz" leia-se "... municípios de Santa Cruz e Tangará...".

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO RIO GRANDE DO SUL
COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL

RESOLUÇÃO Nº 9, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2012

O COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL DA SUPERINTENDÊNCIA DO INCRA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, Órgão Colegiado criado pelo artigo 9º, inciso I, da Estrutura Regimental, aprovada pelo Decreto Nº 6.812 de 03 de abril de 2009, por seu Presidente no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 132, inciso XII do Regimento Interno do INCRA, aprovado pela Portaria Nº 20, de 08 de abril de 2009, publicada no Diário Oficial da União - Seção I, do dia 09 do mesmo mês e ano, e tendo em vista a decisão adotada em sua 10ª reunião, realizada em 19 de dezembro de 2012.

Considerando a proposição apresentada pela Divisão de Desenvolvimento de Assentamentos através dos RELATÓRIOS PARA VOTO/SR-11/INCRA/RS/NºS 32, 33 e 34, de 19/12/2012, constante dos PROCESSOS/ADM/INCRA/SR-11/RS/NºS 54220.002654/2011-73; 54220.001379/2012-51 e 54220.000923/2012-48, RESOLVE:

Art. 1º - AUTORIZAR, o Senhor Superintendente Regional, para no uso das atribuições que lhe confere o Inciso I, do Artigo 13, do Regimento do CDR, aprovado pela PORTARIA Nº 20/2009, com respaldo no Artigo 84, da Lei nº 6.431, de 11 de julho de 1977, combinada com a Lei nº 6.925, de 29 de junho de 1981, e por força do Decreto de 08 de outubro de 1999, publicado no Diário Oficial da União do dia 11 do mesmo mês e ano, a celebrar com a SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL e com a PREFEITURA DE PIRATINI e PREFEITURA DE JÓIA, o Contrato de Cessão de Uso de partes de três áreas localizadas em Projetos de Assentamentos da Reforma Agrária, assim distribuídas: 1) Cessão de Uso de parte de uma área com 0,9451 ha (noventa e quatro ares e cinqüenta e um centiares), remanescente do ROJETO DE ASSENTAMENTO FAZENDA SÃO PEDRO, situada no Município de Eldorado do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, destinada a Secretaria da Educação, que tem como objetivo a ampliação e reforma da Escola E.E.M. Roseli Correia da Silva; 2) Cessão de Sul de parte de uma área com 0,9903 ha (noventa e nove ares e três centiares), remanescente do PROJETO DE ASSENTAMENTO RUBIRA/CONQUISTA DA LUTA, situada no Município de Piratini, Estado do Rio Grande do Sul, destinada a Prefeitura Municipal de Piratini, que tem como objetivo a construção de uma Escola Municipal; 3) Cessão de Uso de parte de uma área com 0,3336 ha (trinta e três ares e trinta e seis centiares), remanescente do PPROJETO DE ASSENTAMENTO SIMON BOLIVAR, situada no Município de Jóia, Estado do Rio Grande do Sul, destinada a Prefeitura Municipal de Jóia, que tem como objetivo a construção de uma Escola Municipal.

Art. 2º - Estabelecer que as áreas objeto da cessão de uso, sejam revertidas de pleno direito, para posse, domínio e administração do INCRA, independente de notificação ou indenização, se, no todo ou em parte, lhe for dada aplicação diversas da destinação estabelecida no item anterior.

Art. 3º - Determinar que a Divisão de Desenvolvimento de Assentamentos, desta Superintendência Regional adote às providências decorrentes da presente autorização.

ROBERTO RAMOS
Superintendente

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

GABINETE DA MINISTRA

PORTARIA Nº 11, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2013

Delega ao Secretário Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional competência para assinar os atos por meio dos quais são formalizadas, entre os doadores e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, as doações de bens e mercadorias destinadas à Estratégia Fome Zero.

A MINISTRA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso II do art. 27 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, o art. 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, e o art. 12 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999,

Considerando o disposto na Portaria Interministerial nº 1.128, de 19 de novembro de 2008, dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Delegar ao Secretário Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional a competência para assinar os atos por meio dos quais são formalizadas, entre os doadores e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, as doações de bens e mercadorias destinadas à Estratégia Fome Zero.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TEREZA CAMPELLO

PORTARIA Nº 12, DE 31 DE JANEIRO DE 2013

A MINISTRA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, no uso das competências que lhe foram delegadas pelo art. 4° da Lei n° 10.869, de 13 de maio de 2004, e de acordo com o previsto no inciso VI do art. 43 da Portaria Interministerial MP/MF/CGU n° 507, de 24 de novembro de 2011, resolve:

Art. 1º Prorrogar de ofício a vigência do Termo de Parceria n° 001/2012, publicado no D.O.U. em 12 de junho de 2012, firmado pela UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, e a ASSOCIAÇÃO PROGRAMA UM MILHÃO DE CISTERNAS PARA O SEMIÁRIDO AP1MC, cujo final de vigência fica alterado de 31 de janeiro de 2013 para 18 de fevereiro de 2013, em decorrência do atraso na liberação de recursos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

TEREZA CAMPELLO

PORTARIA Nº 14, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

Aprova os critérios e procedimentos específicos de avaliação do desempenho institucional e individual do servidor e de atribuição da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE e da Gratificação de Desempenho de Atividade de Cargos Específicos - GDACE, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS.

A MINISTRA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto do § 5º do art. 7º-A da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 7.133, de 19 de março de 2010, e o disposto no § 5º do art. 22 da Lei nº 12.277, de 30 de junho de 2010, resolve:

Art. 1º Aprovar os critérios e procedimentos específicos de avaliação do desempenho institucional e individual do servidor e de atribuição da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE e da Gratificação de Desempenho de Atividade de Cargos Específicos - GDACE, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS.

Art. 2º A GDPGPE e a GDACE serão pagas mediante os resultados das avaliações de desempenho institucional e individual, de acordo com a pontuação atribuída, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes e padrões, aos valores estabelecidos nos Anexos I e II desta Portaria.

Parágrafo único. A avaliação de desempenho individual será realizada para todos os servidores, independentemente do direito à GDPGPE ou à GDACE.

Art. 3º As Metas para fins de avaliação de desempenho dividem-se em:

I - Metas Institucionais;

II - Metas Individuais.

Art. 4º As Metas Institucionais dividem-se em:

I - Metas Globais, elaboradas, quando couber, em consonância com o Plano Plurianual - PPA, com a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e com a Lei Orçamentária Anual - LOA; e

II - Metas Intermediárias, estabelecidas pelas Equipes de Trabalho e utilizadas no estabelecimento das metas individuais.

Art. 5º As Metas Institucionais Globais serão definidas e publicadas em ato do Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, de acordo com o § 2º do art. 5º do Decreto nº 7.133, de 2010.

§ 1º As Metas Institucionais Globais poderão conter outras ações de natureza operacional e administrativa, além das previstas no art. 4º, inciso I, desta Portaria.

§ 2º O resultado da avaliação do alcance das Metas Institucionais Globais será calculado segundo metodologia de cálculo definida quando de seu estabelecimento.

§ 3º O resultado da avaliação do alcance das Metas Institucionais Globais será arredondado ao múltiplo de 5 (cinco) imediatamente superior e ponderado em 80% (oitenta por cento), para fins da GDPGPE e da GDACE.

Art. 6º As Metas Intermediárias e as Metas Individuais correspondem às ações definidas em plano de trabalho, as quais devem estar sob responsabilidade de um ou mais servidores de uma equipe.

§ 1º Considera-se Equipe de Trabalho, para fins de avaliação de desempenho, o conjunto de servidores submetidos a uma chefia ocupante de cargo em comissão de Grupo-Direção e Assessoramento Superior - DAS, responsável diretamente pela supervisão das atividades do avaliado.

§ 2º A avaliação do cumprimento das Metas Institucionais Intermediárias e das Metas Individuais dar-se-á pelo estabelecido no plano de trabalho, que deverá conter:

I - as ações mais representativas da unidade respectiva, desdobradas, a critério da unidade e conforme as atribuições dos servidores da unidade, em atividades, projetos ou processos;

II - as Metas Intermediárias de Desempenho Institucional, referentes às ações sob responsabilidade da unidade de lotação da equipe;

III - as Metas de Desempenho Individual, vinculadas a, pelo menos, uma ação, uma atividade, um projeto ou um processo da unidade de lotação da equipe;

IV - os critérios e procedimentos de acompanhamento do desempenho individual e institucional de todas as etapas, ao longo do ciclo de avaliação; e

V - os compromissos de desempenho individual e institucional, firmados no início do ciclo de avaliação entre o gestor e cada integrante da equipe, a partir das Metas Institucionais Globais e Intermediárias.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

§ 3º A avaliação do cumprimento das Metas Institucionais Intermediárias e das Metas Individuais será:

I - parcial e periódica, pelo menos uma vez durante o Ciclo de Avaliação, para subsidiar ajustes no decorrer do ciclo; e

II - final, para verificação do cumprimento das metas e demais compromissos firmados, de forma a possibilitar o fechamento dos resultados obtidos em todos os componentes da avaliação de desempenho.

§ 4º A avaliação do cumprimento das Metas Institucionais Intermediárias e das Metas Individuais será feita pelo chefe da equipe, ouvida a equipe e o servidor individualmente avaliado.

§ 5º A avaliação do cumprimento das Metas Individuais corresponderá a 50% (cinquenta por cento) da nota atribuída pela chefia imediata na avaliação de desempenho individual de que trata o art. 9º desta Portaria.

Art. 7º O servidor investido em cargo de Natureza Especial ou cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, níveis 6, 5, 4 ou equivalentes, que faça jus à GDPGPE ou à GDACE, perceberá o valor máximo da avaliação de desempenho individual, somado ao resultado da avaliação institucional do MDS.

Art. 8º A avaliação de desempenho individual do servidor não ocupante de cargo em comissão ou função de confiança Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, níveis 6, 5, 4 ou de Natureza Especial, que faça jus à GDPGPE ou à GDACE, será realizada em escala de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, com base no cumprimento das metas estabelecidas no plano de trabalho e em critérios e fatores que reflitam as competências do servidor, observados os seguintes fatores, com o mesmo peso na avaliação:

I - produtividade no trabalho: capacidade para, executando as atividades de forma planejada, atingir os resultados ou as metas estipuladas com eficácia e eficiência;

II - conhecimento de métodos e técnicas necessários para o desenvolvimento das atividades referentes ao cargo efetivo na unidade de exercício: conjunto de informações técnicas e experiência profissional essenciais ao adequado desempenho das funções, permitindo aplicar os conhecimentos técnicos e assegurar processos e rotinas de trabalho do campo de atuação, de forma integrada com os objetivos institucionais e individuais estabelecidos;

III - trabalho em equipe: capacidade para se integrar em equipes de trabalho de constituição variada e para trabalhar em conjunto com outras pessoas, respeitando a diversidade de conhecimentos e valores, talentos e personalidades, gerando sinergias através da participação ativa com o objetivo de atender ao interesse institucional;

IV - comprometimento com o trabalho: capacidade para concretizar com eficácia e eficiência os objetivos dos serviços, realizando com empenho e rigor as tarefas ou projetos que lhe são atribuídos, atuando de forma interessada e responsável e cumprindo suas atribuições com zelo e dentro do prazo determinado; e

V - cumprimento das normas de procedimentos e das normas de conduta no desempenho das atribuições do cargo: capacidade para integrar no exercício das funções os valores éticos e deontológicos do serviço público, cumprindo as normas legais, instruções e/ou regulamentos e procedimentos pertinentes de forma efetiva.

Art. 9º O resultado da avaliação de que trata o art. 8º será constituído da soma:

I - dos conceitos atribuídos pelo próprio avaliado, conforme os fatores estabelecidos no art. 8º, na proporção de 15% (quinze por cento);

II - da média dos conceitos atribuídos pelos demais integrantes da equipe de trabalho, conforme os fatores estabelecidos no art. 8º, na proporção de 25% (vinte e cinco por cento); e

III - dos conceitos atribuídos pela chefia imediata da equipe, conforme metas de desempenho individual pactuadas no plano de trabalho e fatores estabelecidos no art. 8º, na proporção de 60% (sessenta por cento).

§ 1º O resultado final da avaliação de desempenho individual realizada pela chefia imediata, de que trata o inciso III do caput, será dividido em:

I - 50% (cinquenta por cento) referentes ao cumprimento das metas estabelecidas no plano de trabalho a que se refere o art. 6º; e

II - 50% (cinquenta por cento) referentes aos fatores estabelecidos no art. 8º.

§ 2º Em caso de exoneração da chefia, o seu substituto ou o dirigente imediatamente superior procederá à avaliação de todos os servidores que lhe foram subordinados no período compreendido entre a última avaliação e a data de substituição do servidor exonerado.

Art. 10. Os titulares de cargo de provimento efetivo integrantes do PGPE, quando não se encontrarem em exercício neste Ministério ou na entidade de lotação do servidor, ressalvado o disposto em legislação específica, somente farão jus à GDPGPE ou à GDACE, quando:

I - requisitados pela Presidência ou Vice-Presidência da República ou nas hipóteses de requisição previstas em lei, situação na qual perceberão a gratificação de desempenho calculada com base nas regras aplicáveis como se estivessem em efetivo exercício no MDS;

II - cedidos para órgãos ou entidades da União distintos dos indicados no inciso I e investidos em cargo de Natureza Especial, de provimento em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, níveis 4, 5, 6 ou equivalentes, situação na qual perceberão a gratificação de desempenho calculada com base no resultado da avaliação institucional do MDS no período;

III - cedidos para órgão ou entidade do Poder Executivo Federal e investidos em cargo em comissão DAS-3, DAS-2, DAS-1 ou em função de confiança ou equivalentes e perceberão a GDPGPE ou a GDACE como disposto no inciso I; e

IV - cedidos para exercício nas unidades gestoras dos sistemas estruturantes da administração pública federal, que recebem a Gratificação Temporária das Unidades dos Sistemas Estruturantes da Administração Pública Federal - GSISTE ou a Gratificação Temporária do Sistema de Administração de Recursos de Informação e Informática - GPISP, perceberão a gratificação como disposto no inciso I.

Art. 11. O resultado da primeira avaliação gerará efeitos financeiros a partir do início do primeiro período de avaliação para servidores optantes pela Estrutura Remuneratória Especial que contempla a GDACE.

Art. 12. A avaliação individual somente produzirá efeitos financeiros se o servidor tiver permanecido em exercício nas atividades relacionadas ao plano de trabalho por, no mínimo, 2/3 (dois terços) de um ciclo de avaliação completo.

§ 1º Até o processamento da primeira avaliação de desempenho individual, o servidor recém-nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento, de cessão ou de outros afastamentos sem direito à percepção da GDPGPE ou da GDACE no decurso do ciclo de avaliação, fará jus à respectiva gratificação, após sua entrada em exercício, no valor correspondente a 80% (oitenta por cento) do valor máximo da gratificação.

§ 2º Em caso de afastamentos e licenças considerados como de efetivo exercício, sem prejuízo da remuneração e com direito à percepção de gratificação de desempenho, o servidor continuará percebendo a gratificação correspondente à última pontuação obtida, até que seja processada a sua primeira avaliação após o retorno.

§ 3º Ocorrendo exoneração do cargo de Natureza Especial ou cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, níveis 6, 5, 4, os servidores referidos no art. 1º desta Portaria continuarão percebendo a GDPGPE ou GDACE correspondente ao último valor obtido, até que seja processada a sua primeira avaliação após a exoneração.

Art. 13. O ciclo da avaliação de desempenho terá início no dia 1º de dezembro e término em 30 de novembro do ano subsequente.

§ 1º O Ciclo de Avaliação se inicia com a publicação das Metas Institucionais Globais, que gerará efeitos a partir de 1º de dezembro do ano respectivo.

§ 2º A qualquer momento, até o final do primeiro quadrimestre do ano seguinte ao início do Ciclo de Avaliação, as Metas Globais poderão ser revistas para atendimento a alterações nas leis orçamentárias ou inclusão de metas relativas a projetos e atividades referentes à melhoria dos processos e da estrutura do Ministério, para as quais o desempenho será medido segundo metodologia proposta no estabelecimento das metas.

§ 3º As Metas Globais poderão ainda ser revistas, a qualquer tempo, na hipótese de superveniência de fatores que influenciem significativa e diretamente a sua consecução, desde que o órgão ou entidade não tenha dado causa a tais fatores.

§ 4º Os resultados da avaliação serão processados em dezembro de cada ano, com efeitos financeiros a partir do mês de janeiro subsequente.

§ 5º O primeiro Ciclo de Avaliação para servidores optantes pela Estrutura Remuneratória Especial que contempla a GDACE iniciar-se-á no dia da publicação desta Portaria e encerrar-se-á no dia 30 de novembro de 2013.

Art. 14. Cabe à Coordenação-Geral de Recursos Humanos - CGRH a elaboração do cronograma do Ciclo de Avaliação, contendo as datas para os demais procedimentos do ciclo de avaliação, em especial:

I - capacitação das chefias para procedimentos de avaliação e disseminação de conhecimento na unidade de avaliação;

II - estabelecimento de compromissos de desempenho individual e aprovação do plano de trabalho, pela chefia e servidores das equipes de trabalho;

III - avaliação parcial dos resultados obtidos, em relação às metas intermediárias, para fins de ajustes necessários, pelas chefias das unidades de avaliação;

IV - realização da avaliação de desempenho pela chefia e servidores das equipes de trabalho;

V - divulgação à equipe de trabalho do resultado da avaliação individual;

VI - encaminhamento e decisão dos pedidos de reconsideração do resultado da avaliação;

VII - encaminhamento dos pedidos de recursos interpostos quanto à avaliação individual à Comissão de Acompanhamento da Avaliação de Desempenho - CAD para julgamento; e

VIII - disponibilização do resultado final das avaliações, para consulta individual dos servidores interessados.

Art. 15. O processo de avaliação de desempenho dos servidores será realizado por meio de sistema informatizado.

Art. 16. Fica instituída, no âmbito do MDS, a Comissão de Acompanhamento da Avaliação de Desempenho - CAD, com a finalidade de:

I - acompanhar o processo de avaliação de desempenho, com o objetivo de identificar irregularidades na sua implementação e de aprimorar sua aplicação;

II - propor alterações consideradas necessárias para a melhor operacionalização dos critérios e procedimentos estabelecidos para a avaliação de desempenho individual; e

III - julgar, em última instância, os recursos interpostos quanto ao resultado da avaliação individual, podendo, a seu critério, manter ou alterar a pontuação da avaliação individual do servidor;

§ 1º Integrarão a CAD:

I - dois representantes indicados pela Coordenação-Geral de Recursos Humanos;

II - um representante indicado pela Secretaria-Executiva; e

III - dois representantes dos servidores de que trata o art. 1º desta Portaria, indicados pelos servidores.

§ 2º Para cada titular da CAD deverá haver um suplente designado, indicado conforme parágrafo anterior.

§ 3º Os representantes de que trata o § 1º deste artigo serão designados em portaria do Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

§ 4º Os integrantes da CAD deverão ser servidores efetivos estáveis do quadro do MDS e que não estejam respondendo a processo administrativo disciplinar.

Art. 17. Do resultado da avaliação de desempenho, caberá pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento de cópia de todos os dados da avaliação, a ser apresentado à CGRH, que o encaminhará à chefia do servidor, para apreciação no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

§ 1º A decisão da chefia sobre o pedido de reconsideração interposto será comunicada, no máximo, até o dia seguinte ao de encerramento do prazo para apreciação à CGRH que dará ciência da decisão ao servidor e à CAD.

§ 2º Na hipótese de deferimento parcial ou de indeferimento do pedido de reconsideração, caberá recurso à CAD, no prazo de 10 (dez) dias, que o julgará em última instância.

§ 3º O resultado final do recurso deverá ser publicado no Boletim de Pessoal e Serviços do MDS, intimando o interessado por meio do fornecimento de cópia da íntegra da decisão.

Art. 18. A percepção da GDPGPE ou da GDACE por seus beneficiários fica condicionada à correção e à veracidade dos dados enviados à CGRH e ao estrito cumprimento dos prazos estabelecidos nesta Portaria.

Art. 19. O servidor ativo beneficiário da GDPGPE ou da GDACE que obtiver na avaliação de desempenho individual pontuação inferior a 50% (cinquenta por cento) da pontuação máxima estabelecida para esta parcela será submetido a processo de capacitação ou de análise da adequação funcional, conforme o caso, sob responsabilidade da CGRH, em articulação com a unidade de lotação do servidor.

Art. 20. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria-Executiva do MDS.

Art. 21. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 22. Fica revogada a Portaria MDS nº 762, de 29 de outubro de 2010.

TEREZA CAMPELLO

ANEXO I

TABELA DE VALOR DO PONTO DAGRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DO PLANO GERAL DE CARGOS DO PODER EXECUTIVO - GDPGPE

a) Valor do Ponto da GDPGPE dos cargos de nível superior:

Em R$

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDPGPE A PARTIR DE			
		1º de julho de 2012	1º de janeiro de 2013	1º de janeiro de 2014	1º de janeiro de 2015
ESPECIAL	III	36,17	39,50	42,84	46,17
	II	35,34	38,67	42,01	45,34
	I	34,53	37,86	41,20	44,53
C	VI	32,89	36,22	39,56	42,89
	V	32,13	35,46	38,80	42,13
	IV	31,39	34,72	38,06	41,39
	III	30,67	34,00	37,34	40,67
	II	29,97	33,30	36,64	39,97
	I	29,28	32,61	35,95	39,28
B	VI	27,89	31,22	34,56	37,89
	V	27,25	30,58	33,92	37,25
	IV	26,62	29,95	33,29	36,62
	III	26,01	29,34	32,68	36,01
	II	25,41	28,74	32,08	35,41
	I	24,83	28,16	31,50	34,83
A	V	23,65	26,98	30,32	33,65
	IV	23,11	26,44	29,78	33,11
	III	22,58	25,91	29,25	32,58
	II	22,06	25,39	28,73	32,06
	I	21,55	24,88	28,22	31,55

b) Valor do Ponto da GDPGPE dos cargos de nível intermediário:

Em R$

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDPGPE A PARTIR DE			
		1º de julho de 2012	1º de janeiro de 2013	1º de janeiro de 2014	1º de janeiro de 2015
ESPECIAL	III	11,94	15,04	18,14	21,24
	II	11,79	14,89	17,99	21,09
	I	11,65	14,75	17,85	20,95
	VI	11,46	14,56	17,66	20,76

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

C	V	11,32	14,42	17,52	20,62
	IV	11,18	14,28	17,38	20,48
	III	11,05	14,15	17,25	20,35
	II	10,92	14,02	17,12	20,22
	I	10,79	13,89	16,99	20,09
B	VI	10,62	13,72	16,82	19,92
	V	10,49	13,59	16,69	19,79
	IV	10,37	13,47	16,57	19,67
	III	10,25	13,35	16,45	19,55
	II	10,13	13,23	16,33	19,43
	I	10,01	13,11	16,21	19,31
A	V	9,86	12,96	16,06	19,16
	IV	9,75	12,85	15,95	19,05
	III	9,64	12,74	15,84	18,94
	II	9,53	12,63	15,73	18,83
	I	9,42	12,52	15,62	18,72

c) Valor do Ponto da GDPGPE dos cargos de nível auxiliar:
Em R$

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDPGPE A PARTIR DE			
		1º de julho de 2012	1º de janeiro de 2013	1º de janeiro de 2014	1º de janeiro de 2015
ESPECIAL	III	2,97	5,07	7,17	9,27
	II	2,91	5,01	7,11	9,21
	I	2,86	4,96	7,06	9,16

ANEXO II
TABELA DE VALOR DO PONTO DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE DE CARGOS ESPECÍFICOS - GDACE
Em R$

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO A PARTIR DE			
		1º DE JULHO DE 2010	1º DE JANEIRO DE 2013	1º DE JANEIRO DE 2014	1º DE JANEIRO DE 2015
ESPECIAL	III	63,17	66,39	69,71	73,13
	II	61,03	64,14	67,35	70,65
	I	58,97	61,98	65,08	68,27
C	VI	56,06	58,92	61,87	64,91
	V	54,16	56,92	59,77	62,70
	IV	52,33	55,00	57,75	60,58
	III	50,56	53,14	55,80	58,54
	II	48,85	51,34	53,91	56,55
	I	47,20	49,61	52,09	54,65
B	VI	44,87	47,16	49,52	51,95
	V	43,35	45,56	47,84	50,19
	IV	41,88	44,02	46,22	48,49
	III	40,46	42,52	44,65	46,84
	II	39,09	41,08	43,13	45,25
	I	37,77	39,70	41,69	43,74
A	V	35,90	37,73	39,62	41,56
	IV	34,69	36,46	38,28	40,16
	III	33,52	35,23	36,99	38,80
	II	32,39	34,04	35,74	37,49
	I	31,29	32,89	34,53	36,22

PORTARIA Nº 15, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

A MINISTRA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 5º, § 2º, do Decreto nº 7.133, de 19 de março de 2010, resolve:

Art. 1º Publicar a meta global a ser considerada no quarto ciclo de avaliação institucional, de acordo com o art. 5º, § 2º, do Decreto nº 7.133, de 2010.

Art. 2º Para o quarto ciclo de avaliação institucional, a meta global a ser alcançada é de 97,5%.

Art. 3º O indicador de desempenho a ser considerado para fins de aferição da meta é o da execução orçamentária global do órgão nos meses que comporão o período avaliado.

§ 1º O indicador de desempenho será obtido pela razão entre o somatório do volume de empenho liquidado e a respectiva dotação do período avaliado.

§ 2° A dotação do período avaliado será obtida pelo somatório das dotações dos meses que o compõem.

§ 3º Considerar-se-á dotação mensal o valor equivalente a um doze avos da dotação total do exercício a que pertence o mês.

Art. 4º A avaliação institucional deve variar de zero a cem por cento e seu resultado será obtido pela razão entre o indicador verificado nos termos do art. 3º e a meta estabelecida no art. 2º.

Parágrafo único. O resultado da avaliação do alcance da meta global será arredondado ao múltiplo de cinco imediatamente superior e ponderado em oitenta por cento, para fins da gratificação de desempenho da GDPGPE e GDACE, conforme § 3º do art. 5º da Portaria nº 14, de 26 de fevereiro de 2013.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TEREZA CAMPELLO

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
GRUPO GESTOR DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS

RESOLUÇÃO Nº 57, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

Dispõe sobre os preços de referência para operações de aquisição de leite, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos, modalidade Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite (PAA - Leite), estabelece sua metodologia de cálculo e dá outras providências.

O GRUPO GESTOR DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, e pelo art. 21 do Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012, e

Considerando a Nota Técnica SUGOF/GERAB nº 003, de 30 de janeiro de 2013, apresentada pela Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB e aprovada pelo Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos - GGPAA, em reunião realizada em 1º de fevereiro de 2013, resolve:

Art. 1º Os preços a serem pagos aos beneficiários produtores para aquisição do leite no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, modalidade Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite - PAA - Leite serão calculados pela média dos preços pagos ao produtor nos últimos 3 (três) meses, em cada Unidade da Federação onde for implementado o Programa, apurados pela Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB.

Parágrafo Único. Os preços pagos aos beneficiários produtores, no âmbito do PAA - Leite, não poderão ser inferiores aos preços definidos para o Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar - PGPAF para o mesmo produto e na mesma Unidade da Federação.

Art. 2º Os preços de referência para aquisição do leite, no âmbito do PAA - Leite, estabelecidos com base na metodologia definida no art. 1º, ressalvado o disposto em seu §1º, encontram-se dispostos no Anexo desta Resolução.

Art. 3º Nos convênios firmados entre a União e os Estados para execução do PAA - Leite, de que trata a Resolução nº 37, de 2009, do GGPAA, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome poderá aportar até 80% (oitenta por cento) do valor final do preço de referência do leite, estabelecido no art. 2º, cabendo ao convenente o aporte correspondente à diferença em relação ao valor final.

Art. 4º Os convenentes, com recursos oriundos exclusivamente de contrapartida, poderão majorar o preço pago aos beneficiários produtores em até 10% (dez por cento) do valor final do respectivo preço de referência estabelecido no Anexo desta Resolução, adicionalmente ao aporte mínimo do convenente estabelecido no art. 3º.

Art. 5º O art. 10 da Resolução nº 37, de 9 de novembro de 2009, do GGPAA, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 10. O preço de referência do leite, a ser adquirido no âmbito do PAA - Leite, será definido pelo Grupo Gestor do PAA por meio de resolução específica." (NR)

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica revogada a Resolução nº 38, de 27 de novembro de 2009, do Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos.

DENISE REIF KROEFF
p/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

PEDRO ANTONIO BAVARESCO
p/ Ministério do Desenvolvimento Agrário

ROGÉRIO AUGUSTO NEUWALD
p/ Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

LILIANE MAIA ROSA
p/ Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SARA REGINA SOUTO LOPES
p/ Ministério da Educação

ANEXO

Preços de referência para aquisição do leite no âmbito do PAA - Leite

UF	Valores do leite pago aos beneficiários produtores		Valores do leite pago aos laticínios	Preço de Referência - Valor Final	
	Leite de Vaca	Leite de Cabra		Leite de Vaca	Leite de Cabra
AL	1,02	1,20	0,52	1,54	1,72
BA	0,91	1,25	0,52	1,43	1,77
CE	0,91	1,20	0,52	1,43	1,72
MA	0,91	-	0,52	1,43	-
MG	0,85	-	0,52	1,37	-
PB	1,03	1,30	0,52	1,55	1,82
PE	1,01	1,30	0,52	1,53	1,82
PI	1,11	-	0,52	1,63	-
RN	0,96	1,30	0,52	1,48	1,82
SE	1,00	-	0,52	1,52	-

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 59, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR - INTERINO, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 5º do Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995, resolve:

Art. 1º Alterar o art. 1º da Portaria GM/MICT nº 320, de 4 de setembro de 1995, publicada no Diário Oficial da União de 6 de setembro de 1995, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º O horário de funcionamento do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior será das 07h às 21h, ininterruptamente."

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRO GOLOMBIEWSKI TEIXEIRA

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL
BNDES PARTICIPAÇÕES S/A

RETIFICAÇÃO

BNDES Participações S.A. - BNDESPAR
Conselho Fiscal publicado em 25 de fevereiro de 2013, Seção 1 página 147.
Onde se lê: RONNIE ESTORTI DE CASTRO
Leia-se: RONNIE GONZAGA TAVARES

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

PORTARIA Nº 6, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2013

Dispõe sobre a Declaração de Origem para a importação de bens idênticos aos sujeitos a medidas de defesa comercial, quando originários de países ou produtores não gravados.

A SECRETÁRIA DE COMÉRCIO EXTERIOR DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos incisos I e XIX do art. 15 do Anexo I ao Decreto nº 7.096, de 4 de fevereiro de 2010, tendo em consideração os arts. 28 a 45 da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, resolve:

Art.1º O artigo 15-A da Portaria SECEX nº 23, de 14 de julho de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 15-A. Na hipótese prevista na alínea "i" do inciso II do art. 15, previamente ao licenciamento de importação de bens originários de países não gravados com medidas de defesa comercial, o importador deverá obter junto ao produtor ou exportador estrangeiro Declaração de Origem.

§ 1º A Declaração de Origem deverá ser preenchida conforme o formulário contido no Anexo XXVI desta portaria e assinada pelo produtor ou exportador do bem a ser importado.

§ 2º Caso a Declaração de Origem seja preenchida e assinada pelo exportador, esse deverá fornecer na própria Declaração as informações relativas ao produtor.

§ 3º Cada Declaração de Origem deverá estar vinculada a um único pedido de licença de importação.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

§ 4º A SECEX poderá solicitar a Declaração de Origem ao importador em qualquer momento, devendo o importador apresenta-la em até 5 (cinco) dias úteis contados a partir da solicitação ou da exigência formulada no SISCOMEX.

§ 5º O prazo previsto no parágrafo anterior poderá ser prorrogado por igual período, mediante justificativa.

§ 6º A empresa importadora deverá manter guarda da Declaração de Origem pelo prazo de 5 (cinco) anos contados a partir do registro de pedido de licença de importação no SISCOMEX.

§ 7º Quando do pedido da licença de importação no SISCOMEX, o importador deverá declarar no campo "Informações Complementares":

I - que o produto é originário do país mencionado no pedido da licença, conforme as regras de origem não preferenciais contidas nos arts. 31 e 32, da Lei 12.546, de 14 de dezembro de 2011;

II - que tem a posse e se compromete a apresentar a Declaração de Origem à SECEX no prazo previsto, quando solicitado.

§ 8º Nos casos em que a Declaração de Origem for solicitada na fase de licenciamento de importação, a não apresentação do documento nos prazos previstos nos parágrafos 4º e 5º implicará o indeferimento do pedido de licença.

§9º Nos casos em que a Declaração de Origem for solicitada após o deferimento do pedido de licença de importação, a não apresentação do documento implicará a obrigatoriedade de apresentação prévia da Declaração de Origem, por um período de até 360 (trezentos e sessenta) dias, nos próximos pedidos de licenciamento."(NR)

Art. 2° Fica acrescido o art. 15-B e o Anexo XXVI à Portaria SECEX nº 23, de 2011, com a seguinte redação:

"Art. 15-B. A SECEX poderá, em caso de indícios de infrações ao regime de licenciamento de importação, sujeitar a licenciamento importações determinadas ou todas as importações a serem realizadas pela pessoa suspeita de ter cometido a infração.

§ 1º O regime de licenciamento de que trata o caput terá por objetivo a verificação de elementos indiciários de infrações e será imposto por prazo determinado de, no máximo, 180 (cento e oitenta) dias.

§ 2º A SECEX deverá notificar a imposição de regime de licenciamento à pessoa sujeita à medida, informando-a dos motivos respectivos.

§ 3º O regime de licenciamento de que trata este artigo deverá cessar sempre que os indícios de que trata o caput se mostrarem infundados.

§ 4º A não apresentação da declaração de origem a que se refere o art. 15-A poderá ser considerada como indício de infração para fins de aplicação do disposto neste artigo"

"ANEXO XXVI
DECLARAÇÃO DE ORIGEM
DECLARATION OF ORIGIN

Classificação no SH (6 dígitos)/*HS of the goods(6 digits):*
Descrição pormenorizada dos bens/*Detailed description of the goods:*
Declaro que os bens exportados descritos acima são originários do país _____ (mencionar o nome do país) *I declare that the exported goods described above are originated from*_____ *(inform the name of the country)*
Nome da empresa produtora/ *Name of the manufacturing company:* E-mail: Endereço/ *Address:* Pessoa responsável e cargo/ *Person in charge and job title*: E-mail: Assinatura/ *Signature*:
Nome da empresa exportadora/ *Name of the exporting company:* Número da Fatura/*Invoice Number:* Data de emissão da fatura Comercial/*date of issue of invoice:* E-mail: Endereço/ *Address:* Pessoa responsável e cargo/ *Person in charge and job title*: E-mail: Assinatura/ *Signature*:
Local/*Place:* Data/*Date:*

Caso o preenchimento deste documento seja manuscrito, deverá ser feito a tinta e em letras de fôrma."

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor no prazo de 60 dias após a data de sua publicação.

TATIANA LACERDA PRAZERES

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO

CONSULTA PÚBLICA Nº 2, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2013

A Secretária do Desenvolvimento da Produção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, de acordo com os artigos 8º e 9º da Portaria Interministerial MDIC/MCT nº 170, de 4 de agosto de 2010, torna pública a proposta de alteração de Processo Produtivo Básico - PPB.

Manifestações podem ser encaminhadas no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de publicação desta Consulta no Diário Oficial da União, ao e-mail: cgel.ppb@mdic.gov.br

HELOISA REGINA GUIMARÃES DE MENEZES

ANEXO

PROPOSTA Nº 083/12 - ALTERAÇÃO DAS PORTARIAS INTERMINISTERIAIS Nº 211 E 212, DE 27 DE OUTUBRO DE 2010, QUE ESTABELECEM O PROCESSO PRODUTIVO BÁSICO PARA CARTUCHO DE TINTA COM OU SEM CABEÇA DE IMPRESSÃO INCORPORADA COM DISPOSITIVO DE IDENTIFICAÇÃO POR RADIOFREQUÊNCIA - RFID (Radio-Frequency Identification), PARA IMPRESSORAS A JATO DE TINTA (NCM - 8443.32 e 8443.31).

OBS.: A proposta está em formato de Portaria.

Art. 1º O Processo Produtivo Básico para o produto CARTUCHO DE TINTA COM OU SEM CABEÇA DE IMPRESSÃO INCORPORADA COM DISPOSITIVO DE IDENTIFICAÇÃO POR RADIOFREQUÊNCIA - RFID (Radio-Frequency Identification), PARA IMPRESSORAS A JATO DE TINTA (NCM - 8443.32 e 8443.31), estabelecido pela Portaria Interministerial MDIC/MCT nº 211, de 27 de outubro de 2010, passa a ser o seguinte:

I - fabricação do cartucho de tinta, compreendendo as seguintes etapas:

a) tratamento de água por meio de desmineralização;

b) mistura dos pigmentos com a água desmineralizada;

c) injeção plástica do recipiente;

d) montagem das partes e peças; e

e) envasamento e vedação.

II - fabricação do dispositivo de identificação de RFID, de acordo com o respectivo Processo Produtivo Básico;

III - instalação do dispositivo de RFID na embalagem do cartucho de tinta; e

IV - embalagem final do cartucho.

§ 1º Desde que obedecido o Processo Produtivo Básico, as atividades ou operações inerentes às etapas de produção descritas neste artigo poderão ser realizadas por terceiros, exceto as etapas descritas nos incisos III e IV, que não poderão ser objeto de terceirização.

§ 2º Para efeitos do cumprimento do Processo Produtivo Básico, estabelecido na etapa constante do inciso IV deste artigo, entende-se como embalagem final individual, as operações de posicionamento do cartucho de tinta, acessórios a serem incluídos, expansão da caixa de embalagem individual, acomodação do cartucho, dobras para o fechamento da embalagem individual, colagem para selagem da embalagem individual, gravação do Código Eletrônico do Produto (Eletronic Product Code-EPC), acomodação em caixa de transporte e etiquetagem.

Art. 2º Fica dispensado o cumprimento da etapa descrita no inciso I do art. 1º até 31 de dezembro de 2014.

Art. 3º Para efeito do cumprimento do Processo Produtivo Básico do produto a que se refere esta Portaria, o software aplicativo da operação de gravação e controle do código único padrão EPC na memória do dispositivo RFID deverá ser desenvolvido no País.

Art. 4º Sempre que fatores técnicos ou econômicos, devidamente comprovados, assim o determinarem, a realização de qualquer etapa do Processo Produtivo Básico poderá ser suspensa temporariamente ou modificada, por meio de Portaria conjunta dos Ministros de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e da Ciência, Tecnologia e Inovação.

CONSULTA PÚBLICA Nº 3, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2013

A Secretária do Desenvolvimento da Produção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, de acordo com os artigos 8º e 9º da Portaria Interministerial MDIC/MCT nº 170, de 4 de agosto de 2010, torna pública a proposta de alteração de Processo Produtivo Básico - PPB.

Manifestações podem ser encaminhadas no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de publicação desta Consulta no Diário Oficial da União, ao e-mail: cgel.ppb@mdic.gov.br

HELOISA REGINA GUIMARÃES DE MENEZES

ANEXO

PROPOSTA Nº 084/12 - ALTERAÇÃO DAS PORTARIAS INTERMINISTERIAIS Nº 61 E 62, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2012, QUE ESTABELECEM O PROCESSO PRODUTIVO BÁSICO PARA SUPRIMENTOS PARA MÁQUINAS COPIADORAS, MULTIFUNCIONAIS E IMPRESSORAS A LASER (NCM - 8443.31 e 8443.32).

OBS: A proposta está em formato de Portaria.

Art. 1º Os Processos Produtivos Básicos para SUPRIMENTOS PARA MÁQUINAS COPIADORAS, MULTIFUNCIONAIS E IMPRESSORAS A LASER (NCM - 8443.31 e 8443.32), estabelecidos pela Portaria Interministerial MDIC/MCT nº 61, de 28 de fevereiro de 2012, passam a ser os seguintes:

I - TONALIZADOR:

a) mistura, plastificação e homogeneização de matérias-primas;

b) moagem (desagregação mecânica preparatória para etapa de micronização);

c) micronização (moagem fina para obtenção de partículas de pó);

d) aditivação (incorporação de aditivos externos: lubrificantes ou modificadores de cargas);

e) peneiramento (separação do pó em frações);

f) injeção plástica do recipiente ou frasco destinado ao acondicionamento do tonalizador; e

g) envasamento (dosagem volumétrica ou gravimétrica do tonalizador em frascos ou outros recipientes).

II - REVELADOR:

a) revestimento dos núcleos por aplicação de camada isolante aos núcleos diversos ou aditivação;

b) mistura com o tonalizador (agregação de partículas de tonalizador aos núcleos revestidos);

c) peneiramento (separação mecânica do aglomerador); e

d) envasamento (dosagem volumétrica ou gravimétrica do revelador em frascos ou em outros recipientes).

III - CONJUNTO TONALIZADOR, CONJUNTO REVELADOR E CONJUNTO TONALIZADOR E REVELADOR:

a) injeção plástica, moldagem ou sopro do recipiente ou frasco destinado ao acondicionamento do tonalizador;

b) montagem dos seguintes componentes: espumas e/ou feltro de vedação, rolo de espuma dosadora de tonalizador, rolo magnético, lâmina raspadora, misturador cruzado, sensor eletrônico de densidade de tonalizador, sistema elétrico de polarização, engrenagens de acionamento e buchas, lâmina dosadora, lâmina de limpeza, cilindro fotorreceptor orgânico, batoque, selo de vedação, dentre outros, quando aplicáveis;

c) envasamento e vedação do cartucho; e

d) fechamento do cartucho ou recipiente.

IV - CILINDRO COM LIGA FOTOSSENSÍVEL:

a) deposição da camada fotossensível sobre o cilindro preparado; e

b) montagem das partes e peças, totalmente desagregadas em nível básico de componentes, quando aplicável.

V - CONJUNTO FOTORRECEPTOR ORGÂNICO:

a) deposição da camada orgânica sobre o cilindro, por imersão ou pintura; e

b) montagem das partes e peças plásticas ou metálicas, totalmente desagregadas em nível básico de componentes.

VI - CONJUNTO FOTORRECEPTOR ORGÂNICO FLEXÍVEL:

a) corte do substrato;

b) soldagem; e

c) montagem das partes e peças, totalmente desagregadas em nível básico de componentes.

VII - CARTUCHO TONALIZADOR (TONER) DE IMPRESSÃO, COM MECANISMO INCORPORADO, PARA IMPRESSORAS A LASER:

a) injeção plástica, moldagem ou sopro do recipiente ou frasco destinado ao acondicionamento do tonalizador;

b) montagem dos seguintes componentes: espumas e/ou feltro de vedação, rolo de espuma dosadora de tonalizador, rolo magnético, lâmina raspadora, misturador cruzado, sensor eletrônico de densidade de tonalizador, sistema elétrico de polarização, engrenagens de acionamento e buchas, lâmina dosadora, lâmina de limpeza, cilindro fotorreceptor orgânico, batoque, selo de vedação, dentre outros, quando aplicáveis;

c) envasamento e vedação do cartucho; e

d) fechamento do cartucho ou recipiente.

VIII - CARTUCHO TONALIZADOR (TONER) DE IMPRESSÃO, COM MECANISMO INCORPORADO, COM DISPOSITIVO DE IDENTIFICAÇÃO POR RADIOFREQUÊNCIA - RFID (Radio-Frequency Identification), PARA IMPRESSORAS A LASER:

a) fabricação do cartucho tonalizador (toner), compreendendo as seguintes etapas:

1. injeção plástica, moldagem ou sopro do recipiente ou frasco destinado ao acondicionamento do tonalizador;

2. montagem dos seguintes componentes: espumas e/ou feltro de vedação, rolo de espuma dosadora de tonalizador, rolo magnético, lâmina raspadora, misturador cruzado, sensor eletrônico de densidade de tonalizador, sistema elétrico de polarização, engrenagens de acionamento e buchas, lâmina dosadora, lâmina de limpeza, cilindro fotorreceptor orgânico, batoque, selo de vedação, dentre outros, quando aplicáveis;

3. envasamento e vedação do cartucho; e

4. fechamento do cartucho ou recipiente.

b) fabricação do dispositivo de identificação de RFID, de acordo com o respectivo Processo Produtivo Básico;

c) instalação do dispositivo de RFID na embalagem do cartucho de tinta; e

d) embalagem final individual do cartucho de toner.

Parágrafo único. Desde que obedecido o Processo Produtivo Básico, as atividades ou operações inerentes às etapas de produção poderão ser realizadas por terceiros, exceto as etapas descritas a seguir que não poderão ser terceirizadas: alínea "g" do inciso I, alínea "d" do inciso II, alíneas "c" e "d" do inciso III, alínea "b" do inciso IV, alínea "b" do inciso V, alínea "c" do inciso VI, alíneas "c" e "d" do inciso VII, e alínea "c" e "d" do inciso VIII.

Art. 2º Entende-se por conjunto tonalizador, conjunto revelador e conjunto tonalizador e revelador, o recipiente que, quando inserido na máquina, permanece no seu interior até o término de seu conteúdo, sendo o mesmo constituído por partes fixas e móveis, tais como depósito tonalizador com espumas de vedação, rolo de espuma dosadora de tonalizador, rolo magnético, lâmina raspadora, misturador cruzado, sensor eletrônico de densidade de tonalizador, sistema elétrico de polarização, engrenagens de acionamento e buchas.

Art. 3º Os produtos deverão atender as exigências do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990) e regulamentações específicas estabelecidas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 4º Para efeito do cumprimento do Processo Produtivo Básico, estabelecido na etapa constante da alínea "d" do inciso VIII do art. 1º, entende-se como embalagem final individual, as operações de posicionamento do cartucho de tinta, acessórios a serem incluídos, expansão da caixa de embalagem individual, acomodação do cartucho, dobras para o fechamento da embalagem individual, colagem para selagem da embalagem individual, gravação do Código Eletrônico do Produto (Eletronic Product Code-EPC), acomodação em caixa de transporte e etiquetagem.

Art. 5º As etapas constantes das alíneas "a" a "d" do inciso I, alínea "a" do inciso III e alínea "a" do inciso VII do art. 1º poderão ser dispensadas, desde que a empresa beneficiária dos incentivos fiscais realize investimento em atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), num percentual adicional ao estabelecido pela legislação de, no mínimo, 1% (um por cento).

Art. 6º As etapas constantes dos itens de 1 a 4 da alínea "a" do inciso VIII poderão ser dispensadas, desde que a empresa realize investimento em atividades de P&D, num percentual adicional ao estabelecido pela legislação de, no mínimo, 1% (um por cento), para cada etapa não executada.

Art. 7º Os investimentos em P&D adicionais ao exigido pela legislação a que se referem os arts. 5º e 6º deverão ser calculados sob o faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização, com fruição do benefício fiscal, dos produtos que usufruam das dispensas citadas nos arts. 5º e 6º, deduzidos os tributos correspondentes a tais comercializações, bem como o valor das aquisições de bens da mesma forma incentivados, no ano-calendário.

Art. 8º O investimento em P&D adicional ao exigido pela legislação a que se referem os arts. 5º e 6º deverá ser aplicado em projetos previamente aprovados pela Secretaria de Política de Informática (SEPIN/MCTI) e realizado sob a forma de convênio com Instituições de Ensino e Pesquisa ou Centros de Pesquisa e Desenvolvimento credenciadas pelo Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, sendo que, a partir do ano base de 2013, no mínimo 50% (cinquenta por cento) destes investimentos adicionais deverão ser realizados em instituições de Ensino e Pesquisa.

§ 1º Os projetos de P&D executados pelas empresas deverão estar enquadrados nas áreas estratégicas e prioritárias do Programa Brasil Maior, definidas para o setor de tecnologias da informação e comunicação e estar alinhados com a estratégia nacional de ciência, tecnologia e inovação.

§ 2º A aprovação prévia dos projetos pela SEPIN/MCTI não implica em aceitação automática nos mesmos.

§ 3º A SEPIN/MCTI será responsável pelo acompanhamento da execução dos projetos.

§ 4º Os resultados da execução dos projetos serão comprovados quando da apresentação do Relatório Demonstrativo Anual de que trata o Art. 33 do Decreto nº 5.906, de 2006.

§ 5º Para efeito da aplicação dos investimentos em P&D adicionais, serão considerados como aplicação em pesquisa e desenvolvimento do ano-calendário, os dispêndios correspondentes à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento realizadas até 31 de março do ano subsequente.

§ 6º Todas as demais condições deverão estar em conformidade com Lei nº 8.248/1991 e suas alterações, e Decreto nº 5.906/2006.

Art. 9º Para efeito do cumprimento do Processo Produtivo Básico do produto constante do inciso VIII do art. 1º, quando o cartucho tonalizador contiver dispositivo RFID, o software aplicativo da operação de gravação e controle do código único padrão EPC na memória do dispositivo RFID deverá ser desenvolvido no País.

Art. 10. Sempre que fatores técnicos ou econômicos, devidamente comprovados, assim o determinarem, a realização de qualquer etapa dos Processos Produtivos Básicos poderá ser suspensa temporariamente ou modificada, por meio de Portaria conjunta dos Ministros de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e da Ciência, Tecnologia e Inovação.

CONSULTA PÚBLICA Nº 4, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2013

A Secretária do Desenvolvimento da Produção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, de acordo com os artigos 8º e 9º da Portaria Interministerial MDIC/MCT nº 170, de 4 de agosto de 2010, torna pública a proposta de alteração de Processo Produtivo Básico - PPB.

Manifestações podem ser encaminhadas no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de publicação desta Consulta no Diário Oficial da União, ao e-mail: cgel.ppb@mdic.gov.br

HELOISA REGINA GUIMARÃES DE MENEZES

ANEXO

PROPOSTA Nº 085/12 - ALTERAÇÃO DAS PORTARIAS INTERMINISTERIAIS Nº 193 (ZFM) E 194, DE 30 DE SETEMBRO DE 2008, QUE ESTABELECEM O PROCESSO PRODUTIVO BÁSICO PARA DISPOSITIVO DE IDENTIFICAÇÃO POR RADIOFREQUÊNCIA - RFID.

OBS: A proposta está em formato de Portaria.

Art.1º O Processo Produtivo Básico para o produto DISPOSITIVO DE IDENTIFICAÇÃO POR RÁDIO FREQUÊNCIA - RFID, industrializado no País, estabelecido pela Portaria Interministerial nº 194, de 30 de setembro de 2008, passa a ser o seguinte:

I - fabricação do circuito condutivo (antena) obedecendo a uma das seguintes etapas:

a) corte e bobinagem de fio de cobre; ou

b) impressão serigráfica de tinta condutiva; ou

c) processamento eletroquímico.

II - fabricação dos circuitos integrados monolíticos utilizados nos dispositivos de identificação do tipo RFID, compreendendo as seguintes etapas:

a) processamento físico-químico das lâminas;

b) corte das lâminas processadas;

c) montagem de pastilha semicondutora, não encapsulada;

d) encapsulamento da pastilha montada;

e) teste (ensaio) elétrico ou optoelétrico; e

f) marcação (identificação).

III - separação do circuito integrado/carretel;

IV - soldagem do circuito integrado na antena;

V - teste de comunicação por radiofrequência;

VI - laminação do conjunto circuito integrado/antena em base plástica, quando aplicável; e

VII - gravação e inicialização do circuito integrado, quando aplicável.

§1º Desde que obedecido o Processo Produtivo Básico, as atividades ou operações inerentes às etapas de produção descritas neste artigo poderão ser realizadas por terceiros, exceto as etapas descritas nas alíneas dos incisos III, IV e V, que não poderão ser objeto de terceirização.

§ 2º As atividades ou operações inerentes às etapas de produção descritas nas alíneas "a" a "d" do inciso II do caput deste artigo poderão ser dispensadas, até 31 de dezembro de 2013, caso o projeto de desenvolvimento do circuito integrado monolítico do dispositivo RFID seja realizado no País, conforme comprovado junto ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, nos termos da Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006.

Art. 2º A fabricação do circuito condutivo, conforme disposto no inciso I do art. 1º, fica dispensada até 31 de dezembro de 2013, quando se tratar de antena para Dispositivos de RFID do tipo UHF (Ultra High Frequency).

Art. 3º A obrigatoriedade constante do inciso II do art. 1º deverá atender aos percentuais mínimos de um dos seguintes cronogramas, tomando-se como base a quantidade de circuitos integrados monolíticos utilizados, no ano-calendário:

	2012	2013	2014	2015 em diante
Cronograma A	Dispensada	40%	60%	80%
Cronograma B	Dispensada	20%	80%	80%

Parágrafo único. Fica vedada a mudança de cronograma após o cumprimento das metas estabelecidas para o ano-calendário de 2013.

Art. 4º Sempre que fatores técnicos ou econômicos, devidamente comprovados, assim o determinarem, a realização de qualquer etapa dos Processos Produtivos Básicos poderá ser suspensa temporariamente ou modificada, por meio de Portaria conjunta dos Ministros de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Ministério do Meio Ambiente

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS
SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO

RESOLUÇÕES DE 22 DE FEVEREIRO DE 2013

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO da AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no exercício da competência a que se refere à Resolução nº 273, de 27 de abril de 2009, torna público que o DIRETOR JOÃO GILBERTO LOTUFO CONEJO, com fundamento no art. 12, V, da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, e com base na delegação que lhe foi conferida por meio da Resolução nº 6, de 1º de fevereiro de 2010, publicada no DOU de 3/02/2010, resolveu outorgar a:

Nº 217 - Marcelo Lemos Russica, Reservatório da UHE Mascarenhas de Moraes (rio Peixoto), Município de Delfinopolis/Minas Gerais, irrigação.

Nº 218 - Aleízio Lorenzo Rosa, Reservatório da UHE Mascarenhas de Moraes (rio Grande), Município de Delfinopolis/Minas Gerais, irrigação.

Nº 219 - Renan Bedo, Reservatório da UHE Mascarenhas de Moraes (rio Grande), Município de Delfinopolis/Minas Gerais, irrigação.

Nº 220 - Orisvaldo Pereira da Silva, Reservatório da UHE Machado Mineiro (rio Pardo), Município de Ninheira/Minas Gerais, irrigação.

Nº 221 - Du Point do Brasil S.A., Reservatório da UHE Luís Eduardo Magalhães/Lajeado (rio Tocantins), Município de Porto Nacional/Tocantins, irrigação.

Nº 222 - Lucia Oyama Tocio Watanabe, Reservatório da UHE de Porto Colômbia (rio Grande), Município de Miguelopolis/São Paulo, irrigação.

Nº 223 - Alonso Filho Rodrigues de Carvalho, Reservatório da UHE de Sobradinho (rio São Francisco), Município de Casa Nova/Bahia, irrigação.

Nº 224 - Paulo Manoel de Sá, Reservatório da UHE de Luiz Gonzaga/Itaparica (rio São Francisco), Município de Glória/Bahia, irrigação.

Nº 225 - José Henrique Corrêa, Reservatório da UHE de Jurumirim (rio Paranapanema), Município de Itaí/São Paulo, irrigação.

Nº 226 - Jorge Elias Ferreira, Reservatório da UHE de Furnas (rio Grande), Município de Pimenta/Minas Gerais, irrigação.

Nº 227 - Antonio Fernandes Ferreira, Reservatório da UHE de Água Vermelha (rio Grande), Município de Riolândia/São Paulo, irrigação.

Nº 228 - Osmar Pereira Artiaga, Córrego Morais, Município de Cristalina/Goiás, irrigação.

Nº 229 - Servinorte Serviços Ltda - EPP, rio Cotaxé ou Braço Norte do rio São Mateus, Município de Boa Esperança/Espírito Santo, irrigação.

Nº 230 - Marcos Toledo Jacob, rio Cotaxé ou Braço Sul do rio São Mateus, Município de Mantena/Minas Gerais, irrigação.

Nº 231 - Carlos Alberto de Oliveira, Carlos Alberto de Oliveira Filho e Luiz Henrique de Oliveira, rio Canoas, Município de Mococa/São Paulo, irrigação.

Nº 232 - Santa Vitória Açúcar e Álcool Ltda., Reservatório da UHE de São Simão (rio Paranaíba - braço Ribeirão da Invernada), Município de Santa Vitória/Minas Gerais, irrigação.

Nº 233 - José Salomão Gibran Agropecuária S.A., Reservatório da UHE Marimbondo (rio Grande), Município de Frutal/Minas Gerais, irrigação.

Nº 234 - JF Citrus Agropecuária Ltda, Reservatório da UHE de Marimbondo (rio Grande), Município de Colômbia/São Paulo, irrigação.

Nº 235 - Vanderley Fagundes de Jesus, rio Jequitinhonha, Município de Itinga/Minas Gerais, irrigação.

Nº 236 - Gualter Guarany Vasconcelos de Carvalho, rio Jequitinhonha, Município de Jequitinhonha/Minas Gerais, irrigação.

Nº 237 - Agropecuária Iracema Ltda, rio Mogi-guaçu, Município de Sertãozinho/São Paulo, irrigação.

Nº 238 - Sebastião Martinho Nunes Ferreira, rio Paraíba do Sul, Município de Lorena/São Paulo, irrigação.

Nº 239 - Mariano Raimundo de Souza, rio São Francisco, Município de Curaçá/Bahia, irrigação.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Nº 240 - José Benedito Chaves, rio São Francisco, Município de Ibiaí/Minas Gerais, irrigação.

Nº 241 - Jaime Pereira de Alencar, rio São Francisco, Município de Juazeiro/Bahia, irrigação.

Nº 242 - Nilton Verner Kelm, rio São Francisco, Município de Juazeiro/Bahia, irrigação.

Nº 243 - Juvenal Barbosa dos Santos, rio São Francisco, Município de Juazeiro/Bahia, irrigação.

Nº 244 - Julio Cesar Matos Viana, rio São Francisco, Município de Juazeiro/Bahia, irrigação.

Nº 245 - João Apostolo Medrado, rio São Francisco, Município de Santa Maria da Boa Vista/Pernambuco, irrigação.

Nº 246 - Eder Giordano de Sá Salgueiro, Barragem Luiz Gonzaga (rio São Francisco), Município de Floresta/Pernambuco, irrigação.

Nº 247 - Pedro Almeida do Nascimento, Reservatório da UHE de Itaparica (rio São Francisco), Município de Glória/Bahia, irrigação.

Nº 248 - Edson Luiz Ignácio, rio Paranapanema, Município de Angatuba/São Paulo, irrigação.

Nº 249 - Pedro Luiz de Avelar, rio Paranaíba, Município de Patos de Minas/Minas Gerais, irrigação.

Nº 250 - Lúcio Vieira Caixeta, rio Paranaíba, Município de Patos de Minas/Minas Gerais, irrigação.

Nº 251 - Usina Itapagipe Açúcar e Álcool Ltda, rio Grande, Município de São Francisco de Sales/Minas Gerais, irrigação.

Nº 252 - Ademir Turini, Rio Cricaré ou Braço Sul do rio São Mateus, Município de Nova Venécia/Espírito Santo, irrigação.

Nº 253 - Jairo Costa, rio Doce, Município de Linhares/Espírito Santo, irrigação.

O inteiro teor das Resoluções, bem como as demais informações pertinentes estarão disponíveis no site www.ana.gov.br.

FRANCISCO LOPES VIANA

RETIFICAÇÃO

No extrato de publicação das Resoluções, de 18 de fevereiro de 2013, publicadas no Diário Oficial da União de 22 de fevereiro de 2013, Seção 1, página 106, onde se lê: "Nº 09 - Cristina Lacki Samek, ...," leia-se: "Nº 209 - Cristina Lacki Samek, ...".

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

PORTARIA Nº 158, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013.

Renova o Conselho Consultivo do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, no Estado da Bahia/BA.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - INSTITUTO CHICO MENDES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 21, inciso VII, do Anexo I da Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto nº 7.515, de 08 de julho de 2011, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente e pela Portaria nº 304, de 28 de março de 2012, da Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, publicada no Diário Oficial da União de 29 de março de 2012,

Considerando o disposto no Art. 29 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, bem como os Art. 17 a 20 do Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, que a regulamenta;

Considerando a Instrução Normativa ICM nº 11, de 8 de junho de 2010, que disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para a formação e funcionamento de conselhos consultivos em unidades de conservação federais;

Considerando o Decreto nº 88.218 de 6 de abril de 1983, que criou o Parque Nacional Marinho dos Abrolhos;

Considerando a Portaria IBAMA nº 150, de 21 de novembro de 2002, que criou o Conselho Consultivo do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos; e

Considerando as proposições apresentadas pela Diretoria de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial em Unidades de Conservação no Processo nº 02001.007623/2002-07, RESOLVE:

Art. 1º - Fica renovado o Conselho Consultivo do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, com a finalidade de contribuir para o efetivo cumprimento dos objetivos de criação e implementação do plano de manejo da unidade.

Art. 2º - O Conselho Consultivo do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos é composto pelas seguintes representações da administração pública e dos segmentos da sociedade civil:

I - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

a) Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, sendo um titular e um suplente;

b) Serviço de Sinalização Náutica do Leste/Marinha do Brasil, sendo um titular e um suplente;

c) Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Nordeste/IBAMA (CEPENE), sendo um titular e um suplente;

d) Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - INEMA, sendo um titular e um suplente;

e) Universidade do Estado da Bahia - UNEB/Departamento de Educação - Campus X, sendo um titular e um suplente;

f) Colégio Estadual Polivalente de Caravelas/BA, sendo titular, e Colégio Estadual Eraldo Tinoco/BA, sendo suplente;

g) Prefeitura Municipal de Mucuri/BA, sendo um titular e um suplente;

h) Prefeitura Municipal de Caravelas/BA, sendo um titular e um suplente;

i) Prefeitura Municipal de Alcobaça/BA, sendo um titular e um suplente;

II - DA SOCIEDADE CIVIL

a) Conservação Internacional do Brasil - CI, sendo um titular e um suplente;

b) Instituto Baleia Jubarte - IBJ, sendo um titular e um suplente;

c) Associação de Estudos Costeiros e Marinhos - ECOMAR , sendo um titular e um suplente;

d) Colônia de Pescadores e Aquicultores do Estado da Bahia - Z-24 - Alcobaça/BA, sendo um titular e um suplente;

e) Associação dos Pescadores de Rede de Arrasto, Boeira, Fundo e Arraieira de Caravelas - APESCA, sendo um titular e um suplente;

f) Movimento Cultural Arte Manha, sendo titular, e Fundação Professor Benedito Pereira Ralile, sendo suplente;

g) Patrulha Ecológica - Escola da Vida, sendo titular, e Coletivo de Educadores Livres e Solidários - CELS, sendo suplente;

h) Horizonte Aberto Viagens e Turismo Ltda, sendo titular, e MPA Hotelaria - Ltda, sendo suplente; e

i) Associação Hoteleira de Nova Viçosa/BA - ASHONOVI, sendo um titular e um suplente.

Parágrafo único. O Conselho Consultivo será presidido pelo chefe ou responsável institucional do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, a quem compete indicar seu suplente.

Art. 3º - As atribuições dos membros, a organização e o funcionamento do Conselho Consultivo do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos serão estabelecidos em regimento interno elaborado pelos membros do Conselho e aprovado em reunião.

§1º O Conselho Consultivo deverá rever seu regimento interno, caso necessário, no prazo de noventa dias contados a partir da data de posse.

§2º Antes de sua aprovação ou alteração pelo Conselho, o regimento interno deverá ser encaminhado à Coordenação responsável do Instituto Chico Mendes - Sede para conhecimento.

Art. 4º - O mandato dos conselheiros é de dois anos, renovável por igual período, não remunerado e considerado atividade de relevante interesse público.

Art. 5º - Toda proposta de alteração na composição do Conselho Consultivo deve ser registrada em ata de reunião do Conselho e submetida à decisão da Presidência do Instituto Chico Mendes para publicação de nova portaria.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO RICARDO VIZENTIN

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

GABINETE DA MINISTRA

PORTARIA Nº 44, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

A MINISTRA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista a delegação de competência prevista no art. 10 do Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009, resolve:

Art. 1º Autorizar a nomeação de cento e cinquenta e sete (157) candidatos aprovados para o cargo de Analista de Comércio Exterior, da carreira de mesma denominação, do Quadro de Pessoal do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, do concurso autorizado pela Portaria MP nº 608, de 28 de dezembro de 2011.

Parágrafo único. O provimento dos cargos deverá ocorrer a partir de fevereiro de 2013, e está condicionado:

I - à existência de vagas na data de nomeação; e

II - à declaração do respectivo ordenador de despesa sobre a adequação orçamentária e financeira da nova despesa à Lei Orçamentária Anual e sua compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, demonstrando a origem dos recursos a serem utilizados.

Art. 2º A responsabilidade pela verificação prévia das condições para a nomeação dos candidatos aprovados no concurso público referido no art. 1º será do Secretário-Executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, a quem caberá baixar as respectivas normas, mediante a publicação de editais, portarias ou outros atos administrativos.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MIRIAM BELCHIOR

Ministério do Trabalho e Emprego

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 81, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2013

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 2º da Portaria/GM/MTE N.º 117, de 23 de janeiro de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013, resolve:

Art. 1º Subdelegar competência aos titulares das Unidades Administrativa relacionadas nos incisos I a X deste artigo para, nos casos de necessidade de serviço, autorizarem a interrupção de férias dos servidores vinculados a cada uma dessas unidades:

I - Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração;

II - Corregedoria;

III - Coordenação-Geral do Fundo de Garantia e Tempo de Serviço;

IV - Assessoria de Pesquisa Estratégica;

V - Coordenação-Geral de Informática;

VI - Coordenação-Geral de Recursos Logísticos;

VII - Coordenação-Geral de Planejamento, Gestão Estratégica;

VIII - Coordenação-Geral de Recursos Humanos;

IX - Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade; e

X - Coordenação-Geral do Fundo de Amparo ao Trabalhador.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO AGUIAR

SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
Em 22 de fevereiro de 2013

Arquivamento

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, resolve ARQUIVAR os processos de pedido de alteração estatutária dos sindicatos abaixo relacionados, por não cumprir as exigências legais, conforme o disposto no art. 4° da antiga portaria 343/00 ou no art. 5º da atual Portaria nº. 186/2008:

Processo	46010.000697/2004-32
Entidade	Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis e dos Condomínios Residenciais e Comerciais do Estado do Rio Grande do Norte - SECOVI -RN
CNPJ	04.951.756/0001-77
Fundamento	NOTA TÉCNICA Nº. 120/2013/CGRS/SRT/MTE

Processo	46219.027967/2009-21
Razão Social	Sindicato da Indústria de Balanças, Pesos e Medidas do Estado de São Paulo - SIBAPEM/SP.
CNPJ	62.650.049/0001-47
Fundamento	NOTA TÉCNICA Nº. 881/2012/CGRS/SRT/MTE

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, resolve ARQUIVAR os processos de pedido de registro sindical dos sindicatos abaixo relacionados, por não cumprir as exigências legais, conforme o disposto no art. 4° da antiga portaria 343/00 ou no art. 5º da atual Portaria nº. 186/2008:

Processo	46000.012546/2004-46
Razão Social	SPROTEMC - Sindicato dos Professores e Técnicos em Educação do Município de Caxias
CNPJ	06.263.614/0001-42
Fundamento	NOTA TÉCNICA nº 121/2013/CGRS/SRT/MTE

Processo	46000.007840/2006-06
Entidade	Sindicato dos Produtores Rurais de Mirante - BA
CNPJ	07.675.755/0001-35
Fundamento	NOTA TÉCNICA nº 123/2013/CGRS/SRT/MTE

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Processo	46000.010144/2004-15
Razão Social	Sindicato dos Empregados em Tabelionatos do Estado de Minas Gerais - MG
CNPJ	Não informado
Fundamento	NOTA TÉCNICA nº 124/2013/CGRS/SRT/MTE

Processo	46208.000201/2010-61
Razão Social	União dos Servidores Públicos Civis em Goiás - UNSP/GO SINDICATO
CNPJ	09.159.618/0001-73
Fundamento	NOTA TÉCNICA nº 882/2012/CGRS/SRT/MTE

Processo	46204.010775/2007-82
Razão Social	Sindicato dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias em Geral de Lauro de Freitas e Municipios
CNPJ	09.223.382/0001-97
Fundamento	NOTA TÉCNICA nº 883/2012/CGRS/SRT/MTE

Processo	46226.000514/2007-04
Entidade	Sindicato dos Trabalhadores em Instituições de Ensino Superior no Estado do Tocantins
CNPJ	08.707.152/0001-30
Fundamento	NOTA TÉCNICA nº 884/2012/CGRS/SRT/MTE

Processo	46305.001977/2009-67
Entidade	Sindicato das Empresas de sistemas Eletrônicos de Segurança do Estado de Santa Catarina - SIESC-SC
CNPJ	10.695.042/0001-48
Fundamento	NOTA TÉCNICA nº 885/2012/CGRS/SRT/MTE.

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 186, publicada em 14 de abril de 2008 e na Nota Técnica Nº.880/2012/CGRS/SRT/MTE, resolve ANULAR o Ato de Publicação do Pedido de Alteração Estatutária - PAE do Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários e Anexos de Jales e Região - SP, publicado no DOU de 31/03/2010, seção I, pág. 147, nº. 61, nos termos dos Arts. 53 e 54 da Lei nº 9.784/99, e, conseqüentemente, ARQUIVAR o Processo Administrativo nº. 46268.002830/2009-88, CNPJ nº. 00.446.833/0001-80, nos termos do Art. 5º, Inciso I, da Portaria Ministerial nº. 186, de 14 de abril de 2008.

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 186, publicada em 14 de abril de 2008 e na Nota Técnica Nº.628/2012/CGRS/SRT/MTE, resolve ANULAR o Ato de Publicação do Pedido de Alteração Estatutária - PAE do Sindicato dos Motoqueiros Taxistas Autônomos e Entregadores de Encomendas em geral de Patos - PB, publicado no DOU de 30/03/2010, seção I, pág. 142, nº. 60, nos termos do Art. 53 da Lei nº 9.784/99, e, conseqüentemente, ARQUIVAR o Processo Administrativo nº. 46021.002876/2003-02, CNPJ nº. 01.939.382/0001-86, nos termos do art. 4º, § 4º, da Portaria nº 343/2000 combinado com art. 5º inciso II da Portaria 186/2008.

Em 26 de fevereiro de 2013

Pedido de alteração estatutária

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de alteração estatutária, dá ciência do requerido pela(s) entidade(s) abaixo mencionada(s), ficando aberto o prazo de 30 (trinta dias), para que os interessados possam se manifestar nos termos da Portaria Nº 188, de 05 de julho de 2007 e Portaria 186/2008 publicada no DOU em 14 de abril de 2008

Processo	46215.008940/2012-74
Entidade	SINDBLOCORJ - Sindicato dos Trabalhadores de Bloco nos Portos do Estado do Rio de Janeiro.
CNPJ	29.210.481/0001-41
Abrangência	Estadual
Base Territorial	Rio de Janeiro

Categoria Profissional dos Trabalhadores Avulsos e Vinculados de Limpeza e Conservação de embarcações mercantes e de seus tanques, incluindo o batimento de ferrugem, pintura, reparos de pequena monta, (Lei 5.385/68, Lei 8.630/93 - Art.57, §3º, item VI) serviços de atracação, forração, varredura, escoramento e nivelamento de carga com madeira e outros serviços de carpintaria, e exercem os serviços de peação e despeação de cargas (Nota Técnica nº P048 de 25.22.2002 da Unidade Especial de Inspeção do Trabalho Portuário e Aquaviario do M.T.E / ofício nº 401, de 17/12/2002 do SEGEMPO - Grupo Executivo para Modernização dos Portos), ovação de containeres, nos Portos Organizados, inclusive os de uso privativo, Portos Privados, Estaleiros, Empresas cuja atividade de limpeza e conservação de embarcação, batimento de ferrugem, pintura e reparos de pequena monta, serviços de atracação de navios e embarcações auxiliares e serviços correlatos em embarcações, Empresas de OVAÇÃO de containeres.

MANOEL MESSIAS NASCIMENTO MELO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO PARANÁ

PORTARIA Nº 19, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2013

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, e CONSIDERANDO:

a) Necessidade de racionalizar os procedimentos administrativos adotados no trâmite processual de autos de infração e de notificação de débito de Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e de Contribuição Social (CS;

b) A possibilidade de delegar competência, prevista no artigo 12 da Lei nº 9.784/99;

c) As atribuições e competências previstas pelo artigo 634 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), pelo artigo 23 da Lei nº 8.036, de 11/05/1990 e pelo artigo 3º da Lei Complementar nº 110, de 29/06/2011;

d) A competência atribuída pelo artigo 31, inciso IV, do Anexo II da Portaria MTE nº 153, de 12/02/2009 e pelo artigo 14, inciso I, da Portaria MTb nº 148, de 25/01/1996;

e) As demais competências atribuídas ao Superintendente Regional do Trabalho e Emprego pela Portaria MTb nº 148, de 25/01/1996, no que tange à organização e tramitação dos processos de multas administrativas e de notificações para depósito do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e da Contribuição Social (CS); resolve:

Art. 1º. Delegar à chefia da Seção de Inspeção do Trabalho/SEINT desta Superintendência, no âmbito do Estado do Paraná, a atribuição de decidir e impor multa administrativa, em primeira instância, nos processos de autos de infração e de notificações de débito para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e Contribuição Sindical (CS); assim como as demais competências atribuídas ao Superintendente Regional do Trabalho e Emprego pela Portaria MTb nº. 148, de 25/01/1996, no que tange à organização e tramitação dos referidos processos.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NEIVO BERALDIN

Ministério dos Transportes

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES
DIRETORIA

RESOLUÇÃO Nº 4.040, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2013

Autoriza o reajuste das tarifas de referência do serviço de transporte ferroviário de cargas e passageiros da Estrada de Ferro Vitória a Minas - EFVM, correspondente ao período de 1º de julho de 2011 a 30 de junho de 2012, e o enquadramento do produto coque metalúrgico na tabela de antracito.

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DNM - 028, de 21 de fevereiro de 2013, e no que consta do Processo nº 50505.026555/2012-11, resolve:

Art. 1º Autorizar, em cumprimento ao estabelecido no item 8.1 da Cláusula Oitava do Contrato de Concessão, a atualização das tarifas de referência do serviço de transporte ferroviário de cargas e passageiros da Estrada de Ferro Vitória a Minas - EFVM, no percentual de 5,66% (cinco inteiros e sessenta e seis centésimos por cento), referente ao período de 1º de julho de 2011 a 30 de junho de 2012, com base no IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas, correspondente a tal intervalo de tempo, conforme tabelas em anexo.

Art. 2º Autorizar, em conformidade com o inciso II, do art. 24, da Lei 10.233, de 5 de junho de 2011, o enquadramento do produto coque metalúrgico na tabela de referência do antracito.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral
em Exercício

ANEXO A

Tabela	Parcela Fixa		Parcela Variável				
	Valor	Unidade	Faixa-1 0-600 km	Faixa-2 601-1000 km	Faixa-3 1001-2000 km	Faixa-4 Acima de 2000 Km	Unidade
Adubos e Fertilizantes	13,03	R$/T	0,0529	0,0450	0,0397	0,0265	R$/T.Km
Antracito	8,41	R$/T	0,0725	0,0616	0,0544	0,0363	R$/T.Km
Cal	13,03	R$/T	0,0162	0,0138	0,0121	0,0081	R$/T.Km
Calcário Siderúrgico	13,03	R$/T	0,0240	0,0204	0,0180	0,0120	R$/T.Km
Carvão mineral	8,41	R$/T	0,0558	0,0474	0,0419	0,0279	R$/T.Km
Celulose	13,03	R$/T	0,0510	0,0433	0,0382	0,0255	R$/T.Km
Contêiner Cheio de 20 pés	232,11	R$/Con	1,0232	0,8697	0,7674	0,5116	R$/C.Km
Contêiner Cheio de 40 pés	445,86	R$/Con	1,6619	1,4126	1,2464	0,8309	R$/C.Km
Contêiner vazio de 20 pés	167,08	R$/Con	0,9947	0,8455	0,7460	0,4973	R$/C.Km
Contêiner vazio de 40 pés	217,75	R$/Con	1,2686	1,0783	0,9514	0,6343	R$/C.Km
Coque	13,03	R$/T	0,0500	0,0425	0,0375	0,0250	R$/T.Km
Demais Produtos	13,03	R$/T	0,0778	0,0661	0,0584	0,0389	R$/T.Km
Escória	13,03	R$/T	0,0384	0,0327	0,0288	0,0192	R$/T.Km
Ferro gusa	13,03	R$/T	0,0329	0,0280	0,0247	0,0165	R$/T.Km
Manganês	8,41	R$/T	0,0430	0,0366	0,0323	0,0215	R$/T.Km
Máquinas, Motores, Peças e acessórios	390,78	R$/Vg	0,0997	0,0847	0,0747	0,0498	R$/T.Km
Minério de Ferro	7,24	R$/T	0,0391	0,0332	0,0293	0,0195	R$/T.Km
Pedras em Blocos e Placas	13,03	R$/T	0,0306	0,0260	0,0229	0,0153	R$/T.Km
Produtos siderúrgicos	13,03	R$/T	0,0332	0,0282	0,0249	0,0166	R$/T.Km
Toras de Madeira	13,03	R$/T	0,0353	0,0300	0,0265	0,0176	R$/T.Km

Fórmula de Cálculo:

1) Para Distância de Transporte de até 600 Km:

Tmax = Pfix + Dist x Pvar1

2) Para Distância de Transporte de 601 a 1000 Km:

Tmax = Pfix + 600 x Pvar1 + (Dist - 600) x Pvar2

3) Para Distância de Transporte de 1001 a 2000 Km:

Tmax = Pfix + 600 x Pvar1 + 400 x Pvar2 + (Dist - 1000) x Pvar3

4) Para Distância de Transporte acima de 2000 Km:

Tmax = Pfix + 600 x Pvar1 + 400 x Pvar2 + 1000 x Pvar3 + (Dist - 2000) x Pvar4

Onde:

Tmáx = tarifa máxima a ser cobrada pelo transporte de uma unidade de carga da estação de origem à estação de destino;

Pfix = parcela fixa, em R$ por unidade de carga;

Pvar1 = parcela variável, em R$ por unidade de carga para a faixa 1 (0-600Km);

Pvar2 = parcela variável, em R$ por unidade de carga para a faixa 2 (601-1.000Km);

Pvar3 = parcela variável, em R$ por unidade de carga para a faixa 3 (1.001-2.000Km);

Pvar4 = parcela variável, em R$ por unidade de carga para a faixa 4 (acima de 2.000Km);

Dist = distância em quilômetros, da estação de origem à estação de destino.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO B

Tabela	Parcela Fixa		Parcela Variável	
	Valor	Unidade	Valor	Unidade
Classe Executiva	12,41	R$/Pass	0,1779	R$/Pass . Km
Classe Econômica	4,63	R$/Pass	0,0959	R$/Pass . Km

Fórmula de Cálculo:

Tmax = Pfix + Dist x Pvar

Onde:

Tmáx = tarifa máxima a ser cobrada pelo transporte de um passageiro da estação de origem à estação de destino;

Pfix = parcela fixa, em R$ por passageiro;

Pvar = parcela variável, em R$ por passageiro x Km;

Dist = distância em quilômetros, da estação de origem à estação de destino.

RESOLUÇÃO Nº 4.044, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2013

Defere o pedido de Autorização Especial do Serviço Público de Transporte Rodoviário Coletivo de Passageiros, ligando as cidades de Santo Ângelo /RS a Palmas/TO, interposto pela empresa Real Transportes e Turismo S.A

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DCN - 012, de 19 de fevereiro de 2013, e no que consta do Processo nº 50500.007992/2012-85, resolve:

Art. 1º Autorizar a empresa Real Transportes e Turismo S.A a operar, sob o regime de Autorização Especial, o Serviço Público de Transporte Rodoviário Coletivo de Passageiros, ligando Santo Ângelo/RS a Palmas/TO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral
em Exercício

DELIBERAÇÃO Nº 33, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2013

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DAL - 019, de 15 de fevereiro de 2013, e no que consta do Processo nº 50500.112265/2012-39, delibera:

Art. 1º Autorizar a Prefeitura Municipal de Nova Odessa a implantar 1 (uma) travessia subterrânea de esgoto, sob o km 073+467 da malha arrendada à América Latina Logística Malha Paulista S.A. - ALLMP, no município de Nova Odessa/SP.

Parágrafo único. A eficácia desta autorização fica condicionada à emissão da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do profissional responsável pela fiscalização da obra por parte da Concessionária, por parte do respectivo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA.

Art. 2º Fixar o percentual de 10% (dez por cento) da receita líquida da atividade autorizada, acordada em parcelas anuais de R$ 500,00 (quinhentos reais), por travessia. As contraprestações serão anualmente ajustadas pela variação nominal do IGP-M da FGV - Fundação Getúlio Vargas, ou na falta deste, pelo IGP/FGV, INPC, IPC, nesta ordem, e na falta destes, por outro índice oficial a ser determinado pelo Governo Federal.

Art. 3º Em caso de declaração de reversibilidade das obras pelo Poder Concedente, não será devida indenização em favor da Concessionária ou de terceiros.

Art. 4º A Concessionária deverá encaminhar à ANTT cópia do contrato formalizado com o terceiro interessado em até 10 (dez) dias após sua assinatura, bem como informar o início e a conclusão da obra.

Art. 5º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral
Em exercício

DELIBERAÇÃO Nº 34, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2013

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DAL - 021, de 15 de fevereiro de 2013, e no que consta do Processo nº 50500.115968/2012-19, DELIBERA

Art. 1º Autorizar a Gomes & Sales Incorporadora e Loteadora Ltda. a implantar 1 (uma) Passagem em Nível no km 128+250 substituindo a existente no km 128+150 da malha arrendada à América Latina Logística Malha Sul S.A. - ALLMS, no município de Cornélio Procópio/PR.

Parágrafo único. A eficácia desta autorização fica condicionada à emissão da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do profissional responsável pela fiscalização da obra por parte da Concessionária, por parte do respectivo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA.

Art. 2º Fixar o percentual de 10% (dez por cento) da receita líquida da atividade autorizada, acordada em parcelas anuais de R$ 500,00 (quinhentos reais). As contraprestações serão anualmente ajustadas pela variação nominal do IGP-M da FGV - Fundação Getúlio Vargas, ou na falta deste, pelo IGP/FGV, INPC, IPC, nesta ordem, e na falta destes, por outro índice oficial a ser determinado pelo Governo Federal.

Art. 3º Em caso de declaração de reversibilidade das obras pelo Poder Concedente, não será devida indenização em favor da Concessionária ou de terceiros.

Art. 4º A Concessionária deverá encaminhar à ANTT cópia do contrato formalizado com o terceiro interessado em até 10 (dez) dias após sua assinatura, bem como informar o início e a conclusão da obra.

Art. 5º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral
Em exercício

DELIBERAÇÃO Nº 38, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2013

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DCN - 013, de 6 de fevereiro de 2013, e no que consta do Processo nº 50500.075615/2009-73, delibera:

Art. 1º Alterar os arts. 1º e 4º da Deliberação nº 158, de 12 de maio de 2010, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Delegar, ao Superintendente de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas - SUFER, competência para:

.....

V - autorizar a movimentação de bens móveis operacionais entre concessionárias;

VI - autorizar a desvinculação de bens móveis operacionais que se tornem desnecessários à prestação do serviço público ferroviário de cargas; e

VII - aprovar os Planos Anuais de Fiscalização da Superintendência de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas.

....."

Art. 4º O Superintendente de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas - SUFER, dará conhecimento à Diretoria Colegiada dos atos de que trata o art. 1º desta Deliberação com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis à respectiva publicação." (NR)

Art. 2º Alterar o inciso I do Art. 1º da Deliberação nº 160, de 12 de maio de 2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º .....

I - aprovar as atualizações e revisões do Manual de Fiscalização da Superintendência de Marcos Regulatórios." (NR).

Art. 3º Alterar o art. 1º da Deliberação nº 063, de 26 de março de 2009, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Delegar à Superintendência de Serviços de Transporte Rodoviário e Multimodal de Cargas - SUROC, as competências elencadas na Deliberação ANTT nº 446, de 28 de outubro de 2008." (NR)

Art. 4º Alterar o Art. 1º da Deliberação nº 159, de 12 de maio de 2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º .....

.....

VI - autorizar a prestação do serviço de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento contínuo, nos termos do art. 20 da Resolução ANTT nº 1.166, de 5 de outubro de 2005;

VII - autorizar a prestação do serviço de transporte ferroviário de caráter não regular e eventual com finalidade comemorativa, caracterizado pela realização de um evento específico e isolado, nos termos do art. 12 da Resolução ANTT nº 359, de 26 de novembro de 2003; e

VIII - aprovar os Planos Anuais de Fiscalização da Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros." (NR)

Art. 5º Convalidar os atos, elencados no art. 1º da Deliberação nº 158, de 12 de maio de 2010, praticados até esta data pelo Superintendente de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas.

Art. 6º Esta Deliberação entra em vigor na data da sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral
Em exercício

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES
DIRETORIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 159, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

O DIRETOR EXECUTIVO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT, tendo em vista o disposto no art. 5º, inciso XXIV, da Constituição Federal; inciso IX, do art. 82, da Lei n. 10.233, de 05/06/2001; inciso XIX, do art. 1º da Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto n. 5.765, de 27/04/2006; art. 5º, alíneas "e", "g" e "i", do Decreto-Lei n. 3.365, de 21/06/1941, e a competência que lhe foi subdelegada pela Portaria DG/DNIT n. 1035, de 10/10/2011, publicada no DOU de 11/10/2011, para exercer as atribuições constantes dos incisos III, IV e V, do art. 124, do Regimento Interno do DNIT, aprovado pela Resolução n. 10, de 31/01/2007, do Conselho de Administração do DNIT, publicada no DOU de 26/02/2007, e tendo em vista o constante no Processo Administrativo nº 50610.003293/2012-19, resolve:

Declarar de utilidade pública, para efeito de desapropriação e afetação a fins socioambientais, uma área de terras de 153,0364 ha e as benfeitorias porventura nela existentes, destinada à Aldeia Petim, necessárias à relocação de comunidades indígenas Mbyá-Guarani, conforme exigido por condicionante ambiental 2.18, da licença ambiental de Instalação nº LI875/2012 do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA referente às obras de Duplicação da rodovia BR-116/RS, Trecho: Guaíba - Pelotas, Segmento: km 291,20 ao km 350,40, conforme Memorial Descritivo acostado às fls 05/06, do Processo nº 50610.003293/2012-19, aprovados pela Superintendência Regional do Rio Grande do Sul e contendo as seguintes descrições do perímetro: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 01, de coordenadas N 6.652.069,821m e E 457.186,796 m, localizado na divisa do imóvel de Flavia Borba e na faixa de domínio da estrada municipal conhecida como estrada da Cabanha; deste, segue pela faixa de domínio da referida estrada com os seguintes azimutes e distâncias: 270°19'57" e 142,163m até o vértice 02, de coordenadas N 6.652.070,646m e E 457.044,635m; 254°52'33" e 59,760m até o vértice 03, de coordenadas N 6.652.055,054m e E 456.986,946m; 261°10'15" e 86,005m até o vértice 04, de coordenadas N 6.652.041,853m e E 456.901,960m; 284°29'19" e 6,196m até o vértice 05, de coordenadas N 6.652.043,404m e E 456.895,961m; 265°10'35" e 93,005m até o vértice 07, de coordenadas N 6.652.035,583m e E 456.803,285m; 245°14'58" e 160,332m até o vértice 08, de coordenadas N 6.651.968,457m e E 456.657,682m; 234°42'46" e 92,138m até o vértice 09, de coordenadas N 6.651.915,232m e E 456.582,437m, situado na divisa do imóvel da Sucessão de Jaime Green; deste segue confrontando com o referido imóvel com os seguintes azimutes e distâncias: 339°11'18" e 444,966m até o vértice 10, de coordenadas N 6.652.331,165m e E 456.424,377m; 352°02'29" e 105,215m até o vértice 11, de coordenadas N 6.652.435,367m e E 456.409,809m; 5°24'20" e 12,288m até o vértice 12, de coordenadas N 6.652.447,600m e E 456.410,967m; 11°22'02" e 21,074 até o vértice 13, de coordenadas N 6.652.468,261m e E 456.415,121m; 10°14'23" e 180,391m até o vértice 14, de coordenadas N 6.652.645,778m e E 456.447,188m; 37°59'32" e 74,026m até o vértice 15, de coordenadas N 6.652.704,118m e E 456.492,755m; 103°42'51" e 97,054m até o vértice 16, de coordenadas N 6.652.681,109m e E 456.587,042m; 33°35'48" e 153,455m até o vértice 17, de coordenadas N 6.652.808,929m e E 456.671,955m; 34°07'36" e 315,672m até o vértice 18, de coordenadas N 6.653.070,242m e E 456.849,054m; 34°09'44" e 154,705m até o vértice 19, de coordenadas N 6.653.198,253m e E 456.935,927m, situado na margem direita de um arroio sem denominação e na divisa do imóvel de Vilmar Dadalt; deste, segue confrontando com o referido imóvel pela margem direita do referido arroio, a montante, com os seguintes azimutes e distâncias: 300°56'41" e 8,161m até o vértice 20, de coordenadas N 6.653.202,450m e E 456.928,927m; 285°47'23" e 16,883m até o vértice 21, de coordenadas N 6.653.207,043m e E 456.912,681m; 215°11'47" e 20,783m até o vértice 22, de coordenadas N 6.653.190,060m e E 456.900,703m; 265°35'31" e 19,460m até o vértice 23, de coordenadas N6.653.188,565m e E 456.881,300; 302°45'34" e 36,784m até o vértice 24, de coordenadas N 6.653.208,469m e E 456.850,367m; 315°32'54" e 19,267m até o vértice 25, de coordenadas N 6.653.222,223m e E 456.836,874m; 229°10'36" e 40,840m até o vértice 26, de coordenadas N 6.653.195,524m e E 456.805,969m; 306°59'02" e 33,950m até o vértice 27, de coordenadas N 6.653.215,948m e E 456.778,850m; 305°51'59" e 22,673m até o vértice 28, de coordenadas N 6.653.229,232m e E 456.760,475m; 277°39'14" e 17,344m até o vértice 29, de coordenadas N 6.653.231,542m e E 456.743,285m; 206°06'18" e 81,223m até o vértice 30, de coordenadas 6.653.158,605m e E 456.707,546m; 181°25'45" e 59,129m até o vértice 31, de coordenadas N 6.653.099,495m e E 456.706,071m; 148°27'43" e 28,495m até o vértice 32, de coordenadas N 6.653.075,208m e E 456.720,976m; 236°06'39" e 55,351m até o vértice 33, de coordenadas N 6.653.044,345m e E 456.675,028m; 216°43'12" e 56,633m até o vértice 34, de coordenadas N 6.652.998,950m e E 456.641,167m; 271°42'05" e 47,763m até o vértice 35, de coordenadas N 6.653.000,368m e E 456.593,425m; 291°45'48" e 43,910m até o vértice 36, de coordenadas N 6.653.016,649m e E 456.552,645m; 323°01'54" e 63,215m até o vértice 37, de coordenadas N 6.653.067,156m e E 456.514,629m; 290°23'40" e 115,885m até o vértice 38, de coordenadas N 653.107,539m e 456.406,008m; 291°00'03" e 22,280m até o vértice 39, de coordenadas N 6.653.115,524m e E 456.385,208m, deste continua confrontando com o mesmo imóvel, agora por linha seca com os seguintes azimutes e distâncias: 43°46'28" e 24,479m até o vértice 40, de coordenadas N 6.653.133,199m e E 456.402,143m; 358°27'37" e 47,509m até o vértice 41, de coordenadas N 6.653.180,691m e E 456.400,867m; 21°44'28" e 94,855m até o vértice 42, de coordenada N 6.653.268,799m e E 456.436,002m; 347°34'28" e 52,384m até o vértice 43, de coordenadas N 6.653.319,955m e E 456.424,731m; 321°20'35" e 63,621m até o vértice 44, de coordenadas N 6.653.369,637m e E 456.384,989m; 352°19'44" e 152,807m até o vértice 45, de coordenadas N 6.653.521,076m e E 456.364,591m; 275°50'20" e 24,393m até o vértice 46, de coordenada N 6.653.523,558m e E 456.340,325m; 246°20'01" e 55,350m até o vértice 47, de coordenadas N 6.653.501,340m e E 456.289,630m; 314°08'28"e 78,614m até o vértice 48, de coordenadas N 6.653.556,089m e E 456.233,215m; 359°14'47" e 33,406m até o vértice 49, de coordenadas N 6.653.589,492m e E 456.232,775m; 349°40'01" e 16,260m até o vértice 50, de coordenada N 6.653.605,488m e E 456.229,859m; 323°38'51" e 18,741m até o vértice 51, de coordenada N 6.653.620,582m e E 456.218,750m;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

317°53'31" e 36,965m até o vértice 52, de coordenada N 6.653.648,006 e E 456.193,964m; 320°05'59" e 31,378m até o vértice 53, de coordenadas N 6.653.672,078m e E 456.173,836m; 338°48'42" e 32,505m até o vértice 54, de coordenadas N 6.653.702,386m e E 456.162,088 307°38'55"e 24,224m até o vértice 55, de coordenadas N 6.653.717,182m e E 456.142,908m; e 290°27'46' e 48,879m até o vértice 56, de coordenadas N 6.653.734,270m e E 456.097,113m; 300°34'47" e 38,405m até o vértice 57, de coordenadas N 6.653.753,808m e E 456.064,050, situado na divisa do imóvel de C.M.P.C. Celulose Riograndense Ltda; deste, segue confrontando com o referido imóvel, com os seguintes azimutes e distâncias: 19°03'04" e 122,232m até o vértice 58, de coordenadas N 6.653.869,345m e E 456.103,948m; 24°13'55" e 153,622m até o vértice 59, de coordenadas N 6.654.009,432m e E 456.166,999m; 22°58'43"e 143,862m até o vértice 60, de coordenadas N 6.654.141,878m e E 456.223,161m; 23°07'16" e 214,076m até o vértice 61, de coordenadas N 6.654.338,759m e E 456.307,224m; 140°17'15" e 1.010,293m até o vértice 73, de coordenadas N 6.653.561,580m e E 456.952,736m; 140°38'52" e 479,423m até o vértice74 de coordenadas N 6.653.190,860m e E 457.256,732m; e 92°10'03" e 9,415m até o vértice 75, de coordenadas N 6.653.190,504m e E 457.266,140m; 195°07'60" e 42,824m até o vértice 76, de coordenadas N 6.653.149,165m e E 457.254,960m; 186°47'44" e 20,214m até o vértice 77, de coordenadas N 6.653.129,093m e E 457.252,568m; 152°31'10" e 40,550m até o vértice 78, de coordenadas N 6.653.093,118m e E 457.271,280m; 137°19'55" e 41,961m até o vértice 79, de coordenadas N 6.653.062,264m e E 457.299,719m; 129°32'43" e 83,230m até o vértice 80, de coordenadas N 6.653.009,272m e E 457.363,900m; 150°28'02" e 132,983m até o vértice 81, de coordenadas N 6.652.893,567m e E 457.429,450m; 132°13'03" e 123,061m até o vértice 82, de coordenadas 6.652.810,876m e E 457.520,589m; 152°11'06" e 17,372m até o vértice 83, de coordenadas N 6.652.795,512m e E 457.528,695m; 178°51'48" e 15,722m até o vértice 84, de coordenadas N 6.652.779,792m e E 457.529,007m; 208°16'42" e 54,714m até o vértice 85, de coordenadas N 6.652.731,608m e E 457.503,085m, situado na divisa do imóvel de Flávia Borba; deste, segue confrontando com o referido imóvel com os seguintes azimutes e distâncias: 207°09'24" e 101,983m até o vértice 86, de coordenadas N 6.652.640,867m e E 457.456,538m; 229°04'54" e 89,210m até o vértice 87, de coordenadas N 6.652.582,437m e E 457.389,128m; 214°52'26" e 150,673m até o vértice 88, de coordenadas N 6.652.458,822m e E 457.302,977m; 204°33'52" e 167,497m até o vértice 89, de coordenadas N 6.652.306,485m e E 457.233,346m; 187°45'16" e 234,445m até o vértice 90, de coordenadas N 6.652.074,184m e E 457.201,712m; 253°41'55" e 15,542m até o vértice 01, início da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da RBMC de Porto Alegre, de coordenadas N 6.673.004,056m e E 488.457,545m, e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 51°WGr, tendo como datum o SIRGAS2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM. O desenho PEET nº 001/2013, relativo ao levantamento da área declarada de utilidade pública, fica depositado no Arquivo Técnico da Diretoria de Planejamento e Pesquisa.

TARCÍSIO GOMES DE FREITAS

Ministério Público da União

ATOS DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

PORTARIA Nº 41, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2013

Institui o Diário do Ministério Público Federal Eletrônico - DMPF-e.

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 49, inciso XX, da Lei Complementar nº 75, de 20/5/1993, e considerando o disposto na Lei nº 12.527, de 18/11/2011, e na Lei nº 4.965, de 5/5/1966, combinada com a Lei nº 11.419, de 19/12/2006, resolve:

Art. 1º Fica instituído o Diário do Ministério Público Federal Eletrônico - DMPF-e, como instrumento oficial de comunicação, publicação e disponibilização dos atos extrajudiciais e administrativos do Ministério Público Federal - MPF.

Art. 2º O DMPF-e será composto pelos cadernos:

I - Caderno Extrajudicial: destinado à publicação de atos extrajudiciais, tais como portarias de instauração de inquérito civil, extratos do compromisso de ajustamento de conduta, editais de convocação para audiências públicas, atas das sessões dos órgãos colegiados, e demais atos previstos em normas do Conselho Superior do MPF e do Conselho Nacional do Ministério Público; e

II - Caderno Administrativo: destinado à publicação de atos de gestão, tais como portarias de designação e dispensa, instruções normativas, ordens de serviço e despachos.

§ 1º O Caderno Administrativo do DMPF-e produzirá os mesmos efeitos do Boletim de Serviço do MPF.

§ 2º Nos casos em que houver determinação expressa em lei, as publicações serão veiculadas por meio da Imprensa Nacional ou jornais de circulação local, regional ou nacional.

Art. 3º As edições do DMPF-e deverão ser disponibilizadas gratuitamente na internet, no endereço eletrônico: www.mpf.mp.br, de segunda a sexta-feira, até às 21h, exceto nos feriados nacionais e nos dias em que não houver expediente.

§ 1º Poderá ser veiculada edição extraordinária, por determinação do Procurador-Geral da República, inclusive nos dias em que não é prevista a disponibilização do DMPF-e.

§ 2º Considera-se como data da publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no DMPF-e.

Art. 4º Após a disponibilização do DMPF-e, as edições não poderão sofrer modificações ou supressões de conteúdo.

Parágrafo único. As eventuais retificações de matérias publicadas no DMPF-e deverão constar de nova publicação.

Art. 5º As edições do DMPF-e serão assinadas digitalmente, atendendo aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 6º A responsabilidade pelo conteúdo e encaminhamento eletrônico de matéria para publicação no DMPF-e será da unidade que o produziu.

Art. 7º A Secretaria Jurídica e de Documentação será responsável pela edição, publicação, guarda, arquivamento permanente e íntegro das edições, bem como pela assinatura digital do DMPF-e.

Art. 8º A Secretaria de Tecnologia da Informação deverá manter sistema de segurança de acesso que garanta a permanente preservação e integridade dos dados constantes no DMPF-e.

Art. 9º As normas e os procedimentos para publicação de atos oficiais do MPF obedecerão à instrução normativa específica do Secretário-Geral do MPF, a ser editada no prazo máximo de trinta dias a contar da data de vigência desta Portaria.

Art. 10. Os casos omissos serão resolvidos pelo Procurador-Geral da República.

Art. 11. Esta Portaria entrará em vigor a partir de 1º de março de 2013.

ROBERTO MONTEIRO GURGEL SANTOS

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAZONAS

PORTARIA Nº 76, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2013

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

CONSIDERANDO o disposto no art. 2º, § 6º, art. 4º e art. 6º, § 9º todos da Resolução 23, do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO o quanto consta dos autos do Procedimento Administrativo nº 1.16.000.002992/2012-36, que tem como objeto (resumo): "TRANSPORTE PÚBLICO NO DF E ENTORNO. PORTADORES DE DEFICIÊNCIA. Indícios de que dos 3.950 ônibus do DF e entorno, apenas 950 são adaptados para pessoas com deficiência física. Em tese, as empresas do Grupo Amaral: Taguatur e Rápido Planaltina, possuem menos de 20 ônibus operando adaptados. Teoricamente, seria uma violação à Lei Federal 7.853/89.";

CONSIDERANDO a necessidade de melhores esclarecimentos, bem assim de formação de substrato mínimo para a adoção de ulteriores medidas.

CONSIDERANDO que, para adoção de eventual providência judicial ou extrajudicial pelo MPF, ainda se fazem necessários outros atos instrutórios, não cabendo, por outro lado, o arquivamento do procedimento;

CONSIDERANDO que o prazo de conclusão do referido feito, de caráter preliminar, já expirou;

DETERMINA:

1. a conversão do presente procedimento em Inquérito Civil Público;

2. a publicação desta Portaria, como de praxe, e sua comunicação à Procuradoria Federal dos Direitos do cidadão, por qualquer meio hábil;

3. a verificação do decurso do prazo de 01 ano, a contar desta data.

ANNA PAULA COUTINHO DE BARCELOS MOREIRA

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL

PORTARIA Nº 44, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2012

O Ministério Público Federal, no uso das funções constitucionais conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República, e considerando:

a) o rol de atribuições elencadas no artigo 6° da Lei Complementar n° 75/1993;

b)a incumbência prevista no artigo 1°, inciso I, da mesma Lei Complementar;

c) o disposto na Resolução n° 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

DETERMINA A CONVERSÃO DOS AUTOS DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 1.16.000.000810/2012-92 EM INQUÉRITO CIVIL e, ainda, a adoção das seguintes providências:

1 - Registro no sistema, adotando-se os seguintes elementos designativos do Inquérito Civil:

assunto: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - ANVISA. Reportagem extraída do jornal "O Estado de São Paulo", edição do dia 15 de março de 2012. Suposto ato de improbidade administrativa atribuído, em tese, ao ex Diretor da ANVISA, que teria recebido R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) em troca da emissão do Certificado de Boas Práticas de Fabricação ao Laboratório Hipolabor.

INTERESSADO: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

ENVOLVIDO: A APURAR

Determina:

1. a publicação desta Portaria no mural de avisos da Procuradoria da República no Distrito Federal, nos termos do que prevê o artigo 7º, inciso IV, da Resolução CNMP nº 23/2007.

2. que sejam realizados os registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático.

MICHELE RANGEL DE BARROS V. BASTOS
Procuradora da República

PORTARIA Nº 68, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2013

O Ministério Público Federal, no uso das funções constitucionais conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República, e considerando:

a) o rol de atribuições elencadas no artigo 6° da Lei Complementar n° 75/1993;

b) a incumbência prevista no artigo 1°, inciso I, da mesma Lei Complementar;

c) o disposto na Resolução n° 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

DETERMINA A CONVERSÃO DOS AUTOS DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 1.16.000.002284/2012-03 EM INQUÉRITO CIVIL e, ainda, a adoção das seguintes providências:

1 - Registro no sistema, adotando-se os seguintes elementos designativos do Inquérito Civil:

assunto: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT. COMUNICAÇÃO DE CITAÇÃO A EMPREGADO. Processo ECT/CAT/GERAT/DR/BSB-012/2010. Comunica que o empregado da EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT foi citado para apresentar defesa sobre suposta falta de numerário no saldo físico da Agência de Correios Comercial I - Sobradinho II, e sobre o cometimento de falhas nos procedimentos operacionais.

INTERESSADO: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT

ENVOLVIDO: A APURAR

Determina:

1. a publicação desta Portaria no mural de avisos da Procuradoria da República no Distrito Federal, nos termos do que prevê o artigo 7º, inciso IV, da Resolução CNMP nº 23/2007.

2. que sejam realizados os registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático.

MICHELE RANGEL DE BARROS V. BASTOS
Procuradora da República

PORTARIA Nº 81, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2013

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por seu presentante subscrito, no cumprimento de suas atribuições constitucionais e legais, conferidas pelos arts. 127 e 129 da Constituição Federal e pelos arts. 6º, 7º e 8º da Lei Complementar 75/93 e,

Considerando o disposto no art. 2º, §6º, no art. 4º e no art. 7º, IV e §2º I e II, todos da Resolução nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, bem como nos arts. 1º e ss. da Resolução 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público, que regulamentam o Inquérito Civil Público;

Instaura Inquérito Civil procedente das Peças de Informação nº 1.16.000.003194/2012-21, tendo por objeto a apuração dos seguintes fatos: Supostas irregularidades constatadas na Ação Ordinária nº 4276-14.2012.4.01.3905, quanto a possível impedimento irregular de continuidade dos serviços prestados pela empresa Parintins Transportes e Turismo LTDA. (Aguatur), qual seja o transporte rodoviário de passageiros em regime regular na linha de tangará da Serra/MT a Cametá/PA, via Santana do Araguaia/PA e Araguaína/TO. Suposta utilização das Resoluções 2.868/2008, 3.320/2009, 3.654/2011 e 3.751/2011 da ANTT para postergar a realização de procedimento licitatório para maio de 2013, contrariando determinação expressa do Decreto 2.521/1998. Alegada simulação, por parte da ANTT, de licitação dos serviços de transporte rodoviário de passageiros e utilização do Programa ProPass Brasil para, segundo a noticiante, garantir que empresas selecionadas continuassem a prestar os serviços sem licitação.

ENVOLVIDO: Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

INTERESSADO: Justiça Federal de Primeira Instância/Seção Judiciária do estado do Pará.

Determina:

1. Autue-se e registre-se no sistema Único a presente portaria;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

2. Comunique-se, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a Conspícua 3ª CCR/MPF acerca da instauração do presente inquérito civil, encaminhando-lhe arquivo digital desta portaria, para fins de cumprimento da Resolução CSMPF nº 87/2006, art. 6º, c/c art. 16 (publicação no Diário Oficial);

3. Para que a(s) parte(s) responda(m) em conformidade com o objeto destes autos, toda e qualquer requisição deverá ser instruída com cópia da presente portaria de instauração, nos termos da Resolução CSMPF nº 87, de 6.4.2010, art. 9º, § 9º, incluído pela Resolução CSMPF nº 106, de 6.4.2010;

4. Promova-se a verificação do decurso do prazo de 01 ano, a contar da data desta portaria.

BRUNO BAIOCCHI VIEIRA
Procurador da República

PORTARIA Nº 84, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2013

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais:

CONSIDERANDO o rol de atribuições elencadas nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal e na Lei Complementar nº 75/93;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução do Conselho Nacional do Ministério Público nº 23/2007 e na Resolução do Conselho Superior do Ministério Público Federal nº 87/2010;

CONSIDERANDO que os documentos anexos noticiam a ocorrência de cobrança indevida pelo Hospital das Forças Armadas (HFA) de valores para a realização de procedimentos cirúrgicos, com promessa de ressarcimento posterior;

CONSIDERANDO a necessidade de promover ampla apuração dos fatos noticiados, resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL, com os seguintes dados:

Requerente: Alberto Ribeiro Filho

Requerido: Hospital das Forças Armadas

Objeto: Apurar a eventual cobrança no Hospital das Forças Armadas (HFA) de valores para realização de tratamento em câmara hiperbárica.

Após os registros de praxe, deverão ser realizadas as seguintes providências: (1) comunicar a instauração à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão e remeter cópia para que providencie a publicação no Diário Oficial da União. (2) afixar cópia desta portaria no local de costume. (3) alterar a capa destes autos para que conste como objeto do Inquérito Civil o descrito retro. (4) incluir o correspondente arquivo virtual na área disponível para consulta no site da Procuradoria da República no Distrito Federal.

FELIPE FRITZ BRAGA

PORTARIA Nº 85, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2013

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais conferidas pelos arts. 127 e 129 da Constituição Federal e pelos arts. 6º, 7º e 8º da Lei Complementar n.º 75/93 e,

Considerando o disposto no art. 2º, § 6º, no art. 4º e no art. 7º, IV e § 2º I e II, todos da Resolução n.º 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, que regula o Inquérito Civil Público;

Instaura Inquérito Civil dos autos do Procedimento Administrativo nº 1.16.000.000155/2013-53, tendo por objeto a apuração os seguintes fatos:

PASSAPORTE DIPLOMÁTICO. Notícia veiculada na imprensa dando conta da concessão de passaporte diplomático ao autointitulado Bispo Waldomiro Santiago e sua esposa. De acordo com a notícia, o passaporte teria sido concedido levando em consideração os interesses do país. Ronald Durão Meziat Júnior alega que tais pessoas não representam o país e que, inclusive, o bispo responderia a processos judiciais.

REPRESENTANTE: RONALD DURÃO MEZIAT JUNIOR

ENVOLVIDO: BISPO WALDOMIRO SANTIAGO

Determina:

1. a publicação desta Portaria, como de praxe, e sua comunicação à 1ª CCR, por qualquer meio hábil;

2. a realização dos registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático;

3. a verificação do decurso do prazo de 1 (um) ano, a contar desta data.

PETERSON DE PAULA PEREIRA

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

PORTARIA Nº 44, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2013

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República infra-assinado, com base nas suas atribuições constitucionais, legais e regulamentares, e, especialmente, com fulcro nos artigos 127 e 129 da Constituição da República, e artigos 5º, I, h, II, d, III, d e 6º, VII, da Lei Complementar nº 75/1993, e considerando o disposto no art. 4º, §1º e §4º, Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF:

Tramita nessa PR-ES o Procedimento Administrativo nº 1.17.000.001730/2011-36, que foi instaurado a partir de ofício encaminhado pela Promotoria de Justiça de Afonso Cláudio noticiando irregularidades na prestação do Curso de Ensino Superior em Administração na modalidade de Educação a Distância pela Faculdade de Tecnologia e Ciência (FTC). Dentre ela, noticiam os alunos a impossibilidade de acesso ao site do curso e de obtenção de contato com a seda da FTC; não conseguem emitir boletos para o pagamento das mensalidades; bem como estão impedidos de continuar seus estudos em outros locais, pois não conseguem retirar os documentos relativos a etapa do curso que concluíram na FTC.

Instada a se manifestar acerca dos fatos noticiados, a FTC que tem como mantenedor o Instituto Mantenedor de Ensino Superior da Bahia Ltda (IMES), informou que "está impedida pelo MEC de ministrar aulas à distância e que a UNISA - Universidade de Santo Amaro ficou responsável pelos cursos de Administração, Ciências Contábeis e Tecnólogo de Segurança do Trabalho" juntando o Termo de Saneamento de Deficiências nº 01/2011. A FTC informou ainda que "não tem que expedir documentos dos alunos por estar impedida pelo MEC de realizar qualquer procedimento acadêmico, sendo esta responsabilidade da UNISA."

Em contrapartida a UNISA informa que "a FTC usou o nome da UNISA de forma irregular e não autorizada, lesando 11.461 alunos que se vincularam à FTC, instituição não credenciada pelo MEC, e que tais alunos não mantinham qualquer vínculo contratual com a UNISA". Informa ainda a UNISA que "firmou acordo com a FTC e o MEC para a recepção desses alunos e que a FTC descumpriu praticamente todas as cláusulas pactuadas no acordo, mantendo atitude protelatória em relação à remessa de documentos e informações acadêmicas dos alunos." A UNISA acrescentou que dos 11.461 alunos da FTC a serem recepcionados, 7.937 não se vincularam à UNISA no prazo indicado no acordo, apesar das várias comunicações expedidas, entendendo assim que tais alunos não estavam participando efetivamente dos cursos ministrados pela FTC.

Há que se sublinhar que o acompanhamento do caso está sendo feito pelo MEC por meio do Processo nº 23000.003661/2009-39.

Pelo exposto, ante a necessidade de dar continuidade às diligências com objetivo de garantir os direitos dos alunos, resolvo instaurar Inquérito Civil Público sob a ementa "Apura as possíveis irregularidades cometidas pela Faculdade de Tecnologia e Ciência (FTC) em relação ao Curso de Ensino Superior em Administração na modalidade Educação a Distância. Prejuízo aos alunos."

Classificação temática: PFDC - Educação - Ensino Superior.

Para atendimento aos arts. 6º e 16, §1º, I, da Resolução nº 87/2006, do CSMPF, determino seja publicada a presente e comunicada a instauração do feito à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), com remessa de cópia do ato, além da inclusão em sua base de dados.

ANDRÉ PIMENTEL FILHO

PORTARIA Nº 45, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2013

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República infra-assinado, com base nas suas atribuições constitucionais, legais e regulamentares, e, especialmente, com fulcro nos artigos 127 e 129 da Constituição da República, e artigos 5º, I, h, II, d, III, d e 6º, VII, da Lei Complementar nº 75/1993, e considerando o disposto no art. 4º, §1º e §4º, Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF:

Tramita nessa PR-ES o Procedimento Administrativo nº 1.17.000.001287/2012-84, que apura possíveis irregularidades cometidas pela Faculdade Ateneu - FATE na prestação do serviço de educação superior no Estado do Espírito Santo.

Conforme cópia do dossiê elaborado pela Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, relatando possível comércio ilegal de títulos acadêmicos, que ensejou a instauração do procedimento, a Faculdade Ateneu foi alvo de denúncia da Rádio CBN, em 13 de dezembro de 2011. Supostamente a Instituição de Ensino Superior estaria vendendo certificados de pós-graduação, que seria realizada em apenas 05 (cinco) dias, sendo a data de matrícula retroativa para fins de emissão de certificado.

Instada a se manifestar acerca dos fatos noticiados, a Faculdade Ateneu informou que a matéria publicada na rádio CBN, motivadora da instauração deste PA, também culminou em 2011 com procedimento adotado pelo Ministério da Educação e Cultura, tendo sido a Faculdade Ateneu instada a se manifestar perante aquele Ministério. Entretanto não foi encaminhado a esta Procuradoria qualquer decisão do MEC acerca do aludido procedimento, a fim de comprovar ou não as supostas irregularidades apuradas neste PA.

Por sua vez, a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação informou que acerca dessas possíveis irregularidades tramita o processo de supervisão nº 23000.018379/2011-51, que encontra-se em fase de instrução probatória para posterior adoção de medidas cabíveis.

Pelo exposto, ante a necessidade de acompanhar as medidas adotadas pelo MEC ante as possíveis irregularidades cometidas pela Faculdade Ateneu, resolvo instaurar Inquérito Civil Público sob a ementa "Apura as possíveis irregularidades cometidas pela Faculdade Ateneu - FATE na prestação do serviço de educação superior no Estado do Espírito Santo. Processo de supervisão MEC nº 23000.018379/2011-51."

Classificação temática: PFDC - Educação - Ensino Superior.

Como diligência, acautelem-se os auto no Núcleo de Tutela Coletiva até o transcurso do prazo do Ofício MPF/PR-ES/GAB-FC nº 696/2013.

Para atendimento aos arts. 6º e 16, §1º, I, da Resolução nº 87/2006, do CSMPF, determino seja publicada a presente e comunicada a instauração do feito à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), com remessa de cópia do ato, além da inclusão em sua base de dados.

ANDRÉ PIMENTEL FILHO

PORTARIA Nº 47, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2013

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República infra-assinado, com base nas suas atribuições constitucionais, legais e regulamentares, e, especialmente, com fulcro nos artigos 127 e 129 da Constituição da República, e artigos 5º, I, h, II, d, III, d e 6º, VII, da Lei Complementar nº 75/1993, e considerando o disposto no art. 4º, §1º e §4º, Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF:

Tramita nessa PR-ES o Procedimento Administrativo nº 1.17.000.000705/2012-16, que apura a irregularidade de parcerias firmada entre a UNIVES - Unidade de Ensino, Pesquisa e Extensão do Espírito Santo, por meio das quais esta fornecia diplomas a alunos de instituições de ensino localizadas no estado do Pará, sem a autorização do MEC para tanto.

O procedimento foi instaurado a partir de ofício proveniente da Procuradoria da República no Estado do Pará, noticiando que as irregularidades praticadas UNIVES consubstanciam-se, basicamente, na oferta irregular de cursos de graduação e pós graduação nos municípios do Estado do Pará, sem autorização do MEC, com a posterior diplomação desses alunos, por meio de "parcerias", também ilegais, com outras instituições credenciadas pelo MEC, que, em geral, não possuem autorização para ofertar tais cursos fora de sua sede, em outros estados da federação.

Entre os casos investigados no âmbito da PR/PA, insta destacar o do Instituto Ômega/FAESPA, que oferta cursos de graduação sem autorização do MEC nos municípios do interior do Pará, porém obtém os diplomas para os seus alunos com a UNIVES, instituição que, por sua vez, não possui autorização do MEC para ofertar cursos de graduação fora de sua sede em Vitória/ES.

Tal conduta, que já vem sendo objeto da Ação Civil Pública nº 0005951-27.2012.4.01.3900, proposta na Seção Judiciária paraense, é também objeto de investigação junto ao MEC, por meio do Procedimento de Supervisão nº 23000.011551/2011-65.

Além das ilegalidades perpetradas por meio da parceria com a FAESPA, a UNIVES também vinha mantendo parcerias nos mesmos moldes com a FATEP (Faculdade Teológica do Pará).

Instado a se manifestar acerca do andamento do Procedimento de Supervisão nº 23000.011551/2011-65, notadamente quanto às medidas que vem sendo tomadas junto à UNIVES, a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) do MEC informou que a resposta apresentada pela Instituição de Ensino Superior encontra-se em análise para posterior adoção de medidas cabíveis.

Pelo exposto, ante a necessidade de acompanhar as medidas adotadas pelo MEC ante as possíveis irregularidades cometidas pela UNIVES, resolvo instaurar Inquérito Civil Público sob a ementa "Apura a irregularidade de parcerias firmada entre a UNIVES - Unidade de Ensino, Pesquisa e Extensão do Espírito Santo, por meio das quais esta fornecia diplomas a alunos de instituições de ensino localizadas no estado do Pará, sem a autorização do MEC para tanto. Processo de Supervisão MEC nº 23000.011551/2011-65."

Classificação temática: PFDC - Educação - Ensino Superior.

Como diligência, acautelem-se os auto no Núcleo de Tutela Coletiva até o transcurso do prazo do Ofício MPF/PR-ES/GAB-FC nº 695/2013.

Para atendimento aos arts. 6º e 16, §1º, I, da Resolução nº 87/2006, do CSMPF, determino seja publicada a presente e comunicada a instauração do feito à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), com remessa de cópia do ato, além da inclusão em sua base de dados.

ANDRÉ PIMENTEL FILHO

PORTARIA Nº 52, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2013

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República infra-assinado, com base nas suas atribuições constitucionais, legais e regulamentares, e, especialmente, com fulcro nos artigos 127 e 129 da Constituição da República, e artigos 5º, I, h, II, d, III, d e 6º, VII, da Lei Complementar nº 75/1993, e considerando o disposto no art. 4º, §1º e §4º, Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF:

Tramita nessa PR-ES o Procedimento Administrativo nº 1.17.000.001288/2012-84, que apura possíveis irregularidades cometidas pela Faculdade de Administração, Ciências, Educação e Letras - FACEL na prestação do serviço de educação superior no Estado do Espírito Santo.

Conforme cópia do dossiê elaborado pela Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, relatando possível comércio ilegal de títulos acadêmicos, que ensejou a instauração do procedimento, a FACEL estaria ofertando cursos em convênio com o INSTITUTO ALFA E ÔMEGA nos seguintes Municípios do Espírito Santo: Piúma, Cariacica, Atílio Vivacqua,Cachoeiro, Marataízes, Governador Lindemberg, Iconha, Pedro Canário, Ibiraçu, Fundão, Anchieta, Nova Almeida, Vila Velha, Guaraná, Vila

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

do Riacho/Aracruz, Alfredo Chaves, Linhares, Serra e Vitória. Entretanto, segundo dados do e-MEC a FACEL está autorizada a atuar no Paraná apenas no Município de Curitiba. A oferta de cursos em localidades para a qual não está autorizada configura desrespeito ao Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que regulamenta a educação a distância.

Outra suposta irregularidade seria a possibilidade de matrícula no curso de pós-graduação estando o aluno cursando o último semestre da graduação. Em ofensa ao preceituado na Resolução CNE/CES 1/2007.

Instada a se manifestar acerca dos fatos noticiados, a FACEL informou que "não possui parceria, convênio ou polo de graduação, na modalidade à distância, em nenhuma localidade do país, sendo que tal modalidade é somente ofertada na sede da instituição, na cidade de Curitiba".

Informou ainda que os cursos de pós-graduação, na modalidade à distância, utiliza-se o regime de parceria, que restringe a responsabilidade do agente parceiro em fornecer a infraestrutura para o funcionamento do curso, bem como a disponibilização de suporte técnico/administrativo para atendimento dos alunos.

Por sua vez, a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação informou a instituição de ensino foi notificada a prestar esclarecimentos sobre os fatos apontados.

Pelo exposto, ante a necessidade de acompanhar as medidas adotadas pelo MEC ante as possíveis irregularidades cometidas pela Faculdade de Administração, Ciências, Educação e Letras - FACEL, resolvo instaurar Inquérito Civil Público sob a ementa "Apura as possíveis irregularidades cometidas pela Faculdade de Administração, Ciências, Educação e Letras - FACEL na prestação do serviço de educação superior no Estado do Espírito Santo."

Classificação temática: PFDC - Educação - Ensino Superior.

Como diligência, acautelem-se os auto no Núcleo de Tutela Coletiva até o transcurso do prazo do despacho de fl. 96.

Para atendimento aos arts. 6º e 16, §1º, I, da Resolução nº 87/2006, do CSMPF, determino seja publicada a presente e comunicada a instauração do feito à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), com remessa de cópia do ato, além da inclusão em sua base de dados.

ANDRÉ PIMENTEL FILHO

PORTARIA Nº 53, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2013

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República infra-assinado, com base nas suas atribuições constitucionais, legais e regulamentares, e, especialmente, com fulcro nos artigos 127 e 129 da Constituição da República, e artigos 5º, I, h, II, d, III, d e 6º, VII, da Lei Complementar nº 75/1993, e considerando o disposto no art. 4º, §1º e §4º, Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF:

Tramita nessa PR-ES o Procedimento Administrativo nº 1.17.000.001283/2012-04 que apura possíveis irregularidades cometidas pela Faculdade de Educação - ISECUB na prestação do serviço de educação superior no Estado do Espírito Santo.

Conforme cópia do dossiê elaborado pela Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, relatando possível comércio ilegal de títulos acadêmicos, que ensejou a instauração do procedimento, o ISECUB utiliza diversos nomes, pois a medida que seus títulos são questionados ela muda de nome", ou mesmo utiliza nomes variados em outros Municípios do Espírito Santo. Atualmente, estaria utilizando os dados do Instituto de Ensino Superior de Afonso Cláudio, como instituição certificadora.

Segundo dados do E-MEC, a Faculdade de Educação - ISECUB está autorizada a atuar no Espírito Santo apenas no Município de Vitória, em modelo presencial. E não constam na sua base de dados instituições com os nomes de UNICIDADE, CESAP ou Instituto de Ensino Superior de Afonso Cláudio. Nomes esses apontados como de utilização pela mesma IES.

Noticiou-se, ainda:

suposta oferta de curso de pós-graduação sem cumprimento de carga horária exigida por lei, e que seria notório o fato de o curso ser ministrado em apenas dois dias;

suposta possibilidade de matrícula no curso de pós-graduação estando o aluno cursando o último semestre da graduação, em ofensa ao preceituado na Resolução CNE/CES 1/2007; e

suposta oferta de cursos de pós-graduação na modalidade Educação a Distância, entretanto não consta na base de dados do E-MEC autorização para a Faculdade de Educação ofertar cursos nessa modalidade, ferindo o disposto no Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que regulamenta a Educação a Distância.

Não se olvide, inclusive, que tramita nesta Procuradoria o ICP nº 1.17.000.000113/2007-37, instaurado para verificar a situação dos alunos do curso de Licenciatura em Pedagogia do Instituto Superior de Educação e Cultura Ulisses Boyd - ISECUB.

Instada a se manifestar acerca dos fatos noticiados, o ISECUB informou que a mantenedora da Instituição de Ensino Superior é o Instituto de Educação e Cultura Ulysses Boyd - ISECUB, e o nome fantasia utilizado inicialmente foi Unidade Educacional Capixaba - UNICIDADE, posteriormente foi substituído por Faculdade de Educação - FDE.

Quanto aos cursos de pós-graduação informou que os cursos ofertados pela Instituição independem de autorização do MEC e atendem à legislação vigente. Destacando que o curso é ofertado apenas na modalidade presencial.

Por sua vez, a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação informou a instituição de ensino foi notificada a prestar esclarecimentos sobre os fatos apontados.

Pelo exposto, ante a necessidade de acompanhar as medidas adotadas pelo MEC ante as possíveis irregularidades cometidas pela Faculdade de Educação - ISECUB, resolvo instaurar Inquérito Civil Público sob a ementa "Apura as possíveis irregularidades cometidas pela Faculdade de Educação - ISECUB na prestação do serviço de educação superior no Estado do Espírito Santo."

Classificação temática: PFDC - Educação - Ensino Superior.

Como diligência, acautelem-se os auto no Núcleo de Tutela Coletiva até o transcurso do prazo do despacho de fls. 102.

Para atendimento aos arts. 6º e 16, §1º, I, da Resolução nº 87/2006, do CSMPF, determino seja publicada a presente e comunicada a instauração do feito à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), com remessa de cópia do ato, além da inclusão em sua base de dados.

ANDRÉ PIMENTEL FILHO-

PORTARIA Nº 54, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2013

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República infra-assinado, com base nas suas atribuições constitucionais, legais e regulamentares, e, especialmente, com fulcro nos artigos 127 e 129 da Constituição da República, e artigos 5º, I, h, II, d, III, d e 6º, VII, da Lei Complementar nº 75/1993, e considerando o disposto no art. 4º, §1º e §4º, Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF:

Tramita nessa PR-ES o Procedimento Administrativo nº 1.17.000.001285/2012-95 que apura possíveis irregularidades cometidas pela Faculdade de Educação da Serra - FASE na prestação do serviço de educação superior no Estado do Espírito Santo.

Conforme cópia do dossiê elaborado pela Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, relatando possível comércio ilegal de títulos acadêmicos, que ensejou a instauração do procedimento, a FASE está autorizada a atuar no Espírito Santo apenas no Município de Serra, em modelo presencial. Entretanto, segundo documentos anexados à representação, estaria ofertando cursos de pós-graduação em todos os Municípios do Espírito Santo também em modelo semi-presencial, ou seja, na modalidade de Educação a Distância.

Essa IES está credenciada para ofertar cursos de graduação em Administração e em Pedagogia, conforme dados extraídos de consulta ao E-MEC. Porém, o site da FASE, segundo o dossiê, supostamente estaria ofertando curso de pós-graduação em áreas do conhecimento diversas daquelas para a qual se encontra credenciada, como em Direito, por exemplo.

Instada a se manifestar acerca dos fatos noticiados, a FASE informou que não pratica nenhum tipo de modalidade a distância na oferta de cursos, sendo a pós-graduação inteiramente presencial. Informou também que é devidamente credenciada e preenche os requisitos preconizados no art. 6º da Resolução CNE/CES nº 01/2007 . o que lhe concede "direitos de oferta de cursos de pós-graduação lato sensu no Estado do Amazonas, na modalidade de ensino presencial".

Quanto a oferta de cursos de pós-graduação em áreas do conhecimento diversas daquelas para a qual se encontra credenciada, informou que a supracitada Resoluçaõ "da amparo total para que as faculdade que tenha cursos já devidamente reconhecidos possam laborar em áreas que não são afins do seus cursos de graduação juntamente com o cursos de pós-graduação.

Por sua vez, a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação informou a instituição de ensino foi notificada a prestar esclarecimentos sobre os fatos apontados.

Pelo exposto, ante a necessidade de acompanhar as medidas adotadas pelo MEC ante as possíveis irregularidades cometidas pela Faculdade de Educação da Serra - FASE, resolvo instaurar Inquérito Civil Público sob a ementa "Apura as possíveis irregularidades cometidas pela Faculdade de Educação da Serra - FASE na prestação do serviço de educação superior no Estado do Espírito Santo."

Classificação temática: PFDC - Educação - Ensino Superior.

Como diligência, acautelem-se os auto no Núcleo de Tutela Coletiva até o transcurso do prazo do despacho de fls. 105.

Para atendimento aos arts. 6º e 16, §1º, I, da Resolução nº 87/2006, do CSMPF, determino seja publicada a presente e comunicada a instauração do feito à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), com remessa de cópia do ato, além da inclusão em sua base de dados.

ANDRÉ PIMENTEL FILHO

PORTARIA Nº 55, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2013

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República infra-assinado, com base nas suas atribuições constitucionais, legais e regulamentares, e, especialmente, com fulcro nos artigos 127 e 129 da Constituição da República, e artigos 5º, I, h, II, d, III, d e 6º, VII, da Lei Complementar nº 75/1993, e considerando o disposto no art. 4º, §1º e §4º, Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF:

Tramita nessa PR-ES o Procedimento Administrativo nº 1.17.000.001286/2012-30 que apura possíveis irregularidades cometidas pela Faculdade Brasileira - FABRA na prestação do serviço de educação superior no Estado do Espírito Santo.

Conforme cópia do dossiê elaborado pela Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, relatando possível comércio ilegal de títulos acadêmicos, que ensejou a instauração do procedimento, a FABRA estaria ofertando cursos em modalidade de Educação a Distancia (EAD), mas não possui autorização para tanto, ferindo o Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que regulamenta a educação a distância.

Outra suposta irregularidade apontada seria a oferta de Cursos de Complementação Pedagógica em áreas para as quais não possui autorização para ofertar os cursos de graduação.

Segundo dados do E-MEC, a Faculdade Brasileira - FABRA/ ESCOLA DE ENSINO SUPERIOR ALTERNATIVO - CESA está autorizada a atuar no Espírito Santo apenas no Município de Serra.

Instada a se manifestar acerca dos fatos noticiados, a FABRA informou que todos os cursos ofertados pela Instituição são presenciais. Destacou que "a representação pode ter sido provocada em razão do acordo mantido entra a FABRA e a Instituição Centro Educacional Leonardo da Vince (UNIASSELVI), para que esta utilize seu espaço físico para o oferecimento de aulas a distância".

Acerca da oferta de complementação pedagógica nas áreas afins, a Instituição alega estar respaldada pela Resolução 02/97.

Por sua vez, a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação informou a instituição de ensino foi notificada a prestar esclarecimentos sobre os fatos apontados.

Pelo exposto, ante a necessidade de acompanhar as medidas adotadas pelo MEC ante as possíveis irregularidades cometidas pela Faculdade Brasileira - FABRA, resolvo instaurar Inquérito Civil Público sob a ementa "Apura as possíveis irregularidades cometidas pela Faculdade Brasileira - FABRA na prestação do serviço de educação superior no Estado do Espírito Santo."

Classificação temática: PFDC - Educação - Ensino Superior.

Como diligência, acautelem-se os auto no Núcleo de Tutela Coletiva até o transcurso do prazo do despacho de fls. 185..

Para atendimento aos arts. 6º e 16, §1º, I, da Resolução nº 87/2006, do CSMPF, determino seja publicada a presente e comunicada a instauração do feito à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), com remessa de cópia do ato, além da inclusão em sua base de dados.

ANDRÉ PIMENTEL FILHO

PORTARIA Nº 57, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2013

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República infra-assinado, com base nas suas atribuições constitucionais, legais e regulamentares, e, especialmente, com fulcro nos artigos 127 e 129 da Constituição da República, e artigos 5º, I, h, II, d, III, d e 6º, VII, da Lei Complementar nº 75/1993, e considerando o disposto no art. 4º, §1º e §4º, Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF:

Tramita nessa PR-ES o Procedimento Administrativo nº 1.17.000.001289/2012-73 que apura possíveis irregularidades cometidas pela Universidade Metropolitana de Santos - UNIMES na prestação do serviço de educação superior no Estado do Espírito Santo.

Conforme cópia do dossiê elaborado pela Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, relatando possível comércio ilegal de títulos acadêmicos, que ensejou a instauração do procedimento, a UNIMES está autorizada a atuar no Espírito Santo apenas no Município de Mucurici. Entretanto, segundo documentos anexados à representação, estaria ofertando cursos nos Municípios de Afonso Cláudio, Baixo Guandu, Cachoeiro do Itapemirim, Cariacica, Castelo Ecoporanga, Guarapari, Ibatiba, Nova Venécia e Vila Velha, conforme se extrai de anúncios contidos no dossiê.

Cumpre destacar que esses anúncios veiculam, além do nome da UNIMES, o nome da IEP/ICEP (Instituto Educacional de Pesquisas / Instituto Capixaba de Estudos e Pesquisas), instituição gerenciadora dos cursos da UNIMES no ES.

Outras supostas irregularidades apontadas:

Oferta de curso de Licenciaturas em diversas áreas (Complementação Pedagógica) em 7 meses para Bacharéis ou Tecnólogos em qualquer área de formação;

Declaração de apresentação de TCC no Município de Linhares, expedida em Montanha e assinado por coordenadora do polo de Mucurici (cópia anexa ao dossiê);

Inexistência de infraestrutura física;

Questão pedagógica precária: provas em grupo, pela internet, não tem material impresso;

Instada a se manifestar acerca dos fatos noticiados, a UNIMES ainda não atendeu à solicitação.

Por sua vez, a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação informou a instituição de ensino foi notificada a prestar esclarecimentos sobre os fatos apontados.

Pelo exposto, ante a necessidade de acompanhar as medidas adotadas pelo MEC ante as possíveis irregularidades cometidas pela Universidade Metropolitana de Santos - UNIMES, resolvo instaurar Inquérito Civil Público sob a ementa "Apura as possíveis irregularidades cometidas pela Universidade Metropolitana de Santos - UNIMES na prestação do serviço de educação superior no Estado do Espírito Santo."

Classificação temática: PFDC - Educação - Ensino Superior.

Como diligência, acautelem-se os auto no Núcleo de Tutela Coletiva até o transcurso do prazo do despacho de fls. 185..

Para atendimento aos arts. 6º e 16, §1º, I, da Resolução nº 87/2006, do CSMPF, determino seja publicada a presente e comunicada a instauração do feito à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), com remessa de cópia do ato, além da inclusão em sua base de dados.

ANDRÉ PIMENTEL FILHO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 66, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2013

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República infra-assinado, com base nas suas atribuições constitucionais, legais e regulamentares, e, especialmente, com fulcro nos artigos 127 e 129 da Constituição da República, e artigos 5º, I, h, III, b, V, b e 6º, VII, da Lei Complementar nº 75/1993:

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, a teor do art. 127, caput, da Carta Republicana;

CONSIDERANDO que o art. 7º, I, da LC 75/1993 estabelece que incumbe ao MPU, sempre que necessário ao exercício de suas funções institucionais, instaurar inquérito civil público;

CONSIDERANDO a instauração no âmbito deste Ministério Público Federal do Procedimento Administrativo Cível n.º 1.17.000.000903/2012-80 a partir representação na qual se noticia diversas irregularidades em licitações ocorridas no âmbito da UFES;

CONSIDERANDO o extenso volume de documentação encaminhada, que requer análise e continuidade nas diligências, resolve: converter o PA/PR/ES nº 1.17.000.000903/2012-80 em Inquérito Civil Público para orientar a atuação do MPF, com vistas à eventuais medidas judiciais ou extra-judiciais.

Autue-se, com a seguinte ementa: "Apurar suposto favorecimento de empresas em procedimentos licitatórios ocorridos no âmbito da UFES, em violação ao art. 30, da Lei 8.666/93."

Cientifique-se a 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF da presente Portaria;

Designo como Secretária deste ICP a servidora Márcia Vitor de M e Guerra lotada neste gabinete;

Publique-se, em forma de extrato, a presente portaria no Diário Oficial (Portaria CNMP nº 23, de 17/09/2007, art. 7º, §2º).

FABRÍCIO CASER

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE GOIÁS

PORTARIA Nº 64, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2013

O Ministério Público Federal, pelo Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições, com base no artigo 129, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 6º, IV, alínea "b", e 7º, inciso I, ambos da Lei Complementar nº 75/93;

Considerando que incumbe ao Ministério Público a defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis, tendo como instrumentos o Inquérito Civil e a Ação Civil Pública visando a proteção do patrimônio público e social, meio ambiente e outros interesses difusos e coletivos (CF, art. 129, III);

Considerando as irregularidades noticiadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome no sentido de que o Município de Santa Cruz de Goiás/GO não oferta o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI - desde 2009, aproximadamente, embora continue a receber recursos da União para tal finalidade, conforme se depreende do Ofício nº 106/2011/DPSE/SNAS/MDS;

Considerando que o Ministério Público do Trabalho confirmou, em visita in loco, a paralisação do PETI naquele Município desde o final de 2008, argumentando as autoridades municipais que isso se deu em razão de inexistência de trabalho infantil na região;

Considerando que o Município de Santa Cruz de Goiás/GO, por meio do Ofício nº 18/2012, de 03/05/2012, reconheceu a aplicação dos recursos recebidos do MDS para custeio do PETI em finalidade diversa à destinada, no período de 2009 a 2012;

Considerando que tais irregularidades podem caracterizar atos de improbidade administrativa tipificados na Lei nº 8.429/92, bem ainda ilícito penal;

Resolvo converter o presente procedimento administrativo (nº 1.18.000.001969/2011-79) em Inquérito Civil Público, nos termos do art. 7º, I, da Lei Complementar nº 75/93 e artigo 4º da Resolução nº 23, de 17 de Setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público.

Determino seja oficiado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome requisitando informar se o Município de Santa Cruz de Goiás/GO ressarciu os valores referentes ao PETI do período de 2009 a 2012, na forma indicada nos Ofícios n° 3794/CGPC/DEFNAS/SNAS/MDS, 3800/CGPC/DEFNAS/SNAS/MDS, 3802/CGPC/DEFNAS/SNAS/MDS, 3794/CGPC/DEFNAS/SNAS/MDS.

MARCELLO SANTIAGO WOLFF

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO MARANHÃO

PORTARIA Nº 4, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2013

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições conferidas pelos arts. 127 e 129 da Constituição da República, e:

a) considerando a incumbência prevista no art. 6º, "d", e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993;

b) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

c) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público; e

d) considerando o teor das Peças de Informação anexas, noticiando supostas irregularidades na seleção de beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida em Grajaú, com a preterição de deficiente físico e entrega de casas a pessoas que não atenderiam aos requisitos do Programa;

Determina a instauração de inquérito civil público mediante a conversão das peças de informação nº 1.19.001.000033/2013-45, com a realização das seguintes diligências:

a) autuação da presente portaria e da peça de informação que a acompanha como inquérito civil público, mantendo-se a respectiva numeração, distribuído a este 1º Ofício Cível;

b) expedição de ofício ao Muinicípio de Grajaú, requisitando manifestação circunstanciada sobre os fatos narrados na representação, cuja cópia deve seguir em anexo, no prazo de 15 (quinze) dias; e

c) após os registros de praxe, a comunicação desta instauração à PFDC, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução nº 23/07 do Conselho Nacional do Ministério Público.

ANA KARÍZIA TÁVORA TEIXEIRA NOGUEIRA

PORTARIA Nº 5, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2013

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições conferidas pelos arts. 127 e 129 da Constituição da República, e:

a) considerando a incumbência prevista no art. 6º, "d", e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993;

b) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

c) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público; e

d) considerando o teor das Peças de Informação anexas, noticiando suposta ocorrência de mau atendimento aos cidadãos na agência do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em Santa Inês/MA;

Determina a instauração de inquérito civil público mediante a conversão das peças de informação nº 1.19.000.000096/2013-10, com a realização das seguintes diligências:

a) autuação da presente portaria e da peça de informação que a acompanha como inquérito civil público, mantendo-se a respectiva numeração, distribuído a este 1º Ofício Cível;

b) expedição de ofício à Agência do INSS em Santa Inês/MA, requisitando manifestação circunstanciada sobre os fatos narrados na representação, cuja cópia deve seguir em anexo, no prazo de 10 (dez) dias; e

c) após os registros de praxe, a comunicação desta instauração à PFDC, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução nº 23/07 do Conselho Nacional do Ministério Público.

ANA KARÍZIA TÁVORA TEIXEIRA NOGUEIRA

PORTARIA Nº 14, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2013

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio de sua agente signatária, no uso de suas atribuições constitucionais (art. 127, caput, e art. 129, II, III e IX, da Constituição Federal), legais (art. 1º e 2º; art. 5º, I, II, "d", III, "e", e V, "a"; art. 6º, VII, "a" e "d", e XIV, "c"; art. 7º, I; art. 11 a 16; art. 38, I; e art. 41, todos da Lei Complementar nº 75/93) e administrativas (Resolução do Conselho Superior do Ministério Público Federal nº 87/2006 e Resolução do Conselho Nacional do Ministério Público nº 23/2007);

Considerando o teor do Termo de Declarações nº.18/20013, noticiando irregularidades por parte do CEUMA quando da matrícula de alunos no Programa de Financiamento Estudantil - FIES, sobretudo o fato de, supostamente, está havendo venda de vagas destinada ao FIES;

Considerando que o Ministério Público, conforme o art. 127 da Constituição Federal de 1988, tem por função institucional a defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis, entre os quais se inclui o direito fundamental à educação, consagrado nos artigos 6º e 205 da Carta Magna;

Considerando que, a teor dos artigos 11 a 16 da Lei Complementar nº 75/1993, incumbe à Procuradoria dos Direitos do Cidadão garantir o efetivo respeito dos direitos constitucionais do cidadão por parte do Poder Público e dos serviços de relevância pública;

Considerando que o Ministério Público possui como função institucional a promoção do inquérito civil público e da ação civil pública para a proteção de direitos constitucionais e de interesses difusos e coletivos, resolve: instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO com o fito de apurar o caso.

Para tanto, determino a adoção das seguintes diligências:

i. autue-se a presente Portaria e os documentos a ela anexos como INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO vinculado ao 1º Ofício Cível, afeto à Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão - PRDC;

ii. oficie-se ao CEUMA requisitando manifestação circunstanciada, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre os fatos narrados na aludida representação, cuja cópia deve seguir anexa; e

iii. cientifique-se a PFDC, por e-mail, anexando-se arquivo digital desta Portaria, requerendo a sua publicação no Diário Oficial da União, conforme previsão do art. 6º e 16 da Resolução nº 87/2006 do CSMPF.

ANA KARÍZIA TÁVORA TEIXEIRA NOGUEIRA

PORTARIA Nº 15, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2013

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio de sua agente signatária, no uso de suas atribuições constitucionais (art. 127, caput, e art. 129, II, III e IX, da Constituição Federal), legais (art. 1º e 2º; art. 5º, I, II, "d", III, "e", e V, "a"; art. 6º, VII, "a" e "d", e XIV, "c"; art. 7º, I; art. 11 a 16; art. 38, I; e art. 41, todos da Lei Complementar nº 75/1993) e administrativas (Resolução do Conselho Superior do Ministério Público Federal nº 87/2006 e Resolução do Conselho Nacional do Ministério Público nº 23/2007);

Considerando o teor do Termo de Declarações nº 19/2013, no qual cidadã denuncia má prestação de serviços por parte de funcionário da Caixa Econômica Federal da COHAB em São Luís/MA ;

Considerando que a Administração Pública é regida, dentre outros, pelos princípios da legalidade, da moralidade e da eficiência;

Considerando que o Ministério Público, nos termos do art. 127 da Constituição Federal de 1988, tem por função institucional a defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis, entre os quais se se inclui o direito fundamental à igualdade, consagrado no artigo 6º da Carta Magna;

Considerando que, a teor dos artigos 11 a 16 da Lei Complementar nº 75/1993, incumbe à Procuradoria dos Direitos do Cidadão garantir o efetivo respeito dos direitos constitucionais do cidadão por parte do Poder Público e dos serviços de relevância pública;

Considerando que o Ministério Público tem por função institucional promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a proteção de direitos constitucionais e de interesses difusos e coletivos, resolve: instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO com o escopo de apurar o caso.

Para tanto, determino a adoção das seguintes diligências:

i. autue-se a presente Portaria e os documentos anexos como INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO vinculado ao 1º Ofício Cível, afeto à Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão - PRDC;

ii. oficie-se à Caixa Econômica Federal da COHAB em São Luís/MA para que se manifeste circunstanciadamente sobre o teor da aludida representação, cuja cópia deve seguir anexa, no prazo de 10 (dez) dias;

iii. cientifique-se a PFDC, por e-mail, anexando-se arquivo digital desta Portaria, requerendo a sua publicação no Diário Oficial da União, conforme previsão do art. 6º e 16 da Resolução nº 87/2006 do CSMPF.

ANA KARÍZIA TÁVORA TEIXEIRA NOGUEIRA

PORTARIA Nº 16, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2013

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio da Procuradora da República signatária, no uso de suas atribuições constitucionais (art. 127, caput, e art. 129, II, III e IX, da Constituição Federal), legais (art. 1º e 2º; art. 5º, I, II, "d", III, "e", e V, "a"; art. 6º, VII, "a" e "d", e XIV, "c"; art. 7º, I; art. 11 a 16; art. 38, I; e art. 41, todos da Lei Complementar nº 75/1993) e administrativas (Resolução do Conselho Superior do Ministério Público Federal nº 87/06 e Resolução do Conselho Nacional do Ministério Público nº 23/07);

Considerando o teor do Relatório de Auditoria nº 12726 realizada no Instituto Maranhense de Oncologia Aldenora Belo - IMOAB, em atendimento a demanda do Componente Federal do SNA, com o objetivo de avaliar a assistência oncológica referente ao acesso integral e tempetivo à tríade (cirurgia oncológica, quimioterapia e radioterapia) de tratamento das pacientes diagnosticadas com câncer de mama), o qual concluiu que o acesso ao serviço não está ocorrendo de forma universal e igualitária;

Considerando que o Ministério Público, nos termos do disposto pelo artigo 127 da Constituição Federal, possui por função institucional a defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis, dentre os quais o direito fundamental à saúde, consagrado nos artigos 6º e 196 da Constituição Federal;

Considerando que, pelo disposto nos artigos 11 a 16 da Lei Complementar nº 75/1993, incumbe à Procuradoria dos Direitos do Cidadão garantir o efetivo respeito dos direitos constitucionais do cidadão por parte do Poder Público e dos serviços de relevância pública;

Considerando que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública com vistas à proteção de direitos constitucionais e de interesses difusos e coletivos, resolve: instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO com o objetivo de apurar o caso em apreço.

Para tanto, determino a adoção das seguintes diligências:

i. autue-se a presente Portaria e a documentação anexa como INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO vinculado a este 1º Ofício Cível, afeto à área de atuação da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão - PFDC;

ii. oficie-se ao IMOAB requisitando manifestação circunstanciada a respeito das constatações 241872, 238577, 238617, 238085, 238091, 238096 e 238103 do Relatório de Auditoria 12726, devendo relatar as providências tomadas pela Direção do Nosocômio para cumprir as recomendações expedidas em seu bojo e encaminhar toda a documentação pertinente ao caso, no afã de corroborar suas alegações, no prazo de 30 (trinta) dias;

iii. cientifique-se a PFDC, por e-mail, requerendo a publicação deste ato no Diário Oficial da União - DOU, conforme previsão dos artigos 6º e 16 da Resolução nº 87/2006 do CSMPF.

ANA KARÍZIA TÁVORA TEIXEIRA NOGUEIRA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 17, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2013

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio da Procuradora da República signatária, no uso de suas atribuições constitucionais (art. 127, caput, e art. 129, II, III e IX, da Constituição Federal), legais (art. 1º e 2º; art. 5º, I, II, "d", III, "e", e V, "a"; art. 6º, VII, "a" e "d", e XIV, "c"; art. 7º, I; art. 11 a 16; art. 38, I; e art. 41, todos da Lei Complementar nº 75/1993) e administrativas (Resolução do Conselho Superior do Ministério Público Federal nº 87/06 e Resolução do Conselho Nacional do Ministério Público nº 23/07);

Considerando o teor da documentação anexa, noticiando possíveis irregularidades à margem da rodovia federal BR-222, constatadas por meio de fotografias, nas quais se evidencia a construção de inúmeras valas e açudes para a criação de peixes e camarões, entre os municípios de Arari e Vitória do Mearim, provavelmente na faixa de domínio da União sobre a qual se assenta a aludida rodocia federal;

Considerando que o Ministério Público, nos termos do artigo 127 da Constituição Federal, tem por função institucional a defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis, entre os quais se inclui o direito fundamental à segurança, consagrado nos artigos 5º, 6º e 144 da Carta Magna;

Considerando que, pelo disposto nos artigos 11 a 16 da Lei Complementar nº 75/1993, incumbe à Procuradoria dos Direitos do Cidadão garantir o efetivo respeito dos direitos constitucionais do cidadão por parte do Poder Público e dos serviços de relevância pública;

Considerando que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública com vistas à proteção de direitos constitucionais e de interesses difusos e coletivos, resolve: instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO com o objetivo de apurar o caso em apreço.

Para tanto, determino a adoção das seguintes diligências:

i. autue-se a presente Portaria e a documentação anexa como INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO vinculado a este 1º Ofício Cível, afeto à área de atuação da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão - PFDC;

ii. oficie-se a Secretaria do Patrimônio Público da União e ao DNIT, requisitando manifestação circunstanciada a respeito da documentação, cuja cópia colorida deve seguir anexa, no prazo de 15 (quinze) dias;

iii. cientifique-se a PFDC, por e-mail, requerendo a publicação deste ato no Diário Oficial da União - DOU, conforme previsão dos artigos 6º e 16 da Resolução nº 87/2006 do CSMPF.

ANA KARÍZIA TÁVORA TEIXEIRA NOGUEIRA

PORTARIA Nº 18, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2013

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio da Procuradora da República signatária, no uso de suas atribuições constitucionais (art. 127, caput, e art. 129, II, III e IX, da Constituição Federal), legais (art. 1º e 2º; art. 5º, I, II, "d", III, "e", e V, "a"; art. 6º, VII, "a" e "d", e XIV, "c"; art. 7º, I; art. 11 a 16; art. 38, I; e art. 41, todos da Lei Complementar nº 75/1993) e administrativas (Resolução do Conselho Superior do Ministério Público Federal nº 87/06 e Resolução do Conselho Nacional do Ministério Público nº 23/07);

Considerando o teor do Termo de Declarações nº 20/2013, no qual beneficiário do Programa de Arrendamento Residencial , "Condomínio Murici I", localizado no Município de São Luís/MA, denuncia que a Caixa Econômica Federal - CEF, como agente executora do programa, tem sido omissa nas questões relacionadas à administração do condomínio por parte da empresa Neves Administradora de Condomínio, sobretudo no que tange ao fato do aumento arbitrário da taxa de condomínio em desacordo com decisão da Assembleia Geral de Moradores;

Considerando que o Ministério Público, nos termos do disposto pelo artigo 127 da Constituição Federal, possui por função institucional a defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis, dentre os quais está o direito à moradia, consagrado no art. 6º, caput, da Constituição Federal de 1988;

Considerando que, pelo disposto nos artigos 11 a 16 da Lei Complementar nº 75/1993, incumbe à Procuradoria dos Direitos do Cidadão garantir o efetivo respeito dos direitos constitucionais do cidadão por parte do Poder Público e dos serviços de relevância pública;

Considerando que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública com vistas à proteção de direitos constitucionais e de interesses difusos e coletivos, resolve: instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO com o escopo de apurar o caso em apreço.

Para tanto, determino a adoção das seguintes diligências:

i. autue-se a presente Portaria e a documentação anexa como INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO vinculado a este 1º Ofício Cível, afeto à área de atuação da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão - PFDC;

ii. expeça-se ofício à Superintendência da CEF requisitando manifestação circunstanciada sobre o teor da aludida representação, cujas cópias devem seguir anexas, no prazo de 10 (dez) dias; e

iii. cientifique-se a PFDC, por e-mail, requerendo a publicação deste ato no Diário Oficial da União - DOU, conforme previsão dos artigos 6º e 16 da Resolução nº 87/2006 do CSMPF.

ANA KARÍZIA TÁVORA TEIXEIRA NOGUEIRA

PORTARIA Nº 19, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2013

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio de sua agente signatária, no uso de suas atribuições constitucionais (art. 127, caput, e art. 129, II, III e IX, da Constituição Federal), legais (art. 1º e 2º; art. 5º, I, II, "d", III, "e", e V, "a"; art. 6º, VII, "a" e "d", e XIV, "c"; art. 7º, I; art. 11 a 16; art. 38, I; e art. 41, todos da Lei Complementar nº 75/93) e administrativas (Resolução do Conselho Superior do Ministério Público Federal nº 87/2006 e Resolução do Conselho Nacional do Ministério Público nº 23/2007);

Considerando o teor da documentação anexa, noticiando a oferta irregular de cursos superiores pelo Instituto de Educação Kerigma - IEK e pelo Instituto de Ensino Superior de São Paulo - IESSP, no município de Itapecuru-Mirim/MA;

Considerando que o Ministério Público, conforme o art. 127 da Constituição Federal de 1988, tem por função institucional a defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis, entre os quais se inclui o direito fundamental à educação, consagrado nos artigos 6º e 205 da Carta Magna;

Considerando que, a teor dos artigos 11 a 16 da Lei Complementar nº 75/1993, incumbe à Procuradoria dos Direitos do Cidadão garantir o efetivo respeito dos direitos constitucionais do cidadão por parte do Poder Público e dos serviços de relevância pública;

Considerando que o Ministério Público possui como função institucional a promoção do inquérito civil público e da ação civil pública para a proteção de direitos constitucionais e de interesses difusos e coletivos, resolve: instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO com o fito de apurar o caso.

Para tanto, determino a adoção das seguintes diligências:

i. autue-se a presente Portaria e os documentos a ela anexos como INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO vinculado ao 1º Ofício Cível, afeto à Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão - PRDC;

ii. oficie-se ao IEK e ao IESSP requisitando manifestação circunstanciada, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre os fatos narrados na documentação, cuja cópia deve seguir anexa, bem como à Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação - SERES/MEC, encaminhando cópia da citada documentação e requisitando informações sobre as medidas já adotadas contra as aludidas instituições, no prazo de 15 (quinze) dias; e

iii. cientifique-se a PFDC, por e-mail, anexando-se arquivo digital desta Portaria, requerendo a sua publicação no Diário Oficial da União, conforme previsão do art. 6º e 16 da Resolução nº 87/2006 do CSMPF.

ANA KARÍZIA TÁVORA TEIXEIRA NOGUEIRA

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 5, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2013

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, com fundamento nas disposições constitucionais e legais,

Considerando que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos e coletivos, em especial do patrimônio público (art. 129, III, da Constituição da República Federativa do Brasil e art. 1º, IV, da Lei nº. 7.347/1985);

Considerando que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a defesa de interesses difusos e coletivos, dentre os quais o patrimônio público, conforme expressamente previsto na Lei Orgânica do Ministério Público da União (art. 6º, VII, "b", da Lei Complementar nº 75, de 20.5.93);

Considerando que é função institucional do Ministério Público expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, (art. 129, VI, CF; art. 8º, II, LC 75/93);

Considerando a representação de Juliano Quirino, feita por meio de correio eletrônico, na qual relata fatos que supostamente configuram a ocorrência de irregularidades em licitação no Município de Patrocínio no âmbito do Programa Pró-Jovem. resolve:

I - Instaure-se INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para apurar supostas irregularidades cometidas em licitação no Município de Patrocínio no âmbito do Programa Pró-Jovem;

II - seja esta autuada no início deste procedimento, publicada nos termos do art. 16 da Resolução n. 87/2006 do CSMPF, e comunicada a instauração à douta 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

III - seja prorrogado pelo período de 1 (hum) ano, o prazo para conclusão deste, conforme disposição do art. 15, da Resolução CSMPF n. 87/2006, com redação dada pela Resolução CSMPF n. 106, de 06/04/2010;

IV - oficie-se:

a) À Prefeitura de Patrocínio solicitando que envie cópia, integral e digitalizada, dos seguintes processos licitatórios:

? Pregão 117/2010

? Pregão 123/2011

Cumpridas e atendidas as diligências, enviem os autos conclusos à Procuradora oficiante.

MÍRIAN R. MOREIRA LIMA

PORTARIA Nº 7, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2013

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República ao final assinado, lotado e em exercício na PRM Teófilo Otoni/MG, com fundamento nos arts.127 e 129, III, da Constituição da República, nos arts.6.º, VII, 7.º, I, e 38, I, da Lei Complementar n.º 75/93, e no art.8.º, §1.º, da Lei n.º 7.347/85, e nos termos da Resolução n.º 87/06-CSMPF (com redação dada pela Resolução n.º 106/10-CSMPF) e da Resolução n.º 23/07 do CNMP,

CONSIDERANDO QUE

. é função institucional do Ministério Público Federal defender a ordem jurídica e promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, zelando pela observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência no âmbito da administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União (arts.127, caput, 129, III, e 37, caput, da CF/88; arts.5.º, I, "h", III "b", V, "b", 6.º, VII, "b", da Lei Complementar n.º 75/93);

. cabe a este Parquet, assim, investigar e propor, perante a Justiça Federal, ações de responsabilização por atos de improbidade administrativa visando, entre outras medidas e sanções, à suspensão de direitos políticos, perda de função pública, indisponibilidade de bens e ressarcimento ao erário (art.37, §4.º, da CF/88; arts.6.º, XIV, "f", XVII, "a", e 37 da Lei Complementar n.º 75/93; arts.12, 16 e 17 da Lei n.º 8.429/92);

. as ações de ressarcimento ao erário decorrentes de atos de improbidade administrativa são imprescritíveis (art.37, §5;º, da CF/88);

. os elementos carreados ao procedimento administrativo n.º 1.22.009.000258/2012-55 corroboram a atribuição ministerial para o caso e suscitam maior aprofundamento das investigações para possível adoção de medidas judiciais (promoção das ações cabíveis) ou extrajudiciais (expedição de recomendação legal, celebração de compromisso de ajustamento de conduta, etc.), resolve:

instaurar INQUÉRITO CIVIL para apurar o(s) seguinte(s) fato(s):

Danos ao erário, ainda sem ressarcimento, decorrentes de possíveis atos de improbidade administrativa praticados por CLODOALDO JOSÉ VITAL, ex-Prefeito Municipal de Umburatiba/MG, na execução do Convênio n.º 1178/2001, celebrado com a FUNASA para ampliação do sistema de esgotamento sanitário do Município.

Ficam designados, para secretariar neste feito (art.5.º, V, da Resolução CSMPF n.º 87/06, incluído pela Resolução CSMPF n.º 106/10), os servidores da equipe técnica desta unidade, a quem se determina providenciar o registro e a autuação desta portaria, bem como sua comunicação à Egrégia 5.ª CCR/MPF e publicação no portal do Ministério Público Federal, no prazo de até 10 dias, bem como o cumprimento das seguintes diligências:

a) Obtenham-se na internet cópias do relatório e voto do Acórdão 1078/2012-TCU-2.ª Câmara, juntando-as aos autos;

b) Cumprido o item 'a', supra, extraiam-se cópias integrais deste feito, as quais deverão ser autuadas como peças informativas criminais, para adoção das providências cabíveis no âmbito penal;

c) Aguarde-se por 60 dias em secretaria e, após, oficie-se à Procuradoria Federal (FUNASA), requisitando-lhe informações acerca de eventual propositura de ação de execução em face do ex-Prefeito Municipal de Umburatiba/MG, CLODOALDO JOSÉ VITAL, por irregularidades na execução do Convênio n.º 1178/2001, com base no Acórdão 1078/2012-TCU-2.ª Câmara.

THIAGO DOS SANTOS LUZ

PORTARIA Nº 13, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2013

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar Nº 75/93;

c) considerando que o presente procedimento foi instaurado em decorrência do Acórdão 8103/2012 da 2ª Câmara do TCU, que julgou irregulares as contas do ex-prefeito de Capim Branco, Sr. Aluízio Machado, referentes ao Convênio nº 2923/1998 firmado entre o município e o Fundo Nacional de Saúde, com a finalidade de acompanhar o ressarcimento ao erário dos danos eventualmente causados;

d) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal, por envolver possível falha na aplicação de recursos federais;

e) considerando o disposto nos arts. 5º, III, "b"; 6º, VII, "b" todos da LC 75/93, o disposto no artigo 2º, § 7º da Resolução nº 23/2007 do CNMP, e, mais, os elementos de convicção constantes dos autos que indicam a necessidade de acompanhamento de ressarcimento por eventual lesão ao patrimônio público.

Resolve: converter este procedimento em Inquérito Civil, determinando, em consequência, que seja observado o disposto no artigo 6º da Resolução nº 87/2006 do CSMPF.

Determina-se, ainda, a adoção das seguintes providências:

a) autuação desta Portaria como peça inicial do inquérito civil em epígrafe, numerando a presente com o mesmo número da primeira folha dos autos, acrescido das letras "A" e "B", evitando-se, desse modo, a renumeração das folhas;

b) registro no sistema informatizado desta PRMG da presente conversão, para efeito de controle do prazo previsto no artigo 15 da Resolução nº 87 do CSMPF;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

c) tendo em vista que o Acórdão 8103/2012 encontra-se em fase de notificação ao responsável, determino o acautelamento dos autos por 60 (sessenta) dias.

Designo a servidora MÁRCIA REGINA DA FONSECA para secretariar o presente inquérito civil.

Acautelem-se os autos por 45 (quarenta e cinco) dias.

ZANI CAJUEIRO TOBIAS DE SOUZA

PORTARIA Nº 14, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2013

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar Nº 75/93;

c) considerando que o presente procedimento foi instaurado em decorrência de documentos encaminhados pelo Município de Felixlândia, nos quais há informação de irregularidades na execução do convênio nº 657164/2009 firmado entre o município e o FNDE para a construção de uma pré-escola no município;

d) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal, por envolver possível falha na aplicação de recursos federais;

e) considerando o disposto nos arts. 5º, III, "b"; 6º, VII, "b" todos da LC 75/93, o disposto no artigo 2º, § 7º da Resolução nº 23/2007 do CNMP, e, mais, os elementos de convicção constantes dos autos que indicam a necessidade de ressarcimento por eventual lesão ao patrimônio público.

Resolve: converter este procedimento em Inquérito Civil, determinando, em consequência, que seja observado o disposto no artigo 6º da Resolução nº 87/2006 do CSMPF.

Determina-se, ainda, a adoção das seguintes providências:

a) autuação desta Portaria como peça inicial do inquérito civil em epígrafe, numerando a presente com o mesmo número da primeira folha dos autos, acrescido das letras "A" e "B", evitando-se, desse modo, a renumeração das folhas;

b) registro no sistema informatizado desta PRMG da presente conversão, para efeito de controle do prazo previsto no artigo 15 da Resolução nº 87 do CSMPF;

c) tendo em vista que a Ação Civil Pública proposta pelo município em face da AVM Construtora Ltda e do engenheiro civil contratado pela prefeitura para acompanhamento da obra (proc. 0005730-17.2012.4.01.3812) foi extinta sem resolução de mérito em 16/01/2013, determino expedição de ofício ao Município de Felixlândia para que informe quais medidas foram tomadas para a responsabilização da empresa contratada para execução do Convênio nº 657164/2009, e do engenheiro responsável pela fiscalização da obra.

Designo a servidora MÁRCIA REGINA DA FONSECA para secretariar o presente inquérito civil.

Acautelem-se os autos por 45 (quarenta e cinco) dias.

ZANI CAJUEIRO TOBIAS DE SOUZA

PORTARIA Nº 51, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2013

Considerando o trâmite, nesta Procuradoria da República do Estado de Minas Gerais, do procedimento administrativo cível n. 1.22.000.002910/2012-56;

Considerando que, nos autos em apreço, apontam-se possíveis indícios de irregularidades na execução do Convênio SIAFI n. 594.027, firmado entre o Ministério do Turismo e a Prefeitura Municipal de Crucilândia/MG, cujo objetivo foi o custeio de despesas relacionadas à promoção da Festa do Encontro daquela municipalidade; e

Considerando a necessidade de se procederem a diligências para cabal esclarecimento dos fatos e formação da convicção ministerial;

o Ministério Público Federal, pelo Procurador da República ao final assinado, com amparo no art. 8º, §1º, da Lei n. 7.3474/85 e na Resolução n. 87, de 6 de abril de 2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, resolve instaurar Inquérito Civil Público, por conversão do procedimento administrativo cível em apreço, cujo objeto será a investigação de eventuais impropriedades na execução do Convênio SIAFI n. 594.027, firmado entre o Ministério do Turismo e a Prefeitura Municipal de Crucilândia/MG, para custeio de despesas relacionadas à promoção da Festa do Encontro daquela municipalidade.

Para tanto, determino as seguintes providências:

1. Autue-se e registre-se esta portaria.

2. Comunique-se a 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal da presente instauração de inquérito civil público, para fins de conhecimento e publicidade.

3. O prazo para o término das diligências deste Inquérito Civil Público é de 1 (um) ano, nos termos do art. 15 da Resolução n. 87, de 6 de abril de 2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, devendo-se providenciar o controle deste prazo, fazendo os autos conclusos, caso seu termo final se avizinhe.

4. Inicialmente, vez que os fatos narrados nos autos podem constituir, em tese, prática dos delitos tipificados nos arts. 89 da Lei n. 8.666/93 e 298 c/c 304 do Código Penal, extraia-se cópia integral do feito, autuando-a como peças de informação criminais.

5. Após, voltem-me os autos conclusos.

ANGELO GIARDINI DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 52, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2013

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República que esta subscreve, no exercício de suas atribuições constitucionais (art. 129, II e III) e legais (Lei Complementar n° 75/93, art. 5º, incisos III, alínea "b", art. 6º, incisos VII, alínea "b", art. 7°, inciso I e art. 8º, inciso II) e ainda;

CONSIDERANDO que está compreendida, dentre as funções institucionais atribuídas ao MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, a proteção do patrimônio público e social, nos termos do art. 129, inciso III, da Constituição Federal e art. 5º, inciso II, alínea "d", e inciso III, alínea "b", da Lei Complementar nº 75/93;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº. 75/93, incumbe ao MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, sempre que necessário ao exercício de suas funções institucionais, instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos correlatos;

CONSIDERANDO que o Acórdão nº 1035/2004 - TCU dá conta de que a empresa MRS Logística S/A retirou materiais das superestruturas dos desvios (46.034m de desvios de pátios, 20.956 placas de apoio e respectivos acessórios metálicos), 12.570m de trilhos e 84 aparelhos de mudança de vias (AMV) dos pátios ferroviários da Linha do Centro, constituídas pelos trechos situados entre os municípios de Ouro Preto(Miguel Burnier)/MG e Barra do Piraí/RJ e utilizou o material retirado nas linhas de acesso ao Porto de Santos/SP, alienando o material ali existente e apropriando-se dos recursos auferidos, resolve: , com vistas a subsidiar futuras e eventuais medidas judiciais ou extrajudiciais:

INSTAURAR INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para apurar se houve dano ao erário em razão da retirada de materiais dos pátios ferroviários da Linha do Centro, constituídas pelos trechos situados entre os municípios de Ouro Preto (Miguel Burnier)/MG e Barra do Piraí/RJ, pela empresa MRS Logística S/A, à época da retirada arrendatária de bens da extinta rede Ferroviária Federal S/A - RFFSA, determinando, de imediato, as seguintes diligências:

a) o registro e a autuação desta portaria, convertendo-se o procedimento administrativo nº 1.22.000.001094/2004-53 em inquérito civil público;

b) requisitar à Secretaria Jurídica que realize pesquisas para verificar se não há outro procedimento relacionado ao objeto do presente ICP. Caso não haja registros, o TCU deverá ser oficiado para encaminhar cópia integral do procedimento TC 017.182/2002-3, o qual apurou a irregularidade objeto do presente ICP.

c) oficiar aos respectivos Procuradores-Chefes das áreas de atribuições das demais irregularidades apontadas no Acórdão nº 1035/2004 - TCU, para adoção das medidas que reputarem cabíveis, enviando-lhes cópias do referido acórdão e do despacho que segue juntamente com esta Portaria.

NOMEAR a servidora Ana Paula Lima Caixeta Braga, Analista Processual, matrícula nº. 20.645, para secretariar o presente Inquérito Civil Público, o qual poderá ser substituído, nas respectivas ausências e/ou afastamentos, pelos demais servidores que integram a Assessoria da PRMG.

Por último, determino que a instauração deste Inquérito Civil Público seja comunicada à egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins dos artigos 6º e 16 da Resolução nº 87, de 6 de abril de 2010 - CSMPF.

O prazo para o término das diligências deste Inquérito Civil Público é de 1 (um) ano, nos termos do art. 15 da Resolução n. 87, de 6 de abril de 2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, devendo-se providenciar o controle deste prazo, fazendo os autos conclusos, caso seu termo final se avizinhe.

CARLOS HENRIQUE DUMONT SILVA

PORTARIA Nº 53, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2013

O Dr. Álvaro Ricardo de Souza Cruz, Procurador da República, lotado na Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais, 3º Ofício Cível Residual, no uso de suas atribuições e

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público Federal promover a ação civil pública e o inquérito civil público, para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, III da CF);

CONSIDERANDO a tramitação, nesta PRMG, do procedimento administrativo nº 1.22.000.001699/2012-54, com o escopo de apurar supostas irregularidades praticadas por Professor da UFOP, consubstanciadas em ausências injustificadas.

CONSIDERANDO os elementos colhidos nos autos até o presente momento, bem como a necessidade de se dar continuidade à presente investigação, resolve: , em cumprimento às Resoluções de nºs 87/2006 e 23/2007, respectivamente, do CSMPF e CNMP, converter o PAC em epígrafe em inquérito civil público, procedendo-se às seguintes determinações:

1 - Oficiar UFOP, solicitando informações atualizadas sobre sindicância instaurada.

2 - Comunique-se à Procuradoria Federal dos Direitos dos Cidadão do Ministério Público Federal, nos termos do disposto nos artigos 4º, inciso VI, da Res. 23/2007 do CNMP e 6º da Res. 87/2006 do CSMPF.

ÁLVARO RICARDO DE SOUZA CRUZ

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA Nº 10, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2013

Objeto: APURAR SUPOSTO FAVORECIMENTO DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES À ASSOCIAÇÃO VIVA BRASIL DE COMUNICAÇÃO, NO PROCESSO DE ESCOLHA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM CÁRATER COMUNITÁRIO.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

1. Considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

2. Considerando a incumbência prevista no art. 6º, inc. VII, c, e art. 7º, inc. I, da Lei Complementar nº 75/1993;

Instaure-se INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO com o objetivo de apurar suposto favorecimento do Ministério das Comunicações à Associação Viva Brasil de Comunicação, no processo de escolha para prestação de serviço de radiodifusão sonora em cárater comunitário;

Autue-se a presente portaria como inquérito civil.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 5ª Câmara de Coordenação Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, §2º, I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

MELINA ALVES TOSTES

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DA PARAÍBA

PORTARIA Nº 8, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2013

O Dr. Bruno Barros de Assunção, Procurador da República atuante na PRM Sousa/PB, no uso de suas atribuições legais, com fulcro na Resolução n. 77, de 14 de setembro de 2004, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos e coletivos, em especial do patrimônio público (art. 129, III, da Constituição da República Federativa do Brasil e art. 1º, IV, da Lei n.º. 7.347/1985);

CONSIDERANDO o teor do Relatório de Fiscalização da Controladoria-Geral da União n. 01519, elaborada a partir de fiscalização empreendida no Município de Serra Grande/PB, período compreendido entre 13 de outubro de 2009 a 26 de novembro de 2009, especialmente os seus itens 3.1.1, 3.1.2 e 3.1.3;

CONSIDERANDO o resultado das investigações empreendidas no Inquérito Civil Público n. 1.24.002.000117/2011-47, que ensejou o ajuizamento de Ação Civil Pública, em razão da prática de atos ímprobos que se configuram também, em tese, como ilícitos penais; resolve

Instaurar, com fulcro no art. 129, III, da Constituição Federal, e arts. 6º, VII, "b", e 38, I, da Lei Complementar n.º 75/93, o competente Procedimento Investigatório Criminal, cujo objeto consiste na "apuração da suposta prática de ilícitos penais durante a execução do Programa Piso de Atenção Básica (PAB), exercícios de 2008 e 2009, no Município de Serra Grande/PB, tendo em vistas as constatações 3.1.1, 3.1.2 e 3.1.3 do Relatório de Fiscalização n. 01519 da Controladoria-Geral da União"."

Determinar, de imediato, as seguintes providências:

I. Comunique-se, por meio eletrônico, à 2ª Câmara de Coordenação e Revisão, em observância ao art. 7º da Resolução n.º 77/2004, remetendo-lhe cópia desta Portaria; e

II. Efetuem-se os devidos registros no Sistema Único, para fins de controle de prazo de tramitação deste procedimento.

BRUNO BARROS DE ASSUNÇÃO

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ

PORTARIA Nº 2, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando o teor do despacho constante no presente procedimento;

Converter o presente em Inquérito Civil Público tendo por objeto, em atendimento ao contido no art. 4º, da Resolução CNMP nº 23/2007, a apuração dos fatos abaixo especificados:

Encaminhamento de protocolo único nº 00032416/2012, que relata a ocorrência de supostos atos de improbidade administrativa praticados na sede do Ministério Público do Trabalho no Município de Maringá.

Determina a publicação desta Portaria no mural de avisos da Procuradoria da República no Município de Maringá/PR, nos termos do que prevê o art. 7º, IV, da Resolução CNMP nº 23/2007.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Determina ainda, que seja comunicada a Egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos dos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução CNMP nº 23/2007.

Manda, por fim, que sejam realizados os registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático.

NATALÍCIO CLARO DA SILVA

PORTARIA Nº 22, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2013

1. O procedimento administrativo referido na epígrafe foi instaurado a partir de uma denúncia encaminhada a esta Procuradoria da República por meio eletrônico. De acordo com a denúncia, existem indícios de possíveis irregularidades na formação de ata de registro de preços e posterior contratação da empresa "Teltec Networks Ltda.", responsável pelo fornecimento de equipamentos de informática para a implantação da rede de internet sem fio na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

Conforme se depreende da denúncia, a contratação da supra citada empresa ocorreu por meio de "pregão carona", ou seja, a UTFPR se utilizou da ata de registro de preços realizada por outra entidade, mais precisamente o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE) e, a partir de prévia autorização da referida entidade, aderiu a ata de registro de preços nº 29/2010.

Segue afirmando o denunciante que, ao analisar as notas fiscais expedidas pela UTFPR (cf. fls. 72-89), existiria a possibilidade da ocorrência de duplicidade de pagamentos realizados à empresa "Teltec".

Em contrapartida, a Controladoria-Geral da União, instada a se manifestar a partir do ofício expedido por esta Procuradoria da República (cf. fls. 24), afirmou não existirem indícios de duplicidade de pagamentos. Todavia, a CGU concluiu, preliminarmente, a existência de indícios de favorecimento à empresa "Teltec" (cf. fls. 32).

Compulsando os autos, verifica-se que já transcorreram mais de trinta dias da instauração do presente procedimento administrativo, sendo que os elementos até então coletados não são suficientes para formar um juízo razoável de convicção sobre a ilicitude apurada, fazendo-se necessária a continuação da colheita de material probatório, para que se verifique o cabimento de Ação Civil Pública ou de outra medida processual.

2. Diante do exposto, o Ministério Público Federal, por seu procurador da República signatário, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, bem com considerando os termos da Resolução nº 87, de 6 de abril de 2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, resolve instaurar Inquérito Civil Público para elucidar os fatos.

3. Para tanto determina-se que o presente procedimento administrativo seja convertido em Inquérito Civil Público.

4. Além disso, determina-se seja dado conhecimento da instauração deste procedimento investigatório civil à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, mediante remessa desta portaria, por meio eletrônico.

5. Ademais, determino à Secretaria que elabore quatro ofícios, o quais assinarei, solicitando, no prazo de quinze dias, o seguinte:

i) à Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, o envio dos documentos relativos ao Contrato Social da "Empresa Teltec Networks Ltda.";

ii) à Justiça Federal de Santa Catarina, os documentos do procedimento licitatório referente à Ata de Registro de Preços SRP nº 81/2010;

iii) à UTFPR, a documentação referente à adesão da Ata de Registro de Preços SRP nº 81/2010 da Justiça Federal de Santa Catarina;

iv) à UTFPR, cópia da ficha funcional dos servidores Ivantuil Lapuente Garrido e Christian Carlos de Souza Mendes, bem como toda documentação relativa à requerimentos para autorização de afastamento do país por parte dos referidos servidores.

JOÃO GUALBERTO GARCEZ RAMOS
Procurador da República

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE PERNAMBUCO

PORTARIA Nº 8, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2013

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República que esta subscreve, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 127, caput e 129, III, da Constituição Federal, bem como no artigo 6.º, VII, da Lei Complementar n.° 75, de 20 de maio de 1993, e

Considerando a tramitação, nesta Procuradoria da República no Município de Caruaru/PE, da Peça de Informação em epígrafe, instaurada a partir declarações do Sr. Joseilson Alves de Melo, com o intuito de apurar possíveis irregularidades no fornecimento do serviço de telefonia celular pela operadora TIM, no município de Jataúba/PE, consistentes na falta de sinal;

Considerando ser função institucional do Ministério Público promover o Inquérito Civil e a Ação Civil Pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos do art. 129, inciso III da Constituição Federal;

Considerando que é princípio da ordem econômica a defesa do consumidor, nos termos do art. 170, inciso V da Constituição Federal;

Considerando o teor da Resolução n° 87 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, com redação conferida pela Resolução n.º 106 do CSMPF, de 6 de abril de 2010;

DETERMINA:

1) a conversão da Peça de Informação - 1.26.002.000005/2013-83 em Inquérito Civil Público para apuração dos fatos acima referidos, mantendo-se o número de autuação originário;

2) nomeação, mediante termo de compromisso nos autos, da servidora Tatiana Lucena Vieira de Lima, matrícula 21870, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, nos termos do art. 4º, da Resolução nº 23/2007 - CNMP e art. 5º, V, da Resolução n. 87/2006 do CSMPF, para funcionar como Secretário, em cujas ausências será substituído por qualquer servidor em exercício no 1º Ofício da Procuradoria da República em Caruaru/PE;

3) comunicação à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal da instauração do presente Inquérito Civil, nos termos do art. 6º, da Resolução nº 87 do CSMPF, solicitando-lhe a publicação desta Portaria no Diário Oficial da União (art. 4º, VI, Resolução nº 23 CNMP e art. 16, §1º, I, Resolução nº 87 CSMPF);

4) expedição de ofício à empresa de telefonia TIM para que preste informações sobre o ocorrido.

A fim de serem observados o art. 9º da Resolução nº 23 do CNMP e o art. 15 da Resolução nº 87 do CSMPF, deve ser realizado o acompanhamento de prazo inicial de 01 (um) ano para conclusão do presente inquérito civil, mediante certidão nos autos após o seu transcurso.

ALFREDO CARLOS GONZAGA FALCÃO JÚNIOR

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PORTARIA Nº 83, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2013

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República que esta subscreve, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 127 e 129, II e III, da Constituição Federal, bem como nos artigos 5o, I, "h"; II, "b"; III, "b", V, "b"; 6o, VII, "a", "b" ", e XIV, "f"; 7o, I, da Lei Complementar nº 75/93, na lei nº 7.347/85 e 8429/92;

CONSIDERANDO que o inquérito civil é procedimento investigatório, destinado a apurar a ocorrência de fatos que digam respeito ou acarretem danos efetivos ou potenciais a interesses cuja defesa incumba ao Ministério Público;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público Federal a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, considerados, dentre outros, os princípios da legalidade, impessoalidade e moralidade, nos termos do art. 127 da Constituição da República e do art. 5º, I, da Lei Complementar n.º 75/93;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público Federal promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público federal, bem como promover outras ações necessárias ao exercício de suas funções institucionais, em defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO a "denúncia pública" n.º 2012.06.03.154312 (fl. 08), onde são relatadas possíveis irregularidades na nomeação e convocação de candidatos no certame da FIOCRUZ (EDITAL N° 3 DO CONCURSO PÚBLICO, DE 12 DE AGOSTO DE 2010), para o cargo de Tecnologista em Saúde Pública, na carreira de Desenvolvimento Tecnológico em Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública, nas áreas de atuação: a) Bacteriologia; b) Produção de Insumos e Produtos para a Saúde; c) Educação Profissional em Saúde.

CONSIDERANDO a não prestação de informações específicas sobre as irregularidades apontadas na representação, após reiteradas requisições deste MPF (fls. 17-22).

CONSIDERANDO ainda a expiração do prazo máximo de 180 dias de duração do procedimento preparatório,

RESOLVE converter o procedimento preparatório em INQUÉRITO CIVIL, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades na nomeação e convocação de candidatos no certame da FIOCRUZ (EDITAL N° 3 DO CONCURSO PÚBLICO, DE 12 DE AGOSTO DE 2010), para o cargo de Tecnologista em Saúde Pública, na carreira de Desenvolvimento Tecnológico em Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública, em perfil diverso das vagas previstas em edital, nas áreas de atuação: a) Bacteriologia; b) Produção de Insumos e Produtos para a Saúde; c) Educação Profissional em Saúde, determinando o seguinte:

1- Oficie-se ao Presidente da Fundação Oswaldo Cruz, reiterando os termos do Ofício PRRJ/GAB/ JM n.º 16.641/2012 de 06.11.2012 (fl. 21), já reiterado pelo Ofício PRRJ/GAB/JM n.º1192/2013, de 11.12.2012, com advertência sobre o não atendimento das requisições deste MPF, sob pena de incidir o disposto no art. 10 da Lei nº 7347/85. Prazo: 10 (dez) dias

2 - Junte-se cópia do EDITAL N° 3 DO CONCURSO PÚBLICO, DE 12 DE AGOSTO DE 2010.

3- Comunique-se à PFDC do MPF e providencie-se as publicações de praxe.

4- Formalizar a autuação da Portaria como Inquérito Civil, adotando-se a seguinte ementa: DIREITO DO CIDADÃO - POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NA NOMEAÇÃO E CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS NO CERTAME DA FIOCRUZ (EDITAL N° 3 DO CONCURSO PÚBLICO, DE 12 DE AGOSTO DE 2010), PARA O CARGO DE TECNOLOGISTA EM SAÚDE PÚBLICA, NA CARREIRA DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA, PRODUÇÃO E INOVAÇÃO EM SAÚDE PÚBLICA, EM PERFIL DIVERSO DAS VAGAS PREVISTAS EM EDITAL, NAS ÁREAS DE ATUAÇÃO: A) BACTERIOLOGIA; B) PRODUÇÃO DE INSUMOS E PRODUTOS PARA A SAÚDE; C) EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM SAÚDE.

JAIME MITROPOULOS

PORTARIA Nº 85, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2013

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República abaixo assinada, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 127 e 129, incisos II e III, da Constituição Federal, bem como no artigo 5o, inciso I, alínea "h"; inciso III, alínea "b", inciso V, alíneas "a" e "b"; no artigo 6o, inciso VII, inciso XIV, alínea "f"; e no artigo 7o, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93 e também nas Leis nº 7.347/85 e nº 8.429/92;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público Federal a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, considerados, dentre outros, os princípios da legalidade, impessoalidade e moralidade, nos termos do art. 127 da Constituição da República e do art. 5º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público Federal zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos da União e dos serviços de relevância pública quanto aos direitos assegurados na Constituição Federal, dentre estes, as ações e os serviços de saúde, promovendo, assim, as medidas necessárias para sua garantia (art. 129, inciso II, e art. 197, da Constituição Federal, e art. 5º, inciso V, alínea "a" da Lei Complementar nº 75/93);

CONSIDERANDO que é também função institucional do Ministério Público Federal a defesa dos direitos e interesses difusos e coletivos, dentre os quais situa-se os serviços de relevância pública e o direito de acesso à saúde, podendo, para tanto, promover as medidas necessárias à sua garantia;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público Federal promover o inquérito civil e outros procedimentos administrativos, bem como a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, bem como promover outras ações necessárias ao exercício de suas funções institucionais (art. 129, inciso III, da Constituição Federal, e arts. 6º, incisos VII, XII e XIV, alínea "f", e 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93);

CONSIDERANDO que o inquérito civil é procedimento investigatório, destinado a apurar a ocorrência de fatos que digam respeito ou acarretem danos efetivos ou potenciais a direitos e interesses, cuja defesa cabe ao Ministério Público, notadamente, o patrimônio público e os serviços de relevância pública;

CONSIDERANDO os elementos contidos no Procedimento Administrativo nº 1.30.001.005084/2012-15 instaurado para apurar possível enriquecimento ilícito por parte do Chefe da Infraestrutura do Hospital Federal da Lagoa;

RESOLVE converter em INQUÉRITO CIVIL, pelo prazo de 1 (um) ano, com a finalidade de apurar a possível irregularidade acima indicada, bem como a responsabilidade pelo fato apontado.

Destarte, determina ainda a adoção das seguintes providências:

1) registrar a presente portaria;

2) comunicar à respectiva Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal para ciência e providências cabíveis, inclusive, quanto à publicação;

3) formalizar a autuação desta Portaria como inquérito civil;

Após, aguardar relatório de pesquisa, solicitado à Seção de Pesquisa e Diligências, consoante mensagem eletrônica de fl. 80.

ROBERTA TRAJANO S. PEIXOTO

PORTARIA Nº 87, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2013

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República que subscreve, no exercício das atribuições conferidas pelo art. 129, inciso III, da Constituição da República de 1988, pelo art. 7º, inciso I, da Lei Complementar n.º 75/93, pelas regras contidas no art. 2º da Resolução 87/2006, alterada pela redação da Resolução 106/2010, ambas do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como nos arts. 1º a 4º da Resolução 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, e, ainda,

CONSIDERANDO que a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis são objetivos institucionais do Ministério Público, estabelecidos no art. 127, caput, da Constituição Federal, incumbindo aos membros da instituição zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos constitucionais assegurados à coletividade, promovendo as medidas necessárias a sua garantia, notadamente a ação civil pública para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, conforme artigo 129, incisos II e III, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a legislação infraconstitucional, especificamente os dispositivos do artigo 6º, incisos VII, alínea "b" e XIV, alínea "d", da Lei Complementar 75/93 e artigo 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85, conferem ao Ministério Público a legitimidade para atuar na defesa de interesses sociais, difusos e coletivos;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CONSIDERANDO que tramita no Ofício da Saúde da Tutela Coletiva o procedimento administrativo nº 1.30.012.000190/2008-05, instaurado com o escopo de verificar a situação do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho no que tange às condições de prestação de serviço, ao repasse de recursos do SUS, ao papel da FUJB na gestão de recursos do SUS e à gestão de recursos humanos da UFRJ com verba do SUS - matérias tratadas pelo DENASUS nº 12378;

CONSIDERANDO a existência de questões a serem dirimidas, com a imprescindibilidade da realização de novas diligências investigatórias ou a conclusão de diligências já determinadas;

RESOLVE, em observância aos termos do artigo 4º, §§1º e 4º da Resolução nº 87/2006, alterada pela redação da Resolução 106/2010, ambas do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e dos artigos 2º, §§ 4º, 6º e 7º da Resolução nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, converter em INQUÉRITO CIVIL o procedimento administrativo nº 1.30.012.000190/2008-05, para o prosseguimento das investigações, nos termos definidos no despacho exarado nos respectivos autos.

Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanha como inquérito civil.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

ALINE MANCINO DA LUZ CAIXETA

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PORTARIA Nº 12, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2013

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio do Procurador da República signatário, lotado e em exercício na Procuradoria da República no Município de Pelotas/RS, no uso de suas atribuições constitucionais (artigos 129, caput, e inciso III, da Constituição Federal), legais (artigo 8.º, § 1.º, da Lei n.º 7.347/1985; e, artigos 1.º; 5.º; 6.º, incisos VII; 7.º, inciso I; e, 38, inciso I; da Lei Complementar n.º 75/1993) e regulamentares (artigo 1.º e seguintes da Resolução CSMPF n.º 87/2006 e artigo 1.º e seguintes da Resolução CNMP n.º 23/2007); e ...

CONSIDERANDO que se encontra em curso na Procuradoria da República no Município de Pelotas/RS o Procedimento Administrativo n.º 1.29.005.000178/2012-89, cujo objeto é apurar supostas irregularidades no processo de nomeação de membros da Comissão de Especial de Avaliação de estágio probatório dos docentes integrantes do Centro de Educação Aberta e à Distância - CEAD da Fundação Universidade Federal de Pelotas - UFPel;

CONSIDERANDO que o referido procedimento preparatório ainda não se encontra instruído com dados suficientes a permitir a adoção imediata de quaisquer das medidas judiciais ou extrajudiciais cabíveis (propositura de ação civil pública, expedição de recomendação etc), sendo necessária a realização de novas diligências, como a requisição de informações e/ou documentos;

RESOLVE, em face do disposto no artigo 4.º, § 4.º, da Resolução CSMPF n.º 87/2006 e no artigo 2.º, § 7.º, da Resolução CNMP n.º 23/2007, converter o referido procedimento administrativo em inquérito civil, razão pela qual deverá a Secretaria dos Ofícios da Tutela Coletiva - SOTC:

1. registrar e autuar a presente Portaria com os autos do procedimento preparatório findo, mantendo-se a numeração deste; e, registrar, na capa dos autos, como objeto do inquérito civil: "Apurar supostas irregularidades no processo de nomeação de membros da Comissão de Especial de Avaliação de estágio probatório dos docentes do CEAD/UFPel"; e,

2. comunicar à 5.ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal acerca da conversão do procedimento administrativo em inquérito civil, para fins de sua publicação no Diário Oficial da União, conforme determinado no artigo 16, § 1.º, inciso I, da Resolução CSMPF n.º 87/2006 e no artigo 7.º, § 2.º, inciso I, da Resolução CNMP n.º 23/2007.

Após, voltem os autos conclusos para posteriores deliberações.

DESIGNA-SE, para secretariar os trabalhos, a servidora JULIANA ROCHA GOMES.

MAURO CICHOWSKI DOS SANTOS

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 3, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2013

Interessado: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

Considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

Considerando, também, ser função institucional do Ministério Público Federal, dentre outras, promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social;

Considerando o presente procedimento administrativo, instaurado para apurar possíveis irregularidades nas condições de trabalho dos empregados da Agência dos Correios de Concórdia/SC;

Considerando que a Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público determina que o procedimento administrativo deverá ser concluído no prazo máximo de 180 dias;

Considerando, por fim, que ainda faltam diligências para compôr referido procedimento;

A Procuradoria da República no Município de Concórdia/SC, no uso de suas atribuições legais (art. 6º, inc. VII, "b", art. 7º, inc. I, ambos da Lei Complementar nº 75/93; arts. 2º, inc. II, 4º, inc. II e 5º, todos da Resolução nº 87/2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal; e art. 8º, § 1º da Lei 7.347/85) RESOLVE:

CONVOLAR o presente procedimento administrativo nº 1.33.010.000064/2012-37 em inquérito civil público, colimando apurar, cabal e celeremente, os fatos, bem assim subsidiar futuras e eventuais medidas judiciais ou extrajudiciais.

NOMEAR o Sr. Dicson de Fáveri Grassi, Técnico Administrativo, matrícula 21.777-8, para funcionar como Secretário, o qual será substituído, em suas ausências, pelos demais servidores que integram a PRM de Concórdia/SC; devendo o secretário e quem o substituir, oportunamente e por termo nos autos, prestar compromisso de bem e fielmente se desvencilhar do encargo.

DETERMINAR, como diligências preliminares, as seguintes:

a) Autuação e registro da presente Portaria de Instauração, no termos da Resolução nº 87/2006, do CSMP;

b) Dê-se ciência da presente instauração, no prazo de 10 (dez) dias à Egrégia Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, encaminhando cópia, por meio eletrônico, da presente Portaria, inclusive para fins do disposto nos arts. 6º e 16, da Resolução nº, 87/2006, do CSMP, procedendo-se a juntada aos autos da comprovação do envio do documento;

ANDREI MATTIUZI BALVEDI
Procurador da República

PORTARIA Nº 4, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2013

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

CONSIDERANDO que este procedimento foi instaurado no âmbito do Ministério Público Estadual a partir de notícia de possíveis irregularidades no Município de São João do Oeste/SC, encaminhada àquele Órgão por Rudi Aloísio Rasch;

CONSIDERANDO que aquele parquet declinou de sua competência para atuar no presente feito em razão de o cometimento das eventuais irregularidades narradas terem sido praticadas com recursos dos programas "Compra Direta Local da Agricultura Familiar" e "Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea", fomentados pela Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB;

CONSIDERANDO que a CONAB, por força do Decreto 4.514/02, é empresa pública vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, o que, nos termos do art. 109, inc. I da Constituição Federal acarreta a competência da Justiça Federal para análise e julgamento do feito e, por consequência, deste órgão ministerial;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público Federal zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos Serviços de Relevância Pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias à sua garantia, bem como promover o Inquérito Civil e a Ação Civil Pública para a proteção do Patrimônio Público e Social e de outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos (art. 129, II e III, da Constituição Federal e art. 6º, VII, "a", "b" e "d", da Lei Complementar nº 75/93);

RESOLVE instaurar o presente INQUÉRITO CIVIL, para a regular e formal coleta de elementos destinados a auxiliar a formação de convicção acerca da matéria versada, devendo o setor jurídico desta Procuradoria da República registrar a presente portaria em livro próprio, autuá-la, juntamente com os documentos anexos, afixá-la em local de costume e encaminhá-la para publicação, nos termos do art. 5º da Resolução CSMPF nº 87/2010 c/c o art. 4º da Resolução CNMP nº 23/2007, registrando as informações abaixo na capa dos autos e no sistema ÚNICO:

Representante: Rudi Aloísio Rasch

Objeto da investigação: Apurar denúncias de irregularidades no município de São João do Oeste/SC, relativas a supostos desvios de recursos de programas federais (Compra Direta Local da Agricultura Familiar" e "Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea).

DESIGNO, para secretariar os trabalhos, as servidoras Michele Mariani e Suzana Silva.

Caso ainda não encerrado este Inquérito Civil no prazo de um (01) ano, venham os autos conclusos para análise da necessidade de prorrogação.

CARLOS HUMBERTO PROLA JÚNIOR

PORTARIA Nº 25, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2013

O Ministério Público Federal, por seu Procurador signatário, no uso de suas atribuições na Subseção Judiciária Federal de Florianópolis/SC;

Considerando as funções institucionais do Ministério Público Federal, previstas no artigo 7º, I, da Lei Complementar nº 75/93, c/c artigo 129, III e IX, da Constituição da República;

Considerando que é função institucional do Ministério Público a defesa dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos (arts. 127, caput, e 129, III, da Constituição da República; arts. 81/82 e 91/92 da Lei 8.078/90 e art. 21 da Lei n.º 7.347/85); resolve:

Instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO com o fim de apurar possível irregularidade na contratação de servidores por regime jurídico diverso do previsto em lei, pelo Conselho Regional de Fonoaudiologia da 3ª Região.

Desde logo determina-se o que segue:

a) autue-se a presente portaria como Inquérito Civil Público, nos termos do art. 2º, da Resolução nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, procedendo-se aos devidos controles nos sistemas informatizados desta Órgão;

b) comunique-se a instauração do Presente à r. PROCURADORIA FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO;

c) acoste-se os documentos que instruem a presente;

d) após, voltem conclusos.

MAURÍCIO PESSUTTO

PORTARIA Nº 27, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2013

O Ministério Público Federal, por seu Procurador signatário, no uso de suas atribuições na Subseção Judiciária Federal de Florianópolis/SC;

Considerando as funções institucionais do Ministério Público Federal, previstas no artigo 7º, I, da Lei Complementar nº 75/93, c/c artigo 129, III e IX, da Constituição da República;

Considerando que é função institucional do Ministério Público a defesa dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos (arts. 127, caput, e 129, III, da Constituição da República; arts. 81/82 e 91/92 da Lei 8.078/90 e art. 21 da Lei n.º 7.347/85); resolve:

Instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO com o fim de apurar possíveis irregularidades na exclusão do Curso de Psicologia dentre as áreas do conhecimento contempladas nos objetivos do Programa Ciência sem Fronteiras do Ministério da Educação.

Desde logo determina-se o que segue:

a) autue-se a presente portaria como Inquérito Civil Público, nos termos do art. 2º, da Resolução nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, procedendo-se aos devidos controles nos sistemas informatizados desta Órgão;

b) comunique-se a instauração do Presente à r. PROCURADORIA FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO;

c) oficie-se à Secretaria Executiva do Ministério da Educação para solicitar informações acerca do teor da representação e outras informações complementares;

d) acoste-se os documentos que instruem a presente;

e) após, voltem conclusos.

MAURÍCIO PESSUTTO

PORTARIA Nº 28, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2013

O Ministério Público Federal, por seu Procurador signatário, no uso de suas atribuições na Subseção Judiciária Federal de Florianópolis/SC;

Considerando as funções institucionais do Ministério Público Federal, previstas no artigo 7º, I, da Lei Complementar nº 75/93, c/c artigo 129, III e IX, da Constituição da República;

Considerando que é função institucional do Ministério Público a defesa dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos (arts. 127, caput, e 129, III, da Constituição da República; arts. 81/82 e 91/92 da Lei 8.078/90 e art. 21 da Lei n.º 7.347/85); resolve:

Instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO com o fim de apurar irregularidades no VIII Exame Unificado da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), referente a erratas da prova da segunda fase.

Desde logo determina-se o que segue:

a) autue-se a presente portaria como Inquérito Civil Público, nos termos do art. 2º, da Resolução nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, procedendo-se aos devidos controles nos sistemas informatizados desta Órgão;

b) comunique-se a instauração do Presente à r. PROCURADORIA FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO;

c) acoste-se os documentos que instruem a presente;

d) após, voltem conclusos.

MAURÍCIO PESSUTTO

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO

PORTARIA Nº 12, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2013

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

Considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, bem como que tem por função institucional zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados aos cidadãos na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias à sua garantia.

Considerando que, para o desempenho de tais atribuições, a Constituição Federal e a legislação infraconstitucional lhe conferem a titularidade da promoção do inquérito civil e ainda que não de forma exclusiva da ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (artigos 127 e 129 da Constituição Federal; artigo 6º, VII da Lei Complementar nº 75/93 e artigo 8º, § 1º da Lei 7.347/85);

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Considerando os termos da Resolução nº 23/2007, do CNMP, notadamente o que dispõe o artigo 4º do referido ato;

Considerando a documentação de fls. 02/13, indicando a ocorrência de irregularidades no critério de seleção dos contemplados nas entregas das casas, do Programa Minha Casa Minha Vida, determino a instauração do INQUÉRITO CIVIL nº 1.34.012.000528/2012-58 para a apuração dos fatos, ordenando, para tanto:

a) autuação e registro pertinentes destes autos como inquérito civil;

b) afixação de cópia desta Portaria em local de costume, nas dependências desta Unidade, para publicação, pelo prazo de 30 dias;

c) remessa de cópia desta Portaria, para publicação em veículo oficial, à 1ª CCR/MPF.

Fica designado para funcionar como Secretária neste feito Cláudia Moraes da Silva, Analista Processual e Isabel Carvalho dos Santos Silva, Técnico Administrativo, ou outro servidor atuando em substituição a estas.

LUIZ ANTONIO PALACIO FILHO

PORTARIA Nº 13, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2013

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

Considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, bem como que tem por função institucional zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados aos cidadãos na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias à sua garantia.

Considerando que, para o desempenho de tais atribuições, a Constituição Federal e a legislação infraconstitucional lhe conferem a titularidade da promoção do inquérito civil e ainda que não de forma exclusiva da ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (artigos 127 e 129 da Constituição Federal; artigo 6º, VII da Lei Complementar nº 75/93 e artigo 8º, § 1º da Lei 7.347/85);

Considerando os termos da Resolução nº 23/2007, do CNMP, notadamente o que dispõe o artigo 4º do referido ato;

Considerando a documentação de fls. 02/03, indicando a ocorrência de lesão a fauna silvestre e marinha, devido a inexistência de local adequado para recolhimento dos animais marinhos apreendidos no Vale do Ribeira, em temporada de encalhes, determino a instauração do INQUÉRITO CIVIL nº 1.34.012.000303/2012-00 para a apuração dos fatos, ordenando, para tanto:

a) autuação e registro pertinentes destes autos como inquérito civil;

b) afixação de cópia desta Portaria em local de costume, nas dependências desta Unidade, para publicação, pelo prazo de 30 dias;

c) remessa de cópia desta Portaria, para publicação em veículo oficial, à 4ª CCR/MPF.

Fica designado para funcionar como Secretária neste feito Cláudia Moraes da Silva, Analista Processual e Isabel Carvalho dos Santos Silva, Técnico Administrativo, ou outro servidor atuando em substituição a estas.

LUIZ ANTONIO PALACIO FILHO

PORTARIA Nº 48, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2013

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 127, "caput", e 129, inciso III, ambos da Constituição Federal; no artigo 5º, incisos I, alínea "h", III, alínea "b", e V, alíneas "a" e "b", no artigo 6º, incisos VII, alínea "b", e XIV, alínea "f", e no artigo 7º, inciso I, todos da Lei Complementar nº 75/93; no artigo 8º da Lei nº 7.347/85; na Lei nº 8.429/92 e legislação aplicável à espécie, e

CONSIDERANDO a instauração do Peças de Informação nº 1.34.001.005508/ 2011-11 a partir de notícias formuladas por ex-alunos formados no curso de Bacharelado em Educação Física do Centro Universitário Metropolitano de São Paulo (FIG-UNIMESP), localizado em Guarulhos/SP;

CONSIDERANDO que os noticiantes reclamam que se quiserem fazer o curso de Licenciatura em Educação Física, objetivando expandir sua atuação profissional, a integralização desses cursos fica muito extensa, pois o curso de Licenciatura terá a duração de 18 (dezoito) meses;

CONSIDERANDO que a IES informou que os contratos com duração de 18 (dezoito) meses se referem aos alunos que optam por não assistir às aulas junto com as turmas regulares (fls. 31/32);

CONSIDERANDO que o Conselho Regional de Educação Física da 4ª Região (CREF/SP) considera que o profissional com atuação plena em Educação Física deve possuir formação completa em bacharelado e licenciatura, devendo cursar 7 (sete) anos de estudos;

CONSIDERANDO que a demora excessiva para a integralização dos cursos de Bacharelado e de Licenciatura em Educação Física podem configurar desrespeito ao direito fundamental à educação;

CONSIDERANDO, ao final, que os presentes autos ainda necessitam de instrução e o transcurso do prazo estabelecido no artigo 4º, §1º, da Resolução nº 87/2006, alterada pela Resolução nº 106/2010, ambas do Conselho Superior do Ministério Público Federal; resolve:

I. Instaurar INQUÉRITO CIVIL, pela conversão das Peças de Informação nº 1.34.001.005508/2011-11, para promover a ampla apuração dos fatos noticiados;

II. Determinar as seguintes providências:

a. autuação da presente Portaria e do Procedimento Administrativo nº 1.34.001. 005508/2011-11 com a seguinte ementa: "EDUCAÇÃO. Fig-Unimesp. Integralização dos cursos de bacharelado e licenciatura de Educação Física. Duração excessiva.";

b. comunicação à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal, inclusive para dar publicidade à presente Portaria (artigo 7º, §2º, incisos I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, c/c os artigos 6º e 16, §1º, inciso I, ambos da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal);

c. designação do(s) Analista(s) Processual(ais) e do(s) Técnico(s) Administrativo(s) vinculados ao gabinete para secretariar o Inquérito Civil.

d. atendimento ao requisitado a fl. 708.

MARCOS JOSÉ GOMES CORRÊA

PORTARIA Nº 49, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2013

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 127, "caput", e 129, inciso III, ambos da Constituição Federal; no artigo 5º, incisos I, alínea "h", III, alínea "b", e V, alíneas "a" e "b", no artigo 6º, incisos VII, alínea "b", e XIV, alínea "f", e no artigo 7º, inciso I, todos da Lei Complementar nº 75/93; no artigo 8º da Lei nº 7.347/85; na Lei nº 8.429/92 e legislação aplicável à espécie, e

CONSIDERANDO a instauração do Procedimento Administrativo nº 1.34.001. 000926/2012-01 a partir de notícia formulada por advogado noticiando a baixa qualidade do ensino da Universidade Ibirapuera (fls. 05/10);

CONSIDERANDO que a UNIB aderiu a um Termo de Saneamento de Deficiências (TSD) por ter apresentado dois resultados insatisfatórios no Índice Geral de Cursos (inferiores a 3), o que teria ensejado a suspensão de sua autonomia pelo Ministério da Educação até o saneamento de suas deficiências;

CONSIDERANDO constar que este saneamento deveria culminar com a obtenção de um IGC satisfatório pela IES referente ao ano de 2011, sob pena de ser instaurado processo administrativo respectivo pelo MEC (fl. 19);

CONSIDERANDO que a UNIB negou todas as irregularidades apontadas pelo noticiante bem como sustentou já terem sido suspensas as medidas cautelares aplicadas pelo MEC, nos termos da Nota Técnica nº 560/2012 - DISUP/SERES/MEC, datada de 14.09.2012 (fls. 25/30);

CONSIDERANDO que a Nota Técnica nº 560/2012 constatou a existência de conceito satisfatório em relatório de avaliação in loco de comissão designada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) na IES, concluindo estarem superadas as deficiências anteriormente detectadas (fls. 60/65);

CONSIDERANDO que a avaliação positiva da IES se deu pelo cruzamento dos conceitos por ela obtidos no instrumento de recredenciamento com os conceitos exigidos em cada uma das ações elencadas no TSD;

CONSIDERANDO que a IES obteve nota 3 no IGC de 2011, conforme consulta realizada no site do MEC/e-MEC (fl. 98);

CONSIDERANDO a existência de indícios que justificam apurar a qualidade do ensino ofertado pela UNIB, em respeito ao direito fundamental à educação;

CONSIDERANDO, ao final, que os presentes autos ainda necessitam de instrução e o transcurso do prazo estabelecido no artigo 4º, §1º, da Resolução nº 87/2006, alterada pela Resolução nº 106/2010, ambas do Conselho Superior do Ministério Público Federal; resolve:

I. Instaurar INQUÉRITO CIVIL, pela conversão do Procedimento Administrativo nº 1.34.001.000926/2012-01, para promover a ampla apuração dos fatos noticiados a fls. 05/10;

II. Determinar as seguintes providências:

a. autuação da presente Portaria e do Procedimento Administrativo nº 1.34.001. 000926/2012-01 com a seguinte ementa: "EDUCAÇÃO. UNIB. IGC. Resultados insatisfatórios.";

b. comunicação à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal, inclusive para dar publicidade à presente Portaria (artigo 7º, §2º, incisos I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, c/c os artigos 6º e 16, §1º, inciso I, ambos da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal);

c. designação do(s) Analista(s) Processual(ais) e do(s) Técnico(s) Administrativo(s) vinculados ao gabinete para secretariar o Inquérito Civil.

d. requisição de esclarecimentos ao MEC.

MARCOS JOSÉ GOMES CORRÊA

PORTARIA Nº 59, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2013

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 127, "caput", e 129, inciso III, ambos da Constituição Federal; no artigo 5º, incisos I, alínea "h", III, alínea "b", e V, alíneas "a" e "b", no artigo 6º, incisos VII, alínea "b", e XIV, alínea "f", e no artigo 7º, inciso I, todos da Lei Complementar nº 75/93; no artigo 8º da Lei nº 7.347/85; na Lei nº 8.429/92 e legislação aplicável à espécie, e

CONSIDERANDO que as Peças de Informação nº 1.34.001.006775/2012-97 apuram notícia de aluna matriculada na unidade Centro Velho do grupo educacional União Nacional das Instituições de Ensino Superior Privadas (Uniesp), a fls. 03/04;

CONSIDERANDO que a noticiante informou ter ingressado em instituição de ensino superior da Uniesp como optante do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), mas que a faculdade não liberou sua inscrição para o financiamento, estando a mesma bloqueada, e por este motivo realiza cobrança indevida de si nos termos de seu contrato. (fls. 03/04);

CONSIDERANDO que a aluna também informou que a mantenedora bloqueou o acesso ao seu boletim, às informações on line do site da Uniesp, e impede sua rematrícula para o 4º semestre;

CONSIDERANDO a necessidade de apurar os fatos noticiados em respeito ao direito fundamental à educação;

CONSIDERANDO, ao final, que os presentes autos ainda necessitam de instrução e o transcurso do prazo estabelecido no artigo 4º, §1º, da Resolução nº 87/2006, alterada pela Resolução nº 106/2010, ambas do Conselho Superior do Ministério Público Federal; resolve:

I. Instaurar INQUÉRITO CIVIL, pela conversão das Peças de Informação nº 1.34.001.006775/2012-97, para promover a ampla apuração dos fatos noticiados a fls. 03/04;

II. Determinar as seguintes providências:

a. autuação da presente Portaria e das Peças de Informação nº 1.34.001.006775/ 2012-97 com a seguinte ementa: "EDUCAÇÃO. Uniesp. Fies. Inscrição bloqueada. Bloqueio de informações e à rematrícula.";

b. comunicação à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal, inclusive para dar publicidade à presente Portaria (artigo 7º, §2º, incisos I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, c/c os artigos 6º e 16, §1º, inciso I, ambos da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal);

c. designação do(s) Analista(s) Processual(ais) e do(s) Técnico(s) Administrativo(s) vinculados ao gabinete para secretariar o Inquérito Civil;

d. requisição de esclarecimentos à Uniesp.

MARCOS JOSÉ GOMES CORRÊA

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SERGIPE 3º OFÍCIO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO

PORTARIA Nº 4, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2013

O 3º Ofício do Patrimônio Público do MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL no Estado de Sergipe, no exercício de suas funções institucionais e...

Considerando a previsão inserta no art. 129, III, da Constituição da República;

Considerando o que dispõe o art. 6º, VII, da Lei Complementar nº 75, de 20.05.1993;

Considerando a incumbência prevista no art. 7º, I, da aludida Lei Complementar;

Considerando que o objeto desta investigação insere-se no rol de atribuições do Ministério Público Federal com atuação no Estado de Sergipe;

Considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17.09.2007, alterada pela Resolução nº 35, de 23.03.2009, ambas editadas pelo Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP;

Considerando o disposto na Resolução nº 87, de 03.08.2006, alterada pela Resolução nº 106, de 06.04.2010, ambas editadas pelo Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF...

Converte o Procedimento Administrativo nº 1.35.000.001298/2012-46 em Inquérito Civil Público, tendo por objeto, em atendimento ao contido no art. 4º, da Resolução CNMP nº 23/2007, e no art. 5º, da Resolução CSMPF nº 87/2006, a apuração do(s) fato(s) abaixo especificado(s):

1) Descrição resumida dos fatos investigados: Apurar indícios de irregularidades em compensações de contribuições previdenciárias por parte do Município de Pirambu/SE.

2) Possível(is) responsável(is) pelo(s) fatos(s) investigado(s): Prefeitura e Câmara de Vereadores do Município de Pirambu/SE.

3) Autor(es) da representação: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Aracaju.

Designa, para atuarem como secretários do inquérito civil público, os seguintes servidores, desnecessária a colheita de termo de compromisso: Igor José Oliveira Pereira, Matrícula MPF nº 23.506-7, e Kátia Silene Rodrigues Prado Nery, Matrícula MPF nº 14.663-3.

Estabelece, a título de diligência inicial, a análise do expediente de fls. 55-70, bem como da mídia digital de fl. 71.

Determina a publicação desta Portaria, pelo prazo de 15 (quinze) dias, no mural de avisos da Procuradoria da República no Estado de Sergipe, nos termos do que prevê: o art. 4º, VI, c/c art. 7º, IV, ambos da Resolução CNMP nº 23/2007; o art. 6º, c/c art. 16, IV, ambos da Resolução CSMPF nº 87/2006; o art. 12-A, da Portaria PR/SE nº 121, de 17.12.2009.

Ordena, ainda, que seja comunicada a Egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos do que prevê: o art. 4º, VI, c/c art. 7º, § 2º, I e II, ambos da Resolução CNMP nº 23/2007; o art. 6º, c/c art. 16, § 1º, I, ambos da Resolução CSMPF nº 87/2006.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Manda, por fim, que sejam realizados os registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático, assim como alterada a capa da investigação, para que passe a constar o termo "inquérito civil público".

SILVIO ROBERTO OLIVEIRA DE AMORIM JUNIOR
Procurador da República

PORTARIA Nº 3, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2013

O 3º Ofício do Patrimônio Público do MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL no Estado de Sergipe, no exercício de suas funções institucionais e...

Considerando a previsão inserta no art. 129, III, da Constituição da República;

Considerando o que dispõe o art. 6º, VII, da Lei Complementar nº 75, de 20.05.1993;

Considerando a incumbência prevista no art. 7º, I, da aludida Lei Complementar;

Considerando que o objeto desta investigação insere-se no rol de atribuições do Ministério Público Federal com atuação no Estado de Sergipe;

Considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17.09.2007, alterada pela Resolução nº 35, de 23.03.2009, ambas editadas pelo Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP;

Considerando o disposto na Resolução nº 87, de 03.08.2006, alterada pela Resolução nº 106, de 06.04.2010, ambas editadas pelo Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF...

Converte o Procedimento Administrativo nº 1.35.000.001311/2012-67 em Inquérito Civil Público, tendo por objeto, em atendimento ao contido no art. 4º, da Resolução CNMP nº 23/2007, e no art. 5º, da Resolução CSMPF nº 87/2006, a apuração do(s) fato(s) abaixo especificado(s):

1) Descrição resumida dos fatos investigados: Apurar indícios de irregularidades em compensações de contribuições previdenciárias por parte do Município de Tobias Barreto/SE.

2) Possível(is) responsável(is) pelo(s) fatos(s) investigado(s): Prefeitura Municipal de Tobias Barreto/SE.

3) Autor(es) da representação: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Aracaju.

Designa, para atuarem como secretários do inquérito civil público, os seguintes servidores, desnecessária a colheita de termo de compromisso: Igor José Oliveira Pereira, Matrícula MPF nº 23.506-7, e Kátia Silene Rodrigues Prado Nery, Matrícula MPF nº 14.663-3.

Estabelece, a título de diligência inicial, a análise do expediente de fls. 46-8, bem como das mídias digitais de fls. 51 e 52.

Determina a publicação desta Portaria, pelo prazo de 15 (quinze) dias, no mural de avisos da Procuradoria da República no Estado de Sergipe, nos termos do que prevê: o art. 4º, VI, c/c art. 7º, IV, ambos da Resolução CNMP nº 23/2007; o art. 6º, c/c art. 16, IV, ambos da Resolução CSMPF nº 87/2006; o art. 12-A, da Portaria PR/SE nº 121, de 17.12.2009.

Ordena, ainda, que seja comunicada a Egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos do que prevê: o art. 4º, VI, c/c art. 7º, § 2º, I e II, ambos da Resolução CNMP nº 23/2007; o art. 6º, c/c art. 16, § 1º, I, ambos da Resolução CSMPF nº 87/2006.

Manda, por fim, que sejam realizados os registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático, assim como alterada a capa da investigação, para que passe a constar o termo "inquérito civil público".

SILVIO ROBERTO OLIVEIRA DE AMORIM JUNIOR
Procurador da República

PORTARIA Nº 5, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2013

O 3º Ofício do Patrimônio Público do MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL no Estado de Sergipe, no exercício de suas funções institucionais e...

Considerando a previsão inserta no art. 129, III, da Constituição da República;

Considerando o que dispõe o art. 6º, VII, da Lei Complementar nº 75, de 20.05.1993;

Considerando a incumbência prevista no art. 7º, I, da aludida Lei Complementar;

Considerando que o objeto desta investigação insere-se no rol de atribuições do Ministério Público Federal com atuação no Estado de Sergipe;

Considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17.09.2007, alterada pela Resolução nº 35, de 23.03.2009, ambas editadas pelo Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP;

Considerando o disposto na Resolução nº 87, de 03.08.2006, alterada pela Resolução nº 106, de 06.04.2010, ambas editadas pelo Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF...

Converte o Procedimento Administrativo nº 1.35.000.001294/2012-68 em Inquérito Civil Público, tendo por objeto, em atendimento ao contido no art. 4º, da Resolução CNMP nº 23/2007, e no art. 5º, da Resolução CSMPF nº 87/2006, a apuração do(s) fato(s) abaixo especificado(s):

1) Descrição resumida dos fatos investigados: Apurar indícios de irregularidades em compensações de contribuições previdenciárias por parte do Município de Lagarto/SE.

2) Possível(is) responsável(is) pelo(s) fatos(s) investigado(s): Câmara de Vereadores do Município de Lagarto/SE.

3) Autor(es) da representação: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Aracaju.

Designa, para atuarem como secretários do inquérito civil público, os seguintes servidores, desnecessária a colheita de termo de compromisso: Igor José Oliveira Pereira, Matrícula MPF nº 23.506-7, e Kátia Silene Rodrigues Prado Nery, Matrícula MPF nº 14.663-3.

Estabelece, a título de diligência inicial, a análise do expediente de fls. 31-4, bem como da mídia digital de fl. 35.

Determina a publicação desta Portaria, pelo prazo de 15 (quinze) dias, no mural de avisos da Procuradoria da República no Estado de Sergipe, nos termos do que prevê: o art. 4º, VI, c/c art. 7º, IV, ambos da Resolução CNMP nº 23/2007; o art. 6º, c/c art. 16, IV, ambos da Resolução CSMPF nº 87/2006; o art. 12-A, da Portaria PR/SE nº 121, de 17.12.2009.

Ordena, ainda, que seja comunicada a Egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos do que prevê: o art. 4º, VI, c/c art. 7º, § 2º, I e II, ambos da Resolução CNMP nº 23/2007; o art. 6º, c/c art. 16, § 1º, I, ambos da Resolução CSMPF nº 87/2006.

Manda, por fim, que sejam realizados os registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático, assim como alterada a capa da investigação, para que passe a constar o termo "inquérito civil público".

SILVIO ROBERTO OLIVEIRA DE AMORIM JUNIOR
Procurador da República

PORTARIA Nº 6, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2013

O 3º Ofício do Patrimônio Público do MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL no Estado de Sergipe, no exercício de suas funções institucionais e...

Considerando a previsão inserta no art. 129, III, da Constituição da República;

Considerando o que dispõe o art. 6º, VII, da Lei Complementar nº 75, de 20.05.1993;

Considerando a incumbência prevista no art. 7º, I, da aludida Lei Complementar;

Considerando que o objeto desta investigação insere-se no rol de atribuições do Ministério Público Federal com atuação no Estado de Sergipe;

Considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17.09.2007, alterada pela Resolução nº 35, de 23.03.2009, ambas editadas pelo Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP;

Considerando o disposto na Resolução nº 87, de 03.08.2006, alterada pela Resolução nº 106, de 06.04.2010, ambas editadas pelo Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF...

Converte o Procedimento Administrativo nº 1.35.000.001308/2012-43 em Inquérito Civil Público, tendo por objeto, em atendimento ao contido no art. 4º, da Resolução CNMP nº 23/2007, e no art. 5º, da Resolução CSMPF nº 87/2006, a apuração do(s) fato(s) abaixo especificado(s):

1) Descrição resumida dos fatos investigados: Apurar indícios de irregularidades em compensações de contribuições previdenciárias por parte do Município de Santo Amaro das Brotas/SE.

2) Possível(is) responsável(is) pelo(s) fatos(s) investigado(s): Prefeitura e Fundo Municipal de Saúde de Santo Amaro das Brotas/SE.

3) Autor(es) da representação: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Aracaju.

Designa, para atuarem como secretários do inquérito civil público, os seguintes servidores, desnecessária a colheita de termo de compromisso: Igor José Oliveira Pereira, Matrícula MPF nº 23.506-7, e Kátia Silene Rodrigues Prado Nery, Matrícula MPF nº 14.663-3.

Estabelece, a título de diligência inicial, o transcurso integral do prazo concedido pelo expediente de fl. 54, fazendo-me conclusa a investigação com ou sem o aporte da resposta pretendida.

Determina a publicação desta Portaria, pelo prazo de 15 (quinze) dias, no mural de avisos da Procuradoria da República no Estado de Sergipe, nos termos do que prevê: o art. 4º, VI, c/c art. 7º, IV, ambos da Resolução CNMP nº 23/2007; o art. 6º, c/c art. 16, IV, ambos da Resolução CSMPF nº 87/2006; o art. 12-A, da Portaria PR/SE nº 121, de 17.12.2009.

Ordena, ainda, que seja comunicada a Egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos do que prevê: o art. 4º, VI, c/c art. 7º, § 2º, I e II, ambos da Resolução CNMP nº 23/2007; o art. 6º, c/c art. 16, § 1º, I, ambos da Resolução CSMPF nº 87/2006.

Manda, por fim, que sejam realizados os registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático, assim como alterada a capa da investigação, para que passe a constar o termo "inquérito civil público".

SILVIO ROBERTO OLIVEIRA DE AMORIM JUNIOR
Procurador da República

PORTARIA Nº 7, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2013

O 3º Ofício do Patrimônio Público do MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL no Estado de Sergipe, no exercício de suas funções institucionais e...

Considerando a previsão inserta no art. 129, III, da Constituição da República;

Considerando o que dispõe o art. 6º, VII, da Lei Complementar nº 75, de 20.05.1993;

Considerando a incumbência prevista no art. 7º, I, da aludida Lei Complementar;

Considerando que o objeto desta investigação insere-se no rol de atribuições do Ministério Público Federal com atuação no Estado de Sergipe;

Considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17.09.2007, alterada pela Resolução nº 35, de 23.03.2009, ambas editadas pelo Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP;

Considerando o disposto na Resolução nº 87, de 03.08.2006, alterada pela Resolução nº 106, de 06.04.2010, ambas editadas pelo Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF...

Converte o Procedimento Administrativo nº 1.35.000.001291/2012-24 em Inquérito Civil Público, tendo por objeto, em atendimento ao contido no art. 4º, da Resolução CNMP nº 23/2007, e no art. 5º, da Resolução CSMPF nº 87/2006, a apuração do(s) fato(s) abaixo especificado(s):

1) Descrição resumida dos fatos investigados: Apurar indícios de irregularidades em compensações de contribuições previdenciárias por parte do Município de Cristinápolis/SE.

2) Possível(is) responsável(is) pelo(s) fatos(s) investigado(s): Prefeitura Municipal de Cristinápolis/SE.

3) Autor(es) da representação: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Aracaju.

Designa, para atuarem como secretários do inquérito civil público, os seguintes servidores, desnecessária a colheita de termo de compromisso: Igor José Oliveira Pereira, Matrícula MPF nº 23.506-7, e Kátia Silene Rodrigues Prado Nery, Matrícula MPF nº 14.663-3.

Estabelece, a título de diligência inicial, o transcurso integral do prazo concedido pelo expediente de fl. 87, fazendo-me conclusa a investigação com ou sem o aporte da resposta pretendida.

Determina a publicação desta Portaria, pelo prazo de 15 (quinze) dias, no mural de avisos da Procuradoria da República no Estado de Sergipe, nos termos do que prevê: o art. 4º, VI, c/c art. 7º, IV, ambos da Resolução CNMP nº 23/2007; o art. 6º, c/c art. 16, IV, ambos da Resolução CSMPF nº 87/2006; o art. 12-A, da Portaria PR/SE nº 121, de 17.12.2009.

Ordena, ainda, que seja comunicada a Egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos do que prevê: o art. 4º, VI, c/c art. 7º, § 2º, I e II, ambos da Resolução CNMP nº 23/2007; o art. 6º, c/c art. 16, § 1º, I, ambos da Resolução CSMPF nº 87/2006.

Manda, por fim, que sejam realizados os registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático, assim como alterada a capa da investigação, para que passe a constar o termo "inquérito civil público".

SILVIO ROBERTO OLIVEIRA DE AMORIM JUNIOR
Procurador da República

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA-GERAL

ESTATÍSTICA DO MÊS DE JANEIRO/2012

Janeiro/2012 (última distribuição recebida do TST composta por 06 processos

Procurador Regional do Trabalho	Saldo Anterior (dezembro)	Distrib. no mês de Janeiro	Devolvidos à CRJ				Em poder	Acompanhamento Distrib.
			Com ciência	Nota Técnica Ação (Recurso)/Memoriais		Defesa/Contrarrazões		
Adriana Silveira Machado Oficiando na PGT/ Membro CRJ	00	00	férias	férias	férias	férias	00	00
Adriane Reis de Araújo Oficiando na PGT/Membro CRJ	08	00	férias	férias	férias	férias	03	00
Fabio Leal Cardoso Oficiando na PGT	01	00	férias	férias	férias	férias	01	00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013022700152

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ricardo José Macedo de Britto Pereira Oficiando na PGT/Membro CRJ	11	00	férias	férias	férias	férias	11	00
Totais	20	00	férias	férias	férias	férias	15	00

Trânsito com o TST		Com os Procuradores Regionais do Trabalho	Com a CRJ	Saldo existente em 31/01/2013
Recebidos do TST	Restituídos ao TST	Para apreciação	AG. Distribuição	
06	00	15	08	27

Brasília, 7 de fevereiro de 2013.
LUÍS ANTÔNIO CAMARGO DE MELO
Procurador-Geral

CONSELHO SUPERIOR

ESTATÍSTICA DO MÊS DE JANEIRO DE 2013

I - PRODUTIVIDADE:

Conselheiro	Relator				Revisor			
	Saldo anterior	Processos Administrativos	Devolvidos	Em poder do Relator	Saldo anterior	Processos Administrativos	Devolvidos	Em poder do Revisor
José Alves Pereira Filho[1]	1	2	3	0	1	0	1	0
Heloisa Maria Moraes Rego Pires[2]	0	2	1	1	0	0	0	0
Otavio Brito Lopes[3]	1	2	1	2	0	0	0	0
Lucinea Alves Ocampos[4]	2	0	0	2	0	0	0	0
Ivana Auxiliadora Mendonça Santos[5]	1	0	0	1	1	0	0	1
Vera Regina Della Pozza Reis[6]	3	0	0	3	0	0	0	0
Gustavo Ernani Cavalcanti Dantas[1]	1	2	0	3	0	4	4	0
Eduardo Antunes Parmeggiani*[7]	9	1	1	9	0	0	0	0
Ronaldo Curado Fleury[8]	0	0	0	0	0	0	0	0
Edson Braz da Silva [9]	1	-	-	1	0	-	-	-
Rogério Rodriguez Fernandez Filho [9]	1	-	-	1	0	-	-	-
TOTAIS	20	9	6	23	2	4	5	1

1 - Férias de 02/01 a 21/01/2013.
2 - Férias de 07/01 a 26/01/2013.
3 - Férias de 10/01 a 29/01/2013.
4 - Férias de 02/01 a 31/01/2013.
5 - Férias de 12/01 a 31/01/2013.
6 - Férias de 01/01 a 30/01/2013.
7 - Férias de 28/01 a 03/02/2013
8 - Férias de 11/01 a 30/01/2013.
9 - Mandato expirado em 31/08/2012.
* Considerando distribuições por dependência ao Processo principal CSMPT nº 08130.001076/2010.

II - SITUAÇÃO

Entrada de processos no mês	8
Distribuição e redistribuição de processos no mês	6
Total de processos decididos/deliberados	0
Outras decisões/deliberações	0
Resoluções	0

Brasília-DF, 25 de fevereiro de 2013.
EDUARDO ANTUNES PARMEGGIANI
Conselheiro Secretário do Conselho

PROCURADORIAS REGIONAIS
1ª REGIÃO

PORTARIA Nº 29, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2013

O PROCURADOR DO TRABALHO, que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o teor dos fatos relatados na Representação nº 000022.2013.01.006/3-604, onde há informação de que adolescente trabalha na função de caixa nas dependências da Denunciada, CHURRASCARIA POINT DO GAÚCHO, sendo relatada a inexistência de elementos mínimos de contrato de trabalho envolvendo menor.

Considerando o disposto nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, art. 6º, VII e 84, III, da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei nº 7347/85, que atribuem ao Ministério Público do Trabalho a defesa dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais indisponíveis, bem como a possibilidade de instauração de Inquérito Civil; resolve:

Instaurar o Inquérito Civil nº 000022.2013.01.006/3-604 em face da empresa CHURRASCARIA POINT DO GAUCHO, com sede na Estrada São Pedro nº 565, Pacheco, São Gonçalo/RJ. Presidirá o inquérito o Procurador do Trabalho infrafirmado, que poderá ser secretariado pela servidora CRISTINA PINHEIRO ARAÚJO PIRES, Analista Processual.

MAURICIO GUIMARÃES DE CARVALHO

PORTARIA Nº 31, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

O PROCURADOR DO TRABALHO, que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o teor dos fatos relatados na Representação nº 000099.2013.01.006/1-601, instaurada para apurar possíveis irregularidades relacionadas à rescisão de contrato de trabalho;

Considerando o disposto nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, art. 6º, VII e 84, III, da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei nº 7347/85, que atribuem ao Ministério Público do Trabalho a defesa dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais indisponíveis, bem como a possibilidade de instauração de Inquérito Civil; resolve:

Instaurar o Inquérito Civil nº 000099.2013.01.006/1-601 em face da empresa CENTER CAR NITEROI LTDA, situada na Av. Sete de Setembro, 275 - Santa Rosa - Niterói/RJ. Presidirá o inquérito o Procurador do Trabalho, PATRICK MAIA MERÍSIO, que poderá ser secretariado pela servidora Adolúcia Castro de Oliveira Chernicharo, Técnico Administrativo.

PATRICK MAIA MERÍSIO

20ª REGIÃO

PORTARIA Nº 47, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2013

O Procurador do Trabalho que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e considerando que do conteúdo dos autos do Procedimento Preparatório nº 001330.2012.20.000/7 constam indícios de lesão à ordem jurídica e a direitos sociais constitucionalmente garantidos (Jornada Extraordinária em desacordo com a Lei. Descanso Semanal. Feriados. Vale-transporte), resolve, com fulcro nos arts. 129, inciso III, da Constituição Federal, 6º, inciso VII, "d" e 84, inciso II, da Lei Complementar 75/93, e 8º, § 1º, da Lei 7.347/85, determinar a INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL em face de Gemar Empreendimentos S/A (Radisson Hotel Aracaju) (CNPJ nº 05.953.099/0001-60). Afixe-se a presente Portaria no local de costume. Publique-se.

MAURÍCIO COENTRO PAIS DE MELO

PORTARIA Nº 48, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2013

O Procurador do Trabalho que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e considerando que do conteúdo dos autos do Procedimento Preparatório nº 000759.2012.20.000/5 constam indícios de lesão à ordem jurídica e a direitos sociais constitucionalmente garantidos (Outras Hipóteses de Irregularidades Relacionadas com Remuneração ou Benefícios), resolve, com fulcro nos arts. 129, inciso III, da Constituição Federal, 6º, inciso VII, "d" e 84, inciso II, da Lei Complementar 75/93, e 8º, § 1º, da Lei 7.347/85, determinar a INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL em face de SÃO CRISTÓVÃO TRANSPORTES LTDA (CNPJ nº 03.250.884/0001-20). Afixe-se a presente Portaria no local de costume. Publique-se.

MAURÍCIO COENTRO PAIS DE MELO

PORTARIA Nº 55 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2013

O Procurador do Trabalho que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e considerando que do conteúdo dos autos do Procedimento Preparatório nº 000816.2012.20.000/5 constam indícios de lesão à ordem jurídica e a direitos sociais constitucionalmente garantidos (Trabalho com idade Inferior a 16 anos), resolve, com fulcro nos arts. 129, inciso III, da Constituição Federal, 6º, inciso VII, "d" e 84, inciso II, da Lei Complementar 75/93, e 8º, § 1º, da Lei 7.347/85, determinar a INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL em face de ESTADO DE SERGIPE (CNPJ nº 13.128.798/0001-01).

MAURÍCIO COENTRO PAIS DE MELO

PORTARIA Nº 62, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

INQUÉRITO CIVIL n.° 000827.2012.20.000/9
INQUIRIDO: ARACAJU POINT SUPER LANCHES LTDA (HABIB'S)
TEMA(s): 09.06.02.01. Jornada Extraordinária em Desacordo com a Lei, 09.06.03.03. Descanso Semanal, 09.14.05. Pagamentos não Contabilizados

O Ministério Público do Trabalho, por seu , com fundamento nos arts. 127 e 129, inciso III, da Constituição da República; arts. 5º, inciso III, alínea "e", 6º, inciso VII, alíneas "c" e "d", e art. 84, inciso II, da Lei Complementar n.º 75/93; e art. 8º da Lei 7.347/85;

Considerando a legitimidade do Ministério Público do Trabalho para instaurar inquérito civil e ajuizar ação civil pública em defesa dos direitos sociais constitucionalmente garantidos no âmbito das relações de trabalho;

Considerando a notícia de fato emergente das peças informativas existentes nos autos, relacionas aos temas: 09.06.02.01. Jornada Extraordinária em Desacordo com a Lei, 09.06.03.03. Descanso Semanal, 09.14.05. Pagamentos não Contabilizados;

Resolve:

1) Instaurar inquérito civil para apuração dos fatos em toda a sua extensão;

2) Designar o servidor SILVANA PEREIRA SANTOS para atuar como secretário;

Publique-se esta Portaria.

JOSÉ ADÍLSON PEREIRA DA COSTA

PORTARIA Nº 63, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

INQUÉRITO CIVIL n.° 001128.2012.20.000/0
INQUIRIDO: AGNALDO
TEMA(s): 07.05. TRABALHO EM REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR

O Ministério Público do Trabalho, por seu , com fundamento nos arts. 127 e 129, inciso III, da Constituição da República; arts. 5º, inciso III, alínea "e", 6º, inciso VII, alíneas "c" e "d", e art. 84, inciso II, da Lei Complementar n.º 75/93; e art. 8º da Lei 7.347/85;

Considerando a legitimidade do Ministério Público do Trabalho para instaurar inquérito civil e ajuizar ação civil pública em defesa dos direitos sociais constitucionalmente garantidos no âmbito das relações de trabalho;

Considerando a notícia de fato emergente das peças informativas existentes nos autos, relacionas aos temas: 07.05. TRABALHO EM REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR;

Resolve:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1)Instaurar inquérito civil para apuração dos fatos em toda a sua extensão;

2)

2) Designar o servidor SILVANA PEREIRA SANTOS para atuar como secretário;

Publique-se esta Portaria.

JOSÉ ADÍLSON PEREIRA DA COSTA

PORTARIA Nº 64, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

INQUÉRITO CIVIL n.° 000937.2012.20.000/4
INQUIRIDO: JARDINS POINT SUPER LANCHES LTDA (HABIBS)
TEMA(s): 03.02.07. Outras Fraudes e Vícios de Consentimento na Relação de Emprego (campo de especificação obrigatória), 09.06.01. Anotação e Controle da Jornada, 09.06.02.01. Jornada Extraordinária em Desacordo com a Lei, 09.14.02. Atraso ou não ocorrência do Pagamento

O Ministério Público do Trabalho, por seu , com fundamento nos arts. 127 e 129, inciso III, da Constituição da República; arts. 5º, inciso III, alínea "e", 6º, inciso VII, alíneas "c" e "d", e art. 84, inciso II, da Lei Complementar n.º 75/93; e art. 8º da Lei 7.347/85;

Considerando a legitimidade do Ministério Público do Trabalho para instaurar inquérito civil e ajuizar ação civil pública em defesa dos direitos sociais constitucionalmente garantidos no âmbito das relações de trabalho;

Considerando a notícia de fato emergente das peças informativas existentes nos autos, relacionas aos temas: 03.02.07. Outras Fraudes e Vícios de Consentimento na Relação de Emprego (campo de especificação obrigatória), 09.06.01. Anotação e Controle da Jornada, 09.06.02.01. Jornada Extraordinária em Desacordo com a Lei, 09.14.02. Atraso ou não ocorrência do Pagamento;

Resolve:

1)Instaurar inquérito civil para apuração dos fatos em toda a sua extensão;

2)

2) Designar o servidor SILVANA PEREIRA SANTOS para atuar como secretário;

Publique-se esta Portaria.

JOSÉ ADÍLSON PEREIRA DA COSTA

PORTARIA Nº 65, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

INQUÉRITO CIVIL n.° 001298.2012.20.000/1
INQUIRIDO: AGRISUL AGRICOLA LTDA.
TEMA(s): 09.09.01. Atraso ou não Pagamento das Verbas Rescisórias, 09.14.06. Salário Mínimo Nacional, Normativo ou Profissional

O Ministério Público do Trabalho, por seu , com fundamento nos arts. 127 e 129, inciso III, da Constituição da República; arts. 5º, inciso III, alínea "e", 6º, inciso VII, alíneas "c" e "d", e art. 84, inciso II, da Lei Complementar n.º 75/93; e art. 8º da Lei 7.347/85;

Considerando a legitimidade do Ministério Público do Trabalho para instaurar inquérito civil e ajuizar ação civil pública em defesa dos direitos sociais constitucionalmente garantidos no âmbito das relações de trabalho;

Considerando a notícia de fato emergente das peças informativas existentes nos autos, relacionas aos temas: 09.09.01. Atraso ou não Pagamento das Verbas Rescisórias, 09.14.06. Salário Mínimo Nacional, Normativo ou Profissional;

Resolve:

1)Instaurar inquérito civil para apuração dos fatos em toda a sua extensão;

2)

2) Designar o servidor SILVANA PEREIRA SANTOS para atuar como secretário;

Publique-se esta Portaria.

JOSÉ ADÍLSON PEREIRA DA COSTA

PORTARIA Nº 66, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

INQUÉRITO CIVIL n.° 001374.2012.20.000/4
INQUIRIDO: DALL EMPREENDIMENTOS E SERVICOS LTDA
TEMA(s): 03.02.05. Fraude decorrente de Sucessão, Falência e Recuperação Judicial de Empregadores, 06.01.03.06. Outras Formas de Discriminação (campo de especificação obrigatória), 09.09.01. Atraso ou não Pagamento das Verbas Rescisórias

O Ministério Público do Trabalho, por seu , com fundamento nos arts. 127 e 129, inciso III, da Constituição da República; arts. 5º, inciso III, alínea "e", 6º, inciso VII, alíneas "c" e "d", e art. 84, inciso II, da Lei Complementar n.º 75/93; e art. 8º da Lei 7.347/85;

Considerando a legitimidade do Ministério Público do Trabalho para instaurar inquérito civil e ajuizar ação civil pública em defesa dos direitos sociais constitucionalmente garantidos no âmbito das relações de trabalho;

Considerando a notícia de fato emergente das peças informativas existentes nos autos, relacionas aos temas: 03.02.05. Fraude decorrente de Sucessão, Falência e Recuperação Judicial de Empregadores, 06.01.03.06. Outras Formas de Discriminação (campo de especificação obrigatória), 09.09.01. Atraso ou não Pagamento das Verbas Rescisórias;

Resolve:

1) Instaurar inquérito civil para apuração dos fatos em toda a sua extensão;

2) Designar o servidor SILVANA PEREIRA SANTOS para atuar como secretário;

Publique-se esta Portaria.

JOSÉ ADÍLSON PEREIRA DA COSTA

PORTARIA Nº 68, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

INQUÉRITO CIVIL n.° 001385.2012.20.000/6
INQUIRIDO: DALL EMPREENDIMENTOS E SERVICOS LTDA
TEMA(s): 03.02.02. Coação sobre Trabalhadores

O Ministério Público do Trabalho, por seu , com fundamento nos arts. 127 e 129, inciso III, da Constituição da República; arts. 5º, inciso III, alínea "e", 6º, inciso VII, alíneas "c" e "d", e art. 84, inciso II, da Lei Complementar n.º 75/93; e art. 8º da Lei 7.347/85;

Considerando a legitimidade do Ministério Público do Trabalho para instaurar inquérito civil e ajuizar ação civil pública em defesa dos direitos sociais constitucionalmente garantidos no âmbito das relações de trabalho;

Considerando a notícia de fato emergente das peças informativas existentes nos autos, relacionas aos temas: 03.02.02. Coação sobre Trabalhadores;

Resolve:

1) Instaurar inquérito civil para apuração dos fatos em toda a sua extensão;

2) Designar o servidor SILVANA PEREIRA SANTOS para atuar como secretário;

Publique-se esta Portaria.

JOSÉ ADÍLSON PEREIRA DA COSTA

PORTARIA Nº 69, DE 26 DE FEVEREIRODE 2013

INQUÉRITO CIVIL n.° 001192.2012.20.000/1
INQUIRIDO: IREP - SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR, MÉDIO E FUNDAMENTAL LTDA. (ESTÁCIO - FASE)
TEMA(s): 03.01.05. Desvirtuamento de Estágio

O Ministério Público do Trabalho, por seu , com fundamento nos arts. 127 e 129, inciso III, da Constituição da República; arts. 5º, inciso III, alínea "e", 6º, inciso VII, alíneas "c" e "d", e art. 84, inciso II, da Lei Complementar n.º 75/93; e art. 8º da Lei 7.347/85;

Considerando a legitimidade do Ministério Público do Trabalho para instaurar inquérito civil e ajuizar ação civil pública em defesa dos direitos sociais constitucionalmente garantidos no âmbito das relações de trabalho;

Considerando a notícia de fato emergente das peças informativas existentes nos autos, relacionas aos temas: 03.01.05. Desvirtuamento de Estágio;

Resolve:

1) Instaurar inquérito civil para apuração dos fatos em toda a sua extensão;

2) Designar o servidor SILVANA PEREIRA SANTOS para atuar como secretário;

Publique-se esta Portaria.

JOSÉ ADÍLSON PEREIRA DA COSTA

PORTARIA Nº 70, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

INQUÉRITO CIVIL n.° 001393.2012.20.000/1
INQUIRIDO: LEME SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA (LEME SERVIÇOS)
TEMA(s): 04. TRABALHO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, 09.09.01. Atraso ou não Pagamento das Verbas Rescisórias, 09.14.01. Alimentação do Trabalhador, 09.14.02. Atraso ou não ocorrência do Pagamento, 09.14.03. Décimo Terceiro Salário, 09.14.09. Outras Hipóteses de Irregularidades Relacionadas com Remuneração ou Benefícios (campo de especificação obrigatória)

O Ministério Público do Trabalho, por seu , com fundamento nos arts. 127 e 129, inciso III, da Constituição da República; arts. 5º, inciso III, alínea "e", 6º, inciso VII, alíneas "c" e "d", e art. 84, inciso II, da Lei Complementar n.º 75/93; e art. 8º da Lei 7.347/85;

Considerando a legitimidade do Ministério Público do Trabalho para instaurar inquérito civil e ajuizar ação civil pública em defesa dos direitos sociais constitucionalmente garantidos no âmbito das relações de trabalho;

Considerando a notícia de fato emergente das peças informativas existentes nos autos, relacionas aos temas: 04. TRABALHO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, 09.09.01. Atraso ou não Pagamento das Verbas Rescisórias, 09.14.01. Alimentação do Trabalhador, 09.14.02. Atraso ou não ocorrência do Pagamento, 09.14.03. Décimo Terceiro Salário, 09.14.09. Outras Hipóteses de Irregularidades Relacionadas com Remuneração ou Benefícios (campo de especificação obrigatória);

Resolve:

1) Instaurar inquérito civil para apuração dos fatos em toda a sua extensão;

2) Designar o servidor SILVANA PEREIRA SANTOS para atuar como secretário;

Publique-se esta Portaria.

JOSÉ ADÍLSON PEREIRA DA COSTA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBICO E SOCIAL

PORTARIA Nº 10, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2013

. O MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, por intermédio do Núcleo de Análise e Distribuição de Feitos da Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social - NDI, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993;

Instaura o Inquérito Civil Público, registrado no Sisproweb sob o nº 08190.067347/13-98, que tem como interessadas a CAESB, Construtora e Incorporadora Santa Teresa Ltda., ALLSAN Engenharia e Administração Ltda. e Consórcio Águas Claras, visando a apuração de prática de improbidade administrativa por lesão ao patrimônio público.

EDUARDO GAZZINELLI VELOSO
Promotor de Justiça

PORTARIA Nº 11, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2013

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, por intermédio do Núcleo de Análise e Distribuição de Feitos da Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social - NDI, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993;

Instaura o Inquérito Civil Público, registrado no Sisproweb sob o nº 08190.067348/13-51, que tem como interessadas a NOVACAP, visando a apuração de prática de improbidade administrativa por lesão ao patrimônio público.

EDUARDO GAZZINELLI VELOSO
Promotor de Justiça

Tribunal de Contas da União

PLENÁRIO

ATA Nº 5, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2013
(Sessão Ordinária)

Presidente: Ministro Augusto Nardes
Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Dr. Lucas Rocha Furtado
Secretário das Sessões: AUFC Luiz Henrique Pochyly da Costa
Subsecretária do Plenário: AUFC Marcia Paula Sartori

À hora regimental, o Presidente declarou aberta a sessão ordinária do Plenário, com a presença dos Ministros Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro e Ana Arraes, do Ministro-Substituto André Luís de Carvalho (convocado para substituir o Ministro Valmir Campelo) e do Representante do Ministério Público, Procurador-Geral Dr. Lucas Rocha Furtado. Ausentes, em férias, o Ministro Valmir Campelo e os Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

O Tribunal Pleno homologou a Ata nº 4, da sessão ordinária realizada em 6 de fevereiro (Regimento Interno, artigo 101).

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet (www.tcu.gov.br).

COMUNICAÇÕES (v. inteiro teor no Anexo I a esta Ata)

Da Presidência:

Viagem oficial aos Estados Unidos e Canadá;

Vinculação das secretarias de controle externo de âmbito estadual às Coordenações-Gerais de Controle Externo;

Ajuste no novo sistema Sisac para impossibilitar que os atos de pensão para instituidores falecidos na inatividade sejam apreciados antes dos respectivos atos de aposentadoria, de modo a evitar o que foi observado nos autos do TC-007.241/2004-9; e

Apresentação do Relatório Anual de Atividades da Corregedoria relativo ao ano de 2012.

Do Ministro Aroldo Cedraz:

Proposta, aprovada pelo Plenário, no sentido de determinar à Segecex a elaboração, no prazo de sessenta dias, de plano voltado para o controle das ações governamentais relacionadas à realização dos Jogos Olímpicos de 2016.

Do Ministro José Múcio:

Apresentação de projeto de súmula nos seguintes termos: "*Os requisitos legais para que o interessado faça jus à pensão devem ser atendidos à época do óbito do instituidor e devem seguir a*

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

legislação vigente à data do falecimento". Foi aberto prazo de 30 dias para a apresentação de emendas e sugestões.

MEDIDAS CAUTELARES CONCEDIDAS (v. inteiro teor no Anexo II a esta Ata)

O Plenário referendou, nos termos do disposto no § 1º do art. 276 do Regimento Interno deste Tribunal, a concessão das medidas cautelares exaradas nos processos nºs:

TC-000.723/2013-4, pelo Ministro Walton Alencar Rodrigues, para que a Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S/A suspenda o Pregão Presencial Internacional 12/2012;

TC-044.493/2012-6, pelo Ministro Aroldo Cedraz, para que a Companhia Docas do Ceará suspenda os efeitos do Pregão Eletrônico 21/2012;

TC-045.588/2012-0, pelo Ministro Aroldo Cedraz, para que a Prefeitura de Bom Jesus do Norte/ES suspenda a Concorrência 003/2012; e

TC-003.242/2013-7, pelo Ministro José Jorge, para que o Ministério de Minas e Energia suspenda os procedimentos relativos ao Pregão Eletrônico para Registro de Preços 28/2012.

SORTEIO ELETRÔNICO DE RELATOR DE PROCESSOS

De acordo com o parágrafo único do artigo 28 do Regimento Interno e nos termos da Portaria da Presidência nº 9/2011, entre os dias 6 e 19 de fevereiro, foi realizado sorteio eletrônico dos seguintes processos:

Processo: 002.572/2013-3
Interessado: Não há
Motivo do sorteio: Conflito de Competência
Tipo do sorteio: Sorteio por Conflito de Competência
Relator sorteado: Ministro VALMIR CAMPELO

Processo: 003.391/2013-2
Interessado: Fábio Moreira Fabrini
Motivo do sorteio: Recurso da Lei de Acesso à Informação
Tipo do sorteio: Recurso da Lei de Acesso à Informação
Relator sorteado: Ministro ANA ARRAES

Processo: 003.276/2013-9
Interessado: Não há
Motivo do sorteio: Conflito de Competência
Tipo do sorteio: Sorteio por Conflito de Competência
Relator sorteado: Ministro AROLDO CEDRAZ

Processo: 020.341/2010-5
Interessado: MINISTÉRIO DAS CIDADES (VINCULADOR)
Motivo do sorteio: Impedimento - Art. 111 e 151, inciso II do R.I.
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 2a. Câmara
Relator sorteado: Ministro JOSÉ JORGE

Recurso: 013.980/2005-9/R001
Recorrente: Sinfronio Brito Moraes
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: AROLDO CEDRAZ

Recurso: 018.238/2008-4/R001
Recorrente: Francisco Flamarion Portela
Motivo do sorteio: Recurso de revisão
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Recurso: 013.396/2009-9/R001
Recorrente: Vanuzia Araujo da Silva/Francisco das Chagas Dantas Pereira/José Almeida Silva/
José Araújo da Silva
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: BENJAMIN ZYMLER

Recurso: 013.396/2009-9/R002
Recorrente: CONPAC - CONSTRUTORA COMPACTA LTDA
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: BENJAMIN ZYMLER

Recurso: 020.822/2009-2/R001
Recorrente: ZUCATELLI EMPREENDIMENTOS LTDA.
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: RAIMUNDO CARREIRO

Recurso: 022.091/2009-5/R001
Recorrente: Daniel Capitani
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: RAIMUNDO CARREIRO

Recurso: 004.451/2010-4/R001
Recorrente: Maria Veralúcia Leite Nogueira
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: AROLDO CEDRAZ

Recurso: 033.162/2010-7/R002
Recorrente: Michel Marques Abrahão
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Recurso: 034.178/2010-4/R001
Recorrente: Gutman Uchôa de Mendonça
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: BENJAMIN ZYMLER

Recurso: 032.316/2011-9/R002
Recorrente: MICRON GÊNEROS ALIMENTÍCIOS LTDA.
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: BENJAMIN ZYMLER

Recurso: 003.208/2012-5/R001
Recorrente: Expedido Nunes Fernandes Neto
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: ANA ARRAES

Recurso: 011.318/2012-0/R001
Recorrente: MARCIO MENDES JUNIOR
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: RAIMUNDO CARREIRO

Recurso: 011.321/2012-1/R001
Recorrente: Tatiane da Silva Ribeiro
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: ANA ARRAES

Recurso: 013.802/2012-7/R001
Recorrente: Cláudia Perdigão de Souza
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: BENJAMIN ZYMLER

Recurso: 016.713/2012-5/R001
Recorrente: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL - MEC
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: RAIMUNDO CARREIRO

Recurso: 016.717/2012-0/R001
Recorrente: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL - MEC
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: ANA ARRAES

Recurso: 016.718/2012-7/R001
Recorrente: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL - MEC
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: ANA ARRAES

Recurso: 026.524/2012-0/R001
Recorrente: ABCTRANS - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE CONSULTORIA DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: WALTON ALENCAR RODRIGUES

Recurso: 030.750/2012-1/R001
Recorrente: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL - MEC
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: ANA ARRAES

Recurso: 037.706/2012-8/R001
Recorrente: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: ANA ARRAES

Recurso: 041.836/2012-0/R001
Recorrente: MATHEUS HENRIQUE MEDEIROS LIRA DE ARAÚJO/MILTON CANDOIA DE ARAÚJO NETO
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: BENJAMIN ZYMLER

SUSTENTAÇÕES ORAIS

Na apreciação do processo nº TC-015.916/2009-0, cujo relator é o Ministro Raimundo Carreiro, produziram sustentação oral os Drs. Rodrigo Alves Chaves, em nome da Federação Nacional dos Portuários; Juarez Freitas, em nome da Associação Brasileira dos Terminais de Contêineres de Uso Público; Flávio Bettega, em nome da Portonave S/A - Terminais Portuários de Navegantes, e Egon Bockmann Moreira, em nome da Embraport - Empresa Brasileira de Terminais Portuários S/A.

PEDIDOS DE VISTA

Com base no artigo 119 do Regimento Interno, foi suspensa a votação do processo nº TC-015.916/2009-0, cujo relator é o Ministro Raimundo Carreiro, em função de pedido de vista formulado pelo Ministro Aroldo Cedraz. Já votou o relator e os Ministros Walton Alencar Rodrigues e José Jorge, que o acompanharam. O relatório, voto e minuta de Acórdão constam do Anexo IV desta Ata.

Com base no artigo 112 do Regimento Interno, foi adiada a discussão do processo nº TC-043.954/2012-0, cujo relator é o Ministro Raimundo Carreiro, em função de pedido de vista formulado pela Ministra Ana Arraes.

PROCESSOS TRANSFERIDOS PARA A SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE CARÁTER RESERVADO

Foram transferidos para a pauta da sessão extraordinária de caráter reservado realizada nesta data os processos nºs TC-030.688/2011-6 e TC-041.899/2012-1, cujo relator é o Ministro Aroldo Cedraz.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de pauta os processos de nºs:

TC-006.251/2011-0, cujo relator é o Ministro Aroldo Cedraz;

TC-929.440/1998-6, cujo relator é o Ministro Raimundo Carreiro;

TC-015.419/2012-6, cujo relator é o Ministro José Jorge;

TC-000.286/2010-9 e TC-006.923/2010-0, cuja relatora é a Ministra Ana Arraes;

TC-016.459/2010-5 e TC-032.475/2011-0, cujo relator é o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho; e

TC-020.480/2012-1, cujo relator é o Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

O Tribunal Pleno aprovou as relações de processos a seguir transcritas e proferiu os Acórdãos de nºs 166 a 192.

RELAÇÃO Nº 5/2013 - Plenário
Relator - Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

ACÓRDÃO Nº 166/2013 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão plenária, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 143, 237, parágrafo único, 218 e 250 do Regimento Interno, quanto ao processo a seguir relacionado, em:

a) dar quitação aos Desembargadores Flora Maria Ribas Araújo, Pedro Pereira de Oliveira e Rosa Maria Nascimento Silva das multas que lhes foram aplicadas por meio do Acórdão nº 94/2005-TCU-Plenário;

b) nos termos da Questão de Ordem da Presidência deste Tribunal (ATA 22/2011-Plenário), encaminhar ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais da Advocacia-Geral da União, bem como à Conjur/TCU, as informações necessárias ao acompanhamento da Ação Ordinária 2008.41.00.003107- 5/3ª Vara Federal - Rondônia, que tramita no Tribunal Regional Federal da 1ª Região;

1. Processo TC-003.817/2003-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Responsáveis: Flora Maria Ribas Araújo (080.229.689-00); José Bonifácio Melo de Oliveira (080.328.232-04); Pedro Pereira de Oliveira (021.884.572-34); Rosa Maria Nascimento Silva (418.816.057-87); Vulmar de Araujo Coelho Junior (507.309.167-15).
1.2. Interessado: Sílvio Roberto Oliveira de Amorim Júnior, Procurador da República.
1.3. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho 14ª Região.
1.4. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.7. Advogado constituído nos autos: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Ata n° 5/2013 - Plenário
Data da Sessão: 20/2/2013 - Ordinária

RELAÇÃO Nº 3/2013 - Plenário
Relator - Ministro RAIMUNDO CARREIRO

ACÓRDÃO Nº 167/2013 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento no art. 20 da Lei nº 8.443/92 e nos arts. 143, inciso I, 169, inciso I; e 211 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em arquivar a presente tomada de contas especial, ante a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, com fundamento nos arts. 5º, §§ 4º e 5º, e 10 da IN-TCU 56/2007, c/c arts. 169, inciso VI, e 212 do Regimento Interno do TCU; e dar ciência deste Acórdão ao Ministério da Saúde, à Sra. Suely Pinotti, na qualidade de inventariante de José Aristodemo Pinotti, e ao Sr. Nader Wafae.

1. Processo TC-019.574/2012-6 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Jose Aristodemo Pinotti (014.288.378-68); Nader Wafae (035.927.588-53)
1.2. Unidade: Secretaria Estadual de Saúde de São Paulo
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - SP (SECEX-SP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO Nº 168/2013 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "e", e 183, inciso I, alínea d, do Regimento Interno/TCU, em Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para cumprimento dos Subitens 9.4 do Acórdão 3266/2012- Plenário, a contar da notificação, conforme instrução da Unidade Técnica.

1. Processo TC-008.503/2012-5 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)
1.1. Responsável: Valdomiro Lopes da Silva Junior, Prefeito
1.2. Unidade: Município de São José do Rio Preto (SP)
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Sec. Fisc. de Obras de Energ. e Saneam. (SecobEnerg).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 169/2013 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "e", e 183, inciso I, alínea d, do Regimento Interno/TCU, em Prorrogar por mais 30 (trinta) dias, a contar da notificação, o prazo previsto no subitem 9.2 do Acórdão 3076/2012 - Plenário, conforme instrução da Unidade Técnica.

1. Processo TC-013.718/2012-6 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)
1.1. Responsáveis: Eugenio Dezen (211.053.830-91); Fernando Tadeu de Castilho (029.554.868-17)
1.2. Unidade: Petrobras S.A. - Unidade de Operações de Exploração e Produção de Sergipe e Alagoas, e Petrobras S.A. - Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados em Sergipe.
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - SE (SECEX-SE).
1.6. Advogados constituídos nos autos: Carlos da Silva Fontes Filho (OAB/RJ 59.712), Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB/DF 20.015), Nilton Antonio de Almeida Maia (OAB/RJ 67.460).

ACÓRDÃO Nº 170/2013 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo abaixo relacionado, que trata de fiscalização para analisar se as participações da empresa E. F. 3 Comércio e Serviços ME (CNPJ 05.432.902/0001-10) em licitações efetuadas por entes da administração pública federal, com tratamento diferenciado a microempresas e empresas de pequeno porte, ocorreram com estreita observância aos preceitos legais expressos na Lei Complementar 123/2006, na Lei Complementar 139/2011, na Lei 10.520/2002 e na Instrução Normativa-Departamento Nacional de Registro do Comércio-DNRC 103/2007, com fundamento nos arts. 143, III, 235 e 237, do RI/TCU, ACORDAM conhecer da presente representação para, no mérito, considerá- la improcedente; com fundamento nos arts. 33 e 34 da Resolução-TCU nº 191/2006, apensar definitivamente o presente processo à representação que lhe deu origem (TC 023.692/2012-0) assim que ocorra o trânsito em julgado da deliberação; remeter cópia deste Acórdão à empresa E. F. 3 Comércio e Serviços Ltda. ME (CNPJ 05.432.902/0001-10).

1. Processo TC-028.782/2012-7 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Interessado: E. F. 3 Comércio e Serviços Ltda. ME (CNPJ 05.432.902/0001-10).
1.2. Unidade: Instituto Militar de Engenharia - RJ
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - RJ (SECEX-RJ).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 171/2013 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo abaixo relacionado, que trata de fiscalização realizada pela Secretaria de Controle Externo - RJ em procedimentos licitatórios com tratamento diferenciado a microempresas - ME e empresas de pequeno porte - EPP, em conformidade com a determinação das alíneas "a" e "c" do Despacho exarado em 20/8/2012 pelo Exmo. Sr. Ministro-Relator Raimundo Carreiro nos autos do TC 023.692/2012-0, com fundamento nos arts. 143, III, 235 e 237, do RI/TCU, ACORDAM em conhecer da presente representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade, para, no mérito, considerá- la improcedente; aceitar as justificativas contidas na manifestação encaminhada pela empresa Penha Rio Veículos e Comércio Ltda. (CNPJ 03.397.076/0001-90) em resposta à oitiva realizada por esta Corte por meio do Ofício 2461/2012-TCU/SECEX-RJ; com fundamento nos arts. 33 e 34 da Resolução-TCU nº 191/2006, apensar definitivamente o presente processo à representação que lhe deu origem (TC 023.692/2012-0) assim que ocorra o trânsito em julgado da deliberação; remeter cópia deste Acórdão, à empresa Penha Rio Veículos e Comércio Ltda. (CNPJ 03.397.076/0001-90).

1. Processo TC-028.824/2012-1 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Interessado: Penha Rio Veículos e Comércio Ltda (03.397.076/0001-90)
1.2. Unidade: Comando da 1ª Divisão de Exército
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - RJ (SECEX-RJ).
1.6. Advogado constituído nos autos: Fernanda de Oliveira Bezerra Guimarães (OAB/RJ 174.796)

ACÓRDÃO Nº 172/2013 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo abaixo relacionado, que trata de fiscalização realizada pela Secretaria de Controle Externo - RJ em procedimentos licitatórios com tratamento diferenciado a microempresas - ME e empresas de pequeno porte - EPP, em conformidade com a determinação das alíneas "a" e "c" do Despacho exarado em 20/8/2012 pelo Exmo. Sr. Ministro-Relator Raimundo Carreiro nos autos do TC 023.692/2012-0, com fundamento nos arts. 143, III e 237, do RI/TCU, ACORDAM em conhecer da presente representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237 do Regimento Interno deste Tribunal, para, no mérito, considerá- la improcedente; aceitar as justificativas contidas na manifestação encaminhada pela empresa Website Acessórios e Suprimentos Ltda. (CNPJ 04.187.462/0001-10) em resposta à oitiva realizada por esta Corte por meio do Ofício 2457/2012-TCU/SECEX-RJ; com fundamento nos arts. 33 e 34 da Resolução-TCU nº 191/2006, apensar definitivamente o presente processo à representação que lhe deu origem (TC 023.692/2012-0) assim que ocorra o trânsito em julgado da deliberação; remeter cópia deste Acórdão, à empresa Website Acessórios e Suprimentos Ltda. (CNPJ 04.187.462/0001-10), conforme os instrução da Unidade Técnica.

1. Processo TC-028.837/2012-6 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Interessado: Website Acessorios e Suprimentos Ltda (04.187.462/0001-10)
1.2. Unidade: Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia - Into; Serviço Regional de Proteção ao Voo de São Paulo-SRPVSP; Academia da Força Aérea-AFA; 12ª Brigada de Infantaria Leve (Aeromóvel) - 12ª Bda Inf L (Amv)
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - RJ (SECEX-RJ).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 173/2013 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno/TCU, c/c o enunciado nº 145 da Súmula da Jurisprudência predominante do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, em retificar, por inexatidão material o Acórdão 2812/2012 - Plenário - TCU, prolatado na Sessão de 17/10/2012, Ata nº 41/2012, relativamente ao subitem 9.4, para que, onde se lê "9.2.3", leia-se "9.2.2", mantendo-se os demais termos do Acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos pela Semag e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-000.049/2012-3 (SOLICITAÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL)
1.1. Interessado: Senado Federal
1.2. Unidade: União Federal
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria-Geral de Controle Externo (SEGECEX).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

Ata n° 5/2013 - Plenário
Data da Sessão: 20/2/2013 - Ordinária

RELAÇÃO Nº 5/2013 - Plenário
Relator - Ministro JOSÉ JORGE

ACÓRDÃO Nº 174/2013 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "e", e 183, inciso I, alínea d, do Regimento Interno, em autorizar a prorrogação de prazo solicitada pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN/MEC), por mais 60 (sessenta) dias, a contar da ciência desta deliberação, para cumprimento das determinações constantes do Acórdão nº 2315/2012 - TCU - Plenário:

1. Processo TC-035.711/2012-4 (MONITORAMENTO)
1.1. Interessada: Secretaria de Controle Externo - Secex-RN (00.414.607/0017-85)
1.2. Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN/MEC)
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - RN (Secex-RN).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 175/2013 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os art. 143, inciso III, 250, inciso II, do Regimento Interno e no art. 42 da Resolução TCU nº 191/2006, em considerar cumpridas as determinações contidas nos subitens 9.2.1, 9.2.2, 9.2.4 e 9.3 e parcialmente atendidas as contidas nos subitens 9.2.3 e 9.4.2 todos do Acórdão nº 766/2010 - TCU - Plenário, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.706/2012-4 (RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO)
1.1. Interessado: Tribunal de Contas da União - TCU
1.2. Órgão: Ministério da Saúde (vinculador)
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaude).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.
1.8. Encaminhar os presentes autos à Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo - SEPROG para as providências indicadas.

ACÓRDÃO Nº 176/2013 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso III, e 169, inciso V, do Regimento Interno, c/c o artigo 40, inciso V, da Resolução 191/2006, em determinar o arquivamento dos presentes autos, mantendo-se a chancela de sigilo aposta às peças 114 e 116 deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.488/2012-7 (RELATÓRIO DE LEVANTAMENTOS)
1.1. Responsável: Companhia Brasileira de Trens Urbanos (42.357.483/0001-26)
1.2. Entidades: Agência Especial de Financiamento Industrial - BNDES/MDIC; BNDES Participações S.A. - BNDES/MDIC; Casa da Moeda do Brasil - MF; Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - MME; Centro de Pesquisa de Energia Elétrica - MME; Comissão de Valores Mobiliários - MF; Comissão Nacional de Energia Nuclear - MCT; Companhia Brasileira de Trens Urbanos - MICI; Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - MME; Eletrobrás Participações S.A.; Eletrobrás Termonuclear S.A. - Grupo Eletrobras - MME; Empresa de Pesquisa Energética - MME; Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP; Furnas Centrais Elétricas S.A. - Grupo Eletrobras - MME; Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - MCT; Instituto Nacional da Propriedade Industrial - MDIC; Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - MDIC; IRB-Brasil Resseguros S.A. - MF; Nuclebras Equipamentos Pesados S.A. - MCT; Petrobras Biocombustível S. A.; Petrobras Distribuidora S.A. - MME; Petrobras Gás S.A. - MME; Petrobras Transporte S.A. - MME; Petróleo Brasileiro S.A. - MME; Sociedade Fluminense de Energia Ltda.; Superintendência de Seguros Privados - MF; Transportadora Associada de Gás S. A. Grupo Petrobras - MME; Transportadora Bras. Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. - Petrobras - MME.
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Sec. CE da Administração Indireta no Rio de Janeiro (SecexAIRJ).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 177/2013 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei n.º 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso XXIV, 17, inciso IV, 143, inciso III, 237, e 250, inciso I, do Regimento Interno, em considerar improcedente a representação adiante relacionada e arquivar o processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.523/2011-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Interessado: Tribunal de Contas da União - TCU
1.2. Entidade: Secretaria de Estado da Saúde do Governo do Amapá (Sesa/AP)
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - AP (Secex-AP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 178/2013 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea d, do Regimento Interno, c/c o enunciado n.º 145 da Súmula da Jurisprudência predominante do Tribunal de Contas da União, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão TCU nº 107/2013 - Plenário, prolatado na Sessão de 30/1/2013, Ata n.º 3/2013 - Plenário, relativamente ao subitem 9.2, mantendo-se os demais termos do Acórdão ora retificado:

Onde se lê:
"9.2. (...) conforme tratado no Acórdão 1.462/2012 - Plenário;"

Leia-se:
"9.2. (...) conforme tratado no Acórdão 1.462/2010 - Plenário;"

1. Processo TC-045.663/2012-2 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Interessada: América Tecnologia de Informática e Eletro-Eletrônico Ltda.
1.2. Órgão: Superior Tribunal Militar - STM
1.3. Relator: Ministro José Jorge
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: 3ª Secretaria de Controle Externo (Secex-3).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Ata n° 5/2013 - Plenário
Data da Sessão: 20/2/2013 - Ordinária

RELAÇÃO Nº 3/2013 - Plenário
Relator - Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

ACÓRDÃO Nº 179/2013 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento no art. 1º da Lei nº 8.443/92 c/c o art. 143, inciso V; alínea "e", do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em autorizar a prorrogação do prazo solicitado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-000.184/2010-1 (MONITORAMENTO)
1.1. Responsáveis: Francisco José Gomes de Oliveira (196.953.902-00); Jorge Luiz Hessel (133.488.092-15)
1.2. Interessada: Secretaria de Controle Externo/AC (00.414.607/0027-57
1.3. Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Acre - Mapa
1.4. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - AC (SECEX-AC).
1.7. Advogado constituído nos autos: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 180/2013 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", e 243 do Regimento Interno, c/c os arts. 40, inciso V, e 42 da Resolução TCU nº 191/2006, ACORDAM em considerar cumprida a determinação contida no item 9.1 do Acórdão nº 2.321/2012-TCU-Plenário, dar ciência desta deliberação à Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária em Sergipe e à Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Irrigação - Governo de Sergipe e autorizar o encerramento do presente processo com seu apensamento definitivo ao TC 005.819/2011-3, conforme os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-039.674/2012-6 (MONITORAMENTO)
1.1. Responsáveis: Carlos Antônio de Siqueira Fontenele (CPF 132.276.611- 7, Chefe da Divisão Fundiária do Incra/SE), Jorge Tadeu Jatobá Correia (CPF 140.452.064-34, Superintendente Regional do Incra/SE), José Macedo Sobral (CPF 349.506.805-87, Secretário de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Rural de Sergipe), Paulo Carvalho Viana (CPF 051.443.295-00, Secretário de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário de Sergipe) e Roberto Vilas Boas Monte (CPF 601.271.805-59, membro do Comitê de Decisão Regional)
1.2. Unidades: Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária em Sergipe e Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Irrigação - Governo de Sergipe
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - SE (SECEX-SE).
1.6. Advogado constituído nos autos: Antonio João Rocha Messias (OAB/SE nº 1.122)
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há

ACÓRDÃO Nº 181/2013 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno/TCU, c/c o Enunciado nº 145 da Súmula da Jurisprudência predominante do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, em retificar, por inexatidão material o Acórdão 2577/2012 - TCU - Plenário, prolatado na Sessão de 26/9/2012, Ata nº 38/2012, relativamente aos subitens 9.1 e 9.3, para que, onde se lê "Lídia Maria de Assim Monteiro", leia-se "Lídia Maria de Assis Monteiro", mantendo-se os demais termos do Acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.121/2011-4 (Pedido de Reexame em Relatório de Auditoria)
1.1. Recorrentes: Petrônio Aparecido Chaves Antunes (Diretor-Presidente do Departamento de Pavimentação e Saneamento do Acre-Depasa/AC, CPF nº 955.199.981-91), Jailson Barbosa de Souza (Presidente da Comissão Permanente de Licitação-01, CPF nº 634.443.722-72), Lídia Maria de Assis Monteiro (membro da Comissão Permanente de Licitação-01, CPF nº 216.270.962-72) e Priscila da Silva Melo (membro da Comissão Permanente de Licitação-01, CPF nº 000.977.062-30)
1.2. Unidades: Governo do Estado do Acre e Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Acre
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - AC (SECEX-AC).
1.7. Advogado constituído nos autos: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 182/2013 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento nos arts. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993; 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 235 e 237 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em conhecer da representação, para no mérito considerá-la improcedente, indeferindo o pedido de medida cautelar formulado, em face da inexistência dos pressupostos necessários para sua adoção, arquivando-a e dando ciência à representante com o envio de cópia da respectiva instrução, conforme os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-000.403/2013-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Comercial Portoalegrense de Máquinas Calculadoras Ltda. (CNPJ: 87.138.145/0001-31)
1.2. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Rio Grande do Sul (SAMF/RS)
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - RS (SECEX-RS)
1.6. Advogada constituída nos autos: Miriam Heinzelmann Priebe (OAB/RS 7.800)
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há

ACÓRDÃO Nº 183/2013 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso III, e 237, parágrafo único, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em conhecer da representação, mas considerá-la prejudicada, por perda de objeto, indeferindo, por consequência, a medida cautelar pleiteada e arquivando-a, dando-se ciência do decidido à representante, com o envio de cópia da respectiva instrução, conforme os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-000.881/2013-9 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Active - Engenharia Ltda. (CNPJ: 68.287.143/0001-60)
1.2. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em São Paulo (SAMF/SP)
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - SP (SECEX-SP)
1.6. Advogado constituído nos autos: Caio Costa e Paula (OAB/SP 234.329)
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há

ACÓRDÃO Nº 184/2013 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/92 c/c os arts. 143, inciso III; e 237 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em conhecer da representação, indeferir o pedido de medida cautelar, e, no mérito, considerá-la improcedente, arquivando-a e dando ciência ao representante e à Gerência de Filial de Logística da Caixa Econômica Federal em Bauru/SP, com o envio de cópia da respectiva instrução, conforme os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.256/2013-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Sindicato das Empresas de Segurança Privada, Segurança Eletrônica, Serviços de Escolta e Cursos de Formação do Estado de São Paulo - SESVESP (53.821.401/0001-79)
1.2. Unidade: Caixa Econômica Federal - MF
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - SP (SECEX-SP).
1.6. Advogado constituído nos autos: Diogo Telles Akashi (OAB/SP 207.534)
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 185/2013 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso III; e 237 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em conhecer da representação, para no mérito considerá-la improcedente, indeferindo o requerimento de medida cautelar, arquivando-a e dando ciência à representante, com o envio de cópia da respectiva instrução, conforme os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.755/2013-7 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Prosegur Brasil S/A - Transportadora de Valores e Segurança (17.428.731/0001-35)
1.2. Unidade: Caixa Econômica Federal - MF
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - PE (SECEX-PE).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Ata n° 5/2013 - Plenário
Data da Sessão: 20/2/2013 - Ordinária

RELAÇÃO Nº 1/2013 - Plenário
Relatora - Ministra ANA ARRAES

ACÓRDÃO Nº 186/2013 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 169, inciso V, do Regimento Interno, em considerar cumpridas as determinações dos itens 9.1.5, 9.1.6, 9.2.1, 9.2.2, 9.2.3, 9.2.4, 9.2.5, 9.2.6 e 9.2.7 do acórdão 94/2003-Plenário e do item 9.2 do acórdão 2.042/2010-Plenário; em dar ciência desta deliberação à Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e em arquivar o processo.

1. Processo TC-014.188/2001-5 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Unidade: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
1.3. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 187/2013 - TCU - Plenário

Considerando este recurso de revisão interposto por Maria das Graças Soutelo Cordeiro contra o acórdão 503/2012-Plenário, que conheceu e considerou parcialmente procedente representação formulada por unidade técnica desta Corte, rejeitou suas razões de justificativa e aplicou-lhe multa de R$ 3.000,00;

considerando que não é cabível a interposição de recurso de revisão em processo de representação, onde a espécie recursal adequada é o pedido de reexame;

considerando a intempestividade do recurso, eis que, notificada da deliberação em 30/03/2012, a recorrente interpôs o apelo em 12/12/2012;

considerando que, apesar de inadequado, em atenção ao princípio da fungibilidade, não haveria óbice ao seu conhecimento como pedido de reexame;

considerando, contudo, que, ainda que a documentação trouxesse fatos novos suficientes para permitir seu exame fora do prazo, não se poderia conhecê-la em razão do esgotamento do prazo de 180 (cento e oitenta) dias previsto no Regimento Interno;

considerando a impossibilidade do manejo de quaisquer dos recursos previstos nos normativos desta Casa contra a deliberação recorrida, já definitivamente julgada no âmbito desta Corte de Contas;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, por unanimidade, com fundamento no art. 32, parágrafo único e inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os art. 285, caput e §2º, e 286, caput e parágrafo único, do Regimento Interno, e de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em não conhecer do recurso de revisão, por inadequação e intempestividade, e em enviar os autos à Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará - Secex/PA, para que dê ciência desta deliberação e da instrução constante da peça 75 à recorrente.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1. Processo TC-012.787/2009-7 (RECURSO)
1.1. Classe de Assunto: I.
1.2. Apenso: TC-012.214/2012-4 (COBRANÇA EXECUTIVA).
1.3. Recorrente: Maria das Graças Soutelo Cordeiro (CPF 049.116.952-34).
1.4. Unidade: Governo do Estado do Pará.
1.5. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.6. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.7. Relator da deliberacao recorrida: ministro José Jorge.
1.8. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).
1.9. Advogado constituído nos autos: Márcio Augusto de Lima Dias (OAB/PA 6791-B).
1.10. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 188/2013 - TCU - Plenário

Considerando esta representação da Controladoria Geral da União acerca de irregularidades na aplicação de recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE repassados ao Município de Matriz de Camaragibe/AL nos exercícios de 2002 a 2006;
considerando que, por meio do acórdão 3.389/2010-Plenário, este Tribunal rejeitou as justificativas apresentadas pelos responsáveis e aplicou-lhes a multa do art. 58, II, da Lei 8.443/1992;
considerando que, nesta fase de exame de embargos de declaração interpostos contra deliberação que negou provimento a pedido de reexame, um dos responsáveis requereu parcelamento da multa que lhe foi cominada (peça 67);
considerando que a autorização para parcelamento das dívidas não constou expressamente do acórdão condenatório;
considerando os princípios da economia e celeridade processuais;
considerando o art. 217 do Regimento Interno do TCU, que assegura que *"em qualquer fase do processo, o Tribunal poderá autorizar o pagamento parcelado da importância devida em até trinta e seis parcelas, desde que o processo não tenha sido remetido para cobrança judicial.";*
os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, em autorizar ao Sr. Cícero Cavalcante de Araújo, bem como aos demais responsáveis, caso venha a ser por eles solicitado, o parcelamento das dívidas imputadas pelos itens 9.2 e 9.3 do acórdão 3.389/2010 - Plenário, em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/92, c/c o art. 217 do Regimento Interno, e, após a adoção das medidas necessárias, devem os autos retornar, para instrução dos embargos opostos.

1. Processo TC-013.206/2008-8 (EMBARGOS)
1.1. Apensos: TC-028.392/2009-6 (Solicitação), TC-020.474/2010-5 (Solicitação).
1.2. Classe de Assunto: I.
1.3. Responsáveis: A C Araújo Costa (CNPJ 01.565.871/0001-15), Altanis Lima de Oliveira (CPF 678.442.194-91), Andrade e Alves Comércio Ltda. (CNPJ 02.791.064/0001-83), Benedito Pereira da Silva (CPF 134.318.704-49), Cicero Cavalcante de Araujo (CPF 846.808.908-78), Com. e Representações Azarias Ltda. (CNPJ 04.709.173/0001-34), Comercial Paris Ltda. (CNPJ 05.361.322/0001-80), Condo-max Comércio e Representações e Serviços Ltda. (CNPJ 03.991.746/0001-00), Djalma Aprigio dos Santos (CPF 509.457.504-04), Ely Afonso Bezerra de Mendonça (CPF 021.769.604-08), Gomes & Calheiros Ltda. (CNPJ 06.056.962/0001-49), K O Santos & Cia Ltda. (CNPJ 06.156.448/0001-85), Marcos Antonio Trindade de Oliveira (CPF 431.329.524-00), Marcos Paulo do Nascimento (CPF 650.763.384-49), Metrópolis Comércio e Representação Ltda. (CNPJ 03.939.306/0001-04), Mundi - Comércio e Representações Ltda. (CNPJ 04.880.636/0001-26), Pentágono Com. e Representações Ltda. (CNPJ 04.463.342/0001-07), Pontes e Amorim Representações e Comércio Ltda. (CNPJ 06.097.146/0001-83), S L Comércio e Representações Ltda. (CNPJ 03.105.552/0001-52), Setas Representações e Comércio Ltda. (CNPJ 04.168.354/0001-09), Silvano Santos Ferreira Com. e Rep. ME (CNPJ 06.087.560/0001-01), Suevit - Torres e Queiroz Ltda. (CNPJ 03.596.089/0001-99), Sydney Braga de Souza (CPF 277.612.234-91).
1.4. Representante: Controladoria Geral da União.
1.5. Unidade: Município de Matriz de Camaragibe/AL.
1.6. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.7. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.8. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Alagoas (Secex-AL).
1.9. Advogados: Adeilson Teixeira Bezerra (OAB/AL 4.719), Fábio Henrique Cavalcante Gomes (OAB/AL 4.801) e outros
1.10. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 189/2013 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, considerando que as irregularidades apontadas nos contratos PGE 46/2002 e PGE 45/2002 já estão sendo examinadas nos TCs 028.868/2011-0 e 028.869/2011-7, ainda pendentes de decisão deste Tribunal, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 237, VI, c/c o art. 213, ambos do Regimento Interno, em arquivar o processo, em cumprimento aos princípios da economia processual e da racionalização administrativa, e em dar ciência desta deliberação e da instrução constante da peça 3 à Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará.

1. Processo TC-013.549/2011-1 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Classe de Assunto: VII.
1.2. Apensos: TC-016.707/2011-7 (REPRESENTAÇÃO) e TC-000.530/2011-5 (REPRESENTAÇÃO).
1.3. Interessado: Tribunal de Contas da União - TCU.
1.4. Unidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - Dnocs.
1.5. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.6. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Obras Portuárias, Hídricas e Ferroviárias (SecobHidro).
1.8. Advogado: não há.
1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 190/2013 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", e 169, inciso V, do Regimento Interno, c/c o art. 40, inciso V, da Resolução TCU 191/2006, em determinar o arquivamento do processo a seguir relacionado e em dar ciência desta deliberação à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa e aos responsáveis, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.471/2006-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Classe de Assunto: VII.
1.2. Responsáveis: Gilberto Rocca da Cunha (CPF 334.513.970-72), Lb Consultoria, Assessoria e Eventos Ltda. (CNPJ 06.210.852/0001-90), Lisandra Lunardi (CPF 623.132.310-20), Pedro Paulino Risson (CPF 132.119.940-68), Silvio Crestana (CPF 932.363.288-00).
1.3. Unidade: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Sul (Secex-RS).
1.7. Advogados: Adailton Ribeiro de Souza (OAB/DF 11.307), Ademar Odvino Petry (OAB/DF 5.004) e outros.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 191/2013 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade e de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em conhecer desta representação, uma vez satisfeitos os requisitos de admissibilidade dos arts. 235 e 237 do Regimento Interno; em considerá-la improcedente e em arquivar os autos, sem prejuízo de dar ao representante ciência desta deliberação, acompanhada da instrução da unidade técnica.

1. Processo TC-042.443/2012-1 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Classe de Assunto: VII.
1.2. Representante: Teczap Comércio e Distribuição Ltda.
1.3. Unidade: Governo do Estado de Rondônia.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Rondônia (Secex-RO).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 192/2013 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, considerando que a matéria trazida aos autos já foi analisada por esta Corte no TC-019.395/2012-4, oportunidade em que foi considerado prejudicado seu exame por perda de objeto e determinado seu arquivamento,
ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 237, I, c/c o art. 169, II, do Regimento Interno, em encerrar o processo em razão de decisão anterior pelo seu arquivamento, em dar ciência desta deliberação e da instrução constante da peça 3 à Procuradoria da República no Estado do Piauí, e em promover seu arquivamento.

1. Processo TC-045.759/2012-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Classe de Assunto: VII.
1.2. Representante: Procuradoria da República no Estado do Piauí.
1.3. Unidade: 2° Batalhão de Engenharia de Construção - Comando do Exército.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí (Secex-PI).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Ata n° 5/2013 - Plenário
Data da Sessão: 20/2/2013 - Ordinária

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, o Plenário proferiu os Acórdãos de nºs 193 a 224, a seguir transcritos e incluídos no Anexo III desta Ata, juntamente com os relatórios e votos em que se fundamentaram.

ACÓRDÃO Nº 193/2013 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 011.275/2002-7.
2. Grupo II - Classe I - Assunto: Embargos de Declaração
3. Interessado: Distrito Federal.
4. Entidade: Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF).
5. Relator: Ministro José Jorge
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Jorge.
6. Representante do Ministério Público: não atou.
7. Unidade Técnica: não atuou.
8. Advogado constituído nos autos: Roberta Fragoso Menezes Kaufmann (Procuradora do Distrito Federal).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de Embargos de Declaração opostos pelo Distrito Federal contra o Acórdão 3.061/2012 - Plenário, que conheceu e deu provimento parcial ao recurso de reconsideração interposto contra o Acórdão 1.066/2011 - Plenário, mediante o qual teve suas contas julgadas irregulares, bem assim foi condenado a ressarcir aos cofres do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) as quantias indevidamente utilizadas para o custeio de gratificações concedidas a servidores da polícia militar e do corpo de bombeiros por leis distritais.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento no art. 34 da Lei n.º 8.443, de 1992, conhecer dos embargos opostos para, no mérito, acolhê-los parcialmente;
9.2. alterar o sumário do Acórdão 3.061/2012 - Plenário, que passa a figurar com a seguinte redação:

"SUMÁRIO: RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO. TOMADA DE CONTAS ESPECIAL. FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL. CUSTEIO INDEVIDO DE GRATIFICAÇÕES INSTITUÍDAS POR LEI DISTRITAL. CONTAS IRREGULARES. DÉBITO. ARGUMENTOS INCAPAZES DE ALTERAR OS FUNDAMENTOS DA DELIBERAÇÃO RECORRIDA. JUROS DE MORA INCIDENTES SOBRE AS QUANTIAS DEVIDAS. DISPENSA DO RECOLHIMENTO DESSES VALORES EM VIRTUDE DAS PECULIARIDDES DO CASO CONCRETO. MANUTENÇÃO DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA NO CÁLCULO DO DÉBITO. CONHECIMENTO E PROVIMENTO PARCIAL. COMUNICAÇÃO.
Compete ao Tribunal de Contas da União a fiscalização da aplicação dos recursos federais descentralizados pela União ao Distrito Federal no âmbito do Fundo Constitucional do Distrito Federal.
É ilegal a utilização de recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal para a realização de pagamentos de gratificações salariais criadas por lei distrital."

9.3. dar ciência do presente Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, ao embargante e ao Ministério da Fazenda.

10. Ata n° 5/2013 - Plenário.
11. Data da Sessão: 20/2/2013 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0193-05/13-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge (Relator) e Ana Arraes.
13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 194/2013 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 000.723/2013-4.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I Agravo (em processo de Representação).
3. Recorrentes: PNG Brasil Produtos Siderúrgicos Ltda. (00.586.917/0001-10) e Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.
4. Entidade: Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. - MT.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade técnica: Secretaria de Fiscalização de Obras Portuárias, Hídricas e Ferroviárias (SecobHidro).
8. Advogado constituído nos autos: Marçal Justen Filho - OAB/PR nº 7.468 e outros - procuração (doc. 28).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de agravos interpostos contra despacho que concedeu medida cautelar para suspensão de procedimento licitatório, nos termos do art. 276 do Regimento Interno/TCU, e autorizou oitivas, nos autos de representação formulada pela empresa GF Consultoria em Informática e Eventos Ltda. contra a Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S/A;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 289 do Regimento Interno, em:
9.1. conhecer dos agravos para, no mérito, negar-lhes provimento;
9.2. restituir os autos à SecobHidro, para prosseguimento do feito;
9.3. encaminhar cópia desta deliberação às agravantes.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

10. Ata n° 5/2013 - Plenário.
11. Data da Sessão: 20/2/2013 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0194-05/13-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.
13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 195/2013 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 004.176/1999-5.
1.1. Apenso: 012.054/2001-2
2. Grupo I - Classe de Assunto: I Recurso de reconsideração (em Tomada de Contas)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessados: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Rio Grande do Sul (00.396.895/0031-40).
3.2. Responsáveis: Antônio Carlos Menna Barreto Filho (050.157.230-91); Antonio Ernesto Diel (008.100.100-20); Antônio Jorge Camardelli (157.222.440-15); Associação Sul Brasileira das Indústrias de Produtos Suínos (92.941.574/0001-82); Carlos Roberto Foschiera (012.700.520-04); Clóvis Antônio Schwertner (185.728.390-20); Dalila Silva dos Santos (282.887.340-49); Fundação de Cooperação para o Desenvolvimento Cultural (87.632.717/0001-34); Instituto de Estudos Jurídicos da Atividade Rural (01.120.285/0001-67); João Adolfo Kasper (130.776.190-91); Júlio Maria Porcaro Puga (189.692.246-53); Mario Pereira (171.321.000-25); Nelton Andrade de Azevedo (169.654.000-30); Odalniro Irineu Paz Dutra (196.888.490-49); Scala Serviços de Limpeza e Conservação Ambiental Ltda. (74.107.897/0001-93).
3.3. Recorrentes: Associação Sul Brasileira Ind. de Produtos Suínos (92.941.574/0001-82); Odalniro Irineu Paz Dutra (196.888.490-49); Instituto de Estudos Jurídicos da Atividade Rural (01.120.285/0001-67).
4. Órgão: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Rio Grande do Sul - MAPA.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo - RS (SECEX-RS).
8. Advogados constituídos nos autos: Ricardo Barbosa Alfonsin (OAB/RS 9.275); Daniel Radici Jung (OAB/RS 47.874); Thais Oliveira dos Santos (OAB/RS 77.543); Cristina de Jesus (OAB/RS 72.639); Luiz Mário Pimenta Filho (OAB/RS 41.166).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que, nesta fase processual, tratam de recursos de reconsideração interpostos por Odalniro Irineu Paz Dutra, Associação Sul Brasileira Ind. de Produtos Suínos e Instituto de Estudos Jurídicos da Atividade Rural, contra o Acórdão 3.241/2011 - Plenário;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 32, inciso I, e art. 33 da Lei 8.443/92, em:
9.1. conhecer dos recursos para, no mérito, negar-lhes provimento; e
9.2. dar ciência desta deliberação à Procuradoria da República no Rio Grande do Sul, à Associação Independente das Empresas de Vigilância e Segurança do Estado do Rio Grande do Sul e ao Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento.

10. Ata n° 5/2013 - Plenário.
11. Data da Sessão: 20/2/2013 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0195-05/13-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.
13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 196/2013 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 014.066/2010-6.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I Embargos de declaração(Relatório de Auditoria)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Responsáveis: Construtora Celi Ltda. (13.031.257/0001-52); Dulcival Santana de Jesus (189.717.505-10); Emurb/se (13.118.245/0001-60); Gilvan Souza Sandes (371.095.965-91); José Henrique Rodrigues (408.388.387-15); Luciano Azevedo Pimentel (101.168.935-91); Maria Lucimar Silva Oliveira (127.556.645-68); Paulo Fernando Costa da Cruz (149.442.355-34); Paulo Roberto Melo Costa (127.087.635-04); Sercol Saneamento & Construções Ltda (02.053.711/0001-50)
3.2. Recorrente: Paulo Roberto Melo Costa (127.087.635-04).
4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Aracaju - SE.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
5.1. Relator da deliberacao recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo - SE (SECEX-SE).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos os embargos de declaração opostos por Paulo Roberto Melo Costa em face do Acórdão nº 3078/2012-TCU-Plenário que conheceu e negou provimento a Pedido de Reexame anteriormente intentado contra o Acórdão nº 1.016/2011-TCU-Plenário;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 34 da Lei nº 8.443/92 c/c o art. 287 do Regimento Interno, em:
9.1. conhecer dos embargos de declaração, para, no mérito, negar-lhes provimento.
9.2. encaminhar cópia desta deliberação ao embargante.

10. Ata n° 5/2013 - Plenário.
11. Data da Sessão: 20/2/2013 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0196-05/13-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.
13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 197/2013 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 046.860/2012-6.
2. Grupo I - Classe de Assunto II: Solicitação do Congresso Nacional
3. Interessados/Responsáveis: Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados.
4. Órgão: Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria-Geral de Controle Externo (SEGECEX).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de Solicitação do Congresso Nacional, oriundo da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, em que requer a este Tribunal a realização de procedimento de fiscalização e controle destinado a apurar denúncias de irregularidades no deferimento de produtos sem a necessária avaliação toxicológica, de responsabilidade da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer da presente Solicitação do Congresso Nacional com fundamento no inciso IV do art. 71 da Constituição Federal, c/c os arts. 38, inciso I, da Lei 8.444/1992, 232, inciso III, do Regimento Interno/TCU e 4º, inciso I, da Resolução TCU 215/2008;
9.2. autorizar a realização de auditoria operacional, com o objetivo de avaliar a efetividade dos procedimentos de controle adotados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA para a emissão do Informe de Avaliação Toxicológica (IAT);
9.3. encaminhar cópia desta deliberação, bem como do relatório e voto que a fundamentam à Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados, informando-lhe que, tão logo sejam concluso os trabalhos da fiscalização, ser-lhe-á dado conhecimento das medidas adotadas pelo Tribunal;
9.4. remeter os autos à Secretaria de Controle Externo da Saúde para adoção das medidas necessárias.

10. Ata n° 5/2013 - Plenário.
11. Data da Sessão: 20/2/2013 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0197-05/13-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.
13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 198/2013 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 006.993/2011-7.
1.1. Apenso: 014.467/2011-9.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V Relatório de Levantamentos.
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Entidade: Fundação Nacional de Saúde - MS.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade técnica: Secretaria de Fiscalização de Obras de Energia e Saneamento (SecobEnerg).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de relatório de levantamentos para conhecimento da estrutura da Fundação Nacional de Saúde e dos fatores limitantes à sua atuação na consecução de obras de saneamento;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/92 e no art. 250, incisos II e III, do Regimento Interno do TCU, e ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. determinar à Fundação Nacional de Saúde que elabore e encaminhe a esta Corte de Contas, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, plano de ação com cronograma de implementação das medidas para atender às determinações e recomendações deste acórdão;
9.2. determinar à Fundação Nacional de Saúde que:
9.2.1. cancele transferências e respectivos restos a pagar não processados inscritos nos exercícios de 2007 a 2009, relativas a objeto cuja execução física ainda não tenha sido iniciada, conforme art. 68 do Decreto nº 93.872/86 e Parecer 898/PGF/PFE/FUNASA sobre o Decreto nº 7.418/2011;
9.2.2. em futuras transferências, fixe prazo, contado a partir da data de celebração da transferência, para que o convenente apresente ou ajuste a documentação necessária para liberação da primeira parcela de recursos financeiros, e cancele oficialmente a transferência, após transcorrido o prazo sem o cumprimento dos requisitos exigíveis;
9.2.3. em transferências cujas obras já estejam iniciadas, identifique pendências impeditivas para o repasse financeiro de parcelas e adote, no prazo de 30 (trinta) dias, medidas relativas à consecução do objeto pactuado, ou ao cancelamento dos recursos não repassados, ou, ainda, à recomposição de valores repassados no caso de vícios insanáveis;
9.2.4. em transferências não abrangidas pelas determinações dos itens 9.2.2 e 9.2.3, implemente rotinas para identificação e cancelamento de transferências celebradas há mais de um ano, sem registro de execução física e financeira;
9.2.5. considerando a nova sistemática de escolha dos proponentes estabelecida pela segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento, disponibilize na internet:
9.2.5.1. relação dos proponentes que apresentaram carta-consulta com respectivos objetos e valores totais originais solicitados;
9.2.5.2. status "em análise", "aprovado" ou "rejeitado" para cada proposta;
9.2.5.3. identificação e valores dos termos de compromissos celebrados ou motivação resumida da não aprovação da carta-consulta apresentada.
9.2.6. adote procedimentos que possibilitem a identificação e o saneamento de irregularidades ou inconsistências em transferências registradas como adimplentes, com recursos "a comprovar" e "a liberar", com prazo de vigência e de apresentação de contas expirado;
9.2.7. adote procedimentos para evitar inconsistências relativas ao status das transferências celebradas, em registros do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse e do Sistema Integrado de Administração Financeira, bem como para tornar obrigatória a atualização de dados a cada alteração de status;
9.2.8. encaminhe a este Tribunal de Contas da União, ao Ministério da Saúde e ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão:
9.2.8.1. levantamento dos processos de transferências não concluídas, informando o déficit de pessoal da Fundação para realização das atividades de celebração, acompanhamento e controle de transferências, e de que modo esse déficit poderá comprometer, ou mesmo inviabilizar, a execução do montante de recursos prioritários da segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento;
9.2.8.2. plano com quantitativo de pessoal adequado para realização das atribuições da Fundação, contemplando modelos e alternativas para (a) suprir, a médio e longo prazos, o déficit de recursos humanos estimado, considerando a missão institucional e as perspectivas de atuação da Fundação nas ações de saneamento de municípios de até cinquenta mil habitantes; e (b) substituir técnicos da Organização Pan-americana de Saúde, ou qualquer outro prestador terceirizado, que realize serviços próprios das categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos ou vinculados à missão institucional da Fundação;
9.2.9. em relação ao Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse, estabeleça procedimentos para:
9.2.9.1. registro de informações de todas as transferências de recursos da Fundação, independentemente dos instrumentos jurídicos utilizados para sua celebração;
9.2.9.2. verificação da realização tempestiva de registros de informações sob responsabilidade da Fundação e de seus convenentes/compromitentes;
9.2.9.3. orientação dos convenentes/compromitentes sobre a realização dos registros de informações sob sua responsabilidade, para que sejam tempestivos e retratem a situação real em que se encontram as transferências celebradas;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9.2.10. discipline e leve ao conhecimento dos convenentes/compromitentes as medidas punitivas no caso de descumprimento das exigências relativas à realização de registros de informações sob sua responsabilidade no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse;

9.2.11. altere a portaria que disciplina as transferências de recursos do Programa de Aceleração do Crescimento de forma a atender às disposições determinadas nos itens 9.2.9 e 9.2.10;

9.2.12. atualize o Sistema Gerencial de Acompanhamento de Projetos de Saneamento, de modo a:

9.2.12.1. possibilitar a inserção de informações direta e periodicamente por parte dos convenentes;

9.2.12.2. assegurar que o sistema somente aceite a inserção de relatórios, pareceres e outros documentos técnicos por servidores que detenham competência para elaboração do respectivo documento;

9.2.12.3. impossibilitar a substituição de documentos após confirmação de sua inserção no sistema pelo usuário;

9.2.13. implemente ações de capacitação e desenvolvimento institucional direcionadas aos possíveis convenentes que não demonstrem capacidade técnica e/ou administrativa para consecução das obras, ou apoie ações nesse sentido desenvolvidas por outros órgãos/entidades federais ou estaduais;

9.2.14. formule modelos de editais de licitação e contratos de execução de obras com elementos mínimos necessários ao cumprimento das normas aplicáveis ao processo de seleção e contratação de empresas para realização de obras de drenagem urbana, abastecimento de água e sistemas de esgotamento sanitário objeto das transferências firmadas;

9.2.15. divulgue os modelos de editais e contratos de que trata o item 9.2.14 e estimule seu uso, obrigando os convenentes a apresentarem justificativas formais quando não os utilizarem;

9.2.16. condicione o uso de licitação pretérita, para consecução do objeto pactuado em termos de compromisso ou convênios, ao atendimento à Lei nº 8.666/93, à respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias e aos demais dispositivos que regem a aplicação dos recursos públicos federais, bem como à verificação tecnicamente motivada da conveniência e oportunidade do ato, com parecer conclusivo ou instrumento congênere, em consonância com o §6º do art. 10 do Decreto Lei nº 200/67;

9.2.17. inclua, no rol de documentos obrigatórios da Portaria Funasa nº 623/2010, ou instrumento que venha a lhe substituir, anotação de responsabilidade técnica de fiscalização do objeto do convênio/termo de compromisso, e documentação que comprove a efetiva fiscalização;

9.2.18. adote procedimento para formalizar, em parecer técnico no processo do convênio, o resultado da análise da equipe técnica da entidade quanto à funcionalidade e à manutenção do empreendimento, considerando as estruturas responsáveis pela prestação dos serviços à população atingida e o equilíbrio financeiro de receitas e despesas estimadas para essa prestação;

9.2.19. implemente, nas superintendências estaduais da Fundação, as seguintes medidas:

9.2.19.1. definir, de maneira clara e precisa, processos de trabalho, atribuições e responsabilidades dos setores envolvidos no acompanhamento e gerenciamento das transferências celebradas pela Fundação, incluindo todas as etapas da execução da transferência, desde a celebração até a conclusão do objeto, inclusive a instauração de processo de tomada de contas especial;

9.2.19.2. definir processo de comunicação com os convenentes, estabelecendo prazos para o envio de respostas e sua análise, bem como providências posteriores;

9.2.19.3. reduzir o tempo médio de instrução dos processos na Divisão de Engenharia de Saúde Pública, no Serviço de Convênios e no Setor de TCE/PAD e Sindicâncias, em conformidade com os arts. 38, incisos I a III, da Instrução Normativa STN nº 1/97; 72, 76 e 80, da Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 507/2011; e 1º, § 1º, da IN/TCU nº 56/2007;

9.2.19.4. a partir do dia seguinte ao término do prazo de vigência do convênio, notificar o convenente a fim de obter a prestação de contas final ou instaurar tempestivamente a devida tomada de contas especial, conforme arts. 28 e ss., da IN/STN nº 1/97; 72 e ss., da Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 507/2011;

9.2.19.5. suspender/bloquear o repasse de recursos federais diante de qualquer irregularidade identificada, em conformidade com os arts. 35, da IN/STN nº 1/97; 70 e ss., da Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 507/2011;

9.2.19.6. estruturar a Divisão de Engenharia de Saúde Pública, em conformidade com os arts. 101 e 102, da Portaria Funasa nº 1.776/2003, c/c o art. 4º, do Decreto nº 7.335/2010;

9.2.19.7. analisar as demandas dos convenentes, em prazo de acordo com os arts. 48 e ss., da Lei nº 9.784/99; 31, da IN/STN nº 1/97; e 76, da Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 507/2011;

9.2.19.8. aperfeiçoar o processo de acompanhamento e fiscalização das transferências celebradas pela Fundação, em conformidade com os arts. 23, da IN/STN nº 1/97; 5º e ss., da Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 507/2011;

9.2.19.9. aperfeiçoar o processo de análise do plano de trabalho e respectivo projeto básico das transferências celebradas, em conformidade com os arts. 116 da Lei nº 8.666/93; 21, caput, da IN/STN/ nº 1/97; e 20 da Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 507/2011;

9.2.19.10. juntar, ao processo físico das transferências, todos os documentos elaborados pelo concedente e convenente, inclusive de terceiros;

9.2.19.11. aperfeiçoar o planejamento e o controle das transferências, inclusive mediante a atualização, sempre que necessário, do cronograma de desembolso de recursos, em conformidade com os arts. 2º, § 10, e 18, da IN/STN nº 1/97; 33 e ss., da Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 507/2011;

9.2.19.12. aperfeiçoar o controle sobre o prazo de vigência das transferências da Fundação, com fundamento nos arts. 15, da IN/STN nº 1/97; 50 e 51, da Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 507/2011, e tendo em vista o que consta nas Notas Técnicas, da Procuradoria Federal Especializada da Fundação Nacional de Saúde, nº 16/2011 (TC/PAC 314/07 - Siafi 632108), 253/2011 (TC/PAC 409/07 - Siafi 633045), 72/2011 (TC/PAC 714/07 - Siafi 633039), dentre outras;

9.2.19.13. garantir que a comprovação da contrapartida do convenente preceda a liberação de recursos, em conformidade com os arts. 2º, § 3º, da IN/STN nº 1/97; 55, inciso I, da Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 507/2011 e tendo em vista o que consta nas Notas Técnicas, da Procuradoria Federal Especializada da Fundação Nacional de Saúde, nº 85/2012 (EP 290/06 - Siafi 567780), 90/12 (EP 976/07 - Siafi 638195) e 96/12 (TC/PAC 602/09 - Siafi 658095);

9.2.19.14. aperfeiçoar a análise dos planos de trabalho e respectivos projetos, exigindo que o convenente detalhe, com precisão e clareza, o objeto da transferência, a justificativa da proposição, o benefício social, as metas a serem atingidas, as etapas ou fases de execução, o cronograma de desembolso, a localização exata e a propriedade do imóvel onde será realizado o objeto da avença, em conformidade com os arts. 2º, da IN/STN nº 1/97; 3º, da Lei nº 11.578/2007; e 7º, da Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 507/2011;

9.2.20. inclua, mediante aditivo no termo das transferências, a garantia de compensação dos investimentos realizados com recursos federais do Programa de Aceleração do Crescimento, em conformidade com a alínea "c", do item 3.1.4, e alínea "e", do item 3.2.4, do Anexo 1, da Portaria Funasa nº 314/2011;

9.2.21. promova levantamento das transferências já expiradas e notifique os convenentes, a fim de obter a prestação de contas ou instaurar tempestivamente a devida tomada de contas especial;

9.3. recomendar à Fundação Nacional de Saúde que:

9.3.1. aprimore a análise de seleção de propostas de transferências para que sejam selecionadas apenas aquelas em que esteja claro que os recursos pactuados atendem à etapa útil do empreendimento e à resolução de parcela significativa das deficiências de saneamento da localidade a ser beneficiada;

9.3.2. aprimore a análise de seleção dos proponentes para que, anteriormente à distribuição dos recursos, sejam considerados selecionados apenas aqueles que apresentem reais condições estruturais para elaboração de projetos básicos, contratação e acompanhamento de obras;

9.3.3. aperfeiçoe os procedimentos de programação e liberação de recursos que dão suporte à realização de visitas técnicas, evitando que as viagens necessárias fiquem restritas a autorizações emitidas apenas após transcorrido o primeiro trimestre ou quadrimestre de cada exercício;

9.3.4. institua mecanismos formais que disciplinem as visitas técnicas realizadas pelos Serviços de Convênios das Superintendências Estaduais, em especial, relativos à escolha das transferências a serem selecionadas e priorizadas, e às rotinas de obtenção e análise da documentação que subsidia os repasses financeiros aos convenentes;

9.3.5. formalize procedimentos a serem observados e ações a serem adotadas frente às principais irregularidades constatadas, e forneça apoio e capacitação para implementação de rotinas referentes à análise dos processos licitatórios e de contratação realizados pelos convenentes;

9.3.6. institua canais de comunicação permanentes entre a Coordenação-Geral de Convênios e os Serviços de Convênios das Superintendências Estaduais para dirimir dúvidas e homogeneizar a atuação da área de convênios da Fundação;

9.3.7. promova levantamento junto aos Serviços de Convênios das Superintendências Estaduais e gerencie informações relativas à quantidade de processos em análise e seu respectivo estágio para distribuição equânime de recursos humanos e financeiros na realização dessas atividades;

9.3.8. discipline, oriente e estimule os Serviços de Convênios quanto à instituição e à manutenção de canais de comunicação com convenentes para dirimir dúvidas ou corrigir tempestivamente falhas, em especial aquelas que possam ensejar paralisação de obra; suspensão ou bloqueio de recursos; expiração de prazos para apresentação de prestação de contas ou conclusão de transferências;

9.3.9. estabeleça procedimentos para integração das ações da área de convênios e engenharia, em nível central e regional, relativos a:

9.3.9.1. instituição, na área de engenharia, de canais formais e informais de suporte técnico à atuação da área de convênios, principalmente no caso de dúvidas quanto à regularidade da aplicação dos recursos e à necessidade de bloqueio de recursos das transferências;

9.3.9.2. compartilhamento de informações sobre visitas *in loco* a serem realizadas por cada área;

9.3.9.3. uso de informações da área de engenharia para seleção, planejamento e priorização de visitas técnicas da área de convênios, ou para priorização da análise de prestações de contas e processos de tomadas de contas especiais;

9.3.10. celebre acordo com o Banco do Brasil para que as áreas envolvidas em atividades de acompanhamento e fiscalização de transferências acessem o sistema informatizado Repasse de Recursos de Projeto de Governo;

9.3.11. caso o acordo citado no item 9.3.10 seja celebrado, utilize o sistema informatizado Repasse de Recursos de Projeto de Governo na seleção e priorização de transferências a serem auditadas ou visitadas *in loco*, na análise de prestação de contas e nos demais controles relativos à utilização das contas bancárias das transferências firmadas;

9.3.12. implemente sistema informatizado que possibilite:

9.3.12.1. acompanhamento, em nível regional e nacional, de prazos e pendências relativos a instauração e conclusão de processos de prestação de contas e tomadas de contas especiais;

9.3.12.2. registro e alerta sobre prazos para conclusão das fases processuais, estipulados por normas, determinações ou recomendações relativas à instauração de tomadas de contas especiais de transferências;

9.3.12.3. extração de relatórios gerenciais das informações mencionadas nos itens 9.3.12.1 e 9.3.12.2;

9.3.13. para cumprimento das recomendações do item 9.3.12, considere a possibilidade de uso de sistemas já implantados em outros órgãos e entidades públicos, desde que se mostrem economicamente mais vantajosos e compatíveis com a estrutura e as necessidades da Fundação e das unidades/órgãos de controle interno e externo;

9.3.14. implemente sistema informatizado de análise orçamentária de projetos, com manuais e normativos, e exija sua utilização nas análises técnicas empreendidas em todas as superintendências estaduais;

9.3.15. divulgue, na internet, as pendências dos convênios/termos de compromisso não aprovados na etapa de análise técnica, identificando o município beneficiado, a obra proposta, a data de apontamento das pendências, os responsáveis pela adoção das providências necessárias, entre outras informações;

9.3.16. elabore macroindicadores de custo das obras de saneamento realizadas com recursos repassados pela Fundação;

9.3.17. realize estudo para identificar as informações necessárias a serem obtidas dos convenentes, com a respectiva periodicidade, para acompanhamento pela Fundação das obras em execução;

9.3.18. implemente rotinas e procedimentos de avaliação de riscos para subsidiar o plano e o relatório anuais de atividades da auditoria interna da Fundação Nacional de Saúde;

9.3.19. promova a adequada articulação entre a auditoria interna e os demais setores envolvidos, em especial o de convênio e o de engenharia, para fins de atendimento tempestivo às demandas dos órgãos de controle interno e externo;

9.3.20. adote mecanismos homogêneos em nível nacional e sistema informatizado para controle gerencial da totalidade das tomadas de contas especiais instauradas pelas superintendências estaduais, bem como dos prazos para abertura e conclusão desses processos;

9.3.21. institua e divulgue canais de denúncia e reclamações, sob controle gerencial da auditoria interna, dotando essa unidade de recursos suficientes para tratamento tempestivo e adequado dessas denúncias/reclamações;

9.4. determinar ao Ministério da Saúde que adote providências para prover recursos humanos suficientes e estrutura administrativa adequada à auditoria interna da Fundação Nacional de Saúde, com vistas ao pleno exercício de suas atribuições e à melhoria do processo de governança da Fundação;

9.5. comunicar à Comissão Gestora do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse o teor das determinações exaradas à Fundação Nacional de Saúde no tocante ao registro e à manutenção de informações de convênios, termos de compromisso e outros instrumentos congêneres nesse sistema;

9.6. encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, e do inteiro teor da instrução da unidade técnica (doc. 46) ao Ministério da Saúde, ao Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão e à Fundação Nacional de Saúde;

9.7. determinar à Secretaria Geral de Controle Externo que adote as providências necessárias para que seja realizado monitoramento das medidas a serem implementadas pela Fundação Nacional de Saúde por força das deliberações proferidas neste acórdão;

9.8. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 5/2013 - Plenário.

11. Data da Sessão: 20/2/2013 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0198-05/13-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 199/2013 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 926.323/1998-9.

1.1. Apensos: 014.027/1997-6; 017.538/1995-5; 015.449/1997-1; 275.584/1996-8; 009.876/1997-9; 012.083/1997-6; 003.546/1997-7; 275.245/1997-7; 275.615/1996-0

2. Grupo II - Classe de Assunto: I Recurso de reconsideração(Prestação de Contas)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: Alberto de Almeida Pais (023.048.217-15); André Siegfried Gruenbaum (105.905.447-72); Antonio Arnaldo de Menezes (022.918.603-30); Antônia Rubenita Tavares de Lima (248.175.543-04); Avelino de Almeida Neto (009.784.346-68); Banco do Nordeste do Brasil S/a (07.237.373/0001-20); Byron Costa de Queiroz (004.112.213-53); Carlos Augusto Torres Nobre (307.866.813-49); Carmem Souza Lobo Leite (096.997.165-68); Ernani José Varela de Melo (003.209.944-49); Francisco Carlos Cavalcanti (168.812.494-20); Jefferson Cavalcante Albuquerque (117.991.533-04); Joaquim dos Santos Barros (063.721.713-68); Julio Cesar Gonçalves Correa (553.224.336-00); Luiz Fernando Julio (032.569.367-68); Marco Aurélio de Melo Vieira (003.061.859-20); Maria Rita da Silva Valente (112.176.003-10); Martus Antônio Ro-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

drigues Tavares (072.185.323-49); Mauro Sérgio Bogéa Soares (183.992.151-04); Mônica Clark Nunes Cavalcante (112.672.593-53); Nilton Moreira Rodrigues (001.538.182-04); Odair Lucietto (603.411.738-00); Osmar Nelson Frota (110.010.977-34); Osmundo Evangelista Rebouças (015.814.738-34); Otair de Faria (077.447.141-72); Paulo Oscar França (021.279.117-68); Pedro Paulo Monteiro Vieira (002.387.913-00); Pedro Wilson Carrano Albuquerque (043.907.927-68); Raimundo Nonato Carneiro Sobrinho (001.773.773-72); Sonia Maria Oliveira de Queiroz (509.970.094-20); Sônia Maria Oliveira de Queiroz (068.586.783-87); Tarcízio Santos Murta (416.123.376-00)

3.2. Recorrentes: Sônia Maria Oliveira de Queiroz (068.586.783-87); Carmem Souza Lobo Leite (096.997.165-68).

4. Órgão/Entidade: Banco do Nordeste do Brasil S.A. - MF.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

5.1. Relator da deliberacao recorrida: Ministro Valmir Campelo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo - CE (SECEX-CE).

8. Advogado constituído nos autos: Edmilson Barbosa Francelino Filho (OAB/CE 15.320).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recursos de reconsideração interpostos contra o Acórdão 165/2007-TCU-Plenário;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento nos artigos 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do recurso de reconsideração, para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. encaminhar cópia do acórdão, assim como do relatório e voto que o fundamentam, às recorrentes e aos demais interessados;

9.3. restituir os autos à Serur para exame de admissibilidade do recurso de revisão contido na peça 58.

10. Ata n° 5/2013 - Plenário.

11. Data da Sessão: 20/2/2013 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0199-05/13-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Aroldo Cedraz.

13.3. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 200/2013 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 002.130/2008-0.

2. Grupo: I; Classe de Assunto: I - Recurso em Processo Administrativo.

3. Recorrente: Ricardo Fava Corsatto.

4. Órgão: Tribunal de Contas da União.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Ubiratan Aguiar.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidades Técnicas: Secretaria-Geral de Administração (Segedam) e Consultoria Jurídica (Conjur).

8. Advogados constituídos nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia recurso interposto ao Plenário contra despacho do então Presidente deste Tribunal, Ministro Ubiratan Aguiar, que manteve, em sede de recurso administrativo, inalterada a decisão da Secretaria-Geral de Administração que indeferiu solicitação de redução de jornada de trabalho para vinte horas semanais com manutenção da remuneração integral,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no art. 30 do Regimento Interno deste Tribunal, conhecer do presente recurso e, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se em seus exatos termos a decisão recorrida;

9.2. dar ciência da presente deliberação, acompanhada do relatório e voto que a fundamentam, ao recorrente.

10. Ata n° 5/2013 - Plenário.

11. Data da Sessão: 20/2/2013 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0200-05/13-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 201/2013 - TCU - Plenário

1.Processo nº TC 008.887/2012-8

2.Grupo II - Classe de Assunto: VII - Relatório de Monitoramento

3. Entidade: Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde no Estado do Piauí (Denasus/PI)

4. Interessado: Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí (SECEX/PI)

5. Ministro Relator: Benjamin Zymler

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: SECEX/PI

8. Advogado constituídos nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Relatório de Monitoramento realizado no Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde no Estado do Piauí (Denasus/PI) com o objetivo de verificar o cumprimento de determinação exarada nos autos do TC 023.304/2009-0, por meio do Acórdão nº 2418/2010-TCU-Plenário.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar cumprida, por parte do Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde no Estado do Piauí (Denasus), a determinação contida no subitem 1.6 do Acórdão nº 2418/2010-Plenário;

9.2. determinar à Secretaria de Saúde do Município de Francisco Macedo/PI que se abstenha de pactuar, com profissionais de nível superior do Programa Saúde da Família, cargas horárias distintas das previstas na Portaria GM/MS nº 2.488, de 21/10/2011, ou em normativo que vier a substituí-la, exigindo, doravante, dos referidos profissionais, o efetivo cumprimento das cargas horárias legalmente pactuadas, com a opção por uma das alternativas de carga horária permitidas na mencionada portaria, aplicando-lhes, em caso de descumprimento, as sanções previstas na legislação que suporta a contratação e, a este respeito, mantenha atualizado o Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (CNES);

9.3. determinar o arquivamento do presente processo, de acordo com o disposto do art. 169, inciso III, do RITCU, após as comunicações devidas.

10. Ata n° 5/2013 - Plenário.

11. Data da Sessão: 20/2/2013 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0201-05/13-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 202/2013 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 046.294/2012-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII (Representação de licitante)

3. Interessados/Responsáveis: Construções, Consultoria e Serviços Ibiapaba Ltda. (CNPJ 02.557.792/0001-25).

4. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) em Juazeiro do Norte/CE.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - CE (SECEX-CE).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formulada pela empresa Construções, Consultoria e Serviços Ibiapaba Ltda. (CNPJ 02.557.792/0001-25) em face de possíveis irregularidades constantes do Edital do Pregão Eletrônico 13/2012 do Instituto Nacional do Seguro Social/INSS - Gerência Executiva em Juazeiro do Norte/CE;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237 do Regimento Interno deste Tribunal, para, no mérito, considerá-la improcedente;

9.2. revogar, com base no § 5º do art. 276 do Regimento Interno, a medida cautelar que recai sobre o Pregão Eletrônico 13/2012;

9.3. dar ciência desta deliberação, acompanhada do relatório e voto que a fundamentam, ao representante e ao Instituto Nacional do Seguro Social - Gerência Executiva em Juazeiro do Norte/CE;

9.4.arquivar o presente processo.

10. Ata n° 5/2013 - Plenário.

11. Data da Sessão: 20/2/2013 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0202-05/13-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 203/2013 - TCU - Plenário

1. Processo TC 000.170/2013-5.

2. Grupo I - Classe VII - Administrativo.

3. Interessado: Gabriel Vinicius Montaleão Diniz (104.670.147-95).

4. Órgão: Tribunal de Contas da União.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Ouvidoria do Tribunal de Contas da União (Ouvidoria).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso em que o Sr. Gabriel Vinicius Montaleão Diniz requereu informações acerca do horário de trabalho e eventuais licenças ou afastamentos do servidor Virgilius de Albuquerque.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator e com com fundamento nos arts. 15 da Lei 12.527/2011 e 28 da Resolução TCU 249/2012, em:

9.1. conhecer do recurso interposto pelo Sr. Gabriel Vinicius Montaleão Diniz, para, no mérito, dar-lhe provimento;

9.2. determinar à Ouvidoria do Tribunal a adoção de providências para:

9.2.1. em conjunto com a Secretaria de Gestão de Pessoas, atender à solicitação constante da Manifestação 87207, de 5/10/2012, nos exatos termos formulados pelo recorrente, informando-o que:

9.2.1.1. a jornada regular dos servidores do Tribunal de Contas da União, incluso o servidor Virgilius de Albuquerque, pode ser cumprida entre 8 e 20h, nos termos do art. 2º da Resolução 141/2001, admitindo-se variações dentro do citado intervalo, à vista da flexibilização permitida pela referida norma reguladora;

9.2.1.2. no ano de 2011, o servidor gozou o(s) seguinte(s) tipos de afastamentos: ...; ou, no ano de 2011, o servidor não se afastou do trabalho para gozo de licença;

9.2.1.3. em vista da flexibilização de cumprimento da carga de trabalho no Tribunal, não são necessárias autorizações especiais para que um servidor realize outras atividades de seu interesse em horário distinto de sua escala de trabalho no TCU, respeitados os termos da Resolução-TCU 141, de 23 de maio de 2001, as hipóteses de acumulação de cargos e salários definidas no art. 37, XVI da Constituição Federal, bem como as proibições pertinentes ao caso, definidas no art. 117 da Lei 8.112, de 12 de dezembro de 1990.

9.2.2. encaminhar ao recorrente e ao servidor Virgilius de Albuquerque cópia deste acórdão, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam.

9.3. arquivar o presente processo.

ACÓRDÃO Nº 204/2013 - TCU - Plenário

1. Processo: TC 011.571/2008-3 (processo eletrônico).

2. Grupo II - Classe I - Embargos de Declaração.

3. Embargante: Anízio Pereira Tiago (CPF 024.674.881-87).

4. Unidade: Governo do Estado do Mato Grosso do Sul.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

5.1. Relator da deliberação embargada: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: não atuou.

8. Advogados constituídos nos autos: Alberto de Matos Oliveira (OAB/MS 5.718), Carlo Daniel Coldibelli Francisco (OAB/MS 6.701-B), Carlos Faria de Miranda (OAB/MS 3.305), Júlio César Pereira da Silva (OAB/MS 7.036), Luzia Hemelinda Oliveira Rocha (OAB/MS 10.113), Márcia Aparecida Pérez Herédia Miotto (OAB/MS 4.762-B), Mauro de Figueiredo (OAB/MS 4.617), Rodrigo Marques Moreira (OAB/MS 5.104-A, OAB/SP 105.210) e Ronaldo de Souza Franco (OAB/MS 11.637).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de levantamento de auditoria ora em fase de embargos de declaração opostos contra o Acórdão 3.483/2012-Plenário.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão plenária, diante das razões expostas pelo relator, com fulcro nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 277, inciso III, e 287 do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração opostos pelo Sr. Anízio Pereira Tiago contra a deliberação proferida nestes autos em 10/12/2012, para, no mérito, rejeitá-los, mantendo em seus exatos termos, inclusive quanto à fundamentação, a deliberação embargada;

9.2. dar ciência da presente decisão ao embargante e, em complemento ao subitem 9.2 do Acórdão 3.483/2012-Plenário, à Agência Estadual de Gestão e Empreendimentos de Mato Grosso do Sul - Agesul.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

10. Ata n° 5/2013 - Plenário.
11. Data da Sessão: 20/2/2013 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0204-05/13-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.
13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 205/2013 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 017.304/2012-1.
2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Responsável: Duino Verri Fernandes (596.960.368-68).
4. Entidade: Prefeitura Municipal de Guarujá - SP.
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - SP (SECEX-SP).
8. Advogado constituído nos autos: Nanci Baptista (OAB-SP 197.146).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de Representação sobre supostas irregularidades ocorridas na Concorrência Pública nº 8/2012, sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de Guarujá/SP, com vistas à execução de obras e serviços de implantação de infraestrutura e urbanização no Projeto Enseada - PAC2 (peça 1), com valor estimado em R$ 33.290.641,74 (trinta e três milhões duzentos e noventa mil seiscentos e quarenta e um reais e setenta e quatro centavos).
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer da presente Representação, com fundamento no art. 237, inciso VII, do Regimento Interno do TCU, c/c o art. 113, § 1º da Lei n.º 8666/93 para, no mérito, considerá-la procedente, em conformidade com o disposto no § 6º, art. 276 do Regimento Interno do TCU;
9.2. revogar a Medida Cautelar ratificada por este Plenário em 4/7/2012;
9.3. acolher as justificativas apresentadas pela Prefeitura do Município de Guarujá/SP no que se refere à ausência de publicação no Diário Oficial da União (DOU) do aviso de abertura de licitação da Concorrência Pública nº 8/2012, cujo objeto consiste na execução das obras e serviços de implantação da infraestrutura e urbanização no Projeto Enseada;
9.4. determinar à Prefeitura do Município de Guarujá/SP que altere ou justifique o item 6.1.3 referente ao quociente de endividamento exigido para qualificação econômico-financeira, nos termos do disposto no art. 31, § 5º da Lei nº 8.666/93, antes da publicação no Diário Oficial da União da Concorrência Pública nº 8/2012.
9.5. determinar a publicação do aviso de abertura de licitação da Concorrência Pública nº 8/2012 no Diário Oficial da União (DOU) em consonância com o disposto no art. 21, inciso I da Lei nº 8.666/93, bem como a abertura de novo prazo para apresentação de propostas nos termos do § 3º do mencionado artigo da lei de licitações, informando a publicação à Secretaria do Tribunal de Contas da União no Estado de São Paulo - Secex-SP;
9.6. determinar à Secex-SP que acompanhe, mediante monitoramento, o cumprimento da determinação do item 9.4 retro;
9.7. dar ciência à Prefeitura Municipal de Guarujá que nas próximas licitações, que envolverem recursos federais, observe o disposto nos artigos 21, inciso I e 31, § 5º da Lei nº 8.666/1993;
9.8. encaminhar cópia do presente Acórdão, acompanhado do Relatório e Voto que a fundamentam:
9.8.1. ao Sr. Paulo César Clemente;
9.8.2. à Prefeitura do Município de Guarujá/SP;
9.8.3. à Caixa Econômica Federal;
9.8.4. ao Ministério das Cidades;
9.9. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 5/2013 - Plenário.
11. Data da Sessão: 20/2/2013 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0205-05/13-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator), José Jorge, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.
13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 206/2013 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 028.913/2012-4.
2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Responsável: Dental SP Ltda. (04.624.123/0001-54).
4. Órgãos/Entidades: Arsenal de Guerra de São Paulo; Escola de Especialistas da Aeronáutica; Grupamento de Infraestrutura e Apoio de São José dos Campos.
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidades Técnicas: Secretaria Adjunta de Planejamento e Procedimentos (Adplan) e Secex-SP
8. Advogados constituídos nos autos: Bruno Schoueri de Cordeiro (OAB/SP 238.953) e Viviane Siqueira Leite (OAB/SP 218.191) (peça 55)

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formulada pela então Secretaria Adjunta de Planejamento e Procedimentos (Adplan), deste Tribunal, noticiando possíveis irregularidades relativas à participação da empresa Dental SP Ltda., como empresa de pequeno porte, no Pregão Eletrônico nº 108/GIA-SJ/2010, conduzido pelo Grupamento de Infraestrutura e Apoio de São José dos Campos, em 2010; no Pregão Eletrônico nº 47/EEAR/2010, realizado pela Escola de Especialistas de Aeronáutica, em 2010; e no Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 2/2011, promovido pelo Arsenal de Guerra de São Paulo, em 2011, todos com tratamento diferenciado e favorável a empresas qualificadas como microempresas (ME) ou empresas de pequeno porte (EPP), sendo que, de acordo com o *caput* c/c o § 9º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 (LC 123/2006), a referida empresa não poderia usufruir desse benefício.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1 nos termos dos arts. 235, *caput*, e 237, inciso VI e parágrafo único, do Regimento Interno deste Tribunal, conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la procedente;
9.2 nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92, declarar a empresa Dental SP Ltda. (CNPJ 04.624.123/0001-54) inidônea para participar de licitação na Administração Pública Federal por período de 6 (seis) meses;
9.3 encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam:
9.3.1 à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para as providências necessárias à atualização do registro da empresa Dental SP Ltda. (CNPJ 04.624.123/0001-54) no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf), ressaltando-se que o prazo da referida sanção conta-se a partir do respectivo registro no Sicaf, em consonância com o decidido no Acórdão nº 1.782/2012-Plenário;
9.3.2 a título de representação, com fulcro no art. 71, inciso XI, da Constituição Federal, c/c Art. 1º, inciso VIII, da Lei nº 8443/1992, ao Ministério Público Federal e à Secretaria da Receita Federal do Brasil;
9.3.3 à empresa Dental SP Ltda. (CNPJ 04.624.123/0001-54);
9.4 determinar à Secex-SP que monitore a determinação contida no subitem 9.3.1 do presente Acórdão;
9.5. apensar definitivamente o presente processo ao TC 023.692/2012-0, após o trânsito em julgado do presente Acórdão.

10. Ata n° 5/2013 - Plenário.
11. Data da Sessão: 20/2/2013 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0206-05/13-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator), José Jorge, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.
13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 207/2013 - TCU - Plenário

1. Processo TC 032.347/2012-0
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Relatório de Auditoria
3. Responsável: Exmº. Sr. Juniti Saito (CPF 007.990.250-20), Comandante da Aeronáutica
4. Órgão: Comando da Aeronáutica - MD
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Obras 1 - Secob-1
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Relatório de Auditoria realizada na execução das obras de construção de prédios residenciais para a Aeronáutica (PT 05.482.2058.13D8.0001/2012).
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1.dar ciência ao Comando da Aeronáutica de que configura violação de princípios e normas que regem o instituto da licitação a publicação do Edital 003/VI Comar/2012 com:
9.1.1. quantitativos inadequados em relação ao projeto executivo, preços excessivos frente ao mercado e com erros de digitação de preços unitários, por desobediência ao art. 6º, inciso IX, alínea "f", e ao art. 4º, § 4º, da Lei 8.666/93;
9.1.2. exigência de (a) quantitativos mínimos com a finalidade de habilitação de licitante para itens pouco significativos no orçamento-base e (b) de vistoria acompanhada de representante do órgão no local de implantação do objeto em que não haja uma maior complexidade técnica, por afronta à Súmula 263 do TCU e ao art. 3º, § 1º, inciso I, da Lei 8.666/93;
9.1.3. incorreção na previsão de recursos orçamentários, falta de justificativa para a vedação da participação de consórcios no processo licitatório e incertezas quanto ao prazo de execução do contrato, infringindo o art. 7º, § 2º, inciso III; art. 33 e art. 40, inciso II, da Lei nº 8.666/93;
9.2.arquivar o presente processo.

10. Ata n° 5/2013 - Plenário.
11. Data da Sessão: 20/2/2013 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0207-05/13-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator), José Jorge, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.
13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 208/2013 - TCU - Plenário

1. Processo TC 035.142/2011-1
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Solicitação do Congresso Nacional
3. Interessado: Senado Federal
4. Entidade: União Federal
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: Secretaria de Macroavaliação Governamental - Semag
8. Advogados constituídos nos autos: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de solicitação do Senado Federal de acompanhamento da aplicação dos recursos decorrentes da referida da operação de crédito autorizada pela Resolução nº 25/2008, em atendimento a acordo manifestado em plenário do Senado Federal, na sessão de 2 de julho de 2008.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer da presente solicitação, por preencher os requisitos de admissibilidade previstos no art. 38, inciso I, da Lei 8.443/1992 e no art. 232, inciso I, do Regimento Interno;
9.2. informar à Presidência do Senado Federal que este Tribunal:
9.2.1. analisou a documentação relativa à operação de crédito autorizada pela Resolução SF nº 25/2008, verificando que, quanto aos aspectos legais, as providências necessárias para a contratação e a garantia da União foram tomadas; e
9.2.3. acompanhará a aplicação dos recursos decorrentes da referida operação de crédito, a fim de avaliar sua conformidade com o ordenamento jurídico;
9.3. encaminhar cópia da presente deliberação, bem como do Relatório e do Voto que a fundamentam, à Presidência do Senado Federal e à Secretaria do Tesouro Nacional, nos termos do art. 19 da Resolução TCU 215/2008;
9.4. determinar à Secretaria de Controle Externo da Administração Indireta no Rio de janeiro (SecexAIRJ) que proceda à programação das ações de controle necessárias ao acompanhamento referido no subitem 9.2.3;
9.5. declarar integralmente atendida a solicitação e arquivar os presentes autos, nos termos do art. 14, inciso IV, da Resolução TCU nº 215/2008, após a comunicação da presente deliberação à Presidência do Senado Federal, consoante prevê o art. 17, inciso II, do mesmo diploma;
9.6. arquivar os presentes autos, nos termos do art. 250, inciso I, do Regimento Interno.

10. Ata n° 5/2013 - Plenário.
11. Data da Sessão: 20/2/2013 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0208-05/13-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator), José Jorge, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.
13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 209/2013 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 001.801/2013-9.
2. Grupo II - Classe de Assunto: VII - Administrativo
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Fábio Moreira Fabrini (013.326.966-35).
4. Órgão/Entidade: não há.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
5.1. Redator: Ministro Raimundo Carreiro
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidades Técnicas: Ouvidoria do Tribunal de Contas da União (OUVIDORIA) e Consultoria Jurídica (CONJUR).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9. Acórdão:
Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso interposto pelo Sr. Fábio Moreira Fabrini, com fundamento no art. 15 da Lei 12.527/2011, contra decisão da Presidência desta Corte que deferiu parcialmente o pedido de informação formulado pelo recorrente com fulcro na mencionada lei.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do presente Recurso, nos termos do art. 15 da Lei 12.527/2011, para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente.

10. Ata n° 5/2013 - Plenário.
11. Data da Sessão: 20/2/2013 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0209-05/13-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Redator), José Jorge, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.
13.2. Ministro com voto vencido: Benjamin Zymler (Relator).
13.3. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.
13.4. Ministro-Substituto com voto vencido: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 210/2013 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 024.260/2009-9.
2. Grupo II - Classe II - Assunto: Solicitação do Congresso Nacional
3. Interessado: Senado Federal.
4. Entidade: Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).
5. Relator: Ministro José Jorge.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Desestatização e Regulação de Energia e Comunicações (SefidEnergia).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de solicitação do Congresso Nacional, formulada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal (CMA), com vistas à realização de auditoria operacional na execução dos contratos de concessão de serviços públicos de telefonia fixa e móvel, especificamente quanto aos mecanismos de cobrança dos usuários.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. determinar à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) que estude a viabilidade de realizar auditoria específica nos sistemas de cobrança e faturamento das prestadoras do Serviço Móvel Pessoal (SMP), contemplando as seguintes questões:

a) Os Sistemas informatizados e demais processos de gestão utilizados pelas empresas concessionárias dos serviços públicos de telefonia móvel para a medição dos serviços prestados e respectiva cobrança dos usuários possuem fragilidades significativas que facilitem ou induzam a ocorrência de cobranças indevidas ou abusivas (assim entendidas como aquelas que não se conformem à Lei n.° 9.472, de 16 de julho de 1997 - Lei Geral de Telecomunicações, à sua regulamentação, aos contratos de concessão do serviço ou à Lei n.° 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor)?

b) Na operação dos sistemas informatizados e demais processos de gestão utilizados pelas empresas concessionárias, constatase o risco relevante de ensejarem ocorrências especificas sistematizadas pelos órgãos de defesa do consumidor, a saber:

b.1) cobrança de serviços em duplicidade?

b.2) lançamento de ligações e outros serviços na fatura emitida ao consumidor não reconhecidas ou indevidamente atribuídas ao mesmo?

b.3) lançamento de serviços não solicitados na fatura emitida ao consumidor?

b.4) lançamento de serviços ou ligações em fatura relativos a data posterior ao pedido de cancelamento ou suspensão do serviço solicitado pelo consumidor e devidamente protocolado pela prestadora?

b.5) descumprimento de ofertas de tarifas ou franquias diferenciadas oferecidas pela prestadora ao consumidor e por ele contratadas?

b.6) omissão ou atrasos significativos no envio das faturas ao consumidor?

b.7)cobrança de encargos financeiros ou contratuais em desacordo com os contratos e regulamentos aplicáveis?

b.8) envio de faturas pelo fornecedor sem o detalhamento das chamadas feitas pelo consumidor e de todos os demais serviços prestados e cobrados na fatura?

9.2. recomendar à Anatel, amparando-se no arts. 2º, incisos I e III, e 3º, incisos I e IV, da Lei 9.472/1997, que o Regulamento específico, atualmente em elaboração, para tratar dos problemas de atendimento e cobrança nos serviços de telecomunicações leve em consideração as demandas apresentadas pelos usuários tanto na Central de Atendimento da Agência quanto nos órgãos de defesa de consumidor;

9.3. considerar, com fundamento nos artigos 70 e 71 da Constituição Federal c/c o art. 1º, inciso XV, do Regimento Interno do TCU, além dos arts. 1º e 19, incisos VI e XI, da Lei 9.472/1997, atendida a solicitação da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal dirigida a este Tribunal;

9.4. encaminhar cópia do presente Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, à Comissão solicitante;

9.5. dar ciência desta deliberação à Anatel;

9.6. arquivar os presentes autos, com fulcro no art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 5/2013 - Plenário.
11. Data da Sessão: 20/2/2013 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0210-05/13-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge (Relator), José Múcio Monteiro e Ana Arraes.
13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 211/2013 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 029.495/2012-1.
2. Grupo II - Classe I - Assunto: Agravo (em Representação)
3. Recorrente: Petróleo Brasileiro S.A. (33.000.167/0001-01).
4. Entidade: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio)
5. Relator: Ministro José Jorge
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Jorge.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - RJ (Secex-RJ).
8. Advogado constituído nos autos: Fernando Villela de Andrade Vianna (OAB/RJ 134.601); Cristiana Muraro Társia (OAB/RJ 164.957), André Luiz Fares Francis (OAB/RJ 66.211) e outros.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação acerca de irregularidades verificadas no Contrato 4/2011, firmado entre a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) e a Fundação de Apoio a Pesquisa, Ensino e Assistência à Escola de Medicina e ao Hospital Universitário Gaffrée Guinle (Funrio), em que se aprecia agravo interposto pela Petrobras contra despacho que indeferiu pedido de vista e cópia integral dos autos formulado pela empresa.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fulcro no art. 237, inciso VI, do Regimento Interno do TCU, conhecer dos documentos constantes do processo administrativo 23102.000219/2012-16 da Unirio como representação;

9.2. não conhecer do agravo interposto pela Petrobras, porquanto intempestivo, nos termos do art. 289 do Regimento Interno do TCU;

9.3. dar ciência da presente deliberação à recorrente; e

9.4. restituir os autos à Secex-RJ para a competente instrução do feito.

10. Ata n° 5/2013 - Plenário.
11. Data da Sessão: 20/2/2013 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0211-05/13-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge (Relator), José Múcio Monteiro e Ana Arraes.
13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 212/2013 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 041.331/2012-5.
2. Grupo I - Classe VII - Assunto: Representação.
3. Interessado: Contenge Engenharia e Locações Ltda. (04.518.035/0001-78).
4. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM).
5. Relator: Ministro José Jorge.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - MG (Secex-MG).
8. Advogado constituído nos autos: Bruno Giembinski Curvello (OAB/RJ 130013).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação, com pedido de medida cautelar, versando sobre supostas irregularidades no edital da Concorrência nº 1/2012, promovida pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM) com vistas à *"contratação de empresa especializada para recuperação de parte do campus Paracatu, em face de avarias estruturais"*.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar parcialmente procedente a representação;

9.2. com base no art. 71, IX, da Constituição Federal, c/c o art. 45 da Lei n.º 8.443/92, determinar ao IFTM que adote, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da ciência, as providências necessárias à anulação da Concorrência n.º 1/2012, encaminhando ao Tribunal, no mesmo prazo, documentação que comprove o cumprimento desta determinação;

9.3. caso fique comprovado que o IFTM deu prosseguimento à licitação antes da prolação deste acórdão, autorizar a Secex-MG a promover a audiência dos responsáveis, com base no art. 58, IV, da Lei n.º 8.443/92, c/c o art. 268, VII, do Regimento Interno deste Tribunal, em razão do efetivo descumprimento da decisão cautelar proferida por este Relator e referendada pelo Plenário;

9.4. dar ciência ao IFTM das seguintes irregularidades identificadas no edital da Concorrência n.º 1/2012:

9.4.1. ausência de projeto básico completo e com nível de precisão adequado à perfeita caracterização da obra, em afronta ao disposto no art. 7º, §§ 2º, I, e 4º, da Lei nº 8.666/93, e ao disposto no art. 6º, IX, da referida lei;

9.4.2. exigência de que o responsável técnico detenha vínculo empregatício com a licitante, demonstrado por meio de anotação do registro na CTPS, o que afronta a jurisprudência pacífica do TCU (Acórdãos nºs 361/2006, 291/2007, 597/2007, 1.097/2007 e 103/2009, todos do Plenário);

9.5. determinar à Secex-MG que promova o devido acompanhamento dos atos vierem a ser praticados no âmbito do IFTM com vistas à recuperação do *campus* de Paracatu, em substituição à Concorrência n.º 1/2012, representando a este Tribunal em caso de irregularidade;

9.6. encaminhar cópia deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, ao IFTM, à empresa Contenge Engenharia e Locações Ltda. e à Secex-MG;

9.7. autorizar o arquivamento deste processo após as devidas comunicações.

10. Ata n° 5/2013 - Plenário.
11. Data da Sessão: 20/2/2013 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0212-05/13-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge (Relator), José Múcio Monteiro e Ana Arraes.
13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 213/2013 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 043.053/2012-2.
2. Grupo I - Classe VII - Assunto: Representação.
3. Interessada: Teczap Comércio e Distribuição Ltda. (08.619.872/0001-44).
4. Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa - MEC.
5. Relator: Ministro José Jorge.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - MG (Secex-MG).
8. Advogados constituídos nos autos: Alessandra de Paula Souza (OAB/PR 31.133), Julio Cesar Brotto (OAB/PR 21.600) e outros.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação, com pedido de medida cautelar, formulada a este Tribunal pela empresa Teczap Comércio e Distribuição Ltda., com fulcro no art. 113, § 1º, da Lei nº 8.666/93, versando sobre supostas irregularidades no edital do Pregão Eletrônico nº 801/2012, promovido pela Universidade Federal de Viçosa, tendo por objeto o registro de preços para aquisição de computadores, especificados no instrumento convocatório.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar parcialmente procedente a representação;

9.2. revogar a medida cautelar adotada nestes autos, autorizando a Universidade Federal de Viçosa a constituir a ata de registro de preços decorrente do Pregão Eletrônico nº 801/2012, efetivando as contratações que julgar necessárias;

9.3. determinar à Universidade Federal de Viçosa que não autorize adesões à referida ata de registro de preços;

9.4. dar ciência à Universidade Federal de Viçosa de que as seguintes exigências editalícias não restaram devidamente justificadas:

9.4.1. *"o teclado e o mouse devem ser do mesmo fabricante da CPU, em desacordo com o art. 3º, § 1º, inciso I, da Lei 8.666/1993, e entendimento jurisprudencial proferido nos Acórdãos 7.549/2010 - TCU - 2ª Câmara - DOU de 15/12/2010 e 2.403/2012 - TCU - Plenário - DOU de 15/12/2010"*; e

9.4.2. *"o registro no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) do fabricante do equipamento ofertado, em desacordo com o art. 3º, § 1º, inciso I, da Lei 8.666/1993, e entendimento jurisprudencial proferido nos Acórdãos 173/2006 e 512/2009, ambos do Plenário"*;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9.5. encaminhar cópia deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam:

9.5.1. à representante, à Universidade Federal de Viçosa e à empresa Positivo Informática S.A.; e

9.5.2. à Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (Sefti), para que avalie as especificações constantes no endereço eletrônico http://www.governoeletronico.gov.br/sisp-conteudo/especificacoes-tic, considerando que *"não guardam conformidade com o disposto no art. 3º, § 1º, inciso I, da Lei 8.666/1993 e no art. 3º, inciso II, da Lei 10.520/2002 e com a jurisprudência do TCU (Acórdãos 998/2006 - TCU - Plenário, 2.479/2009 - TCU - Plenário e 632/2010 - TCU - Plenário), em especial por exigir que 'a placa principal seja do mesmo fabricante do equipamento ou projetada especificamente para o equipamento, não sendo aceitas placas de livre comercialização no mercado', assim como que o Bios seja 'do mesmo fabricante do equipamento ou desenvolvida especificamente para o projeto', dentre outras"*, devendo a Sefti representar ao Tribunal, caso confirmadas as irregularidades, com vistas à expedição de determinações ao Poder Executivo Federal para futuras contratações na área de tecnologia da informação;

9.6. autorizar o arquivamento deste processo após as devidas comunicações.

10. Ata n° 5/2013 - Plenário.

11. Data da Sessão: 20/2/2013 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0213-05/13-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge (Relator), José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 214/2013 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC-000.072/2011-7

2. Grupo II, Classe VII - Representação

3. Responsáveis: Humberto Ivar Araújo Coutinho (ex-prefeito, CPF 027.657.483-49), Maria Francilene Rodrigues de Moura (pregoeira, CPF 272.634.523-91), Dismahc - Comércio e Representações de Material Hospitalar e Cirúrgico Ltda. (CNPJ 97.351.258/0001-74), Tecemil Comércio de Informática, Laboratório e Material Hospitalar Ltda. (CNPJ 10.331.257/0001-80) e Unibral Comércio e Serviços Ltda. (CNPJ 04989121000169)

4. Unidade: Prefeitura Municipal de Caxias/MA

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: Secex/MA

8. Advogados constituídos nos autos: Karina Amorim Sampaio Costa (OAB/DF 23.803) e Jaques Fernando Reolon (OAB/DF nº 22.885)

9. ACÓRDÃO:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação autuada a partir de determinação do Acórdão nº 2.678/2010-Plenário, no âmbito do TC-013.939/2009-5, processo de Solicitação do Congresso Nacional relativa a supostas irregularidades na aplicação de recursos federais no Município de Caxias/MA.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 237, inciso III e parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, em:

9.1 conhecer da representação para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

9.2 dar ciência à Prefeitura Municipal de Caxias/MA de que a falta de numeração das folhas de processos licitatórios fere o disposto no art. 38, caput, da Lei nº 8.666/1993;

9.3 dar conhecimento desta deliberação à Prefeitura Municipal de Caxias/MA e aos responsáveis;

9.4 arquivar o presente processo.

10. Ata n° 5/2013 - Plenário.

11. Data da Sessão: 20/2/2013 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0214-05/13-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 215/2013 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 013.260/2012-0

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Solicitação do Congresso Nacional

3. Solicitante: Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados

4. Unidade: Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT)

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: SefidTransp

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de solicitação do Congresso Nacional, originária da Proposta de Fiscalização e Controle (PFC) 35/2011, elaborada pela Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados a partir de pedido de autoria do Deputado Federal Jorge Boeira, para que se apure a execução do contrato de concessão do trecho rodoviário Curitiba-Florianópolis, em particular quanto às receitas auferidas em confronto com as despesas realizadas pela concessionária, bem como verifique o adimplemento dos compromissos por ela assumidos.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos art. 232, inciso III, do RI/TCU c/c os arts. 4º, inciso I, alínea "b"; 14, inciso IV; 15, inciso II; e 17, inciso II, da Resolução/TCU 215/2008, em:

9.1. comunicar à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados que a apuração solicitada na Proposta de Fiscalização e Controle (PFC) 35/2011 foi objeto de auditoria conduzida no âmbito do TC-005.534/2011-9, apreciada no mérito pelo Acórdão 3.346/2012 - Plenário, prolatado em Sessão de 05.12.2012, decisão esta ainda não transitada em julgado em decorrência da interposição de recurso não analisado;

9.2. encaminhar à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados cópia do Acórdão 3.346/2012 - Plenário, bem como do relatório e voto que o fundamentam;

9.3. considerar integralmente atendida a presente solicitação do Congresso Nacional, arquivando-a.

10. Ata n° 5/2013 - Plenário.

11. Data da Sessão: 20/2/2013 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0215-05/13-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 216/2013 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC-022.260/2010-2

2.2.2. Grupo I - Classe IV - Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis: João Paulo Barcellos Esteves (ex-Secretário Municipal de Saúde, CPF 037.673.928-28), Evandro Silva Rosa (ex-Superintendente de Gestão Operacional da Secretaria Municipal de Saúde, CPF 404.920.951-91) e Hospital e Maternidade Santa Rosa Ltda. (CNPJ 15.453.640/0001-24).

4. Unidade: Prefeitura Municipal de Dourados/MS

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado

7. Unidade Técnica: Secex/MS

8. Advogados constituídos nos autos: Maurício Rasslan - OAB/MS nº 6.921, Lauro Shibuya - OAB/SP n° 68.167, Andrea de Liz Santana - OAB/MS nº 13.159 e Rogerio Castro Santana - OAB/MS n° 15.751

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada por determinação do Acórdão nº 1797/2010 - Plenário, que apreciou o relatório de auditoria realizada com o objetivo de fiscalizar os recursos transferidos pelo Fundo Nacional de Saúde - FNS ao Fundo Municipal de Saúde de Dourados/MS, nos exercícios de 2007 a 2009.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alínea "c"; 19, caput; 23, inciso III; 28, inciso II; 57 e 60 da Lei nº 8.443/1992 e nos arts. 202, § 6º, 214, inciso III, alínea "a", e 270, § 3°, do Regimento Interno, em:

9.1. julgar irregulares as contas de João Paulo Barcellos Esteves e Evandro Silva Rosa e condená-los solidariamente com o Hospital e Maternidade Santa Rosa Ltda. ao pagamento das quantias especificadas a seguir, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal, o recolhimento das dívidas aos cofres do Fundo Nacional de Saúde, acrescidas da correção monetária e dos juros de mora calculados a partir das datas indicadas até a do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor:

Valor (R$)	Data de Ocorrência
95.219,28	28/12/2007
95.219,28	30/01/2008
95.219,28	01/02/2008

9.2. aplicar individualmente a João Paulo Barcellos Esteves e Evandro Silva Rosa e ao Hospital e Maternidade Santa Rosa Ltda. multa de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal, o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor:

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.4. declarar João Paulo Barcellos Esteves e Evandro Silva Rosa inabilitados para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública Federal pelo período de 5 (cinco) anos;

9.5. encaminhar cópia deste acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, à Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados, ao Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - 10ª Promotoria de Justiça em Dourados/MS, à Delegacia de Polícia Federal em Dourados/MS, ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, à Prefeitura Municipal de Dourados/MS, à Câmara de Vereadores do Município de Dourados/MS e aos Juízos da 1ª Vara Criminal de Dourados/MS (Processo n° 002.09.102812-6) e da 2ª Vara Cível de Dourados/MS (Processo n° 002.09.015792-5);

9.6. encaminhar cópia deste acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado de Mato Grosso do Sul, para as providências que entender cabíveis;

9.7. comunicar à Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, após o trânsito em julgado deste acórdão, acerca da inabilitação de João Paulo Barcellos Esteves e Evandro Silva Rosa para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública Federal, pelo período de 5 (cinco) anos, para que proceda aos devidos registros no Sistema Siape.

10. Ata n° 5/2013 - Plenário.

11. Data da Sessão: 20/2/2013 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0216-05/13-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 217/2013 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 025.190/2012-1

2. Grupo II - Classe VII - Representação

3. Representantes: Infrabrazil Tecnology Ltda. (CNPJ 05.791.362/0001-61) e Trielo Informática Ltda. (CNPJ 00.138.528/0001-21)

4. Unidade: Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado

7. Unidades Técnicas: Secex/PR, Sefti e Sefid-1

8. Advogado constituído nos autos: Fernando Muniz Santos (OAB/PR 22.384)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de representação, com pedido de medida cautelar, sobre supostas irregularidades na Concorrência 007/2012, promovida pela Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, que tem por objeto a contratação de implementação de solução e suporte à infraestrutura crítica para o Porto de Paranaguá.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 235, 237, parágrafo único, e 276 do Regimento Interno/TCU, em:

9.1 confirmar a revogação da medida cautelar referente à Concorrência 007/2012 da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, decidida por despacho do Relator de 30/01/2013;

9.2 não conhecer da presente representação, por se tratar de matéria que foge à competência do Tribunal;

9.3 encaminhar cópia integral dos autos ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, para as providências que julgar pertinentes;

9.4 dar ciência desta deliberação à APPA, à Antaq e às representantes;

9.5 arquivar o processo.

10. Ata n° 5/2013 - Plenário.

11. Data da Sessão: 20/2/2013 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0217-05/13-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 218/2013 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 033.398/2012-7

2. Grupo I - Classe de Assunto V - Auditoria

3. Interessado: Congresso Nacional

4. Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit)

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: Secob-2

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de relatório de auditoria realizada na Superintendência Regional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) no Estado do Rio Grande do Sul, com o objetivo verificar a qualidade das obras de duplicação da BR-392/RS, no trecho Rio Grande - Pelotas.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, com fundamento nos arts. 248 e 250 do RI/TCU e em face das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. cientificar o Dnit, com o envio de cópia desta decisão, do relatório e voto que a fundamentam, bem como da íntegra do relatório de fiscalização da equipe da Secob-2, de que foram constatadas as seguintes deficiências nas obras de adequação e duplicação da BR-392/RS, no trecho Rio Grande - Pelotas: em dois pontos isolados (km 25,00 e 35,40),há irregularidade longitudinal da rodovia, ou seja, fora do limite aceitável (IRI < 2,7) previsto em norma; falhas, em alguns trechos (km 12,20; 14,50; 23,40; e 24,85), na espessura da junta longitudinal que coincide com o eixo da rodovia, aferidos com base Norma DNIT 005/2003; esborcinamentos (quebras em formato de cunha, que não atingem toda a espessura do pavimento) de pequenas dimensões, em alguns pontos (km 10,50;12,20; 14,30;14,50; 21,40; 23,40; e 24,85*)* do trecho da obra;

9.2. recomendar ao Dnit que preveja, nos futuros editais de licitação e respectivos instrumentos contratuais, a realização de ensaios de avaliação estrutural e funcional dos pavimentos antes do recebimento das obras;

9.3. encaminhar cópia desta decisão, do relatório e voto que a fundamentam à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional;

9.4 arquivar os autos.

10. Ata n° 5/2013 - Plenário.

11. Data da Sessão: 20/2/2013 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0218-05/13-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 219/2013 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 041.010/2012-4

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Auditoria de Obra

3. Interessado: Congresso Nacional

4. Unidade: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf)

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: SecobHidro

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria nas obras de construção da barragem Jequitaí, conduzidas pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf). (PT nº 18.544.2051.5308.0101/2012).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, com fundamento no art. 45 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 248 e 250, incisos I e II, do RI/TCU e em face das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. dar ciência à Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) das seguintes impropriedades relacionadas ao edital da Concorrência 30/2012:

9.1.1 expiração da licença prévia existente, o que afronta o disposto no art. 6º, inciso IX, c/c o art. 12, inciso VII, da Lei 8.666/1993 e no art. 8º, inciso I, da Resolução Conama 237/1997;

9.1.2. inexistência de anotação de responsabilidade técnica (ART) das planilhas orçamentárias, o que está em desacordo com o art. 125, § 4°, da Lei 12.465/2011 (LDO 2012);

9.2. comunicar à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional que não foram detectados indícios de irregularidades graves que se enquadrem no disposto no art. 91, § 1º, inciso IV, da Lei 12.465/2011 (LDO/2012), na obra de Construção da Barragem Jequitaí no Município de Jequitaí/MG.

10. Ata n° 5/2013 - Plenário.

11. Data da Sessão: 20/2/2013 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0219-05/13-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 220/2013 - TCU - Plenário

1. Processo TC 007.285/2011-6.

2. Grupo I - Classe V - Relatório de Auditoria.

3. Interessado: Congresso Nacional.

3.1. Responsáveis: Othon Luiz Pinheiro da Silva (CPF 135.734.037-00) e Mitsubishi Heavy Industries Ltd.

4. Unidade: Eletrobras Termonuclear S.A.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: 3ª Secretaria de Fiscalização de Obras - Secob-3.

8. Advogados: Gabriella de Paula Almeida (OAB/DF 30.316), Roberto Barrieu (OAB/SP 81.665) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de relatório de auditoria (Fiscobras 2011) realizada nas obras de manutenção do sistema de geração de energia termonuclear de Angra 1 e 2 (programa de trabalho 25.752.0296.4477.0033), executadas pela Eletrobras Termonuclear S.A.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pela relatora, em:

9.1. acatar as justificativas do Sr. Othon Luiz Pinheiro da Silva, diretor-presidente da Eletrobras Termonuclear S.A. e da empresa Mitsubishi Heavy Industries Ltd.;

9.2. dar ciência à Eletrobras Termonuclear S.A. das seguintes impropriedades:

9.2.1. antecipação de pagamentos sem que haja garantias contratuais suficientes para sua respectiva cobertura, conforme identificado no contrato GAC.T/CT-001/10, ainda que prevista no edital ou em documentos formais de adjudicação e condicionada à existência de interesse público devidamente demonstrado, afronta o art. 62 da Lei 4.320/1964 e o art. 38 do Decreto 93.872/1986;

9.2.2. em licitações internacionais, a ausência de comprovação de divulgação do instrumento convocatório na imprensa internacional ou em agências de divulgação de negócios no exterior, conforme verificado nos processos licitatórios GAC.T/CO.I-002/07 e GAC.T/CO.I-004/08, afronta entendimento firmado por este Tribunal nas decisões 289/1999 e 488/2001, ambas do Plenário;

9.3. determinar à Eletrobras Termonuclear S.A., com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:

9.3.1 adote providências, se ainda não houver feito, para ajustar prazo e cronograma de execução do contrato GAC.T/CT-001/10, de forma a contemplar a nova previsão para execução do serviço de substituição da tampa e de recebimento dos CRDM *(Control Rod Drive Mechanisms)*, e encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, os documentos probatórios das medidas adotadas;

9.3.2. encaminhe a este Tribunal o cronograma atualizado de acompanhamento contratual, com todas as etapas e eventos previstos para o contrato GAC.T/CT-001/10;

9.4. determinar à SecobEnergia que acompanhe a execução do fornecimento dos CRDM (*Control Rod Drive Mechanisms*) conforme estabelecido no cronograma de acompanhamento atualizado do contrato GAC.T/CT-001/10, para o qual, autoriza-se desde já, a realização de inspeções e diligências necessárias;

9.5. encaminhar cópia deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentaram, à Eletrobras Termonuclear S.A. e à empresa Mitsubishi Heavy Industries Ltd.;

9.6. comunicar à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional que não foram detectados indícios de irregularidades que se enquadrem no inciso IV do §1º do art. 94 da Lei 12.309/2010 (LDO/2011) nos contratos GAC.T/CT-001/10 e n. GAC.T/CT-004/ Eletrobras Termonuclear S.A., relativos às obras de manutenção do sistema de geração de energia termonuclear de Angra 1 e 2, programa de trabalho 25.752.0296.4477.0033;

9.7. arquivar os autos.

10. Ata n° 5/2013 - Plenário.

11. Data da Sessão: 20/2/2013 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0220-05/13-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 221/2013 - TCU - Plenário

1. Processo TC 010.586/2011-3.

1.1. Apenso: TC 029.078/2011-3.

2. Grupo I - Classe V - Relatório de Auditoria.

3. Responsáveis: Darby Valente (CPF 125.374.629-04), Edimar Gomes da Silva (CPF 134.463.088-06), Francisca Regina Magalhães Cavalcante (CPF 142.838.833-87), Irineu Rodrigues (CPF 212.408.840-87), Luiz Antonio Tarasiuk (CPF 253.480.009-49), A.G.S. Consultoria Empresarial Ltda. (CNPJ 05.118.422/0001-80), Alfama Processamento de Dados Ltda. (CNPJ 07.906.802/0001-04), Barbalho Reis Comunicação e Consultoria Ltda. (CNPJ 26.420.877/0001-25), Bioma Educação e Assessoria Ambiental Ltda. (CNPJ 74.467.986/0001-40), Cenitec - Centro Nacional de Integração de Tecnologia, Educação e Com. Ltda. (CNPJ 05.833.475/0001-82), Exklusiva Gráfica e Editora Ltda. (CNPJ 75.962.480/0001-70), FNT Consultoria Empresarial Ltda. (CNPJ 02.917.800/0001-05), Jads Assessoria e Consultoria Empresarial Ltda. (CNPJ 04.610.197/0001-31), Instituto Brasileiro de Organização do Trabalho Intelectual e Tecnológico - IBT (CNPJ 06.934.380/0001-18), Júpiter Produtora de Filmes S/s Ltda. (CNPJ 04.581.133/0001-50), Konsultimpex Assessoria e Representações Ltda. (CNPJ 81.536.047/0001-76), Maralfa Informática Ltda. (CNPJ 08.612.039/0001-71), Marcio de Oliveira

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

(CNPJ 00.445.343/0001-60), Norwell Administração Serviços e Informática Ltda. (CNPJ 06.193.849/0001-05), Pampulha Treinamentos Ltda. (CNPJ 03.490.900/0001-52), Petrocchi Consultoria Ltda. (CNPJ 04.813.197/0001-39), Pool Soluções Gráficas e Editoração Ltda. (CNPJ 07.451.335/0001-75), Prugner Consultores Ltda. (CNPJ 11.176.086/0001-90), Race Consult Consultoria Técnica e Representações Ltda. (CNPJ 00.085.177/0001-38), Ruschmann Consultores de Turismo S/C Ltda. (CNPJ 01.142.506/001-06), Sociedade Evangélica Beneficente de Curitiba (CNPJ 76.575.604/0001-28) e Vocare Consultoria Treinamento e Marketing Ltda. (CNPJ 04.778.994/0001-22).

4. Unidades: Ministério do Turismo e Sociedade Evangélica Beneficente de Curitiba - SEB.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Paraná - Secex/PR.

8. Advogados: Vanise Melgar Talavera (OAB/PR 27.316), Guilherme Augusto Vicenti Dias (OAB/RJ 72.067), José Luiz Fungache (OAB/SP 188.498), Edgar Guimarães (OAB/PR 12.413), Altair Santana da Silva (OAB/PR 25.795), Ricardo Onófrio Carvalho (OAB/PR 37.228), Carlos Bastide Horbach (OAB/RS 41.823 e OAB/DF 19.058) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria realizada pela Secex/PR com o objetivo de verificar a regularidade da gestão dos recursos financeiros transferidos pelo Fundo Nacional de Saúde - FNS e pelo Ministério do Turismo à Sociedade Evangélica Beneficente de Curitiba - SEB, na qual foram identificados indícios de irregularidades nos convênios 708657 e 747398, firmados com o último órgão.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pela relatora, em:

9.1. manter a medida cautelar adotada nos autos;

9.2. determinar ao Ministério do Turismo que, se ainda não o fez, analise as prestações de contas dos convênios 708657 e 747398, firmados com a Sociedade Evangélica Beneficente de Curitiba - SEB, considerando as apurações efetuadas por força do Decreto 7.592/2011, bem como as constatações da presente auditoria e do relatório de auditoria especial 00190.020860/2011-31, da Secretaria Federal de Controle Interno, e, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da ciência desta deliberação, encaminhe a este Tribunal cópias dos pareceres emitidos, informando a situação dos ajustes;

9.3. determinar à Sociedade Evangélica Beneficente de Curitiba - SEB que providencie e comprove perante este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência, a restituição, com recursos próprios, de todos os valores bloqueados judicialmente nas contas dos convênios 708657 e 747398, firmados com o Ministério do Turismo;

9.4. determinar à Secex/PR que:

9.4.1. atribua grau de confidencialidade de sigiloso às peças 151 e 152;

9.4.2. junte aos autos cópia das partes do relatório de auditoria especial 00190.020860/2011-31, da Secretaria Federal de Controle Interno, referentes aos ajustes em tela e a documentação constante do pen drive entregue ao gabinete da relatora, relativa à prestação de contas do convênio 708657;

9.4.3. monitore o cumprimento das determinações constantes dos subitens 9.2 e 9.3; e

9.4.4. caso necessário, efetue, desde já, diligências às unidades fazendárias competentes a fim de verificar a idoneidade dos documentos fiscais emitidos na execução dos convênios em tela e adote as medidas pertinentes para identificar os presidentes, diretores ou sócios das empresas contratadas pela SEB envolvidos nas irregularidades apontadas;

9.5. enviar ao deputado Rubens Bueno, líder do Partido Popular Socialista, cópia do processo, na forma estabelecida no despacho proferido no TC 029.078/2011-3, em apenso;

9.6. encaminhar cópia deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentaram, ao Ministério do Turismo e à Sociedade Evangélica Beneficente de Curitiba.

10. Ata n° 5/2013 - Plenário.

11. Data da Sessão: 20/2/2013 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0221-05/13-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 222/2013 - TCU - Plenário

1. Processo TC 014.017/2012-1.

1.1. Apenso: TC 013.504/2012-6.

2. Grupo I - Classe V - Relatório de Auditoria.

3. Interessado: Congresso Nacional.

3.1. Responsáveis: Ivan Wolf (CPF 001.164.461-37); Janeide Alves de Resende (CPF 923.137.011-15); Maria Lucia Cavalli Neder (CPF 604.355.938-20); Validos Augusto Miranda (CPF 175.814.431-91); Valéria Shirley Orth de Jesus (CPF 766.952.391-34).

4. Unidades: Secretaria de Estado das Cidades do Governo de Mato Grosso - Secid/MT e Fundação Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Obras Aeroportuárias e de Edificações (SecobEdif).

8. Advogado: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de levantamento de auditoria realizado pela então 1ª Secretaria de Fiscalização de Obras - Secob-1 no processo de licitação da construção do novo hospital da Universidade Federal do Mato Grosso - UFMT, em Cuiabá/MT, objeto da concorrência 7/2012.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pela relatora, em:

9.1. dar ciência ao Governo do Estado de Mato Grosso, por meio da Secretaria de Estado das Cidades (Secid/MT), e à Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) de que a exigência de prévia execução de itens ou serviços atrelada a certa tipologia de obra é medida de exceção que deve ser devidamente justificada no processo licitatório, ou seja, obrigações desse jaez, que visem garantir *expertise* na execução de um tipo de obra devem ser limitadas ao empreendimento considerado de forma global;

9.2. considerar cumprido o item 9.2 do acórdão 2.760/2012-Plenário;

9.3. arquivar os autos.

10. Ata n° 5/2013 - Plenário.

11. Data da Sessão: 20/2/2013 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0222-05/13-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 223/2013 - TCU - Plenário

1. Processo TC 024.940/2012-7.

2. Grupo I - Classe V - Relatório de Levantamento.

3. Interessada: Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.

4. Unidades: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB/MF; Secretaria de Orçamento Federal - SOF/MPOG; Secretaria do Tesouro Nacional - STN/MF.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Macroavaliação Governamental - Semag.

8. Advogado: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de relatório de levantamento de auditoria que avaliou a previsão de receitas contida na proposta orçamentária da União para o exercício de 2013, em cumprimento ao inciso III do art. 3º da Resolução TCU 142/2001.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pela relatora, em:

9.1. determinar à Secretaria de Orçamento Federal, com base nos arts. 5°, inciso II, e 14, inciso II, da Lei Complementar 101/2000, que adote medidas com vistas à inserção, nas Informações Complementares ao Projeto de Lei Orçamentária Anual, das medidas de compensação que dão suporte às renúncias de receitas concedidas, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes;

9.2. determinar à Semag que acompanhe, no próximo relatório de previsão das receitas, a implementação das medidas indicadas nos itens 9.3 do acórdão 1.979/2012 e 9.1 do acórdão 3.252/2011, ambos do Plenário;

9.3. enviar cópia deste acórdão, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, bem como das demais peças destes autos, em formato digital;

9.4. dar ciência desta deliberação, encaminhando cópias do acórdão, do relatório e do voto que a sustentam, à Secretaria da Receita Federal do Brasil, à Secretaria de Orçamento Federal e à Secretaria do Tesouro Nacional;

9.5. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 5/2013 - Plenário.

11. Data da Sessão: 20/2/2013 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0223-05/13-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 224/2013 - TCU - Plenário

1. Processo TC 044.446/2012-8.

2. Grupo I - Classe VII - Representação.

3. Interessado: Tribunal de Contas da União.

4. Unidade: Presidência da República.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Macroavaliação Governamental - Semag.

8. Advogado: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação com proposta de diretrizes a serem observadas na instrução das contas prestadas pela Presidente da República relativas ao exercício de 2013.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pela relatora, com fundamento no artigo 225 do Regimento Interno, em:

9.1. aprovar as diretrizes propostas pela Secretaria de Macroavaliação Governamental para instrução das contas prestadas pela Presidente da República relativas ao exercício de 2013;

9.2. autorizar as ações de controle que subsidiarão a elaboração do relatório e do parecer prévio sobre as referidas contas; e

9.3. enviar cópia deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentaram, à Secretaria de Planejamento e Gestão - Seplan e à Secretaria-Geral de Controle Externo - Segecex, a fim de que as diretrizes ora aprovadas sejam consideradas na elaboração do Plano de Diretrizes do TCU para o biênio 2013-2014 e estejam contempladas no Plano de Controle para 2013.

10. Ata n° 5/2013 - Plenário.

11. Data da Sessão: 20/2/2013 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0224-05/13-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ENCERRAMENTO

Às 17 horas e 12 minutos, a Presidência convocou Sessão Extraordinária de Caráter Reservado a ser realizada a seguir e encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pelo Plenário.

MARCIA PAULA SARTORI
Subsecretária do Plenário

Aprovada em 26 de fevereiro de 2013.

AUGUSTO NARDES
Presidente

ATA Nº 4, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2013
(Sessão Extraordinária Reservada)

Presidente: Ministro Augusto Nardes
Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Dr. Lucas Rocha Furtado
Secretário das Sessões: AUFC Luiz Henrique Pochyly da Costa
Subsecretária do Plenário: AUFC Marcia Paula Sartori

Às 17 horas e 14 minutos, a Presidência declarou aberta a sessão extraordinária do Plenário, com a presença dos Ministros Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro e Ana Arraes, do Ministro-Substituto André Luís de Carvalho (convocado para substituir o Ministro Valmir Campelo) e do Representante do Ministério Público, Procurador-Geral Dr. Lucas Rocha Furtado. Ausentes, em férias, o Ministro Valmir Campelo e os Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

O Tribunal Pleno homologou a Ata nº 3, da Sessão Extraordinária Reservada realizada em 6 de fevereiro. (Regimento Interno, artigo 101).

PROCESSOS TRANSFERIDOS DA SESSÃO ORDINÁRIA

Foram transferidos da pauta da sessão ordinária realizada nesta data os processos nºs TC-030.688/2011-6 e TC-041.899/2012-1, cujo relator é o Ministro Aroldo Cedraz.

SUSTENTAÇÃO ORAL

Na apreciação do processo nº TC-026.241/2008-4, cujo relator é o Ministro José Jorge, o Sr. José Ferreira Costa não compareceu para produzir sustentação oral que havia requerido.

REABERTURAS DE DISCUSSÃO

Reaberta a discussão do processo nº TC-003.775/2009-7 (Ata nº 44/2012), nos termos do § 5º do art. 112 do Regimento Interno, o Tribunal aprovou por unanimidade o Acórdão nº 239.

Reaberta a discussão do processo nº TC-026.241/2008-4 (Ata nº 10/2011), nos termos do § 5º do art. 112 do Regimento Interno, o Tribunal aprovou o Acórdão nº 242, sendo vencedora a proposta apresentada pelo revisor, Ministro Raimundo Carreiro.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

O Tribunal Pleno aprovou as relações de processos apresentadas pelos relatores e proferiu os seguintes acórdãos:

Acórdão nº 225, adotado no processo nº TC-039.921/2012-3, constante da Relação nº 6 do Ministro Walton Alencar Rodrigues;

Acórdão nº 226, adotado no processo nº TC-044.143/2012-5, constante da Relação nº 6 do Ministro Walton Alencar Rodrigues;

Acórdão nº 227, adotado no processo nº TC-043.674/2012-7, constante da Relação nº 5 do Ministro Benjamin Zymler;

Acórdão nº 228, adotado no processo nº TC-015.521/2012-5, constante da Relação nº 4 do Ministro Raimundo Carreiro;

Acórdão nº 229, adotado no processo nº TC-036.264/2011-3, constante da Relação nº 4 do Ministro Raimundo Carreiro;

Acórdão nº 230, adotado no processo nº TC-041.261/2012-7, constante da Relação nº 4 do Ministro Raimundo Carreiro;

Acórdão nº 231, adotado no processo nº TC-006.411/2012-6, constante da Relação nº 4 do Ministro José Múcio Monteiro;

Acórdão nº 232, adotado no processo nº TC-019.477/2012-0, constante da Relação nº 4 do Ministro José Múcio Monteiro;

Acórdão nº 233, adotado no processo nº TC-041.686/2012-8, constante da Relação nº 4 do Ministro José Múcio Monteiro;

Acórdão nº 234, adotado no processo nº TC-011.926/2009-8, constante da Relação nº 2 da Ministra Ana Arraes;

Acórdão nº 235, adotado no processo nº TC-003.433/2012-9, constante da Relação nº 2 da Ministra Ana Arraes;

Acórdão nº 236, adotado no processo nº TC-016.165/2012-8, constante da Relação nº 2 da Ministra Ana Arraes;

Acórdão nº 237, adotado no processo nº TC-023.705/2011-6, constante da Relação nº 2 da Ministra Ana Arraes;

Acórdão nº 238, adotado no processo nº TC-010.868/2012-7, constante da Relação nº 3 do Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária, o Plenário examinou os processos listados a seguir e aprovou os seguintes acórdãos:

Acórdão nº 239, adotado no processo nº TC-003.775/2009-7, cuja relatora é a Ministra Ana Arraes;

Acórdão nº 240, adotado no processo nº TC-028.678/2012-5, cujo relator é o Ministro Walton Alencar Rodrigues;

Acórdão nº 241, adotado no processo nº TC-015.474/2011-9, cujo relator é o Ministro Benjamin Zymler;

Acórdão nº 242, adotado no processo nº TC-026.241/2008-4, cujo relator é o Ministro José Jorge;

Acórdão nº 243, adotado no processo nº TC-030.688/2011-6, cujo relator é o Ministro Aroldo Cedraz;

Acórdão nº 244, adotado no processo nº TC-041.899/2012-1, cujo relator é o Ministro Aroldo Cedraz;

Acórdão nº 245, adotado no processo nº TC-029.150/2010-8, cujo relator é o Ministro Raimundo Carreiro;

Acórdão nº 246, adotado no processo nº TC-046.256/2012-1, cujo relator é o Ministro José Jorge; e

Acórdão nº 247, adotado no processo nº TC-022.405/2012-7, cujo relator é o Ministro Raimundo Carreiro.

LEVANTAMENTO DE SIGILO DE PROCESSOS

Em razão do levantamento de sigilo do respectivo processo, tornaram-se públicos os acórdãos nºs 241, 242, 245 e 247, a seguir transcritos.

Tais Acórdãos, apreciados de forma unitária, constam também do Anexo I desta Ata, juntamente com os relatórios e votos em que se fundamentaram. O referido anexo, de acordo com a Resolução nº 184/2005, está publicado na página do Tribunal de Contas da União na internet.

Os acórdãos relativos aos processos em que foi mantido o sigilo constam do Anexo II desta Ata, que será arquivado na Secretaria das Sessões.

ACÓRDÃO Nº 241/2013 - TCU - Plenário

1. Processo 015.474/2011-9
2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Denúncia
3. Órgão: Prefeitura Municipal de Imperatriz/MA
4. Interessado: Identidade preservada (art. 55 da Lei nº 8.443/92 c/c art. 127 da Resolução TCU nº 191/2006)
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: SECEX/MA
8. Advogado constituído nos autos: José Fernandes da Conceição (OAB/MA nº 8348)

9. Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos estes autos que versam sobre denúncia acerca de possíveis irregularidades na aplicação de recursos do programa da merenda escolar pela Secretaria Municipal de Educação do Município de Imperatriz/MA, no exercício de 2006.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente denúncia, uma vez satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos no artigo 234 e 235 do RITCU, para, no mérito, julgá-la procedente;

9.2 considerar revel, para todos os efeitos, a Sra. Carlene Ribeiro da Conceição (CPF nº 671.584.394-53), de acordo com o art. 12, inciso IV, § 3º, da Lei nº 8.443/92;

9.3 rejeitar as razões de justificativas oferecidas pelo Sr. Carlos Alberto Santana Costa (CPF nº 403.062.593-20);

9.4 aplicar ao Sr. Carlos Alberto Santana Costa e à Sra. Carlene Ribeiro da Conceição a multa prevista no artigo 58, inciso II, da Lei nº 8.443/92, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do RITCU, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente a partir do dia seguinte ao término do prazo ora estabelecido até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;

9.5 autorizar, desde logo, com fulcro no art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/92, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.6 dar ciência e remeter cópia do presente Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentarem, ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, na qualidade de órgão repassador dos recursos;

9.7 autorizar, desde logo, a retirada da chancela de sigilo aposta aos autos;

9.6 dar ciência do teor desta deliberação ao interessado, remetendo-lhe cópia do Relatório e Voto que a fundamentarem; e

9.8 arquivar o presente processo.

10. Ata n° 4/2013 - Plenário.
11. Data da Sessão: 20/2/2013 - Extraordinária de Caráter Reservado.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0241-04/13-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.
13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 242/2013 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 026.241/2008-4 (SIGILOSO).
2. Grupo II - Classe VII - Assunto: Denúncia.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Identidade preservada, nos termos do art. 55, caput, da Lei nº 8.443/92.
3.2. Responsáveis: Alcides de Sousa Coelho Junior (444.245.583-04); Antonio do Espírito Santo Paixão (055.000.103-44); Antônio Carlos de Jesus Silva (055.380.413-87); Francisco Dias Pereira Neto (249.975.953-49); Hidrotec Construções e Comércio Ltda. (CNPJ 02.563.486/0001-00); Humberto Arruda Guimarães (428.440.023-15); José Ferreira Costa (075.188.973-34); João Evangelista Silva Pereira (001.962.193-02); Lajes Engenharia e Incorporadora Ltda. (CNPJ 03.630.782/0001-30); Lastro Engenharia Industria e Comercio Ltda. (CNPJ 04.588.068/0001-94); Paulo Sergio Rodrigues da Silva (CPF 238.942.021-49).
4. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão - Ifet/MA.
5. Relator: Ministro José Jorge.
5.1. Revisor: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade: Secretaria de Controle Externo - MA (SECEX-MA).
8. Advogado constituído nos autos: Sálvio Dino de Castro e Costa Júnior (OAB/MA nº 5227).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de denúncia acerca de possíveis irregularidades envolvendo as obras de edificação da Unidade de Ensino Descentralizada (Uned) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (Ifet/MA), no Município de Caxias/MA.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1 conhecer da denúncia, porquanto atendidos os pressupostos de admissibilidade previstos nos arts. 234 e 235, do Regimento Interno deste Tribunal, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

9.2 acolher parcialmente as razões de justificativa dos seguintes responsáveis: Srs. Paulo Sergio Rodrigues da Silva, Francisco Dias Pereira Neto e Humberto Arruda Guimarães, membros da comissão de licitação; Sr. Antônio Carlos de Jesus Silva, presidente da comissão de fiscalização da obra; Sr. Antônio do Espírito Santo Paixão, ordenador de despesa; Sr. Paulo Sergio Rodrigues da Silva, pregoeiro; e Sr. João Evangelista Silva Pereira, Diretor-Geral substituto;

9.3 aplicar individualmente aos Srs. Paulo Sergio Rodrigues da Silva, Francisco Dias Pereira Neto e Humberto Arruda Guimarães, membros da comissão de licitação, pelas irregularidades descritas no item XII do Voto, a multa prevista no art. 58, II, da Lei nº 8.443/92, c/c o art. 268, II, do Regimento Interno deste Tribunal, no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente Acórdão até a data do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4 aplicar ao Sr. Antônio Carlos de Jesus Silva, presidente da comissão de fiscalização da obra, pelas irregularidades descritas no item XII do Voto, a multa prevista no art. 58, II, da Lei nº 8.443/92, c/c o art. 268, II, do Regimento Interno deste Tribunal, no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a

data do presente Acórdão até a data do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5 autorizar desde logo, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443/92, c/c o art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal, o parcelamento da dívida constante deste Acórdão, em até 24 (vinte e quatro) parcelas corrigidas monetariamente até a data do pagamento, esclarecendo ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (§ 2º do art. 217 do Regimento Interno do Tribunal), sem prejuízo das demais medidas legais;

9.6 autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, II, da Lei nº 8.443/92, a cobrança judicial da dívida, caso não seja atendida a notificação;

9.7 acolher as razões de justificativa apresentadas pelos Srs. José Ferreira Costa, Diretor-Geral, e Alcides de Sousa Coelho Junior, Procurador Federal;

9.8 determinar ao Ifet/MA que encaminhe à Secex-MA, no prazo de quinze dias, a contar da notificação, cópia dos seguintes documentos:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

a) termo aditivo ao Contrato nº 130/2008;

b) planilha do contrato após a retificação da composição do BDI, propiciada pelo aditivo;

c) expediente que indeferiu pleito de aditivação ao Contrato nº 130/2008, formulado pela construtora Hidrotec, e que teria evitado a prática de sobrepreço;

d) processo de pagamento de eventuais serviços executados pela construtora Hidrotec sem cobertura contratual, referentes ao aditivo pleiteado ao Contrato nº 130/2008;

9.9 determinar à Secex/MA que analise os documentos mencionados no item 9.8 acima e, caso verifique irregularidades, represente a este Tribunal, propondo, se necessário, a conversão do respectivo processo em tomada de contas especial;

9.10 levantar a chancela de sigilo dos presentes autos, mantendo-a apenas quanto à identidade do denunciante, nos termos do art. 236, § 1º, do Regimento Interno deste Tribunal;

9.11 determinar a juntada de cópia da deliberação que vier a ser proferida aos processos de prestação de contas do Ifet/MA referentes aos exercícios de 2008, 2009 e 2010;

9.12 encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do Voto e do Relatório que o fundamentam, ao denunciante, ao Ifet/MA, à Superintendência do Trabalho e Emprego no Maranhão e à Delegacia da Receita Federal do Brasil em Caxias-MA;

9.13 autorizar o arquivamento deste processo, após as comunicações cabíveis.

10. Ata n° 4/2013 - Plenário.

11. Data da Sessão: 20/2/2013 - Extraordinária de Caráter Reservado.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0242-04/13-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (1º Revisor), José Jorge (Relator), José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministros com voto vencido: Walton Alencar Rodrigues e José Jorge (Relator).

13.3. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 245/2013 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 029.150/2010-8

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Denúncia

3. Interessado: Identidade preservada (art. 55 da Lei nº 8.443/1992)

4. Entidade: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Estado do Rio de Janeiro (Sebrae/RJ)

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade: Secex/RJ

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de denúncia a respeito de irregularidades administrativas ocorridas no Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Estado do Rio de Janeiro - Sebrae/RJ,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente denúncia, por preencher os requisitos de admissibilidade previstos no art. 53 da Lei nº 8.443/92 c/c o art. 235 do Regimento Interno para, no mérito, considerá-la improcedente;

9.2. alertar o Sebrae/RJ que, nos termos da Súmula TCU nº 248, para a regularidade da licitação na modalidade convite devem ser obtidas, no mínimo, três propostas válidas aptas à seleção;

9.3. recomendar ao Sebrae/RJ que elabore normativo que trate do rito processual de apuração de responsabilidades, a exemplo da instauração de comissões de sindicância ou processos disciplinares, assegurando o exercício do contraditório e da ampla defesa, ou solicite ao Sebrae/Nacional a normatização do procedimento;

9.4. determinar à SecexDecon que, nas próximas contas do Sebrae/Nacional, analise o disposto no inciso XVIII do art. 9º do Regulamento de Licitações e de Contratos do Sistema Sebrae (Resolução CDN Sebrae nº 176/2008), à luz dos princípios que devem nortear a elaboração dos regulamentos próprios a que estão submetidos as licitações e contratações no âmbito do Sistema "S";

9.5. dar ciência desta deliberação ao interessado;

9.6. retirar a chancela de sigiloso aposta aos autos;

9.7. arquivar o processo.

10. Ata n° 4/2013 - Plenário.

11. Data da Sessão: 20/2/2013 - Extraordinária de Caráter Reservado.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0245-04/13-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator), José Jorge, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 247/2013 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 022.405/2012-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto I: Denúncia.

3. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)

4. Órgão/Entidade: Petrobras Distribuidora S.A.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secex da Administração Indireta. no RJ (SecexAIRJ).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos estes autos que tratam de denúncia a respeito de possíveis irregularidades ocorridas na BR Distribuidora, relacionadas com a manutenção de colaboradores terceirizados executando atividades na estatal, em detrimento da contratação de aprovados em concurso público.

Acordam os Ministros do Tribunal de Contas da União , reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente denúncia, satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 234 e 235 do Regimento Interno do TCU;

9.2. alertar a Petrobras Distribuidora S. A. sobre o item 9.3 do Acórdão nº 576/2012-Plenário, cujo teor é o seguinte, *verbis:"9.3. alertar o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, visando a que, no exercício de suas competências previstas no art. 1º, VIII e IX, do Decreto nº 7675/2012, aquele órgão oriente os gestores públicos de que não será considerada de boa-fé por este Tribunal a terceirização de serviços que envolvam a contratação de profissionais existentes no Plano de Cargos e Salários do órgão/entidade por contrariar o art. 37, II, da Constituição Federal e, ainda, poder implicar futuros prejuízos ao Erário, decorrentes do possível acolhimento pela Justiça do Trabalho de pleitos dos terceirizados, garantindo-lhes o direito ao recebimento das mesmas verbas trabalhistas legais e normativas asseguradas àqueles contratados pelo tomador dos serviços, na esteira da Orientação Jurisprudencial nº 383 SDI-1 do TST;"*

9.3. apensar os presentes autos ao TC 036.911/2012-7, relativo ao monitoramento com objetivo de verificar a substituição de trabalhadores terceirizados em situação irregular nas empresas do sistema Petrobras;

9.4. eliminar o sigilo dos autos quanto ao objeto da denúncia, nos termos do § 1º do art. 236 do RITCU, com as precauções necessárias para a manutenção do sigilo da identidade do denunciante, consoante o mesmo dispositivo normativo, *in fine*, em combinação com o art. 128 da Resolução TCU 191/2006;

9.5. dar ciência da presente deliberação, assim como do relatório e do voto que a fundamentam, ao denunciante e à Petrobras Distribuidora S/A.

10. Ata n° 4/2013 - Plenário.

11. Data da Sessão: 20/2/2013 - Extraordinária de Caráter Reservado.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0247-04/13-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator), José Jorge, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ENCERRAMENTO

Às 17 horas e 52 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pelo Plenário.

MARCIA PAULA SARTORI
Subsecretária do Plenário

Aprovada em 26 de fevereiro de 2013.

AUGUSTO NARDES
Presidente

Poder Judiciário

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

CERTIDÕES DE JULGAMENTOS

PROCESSO N. CF-EOF-2012/00077
PRESIDENTE DA SESSÃO: Conselheiro FELIX FISCHER
RELATOR: Apresentado em mesa pelo Conselheiro FELIX FISCHER INTERESSADA: Justiça Federal de primeiro e segundo graus
DATA DA SESSÃO: 18/2/2013
ASSUNTO: REFERENDO DA RESOLUÇÃO N. CF-RES-2012/00222, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2012, QUE DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES, EM FAVOR DA JUSTIÇA FEDERAL, PARA ATENDER DESPESAS COM PESSOAL.

Certifico que o Conselho da Justiça Federal, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"O Conselho, por unanimidade, referendou a resolução."

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros Felix Fischer, Eliana Calmon, João Otávio de Noronha, Castro Meira, Arnaldo Esteves Lima, Mário César Ribeiro, Maria Helena Cisne, Newton de Lucca, Marga Tessler e Paulo Roberto de Oliveira Lima.

Presentes, também, o Juiz Federal Nino Oliveira Toldo (Presidente da Ajufe) e o Dr. Marcelo Lavocat Galvão (representante do Conselho Federal da OAB), que, conforme disposto no Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal, participam da sessão sem direito a voto, e o Dr. Wagner Augusto da Silva Costa (representante da Secretaria de Reforma do Judiciário), que participa como convidado.

EVA MARIA FERREIRA BARROS
Secretária-Geral

MINISTRO FELIX FISCHER
Presidente

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

PROCESSO N. CF-EOF-2012/00004
PRESIDENTE DA SESSÃO: Conselheiro FELIX FISCHER
RELATOR: Apresentado em mesa pelo Conselheiro FELIX FISCHER INTERESSADOS: CJF e Justiça Federal de primeiro e segundo graus
DATA DA SESSÃO: 18/2/2013
ASSUNTO: REFERENDO DA RESOLUÇÃO N. CJF-RES-2013/00226, DE 3 DE JANEIRO DE 2013, QUE DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS RELATIVOS À PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E ÀS ALTERAÇÕES DE DETALHAMENTO DO ELEMENTO DE DESPESA PARA PAGAMENTO DAS FOLHAS DE PESSOAL E DAS DESPESAS DE CUSTEIO E DE CAPITAL DO CONSELHO E DA JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO GRAUS NO EXERCÍCIO DE 2013.

Certifico que o Conselho da Justiça Federal, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"O Conselho, por unanimidade, referendou a resolução."

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros Felix Fischer, Eliana Calmon, João Otávio de Noronha, Castro Meira, Arnaldo Esteves Lima, Mário César Ribeiro, Maria Helena Cisne, Newton de Lucca, Marga Tessler e Paulo Roberto de Oliveira Lima.

Presentes, também, o Juiz Federal Nino Oliveira Toldo (Presidente da Ajufe) e o Dr. Marcelo Lavocat Galvão (representante do Conselho Federal da OAB), que, conforme disposto no Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal, participam da sessão sem direito a voto, e o Dr. Wagner Augusto da Silva Costa (representante da Secretaria de Reforma do Judiciário), que participa como convidado.

EVA MARIA FERREIRA BARROS
Secretária-Geral

MINISTRO FELIX FISCHER
Presidente

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

PROCESSO N. CJF-EOF-2013/00089
PRESIDENTE DA SESSÃO: Conselheiro FELIX FISCHER
RELATOR: Apresentado em mesa pelo Conselheiro FELIX FISCHER INTERESSADOS: CJF e Justiça Federal de primeiro e segundo graus
DATA DA SESSÃO: 18/2/2013
ASSUNTO: REFERENDO DA RESOLUÇÃO N. CJF-RES-2013/00227, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2013, QUE DISPÕE SOBRE A REABERTURA DE CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO, EM FAVOR DA JUSTIÇA FEDERAL, PARA ATENDER ÀS DESPESAS DE INVESTIMENTOS.

Certifico que o Conselho da Justiça Federal, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"O Conselho, por unanimidade, referendou a resolução."

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros Felix Fischer, Eliana Calmon, João Otávio de Noronha, Castro Meira, Arnaldo Esteves Lima, Mário César Ribeiro, Maria Helena Cisne, Newton de Lucca, Marga Tessler e Paulo Roberto de Oliveira Lima.

Presentes, também, o Juiz Federal Nino Oliveira Toldo (Presidente da Ajufe) e o Dr. Marcelo Lavocat Galvão (representante do Conselho Federal da OAB), que, conforme disposto no Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal, participam da sessão sem direito a voto, e o Dr. Wagner Augusto da Silva Costa (representante da Secretaria de Reforma do Judiciário), que participa como convidado.

EVA MARIA FERREIRA BARROS
Secretária-Geral

MINISTRO FELIX FISCHER
Presidente

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

PROCESSO N. CF-PPN-2012/00009
PRESIDENTE DA SESSÃO: Conselheiro FELIX FISCHER
RELATOR: Conselheiro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
PEDIDO DE VISTA: Conselheiro FELIX FISCHER
INTERESSADOS: Juízes federais e juízes federais substitutos
DATA DA SESSÃO: 18/2/2013
ASSUNTO: PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DA RESOLUÇÃO N. 070, DE 26 DE AGOSTO DE 2009, QUE DISPÕE SOBRE A COMPENSAÇÃO, POR JUÍZES FEDERAIS E JUÍZES FEDERAIS SUBSTITUTOS, DOS PLANTÕES TRABALHADOS NO RECESSO PREVISTO NA LEI N. 5.010, DE 30 DE MAIO DE 1966.

Certifico que o Conselho da Justiça Federal, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"Prosseguindo o julgamento, o Conselho, por maioria, aprovou a alteração da Resolução n. 070/2009, nos termos do voto do relator, com os acréscimos sugeridos pelo Conselheiro Felix Fischer. Vencido integralmente o Conselheiro Paulo Roberto de Oliveira Lima e, em parte, as Conselheiras Maria Helena Cisne e Marga Tessler."

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros Felix Fischer, Eliana Calmon, João Otávio de Noronha, Castro Meira, Arnaldo Esteves Lima, Mário César Ribeiro, Maria Helena Cisne, Newton de Lucca, Marga Tessler e Paulo Roberto de Oliveira Lima.

Presentes, também, o Juiz Federal Nino Oliveira Toldo (Presidente da Ajufe) e o Dr. Marcelo Lavocat Galvão (representante do Conselho Federal da OAB), que, conforme disposto no Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal, participam da sessão sem direito a voto, e o Dr. Wagner Augusto da Silva Costa (representante da Secretaria de Reforma do Judiciário), que participa como convidado.

EVA MARIA FERREIRA BARROS
Secretária-Geral

MINISTRO FELIX FISCHER
Presidente

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

PROCESSO N. CF-ADM-2012/00057
PRESIDENTE DA SESSÃO: Conselheiro FELIX FISCHER
RELATOR: Conselheiro MÁRIO CÉSAR RIBEIRO
PEDIDO DE VISTA: Conselheiro FELIX FISCHER
INTERESSADO: Tribunal Regional Federal da 1ª Região
DATA DA SESSÃO: 18/2/2013
ASSUNTO: CRIAÇÃO DE RUBRICA VANTAGEM PESSOAL - ART. 192 - MAGISTRADOS, PARA ATENDER DETERMINAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO.

Certifico que o Conselho da Justiça Federal, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"Prosseguindo o julgamento, o Conselho, por maioria, aprovou a utilização da rubrica 121079 - PROVENTO VANTAGEM ART. 192, I, LEI N. 8.112/1990 - MAGISTRADOS já criada, nos termos do voto do relator. Vencido o Conselheiro Paulo Roberto de Oliveira Lima."

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros Felix Fischer, Eliana Calmon, João Otávio de Noronha, Castro Meira, Arnaldo Esteves Lima, Mário César Ribeiro, Maria Helena Cisne, Newton de Lucca, Marga Tessler e Paulo Roberto de Oliveira Lima.

Presentes, também, o Juiz Federal Nino Oliveira Toldo (Presidente da Ajufe) e o Dr. Marcelo Lavocat Galvão (representante do Conselho Federal da OAB), que, conforme disposto no Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal, participam da sessão sem direito a voto, e o Dr. Wagner Augusto da Silva Costa (representante da Secretaria de Reforma do Judiciário), que participa como convidado.

EVA MARIA FERREIRA BARROS
Secretária-Geral

MINISTRO FELIX FISCHER
Presidente

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

PROCESSO N. CF-ADM-2012/00024
PRESIDENTE DA SESSÃO: Conselheiro FELIX FISCHER
RELATOR: Apresentado em mesa pelo Conselheiro FELIX FISCHER
INTERESSADO: Conselho da Justiça Federal
DATA DA SESSÃO: 18/2/2013
ASSUNTO: PROPOSTA DE RESOLUÇÃO QUE DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO NA ESTRUTURA ORGÂNICA DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL.

Certifico que o Conselho da Justiça Federal, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"O Conselho, por unanimidade, aprovou a proposta de resolução nos termos do voto do relator."

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros Felix Fischer, Eliana Calmon, João Otávio de Noronha, Castro Meira, Arnaldo Esteves Lima, Mário César Ribeiro, Maria Helena Cisne, Newton de Lucca, Marga Tessler e Paulo Roberto de Oliveira Lima.

Presentes, também, o Juiz Federal Nino Oliveira Toldo (Presidente da Ajufe) e o Dr. Marcelo Lavocat Galvão (representante do Conselho Federal da OAB), que, conforme disposto no Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal, participam da sessão sem direito a voto, e o Dr. Wagner Augusto da Silva Costa (representante da Secretaria de Reforma do Judiciário), que participa como convidado.

EVA MARIA FERREIRA BARROS
Secretária-Geral

MINISTRO FELIX FISCHER
Presidente

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

PROCESSO N. CF-PPN-2012/00044
PRESIDENTE DA SESSÃO: Conselheiro FELIX FISCHER
RELATOR: Conselheiro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
PEDIDO DE VISTA: Conselheira ELIANA CALMON
INTERESSADA: Magistratura Federal
DATA DA SESSÃO: 18/2/2013
ASSUNTO: PROPOSTA DE RESOLUÇÃO QUE REGULAMENTA OS PROCEDIMENTOS E AS MEDIDAS NECESSÁRIAS À PRESERVAÇÃO DA GARANTIA CONSTITUCIONAL DA UNIDADE FAMILIAR NO ÂMBITO DA MAGISTRATURA FEDERAL.

Certifico que o Conselho da Justiça Federal, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"Prosseguindo o julgamento, após o voto-vista da Conselheira Eliana Calmon pela não aprovação da resolução, o Conselho, por indicação do relator, decidiu retirar a proposta de criação do ato normativo para elaborar novos estudos sobre a matéria."

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros Felix Fischer, Eliana Calmon, João Otávio de Noronha, Castro Meira, Arnaldo Esteves Lima, Mário César Ribeiro, Maria Helena Cisne, Newton de Lucca, Marga Tessler e Paulo Roberto de Oliveira Lima.

Presentes, também, o Juiz Federal Nino Oliveira Toldo (Presidente da Ajufe) e o Dr. Marcelo Lavocat Galvão (representante do Conselho Federal da OAB), que, conforme disposto no Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal, participam da sessão sem direito a voto, e o Dr. Wagner Augusto da Silva Costa (representante da Secretaria de Reforma do Judiciário), que participa como convidado.

EVA MARIA FERREIRA BARROS
Secretária-Geral

MINISTRO FELIX FISCHER
Presidente

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

PROCESSO N. CF-PPN-2012/00024
PRESIDENTE DA SESSÃO: Conselheiro FELIX FISCHER
RELATORA: Conselheira MARGA TESSLER
PEDIDO DE VISTA: Conselheira ELIANA CALMON
INTERESSADA: Associação dos Juízes Federais do Brasil - Ajufe
DATA DA SESSÃO: 18/2/2013
ASSUNTO: REQUERIMENTO DA ASSOCIAÇÃO DOS JUÍZES FEDERAIS DO BRASIL - AJUFE NO QUAL SOLICITA A CONCESSÃO DE AUXÍLIO-MORADIA AOS MAGISTRADOS FEDERAIS.

Certifico que o Conselho da Justiça Federal, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"Prosseguindo o julgamento, após o voto-vista da Conselheira Eliana Calmon pelo indeferimento do pedido e do voto antecipado da Conselheira Maria Helena Cisne que acompanhou a relatora, pediu vista antecipada o Presidente."

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros Felix Fischer, Eliana Calmon, João Otávio de Noronha, Castro Meira, Arnaldo Esteves Lima, Mário César Ribeiro, Maria Helena Cisne, Newton de Lucca, Marga Tessler e Paulo Roberto de Oliveira Lima.

Presentes, também, o Juiz Federal Nino Oliveira Toldo (Presidente da Ajufe) e o Dr. Marcelo Lavocat Galvão (representante do Conselho Federal da OAB), que, conforme disposto no Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal, participam da sessão sem direito a voto, e o Dr. Wagner Augusto da Silva Costa (representante da Secretaria de Reforma do Judiciário), que participa como convidado.

EVA MARIA FERREIRA BARROS
Secretária-Geral

MINISTRO FELIX FISCHER
Presidente

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

PROCESSO N. CF-PES-2012/00192
PRESIDENTE DA SESSÃO: Conselheiro FELIX FISCHER
RELATOR: Conselheiro PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA
PEDIDO DE VISTA: Conselheira ELIANA CALMON
INTERESSADO: Tribunal Regional Federal da 2ª Região
DATA DA SESSÃO: 18/2/2013
ASSUNTO: HOMOLOGAÇÃO DE DECISÃO DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO, QUE RECONHECEU A POSSIBILIDADE DE CONVERSÃO, EM PECÚNIA, DE DEZ DIAS DE FÉRIAS A MAGISTRADO.

Certifico que o Conselho da Justiça Federal, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"Prosseguindo o julgamento, o Conselho, por unanimidade, não homologou a decisão do Tribunal Regional Federal da 2ª Região nos termos do voto do relator."

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros Felix Fischer, Eliana Calmon, João Otávio de Noronha, Castro Meira, Arnaldo Esteves Lima, Mário César Ribeiro, Maria Helena Cisne, Newton de Lucca, Marga Tessler e Paulo Roberto de Oliveira Lima.

Presentes, também, o Juiz Federal Nino Oliveira Toldo (Presidente da Ajufe) e o Dr. Marcelo Lavocat Galvão (representante do Conselho Federal da OAB), que, conforme disposto no Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal, participam da sessão sem direito a voto, e o Dr. Wagner Augusto da Silva Costa (representante da Secretaria de Reforma do Judiciário), que participa como convidado.

EVA MARIA FERREIRA BARROS
Secretária-Geral

MINISTRO FELIX FISCHER
Presidente

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

PROCESSO N. CF-PPN-2012/00005
PRESIDENTE DA SESSÃO: Conselheiro FELIX FISCHER
RELATOR: Conselheiro PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA
PEDIDO DE VISTA: Conselheiro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
INTERESSADOS: CJF e Justiça Federal de primeiro e segundo graus
DATA DA SESSÃO: 18/2/2013
ASSUNTO: PROPOSTA DE RESOLUÇÃO QUE REGULAMENTA O CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL DO CONSELHO E DA JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO GRAUS E DISPÕE SOBRE A RESERVA DE VAGAS DESTINADAS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.

Certifico que o Conselho da Justiça Federal, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"Prosseguindo o julgamento, após o voto-vista do Conselheiro João Otávio de Noronha, no qual acompanhou, em parte, o relator e propôs alterações à proposta de resolução, no que foi acompanhado pela Conselheira Eliana Calmon, pediu vista antecipada o Conselheiro Newton de Lucca."

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros Felix Fischer, Eliana Calmon, João Otávio de Noronha, Castro Meira, Arnaldo Esteves Lima, Mário César Ribeiro, Maria Helena Cisne, Newton de Lucca, Marga Tessler e Paulo Roberto de Oliveira Lima.

Presentes, também, o Juiz Federal Nino Oliveira Toldo (Presidente da Ajufe) e o Dr. Marcelo Lavocat Galvão (representante do Conselho Federal da OAB), que, conforme disposto no Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal, participam da sessão sem direito a voto, e o Dr. Wagner Augusto da Silva Costa (representante da Secretaria de Reforma do Judiciário), que participa como convidado.

EVA MARIA FERREIRA BARROS
Secretária-Geral

MINISTRO FELIX FISCHER
Presidente

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

PROCESSO N. CF-PPN-2012/00078
PRESIDENTE DA SESSÃO: Conselheiro FELIX FISCHER
RELATOR: Apresentado em mesa pelo Corregedor-Geral da Justiça Federal
INTERESSADA: Servidora Andrea Balsini Ghisi
DATA DA SESSÃO: 18/2/2013
ASSUNTO: DIREITO INTERTEMPORAL. POSSIBILIDADE DE INCORPORAÇÃO DE QUINTOS POR DESEMPENHO DE CARGO EM COMISSÃO. POSSE EM CARGO EFETIVO POSTERIOR AO TEMPO DE INCORPORAÇÃO PRETENDIDO - ANDREA BALSINI GHISI.

Certifico que o Conselho da Justiça Federal, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"O Conselho, por unanimidade, nos termos do voto do relator, declarou nulo o ato de concessão de VPNI à servidora Andréa Balsini Ghisi, aprovado pelo Conselho de Administração do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Processo n. 5.558/2009) e publicado no Boletim de Serviço do dia 27/8/2009. Quanto à devolução das

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

verbas já pagas, decidiu oficiar àquele Tribunal a fim de que se dê prosseguimento ao Processo n. 4.185/2011, em curso naquela Corte. Declarou suspeição o Conselheiro Mário César Ribeiro."

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros Felix Fischer, Eliana Calmon, João Otávio de Noronha, Castro Meira, Arnaldo Esteves Lima, Mário César Ribeiro, Maria Helena Cisne, Newton de Lucca, Marga Tessler e Paulo Roberto de Oliveira Lima.

Presentes, também, o Juiz Federal Nino Oliveira Toldo (Presidente da Ajufe) e o Dr. Marcelo Lavocat Galvão (representante do Conselho Federal da OAB), que, conforme disposto no Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal, participam da sessão sem direito a voto, e o Dr. Wagner Augusto da Silva Costa (representante da Secretaria de Reforma do Judiciário), que participa como convidado.

EVA MARIA FERREIRA BARROS
Secretária-Geral

MINISTRO FELIX FISCHER
Presidente

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

PROCESSO N. CF-PPN-2012/00079
PRESIDENTE DA SESSÃO: Conselheiro FELIX FISCHER
RELATOR: Apresentado em mesa pelo Corregedor-Geral da Justiça Federal
INTERESSADA: Servidora aposentada Kátia Dias Lopes da Silva
ADVOGADO: Dr. Walter Porto
DATA DA SESSÃO: 18/2/2013
ASSUNTO: DIREITO INTERTEMPORAL. POSSIBILIDADE DE INCORPORAÇÃO DE QUINTOS POR EQUIPARAÇÃO DE EMPREGO PÚBLICO COM CARGO PÚBLICO. DESEMPENHO DE CARGO EM COMISSÃO E VÍNCULO COM ADMINISTRAÇÃO INDIRETA. EMPREGO PÚBLICO. POSSE EM CARGO EFETIVO POSTERIOR AO TEMPO DE INCORPORAÇÃO PRETENDIDO - KÁTIA DIAS LOPES DA SILVA.

Certifico que o Conselho da Justiça Federal, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"O Conselho, por unanimidade, nos termos do voto do relator, declarou nulo o ato de concessão de VPNI à servidora aposentada Kátia Lopes Dias da Silva, aprovado pelo Conselho de Administração do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Processo n. 8.906/2008) e publicado no e-DJF1, de 2/1/2009. Quanto à devolução das verbas já pagas, decidiu oficiar àquele Tribunal a fim de que se dê prosseguimento ao Processo n. 4.200/2011, em curso naquela Corte. Declarou suspeição o Conselheiro Mário César Ribeiro. Sustentou oralmente o Dr. Walter Porto."

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros Felix Fischer, Eliana Calmon, João Otávio de Noronha, Castro Meira, Arnaldo Esteves Lima, Mário César Ribeiro, Maria Helena Cisne, Newton de Lucca, Marga Tessler e Paulo Roberto de Oliveira Lima.

Presentes, também, o Juiz Federal Nino Oliveira Toldo (Presidente da Ajufe) e o Dr. Marcelo Lavocat Galvão (representante do Conselho Federal da OAB), que, conforme disposto no Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal, participam da sessão sem direito a voto, e o Dr. Wagner Augusto da Silva Costa (representante da Secretaria de Reforma do Judiciário), que participa como convidado.

EVA MARIA FERREIRA BARROS
Secretária-Geral

MINISTRO FELIX FISCHER
Presidente

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

PROCESSO N. CF-PPN-2012/00081
PRESIDENTE DA SESSÃO: Conselheiro FELIX FISCHER
RELATOR: Apresentado em mesa pelo Corregedor-Geral da Justiça Federal
INTERESSADA: Servidora Elaine Burached de Oliveira
DATA DA SESSÃO: 18/2/2013
ASSUNTO: DIREITO INTERTEMPORAL. POSSIBILIDADE DE INCORPORAÇÃO DE QUINTOS POR EQUIPARAÇÃO DE EMPREGO PÚBLICO COM CARGO PÚBLICO. DESEMPENHO DE CARGO EM COMISSÃO E VÍNCULO COM ADMINISTRAÇÃO INDIRETA. EMPREGO PÚBLICO. POSSE EM CARGO EFETIVO POSTERIOR AO TEMPO DE INCORPORAÇÃO PRETENDIDO - ELAINE BURACHED DE OLIVEIRA.

Certifico que o Conselho da Justiça Federal, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"O Conselho, por unanimidade, nos termos do voto do relator, declarou nulo o ato de concessão de VPNI à servidora Elaine Burached de Oliveira, aprovado pelo Conselho de Administração do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Processo n. 693/2005) em 23/7/2009. Quanto à devolução das verbas já pagas, decidiu oficiar àquele Tribunal a fim de que se dê prosseguimento ao Processo n. 4.186/2011, em curso naquela Corte. Declarou suspeição o Conselheiro Mário César Ribeiro."

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros Felix Fischer, Eliana Calmon, João Otávio de Noronha, Castro Meira, Arnaldo Esteves Lima, Mário César Ribeiro, Maria Helena Cisne, Newton de Lucca, Marga Tessler e Paulo Roberto de Oliveira Lima.

Presentes, também, o Juiz Federal Nino Oliveira Toldo (Presidente da Ajufe) e o Dr. Marcelo Lavocat Galvão (representante do Conselho Federal da OAB), que, conforme disposto no Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal, participam da sessão sem direito a voto, e o Dr. Wagner Augusto da Silva Costa (representante da Secretaria de Reforma do Judiciário), que participa como convidado.

EVA MARIA FERREIRA BARROS
Secretária-Geral

MINISTRO FELIX FISCHER
Presidente

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

PROCESSO N. CF-PCO-2012/00263
PRESIDENTE DA SESSÃO: Conselheiro FELIX FISCHER
RELATOR: Apresentado em mesa pelo Corregedor-Geral da Justiça Federal
INTERESSADO: Juiz Federal Hamilton de Sá Dantas
DATA DA SESSÃO: 18/2/2013
ASSUNTO: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS POR JUIZ FEDERAL DA 1ª REGIÃO RELATIVOS À DECISÃO PROFERIDA PELO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL.

Certifico que o Conselho da Justiça Federal, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"O Conselho, por unanimidade, não conheceu dos embargos."

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros Felix Fischer, Eliana Calmon, João Otávio de Noronha, Castro Meira, Arnaldo Esteves Lima, Mário César Ribeiro, Maria Helena Cisne, Newton de Lucca, Marga Tessler e Paulo Roberto de Oliveira Lima.

Presentes, também, o Juiz Federal Nino Oliveira Toldo (Presidente da Ajufe) e o Dr. Marcelo Lavocat Galvão (representante do Conselho Federal da OAB), que, conforme disposto no Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal, participam da sessão sem direito a voto, e o Dr. Wagner Augusto da Silva Costa (representante da Secretaria de Reforma do Judiciário), que participa como convidado.

EVA MARIA FERREIRA BARROS
Secretária-Geral

MINISTRO FELIX FISCHER
Presidente

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

PROCESSO N. CF-PCO-2012/00289
PRESIDENTE DA SESSÃO: Conselheiro FELIX FISCHER
RELATOR: Apresentado em mesa pelo Corregedor-Geral da Justiça Federal
INTERESSADO: Conselho Seccional da OAB/PI
DATA DA SESSÃO: 18/2/2013
ASSUNTO: PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO COM PEDIDO DE LIMINAR PROPOSTO PELO CONSELHO SECCIONAL DA OAB/PI CONTRA ATO DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO PARA INSTALAÇÃO, COM CARGOS DEFINITIVOS, DE TURMAS RECURSAIS NA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PIAUÍ.

Certifico que o Conselho da Justiça Federal, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"O Conselho, por unanimidade, indeferiu o pedido e determinou o arquivamento do processo, nos termos do voto do relator."

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros Felix Fischer, Eliana Calmon, João Otávio de Noronha, Castro Meira, Arnaldo Esteves Lima, Mário César Ribeiro, Maria Helena Cisne, Newton de Lucca, Marga Tessler e Paulo Roberto de Oliveira Lima.

Presentes, também, o Juiz Federal Nino Oliveira Toldo (Presidente da Ajufe) e o Dr. Marcelo Lavocat Galvão (representante do Conselho Federal da OAB), que, conforme disposto no Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal, participam da sessão sem direito a voto, e o Dr. Wagner Augusto da Silva Costa (representante da Secretaria de Reforma do Judiciário), que participa como convidado.

EVA MARIA FERREIRA BARROS
Secretária-Geral

MINISTRO FELIX FISCHER
Presidente

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

PROCESSO N. CF-PCO-2012/00153
PRESIDENTE DA SESSÃO: Conselheiro FELIX FISCHER
RELATOR: Apresentado em mesa pelo Corregedor-Geral da Justiça Federal
INTERESSADOS: Associação dos Juízes Federais de São Paulo e Mato Grosso do Sul - AJUFESP, Associação Paranaense dos Juízes Federais - APAJUFE e Juiz Federal Mauro Spalding
SUSTENTAÇÃO ORAL (Requerente): Juiz Federal Ricardo Geraldo Rezende Silveira
SUSTENTAÇÃO ORAL (Requerido): Juiz Federal Antônio César Bochenek
DATA DA SESSÃO: 18/2/2013
ASSUNTO: IMPUGNAÇÃO DE REMOÇÃO DE JUIZ FEDERAL PARA A 3ª REGIÃO.

Certifico que o Conselho da Justiça Federal, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"O Conselho, por unanimidade, manteve o ato da Corte Especial do Tribunal Regional Federal da 3ª Região que removeu o Juiz Federal Mauro Spalding e desproveu o pedido de providências, nos termos do voto do relator. Declarou suspeição o Conselheiro Newton de Lucca. Sustentaram oralmente os Presidentes da AJUFESP e da APAJUFE."

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros Felix Fischer, Eliana Calmon, João Otávio de Noronha, Castro Meira, Arnaldo Esteves Lima, Mário César Ribeiro, Maria Helena Cisne, Newton de Lucca, Marga Tessler e Paulo Roberto de Oliveira Lima.

Presentes, também, o Juiz Federal Nino Oliveira Toldo (Presidente da Ajufe) e o Dr. Marcelo Lavocat Galvão (representante do Conselho Federal da OAB), que, conforme disposto no Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal, participam da sessão sem direito a voto, e o Dr. Wagner Augusto da Silva Costa (representante da Secretaria de Reforma do Judiciário), que participa como convidado.

EVA MARIA FERREIRA BARROS
Secretária-Geral

MINISTRO FELIX FISCHER
Presidente

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

PROCESSO N. CF-ADM-2012/00620
PRESIDENTE DA SESSÃO: Conselheiro FELIX FISCHER
RELATOR: Apresentado em mesa pelo Corregedor-Geral da Justiça Federal
INTERESSADOS: Juízes federais e juízes federais substitutos
DATA DA SESSÃO: 18/2/2013
ASSUNTO: PROPOSTA DE RESOLUÇÃO INSTITUINDO O PLANO NACIONAL DE APERFEIÇOAMENTO E PESQUISA PARA JUÍZES FEDERAIS - PNA - 2013/2014.

Certifico que o Conselho da Justiça Federal, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"O Conselho, por maioria, aprovou a proposta de resolução com a alteração sugerida pela Conselheira Marga Tessler. Vencido, em parte, o Conselheiro Paulo Roberto de Oliveira Lima."

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros Felix Fischer, Eliana Calmon, João Otávio de Noronha, Castro Meira, Arnaldo Esteves Lima, Mário César Ribeiro, Maria Helena Cisne, Newton de Lucca, Marga Tessler e Paulo Roberto de Oliveira Lima.

Presentes, também, o Juiz Federal Nino Oliveira Toldo (Presidente da Ajufe) e o Dr. Marcelo Lavocat Galvão (representante do Conselho Federal da OAB), que, conforme disposto no Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal, participam da sessão sem direito a voto, e o Dr. Wagner Augusto da Silva Costa (representante da Secretaria de Reforma do Judiciário), que participa como convidado.

EVA MARIA FERREIRA BARROS
Secretária-Geral

MINISTRO FELIX FISCHER
Presidente

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

PROCESSO N. CF-PCO-2012/00191
PRESIDENTE DA SESSÃO: Conselheiro FELIX FISCHER
RELATOR: Apresentado em mesa pelo Corregedor-Geral da Justiça Federal
INTERESSADOS: Juízes federais substitutos
DATA DA SESSÃO: 18/2/2013
ASSUNTO: ANTEPROJETO DE LEI QUE DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO AO CANDIDATO EM CURSO DE FORMAÇÃO PARA O INGRESSO NA CARREIRA DE JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO NO ÂMBITO DA JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU.

Certifico que o Conselho da Justiça Federal, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"O Conselho, por unanimidade, aprovou o anteprojeto de lei e determinou a remessa dos autos ao Superior Tribunal de Justiça."

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros Felix Fischer, Eliana Calmon, João Otávio de Noronha, Castro Meira, Arnaldo Esteves Lima, Mário César Ribeiro, Maria Helena Cisne, Newton de Lucca, Marga Tessler e Paulo Roberto de Oliveira Lima.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Presentes, também, o Juiz Federal Nino Oliveira Toldo (Presidente da Ajufe) e o Dr. Marcelo Lavocat Galvão (representante do Conselho Federal da OAB), que, conforme disposto no Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal, participam da sessão sem direito a voto, e o Dr. Wagner Augusto da Silva Costa (representante da Secretaria de Reforma do Judiciário), que participa como convidado.

EVA MARIA FERREIRA BARROS
Secretária-Geral

MINISTRO FELIX FISCHER
Presidente

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

PROCESSO N. CF-PCO-2012/00221
PRESIDENTE DA SESSÃO: Conselheiro FELIX FISCHER
RELATOR: Apresentado em mesa pelo Corregedor-Geral da Justiça Federal
INTERESSADO: Juiz Federal Jail Benites de Azambuja
ADVOGADO: Dr. José Luiz Borges Germano da Silva
DATA DA SESSÃO: 18/2/2013
ASSUNTO: CUMPRIMENTO DE ACÓRDÃO DA CORTE ESPECIAL DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.

Certifico que o Conselho da Justiça Federal, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"O Conselho, por unanimidade, nos termos do voto do relator, decidiu encaminhar os autos ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região para que retome o processamento dos processos administrativos disciplinares originados no âmbito daquela Região. Decidiu, ainda, determinar à Secretaria-Geral do Conselho da Justiça Federal que oficie à Advocacia-Geral da União, ao Superior Tribunal de Justiça e ao relator designado no STJ para noticiar o cumprimento da ordem. Assistiu ao julgamento o advogado do interessado, Dr. José Luiz Borges Germano da Silva."

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros Felix Fischer, Eliana Calmon, João Otávio de Noronha, Castro Meira, Arnaldo Esteves Lima, Mário César Ribeiro, Maria Helena Cisne, Newton de Lucca, Marga Tessler e Paulo Roberto de Oliveira Lima.

Presentes, também, o Juiz Federal Nino Oliveira Toldo (Presidente da Ajufe) e o Dr. Marcelo Lavocat Galvão (representante do Conselho Federal da OAB), que, conforme disposto no Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal, participam da sessão sem direito a voto, e o Dr. Wagner Augusto da Silva Costa (representante da Secretaria de Reforma do Judiciário), que participa como convidado.

EVA MARIA FERREIRA BARROS
Secretária-Geral

MINISTRO FELIX FISCHER
Presidente

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

PROCESSO N. CF-PPN-2012/00070
PRESIDENTE DA SESSÃO: Conselheiro FELIX FISCHER
RELATOR: Conselheiro NEWTON de LUCCA
INTERESSADOS: Magistrados federais e servidores do CJF e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus
DATA DA SESSÃO: 18/2/2013
ASSUNTO: PROPOSTA DE RESOLUÇÃO QUE DISPÕE SOBRE O ACRÉSCIMO DOS §§ 6º E 7º AO ART. 96 DA RESOLUÇÃO N. 4, DE 14 DE MARÇO DE 2008.

Certifico que o Conselho da Justiça Federal, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"O Conselho, por unanimidade, aprovou a proposta de resolução nos termos do voto do relator."

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros Felix Fischer, Eliana Calmon, João Otávio de Noronha, Castro Meira, Arnaldo Esteves Lima, Mário César Ribeiro, Maria Helena Cisne, Newton de Lucca, Marga Tessler e Paulo Roberto de Oliveira Lima.

Presentes, também, o Juiz Federal Nino Oliveira Toldo (Presidente da Ajufe) e o Dr. Marcelo Lavocat Galvão (representante do Conselho Federal da OAB), que, conforme disposto no Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal, participam da sessão sem direito a voto, e o Dr. Wagner Augusto da Silva Costa (representante da Secretaria de Reforma do Judiciário), que participa como convidado.

EVA MARIA FERREIRA BARROS
Secretária-Geral

MINISTRO FELIX FISCHER
Presidente

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

PROCESSO N. CJF- CF-PPN-2013/00004
PRESIDENTE DA SESSÃO: Conselheiro FELIX FISCHER
RELATOR: Apresentado em mesa pelo Conselheiro FELIX FISCHER
INTERESSADOS: CNJ, magistrados federais e servidores do CJF e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus
DATA DA SESSÃO: 18/2/2013
ASSUNTO: REFERENDO DAS RESOLUÇÕES N. CJF-RES-2013/00228 E 229, DATADAS DE 15 DE FEVEREIRO DE 2013, QUE DISPÕEM SOBRE A ALTERAÇÃO DE DISPOSITIVOS DA RESOLUÇÃO N. 4, DE 14 DE MARÇO DE 2008, E DA RESOLUÇÃO N. 3, DE 10 DE MARÇO DE 2008, RESPECTIVAMENTE, EDITADAS PARA DAR CUMPRIMENTO À DECISÃO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, QUE DETERMINOU A CONCESSÃO DE AJUDA DE CUSTO NOS CASOS DE REMOÇÃO A PEDIDO DE MAGISTRADOS E SERVIDORES.

Certifico que o Conselho da Justiça Federal, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"O Conselho, por unanimidade, referendou as resoluções."

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros Felix Fischer, Eliana Calmon, João Otávio de Noronha, Castro Meira, Arnaldo Esteves Lima, Mário César Ribeiro, Maria Helena Cisne, Newton de Lucca, Marga Tessler e Paulo Roberto de Oliveira Lima.

Presentes, também, o Juiz Federal Nino Oliveira Toldo (Presidente da Ajufe) e o Dr. Marcelo Lavocat Galvão (representante do Conselho Federal da OAB), que, conforme disposto no Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal, participam da sessão sem direito a voto, e o Dr. Wagner Augusto da Silva Costa (representante da Secretaria de Reforma do Judiciário), que participa como convidado.

EVA MARIA FERREIRA BARROS
Secretária-Geral

MINISTRO FELIX FISCHER
Presidente

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA

RESOLUÇÃO Nº 124, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2013

Altera as disposições da Resolução CFO-110/2011, publicada no DOU, Seção 1, página 228, em 22/07/2011.

O Presidente do Conselho Federal de Odontologia, no uso de suas atribuições regimentais, "ad referendum" do Plenário, resolve,

Art. 1º. O prêmio "BRASIL SORRIDENTE", criado no âmbito dos Conselhos de Odontologia, a ser concedido anualmente a municípios brasileiros que se destacaram na implantação e efetivação das políticas públicas de saúde bucal, passa a viger de acordo com as disposições estabelecidas nesta Resolução.

Art. 2°. Os municípios serão divididos em três grupos distintos, com fins de avaliação, a saber: municípios com até 50.000 habitantes, municípios entre 50.001 a 300.000 habitantes, municípios com população a partir de 300.001 habitantes, tendo como base populacional os dados do censo IBGE 2010.

Art. 3°. O município candidato encaminhará, até o dia 31 de janeiro de cada ano, um ofício, obrigatoriamente, ao Conselho Regional do seu Estado, solicitando sua inscrição no prêmio "BRASIL SORRIDENTE", e anexará a documentação comprobatória exigida.

§ 1º. Os municípios concorrentes deverão documentar suas ações, comprovando-as de forma clara e objetiva, respeitando a mesma ordem dos critérios definidos no artigo 6° e orientações do Anexo.

Art. 4°. Os Conselhos Regionais constituirão comissões estaduais de avaliação da documentação apresentada pelos municípios.

§ 1º. Os Conselhos Regionais informarão ao Conselho Federal de Odontologia o município que melhor se destacar em cada grupo populacional, em sua jurisdição, até o dia 10 de março de cada ano.

§ 2º. Ao Conselho Federal de Odontologia, será enviado pelos Conselhos Regionais um ofício informando o município selecionado a concorrer na etapa nacional, em cada grupo populacional, acompanhado da ata de seleção do município pela comissão estadual e da documentação comprobatória do município.

Art. 5°. O Conselho Federal de Odontologia, por meio de sua comissão, avaliará os municípios inscritos na etapa nacional, classificando-os em ordem decrescente, da maior a menor pontuação, em cada grupo populacional, e dará divulgação dos mesmos.

Art. 6°. Os critérios considerados para formação da pontuação final serão:

a) Financiamento em saúde:

1 - contrapartida municipal no financiamento em saúde: comprovação obtida através do SIOPS (Sistema de Informações sobre Orçamento Público em Saúde) do ano anterior.

b) Controle social:

1 - comprovação de efetiva implantação e funcionamento do Conselho Municipal de Saúde (CMS), através de envio de cópia de legislação de criação do mesmo, da ata de composição atual do CMS com segmentos e das atas de plenária do CMS.

c) Coordenação municipal de saúde bucal:

1 - existência de uma coordenação municipal de saúde bucal (gerência ou similar exercida por cirurgião-dentista), comprovada através do envio de documentação pertinente; e,

2 - existência do cargo no organograma da secretaria municipal de saúde, comprovada através do envio de legislação pertinente.

d) Assistência odontológica básica:

1 - proporção de cirurgião-dentista atuando na rede pública municipal; e,

2 - proporção de Equipes de Saúde Bucal (ESB), credenciadas no Ministério da Saúde (MS), em relação às Equipes da Estratégia de Saúde da Família (ESF).

e) Assistência odontológica especializada:

1 - número de Centros de Especialidades Odontológicas (CEO), Laboratórios Regionais de Prótese Dentária (LRPD) ou clínicas voltadas à assistência odontológica especializada.

f) Promoção de saúde bucal:

1 - ações voltadas para prevenção da doença cárie e da doença periodontal; e,

2 - ações voltadas para prevenção e detecção do câncer de boca.

g) Vigilância em saúde bucal:

1 - existência de um sistema de heterocontrole para verificação dos teores do nível de flúor na água de abastecimento público; e,

2 - existência de ações de vigilância epidemiológica, de monitoramento, de controle e de avaliação das atividades de saúde bucal.

h) Desprecarização:

1 - o que apresentar melhores condições de trabalho, incluindo cumprimento de dispositivos legais.

i) Remuneração:

1 - o que apresentar melhores condições salariais dos cirurgiões-dentistas da atenção básica.

j) Educação permanente:

1 - o que apresentar uma política pública de formação permanente ou continuada, com o propósito de aperfeiçoamento da equipe de saúde bucal.

Art. 7°. A pontuação final de cada município dar-se-á pela soma dos valores obtidos em cada um dos 10 (dez) critérios.

Parágrafo primeiro. A pontuação de cada critério terá valor máximo de 10 (dez) pontos.

Parágrafo segundo. Em caso de empate, levar-se-á em consideração o município que apresentar melhor pontuação na soma dos critérios: "c", "h", "i" e "j".

Art. 8°. Os municípios selecionados serão homenageados durante solenidade comemorativa ao aniversário dos Conselhos de Odontologia.

Parágrafo único. A premiação se dará da seguinte forma:

a) o município com maior pontuação em cada grupo populacional, e classificado em primeiro lugar, receberá um equipamento odontológico;

b) do segundo ao quinto lugar, uma placa alusiva; e,

c) aos demais participantes, um diploma.

Art. 9°. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação na Imprensa Oficial, revogadas as disposições em contrário.

AILTON DIOGO MORILHAS RODRIGUES

ANEXO

O presente anexo tem como objetivo informar que documentos deverão ser apresentados a fim de comprovar o cumprimento de cada um dos critérios definidos na Resolução, e como os mesmos serão pontuados.

a) Financiamento em saúde:

1 - O município deverá apresentar documento, obtido através do SIOPS (Sistema de Informações sobre Orçamento Público em Saúde), onde esteja informado o percentual de contrapartida municipal no financiamento em saúde para o primeiro semestre do ano. A pontuação dar-se-á da seguinte forma:

- percentual de financiamento menor do que 15% - não pontuará;

- de 15% a 17,5% de participação dos gastos municipais em saúde no orçamento municipal - obterá 04 pontos;

- de 17,6% a 20% de participação dos gastos municipais em saúde no orçamento municipal - obterá 06 pontos; e,

- maior do que 20% de participação dos gastos municipais em saúde no orçamento municipal - obterá 10 pontos.

b) Controle social:

1 - O município deverá apresentar três tipos de documentos distintos e receberá uma pontuação por cada um deles, cuja soma dará a totalidade de pontos deste critério.

- Se apresentar a cópia da legislação que criou o Conselho Municipal de Saúde, receberá 2 pontos;

- Se apresentar a cópia da ata de posse da atual composição do Conselho Municipal de Saúde, respeitando a paridade de composição, de acordo com a legislação vigente, receberá 03 pontos; e,

- Se apresentar cópia de, pelo menos, duas atas de reuniões plenárias do Conselho Municipal de Saúde, durante o ano, receberá 02 pontos. 1 ponto se os assuntos forem correlatos com saúde bucal, receberá mais 1 ponto por sessão, com no máximo de 2 pontos.

Se existir um profissional de saúde bucal compondo o conselho, receberá mais 1 ponto.

c) Coordenação municipal de saúde bucal:

1 - O município deverá apresentar documento, emitido pela secretaria municipal de saúde ou pela área de recursos humanos da prefeitura, que informe que a coordenação de saúde bucal (gerência ou similar) é exercida por cirurgião-dentista. Uma vez comprovado, o município obterá 05 pontos.

2 - O município deverá apresentar cópia da legislação que criou o cargo de coordenador de saúde bucal (gerência ou similar), exercido por cirurgião-dentista, no organograma da secretaria municipal de saúde. Uma vez comprovado, o município obterá 05 pontos.

d) Assistência odontológica básica:

1 - O município deverá apresentar um relatório onde identificará os cirurgiões-dentistas da rede municipal de atenção básica pelo nome e CNES.

2 - O município deverá apresentar documento do sistema de informações do Ministério da Saúde, ano da candidatura do município, que informará o número de equipes da estratégia de saúde da família (ESF) e o número de equipes de saúde bucal (ESB). A pontuação dar-se-á da seguinte maneira:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

- se a proporção entre ESB e ESF ficar entre 1 e 0,9, o município receberá 05 pontos;
- se a proporção entre ESB e ESF ficar entre 0,89 e 0,8, o município receberá 04 pontos;
- se a proporção entre ESB e ESF ficar entre 0,79 e 0,7, o município receberá 03 pontos;
- se a proporção entre ESB e ESF ficar entre 0,69 e 0,6, o município receberá 02 pontos;
- se a proporção entre ESB e ESF ficar entre 0,59 e 0,5, o município receberá 01 ponto; e,
- se a proporção entre ESB e ESF ficar menor que 0,5, o município não pontuará.

e) Assistência odontológica especializada:

1 - O município deverá comprovar a existência de uma rede de assistência odontológica especializada, seja ela própria do município ou de uma rede regional. A comprovação poderá ser feita por meio de portarias de habilitação do Ministério da Saúde e/ou legislação específica. A pontuação basear-se-á na presença de locais destinados a prestação desse tipo de serviço. A cada local identificado e comprovado, será atribuída uma pontuação, mas a pontuação total não poderá ultrapassar os dez (10) pontos. A pontuação dar-se-á de forma distinta em cada grupo populacional, como informado abaixo:

Municípios com até 50.000 habitantes
- A cada CEO tipo 1 ou similar - 03 pontos;
- A cada CEO tipo 2 ou similar - 05 pontos;
- A cada CEO tipo 3 ou similar - 08 pontos; e,
- A cada LPRD ou similar - 02 pontos.

Municípios com 50.001 até 300.000 habitantes
- A cada CEO tipo 1 ou similar - 1,5 pontos;
- A cada CEO tipo 2 ou similar - 2,5 pontos;
- A cada CEO tipo 3 ou similar - 04 pontos; e,
- A cada LPRD ou similar - 01 ponto.

Municípios com população a partir de 300.001 habitantes
- A cada CEO tipo 1 ou similar - 01 ponto;
- A cada CEO tipo 2 ou similar - 02 pontos;
- A cada CEO tipo 3 ou similar - 03 pontos; e,
- A cada LPRD ou similar - 0,5 ponto.

f) Promoção de saúde bucal:

1 - O município deverá apresentar documento do SIASUS relativo ao código 01.01.02.003-1, tendo como base o primeiro semestre do ano, que informará o número total de procedimentos realizados de escovação dental supervisionada. Este número será dividido pela população do município, segundo dados do último censo do IBGE (devidamente comprovados), obtendo-se um número. O município, dentro de seu grupo populacional, que obtiver o maior número, receberá 04 pontos. Os demais municípios serão pontuados em proporção ao resultado do município que recebeu 04 pontos, da seguinte maneira:

- quem tiver 99,9% a 75,1% do valor correspondente ao número que recebeu a pontuação máxima, receberá 2,5 pontos;
- quem tiver 75% a 50,1% do valor correspondente ao número que recebeu a pontuação máxima, receberá 01 ponto; e,
- quem tiver menos de 50% do valor correspondente ao número que recebeu a pontuação máxima, não pontuará.

2 - O município deverá comprovar a realização de ações voltadas para prevenção e detecção do câncer de boca. A comprovação poderá ser feita pelo envio de folders e/ou cartazes, registro fotográfico e/ou filmagem dos eventos, mapas de atendimento, consolidado dos exames e intervenções realizadas, entre outras. Uma vez comprovado, o município receberá 04 pontos.

Os 02 pontos restantes para completar os 10 pontos deste critério, serão atribuídos aos municípios que apresentarem legislação municipal e/ou estadual que contemplem ações de luta contra o câncer de boca, a doença cárie dentária e/ou doença periodontal; e/ou de promoção da saúde bucal.

g) Vigilância em saúde bucal:

1 - O município deverá comprovar a existência de sistema regional ou municipal de vigilância sanitária da fluoretação das águas de abastecimento público (hetero-controle), através do envio de análises da água de, no mínimo, dez meses distintos. Uma vez comprovado, o município receberá 05 pontos.

2 - Caso o município comprove:

- a existência de dados epidemiológicos, referentes à saúde bucal, obtidos durante os últimos cinco (05) anos, obterá 2,5 pontos; e,
- a existência de ações voltadas ao monitoramento, controle e avaliação das atividades em saúde bucal, nas áreas de atenção e assistência, no ano, obterá 2,5 pontos.

h) Desprecarização:

1 - O município deverá informar o meio de acesso ao cargo de cirurgião-dentista de cada profissional contratado, através de documento emitido pela secretaria municipal de saúde ou pela área de recursos humanos da prefeitura. A pontuação dar-se-á da seguinte maneira:

- 75,1% a 100% dos profissionais do quadro do município concursados ou aprovados por seleção pública - 08 pontos;
- 50,1% a 75,0% dos profissionais do quadro do município concursados ou aprovados por seleção pública - 06 pontos;
- 50% dos profissionais do quadro do município concursados ou aprovados por seleção pública - 04 pontos; e,
- Menos de 50% dos profissionais do quadro do município com concurso ou seleção pública - não pontuará.

Os 02 pontos restantes para completar os 10 pontos deste critério, serão atribuídos aos municípios que apresentarem legislação municipal que crie Plano de Cargos, Carreira e Salários ou similar, para os profissionais da equipe de saúde bucal e mecanismos de avaliação de desempenho, com incentivo à produtividade e qualidade.

i) Remuneração:

1 - O município deverá informar por meio de documento emitido pela área de recursos humanos da prefeitura: o salário-base de um cirurgião-dentista ingressante na atenção básica do município, relativo aos meses de outubro, novembro e dezembro, e especificando a carga horária a ser trabalhada; e os vencimentos totais de um cirurgião-dentista ingressante na atenção básica do município, relativo aos meses de outubro, novembro e dezembro do ano, e especificando a carga horária a ser trabalhada. Ao informar os vencimentos totais, não deverão ser considerados 1/3 de férias, parcelas do 13º salário, horas-extra, retroativos ou qualquer valor que resultará numa flutuação momentânea dos valores dos vencimentos. Nos vencimentos totais, devem ser registrados todas as outras gratificações e demais vencimentos pagos pelo município.

A pontuação dar-se-á da seguinte maneira:

Salário-base, para 20 horas semanais
- Acima de R$ 3000,00 - 05 pontos
- Entre R$ 2999,99 e R$ 1500,00 - 3,5 pontos
- Entre R$ 1499,99 e R$ 1000,00 - 02 pontos
- Abaixo de R$ 999,99 - não pontuará

Vencimentos totais, para 20 horas semanais
- Acima de R$ 6000,00 - 05 pontos
- Entre R$ 5999,99 e R$ 3000,00 - 3,5 pontos
- Entre R$ 2999,99 e R$ 2000,00 - 02 pontos
- Abaixo de R$ 2000,00 - não pontuará

Nos casos de carga horária diferente da mencionada acima, far-se-á uma proporção para manter os parâmetros do critério.

j) Educação permanente:

1 - O município deverá comprovar a existência de uma política pública de formação permanente ou continuada da equipe de saúde bucal. A comprovação poderá ser feita pelo envio de folders e/ou cartazes de eventos, certificados de participação, listas de frequência, legislação pertinente, atos da administração permitindo e facilitando o afastamento do profissional para cursar atividades de educação permanente, entre outras. Os cursos não precisam ser realizados exclusivamente pelo município, podendo o mesmo se utilizar da estrutura de municípios-referência, do Estado e/ou do Ministério da Saúde. É importante ficar caracterizado que essas atividades terão repercussão na atenção básica e na atenção especializada do município, caso o profissional esteja ali lotado. Uma vez comprovado, o município receberá 06 pontos.

Os 04 pontos restantes para completar os 10 pontos deste critério, serão atribuídos aos municípios que apresentarem documentos que comprovem a existência de órgão formador de recursos humanos na estrutura da Secretaria Municipal de Saúde.

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL

RESOLUÇÃO Nº 19, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2013

Dispõe sobre a prorrogação da licença à gestante no âmbito do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Rio Grande do Sul.

O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DO CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL, usando das suas atribuições regimentais e legais e tendo em vista o que dispõe o art. 2º da Lei n. 11.770, de 9 de setembro de 2008, e o que consta do Parecer Jurídico nº 03/2013, aprovado na Sessão Plenária nº 533/2013, resolve:

Art. 1º A prorrogação da licença à gestante, por 60 (sessenta dias), no âmbito do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Rio Grande do Sul, obedecerá ao disposto nesta resolução, devendo ser requerido pela servidora até o final do primeiro mês após o parto.

Art. 2º A prorrogação da licença à gestante de que tratam os artigos 2º da Lei 11.770/08 e o artigo 2º, §1º do Decreto 6.690/2008 será aplicada a servidoras ocupantes de cargos efetivos e servidoras ocupantes de função comissionada ou cargo em comissão, inclusive sem vínculo efetivo.

Art. 3º Nos termos do inciso I, do §3º, do artigo 2º, do Decreto 6.690/2008, será garantida a prorrogação da licença também à servidora que adotar criança ou obtiver guarda judicial para fins de adoção, nos seguintes termos:

§ 1º A servidora que adotar criança ou obtiver guarda judicial de criança de até 1 (um) ano de idade serão concedidos 60 (sessenta) dias de prorrogação.

§ 2º No caso de adoção ou guarda judicial de criança com mais de 1 (um) ano de idade e menos de 04 (quatro) anos de idade, serão concedidos 30 (trinta) dias de prorrogação;

§3º Em caso de guarda judicial ou adoção de criança de quatro a oito anos de idade, serão concedidos 15 (quinze) dias de prorrogação.

Art. 4º No caso de coincidir o período de prorrogação da licença com o da fruição de férias, estas serão gozadas após o término da prorrogação, se outra data não houver sido requerida pela servidora.

Art. 5º Durante o período de prorrogação, a servidora terá direito à sua remuneração integral, nos mesmos moldes devidos no período da licença à gestante e à adotante, sem prejuízo da percepção do salário família, quando cabível.

Art. 6º Nos termos do artigo 3º do Decreto nº6.690/2008, no período da licença-maternidade e licença à adotante de que trata a presente resolução, as servidoras beneficiadas não poderão exercer qualquer atividade remunerada e a criança não poderá ser mantida em creche ou organização similar, sob pena de perda do direito à prorrogação, sem prejuízo do devido ressarcimento ao erário.

Art. 7º Em caso de falecimento da criança, cessará o direito à prorrogação da licença à gestante ou à adotante.

Art. 8º A servidora em gozo de licença-maternidade na data de publicação desta Resolução poderá solicitar a prorrogação da licença, desde que requerida até trinta dias após referida data.

Art. 9º Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se qualquer disposição em contrário.

JOSÉ ARTHUR DE ABREU MARTINS

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
CONSELHO FEDERAL
ÓRGÃO ESPECIAL

ACÓRDÃOS

RECURSO n. 49.0000.2012.006446-9/OEP. Recte: C.E.B.M. (Advs.: Luiz Antonio de Oliveira Mello OAB/SP 145142 e Lourival de Paula Coutinho OAB/MG 32765 e OAB/SP 303447). Recdo: José Seiji Oshiro. Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal José Murilo Procópio de Carvalho (MG). Ementa n. 005/2013/OEP: Recurso interposto contra decisão unânime de Câmara do Conselho Federal que não se demonstra a efetiva violação ao Estatuto, ao Regulamento Geral, ao Código de Ética e Disciplina ou aos Provimentos, limitando-se a rediscutir matéria fática já decidida. Não conhecimento. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, parte integrante deste. Impedida de votar a Representante da OAB/São Paulo. Brasília, 23 de outubro de 2012. Alberto de Paula Machado - Presidente. José Murilo Procópio de Carvalho - Relator. RECURSO 49.0000.2012.001725-3/OEP. Recte: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Recdos: Regina Rappaport, Surika Rappaport, E.V. e S.A. (Advs: Adilson Guerche OAB/SP 130505, Eugênio Vago OAB/SP 67010, Cristiane Pimentel Morgado OAB/SP 143922, Saul Anusiewicz OAB/SP 28479 e Neila Diniz de Vasconcelos OAB/SP 195098). Relator: Conselheiro Federal Ulisses Cesar Martins de Sousa (MA). Ementa nº 006/2012/OEP: Recurso ao Órgão Especial, em face de decisão monocrática que não conhece de recurso em razão de sua intempestividade. A republicação de decisão para corrigir erro que não acarreta modificação substancial da matéria impugnada não reabre o prazo para a interposição de recurso. Prazo recursal. Intempestividade. Dies a quo. O prazo para interposição de recurso nos processos administrativos da OAB é de quinze dias, nos termos do artigo 69 do EAOAB. O dies a quo se dá no primeiro dia útil seguinte ao da publicação da decisão ou do ato na imprensa oficial, nos termos do art. 139 do Regulamento Geral do EAOAB. Recurso protocolado após esse prazo não atende ao pressuposto processual da tempestividade, razão pela qual não pode ser conhecido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 23 de outubro de 2012. Alberto de Paula Machado - Presidente do Órgão Especial. Ulisses César Martins de Sousa - Relator. RECURSO n. 49.0000.2012.006494-9/OEP. Recte: M.C.F. (Adv.: Marcel D. Grácia Pereira OAB/PR 27001). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relator: Conselheiro Federal Maryvaldo Bassal de Freire (RR). Ementa n. 007/2013/OEP: Recurso interposto contra decisão unânime da Terceira Turma da Segunda Câmara. Falta de pressupostos de admissibilidade. Art. 75, caput, da Lei n. 8.906/94 e do art. 85, II, do Regulamento Geral do EAOAB. Não conhecimento do recurso. Não reúne condições de admissibilidade o recurso dirigido ao Órgão Especial contra decisão unânime de Turma da Segunda Câmara quando esta não violou o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, o Regulamento Geral, o Código de Ética, e/ou os Provimentos, não apontando dissonância pretoriana específica advinda desse Conselho Federal ou de qualquer outro Conselho Seccional. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator. Impedida de votar a Representante da OAB/São Paulo. Brasília, 18 de setembro de 2012. Miguel Ângelo Cançado - Presidente ad hoc. Maryvaldo Bassal de Freire - Relator. RECURSO n. 49.0000.2012.001754-7/OEP. Recte: F.A.G. (Advs.: Fernando Albieri Godoy OAB/SP 118450). Recdo: Abrão da Silva. (Adv.: Ademir Donizetti Monteiro OAB/SP 152173). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Jayme Jemil Asfora Filho (PE). Relator para o acórdão: Conselheiro Federal Marcelo Cintra Zarif (BA). Ementa n. 008/2013/OEP: Recurso ao Órgão Especial. Acórdão unânime de Turma da Segunda Câmara. Ausência de demonstração de contrariedade da decisão recorrida à Constituição, às leis, ao Estatuto, a decisões do Conselho Federal, ao Regulamento Geral, ao Código de Ética e Disciplina ou aos Provimentos. Pretensão ao reexame da matéria em sede extraordinária. Impossibilidade. Recurso que não preenche os pressupostos processuais do art. 85, inciso II, do Regulamento Geral do EAOAB. Não conhecimento. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator. Impedida de votar a Representante da OAB/São Paulo. Brasília, 8 de dezembro de 2012. Miguel Ângelo Cançado - Presidente ad hoc. Marcelo Cintra Zarif - Relator para o acórdão. RECURSO n. 49.0000.2012.000340-8/OEP. Recte: O.T. (Adv.: Osvaldo Teruya OAB/SP 31836). Recorrido: Pedro Chedid Gebera Neto (Advs.: Monica Szabo Zucchelli OAB/SP 126677 e André Luiz Harger OAB/SP 172289). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Henri Clay Santos Andrade (SE). Relator para o acórdão: Conselheiro Marcelo Cintra Zarif (BA). Ementa n. 009/2012/OEP: NÃO CABIMENTO DE RECURSO CONTRA DECISÃO UNÂNIME DE CÂMARA QUE NÃO VIOLA A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, LEI, REGULAMENTO GERAL OU PROVIMENTO DA OAB - APLICAÇÃO DO ART. 85, I, DO REGULAMENTO GERAL DA OAB. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator. Impedida de votar a Representante da OAB/São Paulo. Brasília, 8 de dezembro de 2012. Miguel Ângelo Cançado - Presidente ad hoc. Marcelo Cintra Zarif - Relator para o acórdão. RECURSO n. 49.0000.2012.007024-3/OEP. Recte: I.S. (Advs.: Ivone Struck OAB/PR 8541 e outros). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relator: Conselhei-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ro Federal Carmelino de Arruda Rezende (MS). Ementa n. 010/2013/OEP: Recurso contra decisão unânime e fundamentada. Ausência de contrariedade à Constituição Federal, à Legislação pertinente e as decisões do Conselho Federal. Impossibilidade de reexame da matéria fática. Não conhecimento do recurso. Alegação, ademais, de existência de "fato novo" para ilidir a imputação de prática de ato incompatível com a advocacia. O conteúdo do documento apresentado não se presta para descaracterizar imputação feita à recorrente por conta de conduta incompatível, seja porque assinado pela própria cliente, que de resto foi a beneficiária do ato acoimado de incompatível, seja porque a conduta incompatível deve ser analisada sob a ótica de ter sido ou não prejudicial à reputação e dignidade da profissão em geral e não apenas do advogado, seja porque o documento não infirma a autoria do documento forjado pela representada, seja, finalmente, porque, no caso, o ato foi considerado incompatível em razão do teor de reprovação nele contido, que não condiz com a boa prática da advocacia. Por isso, nessa parte, nega-se provimento ao recurso. Recurso conhecido parcialmente e na parte conhecida deve ser negado provimento para manter o acórdão recorrido por seus próprios e jurídicos fundamentos. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do CFOAB, por unanimidade, em conhecer parcialmente do recurso e na parte conhecida negar-lhe provimento, nos termos do voto do relator, parte integrante deste. Impedido de votar o Representante da OAB/Paraná. Brasília, 10 de dezembro de 2012. Márcia Machado Melaré - Presidente ad hoc. Carmelino de Arruda Rezende - Relator. RECURSO n. 49.0000.2012.010182-5/OEP. Recte: M.F.B. (Adv.: Mariangela Bortolozzo OAB/RS 25998). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Rio Grande do Sul. Relator: Conselheiro Federal Carmelino de Arruda Rezende (MS). Ementa n. 011/2013/OEP: Recurso contra decisão unânime e fundamentada. Ausência de contrariedade à constituição Federal, à Legislação pertinente e às decisões do Conselho Federal. Impossibilidade de Reexame da matéria. Não conhecimento do recurso. A decisão unânime das Câmaras constitui severo óbice ao conhecimento pelo Órgão Especial do recurso, que em razão de sua natureza extraordinária só pode ser admitido nas hipóteses excepcionadas pelo art. 75 do nosso Estatuto c/c inciso I, do art. 85, do Regulamento Geral, máxime quando, como no caso, a requerente limita-se a reproduzir fundamento anterior devidamente apreciado, e, por outro lado, não foi alegada afronta a dispositivo da Constituição Federal e à legislação pertinente diversas das já percutidas anteriormente e, muito menos, discrepância quanto à decisões do Conselho Federal. Não conhecimento do recurso. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, parte integrante deste. Impedido de votar o Representante da OAB/Rio Grande do Sul. Brasília, 10 de dezembro de 2012. Márcia Machado Melaré - Presidente ad hoc. Carmelino de Arruda Rezende - Relator. RECURSO n. 49.0000.2012.003790-0/OEP. Recte: A.T.R. (Adv.: Antonio Tadeu Ribeiro OAB/MG 16395). Recdo: L.C.F. (Adv.: Luiz Carlos Ferreira OAB/SP 157626). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais. Relatora: Conselheira Federal Daniela Rodrigues Teixeira (DF). Ementa n. 012/2013/OEP: RECURSO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO DA PRIMEIRA TURMA DA SEGUNDA CÂMARA DO COSNELHO FEDERAL DA OAB. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do CFOAB, por unanimidade, não conhecer do recurso, nos termos do voto da Relatora, parte integrante deste. Brasília, 8 de dezembro de 2012. Miguel Ângelo Cançado - Presidente ad hoc. Daniela Rodrigues Teixeira - Relatora. RECURSO n. 49.0000.2012.010117-7/OEP - Embargos de declaração. Embgante: G.R.A. (Advs.: Euclydes Aparecido Martins OAB/SP 212.943 e Iremi Miguel Kiesdlarek OAB/SP 103.753). Embgado: Acórdão de fls. 688/691. Recte: G.R.A. (Advs.: Gilberto Rocha de Andrade OAB/SP 85622 e Euclydes Aparecido Martins OAB/SP 212943). Recorrido: C.A.C.S. (Adv.: Domingos Palmieri OAB/SP 82991). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Marcelo Cintra Zarif (BA). Ementa n. 013/2013/OEP: Embargos de declaração. Inexistindo a omissão alegada no recurso devem os embargos ser rejeitados. Reiteração descabida e despropositada do direito de recorrer deve ensejar verificação da ocorrência de infração disciplinar. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer dos embargos de declaração, nos termos do voto do Relator., parte integrante deste. Impedida de votar a Representante da OAB/São Paulo. Brasília, 8 de dezembro de 2012. Miguel Ângelo Cançado - Presidente ad hoc. Marcelo Cintra Zarif - Relator. RECURSO n. 2008.08.03269-05/OEP - Embargos de declaração. SGD: 49.0000.2012.008376-1. Embgante: E.M.J. (Adv.: Edu Monteiro Junior OAB/SP 98688). Embgado: Acórdão de fls. 371/374. Recte: E.M.J. (Adv.: Edu Monteiro Junior OAB/SP 98688). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Djalma Frasson (ES). Ementa n. 014/2013/OEP: Embargos de declaração meramente protelatórios. Não conhecimento. Ausência de obscuridade, contradição ou omissão na decisão embargada. Evidente pretensão à atribuição de efeitos modificativos aos embargos como se recurso fosse, no intuito de burlar o art. 85, caput, do Regulamento Geral do Estatuto, porquanto as decisões proferidas pelo Órgão Especial têm caráter irrecorrível, tratando-se da ultima instância administrativa. Manifesto intuito procrastinatório dos embargos opostos. A reiteração de embargos declaratórios sob os mesmos fundamentos já analisados constitui abuso do direito de recorrer, suscetível de caracterizar falta ética passível de punição. Determinação de baixa imediata dos autos para a execução do julgado, independente de publicação ou de nova manifestação do embargante. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer dos embargos de declaração, nos termos do voto do Relator. Impedida de votar o Representante da OAB/São Paulo. Brasília, 8 de dezembro de 2012. Miguel Ângelo Cançado - Presidente ad hoc. Djalma Frasson - Relator. RECURSO n. 49.0000.2012.006428-2/OEP. Recte: N.P.W. (Adv.: Nilson Pedro Wenzel OAB/PR 16658). Recorrido: Presidente do Conselho Seccional da OAB/Paraná - Gestão 2010/2012. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relator: Conselheiro Federal Marcelo Cintra Zarif (BA). Ementa n. 015/2013/OEP: Exclusão. A prescrição somente se inicia após o trânsito em julgado da decisão de aplicação da terceira pena de suspensão. Inexistência de prescrição. Rejeição. Devolução dos autos ao Conselho Seccional de origem. Procedimentos de exclusão. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do CFOAB, por unanimidade, em declarar a inocorrência da prescrição, determinando a devolução dos autos ao Conselho Seccional da OAB/Paraná, nos termos do voto do Relator. Impedido de votar a Representante da OAB/Paraná. Brasília, 23 de outubro de 2012. Miguel Ângelo Cançado - Presidente ad hoc. Marcelo Cintra Zarif - Relator. RECURSO n. 49.0000.2012.006422-5/OEP. Recte: P.E.S.C. (Adv.: Luiz Fernando Hofling OAB/SP 21544 e outros). Recdo: Yasutaka Hamada (Advs.: Everson Rodrigues Muniz OAB/SP 52918 e outra). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Edmar Eduardo de Moura Vieira (RN). Relator: redistribuído ao Conselheiro Federal Wagner Soares Ribeiro Amorim (RN). Ementa n. 016/2013/OEP: RECURSO CONTRA DECISÃO UNÂNIME DA SEGUNDA CÂMARA DO CFOAB. INTEMPESTIVIDADE. NOTIFICAÇÕES REGULARES. NÃO CONTRARIEDADE A LEI N. 8.906/94. CONSONÂNCIA COM OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS E OUTROS DITAMES. VIOLAÇÃO AO ART. 75 DO ESTATUTO DA ADVOCACIA. INTELIGÊNCIA DO ART. 138 E 140 DO REGULAMENTO GERAL. FALTA DE PRESSUPOSTO DE ADMISSIBILIDADE. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO. Não reúne condições de admissibilidade, o recurso dirigido ao Órgão Especial do Conselho Federal, comprovadamente intempestivo, embora devidamente notificado, inclusive em todas as situações, e contra decisão unânime da Segunda Câmara, quando esta não violou o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil e, principalmente, a Constituição Federal e seus princípios fundamentais. Aplicação do art. 75, da Lei 8.906/94 c/c o art. 138 e 140 do Regulamento Geral. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, parte integrante deste. Impedida de votar a Representante da OAB/São Paulo. Brasília, 8 de dezembro de 2012. Miguel Ângelo Cançado - Presidente ad hoc. Wagner Soares Ribeiro Amorim - Relator. RECURSO n. 49.0000.2011.006346-1/OEP. Recte: Jarbas Vasconcelos do Carmo OAB/PA 5206 (Advs.: Alexandre Simões Lindoso OAB/DF 12067, Eryka Farias de Negri OAB/DF 13372 e outros). Recdo: O.F.C.J. (Adv.: Ophir Filgueiras Cavalcante Junior OAB/PA 3259). Relator: Conselheiro Federal Marcelo Cintra Zarif (BA). Ementa n. 017/2013/OEP: Inexiste nulidade no julgamento se as partes foram intimadas pela imprensa oficial, com a antecedência legal, para a sessão de julgamento do processo no Conselho Federal. Não se conhece de recurso contra decisão unânime se o recorrente não demonstra ter ela violado dispositivos que ensejariam tal recurso. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, parte integrante deste. Brasília, 8 de dezembro de 2012. Miguel Ângelo Cançado - Presidente ad hoc. Marcelo Cintra Zarif - Relator. RECURSO n. 49.0000.2011.001773-0/OEP. Recte: Noel Muchinski da Mota OAB/PR 51860 (Adv: Paulo Henrique Camargo Viveiros OAB/PR 15838). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relator: Conselheiro Federal Orestes Muniz Filho (RO). Ementa n. 018/2013/OEP: Recurso. Órgão Especial. Cancelamento de inscrição. Mandado de segurança. Renúncia da via administrativa. Rediscussão do mérito após decisão judicial desfavorável ao recorrente. Impossibilidade. Recurso não provido. O Recorrente, ao impetrar mandado de segurança, abdicou da via administrativa para discutir as questões suscitadas. Inviável a Ordem dos Advogados do Brasil reanalisar questão decidida pelo Supremo Tribunal de Justiça. O recorrente, ao impetrar mandado de segurança, deixou transcorrer in albis o prazo para recorrer na via administrativa. Assim não pode recorrer da decisão do cancelamento após decisão judicial que lhe é desfavorável. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator. Impedido de votar o Representante da OAB/Paraná. Brasília, 8 de dezembro de 2012. Miguel Ângelo Cançado - Presidente ad hoc. Orestes Muniz Filho - Relator. RECURSO n. 2008.08.07796-05/OEP - Embargos de declaração. Embgante: M.D.C.R. (Advs.: Ivan Ribas OAB/PR 4394 e outros). Embgado: Acórdão de fls. 151/157. Recte: M.D.C.R. (Advs.: Ivan Ribas OAB/PR 4394 e outros). Recdo: A.C.S.S. (Adv.: João Bertoli Filho OAB/MT 998). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso. Relatora: Conselheira Federal Daniela Rodrigues Teixeira (DF). Ementa n. 019/2013/OEP: "Ausente a apresentação da via original dos embargos de declaração opostos via fax. Artigo 139, § 1º do Regulamento Geral, embargos de declaração não conhecidos". Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer dos embargos de declaração, nos termos do voto da Relatora. Impedido de votar o Representante da OAB/Mato Grosso. Brasília, 8 de dezembro de 2012. Miguel Ângelo Cançado - Presidente ad hoc. Daniela Rodrigues Teixeira - Relatora. RECURSO n. 49.0000.2012.003413-3/OEP. Recte: M.T.R. (Advs.: Ricardo Costa Maguetas OAB/PR 28275 e outros). Recdo: Fernando Delazari Netto. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relator: Conselheiro Federal Maryvaldo Bassal de Freire (RR). Ementa n. 020/2013/OEP: Recurso interposto contra decisão unânime da Segunda Câmara. Impossibilidade. Falta de pressupostos de admissibilidade. Art. 75, caput, do Estatuto e art. 85, II, do Regulamento Geral. Não conhecimento do recurso. Não reúne condições de admissibilidade o recurso dirigido ao Órgão Especial contra decisão unânime de Turma da Segunda Câmara quando esta não violou o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, o Regulamento Geral, o Código de Ética, e, Provimentos, e, ainda não apontou dissonância Pretoriana específica advinda desse Conselho Federal, ou de qualquer outro Conselho Seccional. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os integrantes do Órgão Especial do Conselho Pleno do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator. Brasília, 18 de setembro de 2012. Miguel Ângelo Cançado - Presidente ad hoc. Maryvaldo Bassal de Freire - Relator. RECURSO n. 49.0000.2011.005361-3/OEP. Recte: F.A.G. (Adv.: Fernando Albieri Godoy OAB/SP 118450). Recdos: Eunice de Almeida. Maiume Oyamada, Sandra Spranger Lobão Monteiro, Claudio Satoru Itijo e Yoshiro Hada (Adv.: Francisco Lúcio França OAB/SP 103660). ErnestoValter da Silva (Adv.: Herminio Julian Camblor Nava (OAB/SP 125129 e outro). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Henri Clay Santos Andrade (SE). Relator ad hoc: Conselheiro Federal Maryvaldo Bassal de Freire (RR). Ementa n. 021/2013/OEP: Decisão unânime proferida por Câmara do Conselho Federal da OAB. Inadmissibilidade de recurso que não demonstra, objetivamente, violação à Constituição Federal, à Lei, ao Regulamento Geral ou Provimento da OAB. Aplicação do art. 85, I, do Regulamento Geral da OAB. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator. Impedida de votar a Representante da OAB/São Paulo. Brasília, 23 de outubro de 2012. Alberto de Paula Machado - Presidente. Maryvaldo Bassal de Freire - Relator ad hoc. RECURSO n. 2008.08.03261-05/OEP - Embargos de Declaração. SGD: 49.0000.2012.010098-3/OEP. Embgante: A.D. (Adv.: José Antonio Carvalho OAB/SP 53981). Embgado: Acórdão de fls. 363/365. Recte: A.D. (Adv.: José Antonio Carvalho OAB/SP 53981). Recda: Aparecida de Lourdes Antônio (Advs.: Aristóteles Martins OAB/SP 40.831e outros). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Paulo Marcondes Brincas (SC). Relator para o acórdão: Conselheiro Marcelo Cintra Zarif (BA). Ementa n. 022/2013/OEP: Embargos de declaração meramente protelatórios. Não conhecimento. Ausência de obscuridade, contradição ou omissão na decisão embargada. Evidente pretensão à atribuição de efeitos modificativos aos embargos como se recurso fosse, no intuito de burlar o art. 85, caput, do Regulamento Geral do Estatuto, porquanto as decisões proferidas pelo Órgão Especial têm caráter irrecorrível, tratando-se da última instância administrativa. Manifesto intuito procrastinatório dos embargos opostos. A reiteração de embargos declaratórios sob os mesmos fundamentos já analisados constitui abuso do direito de recorrer, suscetível de caracterizar falta ética passível de punição. Determinação de baixa imediato dos autos para execução do julgado, independente de publicação ou de nova manifestação do embargante. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer dos embargos de declaração, nos termos do voto do Relator. Impedida de votar a Representante da OAB/São Paulo. Brasília, 8 de dezembro de 2012. Miguel Ângelo Cançado - Presidente ad hoc. Marcelo Cintra Zarif - Relator para o acórdão. RECURSO n. 49.0000.2011.003289-6/OEP - Embargos de declaração. Embgante: I.N.M. (Adv.: Itamar Leônidas Pinto Paschoal OAB/SP 27291). Embgado: Acórdão de fls. 978/983. Recte: I.N.M. (Adv.: Itamar Leônidas Pinto Paschoal OAB/SP 27291). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relatora: Conselheira Federal Daniela Rodrigues Teixeira (DF). Ementa n. 023/2013/OEP: Embargos de declaração. Ausência de obscuridade, contradição ou omissão. Pretensão à reapreciação das teses de mérito. Impossibilidade. Não se conhece de embargos de declaração que se constituem em mera reiteração de recursos já interpostos no processo. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer dos embargos de declaração, nos termos do voto da Relatora. Impedida de votar a Representante da OAB/São Paulo. Brasília, 23 de outubro de 2012. Alberto de Paula Machado - Presidente. Daniela Rodrigues Teixeira - Relatora. CONSULTA n. 49.0000.2011.004546-3/OEP. Origem: Processo Originário. Assunto: Consulta. Utilização de buttons da OAB por estagiário. Normatização da utilização das insígnias da OAB. Consulente: Ouvidor Geral do Conselho Federal da OAB. Relator: Conselheiro Federal Francisco Anis Faiad (MT). Ementa n. 024/2013/OEP: Consulta. Art. 7º, XVIII, e Art. 54, X, do Estatuto da Advocacia e da OAB. Os advogados e os estagiários podem utilizar as insígnias da Ordem dos Advogados do Brasil, desde que regularmente inscritos na Entidade. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do CFOAB, por unanimidade, em responder à consulta nos termos do voto do Relator, parte integrante deste. Brasília, 11 de junho de 2012. Alberto de Paula Machado - Presidente. Francisco Anis Faiad - Relator. RECURSO n. 49.0000.2012.010261-0/OEP. Recte: W.M.G. (Adv.: Waldemar Malaquias Gomes OAB/SP 106619). Recdo: José Carlos Bolsarim. Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Manoel Bonfim Furtado Correia (TO). Relator para o acórdão: Conselheiro Federal Marcelo Cintra Zarif (BA). Ementa n. 025/2013/OEP: Recurso ao Órgão Especial. Acórdão unânime da Segunda Turma da Segunda Câmara. Ausência de demonstração dos pressupostos específicos de admissibilidade do recurso interposto. Pretensão a novo julgamento do mérito do processo em sede extraordinária. Impossibilidade. Recurso ao Conselho Federal, previsto no art. 75 do Estatuto, que restou liminarmente indeferido em razão de sua intempestividade. Trânsito em julgado da decisão, face à ausência de impugnação pelo recorrente. Recurso não conhecido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator. Impedida de votar a Representante da OAB/SP. Brasília, 8 de dezembro de 2012. Miguel Ângelo Cançado - Presidente ad hoc. Marcelo Cintra Zarif - Relator para o acórdão.

Brasília, 26 de fevereiro de 2013.
CLAUDIO PACHECO PRATES LAMACHIA
Presidente

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA

Revenda avulsa do Diário Oficial da União e publicações oficiais em vários Estados do País e no Distrito Federal.

Diariamente, disponíveis nos seguintes locais:



AMAZONAS
UNIÃO DISTRIBUIDORA DE JORNAIS LTDA
Rua José Clemente, 216 – Centro
Manaus – AM
CEP: 69010-070
Fone: (92) 234-4762
Fax: (92) 232-6985
www.procasa.com.br

BAHIA
EMPRESA GRÁFICA DA BAHIA – EGBA
Rua Mello Morais Filho, 189 – Fazenda Grande Retiro
Salvador – BA
CEP: 40352-000
Fone: (71) 3116-2820
www.egba.ba.gov.br

DISTRITO FEDERAL
LETÍCIA DE QUEIROZ FERREIRA VASCONCELOS - ME
SIG, Quadra 6, lote 800 - Térreo da Imprensa Nacional
Brasília – DF
CEP: 70610-460
Fone: (61) 3441-9600

RITA MILAIR DANTAS CREDMANN
Plataforma Superior da Estação Rodoviária, Loja 1
Brasília – DF
CEP: 70309-970
Fone: (61) 3225-1438
bancarodoviaria@yahoo.com.br

ESPIRITO SANTO
JM DIÁRIOS E PUBLICAÇÕES LTDA
Rua Alberto de O. Santos, 59, Sala 714 – Centro
Vitória – ES
CEP: 20010-250
Fone: (27) 3223-3258
Fax: (27) 3222-7068
jmpublicacoes@ebrnet.com.br

MINAS GERAIS
RICCI DIÁRIOS E PUBLICAÇÕES LTDA
Rua Guajajaras, 977, loja 4 – Centro
Belo Horizonte – MG
CEP: 30180-100
Telefax: (31) 3274-4136
www.diariofical.com

PARÁ
IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ – IOEPA
Travessa do Chaco, 2271 – Bairro do Marco
Belém – PA
CEP: 66093-410
Fone: (91) 4009-7800
Fax: (91) 4009-7819
www.ioepa.com.br

PERNAMBUCO
COMPANHIA EDITORA DE PERNAMBUCO – CEPE
Rua Coelho Leite, 530 – Santo Amaro
Recife – PE
CEP: 50140-100
Fone: 0800-811201
www.cepe.com.br

RIO DE JANEIRO
ADINP DISTRIBUIDORA DIÁRIOS OFICIAIS LTDA
Avenida Almirante Barroso, nº 22, Sobreloja 201 - Centro
Rio de Janeiro – RJ
CEP: 20031-002
Telefax: (21) 2533-0044
www.adinp.com.br

SANTA CATARINA
D. OFICIAL CENTRAL DE PUBLICAÇÕES
LEGAIS LTDA
Rua Verde Vale, 25 - Picadas do Sul -
São José – SC
Fones: (48) 3257-0020 / 3257-2572 / 3257-3500 / 3257-3200
diariooficialsc@uol.com.br
www.diariooficialsc.net.br

SÃO PAULO
IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO
DE SÃO PAULO – IMESP
Rua da Mooca, 1921 – Mooca
São Paulo – SP
CEP: 03103-902
Fones: (11) 5013-5108 / 5013-5109
www.imesp.com.br

LIVRARIA XV DE NOVEMBRO
Rua XV de Novembro, 318 – Centro
São Paulo – SP
CEP: 01013-000
Fones: (11) 3105-6781 / 3101-6473
livrariaxvdenovembro@imprensaoficial.com.br

SERGIPE
SERVIÇOS GRÁFICOS DE SERGIPE - SEGRASE
Rua Propriá nº 227 – Centro
Aracaju – SE
CEP 49010-020
Fones: (79) 3205-7400 / 3205-7405





ENVIO ELETRÔNICO DE MATÉRIAS

Ao enviar matéria eletronicamente para publicação nos Jornais Oficiais, certifique-se de que os arquivos estejam *livres de vírus. Sua matéria pode ser rejeitada, caso seja constatado algum tipo de contaminação.*

Novos tipos de vírus aparecem diariamente, causando transtornos e prejuízos para os usuários de computadores. Portanto, cuidado, seja prudente!

Atualize seu software antivírus **com freqüência, para evitar sua defasagem e ineficácia na eliminação de novos vírus que venham a surgir.**



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013022700176

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.